



**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**O PAPEL DOS NÚCLEOS DE OCUPAÇÃO NA FRONTEIRA BRASIL-
BOLÍVIA: DO SÉCULO XVIII AO XXI**

André Vieira Freitas

Brasília

2023

ANDRÉ VIEIRA FREITAS

**O PAPEL DOS NÚCLEOS DE OCUPAÇÃO NA FRONTEIRA BRASIL-
BOLÍVIA: DO SÉCULO XVIII AO XXI**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marília Steinberger

Brasília
2023

ANDRÉ VIEIRA FREITAS

O PAPEL DOS NÚCLEOS DE OCUPAÇÃO NA FRONTEIRA BRASIL-
BOLÍVIA: DO SÉCULO XVIII AO XXI

Banca examinadora

Prof.^a Dr.^a Marília Steinberger (orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade de Brasília

Prof.^a Dr.^a Adriana Dorfman (examinadora externa)
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Martins de Souza Anselmo (examinadora externa)
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Neio Lúcio de Oliveira Campos (examinador interno)
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Manuel Carlos Ferreira da Silva (suplente)
Universidade do Minho, Portugal

Data: ___/___/___

Resultado: _____.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

FF866p Freitas, André Vieira
O papel dos núcleos de ocupação na fronteira
Brasil-Bolívia: do século XVIII ao XXI / André Vieira
Freitas; orientador Marília Steinberger. -- Brasília, 2023.
700 p.

Tese(Doutorado em Geografia) -- Universidade de Brasília,
2023.

1. Fronteiras. 2. Brasil. 3. Bolívia. 4. Núcleos de
ocupação. 5. Núcleos fronteiriços. I. Steinberger, Marília,
orient. II. Título.

*À minha mãe, Arlete (in memoriam), por todo o apoio e amor incondicional,
mulher forte e guerreira que me deu a vida e estará sempre comigo,
na memória e no coração,*

dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que participaram direta ou indiretamente deste grande desafio, dentro e fora da academia.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Marília Steinberger, pela orientação e por todos esses anos de aprendizado, com firmeza quando necessário, mas sensibilidade diante dos desafios que se apresentaram.

Aos membros da banca, por terem aceitado o convite e por me honrarem com a presença de pesquisadores tão ilustres por quem tenho grande admiração.

À Prof.^a Dr.^a Adrana Dorfman pelos ensinamentos ao longo do curso Fronteira e Estado Nação e no Seminário de Estudos Fronteiriços e pelas ricas reflexões que instigou.

À Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Martins de Souza Anselmo, por todos os ensinamentos e reflexões desde o mestrado, assim como pelas contribuições na banca de qualificação.

Ao Prof. Dr. Lúcio de Oliveira Campos, pelos apontamentos na banca de qualificação, assim como pelas reflexões e ensinamentos desde a graduação, pautados no pelo rigor metodológico.

Ao Prof. Dr. Manuel Carlos Silva, grande pesquisador, pelas reflexões que instigou na banca de qualificação.

Aos meus familiares, que são meus alicerces e exemplo de vida. Em especial à minha mãe Arlete, que não está mais presente fisicamente, mas que estará sempre comigo, a quem dedico essa conquista. Especialmente também à minha irmã Ester, por todo o amor e cuidado mútuo que temos, por ser minha amiga, meu elo com o passado e o futuro e me apoiar sempre. Ao meu pai Gregório, pelo amor e cuidado. Ao meu irmão Allan, por quem tenho grande amor e admiração. À minha vizinha Maria, a matriarca que criou essa família com muito amor, esforço e carinho. Aos meus tios, em especial ao tio Astério, à tia Nalva, à tia Adma, à tia Jaque, à tia Antônia, por todo o amor e cuidado. Ao meu cunhado André e à minha cunhada Kalini, por quem tenho grande admiração e carinho. Ao meu sobrinho Augusto, pelo suspiro de alegria em meio a tempos tão difíceis. Também a todos os demais familiares, tios, primos/sobrinhos.

Ao Galileu, meu namorado e companheiro com quem aprendo a cada dia e que me mostra sempre o que é o amor e o cuidado genuínos.

À Julieta, ao Bob e ao Teodoro, pelo companheirismo e o amor no cotidiano.

Aos meus amigos que me acompanharam nessa jornada dentro e fora da academia.

Aos meus queridos amigos de longa data Henrique e Carol, que sempre me apoiam de perto e de longe.

Ao Tiago, por quem tenho grande carinho e admiração, pelo apoio de sempre, pela amizade e o carinho.

À Paulinha, amiga flor querida quem tem um lugar especial no meu coração.

Às caríssimas Mari e a Joyce, por quem guardo sempre um carinho grande e as boas lembranças pelas trocas no Cerrado mineiro.

À Lary, minha amiga-irmã, por todo o apoio e carinho.

À Andressa, minha amiga de longa data que mora no meu coração.

À Lorena, pela amizade e o apoio nos momentos de alegria e de dor.

Ao Arthur e ao Bruno, o “baião” querido, por todo o carinho e cuidado.

Aos meus amigos e comparsas Vinícius e Ronaldo, que moram no meu coração.

Ao Josh, meu amigo *hermanito* querido.

Ao Fabio, pela amizade e o carinho de sempre.

Ao Tiago Castello, pela amizade e as boas energias.

Ao Victinho (*in memoriam*), pela amizade e os laços estreitados.

Aos meus amigos queridos do Geovale: Cíntia, Werlen, Larissa, Victor, Fiorella, Márcia, Orimar, Natália, que me apoiaram nos momentos de crise com a tese e ajudaram a tornar essa trajetória mais leve com as risadas e confidências.

Aos queridos Leo, Victor e Mayara pelas trocas, risadas e pela amizade.

Aos meus amigos queridos com tucupi: Lilyan, Vinícius, Rodrigo e Camila, que entre definições acadêmicas e risadas também me ajudaram a trilhar esse caminho.

À Letícia e à Raisa pela parceria e as boas risadas na pesquisa de campo em Rondônia.

A mis amigos “sin límites”: Sol, Maurício, Kathya y Alberto, a quienes les extraño.

Ao Marcos, que acompanhou os momentos iniciais dessa trajetória e por quem guardo carinho e admiração.

A todos os professores e funcionários da Universidade de Brasília, que me acolheu novamente para o doutorado.

A todos os professores e funcionários da Universidade de Federal de Uberlândia, que me acolheu no mestrado, em especial meu orientador, Prof. Dr. Mirlei Fachini Vicente Pereira, com quem aprendi muito e por quem tenho profunda admiração.

A todos os interlocutores que gentilmente me acolheram em campo ou à distância e contribuíram com ricas informações sobre a pesquisa.

À Alexandra pelo apoio com a difusão de conhecimento.

Aos colegas de trabalho que me apoiaram nessa jornada, em distintos momentos da pesquisa, com conversas, risadas, desabafos e incentivo, em especial Angelita, Thainar, Rosana, Fabian, Andréia, Fabiana, Elaine, Karla, Aninha, Bia, Fabs, Lud, Márcia.

Agradeço também a todos os demais amigos me acompanharam nessa trajetória, entre encontros novos e de outrora.

*“Yo no sé de dónde soy,
Mi casa está en la frontera.
Y las fronteras se mueven,
Como las banderas.”*

Jorge Drexler

RESUMO

A fronteira entre Brasil e Bolívia compõe uma extensa zona estratégica no coração da América do Sul que conecta as bacias Amazônica e Platina. Fruto de um processo histórico de mobilidade de fronteiras que remonta à origem colonial de ambos os Estados, essa zona de contato entre os territórios que se formaram foi forjada por distintos fluxos e pelo estabelecimento de diferentes núcleos de ocupação, dentre povoações de diferentes tipos, vilas e cidades. Com foco nessa fronteira como uma zona geoestratégica, a pesquisa tem como objetivo compreender o seu processo de constituição e as suas características contemporâneas. Considerando a definição e redefinição dos limites e os atores estatais envolvidos, a pesquisa problematiza o papel desses núcleos ao longo do processo de formação dessa fronteira. Tomando como recorte temporal do século XVIII ao início do século XXI, analisa-se esse processo a partir da identificação de três grandes períodos: I. o período colonial como o embrionário, tomando como referência o século XVIII, quando os fluxos e a constituição dos núcleos pelas potências ibéricas se encontram no centro-oeste sul-americano; II. o período da gênese das relações entre Brasil e Bolívia, do século XIX ao início do século XX, com a definição inicial e a redefinição dos seus limites internacionais, a partir de um processo de mobilidade de fronteiras; III. o período a partir do início do século XX, marcado por ajustes de limites e iniciativas de integração. Analisados esses períodos, a pesquisa se volta para uma leitura contemporânea das distintas escalas e esferas político-administrativas, considerando os recortes territoriais implicados nessa zona de fronteira. A partir dessa análise, o foco recai sobre os núcleos fronteiriços com articulação através do limite internacional, considerando-se as relações locais, seus arranjos regionais e a sua inserção nacional e internacional. Em uma perspectiva multiescalar, discute-se as mudanças na concepção geoestratégica acerca dessa fronteira, a partir da hipótese que os diferentes núcleos de ocupação foram os elementos constituintes da fronteira Brasil-Bolívia e assumiram um papel relevante na sua configuração geoestratégica contemporânea.

Palavras-chave: fronteiras; Brasil; Bolívia; núcleos de ocupação; núcleos fronteiriços.

RESUMEN

La frontera entre Brasil y Bolivia forma una extensa zona estratégica en el corazón de América del Sur que conecta las cuencas del Amazonas y del Plata. Como resultado de un proceso histórico de movilidad fronteriza que se remonta a los orígenes coloniales de ambos Estados, esta zona de contacto entre los territorios que se formaron fue forjada por distintos flujos y el establecimiento de distintos núcleos de ocupación, entre distintos tipos de poblaciones, pueblos y ciudades. Centrándose en esta frontera como zona geoestratégica, la investigación tiene como objetivo comprender su proceso de constitución y sus características contemporáneas. Considerando la definición y redefinición de los límites y los actores estatales involucrados, la investigación problematiza el papel de estos núcleos a lo largo del proceso de formación de esta frontera. Tomando como marco temporal el período comprendido entre el siglo XVIII y principios del siglo XXI, se analiza este proceso a partir de la identificación de tres grandes períodos: I. el período colonial como embrionario, tomando como referencia el siglo XVIII, cuando los flujos y la constitución de núcleos por parte de las potencias ibéricas se encuentran en el centro-oeste sudamericano; II. el período de génesis de las relaciones entre Brasil y Bolivia, desde el siglo XIX hasta principios del siglo XX, con la definición y redefinición inicial de sus límites internacionales, a partir de un proceso de movilidad fronteriza; III. el período de principios del siglo XX, marcado por ajustes de límites e iniciativas de integración. Una vez analizados estos períodos, la investigación pasa a una lectura contemporánea de las diferentes escalas y esferas político-administrativas, considerando los cortes territoriales que implica esta zona fronteriza. A partir de este análisis, el foco recae en los núcleos fronterizos con articulación a través del límite internacional, considerando las relaciones locales, sus arreglos regionales y su inserción nacional e internacional. En una perspectiva multiescala, se discuten los cambios en la concepción geoestratégica de esta frontera, a partir de la hipótesis de que los diferentes núcleos de ocupación fueron los elementos constitutivos de la frontera Brasil-Bolivia y asumieron un papel relevante en su configuración geoestratégica contemporánea.

Palabras clave: fronteras; Brasil; Bolivia; núcleos de ocupación; núcleos fronterizos.

ABSTRACT

The borderlands between Brazil and Bolivia forms an extensive strategic zone in the heart of South America that connects the Amazon and Platino basins. As a result of a historical process of border mobility that dates back to the colonial origins of both States, this contact zone between the territories that were formed was forged by different flows and the establishment of different occupation nuclei, among different types of villages, towns and cities. Focusing on this borderland as a geostrategic frontier zone, the research aims to understand its constitution process and its contemporary characteristics. Considering the definition and redefinition of bounds and the state actors involved, the research problematizes the role of these nuclei throughout the borderland formation process. Taking the period from the 18th century to the beginning of the 21st century as a time frame, this process is analyzed from the identification of three major periods: I. the colonial period as the embryonic one, taking the 18th century as a reference, when the flows and the nuclei constitution by the Iberian powers met in the South American central-west; II. the period of the genesis of relations between Brazil and Bolivia, from the 19th century to the beginning of the 20th century, with the initial definition and redefinition of their international borders, based on a process of frontier mobility; III. the period from the beginning of the 20th century, marked by limits adjustments and integration initiatives. Having analyzed these periods, the research turns to a contemporary reading of the different scales and political-administrative spheres, considering the territorial divisions involved in this border zone. Based on this analysis, the focus is on the borderland's nuclei with articulation across the international boundary, considering local relations, their regional arrangements and their national and international insertion. In a multiscale perspective, changes in the geostrategic conception of this border are discussed, based on the hypothesis that the different occupation nuclei were the constituent elements of the Brazil-Bolivia border and assumed a relevant role in its contemporary geostrategic configuration.

Keywords: borderlands; territory; Brazil; Bolivia, occupation nuclei; borderlands nuclei.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema – limite internacional, faixa e zona de fronteira.....	42
Figura 2 – Limite internacional e fronteiras legalmente estabelecidas – Brasil e Bolívia	43
Figura 3 – Estados, departamentos e municípios na zona de fronteira Brasil-Bolívia selecionados para a pesquisa.....	45
Figura 4 – Núcleos fronteiriços articulados entre Brasil e Bolívia	50
Figura 5 – Segmentos e núcleos considerados na pesquisa de campo	61
Figura 6 – Pesquisa de campo no segmento Mato Grosso do Sul-Santa Cruz	64
Figura 7 – Pesquisa de campo no segmento Mato Grosso-Santa Cruz	66
Figura 8 – Pesquisa de campo no segmento Rondônia-Pando-Beni	68
Figura 9 – Pesquisa de campo no segmento Acre-Pando	71
Figura 10 – Meridianos da Bula Intercoetera (1493) e do Tratado de Tordesilhas (1494)	97
Figura 11 – Estrutura administrativa espanhola na América por volta de 1800	100
Figura 12 – Estrutura administrativa colonial portuguesa na América em 1574	102
Figura 13 – Núcleos constituídos pelos espanhóis no período colonial em direção ao centro da América do Sul.....	106
Figura 14 – Núcleos constituídos pelos portugueses na porção centro-oeste da América no Sul no período colonial	112
Figura 15 – Marco do Jauru estabelecido a partir do Tratado de Madri de 1750, cujo monumento foi trasladado a Cáceres	116
Figura 16 – Placa do marco do Jauru estabelecido a partir do Tratado de Madri de 1750, cujo monumento foi trasladado a Cáceres	116
Figura 17 – Divisão das terras da América do Sul entre Portugal e Espanha segundo o Tratado de Madri (1750)	117
Figura 18 - Mapa dos confins do Brazil com as terras da Coroa de Espanha na America Meridional”, conhecido como Mapa das Cortes (1749)	118

Figura 19 – Núcleos constituídos por Portugal e Espanha no centro-oeste da América do Sul durante o período colonial.....	123
Figura 20 – Monumento de 1925 em homenagem ao centenário de Villa Bella	126
Figura 21 – Igreja de Santa Terezinha em Vila Murinho, construída em 02/08/1849	127
Figura 22 – Representação do território brasileiro em 1882, onde consta leitura do limite acordado com a Bolívia em 1867	130
Figura 23 – Núcleos constituídos na zona de fronteira entre Brasil e Bolívia até o fim do século XIX	133
Figura 24 – Interpretações do limite internacional entre Brasil e Bolívia a (linha Madeira-Javari) a partir do Tratado de 1867	136
Figura 25 - Limites do Acre após o Tratado de Petrópolis (1903)	141
Figura 26 – Territórios cedidos à Bolívia, em Mato Grosso (cópia do mapa utilizado nas negociações do tratado de Petrópolis de 1903)	142
Figura 27 – Núcleos na zona de fronteira Brasil-Bolívia constituídos até o Tratado de Petrópolis.....	145
Figura 28 – Núcleos constituídos na zona de fronteira Brasil-Bolívia até meados da década de 1920, com destaque para aqueles após 1902	148
Figura 29 – Traçado da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré	151
Figura 30 – Traçado da ligação ferroviária entre Brasil e Bolívia entre Santa Cruz e Bauru	156
Figura 31 – Núcleos constituídos na zona de fronteira Brasil-Bolívia até a década de 1950	158
Figura 32 – Núcleos constituídos na zona de fronteira Brasil-Bolívia até a década de 1980	163
Figura 33 – Núcleos constituídos na zona de fronteira Brasil-Bolívia até a década de 2010	168
Figura 34 - Gasoduto GASBOL	171
Figura 35 – Localidades Fronteiriças Vinculadas entre Brasil e Bolívia.....	174
Figura 36 – Brasil: Unidades da Federação por macrorregião	182
Figura 37 – Brasil: Unidades da Federação e municípios	184
Figura 38 – Bolívia: Departamentos por região	186

Figura 39 – Bolívia: Departamentos províncias e municípios	187
Figura 40 – Bolívia: Territórios indígenas camponeses originários.....	188
Figura 41 – Bolívia: manchas de luminosidade (visão orbital noturna)	191
Figura 42 – Brasil: manchas de luminosidade (visão orbital noturna).....	193
Figura 43 – População nos estados/departamentos fronteiriços considerados na análise	195
Figura 44 - Peru: habitantes por departamento.....	198
Figura 45 – Bolívia: habitantes por departamento.....	200
Figura 46 – Brasil: habitantes por UF.....	203
Figura 47 – Distribuição da população entre os distritos de Madre de Dios, rede viária e manchas de luminosidade	213
Figura 48 – Distribuição da população entre os municípios de Pando, rede viária e manchas de luminosidade	217
Figura 49 – Distribuição da população entre os municípios do Beni, rede viária e manchas de luminosidade	221
Figura 50 – Distribuição da população entre os municípios de Santa Cruz, rede viária e manchas de luminosidade	226
Figura 51 – Distribuição da população entre os municípios do Acre, rede viária e manchas de luminosidade	231
Figura 52 – Distribuição da população entre os municípios do Amazonas, rede viária e manchas de luminosidade	236
Figura 53 – Distribuição da população entre os municípios de Rondônia, rede viária e manchas de luminosidade	242
Figura 54 – Distribuição da população entre os municípios de Mato Grosso, rede viária e manchas de luminosidade	249
Figura 55 – Distribuição da população entre os municípios de Mato Grosso do Sul, rede viária e manchas de luminosidade	255
Figura 56 – Manchas de luminosidade e concentração populacional nos municípios fronteiriços considerados na análise	257
Figura 57 – Zona de fronteira Brasil-Bolívia e a rede viária.....	259

Figura 58 – Principais cidades fronteiriças entre Brasil e Bolívia reconhecidas na literatura, no planejamento e na cooperação bilateral.....	262
Figura 59 – Núcleos fronteiriços entre Brasil e Bolívia	269
Figura 60 – Núcleos fronteiriços entre Acre, Pando e Madre de Dios	272
Figura 61 – Rodovia interoceânica.....	274
Figura 62 – Articulação fronteiriça entre Bolpebra, Assis Brasil e Iñapari.....	276
Figura 63 – Traçado urbano de Iñapari e os acessos a Assis Brasil e Bolpebra	277
Figura 64 – Rodovia interoceânica, em Iñapari	277
Figura 65 – Plaza de Armas de Iñapari, às margens da rodovia interoceânica	277
Figura 66 – Traçado urbano de Assis Brasil e os acessos a Iñapari e Bolpebra	278
Figura 67 – Terminal improvisado de ônibus intermunicipais na praça central de Assis Brasil	279
Figura 68 – Localização da antiga e atual sede da comunidade Bolpebra	280
Figura 69 – Núcleo de Bolpebra e os pontos de acesso para Assis Brasil e Iñapari .	281
Figura 70 – Trilha em meio à vegetação nas proximidades da margem direita do rio Acre, para acesso à comunidade Bolpebra.....	282
Figura 71 – Via não pavimentada de acesso à comunidade Bolpebra, em trecho de terra firma, com vista para as residências ao fundo	282
Figura 72 – Residências na comunidade Bolpebra	283
Figura 73 – Sede do Poder Público municipal de Bolpebra.....	283
Figura 74 – Ponte sobre o rio Acre, obtida a partir do lado brasileiro, município de Assis Brasil, em momento que o fluxo rodoviário estava interrompido	284
Figura 75 – Ponte sobre o rio Acre, obtida a partir do lado peruano, no distrito de Iñapari, em momento que o fluxo rodoviário estava interrompido	284
Figura 76 – Travessia de passageiros e bagagens pessoais, via catraia, no rio Acre, entre Assis Brasil e Iñapari	285
Figura 77 – Desembarque de uma moto em catraia, às margens do rio Acre, em Assis Brasil	285
Figura 78 – Ponto de embarque de passageiros no rio Yaverija, entre Iñapari e Bolpebra	286

Figura 79 – Ponto de embarque de passageiros no rio Acre, em Bolpebra, com vista para Assis Brasil	286
Figura 80 – Ponto de embarque de passageiros às margens do rio Acre, em Assis Brasil	286
Figura 81 – Inserção da articulação fronteira entre Assis Brasil, Bolpebra e Iñapari na rede viária.....	287
Figura 82 – Articulação fronteira entre Brasiléia, Epitaciolândia e Cobija	289
Figura 83 – Mancha urbana de Cobija e os acessos a Brasiléia e Epitaciolândia	290
Figura 84 – Ponte Internacional Wilson Pinheiro, vista a partir da margem esquerda do rio Acre, em Brasiléia.....	291
Figura 85 – Ponte Internacional Wilson Pinheiro, vista a partir da margem direita do rio Acre, em Cobija	291
Figura 86 – Ponte internacional sobre o Igarapé Bahia, a partir de Epitaciolândia, com vista para Cobija	291
Figura 87 – Ponte internacional sobre o Igarapé Bahia, a partir de Cobija, com vista para Epitaciolândia	291
Figura 88 – Mancha urbana de Brasiléia e os acessos a Cobija e Epitaciolândia	292
Figura 89 – Mancha urbana de Epitaciolândia e os acessos a Brasiléia e Cobija	293
Figura 90 – Inserção da articulação fronteira entre Brasiléia, Epitaciolândia e Cobija na rede viária.....	296
Figura 91 – Entrada do terminal rodoviário intermunicipal de Cobija.....	297
Figura 92 – Hall do terminal rodoviário intermunicipal de Cobija.....	297
Figura 93 – Terminal rodoviário de Cobija: área de embarque.....	297
Figura 94 – Terminal rodoviário intermunicipal de Brasiléia	298
Figura 95 – Terminal rodoviário intermunicipal de Epitaciolândia.....	298
Figura 96 – Articulação fronteira entre Capixaba e Mapajo	299
Figura 97 – Marco de fronteira no limite internacional entre Brasil (à esquerda) e Bolívia (à direita), no acesso à comunidade Mapajo, Bella Flor, Pando.....	300
Figura 98 – Mancha urbana de Capixaba e o acesso à Bolívia.....	301
Figura 99 – Núcleo de Mapajo (Bella Flor) e o acesso a Capixaba.....	302

Figura 100 – Via principal da comunidade Mapajo (à direita), não pavimentada, no limite internacional com o Brasil (à esquerda).....	303
Figura 101 – Inserção da articulação fronteiriça entre Capixaba e Mapajo na rede viária	305
Figura 102 – Articulação entre Plácido de Castro e Puerto Evo Morales	306
Figura 103 – Mancha urbana de Plácido de Castro e o acesso a Puerto Evo Morales (Bella Flor)	307
Figura 104 – Localização da antiga comunidade Montevideo e da atual comunidade Puerto Evo Morales	308
Figura 105 – Via Principal da comunidade de Puerto Evo Morales, que dá acesso a Plácido de Castro	310
Figura 106 – Núcleo de Puerto Evo Morales (Bella Flor) e o acesso a Plácido de Castro	311
Figura 107 – Ponte sobre o igarapé Rapirrã, entre Brasil e Bolívia, com o acesso a Plácido de Castro, a partir de Puerto Evo	312
Figura 108 –Ponte sobre o igarapé Rapirrã, entre Brasil e Bolívia, com o acesso a Puerto Evo, a partir de Plácido de Castro.....	312
Figura 109 – Inserção da articulação fronteiriça entre Plácido de Castro e Puerto Evo Morales na rede viária	314
Figura 110 – Núcleos fronteiriços entre Rondônia, Pando, Beni e Santa Cruz.....	315
Figura 111 – Hidrovia Ichilo-Mamoré	317
Figura 112 – Articulação fronteiriça entre Nueva Esperanza e Araras (Nova Mamoré)	319
Figura 113 – Núcleo de Nueva Esperanza e o acesso a Araras	320
Figura 114 – Residências em via não pavimentada, no núcleo de Nueva Esperanza	321
Figura 115 – Sede do Governo Municipal de Nueva Esperanza (à direita) e escola (à esquerda)	321
Figura 116 – Núcleo de Araras e o acesso a Nueva Esperanza	322
Figura 117 – Distrito de Araras, com a rodovia BR-425 ao centro.....	323

Figura 118 – Catraia efetuando a travessia do rio Madeira, com draga para o garimpo do ouro (ao fundo), vista a partir de Araras	324
Figura 119 – Catraia efetuando a travessia do rio Madeira, nas proximidades do ponto de embarque em Nueva Esperanza.....	324
Figura 120 – Caminho de acesso ao ponto de embarque para a travessia do rio Madeira, em Araras.....	325
Figura 121 – Ponto de embarque para a travessia do rio Madeira, no distrito de Araras	325
Figura 122 – Ponto de embarque para travessia do rio Madeira, em Nueva Esperanza	325
Figura 123 – Base Naval Nueva Esperanza, em área de terra firme às margens do rio Madeira.....	325
Figura 124 – Base Naval Nueva Esperanza e caminho de acesso à comunidade	325
Figura 125 – Draga utilizada no garimpo do ouro no rio Madeira, nas proximidades de Araras (imagem capturada a partir do rio, com vista da margem brasileira).....	326
Figura 126 – Dragas em atividade de garimpo de ouro no rio Madeira, entre Araras e Nueva Esperanza, vistas a partir da margem brasileira	326
Figura 127 – Inserção da articulação fronteira entre Araras e Nueva Esperanza na rede viária.....	327
Figura 128 – Articulação fronteira entre Nova Mamoré e Villa Bella	329
Figura 129 – Mancha urbana de Nova Mamoré e o acesso a Vila Murtinho	330
Figura 130 – Mancha urbana da sede municipal de Nova Mamoré, com a rodovia BR-425 ao centro.....	331
Figura 131 – Área comercial no centro de Nova Mamoré, onde se concentram lojas de bolivianos.....	331
Figura 132 – Ramal de acesso a Vila Murtinho, na saída da cidade de Nova Mamoré	331
Figura 133 – Vila Murtinho (Nova Mamoré) e o acesso a Villa Bella (Guayaramerín).....	332
Figura 134 – Antiga estação Vila Murtinho da Estrada de Ferro Madeira Mamoré	333
Figura 135 – Trilhos da antiga Estrada de Ferro Madeira Mamoré, no distrito de Vila Murtinho, Nova Mamoré	333

Figura 136 – Núcleo de Villa Bella e o acesso a Vila Murtinho (Nova Mamoré)	333
Figura 137 – Posto militar em Villa Bella, na extremidade da península a partir do encontro dos rios Beni e Mamoré	335
Figura 138 – Extremidade da península onde se localiza Villa Bella, no ponto de formação do rio Madeira, a partir do encontro dos rios Beni e Mamoré	335
Figura 139 – Agência da subprefeitura de Villa Bella (Guayaramerín)	335
Figura 140 – Unidade de ensino (à esquerda) e torre de transmissão (à direita), na comunidade Villa Bella.....	335
Figura 141 – Unidade básica de saúde em Villa Bella (Guayaramerín)	336
Figura 142 – Pequeno comércio na comunidade Villa Bella (Guayaramerín).....	336
Figura 143 – Residências com cobertura de palha no telhado, em Villa Bella (Guayaramerín).....	336
Figura 144 – Travessia de catraia do rio Mamoré, com vista para Villa Bella (ao fundo)	337
Figura 145 – Travessia do rio Mamoré, entre Vila Murtinho e Villa Bella, com rio Madeira e ilha fluvial ao fundo	337
Figura 146 – Ponto de embarque/desembarque para a travessia do rio Mamoré, em Vila Murtinho.....	337
Figura 147 – Ponto de embarque/desembarque para a travessia do rio Mamoré, em Villa Bella e draga draga aportada.....	337
Figura 148 – Acesso ao ponto de embarque/desembarque para a travessia do rio Mamoré, em Vila Murtinho	338
Figura 149 – Caminho entre o ponto de embarque/desembarque no rio Mamoré e a comunidade Villa Bella.....	338
Figura 150 – Terminal rodoviário de Nova Mamoré	340
Figura 151 – Inserção da articulação fronteiriça entre Nova Mamoré e Villa Bella na rede viária.....	341
Figura 152 – Articulação fronteiriça entre Guajará-Mirim e Guayaramerín.....	342
Figura 153 – Mancha urbana de Guayaramerín e o acesso a Guajará-Mirim	343
Figura 154 – Travessia de carreta em balsa pelo rio Mamoré, em Guayaramerín, com Isla Suárez ao fundo	344

Figura 155 – Área comercial no centro de Guayaramerín.....	345
Figura 156 – Área comercial no centro de Guayaramerín.....	345
Figura 157 Área comercial no centro de Guayaramerín.....	345
Figura 158 – Antiga estação da Guajará-Mirim, da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, em perspectiva a partir da Av. 15 de Novembro	345
Figura 159 – Antiga estação da Guajará-Mirim, da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, em perspectiva a partir da praça dos Pioneiros, próxima ao porto.....	345
Figura 160 – Antiga estação da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, em Porto Velho, à margem direita do rio Maderia	346
Figura 161 – Mancha urbana de Guajará-Mirim e o acesso a Guayaramerín	347
Figura 162 – Área comercial no centro de Guajará-Mirim	348
Figura 163 – Conjunto de pequenas lojas no centro de Guajará-Mirim.....	348
Figura 164 – Travessia do rio Mamoré entre Guayaramerín e Guajará-Mirim por pequena embarcação	349
Figura 165 – Desembarque de passageiros no porto de Guajará-Mirim, após travessia do rio Mamoré	350
Figura 166 – Embarque e desembarque de passageiros no porto fluvial de Guayaramerín.....	350
Figura 167 – Terminal Portuário Sr. Walter Justiniano Lopéz, porto fluvial de Guayaramerín, vista da fachada	350
Figura 168 – Porto fluvial de Guayaramerín, vista da área de embarque e desembarque	350
Figura 169 – Ponto alternativo de embarque e desembarque de passageiros para travessia do rio Mamoré, em Guayaramerín	351
Figura 170 – Ponto alternativo de embarque e desembarque de passageiros para travessia do rio Mamoré, em Guajará-Mirim	351
Figura 171 – Inserção da articulação fronteira entre Guajará-Mirim e Guayaramerín na rede viária.....	353
Figura 172 – Terminal rodoviário de Guajará-Mirim	354
Figura 173 – Terminal rodoviário de Guayaramerín (área externa).....	355
Figura 174 – Terminal rodoviário de Guayaramerín (área interna).....	355

Figura 175 – Terminal rodoviário de Guayaramerín (área de embarque e desembarque)	355
Figura 176 – Articulação fronteiriça entre Costa Marques, Buena Vista, Forte Príncipe e San Juan de Puerto Ustarez	356
Figura 177 – Mancha urbana de Costa Marques e o acesso a Buena Vista	357
Figura 178 – Av. Chianca, em Costa Marques, a principal da cidade, que se converte na rodovia BR-429.....	358
Figura 179 – Localização da comunidade Buena Vista e o acesso a Costa Marques	359
Figura 180 – Vista da comunidade de Buena Vista (Magdalena, Beni) com rio Guaporé/Iténez à frente, obtida a partir da margem brasileira, com zoom aplicado ..	360
Figura 181 – Detalhe das construções em palafitas na comunidade Buena Vista.....	360
Figura 182– Corredor sobre palafitas entre as construções em madeira de Buena Vista	361
Figura 183 – Corredor sobre palafitas entre as construções em madeira de Buena Vista	361
Figura 184 – Loja sobre palafitas e corredor de circulação de pedestres em Buena Vista	361
Figura 185 – Estrutura sobre palafitas destruída pelo incêndio em Buena Vista, ocorrido em 2019.....	362
Figura 186 – Pequenas embarcações atracadas no porto fluvial de Costa Marques (Rondônia).....	363
Figura 187 – Pequenas embarcações no ponto de embarque e desembarque em Buena Vista (Beni).....	363
Figura 188 – Localização da comunidade Forte Príncipe da Beira e o acesso a Costa Marques e San Juan de Puerto Ustarez	364
Figura 189 – Ruínas do Real Forte Príncipe da Beira (portão principal)	365
Figura 190 – Ruínas do Real Forte Príncipe da Beira (parte interna).....	365
Figura 191 – Ruínas do Real Forte Príncipe da Beira (canhão na parte interna, voltado para o rio Guaporé)	365
Figura 192 – Ruínas do Real Forte Príncipe da Beira (bastião/baluarte em uma das extremidades).....	365

Figura 193 – Comunidade Forte Príncipe da Beira (à direita) e ruínas da fortificação homônima construída no século XVIII.....	367
Figura 194 – Residências na rua do Forte, na comunidade de Forte Príncipe da Beira	367
Figura 195 – Localização da comunidade de San Juan de Puerto Ustarez e o acesso a Forte Príncipe da Beira, Costa Marques e Buena Vista	368
Figura 196 – Pequenas embarcações atracadas no ponto de embarque e desembarque de passageiros no acesso a Puerto Ustarez.....	369
Figura 197 – Ponto de embarque e desembarque de passageiros no acesso a Puerto Ustarez (visão a partir de embarcação)	369
Figura 198 – Construções na comunidade Puerto Ustárez, dispostas ao longo da Rota Nacional 9.....	370
Figura 199 – Inserção da articulação fronteira entre Costa Marques, Forte Príncipe da Beira, Buena Vista e San Juan de Puerto Ustarez na rede viária	373
Figura 200 – Terminal rodoviário de Costa Marques	374
Figura 201 – Núcleos fronteiriços Santa Cruz e Mato Grosso.....	377
Figura 202 – Articulação fronteira entre Cáceres e San Matías.....	378
Figura 203 – Mancha urbana de Cáceres e o acesso a San Matías	379
Figura 204 – Vista aérea da cidade de Cáceres, MT	380
Figura 205 – Mancha urbana de San Matías e o acesso a Cáceres	381
Figura 206 – Centro de San Matías	382
Figura 207 – Trecho da Rodovia BR 050 entre Cáceres e o limite.....	383
Figura 208 – Limite internacional entre Brasil e Bolívia.....	383
Figura 209 – Trecho da Rota Nacional 10 entre La Curicha e San Matías.....	383
Figura 210 – Ponto de ônibus nas proximidades do limite internacional	383
Figura 211 – Ponto de táxi próximo ao limite internacional	383
Figura 212 – Inserção da articulação fronteira entre Cáceres e San Matías na rede viária.....	386
Figura 213 – Terminal rodoviário de Cáceres	387
Figura 214 – Terminal rodoviário de San Matías.....	388

Figura 215 – Terminal rodoviário de San Matías.....	388
Figura 216 – Núcleos fronteiriços entre Santa Cruz (Bolívia) e Mato Grosso do Sul (Brasil)	390
Figura 217 – Articulação fronteiriça entre Corumbá, Ladário, Puerto Quijarro e Puerto Suárez	391
Figura 218 – Mancha urbana de Corumbá e o acesso a Puerto Quijarro.....	392
Figura 219 – Centro de Corumbá.....	393
Figura 220 – Mancha urbana de Ladário e o acesso a Corumbá.....	394
Figura 221 – Área central de Ladário.....	394
Figura 222 – Mancha urbana de Puerto Quijarro e o acesso a Corumbá e Puerto Suárez	395
Figura 223 – Estação de Puerto Quijarro, ponto extremo da Ferrovia Oriental boliviana	396
Figura 224 – Trem nas proximidades da estação de Puerto Quijarro.....	397
Figura 225 – Vagões de trem nas proximidades da estação Puerto Quijarro.....	397
Figura 226 – Vista da cidade de Puerto Quijarro.....	397
Figura 227 – Área comercial em Arroyo Concepción, Puerto Quijarro	398
Figura 228 – Área comercial em Arroyo Concepción, Puerto Quijarro	398
Figura 229 – Via principal de Arroyo Concepción, Puerto Quijarro.....	398
Figura 230 – <i>Subalcaldía</i> de Arroyo Concepción, Puerto Quijarro	398
Figura 231 – Mancha urbana de Puerto Suárez e o acesso a Puerto Quijarro e Corumbá	399
Figura 232 – Lagoa Cáceres, em Puerto Suárez, no período chuvoso	399
Figura 233 – Lagoa Cáceres, em Puerto Suárez, no período seco.....	399
Figura 234 – Área central de Puerto Suárez	400
Figura 235 – Limite internacional Brasil-Bolívia, visto a partir do lado brasileiro.....	401
Figura 236 – Limite internacional Brasil-Bolívia, visto a partir do lado boliviano.....	401
Figura 237 – Ponto de ônibus em Corumbá que é atendido pela linha que leva à Bolívia	401

Figura 238 – Passageiros embarcando em ônibus em Corumbá, com destino ao limite internacional com a Bolívia	401
Figura 239 – Inserção da articulação fronteiriça entre Puerto Suárez, Puerto Quijarro, Corumbá e Ladário na rede viária.....	404
Figura 240 – Rodoviária de Corumbá	405
Figura 241 – Rodoviária de Corumbá	405
Figura 242 – Terminal de ônibus de Puerto Quijarro.....	405
Figura 243 – Terminal de ônibus de Puerto Quijarro.....	405
Figura 244 – Terminal rodoviário de Puerto Suárez.....	406
Figura 245 – Terminal rodoviário de Puerto Suárez.....	406
Figura 246 – Concentração populacional, de infraestruturas e de manchas de luminosidade na zona de fronteira Brasil-Bolívia.....	410
Figura 247 – Relações de centralidade quanto a produtos e serviços em relação aos núcleos fronteiriços entre Brasil e Bolívia.....	411
Figura 248 – Centralidade quanto a produtos e serviços em relação aos núcleos fronteiriços no segmento entre Acre, Pando e Madre de Dios	412
Figura 249 – Centralidade quanto a produtos e serviços em relação aos núcleos fronteiriços no segmento entre Rondônia, Beni e Beni.....	415
Figura 250 – Centralidade quanto a produtos e serviços em relação aos núcleos fronteiriços no segmento entre Santa Cruz e Mato Grosso.....	418
Figura 251 – Centralidade quanto a produtos e serviços em relação aos núcleos fronteiriços no segmento entre Santa Cruz e Mato Grosso do Sul.....	420

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distrito fronteiriço peruano considerado na análise	46
Quadro 2 – Municípios fronteiriços bolivianos considerados na análise	47
Quadro 3 – Municípios brasileiros fronteiriços considerados na análise	48
Quadro 4 – Núcleos fronteiriços articulados entre Bolívia e Brasil	51
Quadro 5 – Núcleos visitados durante a pesquisa de campo.....	62
Quadro 6 – Núcleos constituídos pelos espanhóis no centro-oeste sul-americano durante o período colonial	107
Quadro 7 – Núcleos constituídos por Portugal no centro-oeste sul-americano durante o período colonial	113
Quadro 8 – Núcleos constituídos pela Bolívia no século XIX, após sua independência	134
Quadro 9 – Núcleos constituídos pelo Brasil no século XIX, após sua independência	134
Quadro 10 – Núcleos constituídos por Brasil e Bolívia da sua independência até o Tratado de Petrópolis (1903)	146
Quadro 11 – Núcleos constituídos na zona de fronteira Brasil-Bolívia no início do século XX, após o Tratado de Petrópolis (1903)	149
Quadro 12 – Núcleos constituídos na zona de fronteira Brasil-Bolívia entre 1926 e 1959	159
Quadro 13 – Núcleos constituídos na zona de fronteira Brasil e Bolívia entre 1960 e 1989	164
Quadro 14 – Núcleos constituídos na zona de fronteira Brasil-Bolívia entre as décadas de 1990 e 2010.....	169
Quadro 15 – Localidades fronteiriças vinculadas entre Brasil e Bolívia.....	173
Quadro 16 – Núcleos fronteiriços destacados entre Brasil e Bolívia	267
Quadro 17 – Quadro resumo com dados sobre centralidade quanto a produtos e serviços no segmento entre Acre, Pando e Madre de Dios.....	413

Quadro 18 – Quadro resumo com dados sobre centralidade quanto a produtos e serviços em relação aos núcleos fronteiriços no segmento entre Rondônia, Pando e Beni	416
Quadro 19 – Quadro resumo com dados sobre centralidade quanto a produtos e serviços em relação aos núcleos fronteiriços no segmento entre Santa Cruz e Mato Grosso.....	419
Quadro 20 – Quadro resumo com dados sobre centralidade quanto a produtos e serviços em relação aos núcleos fronteiriços no segmento entre Santa Cruz e Mato Grosso do Sul.....	421

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Unidades da Federação e municípios brasileiros	183
Tabela 2 – Bolívia: departamentos, províncias e municípios.....	187
Tabela 3 – Estimativa da população de Bolívia e Brasil para 2020	189
Tabela 4 – População dos estados/departamentos fronteiriços entre Bolívia e Brasil	195
Tabela 5 – População dos departamentos peruanos	197
Tabela 6 – Bolívia: habitantes por departamento	199
Tabela 7 – Brasil: habitantes por Unidade da Federação.....	201
Tabela 8 – Projeções da população dos municípios fronteiriços considerados na análise	204
Tabela 9 – Municípios dos estados e departamentos fronteiriços considerados: concentração, dispersão e implicação na fronteira legal	209
Tabela 10 – Distritos do departamento de Madre de Dios (Peru).....	210
Tabela 11 – Projeção da população dos municípios de Pando para 2020	214
Tabela 12 – Ranking populacional dos municípios do Beni (projeção para 2020).....	218
Tabela 13 – Projeção da população dos municípios de Santa Cruz para 2020.....	222
Tabela 14 – Projeção da população dos municípios do Acre para 2020	228
Tabela 15 – Projeção da população dos municípios do Amazonas para 2020.....	233
Tabela 16 – Projeção da população dos municípios de Rondônia para 2020	237
Tabela 17 – Projeção da população de Mato Grosso para 2020.....	243
Tabela 18 – Projeção da população de Mato Grosso do Sul para 2020.....	250

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Estimativa da população de Bolívia e Brasil para 2020.....	189
Gráfico 2 – Extensão territorial de Brasil e Bolívia	190
Gráfico 3 – Ranking populacional dos municípios de Madre de Dios (projeção para 2020)	211
Gráfico 4 – Ranking populacional dos municípios de Pando (projeção para 2020) ...	215
Gráfico 5 – Projeção da população dos municípios do Beni para 2020.....	219
Gráfico 6 – Número de habitantes dos municípios de Santa Cruz quanto à sua inserção na faixa de fronteira, com destaque para os mais populosos (projeção para 2020) ..	225
Gráfico 7 – Número de habitantes dos municípios do Acre quanto à sua inserção na faixa de fronteira, com destaque para os mais populosos (projeção para 2020)	229
Gráfico 8 – Ranking populacional dos municípios do Amazonas (projeção para 2020)	232
Gráfico 9 – Número de habitantes dos municípios de Rondônia quanto à sua inserção na faixa de fronteira, com destaque para os mais populosos (projeção para 2020) ..	240
Gráfico 10 – Número de habitantes dos municípios de Mato Grosso quanto à sua inserção na faixa de fronteira, com destaque para os mais populosos (projeção para 2020)	248
Gráfico 11 – Ranking populacional dos municípios de Mato Grosso do Sul (projeção para 2020)	252

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	37
1. RECORTE TEMPORAL E ESPACIAL DE ANÁLISE E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	41
1.1. Recorte temporal.....	41
1.2. Recorte espacial de análise.....	41
1.3. Procedimentos metodológicos.....	51
1.3.1. Revisão bibliográfica teórico-conceitual	51
1.3.2. Levantamento histórico e periodização	52
1.3.3. Análise cartográfica multiescalar em Sistema de Informação Geográfica (SIG)	55
1.3.4. Identificação e classificação dos núcleos fronteiriços a partir do geoprocessamento	58
1.3.5. Análise multitemporal da evolução das manchas de ocupação dos núcleos lindeiros deslocados inseridos em articulações fronteiriças	59
1.3.6. Análise estatística e cartográfica dos recortes territoriais nacionais e subnacionais.....	60
1.3.7. Pesquisa de campo	61
1.3.8.1. Segmento Mato Grosso do Sul-Santa Cruz	63
1.3.8.2. Segmento Mato Grosso-Santa Cruz.....	65
1.3.8.3. <i>Segmento Rondônia-Pando-Beni</i>	67
1.3.8.4. Segmento Acre-Pando-Madre de Dios	70
1.3.8. Aplicação de questionários	72
1.3.9. Realização de entrevistas	74
2. FRONTEIRAS, ESTADO-NAÇÃO E NÚCLEOS DE OCUPAÇÃO.....	79
2.1. Fronteiras e limites internacionais e Estado-nação.....	79
2.2. Fronteiras, Estado-nação território e normas territoriais	83
2.3. Os núcleos de ocupação fronteiriços.....	91

3. FRONTEIRAS E LIMITES NAS RELAÇÕES BRASIL-BOLÍVIA: GÊNESE E EVOLUÇÃO	94
3.1. Dos antecedentes da fronteira no período colonial à sua formação embrionária no século XVIII	96
3.1.1. Antecedentes: da Bula Intercoetera (1493) e do Tratado de Tordesilhas (1494) às estruturas administrativas coloniais ibéricas na América do Sul.....	96
3.1.2. A formação embrionária e a porosidade das fronteiras no período colonial: das entradas, bandeiras, missões e povoações aos Tratados de Madri (1750) e Santo Idelfonso (1777).....	104
3.2. A gênese das relações Brasil-Bolívia como Estados independentes e a mobilidade de fronteiras: do século XIX ao início do século XX	124
3.2.1. Tratado de La Paz de Ayacucho (1867).....	128
3.2.2. A “questão do Acre” e o Tratado de Petrópolis (1903)	137
3.3. Ajustes, iniciativas de integração e avanço das frentes internas: a partir do século XX	147
3.3.1. Os efeitos do Tratado de Petrópolis no início do século XX	147
3.3.2. Ajustes e iniciativas de integração transfronteiriça entre meados da década 1920 e a década de 1950	154
3.3.3. Dos efeitos do Acordo de Roboré (1958) às décadas de 1960, 1970 e 1980	161
3.3.4. As iniciativas bilaterais entre Brasil e Bolívia e a constituição dos núcleos fronteiriços nas décadas de 1990 e 2000 e 2010.....	167
4. A FRONTEIRA ENTRE ESCALAS E ESFERAS: DISTINTAS SITUAÇÕES DE OCUPAÇÃO.....	180
4.1. Brasil e Bolívia.....	180
4.1.1. Divisões político-administrativas e os recortes territoriais fronteiriços	180
Brasil.....	181
Bolívia	185
4.1.2. População.....	189
4.2. Departamentos/estados	194

4.2.1. Departamentos peruanos.....	196
4.2.1. Departamentos bolivianos.....	199
4.2.2. Unidades da Federação brasileira	201
4.3. Municípios/distritos.....	204
4.3.1. Madre de Dios	210
4.3.2. Pando	214
4.3.3. Beni	218
4.3.4. Santa Cruz.....	222
4.3.5. Acre	227
4.3.6. Amazonas.....	232
4.3.7. Rondônia	237
4.3.8. Mato Grosso	243
4.3.9. Mato Grosso do Sul	250
4.4. Os municípios fronteiriços e as centralidades regionais	256
5. NÚCLEOS FRONTEIRIÇOS, REDES E POROSIDADE TERRITORIAL.....	261
5.1. As principais cidades fronteiriças	261
5.2. Fronteira e fronteiras: os distintos núcleos, articulações e segmentos	265
5.3. Segmento Madre de Dios, Acre e Pando (MAP).....	271
5.3.1. Articulação entre Assis Brasil, Bolpebra e Iñapari	275
5.3.2. Articulação entre Brasiléia, Epitaciolândia e Cobija.....	289
5.3.3. Articulação entre Capixaba e Mapajo.....	298
5.3.4. Articulação entre Plácido de Castro e Puerto Evo Morales	305
5.4. Segmento entre Rondônia, Pando, Beni e Santa Cruz	315
5.4.1. Articulação entre Araras e Nueva Esperanza.....	318
5.4.2. Articulação entre Nova Mamoré e Villa Bella	328
5.4.3. Articulação entre Guajará-Mirim e Guayaramerín	341
5.4.4. Articulação entre Costa Marques, Forte Príncipe da Beira, Buena Vista e San Juan de Puerto Ustarez	355

5.5. Segmento entre Santa Cruz e Mato Grosso	376
5.5.1. Articulação entre Cáceres e San Matías	378
5.6. Segmento entre Santa Cruz e Mato Grosso do Sul	389
5.6.1. Articulação entre Corumbá, Ladário, Puerto Quijarro e Puerto Suárez	390
5.7. Redes urbanas e regiões transfronteiriças	407
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	423
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	428
ICONOGRÁFICAS	428
BIBLIOGRÁFICAS	428
DOCUMENTAIS E LEGAIS.....	441
ENTREVISTAS	443
APÊNDICES.....	448
Apêndice A – Questionário tipo I – Centralidade nos núcleos fronteiriços: fluxos direcionados a outros núcleos (versão em português)	448
Apêndice B – Questionário tipo I – Centralidade nos núcleos fronteiriços: fluxos direcionados a outros núcleos (versão em espanhol).....	449
Apêndice C – Questionário tipo II – Centralidade nos núcleos fronteiriços: fluxos de estrangeiros para o núcleo (versão em português)	450
Apêndice D – Questionário tipo II – Centralidade nos núcleos fronteiriços: fluxos de estrangeiros para o núcleo (versão em espanhol).....	451
Apêndice E – Questionário tipo III – Fluxos dos passageiros/transeuntes nos núcleos fronteiriços (versão em português)	452
Apêndice F – Questionário tipo III – Fluxos dos passageiros/transeuntes nos núcleos fronteiriços (versão em espanhol)	453
Apêndice G – Transcrição da entrevista com José Kinn Franco, Embaixador da Bolívia no Brasil.....	454
Apêndice H – Transcrição da entrevista com Gabriela Guimarães Gazinelli, diplomata que atuou na missão diplomática brasileira em La Paz (Bolívia)	459

Apêndice I – Transcrição da entrevista com Gary Rivero Alcántara, Secretário de Coordenação Institucional do Governo Autônomo Departamental de Santa Cruz (Bolívia).....	469
Apêndice J – Transcrição da entrevista com Cecila Giraldo Justiniano, Presidente da Assembleia Legislativa Departamental do Beni (Bolívia).....	474
Apêndice K – Transcrição da entrevista com Carlos Fernando Aramayo Iriarte, Capitão e Diretor Departamental de Segurança e Cidadania de Pando (Bolívia) ..	478
Apêndice L – Transcrição da entrevista com Rita de Cássia Oliveira Chiletto, Coordenadora do Núcleo de Assuntos Internacionais da Casa Civil do Estado de Mato Grosso (Brasil)	482
Apêndice N – Transcrição da entrevista com Isabella Almeida Silva Leite, Assessora de Relações Institucionais e Internacionais do Governo do Estado de Rondônia (Brasil).....	490
Apêndice M – Transcrição da entrevista com Thaís Fernanda S. Guimarães, Coordenadora de Comércio Exterior da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul (Brasil).....	498
Apêndice O – Transcrição da entrevista com Paulo César Rocha dos Santos, Coronel PM e Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública do Acre (Brasil)	502
Apêndice P – Transcrição da entrevista com Ana Lucia Reis Melena, Alcaldesa municipal de Cobija (Pando, Bolívia).....	505
Apêndice Q – Transcrição da entrevista com Francisco Aillón M. vice-presidente da comunidade de Bolpebra (Pando, Bolívia)	511
Apêndice R – Transcrição da entrevista com Alfredo Yva Ortega, servidor público da alcaldía municipal de Nueva Esperanza (Pando, Bolívia).....	514
Apêndice S – Transcrição da entrevista com Demecio Condori, membro da comunidade Mapajo, Bella Flor (Pando, Bolívia)	518
Apêndice T – Transcrição da entrevista com Tiburcio Chipaua Callisaya, membro da comunidade de Puerto Evo Morales, Bella Flor (Pando, Bolívia).....	521
Apêndice U – Transcrição da entrevista com Luiz Alberto Ruiz Montero, servidor da Alcaldía de Guayaramerín (Beni, Bolívia).....	523
Apêndice V – Transcrição da entrevista com Emiliana Orespe Rodriguez, vicealcaldesa de Villa Bella, Guayaramerín (Beni, Bolívia).....	527

Apêndice W – Transcrição da entrevista com Alejandro Quary, agricultor e membro da comunidade Villa Bella, Guayaramerín (Beni, Bolívia).....	530
Apêndice X – Transcrição da entrevista com Ivaldo Guasaba Vald, membro da comunidade Buena Vista, Magdalena (Beni, Bolívia)	531
Apêndice Y – Transcrição da entrevista com Aldo Dacosta Ruiz e Raiza Dacosta Gualachabo, membros da comunidade San Juan de Puerto Ustarez, San Joaquín (Beni, Bolívia).....	535
Apêndice Z – Transcrição da entrevista com Omar Vargas, engenheiro ambiental da <i>alcaldía</i> municipal de San Matías (Santa Cruz, Bolívia)	538
Apêndice AA – Transcrição da entrevista com Natalia Gutierrez Perez, arquiteta da <i>alcaldía</i> municipal de Puerto Suárez (Santa Cruz, Bolívia).....	542
Apêndice AB – Transcrição da entrevista com Oscar Encimas, diretor de gestão da <i>alcaldía</i> municipal de Puerto Quijarro (Santa Cruz, Bolívia)	546
Apêndice AC – Transcrição da entrevista com Cássio Augusto da Costa Marques, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável de Corumbá (Mato Grosso do Sul, Brasil)	550
Apêndice AD – Transcrição da entrevista com Alexandre Ohara, Secretário Municipal de Assistência Social de Ladário (Mato Grosso do Sul, Brasil)	559
Apêndice AE – Transcrição da entrevista com Quedinei Barreto Correia, Secretário Municipal de Assistência Social de Assis Brasil (Acre, Brasil)	566
Apêndice AF – Transcrição da entrevista com Ecleziarte Rodrigues de Oliveira, Assessor de Comunicação da Prefeitura Municipal de Capixaba (Acre, Brasil).....	573
Apêndice AG – Transcrição da entrevista com Sérgio Lopes de Souza, Prefeito do município de Epitaciolândia (Acre, Brasil)	579
Apêndice AH – Transcrição da entrevista com Nevisson Freire, economista da Secretaria de Planejamento do município de Brasiléia (Acre, Brasil)	584
Apêndice AI – Transcrição da entrevista com Elias Amorim de Oliveira Junior, Secretário de Planejamento do município de Plácido de Castro (Acre, Brasil)	591
Apêndice AJ – Transcrição da entrevista com Wilson Massaharo Kishi, Secretário Municipal de Administração de Cáceres (Mato Grosso, Brasil)	601
Apêndice AK – Transcrição da entrevista com Elivando de Oliveira Brito, Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de Guajará-Mirim (Rondônia, Brasil)	611

Apêndice AL – Transcrição da entrevista com Alessandra Mamede Bastos, Coordenadora Municipal de Proteção e Defesa Civil de Nova Mamoré (Rondônia, Brasil).....	615
Apêndice AM – Transcrição da entrevista com Elvis Pessoa, presidente da comunidade Forte Príncipe da Beira, Costa Marques (Rondônia, Brasil)	623
Apêndice AN – Transcrição da entrevista com José Cassiano da Rocha Neto, Secretário Adjunto de Ação Social, Adriana Silva Nascimento, Chefe do Gabinete da Prefeitura e Krefia Gonçalves Ferreira Miranda, Secretária Municipal de Ação Social de Costa Marques (Rondônia, Brasil).....	627
Apêndice AO – Transcrição da entrevista com Mercilia Raimunda Henry Soares, funcionária da municipalidad provincial de Tahuamanu, em Iñapari (Madre de Dios, Peru).....	633
Apêndice AP – Termo de consentimento referente aos questionários sobre centralidade aplicados nos núcleos fronteiriços (versão em português)	636
Apêndice AQ – Termo de consentimento referente aos questionários sobre centralidade aplicados nos núcleos fronteiriços (versão em espanhol).....	637
Apêndice AR – Termo de consentimento referente ao questionário sobre fluxos aplicado nos núcleos fronteiriços (versão em português)	638
Apêndice AS – Termo de consentimento referente ao questionário sobre fluxos aplicado nos núcleos fronteiriços (versão em espanhol)	639
Apêndice AT – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com José Kinn Franco, Embaixador da Bolívia no Brasil.....	640
Apêndice AU – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Gabriela Guimarães Grazinelli, diplomata que atuou na missão diplomática brasileira em La Paz (Bolívia).....	641
Apêndice AV – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Gary Rivero Alcántara, Secretário de Coordenação Institucional do Governo Autônomo Departamental de Santa Cruz (Bolívia)	642
Apêndice AW – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Cecila Giraldo Justiniano, Presidente da Assembleia Legislativa Departamental do Beni (Bolívia).....	643

Apêndice AX – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Carlos Fernando Aramayo Iriarte, Capitão e Diretor Departamental de Segurança e Cidadania de Pando (Bolívia)	644
Apêndice AY – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Rita de Cássia Oliveira Chiletto, Coordenadora do Núcleo de Assuntos Internacionais da Casa Civil do Estado de Mato Grosso (Brasil)	645
Apêndice AZ – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Thaís Fernanda S. Guimarães, Coordenadora de Comércio Exterior da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul (Brasil)	646
Apêndice BA – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Isabella Almeida Silva Leite, Assessora de Relações Institucionais e Internacionais do Governo do Estado de Rondônia (Brasil)	647
Apêndice BC – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Paulo César Rocha dos Santos, Coronel PM e Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública do Acre (Brasil)	648
Apêndice BD – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Ana Lucia Reis Melena, <i>Alcaldesa</i> municipal de Cobija (Pando, Bolívia)	649
Apêndice BE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Francisco Aillón M. vice-presidente da comunidade de Bolpebra (Pando, Bolívia)	650
Apêndice BF – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Alfredo Yva Ortega, servidor público da <i>Alcaldía</i> Municipal de Nueva Esperanza (Pando, Bolívia)	651
Apêndice BG – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Demecio Condori, membro da comunidade Mapajo, Bella Flor (Pando, Bolívia)	652
Apêndice BH – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Tiburcio Chipaua Callisaya, membro da comunidade de Puerto Evo Morales, Bella Flor (Pando, Bolívia)	653
Apêndice BI – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Luiz Alberto Ruiz Montero, servidor da <i>Alcaldía</i> Municipal de Guayaramerín (Beni, Bolívia)	654

Apêndice BJ – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Emiliana Orespe Rodriguez <i>vicealcaldesa</i> de Villa Bella, Guayaramerín (Beni, Bolívia)	655
Apêndice BK – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Alejandro Quary, agricultor e membro da comunidade Villa Bella, Guayaramerín (Beni, Bolívia).....	656
Apêndice BL – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Ivaldo Guasaba Vald, membro da comunidade Buena Vista, Magdalena (Beni, Bolívia)	657
Apêndice BM – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Raiza Dacosta Gualachabo, membro da comunidade San Juan de Puerto Ustarez, San Joaquín (Beni, Bolívia).....	658
Apêndice BN – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Aldo Dacosta Ruiz membro da comunidade San Juan de Puerto Ustarez, San Joaquín (Beni, Bolívia)	659
Apêndice BO – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Omar Vargas, engenheiro ambiental da <i>Alcaldía</i> municipal de San Matías (Santa Cruz, Bolívia).....	660
Apêndice BP – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Natalia Gutierrez Perez, arquiteta da <i>Alcaldía</i> Municipal de Puerto Suárez (Santa Cruz, Bolívia).....	661
Apêndice BQ – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Oscar Encimas, diretor de gestão da <i>Alcaldía</i> Municipal de Puerto Quijarro (Santa Cruz, Bolívia).....	662
Apêndice BR – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Cássio Augusto da Costa Marques, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável de Corumbá (Mato Grosso do Sul, Brasil)	663
Apêndice BS – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Alexandre Ohara, Secretário Municipal de Assistência Social de Ladário (Mato Grosso do Sul, Brasil)	664
Apêndice BT – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Quedinei Barreto Correia, Secretário Municipal de Assistência Social de Assis Brasil (Acre, Brasil).....	665

Apêndice BU – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Ecleziarte Rodrigues de Oliveira, Assessor de Comunicação da Prefeitura Municipal de Capixaba (Acre, Brasil).....	666
Apêndice BV – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Sérgio Lopes de Souza, Prefeito do município de Epitaciolândia (Acre, Brasil)	667
Apêndice BW – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Nevisson Freire, economista da Secretaria de Planejamento do município de Brasiléia (Acre, Brasil).....	668
Apêndice BX – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Elias Amorim de Oliveira Junior, Secretário de Planejamento do município de Plácido de Castro (Acre, Brasil).....	669
Apêndice BY – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Wilson Massaharo Kishi, Secretário Municipal de Administração de Cáceres (Mato Grosso, Brasil)	670
Apêndice BZ – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Elivando de Oliveira Brito, Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de Guajará-Mirim (Rondônia, Brasil).....	671
Apêndice CA – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Alessandra Mamede Bastos, Coordenadora Municipal de Proteção e Defesa Civil de Nova Mamoré (Rondônia, Brasil)	672
Apêndice CB – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Elvis Pessoa, presidente da comunidade Forte Príncipe da Beira, Costa Marques (Rondônia, Brasil)	673
Apêndice CC – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com José Cassiano da Rocha Neto, Secretário Adjunto de Ação Social do município de Costa Marques (Rondônia, Brasil).....	674
Apêndice CD – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Adriana Silva Nascimento, Chefe do Gabinete da Prefeitura Municipal de Costa Marques (Rondônia, Brasil).....	675
Apêndice CE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Krefia Gonçalves Ferreira Miranda, Secretária Municipal de Ação Social de Costa Marques (Rondônia, Brasil).....	676

Apêndice CF – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Mercilia Raimunda Henry Soares, funcionária da municipalidad provincial de Tahuamanu, em Iñapari (Madre de Dios, Peru).....	677
Apêndice CG – Dados sobre os fluxos dos passageiros/transeuntes fronteiriços no segmento entre Acre, Pando, Madre de Dios	678
Apêndice CH – Dados sobre centralidade quanto a produtos e serviços em relação aos núcleos fronteiriços no segmento entre Acre, Pando, Madre de Dios	679
Apêndice CI – Dados sobre os fluxos dos passageiros/transeuntes fronteiriços no segmento entre Rondônia, Pando, Beni e Santa Cruz	686
Apêndice CJ – Dados sobre centralidade quanto a produtos e serviços em relação aos núcleos fronteiriços no segmento entre Rondônia, Pando e Beni	687
Apêndice CK – Dados sobre os fluxos dos passageiros/transeuntes fronteiriços no segmento entre Santa Cruz e Mato Grosso	695
Apêndice CL – Dados sobre centralidade quanto a produtos e serviços em relação aos núcleos fronteiriços no segmento entre Santa Cruz e Mato Grosso.....	696
Apêndice CM – Dados sobre os fluxos dos passageiros/transeuntes fronteiriços no segmento entre Santa Cruz e Mato Grosso do Sul.....	697
Apêndice CN – Dados sobre centralidade quanto a produtos e serviços em relação aos núcleos fronteiriços no segmento entre Santa Cruz e Mato Grosso do Sul.....	698

INTRODUÇÃO

A fronteira entre Brasil e Bolívia constitui uma zona estratégica no interior da América do Sul que liga as bacias Amazônica e Platina. Os atuais 3.423 km de limite internacional¹ entre os dois países, que representa a maior dentre as lindes de ambos, foram ratificados no século XX, com a consolidação de um processo de mobilidade de fronteiras que remonta à origem colonial desses territórios. Através do limite internacional entre Brasil e Bolívia, é possível identificar distintas dinâmicas territoriais que formam esse espaço forjado a partir do contato. Com foco nesse recorte espacial, a presente pesquisa volta-se para a temática da fronteira como uma zona geoestratégica, adotando como recorte temporal do século XVIII ao início do século XXI.

O olhar sobre essa temática se justifica, do ponto de vista pessoal, pela vivência do autor na região de estudo, em específico nos estados brasileiros do Acre e de Rondônia e o olhar sempre instigado em relação ao país vizinho.

Justifica-se ainda pelas características do recorte espacial em si, pela escassez de estudos que contemplem o conjunto dessa fronteira e pela riqueza de reflexões que enseja. Como cabe frisar, trata-se do limite internacional mais expressivo dos dois países, correspondendo a aproximadamente 21,7% do total das lindes continentais brasileiras (cerca de 15.719 km)² e a aproximadamente 50% do total das lindes bolivianas (cerca de 6.834 km)³, em uma zona que abrange e conecta as duas principais bacias do subcontinente.

A constituição dessa fronteira se relaciona à interiorização do processo de colonização pelas potências ibéricas na América do Sul, a partir do estabelecimento de núcleos de ocupação (missões jesuíticas, *pueblos*, povoados ou povoações, vilas, cidades) que se avizinharam no interior centro-oeste sul-americano no século XVIII, produzindo relações no que viria a ser, a partir do século XIX, a fronteira entre Brasil (as terras do oeste) e Bolívia (o oriente). Nesse sentido, justifica-se a necessidade de considerar o referido

¹ Desconsiderando-se os limites correspondentes ao mar territorial brasileiro. Fonte: Ministério da Integração Nacional (Brasil), INE (Bolívia).

² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).

³ Instituto Nacional de Estadísticas (INE) (2015).

recorte temporal, desde os antecedentes no período colonial, passando pelas definições e ajustes na história independente dos dois países até o teor das relações bilaterais no século XXI.

Atualmente, além do limite internacional ser o mais extenso de ambos os países, é o que abrange mais unidades da federação brasileira: com quatro estados lindeiros (Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), além de outro inserido na faixa de fronteira (Amazonas), ao passo que do lado boliviano existem três departamentos lindeiros (Pando, Beni e Santa Cruz). Através desse limite internacional, Brasil e Bolívia apresentam uma série de iniciativas bilaterais e domésticas que se dão em múltiplas escalas e envolvem distintas esferas político-administrativas.

Já que se analisa a fronteira como uma zona estratégica do território, é requerida uma visão sobre a atuação das diferentes esferas político-administrativas envolvidas, contemplando as iniciativas dos governos centrais, mas também o envolvimento dos entes subnacionais de ambos os países individualmente e entre si. Nesse sentido, justifica-se um olhar sobre essas diferentes iniciativas estatais para a fronteira, que podem ser compreendidas em linhas gerais como normas territoriais.

A vastidão e a diversidade dessa fronteira trazem ricas possibilidades de análise, tendo em vista suas diferenciações regionais. Nesse arranjo de dinâmicas territoriais, estruturam-se as redes urbanas de ambos os países que se articulam através do limite internacional por uma série de cidades que aparecem como centros regionais, mas também por uma série de outros núcleos, o que justifica um olhar sobre a diversidade desses núcleos de ocupação.

Trata-se de um estudo geopolítico das fronteiras de forma multiescalar, considerando a fronteira como uma questão geoestratégica que envolve as relações entre distintos atores no território, onde estão implicados diferentes usos e normas.

Tendo em vista a relevância do tema e as características do recorte espacial e temporal definidos, a questão central da pesquisa é: qual o papel dos diferentes núcleos de ocupação na constituição da fronteira Brasil-Bolívia historicamente e na atualidade?

A tese defendida é que os espaços fronteiriços constituem materialidade animada pela vida social dos povos de fronteira expressa nos núcleos de ocupação.

Desta feita, a hipótese aventada é que os diferentes núcleos de ocupação foram os elementos constituintes da fronteira Brasil-Bolívia e assumiram um papel relevante na sua configuração geoestratégica.

Nesse sentido, o objetivo principal da pesquisa é compreender o processo de constituição da fronteira Brasil-Bolívia e as suas características contemporâneas.

Coadunando com esse objetivo mais amplo, como objetivos específicos, busca-se:

- identificar as normas e processos que contribuíram para a formação da fronteira Brasil-Bolívia;
- identificar e caracterizar os diferentes núcleos de ocupação, com destaque para aqueles que se articulam através do limite internacional;
- entender a geoestratégia envolvida na formação da fronteira Brasil-Bolívia e seu sentido atual.

Como procedimentos metodológicos (que serão detalhados no capítulo 1), adota-se revisão bibliográfica teórico-conceitual, levantamento histórico e periodização, análise cartográfica multiescalar em Sistema de Informação Geográfica (SIG), identificação e classificação dos núcleos fronteiriços a partir de geoprocessamento, análise multitemporal da evolução da mancha de ocupação dos núcleos lindeiros deslocados inseridos em articulações fronteiriças, análise estatística e cartográfica dos recortes territoriais nacionais e subnacionais, pesquisa de campo, aplicação de questionários e realização de entrevistas.

Diante da problemática da pesquisa, voltada para o papel dos núcleos de ocupação na fronteira, e para alcançar os objetivos buscados, tanto o geral de compreender a constituição dessa fronteira e as suas características atuais, quantos os específicos voltados para as normas e processos implicados, para os núcleos e para a geoestratégia envolvida, a tese se estrutura em cinco capítulos, além da introdução e das considerações finais.

O primeiro capítulo traz a delimitação dos recortes temporal e espacial de análise, assim como descreve de maneira detalhada os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa.

O segundo capítulo, de natureza teórica, contempla uma discussão sobre fronteiras, Estado-nação e núcleos de ocupação. Nesse capítulo, discute-se e diferencia-se os conceitos de limite e fronteira em relação ao Estado-nação, dialogando com o entendimento de normas territoriais e território usado. Discute-se ainda a ideia de núcleos de ocupação fronteiriços.

O terceiro capítulo se volta para uma leitura da formação histórica da fronteira entre os dois países, analisando as suas bases no período colonial, suas definições e redefinições ao longo da história de Brasil e Bolívia como países independentes e o teor contemporâneo das relações bilaterais. Para tanto são analisados as normas e processos territoriais envolvidos, com destaque para a constituição dos núcleos de ocupação.

O quarto capítulo traz uma discussão que enquadra a fronteira entre Brasil e Bolívia a partir das distintas esferas de poder e escalas envolvidas, destacando as especificidades dos dois países e dos entes subnacionais que partilham dessa fronteira comum.

Por sua vez, o quinto capítulo se lança sobre os núcleos na fronteira entre Brasil e Bolívia, destacando aqueles com articulações através do limite internacional. A fronteira é analisada a partir dos distintos segmentos que a compõem, considerando os entes subnacionais envolvidos. Analisa-se também a inserção desses núcleos nas redes urbanas e a formação de regiões transfronteiriças.

1. RECORTE TEMPORAL E ESPACIAL DE ANÁLISE E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1.1. Recorte temporal

ao passo que a pesquisa analisa a fronteira entre Brasil e Bolívia contemporaneamente, também recupera a sua construção histórica, de modo a considerar as relações geopolíticas implicadas nos diferentes contextos.

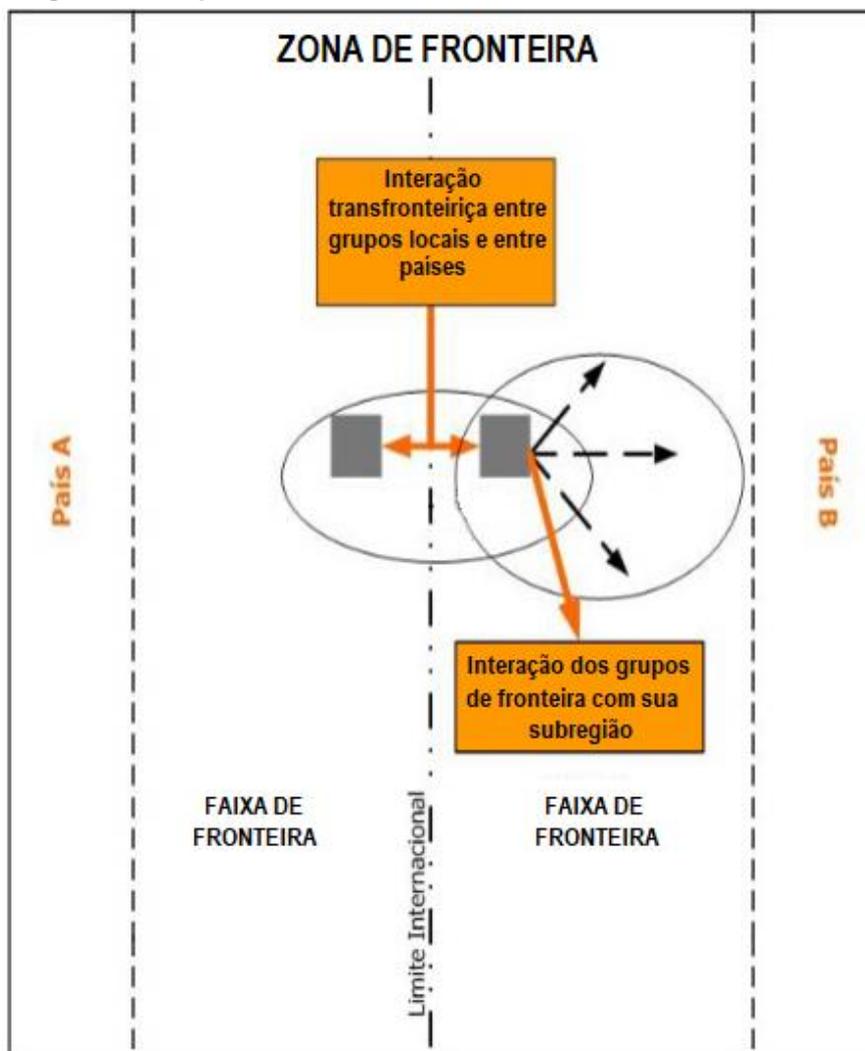
Assim, a partir da identificação dos processos territoriais e das normas que contribuíram para a definição do limite internacional atual entre Brasil e Bolívia, a análise se lança para a origem colonial desses territórios, identificando os eventos significativos que foram os alicerces para a constituição dessa fronteira. Nesse sentido, o recorte temporal que é adotado como foco da pesquisa é entre o século XVIII, quando o estabelecimento de povoações pelas potências ibéricas se avizinha no interior do subcontinente, conformando-se de modo embrionário a zona de fronteira entre os domínios coloniais que originaram a fronteira entre Brasil e Bolívia, até o início do século XXI, quando se destacam os núcleos fronteiriços contemporâneos.

1.2. Recorte espacial de análise

O território não constitui um recorte político estanque, já que é animado pela vida social. E quando se encontram sistemas territoriais e nacionalidades distintas, caso das fronteiras internacionais, em realidade se está diante de sociedades e territórios que se interpenetram.

Nesse espírito, para a definição do recorte espacial de análise partiu-se do esquema analítico apresentado por Steiman e Machado (2012) que, baseado na ideia de que a fronteira constitui uma zona de contato entre territórios, apresentam que essa zona fronteiriça é composta pelo limite internacional e pelas faixas de fronteira correspondente a cada respectivo território (Figura 1).

Figura 1 – Esquema – limite internacional, faixa e zona de fronteira



Fonte: BRASIL, 2005, p. 152 (adaptado).

Embora se reconheça que tal reflexão é uma aproximação teórico-metodológica e que na realidade concreta o que define a fronteira são as relações entre os territórios envolvidos, para operacionalizar a análise, foi feita uma aproximação para definir a zona de fronteira Brasil-Bolívia a partir da consideração das normatizações específicas de ambos os países acerca das suas faixas de fronteira legalmente reconhecidas.

Partiu-se então, inicialmente, das “fronteiras legais” definidas no ordenamento jurídico de ambos os países (Figura 2).

Figura 2 – Limite internacional e fronteiras legalmente estabelecidas – Brasil e Bolívia



Elaboração do autor.

Tomando como referência seus limites internacionais, Brasil e Bolívia possuem normatizações específicas para o reconhecimento de faixas de fronteira, uma “fronteira legal” ou legalmente reconhecida.

Em seu ordenamento jurídico, a República Federativa do Brasil define uma faixa interna de fronteira composta por uma extensão de 150 km a partir do limite internacional (CF/1988, Art. 20, § 2; Lei 6.634, de 2/5/1979; Decreto 85.064, de 26/08/1980) com a Guiana Francesa, o Suriname, a Guiana e a Venezuela (ao norte); a Colômbia e o Peru (a noroeste), a Bolívia (a oeste); o Paraguai e a Argentina (a sudoeste); além do Uruguai (ao sul). Já o Estado Plurinacional da Bolívia define em seu ordenamento um recorte territorial denominado “zona de segurança fronteiriça”, composta por uma faixa de 50 km de terras a partir do limite internacional (Constituição Política do Estado

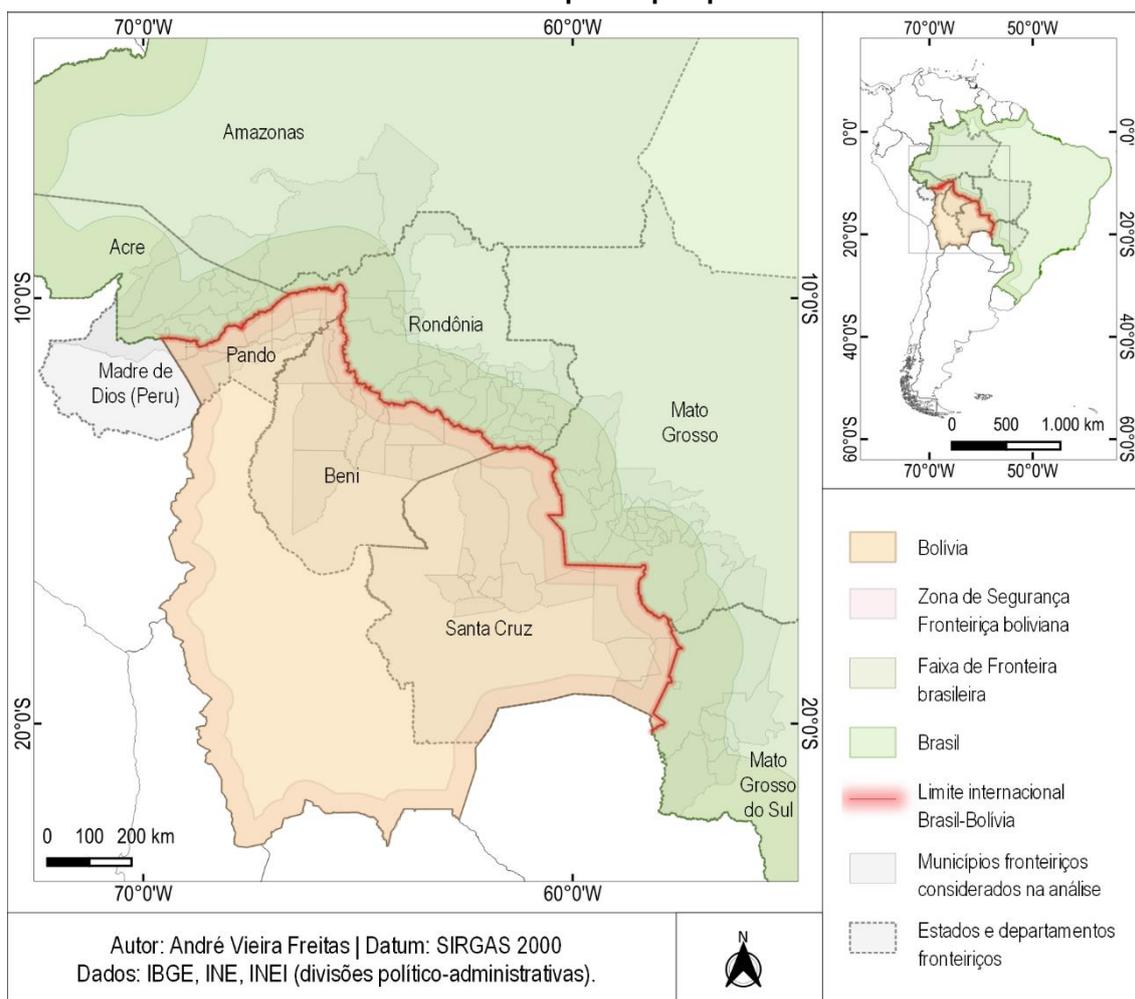
Plurinacional da Bolívia de 2009, Art. 262) com o Brasil (a leste); a Argentina e o Paraguai (ao sul); além do Peru e o Chile (a oeste).

Tendo essas faixas de fronteira legalmente definidas como referência, para uma aproximação dos recortes territoriais implicados, fez-se um cruzamento dessa normatização com as malhas territoriais dos entes subnacionais, os estados, departamentos e municípios inseridos na zona de fronteira entre os dois países.

Considerando tais normatizações, em termos operacionais, a pesquisa considera a zona de fronteira Brasil-Bolívia como os trechos das suas faixas de fronteira legalmente reconhecidas (a faixa interna de fronteira brasileira e a zona de segurança fronteira boliviana) comuns entre os dois países.

Tomando como referência essa zona de fronteira, para a análise foram considerados os entes subnacionais dos dois países que estão implicados nessa “fronteira legal”, considerando-se ainda um ente subnacional peruano situado na tríplice fronteira com Brasil e Bolívia (Figura 3).

Figura 3 – Estados, departamentos e municípios na zona de fronteira Brasil-Bolívia selecionados para a pesquisa



Elaboração do autor.

No que tange às divisões político-administrativas de primeira ordem, foram considerados os estados e departamentos fronteiriços inseridos na zona de fronteira Brasil-Bolívia. Do lado brasileiro, a análise considera os estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que se localizam no limite internacional com a Bolívia, além do Amazonas que, apesar de não ser lindeiro, tem sua porção sudoeste inserida na faixa de fronteira brasileira, no que se refere ao trecho comum com a Bolívia. Do lado boliviano, considera-se os departamentos lindeiros de Pando, Beni e Santa Cruz. Além desses, considera-

se o departamento peruano de Madre de Dios⁴, por situar-se simultaneamente na fronteira com o Brasil e a Bolívia.

Além desses estados e departamentos, também foi considerado o recorte territorial dos municípios, com a seleção: do lado brasileiro, daqueles que estão inseridos total ou parcialmente na faixa de fronteira; do lado boliviano, dos municípios inseridos em províncias⁵ localizadas ao menos parcialmente na faixa de fronteira da Bolívia; além da inclusão do distrito⁶ peruano de Iñapari, no departamento de Madre de Dios, por localizar-se simultaneamente no limite internacional com o Brasil e a Bolívia (Quadro 1).

Quadro 1 – Distrito fronteiriço peruano considerado na análise

Departamento	Província	Distrito	Em relação ao limite com Brasil e Bolívia
Madre de Dios	Tahuamanu	Iñapari	Lindeiro

Elaboração do autor.

Com esses critérios, a seleção abarcou 113 unidades territoriais de menor ordem dos países envolvidos, considerando os municípios brasileiros e bolivianos e o referido distrito peruano.

Do lado boliviano, foram selecionados 35 municípios, dos quais 17 lindeiros. Do total de municípios bolivianos abrangidos na análise, sete têm suas malhas territoriais totalmente inseridas na faixa de fronteira, seis se inserem predominantemente, 13 se inserem parcialmente e os outros nove, apesar de não se inserirem, compõem províncias que estão inseridas na referida zona de segurança fronteiriça (Quadro 2).

⁴ Madre de Dios é um dos 24 departamentos bolivianos (a denominação utilizada pelo órgão estatístico do país, embora alguns órgãos adotem o termo região, em uma discussão legal sobre a autonomia nesse país unitário), que, juntos com a província constitucional do Callao constituem o país (Peru, Congresso da República).

⁵ O ordenamento jurídico boliviano divide o país em nove departamentos, que se dividem em províncias, totalizando 95, que podem envolver um ou mais municípios – que somam 319 em todo o país.

⁶ Na divisão político-administrativa do Peru, não há o ente município. O menor recorte político-administrativo é o dos distritos, que no país somam 1.874, agrupados em províncias, que somam 196 e se agrupam nos departamentos (ou regiões) e no distrito constitucional. O poder local se divide entre municipalidades provinciais e municipalidades distritais (Peru, Instituto Nacional de Estatística e Informática do Peru – INEI, 2020).

Quadro 2 – Municípios fronteiriços bolivianos considerados na análise

Depto.	Província	Município	Relação – limite int.	Inserção na zona de segurança fronteiriça
Pando	Abuná	Ingavi	Lindeiro	Predominante
		Santa Rosa del Abuná	Lindeiro	Predominante
	Frederico Román	Nueva Esperanza	Lindeiro	Total
		Santos Mercado	Lindeiro	Predominante
		Villa Nueva - Loma Alta	Não lindeiro	Parcial
	Manuripi	Filadelfia	Não lindeiro	Parcial
		Puerto Rico	Não lindeiro	Parcial
		San Pedro	Não lindeiro	Em província fronteiriça
	Nicolás Suárez	Bella Flor	Lindeiro	Total
		Bolpebra	Lindeiro	Total
		Cobija	Lindeiro	Total
		Porvenir	Lindeiro	Total
Beni	Iténez	Huacaraje	Não lindeiro	Em província fronteiriça
		Baures	Lindeiro	Parcial
		Magdalena	Lindeiro	Predominante
	Mamoré	San Joaquín	Lindeiro	Parcial
		San Ramón	Não lindeiro	Parcial
		Puerto Siles	Lindeiro	Predominante
	Vaca Díez	Riberalta	Não lindeiro	Parcial
		Guayaramerín	Lindeiro	Total
	Yacuma	Santa Ana del Yacuma	Não lindeiro	Em província fronteiriça
		Exaltación	Não lindeiro	Parcial
Santa Cruz	Ángel Sandóval	San Matías	Lindeiro	Parcial
	Germán Busch	Carmen Rivero Tórrez	Não lindeiro	Parcial
		Puerto Suarez	Lindeiro	Predominante
		Puerto Quijarro	Lindeiro	Total
	Ñuflo De Chávez	Cuatro Cañadas	Não lindeiro	Em província fronteiriça
		San Antonio de Lomerio	Não lindeiro	Em província fronteiriça
		San Javier	Não lindeiro	Em província fronteiriça
		San Julián	Não lindeiro	Em província fronteiriça
		San Ramón	Não lindeiro	Em província fronteiriça
		Concepción	Não lindeiro	Parcial
	Velasco	San Miguel de Velasco	Não lindeiro	Em província fronteiriça
		San Ignacio de Velasco	Lindeiro	Parcial
		San Rafael	Não lindeiro	Parcial
3 dptos.	12 províncias	35 municípios		

Elaboração do autor.

Do lado brasileiro, o recorte abrange 77 municípios, 21 deles no limite internacional entre o país e a Bolívia. Do total de municípios fronteiriços, 40 apresentam suas malhas territoriais totalmente inseridas na faixa de fronteira brasileira, 14 se inserem predominantemente e 23 estão inseridos parcialmente (Quadro 3).

Quadro 3 – Municípios brasileiros fronteiriços considerados na análise

Estado	Município	Relação – limite int.	Inserção na faixa de fronteira
Acre	Acrelândia	Lindeiro	Total
	Assis Brasil	Lindeiro	Total
	Brasiléia	Lindeiro	Total
	Bujari	Não lindeiro	Predominante
	Capixaba	Lindeiro	Total
	Epitaciolândia	Lindeiro	Total
	Manoel Urbano	Não lindeiro ¹	Parcial
	Plácido de Castro	Lindeiro	Total
	Porto Acre	Não lindeiro	Total
	Rio Branco	Não lindeiro	Total
	Sena Madureira	Não lindeiro ¹	Parcial
	Senador Guionard	Não lindeiro	Total
Xapuri	Lindeiro	Total	
Amazonas	Boca do Acre	Não lindeiro	Parcial
	Canutama	Não lindeiro	Parcial
	Lábrea	Não lindeiro	Parcial
Rondônia	Alta Floresta d'Oeste	Lindeiro	Total
	Alto Alegre dos Parecís	Lindeiro	Total
	Alvorada d'Oeste	Não lindeiro	Parcial
	Buritis	Não lindeiro	Parcial
	Cabixi	Lindeiro	Total
	Campo Novo de Rondônia	Não lindeiro	Parcial
	Cerejeiras	Não lindeiro	Total
	Chupinguaia	Não lindeiro	Total
	Colorado do Oeste	Não lindeiro	Total
	Corumbiara	Não lindeiro	Total
	Costa Marques	Lindeiro	Total
	Guajará-Mirim	Lindeiro	Predominante
	Nova Brasilândia d'Oeste	Não lindeiro	Parcial
	Nova Mamoré	Lindeiro	Predominante
	Novo Horizonte do Oeste	Não lindeiro	Parcial
	Parecís	Não lindeiro	Predominante
	Pimenta Bueno	Não lindeiro	Parcial
	Pimenteiras do Oeste	Lindeiro	Total
	Porto Velho	Lindeiro	Parcial
	Primavera de Rondônia	Não lindeiro	Parcial
	Rolim de Moura	Não lindeiro	Parcial
	Santa Luzia d'Oeste	Não lindeiro	Predominante
	São Felipe d'Oeste	Não lindeiro	Parcial
São Francisco do Guaporé	Lindeiro	Total	
São Miguel do Guaporé	Não lindeiro	Predominante	
Seringueiras	Não lindeiro	Total	
Vilhena	Não lindeiro	Parcial	

Estado	Município	Relação – limite int.	Inserção na faixa de fronteira
Mato Grosso	Araputanga	Não lindeiro	Total
	Barão de Melgaço	Não lindeiro	Parcial
	Barra do Bugres	Não lindeiro	Parcial
	Cáceres	Lindeiro	Total
	Campos de Júlio	Não lindeiro	Predominante
	Comodoro	Lindeiro	Predominante
	Conquista d'Oeste	Não lindeiro	Total
	Curvelândia	Não lindeiro	Total
	Figueirópolis d'Oeste	Não lindeiro	Total
	Glória d'Oeste	Não lindeiro	Total
	Indiavaí	Não lindeiro	Total
	Jauru	Não lindeiro	Total
	Lambari d'Oeste	Não lindeiro	Total
	Mirassol d'Oeste	Não lindeiro	Total
	Nossa Senhora do Livramento	Não lindeiro	Parcial
	Nova Lacerda	Não lindeiro	Total
	Poconé	Não lindeiro	Predominante
	Pontes e Lacerda	Não lindeiro	Total
	Porto Esperidião	Lindeiro	Total
	Porto Estrela	Não lindeiro	Predominante
	Reserva do Cabaçal	Não lindeiro	Parcial
	Rio Branco	Não lindeiro	Total
	Salto do Céu	Não lindeiro	Predominante
São José dos Quatro Marcos	Não lindeiro	Total	
Tangará da Serra	Não lindeiro	Parcial	
Vale de São Domingos	Não lindeiro	Predominante	
Vila Bela da Santíssima Trindade	Lindeiro	Total	
Mato Grosso do Sul	Aquidauana	Não lindeiro	Parcial
	Bodoquena	Não lindeiro	Predominante
	Bonito	Não lindeiro	Parcial
	Corumbá	Lindeiro	Predominante
	Ladário	Não lindeiro ²	Total
	Miranda	Não lindeiro	Predominante
	Porto Murtinho	Não lindeiro	Predominante ⁽³⁾
4 estados	77 municípios		

(1) No limite internacional com o Peru.

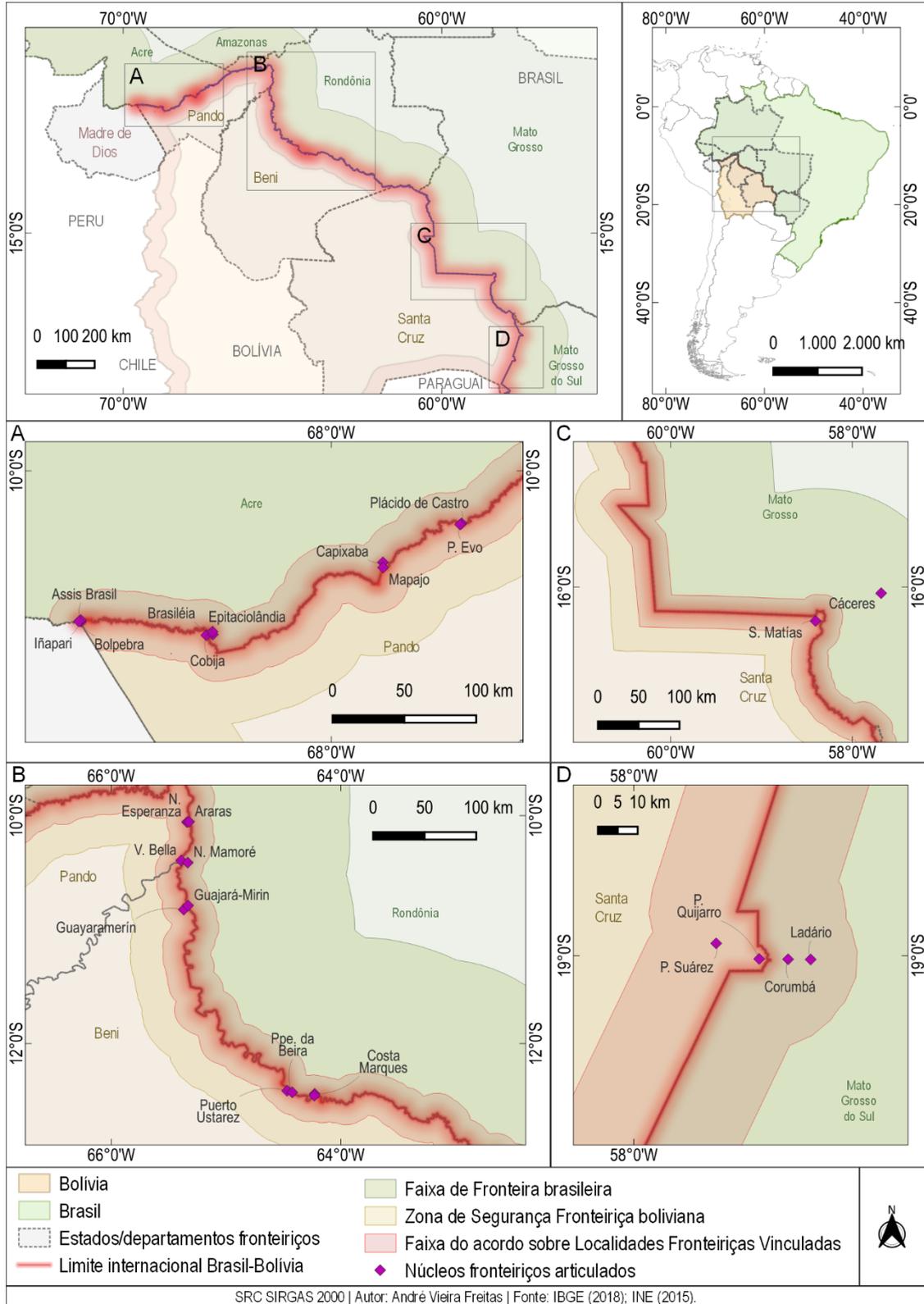
(2) Enclave territorial em município lindeiro.

(3) Inserido totalmente na faixa de fronteira, no trecho comum com o Paraguai.

Elaboração do autor.

Além dessas malhas territoriais nacionais, estaduais/departamentais e municipais, foi dada maior atenção aos núcleos de ocupação (cidades, povoados, vilas e comunidades em geral) que se localizam nas proximidades do limite internacional, em especial aqueles que estão próximos e se articulam a um ou mais núcleos do país vizinho (Figura 4, Quadro 4).

Figura 4 – Núcleos fronteiriços articulados entre Brasil e Bolívia



Elaboração do autor.

Quadro 4 – Núcleos fronteiriços articulados entre Bolívia e Brasil

BOLÍVIA		BRASIL			
Dpt	Município	Núcleo		Município	UF
		Iñapari (Madre de Dios, Peru)			
P N D	Bolpebra	Bolpebra	Assis Brasil	Assis Brasil	A C
	Cobija	Cobija	Brasiléia Epitaciolândia	Brasileia Epitaciolândia	
	Bella Flor	Mapajo	Capixaba	Capixaba	
		Pto. Evo	P. de Castro	Plácido de Castro	
N. Esperanza	N. Esperanza	Araras			
B N I	Guayaramerín	Villa Bella	Nova Mamoré	Nova Mamoré	R O
		Guayaramerín	Guajará-Mirim		
	San Joaquín	S. Juan de P. Ustarez	Príncipe de Beira	Costa Marques	
Magdalena	Buena Vista	Costa Marques			
S C Z	San Matías	San Matías	Cáceres	Cáceres	M T
	Puerto Suarez; Puerto Quijarro	P. Suarez P. Quijarro	Ladário Corumbá	Ladário; Corumbá	M S

Elaboração do autor.

1.3. Procedimentos metodológicos

Com os referidos recorte temporal e espacial de análise, tendo em vista a temática da pesquisa, focada na discussão sobre fronteira, a problemática, voltada para o papel dos núcleos, o objetivo geral, que engloba o processo de constituição da fronteira Brasil-Bolívia e as suas características atuais, assim como seus desdobramentos nos referidos objetivos específicos voltados respectivamente para as normas e processos de formação dessa fronteira, os diferentes núcleos de ocupação e o seu sentido geoestratégico, a pesquisa se pauta por uma série de procedimentos metodológicos voltados para os eixos teórico e empírico.

1.3.1. Revisão bibliográfica teórico-conceitual

No eixo teórico, adota-se a revisão bibliográfica focada na discussão sobre fronteiras internacionais e a sua relação com as categorias Estado e território. O conceito de fronteira é contemplado privilegiando a abordagem a partir da geografia, passando pelo debate sobre normas e o território usado. Essas reflexões, que permeiam a pesquisa e contribuem para o conjunto dos objetivos geral e específicos, foram relevantes também na delimitação do recorte temporal e espacial de análise.

1.3.2. Levantamento histórico e periodização

No eixo empírico, procedeu-se com o levantamento histórico da gênese e evolução da fronteira e das relações bilaterais entre o Brasil e Bolívia, incluindo-se os seus antecedentes no período colonial. Nessa análise, valorizam-se os processos territoriais de apropriação dessas terras pelos Estados envolvidos, com destaque para o estabelecimento de núcleos de ocupação, além dos conflitos, tratados e acordos ocorridos. A partir da identificação de diferentes eventos significativos que permitem unir as noções de tempo e espaço (SANTOS, 1999), realiza-se uma periodização para a compreensão da fronteira em tela. Tais procedimentos metodológicos são importantes para o conjunto dos objetivos específicos da pesquisa, mas especialmente para primeiro (identificar as normas e processos que contribuíram para a formação da fronteira Brasil-Bolívia) e o segundo (identificar e caracterizar os diferentes núcleos de ocupação).

No que que concerne ao levantamento dos processos e normas relativas à origem e consolidação da fronteira Brasil-Bolívia, são recuperadas as relações entre as metrópoles ibéricas na América do Sul, destacando-se os primeiros tratados de limites por elas celebrados e a interpenetração de fluxos entre os seus domínios, assim como os tratados e acordos entre Brasil e Bolívia e as suas normas internas que afetam essa fronteira. Nesse sentido, recorreu-se a uma leitura historiográfica sobre os atos internacionais relativos à fronteira entre Brasil e Bolívia, assim como o levantamento dos atos legais referentes à fronteira e à criação de recortes político-administrativos internos do Brasil, por meio dos portais Lexml⁷ e Levivox⁸, além das referências na literatura.

Também na linha de uma leitura histórica dessa fronteira, está o levantamento da constituição dos núcleos de ocupação nos diferentes períodos, a saber: missões jesuíticas, *pueblos*, povoados ou povoações, vilas e cidades. Esses núcleos de ocupação são reconhecidos enquanto formas-conteúdo que denotam tanto as geoestratégias dos Estados centrais envolvidos, com as

⁷ Rede de Informação Legislativa e Jurídica <<https://www.lexml.gov.br/>>.

⁸ Portal Jurídico Livre da Bolívia <<https://www.lexivox.org/>>.

normas decorrentes de suas relações, quanto os usos do território dos diferentes atores implicados e o seu enquadramento nas sociedades que se constituíram.

Os referidos núcleos de ocupação foram selecionados a partir da identificação de referências na literatura como relevantes no processo de apropriação das terras do interior da América do Sul pelas potências ibéricas cujas colônias foram a base para a formação dos territórios brasileiro e boliviano e de suas fronteiras; as sedes dos atuais municípios fronteiriços considerados no recorte espacial da pesquisa; além dos diferentes núcleos nas imediações do atual limite internacional entre Brasil e Bolívia, para os quais se deu especial enfoque.

A partir da identificação desses núcleos e da reunião de informações coletadas, os dados foram classificados com o uso de tabelas dinâmicas no *software* Microsoft Excel, com a geração e tratamento dos dados vetoriais no *software* QGIS 3.16.3 e 3.22.7. Buscou-se identificar a localização dos núcleos, quando se constituíram, de quem foi a iniciativa e qual foi a motivação.

Quanto à localização dos núcleos, foram gerados dados vetoriais do tipo ponto, a partir dos registros na literatura, da conferência em referências iconográficas no âmbito da cartografia histórica (CARTA, 1776?; IDEIA, 178-?; PLAN, 1778; SERRA, 1777) e de dados dos órgãos oficiais de geografia e estatística do Brasil e da Bolívia, com posterior verificação a partir de composições de imagens dos sensores Landsat e Copernicus disponibilizados pelos bancos de dados do Google, da ESRI e do projeto MapBox, acessadas por extensões ou pelo geoserviço WMTS (*Web Map Tile Service*).

Quanto à constituição dos núcleos, buscou-se registrar o ano, década ou um período aproximado de sua constituição, a partir de registros na literatura, na legislação, em documentos oficiais ou em referências cartográficas históricas, além da análise das imagens dos sensores Landsat 4, 5, 7, 8, para o período entre 1984 e 2020, que foram acessadas e coletadas pelo *software* Google Earth Pro.

Quanto á iniciativa para a criação dos núcleos, tomou-se como referência o enquadramento no projeto territorial colonial português e espanhol, para o período colonial, e brasileiro e boliviano, quando da sua constituição como países independentes.

Sobre qual a motivação para a constituição dos núcleos, foram identificados alguns elementos a partir da análise de documentos oficiais, da revisão da literatura e da reflexão a partir do contexto local, regional e nacional de inserção dos núcleos. Assim foram identificados aspectos como:

- presença oficial do Estado para defesa, segurança e controle, como por meio de instalação de unidades militares e postos aduaneiros;
- implantação de projetos oficiais de colonização coordenados pelo Estado (por iniciativa dos governos centrais ou dos entes subnacionais), sejam diretamente por órgãos oficiais ou com intermediação de empresas privadas;
- ocupações de terra para reforma agrária e assentamentos oficiais com essa finalidade;
- produção agropecuária;
- exploração de produtos florestais, com destaque para a produção da borracha;
- remanescentes de seringais;
- ocupação por comunidades tradicionais, destacando-se as comunidades indígenas e as remanescentes de quilombos;
- exploração mineral;
- núcleos constituídos a partir da instalação de infraestrutura de transportes, como portos, rodovias, ferrovias, além daqueles que se constituem como entrepostos logísticos, como pontos de apoio à navegação fluvial e em caminhos terrestres;
- núcleos constituídos como entrepostos comerciais;
- núcleos voltados para o turismo;
- além de povoações religiosas, com estabelecimento de aldeamentos como as missões jesuíticas.

1.3.3. Análise cartográfica multiescalar em Sistema de Informação Geográfica (SIG)

Também no eixo empírico, realizou-se uma análise cartográfica multiescalar em ambiente de Sistema de Informação Geográfica (SIG). O software para a manipulação e análise dos dados vetoriais e matriciais, assim como para a geração dos mapas, foi o QGIS 3.16.3 e 3.22.7.

No que se refere à obtenção e análise dos dados vetoriais (*shapefile*), utilizou-se no referido *software* QGIS com o complemento OSM Downloader (para obter os dados do projeto OpenStreetMap) e as bases de órgãos governamentais dos países considerados na análise, assim como as bases de iniciativas internacionais.

Para o acesso e a obtenção dos dados *raster* utilizou-se os *softwares* Google Earth Pro 7.3.4.8248, SAS.Planet 200606.10075 e QGIS 3.16.3, valendo-se ainda das extensões QuickMapServices e HCMGIS. Por meio desses *softwares* e extensões foi possível acessar as imagens de satélite organizadas em mosaico nos bancos de dados do Google, da ESRI e do projeto MapBox, que oferecem mosaicos de imagens em alta resolução espacial para diversas áreas do planeta com a composição das bandas RGB e correções de cor, saturação e contraste obtidas a partir de diferentes sensores, como Landsat, Copernicus e MODIS, além de imagens aéreas, sem a especificação de data, mas com atualização constante que prioriza áreas mais povoadas. As extensões QuickMapServices e HCMGIS permitiram o acesso aos dados *raster* dos bancos de dados da ESRI e do Google como uma camada no QGIS; já os dados do projeto MapBox foram acessados a partir do geoserviço WMTS (*Web Map Tile Service*), para requisitar os dados raster da plataforma Mapbox Studio como uma camada no QGIS, o que facilitou a comparação com os demais dados vetoriais consultados e gerados na pesquisa. O programa SAS.Planet permitiu o *download* das imagens georreferenciadas dessas diferentes plataformas. Já o Google Earth Pro permitiu o acesso mais ágil às imagens de satélites para o período entre os anos de 1985 e 2021, que posteriormente foram georreferenciadas, tendo em vista a geração de mapas com a evolução das manchas dos núcleos de ocupação deslocados identificados.

No que se refere aos dados vetoriais referentes às divisões político-administrativas dos territórios envolvidos, recorreu-se às bases de dados dos órgãos oficiais dos respectivos países, a saber o Instituto Nacional de Estatística (da Bolívia) (INE) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foram extraídas da base de dados do primeiro órgão a malha territorial da Bolívia, seus departamentos, províncias, municípios, territórios campestres de origem (INE, 2015) e do segundo a malha territorial brasileira, das Unidades da Federação e dos municípios, assim como o recorte dos demais países sul-americanos (IBGE, 2018); adicionalmente, recorreu-se ao Instituto Geográfico Nacional (do Peru) (IGN) para acessar a malha territorial do distrito e do departamento peruano situados na tríplice fronteira com Brasil e Bolívia (IGN, 2020). Esses dados foram manipulados para a definição e análise do recorte espacial da pesquisa, focados na fronteira entre Brasil e Bolívia, assim como para a geração dos produtos cartográficos.

Quanto aos dados vetoriais específicos sobre a zona de fronteira, o arquivo *shapefile* da faixa interna de fronteira brasileira foi extraído da base de dados do IBGE (2018), assim como o do limite internacional brasileiro, sendo recortado o trecho comum com a Bolívia. Quanto à faixa de fronteira boliviana, foi gerado um arquivo vetorial por meio da ferramenta *buffer*, tomando como referência o contorno do território boliviano e considerando a faixa de 50 km definida legalmente como Zona de Segurança Fronteiriça (Bolívia, Constituição Política do Estado, 2009, Art. 262). Também por meio da função *buffer*, gerou-se a faixa referente à abrangência de localidades fronteiriças vinculadas, considerando os 20 km de cada lado do limite internacional em ambos os países, como previsto no Acordo para a Permissão de Residência, Estudo e Trabalho aos nacionais fronteiriços brasileiros e bolivianos (2005).

Quanto ao sistema viário, selecionaram-se as principais rodovias e ferrovias que passam pela fronteira e a sua ligação com as centralidades urbanas dos respectivos estados/departamentos fronteiriços, assim como a sua ligação às principais cidades dos respectivos países. Foram considerados ainda os principais rios que se ligam à fronteira e os rios ordens maiores que servem como vias de escoamento, no âmbito das bacias Amazônica e Platina. Os dados vetoriais das rodovias foram extraídos da base de dados do Departamento

Nacional de Infraestrutura de Transportes do Brasil (DNIT, 2017), da Administradora Boliviana de Estradas (ABC, 2020) e do Ministério de Transportes e Comunicações do Peru (MCTC, 2019), com a classificação atualizada a partir da verificação com as respectivas imagens de satélite de maior resolução encontradas. Adicionalmente, para cobrir eventuais ausências dessas bases de dados, foram incluídos dados do *OpenStreetMap*, cotejados com os dados raster.

Quanto aos dados sobre portos e terminais fluviais, foram obtidos na base de dados do Ministério dos Transportes Portos e Aviação Civil do Brasil (MTPA, 2019), da Agência Nacional de Transportes Aquaviários do Brasil (ANTAQ, 2018), do Serviço Nacional de Hidrografia Naval da Bolívia (HIDRONAV, 2002) e do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN, 2015).

Os dados dos aeroportos foram compilados a partir de buscas nas bases de dados da Agência Nacional de Aviação Civil do Brasil (ANAC) (Brasil), da Administração de Aeroportos e Serviços Auxiliares à Navegação Aérea (AASANA) (Bolívia), da concessionária Aeroportos do Peru (AdP), da Direção Nacional de Aeronáutica do Civil (DINAC) (Paraguai) e da Unidade Administrativa Especial Aeronáutica Civil do Ministério dos Transportes da Colômbia.

Esses dados foram cruzados com aqueles disponíveis na base de dados do OpenStreetMap e com levantamento de informações nas empresas que exploram cada modal de transporte, gerando-se mapas das redes viárias na fronteira Brasil-Bolívia. A partir das informações sobre a infraestrutura e os serviços de transportes aéreo, ferroviário, rodoviário e hidroviário, foram gerados mapas de fluxos que envolvem as cidades na zona de fronteira entre os dois países.

A partir desses dados, foram gerados 101 mapas temáticos, considerando os diferentes recortes territoriais e aspectos abordados na pesquisa.

1.3.4. Identificação e classificação dos núcleos fronteiriços a partir do geoprocessamento

Tendo em vista o recorte territorial dos municípios fronteiriços considerados na pesquisa, para a identificação de manchas de luminosidade que indicam adensamento de infraestruturas e manchas de ocupação, utiliza-se o geoprocessamento a partir do tratamento de imagens de satélite noturnas. Nesse sentido, foram coletadas imagens do sensor Suomi National Polar-orbiting Partnership satélite de 1 de janeiro de 2016, com resolução de 30m, por meio da plataforma NASA EarthData, parte do Sistema de Informação e Dados do Sistema de Observação da Terra (NASA Earth Observing System Data and Information System - EOSDIS). O sensor utiliza "dia-noite band" do infravermelho visível do suíte radiômetro de imagem (Visible Infrared Imaging Radiometer Suite – VIIRS), com a detecção da luz em uma gama de comprimentos de onda do verde ao infravermelho que permite captar, com uso de técnicas de filtragem, elementos como cidades, vilas, aglomerações de casas com energia elétrica e iluminação pública, algumas sedes de grandes fazendas, mineradoras e usinas de geração e subestações de distribuição de energia.

Após a coleta das imagens georreferenciadas, aplicou-se no QGIS a ferramenta miscelânea para a junção dos dados *raster* e o recorte a partir da camada de máscara do conjunto das malhas territoriais dos municípios considerados na análise (previamente obtida pela ferramenta de geoprocessamento dissolver, com posteriores correções a partir de eventuais incompatibilidades entre as bases cartográficas). Procedeu-se então com o tratamento desses dados *raster* com a aplicação do modo de mistura diferença na renderização da multibanda colorida e seleção da banda 1 (vermelha) como de transparência, o que viabilizou o realce aos principais pontos de luminosidade. Em seguida, procedeu-se com a paletização a partir de valores únicos na banda 1 (considerando aqueles com valor entre 90 e 255) e posterior aplicação da ferramenta poligonzinação para a geração de dados vetoriais sobre essas manchas de luminosidade. Em seguida, esses dados *raster* foram agrupados a partir da mesclagem de polígonos próximos que indiquem um mesmo núcleo ou elemento no território e classificados a partir do cruzamento com outras informações vetoriais levantadas e imagens de outros sensores

considerados. Esses dados vetoriais gerados e tratados permitiram a identificação das manchas de luminosidade nos municípios fronteiriços.

Especial atenção foi dada ao limite internacional, com o alcance de outros pontos para além das manchas de luminosidade identificadas, com a identificação mais detalhada de núcleos de ocupação adjacentes ao limite internacional ou que a ele se ligam por equipamento de infraestrutura. Esses núcleos foram selecionados a partir de elementos que indiquem a ocupação humana, como arruamentos, equipamentos públicos e concentração de construções, com posterior verificação de informações sobre as suas funções, focando-se no uso residencial, combinado com os usos comercial, industrial ou de serviços, considerando-se como critério mínimo de inclusão o indício de existência de uma comunidade. Esses núcleos lindeiros foram classificados em dois grupos: o primeiro envolve os núcleos articulados, quando há a correspondência de um ou mais núcleos contíguos (com conurbação ou semi-conurbação) com um ou mais núcleos em um ou mais países limítrofes; já o segundo inclui aqueles núcleos sem articulação, quando tangenciam ou estão nas proximidades ao limite internacional e a ele se ligam por meio de equipamento de infraestrutura, mas não encontram correspondência com um ou mais núcleos de um ou outro país limítrofe.

1.3.5. Análise multitemporal da evolução das manchas de ocupação dos núcleos lindeiros deslocados inseridos em articulações fronteiriças

Ainda no eixo empírico, no que se refere aos núcleos lindeiros que sofreram um processo de deslocamento, a pesquisa realiza uma análise multitemporal da evolução das manchas de ocupação dos referidos núcleos, comparando-se imagens de satélite da década de 2020 com outras que mostrem os núcleos pré-existentes, tendo em vista as referências na literatura ou nas entrevistas.

Para a coleta das imagens utilizou-se o *software* Google Earth Pro, a partir de imagens dos sensores Landsat 4, 5, 7 e 8 que cobrem os períodos entre 1984 e 2020 e são disponibilizadas com a composição de bandas RGB e correções, com posterior georreferenciamento e geração de mapas no QGIS.

1.3.6. Análise estatística e cartográfica dos recortes territoriais nacionais e subnacionais

Considerando os recortes territoriais do Brasil e da Bolívia e os entes subnacionais envolvidos, também no eixo empírico, adota-se uma análise estatística e cartográfica contemplando a comparação entre Brasil e Bolívia; os departamentos bolivianos e os estados brasileiros, considerando-se os fronteiriços; além do conjunto de municípios abrangidos na análise, considerando-se em seu conjunto e em relação aos demais entes subnacionais de mesma ordem.

Para a comparação entre esses recortes territoriais, utilizou-se a base de dados populacionais do IBGE (Brasil), do INE (Bolívia) e do INEI (Peru). Foram colhidos dados acerca das estimativas populacionais desses órgãos para o ano de 2020 (IBGE, 2022; INE, 2020; INEI, 2020).

A partir desses dados, foram gerados mapas temáticos com a representação espacializada desses dados a partir da classificação graduada do número de habitantes, tomando-se um mesmo critério com base em toda a amostra. Também foram gerados mapas de calor (densidade de Kernel) no QGIS, a partir da geração de arquivo vetorial do tipo ponto com a geolocalização das sedes municipais, a inserção dos valores referentes ao número de habitantes, o acesso e edição do arquivo .dbf por meio do software LibreOffice Calc, com o auxílio de filtros, a partir de prévia inserção de coluna de controle tendo em vista a preservação dos dados no arquivo *shapefile*, aplicação do mapa de calor na estilização da camada, seleção do gradiente de cores Reds, método discreto, com ajustes na luminosidade para realçar as diferenças na espacialização dos dados e definição do raio de 12 mm.

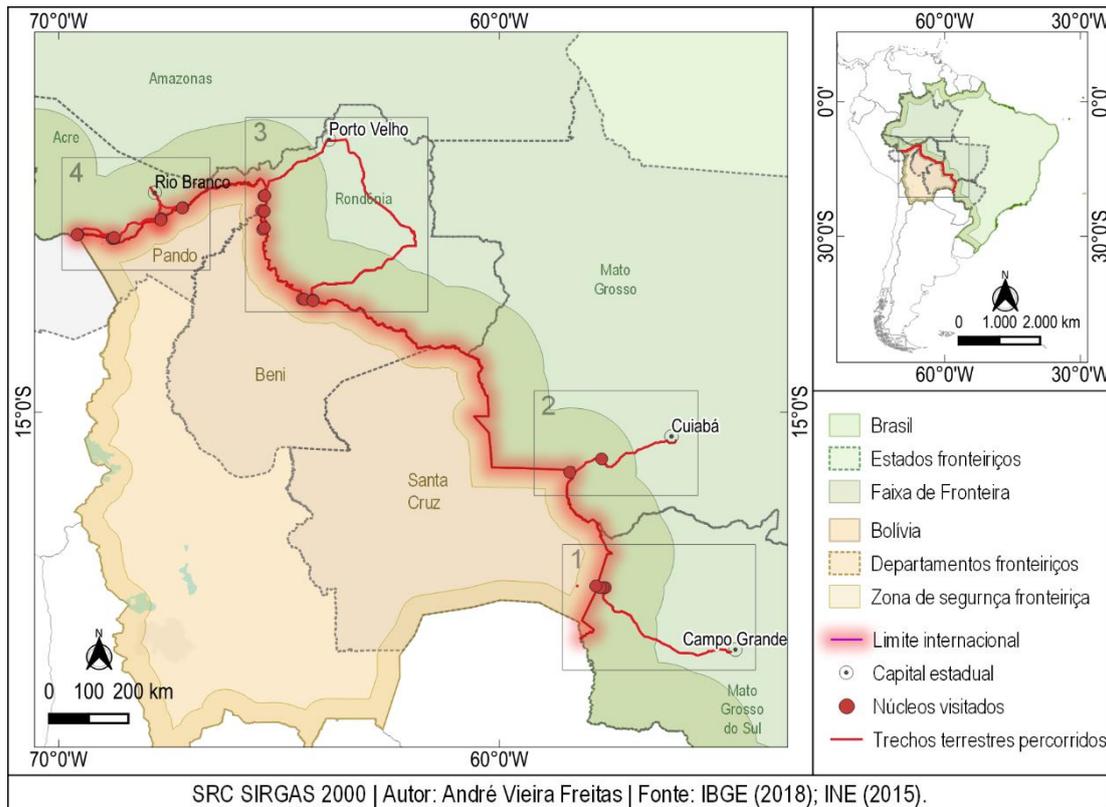
Foram gerados outros mapas temáticos cruzando esses dados populacionais com a malha viária, a hidrografia, os dados relativos às manchas de luminosidade previamente gerados em arquivo vetorial.

Também foram gerados mapas temáticos com o uso de *base maps*: ESRI Terrain para ilustrar as formações do relevo de forma discreta nos mapas acerca da evolução da constituição dos núcleos fronteiriços; MapTiler para a ilustração dos arruamentos e manchas de ocupação nos mapas em escala local relativos aos núcleos fronteiriços individualizados.

1.3.7. Pesquisa de campo⁹

Para a pesquisa de campo, foram visitados os 26 núcleos classificados como parte das 10 articulações fronteiriças identificadas. Para a logística da visita a tais núcleos, dividiu-se a fronteira em quatro segmentos, tomando como base as capitais dos estados fronteiriços brasileiros (Figura 5).

Figura 5 – Segmentos e núcleos considerados na pesquisa de campo



Elaboração do autor.

⁹ A realização da pesquisa de campo foi afetada pela pandemia desencadeada pela COVID-19, de modo que só foi possível dar prosseguimento após o avanço da vacinação nos dois países e diminuição das restrições, o que inviabilizou que se dispusesse de maior tempo nos referidos núcleos. De todo modo, optou-se por continuar com a sua realização após o autor estar completamente imunizado, seguindo-se ainda os protocolos sanitários.

Tomando como base esses segmentos, chegou-se até as capitais dos estados brasileiros de avião e, a partir delas, seguiu-se por via terrestre (de ônibus, carro moto ou caminhando em alguns trechos) ou por via fluvial. Considerando os trajetos de ida e volta entre as referidas capitais e os núcleos selecionados para a pesquisa de campo, foram percorridos cerca de 4850 km, sem contar os deslocamentos internos dentro de cada núcleo (Quadro 5).

Quadro 5 – Núcleos visitados durante a pesquisa de campo

Segmento	País	Estado/depto.	Núcleo	Distâncias percorridas	Período
Mato Grosso do Sul-Santa Cruz	BR	MS	Ladário	928 km	7 a 10/10/2019; 2 a 4/02/2022
	BR	MS	Corumbá		
	BO	SCZ	Puerto Suárez		
	BO	SCZ	Puerto Quijarro		
Mato Grosso-Santa Cruz	BR	MT	Cáceres	640 km	22 a 23/10/2019; 26 a 28/01/2022
	BO	SCZ	San Matias		
Rondônia-Pando-Beni	BR	RO	Araras (Nova Mamoré)	2398 km	16 a 19/11/2021; 19 a 20/01/2022
	BO	PND	Nueva Esperanza		
	BR	RO	Nova Mamoré		
	BO	BNI	Villa Bella (Guayaramerín)		
	BR	RO	Guajará-Mirim		
	BO	BNI	Guayaramerín		
	BR	RO	Forte Príncipe da Beira (Costa Marques)		
	BO	BNI	San Juan de Puerto Ustarez (San Joaquín)		
	BR	RO	Costa Marques		
	BO	BNI	Buena Vista (Magdalena)		
Acre-Pando-Madre de Dios	PE	MDD	Iñapari	888 km	10 a 14/01/2022
	BR	AC	Assis Brasil		
	BO	PND	Bolpebra		
	BR	AC	Brasiléia		
	BR	AC	Epitaciolândia		
	BO	PND	Cobija		
	BR	AC	Capixaba		
	BO	PND	Mapajo (Bella Flor)		
	BR	AC	Plácido de Castro		
	BO	PND	Puerto Evo (Bella Flor)		
3 países, 4 estados e 4 departamentos			26 núcleos	4854 km	23 dias

Elaboração do autor.

A pesquisa de campo ocorreu em momentos bastante distintos do estudo. O primeiro segmento visitado, que envolve o estado de Mato Grosso do Sul e o departamento de Santa Cruz, e o segundo, que envolve Mato Grosso e o mesmo departamento boliviano, foram objeto da pesquisa de campo em dois momentos bastante distintos: preliminarmente, com um caráter exploratório, no sentido de familiarização com o objeto de estudo e auxílio para o desenvolvimento das hipóteses e, já em estágio mais avançado da pesquisa, com um caráter descritivo e quantitativo, a partir da escolha de amostras da população, contanto ainda com a relação das variáveis do estudo e a verificação de hipóteses. O terceiro e o quarto segmento visitados, respectivamente o que envolve os trechos comuns do estado de Rondônia, com os departamentos do Beni e de Pando e o trecho comum entre o estado do Acre e departamento de Pando, foram visitados no estágio mais avançado da pesquisa, com o referido caráter descritivo e quantitativo.

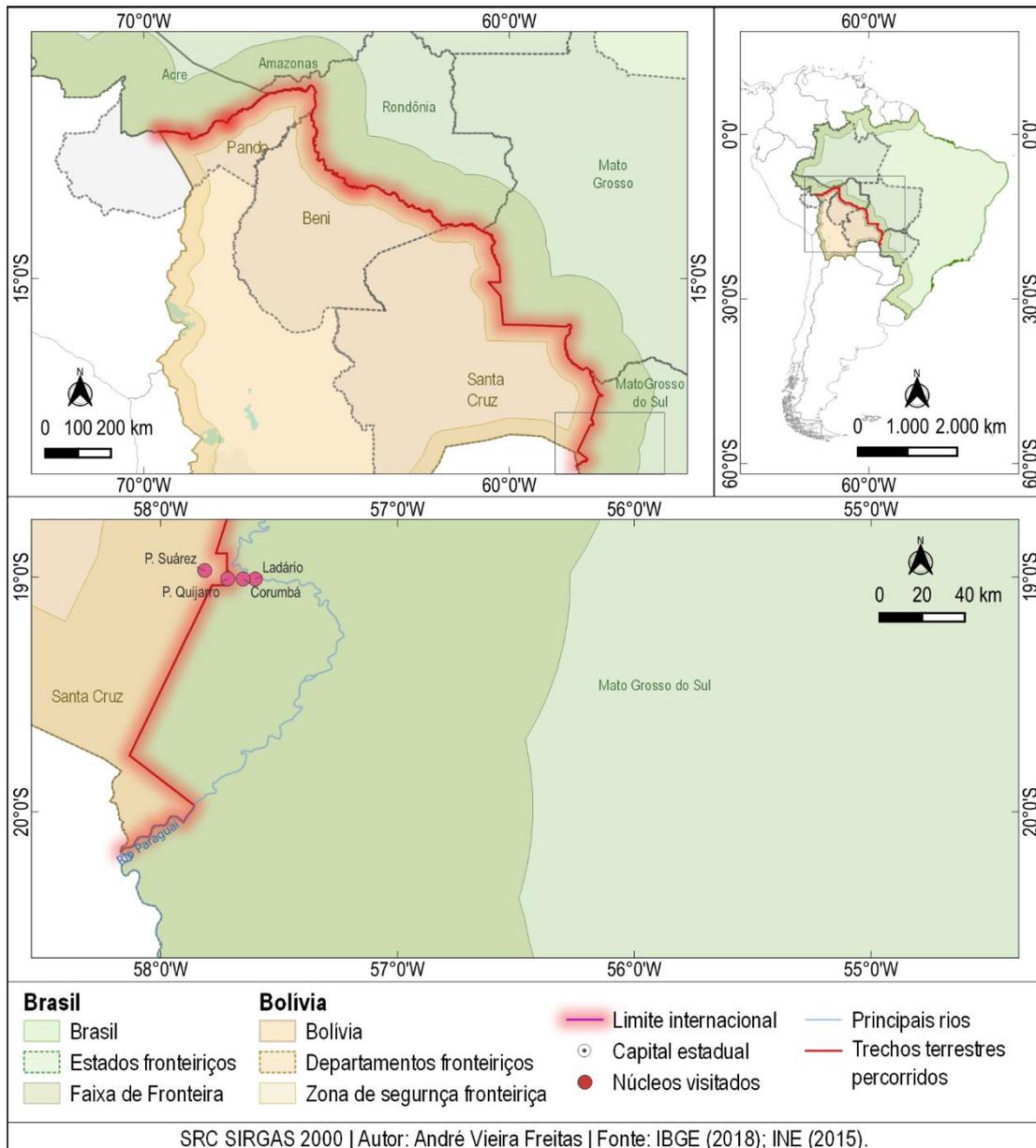
No decorrer da pesquisa de campo, os dados quantitativos foram coletados a partir da aplicação de questionários com base na amostragem da população; já os dados qualitativos foram extraídos principalmente das entrevistas, além da observação e das conversas *in loco*.

Os resultados da pesquisa de campo são analisados no capítulo 5 e a descrição pautou-se em observações geográficas propriamente dos núcleos visitados, destacando registros fotográficos e buscando salientar as condições de infraestrutura dos núcleos, assim como as condições de acessibilidade ou isolamento, a partir da descrição dos trajetos.

1.3.8.1. Segmento Mato Grosso do Sul-Santa Cruz

A primeira etapa da pesquisa de campo no segmento entre Mato Grosso do Sul e Santa Cruz ocorreu no período de 7 a 10 de outubro de 2019 e a segunda no período de 2 a 4 de fevereiro de 2022. Em ambos os momentos, foram visitados os núcleos de Ladário, Corumbá, Puerto Quijarro e Puerto Suárez (Figura 6).

Figura 6 – Pesquisa de campo no segmento Mato Grosso do Sul-Santa Cruz



Elaboração do autor.

Quanto à logística da pesquisa de campo, tendo como base a capital sul-mato-grossense, aonde se chegou de avião, foram percorridos 435 km no trecho entre o terminal rodoviário de Campo Grande e o terminal rodoviário de Corumbá, percorridos de ônibus; 6 km entre o centro de Corumbá e o centro de Ladário, percorridos de transporte por aplicativo; 7 km entre o Centro de Corumbá e o posto de controle fronteiriço no limite internacional entre Brasil e Bolívia, na localidade de Arroyo Concepción, percorridos de ônibus e táxi; 3 km

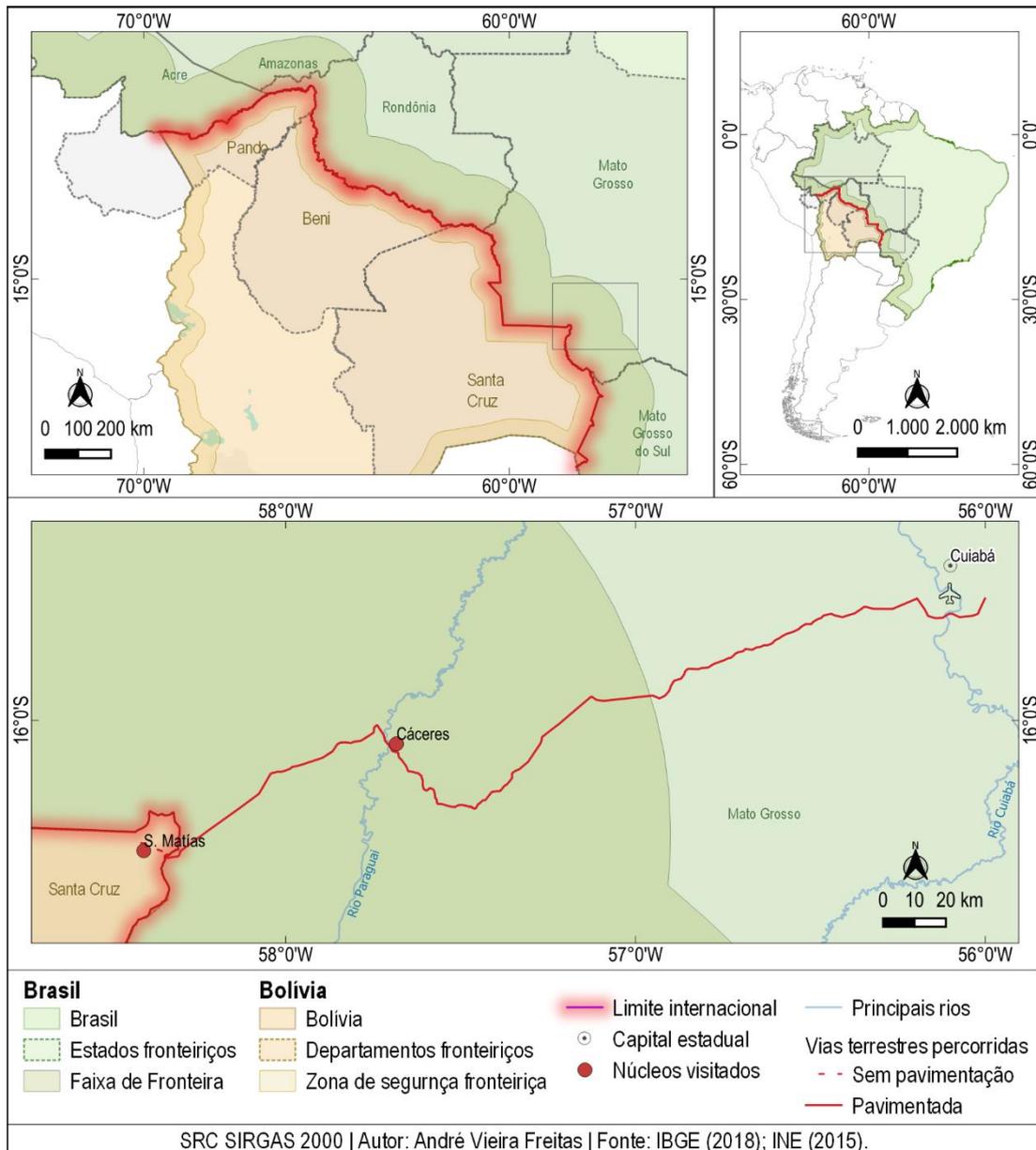
entre Arroyo Concepción e o centro de Puerto Quijarro, percorridos de táxi e caminhando; 13 km entre o centro de Puerto Quijarro e o centro de Puerto Suárez, percorridos de táxi.

No lado brasileiro, os trajetos intermunicipais foram feitos pela rodovia BR 262 e, do lado boliviano, pela rota nacional 4, ambas as rodovias pavimentadas e com a estrada em boas condições. Considerando os trajetos de ida e volta, foram percorridos cerca de 928 km.

1.3.8.2. Segmento Mato Grosso-Santa Cruz

No segmento entre Mato Grosso e Santa Cruz o primeiro momento da pesquisa de campo se deu no período de 22 a 23 de outubro de 2019 e o segundo de 26 a 28 de janeiro de 2022, sendo visitados os núcleos de Cáceres e San Matías (Figura 7).

Figura 7 – Pesquisa de campo no segmento Mato Grosso-Santa Cruz



Elaboração do autor.

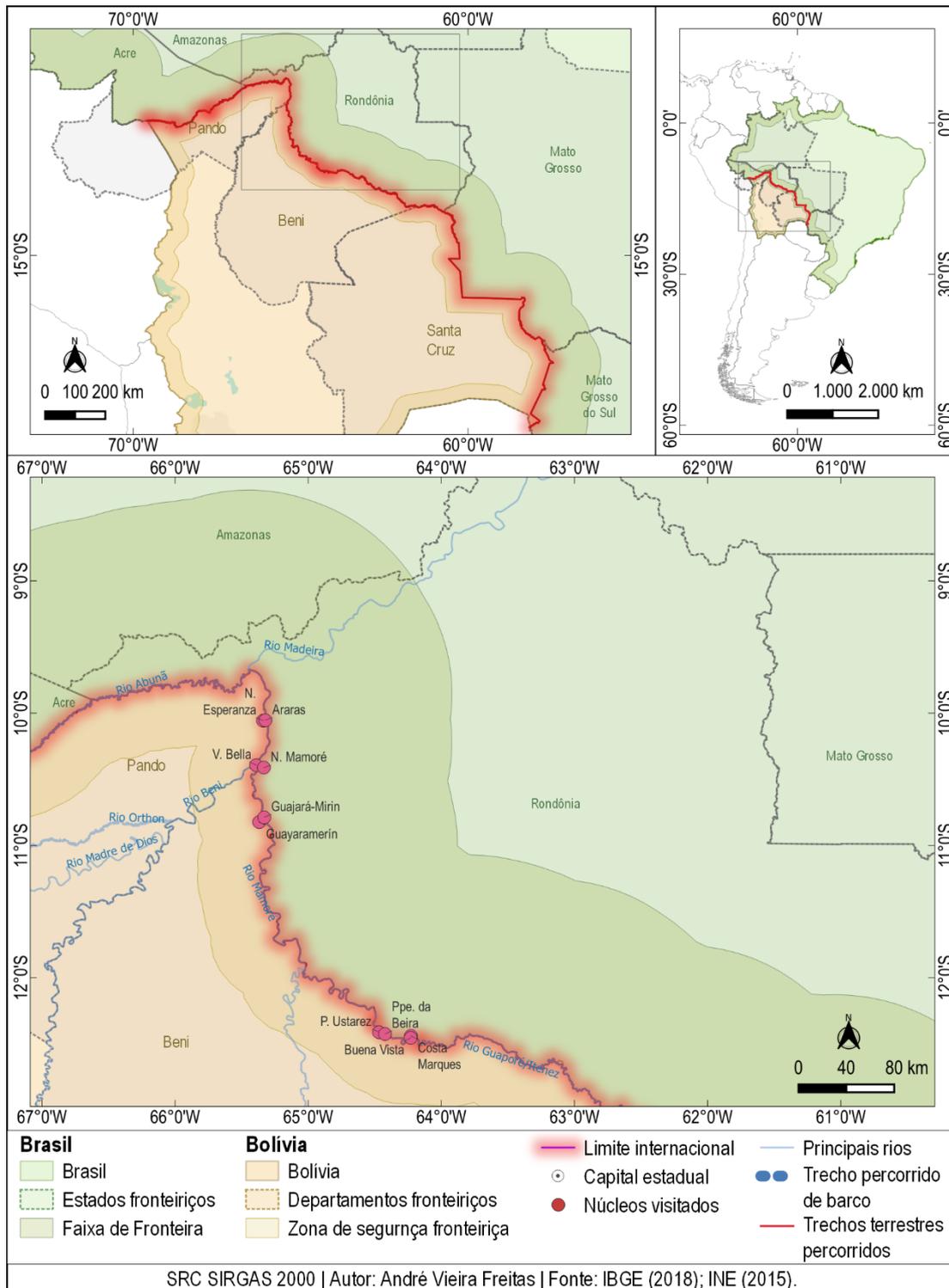
Para ir até essas cidades, chegou-se por via aérea à capital mato-grossense e, de lá partiu-se em veículo particular por via terrestre até Cáceres, sendo percorridos 220 km pela rodovia BR 070, em via pavimentada e em boas condições. A partir de Cáceres, foram percorridos outros 100 km até San Matias, dos quais 93 km até o limite internacional pela BR 070, em via pavimentada e em boas condições, e outros 7 km, já em território boliviano, do posto de controle fronteiriço em La Curicha até San Matias pela Rota Nacional 10, em trecho não

pavimentado. Considerando os trajetos de ida e volta, neste segmento foram percorridos 640 km.

1.3.8.3. Segmento Rondônia-Pando-Beni

No segmento que envolve o trecho da fronteira comum do estado de Rondônia com os departamentos de Pando e Beni, a pesquisa de campo foi feita em duas etapas. A primeira etapa, ocorrida no período de 16 a 19 de novembro de 2021, abarcou o núcleo pandino de Nueva Esperanza, os núcleos benianos de Guayaramerín e Villa Bella, além dos núcleos rondonienses de Araras, Nova Mamoré e Guajará-Mirim. A segunda etapa, ocorrida no período de 19 a 20 de janeiro de 2022, abarcou os núcleos benianos de Buena Vista e San Juan de Puerto Ustarez e os núcleos rondonienses de Costa Marques e Forte Príncipe da Beira (Figura 8).

Figura 8 – Pesquisa de campo no segmento Rondônia-Pando-Beni



Elaboração do autor.

Na primeira etapa do trabalho de campo neste segmento, a partir da capital rondoniense, prosseguiu-se até Guajará-Mirim de ônibus, no trajeto de 328 km entre os terminais rodoviários das duas cidades, pelas rodovias BR-364

e BR-425, pavimentada e em boas condições. De Guajará-Mirim a Guayaramerín, o acesso se deu de barco, em uma travessia de cerca de 1,8 km pelo rio Mamoré.

Após explorar a primeira articulação visitada desse segmento, seguiu-se de Guajará-Mirim a Nova Mamoré, sendo percorridos de ônibus os 45 km entre os terminais rodoviários de ambas as cidades, pela rodovia BR-425. A partir de Nova Mamoré, para acessar a localidade de Villa Bella, seguiu-se de mototáxi por 7 km do centro da cidade até a Vila Murтинho, de onde se atravessou de catraia o rio Mamoré, percorrendo cerca de 600 m, seguidos por uma trilha de cerca de 500 m até o centro da comunidade.

Da sede municipal de Nova Mamoré ao distrito de Araras, o trajeto de 44 km, também pela BR-425, foi feito na ida de ônibus e na volta de táxi. Após a caminhada por cerca de 800 m do ponto de parada do ônibus até a margem do rio Madeira, o acesso ao núcleo boliviano de Nueva Esperanza a partir de Araras se deu com a travessia desse rio, de catraia, por aproximadamente 750 m, prosseguindo-se a pé mais 1 km da margem boliviana do rio até o centro do núcleo pandino.

Nessa etapa da pesquisa de campo que envolveu os referidos núcleos às margens dos rios Madeira e Mamoré, e da rodovia BR-425, foram percorridos cerca de 769 km, incluindo os trajetos de ida e volta dos respectivos núcleos e o retorno à capital rondoniense.

Na segunda etapa da pesquisa de campo neste segmento, partiu-se de ônibus de Porto Velho a Ji-Paraná em um trajeto de 372 km pela rodovia BR-364 e, no trajeto entre Ji-Paraná e Costa Marques, por mais 378 km, predominantemente pela BR-429. A partir de Costa Marques, chegou-se de mototáxi à comunidade de Forte Príncipe da Beira, percorrendo-se uma distância de 27 km na ida e outros 27 km na volta. A partir do centro de Costa Marques, percorreu-se uma distância de 2 km até o porto fluvial da cidade, de onde seguiu-se de catraia para atravessar o rio Guaporé/Iténez¹⁰ em um trajeto de cerca de

¹⁰ A denominação "Iténez" é mais comum e reconhecida na Bolívia, enquanto "Guaporé" é predominante no Brasil. O nome "Guaporé" remonta ao período colonial e provavelmente foi dado pelos colonizadores portugueses, que adaptaram o termo com referência às línguas dos povos originários que habitavam a região. Durante o século XVI e XVII, exploradores e colonizadores portugueses, espanhóis e jesuítas entraram na região amazônica, e o rio Guaporé

400 m para chegar à comunidade boliviana de Buena Vista (situada no município de Magdalena). A partir de Costa Marques também foi feito o trajeto para se chegar à localidade boliviana de San Juan de Puerto Ustarez (no município de San Joaquín), situada na margem esquerda do rio Guaporé/Iténez, a jusante de Buena Vista, em um trajeto de 33 km de barco.

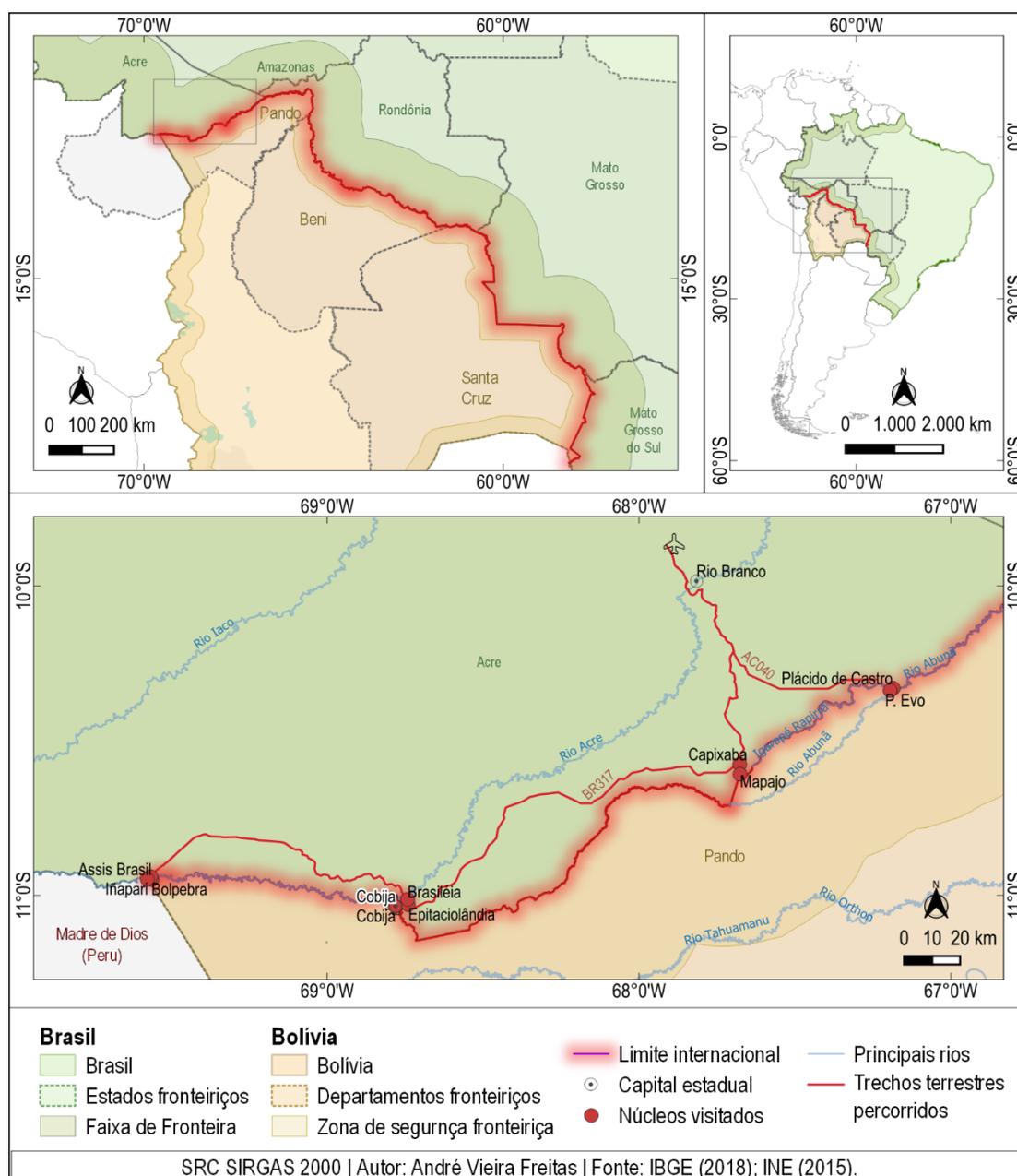
Tendo como referência a capital rondoniense e somando-se todos os trajetos fluviais e terrestres de ida e volta, na visita aos referidos quatro núcleos nessa etapa da pesquisa de campo por esse segmento foram percorridos cerca de 1626 km.

1.3.8.4. Segmento Acre-Pando-Madre de Dios

No segmento que envolve o estado do Acre e o departamento de Pando, foram visitados, no período de 10 a 14 de janeiro de 2022, os núcleos bolivianos de Bolpebra, Cobija, Mapajo, e Puerto Evo Morales (os dois últimos no município de Bella Flor); os núcleos brasileiros de Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia, Capixaba e Plácido de Castro; além do núcleo peruano de Iñapari, no departamento de Madre de Dios (Figura 9).

constituiu-se como importante rota de exploração e comércio. A denominação "Iténez" foi adotada oficialmente pela Bolívia em 1899, também com origem em línguas dos povos originários do lado boliviano e foi motivada por razões políticas e nacionalistas, tendo em vista as disputas territoriais com o Brasil naquele contexto. Tendo em vista essa diferenciação de nomenclatura, para as referências até 1899, será utilizado o nome "Guaporé" e, para as referências após essa data, será usado o nome "Guaporé/Iténez".

Figura 9 – Pesquisa de campo no segmento Acre-Pando



Elaboração do autor.

A primeira articulação desse segmento a ser visitada foi aquela situada na tríplice fronteira Brasil-Bolívia-Peru. A partir da capital acreana, seguiu-se de ônibus até Assis Brasil, percorrendo os 338 km que ligam a rodoviária de Rio Branco até o centro de Assis Brasil, a maior parte pela rodovia BR-317 rodovia que, apesar de pavimentada, apresentou alguns trechos esburacados, sobretudo nas proximidades da tríplice fronteira. A partir de Assis Brasil deu-se o acesso a Bolpebra, percorrendo 650 m a pé do centro da cidade até a margem

do rio Acre, que foi atravessado de catraia percorrendo cerca de 50 m e daí, seguido por uma trilha de 1,8 km da margem boliviana do rio até o centro da comunidade. A partir de Bolpebra se deu o acesso a Iñapari, de catraia, por cerca de 1,5 km subindo o rio Acre.

Da tríplice fronteira seguiu-se para a segunda articulação desse segmento visitada. A partir de Assis Brasil, pela rodovia BR-317, foram percorridos 112 km de táxi até centro de Brasiléia, de onde seguiu-se a pé o trecho de 1 km até o centro de Cobija e de mototáxi os cerca de 3 km do centro de Cobija até o centro de Epitaciolândia, com a mesma distância e meio utilizado para se chegar do centro de Epitaciolândia ao centro de Brasiléia.

Para a visita à seguinte articulação desse segmento da fronteira, também pela BR-317, percorreu-se de táxi os 149 km entre a rodoviária de Brasiléia e a rodoviária de Capixaba, de onde se seguiu, de mototáxi, por 5 km até a localidade de Mapajo.

Já para a visita à derradeira articulação desse segmento selecionada para a pesquisa, regressou-se à capital acreana num trajeto de 77 km sendo feito de carona para, a partir de lá, seguir até Plácido de Castro, em um trecho de 96 km pela rodovia AC 040, feito de ônibus na ida e táxi na volta. Do centro de Plácido de Castro ao centro de Puerto Evo Morales, o percurso de 1 km foi feito a pé.

A pesquisa de campo nessas quatro articulações que envolvem os referidos dez núcleos no último segmento da fronteira que foi explorado alcançou a marca de 888 km, somados todos os trajetos de ida e regresso, considerando os trechos terrestres e fluviais.

1.3.8. Aplicação de questionários

Quando da realização de pesquisa de campo, foram aplicados três tipos de questionários: I, II e III. Os questionários do tipo I e II foram voltados para a inserção local e regional dos núcleos pesquisados em termos de centralidade, destacando a sua relação com outros núcleos. O questionário do tipo III foi voltado para os fluxos de pessoas por determinados pontos de passagens entre os núcleos dos dois países: portos, pontes e vias de ligação.

Quanto aos questionários do tipo I e II, a elaboração das questões se deu a partir de adaptações da metodologia usada pelo IBGE para o estudo sobre as Regiões de Influências das Cidades (REGIC) de 2018 (IBGE, 2020, p. 70-72).

Os questionários do tipo I e II foram aplicados em cada um dos núcleos que foram objeto da pesquisa de campo e, com base em uma amostragem qualificada, foi direcionado a funcionários, servidores, membros ou representantes dos seguintes grupos ou categorias, selecionando-se um total de até três para cada núcleo: 1) prefeituras; 2) agências de Correios; 3) cartórios; 4) fóruns municipais; 5) agência bancárias; 6) delegacias de polícia; 7) igrejas; 8) associações de Lojistas; 9) rádios locais; 10) lideranças comunitárias.

As questões investigadas nos questionários I e II abordaram hábitos de consumo de produtos e serviços, analisando a quais outros núcleos (do Brasil ou da Bolívia) a população local recorria, além de se o núcleo pesquisado era buscado por estrangeiros de outros núcleos para 1) compra de artigos de vestuário e calçados para consumo próprio; 2) compra de móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática; 3) utilização de serviços de saúde de baixa e média complexidade; 4) utilização de serviços de saúde de alta complexidade; 5) cursar ensino superior; 6) ir a shows, festas, festivais, cinemas, teatros, museus e outras atividades culturais; 7) ir a eventos esportivos, incluindo práticas esportivas pela própria população; 8) para acessar aeroportos; 9) além da circulação de jornais impressos na localidade.

Tendo em vista tais finalidades, no questionário do tipo I, elaborado em versão em português (Apêndice A) e em espanhol (Apêndice B), os colaboradores foram demandados a apontar ao menos um núcleo ao qual a população da localidade recorria; no questionário do tipo II, também elaborado em versão em português (Apêndice C) e em espanhol (Apêndice D) investigou-se se o núcleo pesquisado recebia estrangeiros para os mesmos fins, excetuando-se a busca por aeroportos, apontando, quando havia, o núcleo de onde procediam.

Ao longo da pesquisa foram feitos dois ajustes a partir da identificação de padrões de respostas dos interlocutores: descartou-se a questão referente à circulação de jornais nos núcleos e inseriu-se as respostas espontâneas dos

interlocutores acerca da busca por gêneros alimentícios, tendo em vista a expressiva recorrência.

A partir dos dados colhidos acerca dos fluxos indicativos de centralidade que envolvem os núcleos fronteiriços articulados, para representar graficamente a rede de fluxos nos segmentos de fronteira definidos, utilizou-se o *visual Flow Map* do *software Power BI*, desenvolvido pela Microsoft. Esse visual utiliza a geolocalização de origens e destinos em uma base de dados e quantifica o número de vezes em que cada destino é citado. Assim, é possível enxergar graficamente quais foram os destinos mais buscados em cada fluxo de cada segmento.

O questionário do tipo III também foi elaborado em versão em português (Apêndice E) e espanhol (Apêndice F) e voltou-se para a análise do fluxo de pessoas entre os pontos de cruzamento nos núcleos fronteiriços, sendo aplicado aleatoriamente entre os transeuntes e passageiros que aceitaram responder as questões quando da realização da pesquisa de campo. Para tanto, foram buscados os seguintes pontos: pontes, margens de vias de acesso entre os núcleos, pontos de ônibus, portos, margens de rios e trilhas de acesso aos núcleos, a partir de amostra aleatória simples. No questionário do tipo III avaliou-se o perfil dos transeuntes, a periodicidade dos deslocamentos através do limite internacional, a motivação para a travessia, os meios de locomoção utilizados e sobre as condições das vias e meios de acesso, assim como eventuais vantagens e problemas de viver em um núcleo fronteiriço. Foram aplicados 225 questionários.

1.3.9. Realização de entrevistas

Em diferentes momentos da pesquisa, foram realizadas, presencialmente e por videoconferência, entrevistas semiestruturadas com agentes públicos dos diferentes níveis de governo do Brasil e da Bolívia relacionados à fronteira comum, nomeadamente dos níveis central, dos estados e departamentos limítrofes e daqueles municípios limítrofes que apresentam núcleos articulados entre os dois países, englobando também algumas comunidades fora das sedes municipais. A escolha dos interlocutores, que somaram 38, dentre agentes políticos e agentes administrativos, bem como representantes das comunidades,

teve como foco aqueles envolvidos no núcleo da atuação dos diferentes poderes (como a casa civil, a chefia de gabinete ou diretamente a chefia do Executivo), a atuação que mantenha ligação com a fronteira e as relações internacionais e institucionais (como assessorias internacionais e assessorias de comunicação) ou ainda técnicos de órgãos estratégicos que lidem com os fluxos fronteiriços (como diferentes secretarias) e as lideranças locais. Todas as entrevistas tiveram a gravação do áudio autorizadas pelos interlocutores e foram posteriormente transcritas, com os textos disponibilizados (Apêndices G a AO), considerando a anuência prévia dos interlocutores (Apêndices AP a CF).

Na esfera dos governos centrais foram entrevistados dois interlocutores: o Embaixador José Kinn Franco, cuja entrevista foi realizada no dia 30 de setembro de 2019, na embaixada boliviana em Brasília, que à época chefiava a missão diplomática boliviana no Brasil (Apêndice G); além da diplomata brasileira Gabriela Guimarães Grazinelli, que foi Segunda-Secretária da Embaixada do Brasil em La Paz (2015-2017), atuando também no departamento de América do Sul do Ministério das Relações Exteriores, com a entrevista realizada em 24 de maio de 2021, por meio da plataforma *GoogleMeet* (Apêndice H).

No âmbito dos departamentos bolivianos fronteiriços com o Brasil, entrevistou-se: o Secretário de Coordenação Institucional do Governo Autônomo Departamental de Santa Cruz Gary Rivero Alcántara, com a entrevista realizada por videoconferência, no dia 15 de abril de 2021, com o uso da aplicação *WhatsApp* (Apêndice I); a Presidente da Assembleia Legislativa Departamental do Beni, Cecila Giraldo Justiniano, no dia 31 de agosto de 2021, também por meio da aplicação *WhatsApp* (Apêndice J); além do Diretor Departamental de Segurança e Cidadania de Pando, Capitão Carlos Fernando Aramayo Iriarte, no dia 19 de maio de 2022, por meio da plataforma *Google Meet* (Apêndice K).

No âmbito dos estados brasileiros limítrofes com a Bolívia, entrevistou-se: a Coordenadora do Núcleo de Assuntos Internacionais da Casa Civil do Estado de Mato Grosso, Rita de Cássia Oliveira Chiletto, por videoconferência, no dia 16 de março de 2021, utilizando-se a plataforma *Google Meet* (Apêndice L); a Coordenadora de Comércio Exterior da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar de Mato Grosso

do Sul, Thaís Fernanda S. Guimarães, no dia 13 de maio de 2021, por meio da plataforma *Google Meet*, (Apêndice M); a Assessora de Relações Institucionais e Internacionais do Governo do Estado de Rondônia Isabella Almeida Silva Leite, no dia 30 de junho de 2021, por meio da plataforma *Google Meet* (Apêndice N); além do Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública do Acre coronel PM Paulo César Rocha dos Santos, no dia 12 de maio de 2022, por meio da plataforma *Google Meet* (Apêndice O).

No âmbito dos municípios bolivianos fronteiriços com o Brasil, foram entrevistados representantes de 12 localidades, 5 em Pando, 4 no Beni e 3 em Santa Cruz, envolvendo 14 interlocutores, dentre figuras políticas e dos quadros técnicos, além de representantes comunitários.

Como interlocutores nos municípios e localidades do departamento de Pando, entrevistou-se: a *Alcaldesa* municipal de Cobija Ana Lucia Reis Melena, no dia 20 de outubro de 2021, por meio da plataforma *Zoom* (Apêndice P); o vice-presidente da comunidade de Bolpebra Francisco Aillón M., no dia 11 de janeiro de 2022, na sua residência na comunidade (Apêndice Q); o servidor público do município de Nueva Esperanza Alfredo Yva Ortega, no dia 19 novembro de 2021, em sua residência (Apêndice R); como interlocutores no município pandino de Bella Flor, foram entrevistados Demecio Condori, representando comunitário, na localidade de Mapajo, no dia 13 de janeiro de 2022 (Apêndice S) e Tiburcio Chipaua Callisaya, representante comunitario, na sua loja na localidade de Puerto Evo Morales, no dia 14 de janeiro de 2022 (Apêndice T).

No departamento do Beni, foram entrevistados: Luiz Alberto Ruiz Montero, servidor público do município de Guayaramerín, no dia 17 de novembro de 2022, na sede da *alcaldía* do município (Apêndice U) e, na localidade de Villa Bella, também no município de Guayaramerín, a *vicealcaldesa* Emiliana Orespe Rodriguez (Apêndice V) e o Sr. Alejandro Quary, agricultor e membro da comunidade (Apêndice W), no dia 20 de novembro de 2021; na localidade de Buena Vista, situada no município de Magdalena, entrevistou-se Ivaldo Guasaba Vald, comerciante e representante comunitario, no dia 19 de janeiro de 2022 (Apêndice X); na localidade de San Juan de Puerto Ustarez, situada no município de San Joaquín, foram entrevistados dois representantes da comunidade, o Sr.

Aldo Dacosta Ruiz e a Sra. Raiza Dacosta Gualachabo, no dia 20 de janeiro de 2022 (Apêndice Y).

No departamento de Santa Cruz, foram entrevistados Omar Vargas, engenheiro ambiental e servidor público do município de San Matías, no dia 27 de janeiro de 2022 (Apêndice Z); Natalia Gutierrez Perez, arquiteta e servidora pública do município de Puerto Suárez, no dia 3 de fevereiro de 2022 (Apêndice AA); além de Oscar Encimas, diretor de gestão municipal de Puerto Quijarro, na sede da *alcaldía*, no dia 3 de fevereiro de 2022 (Apêndice AB).

Na esfera dos municípios brasileiros fronteiriços com a Bolívia, foram entrevistados interlocutores em 12 localidades, dentre representantes de prefeituras e lideranças comunitárias, 5 municípios do Acre, 4 localidades de Rondônia, 1 município de Mato Grosso e 2 municípios de Mato Grosso do Sul, envolvendo 14 interlocutores.

Sobre os municípios do Mato Grosso do Sul, foram entrevistados Cássio Augusto da Costa Marques, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável de Corumbá, por meio da plataforma *Zoom*, no dia 7 de maio de 2021 (Apêndice AC), e Alexandre Ohara, Secretário Municipal de Assistência Social de Ladário, no dia 18 de agosto de 2021, por meio da plataforma *Google Meet* (Apêndice AD).

Quanto aos municípios acreanos, foram entrevistados os interlocutores: Quedinei Barreto Correia, Secretário Municipal de Assistência Social de Assis Brasil, 18 de maio de 2021, *Google Meet* (Apêndice AE); Ecleziarte Rodrigues de Oliveira, Assessor de Comunicação da Prefeitura Municipal de Capixaba, no dia 8 de junho de 2021, por meio da plataforma *Google Meet* (Apêndice AF); Sérgio Lopes de Souza, Prefeito do município de Eptaciolândia, no dia 5 de agosto de 2021, por meio da plataforma *Google Meet* (Apêndice AG); Nevisson Freire, economista da Secretaria de Planejamento do município de Brasiléia, no dia 11 de agosto de 2021, por meio da aplicação *WhatsApp* (Apêndice AH); Elias Amorim de Oliveira Junior, Secretário de Planejamento do município de Plácido de Castro, no dia 25 de setembro de 2021, por meio da plataforma *Google Meet* (Apêndice AI).

Dos municípios do estado de Mato Grosso, entrevistou-se Wilson Massaharo Kishi, Secretário Municipal de Administração de Cáceres, no dia 28 de julho de 2021, por meio da plataforma *Zoom* (Apêndice AJ).

Quanto às localidades e municípios rondonienses, foram entrevistados os interlocutores: Elivando de Oliveira Brito, Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de Guajará-Mirim, no dia 2 de agosto de 2021, por meio da plataforma *Google Meet* (Apêndice AK); Alessandra Mamede Bastos, Coordenadora Municipal de Proteção e Defesa Civil de Nova Mamoré, no dia 6 de outubro de 2021, por meio da plataforma *Google Meet* (Apêndice AL); Elvis Pessoa, presidente da comunidade Forte Príncipe da Beira (no município de Costa Marques), no dia 19 de janeiro de 2022, às margens da fortaleza homônima, no município de Costa Marques (Apêndice AM); além de, conjuntamente, na prefeitura municipal de Costa Marques Adriana Silva Nascimento, Chefe do Gabinete da Prefeitura, Krefia Gonçalves Ferreira Miranda, Secretária Municipal de Ação Social, e José Cassiano da Rocha Neto, Secretário Adjunto de Ação Social, no dia 19 de janeiro de 2022 (Apêndice AN).

Acerca do núcleo peruano localizado na tríplice fronteira com o Brasil e a Bolívia, o distrito peruano de Iñapari, departamento de Madre de Dios, entrevistou-se Mercilia Raimunda Henry Soares, funcionária da municipalidade provincial de Tahuamanu, no dia 11 de janeiro de 2021, na sede do poder público local (Apêndice AO).

2. FRONTEIRAS, ESTADO-NAÇÃO E NÚCLEOS DE OCUPAÇÃO

A discussão sobre fronteira remete a uma série de reflexões acerca das formas de organizações das sociedades no território. Tais reflexões têm acentuada influência de uma forma específica de organização político-territorial, o Estado-nação, mas também abre caminho para a análise de outras estruturas e contextos.

No processo de formação dos Estados-nação e de suas fronteiras, os núcleos de ocupação, dentre povoações, vilas e cidades atuam como elementos que influenciam o reconhecimento de seus limites.

Tomando como base essas reflexões iniciais, esse capítulo se volta para a discussão sobre território, Estado-nação, fronteiras e limites internacionais (2.2) e sobre os núcleos de ocupação fronteiriços (2.3).

2.1. Fronteiras e limites internacionais e Estado-nação

As reflexões sobre fronteiras se ligam à discussão sobre a organização política da sociedade no território, à delimitação de territórios em compartimentações políticas entre diferentes sociedades e às relações que se estabelecem através desses compartimentos.

O território, que segundo Ribeiro (2005, p. 97) é “a dimensão materializada do espaço”, apresenta-se, nas palavras de Santos (1999), como “um campo de forças” marcado por relações de poder. Para Gottmann (2012, p. 526): “Território é um conceito político e geográfico, porque espaço geográfico é tanto compartimentado quanto organizado através de processos políticos.” Nesse sentido, como destacam Haesbaert e Limonad (2007, p. 42), “o território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico”.

Nesse sentido, é possível situar a discussão sobre fronteiras, e a discussão sobre limites, em relação ao conceito de território, tendo em vista as formas de organização política da sociedade e as relações que estabelecem entre si.

Embora muitas vezes sejam tomados como sinônimos, fronteira e limite são conceitos distintos e relacionados que denotam elementos do território que expressam as relações entre os grupos humanos, sua materialização e sua dinâmica.

Como apontam Benedetti e Salizzi (2012, p. 131), enquanto a fronteira é um dos elementos que constituem o todo territorial “O limite é a linha que serve como borda ou periferia de um espaço definido a partir do centro de poder que exerce a territorialidade”¹¹ (KRALICH, BENEDETTI; SALIZZI, p. 115, tradução nossa).

Segundo Raffestin (1993, p. 154) falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação.”

Na perspectiva apontada por Foucher (1986, p. 22, tradução nossa): “É por meio do estabelecimento de limites que o político se inscreve no espaço, que assim é marcado, pontuado, diferenciado.”¹² Nesse sentido, é possível compreender a fronteira como um conceito mais amplo que se relaciona e contempla o de limite.

Para Benedetti e Salizzi (2014, p. 132-133, tradução nossa), a fronteira “se origina de ações concretas realizadas por quem exerce a territorialidade e se redefine com a rede de relações que se produzem com o vizinho”¹³. Esse raciocínio pode ser utilizado de maneira ampla para a análise de distintas formas de organização dos grupos humanos no território, em distintos contextos históricos.

Na literatura sobre o tema, considera-se que a origem da noção de fronteira está ligada às estratégias de expansão e colonização que remontam

¹¹ No original: “es la línea que hace las veces de borde o periferia de un espacio definido a partir del centro de poder que ejerce territorialidad”

¹² No original: “C’est par l’établissement de limites que le politique s’inscrit dans l’espace, qui se trouve ainsi marqué, singularisé, différencié.”

¹³ No original: “se origina a partir de acciones concretas realizadas por quien ejerce la territorialidad y se redefinen con el entramado de relaciones que allí se produce con el vecino.”

aos impérios romano e chinês (MACHADO, 2005; CATAIA, 2007; LÓPEZ TRIGAL; DEL POZO, 1999).

No decorrer do processo histórico, a fronteira afirma-se como lugar de comunicação e troca que ganha um componente político. Segundo Machado (1998, p. 41):

Nasceu como um fenômeno da vida social espontânea, indicando a margem do mundo habitado. Na medida que os padrões de civilização foram se desenvolvendo acima do nível de subsistência, as fronteiras entre ecúmenos tornaram-se lugares de comunicação e, por conseguinte, adquiriram um caráter político.

Nesse sentido, López Trigal e Del Pozo (1999, p. 118-119, tradução nossa), defendem que “a fronteira só pode ser estudada em relação às sociedades que separa”, tendo em vista que “é função de um equilíbrio de forças”¹⁴.

Destarte, é possível compreender que as fronteiras se constituem a partir de relações de cooperação e conflito entre os poderes envolvidos, como equilíbrio de pressões. Nesse sentido, para Ancel (1938, p. 195, tradução nossa), “a fronteira é uma isóbara política, que fixa, por um tempo, o equilíbrio entre duas pressões”¹⁵.

Enfatizando as relações de poder como o elemento essencial para as fronteiras, o autor rechaça ainda a ideia de fronteiras naturais, pois, segundo aponta, o uso de elementos físicos como referência fronteiriça resulta de decisões políticas (ANCEL, 1936; 1938). A ideia de fronteiras naturais, ou melhor, limites naturais, apresenta-se, pois, mais como uma metáfora.

Nesse sentido, como apresenta Teixeira Soares¹⁶ (1973, p. 14-15), a história e a geopolítica são construtoras de fronteiras. Desta feita, para o autor, a história mostra que as fronteiras têm seu dinamismo, são móveis, avançam ou

¹⁴ No original: "la frontera sólo puede estudiarse en relación a las sociedades que separa, ya que los límites fronterizos evolucionan con los grupos, por lo que la frontera es función de un equilibrio de fuerzas."

¹⁵ No original: "la frontière est une isobare politique, qui fixe, pour un temps, l'équilibre entre deux pressions".

¹⁶ O Embaixador Álvaro Teixeira Soares atuou como chefe da missão diplomática brasileira em La Paz de 1954 e 1958 e foi responsável pelas negociações que culminaram no Acordo de Roboré (1958), que será abordado no capítulo 3.

recuam. A geopolítica, completa o autor, apresenta-se justamente na dinâmica de cooperação ou conflito entre os atores no território, que moldam as fronteiras. As fronteiras constituem, portanto, construtos históricos e geopolíticos que se relacionam à organização da sociedade no território, que se forma nesse processo.

Raffestin (1993, p. 67-68) identifica historicamente a tendência de passagem de uma fronteira zonal, que caracterizou o período medieval, para a linearização da fronteira como um traço do Estado moderno, viabilizada também pela cartografia. Discordando em alguns pontos da visão do autor, nesta pesquisa defende-se que, com o advento do Estado-nação moderno, o que se afirma é a noção de limite internacional, que passa a influenciar no entendimento de fronteira. Nesse sentido, é possível falar até mesmo em “linha de fronteira”, mas com o cuidado de não restringir a fronteira ao limite internacional tendo em vista que envolve uma interface relacional entre territórios.

Enquanto a fronteira se baseia na lógica de territórios que se interpenetram, a ideia de limite se baseia na compartimentação política, o que se generaliza com afirmação do Estado-nação moderno. Todavia, ao passo que os limites políticos indicam, com base no princípio da soberania, a compartimentação dos territórios nacionais, essas divisões políticas não são estaques, já que entre os territórios se processam relações que envolvem distintas forças.

Nesse sentido, com a difusão do Estado-nação como forma de organização por excelência das sociedades no mundo, o limite internacional passa a se firmar como “um princípio organizador do intercâmbio, seja qual for sua natureza, não só para os territórios que delimita como para o sistema interestatal em seu conjunto” (MACHADO, 2005, p. 249). Afinal, atravessando os limites políticos, processam-se distintos níveis de intercâmbio entre os grupos humanos. Como destaca Ancel (1938, p. 182), o limite rígido constituiria uma “ilusão linear”, uma “ilusão cartográfica”, tendo em vista que o inter-relacionamento entre os povos tende a superá-lo.

Pensando a partir da idade moderna e guardado o reconhecimento que as compartimentações políticas não são estanques, verifica-se que os limites internacionais se relacionam à afirmação do Estado-nação e estão ligados ao

conceito de soberania, como, formalmente, o monopólio do Estado internamente no território e o reconhecimento externo desta autoridade por outros Estados.

A ideia de Estado com limites internacionais definidos, onde se exerce o poder soberano, remete aos Tratados de Westphalia, de 1648, que deram fim à Guerra dos Trinta dos Anos (1618-1648), quando foram acordados os princípios da não-intervenção, igualdade entre unidades soberanas, separação entre religião e Estado e soberania em dado território (SCHERMA, 2012, p. 106-107).

Embora o território possa ser entendido em múltiplas escalas e ligado a diversos agentes/atores, esse conceito é fundamental para o entendimento do Estado-nação, como uma forma de organização da sociedade e um elemento (cultural e histórico) de identidade entre um povo que se generalizou no sistema internacional contemporâneo.

Nesse sentido, Estado, território, fronteira e limite internacional estão, pois, conceitualmente relacionados. Afinal, o Estado constitui uma forma de organização política da sociedade no território que, ao longo de sua afirmação, teve relações fronteiriças como um fator primordial, o que conduziu à sedimentação de um sistema-mundo pautado em limites internacionais.

Nesse sentido, Foucher (1986) aponta que as fronteiras internacionais são formadas por díades, isto é, a fronteira comum entre dois Estados contíguos. Embora as fronteiras de um território nacional variem quanto aos territórios limítrofes, cada díade aponta para uma realidade específica, pensando a partir das relações bilaterais entre os respectivos Estados envolvidos.

2.2. Fronteiras, Estado-nação território e normas territoriais

Segundo Costa (1992, p. 291), as fronteiras constituem um tema que está “presente em praticamente todos os estudos de geografia política, desde Ratzel” e “incorporam uma das mais reconhecidas relações entre o Estado e o território, bem como as relações interestatais”. Em relação aos clássicos, como destaca Cataia (2010), a discussão sobre fronteira se liga fortemente a um ator específico, o Estado, sendo vista por Ratzel como elemento periférico do Estado. Segundo o clássico da Geografia Política, “o Estado é inconcebível sem o

território e as fronteiras”¹⁷ (RATZEL, 1898, p. 1, tradução nossa). Nesse sentido, como apontam López Trigal e Del Pozo (1999, p. 120, tradução nossa) “As fronteiras são um dos marcos significativos dos Estados-nações modernos”¹⁸.

Embora o território não se restrinja ao Estado, o Estado é inconcebível sem o território. Como destaca Bobbio (2012), o Estado pode ser concebido de diferentes maneiras: como Estado de direito, como ordenamento jurídico (do ponto de vista jurídico); como uma forma complexa de organização social (no ponto de vista sociológico); de qualquer modo, falar em Estado “implica a ideia de poder sobre um determinado território” (BOBBIO, 2012, p. 72).

Note-se, então, que o Estado tem necessariamente uma dimensão territorial. Essa ideia coaduna com o que Ratzel, interpretado por Costa, denomina “senso geográfico” ou “fundamento geográfico do poder político” (COSTA, 1992, p. 32); o que se assemelha ao que Gottmann (2012, p. 528) aponta como o “fator geográfico na política”, ao reconhecer o “território como a base e a estrutura essencial da política”. Ambos os casos sinalizam para a relação entre Estado e território, assim como para a discussão sobre fronteiras e limites internacionais.

Como aponta Santos (2004, p. 232-233): “Um Estado-Nação é essencialmente formado de três elementos: 1. o território; 2. um povo; 3. a soberania. A utilização do território pelo povo cria espaço.”

De acordo com Santos, entre os conceitos de território e espaço há um nexos. Segundo o autor, o território “se chama *espaço* logo que encarado segundo a sucessão histórica de situações de ocupação efetiva por um povo – inclusive a atual – como resultado da ação de um povo, do trabalho de um povo” (SANTOS, 2004, p. 189, grifo do autor). Trata-se de destacar o caráter dinâmico do território, encarado a partir do seu uso. E nessa dinâmica de uso do território se formam as fronteiras e os limites.

Coadunando com esse espírito que destaca a dinâmica no território está a visão de Machado (2000, p. 18), ao afirmar que “não é possível pensar o

¹⁷ No original: "l'État n'est pas concevable sans territoire et sans frontières".

¹⁸ No original: "Son las fronteras uno de los rasgos significativos de los Estados-naciones modernos".

território como algo sobre o qual se atua, e sim algo com o qual se interage. É essa interação que define tanto o limite como a fronteira”.

Pensando o Estado-nação e o território, Kristoff (1959) aponta que o limite (*boundary*) representa a linha extrema de controle exercida pelo Estado, com uma orientação para dentro do território, afetada por forças centrípetas. Nesse sentido, para Machado (2005, p. 251) “os limites internacionais definem, do ponto de vista formal, o perímetro máximo do controle efetivo exercido por governos centrais”, como “um fator de separação entre unidades territoriais”.

Quanto à fronteira (*frontier*), na visão de Kirstoff (1959), constitui um fator de integração entre territórios e povos distintos, sendo periférica em relação à integração do Estado-nação, orientada para fora e onde se dão forças centrífugas, constituindo uma zona de transição. Nesse sentido, Guichonnet e Raffestin falam em “permeabilidade” das fronteiras, como zona de integração e articulação (COSTA, 1992, p. 240). Destarte, as fronteiras constituem interfaces relacionais entre territórios (BENEDETTI; SALIZZI, 2014, p. 132).

Nesse sentido, Machado (1998) convida a compreender a fronteira a partir da territorialização de grupos humanos pertencentes a distintos sistemas de poder estatal que se vinculam através da porosidade dos limites políticos, estabelecendo redes de circulação e intercâmbio entre si. Essa concepção vai ao encontro da mencionada reflexão de Kristoff (1959) sobre a fronteira como uma zona de integração entre distintos territórios.

Tal visão da fronteira como zona também é discutida por House (1980), que destaca o papel dos intercâmbios nessa porção do território. Para Vallaux, seria uma “zona viva”, como uma área que se destina às interpenetrações e às separações entre os Estados, assumindo um conteúdo econômico (no que tange à circulação de mercadorias) e político (no que tange à jurisdição dos estados) (COSTA, 1992, p. 52-53). Na visão de Benedetti (2013, p. 39, tradução nossa) “A fronteira é a zona de contato com o exterior, a borda que se justapõe à borda de outro território, dando origem à formação de um espaço bilateral, de limites flexíveis e funções cambiantes”¹⁹.

¹⁹ No original: “La frontera es la zona de contacto con el exterior, el borde que se yuxtapone al borde de otro territorio, dando origen a la formación de un espacio bilateral, de límites flexibles y funciones cambiantes”

Dialogando com os autores supracitados que compreendem a fronteira como uma zona de contato entre dois territórios, Steiman e Machado (2012) propõem um esquema teórico-analítico que instrumentaliza a análise das fronteiras. Para as autoras, ao ser analisada uma fronteira internacional, a zona de fronteira é composta pelas faixas de fronteira dos respectivos territórios nacionais envolvidos, tendo o limite internacional como seu elemento central.

Com o reconhecimento que se trata de uma diferenciação conceitual operacional que se aplica ao planejamento e à formulação de políticas públicas com a influência estudos fronteiriços no Brasil (MACHADO, 1998; 2002; 2005; STEIMAN; MACHADO, 2012; BRASIL, 2005; MOREIRA, 2018, p. 22), defende-se que tal abordagem enseja um rico olhar sobre as fronteiras internacionais.

Assim é possível notar que o conceito de fronteira se relaciona ao de limite, mas não se esgota nele, sendo mais apropriado o seu entendimento enquanto uma zona composta pelas faixas de fronteira dos respectivos territórios envolvidos, na acepção apontada por Steiman e Machado (2012).

Partindo da ideia da fronteira como uma zona, Machado (2005, p. 256) vai além e, no sentido de defender uma análise das fronteiras em diálogo com o marco teórico da geografia, defende sua leitura a partir da categoria região, como entidade geográfica que se relaciona a processos de povoamento, colonização e integração. Essa discussão de fronteira como região, segundo Cataia (2010, p. 17), remonta inclusive às discussões clássicas na geografia política, como em Haushofer.

Pensada a partir da dinâmica espacial, a análise da fronteira envolve múltiplas escalas, permitindo diversas leituras. É nesse sentido que Machado (2005) também compreende a fronteira também como um lugar de interação, comunicação, encontro e conflito, dada a presença de sistemas territoriais e nacionalidades distintas. Também com esse foco, Benedetti e Salizzi (2014, p. 131, tradução nossa) apontam ainda que “a fronteira pode ser considerada um lugar que condensa certas características singulares”²⁰, dentre as quais a proximidade do limite internacional.

²⁰ No original: "la frontera puede ser considerada como un lugar que condensa ciertas características singulares".

Com ênfase na dinâmica espacial, Machado (2005, p. 260) afirma que se constitui um meio geográfico próprio da fronteira, Moreira (2018, p. 23) aponta que se constitui um “espaço de encontro” e Benedetti (2013) defende o reconhecimento de “espaços fronteiriços”, formados a partir de relações entre espaços vizinhos, com seus distintos grupos humanos que representam particulares estruturas institucionais, econômicas e culturais.

O espaço fronteiriço estaria referido à fronteira e ao limite “de cada um dos territórios justapostos, que se articulam de alguma maneira e que engendram uma nova entidade bipartida ou tripartida, segundo seja o caso”²¹ (BENEDETTI, 2013, p. 43, tradução nossa). O autor compreende esse espaço fronteiriço como um conjunto solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, a partir de um diálogo com Santos (2008). Nesse diálogo com o autor, também seria possível acionar a ideia dos fixos e fluxos à análise do espaço fronteiriço.

Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam. (SANTOS, 2008, p. 38).

Nesse sentido, é possível identificar na fronteira um conjunto de fixos e fluxos que caracterizam esse espaço híbrido entre distintos territórios nacionais. Ademais, já que Santos (2005) compreende o espaço geográfico como sinônimo de território usado, a partir da materialidade animada pela vida social dos povos de fronteira, é possível identificar particularidades no uso do território fronteiriço.

O território usado pode ser entendido de acordo com as diferentes ações humanas articuladas em sistema. De acordo com Santos e Silveira (2008, p. 21, grifo dos autores):

O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, para as quais estamos utilizando a denominação de *sistemas de engenharia*, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da

²¹ No original: “de cada uno de los territorios yuxtapuestos, que se articulan de alguna manera y que engendran una nueva entidad bipartita o tripartita, según sea el caso.”

agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico.

Nesse sentido, é possível compreender a fronteira como um território usado com características próprias, mas que congrega a diversidade dos distintos territórios que envolve.

Nesse território usado partilhado, estão implicados diferentes processos e normas relacionados a distintas escalas, global, internacional, nacional, regional e local e esferas político-administrativas, central/nacional/federal, estadual/departamental e municipal, de acordo com a respectiva forma de Estado de cada país envolvido.

Nesse jogo intrincado de relações de poder em diferentes escalas, estão implicados normas e usos do território. As normas, que estão relacionadas à dinâmica de uso do território, são compreendidas por Pereira (2011, p. 109) como uma “estratégia de regulação do território”. Nesse sentido, segundo Antas Jr. (2005, p. 61),

A norma, para a geografia, pode ser vista como o resultado da tensão e/ou da harmonia entre objetos e ações que constituem o espaço geográfico; dito de outro modo, como decorrência da indissociabilidade entre configuração territorial e uso do território, determinantes de diferentes tipos de normas.

Intimamente ligadas a essas relações de tensão/harmonia entre objetos e ações, às relações entre os agentes que animam a materialidade e, assim, usam o território, algumas normas, como as jurídicas, remetem ao papel do Estado, seja internamente ao seu território, seja no âmbito das relações com outros Estados, de modo a criar ou restringir a criação de fixos e regular fluxos.

A relação entre norma e fronteira pode ser relacionada à reflexão de Benedetti (2013, p. 51, tradução nossa) acerca do processo de fronteirização, como o “conjunto de objetos e ações que o poder central vai estabelecendo, geralmente próximo do limite, para controlar o acesso ao/do território”²². Para o autor, um mecanismo de fronterização é representado pela definição de

²² No original: “conjunto de objetos y acciones que el poder central va estableciendo, generalmente cerca del límite, para controlar la accesibilidad al/del territorio.”

normatizações especiais em recortes territoriais ao longo do limite internacional, os “distritos fronteiriços”:

aquelas divisões do território nacional, adjacentes ao limite internacional, estabelecidas para executar ações tais como segurança, defesa, desenvolvimento, urbanização, planejamento de caminhos, proteção de recursos estratégicos, impedir aos estrangeiros o acesso à terra. É a fronteira legal do Estado (BENEDETTI, 2013, p. 51, tradução nossa)²³.

Como o autor destaca, trata-se de uma ação do Estado, podendo ser compreendida como norma territorial do tipo jurídica/formal interna, mas que também influencia e é influenciada pelas relações internacionais, em específico quanto às relações fronteiriças.

Nesse sentido, é possível compreender que a fronteira é, a partir da perspectiva do Estado-nação, um recorte do território que é objeto de leis e outras medidas direcionadas para a sua regulação, incluindo-se aí os normativos internos relacionados a migração, regimes aduaneiros, normas sanitárias e atos internacionais como tratados e acordos acerca do limite internacional e à regulação dos fluxos através dele. Destarte, as ações dos Estados na fronteira, seja no exercício da sua soberania internamente, seja por meio de iniciativas bilaterais ou multilaterais, constituem normas.

Para Cataia (2010, p. 13), “as fronteiras são marcos híbridos formados por materialidades (naturais e artificiais) e normas”. Em complemento seria possível afirmar que, como zona de contato entre dois territórios, também envolve e regula uma série de ações, por meio da restrição ou indução de fluxos.

Como apontam Dorfman e Benedetti (p. 3, tradução nossa): “O que dá sentido ao estabelecimento de fronteiras é que haja quem as esteja cruzando e que isso seja objeto de interesse para quem controla”²⁴, nesse sentido, como completam os autores, a fronteira “é um espaço de contato social entre diferentes

²³ No original: “son aquellas divisiones del territorio nacional, adyacentes al límite internacional, establecidas para ejecutar acciones tales como seguridad, defensa, desarrollo, urbanización, planificación de caminos, protección de recursos estratégicos, impedir a los extranjeros el acceso a la tierra. Es la frontera legal del estado.”

²⁴ No original: “Lo que le da sentido a establecer fronteras es que haya quienes estén cruzando y que esto sea objeto de interés para quienes controlen.”

numa descontinuidade espacial que materializa essa relação através do cruzamento. Mas a fronteira também é movimento.”²⁵

Quando se analisa o território, percebe-se distintas densidades normativas que têm concretude graças a sua função organizacional (SILVEIRA, 1997). E na fronteira, que constitui um recorte de territórios que se interpenetram, configura-se uma intrincada densidade normativa.

Nesse sentido, acerca das fronteiras é válido reconhecer uma densidade normativa, sendo emblemática a presença do limite internacional, que é tomado como referência central. Afinal, como aponta Euzébio (2014, p. 111):

a densidade normativa dos territórios é constituída pelo arcabouço legal que regula a circulação de mercadorias, pessoas e informações e interfere diretamente nas relações econômicas, sociais, culturais e políticas, especialmente de cidades gêmeas fronteiriças.

Segundo Arroyo (2001, p. 143)²⁶, quando se tem uma densidade normativa voltada para a facilitação desses fluxos, pode-se reconhecer uma porosidade territorial, como a “qualidade dos territórios nacionais que facilita a sua relação com o exterior”, a partir de um apoio institucional para regular o movimento, o que é, inclusive, uma característica de muitos atos internacionais na fronteira, como destaca Euzébio (2014). Nesse sentido, é possível compreender uma densidade normativa a partir do limite internacional que influencia a dinâmica de uso do território na fronteira e na sua porosidade, com implicações na regulação dos fluxos.

Esses fluxos tendem a ser mais expressivos quando se consideram os núcleos fronteiriços, revelando maior porosidade territorial, onde tende a se configurar ainda uma maior densidade normativa como afirmação da presença do poder central. É sobre esses núcleos fronteiriços, contemplados nas suas distintas manifestações, de comunidades, povoações e vilas até as cidades

²⁵ No original: "se trata un espacio de contacto social entre diferentes en una discontinuidad espacial que materializa esa relación a través del cruce. Sin embargo, la frontera también es movimiento."

²⁶ A autora desenvolve a reflexão sobre porosidade territorial tendo em vista o processo de liberalização das economias para o comércio exterior, estando aí implicadas as normas e instituições, tendo em vista o aumento da fluidez territorial. Como uma aposta teórica, defendemos que é possível aplicar o conceito aos distintos fluxos que se processam na fronteira.

fronteiriças, para os quais se adota a denominação genérica núcleos de ocupação, que se debruça a próxima seção.

2.3. Os núcleos de ocupação fronteiriços

O que dá sentido à fronteira é o contato, são as relações entre territórios. Nesse sentido, apresenta-se como relevante objeto de investigação para esse campo de estudos o olhar sobre as cidades que se constituem na zona de contato entre territórios nacionais distintos e que estabelecem relações entre si através do limite internacional, as cidades fronteiriças, aquelas que “estão localizadas de um ou outro lado da borda ou linha que separa dois estados de jurisdição territorial contígua” (VALERO MARTINEZ, 2004, p. 23, tradução nossa)²⁷.

Tomando como referência a Amazônia, Zárate et. al. (2012, p. 10-11, tradução nossa) destacam a relevância das cidades e outros núcleos fronteiriços para a compreensão das fronteiras. Para os autores:

As cidades ou os assentamentos pares ou triplos localizados nas margens político-administrativas ou próximos a elas, não só na Amazônia, são locais privilegiados, embora muito pouco utilizados para obter conhecimento sobre as complexas realidades de nossas fronteiras. Eles condensam ou refletem parcialmente a multiplicidade de eventos econômicos, sociais e culturais que, por sua vez, dão conta de processos de integração e/ou diferenciação nacional, étnica, linguística e social, ao mesmo tempo em que contêm elementos que explicam a constituição e transformação de sociedades bi ou trinacionais²⁸.

No campo dos estudos fronteiriços, a reflexão sobre as cidades de fronteira recai sobre os núcleos urbanos que apresentam elevado grau de intercâmbio que transcendem os limites nacionais. Nesse sentido, na literatura

²⁷ No original: “que están localizadas a uno u otro lado del borde o la línea que separa a dos estados de jurisdicción territorial contigua.”

²⁸ No original: “Las ciudades o los asentamientos pares o triples ubicados en los márgenes político administrativos o en cercanías a ellos, no solo en la Amazonia, son sitios privilegiados aunque muy poco aprovechados para obtener conocimiento sobre las complejas realidades de nuestras fronteras. En ellos se condensa parcialmente o se refleja, la multiplicidad de eventos económicos, sociales y culturales que, a su vez, dan cuenta de procesos de integración y/o diferenciación nacional, étnica, lingüística y social, al tiempo que se encierran elementos que explican la constitución y transformación de sociedades bi o trinacionales.”

há diferentes denominações para classificá-las. Forjadas a partir da análise de distintos contextos regionais, essas denominações valorizam aspectos como o grau de integração, conurbação ou semiconurbação.

Tomando como base o contexto latino-americano, Dilla Afonso (2015, p. 35, tradução nossa), fala em complexos urbanos transfronteiriços para referir-se à “urbanização das fronteiras e a emergência de aglomerações de um mesmo signo que tendem a se comportar — com sucessos diversos — como sistemas”²⁹.

Refletindo sobre esses núcleos a partir do conjunto da fronteira brasileira, em uma pesquisa que ecoou nas políticas públicas no país, Machado (2005) fala em “cidades gêmeas”. Segundo a autora:

Na escala local/regional, o meio geográfico que melhor caracteriza a zona de fronteira é aquele formado pelas cidades-gêmeas. Estes adensamentos populacionais, cortados pela linha de fronteira, seja esta seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, apresentam grande potencial de integração econômica e cultural assim como manifestações localizadas dos problemas característicos da fronteira. (MACHADO, 2005, p. 260).

Tomando como base a fronteira entre México e Estados Unidos, Arreola (1993, p. 356-375, tradução nossa) aponta que essa caracterização como cidades gêmeas justifica-se porque “muitas cidades fronteiriças são de fato assentamentos emparelhados onde a proximidade física implica uma certa relação e interação”³⁰.

Moura e Oliveira (2018, p. 243-244), ao analisarem o contexto brasileiro no âmbito das políticas públicas nacionais para a fronteira, preferem falar em “arranjos espaciais urbanos transfronteiriços”, entendidos como “espaços contíguos de ocupação” que constituem “principais portais de relações entre os países e seus povos”.

Refletindo a partir do contexto sul-americano, Kralich, Benedetti e Salizzi (2012, p. 122, grifo dos autores, tradução nossa) adotam o termo “conurbações

²⁹ No original: “urbanización de las fronteras y el surgimiento de aglomeraciones de igual signo que tienden a comportarse — con éxitos diferentes — como sistemas”

³⁰ No original: “many border towns are indeed paired settlements where physical proximity implies a certain relationship and interaction”.

ou *aglomerações transfronteiriças ou transnacionais*³¹ para indicar pares de cidades (às vezes trios) desenvolvidas em vizinhança em distintos lados do limite internacional e que “não deixam de ser unidades urbanas com autonomia (administrativa e funcional) mas cuja conexão, especialmente nas práticas cotidianas, tende a ser mais intensa que com o entorno circundante”³².

Considerando as contribuições desses autores, neste texto compreende-se que se trata de núcleos urbanos com articulações fronteiriças, para designar conjuntos de cidades de dois ou mais países, contíguas ou não, cujas manchas urbanas tocam ou estão próximas ao limite internacional, que mantêm determinado nível de articulação entre si.

Entretanto, quando se pretende aprofundar o olhar sobre a porosidade territorial na fronteira, sobre o adensamento desses fluxos, é necessário abarcar os distintos núcleos que se desenvolvem na fronteira e cujas relações extrapolam o limite internacional. Nesse sentido, cabe contemplar também as povoações, vilas e pequenas comunidades em geral, que usualmente não são abordados ou pouco aparecem na literatura e no discurso oficial. Todos esses núcleos, entre as principais cidades, médias e pequenas, mas também os vilarejos e povoações menores, são indicativos de maior porosidade territorial na fronteira.

Alguns desses núcleos, como será visto no próximo capítulo, tiveram um papel relevante na formação histórica da fronteira entre Brasil e Bolívia, afigurando como balizadores da definição do limite internacional.

³¹ No original: “*conurbaciones o aglomeraciones transfronterizas o transnacionales*”.

³² No original: “no dejan de ser unidades urbanas con autonomía (administrativa y funcional) pero cuya interconexión, especialmente en las prácticas cotidianas, suele ser más intensa que con el entorno circundante”.

3. FRONTEIRAS E LIMITES NAS RELAÇÕES BRASIL-BOLÍVIA: GÊNESE E EVOLUÇÃO

A história da fronteira entre Brasil e Bolívia se relaciona à origem colonial de ambos os territórios. É possível afirmar que a “sucessão histórica de situações efetivas de ocupação” (SANTOS, 2004, p. 233) desses territórios criou o espaço brasileiro e boliviano e deu sentido a essa fronteira. Nesse processo, pensando nas relações entre os Estados envolvidos, é possível identificar como marcos para a definição dos limites internacionais previstos uma série de Tratados, primeiramente entre as possessões coloniais ibéricas na América do Sul e, posteriormente, entre os Estados brasileiro e boliviano.

Como porção de dois territórios que se interpenetram, a história da definição dessa zona de fronteira está implicada nas relações que atravessaram esses territórios, da diplomacia à dinâmica de uso do território, das atividades econômicas ao cotidiano, que produziram diferentes redes de intercâmbio, entre forças centrípetas e centrífugas. Trata-se, portanto, de uma zona de fronteira que se interpenetrou pelos sertões de ambos os territórios, a fronteira oriental após o maciço dos Andes e a fronteira oeste brasileira, sedimentando diferentes limites no processo histórico, em torno dos quais se desenvolveram distintos núcleos urbanos e povoações.

Considerando essa dinâmica, a título de levantamento histórico, este capítulo discute a gênese e a evolução da fronteira e das relações bilaterais entre Brasil e Bolívia. Para tanto, elabora-se uma periodização a partir do teor dessas relações e das principais iniciativas relacionadas a esta fronteira. São discutidos então a constituição dos núcleos fronteiriços, os atos internacionais considerados mais relevantes e as suas implicações territoriais quando às definições e redefinições dos limites internacionais. Nesse sentido, identificam-se três grandes períodos: I. embrionário; II. de definição e redefinições de limites; III. de estabilização de limites e iniciativas de cooperação.

Como antecedentes da fronteira Brasil-Bolívia, destacam-se no período colonial, a estruturação do projeto colonial na América do Sul, com as relações entre as metrópoles ibéricas para o domínio das terras. A partir do avanço desse projeto colonial marcado pelo genocídio dos povos originários, os fluxos entre os

domínios que se firmavam se interpenetraram nas extensas áreas do interior do subcontinente e o estabelecimento de núcleos de ocupação pelas potências ibéricas se acercou, com as missões jesuítas de Moxos e Chiquitos a partir do século XVII e as povoações portuguesas no rio Guaporé e Cuiabá no século XVIII. Esse contexto de encontro entre os fluxos desencadeados pelas potências ibéricas e de acercamento do estabelecimento de núcleos no centro-oeste sul-americano marca o início de um período embrionário dessa fronteira, que se estendeu até o fim do período colonial.

Com a constituição de Brasil e Bolívia como Estados independentes, identifica-se um novo período. Tomando como referência inicial a década de 1820, com a declaração de independência dos dois países, nesse período se destacam a definição inicial dos limites internacionais entre os dois países com o Tratado de La Paz de Ayacucho (1867), o conflito pelo território do Acre e a redefinição dos limites com o Tratado de Petrópolis (1903), que marca o fim desse período. Nesse período destaca-se a situação de ocupação efetiva do território como balizadora do limite internacional e suas redefinições, incluindo-se a constituição de núcleos.

O último e atual período, identificado como a partir de 1903, é lido como o de estabilização dos limites internacionais, com a implementação do Tratado de Petrópolis nas primeiras décadas do século XX, iniciativas de integração nas décadas de 1920 e 1930, pequenos ajustes de limites na década de 1950 e novas iniciativas de integração a partir dessa década e das seguintes. Nesse período destacam-se iniciativas como o Tratado de Natal (1920), os Tratados de Vinculação ferroviária e de Saída e Aproveitamento do petróleo boliviano (1938) e o Acordo de Roboré (1958), além de iniciativas nas décadas seguintes que indicam para uma cooperação estratégica e duradoura.

3.1. Dos antecedentes da fronteira no período colonial à sua formação embrionária no século XVIII

No que se refere à formação dos territórios brasileiro e boliviano em geral e à fronteira entre os dois países em particular, a sua origem colonial é um elemento basilar. Nesse sentido, esta seção apresenta uma leitura do período colonial e o divide, para a análise das fronteiras em dois contextos, no primeiro (3.1), entendido como os antecedentes, analisa-se a estruturação do projeto colonial ibérico na América do Sul; no segundo (3.2.), tido como o período embrionário para as fronteiras entre Brasil e Bolívia, contempla-se os fluxos os fixos que formaram uma extensa zona de contato entre as possessões coloniais ibéricas no centro-oeste sul-americano.

3.1.1. Antecedentes: da Bula Intercoetera (1493) e do Tratado de Tordesilhas (1494) às estruturas administrativas coloniais ibéricas na América do Sul

O processo de dominação dos povos e das terras do continente que viria a ser denominado América pelas potências ibéricas insere-se no contexto da expansão marítima e comercial europeia. Nesse sentido, pensando nas relações entre essas potências, antes do estabelecimento de uma fronteira (cujo cerne está na relação com o outro, como discutido no capítulo anterior), apresentam-se dois atos que delinearão os limites das suas possessões coloniais, em grande medida como uma ilusão linear, a Bula Intercoetera (1493) e o Tratado de Tordesilhas (1494).

No contexto das disputas por possessões coloniais no fim do século XV entre o Reino de Portugal e o Reino de Espanha que se unificava, firmam-se, pelo papa Alexandre VI, em 1492 (mesmo ano da chegada do Colombo ao continente que seria batizado de América), dois instrumentos que buscaram legitimar a posse das terras aos Reis Católicos Dona Isabel de Castela e Dom Fernando II de Aragão: a bulas *Eximiae Devotionis* e *Inter Coetera*. Por uma terceira bula de 4 de maio de 1493, também conhecida como *Inter Coetera*, o papa distinguiu as terras de Espanha das de Portugal, fixando como referência um meridiano a 100 léguas a Oeste dos Açores e de Cabo Verde. Segundo esta bula, todas as terras descobertas e por descobrir (numa perspectiva

eurocêntrica) que não pertencessem a nenhum príncipe cristão que estivessem a oeste deste meridiano pertenceriam à Espanha, ao passo que as situadas a leste pertenceriam a Portugal (GOES FILHO, 2015) (Figura 10).

Figura 10 – Meridianos da Bula Intercoetera (1493) e do Tratado de Tordesilhas (1494)



Adaptado de Goes Filho (2015, p. 383).

Essa divisão não agradou a Coroa Portuguesa, que pressionou a Corte Espanhola para um acordo. Como desenrolar das discussões, Dom João II de Portugal e os Reis Católicos firmaram, em 7 de junho de 1494, na cidade de Tordesilhas, o Tratado de “Capitulação da Partição do Mar Oceano”, que definia uma divisão das terras em lógica similar à bula *Inter Coetora*, a diferença é que o meridiano tomado como referência foi deslocado para 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde: a partir deste meridiano, as terras ocidentais “descobertas” e “por descobrir” seriam de Espanha e as orientais de Portugal. O referido meridiano nunca foi demarcado com precisão durante o período colonial e foi alvo de diversas controvérsias entre cartógrafos, mas serviu no sentido de uma legitimação formal nos debates entre as duas potências ibéricas e abriu para Portugal a possibilidade de se apropriar de uma porção de terras no Novo Mundo. Medições modernas apontam que o meridiano de Tordesilhas cortaria as atuais cidades brasileiras de Belém (no Pará) e Laguna (em Santa Catarina) (ANDRADE, 1989; GOES FILHO, 2015, VARGAS, 2017).

A divisão de terras entre as potências ibéricas prevista pelo Tratado de Tordesilhas (1494) atendeu aos seus interesses nos primeiros anos após a sua celebração. A partir de então, Portugal e Espanha procederam com o espólio das riquezas das terras conquistadas e o massacre dos povos originários. No caso das terras que viriam a formar a América espanhola, havia sociedades complexas ou resquícios das mesmas, como no caso do Império Inca, Maia e Asteca, além de uma série de etnias, como Aymará e Mapuche, que povoavam as vastas terras. No caso da porção que viria a formar a América portuguesa, destacam-se etnias como Tupi, Guarani, Tapuia, Aruaque, Caraíba (para citar apenas algumas) (DORFMAN; FRANÇA; ASSUMPÇÃO, 2016, p. 102-103).

Visando consolidar seu domínio sobre as terras, as potências ibéricas adotaram estratégias distintas, mas com aspectos semelhantes na seara de exploração mercantilista que combinou o empreendimento das Coroas com setores privados diante das possibilidades de exploração encontradas.

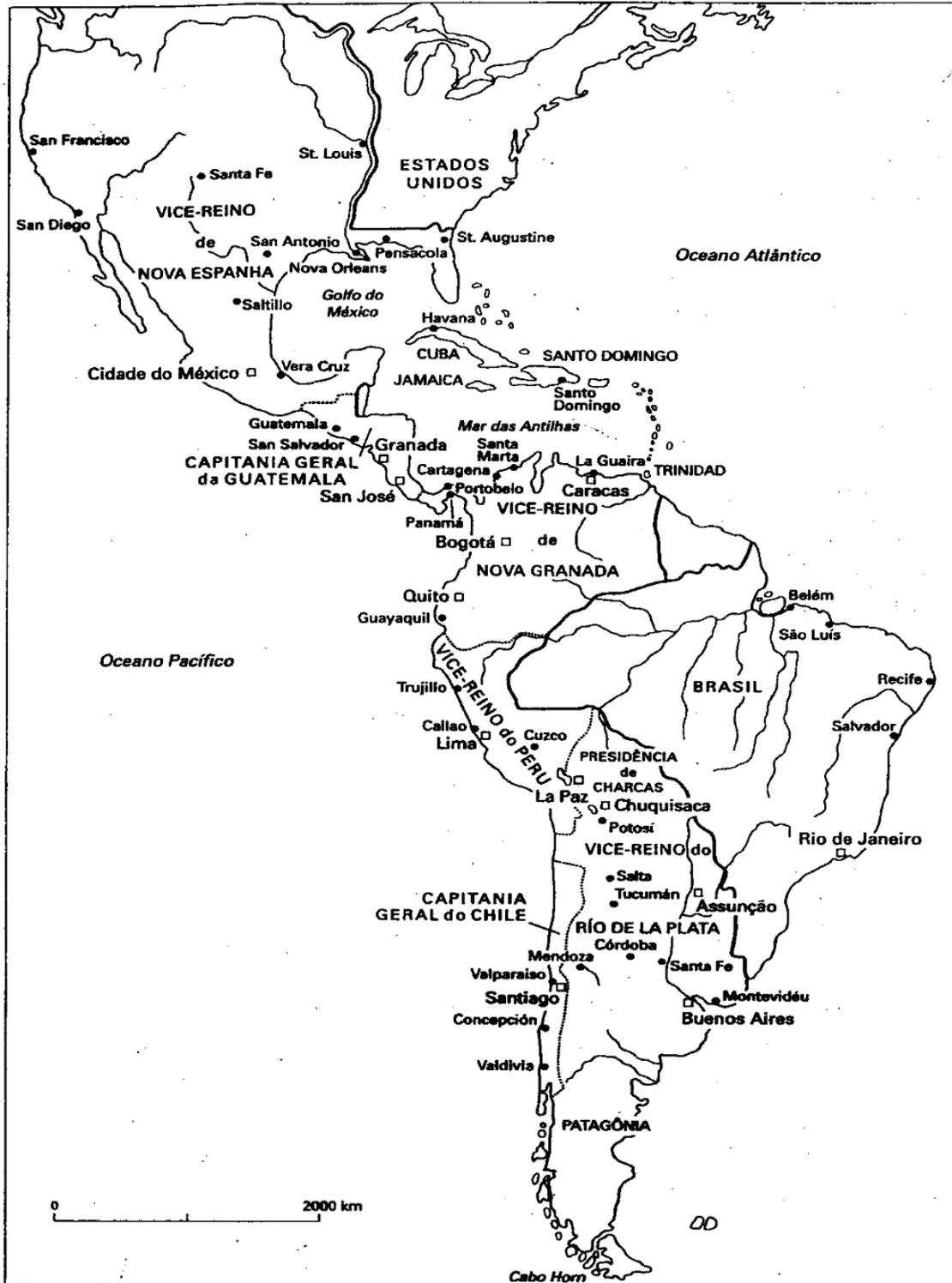
No caso da conquista das terras que viriam a constituir a América Espanhola, os colonizadores encontraram de início riquezas minerais em abundância, que inclusive já eram exploradas pelos povos originários.

Enquanto a dominação espanhola das terras voltou-se para a salvaguarda da extração dos minérios, a estratégia inicialmente adotada pelos portugueses baseou-se em outra atividade do setor primário, a agricultura.

As possessões espanholas na América foram gradualmente divididas em vice-reinos, para as porções consideradas mais estratégicas, e capitânicas gerais, para as demais terras (VARGAS, 2017, p. 144):

- em 1534, foi fundado o Vice-Reino da Nova Espanha (ou do México), que abarcava territórios do atual México, das Antilhas e parte dos EUA, com a capital sediada na cidade do México;
- em 1542, fundou-se o Vice-Reino do Peru, que abrangia territórios que atualmente constituem o Peru e parte da Bolívia, com a capital em Lima;
- em 1717, deu-se a fundação do Vice-Reino de Nova Granada (ou de Santa Fé), que englobava territórios que hoje formam Colômbia, Equador, Venezuela e Panamá, com a capital sediada em Santa Fé de Bogotá;
- já em 1776, fundou-se o Vice-Reino do Rio da Prata, que abrangia territórios que hoje formam a Argentina, Paraguai, Uruguai, além de parte da Bolívia e do Brasil (porção oeste do Rio Grande do Sul), com a capital em Buenos Aires;
- além desses recortes territoriais, havia o das capitânicas gerais, como da Guatemala, da Venezuela, de Cuba, e do Chile (Figura 11).

Figura 11 – Estrutura administrativa espanhola na América por volta de 1800



Fonte: Lynch (2009, p. 22).

A conquista e exploração dessas vastas terras se deu a partir da estruturação de um complexo sistema colonial baseado na parceria entre a Coroa e setores privados, na figura dos *chapetones*, compostos por

interventores, militares e burgueses e outras classes que representavam delegados do rei, que dariam origem aos *criollos*, como seus descendentes nascidos na América, a compor o topo da estrutura social desse complexo sistema de exploração que subjugou os povos originários e os povos escravizados trazidos da África, conformando distintas situações regionalmente, mas que se valiam dessa mesma estrutura. Como destacam Dorfman, França e Assumpção (2016, p. 103):

A Igreja Católica foi fundamental para cimentar e dar sentido a esses fragmentos. A elite colonial foi formada por administradores peninsulares e também pelos crioulos, descendentes de espanhóis nascidos na América do Sul, os quais se dedicavam à agricultura e ao comércio colonial, entre outras atividades. Mestiços, indígenas e escravos africanos eram a base da sociedade colonial espanhola. O trabalho indígena era responsável por grande parte da mão-de-obra nas colônias espanholas.

Essa estrutura social hierarquizada com o subjugo dos povos originários e a exploração de mão de obra africana escravizada na base da pirâmide e a conformação de uma elite formada por europeus e seus descendentes também se reproduziu no empreendimento colonial lusitano na América. Portugal inicialmente não encontrou riquezas minerais nas terras das quais se apossaria, dedicou-se então à extração do pau Brasil, e, em momento posterior, procedeu com a exploração agrícola das terras, com destaque para o cultivo da cana de açúcar, descobrindo metais preciosos tardiamente em relação à Corte vizinha (FURTADO, 2007).

No caso da América portuguesa, diante da ameaça exercida pelas demais potências europeias, como com as expedições francesas e neerlandesas, a Coroa adotou, no segundo quartel do século XVI, uma estratégia de exploração com o envolvimento de particulares, por meio das concessões de terras conhecidas como capitânicas hereditárias (Figura 12).

Diante do fracasso da empreitada das capitâneas hereditárias, na ampla maioria dos casos, a Coroa resolveu então, para resguardar seu domínio sobre as terras, estabelecer um novo sistema administrativo centralizado, com a implantação de um Governo Geral, inicialmente sediado em Salvador e, posteriormente, no Rio de Janeiro (DORFMAN; FRANÇA; ASSUMPÇÃO, 2016, p. 104).

De todo modo, os donatários foram o embrião da formação da elite brasileira contemporânea, dando origem aos latifundiários que se configurariam relacionados às diferentes atividades econômicas que se somariam, levando a uma distribuição regional oligárquica do poder no território em paralelo à centralização da Coroa.

No que se refere à geoestratégia do empreendimento colonial na América, apesar da previsão inicial de uma divisão entre as possessões ibéricas a partir do meridiano de Tordesilhas, os limites entre a América Espanhola e Portuguesa não eram bem estabelecidos, de modo que se deram diversos fluxos através desses territórios, com interpenetrações entre essas fronteiras que se construíram com elevada porosidade ao longo do período colonial. Essa porosidade se revela nas incursões para o interior do subcontinente, promovidas principalmente pelos portugueses, em busca de riquezas. Para Furtado (2007), apesar de ter recursos superiores aos portugueses, a Coroa espanhola centrou seu sistema de defesa em torno do eixo produtor de minérios, o que abriu caminho para a presença portuguesa a oeste do limite inicialmente acordado.

Uma questão político-institucional ocorrida nas cortes da península ocidental da Europa no fim do século XVI teve implicações relevantes nas suas colônias. Com a morte do Rei de Portugal D. Henrique, em 1580, que não tinha herdeiros diretos, quem assumiu o trono foi Felipe II, Rei de Espanha, quando Portugal e Espanha, embora institucionalmente separados, passaram a ser governados por um mesmo soberano. Esse período, denominado “União Ibérica”, se estendeu até 1640, quando a Casa de Bragança separou as duas coroas e assumiu o trono em Portugal. Apesar da administração dos territórios ter seguido a cargo de cada metrópole, esse período viabilizou um intercâmbio mais intenso entre as possessões ibéricas na América. Nessas seis décadas, como aponta Andrade (1989), foram favorecidas as incursões lusitanas para o

interior do continente em busca de indígenas para serem escravizados, minas de ouro, prata e pedras preciosas, e o sucesso nesse sentido resultou em povoações pelos sertões. Como aponta Vargas (2017, p. 16):

Enquanto durou, a União Ibérica teve importantes reflexos na configuração dos territórios coloniais de Espanha e Portugal no Novo Mundo. Nesse momento histórico, os espanhóis tinham maior interesse em explorar o México e o Peru, com suas ricas jazidas de prata [...]. Já o interior do continente era visto como uma terra selvagem, de mata fechada, inacessível, desprovida de riquezas minerais conhecidas [...]. Por todos esses motivos os espanhóis não se interessaram nesse momento em explorar o amplo território que tinham a seu dispor no interior da América do Sul segundo a partilha do Tratado de Tordesilhas, então vigente. Os portugueses, por outro lado, foram se embrenhando cada vez mais continente adentro.

Esses fluxos, sobretudo os oriundos da porção portuguesa, mostram o quão poroso era o limite previsto em 1494. Na prática, já se estabelecia uma imensa zona de relações fronteiriças entre territórios que se distinguiam a partir do seu uso e sua exploração de fato. Essa porosidade ficou ainda mais evidente durante a união ibérica, mas já se desenhava desde muito antes.

3.1.2. A formação embrionária e a porosidade das fronteiras no período colonial: das entradas, bandeiras, missões e povoações aos Tratados de Madri (1750) e Santo Idelfonso (1777)

Desde as primeiras décadas do período colonial, os portugueses, que não haviam encontrado de imediato metais preciosos, como no caso dos espanhóis, promoveram uma série de movimentos exploratórios para o interior do continente, ultrapassando os limites previstos em Tordesilhas. Esses movimentos, as entradas do século XVI e as grandes bandeiras do século XVII, tinham como objetivo principal a busca por riquezas minerais. Além disso, no seu rastro, diversos membros dos grupos étnicos que foram denominados pelos europeus como indígenas foram escravizados. Em paralelo, estruturava-se na colônia portuguesa uma dinâmica produtiva voltada para outras atividades do setor primário, com o extrativismo, a agricultura e a pecuária.

Quanto à presença espanhola na América do Sul, o grande destaque era para a mineração, centrada nas regiões andinas. Mas ocorreram incursões em

direção ao interior do subcontinente apoiadas pelos espanhóis inicialmente com as missões jesuítas.

Os jesuítas chegaram a Lima em 1568, mais de trinta anos após os dominicanos, mercedários, franciscanos e augustinianos. Por essa razão, foram forçados a buscar áreas abandonadas, ou ainda não ocupadas por seus predecessores. (MEIRELES, 1989, p. 71)

No interior do continente, como uma forma de estabelecimento da presença espanhola na hinterlândia sul-americana, destacam-se as missões jesuítas de Moxos/Mojos³³ e Chiquitos. Como aponta Goes Filho (2015, p. 186)

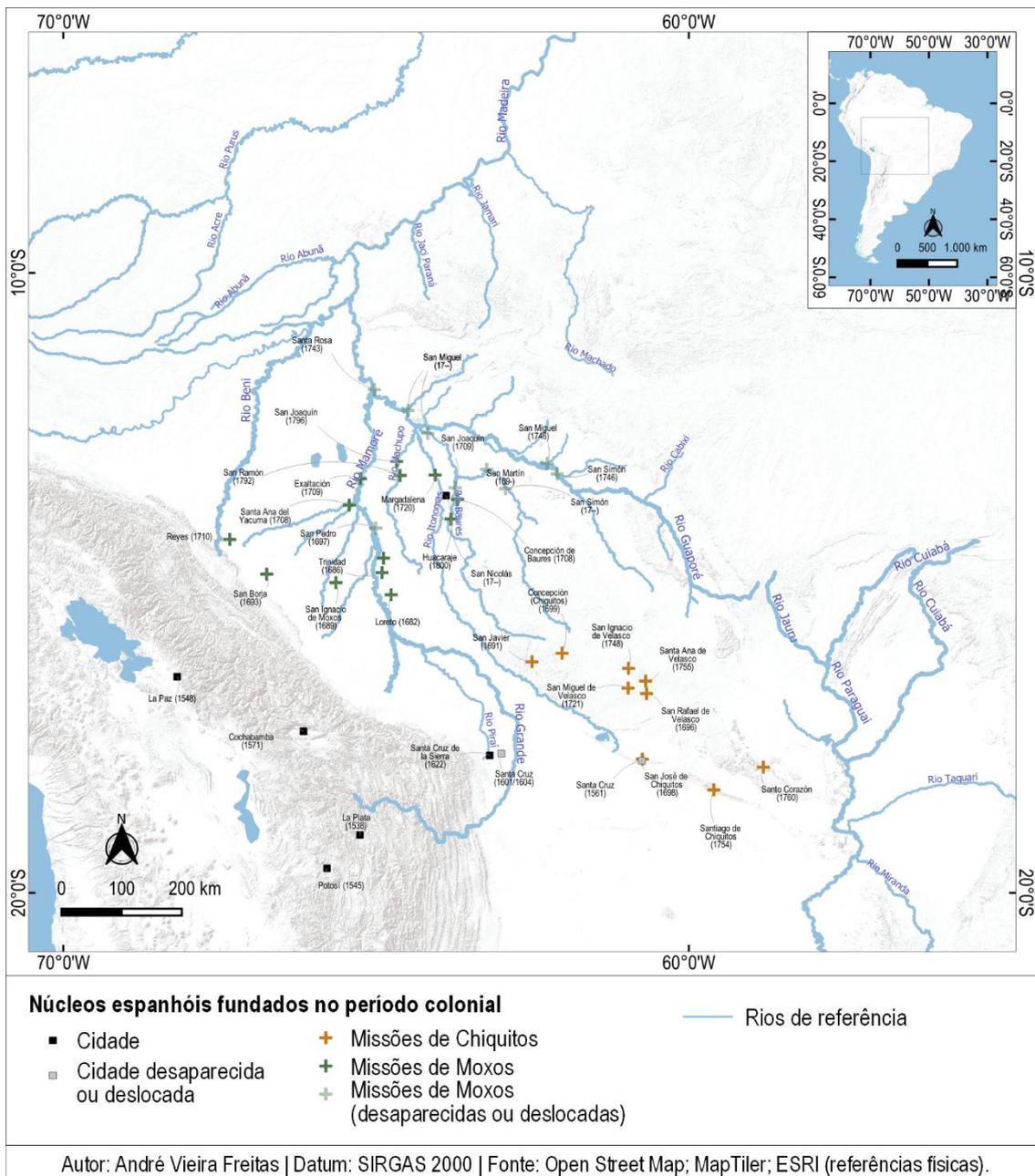
Em Chiquitos e Moxos, os missionários eram claramente os defensores dos interesses do Estado espanhol, como mostra a malha de correspondência existente entre os jesuítas e autoridades governamentais espanholas da Metrópole e da Colônia, sobre o perigo da invasão portuguesa na área e as medidas para contê-la.

Essas missões podem ser compreendidas como um embrião das futuras cidades desenvolvidas a partir da colonização espanhola na região. Segundo Araújo (2012, p. 52), “a existência dos aldeamentos implicava um cenário de certo modo dividido na ocupação do território”, nesse sentido, a autora aponta que os aldeamentos eram vistos como um espaço de transição entre o espaço dos índios (o “mato”) e a cidade.

As missões de Moxos e Chiquitos foram estabelecidas nas terras baixas a oeste das cidades constituídas no século XVI no eixo de exploração mineral nas espanholas no Alto Peru, como La Plata (1538), Potosí (1545), La Paz (1548) e Cochabamba (1571). Ademais, também se constituiu nesse contexto, para resguardar as regiões mineiras, Santa Cruz de la Sierra, que passou por deslocamentos até sua efetiva consolidação: estabeleceu-se inicialmente como Santa Cruz (la Vieja) na serra de Chiquitos, em 1561, depois Santa Cruz (la Nueva) estabeleceu-se nas proximidades do rio Grande (atual Cotoca), entre 1601 e 1604 e, em 1622, foi estabelecida na sede que se consolidou, às margens do rio Piráí (Figura 13; Quadro 6).

³³ Na literatura, foram encontradas ambas as grafias, predominando a primeira entre os autores hispânicos e a segunda entre autores brasileiros. Neste trabalho adota-se prioritariamente o termo Moxos, denominação usada oficialmente pelo Estado boliviano nos topônimos no país. Entretanto, quando de referências que usam a grafia Mojos, preserva-se a escolha dos autores.

Figura 13 – Núcleos constituídos pelos espanhóis no período colonial em direção ao centro da América do Sul



Elaboração do autor.

Quadro 6 – Núcleos constituídos pelos espanhóis no centro-oeste sul-americano durante o período colonial

Núcleo / evolução toponímia	Motivação/função	Situação contemporânea
Santa Cruz (la Vieja) ⁽¹⁾ (1590) → Santa Cruz (la Nueva) ⁽¹⁾ (1601/1604) → Santa Cruz de la Sierra (1621)	Presença oficial (defesa)	Existente
Loreto (1682)	Pov. religiosa (missões de Moxos)	Existente
Trinidad (1686)	Pov. religiosa (missões de Moxos)	Existente
San Ignacio de Moxos (1689)	Pov. religiosa (missões de Moxos)	Existente
San Javier (Chiquitos) (1691)	Pov. religiosa (missões de Chiquitos)	Existente
San Javier (Moxos) (1691)	Pov. religiosa (missões de Moxos)	Existente
San Borja (1693)	Pov. religiosa (missões de Moxos)	Existente
San Rafael de Velasco (1696) / San Rafael	Pov. religiosa (missões de Chiquitos)	Existente
San Martin (após 1696)	Pov. religiosa (missões de Moxos)	Desaparecido
San Pedro (1697)	Pov. religiosa (missões de Moxos)	Desaparecido
San José de Chiquitos (1698)	Pov. religiosa (missões de Chiquitos)	Existente
Concepción (1699)	Pov. religiosa (missões de Chiquitos)	Existente
Concepción de Baures (1708)	Pov. religiosa (missões de Moxos)	Existente
Santa Ana del Yacuma (1708)	Pov. religiosa (missões de Moxos)	Existente
Exaltación (1709)	Pov. religiosa (missões de Moxos)	Existente
San Joaquín ⁽¹⁾ (1709) → San Joaquín del Beni (1796)	Pov. religiosa (missões de Moxos)	Existente
Reyes (1710)	Pov. religiosa (missões de Moxos)	Existente
Magdalena (1720)	Pov. religiosa (missões de Moxos)	Existente
San Miguel de Velasco (1721)	Pov. religiosa (missões de Chiquitos)	Existente
San Simón (17--)	Pov. religiosa (missões de Moxos)	Desaparecido
Santa Rosa (1742)	Pov. religiosa (missões de Moxos)	Desaparecido
San Miguel (1746)	Pov. religiosa (missões de Moxos)	Desaparecido
San Simón (Itenez) (1746)	Pov. religiosa (missões de Moxos)	Desaparecido
San Ignacio de Velasco (1748)	Pov. religiosa (missões de Chiquitos)	Existente
San Miguel (17--)	Pov. religiosa (missões de Moxos)	Desaparecido
San Nicolás (17--)	Pov. religiosa (missões de Moxos)	Desaparecido
Santiago de Chiquitos (1754)	Pov. religiosa (missões de Chiquitos)	Existente
Santa Ana de Velasco (1755)	Pov. religiosa (missões de Chiquitos)	Existente
Santo Corazón (1760)	Pov. religiosa (missões de Chiquitos)	Existente
San Ramón de la Ribera (1792)	Pov. religiosa (missões de Moxos)	Existente
Huacaraje (1800)	Entrepósito logístico	Existente

⁽¹⁾ Núcleos deslocados.

Elaboração do autor.

A missões de Moxos estabeleceram-se a partir da metade do século XVII, predominantemente nas bacias dos rios Mamoré, Beni, Baures. Como aponta Meireles (1989, p. 79) “Todas as missões foram originalmente construídas próximas de rios navegáveis, e, através da navegação, mantiveram, durante o século XVIII, um comércio regular com Santa Cruz”.

A primeira dessas missões foi fundada no entorno do alto Mamoré, em 1682, dedicada a Nossa Senhora de Loreto, “ao lado de uma aldeia *moremono*, na margem esquerda do rio Ivári, afluente do Mamoré. Servia de alojamento aos missionários, que ali começaram a fazer batismos em massa” (MEIRELES, 1989, p. 72).

Do último quarto do século XVII até o primeiro quarto do século XVIII, uma série de outras missões em Moxos foram fundadas:

Entre 1682 e 1744, a Companhia de Jesus fundou um total de 25 povoados, entre os quais se destacam os ainda existentes: Loreto, o primeiro, depois Trinidad (1687), San Ignacio (1689), San Javier (1691), San Borja (1693), San Pedro (1697) – que seria durante muitos anos a sede principal –, Concepción (1708), Exaltación (1709), San Joaquín (1709), Reyes (1710), Santa Ana (1719), Magdalena (1720), todos eles no atual departamento do Beni (LIMPIAS ORTIZ, 2007, p. 77, tradução nossa)³⁴.

Além desses núcleos que serviram de base para diversas cidades existentes contemporaneamente no oriente boliviano, destacam-se algumas desaparecidas ou deslocadas que haviam sido estabelecidas na região de Moxos, chegando até a margem direita dos rios Mamoré e Guaporé e seus tributários da porção oriental da bacia hidrográfica. Dentre essas missões descontinuadas estão San Martín, constituída provavelmente na década de 1690, no rio homônimo. No médio Mamoré constituiu-se San Pedro (1697) e, na margem direita do baixo Mamoré, após a foz do Guaporé, Santa Rosa (1743) (BLAU, 2007; CARVALHO, 2012; CARTA, 1776?; PLAN, 1873?; D'ORBIGNY, 1843; MEIRELES, 1989; NEVES, 2019).

Na bacia do rio Guaporé, constituiu-se, na foz do rio Corumbiara San Simón, em 1746 e, no mesmo ano, na foz do rio Mequéns, San Miguel, sendo que ambos os rios são tributários da porção oriental da bacia. Também há referência a outra missão San Miguel no rio Baures, afluente da porção ocidental da bacia, além de representações em mapas históricos a uma outra missão

³⁴ No original: Entre 1682 y 1744, la Compañía de Jesús fundó en Moxos un total de 25 pueblos, entre los que se destacan los todavía existentes: Loreto, el primero, luego Trinidad (1687), San Ignacio (1689), San Javier (1691), San Borja (1693), San Pedro (1697) – que sería durante muchos años la sede principal –, Concepción (1708), Exaltación (1709), San Joaquín (1709), Reyes (1710), Santa Ana (1719), Magdalena (1720), todos ellos en el actual departamento del Beni, y Desposorios de Buenavista (1723), en el departamento de Santa Cruz."

homônima na foz do rio Cautário, afluente da margem direita do Guaporé. (D'ORBIGNY, 1843; MEIRELES, 1989).

Após a ordem de expulsão dos jesuítas das colônias espanholas pelo rei Carlos III em 1768³⁵, destacam-se a constituição de dois outros núcleos como povoações indígenas comandadas pela estrutura colonial a partir da instrumentalização da religião, no sentido de conter as incursões portuguesas sobre a região, trata-se de San Ramón de la Ribera (1792) e Huacaraje (1800). A motivação para a constituição desses núcleos por parte dos espanhóis se deu no sentido de resguardar a região contra as incursões portuguesas, além de também atuarem como entrepostos logísticos para viajantes (D'ORBIGNY, 1843, p. 226; GILBERT ARCE, 2017; SUÁREZ MEDINA, 1994).

Ao sul das missões de Moxos, estabeleceu-se um conjunto de povoações religiosas entre as bacias amazônica e platina, as missões de Chiquitos, estabelecidas entre o fim do século XVII e meados do século XVIII.

Os espanhóis já haviam realizado incursões sobre a região desde meados do século XVI, com o intuito de verificar a existência de recursos minerais acessíveis à exploração, promovendo, em seu rastro, a exploração dos povos originários, com cobrança de tributos e sua escravização e condução compulsória para o trabalho nas minas do altiplano. Relata-se que:

As primeiras incursões espanholas datam de 1542 e foram realizadas com o objetivo de encontrar os lendários tesouros de El Dorado ou Gran Paitití. Desvaneceu-se a esperança de encontrar estes tesouros e iniciaram-se novas incursões com o objetivo de aproveitar a mão-de-obra dos nativos das diferentes etnias existentes na região (que eram conhecidos pelo nome vulgar de Chiquitos), através da encomienda e da mita, especialmente após a fundação de Santa Cruz de la Sierra em 1561³⁶ (SAN JAVIER, 2000, p. 26, tradução nossa).

³⁵ Decisão que também já havia sido adotada pela Corte Portuguesa em relação às suas possessões coloniais em 1759.

³⁶ No original: las primeras incursiones españolas se remontan al año 1542, y se realizan con el objetivo de encontrar los legendarios tesoros de El Dorado o Gran Paitití. La esperanza de encontrar estos tesoros se fue desvaneciendo y comienzan nuevas incursiones con el objetivo de aprovechar la mano de obra de los nativos de las distintas etnias existentes en la región (que eran denominados con el nombre común de Chiquitos), a través de la encomienda y la mita, especialmente luego de la fundación de Santa Cruz de la Sierra en 1561.

A partir de distintas incursões ao oriente desde a constituição de Santa Cruz, que incluíram a escravização das populações nativas, a cobrança de tributos e a condução compulsória para o trabalho nas regiões mineiras por parte dos espanhóis, procedeu-se com o estabelecimento das missões de Chiquitos. Nesse sentido,

os indígenas foram reunidos em assentamentos fixos (reduções) e aceitaram a tutela dos jesuítas. A história das missões transforma o panorama anterior, os indígenas eram isentos do tributo e da mita e protegidos dos encomenderos. Junto com a cristianização, os jesuítas unificaram a língua, iniciaram os indígenas em vários ofícios artesanais, introduziram a pecuária e a agricultura. No entanto, esse processo “civilizatório” teve um efeito disruptivo nas culturas indígenas, o que provocou a aculturação de muitas etnias, embora tudo isso, junto com a sobrevivência de muitos traços culturais, tenha sido a semente para o surgimento de uma nova identidade³⁷. (SAN JAVIER, 2000, p. 26-27, tradução nossa).

A primeira das missões de Chiquitos foi San Francisco de Javier, constituída em 1691. Depois destacam-se San Rafael de Velasco, em 1696; San José de Chiquitos, em 1698, nas proximidades da primeira localização de Santa Cruz (la vieja); Concepción, em 1699; San Miguel de Velasco, em 1721; San Ignacio de Velasco, em 1748; Santiago de Chiquitos, em 1754; Santa Ana de Velasco, em 1755; além de Santo Corazón, em 1760 (CARVALHO, 2012; GILBERT ARCE, 2017; SAN JAVIER, 2000; MEDAN, 2005; MEIRELES, 1989; MONTEROS CUEVA, 2015; SAN MIGUEL DE VELASCO, 2001; SAN RAFAEL DE VELASCO, 2001).

Essas missões de Chiquitos foram a base para muitos dos núcleos que viriam a compor a porção oeste das terras do departamento de Santa Cruz, constituindo e consolidando-se como cidades do oriente boliviano, inclusive importantes polos regionais.

³⁷ No original: los indígenas fueron reunidos en asentamientos fijos (reducciones) y aceptaron la tutela de los jesuitas. La historia de las misiones transforma el panorama anterior, los indígenas quedaron eximidos del tributo y de la mita y protegidos de los encomenderos. Junto a la cristianización, los jesuitas unificaron la lengua, iniciaron a los indígenas en diversos oficios artesanales, introdujeron la ganadería y la agricultura. Sin embargo, este proceso “civilizador” tuvo un efecto desestructurador sobre las culturas indígenas, lo que provocó la aculturación de muchos grupos étnicos, aunque todo ello, juntamente con la pervivencia de muchos rasgos culturales, fue la semilla para el surgimiento de una nueva identidad.

Ademias da exploração da mão de obra dos povos originais que habitavam a porção central da América do Sul, as missões de Moxos e Chiquitos constituíram uma forma de conter as incursões portuguesas que se direcionavam para a porção centro-ocidental do subcontinente. Como aponta Zambrana Lara (1908, p. 7, tradução nossa),

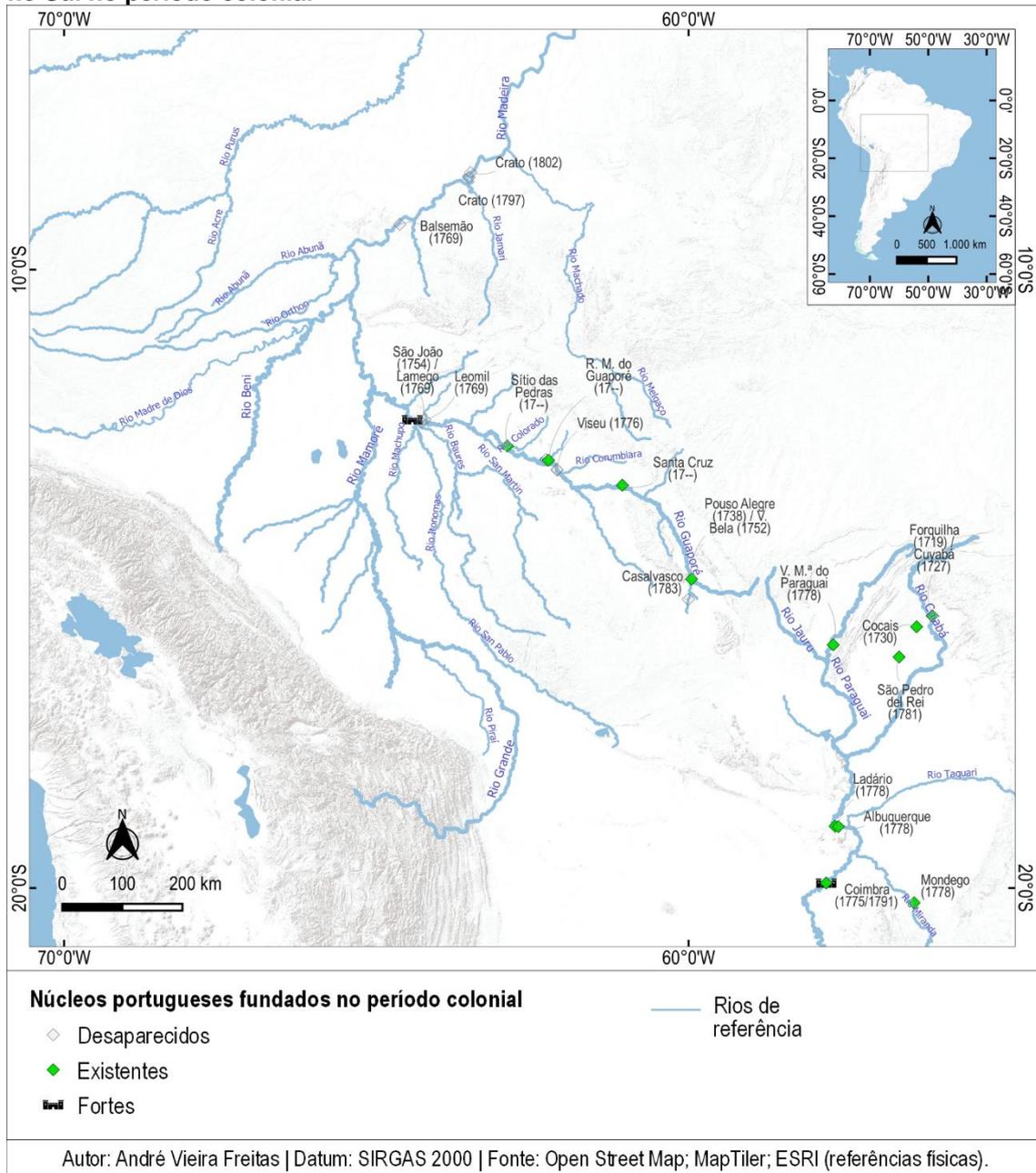
as missões haviam desempenhado um papel efetivo no resguardo da fronteira, por meio do “patrulhamento” de milícias de indígenas e uma rede de pequenos fortins, que haviam logrado manter afastados os bandeirantes, que continuamente faziam incursões para capturar mão-de-obra indígena.³⁸

As missões de Moxos e Chiquitos constituíram então, uma barreira de contenção para a região mineradora no altiplano, base econômica da estrutura colonial espanhola na América do Sul.

A busca por recursos minerais a serem explorados também foi vetor dos fluxos portugueses em direção à porção ocidental das terras da América do Sul. Nesse sentido, levou a um “surto de vilas e cidades” na hinterlândia do subcontinente, constituindo-se como o “dinâmico modificador estrutural da sociedade colonial brasileira nos séculos XVI e XVIII” (TEIXEIRA SOARES, 1973, p. 30-31) (Figura 14; Quadro 7).

³⁸ No original: “las misiones habían jugado un eficaz papel resguardando la frontera, a través del “patrullaje” de milicias de indígenas y una red de pequeños fortines, que habían logrado mantener a raya a los bandeirantes portugueses, quienes continuamente realizaban incursiones para capturar mano de obra indígena.”

Figura 14 – Núcleos constituídos pelos portugueses na porção centro-oeste da América no Sul no período colonial



Elaboração do autor.

Quadro 7 – Núcleos constituídos por Portugal no centro-oeste sul-americano durante o período colonial

Núcleo / evolução toponímia	Motivação/função	Situação contemp.
Arraial da Forquilha (1719) / Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuyabá (1727) / Cuyabá (1818) / Cuiabá	Exploração mineral (ouro)	Existente
Cocais (1730) / Livramento (1835/1835) / São José dos Cocais (1943) / Nossa Senhora do Livramento (1948)	Exploração mineral (ouro)	Existente
Arraial Pouso Alegre (1738) / Vila Bela da Santíssima Trindade (1752) / Mato Grosso (1818) / Vila Bela da Santíssima Trindade (1752/1975)	Exploração mineral / presença oficial (defesa/segurança)	Existente
Santa Cruz (17--)	Ocupação por comunidades tradicionais (quilombolas)	Existente
Quilombo Santa Cruz (17--)	Ocupação por comunidades tradicionais (quilombolas)	Existente
São João dos índios (1754) / Lamego (1769)	Pov. religiosa / Presença oficial (defesa)	Desaparecido
São José ⁽¹⁾ (1751) → São José (1754) ⁽¹⁾ → São José de Leomil (1769)	Pov. religiosa	Desaparecido
Sítio das Pedras (175-) / Destacamento das Pedras (175-) / Pedras Negras (1945)	Presença oficial (defesa) / Ocupação por comunidades tradicionais (quilombolas)	Existente
Balsemão (1769)	Presença oficial (defesa)	Desaparecido
Forte Coimbra (1775/1953)	Presença oficial (defesa)	Existente
Forte Príncipe da Beira (1776/17--/1945)	Presença oficial (defesa) / Ocupação por comunidades tradicionais (quilombolas)	Existente
Viseu (1776)	Presença oficial (ocupação/defesa)	Desaparecido
Arraial Beripoconé (1777) / São Pedro del Rei (1778) / Poconé (1811/1831)	Expl. Mineral (ouro)	Existente
Vila Maria do Paraguai (1778) / São Luís de Cáceres (1874) / Cáceres (1938)	Presença oficial (defesa)	Existente
Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque (1778) / Albuquerque / Corumbá	Presença oficial (defesa) / entreposto logístico (fluvial)	Existente
Ladário (1778/1896/1953)	Presença oficial (defesa) / entreposto logístico (fluvial)	Existente
Mondego (1778) / Miranda (1853/1857)	Presença oficial (defesa/segurança)	Existente
Rolim de Moura do Guaporé (17--/199-)	Ocupação por comunidades tradicionais (quilombolas)	Existente
Casal Vasco (1783)	Presença oficial (defesa/povoamento)	Desaparecido
São João Batista do Crato ⁽¹⁾ (1797 → 1802)	Pov. religiosa / entreposto logístico (fluvial)	Desaparecido

⁽¹⁾ Núcleos deslocados.

Elaboração do autor.

Chegando às terras a oeste do limite de Tordesilhas, os bandeirantes descobrem ouro no rio Cuiabá em 1718, onde surgiria a povoação Arraial da Forquilha, que deu à Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuyabá em 1727. Também na bacia do rio Cuiabá, constituiu-se, em 1730, a povoação de Cocais, à margem do ribeirão homônimo, a partir da qual se constituiu, no século seguinte, a Vila Livramento (ARAÚJO, 2012; CARVALHO, 2012; SENA, 2013; TAUNAY, 1891; TEIXEIRA SOARES, 1973).

Para manter contato com essa área longínqua, estabeleceu-se um sistema de transporte por meio de rios, o que é uma das originalidades da História do Brasil, as “monções”. Eram comboios de canoas que, por mais de cem anos, ligaram São Paulo aos núcleos mineradores do Centro-Oeste. Dessas minas, o movimento expansionista atravessou o então chamado “mato grosso do rio Jauru” (que deu nome ao futuro Estado) e atingiu as margens do Guaporé, onde novas minas foram descobertas em 1734; da bacia do Prata os bandeirantes paulistas passavam à do Amazonas.” (GOES FILHO, 2015, p. 26)

Impulsionada pela descoberta do ouro do Guaporé e tendo em vista a consolidação da posse portuguesa nessa porção do território, na margem direita desse rio foi fundado em 1738, o arraial Pouso Alegre, núcleo a partir do qual se constituiu, em 1752, Vila Bela da Santíssima Trindade, erigida a capital da capitania de Mato Grosso e Cuiabá, criada em 1748 (CARBONESE, s/d; IBGE, 1957; TEIXEIRA SOARES, 1973).

A presença portuguesa no interior do continente, a partir das entradas e bandeiras anteriores, foi, na visão de Araújo (2012, p. 42) o embrião das primeiras manifestações do urbano, com a formação de povoados regulares na fronteira. Nesse contexto, “as cidades representavam elementos discursivos enfáticos da relação de domínio sobre o território que se pretendia estabelecer ou, antes, reivindicar”.

Note-se que esses núcleos de ocupação constituídos pelos portugueses até meados do século XVII no interior do subcontinente avizinhavam-se às missões de Moxos e Chiquitos. Na região se encontram, então, dois fluxos gerados a partir de diferentes porções do subcontinente que se relacionavam a empreendimentos coloniais distintos, o lusitano e o espanhol que constituíram fixos, territorializando-se com esses núcleos de ocupação.

Nesse vasto interior do subcontinente, constituiu-se, então uma imensa zona fronteira entre os domínios coloniais ibéricos na América do Sul que, pelos

processos territoriais empreendidos, já havia rompido o poroso limite internacional de Tordesilhas. E esses núcleos de ocupação tiveram um papel relevante nesse processo.

Com avanços, recuos, envolvendo conflitos e acomodações, as relações estabelecidas através das colônias ibéricas na América do Sul produziram uma fronteira como uma zona de contato entre territórios e grupos distintos e redundaram em uma mobilidade do frágil limite internacional estabelecido a partir de Tordesilhas. Nesse sentido, em um processo de disputas políticas relacionadas à apropriação das riquezas das terras no continente, as duas coroas acabam por celebrar novos acordos para a definição de limites entre as suas possessões coloniais. Esses movimentos e negociações ilustram a reflexão de Teixeira Soares (1973) que a história e a geopolítica são construtoras de fronteiras, como apresentado no capítulo anterior.

Os fluxos promovidos pelos portugueses para o interior do continente, assim como a fixação de povos serviram de base, posteriormente, para uma argumentação que viria a ratificar um processo de mobilidade de fronteiras a partir do reconhecimento de um novo limite internacional entre as potências ibéricas com a celebração, entre Portugal e Espanha, de um Tratado assinado em 13 de janeiro de 1750, na capital espanhola.

Nas negociações que resultaram no Tratado de Madri, Alexandre de Gusmão, diplomata português nascido no Brasil, reivindica a aplicação do princípio do *uti possidetis* para a resolução dos litígios fronteiriços entre Portugal e Espanha. Esse princípio, que foi buscado do direito privado romano para a esfera pública, afirmava que o direito ao território deveria caber ao povo que o povoara e acabou por ser um dos principais elementos norteadores das negociações entre as potências ibéricas, o que beneficiou os portugueses na América do Sul e os espanhóis na Ásia (ANDRADE, 1989; TEIXEIRA SOARES, 1973).

Ademais de se fundamentar no princípio do *uti possidetis*, a divisão prevista no Tratado de 1750 valoriza uma série de objetos naturais, como os rios Paraguai, Guaporé e Jauru, para a definição dos limites entre as possessões coloniais das potências ibéricas (Figuras 15 e 16).

Figura 15 – Marco do Jauru estabelecido a partir do Tratado de Madri de 1750, cujo monumento foi trasladado a Cáceres



[16°03'53.0\"S 57°41'14.2\"W](https://www.google.com/maps/place/16°03'53.0\)

Fonte: acervo do autor. 27/01/2022.

Figura 16 – Placa do marco do Jauru estabelecido a partir do Tratado de Madri de 1750, cujo monumento foi trasladado a Cáceres

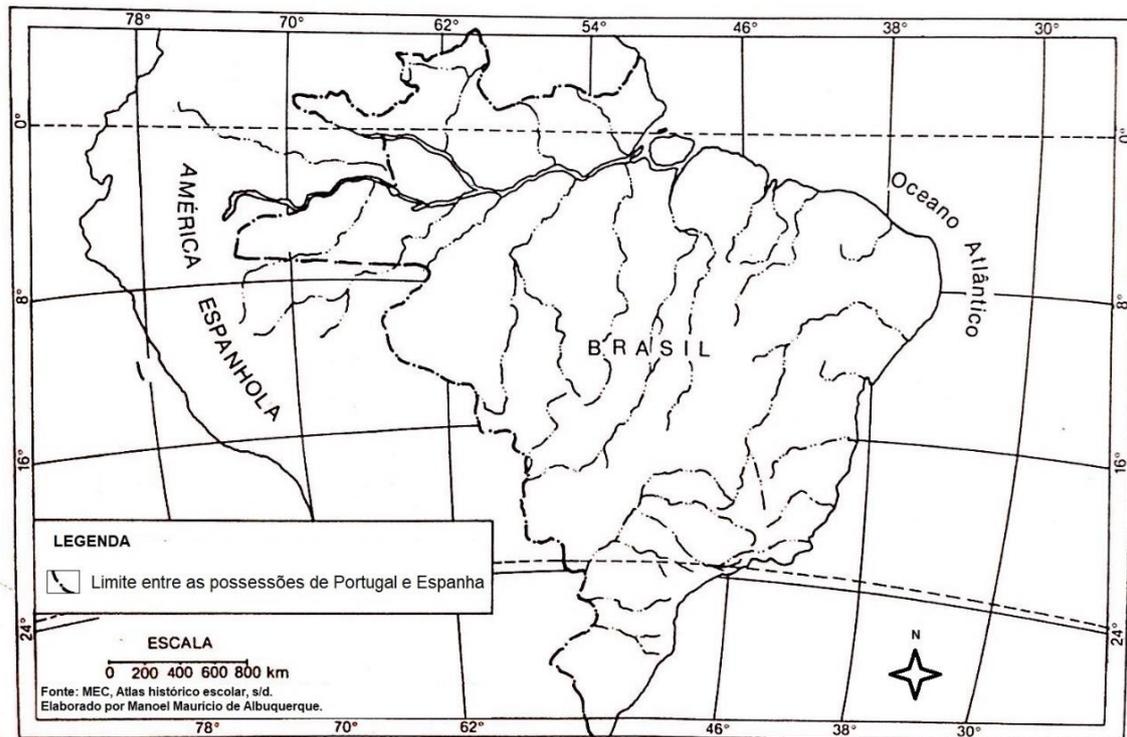


[16°03'53.0\"S 57°41'14.2\"W](https://www.google.com/maps/place/16°03'53.0\)

Fonte: acervo do autor. 27/01/2022.

O Tratado de Madri apresenta grande relevância porque os contornos nele previstos apresentam uma espécie de esboço do que seria definido nos séculos seguintes como os limites internacionais entre Brasil e Bolívia, após a emancipação de ambos os países (Figura 17).

Figura 17 – Divisão das terras da América do Sul entre Portugal e Espanha segundo o Tratado de Madri (1750)



Adaptado de Andrade (1989, p. 18).

Como base para as negociações do Tratado de Madri teria sido utilizado um documento denominado “Mapa das Cortes”, documento que apresenta algumas imperfeições que, segundo especula-se, teriam induzido os espanhóis a uma visão que amenizou a dimensão dos territórios que seriam cedidos (CINTRA, 2012; VARGAS, 2017) (Figura 18).

Figura 18 - Mapa dos confins do Brazil com as terras da Coroa de Espanha na America Meridional”, conhecido como Mapa das Cortes (1749)



Fonte: original da Biblioteca Nacional; extraído de <<https://www.historia-brasil.com/mapas/seculo-18.htm>>.

De qualquer modo, o fato é que o Tratado de 1750 chancelou um expressivo avanço das possessões coloniais portuguesas na América do Sul, o que foi motivado pelas suas incursões prévias e fixação de povoações no interior do subcontinente. Esse expansionismo português sobre as possessões espanholas ilustra a leitura de Perrier Bruslé (2007) acerca da ideia de *front* na formação da fronteira sul-americanas, da fronteira como zona de expansão sobre o território limdeiro, o que se verificou posteriormente na história da definição dos limites brasileiros. E nesse sentido os núcleos de ocupação em geral e as cidades em particular tiveram grande relevância. Como apontam Dorfman, França e Assumpção (2016, p. 98, grifo das autoras): “Na América do Sul, bem como na Península Ibérica, as cidades de fronteira, muitas vezes, agiram como pequenos fortes, sendo na sua origem uma linha de *front*.”

O Tratado de Madri apresenta grande relevância para a história da formação da fronteira entre Brasil e Bolívia antes mesmo da sua existência como nações independentes, pois ali já se apontam boa parte dos contornos do que seria posteriormente o limite internacional entre os dois países.

Como desdobramentos do Tratado de 1750, Araújo (2012, p. 49) destaca a transferência de aldeamentos jesuítas antes instalados na margem oriental do rio Guaporé para a sua margem ocidental, em um processo de recuo da ocupação de acordo com os limites estabelecidos pelo Tratado de 1750.

Do lado brasileiro, entra em curso uma geopolítica portuguesa para as fronteiras da colônia, por meio do primeiro-ministro José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Dentre as estratégias, ordenou-se a construção de uma série de fortificações em vias de penetração para os espanhóis nas bacias do Amazonas e do Paraguai (ANDRADE, 1989; TEIXEIRA SOARES, 1973). Dois desses fortes balizaram o que se tornou o limite internacional entre Brasil e

Bolívia, o Forte Príncipe da Beira³⁹, às margens do rio Guaporé, e o Forte Coimbra⁴⁰, às margens do rio Paraguai.

No que tange à fronteira oeste do Brasil colonial que se desenhava, ressalta-se a geoestratégia da Corte Portuguesa e dos governos regionais de tornar a capitania de Mato Grosso o “antimoral de todo o interior do Brasil”. Nesse sentido, além do Forte Príncipe da Beira e do Forte Coimbra, as povoações eram estratégicas na geopolítica do Brasil colônia (ARAÚJO, 2012).

Nesse contexto, após o Tratado de Madri foram constituídos uma série de núcleos de ocupação na porção central da zona de fronteira entre o oeste do Brasil colônia e os domínios espanhóis. Esses núcleos distribuíram-se na bacia Amazônica, sobretudo na sub-bacia do Guaporé, e na bacia do rio Paraguai, tendo como principal motivação a presença oficial na fronteira, havendo também povoações religiosas incentivadas com apoio do Estado. Outrossim, registram-se a instalação de quilombos a partir da fuga de pessoas escravizadas de outras porções da colônia.

No que se refere aos núcleos na região da fronteira oeste da colônia portuguesa constituídos na bacia Amazônica, a maioria se constituiu na bacia do Guaporé, como a já mencionada fundação da Vila Bela da Santíssima Trindade em 1752, alçada como capital da capitania de Mato Grosso e Cuiabá, mas verificam-se também às margens do rio Madeira.

Às margens do Guaporé, tendo como iniciativa a presença oficial na fronteira foram constituídos: Viseu, em 1776, próximo à foz do Corumbiara; o Forte Príncipe da Beira e a comunidade em seus arredores, no último quarto do século XVII; no sítio das Pedras, o destacamento das Pedras, em meados do século XVIII, desdobrando-se na comunidade Pedras Negras, existente

³⁹ O Real Forte Príncipe da Beira foi erguido entre 1776 e 1783, como iniciativa de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, governador da Província do Mato Grosso e Cuiabá. A iniciativa para essa grande fortificação colonial portuguesa se deu a partir da destruição por uma grande enchente de outra fortificação que existia nos arredores, o forte Nossa Senhora da Conceição, erguido em 1760 que em 1768 havia sido rebatizado de Forte Bragança. Contemporaneamente, as ruínas do Forte Príncipe da Beira se localizam no município de Costa Marques (Rondônia), no distrito homônimo à fortificação e é administrado pelo Exército Brasileiro, como parte do 1º Pelotão Especial de Fronteira do Comando de Fronteira Rondônia.

⁴⁰ O forte Coimbra foi erguido em 1791 a partir do Forte Nossa Senhora do Carmo, fundado em 1775. Atualmente localiza-se no município de Corumbá (Mato Grosso do Sul), no distrito de Forte Coimbra. É administrado pelo Exército Brasileiro, como parte da 3ª Companhia de Fronteira.

contemporaneamente, na foz do rio Colorado (BLAU, 2007; BRIGOLA, 2004; CARTA, 1776?; CRUZ, 2012; FARIAS JUNIOR, 2013; FERREIRA, 2020; IDEIA, 178-?; MONTEIRO, 2013; NEVES, 2019; TOMAZI; LEITE, 2019; SERRA, 1777).

Como povoações indígenas foram instituídas, também às margens do Guaporé, em 1751, na foz do rio Corumbiara, a missão São José, depois deslocada, em 1754, para a foz do rio Mequens e novamente em 1769 para a foz do rio São Domingos, como São José de Leomil, para auxiliar contribuir com a guarnição do Forte Nossa Senhora da Conceição. A jusante da foz do rio Baures, em 1754, constituiu-se a povoação indígena São João dos índios, rebatizada de Lamego em 1769, a partir da instalação do presídio com esse nome (CARTA, 1776?; GARCIA, 2016; IDEIA, 178-?; NEVES, 2019).

Como comunidades quilombolas no Guaporé destacam-se dois núcleos constituídos em meados do século XVIII e existentes na contemporaneidade: a comunidade Santa Cruz, na margem direita do rio Guaporé, entre a foz do rio Cabixi e a foz do rio Corumbiara e a comunidade que redundou no núcleo que posteriormente ficou conhecido como Rolim de Moura do Guaporé. Além desses núcleos, destaca-se o aquilombamento de outros constituídos anteriormente, após a decadência da mineração na região, a partir do fluxo de pessoas escravizadas que fugiram da exploração após a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade (CRUZ, 2012; FARIAS JUNIOR, 2013; FERREIRA, 2020; PINHEIRO; SAHR, 2016).

No rio Barbados, afluente da margem esquerda do Guaporé, a montante em relação a Vila Bela, constituiu-se, em 1783, a vila Casal Vasco. Tendo sua constituição pensada pelo governo central como indutora do povoamento na região, no sentido de fortalecer a defesa das fronteiras, o núcleo entrou em decadência e desapareceu (ARAÚJO, 2012; IDEIA, 178-?).

Ainda na bacia Amazônica, foram constituídos núcleos por Portugal também no rio Madeira. Em 1769, constituiu-se Balsemão, a montante da foz do rio Jaci Paraná, núcleo desaparecido que teve como motivação a presença oficial e a defesa do território, com o controle da navegação no Madeira. A jusante desse núcleo, como uma povoação religiosa que serviu de entreposto para a navegação fluvial no Madeira, em 1798, constituiu-se, na foz do rio Jamari, São

João Batista do Crato, deslocado em 1802 para a margem esquerda do Madeira (BARROSO, 2015; FONSECA, 2017; TEIXEIRA, 2008).

Dos núcleos portugueses no período colonial constituídos após o Tratado de Madri, a maioria foi constituída às margens do rio Paraguai e tiveram como função a presença oficial na região da fronteira centro-oeste da colônia, embora também tenham sido constituídos núcleos próximos aos seus afluentes.

Após o Tratado de Madri, no rio Paraguai foram constituídos, como importantes núcleos com a função de marcar a presença oficial e promover a defesa do território e controle da navegação pelo rio: Vila Maria do Paraguai, em 1778, na porção setentrional do rio e na sua margem esquerda; além de, na sua margem direita e a jusante, Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque e Ladário, em 1778 (IBGE, 1958; IDEIA, 178-?; FERREIRA, 2012; MELLO, 1966; SENA, 2013; SERRA, 1777).

Quanto a outros núcleos estabelecidos na bacia do rio Paraguai destacam-se ainda a fundação, em 1781, da vila São Pedro D'El Rey, constituída a partir do arraial de mineração nas Lavras de Beripoconé, descobertas em 1777, na sub-bacia do rio Cuiabá, nas proximidades da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuyabá (1727). Na sub-bacia do rio Miranda, destaca-se o núcleo constituído a partir da instalação do presídio de Nossa Senhora do Carmo do Rio Mondego, em 1778 (CARBONESI, s/d; IBGE, 1958; IDEIA, 178-?; SERRA, 1777).

Ao se analisar o conjunto desses núcleos portugueses na fronteira centro-oeste da colônia em paralelo aos núcleos espanhóis estabelecidos em direção ao interior do subcontinente, já se esboçava, a partir do uso e da ocupação do território, boa parte dos contornos do que viria a constituir o limite internacional entre Brasil e Bolívia (Figura 19).

estabelecido nesse período embrionário, com base nas dinâmicas territoriais e nos fluxos, além dos fixos e dos núcleos.

O Tratado de 1750 foi muito relevante para o delineamento dos limites portugueses e espanhóis na América e, posteriormente, foi uma das referências para a definição dos limites entre o Brasil e praticamente todos os países sul-americanos. De todo modo, o Tratado de Madri foi anulado, em 1761, pelo Tratado El Pardo, aumentando as hostilidades entre as potências ibéricas. Em 1777, foi assinado o Tratado de Santo Idelfonso, que retomou em grande parte os limites previstos no Tratado de 1750, mas com um favorecimento à Espanha na porção meridional. A seguir, este Tratado também seria substituído por outros atos internacionais também posteriormente revogadas, restando todas as disposições sobre os limites anuladas pelo conflito entre as duas potências no início do século XIX, de acordo com Vargas (2017).

Diante da anulação desses atos, essa situação de indefinição dos limites entre as potências ibéricas na América acerca das suas possessões coloniais restará indefinida até a independência das ex-colônias, que terão a definição de seus limites internacionais como nações independentes como uma questão importante.

3.2. A gênese das relações Brasil-Bolívia como Estados independentes e a mobilidade de fronteiras: do século XIX ao início do século XX

Após o processo que culminou com a declaração de independência do Brasil em 1822 e da Bolívia em 1825, os novos Estados passaram por um processo de embates político-territoriais para a definição de suas fronteiras.

Dada a indefinição dos limites nas primeiras décadas da sua história como países independentes, Brasil e Bolívia passaram por alguns atritos e movimentos no sentido de tentar firmar sua posse sobre o território na fronteira, o que se relaciona a interesses de distintas elites locais.

Talvez o primeiro atrito fronteiriço entre Brasil e Bolívia como nações independentes tenha sido o provocado pelo episódio de Chiquitos, que, embora rapidamente solucionado, “teve consequências deletérias no relacionamento global do Império com as repúblicas hispânicas” (GOES FILHO, 2015, p. 263). O episódio consistiu na incorporação, em 1825, por parte do governo da

província brasileira de Mato Grosso, da província boliviana de Chiquitos. Essa incorporação teria sido proposta pelo governo daquela província, que seria contrário à independência da Espanha. O episódio gerou reações de Sucre, que expulsou os invasores. O governo imperial, ao ter notícias do evento, anulou a decisão do governo mato-grossense e determinou o recuo de suas tropas. Não houve, pois, um embate mais sério, mas restaram as desconfianças (ANDRADE, 1989, p. 25; GOES FILHO, 2015, p. 263).

Ademais desse episódio, Teixeira Soares (1973, p. 197) aponta que nessa “fronteira imensa e escassamente despovoada” ocorreram diversos incidentes “suscitados pela penetração de bandos irregulares, procedentes de ambos os lados, no território da outra parte”, afirmando-se como componente complicador a incapacidade dos países de avançarem para a definição de seus limites nesse primeiro momento.

Um dos elementos que afigurou nas discussões no sentido de definição dos limites entre os dois países recém-emancipados foi acerca dos tratados firmados entre as antigas metrópoles coloniais. Sobre as implicações desses tratados após o período colonial, Goes Filho (2015) sinaliza uma disputa de narrativas entre as nações sul-americanas recém-emancipadas, em especial entre as jovens repúblicas e o Império, o que iria influenciar os debates acerca das suas questões fronteiriças. Para o autor, teria havido uma corrente, majoritária no Brasil, que defendia que os tratados não seriam válidos. Já nos países hispânicos, teria sido majoritária a corrente que advogava pela sua validade. De qualquer modo, é fato que esses atos internacionais foram levantados durante as discussões e utilizados como um dos parâmetros nas questões sobre os limites sul-americanos, mas as negociações entre as novas nações independentes se deram em outro contexto e envolveram processos e atores distintos.

Em que pese a desconfiança da jovem república em relação à reputação que herdou o seu Império vizinho, há indícios que o Brasil demonstrou interesse em resolver suas questões fronteiriças com a Bolívia desde o início da sua história como nação independente. Embora esse desejo tivesse o respaldo de parte da chancelaria boliviana, as negociações não avançaram nas primeiras décadas em que Brasil e Bolívia se estabeleceram como nações independentes,

o que se explica em parte pelas fortes convulsões sociais enfrentadas pela jovem república e pelas dificuldades de integração dessa porção do território mais esparsamente povoada, como aponta Teixeira Soares (1973).

Nas primeiras décadas da história boliviana como país independente, tendo em vista a necessidade de ocupar a porção oriental e marcar a presença no território que se buscava legitimar o domínio, destaca-se, na porção amazônica a constituição de Villa Bella em 1825, em uma península entre os rios Madre de Dios e Mamoré, no ponto onde se forma o Madeira, que viria a compor o departamento do Beni quando da sua criação em 1842 (Figura 20).

Figura 20 – Monumento de 1925 em homenagem ao centenário de Villa Bella



[10°23'30.9"S 65°23'27.0"W](https://www.google.com/maps/@10.3972222,-65.3888889)

Fonte: Acervo do autor, 20/11/2021

Do lado em que se afirmava a ocupação brasileira, na margem direita do Mamoré, a cerca de 500 m de onde se forma o Madeira, destaca-se a constituição, a partir de meados do século XIX, do núcleo que passaria a ser conhecido como Vila Murtinho, cujos indícios de sua constituição remontam a 1849 (Figura 21).

Figura 21 – Igreja de Santa Terezinha em Vila Murtinho, construída em 02/08/1849



[10°23'18.6"S 65°22'56.5"W](https://www.google.com/maps/@10.3972222,-65.3791667,15z)

Fonte: Acervo do autor, 20/11/2021

Nesse contexto das primeiras décadas após a independência da Bolívia, na porção platina do território boliviano que se formava, fundou-se San Matías, em 24 de fevereiro de 1844, no departamento de Santa Cruz (criado em 1826).

A intenção era a constituição do núcleo às margens do rio Jauru, mas, em decorrência da resistência dos colonos brasileiros, as tropas expedicionárias tiveram que fixar a povoação mais para oeste. Nesse sentido, tendo em vista o avanço da ocupação brasileira sobre as áreas a oeste do rio Jauru e à margem direita do rio Paraguai, San Matías constituiu-se como o ponto mais avançado um flanco nessa zona de fronteira que se desenhava (SAN MATÍAS, 2002; SENA, 2020).

É possível considerar que a constituição desses núcleos por iniciativa boliviana e brasileira após a independência de ambos os países se deu no sentido de marcar a presença do poder central na fronteira, em uma zona de contato com a afirmação da posse sobre o território, em um contexto de limites internacionais que ainda estavam por ser definidos. A indefinição do ponto de vista formal perdurou até a década de 1860.

3.2.1. Tratado de La Paz de Ayacucho (1867)

Apesar de os dois países já terem estabelecido relações diplomáticas na década de 1830 com nomeação de um Encarregado de Negócios e Cônsul-Geral do Brasil em território boliviano, o primeiro Tratado referente à demarcação de limites entre Brasil (então no período imperial) e a República da Bolívia foi o Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação, assinado em 27 de março de 1867, na cidade de Paz de Ayacucho.

O Tratado de 1867 é considerado pelo Embaixador José Kinn Franco (2019)⁴¹, que atuou na missão diplomática do Estado Plurinacional da Bolívia no Brasil entre 2016 e 2019, como o marco do início formal das relações bilaterais Brasil-Bolívia.

No que se refere ao detalhamento do limite internacional entre Bolívia e Brasil, o Tratado de 1867 utiliza-se de uma série de objetos naturais e define em linhas gerais algumas geodésicas, que seriam posteriormente detalhadas em expedições das comissões de limites dos dois países. Em seu art. 2º, aponta

⁴¹ KINN FRANCO, José. **Entrevista com o Embaixador do Estado Plurinacional da Bolívia** [30 set. 2019]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Brasília, 2019. 1 arquivo .mp3 (27min 26s) [Apêndice G].

que, do ponto mais ao sul ao ponto mais ao norte, o traçado da linha divisória entre os dois países apresenta as seguintes referências (BRASIL; BOLÍVIA, 1867):

- parte do Rio Paraguai na latitude 20°10' S e estabelecendo uma série de geodésicas entre lagoas pantaneiras (Cáceres, Mandioré, Guaíba e Uberaba) (no sentido noroeste);
- segue o rio Corixo Grande, contornando San Matías e seguindo por uma geodésica (no sentido leste) até os morros da Boa Vista e dos Quatro Irmãos e, em seguida, outra (em sentido norte) até a nascente do rio Verde;
- então acompanha o curso deste rio até a sua confluência com o rio Guaporé (um limite natural estabelecido desde o Tratado de Madri), seguindo até a confluência do Guaporé com o Mamoré, quando segue até a formação do rio Madeira;
- a partir deste ponto o Tratado aponta que a linha divisória entre os dois países seguiria por uma paralela tirada na sua margem esquerda na latitude 10° 20' S, até encontrar o rio Javari (Figura 22).

Figura 22 – Representação do território brasileiro em 1882, onde consta leitura do limite acordado com a Bolívia em 1867



Fonte: Biblioteca do Congresso dos EUA. <https://www.loc.gov/item/2001620473/>

Um dado contextual relevante acerca do Tratado de 1867 é que o Brasil então estava envolvido na Guerra do Paraguai (1864-1870). Destarte, como aponta Vargas (2017), havia, por parte do Império, o interesse geopolítico de estreitar os laços com a Bolívia. Para o autor, o tratado operava uma espécie de permuta entre os dois países, que cediam mutuamente algumas de suas reivindicações em favor da outra parte⁴².

Seguindo a tradição de tratados anteriores celebrados durante o período colonial entre as suas respectivas antigas metrópoles, o Tratado de La Paz de Ayacucho adota como princípio norteador, o *uti possidetis*, considerando os processos de ocupação de fato das terras, na qual foram relevantes os núcleos constituídos nessas primeiras décadas da história de Brasil e Bolívia como Estados independentes e aqueles já constituídos no período colonial, que balizaram a definição do limite previsto pelo Tratado de 1867.

Ademais dessas referências pelo uso de fato do território, o Tratado de La Paz de Ayacucho reconhece alguns objetos naturais como limites. Nesse sentido, recupera o traçado das divisões do Guaporé e do Madeira⁴³, como já era apresentado no Tratado de Madri (1750) e de Santo Ildefonso (1777) (GOES FILHO, 2015; MELLO, 1990).

Embora tenha se baseado em um mesmo objeto natural (o rio Madeira) para a definição do limite internacional nesta porção da Amazônia, o Tratado de 1867 traz uma diferença relacionada à dinâmica de ocupação que se processou no transcorrer de aproximadamente um século. Como destaca Goes Filho (2015, p. 265-266):

Santo Ildefonso falava numa “linha leste-oeste” que começava em uma “paragem” situada no meio da distância entre a foz do Madeira (no Amazonas) e seu início (ponto em que se unem o Mamoré e o Guaporé para formar o Madeira), isto é, aproximadamente a latitude de 7°39’; e o acordo de 1867 deslocava essa “paragem” rio acima, pelo Madeira, até a localidade de Vila Bela, junto à foz do Beni, situada a 10°20’ (não confundir com Vila Bela da Santíssima Trindade, no rio Guaporé). Uma

⁴² A Bolívia abdicou de pretensões das margens do rio Paraguai até o Jauru (que poderia ser feita a partir do Tratado de Santo Ildefonso, de 1777) (GOES FILHO, 2017, p. 267) enquanto o Brasil abdicou, ao menos por ora, de pretensões sobre a porção de terras ao norte (VARGAS, 2017, p. 215).

⁴³ O texto do Tratado de 1867 também se baseia em rios como referência, além de utilizar outros objetos naturais como morros e as lagoas pantaneiras, que, em geral, foram divididos (Art. 2º).

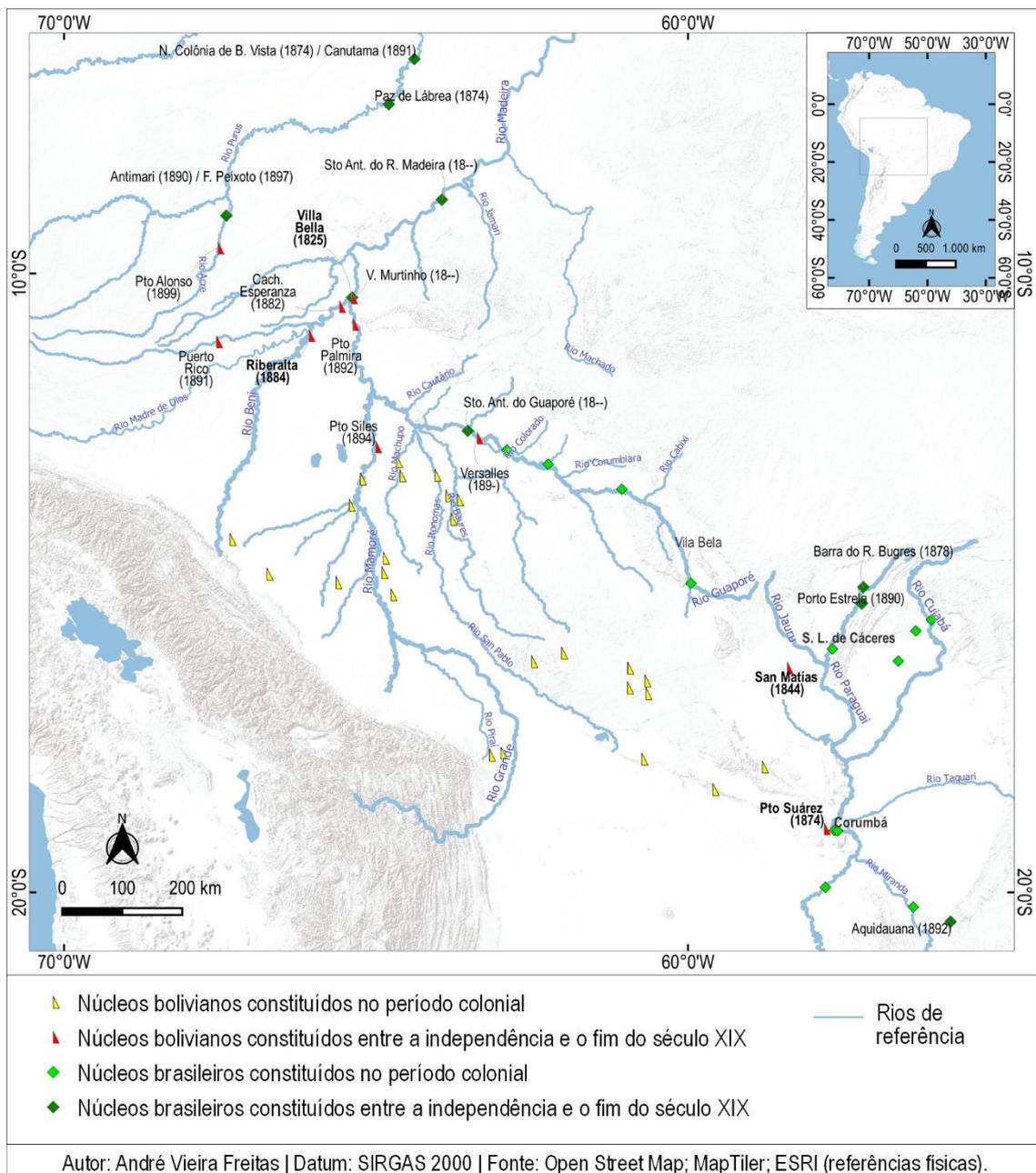
das razões alegadas pelo Brasil é que só aqui havia um marco notável: a própria povoação.

Esse deslocamento para o sul da referência para a definição da geodésica, segundo Mello (1990, p. 14-15) “se explica pelo avanço dos brasileiros ao longo dos cursos médios do Madeira, do Purus e do Juruá, gravando a posse definitiva dessa região através das práticas extrativistas e a formação de povoados nas vizinhanças dos estabelecimentos comerciais”.

Nota-se, portanto, uma chancela da aplicação do princípio do *uti possidetis*, com destaque para os núcleos de ocupações estabelecidos nessa porção do território que os dois países delineavam.

Na definição do limite internacional a partir do tratado de 1867, Brasil e Bolívia buscaram garantir que as suas ocupações ficassem nos seus respectivos territórios. Além de Villa Bella (Beni), na porção setentrional do limite, resguardava-se como boliviana também San Matias (Santa Cruz), na porção Central. Do outro lado do limite, resguardava-se no território reconhecido como brasileiro alguns núcleos como Vila Bela da Santíssima Trindade, na porção central, e Corumbá, na porção meridional, ambos na província de Mato Grosso. Além desse balizamento pelos núcleos de povoamento já existentes, a partir da celebração do tratado de 1867 surgiram novos núcleos nos dois países ainda no século XIX (Figura 23, Quadros 8 e 9).

Figura 23 – Núcleos constituídos na zona de fronteira entre Brasil e Bolívia até o fim do século XIX



Elaboração do autor.

Quadro 8 – Núcleos constituídos pela Bolívia no século XIX, após sua independência

Núcleo / evolução toponímia	Motivação/função
Villa Bella (1825)	Presença oficial (controle aduaneiro)
San Matías (1844)	Presença oficial (povoamento/defesa)
Puerto Suárez (1875)	Presença oficial (povoamento/defesa) / colonização oficial
Cachuella Esperanza (1882)	Exploração florestal / presença oficial (povoamento)
Puerto Rico (1891/1931)	Exploração florestal / entreposto comercial
Puerto Palmira (1892) / Puerto Sucre (1905) / Guayaramerín (1892)	Exploração florestal / presença oficial (povoamento)
Puerto Siles (1894)	Entreposto comercial
Riberalta (1894)	Exploração florestal
Puerto Alonso (1899)	Presença oficial (controle aduaneiro)
Versalles (189-)	Exploração florestal

Elaboração do autor.

Quadro 9 – Núcleos constituídos pelo Brasil no século XIX, após sua independência

Núcleo / evolução toponímia	Motivação/função
Vila Murinho (18--)	Infraestrutura de transportes (ferrovia)
Campo Grande (1872/1899/1899)	Produção agropecuária
Paz de Lábrea (1874) / Lábrea (1881)	Exploração florestal
Barra do Rio Bugres (1878) / Barra do Bugres (1943)	Exploração florestal
Antimari (1890) / Floriano Peixoto (1897/1938) ⁽¹⁾ → Boca do Acre (1902) / Boca do Acre (1934) / Santa Maria da Boca do Acre (1938) / Boca do Acre (1938)	Exploração florestal
Porto das Estrelas (1890) / Porto Estrela (1953/1991)	Exploração florestal
Nova Colônia de Bela Vista (1874) / Canutama (1891)	Exploração florestal
Aquidauana (1892/1906)	Presença oficial / produção agropecuária
Porto Murinho (1892/1900/1911)	Infraestrutura de transportes (fluvial)
Santo Antônio do Guaporé (18--)	Ocupação por comunidades tradicionais (quilombolas)

⁽¹⁾ Núcleos deslocados.

Elaboração do autor.

Na porção platina, constituiu-se, do lado boliviano, Puerto Suárez (1874), situada nas proximidades do limite internacional definido, e, do lado brasileiro, já mais para o interior, Barra do Rio Bugres (1878) e Porto Estrela (1890), nas proximidades da porção setentrional do rio Paraguai, além de Aquidauana (1892), na sub-bacia do rio Miranda (FERREIRA, 2014; IBGE, 1958; PUERTO SUÁREZ, 2001).

Na porção amazônica da fronteira que se definiu inicialmente, destaca-se a constituição, ao longo das margens dos rios amazônicos, de uma série de núcleos a partir da exploração da *hevea brasiliensis* (a seringueira) para a produção da borracha. Do lado boliviano destacam-se os seguintes núcleos: Puerto Palmira (1892), na porção do rio Mamoré que foi tomada como limite internacional, além de Puerto Siles (1894), a jusante, mais no interior; Cachuela Esperanza (1882) e Riberalta (1884), no rio Beni; Puerto Rico (1891), no rio Orthon; Versalles (na década de 1890), no rio Guaporé; além de Puerto Alonso (1899), no rio Acre. Do lado brasileiro destacam-se, na porção amazônica, Santo Antônio do Rio Madeira (18--), no rio Madeira; Antimari (1890), depois rebatizada como Floriano Peixoto (1897), no rio Acre; Lábrea (1874) e Nova Colônia de Boa Vista (1874)/Canutama (1891), no rio Purus; além de Santo Antônio do Guaporé (FONSECA, 1998; GUAYARAMERÍN, 2015; IBGE, 1957; LIRA, 2017; MARCHI-MOYANO; ARRAYA-PAREJA, 2021; RIBERALTA, 1995; RIEDEL, 2020; TEIXEIRA; XAVIER, 2018; ZAMBRANA LARA, 2011).

Embora o Tratado de La Paz de Ayacucho seja de grande relevância como o início formal das relações entre Brasil e Bolívia e o reconhecimento de um limite internacional entre os dois países, esse Tratado foi motivo de intensos debates e controvérsias após a sua celebração, como em relação a uma várias imprecisões que trazia acerca de uma série de geodésicas previstas em seu texto que seriam motivo de intensos debates nas comissões demarcadoras subsequentes. Para Mello (1990, p. 15):

Certamente este tratado foi dos mais liberais celebrados pela diplomacia brasileira, durante o Império, o que se justifica no fato de que a nação encontrava-se mergulhada na Guerra do Paraguai e a opinião pública boliviana não nos era favorável.

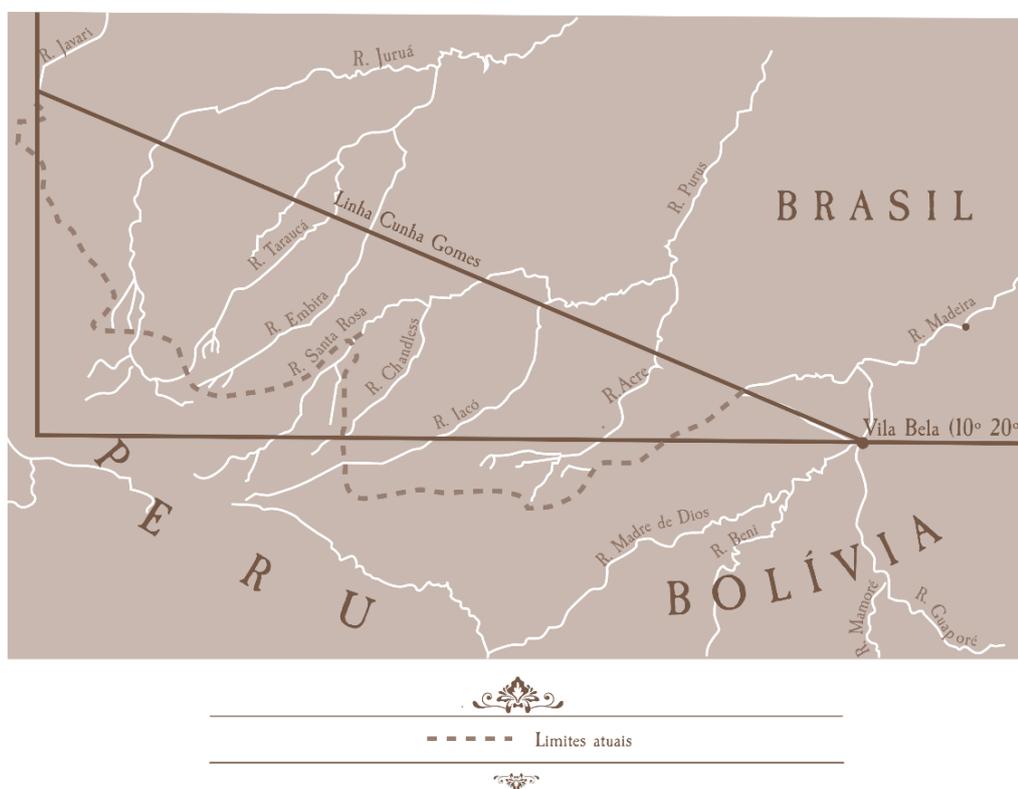
As imprecisões do Tratado de 1867 geraram controvérsias sobre a definição do limite internacional entre os dois países. Talvez a maior delas, tanto em extensão territorial quanto em impacto político, tenha sido em relação à definição da linha Madeira-Javari⁴⁴, na porção norte do limite internacional

⁴⁴ Sua definição implicava, inclusive, um terceiro país. Como aponta Goes Filho (2015, p. 265), o estabelecimento dessa linha Madeira-Javari foi recebido com protestos pelo Peru, que afirmava que Brasil e Bolívia dividiam terras que, no entender peruano, estavam sob sua soberania. A questão com o Peru restou pendente até 1909.

previsto. No Art. 2º, o Tratado de 1867 aponta que a linha divisória entre os dois países seguiria por uma paralela tirada na margem esquerda do rio Madeira, na latitude 10º 20' S, até encontrar o rio Javari, e que “Se o Javary tiver as suas nascentes ao norte daquela linha léste-oéste, seguirá a fronteira, desde a mesma latitude, por uma recta a buscar a origem principal do dito Javary.”

O desconhecimento da real nascente do rio Javari, que justifica a ressalva feita pelo acordo, gerou grande discussão após a sua celebração. Como aponta Couto (2015, p. 57): a suposição dos signatários do Tratado era que a nascente do rio Javari estivesse na latitude 10º20' S, neste caso, o limite seria o próprio paralelo (hipótese 1); para o caso de a nascente estar ao norte dessa latitude (o que de fato se descobriu posteriormente), apresentaram-se duas outras interpretações, de uma linha que seguiria pelo paralelo 10º20' S até a longitude que se achasse a cabeceira do Javari, quando seguiria por esse meridiano até encontrá-la (hipótese 2); ou ainda que seria uma geodésica que ligasse o ponto de referência à nascente do rio Javari (hipótese 3) (Figura 24).

Figura 24 – Interpretações do limite internacional entre Brasil e Bolívia a (linha Madeira-Javari) a partir do Tratado de 1867



Adaptado de Goes Filho (2015, p. 405).

A real nascente do rio Javari só foi identificada em 1898, após os trabalhos de uma comissão chefiada pelo capitão-tenente Augusto da Cunha Gomes (outra comissão anterior apresentou uma posição estimada, que se mostrou incorreta) e a terceira interpretação prevaleceu. A comissão de demarcação brasileiro-boliviana reconheceu esse ponto identificado por Cunha Gomes apenas em 27 de agosto de 1901 e a geodésica que indicou o limite entre os dois países convencionou-se chamar de “Linha Cunha Gomes”.

Ademais de suas imprecisões e das controvérsias em relação aos limites internacionais previstos no Tratado de 1867, cabe destacar também que, para além da definição dos limites entre Brasil e Bolívia, o Tratado de 1867 buscou regularizar a navegação dos afluentes bolivianos do Amazonas, tendo em vista o escoamento da produção desse país andino e o aumento do comércio através do Brasil. Nesse sentido, com este Tratado, o Brasil “*procurou atrair a Bolívia para o lado do Atlântico*, isto é, para o lado do Brasil (TEIXEIRA SOARES, 1973, p. 206-207, grifo do autor). Para o autor, essa estratégia foi, inclusive, um princípio na geopolítica brasileira que se apresentou em outros tratados e acordos posteriores, sendo um aspecto relevante das relações bilaterais entre esses Estados. A Bolívia, por sua vez, também tinha como estratégia para as suas fronteiras orientais impulsionar a navegação e a abertura do comércio com o Brasil (ZAMBRANA LARA, 2011, p. 7). Esse aspecto, aliás, tornou-se ainda mais relevante após o envolvimento da Bolívia na Guerra do Pacífico (1879-1883), que resultou na perda das terras de Antofagasta e levou a Bolívia a uma situação de mediterraneidade.

3.2.2. A “questão do Acre” e o Tratado de Petrópolis (1903)

Apesar das controvérsias acerca dos limites entre os dois países, o território que atualmente compõe o estado brasileiro do Acre era reconhecido como boliviano entre o fim do século XIX e início do século XX, de acordo com o Tratado de La Paz de Ayacucho (1867). De todo modo, a Bolívia enfrentava problemas de falta de integração e de ocupação efetiva de parte de seu território, especialmente a porção setentrional de suas fronteiras. Apresentava-se como um país essencialmente andino, pois no altiplano se concentravam a maior parte

da população e os seus centros econômicos mais dinâmicos, ao passo que a maioria das terras baixas estava esparsamente ocupada. Como aponta Zambrana Lara (2011, p. 7, tradução nossa): “o norte amazônico estava totalmente desarticulado da zona andina, que nesses anos era a base econômica e política do Estado boliviano”⁴⁵.

Em fins do século XIX, a borracha apresentava-se como um produto relevante para a pauta exportadora brasileira e a Amazônia como a grande região produtora. Em meio à floresta tropical, desenvolveu-se uma estrutura de produção, organizada a partir dos seringais. Nesse contexto, os rios da bacia amazônica eram utilizados para o escoamento da produção e foram também importantes focos de povoamento. Dada a necessidade de mão de obra para os seringais, a produção da borracha acabou por induzir um grande fluxo migratório⁴⁶, oriundo, no lado brasileiro, sobretudo do nordeste, que penetrou também em afluentes do rio Amazonas como o rio Purus e Juruá e redundou na ocupação, por brasileiros, das terras do atual estado brasileiro do Acre, então pertencentes à Bolívia.

A situação preocupou então as autoridades bolivianas, que, em 1898, instalou uma alfândega em Puerto Alonso, à margem do rio Acre, o que teve a anuência brasileira, com a ressalva que fosse deslocada para o sul, caso se verificasse que se tratava de território brasileiro⁴⁷ (MELLO, 1990, p. 19). Encarando os bolivianos como intrusos que vieram para cobrar impostos e reduzir seus ganhos com a exploração da borracha, a população ali estabelecida, entre seringueiros, seringalistas e comerciantes, se rebelou e, em 1899, com o apoio de seringalistas do estado do Amazonas (Brasil), expulsou as autoridades de Puerto Alonso (ZAMBRANA LARA, 2011).

Neste mesmo ano, sob a liderança do espanhol Luis Galvez Rodríguez de Arias, proclamou-se a República do Acre, com a capital sediada na antiga Puerto

⁴⁵ No original: “el norte amazónico estaba totalmente desarticulado de la zona andina, que en esos años era la base económica y política del estado boliviano”.

⁴⁶ Zambrana Lara (2011, p. 8) aponta que os seringueiros brasileiros já avançavam sobre as terras desde a década de 1860.

⁴⁷ Note-se que a descoberta da real nascente do rio Javari só ocorreu neste mesmo ano e que, após isso, a comissão de demarcação ainda se debruçou sobre longos debates acerca dos limites entre os dois países nesta porção da fronteira, chegando a um marco apenas em 1901.

Alonso, rebatizada como Porto Acre. A primeira república do Acre teve vida curta (de 14 julho de 1899 a 15 de março de 1900), sendo dissolvida por intervenção militar brasileira, que procurou restituir o território à Bolívia. Mas uma nova investida da população local ocorreu nesse sentido. Após impedirem uma missão militar organizada pelo governo boliviano, seringueiros brasileiros, contando com o apoio da Expedição dos Poetas (profissionais liberais e boêmios de Manaus sem preparo militar também apoiados pelo governo do Amazonas), declararam novamente a independência do Acre, em novembro de 1900. A Segunda República Acreana (que durou de novembro a dezembro de 1900), também conhecida como República dos Poetas, foi dissolvida às vésperas do Natal por tropas bolivianas (ALVES; 2005, p. 135; VARGAS, 2017, p. 222).

Até então o Brasil agiu no sentido de reconhecer a soberania boliviana sobre as terras com base no Tratado de 1867, mas a situação mudou a partir do envolvimento direto de atores externos à região. Diante das dificuldades para manejar a situação, o governo boliviano decidiu terceirizar sua soberania na região, arrendando, em 1901, essa porção da fronteira para um consórcio anglo-americano. Por meio da concessão Aramayo, o *Bolivian Syndicate of New York City* poderia explorar as terras por 30 anos, encarregado de sua completa administração e com poderes de polícia (ANDRADE, 1989; GOES FILHO, 2015; VARGAS, 2017; TEIXEIRA SOARES, 1973).

Em dezembro de 1902, José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, assumiu a pasta brasileira das Relações Exteriores com a incumbência de resolver a questão do Acre. Propôs então à Bolívia a compra do território, mas os bolivianos declinaram. Diante da negativa, o Barão do Rio Branco avança a ideia de uma permuta desigual de territórios (GOES FILHO, 2017, p. 331).

Nessa conjuntura, no Acre entrou em curso uma nova ação, agora liderada pelo militar brasileiro Plácido de Castro, que, enviado pelo governo do Amazonas, tomou Porto Acre e liderou uma ação que derrotou as forças bolivianas em 1902⁴⁸ e proclamou a Terceira República do Acre (27 jan. 1903-

⁴⁸ Como demonstração da disputa de narrativas sobre o conflito, no Brasil é chamado de “Revolução Acreana” e na Bolívia de “Guerra do Acre” (GOES FILHO, 2017; ZAMBRANA LARA, 2011).

21 mar. 1903). La Paz decidiu então enviar uma expedição militar à região chefiada pelo próprio presidente, General Pando (GOES FILHO, 2017).

Em paralelo, o Barão do Rio Branco partia então para uma nova investida. Dando uma nova interpretação ao Tratado de 1867, abandonou a ideia da linha Cunha Gomes e defendeu que a linha do limite entre os dois países deveria seguir pelo paralelo 10°20' S. Toda a porção ao norte desse paralelo foi declarada então em litígio pelo Governo Brasileiro, que passou a ocupar militarmente o Acre setentrional e patrulhar o Acre meridional, então governado pelas tropas revoltosas de Plácido de Castro. O Brasil também fecha o rio Amazonas para navegação, o que dificultaria a implantação do Bolivian Syndicate (GOES FILHO, 2017; VARGAS, 2017).

A outra face da investida do Barão do Rio Branco é a negociação em Londres e Washington, conseguindo que, mediante uma indenização⁴⁹, o Bolivian Syndicate renunciasse a quaisquer pretensões sobre as terras (GOES FILHO, 2017; VARGAS, 2017; TEIXEIRA SOARES, 1973). Para Alves (2005, p. 138), nessa negociação pesaram os elementos conjunturais e “O Bolivian Syndicate rendeu-se às evidências. Admitiu que atuar na região seria impraticável e aceitou a rescisão contratual [...]. O distrato foi assinado em 26 de fevereiro de 1903”.

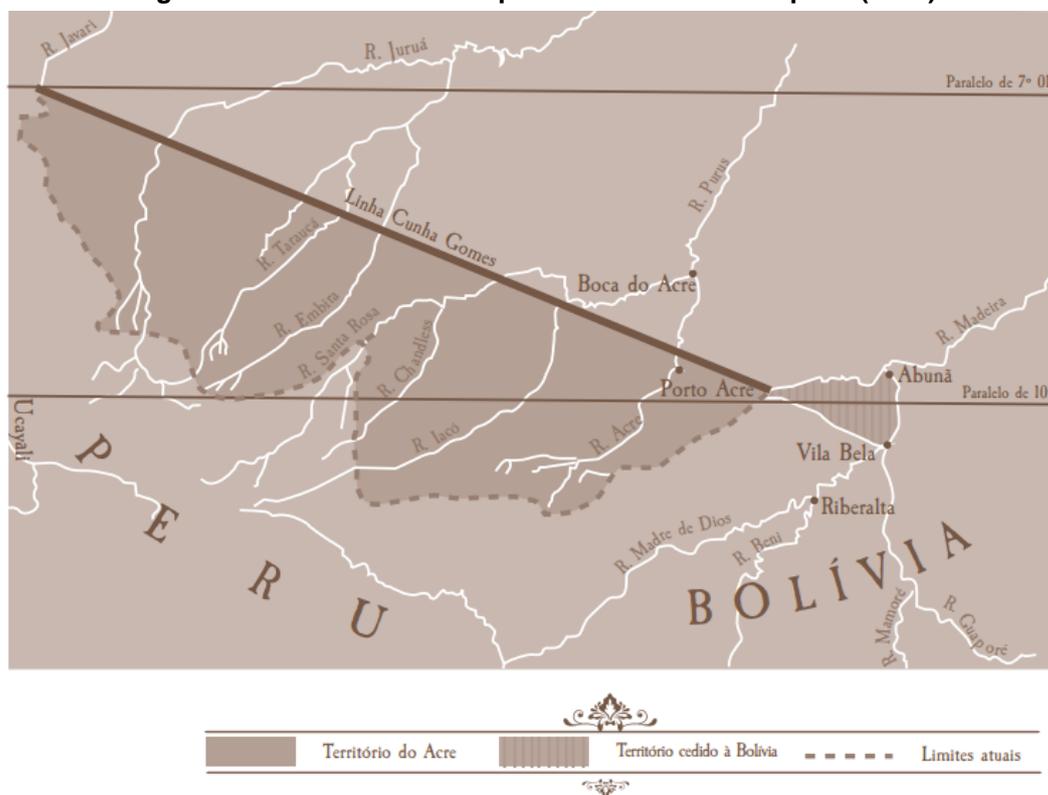
Quanto à arena do conflito, após ambos os países declararem o território em litígio e a vitória dos revoltosos comandados por Plácido de Castro sobre as forças bolivianas com o apoio do Brasil, a Bolívia não teve outra saída e “o Presidente boliviano, General Pando, percebendo que não poderia manter nenhum controle sobre o Acre, viu-se compelido a concordar com o entendimento diplomático” (ALVES, 2005, p. 138).

Com vistas a encerrar as hostilidades pelo controle do Acre, os dois países celebraram então um acordo preliminar (*modus vivendi*), em 21 de março

⁴⁹ Há divergência na literatura acerca do valor, Goes Filho (2015) fala em £ 100.000, Teixeira Soares (1973) £ 110.000 e Vargas (2017), assim como Alves (2005), £ 114.000. Esses valores corresponderiam em 2018 a um montante, aproximadamente, entre US\$ 15.892.000,00 e US\$ 18.116.880,00 (aproximadamente, entre R\$ 51.852.000,00 e R\$ 59.111.280,00); segundo estimativa feita a partir de cálculos considerando informações sobre a evolução histórica da inflação da libra esterlina (<http://inflation.iamkate.com/>) e a taxa de câmbio da moeda britânica com a brasileira e a estadunidense (<https://www.bcb.gov.br/conversao>).

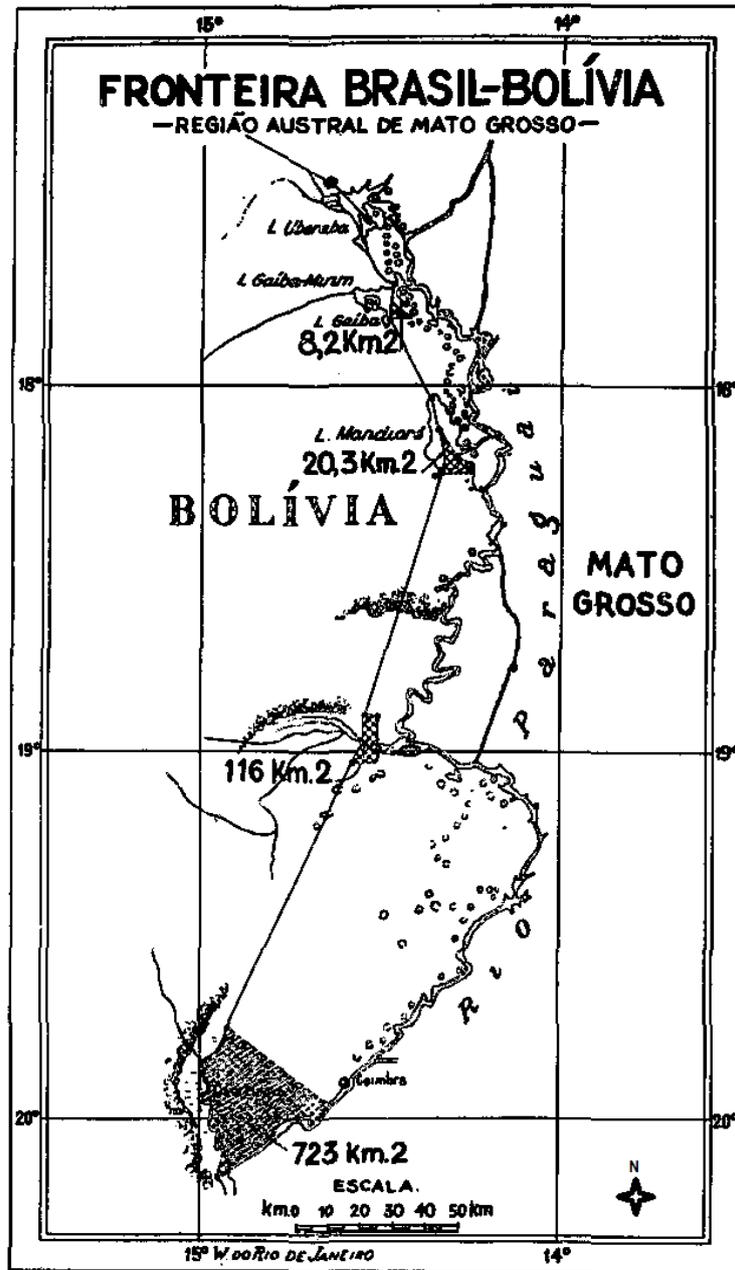
de 1903, e abriu-se caminho para os entendimentos diplomáticos (VARGAS, 2017, p. 224). Como resultado de longos e acirrados debates, os dois países firmaram, na cidade de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903, o Tratado de permuta de territórios e outras compensações. Ratificando uma troca desigual de territórios, o Tratado de Petrópolis reconheceu como brasileiro o território do Acre (cerca de 191.000 km²) e como boliviano uma área menor (de 2.300 km²) entre os rios Madeira (a oeste deste) e Abunã (ao sul deste), nas proximidades de Villa Bella, ademais, a Bolívia se beneficiou de três pequenos ajustes nas proximidades do rio Paraguai (GOES FILHO, 2015; MELLO, 1990) (Figuras 25 e 26).

Figura 25 - Limites do Acre após o Tratado de Petrópolis (1903)



Adaptado de Goes Filho (2015, p. 405).

Figura 26 – Territórios cedidos à Bolívia, em Mato Grosso (cópia do mapa utilizado nas negociações do tratado de Petrópolis de 1903)



LEGENDA: 1903

- Fronteira segundo o Tratado de 1867
- - - - - Modificação da fronteira pelo Tratado de 1903
- ▨ Territórios transferidos à Bolívia

Adaptado de Mello (1990, p. 23)

Como compensações, o Brasil teve que pagar uma multa de £ 2.000.000⁵⁰ e se comprometer a construir uma ferrovia (BOLÍVIA; BRASIL, 1903, Art. III), para facilitar o escoamento da produção boliviana⁵¹ pela bacia do Amazonas. Com este Tratado, estavam definidas as principais questões de limites do Brasil com a Bolívia, em um movimento de expansão territorial do país a leste em detrimento do seu vizinho a oeste. A soberania brasileira sobre o alto Purus e Juruá seria ratificada pela celebração de um Tratado com o Peru (Tratado do Rio de Janeiro, de 1909) que reconheceu o Acre como território brasileiro, além de prever outros ajustes fronteiriços entre as duas partes (ANDRADE, 1989).

Ademais, como aponta a diplomata Gabriela Guimarães Gazinelli (2021)⁵², com o Tratado de Petrópolis, o Brasil assumiu compromissos no sentido de garantir a livre navegação fluvial boliviana.

Como se pode notar da discussão apresentada, a “questão do Acre” foi um momento de bastante tensão nas relações bilaterais entre Brasil e Bolívia. Como uma disputa por território e, por conseguinte, também pelas suas riquezas (e naquele contexto a borracha era um produto bastante valorizado e a seringueira abundava na região), constituiu-se um conflito geopolítico que envolveu relações de poder entre distintos atores em múltiplas escalas. A complexa trama envolveu conflitos armados entre a população local que ali se instalou e tropas brasileiras e bolivianas (com a posterior aliança entre os locais e o governo brasileiro), os interesses de oligarquias regionais brasileiras que controlavam a produção da borracha, a possível ingerência de atores privados representantes de países de fora da região, a pressão do Brasil sobre a Bolívia e a negociação direta entre a diplomacia brasileira e boliviana. Ilustra, pois, um

⁵⁰ Esse valor corresponderia em 2018 a um montante de aproximadamente \$317.840.000,00 (cerca de R\$ 1.037.040.000,00), segundo estimativa feita a partir de cálculos considerando informações sobre a evolução histórica da inflação da libra esterlina (<http://inflation.iamkate.com/>) e a taxa de câmbio da moeda britânica com a brasileira e a estadunidense (<https://www.bcb.gov.br/conversao>).

⁵¹ O trajeto previsto para a ferrovia margeia trechos do rio Madeira onde existem alguns desníveis, como as cachoeiras de Santo Antônio, Teotônio e Jirau. A partir da construção das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, há ainda o projeto declusas para regularizar a navegação neste trecho do rio, o que pode significar um importante elo hidroviário com a Bolívia.

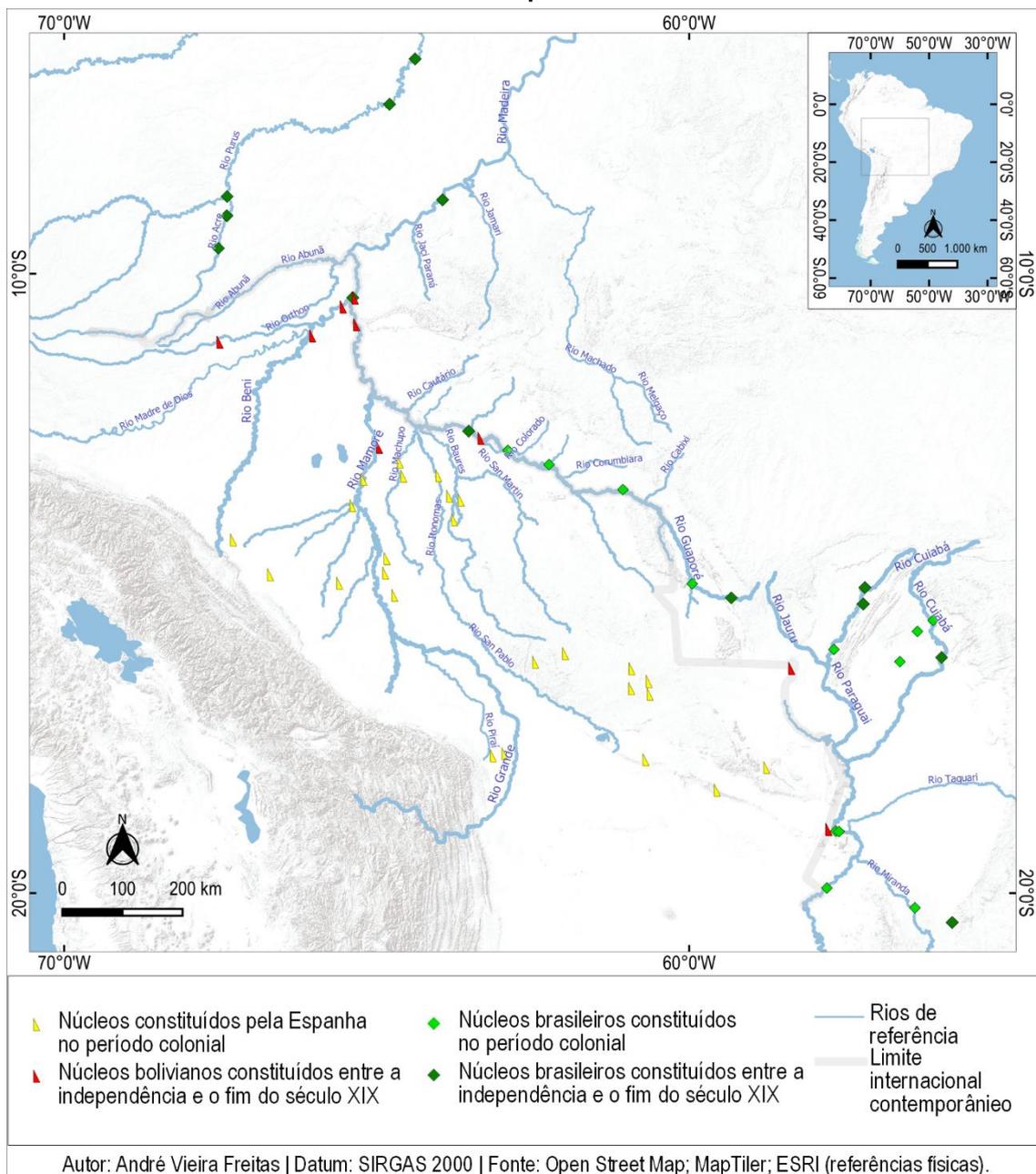
⁵² GRAZINELLI, Gabriela Guimarães. **Entrevista com Gabriela Guimarães Gazinelli**, diplomata que atuou na missão diplomática brasileira em La Paz (Bolívia) [24 mai. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Virtual, 2021. 1 arquivo .mp3 (54min 44s) [Apêndice N].

movimento de mobilidade de fronteiras (com a instalação de populações que pressionaram pelo avanço do *front* sobre o país vizinho) que posteriormente sedimentou a definição e reconhecimento de novos limites internacionais.

A questão foi solucionada a partir de um Tratado celebrado entre os dois países que previu uma troca desigual de territórios com o pagamento de uma multa e o compromisso brasileiro de construir uma ferrovia para viabilizar o escoamento da produção boliviana para o Atlântico, comprometendo-se o país a garantir também a navegação boliviana pelos trechos brasileiros da bacia Amazônica. Logo, não se caracterizou como uma compra de território, foi um processo muito mais complexo.

A rigor, é possível apontar que, ao final desse período, com o Tratado de Petrópolis, sedimentou-se de fato o limite internacional entre Brasil e Bolívia, com exceção de pequenos ajustes verificados posteriormente a partir dos trabalhos da comissão demarcadora de limites. Ademais, é possível asseverar que o uso e ocupação do território, manifestado especialmente nos núcleos constituídos por ambos os países e por suas antigas metrópoles coloniais, foram relevantes na definição do limite internacional Brasil-Bolívia (Figura 27, Quadro 10).

Figura 27 – Núcleos na zona de fronteira Brasil-Bolívia constituídos até o Tratado de Petrópolis



Elaboração do autor.

Quadro 10 – Núcleos constituídos por Brasil e Bolívia da sua independência até o Tratado de Petrópolis (1903)

Núcleo / evolução toponímia	Iniciativa	Ano	Motivação/função
Villa Bella (1825)	Bolívia	1825	Presença oficial (controle aduaneiro)
San Matías (1844)	Bolívia	1844	Presença oficial (povoamento/defesa)
Vila Murinho (18--)	Brasil	18--	Infraestrutura de transportes (ferrovia)
Campo Grande (1872/1899/1899)	Brasil	1872	Produção agropecuária
Paz de Lábrea (1874) / Lábrea (1881)	Brasil	1874	Exploração florestal
Puerto Suárez (1875)	Bolívia	1875	Presença oficial (povoamento/defesa) / colonização oficial
Barra do Rio Bugres (1878) / Barra do Bugres (1943)	Brasil	1878	Exploração florestal
Cachuella Esperanza (1882)	Bolívia	1882	Exploração florestal / presença oficial (povoamento)
Antimari (1890) / Floriano Peixoto (1897/1938) ⁽¹⁾ → Boca do Acre (1902) / Boca do Acre (1934) / Santa Maria da Boca do Acre (1938) / Boca do Acre (1938)	Brasil	1890	Exploração florestal
Porto das Estrelas (1890) / Porto Estrela (1953/1991)	Brasil	1890	Exploração florestal
Puerto Rico (1891/1931)	Bolívia	1891	Exploração florestal / entreposto comercial
Nova Colônia de Bela Vista (1874) / Canutama (1891)	Brasil	1891	Exploração florestal
Puerto Palmira (1892) / Puerto Sucre (1905) / Guayaramerín (1915)	Bolívia	1892	Exploração florestal / presença oficial (povoamento)
Aquidauana (1892/1906)	Brasil	1892	Presença oficial / produção agropecuária*
Porto Murinho (1892/1900/1911)	Brasil	1892	Infraestrutura de transportes (fluvial)
Santo Antônio do Guaporé (18--)	Brasil	18--	Ocupação por comunidades tradicionais (quilombolas)
Puerto Siles (1894)	Bolívia	1894	Entreposto comercial
Riberalta (1894)	Bolívia	1894	Exploração florestal
Puerto Alonso ⁽²⁾ (1899)	Bolívia	1899	Presença oficial (controle aduaneiro)
Versalles (189-)	Bolívia	189-	Exploração florestal
Melgaço (1902) / Charcororé (1943) / Barão de Melgaço (1948/1953)	Brasil	1902	Infraestrutura de transportes (navegação fluvial)/ produção agropecuária
Porto Acre (1903) / Vila Porto Acre (19--)/ Porto Acre (1992)	Brasil	1903	Exploração florestal / Presença oficial

⁽¹⁾ Núcleo deslocado.

⁽²⁾ Núcleo refundado por brasileiros quando da guerra do Acre.

Elaboração do autor.

Definido o limite internacional a partir do Tratado de Petrópolis, inaugura-se um novo período na história da fronteira Brasil-Bolívia, em que a temática seguirá com bastante relevância nas relações bilaterais, mas no sentido no sentido de iniciativas de integração logística e de intensificação e regulação de fluxos, além de alguns eventuais ajustes de limites acordados pacificamente.

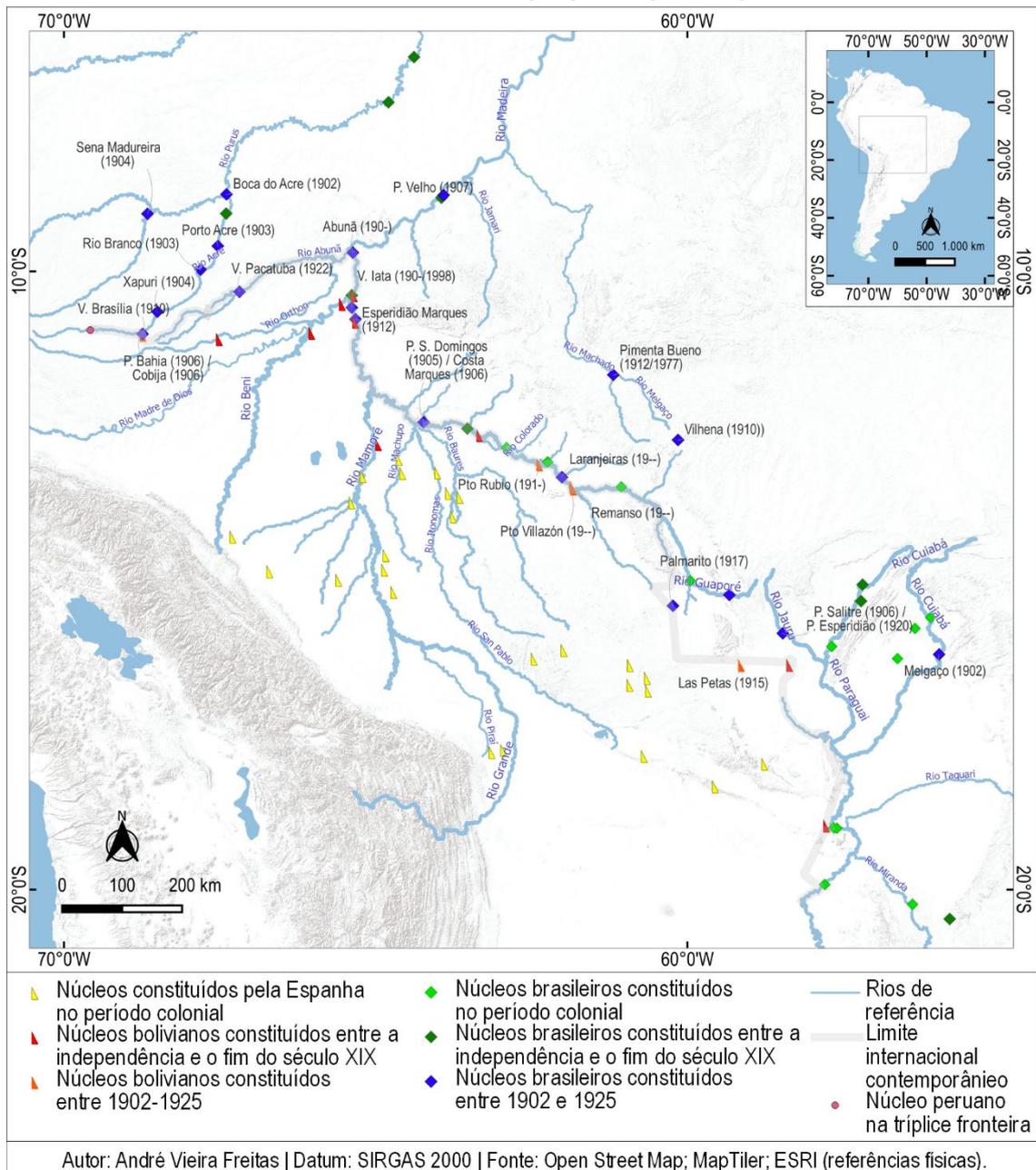
3.3. Ajustes, iniciativas de integração e avanço das frentes internas: a partir do século XX

A partir do Tratado de Petrópolis, a história da fronteira entre os Brasil e Bolívia entrou em um período de estabilização de limites ao longo do século XX, destacando-se distintas iniciativas bilaterais no sentido de aproximar politicamente ambos os países como parceiros estratégicos e fomentar a integração logística entre ambos. Nessa esteira, tendo em vista os processos territoriais de ambos os territórios que se cruzam na fronteira, diversos núcleos surgem nessa extensa zona. Para uma leitura desse novo e atual período, essa seção o analisa a partir da identificação de subperíodos: a fronteira no início do século XX, a partir dos efeitos do Tratado de Petrópolis (3.3.1); os ajustes e iniciativas de integração transfronteiriça entre a da década de 1920 e a década de 1950 (3.3.2); as décadas de 1960, 1970 e 1980, tomando como base os efeitos do Acordo de Roboré e as dinâmicas das territoriais nos dois países na fronteira (3.3.3); além de um olhar sobre as iniciativas bilaterais e a constituição dos núcleos a partir da década de 1990 (3.3.4).

3.3.1. Os efeitos do Tratado de Petrópolis no início do século XX

No início do século XX, após o Tratado de Petrópolis, constituem-se diversos núcleos sobretudo na porção norte da fronteira entre os dois países que então se redefiniu, o que se relaciona sobretudo à incorporação formal do Acre ao território brasileiro, à produção da borracha e à implantação da conexão ferroviária prevista pelo Tratado de 1903. Ademais, destaca-se a constituição de alguns núcleos na porção central do limite internacional, relacionados à implantação de infraestruturas, à ocupação por comunidades tradicionais e à presença oficial (Figura 28, Quadro 11).

Figura 28 – Núcleos constituídos na zona de fronteira Brasil-Bolívia até meados da década de 1920, com destaque para aqueles após 1902



Elaboração do autor.

Quadro 11 – Núcleos constituídos na zona de fronteira Brasil-Bolívia no início do século XX, após o Tratado de Petrópolis (1903)

Núcleo	Iniciativa	Ano	Motivação/função	Recorte subnacional
Vila Rio Branco (1903) / Rio Branco (1912)	Brasil	1903	Exploração florestal / entreposto comercial	Acre ⁽¹⁾
Sena Madureira (1904/1912)	Brasil	1904	Exploração florestal / entreposto comercial	Território Federal do Acre ⁽¹⁾
Xapuri (1904/1913)	Brasil	1904	Exploração florestal / entreposto comercial	Território Federal do Acre ⁽¹⁾
Porto São Domingo (1905) / Costa Marques (1906/1977/1981)	Brasil	1905	Infraestrutura de transportes (entreposto fluvial)	Mato Grosso (porção noroeste) ⁽²⁾
Puerto Bahia (1906) / Puerto Cobija (1907) / Cobija	Bolívia	1906	Presença oficial (controle aduaneiro)	Pando
Porto Salitre (1906) / Porto Esperidião (1920/1986)	Brasil	1906	Infraestrutura de telecomunicações (telégrafo)	Mato Grosso
Vila dos Pretos/Vila Guaporé (190-) / Pontes e Lacerda (1906/1976/1979)	Brasil	1906	Infraestrutura de telecomunicações (telégrafo)	Mato Grosso
Porto Velho (1907/1914)	Brasil	1907	Infraestrutura de transportes (ferrovia)	Amazonas (porção sudoeste)
Abunã (190-) / Presidente Marques (1943) / Abunã (1945)	Brasil	190-	Infraestrutura de transportes (ferrovia)	Mato Grosso (porção noroeste) ⁽²⁾
Laranjeiras	Brasil	19--	Ocupação por com. trad. (quilombolas)	Mato Grosso (porção noroeste) ⁽²⁾
Las Petas (1910)	Bolívia	1910	Presença oficial (defesa)	Santa Cruz
Vila Brasília (1910) / Brasília (1938) / Brasília (1943)	Brasil	1910	Exploração florestal	Território Federal do Acre ⁽¹⁾
Vilhena (1910/1977)	Brasil	1910	Infraestrutura de telecomunicações (telégrafo)	Mato Grosso (porção noroeste) ⁽²⁾
Esperidião Marques (1912) / Guajará-Mirim (1929)	Brasil	1912	Presença oficial (contr. aduan.) / infr. transp. (ferrovia)	Mato Grosso (porção noroeste) ⁽²⁾
Vila Iata (1912/1998)	Brasil	1912	Infraestrutura de transportes (ferrovia)	Mato Grosso (porção noroeste) ⁽²⁾
Pimenta Bueno (1912/1977)	Brasil	1912	Infraestrutura de telecomunicações (telégrafo)	Mato Grosso (porção noroeste) ⁽²⁾
Iñapari (1912)	Peru	1912	Exploração florestal	Madre de Dios (Peru)
Palmarito (1917)	Brasil	1917	Ocupação por comunidades tradicionais (indígenas)	Mato Grosso
V. Pacatuba/Plácido de Castro (1922) / Plácido de Castro (1963)	Brasil	1922	Exploração florestal / entreposto comercial	Território Federal do Acre ⁽¹⁾

⁽¹⁾ O status interno do Acre na divisão político-administrativa foi definido em 1904, quando tornado Território Federal. Em 1962 foi convertido em estado.

⁽²⁾ Na porção que, em 1943 se tornou o Território Federal do Guaporé, depois Território Federal de Rondônia, em 1956, depois convertido em estado, em 1981.

Elaboração do autor.

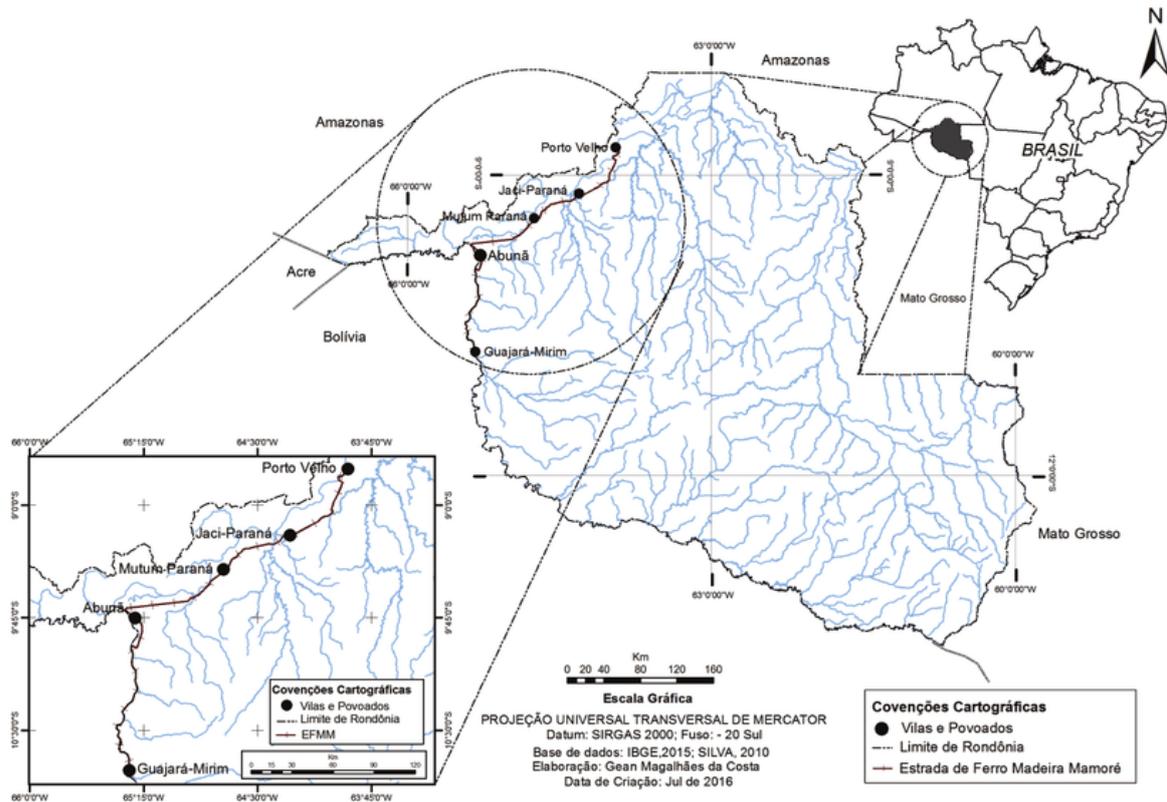
No então Território Federal do Acre, constituíram-se diversos núcleos a partir do extrativismo vegetal, muitos originários de seringais ou servindo como entrepostos comerciais, às margens dos principais rios: a Vila Rio Branco (1903), Xapuri (1904) e Vila Brasília (1910), às margens do rio Acre; Xapuri, em 1904, no rio Acre; Sena Madureira, em 1903, no rio Iaco; Vila Pacatuba ou Plácido de Castro, no rio Abunã. Na tríplice fronteira constituiu-se ainda, em 1912, a partir da exploração florestal, Iñapari, no Peru (IBGE, 1957; INEI, 2004; MACHADO; RIBEIRO; MONTEIRO, 2014; RUBIO, 2010; VALCUENDE DEL RIO; CARDIA, 2009).

Do lado boliviano, entre a margem direita do rio Acre e a margem esquerda do igarapé Bahia, que com o Tratado de Petrópolis foram adotados como limites com o Brasil, constituiu-se Puerto Bahia, em 1907, núcleo que no ano seguinte foi rebatizado como Puerto Cobija e que teve como motivação a presença oficial do Estado boliviano na fronteira, no âmbito da instituição do Território Nacional de Colônias do Noroeste (BOLÍVIA, 1900; ZAMBRANA LARA, 2011).

Outros núcleos nessa porção setentrional do limite internacional definido em Petrópolis tiveram sua constituição relacionada à infraestrutura de transportes, com a execução do projeto de ligação ferroviária entre os dois países⁵³ prevista no Art. VII do Tratado de 1903, que se materializou na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (Figura 29).

⁵³ Como aponta Teixeira Soares (1973, p. 227), a ideia da construção desta ferrovia fronteiriça já era antiga: a primeira referência feita pelos governos do Brasil e da Bolívia à sua construção se encontra em um Tratado entre os dois países assinado no Rio de Janeiro, em 15 de maio de 1882. A diferença é que no Tratado de 1903 o Brasil assumia a obrigação de construí-la, como compensação pelo território incorporado.

Figura 29 – Traçado da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré



Fonte: Cavalcante et al., 2017, p. 166

O projeto foi executado entre 1907 e 1912, com os custos⁵⁴ arcados pelo Brasil, como previa o acordo de 1903⁵⁵ e visava conectar por ferrovia dois portos nos rios Mamoré e Madeira, tendo em vista pontos encachoeirados que limitavam a navegação por alguns trechos.

A execução do projeto se deu por 366 km entre um ponto no rio Mamoré que se situava na margem oposta a Puerto Sucre, no núcleo denominado Puerto

⁵⁴ Teixeira Soares (1973, p. 220-221) estima que a obra tenha custado quase £ 9.000.000 e levado à morte de 40.000 operários. Acerca do custo financeiro, convertendo para valores de 2018, é possível chegar a uma cifra de aproximadamente US\$ 1.398.222.000,00 (aproximadamente R\$ 4.562.082.000,00), conforme cálculo considerando informações sobre a evolução histórica da inflação da libra esterlina (<http://inflation.iamkate.com/>) e a taxa de câmbio da moeda britânica em relação à moeda brasileira e à estadunidense (<https://www.bcb.gov.br/conversao>).

⁵⁵ Segundo Kinn Franco (2019), a ferrovia deveria ter seguido até Riberalta (Beni, Bolívia), cujo trecho não cumprido pelo Brasil. Também segundo o diplomata boliviano, tal obrigação teria sido substituída pela previsão da construção de uma ponte sobre o rio Mamoré, para ligar as cidades de Guajará-Mirim (Brasil) e Guayaramerín (Bolívia), cujos custos seriam arcados pelo Brasil, como previsto em um novo acordo firmado entre os dois países em Brasília, no dia 14 de fevereiro de 2007.

Palmira até 1905 e que, em 1915, foi rebatizado de Guayaramerín. Esse ponto de origem no limite internacional, então parte de Mato Grosso, à época era denominado Esperidião Marques e, com a inauguração da estação ferroviária em 1912, constituiu-se como um importante entreposto. O núcleo se desenvolveu e, em 1929, foi rebatizado de Guajará-Mirim. Ao longo do traçado da ferrovia, impulsionou-se o crescimento de núcleos já existentes, como Vila Murinho, e constituíram-se outros núcleos nesse contexto, como Abunã, na década de 1900 e lata, na década de 1910. Outro núcleo que se desenvolveu e adquiriu grande relevância regional ao longo das décadas seguintes foi Porto Velho, que constituiu em 1907 em terras que então compunham o estado do Amazonas, nas proximidades de Santo Antônio do rio Madeira, então parte de Mato Grosso (DINIZ, 2018; IBGE, 1957; LIRA, 2017; SILVA, 2019; SILVA; PINTO, 2016; TEIXEIRA, 2014).

A ferrovia Madeira-Mamoré teve um grande mérito simbólico e prático no teor das relações entre Brasil e Bolívia, no sentido de uma maior aproximação após o episódio do Acre. A partir da execução do projeto, segundo Lemos (2015, p. 40): “as relações entre as partes foram se apaziguando e as necessidades comerciais entre os dois países foram os aproximando”, destarte, o Brasil “começa a promover a fortificação de suas relações bilaterais com a Bolívia, que passa a ser um grande parceiro comercial, fato que perdura até o presente momento, mesmo após uma série de percalços nesta caminhada”. Note-se ainda que a ferrovia foi responsável pela atração de um grande contingente populacional para a região, o que redundou na constituição e de diversos núcleos nos seus arredores, assim como um impulso ao crescimento em núcleos pré-existentes.

Apesar da sua relevância estratégica e de se apresentar, ainda no início do século XX como “um símbolo da modernidade e o principal sistema técnico para a circulação de produtos para exportação na época” (CAVALCANTE *et al*, 2017, p. 165), a ferrovia já nasceu subutilizada.

Com o aumento da produção gomífera asiática no mercado mundial, a produção artesanal de borracha na Amazônia foi abandonada como alternativa econômica regional, levando a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré à perda de sua referência econômica inicial. Esse período caracterizou-se então, como espaço pontual de circulação da produção gomífera, pois a razão da Estrada de Ferro era fundamentalmente o

transporte da borracha para consumo internacional. (CAVALCANTE *et al*, 2017, p. 166).

Tendo em vista a subutilização da ferrovia em decorrência da decadência da produção da borracha na região já nas primeiras décadas após a sua conclusão, a Estrada de Ferro Madeira Mamoré acabou sendo desativada em julho de 1972. Para tanto, o Tratado de Petrópolis sofreu uma revisão por parte de um Protocolo adicional, concluído entre Brasil e Bolívia, no Rio de Janeiro, em 27 de outubro de 1966, que previu a sua substituição por uma rodovia que não se afastasse da área de influência da ferrovia e vinculasse Porto Velho e Gujará-Mirim (no então Território Federal de Rondônia, no Brasil). Esta rodovia se materializou nas atuais BR-425 e BR-364 (VARGAS, 2017).

De todo modo, a ferrovia foi relevante também para o desenvolvimento dessa porção de Mato Grosso que veio a compor o território federal do Guaporé em 1943, depois rebatizado território federal de Rondônia, em 1956 e alçado a estado de Rondônia em 1981.

Nesse recorte territorial que se desenhou ao longo dessas décadas destacam-se ainda outros núcleos constituídos a partir de infraestruturas no início do século XX na porção de terras que então compunha o noroeste de Mato Grosso. Na bacia do rio Machado destacam-se Vilhena, em 1910, nas proximidades do rio Melgaço, e Pimenta Bueno, em 1912, no ponto onde se forma o rio Machado, ambos os núcleos constituídos a partir de postos de telégrafo. À margem direita do Guaporé/Iténez, no limite internacional, destaca-se Porto São Domingos, em 1905, depois rebatizado como Costa Marques, em 1906, núcleo que teve sua constituição relacionada à navegação fluvial. Também na margem direita do Guaporé/Iténez destaca-se Laranjeiras, cuja ocupação por comunidades tradicionais quilombolas se deu relacionada à exploração florestal. À margem boliviana do Guaporé/Iténez destacam-se ainda Puerto Rubio e Puerto Villazon, constituídas a partir da exploração florestal no início do século XX (CRUZ, 2012; GUITERAS MOMBOLA, 2011; IBGE, 1970; JUSTINIANO ZARATE, 2008; OLIVEIRA, s/d).

No que se refere à constituição de outros núcleos no início do século XX nas porções central e sul da zona de fronteira, destacam-se em Mato Grosso: na bacia amazônica, a constituição de Pontes e Lacerda em 1906, à margem do rio

Guaporé/Iténez, a partir de um ponto de telégrafo e de Palmarito, em 1917, nas proximidades da Lagoa Marfil, a partir de povos Chiquitano; na porção platina da zona de fronteira, destacam-se a constituição de Melgaço, em 1902, a partir da agropecuária e como um entreposto fluvial no rio Cuiabá, Pontes e Lacerda, em 1906, no rio Paraguai, a partir de um ponto de telégrafo e Porto Salitre, em 1906, rebatizada como Porto Esperidião em 1920, à margem do rio Jauru, também a partir de um ponto de telégrafo. Do lado boliviano, na porção central do limite internacional, destaca-se a constituição de Las Petas em 1910, para marcar a presença oficial na fronteira (BRIDIKHINA, 2015; FERREIRA, 2014; PACINI, 2012; PIGNATI; CASTRO, 2010).

3.3.2. Ajustes e iniciativas de integração transfronteiriça entre meados da década 1920 e a década de 1950

A partir do fim dos anos 1920, são identificados ajustes e iniciativas de integração entre ambos os países, como a celebração do Tratado de Limites e Comunicações Ferroviárias, assinado no Rio de Janeiro, em 1928, conhecido como Tratado de Natal, que buscou pequenos ajustes no limite internacional diante das indefinições restantes do Tratado de Petrópolis, além de carregar o espírito de integração logística e comercial entre os dois países.

Quanto à integração logística entre os dois territórios destacam-se também a celebração dos Tratados de Vinculação ferroviária e de Saída e Aproveitamento do petróleo boliviano, ambos assinados no Rio de Janeiro, em 1938, buscando ampliar a estratégia de integração entre os países quanto à infraestrutura (TEIXEIRA SOARES, 1973). Nesse sentido, destaca-se a materialização do projeto da ferrovia a ligar Santa Cruz (Bolívia) a Corumbá (Brasil), inaugurada em 1955, com vias a escoar a produção boliviana pelo porto de Santos, a partir de uma interligação com outros trechos ferroviários no Brasil.

Como aponta Teixeira Soares (1973, p. 223), o Tratado de Petrópolis não resolveu todos os problemas de limites entre ambos os países, pois, ao longo dos trabalhos de demarcação, apresentaram-se indefinições e incompreensões, como entre o estado brasileiro de Mato Grosso e a Departamento boliviano de Santa Cruz. Essa e outras indefinições foram resolvidas a partir do Tratado de limites e comunicações ferroviárias, conhecido como Tratado de Natal,

celebrado entre Brasil e Bolívia, em 25 de dezembro de 1928, na cidade do Rio de Janeiro.

Outro aspecto contemplado pelo Tratado de 1928 foi a infraestrutura. Previa-se que o Brasil deveria dar um auxílio financeiro à Bolívia para obras de vinculação ferroviária entre Santa Cruz de La Sierra e um ponto entre Porto Esperança e Corumbá (TEIXEIRA SOARES, 1973, p. 229). Nota-se novamente, com esse acordo, um direcionamento para o estreitamento das relações entre os dois países, no sentido de maior aproximação através de integração logística. Esse estreitamento das relações bilaterais foi buscado pela Bolívia principalmente após a Guerra do Chaco (1932-1935).

Se o Tratado de 1928 já previa uma intenção de ampliar a integração logística entre Brasil e Bolívia, a concretização da medida prevista só se deu no início da década de 1940. E a execução da ferrovia contou com negociações que culminaram na celebração, entre os dois países, de dois novos tratados, assinados no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1938: o Tratado sobre Vinculação Ferroviária e o Tratado sobre Saída e Aproveitamento do Petróleo Boliviano (TEIXEIRA SOARES, 1973).

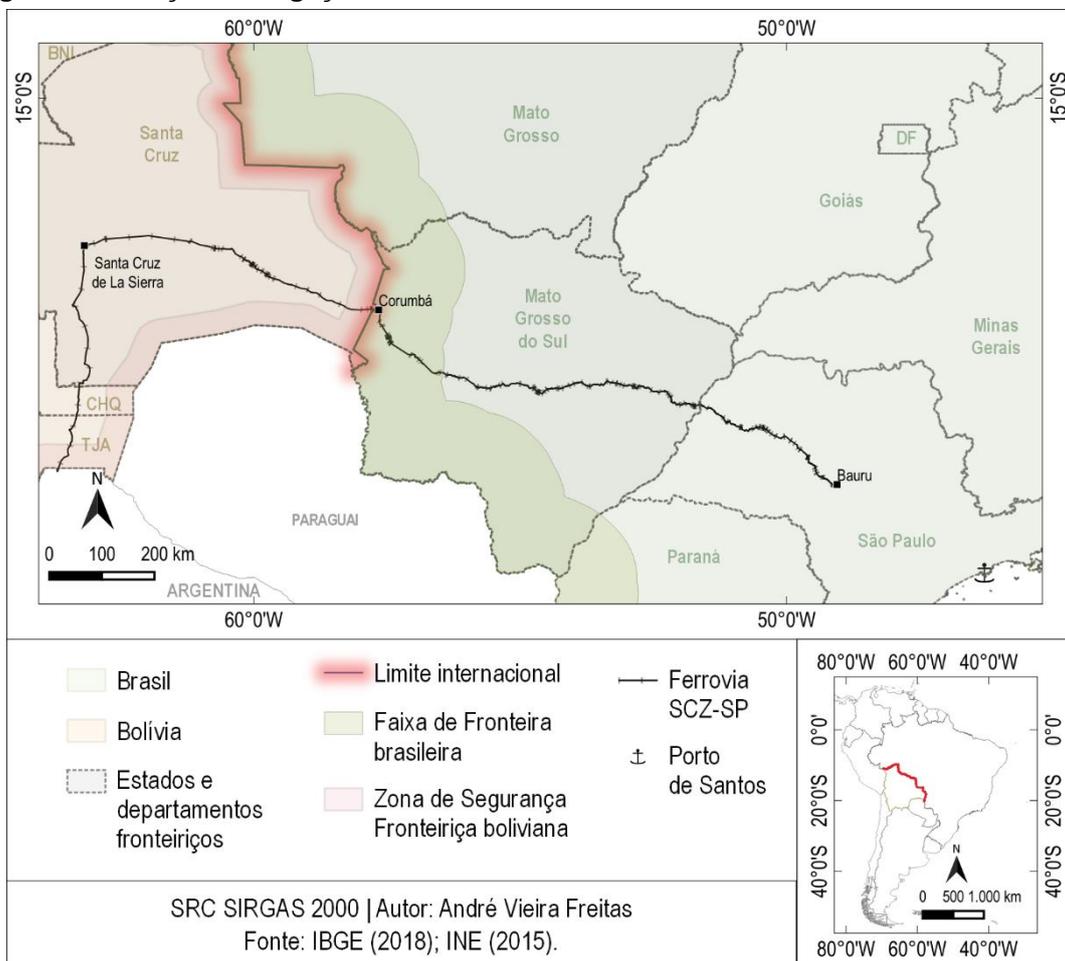
No que concerne ao Tratado sobre Saída e Aproveitamento do Petróleo Boliviano, previa-se a elaboração de estudos técnicos a cargo dos dois países, benefícios a ambos os governos acerca da exploração do petróleo boliviano e a garantia do livre trânsito da sua produção destinado à exportação. Entretanto, as negociações e os investimentos não avançaram de imediato a partir do acordo, o que gerou grandes críticas por parte da opinião pública boliviana (TEIXEIRA SOARES, 1973).

Sobre os efeitos do Tratado para Vinculação Ferroviária, as negociações se desenrolaram e acabaram materializadas na construção, com investimentos do Brasil, da Ferrovia de Santa Cruz de la Sierra até a fronteira, no ponto de contato com Corumbá, com vias a uma integração logística para o escoamento da produção do Oriente boliviano pelo porto de Santos. Essa iniciativa, na visão de Kinn Franco (2019), teve grande relevância para a integração e a ampliação do comércio entre os dois países, assim como a aproximação das relações.

O projeto executado previu 651 km de extensão. Os primeiros 85 km da ferrovia, no trecho Portón-San José, foram inaugurados em 2 de julho de 1941 e a fase final em 5 de janeiro de 1955 (TEIXEIRA SOARES, 1973).

Quanto ao traçado da ligação ferroviária entre os dois países, atualmente é constituído por um trecho do lado boliviano que liga Puerto Quijarro a Santa Cruz de la Sierra, denominada Ferrovia Oriental; do lado brasileiro, é constituído pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que liga Corumbá (Mato Grosso do Sul) a Bauru (São Paulo), onde há conexão ferroviária com o porto de Santos (Figura 30).

Figura 30 – Traçado da ligação ferroviária entre Brasil e Bolívia entre Santa Cruz e Bauru

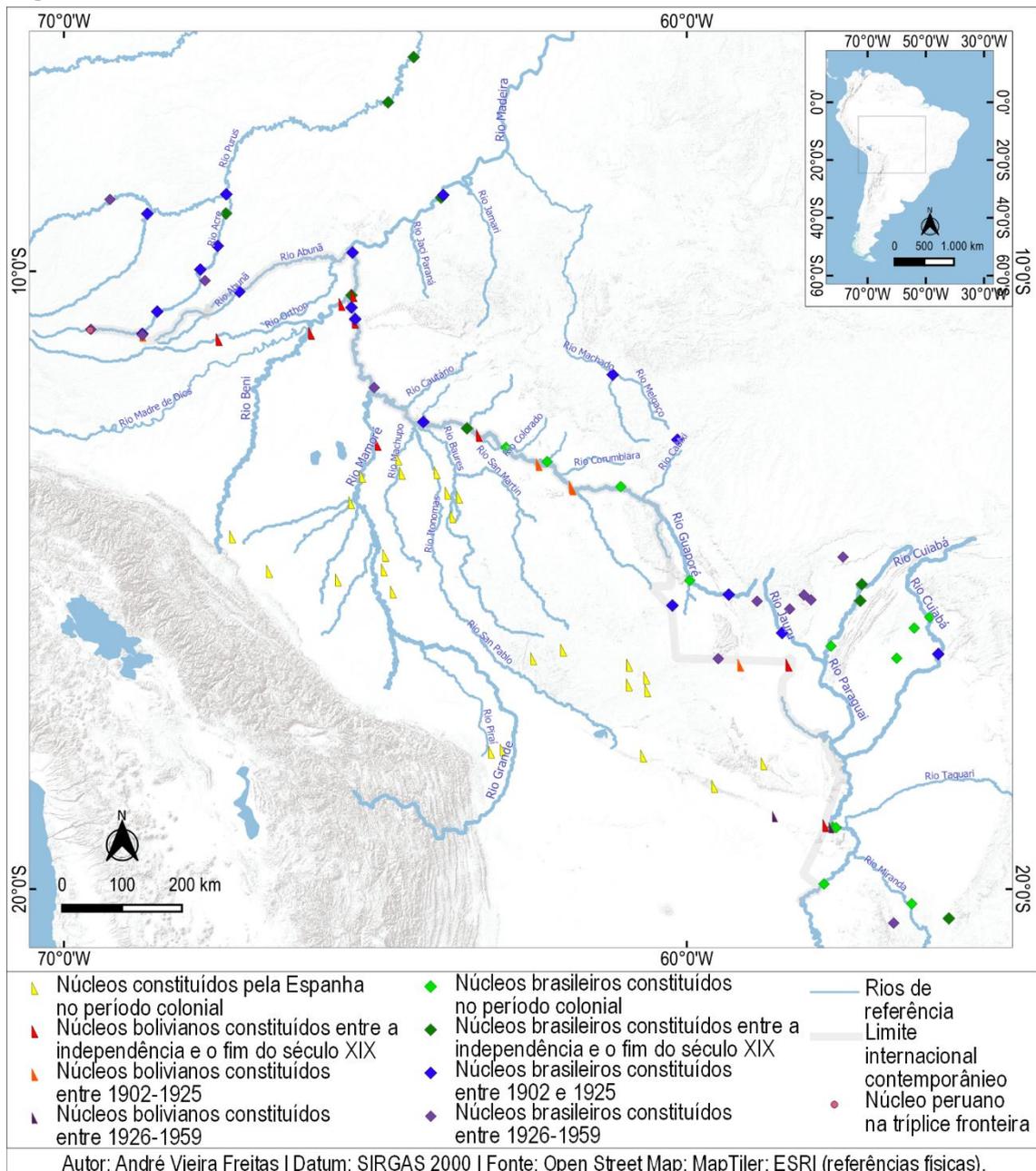


Elaboração do autor.

No que se refere a esse sistema de engenharia, ressalta-se o papel dos núcleos urbanos fronteiriços e a sua articulação com os centros urbanos mais dinâmicos de ambos os países, ademais da sua implicação quanto ao surgimento de novos núcleos e o crescimento dos já existentes.

De meados da década de 1920 até o fim da década de 1950, em que se verificou a o avanço de iniciativas de cooperação formalizadas em tratados e a materialização de uma ligação ferroviária entre os dois países na porção meridional da fronteira, destacam-se a constituição de novos núcleos em distintas porções da zona de fronteira Brasil-Bolívia, considerando-se os processos territoriais em ambos os países e os fluxos entre si (Figura 31, Quadro 12).

Figura 31 – Núcleos constituídos na zona de fronteira Brasil-Bolívia até a década de 1950



Elaboração do autor.

Quadro 12 – Núcleos constituídos na zona de fronteira Brasil-Bolívia entre 1926 e 1959

Núcleo / evolução toponímia	Iniciativa	Ano	Motivação/função	Recorte subnacional
Surpresa/Rodrigues Alves (1930/1998)	Brasil	1930	Exploração florestal	Território Federal do Guaporé ⁽¹⁾
Vila Castelo/Manoel Urbano (1936) / Manoel Urbano (1963)	Brasil	1936	Exploração florestal / entreposto comercial	Território Federal do Acre ⁽²⁾
Puerto Quijarro (1940)	BO	1940	Infraestrutura de transportes (ferrovia)	Santa Cruz
Fortuna (1941)	Brasil	1941	Presença oficial (defesa) / ocupação por comunidades tradicionais	Mato Grosso
Carmen Rivero Torrez (1942)	Bolívia	1942	Infraestrutura de transportes (ferrovia)	Santa Cruz
Vila da Amizade (1948) / Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo (1963) / Bodoquena (1980)	Brasil	1948	Colonização oficial	Mato Grosso (porção sul) ⁽³⁾
Gleba Paulista (195-) / Cidade de Deus (19--) / Jauru (1979)	Brasil	195-	Colonização oficial / avanço da agropecuária	Mato Grosso
Rio Branco (1953) / Paz de Rio Branco (1978) / Rio Branco (1979)	Brasil	1953	Colonização oficial / avanço da agropecuária	Mato Grosso
Vila do Lambari (1956) / Lambari (1981) / Lambari d'Oeste	Brasil	1956	Colonização oficial / avanço da agropecuária	Mato Grosso
Vila Quinari (1956) / Senador Guimard (1963)	Brasil	1956	Exploração florestal / avanço da agropecuária	Território Federal do Acre ⁽²⁾
Ituinópolis (195-) / Paixão (1963) / Araputanga (1977/1979)	Brasil	195-	Colonização oficial / avanço da agropecuária	Mato Grosso
Vila Eptácio Pessoa (1958) / Eptaciolândia (1992)	Brasil	1958	Exploração florestal (remanescentes de seringais)	Território Federal do Acre ⁽²⁾
Vila Assis Brasil (1958) / Assis Brasil (1976)	Brasil	1958	Exploração florestal (remanescentes de seringais)	Território Federal do Acre ⁽²⁾
Tangará da Serra (1959/1969/1976)	Brasil	1959	Colonização oficial / avanço da agropecuária	Mato Grosso

⁽¹⁾ De 1943 a 1956, depois Território Federal de Rondônia, até 1981, quando elevado a estado.

⁽³⁾ De 1904 a 1962, quando foi elevado a estado.

⁽¹⁾ Em 1977 a porção sul de Mato Grosso foi desmembrada, com a criação do estado de Mato Grosso do Sul.

Elaboração do autor.

Do lado boliviano destaca-se a constituição de dois núcleos a partir da construção da ferrovia entre Santa Cruz e a fronteira com o Brasil: El Carmen Rivero Torrez e Puerto Quijarro, nas proximidades o canal Tamengo, que viabiliza o acesso ao rio Paraguai, escolhida para ser a última estação no limite internacional com o Brasil (EL CARMEN RIVERO TORREZ, 2008; PUERTO QUIJARRO, 2001).

Do lado brasileiro, o destaque é para a constituição de núcleos na porção central do limite internacional, embora seja expressivo em número esse processo na porção setentrional do limite internacional no segundo quarto do século XX.

Na porção norte da zona de fronteira destaca-se, do lado brasileiro, a constituição de núcleos relacionados à exploração florestal, incluindo-se remanescentes de seringais, como Vila Castelo/Manoel Urbano (1936), Vila Quinari (1956), Vila Epitácio Pessoa (1958), Vila Assis Brasil (1958), no Território Federal do Acre; além de Surpresa/Rodrigues Alves (1930), no Território Federal do Guaporé (CARDOZO; VALE JUNIOR; RIBEIRO, 2019; IBGE, 1957).

No estado de Mato Grosso destaca-se a constituição do destacamento militar de Fortuna, em 1941, em uma área de ocupação tradicional chiquitana; uma série de núcleos relacionados ao avanço da agropecuária para o centro-oeste do país, como Gleba Paulista (na década de 1950), Vila do Lambari (1956), colônia Rio Branco (1953); Ituinópolis (na década de 1950), Tangará da Serra (1959); além de, na porção sul, Vila da Amizade (1948), nas proximidades da Serra da Bodoquena, então parte de Mato Grosso (FERREIRA, 2014; PACINI, 2012; QUEIROZ; RIBEIRO, 2020; SILVA, 2008).

De um lado e outro da fronteira, ambos os países passavam por processos territoriais com implicações na zona de fronteira e que levaram à constituição de diversos núcleos, em especial do lado brasileiro. Nesse contexto, para além da materialização da integração ferroviária na porção meridional da fronteira Brasil-Bolívia, o estreitamento das relações bilaterais teve novo impulso no fim da década de 1950 a partir de negociações amplas e abrangentes entre os dois países que culminaram no Acordo de Roboré (1958).

3.3.3. Dos efeitos do Acordo de Roboré (1958) às décadas de 1960, 1970 e 1980

Em 29 de março de 1958, Brasil e Bolívia assinaram um documento, em La Paz, que convencionou-se chamar de Acordo de Roboré ou Ata de Roboré. Trata-se de um conjunto de 31 atos internacionais assinadas pelos dois países como desenrolar de uma negociação que se estendeu pela década de 1950 na cidade brasileira de Corumbá e nas cidades bolivianas de Roboré e La Paz entre a chancelaria de ambos os países. Para Teixeira Soares (1973, p. 234), o Embaixador brasileiro envolvido na coordenação das negociações do acordo, tinha-se a “idéia de uma ‘negociação global’ de molde a resolver todos os assuntos entre o Brasil e a Bolívia e apagar ressentimentos e suspeitas”.

O resultado das discussões versa sobre diversos temas como comércio, livre trânsito, cooperação técnica e econômica, infraestrutura (com destaque para a ferroviária), petróleo e gás natural, intercâmbio fronteiriço e limites. Após a sua celebração, gerou grande debate no Brasil, em especial sobre a exploração do petróleo.

No que concerne à fronteira entre os dois países, as negociações sobre limites foram tratadas na Nota Reversal NR. 1.C/R, que buscou resolver as questões de limites pendentes entre os dois países, como ajustes em geodésicas que cortam objetos naturais, como lagos e morros⁵⁶.

Gazinelli (2021) destaca a robustez desse acordo, tendo em vista a o rol de questões contemplados. De acordo com Kinn Franco (2019), o Acordo de Roboré estabelece a facilitação, especialmente nas fronteiras, em relação a temas migratórios, comerciais, mas de maneira genérica. Para o diplomata, é uma ferramenta muito importante que precisa ser atualizada e incorporar elementos mais específicos.

Após o Acordo de Roboré, destaca-se uma iniciativa multilateral na década de 1960, a assinatura pelos dois países, juntamente com Argentina,

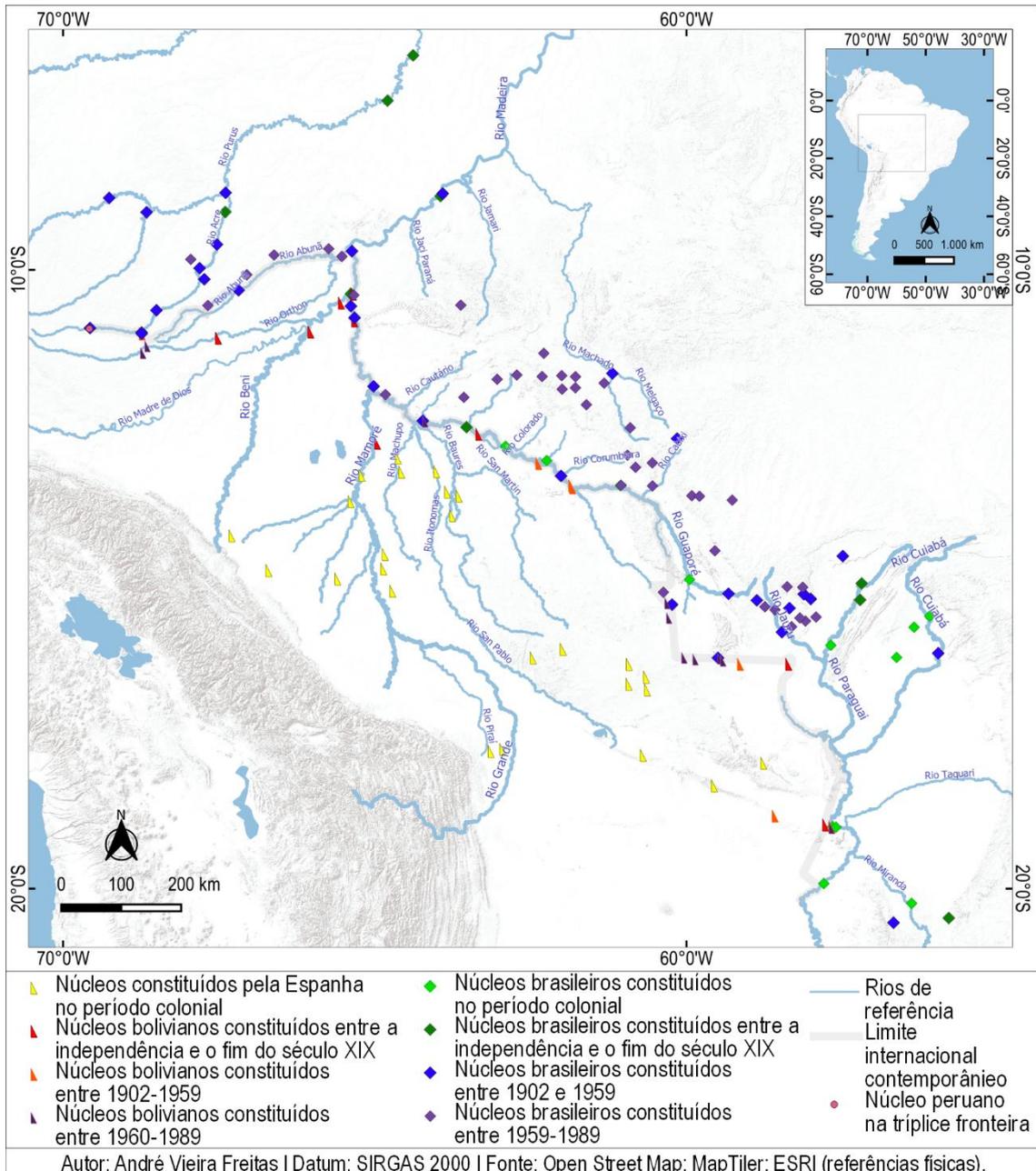
⁵⁶ A pendência que restou foi quanto a uma ilha de aproximadamente 2,58 km² no rio Mamoré, entre os municípios de Guayaramerín (Beni, Bolívia) e Guajará-Mirim (Rondônia, Brasil), denominada Isla Suarez pelos bolivianos e Guajará-Mirim pelos brasileiros. No Tratado de Natal (1928), os países haviam acordado discutir a questão em momento futuro. Atualmente, a ilha se encontra efetivamente administrada pelos bolivianos e a maior parte de seus terrenos é de brasileiros, mas a situação segue indefinida (VARGAS, 2017, p. 235).

Paraguai e Uruguai, do Tratado da Bacia do Prata, assinado em Brasília, no dia 23 de abril de 1969, no sentido da exploração integrada e harmônica dessa estratégica bacia hidrográfica sul-americana.

No que se refere especificamente a iniciativas bilaterais, destaca-se, na década seguinte, o Acordo para construir gasoduto entre Santa Cruz de la Sierra e a refinaria de Paulínia (SP), de 1973, que se concretizou algumas décadas depois.

Quanto às dinâmicas territoriais nos dois países e ao avanço da ocupação na zona de fronteira, destaca-se, nas décadas de 1960 e 1970, a constituição de novos núcleos principalmente do lado brasileiro e relacionados à expansão da agropecuária, tendo em vista ainda projetos de colonização oficial, processo que irá se estender com expressão ainda pela década 1980 (Figura 32; Quadro 13).

Figura 32 – Núcleos constituídos na zona de fronteira Brasil-Bolívia até a década de 1980



Elaboração do autor.

Quadro 13 – Núcleos constituídos na zona de fronteira Brasil e Bolívia entre 1960 e 1989

Núcleo / evolução toponímia	Iniciativa	Ano	Motivação/função	Recorte subnacional
Salto do Céu (196-)	Brasil	1960	Colonização oficial / avanço da agropecuária	Mato Grosso
Água Suja (1962) / Nova Esperança, Patrimônio (1966) / Indiavaí (1896)	Brasil	1962	Colonização oficial / avanço da agropecuária	Mato Grosso
Mirassol (1964) / Mirassol d'Oeste (1976)	Brasil	1964	Colonização oficial / avanço da agropecuária	Mato Grosso
São José dos Quatro Marcos (1966/1977/1979)	Brasil	1966	Colonização oficial / avanço da agropecuária	Mato Grosso
Reserva do Cabaçal (1969/1978/1986)	Brasil	1969	Colonização oficial / avanço da agropecuária	Mato Grosso
Nova Fortuna (197-)	Brasil	1970	Ocupação com. trad.	Mato Grosso
Cruzeiro d'Oeste (1972/1981) / Glória d'Oeste	Brasil	1972	Avanço da agropecuária	Mato Grosso
Nova Alvorada (1977)	Brasil	1977	Colonização oficial / avanço da agropecuária	Mato Grosso
Figuerópolis (1978) / Figuerópolis d'Oeste (1986)	Brasil	1978	Colonização oficial	Mato Grosso
Novo Oeste (1979) / Comodoro (1986)	Brasil	1979	Coloniz. oficial / avanço da agropecuária / Infraest. rodov,	Mato Grosso
Curva do Boi (19--)/ Curvelândia (1988)	Brasil	1979	Avanço da agropecuária	Mato Grosso
Campos de Júlio (1986/1994)	Brasil	1986	Colonização oficial / avanço da agropecuária	Mato Grosso
Conquistta d'Oeste (198-/1972/1999)	Brasil	1988	Exp. front. agrícola / ocupação (ref. agrária)	Mato Grosso
Marco Porvenir (~1960)	Bolívia	1960	Ocupação com. trad.	Santa Cruz
San Nicolas de Cerrito (197-)	Bolívia	1970	Ocupação com. trad.	Santa Cruz
Arroyo Concepción (197-/1980)	Bolívia	1975	Presença oficial (contr. aduaneiro) / entreposto comercial	Santa Cruz
San Vicente de la Frontera (1976)	Bolívia	1976	Expl. florestal / ocupação por com. tradicionais	Santa Cruz
Ascensión de la Frontera (19--)	Bolívia	1980	Infraestrutura de transportes (rodoviário)	Santa Cruz
San Bartolo (19--)	Bolívia	1980	Infraestrutura de transportes (rodoviário)	Santa Cruz
San Lorenzito de la Frontera (19--)	Bolívia	1980	Infraestrutura de transportes (rodoviário)	Santa Cruz
Vila Gavião (1962) / Capixaba (1992)	Brasil	1962	Expl. florestal (remanescentes seringais)	Acre
Bujari (1969) / Vila Bujari (1986) / Bujari (1992)	Brasil	1969	Infraestruruta de transportes (rodovia)	Acre
Vila Redenção (198-) / Acrelândia (1992)	Brasil	1980	Colonização oficial / avanço da agropecuária	Acre
Campo Novo (1965) / Campo Novo de Rondônia (1992)	Brasil	1965	Exploração mineral (cassiterita)	Territ. Federal do Guaporé ⁽¹⁾

Núcleo / evolução toponímia	Iniciativa	Ano	Motivação/função	Recorte subnacional
Aldeia Ricardo Franco (197- /1996)	Brasil	197-	Ocupação por comunidades tradicionais	Territ. Federal de Rondônia ⁽²⁾
Colorado (~1973) / Cerejeiras (1983)	Brasil	1973	Colonização oficial / avanço da agropecuária	Territ. Federal de Rondônia ⁽²⁾
Colorado (1973/1977) / Colorado do Oeste (1981)	Brasil	1977	Colonização oficial / avanço da agropecuária	Territ. Federal de Rondônia ⁽²⁾
Vila Bambu (1978) / Santa Luzia (1982) / Santa Luzia d'Oeste (1986)	Brasil	1978	Colonização oficial / avanço da agropecuária	Territ. Federal de Rondônia ⁽²⁾
Novo Horizonte (1979) / Cacaieiro (1992) / Novo Horizonte do Oeste (1994)	Brasil	1979	Colonização oficial / avanço da agropecuária	Territ. Federal de Rondônia ⁽²⁾
Rolim de Moura (1979/1983)	Brasil	1979	Colonização oficial / avanço da agropecuária	Territ. Federal de Rondônia ⁽²⁾
Nova Esperança (1980) / Corumbiara (1992)	Brasil	1980	Colonização oficial / avanço da agropecuária	Territ. Federal de Rondônia ⁽²⁾
Vista Alegre do Abunã	Brasil	1981	Avanço da agropecuária	Territ. Federal de Rondônia ⁽²⁾
Vila Brasilândia (1982) / Nova Brasilândia d'Oeste (1988)	Brasil	1982	Avanço da agropecuária	Rondônia
Bom Princípio (1983) / Seringueiras (1992)	Brasil	1983	Colonização oficial / avanço da agropecuária	Rondônia
Pimenteiras (1983) / Pimenteiras do Oeste (1995)	Brasil	1983	Avanço da agropecuária / Ocupação por comun. tradicionais	Rondônia
Primavera de Rondônia (198-)	Brasil	198-	Avanço da agropecuária	Rondônia
São Felipe d'Oeste (198-)	Brasil	198-	Avanço da agropecuária	Rondônia
Fortaleza do Abunã (1985)	Brasil	1985	Infraestrutura de transportes (fluvial)	Rondônia
Nova Califórnia	Brasil	1985	Avanço da agropecuária	Rondônia
Alta Floresta d'Oeste (1986)	Brasil	1986	Avanço da agropecuária	Rondônia
Alvorada d'Oeste (1986)	Brasil	1986	Avanço da agropecuária	Rondônia
Cabixi (1988)	Brasil	1988	Avanço da agropecuária	Rondônia
Parecis (198-)	Brasil	1989	Avanço da agropecuária	Rondônia
São Francisco do Guaporé (1993/1995)	Brasil	1993	Avanço da agropecuária	Rondônia
Vila Nova Mamoré (1988) / Nova Mamoré (1993)	Brasil	1993	Avanço da agropecuária / Infraestr. rodoviária	Rondônia
Chupinguaia (198-/1995)	Brasil	1995	Avanço da agropecuária	Rondônia
Filadélfia (1974)	Bolívia	1974	Expl. florestal (látex)	Pando
Porvenir (198-/1995)	Bolívia	198-	Expl. florestal (castanha)	Pando
Mapajo (1987)	Bolívia	1987	Entrepasto comercial	Pando
Buena Vista (198-)	Bolívia	198-	Entrepasto comercial	Beni

⁽¹⁾ De 1943 a 1956, quando foi rebatizado de Território Federal de Rondônia, até 1981, quando foi elevado a estado.

⁽²⁾ Até 1981, quando foi elevado a estado.

Elaboração do autor.

Do lado brasileiro, destacam-se em Mato Grosso a constituição de uma série de núcleos relacionados à expansão da atividade agropecuária para o Centro-Oeste brasileiro e a iniciativas de colonização oficial, como Nova Esperança (1966) – a partir do povoado Água Suja (1962), Mirassol (1964), São José dos Quatro Marcos (1966), Reserva do Cabaçal (1969), Salto do Céu (na década de 1960), Cruzeiro d'Oeste (1972), Nova Alvorada (1977) – que deu origem a Novo Oeste (1979), depois rebatizada como Comodoro (1986), Figuerópolis (1978), Curva do Boi (na década de 1970) e Campos de Júlio (1986). Em Mato Grosso destaca-se ainda a constituição de Nova Fortuna na década de 1970 partir de povos Chiquitano que vivem no lado boliviano, e Conquista d'Oeste, na década de 1980, cuja constituição se liga à ocupação para a reforma agrária (FERREIRA, 2014; MEIRELES; SOUZA, 2008; PAIPILLA FERNÁNDEZ, 2021).

Em Rondônia também se apresenta uma série de núcleos constituídos a partir do avanço da agropecuária e impulsionados por projetos de colonização oficial, além alguns casos distintos, como o de Campo Novo (1965), constituído a partir da mineração, e Ricardo Franco, uma comunidade indígena constituída no Guaporé/Iténez na década de 1970. Quanto ao avanço da agropecuária e os projetos de colonização oficial, destacam-se no então território federal: Colorado (1973), que originou Colorado do Oeste (1981); outro povoado da década de 1970 denominado Colorado, que deu origem a Cerejeiras (1983); Vila Bambu (1978), que deu origem a Santa Luzia (1982); Novo Horizonte (1979); Rolim de Moura (1979); Nova Esperança (1980); São Francisco do Guaporé (1993); além de Vila Nova Mamoré (1988), também por influência da infraestrutura rodoviária, nas proximidades do antigo núcleo de Vila Murtinho, que a precedeu. Já em Rondônia como estado da federação, no contexto de expansão da agropecuária para o sudoeste da Amazônia, constitui-se, na década de 1980: Vila Brasilândia (1982); Bom Princípio (1983); Alto Alegre (1986); Alta Floresta d'Oeste (1986); Seringueiras (1992); São Miguel do Guaporé (1988), a partir da comunidade São Miguel, formada ao longo da década; Parecis, Primavera de Rondônia, São Felipe d'Oeste e Chupinguaia (no decorrer da década); Pimenteiras (1983), à margem do Guaporé/Iténez, nas proximidades a Santa Cruz, comunidade remanescente de quilombo em terra não titulada cuja ocupação remonta ao

século XVIII; Alvorada d'Oeste (1986); Cabixi (1988); Nova Califórnia (1985); além de Fortaleza do Abunã (1985) (BORCHE, 2016; NOGUEIRA NETO, 2018; PINHEIRO; SAHR, 2016; SILVA, 2016; TEIXEIRA, 2005).

No extremo noroeste dessa zona de fronteira destaca-se, no Acre, na década de 1960, a constituição da Vila Gavião (1962), como um remanescente de seringal, e, como um entreposto rodoviário, Bujari (1969); além de na década de 1980, a constituição da Vila Redenção como um projeto de colonização do recém-emancipado estado do Acre, na esteira do avanço da agropecuária sobre a Amazônia (IBGE, 1957; SALGADO; LIMA; CAVALCANTE, 2014).

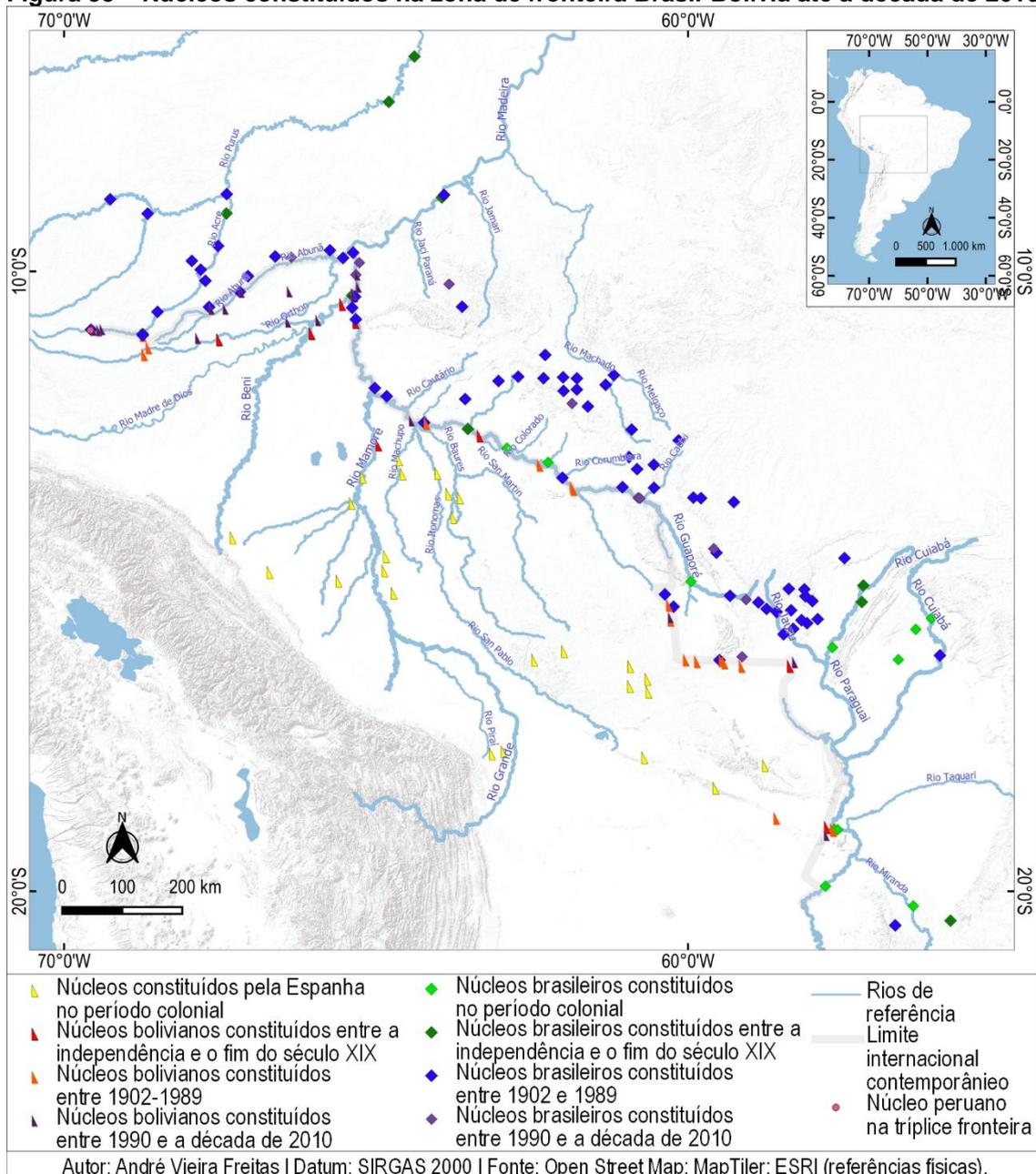
Do lado boliviano da fronteira nessas destacam-se em Pando, Filadelfia (1974) e Porvenir, na década de 1980, como núcleos constituídos a partir da exploração florestal, Santa Lucía, também na década de 1980, como um projeto de colonização oficial e Mapajo, em 1987, a partir da agricultura. No Beni, destaca-se a constituição de Buena Vista, como um entreposto comercial no rio Guaporé/Iténez. Em Santa Cruz, destacam-se, Marco Porvenir, na década de 1960, e San Nicolás de Cerrito, na década de 1970, como núcleos constituídos a partir da ocupação por comunidades tradicionais; San Vicente de la Frontera (1976), a partir da ocupação por comunidades tradicionais e da exploração florestal; Arroyo Concepción, na década de 1970, parte de Puerto Quijarro, como um entreposto comercial nos contíguo ao limite internacional; além de Ascensión de la Frontera; Marco Porvenir; San Bartolo e San Lorenzito de la Frontera, constituídos na década de 1980 (CARVALHO, 2017; CONDORI, 2022; COSTA; SOUZA; CASTRILON, 2018; GARCIA, 2010; ESPÍRITO SANTO; COSTA; BENEDETTI, 2017; MANCOMUNIDAD DE MUNICIPIOS CHIQUITANOS, 2002).

3.3.4. As iniciativas bilaterais entre Brasil e Bolívia e a constituição dos núcleos fronteiriços nas décadas de 1990 e 2000 e 2010

A partir da década de 1990, Brasil e Bolívia adotam uma série de iniciativas conjuntas em diversas áreas, com destaque para a infraestrutura e a aproximação comercial. Em paralelo a essas relações, na zona de fronteira são estabelecidos novos núcleos, destacando-se a modernização de suas infraestruturas e da continuidade do avanço da atividade agropecuária, levando a um maior adensamento desses núcleos em distintas porções da zona de

fronteira, em especial na sua porção norte. Novamente o maior número de núcleos constituídos é do lado brasileiro, entretanto, quando se consideram os entes subnacionais, Pando apresentou o maior número de núcleos constituídos na zona de fronteira nessas décadas, seguido por Rondônia (Figura 33, Quadro 14).

Figura 33 – Núcleos constituídos na zona de fronteira Brasil-Bolívia até a década de 2010



Elaboração do autor.

Quadro 14 – Núcleos constituídos na zona de fronteira Brasil-Bolívia entre as décadas de 1990 e 2010

Núcleo / evolução toponímia	Iniciativa	Ano	Motivação/função	Recorte subnacional
Santa Rosa del Abuná (19--)	Bolívia	199-	Exploração florestal	Pando
Araras (1991)	Brasil	1991	Garimpo	Rondônia
Vila Neide (199-)	Brasil	199-	Ocupação com. trad. / turismo	Rondônia
São Francisco do Guaporé (1993)	Brasil	1993	Avanço da agropecuária	Rondônia
Bolpebra (1995)	Bolívia	1995	Colonização oficial / Reforma agrária	Pando
Nueva Esperanza (1991)	Bolívia	1995	Garimpo	Pando
Buritis (1995)	Brasil	1995	Avanço da agropecuária	Mato Grosso
Nova Lacerda (1995)	Brasil	1995	Avanço da agropecuária	Mato Grosso
Humaita (Ingavi) (199-)	Bolívia	1999	s/d	Pando
Vale de São Domingos (1999)	Brasil	1999	Avanço da agropecuária	Mato Grosso
San Juan de Puerto Ustatez (199-)	Bolívia	199-	Avanço da agropecuária	Beni
Arca de Israel (2000)	Bolívia	2000	Exploração florestal / povoação religiosa	Pando
La Gran Cruz (2000)	Bolívia	2000	Exploração florestal / povoação religiosa	Pando
Loma Alta (200-)	Bolívia	2001	s/d	Pando
San José de la Frontera (200-)	Bolívia	200-	s/d	Santa Cruz
San Miguel de Manchineri (2001)	Bolívia	1----	Ocupação com. trad. (indígenas)	Pando
Yaminahua (2001)	Bolívia	1----	Ocupação com. trad. (indígenas)	Pando
Vila Picada (200-)	Brasil	2002	Avanço da agropecuária	Mato Grosso
Mercedita de la Frontera (200-)	Bolívia	2004	s/d	Santa Cruz
Villa Victoria (Santos Mercado) (2004)	Bolívia	2004	s/d	Pando
Puerto Evo (2007)	Bolívia	2007	Entrepasto comercial	Pando
Carmen de la Frontera (20--)	Bolívia	2008	s/d	Santa Cruz
Vila da Penha (200-)	Brasil	200-	Infraestrutura de transportes	
Vila São João (201-)	Brasil	201-	Ocupação com. trad. / turismo	Rondônia

Elaboração do autor.

No departamento de Pando, destacam-se, na década de 1990: Bolpebra (1995), a partir da colonização oficial para a reforma agrária; Santa Rosa del Abuná (no início da década), a partir da exploração florestal; Nueva Esperanza (1991), a partir do garimpo; além de Humaita (Ingavi), no início da década. Na década de 2000, destacam-se em Pando a constituição de Loma Alta (no início

da década) e Villa Victoria (Santos Mercado) (em 2004)⁵⁷; Puerto Evo (2007), como entreposto comercial; Arca de Israel e La Gran Cruz, ambas de 2000, como povoações religiosas neopentecostais que se relacionam também à exploração florestal; destaca-se ainda em 2001 o reconhecimento como Territórios Indígenas Originários Camponeses das Yaminahua e San Miguel de Manchineri, comunidades cuja ocupação da região remonta a períodos pré-incaicos (WALL, HERBAS, 2003).

No estado de Rondônia destacam-se: como núcleos constituídos a partir do avanço da agropecuária, São Francisco do Guaporé (1993) e Buritis (1995); como núcleos constituídos a partir da instalação da infraestrutura rodoviária, Vila da Penha (na década de 2000) e Extrema (1998); Araras (1991), a partir do garimpo; Vila Neide (na década de 1990), a partir de populações ribeirinhas; além de Vila São João, núcleo constituído a partir da ocupação por comunidades de pescadores e voltado para o turismo.

Quanto aos demais núcleos constituídos na zona de fronteira nessas décadas destacam-se, do lado brasileiro, Nova Lacerda (1995), Vale de São Domingos (1999) e Vila Picada (na década de 2000), núcleos constituídos a partir do avanço da agropecuária, todos em Mato Grosso (FERREIRA, 2004).

Do lado boliviano, destaca-se: no Beni, a constituição de San Juan de Puerto Ustarez (no fim da década de 1990) a partir da agropecuária e da exploração florestal; além de, em Santa Cruz, San José de la Frontera, Mercedita de la Frontera e Cármen de la Frontera, constituídos respectivamente no início, em meados e no fim da década de 2000.⁵⁸

No que se refere às relações entre os dois países, a última década do século XX é marcada pela construção do gasoduto entre Brasil e Bolívia que havia sido previsto no acordo de 1973 entre os dois países. Sua construção se

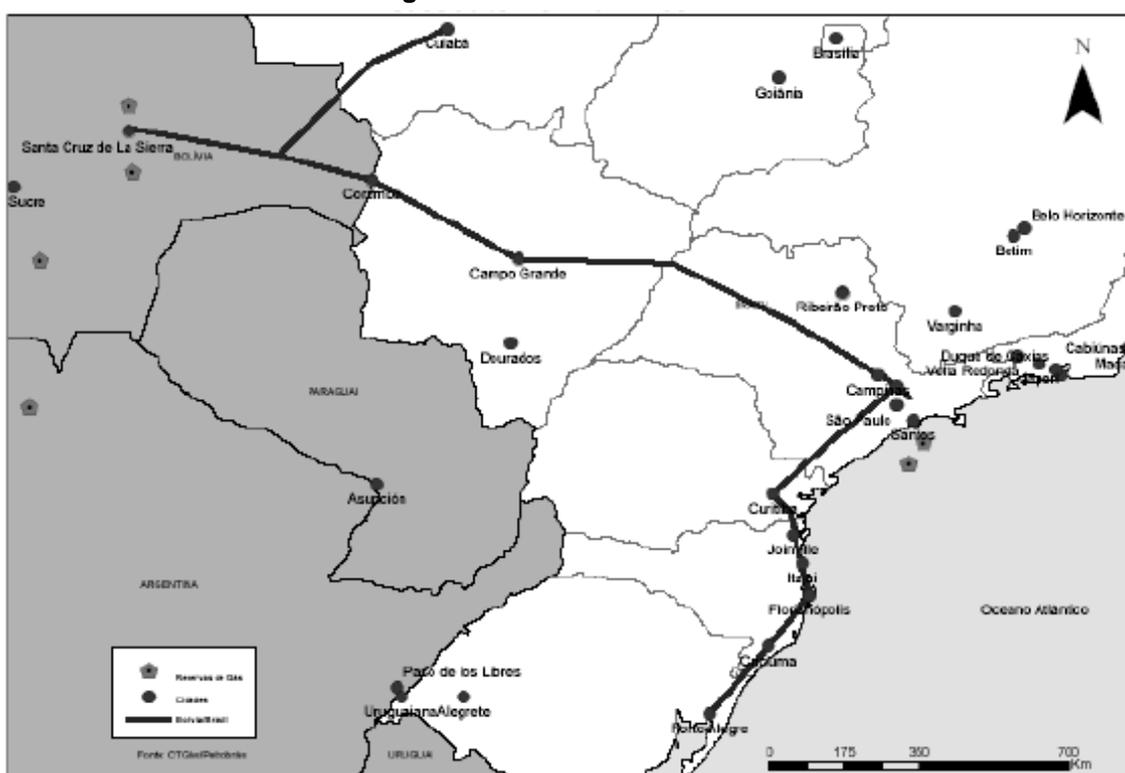
⁵⁷ Acerca da constituição de Humaita (Ingavi), Loma Alta e Villa Victoria (Santos Mercado), não foram encontradas informações na literatura ou em documentos oficiais. No entanto, imagens a análise de imagens de satélite a partir da década de 1980 sugere a manifestação da evolução da mancha de ocupação no território a partir das datas indicadas.

⁵⁸ No caso de San José de la Frontera, Mercedita de la Frontera e Cármen de la Frontera, igualmente não foram encontradas mais informações sobre a constituição dos núcleos, mas as imagens de satélite analisadas sugerem essas datas como o momento em que a mancha de ocupação começa a se apresentar.

deu na década de 1990 e a primeira fase foi inaugurada em 1999, conectando Santa Cruz de la Sierra a Paulínia, no interior de São Paulo. Em março de 2000 foi inaugurado outro trecho, que chegou até o Rio Grande do Sul. Silva et. al. (2022, p. 220) destacam que constituiu um ambicioso projeto que se materializou no mais extenso gasoduto da América do Sul.

Em 2001, uma ramificação desse gasoduto foi construída para a conexão com Mato Grosso, por meio do gasoduto lateral Cuiabá (SILVA et. al., 2022; GUIMARÃES, FIGUEIREDO, BONJOUR, 2010) (Figura 34).

Figura 34 - Gasoduto GASBOL



Fonte: Silva et. al., 2022, p. 220.

Acerca da importação do gás boliviano para o Brasil, Gazinelli (2020) aponta que, a partir da materialização do Gasoduto GASBOL e dos acordos que o precederem, a pauta energética se afirmou como um eixo estruturante da relação bilateral.

No que se refere às relações entre os dois países no contexto sul-americano, cabe destacar ainda o Acordo de Complementação Econômica entre a Bolívia e o Mercosul (ACE n.º 36), de 1996, para a formação de uma área de livre comércio entre a Bolívia e o bloco sul-americano. Como uma ampliação

desses laços, cabe destacar também a assinatura, em 7 de dezembro 2012, do Protocolo de adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao Mercosul, processo que até julho de 2023 só tinha como pendência a aprovação do legislativo brasileiro.

Para Gazinelli (2021), a Bolívia é o parceiro natural para a ampliação do Mercosul, o que é elucidado pelo ACE 36 e o acordo para residência do Mercosul. Nesse sentido, a conclusão do processo de adesão seria vantajosa no sentido de ampliar a relação estratégica entre o bloco e o país andino, assim como fortalecer ainda mais a relação bilateral com o Brasil.

Para Kinn Franco (2019) as relações entre Brasil e Bolívia são sólidas e duradouras e tiveram seu auge no início do século XXI, em especial quando o presidente Luís Inácio Lula da Silva esteve como chefe de Estado brasileiro (2003-2010) e Evo Morales como chefe de Estado boliviano (2006-2019). Além de um número significativo de visitas ao país vizinho por parte dos presidentes, quanto às iniciativas de cooperação, o diplomata destaca protocolos para investimentos brasileiros em obras de infraestrutura na Bolívia, acordos de comércio, amizade, colaboração, além de um aumento na compra de produtos industrializados brasileiros por parte da Bolívia.

Na década de 2000, foi firmado o Acordo Brasil-Bolívia de Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus territórios, celebrado em 8 de julho de 2004, em Santa Cruz de la Sierra. Ademais, na década de 2000 verificase uma série de anúncios de investimentos brasileiros na Bolívia em energia, para a construção de rodovias, além das melhorias na infraestrutura entre Santa Cruz de la Sierra e Puerto Quijarro.

No que tange ao trânsito fronteiriço destaca-se ainda, neste período, o Acordo sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, firmado em 8 de julho de 2004, em Santa Cruz de La Sierra.

Há ainda uma medida inovadora que valoriza os núcleos urbanos ao longo do limite internacional entre os dois países, o acordo para permissão de residência, estudo e trabalho aos nacionais fronteiriços brasileiros e bolivianos,

firmado em 8 de julho de 2004⁵⁹, na cidade boliviana de Santa Cruz de la Sierra. Este acordo constitui um suporte institucional mais amplo à integração entre essas localidades, apontada como uma norma que indica para a ampliação da porosidade de sua zona de fronteira.

Partindo da visão da fronteira como um elemento de integração entre suas populações, o acordo prevê um tratamento diferenciado aos nacionais de ambos os países que residem em determinadas localidades fronteiriças vinculadas (Quadro 15, Figura 33), a eles sendo permitidos, nos limites da localidade vinculada do outro país, o direito de residência, ao exercício de trabalho, ofício ou profissão, com as conseqüentes obrigações e direitos previdenciários decorrentes, e a permissão para frequência a estabelecimentos de ensino públicos ou privados.

Quadro 15 – Localidades fronteiriças vinculadas entre Brasil e Bolívia

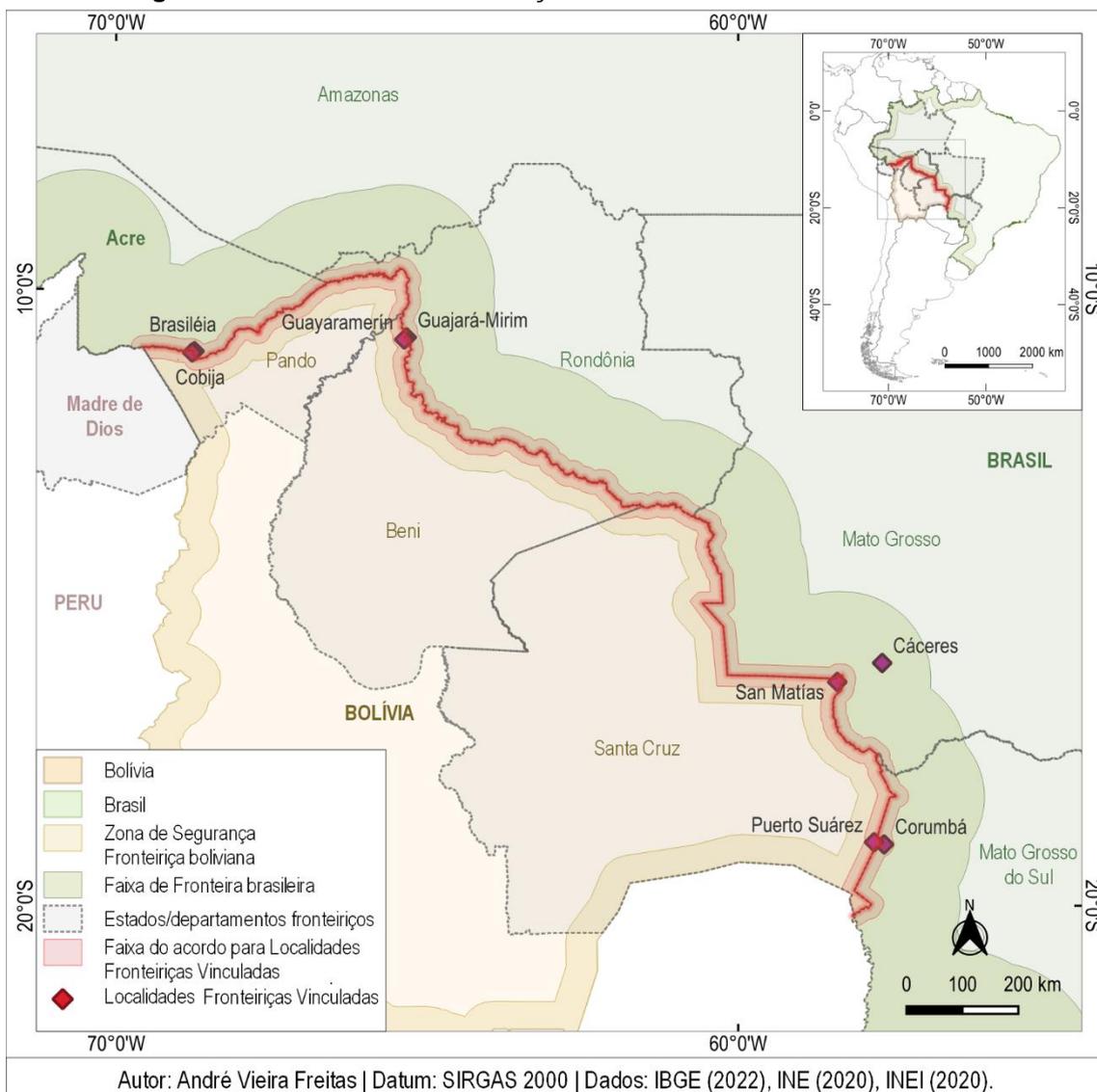
BRASIL		BOLÍVIA	
Estado	Município	Município	Departamento
Acre	Brasileia	Cobija	Pando
Rondônia	Guajará-Mirim	Guayaramerín	Beni
Mato Grosso	Cáceres	San Matías	Santa Cruz
Mato Grosso do Sul	Corumbá	Puerto Suárez	Santa Cruz

Elaboração do autor.

Dados: Acordo entre Brasil e Bolívia para permissão de residência, estudo e trabalho aos nacionais fronteiriços brasileiros e bolivianos (2004).

⁵⁹ O acordo foi incorporado à legislação brasileira por meio do Decreto Legislativo nº 64, de 18 de abril de 2006 e promulgado pelo Decreto nº 6.736, de 12 de junho de 2009. À legislação boliviana foi incorporado pela Lei nº 3.016, de 12 de abril de 2006.

Figura 35 – Localidades Fronteiriças Vinculadas entre Brasil e Bolívia



Elaboração do autor.

Para o exercício de tais direitos, os beneficiários devem portar um “documento especial fronteiriço”, fornecido pelo Departamento de Polícia Federal do Brasil ou o Serviço Nacional de Migração da Bolívia.

Depreende-se desse alcance geográfico que o acordo sinaliza para o reconhecimento da importância da dimensão urbana nas interações fronteiriças entre Brasil e Bolívia, ao priorizar esses núcleos urbanos com determinado nível de articulação fronteiriça e buscar ampliar as relações que se estabelecem entre si.

No que se refere ao rol de localidades contempladas pelo acordo, abrange todas aquelas identificadas por Kralich, Benedetti e Salizzi (2012, p. 125) como

“aglomerações transfronteiriças”, e parcialmente a lista de “cidades gêmeas” identificada por Machado (2005, p. 276) e de “arranjos transfronteiriços” de Moura e Oliveira (2018), pois exclui as cidades brasileiras de Epitaciolândia (conurbada com Brasília) e Ladário (conurbada com Corumbá), além da não contemplar a cidade boliviana de Puerto Quijarro⁶⁰, situada entre Puerto Suarez e Corumbá⁶¹.

Apesar dessas omissões, o acordo prevê a possibilidade de ampliação da lista de localidades fronteiriças vinculadas, podendo abranger localidades que estejam situadas em uma faixa até 20 km do limite internacional, a partir de solicitação de uma das partes por nota diplomática e ratificação pela outra parte. Entretanto, até julho de 2023 não foram encontradas novas adesões, apenas conversas preliminares. Ademais, as entrevistas e questionários sinalizaram baixa aderência ao acordo nos núcleos listados, embora seja inegável a sua importância para determinados grupos, como estudantes e trabalhadores.

Gazinelli (2021) situa esse acordo como inspirado em que o precederam e envolveram cidades fronteiriças do Brasil com outros países no arco Sul da fronteira, que é marcada por uma rede urbana mais adensada.

Kinn Franco (2019) analisa positivamente o acordo, encarando-o como um mecanismo de identificação e uma ferramenta para permitir maior integração na fronteira. Sobre a sua implementação, afirma que foi parcial, o que estaria relacionado à vontade política das instituições locais. Segundo o diplomata, há casos em que as autoridades locais desenvolveram melhor o trabalho (como entre Guajará Mirim e Guayaramerín), já em outros teria sido insuficiente.

Em maior ou menor grau, compreende-se nesse texto que todas essas localidades constituem núcleos urbanos com articulações fronteiriças. Para o caso daquelas abrangidas pelo acordo passam a ter formalmente o

⁶⁰ Em campo notou-se que o fluxo entre Puerto Quijarro e Corumbá é significativo, ao passo que Puerto Suárez apresenta-se como um polo administrativo. Elucidativo da concentração de fluxos em direção a Puerto Quijarro é o fato de o consulado brasileiro ter se deslocado para este município.

⁶¹ Conversas informais com servidores do Ministério das Relações Exteriores e representantes consulares brasileiros que atuam na fronteira indicam que não houve um estudo sistematizado para a definição dessas localidades, tampouco o envolvimento das comunidades locais. O critério usado parece ter sido as cidades onde se localizavam os consulados na fronteira à época da discussão do acordo.

reconhecimento de uma porosidade territorial a partir de determinados usos do território pelas populações fronteiriças, como norma territorial institucionalizada a partir da diplomacia, já que se tem o respaldo de um acordo bilateral internalizado pelos países signatários.

Apesar do inegável avanço deste acordo, cabe a ressalva que ele não contempla a diversidade dos núcleos fronteiriços, inclusive em relação a conurbações que nitidamente indicam uma articulação urbana fronteiriça, como já mencionado. Nesse sentido, constata-se uma falta de apreensão da complexidade do território, uma invisibilização de porções da fronteira. Se isso é fato até para principais cidades, o é ainda mais para os núcleos urbanos menores.

Essa preocupação com a não visibilidade de certas porções da fronteira pelos Estados-nacionais é, inclusive, uma das questões levantados por Kinn Franco (2019). Segundo o diplomata boliviano, estão se desenvolvendo novas comunidades na fronteira, com a ampliação dos fluxos comerciais e de pessoas. Cita como exemplos San Juan de Puerto Ustarez (Beni) e Costa Marques (Rondônia) e aponta a necessidade de incrementar, nessas localidades, pontos fronteiriços controlados, para serem oferecidos serviços de alfândega e de migração.

Nota-se da fala do Embaixador que, por meio dessas questões, o governo central até chega contemplar essas porções profundas do território, mas, quanto a medidas efetivamente adotadas, institucionalizadas, ainda restam inúmeros desafios.

Acerca desses desafios, Kinn Franco (2019) aponta que governo boliviano estaria se mobilizando para promover conversas com Brasília e com estados fronteiriços. Essa relação do governo central boliviano com essas esferas estaduais é tida pelo diplomata boliviano como boa e mais dinâmica, apontando ainda perspectivas de ampliação das relações a partir de comércio de produtos estratégicos que cada território produz e demanda, incluindo-se as especificidades dos entes subnacionais.

Também quanto a parcerias que envolvem distintas esferas político-administrativas entre os dois países, o Embaixador ressalta a iniciativa e o

fortalecimento dos Comitês de Integração Fronteiriça, vistos pelos governos como um foro para buscar soluções conjuntas para as comunidades fronteiriças.

Como aponta Fernandes (2015, p. 198), os Comitês de Integração Fronteiriça que envolvem Brasil e Bolívia foram criados por meio de trocas de notas entre os Governos da República Federativa do Brasil e do Estado Plurinacional da Bolívia em 11 de março de 1997 e “reativados” por meio de Acordo, por troca de notas, no dia 25 de março de 2011, constituindo-se em número de quatro:

- 1) Corumbá (Mato Grosso do Sul) – Puerto Suárez (Santa Cruz);
- 2) Cáceres (Mato Grosso) – San Matías (Santa Cruz);
- 3) Guajará Mirim (Rondônia) – Guayaramerín (Beni);
- 4) Brasiléia/Epitaciolândia (Acre) – Cobija (Pando).

Ademais do fato de terem uma atuação descontínua e o questionamento na literatura e no planejamento sobre a sua efetividade, cabe destacar, no caso do comitê entre Mato Grosso do Sul e Santa Cruz, a não inclusão formal das cidades de Ladário e Puerto Quijarro, que além da conurbação com os núcleos dos seus respectivos países que compõem uma expressiva articulação nesse segmento da fronteira.

Apesar desses problemas, segundo o Embaixador Kinn Franco (2019), esses comitês constituem uma importante ferramenta de cooperação. A esse respeito o diplomata destaca ainda as discussões acerca do pedido de inclusão de novos municípios a esses comitês, como no caso da cidade boliviana de San Ignacio de Moxos (Beni) e as brasileiras de Porto Esperidião e Vila Bela (Mato Grosso).

Em que pese a necessidade de analisar a efetividade das suas ações, tendo em vista a sua descontinuidade de atuação, supõe-se que esses comitês podem constituir uma maneira de dar voz às comunidades locais fronteiriças, como uma ponte para se reconhecer a multiplicidade dos atores e do território.

Em específico sobre a saúde, destaca-se em 2017, a assinatura do Acordo Interinstitucional Internacional entre o Ministério da Saúde da República Federativa do Brasil e o Ministério da Saúde do Estado Plurinacional da Bolívia em Matéria de Cooperação em Saúde na Fronteira.

Ademais dessas iniciativas já concretizadas, destacam-se tratativas acerca de novos projetos de integração logística entre ambos os territórios, como de uma conexão ferroviária entre o porto brasileiro de Santos e o porto peruano de Ilo, cortando os territórios brasileiro e boliviano, de modo a aproveitar a estrutura já existente e complementá-la, no sentido de ampliar a integração logística regional. Essa discussão foi impulsionada no âmbito da Iniciativa Regional para a Integração Sul-Americana (IIRSA) (depois incorporada ao Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento – COSIPLAN) como parte do Eixo Interoceânico Central. Todavia, o projeto segue indefinido, em decorrência de fatores como a instabilidade político-institucional na região e a descontinuidade de processos de integração regional por divergências político-ideológicas.

Em específico sobre as ligações fronteiriças, cabe destacar ainda os projetos de ligações por pontes entre Beni e Rondônia. A prioridade nesse sentido seria a construção de uma ponte sobre o rio Mamoré, entre Guajará-Mirim e Guayaramerín, apontada por Kin Franco (2019), além de Cecila Giraldo Justiniano (2021)⁶², como uma pendência do Tratado de Petrópolis. Guimarães (2021) aponta que essa articulação fronteiriça é a prioridade da lista de iniciativas para construções de pontes entre Brasil e Bolívia e Isabella Almeida Silva Leite (2021)⁶³ aponta a autorização das obras pelo DNIT em 2020, mas destaca que a discussão ainda precisa avançar muito até sua concretização.

Discute-se também, em caráter mais preliminar, uma conexão por ponte sobre o rio Guaporé/Iténez, entre a comunidade Forte Príncipe (Costa Marques) e San Juan de Puerto Ustarez (San Joaquín), como aponta Elivando de Oliveira Brito (2021)⁶⁴, além de Leite (2021) e Giraldo Justiniano (2021).

⁶² GIRALDO JUSTINIANO, Cecília. **Entrevista com Cecila Giraldo Justiniano, Presidente da Assembleia Legislativa Departamental do Beni (Bolívia)** [31 ago. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Virtual, 2021. 1 arquivo .mp3 (13min 19s) [Apêndice J].

⁶³ LEITE, Isabella Almeida Silva. Transcrição da entrevista com Isabella Almeida Silva Leite, Assessora de Relações Institucionais e Internacionais do Governo do Estado de Rondônia (Brasil) [30 jun. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Virtual, 2021. 1 arquivo .mp3 (38min 17s) [Apêndice N].

⁶⁴ BRITO, Elivando de Oliveira. **Entrevista com Elivando de Oliveira Brito, Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de Guajará-Mirim (Rondônia, Brasil)** [2 ago. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas, 2021. 1 arquivo .mp3 (16min 38s) [Apêndice AK].

Destacam-se ainda discussões acerca de obras de melhoria na infraestrutura viária fronteiriça boliviana, como a busca de financiamento brasileiro para o asfaltamento da estrada entre San Matías e San Ignacio de Velasco, conforme sinalizado por Gary Rivero Alcántara (2021)⁶⁵.

Entre iniciativas concretizadas e projetos mais ou menos em vias de implementação, quando se analisa o conjunto dessas iniciativas que envolvem os dois países em geral e a fronteira comum em particular, ressalta-se a afirmação da parceria estratégica entre Brasil e Bolívia. E a fronteira é um elemento integrador entre ambos os territórios, em especial quanto às suas cidades fronteiriças, mas também em relação aos distintos núcleos que se desenvolvem nessa extensa zona de fronteira e que a constroem a partir de suas relações.

⁶⁵ RIVERO ALCÁNTARA, Rivero. Entrevista com Gary Rivero Alcántara, Secretário de Coordenação Institucional do Governo Autônomo Departamental de Santa Cruz (Bolívia) [15 abr. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Virtual, 2021. 1 arquivo .mp3 (19min 45s) [Anexo I].

4. A FRONTEIRA ENTRE ESCALAS E ESFERAS: DISTINTAS SITUAÇÕES DE OCUPAÇÃO

Além de constituir uma zona de contato entre territórios nacionais distintos, as fronteiras envolvem um conjunto de divisões internas dos territórios os quais envolve, de distintas malhas territoriais que indicam uma interconexão entre esferas de poder e escalas geográficas: desde as relações entre os países como Estados-nação que compartilham uma fronteira até a influência de suas divisões internas, pois é nos departamentos, nos estados e nos municípios que estas relações se efetivam, mediadas pelas normatizações internas a cada país. Nesse sentido, para um enquadramento da análise da fronteira Brasil-Bolívia, este capítulo traz uma discussão, em paralelo, dos dois países; dos respectivos departamentos/estados fronteiriços e em relação aos demais entes subnacionais de mesma ordem; além do conjunto dos municípios fronteiriços entre si e em relação aos demais municípios de seus respectivos estados/departamentos.

Tais recortes político-administrativos indicam situações de ocupação bastante distintas, que permitem reconhecer especificidades regionais dessa fronteira internacional partilhada.

4.1. Brasil e Bolívia

4.1.1. Divisões político-administrativas e os recortes territoriais fronteiriços

Quanto à organização do Estado, Brasil e Bolívia apresentam duas formas distintas que implicam, em cada caso, em diferentes arranjos de poderes entre escalas de ação e esferas político-administrativas. Enquanto o país continental a leste adota o federalismo, que conduz à maior autonomia aos entes subnacionais, o país mediterrâneo a oeste constitui um estado unitário com mecanismos de autonomia. Para além das questões internas aos dois países, esse arranjo de esferas de poder interfere nas relações fronteiriças. Via de regra, os governos centrais são responsáveis por tais relações, mas os entes subnacionais também podem adotar medidas de cooperação entre si.

Brasil

O ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil aponta que o país é composto por entes com autonomia entre si: a União, os estados, os municípios, além do Distrito Federal, que sedia a capital federal e constitui um ente híbrido (BRASIL, Constituição Federal de 1988, Art. 18)⁶⁶.

A União, que representa a esfera político-administrativa federal, apresenta competências majoritariamente na escala nacional, além de ser o responsável pelas relações exteriores, já que constitui a personalidade jurídica de direito internacional público (BRASIL, Constituição Federal de 1988, Art. 20-24).

As unidades da federação brasileiras constituem o Poder Público na esfera estadual/distrital e tratam majoritariamente de questões na escala regional dentro do seu recorte territorial (BRASIL, Constituição Federal de 1988, Art. 25-28), embora possam adotar iniciativas conjuntas com outros entes subnacionais do próprio país, no limite da lei e de suas competências, e iniciativas de cooperação com organismos internacionais, outros países ou ainda entes subnacionais de outros países, embora dentro de acordos e relações exteriores já estabelecidos pelo Estado brasileiro. Em número de 27, esses entes subnacionais do Brasil envolvem 26 estados e o Distrito Federal (Figura 36, Tabela 1).

⁶⁶ No que tange à organização territorial do Estado brasileiro, há ainda a possibilidade de criação de territórios federais, a integrar diretamente a União. Embora desde a promulgação da Carta Magna de 1988 até as duas primeiras décadas do século XXI não se registrem territórios federais no Brasil, essa unidade territorial existiu em determinados momentos para marcar a presença do governo central em porções estratégicas do território. À exceção do arquipélago de Fernando de Noronha (que foi instituído em 1943 e reintegrado ao estado de Pernambuco a partir da Constituição de 1988), os demais territórios federais instituídos (todos eles em 1943) se situam nas porções norte, oeste e sul da fronteira brasileira: Acre (criado em 1943 e transformado em estado em 1962), na fronteira com o Peru e a Bolívia; Guaporé (que foi renomeado para Rondônia em 1956 e transformado em estado em 1982), na fronteira com a Bolívia; Rio Branco (renomeado para Roraima a partir de 1962 e transformado estado em 1988), na fronteira com a Venezuela e a Guiana; Amapá (criado 1943 e transformado em estado em 1988), na fronteira com o Suriname e a Guiana Francesa; além de Ponta Porã, na fronteira com o Paraguai (extinto em 1946, com a sua reincorporação à porção sul do então estado de Mato Grosso) e do Iguazu, na fronteira com o Paraguai e a Argentina (também extinto em 1946, com a sua reincorporação aos estados do Paraná e de Santa Catarina).

Figura 36 – Brasil: Unidades da Federação por macrorregião



Elaboração do autor. Dados: IBGE (2018).

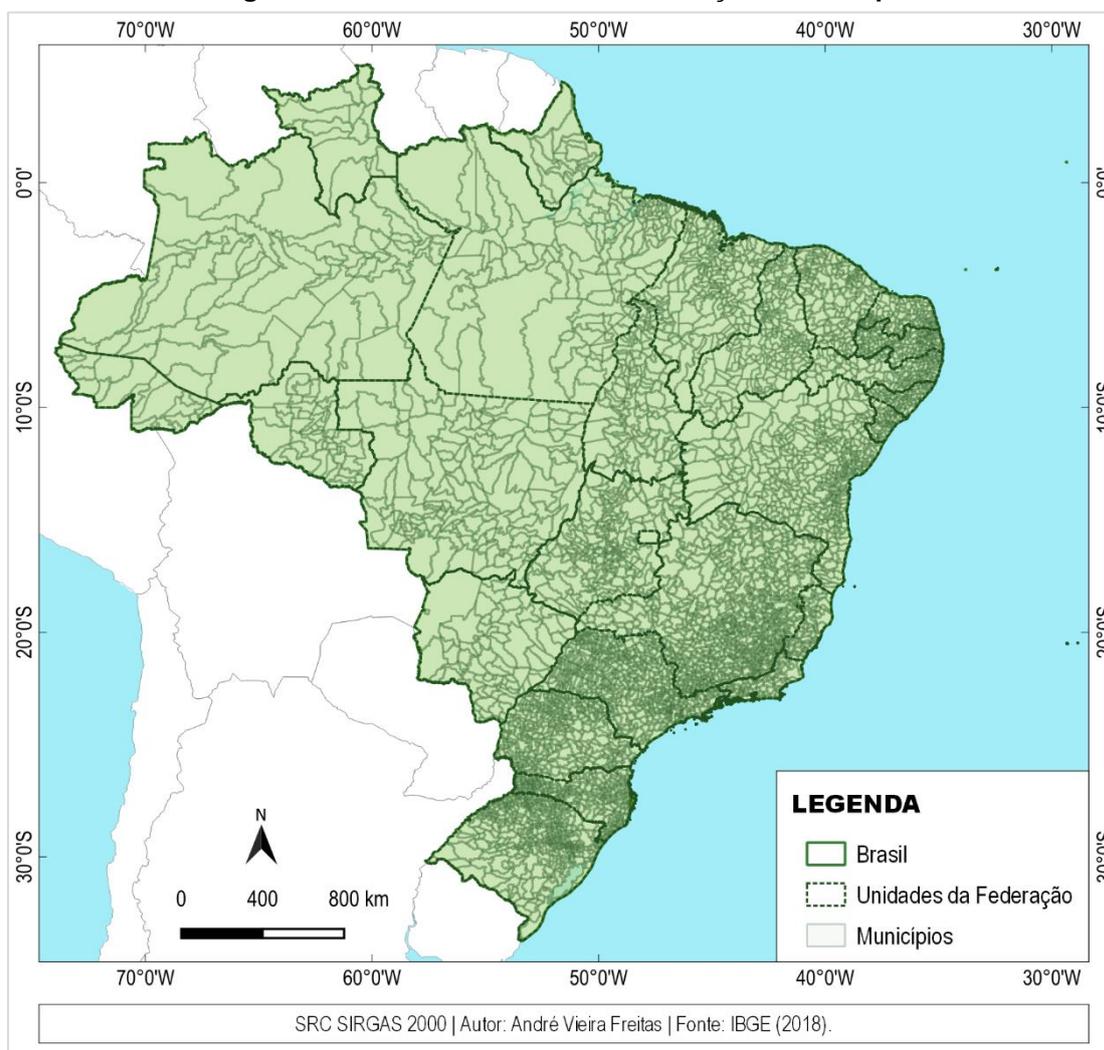
Tabela 1 – Unidades da Federação e municípios brasileiros

Macrorregião	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	SIGLA	NÚMERO DE MUNICÍPIOS
Centro-oeste	Distrito Federal	DF	-
	Goiás	GO	246
	Mato Grosso	MT	141
	Mato Grosso do Sul	MS	79
Nordeste	Alagoas	AL	102
	Bahia	BA	417
	Ceará	CE	184
	Maranhão	MA	217
	Paraíba	PB	223
	Pernambuco	PE	184
	Piauí	PI	224
	Rio Grande do Norte	RN	167
Norte	Sergipe	SE	75
	Acre	AC	22
	Amapá	AP	16
	Amazonas	AM	62
	Pará	PA	144
	Rondônia	RO	52
	Roraima	RR	15
Sudeste	Tocantins	TO	139
	Espírito Santo	ES	78
	Minas Gerais	MG	853
	Rio de Janeiro	RJ	92
Sul	São Paulo	SP	645
	Paraná	PR	399
	Rio Grande do Sul	RS	497
	Santa Catarina	SC	295
TOTAL	27		5.568

Elaboração do autor. Dados: IBGE (2022).

Os municípios brasileiros têm suas competências voltadas principalmente para questões de ordem local (BRASIL, Constituição Federal de 1988, Art. 29-31), embora também possam adotar medidas de cooperação interna com outros entes subnacionais, também no limite da lei, ou atuar na paradiplomacia, também nos limites das relações diplomáticas estabelecidas pelos Estados-nação. No país, os municípios somam um total de 5568 unidades territoriais, a maioria concentrados nas regiões Sudeste, Nordeste e Sul; IBGE, 2020) (Figura 37).

Figura 37 – Brasil: Unidades da Federação e municípios



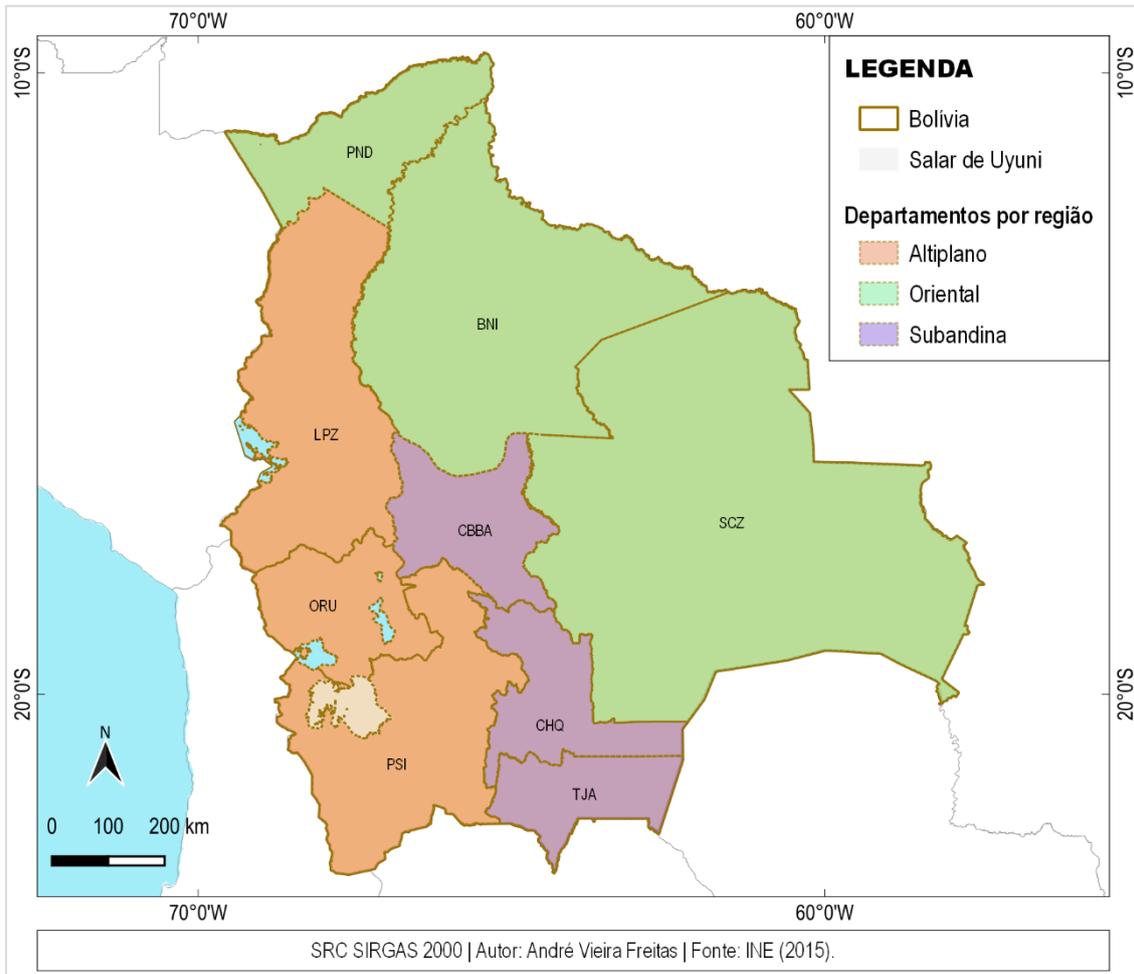
Elaboração do autor. Dados: IBGE (2018).

Bolívia

O Estado Plurinacional da Bolívia, que adota a forma unitária de Estado, conta com o governo central e governos subnacionais com autonomia relativa: os departamentos, as províncias e os municípios, além dos territórios indígenas camponeses originários, que gozam de possibilidade de auto-organização, tendo em vista a preservação e as características de suas culturas (BOLÍVIA, Constituição Política do Estado de 2009, Art. 269; Lei 031, de 10 de julho de 2010). Via de regra, o governo central, que constitui a personalidade jurídica do direito internacional público, é o responsável pelas relações exteriores, mas os governos dos entes subnacionais também estabelecem iniciativas de cooperação no âmbito da paradiplomacia, respeitando-se as relações diplomáticas estabelecidas pelo Estado boliviano. Os departamentos bolivianos somam um total de 9 unidades territoriais distribuídos regionalmente⁶⁷ da seguinte maneira: 3 no altiplano andino; 3 na região subandina (somando os 6 departamentos da porção ocidental do país) e três no oriente boliviano (os três da porção oriental fronteira com o Brasil) (Figura 38).

⁶⁷ Tal regionalização leva em conta os aspectos fisiográficos do território boliviano, considerando o que predomina em cada departamento, além da localização (INE, 2015).

Figura 38 – Bolívia: Departamentos por região



Elaboração do autor. Dados: INE (2015).

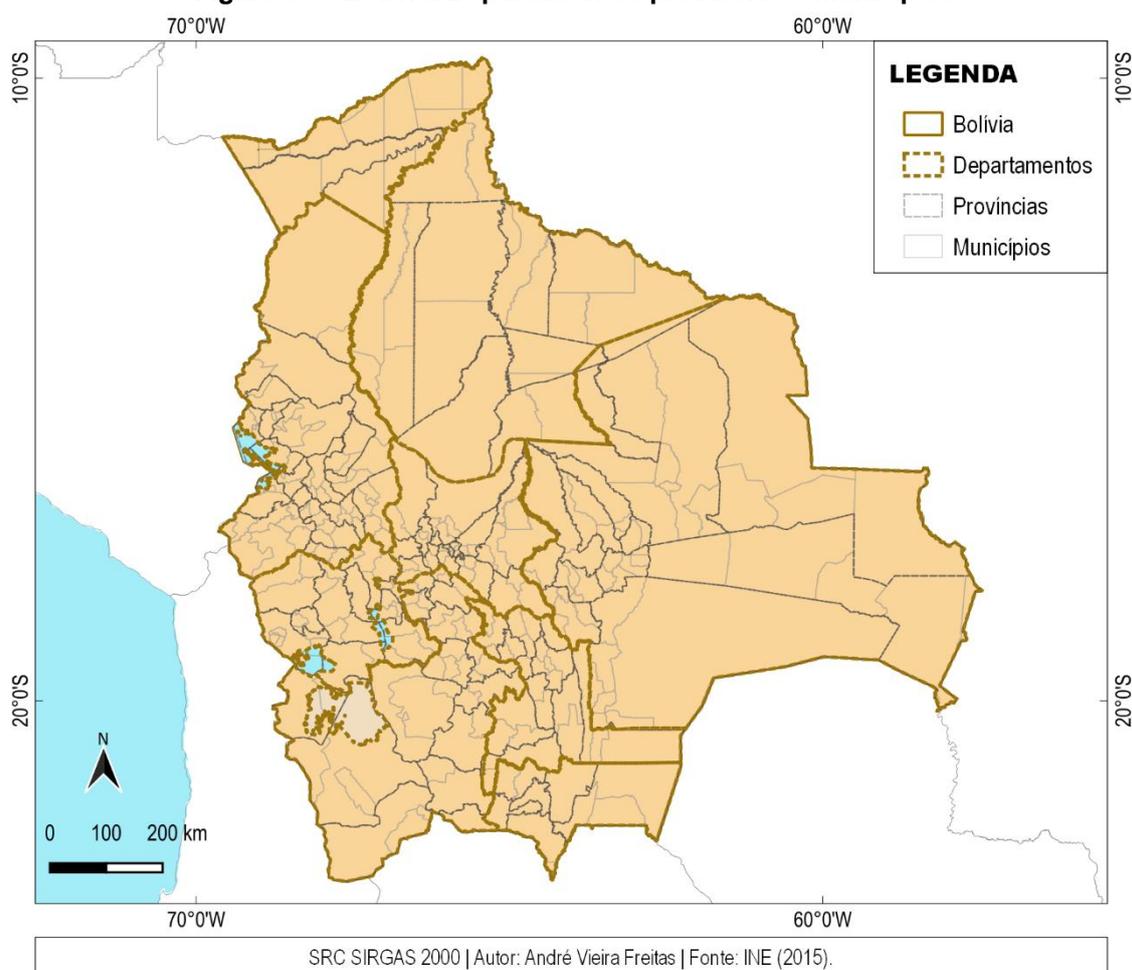
Entre esses departamentos, distribuem-se 112 províncias que envolvem 339 municípios bolivianos, com concentração relativamente maior, para ambas as malhas, no Altiplano (Tabela 2, Figura 39).

Tabela 2 – Bolívia: departamentos, províncias e municípios

REGIÃO	DEPARTAMENTO	SIGLA	NÚMERO DE PROVÍNCIAS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS
Altiplano	La Paz	LPZ	18	80
	Potosí	PSI	15	38
	Oruro	ORU	10	34
Subandina	Cochabamba	CBBA	14	44
	Chuquisaca	CHQ	10	28
	Tarija	TJA	6	11
Oriente	Santa Cruz	SCZ	12	49
	Beni	BNI	7	20
	Pando	PND	3	15
TOTAL	9		95	319

Elaboração do autor. Fonte: INE (2015).

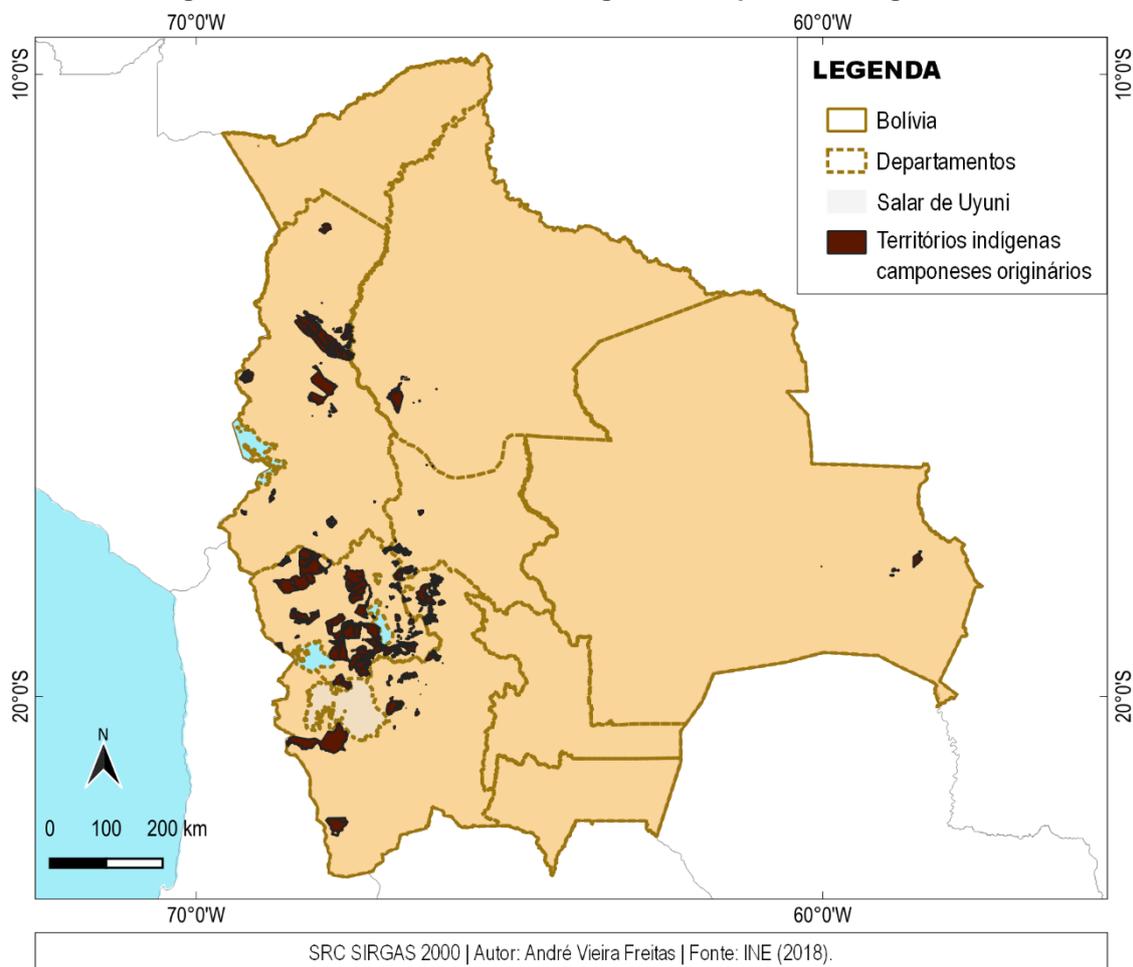
Figura 39 – Bolívia: Departamentos províncias e municípios



Elaboração do autor. Dados: INE (2015).

Distribuídos sobre o recorte territorial dos municípios, os territórios indígenas camponeses originários apresentam expressiva concentração nos departamentos do Altiplano (Figura 40).

Figura 40 – Bolívia: Territórios indígenas camponeses originários



Elaboração do autor. Dados: INE (2018).

4.1.2. População

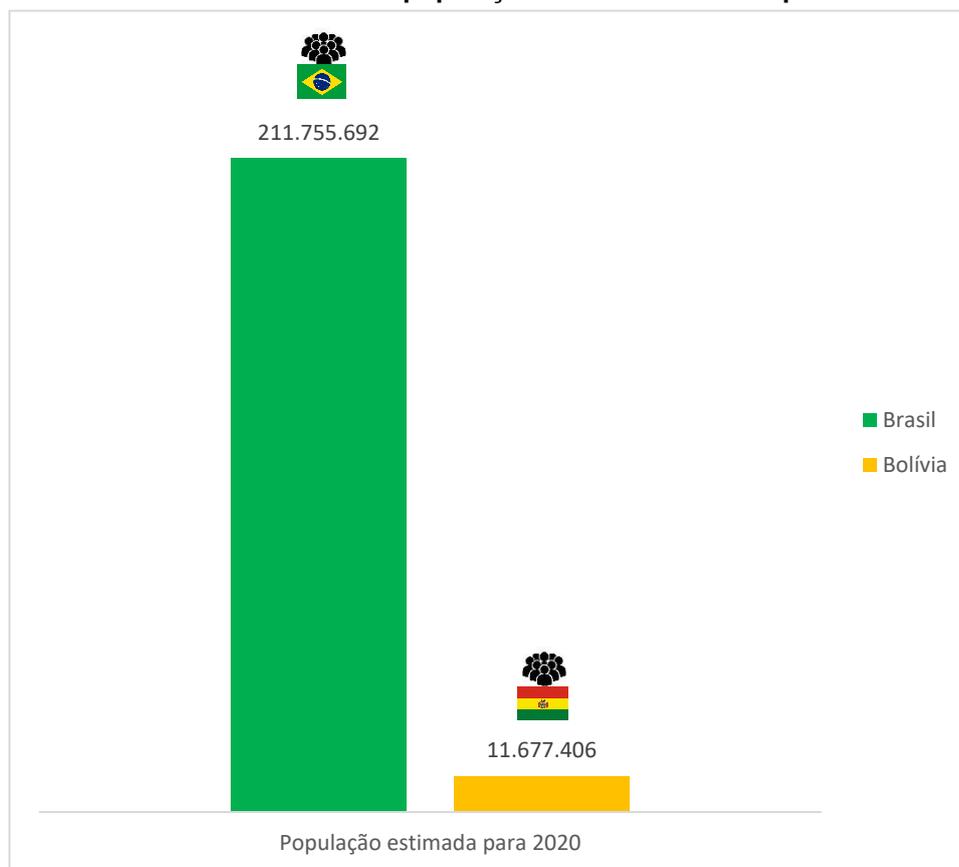
Quando se compara a população do Brasil com a da Bolívia, nota-se uma diferença significativa de peso demográfico entre ambas. Ao passo que Brasil registra, segundo projeções para 2020, uma população de 211.755.692 habitantes (IBGE, 2022), a Bolívia alcança uma população de 11.677.406 habitantes (INE, 2020), de modo que a população do país a leste representa aproximadamente 18 vezes a do país a oeste (Tabela 3, Gráficos 1 e 2).

Tabela 3 – Estimativa da população de Bolívia e Brasil para 2020

País	População estimada para 2020	Área (km ²)	Densidade populacional
Bolívia	11.677.406	1.098.581	10,6
Brasil	211.755.692	8.510.296	24,9

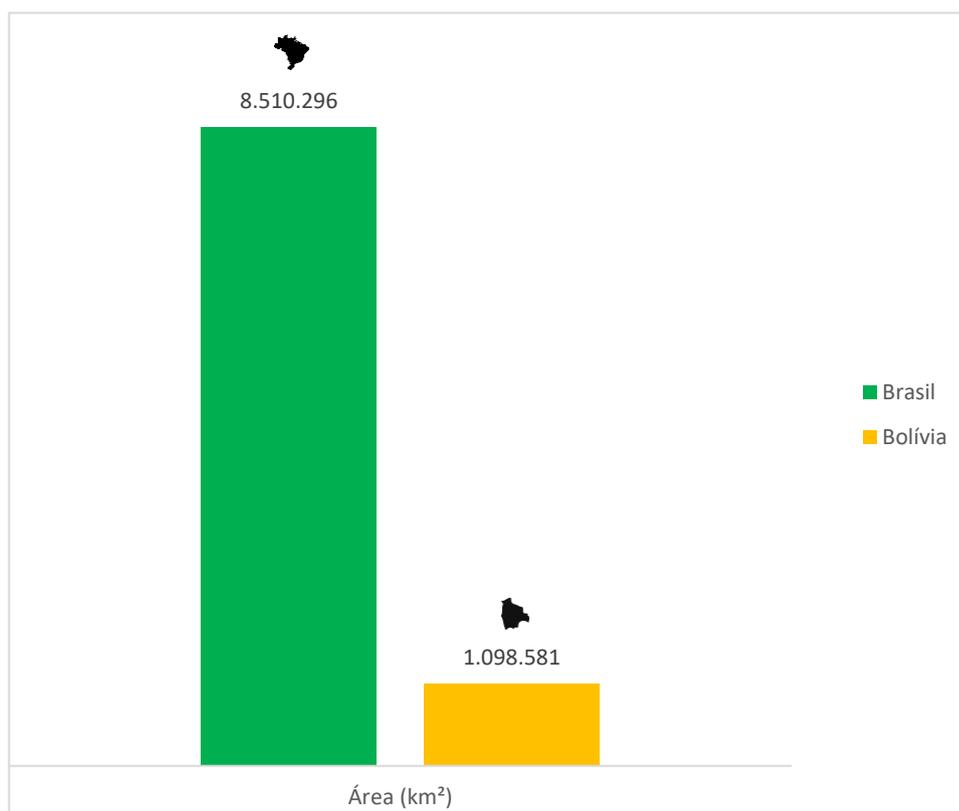
Elaboração do autor. Dados: IBGE (2022); INE (2020).

Gráfico 1 – Estimativa da população de Bolívia e Brasil para 2020



Elaboração do autor. Dados: IBGE (2022), INE (2020).

Gráfico 2 – Extensão territorial de Brasil e Bolívia



Elaboração do autor. Dados: IBGE (2022), INE (2020).

Quanto à extensão dos dois territórios, o Brasil, com aproximadamente 8.510.295,914 km² (IBGE, 2020), corresponde a quase 8 vezes a do território boliviano, que tem aproximadamente 1.098.581 km² (INE, 2020) (que é inferior à extensão dos estados de Rondônia⁶⁸ e Mato Grosso⁶⁹ somados), o que indicaria uma densidade populacional de aproximadamente 24,9 hab/km² do lado brasileiro e 10,6 hab/km² do lado boliviano.

Ao passo que o território brasileiro é consideravelmente mais extenso, populoso e povoado em relação ao território boliviano, a população brasileira apresenta maior dispersão ao longo do território, ao passo que a população boliviana se encontra mais concentrada em uma quantidade menor de pontos. Tal diferença de concentração pode ser vista a partir da visão orbital noturna de

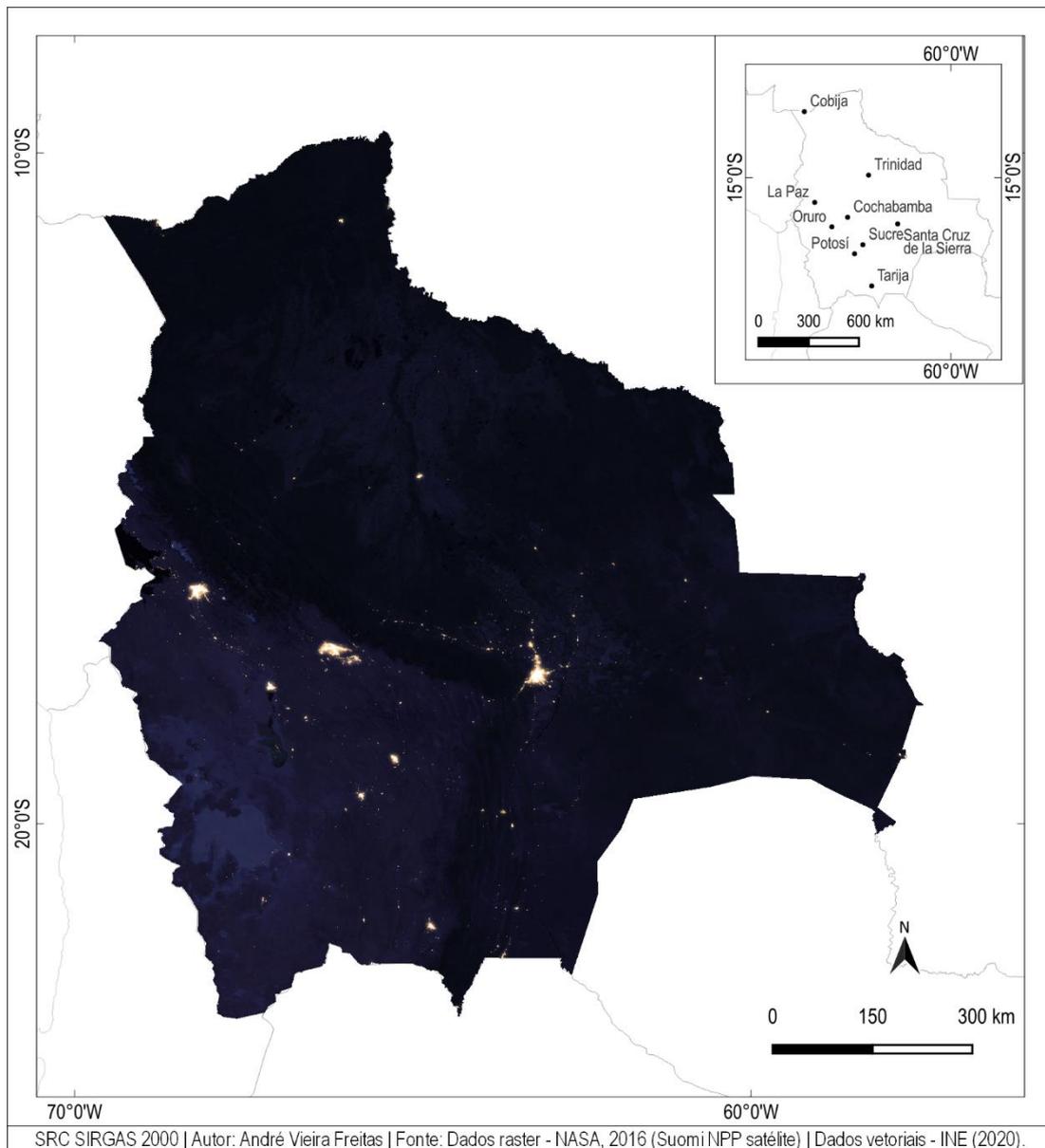
⁶⁸ Aproximadamente 237.765 km² (IBGE, 2020).

⁶⁹ Aproximadamente 903.207 km² (IBGE, 2020).

ambos os territórios, que são reveladoras do adensamento de infraestruturas, em especial energética, e da ocupação em ambos os territórios.

Como se nota a partir das manchas de luminosidade no território boliviano, na distribuição da sua população verifica-se destacada concentração em alguns pontos do território, sobretudo nas áreas metropolitanas de Santa Cruz de la Sierra, La Paz e Cochabamba, além das demais capitais departamentais ao longo do país (Figura 41).

Figura 41 – Bolívia: manchas de luminosidade (visão orbital noturna)



Elaboração do autor.

Dados: *raster* – NASA (2016); *vetoriais* – IBGE (2018), INE (2020).

As três principais manchas de luminosidade destacadas, que correspondem às áreas metropolitanas de Santa Cruz de la Sierra, La Paz e Cochabamba constituem, segundo Marató (2009, p. 110), os principais pontos do eixo central do padrão urbano boliviano, Corrobora essa visão a leitura de Nina e Arduz (2016, p. 288, tradução nossa), para quem “O processo de urbanização do país se consolida em torno das três regiões metropolitanas”.⁷⁰

Acerca do papel de destaque desses “espaços luminosos”, Carrión (2015, p. 24-25), destaca a centralidade da metrópole *cruceña* na articulação da economia com o mercado regional, nacional e internacional.

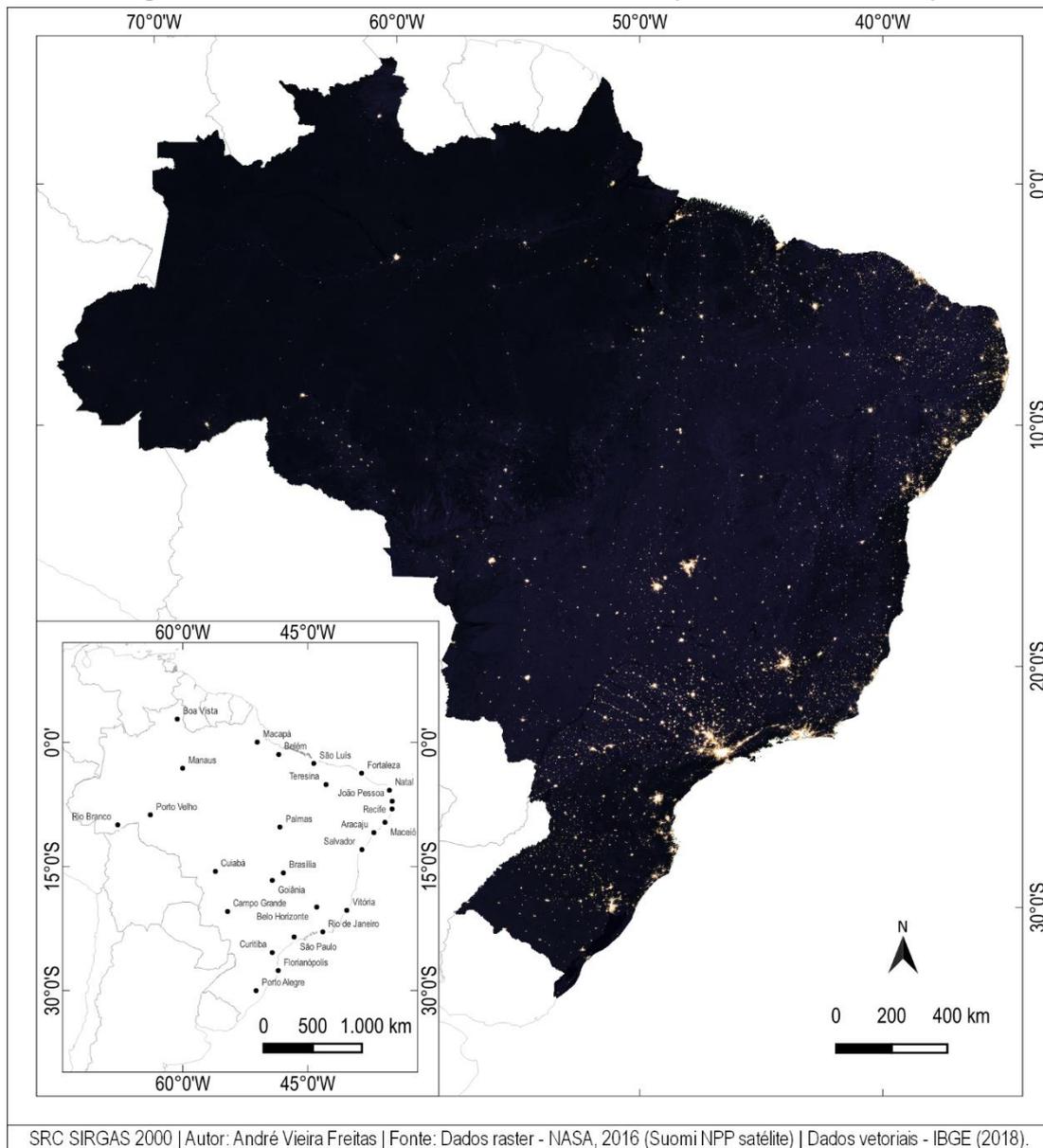
Há a cidade de Santa Cruz como cabeça do sistema, que tem uma tríplice função de intermediação: com todo o oriente boliviano (movimenta mais de 40% do produto interno bruto da Bolívia), com o resto do país (La Paz, o altiplano, a condição étnica) e, por fim, com a arena internacional onde o Mercado Comum do Sul (Mercosul), com Brasil e Argentina, é o principal mercado de atração.⁷¹

Em comparação com a Bolívia, no território brasileiro os “espaços luminosos” são mais presentes e dispersos, em que pese a sua maior concentração em certas regiões e porções. As manchas de luminosidade estão mais presentes principalmente nos estados do Sudeste e do Sul e na costa, com alguns prolongamentos para o centro e o interior do país, destacando-se as capitais e as áreas metropolitanas, como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Recife e Belo Horizonte (Figura 42).

⁷⁰ No original: El proceso de urbanización en el país se aianza em torno a las três regiones metropolitanas.

⁷¹ Allí está la ciudad de Santa Cruz como cabeza del sistema, que tiene una triple función de intermediación: con la totalidad del Oriente Boliviano (mueve más del 40% del producto interno bruto de Bolivia), con el resto del país (La Paz, el altiplano, la condición étnica) y, finalmente, con el ámbito internacional donde el Mercado Común del Sur (Mercosur) con Brasil y Argentina, es el mercado de atracción principal.

Figura 42 – Brasil: manchas de luminosidade (visão orbital noturna)



Elaboração do autor.

Dados: raster – NASA (2016); vetoriais – IBGE (2018).

Quando se olha para a distribuição desses espaços luminosos no conjunto do território brasileiro, cabe destacar a sua relativa maior predominância nos estados do Sudeste e Sul. Segundo Santos e Silveira (2006, p. 269), esses estados formam a “região concentrada” que “caracteriza-se pela implantação mais consolidada dos dados da ciência, da técnica e da informação” no território brasileiro, é marcado por um “denso sistema de relações, devido, em parte, a uma urbanização importante, ao padrão de consumo das empresas e das famílias, a uma vida comercial mais intensa” e que tem a “distribuição da população e do trabalho em numerosos núcleos importantes” como um traço regional.

Embora o acesso à infraestrutura de energia não seja o único elemento para caracterizar os espaços luminosos, certamente é um fator importante que indica ainda a concentração populacional e a urbanização dos territórios. Nesse sentido, quando se comparam os territórios brasileiro e boliviano, salientam-se as profundas diferenças entre ambos.

4.2. Departamentos/estados

A diferença de peso demográfico entre Brasil e Bolívia também se mostra expressiva entre os entes subnacionais na fronteira por ambos os países, seja quando se olha para os distintos lados da fronteira ou entre os seus distintos segmentos da fronteira.

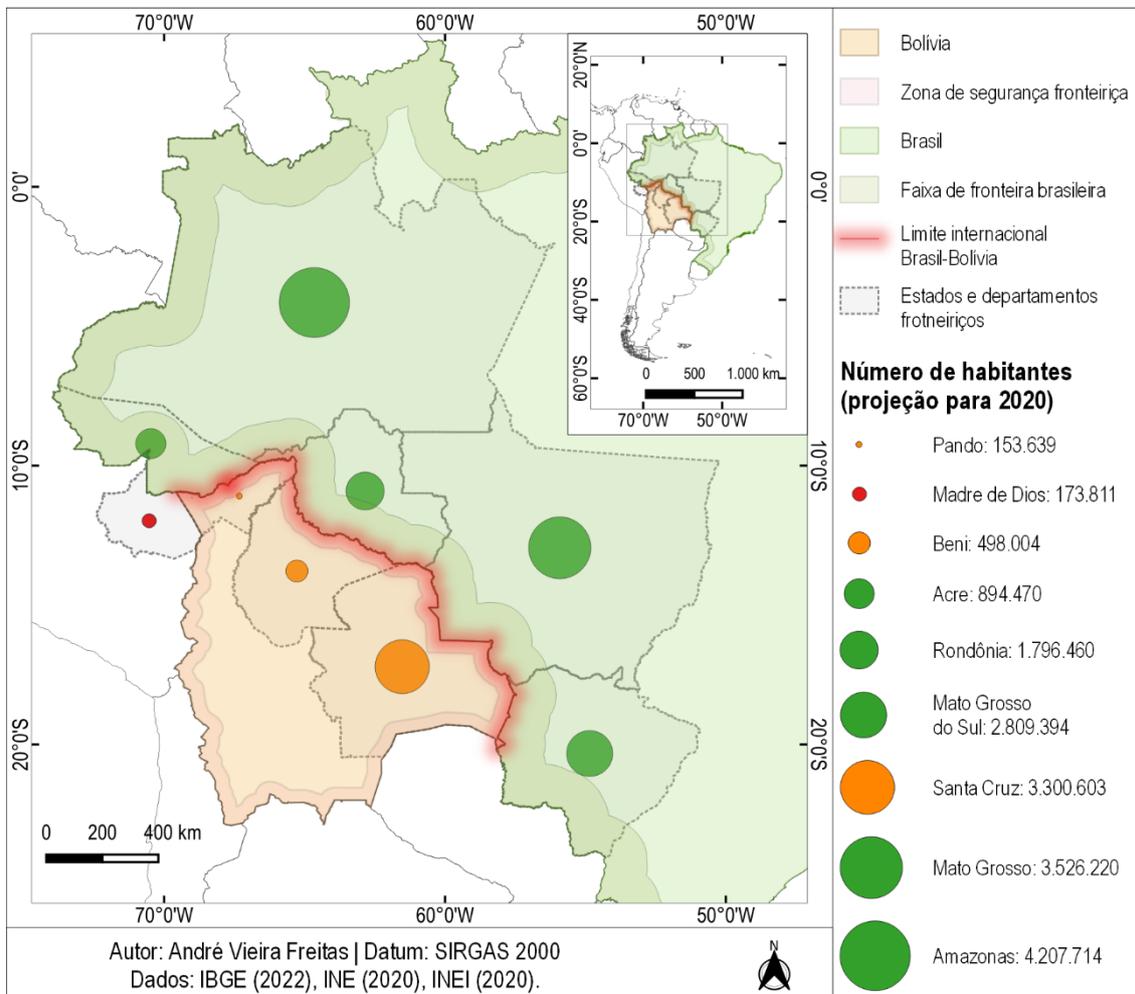
Dentre os entes subnacionais considerados na análise, os mais populosos são Amazonas (com 4.207.714 habitantes), Mato Grosso (com 3.526.220 habitantes) Santa Cruz (com 3.300.603), Mato Grosso do Sul (com 2.809.394) e Rondônia (com 1.796.460). Já dentre o grupo dos menos populosos estão o departamento boliviano de Pando (com 154.355 habitantes), o departamento peruano de Madre de Dios (com 173.811 habitantes), o departamento boliviano do Beni (com 498.004 habitantes) e só então o estado brasileiro do Acre (com 894.470 habitantes) (Tabela 4, Figura 43).

Tabela 4 – População dos estados/departamentos fronteiriços entre Bolívia e Brasil

País	Estado/departamento	População estimada para 2020
Peru	Madre de Dios	173.811
Bolívia	Pando	153.639
	Beni	498.004
	Santa Cruz	3.300.603
Brasil	Acre	894.470
	Amazonas	4.207.714
	Rondônia	1.796.460
	Mato Grosso	3.526.220
	Mato Grosso do Sul	2.809.394

Elaboração do autor. Dados: IBGE (2022); INE (2020); INEI (2020).

Figura 43 – População nos estados/departamentos fronteiriços considerados na análise



Elaboração do autor. Dados: IBGE (2022); INE (2020); INEI (2020).

Ressaltada a diversidade de situações entre os diferentes estados e departamentos considerados nesta análise, cabe analisá-los ainda em relação aos demais entes subnacionais de seus respectivos países. Destarte, apresenta-se, a seguir, um olhar sobre esses entes subnacionais em relação aos seus respectivos países, aos estados brasileiros, aos departamentos bolivianos, além dos departamentos peruanos, tendo em vista a consideração daquele situado na tríplice fronteira.

4.2.1. Departamentos peruanos

No que se refere aos departamentos peruanos⁷², Madre de Dios (com 173.811 habitante), caracteriza-se como o menos populoso do país. Junto com outros sete departamentos, constitui o grupo daqueles com menos de 500 mil habitantes: Moquegua com 192.740 habitantes, Tumbes com 251.521, Pasco (com 271.904), Huancavelica (com 365.317), Tacna (com 370.974), Amazonas (com 426.806) e Apurímac (com 430.736). Outros cinco departamentos estão no grupo daqueles com população acima de 500 mil até 1 milhão de habitantes: Ucayali (com 589.110), Ayacucho (com 668.213), Huánuco (com 760.267), San Martín (com 899.648) e Ica (com 975.182). No grupo dos entes com maior população do país, acima de 1 milhão, estão: o departamento de Lima, como o mais populoso (com 10.628.470 habitantes); a província constitucional do Callao (com 1.129.854); além de outros dez departamentos: Loreto (com 1.027.559), Áncash (com 1.180.638), Puno (com 1.237.997), Lambayeque (com 1.310.785), Cusco (com 1.357.075), Junín (com 1.361.467), Cajamarca (com 1.453.711), Arequipa (com 1.497.438), La Libertad (com 2.016.771) e Piura (com 2.047.954) (Tabela 5).

⁷² Segundo a denominação adotada pelo órgão Instituto Nacional de Estatística do Peru, o país se divide em 24 departamentos, além da além da província constitucional do Callao (Peru, Instituto Nacional de Estatística e Informática – INEI, 2020). No entanto, alguns órgãos adotam o termo região, em uma discussão legal sobre a autonomia nesse país unitário (Peru, Congresso da República).

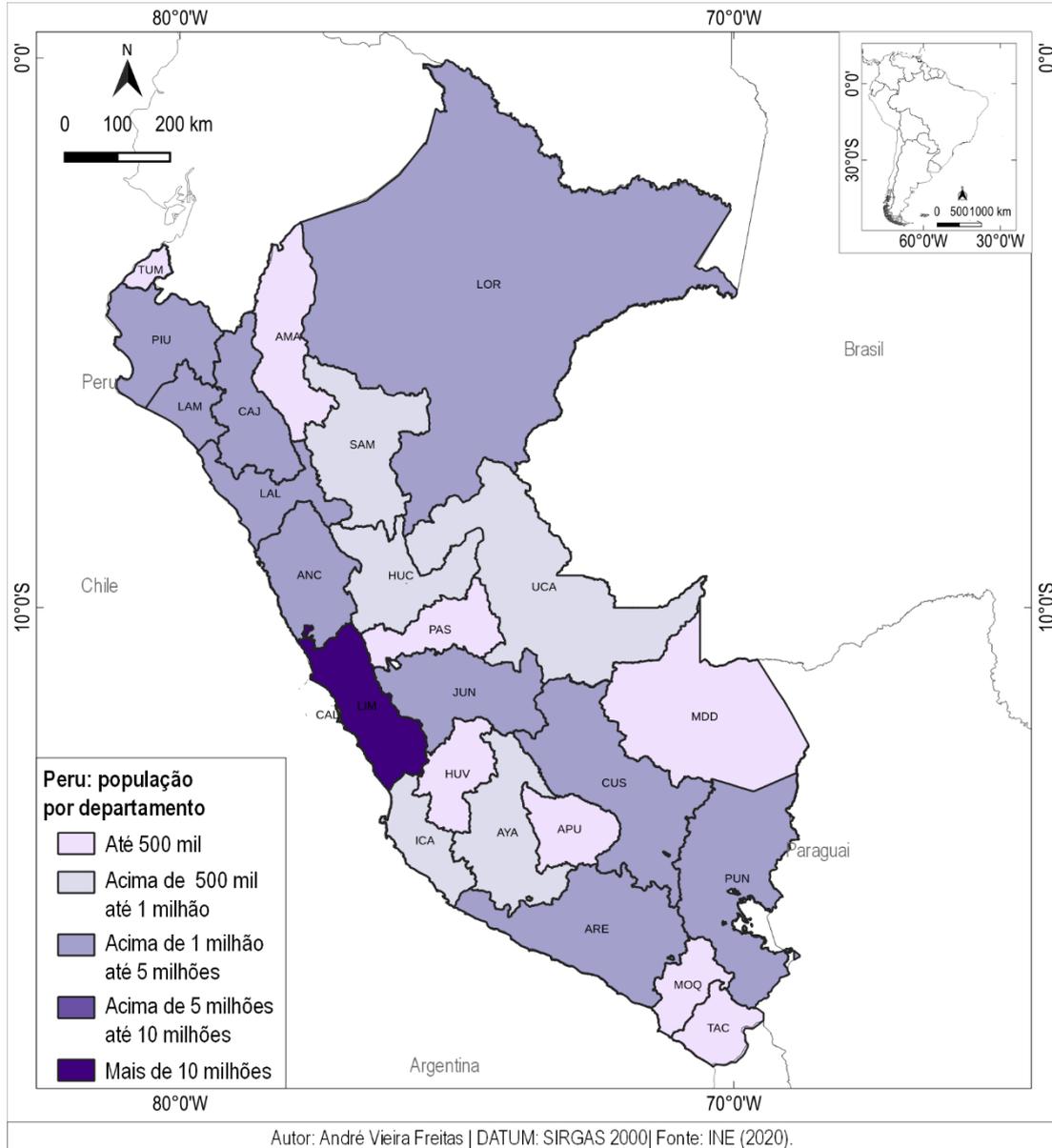
Tabela 5 – População dos departamentos peruanos

DEPARTAMENTO	SIGLA	População projetada para 2020
Lima	LIM	10.628.470
Piura	PIU	2.047.954
La Libertad	LAL	2.016.771
Arequipa	ARE	1.497.438
Cajamarca	CAJ	1.453.711
Junín	JUN	1.361.467
Cusco	CUS	1.357.075
Lambayeque	LAM	1.310.785
Puno	PUN	1.237.997
Áncash	ANC	1.180.638
Callao (Prov. Constitucional)	CAL	1.129.854
Loreto	LOR	1.027.559
Ica	ICA	975.182
San Martín	SAM	899.648
Huánuco	HUC	760.267
Ayacucho	AYA	668.213
Ucayali	UCA	589.110
Apurímac	APU	430.736
Amazonas	AMA	426.806
Tacna	TAC	370.974
Huancavelica	HUV	365.317
Pasco	PAS	271.904
Tumbes	TUM	251.521
Moquegua	MOQ	192.740
Madre de Dios	MDD	173.811
PERU		32.625.948

Elaboração do autor. Fonte: INEI (2020).

No que se refere à distribuição regional dos departamentos mais populosos do Peru, destaca-se uma tendência à concentração na costa, sobretudo na capital do país, embora haja alguns que se destacam em outras porções do território do país (Figura 44).

Figura 44 - Peru: habitantes por departamento



Elaboração do autor. Dados: INEI (2020).

Destarte, quando se compara Madre de Dios com os demais entes do estado peruano, destaca-se ainda mais a sua pouca expressão em termos demográficos, o que coaduna, relativamente com o papel dos demais entes subnacionais na tríplice fronteira com Brasil e Bolívia em seus respectivos países, como será visto a seguir.

4.2.1. Departamentos bolivianos

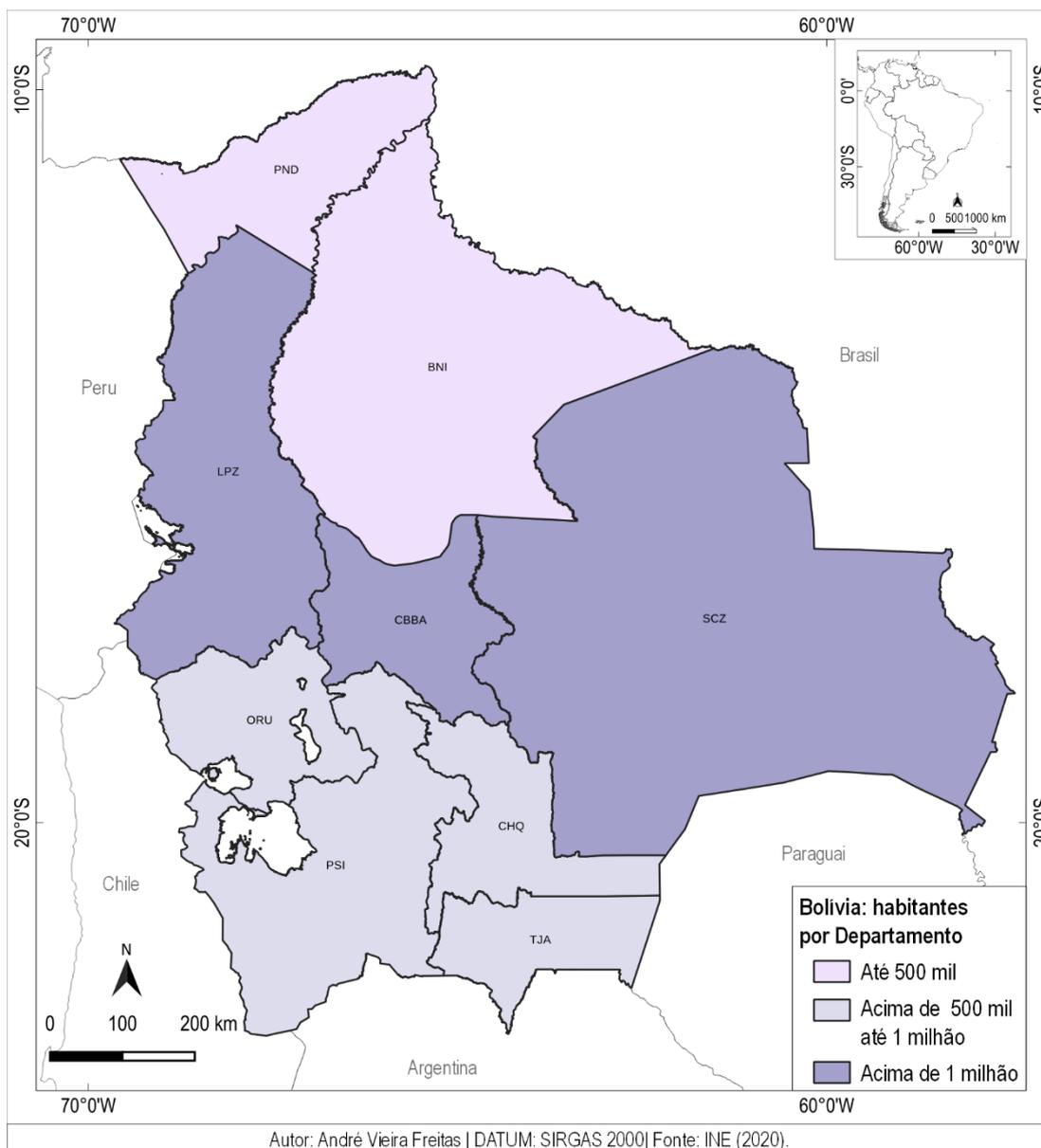
A diferença de peso demográfico entre os departamentos fronteiriços bolivianos é reveladora das diferentes situações de ocupação no país quando se considera o conjunto dos seus entes subnacionais nessa mesma esfera político-administrativa. Entre os nove departamentos bolivianos, Pando (com 153.639 habitantes) e Beni (com 498.004) constituem o grupo dos entes de menor peso demográfico. Por outro lado, Santa Cruz (com 3.300.603 habitantes) figura no topo dos três departamentos com mais habitantes da Bolívia (aqueles com mais de 1 milhão de habitantes), grupo que envolve ainda La Paz (com 2.995.530 habitantes) e Cochabamba (com 2.056.710). Já os demais departamentos – Potosí (com 899.575 habitantes), Chuquisaca (com 647.089), Tarija (com 582.376) e Oruro (com 543.880) se encontram em uma no grupo em situação intermediária entre os grupos anteriormente citados (Tabela 6, Figura 45).

Tabela 6 – Bolívia: habitantes por departamento

DEPARTAMENTO	SIGLA	PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO PARA 2020	POSIÇÃO
Santa Cruz	SCZ	3.300.603	1º
La Paz	LPZ	2.995.530	2º
Cochabamba	CBBA	2.056.710	3º
Potosí	PSI	899.575	4º
Chuquisaca	CHQ	647.089	5º
Tarija	TJA	582.376	6º
Oruro	ORU	543.880	7º
Beni	BNI	498.004	8º
Pando	PND	153.639	9º
TOTAL		11.677.406	11.677.406

Elaboração do autor. Fonte: INE (2020).

Figura 45 – Bolívia: habitantes por departamento



Elaboração do autor. Dados: INE (2020).

Quando se analisa a população dos entes subnacionais de primeira ordem da Bolívia, ressalta-se, pois, no que se refere a essa esfera político-administrativa, a grande heterogeneidade no peso demográfico dos departamentos fronteiriços com o Brasil, com destaque para a expressividade *cruceña* e a pouca expressividade pandino e beniano.

4.2.2. Unidades da Federação brasileira

Apesar do maior peso demográfico dos estados brasileiros limítrofes em relação aos departamentos bolivianos, nota-se que esses entes da federação brasileira se apresentam em situação relativamente menos expressiva quando se considera o conjunto das 27 Unidades da Federação brasileira (Tabela 7), sobretudo no caso do estado no extremo ocidental do país.

Tabela 7 – Brasil: habitantes por Unidade da Federação

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	SIGLA	PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO PARA 2020	Ranking
São Paulo	SP	46.289.333	1º
Minas Gerais	MG	21.292.666	2º
Rio de Janeiro	RJ	17.366.189	3º
Bahia	BA	14.930.634	4º
Paraná	PR	11.516.840	5º
Rio Grande do Sul	RS	11.422.973	6º
Pernambuco	PE	9.616.621	7º
Ceará	CE	9.187.103	8º
Pará	PA	8.690.745	9º
Santa Catarina	SC	7.252.502	10º
Maranhão	MA	7.114.598	11º
Goiás	GO	7.113.540	12º
Amazonas	AM	4.207.714	13º
Espírito Santo	ES	4.064.052	14º
Paraíba	PB	4.039.277	15º
Rio Grande do Norte	RN	3.534.165	16º
Mato Grosso	MT	3.526.220	17º
Alagoas	AL	3.351.543	18º
Piauí	PI	3.281.480	19º
Distrito Federal	DF	3.055.149	20º
Mato Grosso do Sul	MS	2.809.394	21º
Sergipe	SE	2.318.822	22º
Rondônia	RO	1.796.460	23º
Tocantins	TO	1.590.248	24º
Acre	AC	894.470	25º
Amapá	AP	861.773	26º
Roraima	RR	631.181	27º
TOTAL		211.755.692	

Elaboração do autor. Dados: IBGE (2022) – projeções para 2020.

Ao analisar o conjunto desses entes federativos, nota-se que o Acre (com 894.470 habitantes, na 25ª posição) aparece entre os três estados com menor número de habitantes do país (acima de 500 mil até 1 milhão), juntamente com Amapá (com 861.773, na 26ª posição) e Roraima (com 631.181, na 27ª posição).

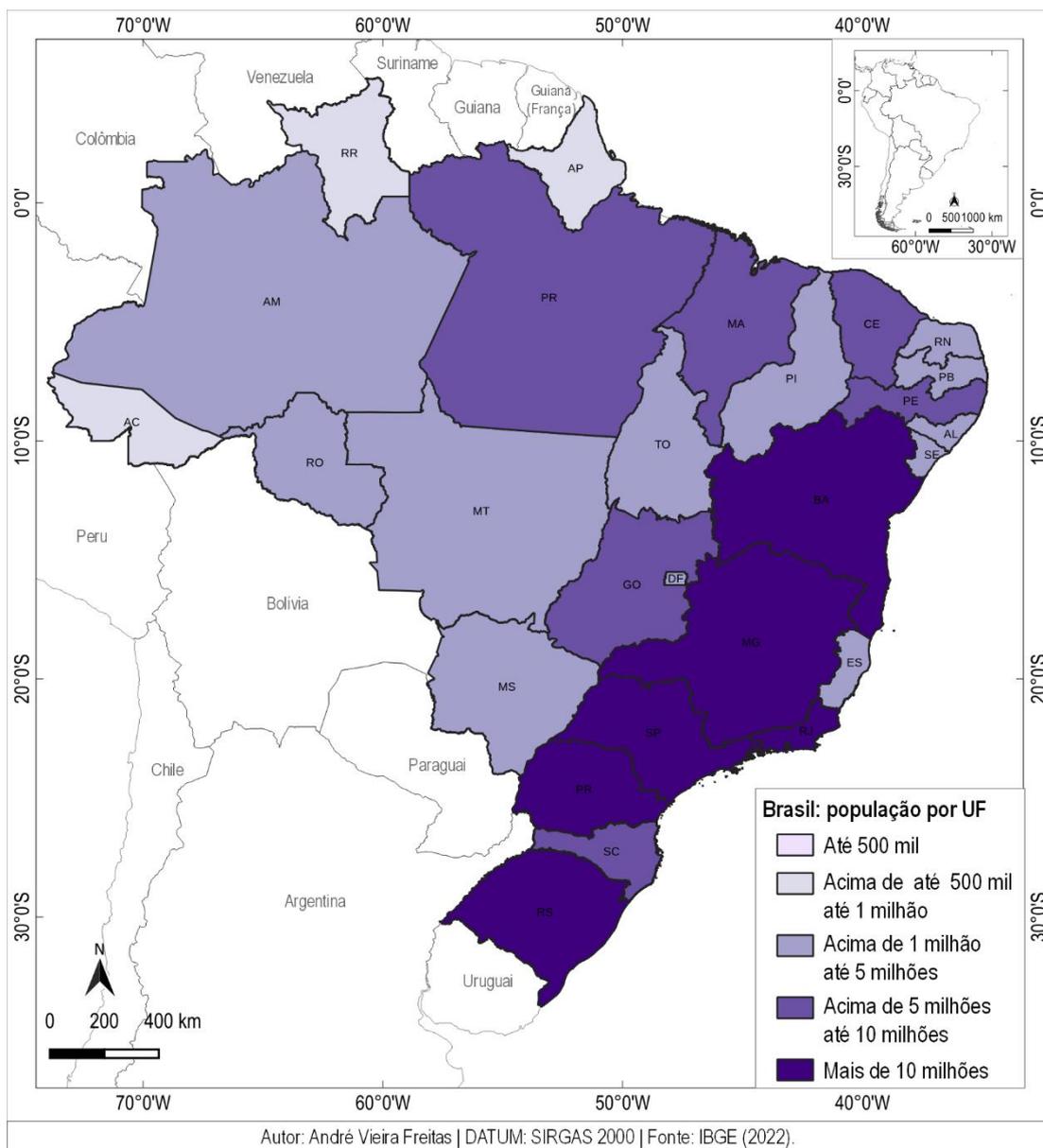
Já os demais estados fronteiriços considerados na análise encontram-se no grupo das 12 Unidades da Federação com população acima de 1 milhão até

5 milhões de habitantes, embora em posições bastante distintas. Ao passo que Rondônia aparece na 23ª posição (com 1.796.460 habitantes) e Mato Grosso do Sul aparece na 21ª (com 2.809.394), Mato Grosso aparece em 17º (com 3.526.220) e Amazonas aparece na 13ª posição (com 4.207.714). Nesse grupo aparecem ainda Espírito Santo (com 4.064.052 habitantes, em 14º), Paraíba (com 4.039.277, em 15º), Rio Grande do Norte (com 3.534.165, em 16º), Alagoas (com 3.351.543, em 18º), Piauí (com 3.281.480, em 19º), Distrito Federal (com 3.055.149, em 20º), Sergipe (com 2.318.822, em 22º) e Tocantins (com 1.590.248, em 24º).

Dentre os estados mais populosos do Brasil, não afigura qualquer um dos estados fronteiriços com a Bolívia. No grupo dos estados com população acima de 5 milhões até 10 milhões de habitantes estão Pernambuco (com 9.616.62 em 7º), Ceará (com 9.187.103, em 8º), Pará (com 8.690.745, em 9º), Santa Catarina (com 7.252.502, em 10º), Maranhão (com 7.114.598, em 11º) e Goiás (com 7.113.540, em 12º). No grupo dos estados com mais de 10 milhões de habitantes estão, São Paulo (com 46.289.333, em 1º lugar), Minas Gerais (com 21.292.666, em 2º), Rio de Janeiro (17.366.189, em 3º), Bahia (com 14.930.634, em 4º), Paraná (com 11.516.840, em 5º) e Rio Grande do Sul (com 11.422.973, em 6º).

Quanto à distribuição regional dessas unidades da federação mais populosas no território brasileiro, o destaque é para as regiões Sudeste e Sul, além de alguns estados do Nordeste (Figura 46).

Figura 46 – Brasil: habitantes por UF



Elaboração do autor. Dados: IBGE (2018) – projeções para 2020.

Se esse olhar sobre a escala regional a partir do recorte político-administrativo dos estados/departamentos é pertinente a título de contextualização da fronteira em tela, cabe analisar essas situações de ocupação em um enquadramento ainda regional, mas de outra ordem, a partir do recorte político-administrativo dos municípios.

4.3. Municípios/distritos

No que tange aos municípios fronteiriços considerados na análise, nota-se uma grande variedade de situações de ocupação. Em geral, nota-se o grande número de municípios de pouca expressividade demográfica, com alguns que se destacam quanto ao número de habitantes, principalmente do lado brasileiro, que concentra a maior parte da população. Com base nas projeções para 2020, a média de habitantes é de 28.777 por município, mas os valores da série apresentam grande heterogeneidade entre si. O coeficiente de variação é de 227% e a ampla maioria dos municípios do rol (90) apresenta variância negativa, aparecendo abaixo da média. Essa heterogeneidade pode ser vista também quando se analisa esse rol de municípios por grupos (Tabela 8).

Tabela 8 – Projeções da população dos municípios fronteiriços considerados na análise

País	Estado/ Dpto	Província	Município	Pop. proj. para 2020	Ranking
BR	RO	-	Porto Velho ⁽¹⁾	539.354	1º
BR	AC	-	Rio Branco	413.418	2º
BR	MS	-	Corumbá ⁽¹⁾	112.058	3º
BO	BNI	Vaca Díez ⁽¹⁾	Riberalta	111.354	4º
BR	MT	-	Tangará da Serra	105.711	5º
BR	RO	-	Vilhena	102.211	6º
BR	MT	-	Cáceres ⁽¹⁾	94.861	7º
BO	PND	Nicolás Suárez ⁽¹⁾	Cobija ⁽¹⁾	85.809	8º
BO	SCZ	Velasco ⁽¹⁾	San Ignacio de Velasco ⁽¹⁾	66.585	9º
BR	RO	-	Rolim de Moura	55.407	10º
BO	SCZ	Ñuflo de Chávez	San Julián	54.460	11º
BO	BNI	Vaca Díez ⁽¹⁾	Guayaramerín ⁽¹⁾	49.400	12º
BR	MS	-	Aquidauana	48.029	13º
BR	AM	-	Lábrea	46.882	14º
BR	RO	-	Guajará-Mirim ⁽¹⁾	46.556	15º
BR	AC	-	Sena Madureira	46.511	16º
BR	MT	-	Pontes e Lacerda	45.774	17º
BR	RO	-	Buritis	40.356	18º
BR	RO	-	Pimenta Bueno	36.881	19º
BR	MT	-	Barra do Bugres	35.307	20º
BR	AM	-	Boca do Acre	34.635	21º
BR	MT	-	Poconé	33.315	22º
BR	RO	-	Nova Mamoré ⁽¹⁾	31.392	23º
BR	MS	-	Miranda	28.220	24º
BR	MT	-	Mirassol d'Oeste	27.941	25º
BR	AC	-	Brasiléia ⁽¹⁾	26.702	26º
BO	SCZ	Ñuflo de Chávez	Cuatro Cañadas	25.673	27º
BO	SCZ	Ñuflo de Chávez	Concepción	25.284	28º

País	Estado/ Dpto	Província	Município	Pop. proj. para 2020	Ranking
BR	MS	-	Ladário ⁽²⁾	23.689	29 ^o
BR	AC	-	Senador Guimard	23.236	30 ^o
BR	RO	-	São Miguel do Guaporé	23.077	31 ^o
BR	RO	-	Alta Floresta d'Oeste ⁽¹⁾	22.728	32 ^o
BO	SCZ	German Busch ⁽¹⁾	Puerto Suarez ⁽¹⁾	22.685	33 ^o
BR	MS	-	Bonito	22.190	34 ^o
BR	MT	-	Comodoro ⁽¹⁾	21.008	35 ^o
BR	RO	-	São Francisco do Guaporé ⁽¹⁾	20.681	36 ^o
BR	RO	-	Nova Brasilândia d'Oeste	20.489	37 ^o
BR	AC	-	Plácido de Castro ⁽¹⁾	19.955	38 ^o
BR	AC	-	Xapuri ⁽¹⁾	19.596	39 ^o
BO	SCZ	German Busch ⁽¹⁾	Puerto Quijarro ⁽¹⁾	19.054	40 ^o
BR	MT	-	São José dos Quatro Marcos	18.846	41 ^o
BR	AC	-	Porto Acre	18.824	42 ^o
BR	RO	-	Costa Marques ⁽¹⁾	18.798	43 ^o
BR	AC	-	Epitaciolândia ⁽¹⁾	18.696	44 ^o
BO	BNI	Yacuma	Santa Ana de Yacuma	18.427	45 ^o
BO	SCZ	Angel Sandoval ⁽¹⁾	San Matías ⁽¹⁾	17.456	46 ^o
BR	MS	-	Porto Murtinho	17.298	47 ^o
BO	SCZ	Ñuflo de Chávez	San Javier	17.202	48 ^o
BR	MT	-	Araputanga	16.951	49 ^o
BR	MT	-	Vila Bela da Santíssima Trindade ⁽¹⁾	16.271	50 ^o
BR	RO	-	Cerejeiras	16.204	51 ^o
BR	AM	-	Canutama	15.807	52 ^o
BR	RO	-	Colorado do Oeste	15.544	53 ^o
BR	AC	-	Acrelândia ⁽¹⁾	15.490	54 ^o
BR	RO	-	Campo Novo de Rondônia	14.266	55 ^o
BR	RO	-	Alvorada d'Oeste	14.106	56 ^o
BR	RO	-	Alto Alegre dos Parecis ⁽¹⁾	13.255	57 ^o
BR	MT	-	Nossa Senhora do Livramento	13.104	58 ^o
BO	SCZ	Velasco ⁽¹⁾	San Miguel de Velasco	12.877	59 ^o
BR	MT	-	Porto Esperidião ⁽¹⁾	12.097	60 ^o
BR	AC	-	Capixaba ⁽¹⁾	12.008	61 ^o
BO	BNI	Itenez ⁽¹⁾	Magdalena ⁽¹⁾	11.886	62 ^o
BR	RO	-	Seringueiras	11.851	63 ^o
BR	RO	-	Chupinguaia	11.472	64 ^o
BR	AC	-	Bujari	10.420	65 ^o
BO	PND	Manuripi	Puerto Rico	10.198	66 ^o
BR	AC	-	Manoel Urbano	9.581	67 ^o
BO	SCZ	Ñuflo de Chávez	San Ramón	9.536	68 ^o
BR	MT	-	Jauru	8.582	69 ^o
BR	RO	-	Novo Horizonte do Oeste	8.329	70 ^o
BR	MT	-	Barão de Melgaço	8.164	71 ^o
BR	MS	-	Bodoquena	7.838	72 ^o
BO	PND	Manuripi	Filadelfia	7.553	73 ^o
BR	AC	-	Assis Brasil ⁽¹⁾	7.534	74 ^o

País	Estado/ Dpto	Provincia	Município	Pop. proj. para 2020	Ranking
BO	PND	Nicolás Suárez ⁽¹⁾	Porvenir ⁽¹⁾	7.498	75º
BR	RO	-	Corumbiara	7.220	76º
BR	MT	-	Campos de Júlio	7.070	77º
BO	SCZ	Ñuflo de Chávez	San Antonio de Lomerío	6.945	78º
BO	SCZ	German Busch ⁽¹⁾	Carmen Rivero Torrez	6.932	79º
BR	MT	-	Nova Lacerda	6.751	80º
BO	SCZ	Velasco ⁽¹⁾	San Rafael	6.457	81º
BR	RO	-	Santa Luzia d'Oeste	6.216	82º
BR	RO	-	Parecis	6.198	83º
BR	MT	-	Lambari d'Oeste	6.186	84º
BO	BNI	Mamore ⁽¹⁾	San Joaquín ⁽¹⁾	6.034	85º
BO	BNI	Itenez ⁽¹⁾	Baures ⁽¹⁾	5.322	86º
BR	MT	-	Curvelândia	5.241	87º
BR	RO	-	Cabixi ⁽¹⁾	5.188	88º
BR	MT	-	Rio Branco	5.150	89º
BO	BNI	Mamore ⁽¹⁾	San Ramón	5.139	90º
BR	RO	-	São Felipe d'Oeste	5.066	91º
BO	BNI	Yacuma	Exaltación	4.222	92º
BR	MT	-	Conquista d'Oeste	4.101	93º
BO	BNI	Itenez ⁽¹⁾	Huacaraje	3.903	94º
BO	PND	Nicolás Suárez ⁽¹⁾	Bella Flor ⁽¹⁾	3.636	95º
BR	MT	-	Figueirópolis d'Oeste	3.452	96º
BR	MT	-	Salto do Céu	3.295	97º
PE	MDD	Tahuamanu	Iñapari ⁽¹⁾	3.227	98º
BR	MT	-	Vale de São Domingos	3.126	99º
BO	PND	Frederico Román ⁽¹⁾	Villa Nueva - Loma Alta	3.015	100º
BR	MT	-	Glória d'Oeste	3.008	101º
BR	MT	-	Porto Estrela	2.877	102º
BR	MT	-	Indiavaí	2.779	103º
BR	RO	-	Primavera de Rondônia	2.776	104º
BR	MT	-	Reserva do Cabaçal	2.743	105º
BO	PND	Abuná ⁽¹⁾	Santa Rosa del Abuná ⁽¹⁾	2.562	106º
BO	PND	Frederico Román ⁽¹⁾	Santos Mercado ⁽¹⁾	2.523	107º
BO	PND	Abuná ⁽¹⁾	Ingavi ⁽¹⁾	2.283	108º
BR	RO	-	Pimenteiras do Oeste ⁽¹⁾	2.148	109º
BO	PND	Nicolás Suárez ⁽¹⁾	Bolpebra ⁽¹⁾	2.137	110º
BO	PND	Manuripi	San Pedro	1.662	111º
BO	PND	Frederico Román ⁽¹⁾	Nueva Esperanza ⁽¹⁾	1.661	112º
BO	BNI	Mamore ⁽¹⁾	Puerto Siles ⁽¹⁾	1.105	113º

⁽¹⁾ No limite internacional Brasil-Bolivia.

⁽²⁾ Enclave territorial em município no limite internacional Brasil-Bolivia.

Fonte: IBGE, 2022; INE, 2020; INEI, 2020.

Dentre os municípios com mais de 100.000 habitantes, que abrangem aproximadamente 5,3% do total, há cinco brasileiros: dois em Rondônia, um no Acre, um em Mato Grosso do Sul, um em Mato Grosso; além de um boliviano, no Beni. Nas primeiras posições do *ranking* dos mais populosos estão a capital rondoniense (com 413.418 habitantes), a capital do Acre (com 413.418 habitantes), seguidos pelos municípios de Corumbá (com 112.058 habitantes), Riberalta (no Beni, com 111.354 habitantes), Tangará da Serra (em Mato Grosso, com 105.711) e Vilhena (em Rondônia, com 102.211). Nesse grupo, os municípios de Porto Velho e Corumbá apresentam suas malhas territoriais no limite internacional entre Brasil e Bolívia.

No grupo dos municípios com população acima de 50.000 até 100.000 habitantes (aproximadamente 4,4% do total), há três municípios bolivianos (um em Pando e dois em Santa Cruz) e dois brasileiros (em Mato Grosso e Rondônia). Dentre os municípios limieiros estão Cáceres (em Mato Grosso, com 94.861 habitantes, em 7º lugar), a capital de Pando (com 85.809, em 8º), San Ignacio de Velasco (em Santa Cruz, com 66.585, em 9º).

Quanto aos municípios com população acima de 30.000 até 50.000 de habitantes (aproximadamente 10,6%), há 12 municípios, um boliviano (no Beni) e 11 brasileiros (quatro em Rondônia, três em Mato Grosso, dois no Amazonas, um no Acre, um em Mato Grosso do Sul e um em Rondônia). Desse grupo, os municípios limieiros são, no Beni: Guayaramerín (com 49.400 habitantes, em 12º lugar); além de, em Rondônia: Guajará-Mirim (com 46.556 habitantes, em 15º) e Nova Mamoré (com 31.392 habitantes, em 23º).

No grupo dos municípios com população acima de 10.000 até 30.000 habitantes (que compõe aproximadamente 39,1% total), há dez bolivianos (sete em Santa Cruz, dois no Beni e um em Pando) e 23 brasileiros (12 em Rondônia, sete no Acre, sete em Mato Grosso, quatro em Mato Grosso do Sul e um no Amazonas). Dentre os municípios limieiros deste grupo estão: no Acre, Brasiléia (com 26.702 habitantes, em 26º lugar), Plácido de Castro (com 19.955 habitantes, em 38º), Xapuri (com 19.596 habitantes, em 39º), Epitaciolândia (com 18.696 habitantes, em 44º), Acrelândia (com 15.490, em 54º), Capixaba

(com 12.008 habitantes, em 61º); em Mato Grosso do Sul, Ladário⁷³ (com 23.689 habitantes, em 29º); em Rondônia, Alta Floresta d'Oeste (com 22.728 habitantes, em 32º), São Francisco do Guaporé (com 20.681, em 36º lugar), Costa Marques (com 18.798 habitantes, em 43º), Alto Alegre dos Parecis (com 13.255 habitantes, em 57º); em Santa Cruz, Puerto Suarez (com 22.685 habitantes, em 33º), Puerto Quijarro (com 19.054 habitantes, em 40º), San Matías (com 17.456 habitantes, em 46º); em Mato Grosso, Comodoro (com 21.008 habitantes, em 35º), Vila Bela da Santíssima Trindade (com 16.271 habitantes, em 50º), Porto Esperidião (com 12.097 habitantes, em 60º); além de, no Beni, Magdalena (com 11.886 habitantes, em 62º).

O grupo mais expressivo é o dos municípios com até 10.000 habitantes (cerca de 41,6% do total), abrangendo 27 municípios brasileiros (quinze em Mato Grosso, oito em Rondônia, dois no Acre e um em Mato Grosso do Sul) e 20 bolivianos (dez em Pando, seis no Beni e quatro em Santa Cruz); além do distrito peruano de Iñapari (em Madre de Dios). Dentre os lindeiros desse grupo estão: no Acre, Assis Brasil (com 7.534 habitantes, em 74º lugar); no Beni, San Joaquín (com 6.034, em 85º), Baures (com 5.322 habitantes, em 86º) e Puerto Siles (com 1.105, em 113º, a última posição); em Rondônia, Cabixi (com 5.188 habitantes, em 88º lugar) e Pimenteiras do Oeste (com 2.148 habitantes, em 109º); em Pando, Bella Flor (com 3.636 habitantes, em 95º), Santa Rosa del Abuná (com 2.562 habitantes, em 106º), Santos Mercado (com 2.523 habitantes, em 107º), Ingavi (com 2.283 habitantes, em 108º), Bolpebra (com 2.137 habitantes, em 110º) e Nueva Esperanza (com 1.661 habitantes, em 112º); além de, em Madre de Dios (Peru), Iñapari (com 3.227 habitantes, em 98º).

Para além de analisar o peso demográfico internamente ao conjunto dos municípios fronteiriços selecionados, cabe contemplá-los em relação aos demais municípios dos seus respectivos departamentos e estados, o que indica também distintas situações, em alguns casos acentuando o peso dos municípios que se destacam entre os fronteiriços, já em outros diminuindo-o relativamente.

⁷³ Ladário constitui um enclave territorial dentro do município de Corumbá, com as manchas urbanas das suas sedes municipais sendo, inclusive, conurbadas.

No que se refere ao peso demográfico, o papel dos municípios na zona de fronteira entre Brasil e Bolívia em relação aos seus respectivos estados e departamentos está implicado nas especificidades da distribuição da população em cada um desses entes subnacionais de primeira ordem que, além de diferenças significativas quanto à extensão territorial e no número total de habitantes e municípios, apresentam situações bastante distintas entre si. Quanto à média de habitantes, Madre de Dios e Pando apresentam os valores mais baixos, ao passo que Amazonas e Santa Cruz apresentam as maiores – com todos os quatro registrando os maiores percentuais de concentração da população em suas respectivas capitais. Sobre a variação da população dos municípios em relação à média, apesar de todos o conjunto apresentarem valores elevados, os coeficientes mais expressivos são de Santa Cruz e Amazonas, ao passo que Beni e Madre de Dios apresentam os menores. Sobre o percentual de municípios afetados pela zona de fronteira Brasil-Bolívia, a partir da sua delimitação legal, os percentuais mais expressivos são de Pando e Acre (Tabela 9).

Tabela 9 – Municípios dos estados e departamentos fronteiriços considerados: concentração, dispersão e implicação na fronteira legal

País	UF/ Depto.	Ext. territ. (km²)	Pop. estimada para 2020	Munic./ distritos	Média	Coefici de vari.	Pop. na capital	Pop. na zona de fronteira BR-BO
PE	MDD	85.301	173.811	11	15.801	180%	57,5%	1,9%
	PND	63.827	153.639	15	10.243	206%	55,9%	85,0%
BO	BNI	213.564	498.004	19	26.211	157%	32,0%	43,5%
	SCZ	370.621	3.300.603	56	58.939	412%	55,5%	8,8%
BR	AC	164.173	894.470	22	40.658	210%	46,2%	71,8%
	AM	1.559.168	4.207.714	62	67.866	411%	52,8%	2,3%
	RO	237.765	1.796.460	52	34.547	222%	30,0%	61,1%
	MT	903.207	3.526.220	141	25.009	247%	17,5%	14,6%
	MS	357.148	2.809.394	79	35.562	293%	25,7%	9,3%

Elaboração do autor. Dados: IBGE (2022); INE (2022); INEI (2020).

Nesse sentido, a partir dessa visão geral sobre as medidas de dispersão e concentração populacional e a expressividade da fronteira legalmente estabelecida entre os municípios dos estados e departamentos considerados, a

seguir apresenta-se uma leitura focada em cada um desses entres subnacionais de primeira ordem.

4.3.1. Madre de Dios

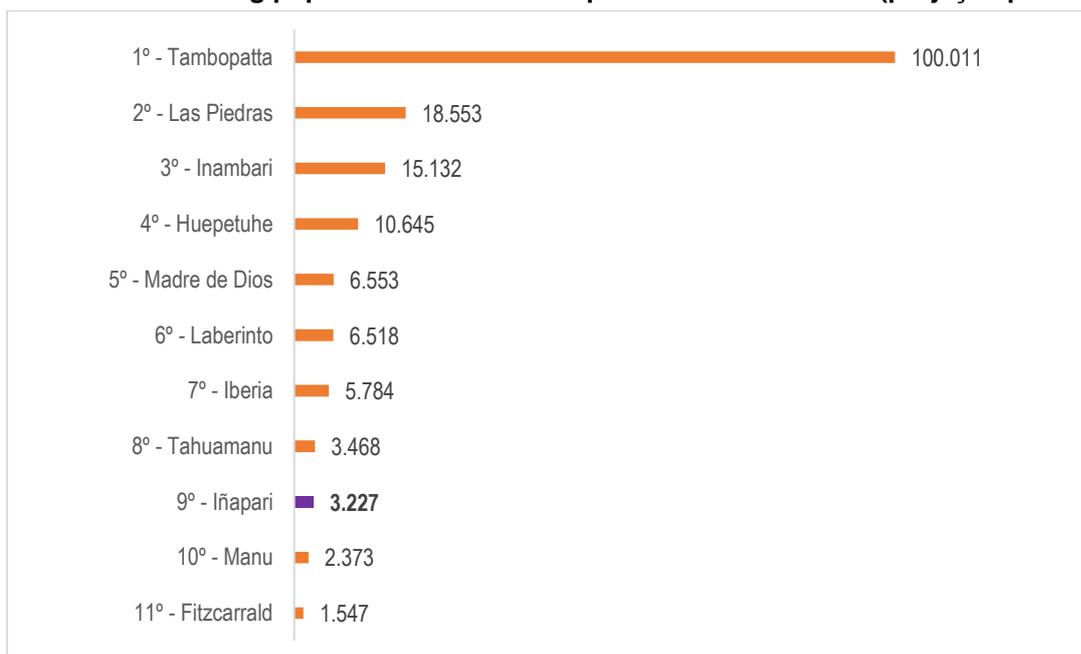
O departamento peruano de Madre de Dios é o menos populoso do país e apresenta grande heterogeneidade interna quando à distribuição da população entre os seus distritos. A média de habitantes é de 15.801 por município e o coeficiente de variação é de 180%, com apenas os dois distritos mais populosos apresentam variância positiva, com população acima da média, com destaque para o primeiro que concentra mais da metade da população do departamento (Tabela 10, Gráfico 3).

Tabela 10 – Distritos do departamento de Madre de Dios (Peru)

Província	Distrito	População projetada para 2020	Ranking
Tambopata	Tambopatta	100.011	1º
	Las Piedras	18.553	2º
	Inambari	15.132	3º
	Laberinto	6.518	6º
Manu	Huepetuhe	10.645	4º
	Madre de Dios	6.553	5º
	Manu	2.373	10º
	Fitzcarrald	1.547	11º
Tahuamanu	Iberia	5.784	7º
	Tahuamanu	3.468	8º
	Iñapari	3.227	9º
	TOTAL	173.811	

Elaboração do autor. Dados: INEI, 2020.

Gráfico 3 – Ranking populacional dos municípios de Madre de Dios (projeção para 2020)



Elaboração do autor. Dados: INEI (2020).

Quando se analisa a população desses distritos por grupos, ao passo que o distrito onde se localiza a capital ultrapassa os 100 mil habitantes (abrangendo cerca de 56,5% da população do departamento), aqueles nas três posições seguintes superam os 10 mil, mas não chegam a 20 mil (abarcando cerca de 25,5%) e os sete demais (que abrangem cerca de 16,9%) não chegam aos 10 mil habitantes, faixa em que está o distrito na tríplice fronteira Peru-Brasil-Bolívia.

Quanto à distribuição da população departamental entre as províncias, ao passo que Tambopata com 140.214 habitantes, concentra aproximadamente 80,6% da população do departamento, a província de Manu, com 21.118 habitantes, abrange cerca de 12,1% e Tahuamanu, com apenas 12.479 habitantes, abarca aproximadamente 7,2%.

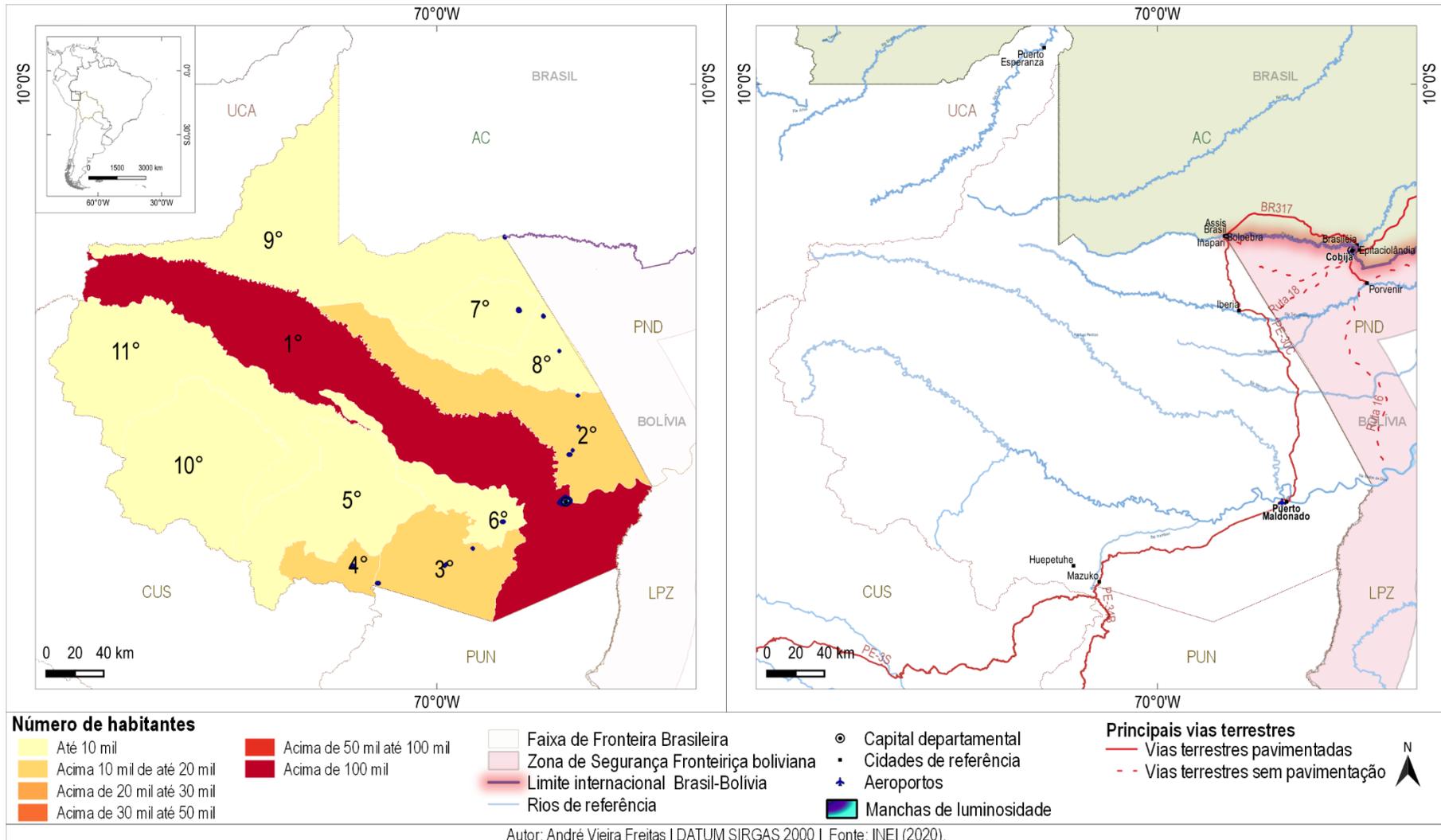
Quanto à província de Tambopata: no seu distrito homônimo, onde se localiza a capital departamental, Puerto Maldonado, estão 100.011 habitantes (cerca de 57,5% da população de Madre de Dios); Las Piedras vem na segunda posição no ranking (com 18.553 habitantes, 10,7% da população do departamento); Inambari, onde se localiza o núcleo Mazuko, vem em terceiro (com 15.132 habitantes, 9%); ao passo que Laberinto, com 6.518.

Na província de Manu, estão os distritos de Huepetuhe (na quarta posição, com 10.645 habitantes), Madre de Dios (na quinta, com 6.553), Manu (na décima, com 2.373) e Fitzcarrald (na última posição, com 1.547 habitantes).

Em Tahuamanu, a província menos populosa, está o distrito situado na tríplice fronteira com Brasil e Bolívia, Iñapari, que, com seus 3.227 habitantes, ocupa a nona posição entre os 11 do departamento. Nesta província há também os distritos de Iberia (com 5.784 habitantes, na sétima posição) e Tahuamanu (com 3.468 habitantes, na oitava posição), cuja sede é San Lorenzo.

Quanto à espacialização desses dados, nota-se uma concentração na sua porção sudeste, justamente na província de Tambopata. Essa concentração também se mostra quanto à distribuição dos pontos de luminosidade, que se distribuem, nesta província e nas demais, entre os núcleos que acompanham o traçado da rodovia PE 30C (rodovia interoceânica), além dos pontos coincidentes com alguns rios, como Madre de Dios, Tahuamani, Manuripi e Inambari, demonstrando umnexo entre a rede viária, a hidrografia e os rarefeitos espaços luminosos no departamento (Figura 47).

Figura 47 – Distribuição da população entre os distritos de Madre de Dios, rede viária e manchas de luminosidade



Em que pese a pouca expressão demográfica de Iñapari, que afigura como o distrito menos populoso da província com menor número de habitantes do departamento com menor expressão demográfica do Peru, ressalta-se a relevância estratégica desse núcleo como um importante nó logístico na tríplice fronteira Brasil-Peru-Bolívia.

4.3.2. Pando

O departamento mais setentrional da Bolívia constitui o ente subnacional com menor extensão territorial e o menos populoso tanto da Bolívia quanto entre o grupo dos estados e departamentos fronteiriços considerados nesta pesquisa. Ademais, assim como no caso do departamento de Madre de Dios, apresenta grande heterogeneidade interna quanto à população dos seus municípios. A média é 10.243 habitantes por municípios e o coeficiente de variação é de 206%, com apenas a capital apresentando variância positiva, já que todos os demais municípios apresentam população abaixo da média (Tabela 11, Gráfico 4).

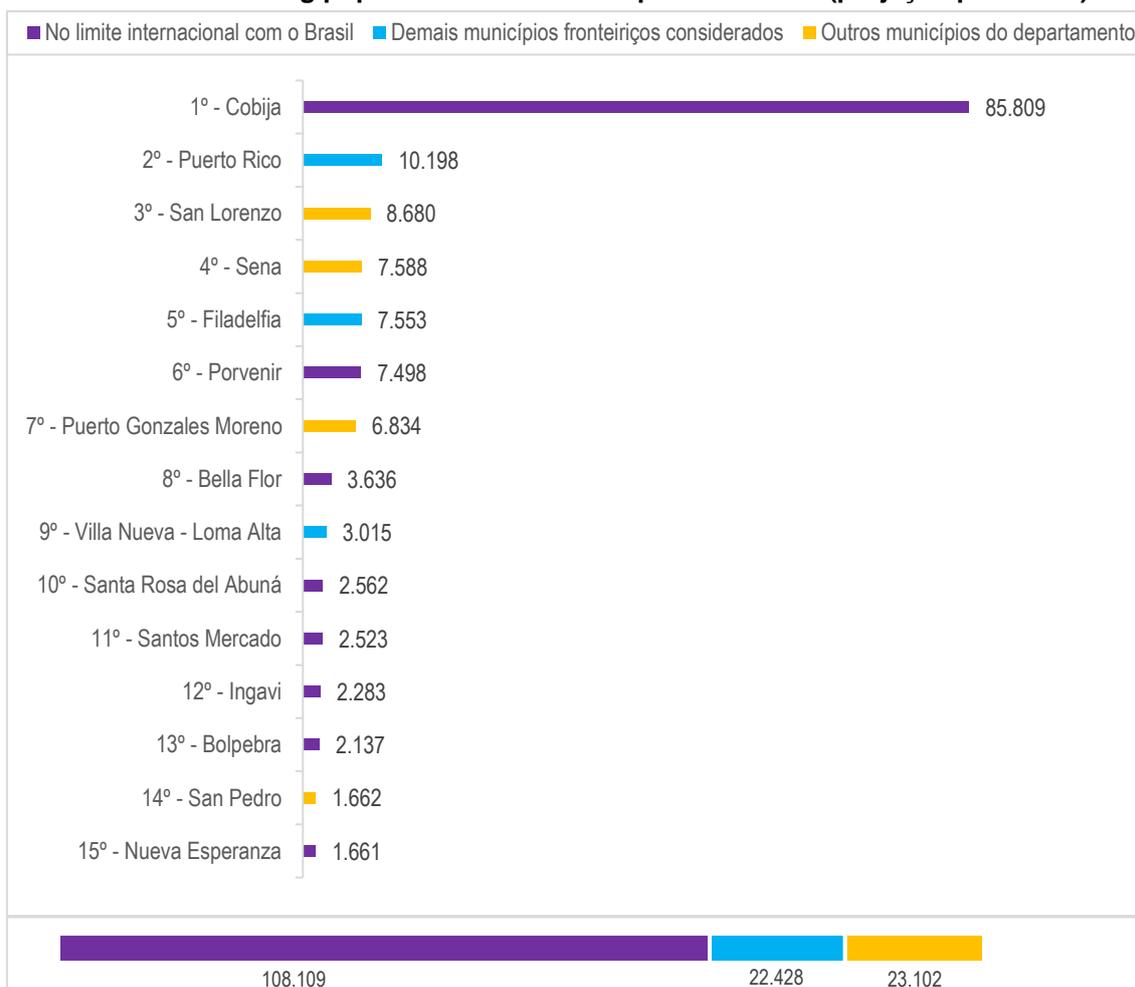
Tabela 11 – Projeção da população dos municípios de Pando para 2020

Província	Município	População projetada para 2020	Ranking	Relação com o limite internacional	Inserção na faixa de fronteira
Nicolás Suárez	Cobija	85.809	1º	Lindeiro (BR-BO)	Total ⁽¹⁾
	Porvenir	7.498	6º	(BR-BO)	Total ⁽¹⁾
	Bella Flor	3.636	8º	(BR-BO)	Total
	Bolpebra	2.137	13º	Lindeiro (BO-BR-PE)	Total ⁽¹⁾
Madre de Dios	San Lorenzo	8.680	3º	Não lindeiro	Não inserido
	Sena	7.588	4º		
	Pto. Gonzales Moreno	6.834	7º		
Manurupi	Puerto Rico	10.198	2º	Não lindeiro	Parcial
	Filadelfia	7.553	5º	Lindeiro (BO-PE)	Parcial ⁽¹⁾
	San Pedro	1.662	14º	Não lindeiro	Em província fronteiriça
Frederico Román	Villa Nueva - Loma Alta	3.015	9º	Não lindeiro	Parcial
	Santos Mercado	2.523	11º	Lindeiro (BR-BO)	Predominante
	Nueva Esperanza	1.661	15º	Lindeiro (BR-BO)	Total
Abuná	Santa Rosa del Abuná	2.562	10º	Lindeiro (BR-BO)	Predominante
	Ingavi	2.283	12º		
TOTAL		153.639			

⁽¹⁾ Também inseridos no trecho comum com o Peru.

Elaboração do autor. Dados: INE (2020).

Gráfico 4 – Ranking populacional dos municípios de Pando (projeção para 2020)



Elaboração do autor. Dados: INE (2020).

Desses dados, é notável a heterogeneidade entre esse rol de municípios, dada a expressiva concentração na capital departamental, onde vive mais da metade da população do departamento e a relevância dos municípios no limite internacional e daqueles inseridos de alguma forma na faixa de fronteira boliviana.

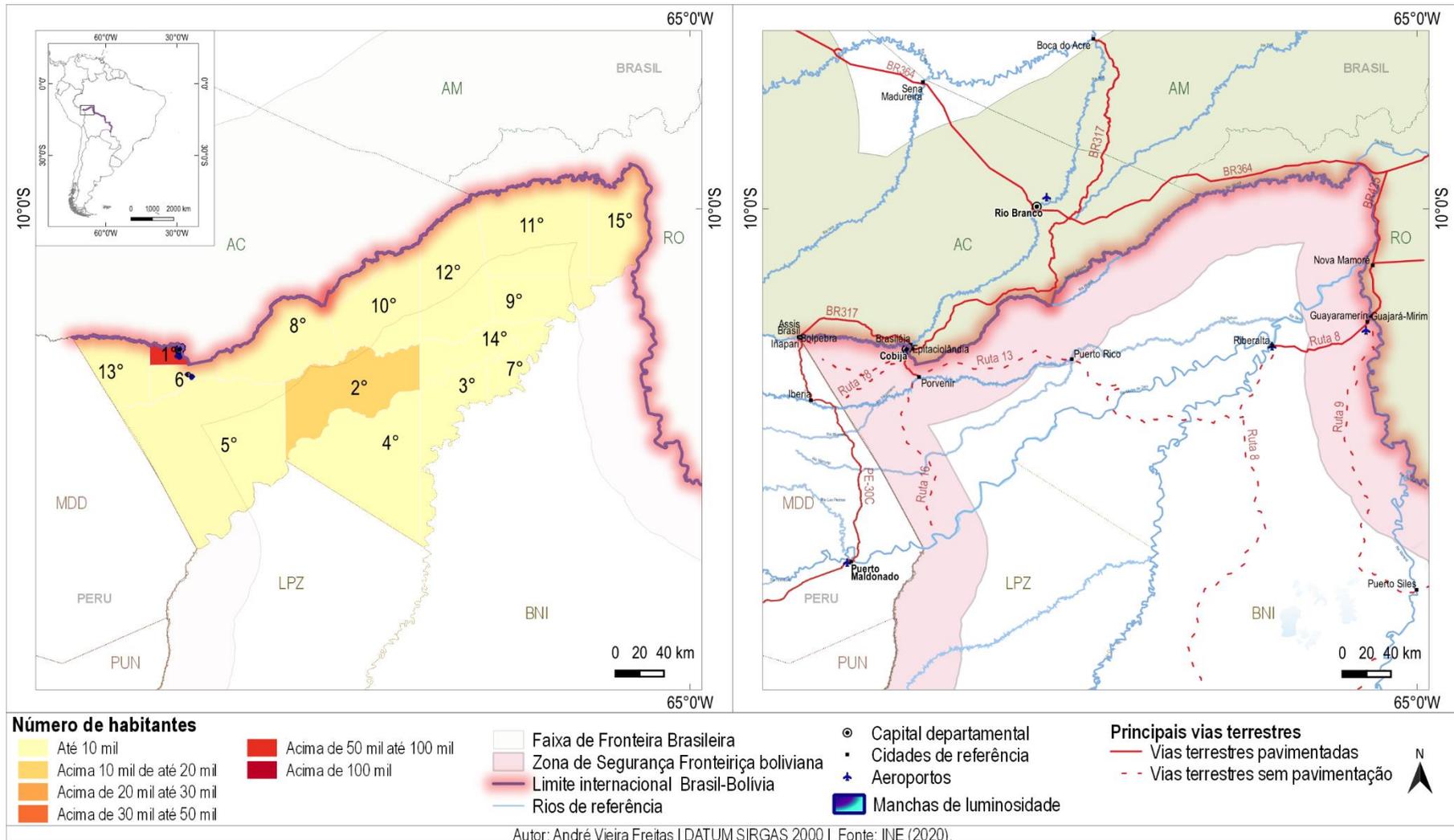
Quanto ao ranking populacional por município, ao passo que a capital departamental, com 85.809 habitantes, concentra 55,9% da população pandina e na segunda posição vem Puerto Rico, com 10.198 habitantes (o que correspondendo a 6,6% da população departamental), os demais municípios apresentam população inferior a 10 mil habitantes, cujas populações somadas representam 37,5% da população).

No que se refere ao papel dos municípios fronteiriços com o Brasil no conjunto do departamento, envolvem um total de 12 municípios, abrangendo 130.537 habitantes (o que corresponde a 85% da população pandina), dos quais: 108.109 nos oito municípios no limite internacional com o Brasil (Cobija, Porvenir, Bella Flor, Santa Rosa del Abuná, Santos Mercado, Ingavi e Nueva Esperanza); 20.766 nos três municípios não lindeiros, mas inseridos em municípios parcialmente na zona de segurança fronteiriça (Puerto Rico, Filadelfia e Villa Nueva - Loma Alta); além do município de San Pedro (1.662 habitantes), na província fronteiriça de Manurupi.

A centralidade de Cobija é ainda mais visível quando esses dados são especializados e cruzados com aqueles referentes à rede viária e as manchas de luminosidade. A capital departamental é o ponto de confluência da esparsa rede viária pandina, que se conecta à malha rodoviária brasileira pela conurbação com Brasiléia e Eptaciolândia. Internamente ao departamento, as conexões rodoviárias são predominantemente por vias não pavimentadas, à exceção da ligação de Cobija com Porvenir, os dois núcleos que aparecem como manchas de luminosidade visíveis.

No que se refere à logística de transportes em Pando, cabe salientar ainda o papel da hidrografia. Nesse sentido, alguns dos principais rios que atravessam ou delimitam o departamento, como Abunã, Acre, Beni, Madeira, Madre de Dios e Orthon, também constituem importantes vias de ligação entre os municípios do departamento e os departamentos e estados vizinhos, no país ou fora dele, em que pese as limitações ao porte das embarcações e sazonalidade da navegação em alguns (Figura 48).

Figura 48 – Distribuição da população entre os municípios de Pando, rede viária e manchas de luminosidade



Tal distribuição espacial da população dos municípios e a configuração das infraestruturas no departamento mais setentrional da Bolívia ratifica, pois, o papel de Cobija como um importante polo regional nesse segmento da fronteira e a sua vinculação com o Brasil, em especial quando se considera o seu caráter conurbado com os municípios do estado brasileiro vizinho situado a noroeste.

4.3.3. Beni

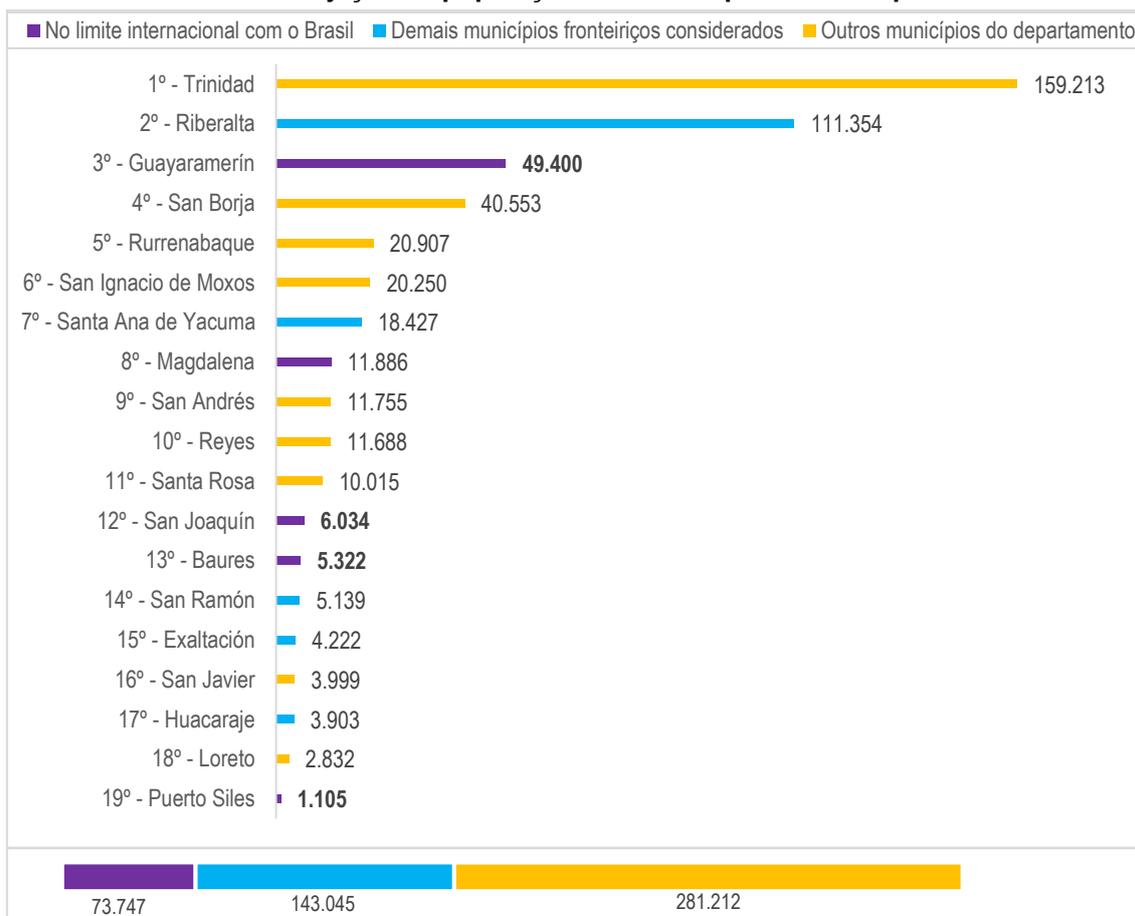
No caso do Beni, apresenta-se uma situação de relativa menor concentração populacional, quando comparado aos demais entes subnacionais considerados na análise: a média de habitantes é de 26.211 habitantes e o coeficiente de variação é de 157% o mais baixo do conjunto dos estados e departamentos considerados, embora se destaquem apenas quatro municípios com variância positiva e o mais expressivo concentre cerca de um terço da população, valor que, todavia, afigura como o menos expressivo dentre os departamentos bolivianos (Tabela 12, Gráfico 5).

Tabela 12 – Ranking populacional dos municípios do Beni (projeção para 2020)

Província	Município	População projetada para 2020	Ranking	Relação com o limite internacional	Inserção na faixa de fronteira
Cercado	Trinidad	159.213	1º	Não lindeiro	Não inserido
	San Javier	3.999	16º		
Vaca Diez	Riberalta	111.354	2º	Não lindeiro	Parcial
	Guayaramerín	49.400	3º	Lindeiro	Total
José Ballivián	San Borja	40.553	4º	Não lindeiro	Não inserido
	Rurrenabaque	20.907	5º		
	Reyes	11.688	10º		
	Santa Rosa	10.015	11º		
Yacuma	Santa Ana de Yacuma	18.427	7º	Não lindeiro	Em província fronteira
	Exaltación	4.222	15º	Não lindeiro	Parcial
Moxos	San Ignacio de Moxos	20.250	6º	Não lindeiro	Não inserido
	Magdalena	11.886	8º	Lindeiro	Predominante
Itenez	Baures	5.322	13º	Lindeiro	Parcial
	Huacaraje	3.903	17º	Não lindeiro	Em província fronteira
	San Andrés	11.755	9º	Não lindeiro	Não inserido
Loreto	2.832	18º			
Mamore	San Joaquín	6.034	12º	Lindeiro	Parcial
	San Ramón	5.139	14º	Não lindeiro	Parcial
	Puerto Siles	1.105	18º	Lindeiro	Predominante
	TOTAL	498.004			

Elaboração do autor: Dados: INE, 2020.

Gráfico 5 – Projeção da população dos municípios do Beni para 2020



Elaboração do autor. Dados: INE (2020).

O departamento homônimo a um dos maiores rios da Bolívia apresenta, além da capital, algumas cidades que se destacam regionalmente. Em Trinidad, que apresenta 159.213 habitantes, é onde se concentra a maior parte da população (aproximadamente 31% do total departamento). Em seguida vem Riberalta, município cuja malha territorial se insere parcialmente na faixa de fronteira boliviana, com 111.354 habitantes (cerca de 22,4% departamental). Guayaramerín, município limdeiro cuja mancha urbana se encontra no limite internacional, aparece na sequência com 49.400 habitantes (aproximadamente 9,9% do total do Beni). O terceiro município mais populoso é San Borja, com 40.553 habitantes (cerca de 8,1% da população total departamental).

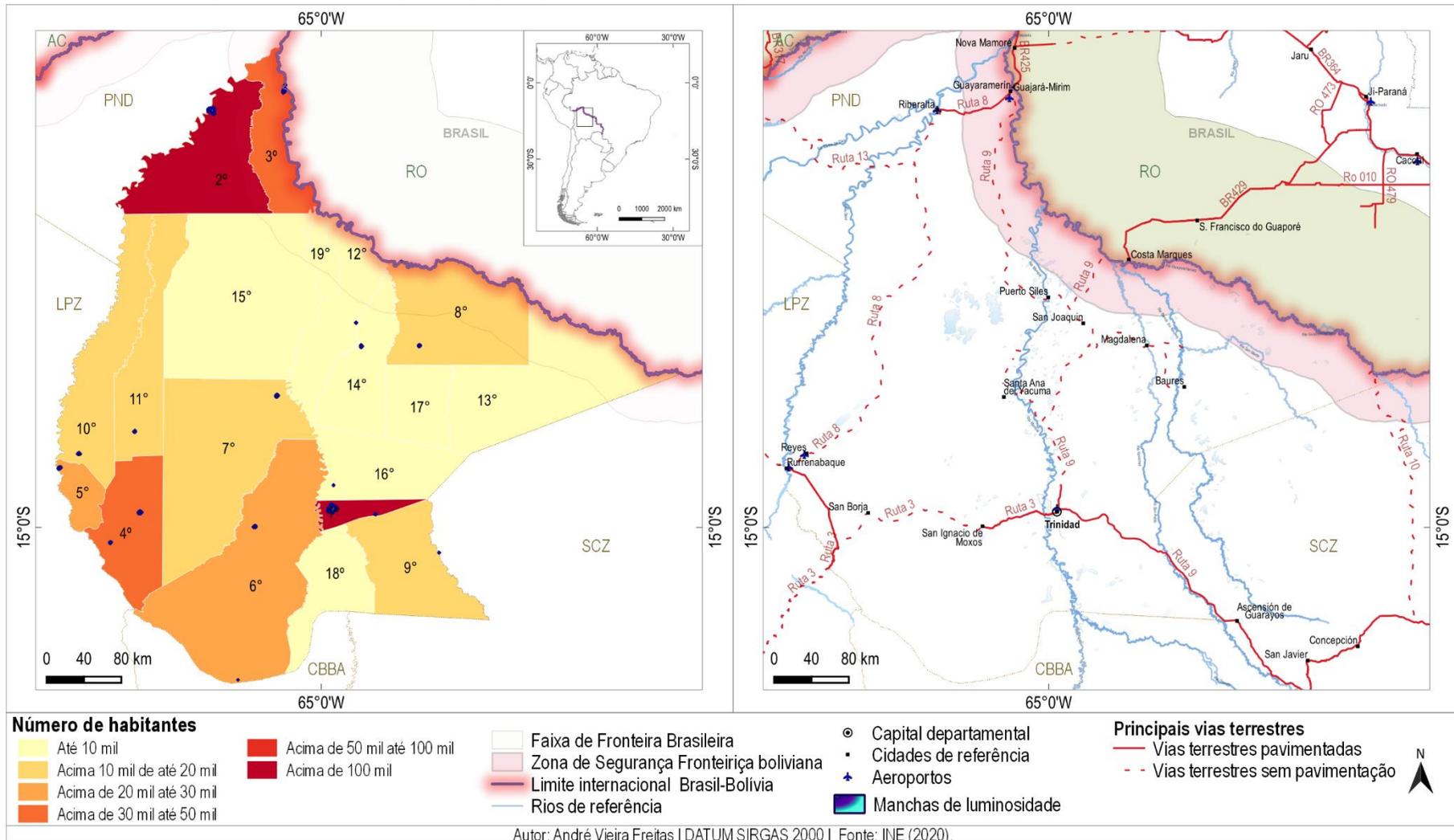
Além dos quatro municípios mais expressivos citados, a maioria dos demais municípios benianos estão nas faixas menores de número de habitantes. O grupo dos municípios com populações acima de 10 mil até 20 mil habitantes corresponde a cerca de 21,5% do total do departamento e soma 104.928

habitantes, abrangendo sete municípios, dentre os quais o município de Magdalena (11.886 habitantes) que se situa no limite internacional com o Brasil e se insere predominantemente na faixa de fronteira e Santa Ana de Yacuma (18.427 habitantes), que se situa na província fronteira de Yacuma. O grupo dos municípios com populações até 10 mil habitantes soma 32.556 habitantes (cerca de 6,7% do total do Beni) e abrange oito municípios, dentre os quais, no que se refere à zona de segurança fronteira boliviana e ao limite internacional com o Brasil: Puerto Siles (1.105 habitantes), lindeiro e predominantemente inserido; San Joaquín (6.034 habitantes) e Baures (5.322 habitantes), lindeiros e parcialmente inseridos; San Ramón (5.139 habitantes) e Exaltación (4.222 habitantes), não lindeiros e parcialmente inseridos; além de Huacaraje (3.903 habitantes), inserido na província fronteira de Itenez).

Quando se consideram as populações dos municípios lindeiros com o Brasil (73.747 habitantes), chega-se a aproximadamente 14,8% da população do Beni. E quando se acrescentam a esse grupo os demais municípios inseridos parcialmente na faixa de fronteira (120.715 habitantes) ou aqueles não inseridos mas que se situam em províncias fronteiriças (22.330 habitantes), abrange-se cerca de 43,5% da população do departamento.

Quanto à distribuição espacial da população entre os municípios do Beni, aqueles com maior peso demográfico se situam em três porções do departamento, que concentram as maiores manchas: na província Cercado, onde se localiza a capital do departamento (o município mais populoso); na sua porção na porção setentrional, na província Vaca Diez, que engloba Riberalta (o segundo mais populoso) e Guayaramerín (o terceiro); além de na sua porção sudoeste, na província José Ballivián, destacando-se San Borja (o quarto mais populoso) e Rurrenabaque (o quinto). Essas três porções, que concentram os aeroportos do departamento, constituem os pontos de confluência da malha viária beniana, composta majoritariamente por rodovias não pavimentadas e que tem também nos rios, como Mamoré, Beni, Itonomas e Blanco/Baures como importantes vias de conexão (Figura 49).

Figura 49 – Distribuição da população entre os municípios do Beni, rede viária e manchas de luminosidade



Desta distribuição espacial da população entre os municípios benianos, no que se refere à fronteira com o Brasil, ressalta-se a expressão de Guayaramerín e Riberalta, que ocupam a segunda e a terceira posição dentre os mais populosos e estão próximas a Guajará-Mirim. Além desses, embora com menor expressão demográfica, cabe ressaltar Magdalena, em oitava posição, no limite com o município de Costa Marques, como indicativos de centralidades regionais na fronteira Brasil-Bolívia, no segmento Beni-Rondônia.

4.3.4. Santa Cruz

No que se refere ao departamento mais populoso da Bolívia, apresenta-se uma situação de expressiva concentração populacional na capital departamental e de grande heterogeneidade entre o rol de municípios, com alguns destaques. A média departamental é 58.939 habitantes e o coeficiente de variação entre as populações dos municípios *cruceños* é de 412%, o mais expressivo entre os entes subnacionais fronteiriços de primeira ordem considerados nesta análise. Oito dos 56 municípios do departamento apresentam variância positiva, dos quais o número expressivamente mais acentuado é o da capital, Santa Cruz de la Sierra que apresenta quase metade da população do departamento (Tabela 13).

Tabela 13 – Projeção da população dos municípios de Santa Cruz para 2020

Província	Município	Pop. projetada para 2020	Ranking	Rel. com o limite internacional	Inser. na faixa de fronteira	
	Santa Cruz de la Sierra	1.831.434	1º			
Andrés Ibañez	La Guardia	108.731	4º	Não lindeiro	Não inserido	
	Cotoca	73.893	5º			
	El Torno	67.506	6º			
	Porongo	14.298	34º			
Chiquitos	Pailón	43.461	10º	Não lindeiro	Não inserido	
	Camiri	41.692	11º	Não lindeiro	Não inserido	
	Charagua	36.469	12º	Lindeiro (BO-PY)	Não inserido ⁽¹⁾	
	San José de Chiquitos	31.607	15º	Não lindeiro	Não inserido	
	Cabezas	29.422	16º	Não lindeiro	Não inserido	
	Roboré	18.639	25º			
	Gutiérrez	15.589	31º			
	Lagunillas	6.391	49º			
		Boyube	5.220	50º	Não lindeiro	Não inserido ⁽¹⁾
		Cuevo	5.004	51º	Não lindeiro	Não inserido

Província	Município	Pop. projetada para 2020	Ranking	Rel. com o limite internacional	Inser. na faixa de fronteira
Obispo Santiestevan	Montero	142.112	2º	Não lindeiro	Não inserido
	Mineros	27.710	17º		
	San Pedro	17.559	27º		
	General Saavedra	17.180	30º		
	Fernández Alonso	14.740	32º		
Warnes	Warnes	134.482	3º	Não lindeiro	Não inserido
	Okinawa Uno	13.784	36º		
Ñuflo de Chávez	San Julián	54.460	9º	Não lindeiro	Em província fronteira
	Cuatro Cañadas	25.673	18º		
	Concepción	25.284	19º		
	San Javier	17.202	29º		
	San Ramón	9.536	42º		
	San Antonio de Lomerío	6.945	45º		
Ichilo	Yapacaní	59.367	8º	Não lindeiro	Não inserido
	San Carlos	24.240	20º		
	Buena Vista	14.591	33º		
	San Juan de Yapacani	10.019	40º		
Velasco	San Ignacio de Velasco	66.585	7º	Lindeiro (BO-BR)	Parcial
	San Miguel de Velasco	12.877	37º	Não lindeiro	Em província fronteira
	San Rafael	6.457	48º	Não lindeiro	Parcial
Sara	Colpa Belgica	6.808	47º	Não lindeiro	Não inserido
	Portachuelo	33.363	14º	Não lindeiro	Não inserido
	Santa Rosa del Sara	19.131	23º	Não lindeiro	Não inserido
Guarayos	Ascensión de Guarayos	34.510	13º	Não lindeiro	Não inserido
	El Puente	14.158	35º	Não lindeiro	Não inserido
	Urubichá	8.007	43º	Não lindeiro	Não inserido
German Busch	Carmen Rivero Torrez	6.932	46º	Não lindeiro	Parcial
	Puerto Quijarro	19.054	24º	Lindeiro (BO-BR)	Total
	Puerto Suarez	22.685	21º	Lind. (BO-BR-PY)	Predominante ⁽¹⁾
Florida	Mairana	12.635	38º	Não lindeiro	Não inserido
	Samaipata	10.573	39º		
	Pampa Grande	9.726	41º		
Manuel Maria Caballero	Quirusillas	2.192	53º	Não lindeiro	Não inserido
	Comarapa	19.498	22º		
	Saipina	7.318	44º		
Vallegrande	Vallegrande	18.316	26º	Não lindeiro	Não inserido
	Moro Moro	2.613	52º		
	Postrer Valle	2.100	54º		
	Pucara	1.758	55º		
Angel Sandoval	Trigal	1.611	56º	Lindeiro (BO-BR)	Parcial
	San Matías	17.456	28º		
TOTAL		3.300.603			

⁽¹⁾ Parcialmente inserido na faixa de fronteira boliviana, no trecho comum com o Paraguai.

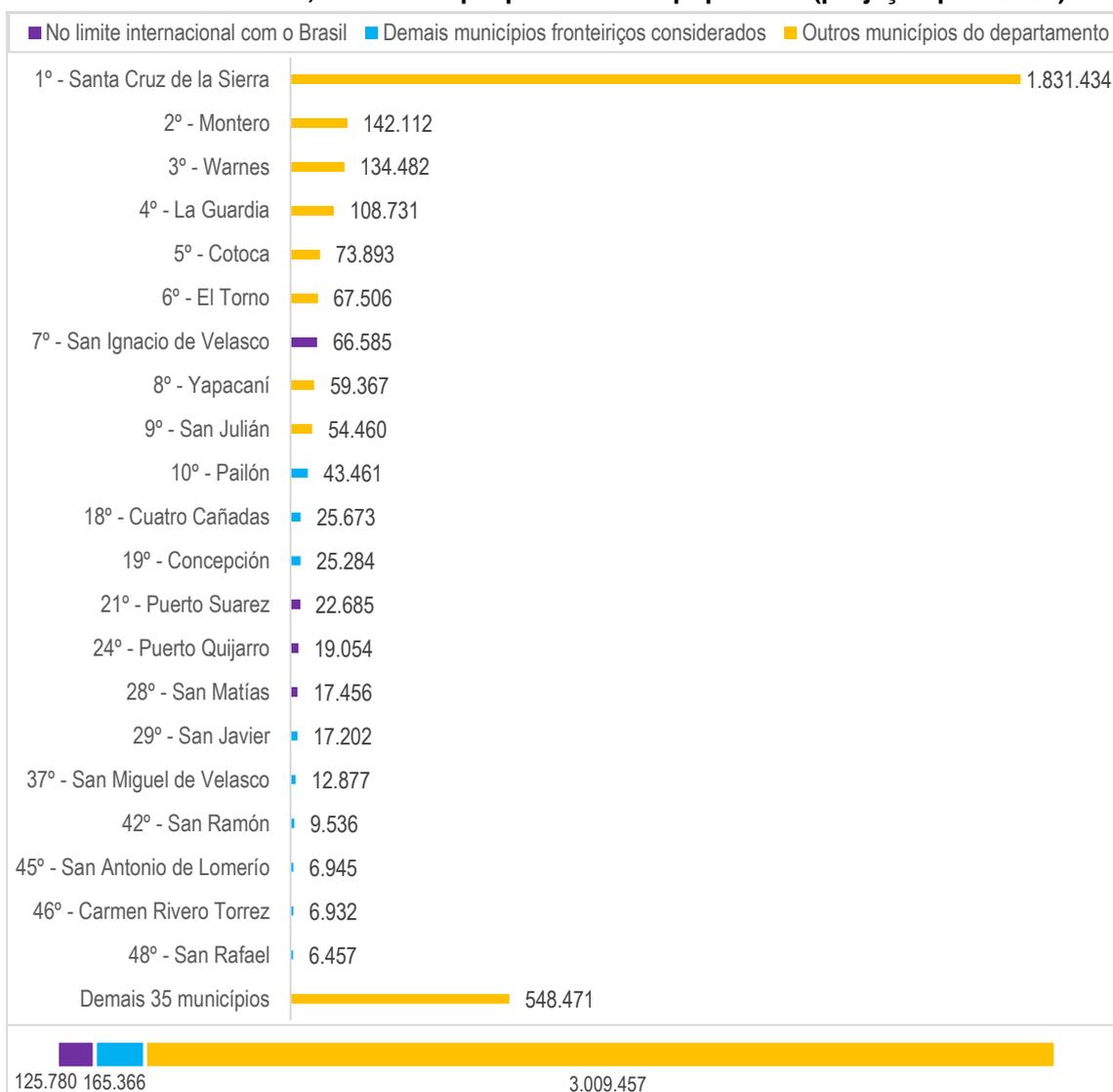
Elaboração do autor. Dados: INE, 2020.

Quanto ao *ranking* populacional entre os municípios *cruceños*, as posições mais elevadas estão com a capital departamental (com 1.831.434 habitantes), que é parte da província Andrés Ibañez, e Montero (com 142.112 habitantes), na província Obispo Santiestevan. Destacam-se ainda os municípios da região metropolitana de Santa Cruz de la Sierra, que, além da capital *cruceña* envolve Warnes, na província homônima (com 134.482 habitantes); La Guardia (com 108.731), Cotoca (com 73.893 habitantes), El Torno (com 67.506 habitantes), na província Andrés Ibañez, que envolve ainda Santa Cruz de la Sierra e o município de Porongo (com 14.298).

Ademais da região metropolitana de Santa Cruz de La Sierra e das suas proximidades, destacam-se San Ignacio de Velasco (com 66.585 habitantes), na província de Velasco; Yapacaní (com 59.367 habitantes), na província de Ichilo; San Julián (com 54.460 habitantes), na província Ñuflo de Chávez; além de Pailón (com 43.461 habitantes), na província de Chiquitos.

No que se refere à expressividade dos municípios fronteiriços com o Brasil em relação ao conjunto do departamento, o seu peso é menos expressivo quando comparado aos demais departamentos bolivianos abordados nas seções anteriores. A população dos municípios *cruceños* fronteiriços com o Brasil abarca cerca de 8,8% da população departamental, dentre os municípios lindeiros (San Ignacio de Velasco, Puerto Suarez, Puerto Quijarro e San Matías, que somam 125.780 habitantes), os não lindeiros inseridos parcialmente na faixa de fronteira (Concepción, San Rafael e Carmen Rivero Torrez, que somam 38.673 habitantes) e os demais municípios que compõem províncias inseridas na zona de segurança fronteiriça boliviana (San Julián, Cuatro Cañadas, San Javier, San Miguel de Velasco, San Ramón e San Antonio de Lomerío, que somam 126.693 habitantes) (Gráfico 6).

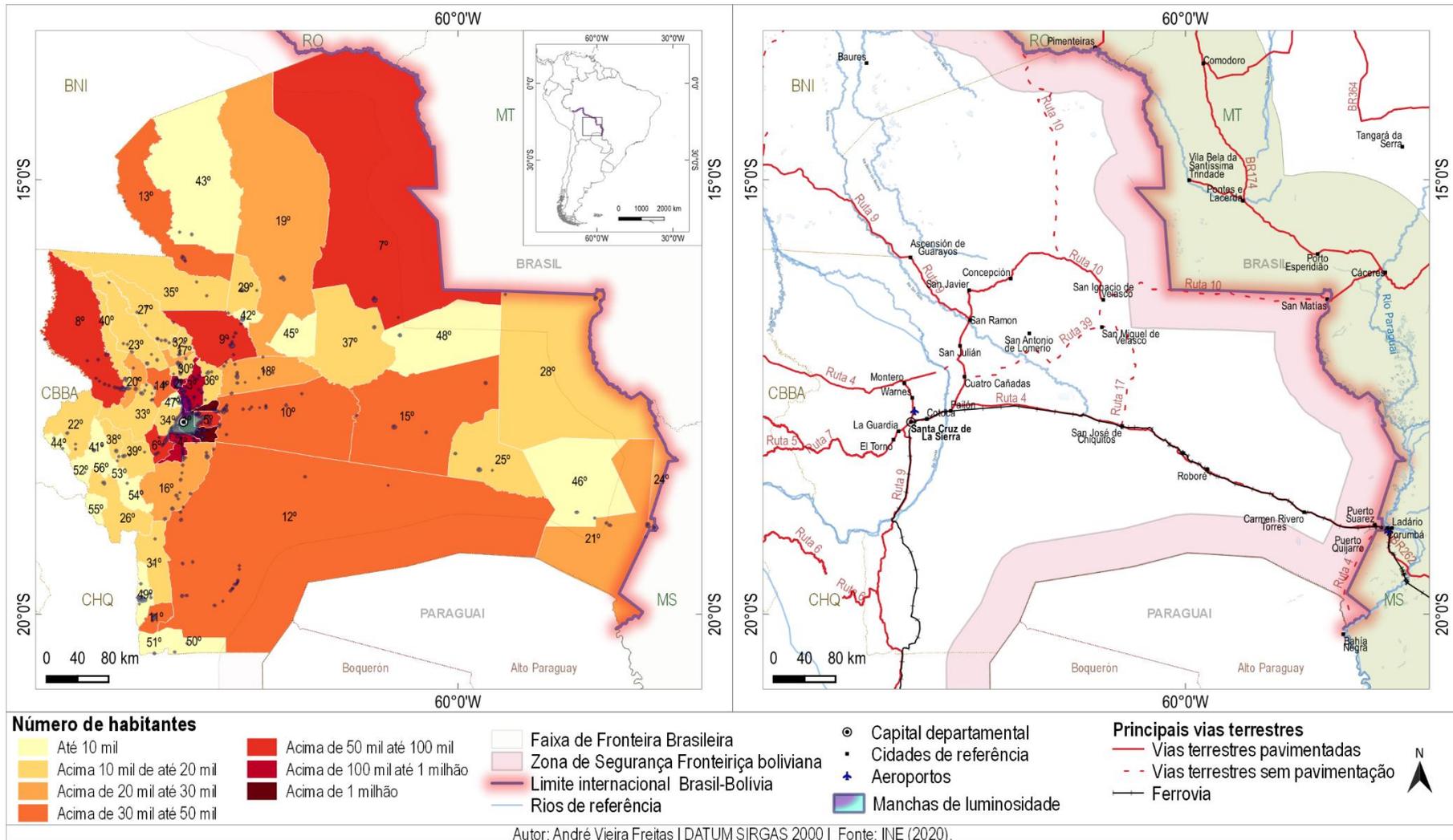
Gráfico 6 – Número de habitantes dos municípios de Santa Cruz quanto à sua inserção na faixa de fronteira, com destaque para os mais populosos (projeção para 2020)



Elaboração do autor. Dados: INE (2020).

Acerca da distribuição espacial da população entre os municípios *cruceños*, é marcante a concentração na região metropolitana de Santa Cruz de la Sierra e seu entorno, que concentra os seis municípios mais populosos e outros de menor expressão. Para essa porção do território *cruceño* é para onde converge a malha viária do departamento e onde se adensam majoritariamente as manchas de luminosidade. No que se refere à fronteira com o Brasil, é possível salientar ainda a relativa expressividade de San Ignacio de Velasco (o sétimo mais populoso), e, apesar de sua relativamente menor expressividade demográfica, a relevância de San Matias, Puerto Suarez e Puerto Quijarro como importantes nós na integração entre os dois países (Figura 50).

Figura 50 – Distribuição da população entre os municípios de Santa Cruz, rede viária e manchas de luminosidade



Apesar da relativa menor expressividade dos municípios fronteiriços com o Brasil, diante da acentuada centralidade da metrópole *cruceña*, há que se ressaltar o papel dos desses municípios regionalmente, em especial San Ignacio de Velasco, na porção leste; ademais de Puerto Suarez e Puerto Quijarro, na porção sudeste. No caso das duas últimas cidades na porção sueste do departamento, afiguram como um importante nó logístico, tendo em vista o adensamento das de infraestruturas nos modais rodoviário, ferroviário e hidroviário.

4.3.5. Acre

O estado brasileiro menos populoso dentre os fronteiriços com a Bolívia apresenta uma distribuição bastante heterogênea de seus habitantes, com forte concentração na capital, que concentra quase metade da população. A média da população entre os municípios do Acre é de cerca de 40.658 habitantes e o coeficiente de variação é de aproximadamente 210%, com apenas quatro municípios apresentando variância positiva, sendo a capital responsável por quase metade da população do estado (Tabela 14, Gráfico 7).

Tabela 14 – Projeção da população dos municípios do Acre para 2020

Município	População projetada para 2020	Ranking	Relação com o limite internacional	Na faixa de fronteira com a Bolívia
Rio Branco	413.418	1º	Não lindeiro	Totalmente ⁽¹⁾
Cruzeiro do Sul	89.072	2º	Lindeiro BR-PE	Não inserido ⁽²⁾
Sena Madureira	46.511	3º	Lindeiro BR-PE	Parcialmente ⁽²⁾
Tarauacá	43.151	4º	Não lindeiro	Não inserido ⁽¹⁾
Feijó	34.884	5º	Lindeiro BR-PE	Não inserido ⁽²⁾
Brasiléia	26.702	6º	Lindeiro BR-BO	Totalmente ⁽³⁾
Senador Guiomard	23.236	7º	Não lindeiro	Totalmente
Plácido de Castro	19.955	8º	Lindeiro BR-BO	Totalmente
Xapuri	19.596	9º	Não lindeiro	Totalmente ⁽²⁾
Rodrigues Alves	19.351	10º	Não Lindeiro BR-PE	Não inserido ⁽³⁾
Mâncio Lima	19.311	11º	Lindeiro BR-PE	Não inserido ⁽³⁾
Marechal Thaumaturgo	19.299	12º	Lindeiro BR-PE	Não inserido ⁽³⁾
Porto Acre	18.824	13º	Não lindeiro	Totalmente
Epitaciolândia	18.696	14º	Lindeiro BR-BO	Totalmente ⁽³⁾
Acrelândia	15.490	15º	Lindeiro BR-BO	Totalmente
Porto Walter	12.241	16º	Lindeiro BR-PE	Não inserido ⁽³⁾
Capixaba	12.008	17º	Lindeiro BR-BO	Totalmente
Bujari	10.420	18º	Não lindeiro	Predominantemente
Manoel Urbano	9.581	19º	Lindeiro BR-PE	Parcialmente ⁽²⁾
Jordão	8.473	20º	Lindeiro BR-PE	Não inserido ⁽³⁾
Assis Brasil	7.534	21º	Lindeiro BR-BO-PE	Totalmente ⁽³⁾
Santa Rosa do Purus	6.717	22º	Lindeiro BR-PE	Não inserido ⁽³⁾
 TOTAL	894.470			

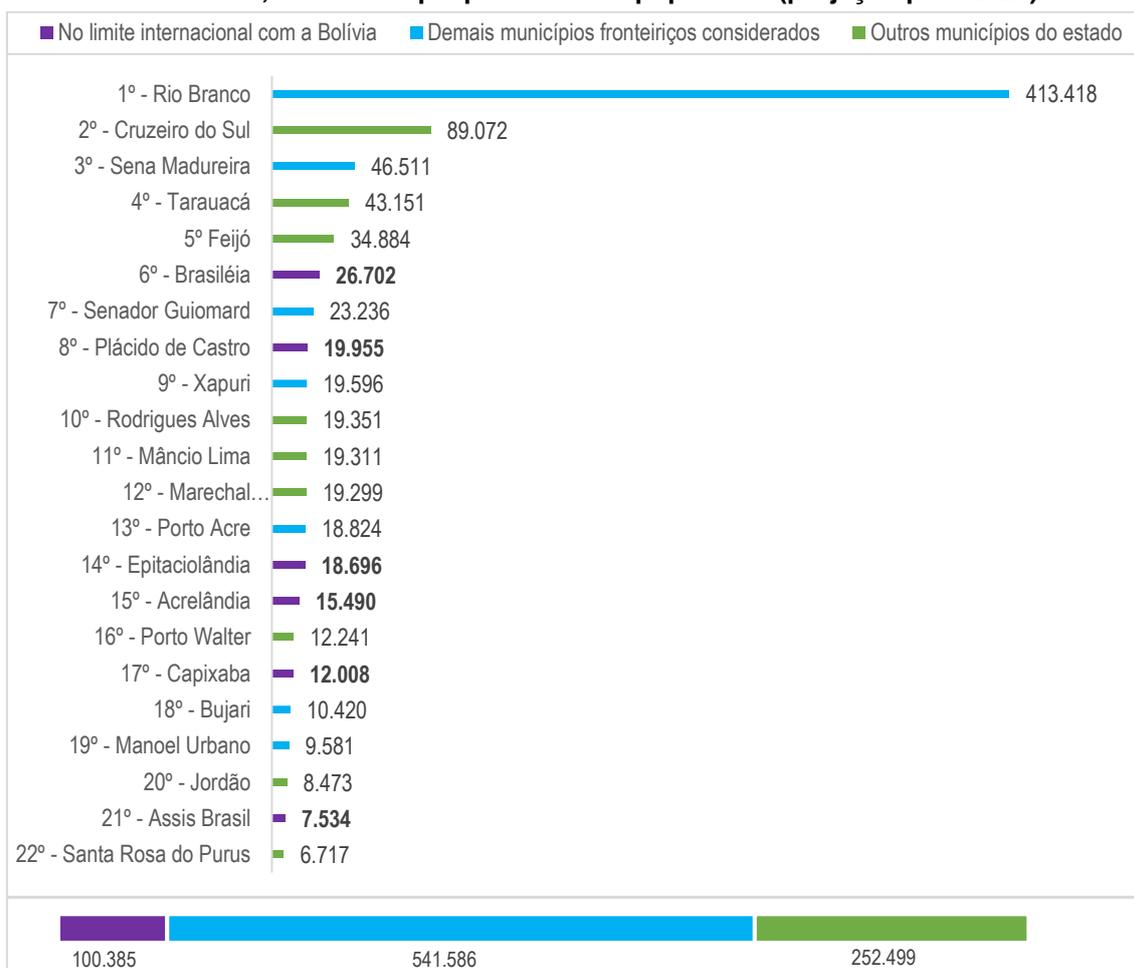
⁽¹⁾ Parcialmente inserido na faixa de fronteira Brasileira, no trecho comum com o Peru.

⁽²⁾ Predominantemente inserido na faixa de fronteira Brasileira, no trecho comum com o Peru.

⁽³⁾ Totalmente inserido na faixa de fronteira Brasileira, no trecho comum com o Peru.

Elaboração do autor. Dados: IBGE (2022).

Gráfico 7 – Número de habitantes dos municípios do Acre quanto à sua inserção na faixa de fronteira, com destaque para os mais populosos (projeção para 2020)



Elaboração do autor. Dados: IBGE (2022).

No que se refere à díade Brasil-Bolívia, seis municípios estão no limite internacional com a Bolívia (Acrelândia, Assis Brasil, Brasiléia, Capixaba, Epitaciolândia e Plácido de Castro) (que somam 100.385 habitantes, cerca de 11,2% da população)⁷⁴. Quando se consideram os demais municípios não limítrofes, porém inseridos total (Porto Acre, Rio Branco, Senador Guimard e Xapuri), predominante (Bujari) ou parcialmente (Manoel Urbano e Sena

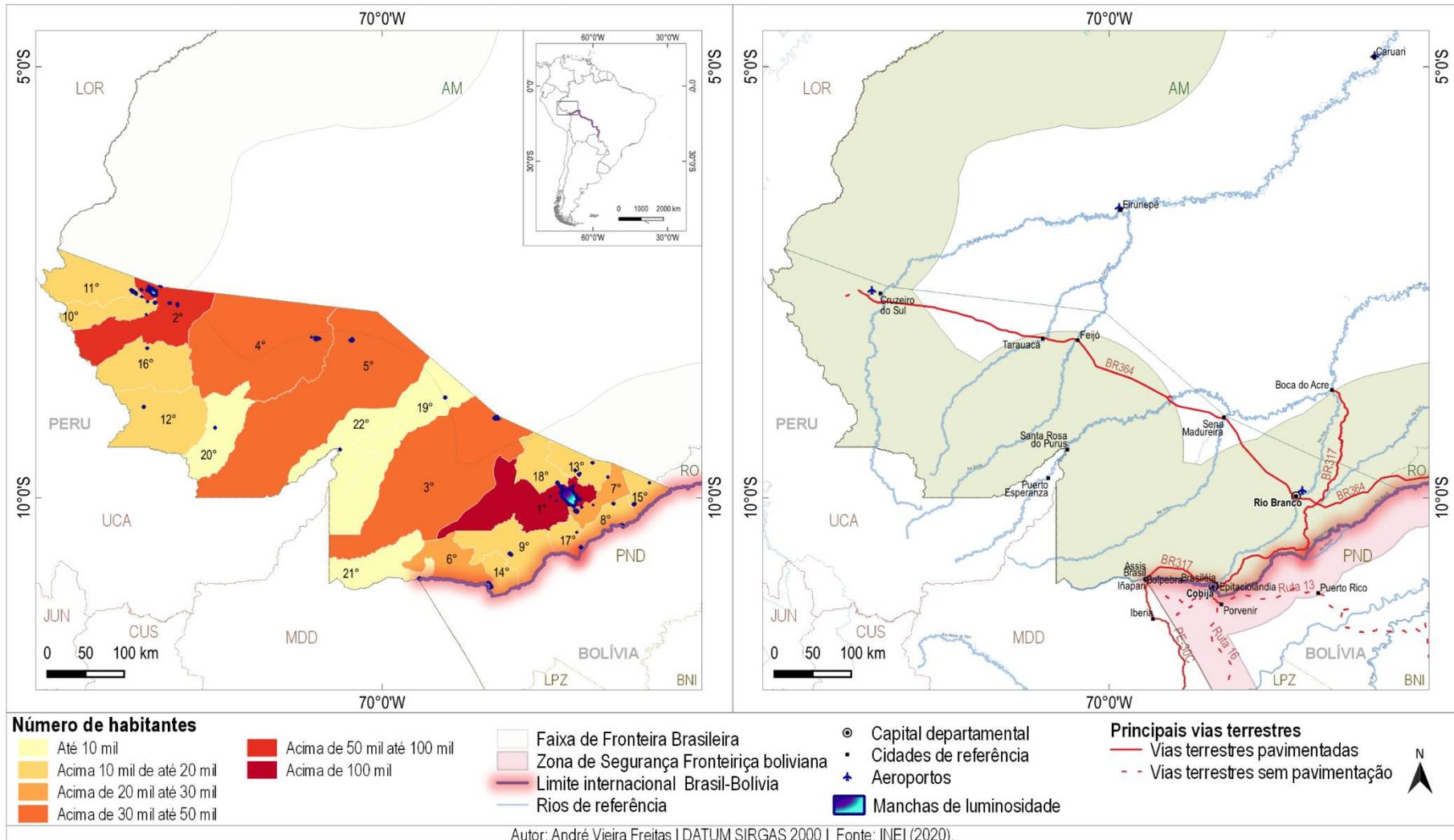
⁷⁴ Com exceção de Assis Brasil (na tríplice fronteira Brasil-Peru-Bolívia), os dez municípios que se localizam no limite internacional com o Peru (Cruzeiro do Sul, Feijó, Jordão, Mâncio Lima, Manoel Urbano, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves, Santa Rosa do Purus e Sena Madureira) somam 265.440 habitantes, cerca de 29,7% da população do estado.

Madureira) na faixa de fronteira brasileira⁷⁵, no trecho comum com a Bolívia, somam-se ao grupo anterior outros sete municípios que abrangem 541.586 habitantes (aproximadamente 60,5% da população do estado). Nota-se, pois, a relevância dos municípios acreanos na díade Brasil-Bolívia que com suas populações somadas abrangem cerca de 71,8% dos habitantes do estado. Desses municípios na faixa de fronteira com a Bolívia cabe destacar a capital estadual e Brasília.

No que se refere à distribuição espacial da população entre os municípios do estado, destacam-se duas porções com alguns polos: na porção oriental, inserida na bacia do rio Juruá e situada na díade Brasil-Peru, destaca-se a centralidade de Cruzeiro do Sul, que conta com um aeroporto internacional e cuja sede se situa às margens do rio Juruá, além de Tarauacá, às margens do rio homônimo e Feijó, às margens do rio Envira, sendo os núcleos urbanos desses municípios conectados pela rodovia BR-364; na porção ocidental, situada na bacia do rio Purus, que envolve a tríade Brasil-Bolívia-Peru, destaca-se a centralidade da capital acreana, onde se localiza o aeroporto internacional mais movimentado do estado, cuja sede municipal se situa às margens do rio que dá nome ao estado e Sena Madureira, situada às margens do rio Iaco, ambas as cidades conectadas pela rodovia BR-364. No que se refere à porção oriental do estado, além do peso demográfico, cabe destacar ainda o maior adensamento de manchas de luminosidade e da rede viária, com as rodovias BR-364 e BR-317 e o seu papel estratégico de integração na tríplice fronteira.

⁷⁵ Todos os municípios do Acre estão inseridos na faixa de fronteira (16 totalmente, 5 predominantemente e 1 parcialmente), alguns no trecho comum com a Bolívia, outros no trecho comum com o Peru e alguns em ambos.

Figura 51 – Distribuição da população entre os municípios do Acre, rede viária e manchas de luminosidade



O Acre caracteriza-se, pois, como um estado essencialmente fronteiriço, tendo em vista que todos os seus municípios se inserem na faixa de fronteira. Especificamente quanto à porção oriental do estado, cabe destacar, além do seu papel na integração na tríplice fronteira pela rodovia interoceânica, o peso da conurbação Brasiléia-Epitaciolândia-Cobija, como um importante polo de comercial de serviços e demográfico.

4.3.6. Amazonas

Acerca do estado do Amazonas, que apresenta apenas três municípios inseridos na faixa de fronteira brasileira no trecho comum com a Bolívia, nota-se uma forte concentração da população na capital estadual, que concentra mais da metade da população do Amazonas, e uma grande discrepância em relação aos demais municípios. Ao passo que a média de população entre os municípios amazonenses é de 67.866 habitantes o coeficiente de variação é de 411%, e apenas cinco municípios apresentam variância positiva, ou seja, com população acima da média (Gráfico 8, Tabela 15).

Gráfico 8 – Ranking populacional dos municípios do Amazonas (projeção para 2020)



Elaboração do autor. Dados: IBGE (2022).

Tabela 15 – Projeção da população dos municípios do Amazonas para 2020

Município	População projetada para 2020	Ranking	Relação com o limite internacional	Na faixa de fronteira com a Bolívia
Manaus	2.219.580	1º	Não lindeiro	Não inserido
Parintins	115.363	2º	Não lindeiro	Não inserido
Itacoatiara	102.701	3º	Não lindeiro	Não inserido
Manacapuru	98.502	4º	Não lindeiro	Não inserido
Coari	85.910	5º	Não lindeiro	Não inserido
Tabatinga	67.182	6º	Lindeiro (BR-CO-PE)	Não inserido ⁽¹⁾
Maués	65.040	7º	Não lindeiro	Não inserido
Tefé	59.547	8º	Não lindeiro	Não inserido
Manicoré	56.583	9º	Não lindeiro	Não inserido
Humaitá	56.144	10º	Não lindeiro	Não inserido
Iranduba	49.011	11º	Não lindeiro	Não inserido
Lábrea	46.882	12º	Lindeiro (BR-BO)	Predominante
São Gabriel da Cachoeira	46.303	13º	Lindeiro (BR-CO-VE)	Não inserido ⁽²⁾⁽³⁾
Benjamin Constant	43.935	14º	Lindeiro (BR-PE)	Não inserido ⁽²⁾⁽⁴⁾
Borba	41.748	15º	Não lindeiro	Não inserido
Autazes	40.290	16º	Não lindeiro	Não inserido
São Paulo de Olivença	40.073	17º	Não lindeiro	Não inserido ⁽²⁾⁽⁴⁾
Careiro	38.348	18º	Não lindeiro	Não inserido
Nova Olinda do Norte	38.026	19º	Não lindeiro	Não inserido
Presidente Figueiredo	37.193	20º	Não lindeiro	Não inserido
Eirunepé	35.700	21º	Não lindeiro	Não inserido
Boca do Acre	34.635	22º	Não lindeiro	Parcial
Rio Preto da Eva	34.106	23º	Não lindeiro	Não inserido
Manaquiri	33.049	24º	Não lindeiro	Não inserido
Barreirinha	32.483	25º	Não lindeiro	Não inserido
Careiro da Várzea	30.846	26º	Não lindeiro	Não inserido
Ipixuna	30.436	27º	Não lindeiro	Não inserido ⁽⁵⁾
Codajás	29.168	28º	Não lindeiro	Não inserido
Carauari	28.508	29º	Não lindeiro	Não inserido
Barcelos	27.638	30º	Lindeiro (BR-VE)	Não inserido ⁽³⁾
Novo Aripuanã	26.046	31º	Não lindeiro	Não inserido
Santa Isabel do Rio Negro	25.865	32º	Lindeiro (BR-VE)	Não inserido ⁽⁶⁾⁽⁷⁾
Urucurituba	23.585	33º	Não lindeiro	Não inserido
Apuí	22.359	34º	Não lindeiro	Não inserido
Anori	21.477	35º	Não lindeiro	Não inserido
Nhamundá	21.443	36º	Não lindeiro	Não inserido
Santo Antônio do Içá	21.243	37º	Lindeiro (BR-CO)	Não inserido ⁽²⁾⁽⁴⁾
Atalaia do Norte	20.398	38º	Lindeiro (BR-PE)	Não inserido ⁽²⁾⁽⁴⁾
Envira	20.393	39º	Não lindeiro	Não inserido
Beruri	20.093	40º	Não lindeiro	Não inserido
Novo Airão	19.928	41º	Não lindeiro	Não inserido
Boa Vista do Ramos	19.626	42º	Não lindeiro	Não inserido
Pauini	19.522	43º	Não lindeiro	Não inserido
Tonantins	18.897	44º	Não lindeiro	Não inserido ⁽⁷⁾
Maraã	18.261	45º	Não lindeiro	Não inserido
Tapauá	17.015	46º	Não lindeiro	Não inserido
Fonte Boa	17.005	47º	Não lindeiro	Não inserido
Guajará	16.937	48º	Lindeiro (BR-PE)	Não inserido ⁽⁴⁾

Município	População projetada para 2020	Ranking	Relação com o limite internacional	Na faixa de fronteira com a Bolívia
Alvarães	16.220	49º	Não lindeiro	Não inserido
Urucará	16.130	50º	Não lindeiro	Não inserido
Canutama	15.807	51º	Lindeiro (BR-BO)	Parcial
Juruá	15.106	52º	Não lindeiro	Não inserido
São Sebastião do Uatumã	14.352	53º	Não lindeiro	Não inserido
Anamá	13.956	54º	Não lindeiro	Não inserido
Jutaí	13.886	55º	Não lindeiro	Não inserido ⁽⁵⁾⁽⁷⁾
Uarini	13.690	56º	Não lindeiro	Não inserido
Caapiranga	13.283	57º	Não lindeiro	Não inserido
Amaturá	11.736	58º	Não lindeiro	Não inserido ⁽⁷⁾
Itapiranga	9.230	59º	Não lindeiro	Não inserido
Silves	9.230	60º	Não lindeiro	Não inserido
Itamarati	7.814	61º	Não lindeiro	Não inserido
Japurá	2.251	62º	Lindeiro (BR-CO)	Não inserido ⁽²⁾⁽⁴⁾
 TOTAL	4.207.714			

(1) Totalmente inserido na faixa de fronteira, no trecho comum com a Colômbia e o Peru

(2) Predominantemente inserido na faixa de fronteira brasileira, no trecho comum com a Colômbia

(3) Parcialmente inserido na faixa de fronteira brasileira, no trecho comum com a Venezuela

(4) Predominantemente inserido na faixa de fronteira brasileira, no trecho comum com o Peru

(5) Parcialmente inserido na faixa de fronteira brasileira, no trecho comum com o Peru

(6) Predominantemente inserido na faixa de fronteira brasileira, no trecho comum com a Venezuela

(7) Parcialmente inserido na faixa de fronteira brasileira, no trecho comum com a Colômbia

Fonte: IBGE (2022).

Desse rol de municípios, Manaus é o que supera o número de 1 milhão de habitantes, com seus 2.219.580 habitantes representando cerca de 52,8%; do total do estado); outros dois (Parintins e Itacoatiara) superam os 100 mil habitantes, ambos somando 219.064 habitantes (aproximadamente 5,2% da população do estado); outros sete (Manacapuru, Coari, Tabatinga, Maués, Tefé, Manicoré e Humaitá) ultrapassam os 50 mil habitantes, mas não chegam ao 100 mil, somando 488.908 habitantes (aproximadamente 11,6% do total do estado); outros 17 apresentam população acima de 30 até 50 mil, somando 653.064 habitantes (cerca de 15,5% da população do estado); outros 13 municípios apresentam população acima de 20 até 30 mil habitantes, somando 308.216 (aproximadamente 7,3% dos habitantes do estado); outros 18 apresentam população acima de 10 até 20 mil habitantes, somando 291.357 pessoas, (cerca de 6,9% do total do estado); além de quatro municípios com população até 10 mil habitantes, que somam 28.525 (apenas 0,7% do total do estado).

Desses dados, salienta-se a forte centralidade da capital, com 2.219.580 de habitantes, e da sua região metropolitana, com destaque para Itacoatiara,

com 102.701 habitantes e Manacapuru, com 98.502 habitantes. No que se refere aos municípios fronteiriços amazonenses considerados na análise, Lábrea apresenta 46.882 habitantes, Boca do Acre 34.635 e Canutama 15.807.

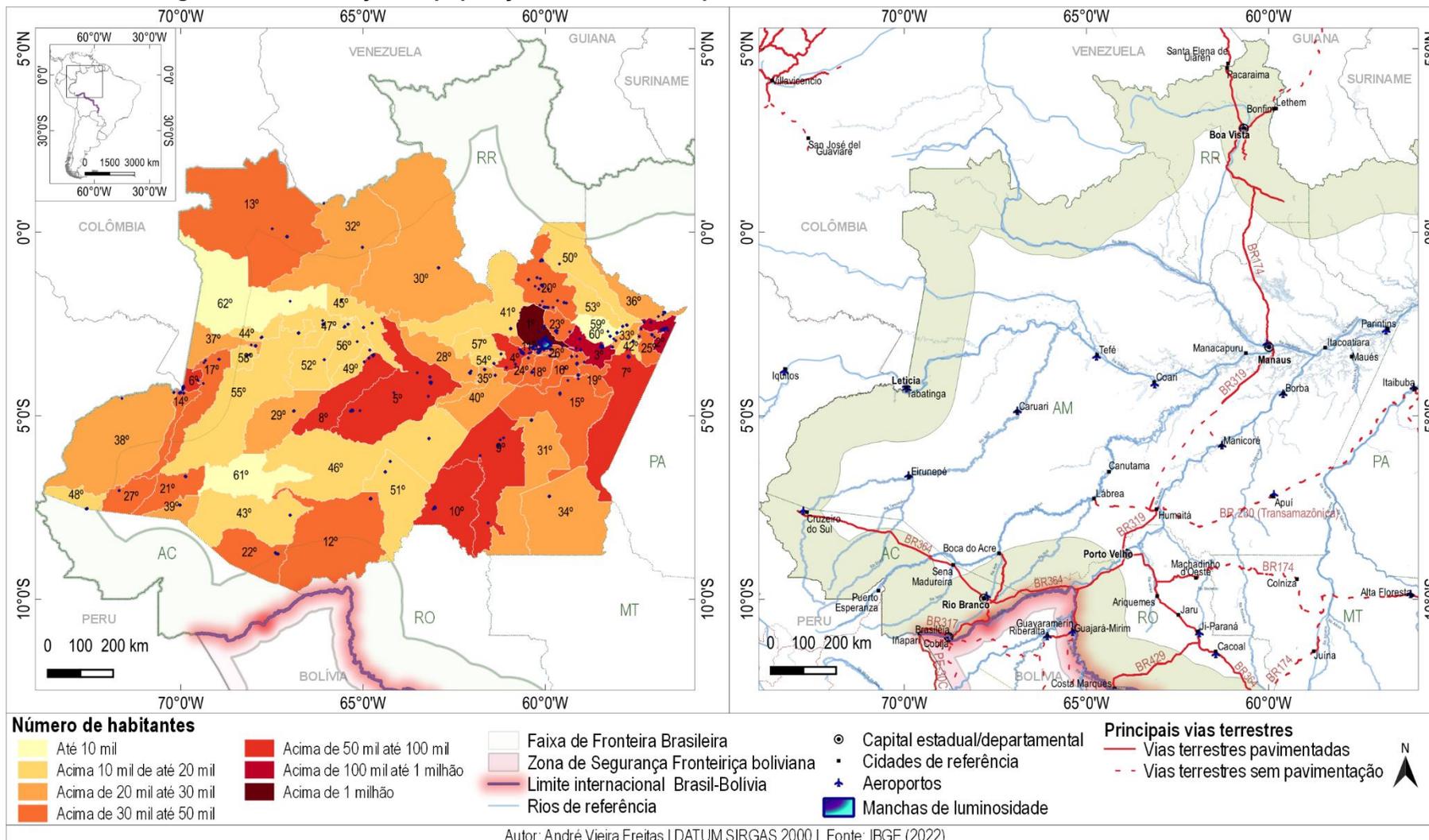
Quanto à distribuição espacial da população entre os municípios amazonenses, nota-se que aqueles com população mais expressiva se encontram, sobretudo, na porção oriental, onde há a maior densidade de manchas de luminosidade e no centro do estado (Figura 52).

Essa distribuição tem um íntimo nexos com a hidrografia: Manaus, Parintins e Itacoatiara estão às margens do rio Amazonas; Manacapuru, Coari, Tabatinga e Tefé estão às margens do rio Solimões; Maués situa-se às margens do rio Maués-açu; Manicoré e Humaitá situam-se às margens do rio Madeira. Quanto aos municípios fronteiriços amazonenses considerados na análise: Lábrea, Boca do Acre e Canutama situam-se às margens do rio Purus. Vale ressaltar que esses rios são importantes vias de comunicação e comércio, em que pese a sazonalidade da navegação em alguns deles.

A rede aeroportuária do estado é caracterizada por uma série de aeroportos (Apuí, Borba, Caruari, Coari, Eirinepé, Humairá, Maués, Parintins, Tabatinga e Tefé) com voos diretos para a capital estadual, que, por sua vez, tem voos diretos para diversas capitais e importantes centros regionais nacionais, além de capitais de países latino-americanos e um voo para os EUA. Em que pese a baixa oferta de voos na maioria desses aeroportos, a oscilação nas operações e a inatividade de outros aeroportos no estado, como o de Lábrea e Humaitá, eles servem como vias de conexão entre os territorialmente distantes núcleos amazonenses e são ainda indicativos de certo grau de centralidade regional.

No que se refere à rede de rodovias destaca-se a sua pouca expressão e adensamento. Além da ligação entre a capital amazonense e o estado de Roraima pela rodovia BR-174, Manaus se liga a Porto Velho pela rodovia BR-319, em um trajeto predominantemente sem pavimentação, incluindo-se a travessia de diversos rios por balsa. Na porção meridional do estado, Lábrea se liga a Humaitá e, a partir da travessia de balsa do rio Madeira, ao estado do Pará pela BR-230 (a rodovia Transamazônica), com um trecho em sua grande maioria sem pavimentação. A cidade de Boca do Acre se liga ao estado do Acre pela rodovia BR-317, importante via na fronteira Brasil-Bolívia.

Figura 52 – Distribuição da população entre os municípios do Amazonas, rede viária e manchas de luminosidade



Desse olhar sobre os municípios do estado do Amazonas, nota-se que, apesar de não envolverem entre os principais núcleos de ocupação do estado, os municípios inseridos na faixa de fronteira no trecho comum com a Bolívia apresentam-se como polos regionais na porção sudoeste do Amazonas e possíveis eixos de integração com os demais entes subnacionais próximos. Seria o caso dos fluxos rodoviários e fluviais entre Boca do Acre e Rio Branco, a conexão hidroviária de Lábrea com Rio Branco, a conexão rodoviária de Lábrea com Humaitá e, por rodovia e hidrovia, a conexão entre Humaitá e Porto Velho. Tendo em vista essas conexões, viabiliza-se a integração, via Acre e Rondônia, com Pando, Madre de Dios e o Beni.

4.3.7. Rondônia

Em relação aos entes subnacionais de primeira ordem abordados nas seções anteriores, o estado de Rondônia apresenta uma distribuição relativamente mais equilibrada da população entre os seus municípios. Ao passo que a média é de 34.547 habitantes por município e o coeficiente de variação é de 222%, com 12 municípios com variância positiva (população acima da média) e pouco menos de um terço da população do estado concentrada na capital (Tabela 16).

Tabela 16 – Projeção da população dos municípios de Rondônia para 2020

Município	Pop. projetada para 2020	Ranking	Relação com o limite internacional	Na faixa de fronteira com a Bolívia
Porto Velho	539.354	1º	Lindeiro	Parcial
Ji-Paraná	130.009	2º	Não lindeiro	Não inserido
Ariquemes	109.523	3º	Não lindeiro	Não inserido
Vilhena	102.211	4º	Não lindeiro	Parcial
Cacoal	85.893	5º	Não lindeiro	Não inserido
Rolim de Moura	55.407	6º	Não lindeiro	Parcial
Jaru	51.620	7º	Não lindeiro	Não inserido
Guajará-Mirim	46.556	8º	Lindeiro	Predominante
Machadinho d'Oeste	40.867	9º	Não lindeiro	Não inserido
Buritis	40.356	10º	Não lindeiro	Parcial
Pimenta Bueno	36.881	11º	Não lindeiro	Parcial
Ouro Preto do Oeste	35.737	12º	Não lindeiro	Não inserido
Espigão d'Oeste	32.695	13º	Não lindeiro	Não inserido
Nova Mamoré	31.392	14º	Lindeiro	Predominante
Candeias do Jamari	27.388	15º	Não lindeiro	Não inserido
Cujubim	26.183	16º	Não lindeiro	Não inserido
São Miguel do Guaporé	23.077	17º	Não lindeiro	Predominante
Alta Floresta d'Oeste	22.728	18º	Lindeiro	Total

Município	Pop. projetada para 2020	Ranking	Relação com o limite internacional	Na faixa de fronteira com a Bolívia
Alto Paraíso	21.847	19 ^o	Não lindeiro	Não inserido
São Francisco do Guaporé	20.681	20 ^o	Lindeiro	Total
Nova Brasilândia d'Oeste	20.489	21 ^o	Não lindeiro	Parcial
Costa Marques	18.798	22 ^o	Lindeiro	Total
Presidente Médici	18.571	23 ^o	Não lindeiro	Não inserido
Cerejeiras	16.204	24 ^o	Não lindeiro	Total
Monte Negro	16.007	25 ^o	Não lindeiro	Não inserido
Colorado do Oeste	15.544	26 ^o	Não lindeiro	Total
Campo Novo de Rondônia	14.266	27 ^o	Não lindeiro	Parcial
Alvorada d'Oeste	14.106	28 ^o	Não lindeiro	Parcial
Alto Alegre dos Parecis	13.255	29 ^o	Lindeiro	Total
Seringueiras	11.851	30 ^o	Não lindeiro	Total
Chupinguaia	11.472	31 ^o	Não lindeiro	Total
Vale do Anari	11.377	32 ^o	Não lindeiro	Não inserido
Urupá	11.272	33 ^o	Não lindeiro	Não inserido
Mirante da Serra	10.818	34 ^o	Não lindeiro	Não inserido
Itapuã do Oeste	10.641	35 ^o	Não lindeiro	Não inserido
Theobroma	10.395	36 ^o	Não lindeiro	Não inserido
Ministro Andreazza	9.559	37 ^o	Não lindeiro	Não inserido
Novo Horizonte do Oeste	8.329	38 ^o	Não lindeiro	Parcial
Governador Jorge Teixeira	7.445	39 ^o	Não lindeiro	Não inserido
Corumbiara	7.220	40 ^o	Não lindeiro	Total
Nova União	6.895	41 ^o	Não lindeiro	Não inserido
Vale do Paraíso	6.656	42 ^o	Não lindeiro	Não inserido
Cacaulândia	6.269	43 ^o	Não lindeiro	Não inserido
Santa Luzia d'Oeste	6.216	44 ^o	Não lindeiro	Predominante
Parecis	6.198	45 ^o	Não lindeiro	Predominante
Cabixi	5.188	46 ^o	Lindeiro	Total
São Felipe d'Oeste	5.066	47 ^o	Não lindeiro	Parcial
Teixeirópolis	4.233	48 ^o	Não lindeiro	Não inserido
Rio Crespo	3.804	49 ^o	Não lindeiro	Não inserido
Castanheiras	2.987	50 ^o	Não lindeiro	Não inserido
Primavera de Rondônia	2.776	51 ^o	Não lindeiro	Parcial
Pimenteiras do Oeste	2.148	52 ^o	Lindeiro	Total
 TOTAL	1.796.460			

Elaboração do autor: Dados: IBGE (2022).

Porto Velho, município de grande extensão territorial que apresenta sua malha no limite internacional com a Bolívia e se insere parcialmente na faixa de fronteira, com 539.354 habitantes, concentra cerca de 30% da população do estado. Além da capital estadual, no grupo dos municípios com mais de 100 mil habitantes, que são responsáveis por cerca de 49% da população do estado, aparecem Ji-Paraná (com 130.009 habitantes); Ariquemes (com 109.523

habitantes); além de Vilhena (com 102.211 habitantes), cuja malha territorial se insere parcialmente na faixa de fronteira.

Outros três municípios estão no grupo daqueles entre acima de 50 mil até 100 mil habitantes e são responsáveis por cerca de 10,7% da população do estado: Cacoal (com 85.893 habitantes); Rolim de Moura (com 55.407 habitantes), inserido parcialmente na faixa de fronteira; além de Jaru (com 51.620 habitantes).

Sete municípios apresentam população acima de 30 mil até 50 mil habitantes, abarcando cerca de 13,5% da população do estado. Nesse grupo de municípios estão: Guajará-Mirim (com 46.556 habitantes) e Nova Mamoré (com 31.392 habitantes, municípios situados no limite internacional com a Bolívia e inseridos predominantemente na faixa de fronteira; além de Buritis (com 40.356 habitantes) e Pimenta Bueno (com 36.881 habitantes), inseridos parcialmente na faixa de fronteira.

O grupo dos municípios entre 20 mil a 30 mil habitantes, que abrangem aproximadamente 9% da população do estado, é composto por sete municípios, dentre eles: Alta Floresta d'Oeste (22.728 habitantes) e São Francisco do Guaporé (20.681 habitantes), inseridos totalmente na faixa de fronteira; São Miguel do Guaporé (com 23.077 habitantes), inserido predominantemente na faixa de fronteira; além de Nova Brasilândia d'Oeste (20.489 habitantes), inserido parcialmente na faixa de fronteira.

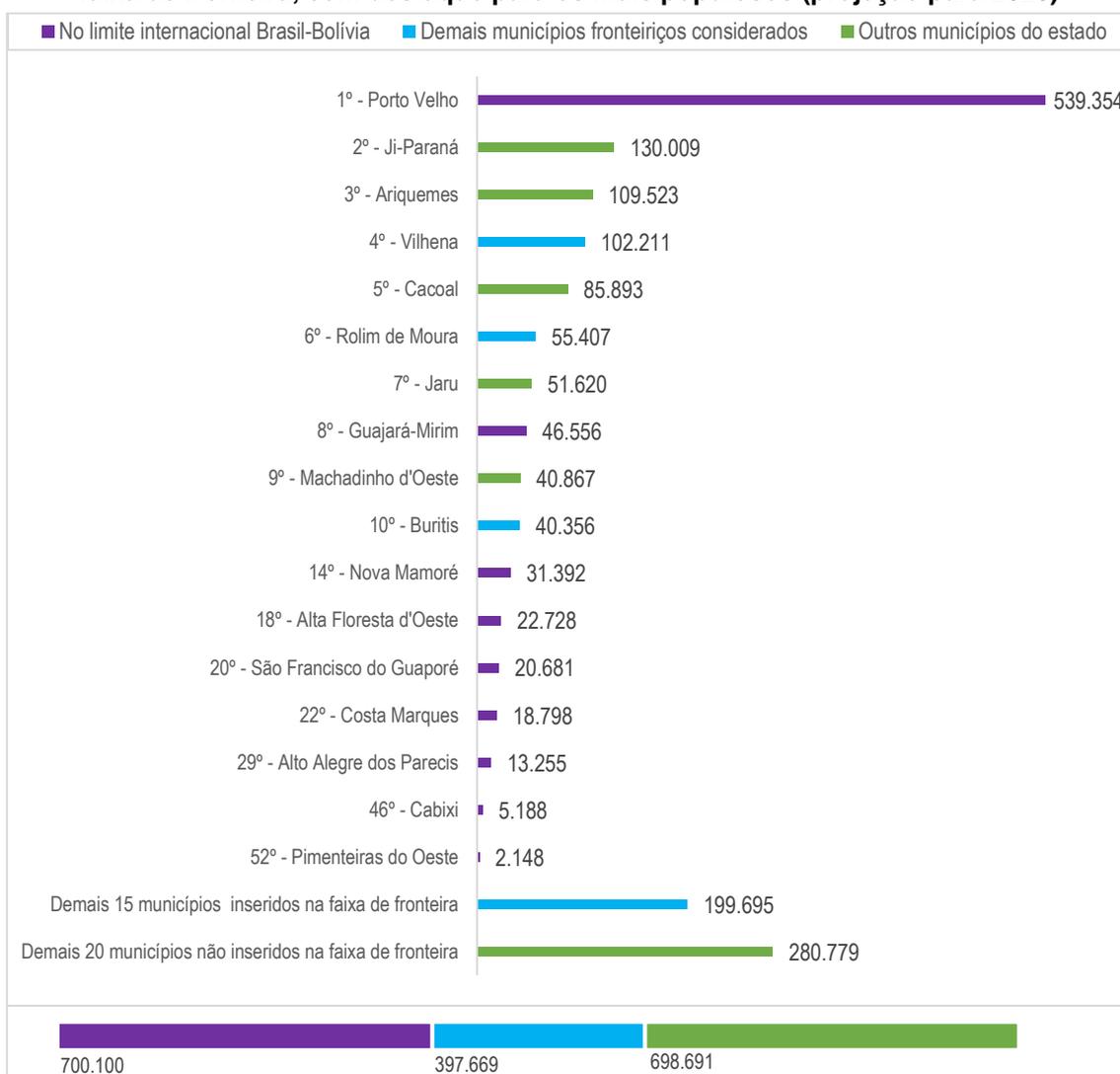
No grupo de municípios com população entre 10 mil a 20 mil habitantes estão quinze municípios, o que representa cerca de 11,4% da população do estado, dentre eles: Costa Marques (18.798 habitantes) e Alto Alegre dos Parecis (13.255 habitantes), cujas malhas territoriais se encontram no limite internacional e se inserem totalmente na faixa de fronteira; Cerejeiras (16.204 habitantes), Colorado do Oeste (15.544 habitantes), Seringueiras (11.851 habitantes) e Chupinguaia (11.472 habitantes), inseridos totalmente na faixa de fronteira; Campo Novo de Rondônia (14.266 habitantes) e Alvorada d'Oeste (14.106 habitantes), inseridos parcialmente na faixa de fronteira.

O grupo de municípios com população até 10 mil habitantes é composto por 16, que são responsáveis por cerca de 5,1% da população do estado. Nesse grupo estão: Cabixi (5.188 habitantes) e Pimenteiras do Oeste (2.148 habitantes), que estão no limite internacional e inseridos totalmente na faixa de

fronteira; Corumbiara (7.220 habitantes), que está totalmente inserido na faixa de fronteira; Santa Luzia d'Oeste (6.216 habitantes) e Parecis (6.198 habitantes), que estão inseridos predominantemente na faixa de fronteira; além de Novo Horizonte do Oeste (8.329 habitantes), São Felipe d'Oeste (5.066 habitantes) e Primavera de Rondônia (2.776 habitantes), que estão inseridos parcialmente na faixa de fronteira.

No que se refere aos municípios rondonienses cujas malhas territoriais se encontram total, predominante ou parcialmente na faixa de fronteira, suas populações somadas alcançam os 1.097.769 habitantes (cerca de 61,1% do total do estado), dos quais 700.100 habitantes estão nos municípios situados no limite internacional com a Bolívia (Gráfico 9).

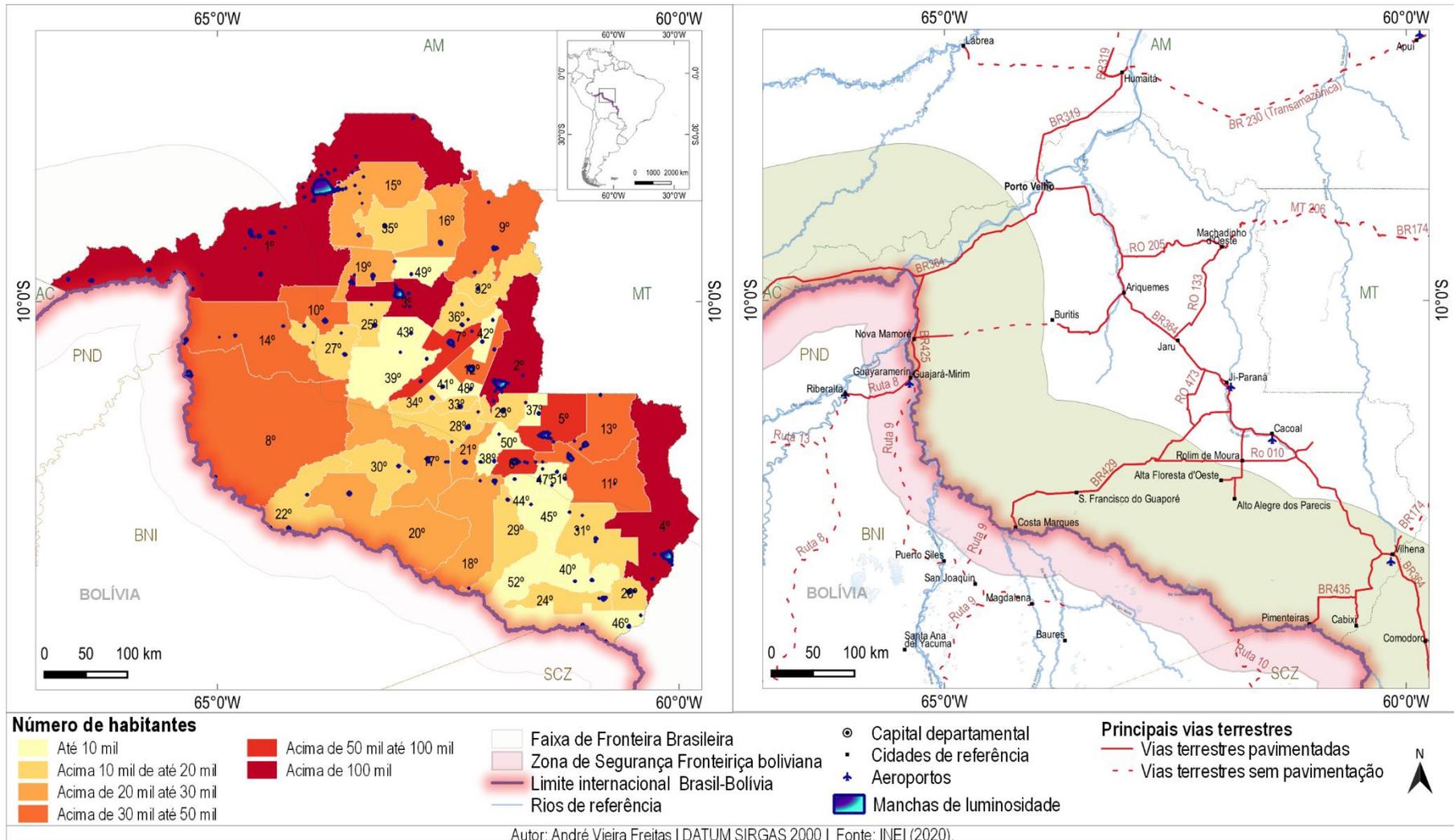
Gráfico 9 – Número de habitantes dos municípios de Rondônia quanto à sua inserção na faixa de fronteira, com destaque para os mais populosos (projeção para 2020)



Elaboração do autor. Dados: IBGE (2022).

Quanto à distribuição espacial da população entre os municípios de Rondônia, além do peso demográfico da capital Porto Velho, destacam-se as suas porções sudeste e centro-leste, no eixo da rodovia BR-364 e nas suas adjacências, onde se adensam maiormente as infraestruturas e as manchas de luminosidade. Destaca-se ainda, na porção ocidental rondoniense, no limite com a Bolívia, o município de Guajará-Mirim (Figura 53).

Figura 53 – Distribuição da população entre os municípios de Rondônia, rede viária e manchas de luminosidade



Desse olhar sobre a distribuição da população, das infraestruturas e dos espaços luminosos entre os municípios de Rondônia cabe, destacar no que se refere à fronteira com a Bolívia, três eixos de integração internacional, em que pese as deficiências de infraestrutura que ainda persistem do lado boliviano. O eixo principal está constituído ao longo das rodovias BR-425 e BR-364 e os rios Mamoré e Madeira, ligando importantes núcleos como Guajará-Mirim, Nova Mamoré e Porto Velho, como via de ligação multimodal entre Rondônia, Beni, Pando, Acre e Amazonas. O segundo eixo envolve o rio Guaporé/Iténez e a BR-425, conectando Costa Marques, São Francisco do Guaporé, Cacoal e Ji-Paraná aos núcleos benianos próximos. O terceiro eixo que envolve o rio Guaporé/Iténez, a BR-425 e seus arredores, conecta os Pimenteiras, Cabixi e Vilhena, como uma via de ligação entre o Beni, Rondônia e o Mato Grosso.

4.3.8. Mato Grosso

O estado de Mato Grosso apresenta 141 municípios, o número mais expressivo dentre os entes subnacionais considerados na análise e está entre os maiores em extensão territorial, com uma população relativamente mais distribuída em seu território. A média por município é de 25.009 habitantes, com 29 dos 141 municípios apresentando população acima desse valor (variância positiva) e, ao passo que o coeficiente de variação é de 247%, a capital e sua área metropolitana concentram pouco mais de um quarto da população do estado (Tabela 17).

Tabela 17 – Projeção da população de Mato Grosso para 2020

Município	População projetada para 2020	Ranking	Relação com o limite int. Brasil-Bolívia	Inserção na faixa de fronteira
Cuiabá	618.124	1º	Não lindeiro	Não inserido
Várzea Grande	287.526	2º	Não lindeiro	Não inserido
Rondonópolis	236.042	3º	Não lindeiro	Não inserido
Sinop	146.005	4º	Não lindeiro	Não inserido
Tangará da Serra	105.711	5º	Não lindeiro	Parcial
Cáceres	94.861	6º	Lindeiro	Total
Sorriso	92.769	7º	Não lindeiro	Não inserido
Lucas do Rio Verde	67.620	8º	Não lindeiro	Não inserido
Primavera do Leste	63.092	9º	Não lindeiro	Não inserido
Barra do Garças	61.135	10º	Não lindeiro	Não inserido
Alta Floresta	51.959	11º	Não lindeiro	Não inserido
Nova Mutum	46.813	12º	Não lindeiro	Não inserido
Pontes e Lacerda	45.774	13º	Não lindeiro	Total

Município	População projetada para 2020	Ranking	Relação com o limite int. Brasil-Bolívia	Inserção na faixa de fronteira
Campo Verde	45.740	14º	Não lindeiro	Não inserido
Juína	41.101	15º	Não lindeiro	Não inserido
Colniza	39.861	16º	Não lindeiro	Não inserido
Campo Novo do Parecis	36.143	17º	Não lindeiro	Não inserido
Guarantã do Norte	36.130	18º	Não lindeiro	Não inserido
Peixoto de Azevedo	35.338	19º	Não lindeiro	Não inserido
Barra do Bugres	35.307	20º	Não lindeiro	Parcial
Juara	35.121	21º	Não lindeiro	Não inserido
Colíder	33.649	22º	Não lindeiro	Não inserido
Poconé	33.315	23º	Não lindeiro	Predominante
Confresa	31.510	24º	Não lindeiro	Não inserido
Mirassol d'Oeste	27.941	25º	Não lindeiro	Total
Jaciara	27.807	26º	Não lindeiro	Não inserido
Sapezal	26.688	27º	Não lindeiro	Não inserido
Vila Rica	26.496	28º	Não lindeiro	Não inserido
Água Boa	26.204	29º	Não lindeiro	Não inserido
Paranatinga	22.861	30º	Não lindeiro	Não inserido
Aripuanã	22.714	31º	Não lindeiro	Não inserido
Diamantino	22.178	32º	Não lindeiro	Não inserido
Canarana	21.842	33º	Não lindeiro	Não inserido
São José do Rio Claro	21.011	34º	Não lindeiro	Não inserido
Comodoro	21.008	35º	Lindeiro	Predominante
Nova Xavantina	20.944	36º	Não lindeiro	Não inserido
Nova Olímpia	20.563	37º	Não lindeiro	Não inserido
Cotriguaçu	20.238	38º	Não lindeiro	Não inserido
Brasnorte	20.140	39º	Não lindeiro	Não inserido
Chapada dos Guimarães	19.453	40º	Não lindeiro	Não inserido
Alto Araguaia	19.385	41º	Não lindeiro	Não inserido
São José dos Quatro Marcos	18.846	42º	Não lindeiro	Total
Querência	17.937	43º	Não lindeiro	Não inserido
Pedra Preta	17.446	44º	Não lindeiro	Não inserido
Rosário Oeste	17.054	45º	Não lindeiro	Não inserido
Santo Antônio do Leverger	16.999	46º	Não lindeiro	Não inserido
Araputanga	16.951	47º	Não lindeiro	Total
Campinápolis	16.919	48º	Não lindeiro	Não inserido
Matupá	16.793	49º	Não lindeiro	Não inserido
Juruena	16.335	50º	Não lindeiro	Não inserido
Vila Bela da Santíssima Trindade	16.271	51º	Lindeiro	Total
Poxoréu	15.916	52º	Não lindeiro	Não inserido
Nova Bandeirantes	15.685	53º	Não lindeiro	Não inserido
Nobres	15.334	54º	Não lindeiro	Não inserido
Guiratinga	15.245	55º	Não lindeiro	Não inserido
Feliz Natal	14.522	56º	Não lindeiro	Não inserido
Tapurah	14.046	57º	Não lindeiro	Não inserido
Itiquira	13.552	58º	Não lindeiro	Não inserido
Nossa Senhora do Livramento	13.104	59º	Não lindeiro	Parcial
Nova Canaã do Norte	12.831	60º	Não lindeiro	Não inserido
Porto Alegre do Norte	12.685	61º	Não lindeiro	Não inserido
Nova Ubiratã	12.298	62º	Não lindeiro	Não inserido
Cláudia	12.245	63º	Não lindeiro	Não inserido

Município	População projetada para 2020	Ranking	Relação com o limite int. Brasil-Bolívia	Inserção na faixa de fronteira
Alto Garças	12.151	64°	Não lindeiro	Não inserido
Porto Esperidião	12.097	65°	Lindeiro	Total
São Félix do Araguaia	11.843	66°	Não lindeiro	Não inserido
Alto Paraguai	11.473	67°	Não lindeiro	Não inserido
Vera	11.402	68°	Não lindeiro	Não inserido
Paranaíta	11.244	69°	Não lindeiro	Não inserido
Juscimeira	11.176	70°	Não lindeiro	Não inserido
Alto Taquari	11.133	71°	Não lindeiro	Não inserido
Ribeirão Cascalheira	10.329	72°	Não lindeiro	Não inserido
Marcelândia	10.301	73°	Não lindeiro	Não inserido
Apiacás	10.283	74°	Não lindeiro	Não inserido
Carlinda	10.199	75°	Não lindeiro	Não inserido
Denise	9.544	76°	Não lindeiro	Não inserido
Arenópolis	9.502	77°	Não lindeiro	Não inserido
Terra Nova do Norte	9.473	78°	Não lindeiro	Não inserido
Tabaporã	9.429	79°	Não lindeiro	Não inserido
Novo Mundo	9.363	80°	Não lindeiro	Não inserido
Nova Monte Verde	9.277	81°	Não lindeiro	Não inserido
Nova Maringá	8.850	82°	Não lindeiro	Não inserido
Castanheira	8.749	83°	Não lindeiro	Não inserido
Jauru	8.582	84°	Não lindeiro	Total
Santa Terezinha	8.460	85°	Não lindeiro	Não inserido
Jangada	8.451	86°	Não lindeiro	Não inserido
Barão de Melgaço	8.164	87°	Não lindeiro	Parcial
Dom Aquino	8.159	88°	Não lindeiro	Não inserido
Ipiranga do Norte	7.920	89°	Não lindeiro	Não inserido
Gaúcha do Norte	7.782	90°	Não lindeiro	Não inserido
Campos de Júlio	7.070	91°	Não lindeiro	Predominante
Alto Boa Vista	6.936	92°	Não lindeiro	Não inserido
Itanhangá	6.885	93°	Não lindeiro	Não inserido
Pontal do Araguaia	6.843	94°	Não lindeiro	Não inserido
Nova Lacerda	6.751	95°	Não lindeiro	Total
Bom Jesus do Araguaia	6.706	96°	Não lindeiro	Não inserido
Lambari d'Oeste	6.186	97°	Não lindeiro	Total
Nortelândia	5.923	98°	Não lindeiro	Não inserido
Cocalinho	5.681	99°	Não lindeiro	Não inserido
São José do Xingu	5.620	100°	Não lindeiro	Não inserido
General Carneiro	5.592	101°	Não lindeiro	Não inserido
Porto dos Gaúchos	5.363	102°	Não lindeiro	Não inserido
Acorizal	5.334	103°	Não lindeiro	Não inserido
Santo Antônio do Leste	5.334	104°	Não lindeiro	Não inserido
Curvelândia	5.241	105°	Não lindeiro	Total
Rio Branco	5.150	106°	Não lindeiro	Total
Novo São Joaquim	4.938	107°	Não lindeiro	Não inserido
São Pedro da Cipa	4.771	108°	Não lindeiro	Não inserido
Canabrava do Norte	4.728	109°	Não lindeiro	Não inserido
Santa Carmem	4.563	110°	Não lindeiro	Não inserido
Nova Guarita	4.464	111°	Não lindeiro	Não inserido
São José do Povo	4.450	112°	Não lindeiro	Não inserido
Conquista D'Oeste	4.101	113°	Não lindeiro	Total
Novo Horizonte do Norte	4.051	114°	Não lindeiro	Não inserido
Rondolândia	4.036	115°	Não lindeiro	Não inserido

Município	População projetada para 2020	Ranking	Relação com o limite int. Brasil-Bolívia	Inserção na faixa de fronteira
Nova Nazaré	3.932	116°	Não lindeiro	Não inserido
Tesouro	3.824	117°	Não lindeiro	Não inserido
Nova Brasilândia	3.805	118°	Não lindeiro	Não inserido
Nova Santa Helena	3.737	119°	Não lindeiro	Não inserido
Itaúba	3.704	120°	Não lindeiro	Não inserido
Torixoréu	3.547	121°	Não lindeiro	Não inserido
Santa Rita do Trivelato	3.506	122°	Não lindeiro	Não inserido
União do Sul	3.490	123°	Não lindeiro	Não inserido
Figueirópolis D'Oeste	3.452	124°	Não lindeiro	Total
Nova Marilândia	3.304	125°	Não lindeiro	Não inserido
Salto do Céu	3.295	126°	Não lindeiro	Predominante
Santo Afonso	3.155	127°	Não lindeiro	Não inserido
Vale de São Domingos	3.126	128°	Não lindeiro	Predominante
Araguaiana	3.109	129°	Não lindeiro	Não inserido
Glória D'Oeste	3.008	130°	Não lindeiro	Total
Porto Estrela	2.877	131°	Não lindeiro	Predominante
Indiavaí	2.779	132°	Não lindeiro	Total
Reserva do Cabaçal	2.743	133°	Não lindeiro	Parcial
Novo Santo Antônio	2.705	134°	Não lindeiro	Não inserido
Planalto da Serra	2.649	135°	Não lindeiro	Não inserido
Santa Cruz do Xingu	2.633	136°	Não lindeiro	Não inserido
Ribeirãozinho	2.422	137°	Não lindeiro	Não inserido
Luciara	2.058	138°	Não lindeiro	Não inserido
Serra Nova Dourada	1.678	139°	Não lindeiro	Não inserido
Ponte Branca	1.550	140°	Não lindeiro	Não inserido
Araguainha	946	141°	Não lindeiro	Não inserido
 TOTAL	3.526.220			

Elaboração do autor. Dados: IBGE (2022).

Quanto ao ranking populacional entre os municípios mato-grossenses, na liderança está a capital (com 618.124 habitantes, cerca de 17,5% do total do estado), seguida por Várzea Grande (com 287.526, cerca de 8,2% do total do estado), cujas manchas urbanas apresentam-se conurbada em um arranjo metropolitano; Rondonópolis (com 236.042 habitantes); Sinop (com 146.005); além de Tangará da Serra (com 105.711), cuja malha territorial se encontra parcialmente na faixa de fronteira. Esses cinco municípios com população acima de 100 mil habitantes são responsáveis por cerca de 39,5% da população do estado.

No grupo dos municípios com população acima de 50 mil até 100 mil habitantes estão Cáceres (com 94.861), município situado no limite internacional com a Bolívia e cuja malha territorial está totalmente inserida na faixa de fronteira; Sorriso (com 92.769), Lucas do Rio Verde (com 67.620), Primavera do

Leste (com 63.092); Barra do Garças (com 61.135); além de Alta Floresta (com 51.959, em 11º).

Dentre os treze municípios com população acima de 30 mil até 50 mil habitantes, três encontram-se na faixa de fronteira: Pontes e Lacerda (com 45.774 habitantes, totalmente inserido; Barra do Bugres (com 35.307), parcialmente inserido; além de Poconé (com 33.315), predominantemente inserido.

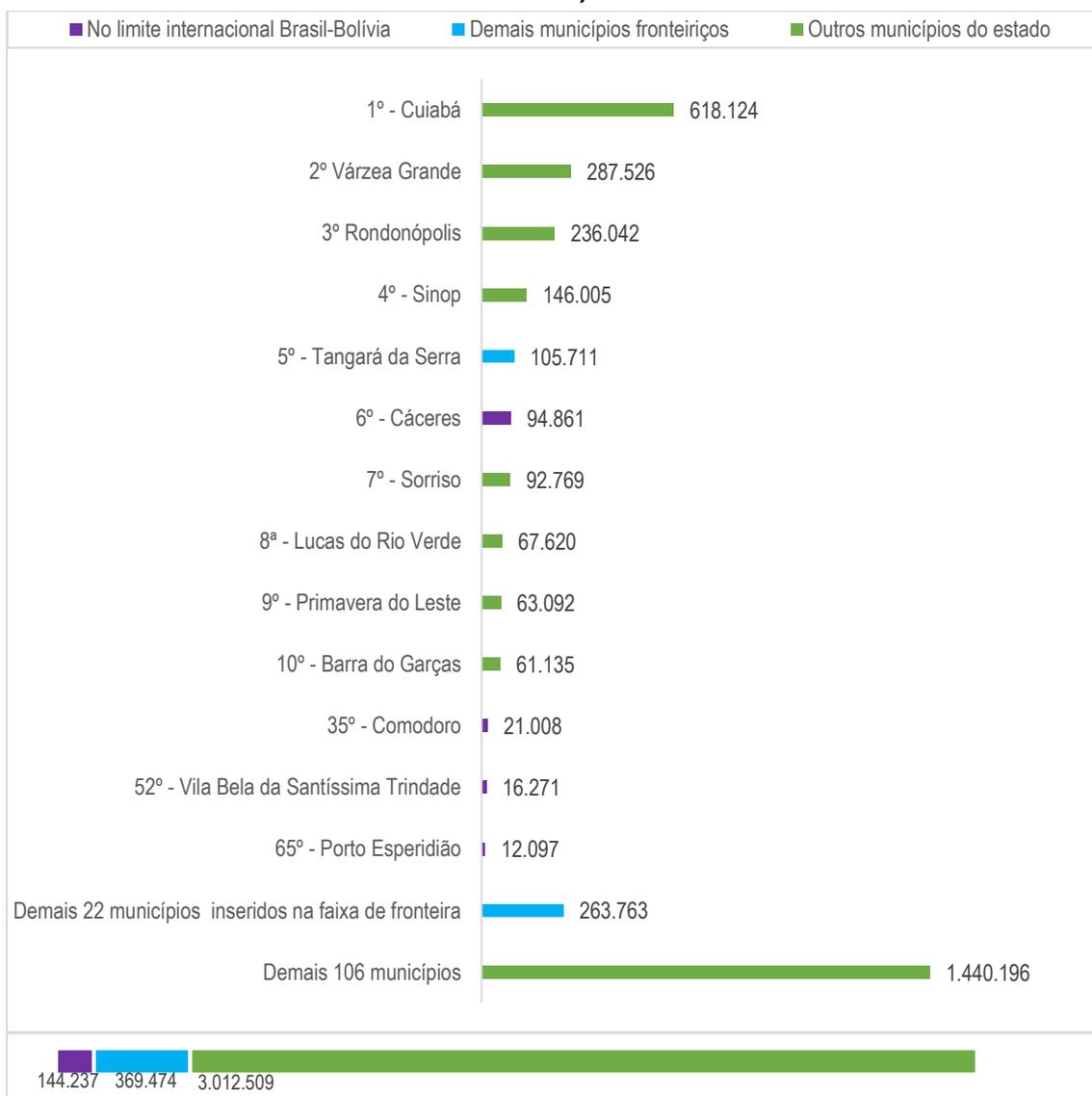
No grupo dos 15 municípios com população acima de 20 mil até 30 mil habitantes, há um inserido totalmente na faixa de fronteira, Mirassol d'Oeste (com 27.941), e um cuja malha territorial encontra-se no limite internacional com a Bolívia e predominantemente inserida na faixa de fronteira, Comodoro (com 21.008 habitantes).

Na faixa de população acima de 10 mil até 20 mil habitantes há 36 municípios, dentre os quais dois estão no limite internacional com a Bolívia e têm suas malhas territoriais inseridas na faixa de fronteira: Vila Bela da Santíssima Trindade (com 16.271 habitantes) e Porto Esperidião (com 12.097); além de três outros municípios na faixa de fronteira, São José dos Quatro Marcos (com 18.846), Araputanga (com 16.951), ambos inseridos totalmente, e Nossa Senhora do Livramento (com 13.104), inserido parcialmente.

Já quanto ao grupo dos 66 municípios mato-grossenses de até 10 mil habitantes, 15 têm suas malhas territoriais inseridas na faixa de fronteira: nove deles totalmente, Jauru (com 8.582 habitantes), Nova Lacerda (com 6.751), Lambari d'Oeste (com 6.186), Curvelândia (com 5.241), Rio Branco (com 5.150), Conquista D'Oeste (com 4.101), Figueirópolis D'Oeste (com 3.452), Glória D'Oeste (com 3.008) e Indiavaí (com 2.779); quatro estão inseridos predominantemente, Campos de Júlio (com 7.070), Salto do Céu (com 3.295), Vale de São Domingos (com 3.126) e Porto Estrela (com 2.877); além de dois inseridos parcialmente, Barão de Melgaço (com 8.164) e Reserva do Cabaçal (com 2.743).

Quanto aos municípios que têm suas malhas territoriais total, predominante ou parcialmente inseridos na faixa de fronteira, estão em número de 27 (quatro desses lindeiros) que em seu conjunto somam 513.711 habitantes (cerca de 14,6% da população do estado) (Gráfico 10).

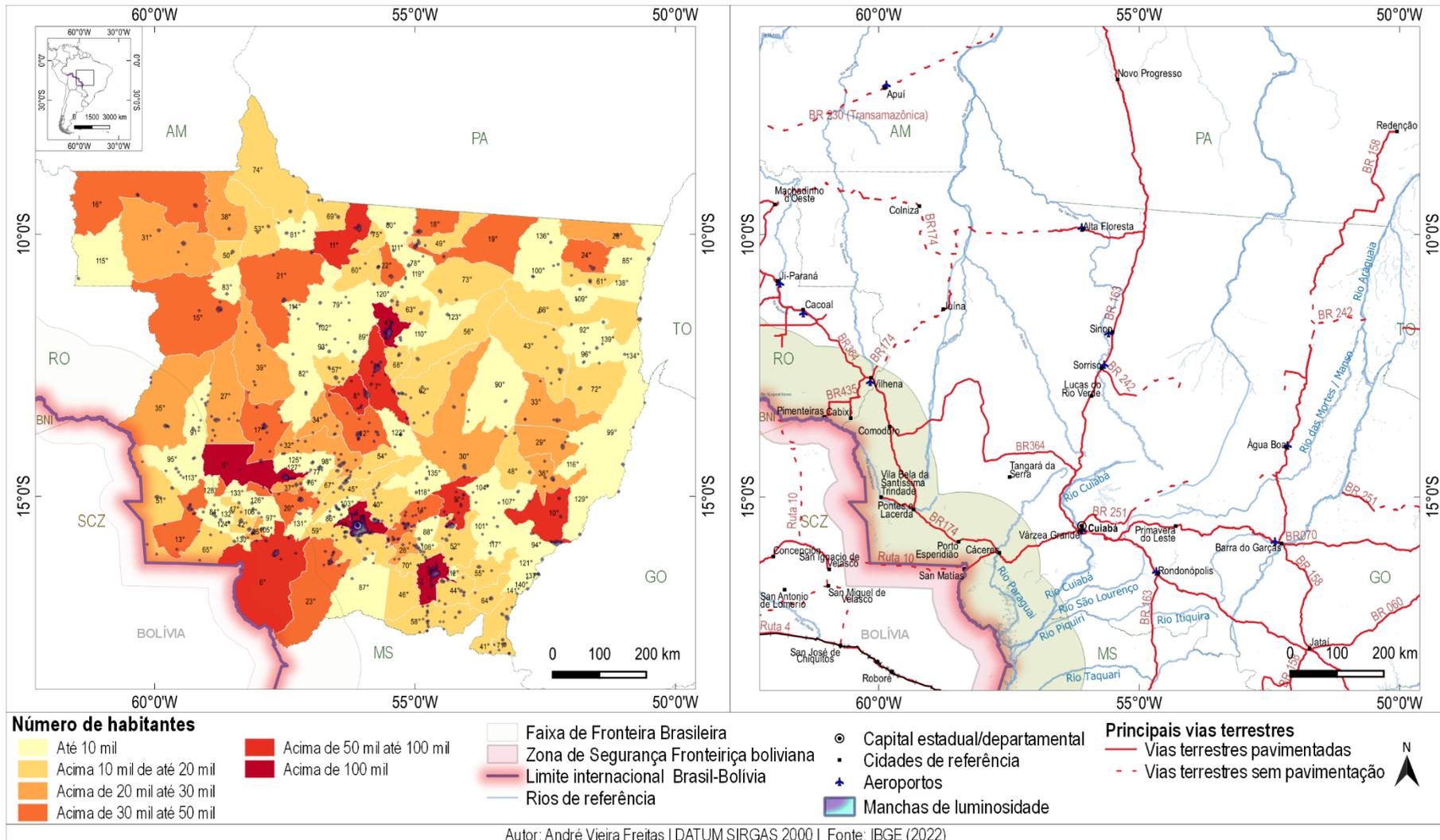
Gráfico 10 – Número de habitantes dos municípios de Mato Grosso quanto à sua inserção na faixa de fronteira, com destaque para os mais populosos (projeção para 2020)



Elaboração do autor. Dados: IBGE (2022).

Quanto à distribuição espacial dos municípios mais populosos do estado, considerando-se o seu peso demográfico, o arranjo da malha viária e o maior adensamento de manchas de luminosidade, é possível identificar algumas centralidades: de Cuiabá-Várzea Grande e Cáceres na porção centro-sul; de Rondonópolis e Primavera do Leste na porção Sudeste; de Sinop, Sorriso e Lucas do Rio Verde na porção Norte; de Tangará da Serra na porção sudoeste e de Barra do Garças na porção Leste (Figura 54).

Figura 54 – Distribuição da população entre os municípios de Mato Grosso, rede viária e manchas de luminosidade



Desse olhar sobre o peso demográfico e a concentração e a rede de infraestruturas nos municípios de Mato Grosso com foco na fronteira cabe destacar, pois, o papel estratégico de Cáceres no segmento entre o estado e o departamento de Santa Cruz, além do seu papel como um importante eixo de integração regional, viabilizado pela conexão entre as malhas viárias brasileira e boliviana através do município, além do escoamento da produção, por meio do rio Paraguai, que viabiliza a conexão, pela hidrovía Paraguai-Paraná, com o Paraguai, a Argentina e o Uruguai, até atingir o Oceano Atlântico.

4.3.9. Mato Grosso do Sul

Quanto ao estado brasileiro situado no extremo sul do limite internacional com a Bolívia, apresenta-se uma distribuição relativamente equilibrada da população entre os seus municípios. Apesar do coeficiente de variação de 293% estar em situação intermediária em relação aos demais, 22 municípios dos seus 79 municípios apresentam variância positiva, já que suas populações estão acima da média de habitantes por municípios, que é de 35.562, e pouco menos de um terço da população do estado vive na capital, proporção que se encontra entre as menos expressivas do rol de entes subnacionais fronteiriços considerados (Tabela 18, Gráfico 11).

Tabela 18 – Projeção da população de Mato Grosso do Sul para 2020

Município	População projetada para 2020	Ranking	Relação com o limite int. Brasil-Bolívia	Inserção na faixa de fronteira Brasil-Bolívia
Campo Grande	906.092	1º	Não lindeiro	Não inserido
Dourados	225.495	2º	Não lindeiro	Não inserido ⁽¹⁾
Três Lagoas	123.281	3º	Não lindeiro	Não inserido
Corumbá	112.058	4º	Lindeiro (BR-BO-PY)	Predominante ⁽¹⁾
Ponta Porã	93.937	5º	Lindeiro (BR-PY)	Não inserido ⁽²⁾
Sidrolândia	59.245	6º	Não lindeiro	Não inserido ⁽³⁾
Naviraí	55.689	7º	Não lindeiro	Não inserido ⁽²⁾
Nova Andradina	55.224	8º	Não lindeiro	Não inserido
Aquidauana	48.029	9º	Não lindeiro	Parcial
Maracaju	48.022	10º	Não lindeiro	Não inserido ⁽¹⁾
Paranaíba	42.276	11º	Não lindeiro	Não inserido
Amambai	39.826	12º	Não lindeiro	Não inserido ⁽²⁾
Rio Brillhante	38.186	13º	Não lindeiro	Não inserido ⁽¹⁾
Coxim	33.459	14º	Não lindeiro	Não inserido
Caarapó	30.593	15º	Não lindeiro	Não inserido ⁽²⁾
Miranda	28.220	16º	Não lindeiro	Predominante ⁽¹⁾
São Gabriel do Oeste	27.221	17º	Não lindeiro	Não inserido

Município	População projetada para 2020	Ranking	Relação com o limite int. Brasil-Bolívia	Inserção na faixa de fronteira Brasil-Bolívia
Jardim	26.238	18º	Não lindeiro	Não inserido ⁽²⁾
Aparecida do Taboado	26.069	19º	Não lindeiro	Não inserido
Chapadão do Sul	25.865	20º	Não lindeiro	Não inserido
Anastácio	25.237	21º	Não lindeiro	Não inserido ⁽³⁾
Itaporã	25.162	22º	Não lindeiro	Não inserido ⁽²⁾
Ribas do Rio Pardo	24.966	23º	Não lindeiro	Não inserido
Bela Vista	24.735	24º	Lindeiro (BR-PY)	Não inserido ⁽²⁾
Ladário	23.689	25º	Não lindeiro	Total
Bataguassu	23.325	26º	Não lindeiro	Não inserido
Ivinhema	23.232	27º	Não lindeiro	Não inserido
Nova Alvorada do Sul	22.430	28º	Não lindeiro	Não inserido ⁽³⁾
Terenos	22.269	29º	Não lindeiro	Não inserido
Bonito	22.190	30º	Não lindeiro	Parcial ⁽¹⁾
Cassilândia	22.002	31º	Não lindeiro	Não inserido
Itaquiraí	21.376	32º	Não lindeiro	Não inserido ⁽²⁾
Costa Rica	21.142	33º	Não lindeiro	Não inserido
Rio Verde de Mato Grosso	19.973	34º	Não lindeiro	Não inserido
Sonora	19.721	35º	Não lindeiro	Não inserido
Fátima do Sul	19.170	36º	Não lindeiro	Não inserido ⁽¹⁾
Mundo Novo	18.473	37º	Lindeiro (BR-PY)	Não inserido ⁽²⁾
Porto Murtinho	17.298	38º	Lindeiro (BR-PY)	Predominante ⁽²⁾
Iguatemi	16.176	39º	Não lindeiro	Não inserido ⁽²⁾
Água Clara	15.776	40º	Não lindeiro	Não inserido
Coronel Sapucaia	15.352	41º	Lindeiro (BR-PY)	Não inserido ⁽²⁾
Paranhos	14.404	42º	Lindeiro (BR-PY)	Não inserido ⁽²⁾
Nioaque	13.862	43º	Não lindeiro	Não inserido ⁽¹⁾
Camapuã	13.693	44º	Não lindeiro	Não inserido
Deodápolis	12.984	45º	Não lindeiro	Não inserido ⁽³⁾
Eldorado	12.400	46º	Não lindeiro	Não inserido ⁽²⁾
Aral Moreira	12.332	47º	Lindeiro (BR-PY)	Não inserido ⁽²⁾
Brasilândia	11.853	48º	Não lindeiro	Não inserido
Tacuru	11.674	49º	Não lindeiro	Não inserido ⁽²⁾
Dois Irmãos do Buriti	11.467	50º	Não lindeiro	Não inserido ⁽³⁾
Batayporã	11.349	51º	Não lindeiro	Não inserido
Angélica	10.932	52º	Não lindeiro	Não inserido
Sete Quedas	10.771	53º	Lindeiro (BR-PY)	Não inserido ⁽²⁾
Glória de Dourados	9.950	54º	Não lindeiro	Não inserido ⁽³⁾
Guia Lopes da Laguna	9.824	55º	Não lindeiro	Não inserido ⁽²⁾
Japorã	9.243	56º	Lindeiro (BR-PY)	Não inserido ⁽²⁾
Anaurilândia	9.076	57º	Não lindeiro	Não inserido
Antônio João	9.020	58º	Lindeiro (BR-PY)	Não inserido ⁽²⁾
Santa Rita do Pardo	7.900	59º	Não lindeiro	Não inserido
Bodoquena	7.838	60º	Não lindeiro	Predominante ⁽¹⁾
Pedro Gomes	7.621	61º	Não lindeiro	Não inserido
Inocência	7.588	62º	Não lindeiro	Não inserido
Laguna Carapã	7.419	63º	Não lindeiro	Não inserido ⁽²⁾
Bandeirantes	7.266	64º	Não lindeiro	Não inserido
Jaraguari	7.265	65º	Não lindeiro	Não inserido
Juti	6.787	66º	Não lindeiro	Não inserido ⁽²⁾
Selvíria	6.542	67º	Não lindeiro	Não inserido

Município	População projetada para 2020	Ranking	Relação com o limite int. Brasil-Bolívia	Inserção na faixa de fronteira Brasil-Bolívia
Caracol	6.182	68º	Lindeiro (BR-PY)	Não inserido ⁽²⁾
Vicentina	6.109	69º	Não lindeiro	Não inserido ⁽²⁾
Corguinho	6.054	70º	Não lindeiro	Não inserido
Douradina	5.975	71º	Não lindeiro	Não inserido ⁽²⁾
Paraíso das Águas	5.654	72º	Não lindeiro	Não inserido
Alcinópolis	5.417	73º	Não lindeiro	Não inserido
Rochedo	5.079	74º	Não lindeiro	Não inserido
Rio Negro	4.793	75º	Não lindeiro	Não inserido
Jateí	4.021	76º	Não lindeiro	Não inserido ⁽¹⁾
Novo Horizonte do Sul	3.684	77º	Não lindeiro	Não inserido ⁽³⁾
Taquarussu	3.588	78º	Não lindeiro	Não inserido ⁽³⁾
Figueirão	3.059	79º	Não lindeiro	Não inserido
* TOTAL	2.809.394			

(1) Inserido predominantemente na faixa de fronteira, no trecho comum com o Paraguai.

(2) Inserido totalmente na faixa de fronteira, no trecho comum com o Paraguai.

(3) Inserido parcialmente na faixa de fronteira, no trecho comum com o Paraguai.

Fonte: IBGE (2022).

Gráfico 11 – Ranking populacional dos municípios de Mato Grosso do Sul (projeção para 2020)



Elaboração do autor. Dados: IBGE (2022).

O município mais populoso do Mato Grosso do Sul é a capital Campo Grande, com 906.092 habitantes (cerca de 32,3% da população do estado), seguida por Dourados (com 225.495), Três Lagoas (com 123.281) e pelo extenso município de Corumbá (com 112.058), situado no limite internacional com a Bolívia e cuja malha municipal também atinge as lindes com o Paraguai. Esse grupo dos municípios sul-mato-grossenses com população acima de 100 mil habitantes, quando somado, é responsável por cerca de 48,7% da população do estado.

O grupo dos municípios com população acima de 50 mil até 100 mil habitantes (que engloba cerca de 9,4% da população do estado) envolve quatro municípios (Ponta Porã, Sidrolândia, Naviraí e Nova Andradina – estando os três primeiros na faixa de fronteira, no trecho comum com o Paraguai).

O grupo dos municípios com populações na faixa acima de 30 até 50 mil habitantes é responsável por aproximadamente 10% da população do estado, envolvendo sete municípios, dentre eles Aquidauana (com 48.029 habitantes), que se situa parcialmente na faixa de fronteira, no trecho comum com a Bolívia e o Paraguai.

Entre os municípios com populações acima de 20 mil até 30 mil habitantes estão 18, que somados representam aproximadamente 15,5% da população do estado. Nesse grupo estão os municípios de: Ladário (com 23.689 habitantes), que está totalmente inserido na faixa de fronteira e constitui um enclave territorial dentro do município de Corumbá; Miranda (com 28.220 habitantes), inserido predominantemente na faixa de fronteira, nos trechos comum com a Bolívia e o Paraguai; além de Bonito (com 22.190 habitantes), que está na faixa de fronteira, parcialmente no trecho comum com a Bolívia e predominantemente no trecho comum com o Paraguai.

O grupo dos municípios com populações acima de 10 mil até 20 mil abrange cerca de 10,3% da população do estado e 20 municípios – dentre eles o município de Porto Murtinho, que possui 17.298 habitantes e se situa no limite internacional com o Paraguai, inserindo-se totalmente na faixa de fronteira no trecho comum com esse país e predominantemente no trecho comum com a Bolívia.

Já o grupo dos municípios com populações até 10 mil habitantes é responsável por cerca de 6,2% da população do estado e envolve 26 municípios,

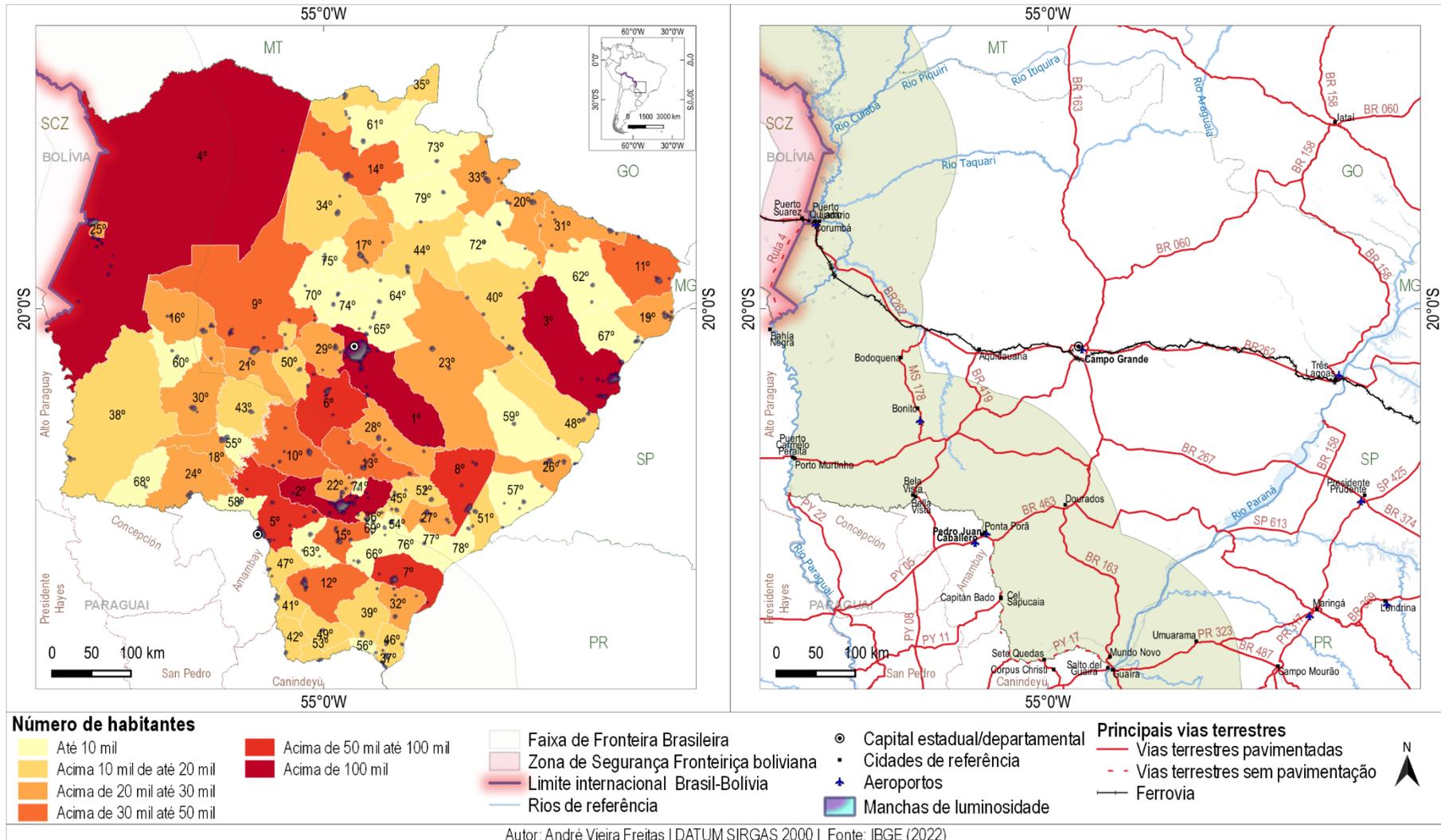
dentre eles Bodoquena (7.838 habitantes), que se insere predominantemente na faixa de fronteira, nos trechos comuns com a Bolívia e o Paraguai.

Acerca da expressividade dos municípios sul-mato-grossenses inseridos na faixa de fronteira no que tange à díade Brasil-Bolívia⁷⁶, em seu conjunto somam 259.322 habitantes (dos quais 112.058 sendo de Corumbá, o município no limite internacional entre os dois países), o que representa cerca de 9,2% da população do estado.

No que se refere à distribuição espacial da população entre os municípios de Mato Grosso do Sul, destacam-se, além da capital, alguns importantes municípios que se apresentam como polos regionais. Na porção central do estado destaca-se o peso demográfico de Campo Grande, como o município mais populoso e para onde converge a malha viária; na porção sul do estado, marcada pela inserção na fronteira com o Paraguai, destacam-se Dourados, como o segundo mais populoso, e Ponta Porã, como o quinto; na porção leste aparece Três Lagoas, como o terceiro; além de, na porção noroeste, na fronteira com a Bolívia, o município de Corumbá, como o quarto mais populoso do estado (Figura 55).

⁷⁶ O conjunto dos municípios inseridos na faixa de fronteira no trecho comum com o Paraguai (incluídos alguns que estão concomitantemente no trecho com a Bolívia) é mais expressivo em número (44) e no total de habitantes (somam cerca de 1.198.331 habitantes, cerca de 42,7% da população do estado).

Figura 55 – Distribuição da população entre os municípios de Mato Grosso do Sul, rede viária e manchas de luminosidade



Quanto ao papel de Corumbá, destaca-se como importante polo regional de Mato Grosso do Sul. Além do seu peso demográfico em relação aos municípios próximos tanto do Brasil quanto da Bolívia, destaca-se o seu papel estratégico na integração entre os dois países, incluindo-se a conexão multimodal entre seus centros econômicos mais dinâmicos.

No modal rodoviário, Corumbá é um importante ponto de conexão, a partir da BR-262, com Campo Grande e a outros importantes centros urbanos dos estados do Sudeste, Sul e Centro-Oeste do Brasil, além de, por meio da Rota Nacional 4, com Santa Cruz de la Sierra e outros importantes centros urbanos do Oriente, da região Subandina e do Altiplano.

No modal hidroviário, Corumbá conecta-se pelo rio Paraguai à hidrovía Paraguai-Paraná, viabilizando a conexão com o Paraguai, a Argentina e o Uruguai, além do escoamento da produção até o Oceano Atlântico.

Cabe repetir também que é por Corumbá que o gasoduto entre os dois países (GASBOL).

No modal ferroviário, Corumbá é também um importante ponto estratégico. Embora não haja conexão direta entre as malhas ferroviárias brasileira e boliviana, o que requer transbordo de carga para escoamento da produção, a cidade se apresenta como um importante ponto logístico nesse processo. Do lado boliviano há a denominada Ferrovia Oriental, que liga Puerto Quijarro a Santa Cruz de la Sierra; já do lado brasileiro, há uma linha ferroviária voltada exclusivamente para o transporte de cargas que liga Corumbá a Bauru (São Paulo), onde há outra ferrovia que segue até o porto de Santos.

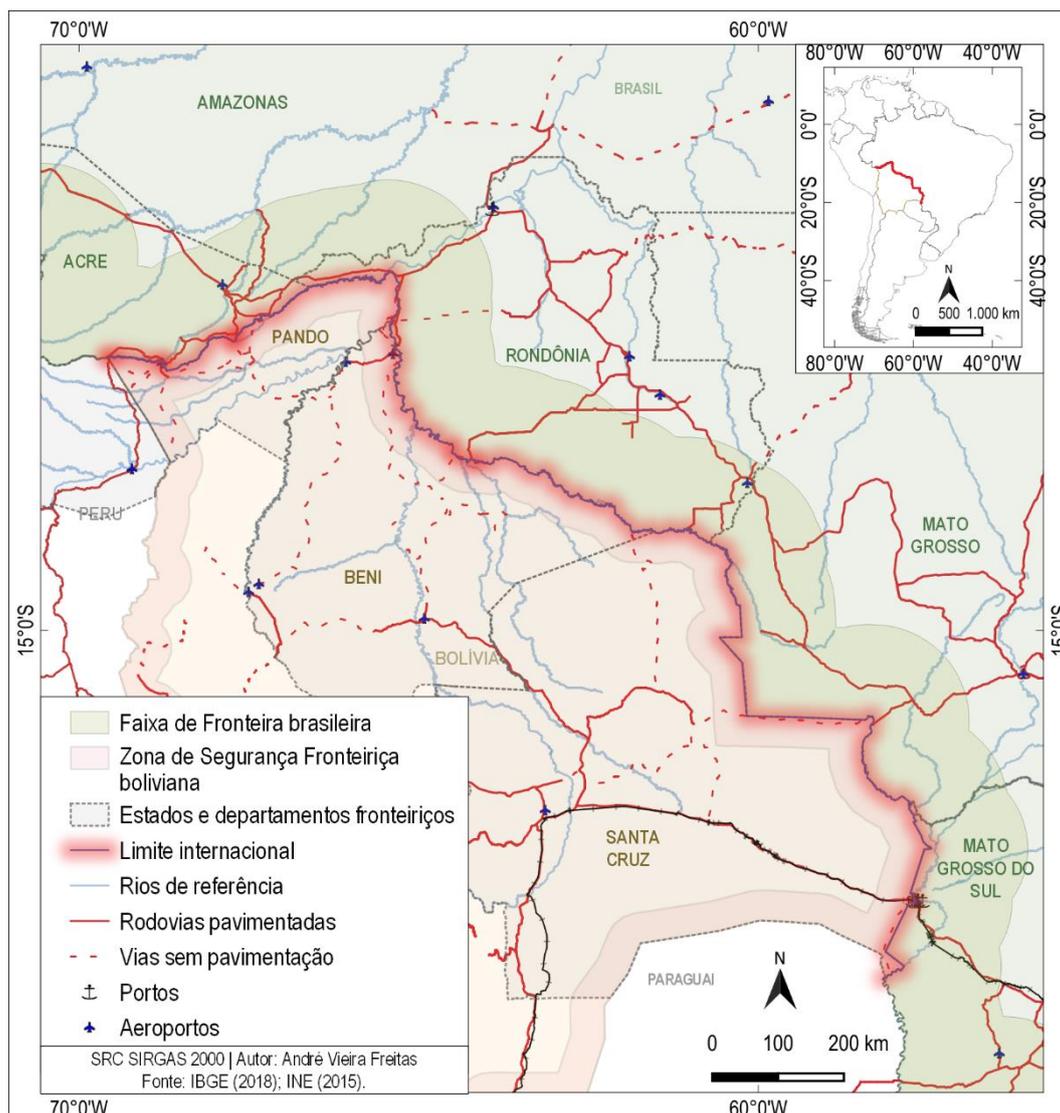
4.4. Os municípios fronteiriços e as centralidades regionais

A partir desse exercício acerca dos municípios dos estados e departamentos fronteiriços entre Brasil e Bolívia, cabe um olhar mais destacado sobre os municípios fronteiriços. Esses municípios apresentam grande variedade de ocupação entre si e quando se consideram o respectivo país, com uma tendência a maior peso demográfico do lado brasileiro, o que se revela pela diferença de população entre os municípios fronteiriços e pela distribuição das manchas de luminosidade (Figura 56).

Quando se analisa a distribuição espacial da população desses municípios nos diferentes segmentos dessa fronteira, é possível notar certas manchas de adensamento que podem ser indicativas de polarizações regionais, o que se evidencia pelos referidos dados sobre o número de habitantes nos referidos municípios, quanto acerca das manchas de luminosidade.

Esse adensamento da população e dos espaços luminosos na fronteira guarda nexos com a distribuição da rede viária dos dois países, considerando a complementaridades através do limite internacional e dos municípios fronteiriços com as centralidades regionais dos respectivos estados e departamentos nela inseridos, ressaltando-se, no que tange à fronteira Brasil-Bolívia, a relevância de alguns eixos de integração regional na fronteira, com algumas ramificações para as centralidades regionais dos respectivos estados e departamentos (Figura 57).

Figura 57 – Zona de fronteira Brasil-Bolívia e a rede viária



Elaboração do autor.

No segmento Madre de Dios, Acre e a porção ocidental de Pando (MAP), que influencia também uma porção do Amazonas, destaca-se o eixo entre Rio Branco, Brasiléia-Epitaciolândia-Cobija que segue, no lado peruano, até Puerto Maldonado

No segmento entre o estado de Rondônia, a porção oriental de Pando e o Beni, destacam-se distintos polos. A centralidade acentuadamente mais expressiva é a de Porto Velho, a partir de onde seguem dois eixos: um que integra Guajará-Mirim, Guayaramerín e Riberalta; outro que vai até Vilhena, com uma ramificação na porção central do estado, a partir de Ji-Paraná até Costa Marques, com influência sobre a fronteira com a Bolívia no Guaporé/Iténez.

No segmento entre o estado de Mato Grosso e o departamento de Santa Cruz destacam-se dois polos. Do lado brasileiro da fronteira, destacam-se Cáceres e outros municípios do sudoeste mato-grossense. Já do lado boliviano, destacam-se San Igacio de Velasco e outros municípios no eixo até a capital *cruceña*.

No segmento entre Santa Cruz e Mato Grosso do Sul destaca-se o eixo entre Campo Grande e Santa Cruz de la Sierra, no qual a articulação entre Puerto Suárez, Puerto Quijarro, Corumbá e Ladário apresentam-se como um importante nó logístico.

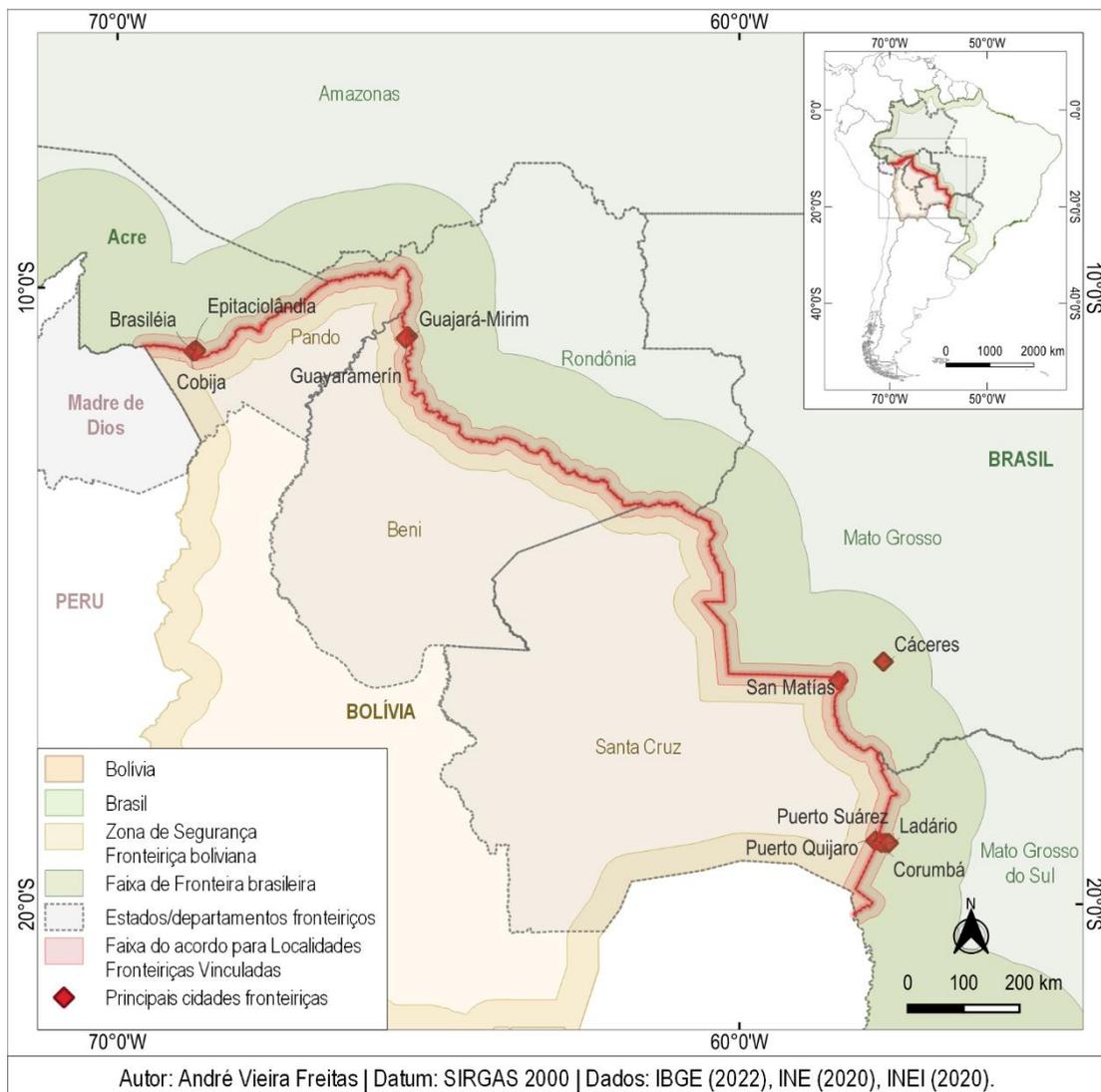
5. NÚCLEOS FRONTEIRIÇOS, REDES E POROSIDADE TERRITORIAL

Após uma análise a partir das escalas nacional/internacional, considerando os territórios brasileiro e boliviano na sua totalidade, e regional, considerando as dinâmicas territoriais subnacionais considerando os estados, departamentos e municípios fronteiriços, cabe aprofundar mais o olhar nas escalas regional e local dessa extensa fronteira. Nesse sentido, neste capítulo são abordados, em cada segmento dessa díade, considerando os entes subnacionais e tomando como referência o limite internacional partilhado, os distintos núcleos fronteiriços entre Brasil e Bolívia, começando, na primeira seção (5.1), pelas principais cidades abordadas na literatura e nas políticas públicas nacionais e acordos internacionais (os núcleos “visíveis”), até atingir outros núcleos menores, como comunidades, vilarejos e povoações em geral, (os núcleos “invisíveis”), objeto da seção seguinte (5.2). A partir desse olhar sobre esses diferentes núcleos fronteiriços, são apresentadas, na derradeira seção do capítulo (5.3), algumas reflexões sobre as complementaridades entre as redes urbanas de ambos os países na fronteira, analisando a indicação de regiões transfronteiriças.

5.1. As principais cidades fronteiriças

Na literatura que aborda a fronteira entre Brasil e Bolívia (KRALICH; BENEDETTI; SALIZZI, 2012; MACHADO, 2005; MOURA; OLIVEIRA, 2008; PÊGO; MOURA; NUNES, 2019), assim como nas políticas públicas nacionais e nos acordos bilaterais que se voltam para essa zona (BOLÍVIA; BRASIL, 2004; BRASIL, MDR, 2019), privilegia-se um conjunto de cidades que constituem os principais nós de articulação entre os fluxos dos dois países (Figura 58).

Figura 58 – Principais cidades fronteiriças entre Brasil e Bolívia reconhecidas na literatura, no planejamento e na cooperação bilateral



Elaboração do autor.

Quanto aos principais núcleos urbanos com articulações fronteiriças entre Brasil e Bolívia, Kralich, Benedetti e Salizzi (2012, p. 125) identificam como aglomerações transfronteiriças os seguintes pares: Brasileia e Cóbija (entre Acre e Pando); Guajará-Mirim e Guayaramerín (entre Rondônia e Beni); além de Corumbá e Puerto Suarez (entre Mato Grosso do Sul e Santa Cruz). Cabe salientar que, como apontado no capítulo 3, esses três pares de cidades apontados pelos autores são reconhecidos como Localidades Fronteiriças Vinculadas (BOLÍVIA; BRASIL, 2004).

A identificação feita por esses autores e chancelada nessa iniciativa de cooperação bilateral fronteiriça aproxima-se à leitura feita por Machado (2005, p.

276) acerca das cidades gêmeas entre Brasil e Bolívia, a diferença é que (além dos pares Corumbá – Puerto Suárez; Guajará-Mirim – Guayaramerín), a autora inclui a cidade brasileira de Eptaciolândia, ao conjunto Brasília – Cobija, um trio de cidades entre Pando e Acre que apresenta, inclusive, conurbação. A denominação cidades gêmeas é, aliás, bastante difundida na literatura acadêmica brasileira sobre fronteiras a partir dos estudos do grupo Retis, coordenado pela autora, e é utilizada oficialmente em políticas públicas nacionais brasileiras para a fronteira, o que indica um virtuoso eco da produção acadêmica no planejamento.

Assemelha-se à identificação de Machado a seleção feita por Moura e Oliveira (2008, p. 269-270) sobre arranjos transfronteiriços, que listam os conjuntos Guajará-Mirim – Guayaramerín e Brasília – Eptaciolândia – Cobija, mas incluem a cidade brasileira de Ladário e a boliviana de Puerto Quijarro à articulação com Corumbá e Puerto Suárez (entre Mato Grosso do Sul e Santa Cruz).

Esses núcleos urbanos fronteiriços afiguram entre as principais cidades próximas ao limite internacional entre os Brasil e Bolívia e apresentam proximidade entre si (e, em muitos casos, conurbações) em cada respectivo par ou trio de cidades envolvido.

Para pensar apenas nas principais cidades que apresentam articulações fronteiriças entre si através do limite internacional, no segmento de fronteira entre Santa Cruz e Mato Grosso, há ainda o par Cáceres – San Matías. Apesar da distância entre as manchas urbanas de ambas as cidades ser de aproximadamente 100 km por ligação rodoviária⁷⁷, Pêgo, Moura e Nunes (2019, p. 44) apontam que existe uma série de características que mostram os fortes vínculos entre as duas cidades, como dependência e complementaridade funcional, movimentos, fluxos e dinâmicas entre as duas localidades, além de potencial de integração. No caso de San Matías, apesar da relativa menor expressão populacional do município, a cidade tem sua mancha urbana

⁷⁷ Pela rodovia brasileira BR-070, que tem seu trecho de cerca 90 km pavimentados entre Cáceres e as proximidades do Quartel General do Grupo Especial de Fronteira (GEFRON), a poucos metros do limite internacional e pela rota 10, seguindo por 10 km a partir do limite internacional, por via não pavimentada, embora em boas condições.

justamente nas imediações do limite internacional. Já a cidade de Cáceres, cuja mancha urbana se situa a cerca de 90 km do limite internacional, constitui um importante polo regional em relação aos municípios mato-grossenses e os *cruceños* próximos.

Esse rol de cidades fronteiriças entre Brasil e Bolívia abordado na literatura sobre fronteiras é, em sua maioria objeto políticas e acordos bilaterais, embora haja algumas omissões que não dialogam com a dinâmica das interações urbanas na fronteira.

No que tange às iniciativas de Brasil e Bolívia acerca desses núcleos urbanos fronteiriços, destaca-se o já mencionado Acordo para a permissão de residência, estudo e trabalho aos nacionais fronteiriços brasileiros e bolivianos (2005), que reconhece de forma bilateral como Localidades Fronteiriças Vinculadas os pares de cidades: Brasiléia e Cobija; Guajará-Mirim e Guayaramerín; Cáceres e San Matías; além de Puerto Suárez e Corumbá.

Cabe ressaltar ainda a iniciativa do governo brasileiro de reconhecimento oficial de cidades gêmeas. Tendo em vista o grau de articulação de determinados núcleos urbanos na fronteira brasileira com núcleos urbanos de outros países, o Ministério da Integração Nacional reconheceu em 2014 um conjunto de “cidades gêmeas” no sentido de apontar diretrizes para polícias públicas para fomentar a integração cultural e econômica com os países vizinhos, como a possibilidade de regime aduaneiro especial. Por se tratar de um ato normativo interno, são listados apenas cidades brasileiras, mas tendo em vista sua correspondência com cidades em outro país. No que tange às articulações fronteiriças com a Bolívia, apresentam-se as cidades de Assis Brasil, Brasiléia, Eptaciolândia, Guajará-Mirim e Corumbá, além de Cáceres⁷⁸.

Cabe salientar que, até junho de 2023, não foi encontrada no rol cidades gêmeas a cidade de Ladário, apesar da sua conurbação com Corumbá. Quanto

⁷⁸ A partir de 2014 e até 2016 eram listadas Brasiléia, Eptaciolândia e Corumbá, além de Assis Brasil, na tríplice fronteira Brasil – Bolívia – Peru, mas tendo em vista a sua articulação com o país do Pacífico. Apesar de a normativa brasileira também apontar que aquelas cidades reconhecidas como Localidades Fronteiriças Vinculadas em acordos internacionais celebrados pelo Brasil seriam equiparadas às cidades gêmeas, apenas em 2019 Cáceres foi incluída por portaria ministerial na lista de cidades gêmeas. (BRASIL, MI, Portaria nº 125, de 21 de março de 2014; Portaria nº 213, de 19 de julho de 2016; MDR, Portaria nº 1.080, de 24 de abril 2019).

ao rol de Localidades Fronteiriças Vinculadas, ademais da ausência de Ladário, tampouco se reconheceu a correspondência com Puerto Quijarro, que está em processo de conurbação com Puerto Suárez e Corumbá.

De qualquer modo, apesar dos seus diferentes graus de articulação, quando considerada a fronteira entre Brasil e Bolívia no seu todo, esse rol de cidades indica, em geral, pontos de maior dinamismo, de maior intercâmbio fronteiriço, que denotam maior porosidade territorial (ARROYO, 2001) na fronteira. É elucidativo nesse sentido o fato que muitos desses núcleos urbanos ao longo do limite internacional são justamente objeto de normas e iniciativas de cooperação fronteiriça⁷⁹, além sediarem representações consulares⁸⁰ de ambos os países, ilustrando a relevância do urbano nesse âmbito.

Apesar do inegável mérito de reconhecer esses principais núcleos urbanos com articulações fronteiriças entre Brasil e Bolívia, essas cidades não dão conta da análise da relação entre o urbano e a fronteira. Se esses principais núcleos urbanos que mantêm relações através do limite internacional podem indicar os pontos de maior dinamismo na fronteira, as articulações não se restringem a tais cidades. A análise dessas relações também pode ser aplicada aos distintos núcleos de adensamento populacional que se estabelecem na fronteira.

5.2. Fronteira e fronteiras: os distintos núcleos, articulações e segmentos

Além das cidades fronteiriças apontadas na seção anterior, o olhar sobre a fronteira Brasil-Bolívia convida a pensar sobre as diferentes formas de ocupação do território, os adensamentos populacionais e as infraestruturas, o que amplia o debate para a consideração de uma série diferentes núcleos. Quando se consideram os municípios fronteiriços inseridos no recorte espacial

⁷⁹ Como o já referido Acordo para permissão de residência, estudo e trabalho (2004), que prevê aos brasileiros e bolivianos o direito de residência, ao exercício de trabalho, ofício ou profissão, com as consequentes obrigações e direitos previdenciários decorrentes, e a permissão para frequência a estabelecimentos de ensino públicos ou privados, nos limites das localidades fronteiriças vinculadas do país vizinho, a saber: Brasileia e Cobija; Guajará-Mirim e Guayaramerín; Cáceres e San Matías; Corumbá e Puerto Suárez.

⁸⁰ Os consulados brasileiros na Bolívia em municípios fronteiriços com o Brasil se localizam em: Cobija, Guayaramerín e Puerto Quijarro. Já os consulados bolivianos no Brasil em municípios fronteiriços com a Bolívia, localizam-se em Brasileia, Guajará-Mirim, Cáceres e Corumbá.

de análise, apresentam-se alguns aspectos como: a existência de municípios com expressiva extensão territorial e bastante diversos entre si além de, nesses municípios, algumas manchas urbanas e de adensamento de ocupação com dimensões e em concentração bastante diversa, dentre cidades de diferentes portes, distritos, vilarejos, comunidades rurais, comunidades indígenas e povoações em geral.

Ampliando-se o foco para o limite internacional entre Brasil e Bolívia, considerando-se os municípios entre os dois países, o enclave territorial Ladário e o distrito peruano situado na tríplice fronteira, neste capítulo são apresentados 59 núcleos (dos quais 20 são sedes municipais) que tocam ou estão bastante próximos ao limite internacional e a ele se articulam por alguma infraestrutura viária.

Do total de núcleos, 29 estão do lado brasileiro: cinco no Acre, todos constituídos como sedes municipais; 17 em Rondônia, que apresenta o maior número de núcleos e abarca quatro sedes municipais; quatro em Mato Grosso, incluída uma sede municipal; além de três em Mato Grosso do Sul, sendo dois deles sedes de município.

Também em número de 29 foram os núcleos bolivianos identificados: oito em Pando, dos quais três são sedes de município; dez no Beni, sendo uma sede municipal; além de 11 em Santa Cruz, que apresenta o maior número de núcleos, quando se considera apenas o lado boliviano, e envolve três sedes de município.

Completa essa soma do total de núcleos o distrito peruano de Iñapari, situado da tríplice fronteira (Quadro 16).

Quadro 16 – Núcleos fronteiriços destacados entre Brasil e Bolívia

BOLÍVIA		BRASIL			
Dpt	Município	Núcleo		Município	UF
			Iñapari (Peru)		
P N D	Bolpebra	Bolpebra ⁽¹⁾	Assis Brasil ⁽¹⁾	Assis Brasil	A C
		S. Miguel de Machineri	-		
		Yaminahua	-		
	Cobija	Cobija ⁽¹⁾	Brasiléia ⁽¹⁾	Brasileia	
			Epitaciolândia ⁽¹⁾	Epitaciolândia	
	Bella Flor	Mapajo ⁽¹⁾	Capixaba ⁽¹⁾	Capixaba	
		Pto. Evo ⁽¹⁾	P. de Castro ⁽¹⁾	Plácido de Castro	
	Santos Mercado	-	Extrema	Porto Velho	
	Nueva Esperanza	-	Fortaleza do Abunã		
		-	Abunã		
N. Esperanza ⁽¹⁾		Araras ⁽¹⁾	Nova Mamoré		
Arca de Israel		-			
B N I	Guayaramerín	La Gran Cruz	-	Guajará-Mirim	
		Villa Bella ⁽¹⁾	Nova Mamoré ⁽¹⁾		
		-	Vila Iata		
		Guayaramerín ⁽¹⁾	Guajará-Mirim ⁽¹⁾		
		San Lorenzo	-		
	San Joaquín	-	Rodrigues Alves	Costa Marques	
		-	Ricardo Franco		
	Magdalena	Puerto Ustarez ⁽¹⁾	Forte Ppe. de Beira	S. Francisco do Guaporé	
		Buena Vista ⁽¹⁾	Costa Marques ⁽¹⁾		
	Baures	Versalles	-	Alto Alegre dos Parecis	
-		S. A. do Guaporé			
-		Pedras Negras			
Puerto Rubio		-	Pimenteiras do Oeste		
-		Laranjeiras			
Puerto Villazon	-				
S C Z	San Ignacio de Velasco	Remanso	-	Vila Bela da Santíssima Trindade	
		-	Pim. do Oeste		
		-	VI. Neide		
		-	VI. São João		
		San Nicolás de Cerrito	-		
		-	Palmarito		
		Mercedita de la Frontera	-		
		S. Lorencito de la Frontera	-		
	San Vicente	-			
	San Bartolo	-			
Marco Porvenir	-				
San Matías	-	Fortuna	Porto Esperidião		
	Ascensión de la Frontera	-			
	Las Petas	-			
	-	Vila Picada			
Puerto Suarez; Puerto Quijarro	San Matías ⁽¹⁾	Cáceres ¹	Cáceres		
	P. Suarez ⁽¹⁾	Ladário ⁽¹⁾	Ladário; Corumbá		
	P. Quijarro ⁽¹⁾	Corumbá ⁽¹⁾			
-	Arroyo Concepción ⁽¹⁾	-			
-	-	Coimbra			
28 núcleos		29 núcleos			

(1) Núcleos fronteiriços articulados

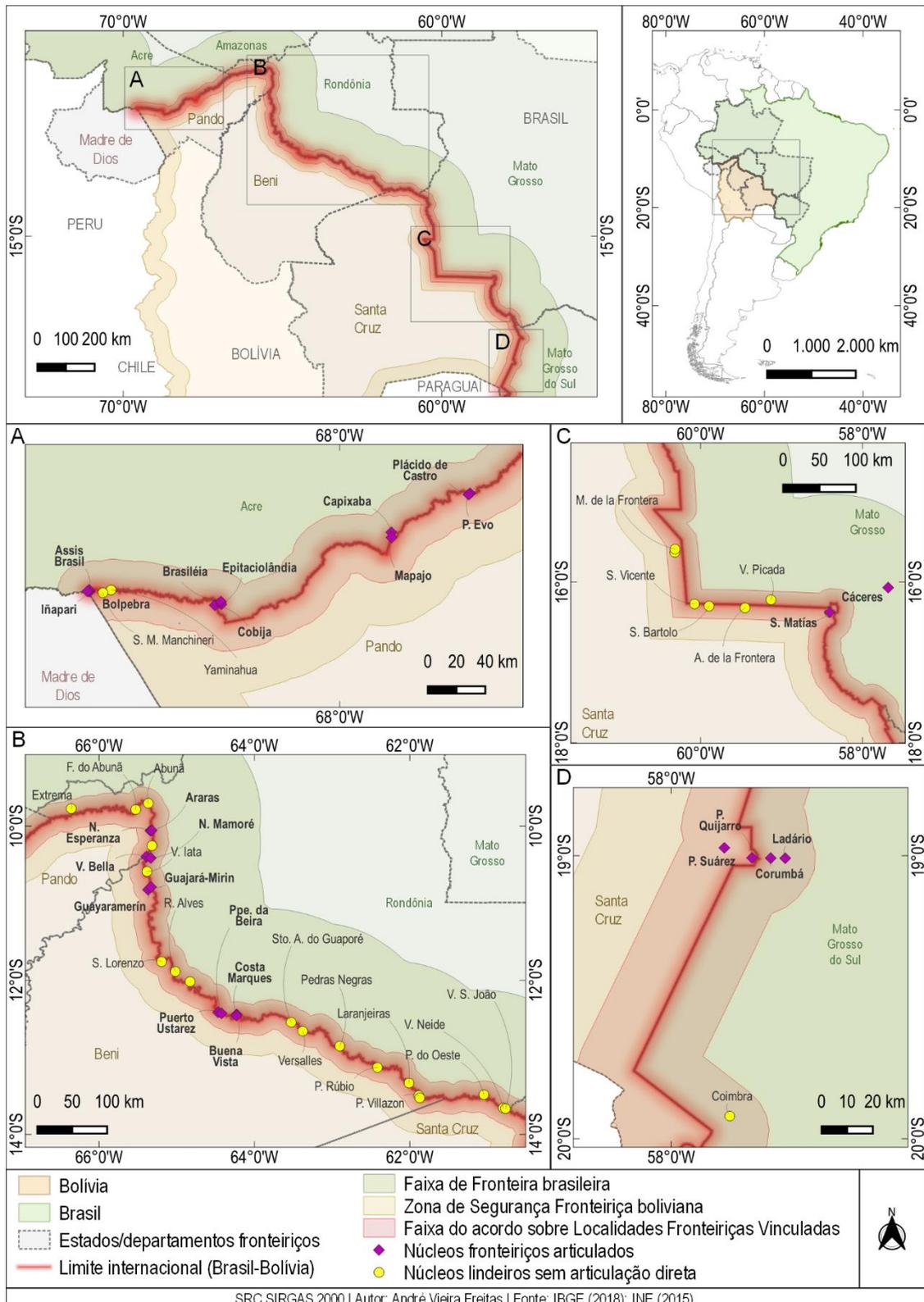
Elaboração do autor

Esses núcleos foram classificados em duas categorias, tendo em vista sua situação e as relações que estabelecem entre si através do limite internacional: o primeiro grupo se refere aos núcleos fronteiriços sem articulação direta e o segundo aos núcleos fronteiriços articulados. Os **núcleos fronteiriços sem articulação direta**, que podem também ser denominados como de margem, são aqueles que se avizinham ao limite internacional, mas não encontram correspondência e articulação direta com um ou mais núcleos no país vizinho. Já os **núcleos fronteiriços articulados** são aqueles que se desenvolvem ao redor do limite internacional e, em arranjos de dois ou mais núcleos mantêm articulações diretas entre si que atravessam as lindes dos seus respectivos Estados-nação.

Quanto aos núcleos de margem ao longo do limite internacional entre Brasil e Bolívia, foram identificados 33. Desse total de núcleos sem articulação direta, 16 estão do lado brasileiro: 12 em Rondônia, que apresenta a o maior número de núcleos de margem entre todos os entes subnacionais considerados, três Mato Grosso e um em Mato Grosso do Sul. Do lado boliviano foram identificados 17 núcleos classificados como de margem: quatro em Pando, cinco no Beni e oito em Santa Cruz, departamento que apresenta o maior número de núcleos sem articulação em relação aos demais entes subnacionais bolivianos na fronteira com o Brasil.

Já no que tange aos núcleos fronteiriços articulados, foram identificados 26 núcleos, 12 do lado boliviano, 13 do lado brasileiro, além do núcleo peruano de Iñapari. A partir da identificação do arranjo desses núcleos em pares, trios ou quartetos, destacaram-se 10 articulações fronteiriças: uma entre Madre de Dios, Pando e Acre; três entre Pando e Acre; uma entre Pando e Rondônia; três entre Beni e Rondônia; uma entre Santa Cruz e Mato Grosso; uma entre Santa Cruz e Mato Grosso do Sul (Figura 59).

Figura 59 – Núcleos fronteiriços entre Brasil e Bolívia



Elaboração do autor.

Quanto aos 17 núcleos de margem identificados no lado boliviano, quatro estão no departamento de Pando, cinco no departamento do Beni e outros oito no departamento de Santa Cruz. Os núcleos pandinos são San Miguel de Manchineri e Yaminahua, no município de Bolpebra; além de Arca de Israel e Gran Cruz, no município de Nueva Esperanza. Os núcleos benianos são: San Lorenzo, no município de Guayaramerín; Versalles, no município de Magdalena; Puerto Rubio, Puerto Villazon e Remanso, no município de Baures. Já os núcleos *cruceños* são: San Nicolás de Cerrito, Mercedita de la Frontera, San Lorencito de la Frontera, San Vicente, San Bartolo e Marco Porvenir, no município de San Ignacio de Velasco; além de Ascención de la Frontera e Las Petas, no município de San Matías.

Dos 16 núcleos de margem identificados do lado brasileiro, 12 estão em Rondônia, três em Mato Grosso e um em Mato Grosso do Sul. Dentre os núcleos rondonienses estão: Extrema, Fortaleza do Abunã e Abunã, no município de Porto Velho; Vila Iata, Rodrigues Alves e Ricardo Franco, no município de Guajará-Mirim; Santo Antônio do Guaporé e Pedras Negras, no município de São Francisco do Guaporé; a localidade Laranjeiras e a sede municipal Pimenteiras do Oeste; além das localidades de Vila Neide e Vila São João, no município de Cabixi. Os núcleos de margem mato-grossenses identificados são Palmarito, e Fortuna, no município de Vila Bela da Santíssima Trindade; além de Vila Picada, no município de Porto Esperidião. E o núcleo de margem sul-mato-grossense identificado é o de Forte Coimbra, no município de Corumbá.

Quanto às dez articulações fronteiriças identificadas, a maioria se concentra na porção setentrional do limite internacional, nos segmentos que envolvem Pando, Acre, Beni e Rondônia.

Na tríplice fronteira Peru-Bolívia-Brasil, entre os departamentos de Madre de Dios e Pando e o estado do Acre, destaca-se a articulação que envolve o trio Iñapari, Assis Brasil e Bolpebra.

Entre Pando e Acre, além da referida articulação trinacional, foram identificadas, três outras articulações: outra articulação tripla entre Cobija, Brasiléia e Epitaciolândia; a articulação dupla entre Mapajo (Bella Flor) e Capixaba; além de outra articulação entre Puerto Evo Morales (Bella Flor) e Plácido de Castro.

No que envolve o estado de Rondônia e o departamento de Pando, destaca-se articulação entre Nueva Esperanza e o distrito de Araras, no município de Nova Mamoré.

Entre o estado de Rondônia e o departamento do Beni são apontadas três articulações: entre Villa Bella (Guayaramerín) e Nova Mamoré; entre Guayaramerín e Guajará-Mirim; além de uma articulação que envolve quatro núcleos, San Juan de Puerto Ustarez (San Joaquín), Buena Vista (Magdalena), Forte Príncipe de Beira (Costa Marques) e a sede municipal de Costa Marques.

Entre o departamento de Santa Cruz e o estado de Mato Grosso destaca-se a articulação entre a cidade boliviana de San Matías e a cidade brasileira de Cáceres.

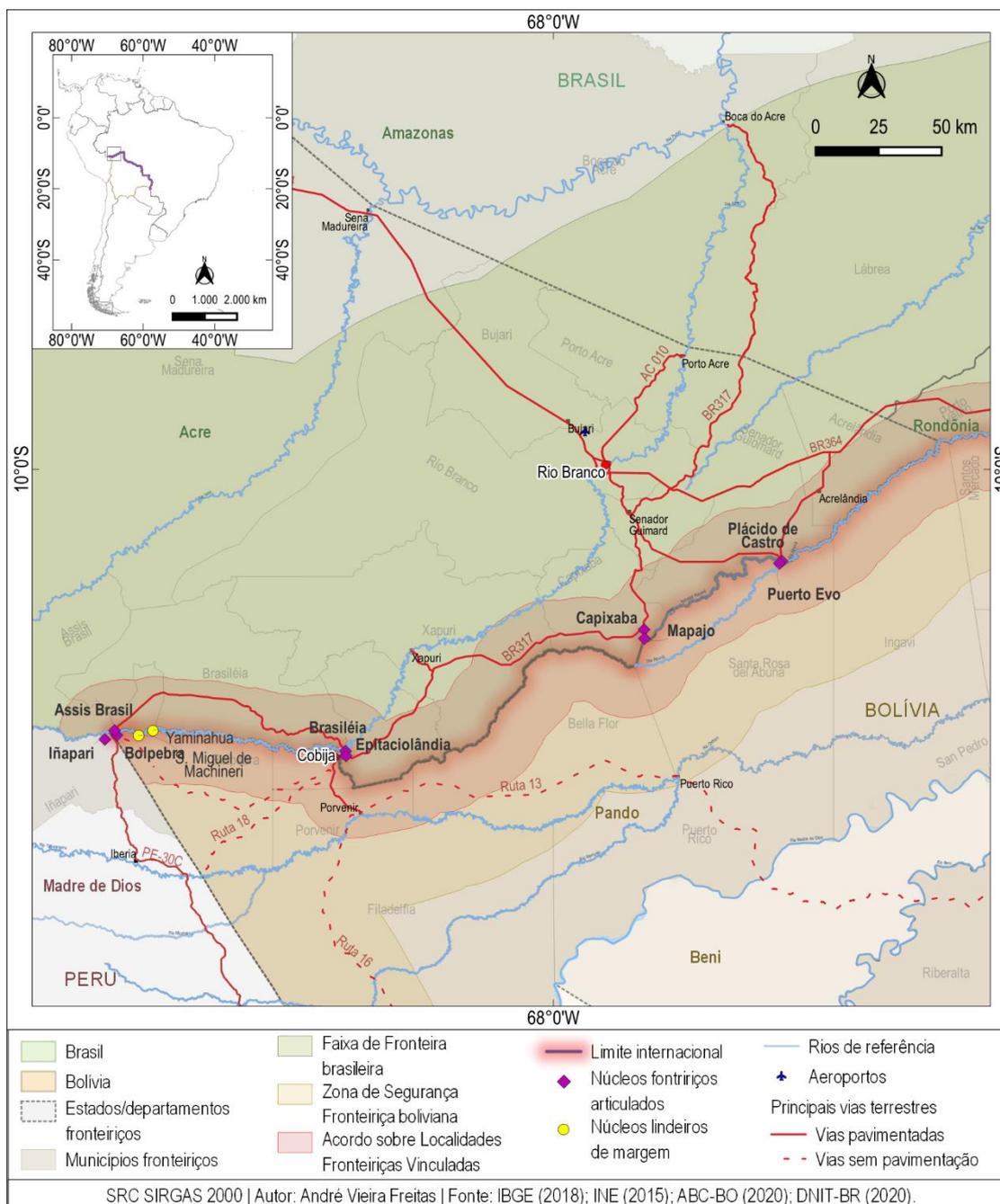
Já entre o departamento de Santa Cruz e o estado de Mato Grosso do Sul se apresenta a expressiva articulação que envolve quatro núcleos integrados: do lado boliviano, as cidades de Puerto Suárez, Puerto Quijarro; do lado brasileiro, as cidades de Corumbá e Ladário.

Após a identificação desses diferentes núcleos, cabe um olhar mais detalhado sobre o seu arranjo em cada segmento da fronteira Brasil-Bolívia, o que se aponta a seguir, com destaque especial para os núcleos articulados.

5.3. Segmento Madre de Dios, Acre e Pando (MAP)

No segmento de fronteira entre o estado brasileiro do Acre e o departamento boliviano de Pando, que abrange também, na tríplice fronteira entre os dois países e o Peru, o departamento de Madre de Dios, foram identificadas 12 núcleos (cinco do lado brasileiro, seis do lado boliviano e o distrito peruano considerado) arranjados em quatro articulações, além de dois núcleos de margem (ambos do lado boliviano) (Figura 60).

Figura 60 – Núcleos fronteiriços entre Acre, Pando e Madre de Dios



Elaboração do autor.

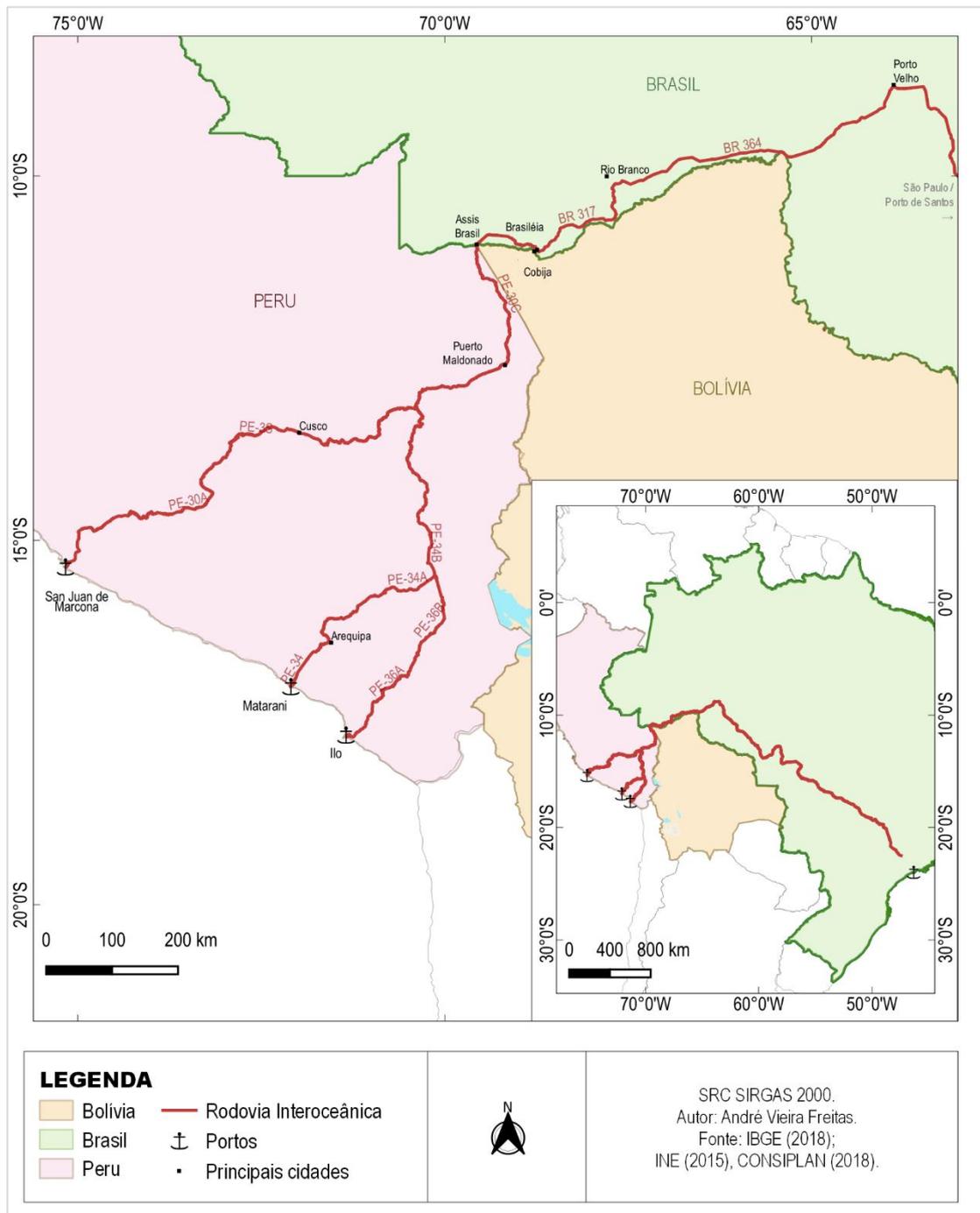
Esses núcleos estão, em sua maioria, dispostos ao longo do rio Acre, na porção oriental do segmento, mas há também dois às margens do igarapé Rapirrã (na bacia do rio Abunã) e dois em um trecho de “fronteira seca”. Quanto à infraestrutura viária, esse segmento marca o ponto de integração entre as malhas rodoviárias de Brasil, Peru e Bolívia. A rarefeita malha rodoviária pandina, que é marcada pela predominância de vias sem pavimentação, conecta-se através da capital departamental à malha rodoviária brasileira, por

meio da rodovia BR-317, que compõe um dos trechos da rodovia interoceânica, que conecta Brasil e Peru

Executado entre 2002 e 2006, o projeto da rodovia interoceânica contou com investimentos da Iniciativa Regional para a Integração Sul-Americana (IIRSA), no eixo Peru-Brasil-Bolívia, e consistiu na integração das malhas rodoviárias brasileira e peruana pela porção noroeste do Brasil aos portos do sul do Peru, com a pavimentação e recuperação de uma série de trechos, assim como a construção da ponte binacional entre os dois países (CONSIPLAN, 2018).

Do lado brasileiro, onde também é chamada de estrada do Pacífico, a rodovia incorpora a maior parte da BR-364, que atravessa o país de sudeste a noroeste, entre o estado de São Paulo e os arredores da capital acreana, e o trecho da BR-317 entre esse ponto de entroncamento até Assis Brasil, passando pela conurbação Brasília – Epitaciolândia – Cobija (Bolívia). Do lado peruano, o traçado da rodovia interoceânica segue três trajetos a partir de Iñapari: um que segue por Cusco até o porto de San Juan de Marcona (rodovias 30C, 3S, 30A, 1S) e os demais, mais ao sul, via Juliaca, para o porto de Ilo (rodovias 30C, 34B, 36B, 36A e 1S) e para o porto de Matanari, (rodovias 30C, 34B, 34A, 30) (Figura 61).

Figura 61 – Rodovia interoceânica



Elaboração do autor.

Quanto a esse segmento de fronteira entre Brasil e Bolívia, trata-se, pois, de uma porção bastante estratégica para a integração de ambos os países e destes com o Peru, tendo em vista a articulação que estabelecem entre si na tríplice fronteira. Esse aspecto geoestratégico da integração fronteiriça é, aliás, salientado no discurso dos representantes dos estados e departamentos fronteiriços.

Carlos Fernando Aramayo Iriarte (2022)⁸¹ destaca o papel da demanda brasileira para o comércio pandino, em especial em Cobija e a sua inserção nas redes globais, tendo em vista que os produtos comercializados do departamento são majoritariamente produzidos na China e se beneficiam das isenções fiscais da Zona Franca cobijeña. Paulo César Rocha dos Santos (2022)⁸² ratifica a relevância do fluxo de consumidores brasileiros para o mercado pandino e salienta ainda a dependência que o departamento boliviano tem da malha viária brasileira, e mesmo peruana, para a sua comunicação interna e com outros departamentos bolivianos. Aramayo Iriarte (2022) chancela essa visão e demonstra preocupação acerca da precária infraestrutura viária pandina, apontando esse como um dos gargalos para o aproveitamento das potencialidades regionais.

A relevância desse segmento na escala regional, como ponto de integração entre Pando, Acre e Madre de Dios, e internacional, com vias à integração entre os três países, se acentua localmente nos núcleos fronteiriços articulados que se desenvolvem entre eles.

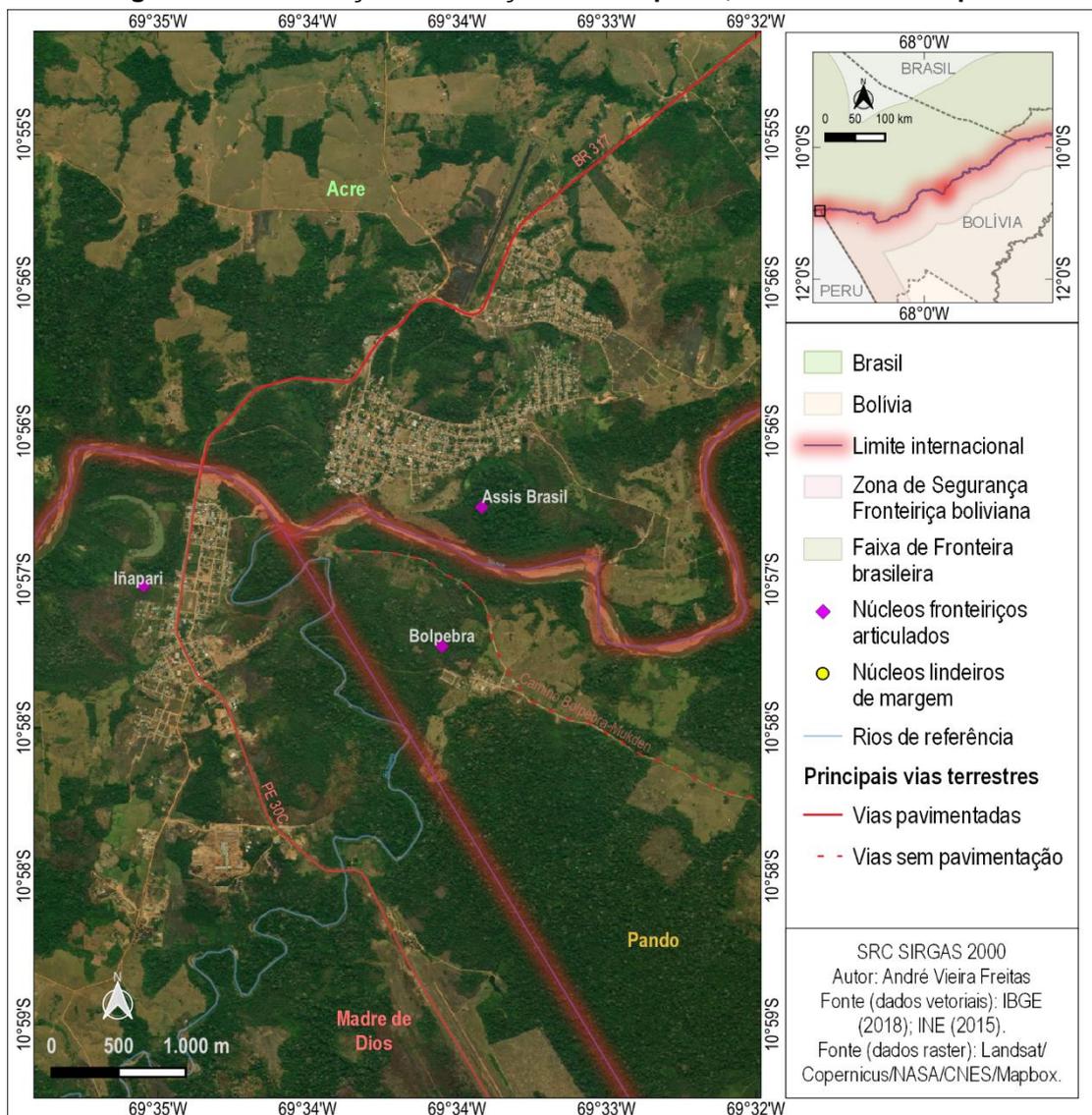
5.3.1. Articulação entre Assis Brasil, Bolpebra e Iñapari

Na tríplice fronteira entre Peru, Bolívia e Brasil, há uma articulação entre Bolpebra (Pando) e Assis Brasil (Acre) que inclui ainda a cidade peruana de Iñapari (no departamento de Madre de Dios). As três sedes municipais estão dispostas às margens do rio Acre, que constitui o limite internacional do município brasileiro com Iñapari e Bolpebra, ao passo que os núcleos boliviano e peruano tem seu limite definido por uma geodésica nas proximidades do rio Yaverija (Figura 62).

⁸¹ ARAMAYO IRIARTE, Carlos Fernando. Entrevista com Carlos Fernando Aramayo Iriarte, Capitão e Diretor Departamental de Segurança e Cidadania de Pando (Bolívia) [19 mai. 2022]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Virtual, 2022. 1 arquivo .mp3 (17min) [Apêndice K].

⁸² SANTOS, Paulo César Rocha dos. Transcrição da entrevista com Paulo César Rocha dos Santos, Coronel PM e Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública do Acre (Brasil) [12 mai. 2022]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Virtual, 2022. 1 arquivo .mp3 (13min 26s) [Apêndice O].

Figura 62 – Articulação fronteiriça entre Bolpebra, Assis Brasil e Iñapari



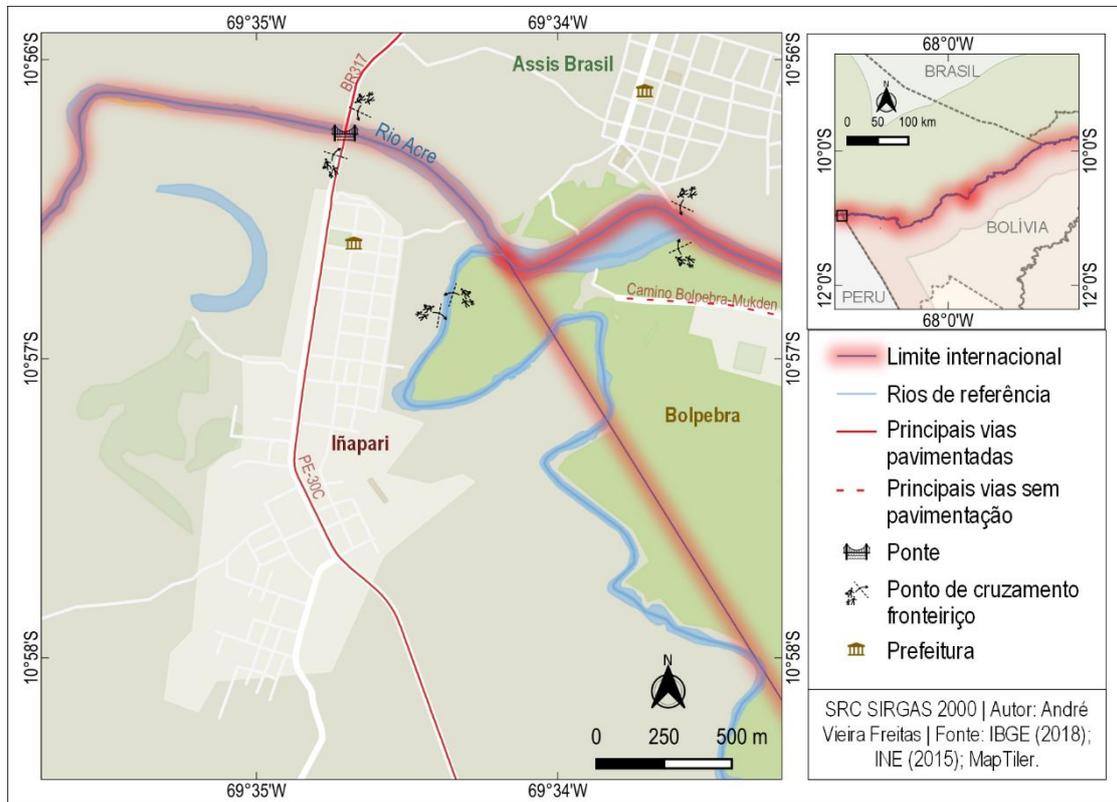
Elaboração do autor.

Quanto ao surgimento desses núcleos, o brasileiro e o peruano se constituíram no início do século XX, a partir da produção da borracha, a formação do núcleo boliviano é bem mais recente, do final do mesmo século.

Como referência ao povo que habitava a região, Iñapari formou-se a partir da exploração da *Hevea brasiliensis* L., com o avanço de colonos a partir dos rios Ucayali, Madre de Dios até atingir o rio Acre, redundando no seu estabelecimento do distrito de Iñapari em 26 de dezembro de 1912, por meio da Lei 1.782, que também criou o departamento de Madre de Dios (INEI 2004).

O distrito peruano conta com uma mancha urbana consolidada disposta entre a margem direita do rio Acre e a esquerda do rio Yavarija e é cortado pela rodovia 30C, que é parte da rodovia interoceânica (Figuras 63, 44 e 65).

Figura 63 – Traçado urbano de Iñapari e os acessos a Assis Brasil e Bolpebra



Elaboração do autor.

Figura 64 – Rodovia interoceânica, em Iñapari



[10°56'41.1"S 69°34'40.2"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 11/01/2022.

Figura 65 – Plaza de Armas de Iñapari, às margens da rodovia interoceânica

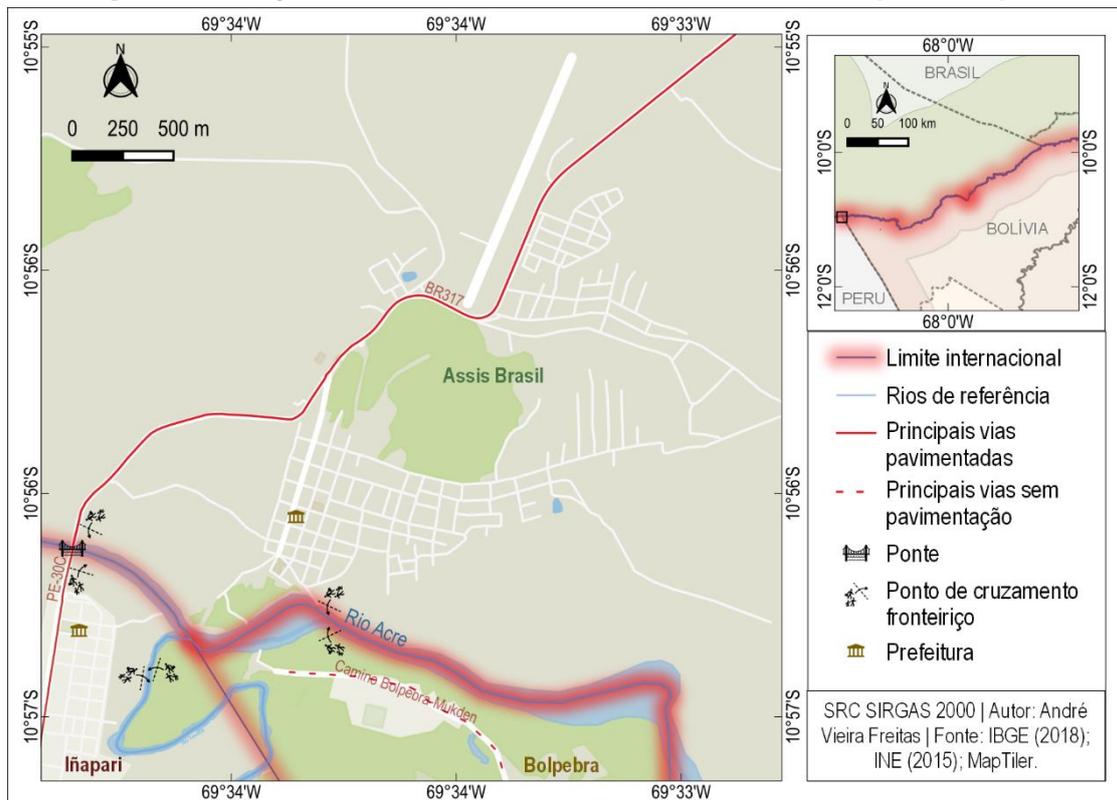


[10°56'41.8"S 69°34'39.1"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 11/01/2022.

Surgido a partir do antigo seringal Paraguaçu, instalado em 1908, que deu origem à Vila Assis Brasil em 1958, o município de Assis Brasil foi emancipado em 1973 (IBGE, 2020), no seio de uma política de ocupação do sudoeste da Amazônia promovida pelo regime militar brasileiro (MORAIS, 2001). Atualmente, a pequena cidade acreana apresenta uma mancha urbana consolidada, desenvolvida entre a rodovia BR-317 (parte da rodovia interoceânica/estrada do Pacífico) e a margem esquerda do rio Acre (Figura 66).

Figura 66 – Traçado urbano de Assis Brasil e os acessos a Iñapari e Bolpebra



Elaboração do autor.

A cidade não possui terminal rodoviário intermunicipal, mas é atendida por uma linha de ônibus que a conecta à capital estadual pela rodovia BR-317, que tem como ponto de parada a praça central da cidade (Figura 67).

Figura 67 – Terminal improvisado de ônibus intermunicipais na praça central de Assis Brasil



[10°56'22.8"S 69°34'04.0"W](#)

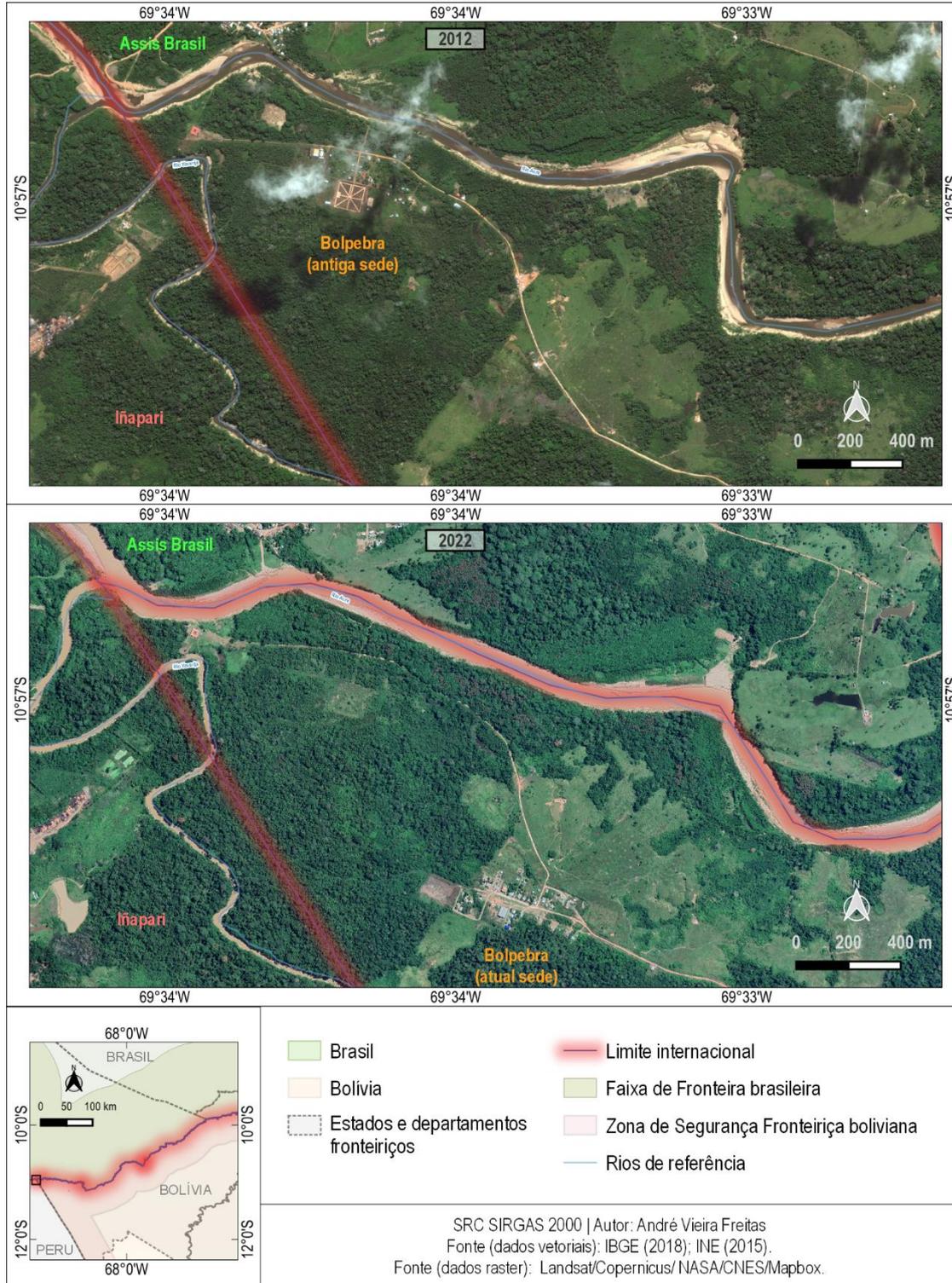
Fonte: Acervo do autor, 11/01/2022.

A comunidade de Bolpebra foi fundada em 1995 a partir da instalação de colonos oriundos do departamento de Tarija (no sul da Bolívia) no início da mesma década, que redundou no desmembramento do município da malha territorial de Cobija.

A comunidade de Bolpebra já esteve situada em uma área de várzea a poucos metros do rio Acre, mas, como relata Francisco Aillón M., vice-presidente da comunidade (2022)⁸³, em decorrência das recorrentes inundações, em meados da década de 2010 se deslocou para uma área de terra firme que dista cerca de 1,6 km da margem do rio (Figura 68).

⁸³ AILLÓN M., Francisco. **Entrevista com Francisco Aillón M., vice-presidente da comunidade de Bolpebra** [11 jan. 2022]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Bolpebra, Pando, Bolívia, 2022. 1 arquivo .mp3 (11min 42s) [Apêndice Q].

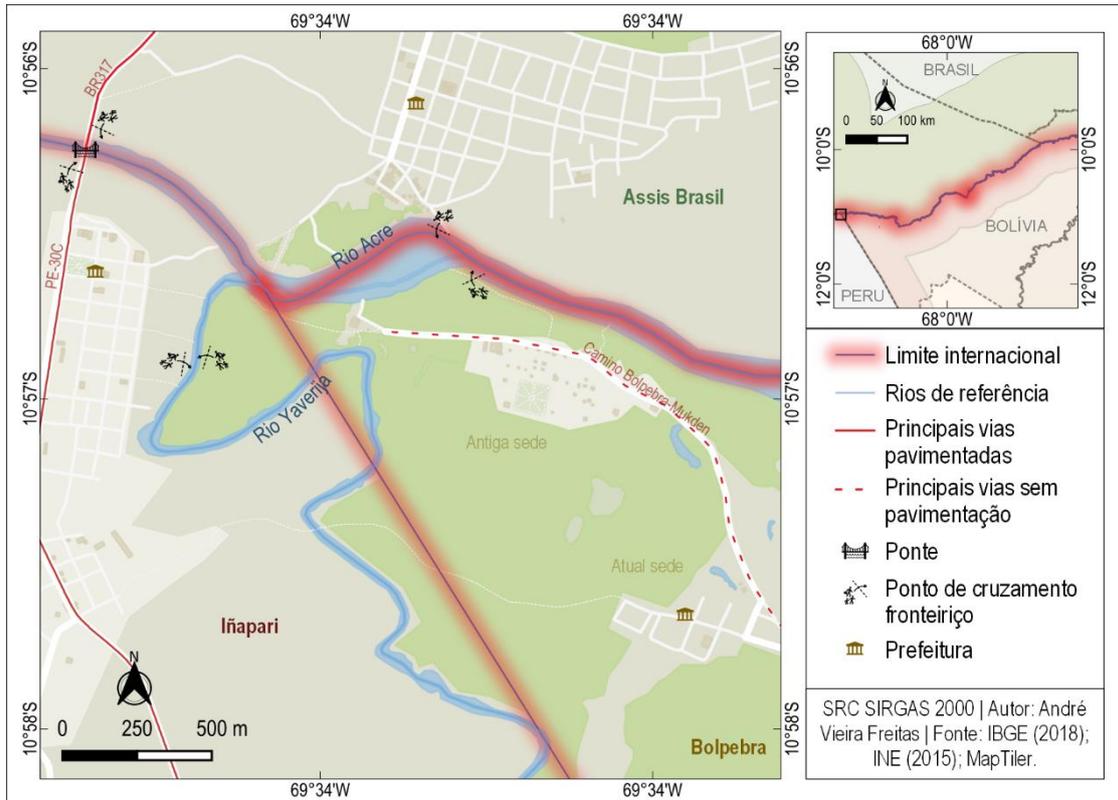
Figura 68 – Localização da antiga e atual sede da comunidade Bolpebra



Elaboração do autor.

A atual sede da comunidade de Bolpebra é acessada, a partir do rio Acre, por uma trilha em meio à vegetação seguida por uma via não pavimentada (Figuras 69, 70 e 71).

Figura 69 – Núcleo de Bolpebra e os pontos de acesso para Assis Brasil e Iñapari



Elaboração do autor.

Figura 70 – Trilha em meio à vegetação nas proximidades da margem direita do rio Acre, para acesso à comunidade Bolpebra



[10°56'45.0"S 69°33'52.2"W](https://www.google.com/maps/@10.9430556,-69.5611111)

Fonte: Acervo do autor, 11/01/2022.

Figura 71 – Via não pavimentada de acesso à comunidade Bolpebra, em trecho de terra firme, com vista para as residências ao fundo



[10°57'12.6"S 69°33'27.1"W](https://www.google.com/maps/@10.9430556,-69.5611111)

Fonte: Acervo do autor, 11/01/2022.

Como aponta Aillón M. (2022), a comunidade é essencialmente rural e se dedica principalmente à produção de gêneros alimentícios como feijão, banana e melancia, que são vendidos do lado brasileiro e, majoritariamente, do lado peruano. Possui poucas residências dispostas pelas vias não pavimentadas do núcleo, que conta um posto de saúde improvisado que funciona apenas em alguns dias da semana no edifício da sede municipal, que se encontra em estado de abandono, além de uma igreja e uma escola (Figuras 72 e 73).

Figura 72 – Residências na comunidade Bolpebra



[10°57'19.6\"S 69°33'25.3\"W](https://www.google.com/maps/place/10°57'19.6\)

Fonte: Acervo do autor, 11/01/2022.

Figura 73 – Sede do Poder Público municipal de Bolpebra



[10°57'20.5\"S 69°33'30.3\"W](https://www.google.com/maps/place/10°57'20.5\)

Fonte: Acervo do autor, 11/01/2022.

Os fluxos entre esses núcleos na tríplice fronteira do MAP (Madre de Dios-Acre-Pando) se dão principalmente quanto ao comércio, majoritariamente de gêneros alimentícios, mas também para o acesso aos serviços de saúde, assim como relacionados ao trabalho e ao estudo.

Como aponta Mercília Raimunda Henry Soares (2022)⁸⁴, entre Iñapari e Assis Brasil os fluxos se dão desde a aquisição de gêneros alimentícios por ambos os lados, tendo em vista o que cada país mais produz, mas também envolvem brasileiros que trabalham no lado peruano e vice-versa, crianças que se matriculam para estudar no outro país, além de relações de parentesco que se estabelecem.

Já a população de Bolpebra recorre a Assis Brasil e a Iñapari para a aquisição de gêneros alimentícios e para a busca dos serviços de saúde, ao passo que no núcleo brasileiro e peruano também comercializam sua pequena produção agrícola, como apontam Aillón M. (2022) e Quedinei Barreto Correia (2021)⁸⁵.

⁸⁴ HENRY SOARES, Mercília Raimunda. **Entrevista com Mercília Raimunda Henry Soares funcionária da municipalidade provincial de Tahuamanu** [11 jan. 2022]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Iñapari, Madre de Dios, Peru, 2022. 1 arquivo .mp3 (10min 28s) [Apêndice AO].

⁸⁵ CORREIA, Quedinei Barreto. **Entrevista com Quedinei Barreto Correia, Secretário Municipal de Assistência Social de Assis Brasil (Acre, Brasil)** [18 mai. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Virtual, 2021. 1 arquivo .mp3 (10min 28s) [Apêndice AE].

Sobre os fluxos oriundos de Assis Brasil em direção a Bolpebra, são significativamente menos expressivos, destacando-se casos de brasileiros que vão ao país vizinho para atividades extrativistas (Apêndice CG). Por outro lado, como aponta Correia (2021), é notável a influência da centralidade da capital pandina, tanto em relação ao comércio quanto ao estudo e ao trabalho.

Quanto aos fluxos oriundos de Iñapari em direção a Bolpebra, Henri Soares (2022) aponta que atualmente são pouco expressivos, mas, antes do deslocamento do núcleo, quando se situava às margens do rio, eram significativos.

No que se refere à inserção desses núcleos na rede urbana regional, destaca-se que para Bolpebra, Iñapari e Assis Brasil constituem uma centralidade regional, além de, principalmente, a capital pandina. Para Iñapari a centralidade mais destacada é a de Puerto Maldonado, seguida por Assis Brasil, mas também com influência de Cobija, Cusco e até mesmo Rio Branco. Já para Assis Brasil, a influência mais destacada é a da capital acreana, seguida por Brasiléia, Cobija e Iñapari (Apêndice CH).

No que se refere à integração rodoviária entre os três núcleos, há conexão apenas entre Assis Brasil e Iñapari, por meio da Ponte de Integração Brasil-Peru, inaugurada em 2006 como parte do projeto da rodovia interoceânica (Figuras 74 e 75).

Figura 74 – Ponte sobre o rio Acre, obtida a partir do lado brasileiro, município de Assis Brasil, em momento que o fluxo rodoviário estava interrompido



[10°56'28.2"S 69°34'37.2"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 11/01/2022.

Figura 75 – Ponte sobre o rio Acre, obtida a partir do lado peruano, no distrito de Iñapari, em momento que o fluxo rodoviário estava interrompido



[10°56'30.8"S 69°34'37.8"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 11/01/2022.

Já a ligação de Bolpebra com Assis Brasil e Iñapari se dá, respectivamente, pela travessia dos rios Acre e Yaverija por pequenas embarcações denominadas catraias, que transportam passageiros e, majoritariamente, pequenas cargas como objetos pessoais ou produtos destinados prioritariamente ao consumo da população local, podendo comportar ainda volumes maiores em condições precárias, como a travessia de motocicletas (Figuras 76 e 77).

Figura 76 – Travessia de passageiros e bagagens pessoais, via catraia, no rio Acre, entre Assis Brasil e Iñapari



[10°56'39.3"S 69°34'02.5"W](https://www.google.com/maps/@10.93393,-69.57025)

Fonte: Acervo do autor, 11/01/2022.

Figura 77 – Desembarque de uma moto em catraia, às margens do rio Acre, em Assis Brasil



[10°56'38.9"S 69°33'57.8"W](https://www.google.com/maps/@10.93389,-69.57878)

Fonte: Acervo do autor, 11/01/2022

Quanto aos pontos de embarque e desembarque utilizados para a travessia fluvial entre esses núcleos, caracterizam-se por estruturas rudimentares na própria margem dos rios, que se aproveitam dos barrancos ou praias fluviais que se formam a partir dos processos erosivos e de deposição de sedimentos (Figura 78, 79 e 80).

Figura 78 – Ponto de embarque de passageiros no rio Yaverija, entre Iñapari e Bolpebra



[10°56'54.8"S 69°34'27.5"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 11/01/2022.

Figura 79 – Ponto de embarque de passageiros no rio Acre, em Bolpebra, com vista para Assis Brasil



[10°56'42.6"S 69°33'56.1"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 11/01/2022.

Figura 80 – Ponto de embarque de passageiros às margens do rio Acre, em Assis Brasil



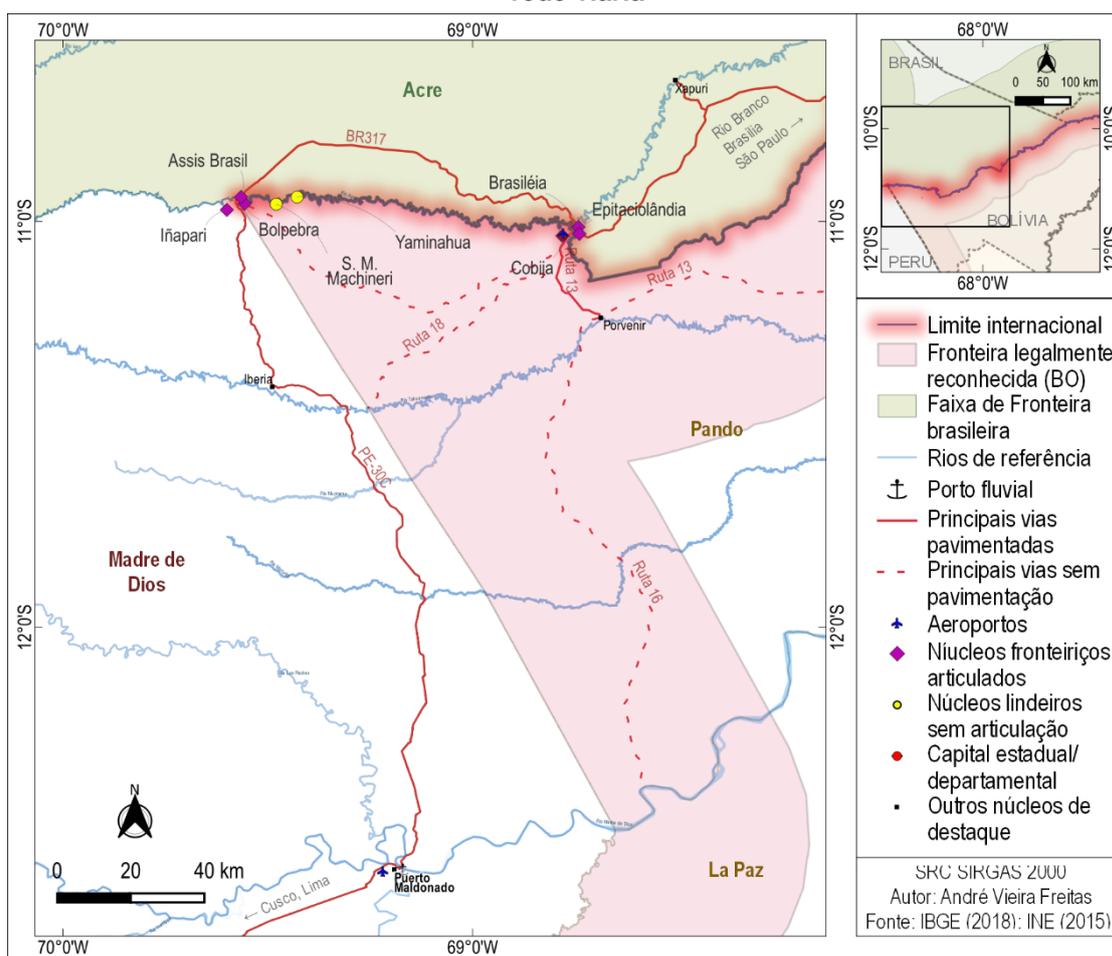
[10°56'38.4"S 69°33'57.9"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 11/01/2022

Além de um ponto de ligação entre os três núcleos, o rio Acre, que historicamente cumpriu um papel relevante para a ocupação do território com a exploração da borracha a partir do fim do século XIX, também cumpre um papel importante na dinâmica dos transportes na tríplice fronteira atualmente, sobretudo para as comunidades tradicionais e o comércio regional, apesar das restrições ao porte das embarcações e às condições de navegabilidade durante o período de menor vazão.

No que se refere à infraestrutura viária, ademais da ausência de integração por ponte do núcleo boliviano com o brasileiro e o peruano, apresentam-se profundas diferenças. As malhas rodoviárias peruana e boliviana, além de conectadas por ponte, apresentam melhores condições de trafegabilidade, com vias pavimentadas que permitem a integração a centros do Acre e de outros estados brasileiros, assim como a centros de Madre de Dios e de outros departamentos peruanos. Já quanto à malha rodoviária boliviana nesse ponto da tríplice fronteira, a infraestrutura é mais precária, havendo conexão terrestre entre Bolpebra e a capital pandina por uma via não pavimentada com restrições à trafegabilidade durante o período chuvoso (Figura 81).

Figura 81 – Inserção da articulação fronteiriça entre Assis Brasil, Bolpebra e Iñapari na rede viária



Elaboração do autor.

A partir da rodovia interoceânica, viabiliza-se o acesso de Assis Brasil e Iñapari a importantes centros urbanos brasileiros e peruanos. Em direção ao Peru, a cidade acreana se liga à capital do departamento de Madre de Dios, Puerto Maldonado (232 km), a partir de onde é possível seguir até os portos de Ilo (1.191 km), Matanari (1.176) e Marcona (1.481 km); outras centralidades urbanas importantes do Peru também se encontram integradas a partir desta malha rodoviária, como Cusco (710 km), Arequipa (1.059 km) e mesmo a capital do País, Lima (1.806). Em direção ao Brasil, quanto à ligação com centralidades regionais do estado, Iñapari e Assis Brasil se ligam a Brasileia (111 km) e a Rio Branco (343 km), pelas rodovias BR-317 e BR-364, cidades por meio das quais se viabiliza a integração com outras porções da malha rodoviária brasileira, para se alcançar importantes centros regionais do país.

Todas as conexões possíveis a partir de Iñapari e Assis Brasil, seja na malha nacional ou peruana, são por vias pavimentadas. Já do lado do núcleo boliviano, a integração tem algumas deficiências. Por via terrestre, 116 km separam Bolpebra da capital de Pando, Cobija, a maior parte em via não pavimentada.

Nesse segmento da fronteira, seguindo o rio Acre como limite internacional, a montante em relação à articulação entre Assis Brasil, Bolpebra e Iñapari, do lado boliviano, há duas comunidades indígenas que constituem núcleos de margem: San Miguel de Machineri e Yaminahua. Essas duas comunidades se ligam a dois povos, os Manchieri e os Yaminahau, com identidades e línguas próprias, mas que apresentam integração estratégica entre si no sentido de garantir a integridade de seus territórios e culturas. Note-se que, do lado boliviano, esses povos lograram a demarcação do Terra Comunitária de Origem Yaminahua-Manchineri mas, além da Bolívia, esses povos se estendem por territórios de soberania brasileira e peruana⁸⁶, o que demonstra a porosidade dessas fronteiras internacionais a partir da territorialidade desses grupos que, pelos seus laços culturais, transcendem a territorialidade estatal.

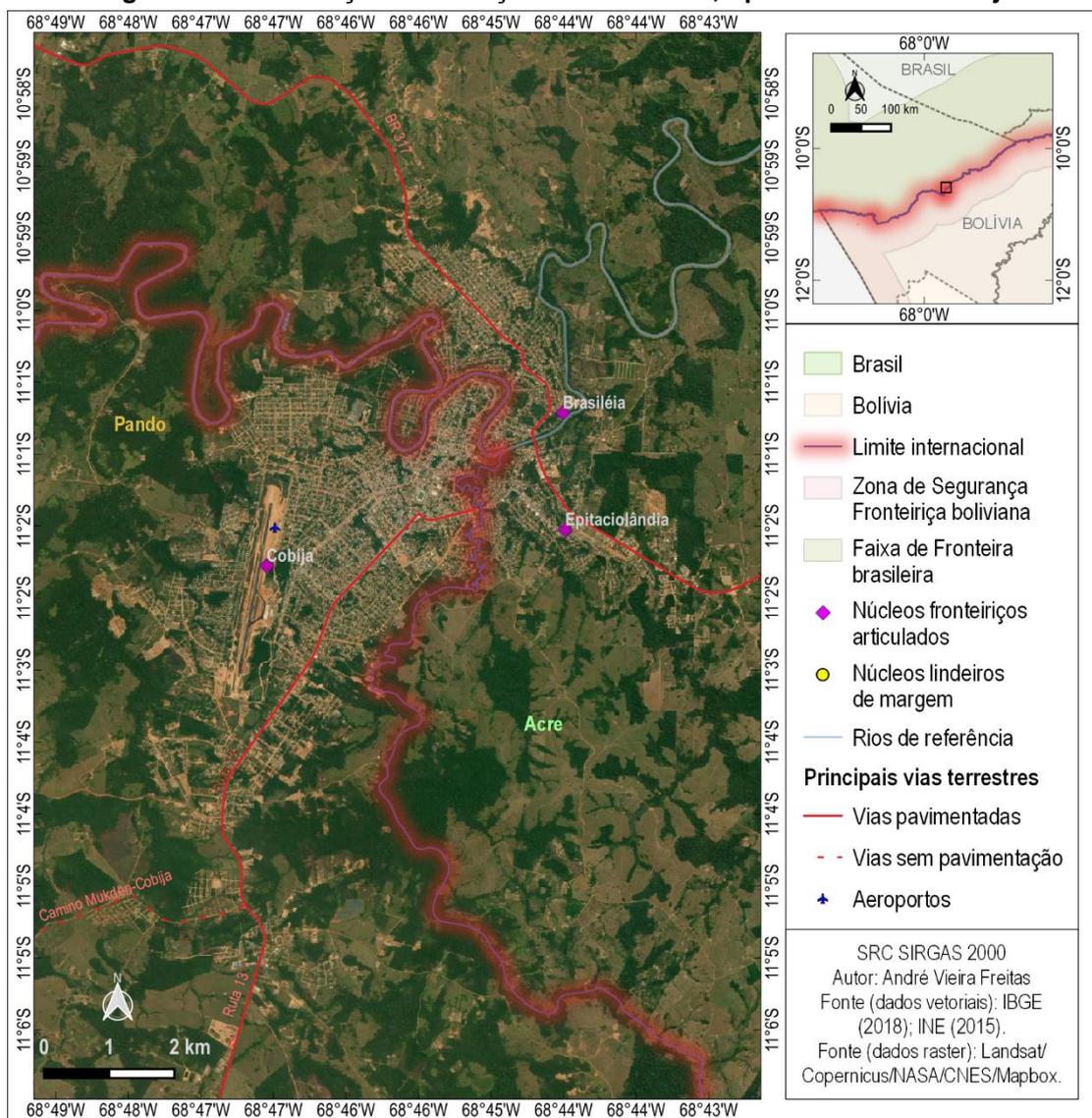
Por vias terrestres, esses núcleos se conectam por estradas não pavimentadas aos demais núcleos nos arredores, e o acesso é ainda mais limitado a veículos automotivos pelos caminhos de ligação mais próximos. Entre Yaminahua e San Miguel de Machineri o caminho é de cerca de 9 km, dessa comunidade até a rodovia não pavimentada mais próxima se somam 4 km, daí até o acesso Bolpebra são outros 10 km e, para se chegar a Cobija são mais 108 km, a maior parte sem pavimentação. Em outro modal que apresenta relevância para as comunidades tradicionais, a outra ligação entre esses núcleos é pelo rio Acre.

⁸⁶ Embora nesses outros dois países não tenha sido verificado até 2022 o seu reconhecimento estatal de titularidade das terras aos referidos povos, como Terra Indígena (denominação adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro) ou Comunidade Nativa (termo adotado no marco legal peruano).

5.3.2. Articulação entre Brasiléia, Epitaciolândia e Cobija

Ainda no rio Acre como limite internacional, a montante em relação aos núcleos já citados, há a conurbação entre três cidades que afiguram entre as principais da fronteira entre Brasil e Bolívia, Cobija (capital do departamento de Pando), que possui a maior mancha urbana, Brasiléia e Epitaciolândia (Figura 82).

Figura 82 – Articulação fronteiriça entre Brasiléia, Epitaciolândia e Cobija



Elaboração do autor.

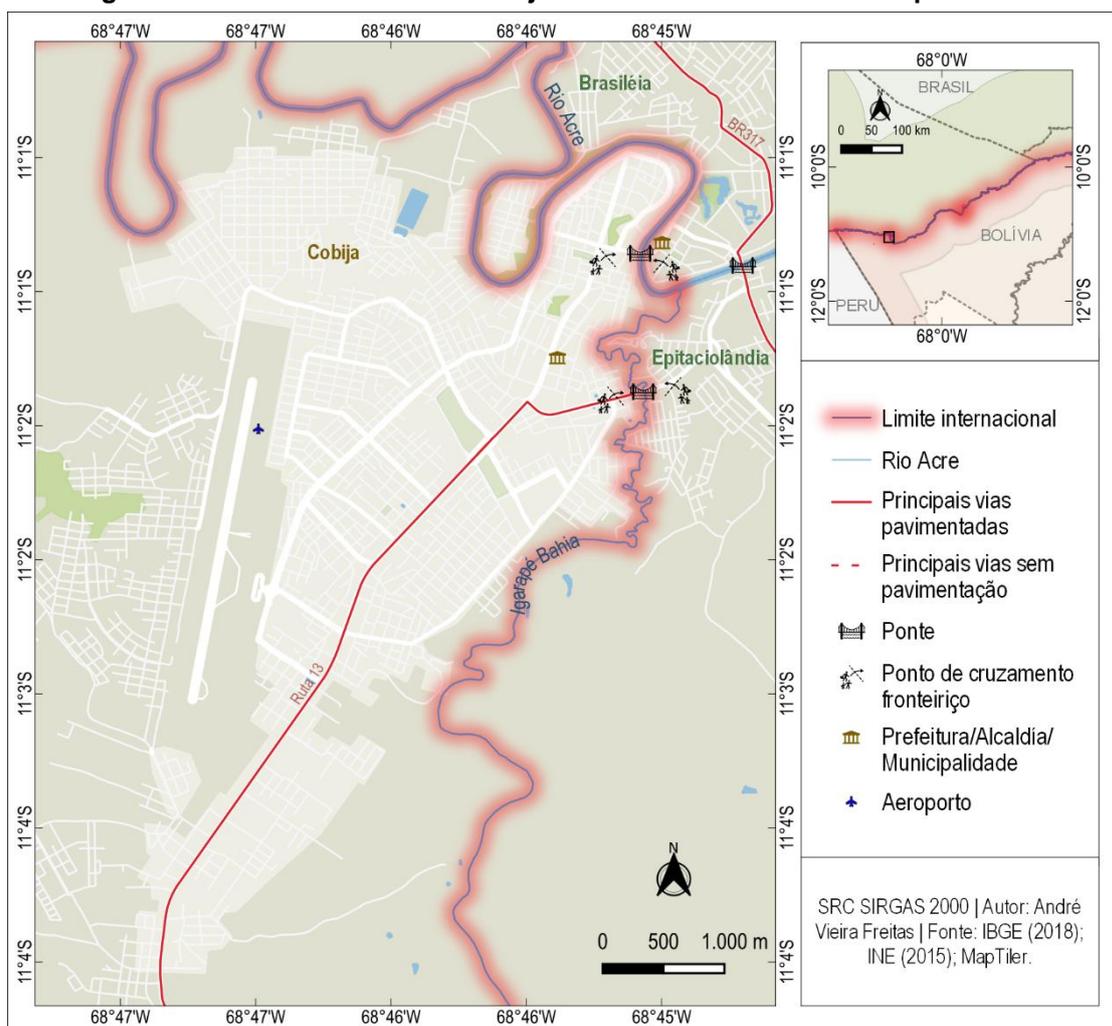
A cidade de Cobija foi fundada em 1906 como Puerto Bahia, a partir do plano de estabelecimento de um porto aduaneiro na divisa com o Brasil, também como resposta diante do antigo conflito que redundou na anexação do Acre ao Brasil e para marcar a presença boliviana na porção noroeste do seu território,

sendo posteriormente, diante de seu expressivo crescimento econômico a partir do comércio, alçada à capital do Território Nacional de Colonias do Noroeste, na década de 1910, e do departamento de Pando, com sua criação em 1938 (ZAMBRANA LARA, 2011, p. 9).

Atualmente, a capital pandina apresenta-se como uma importante centralidade regional, destacando-se no setor de serviços, em especial o comércio, onde é marcada a influência das trocas comerciais com o Brasil, mas também a influência cultural do país a leste (ZAMBRANA LARA, 2011).

A capital pandina apresenta um tecido urbano consolidado e conurbado às cidades brasileiras vizinhas, com as quais se encontra integrada por pontes pelo rio Acre, que marca o limite internacional com Brasiléia, e o Igarapé Bahia, que marca o limite internacional com Eptaciolândia (Figuras 83, 84, 85, 86 e 87).

Figura 83 – Mancha urbana de Cobija e os acessos a Brasiléia e Eptaciolândia



Elaboração do autor.

Figura 84 – Ponte Internacional Wilson Pinheiro, vista a partir da margem esquerda do rio Acre, em Brasília



[11°00'58.1"S 68°45'03.0"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 11/01/2022

Figura 85 – Ponte Internacional Wilson Pinheiro, vista a partir da margem direita do rio Acre, em Cobija



[11°00'58.0"S 68°45'07.4"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 11/01/2022

Figura 86 – Ponte internacional sobre o Igarapé Bahia, a partir de Epitaciolândia, com vista para Cobija



[11°01'35.1"S 68°45'04.4"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 11/01/2022

Figura 87 – Ponte internacional sobre o Igarapé Bahia, a partir de Cobija, com vista para Epitaciolândia



[11°01'35.6"S 68°45'06.1"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 11/01/2022

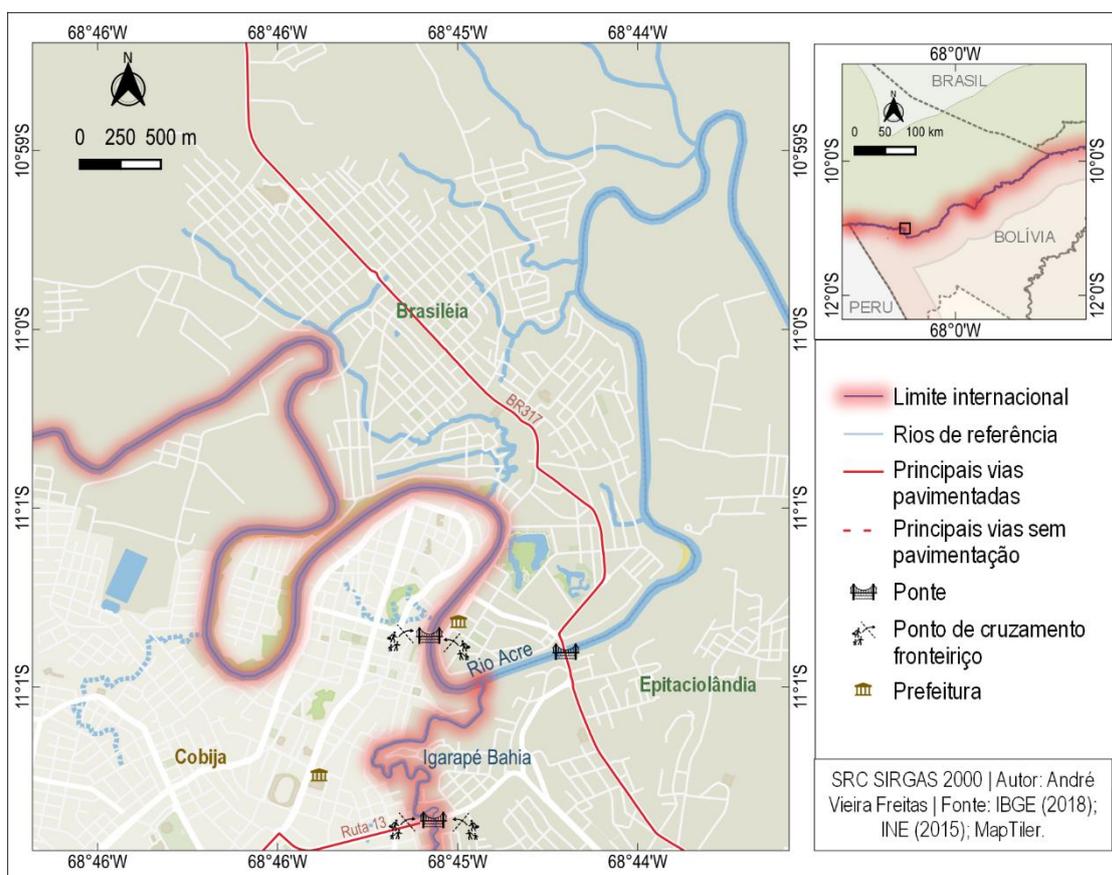
Pelo seu porte, mas também pela intensa atividade comercial e a oferta de serviços como educação e saúde, além de ser dotada de um aeroporto internacional com voos regulares para as principais cidades da Bolívia, representa um centro regional tanto para o departamento de Pando quanto para os municípios acreanos próximos, além de, até mesmo, os distritos peruanos na tríplice fronteira.

À margem esquerda do rio Acre, no estado homônimo ao rio, situa-se a cidade de Brasília. Fundada como Vila Brasília em 1910 a partir de um seringal, o município de qual viria a ser sede foi emancipado em 1938, com o nome de

Brasília, com posterior alteração para Brasília em decorrência da fundação da Capital Federal do Brasil em 1960.

A mancha urbana da cidade de Brasília é atravessada pela rodovia BR-317 (rodovia interoceânica/estrada do Pacífico) e se encontra consolidada à margem esquerda do rio Acre, que marca tanto o limite internacional com Cobija quanto o limite com o município acreano de Eptaciolândia, cujas manchas urbanas apresentam-se conurbadas e integradas por pontes (Figura 88).

Figura 88 – Mancha urbana de Brasília e os acessos a Cobija e Eptaciolândia

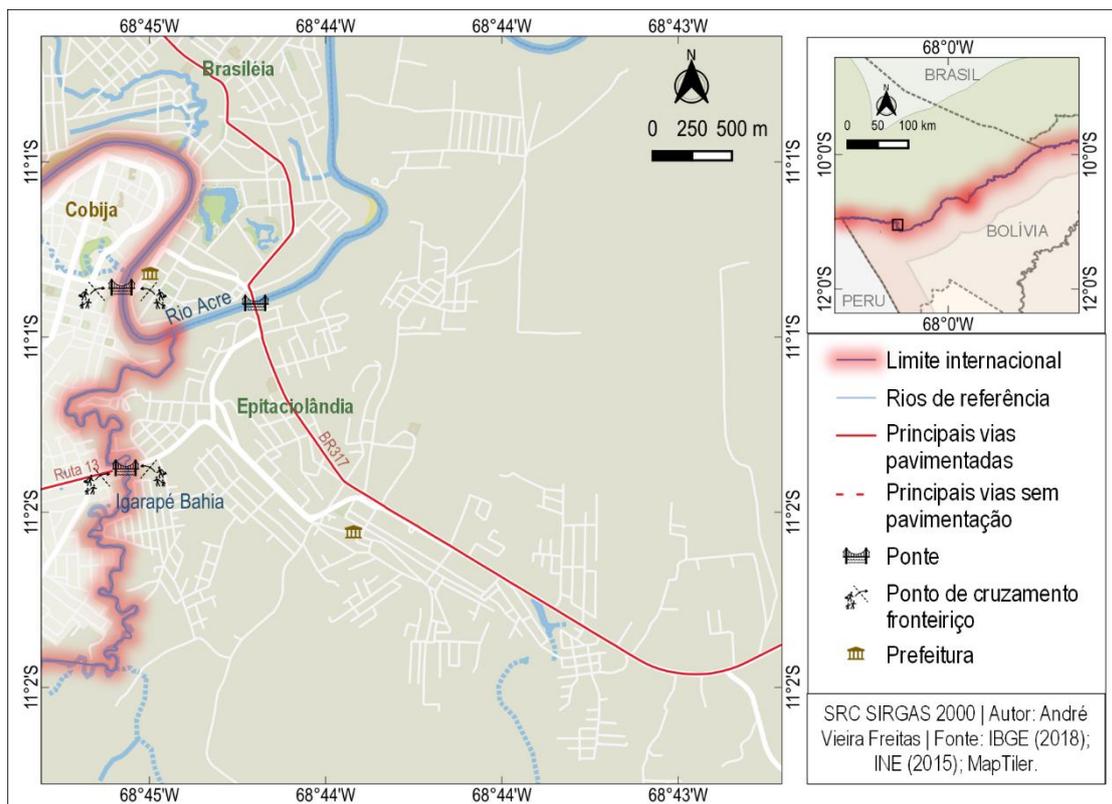


Elaboração do autor.

A terceira cidade desse conjunto, cuja mancha urbana é a menos expressiva, Eptaciolândia, surgiu a partir de um povoado desenvolvido na década de 1950, a Vila Eptácio, e se constituiu como a sede municipal de Eptaciolândia com a emancipação desse município em 1992.

A cidade de Eptaciolândia tem sua mancha urbana consolidada entre a margem direita do rio Acre, a margem direita do igarapé Bahia e ao longo da rodovia BR-317 (Figura 89).

Figura 89 – Mancha urbana de Epitaciolândia e os acessos a Brasiléia e Cobija



Elaboração do autor.

Quanto aos fluxos entre esses três núcleos que se apresentam conurbados, destacam-se laços comerciais e culturais e o fluxo diário de trabalhadores, além da migração pendular de estudantes, em especial do lado brasileiro em direção à cidade boliviana, com destaque para o ensino superior.

Segundo os representantes do poder público municipal de Cobija, Epitaciolândia e Brasiléia, os fluxos comerciais são o principal fator de intercâmbio entre os três núcleos. Ana Lucia Reis Melena (2022)⁸⁷ destaca, além do turismo comercial oriundo de distintas partes de Pando e do Brasil, a importância de Brasiléia e Epitaciolândia para a oferta de gêneros alimentícios

⁸⁷ REIS MELENA, Ana Lucia. **Entrevista com entrevista com Ana Lucia Reis Melena, Alcaldesa municipal de Cobija (Pando, Bolívia)** [20 out. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Virtual, por meio da plataforma Zoom, 2022. 1 arquivo .mp3 (23min 11s) [A transcrição encontra-se no Apêndice P].

para a população de Cobija. Nevisson Freire (2021)⁸⁸ e Sérgio Lopes de Souza (2021)⁸⁹ salientam a relevância dos compradores de Cobija para o comércio de Brasiléia e Eptaciolândia, apontando os impactos da flutuação do câmbio, que nos últimos anos tem proporcionado um aumento do poder de compra dos bolivianos. No que se refere à expressividade do comércio nas três cidades, os interlocutores apontam a importância das isenções fiscais, tendo em vista que os três núcleos são reconhecidos por seus respectivos governos como zonas francas, o que incentivou a abertura de filiais de diversas empresas nas três cidades.

No que se refere aos laços culturais entre os núcleos, Reis Melena (2021) destaca os laços de parentesco de ambos os lados a partir da constituição de famílias a partir da união de brasileiros e bolivianos, ressaltando o bilinguismo e a forte presença da língua portuguesa. A esse respeito, a alcaldesa de Cobija destaca que já houve casos de prefeitos de municípios pandinos que eram bolivianos e, tendo em vista a ascendência brasileira, não eram fluentes em espanhol, mas em português.

Quanto aos fluxos voltados para o trabalho, segundo os interlocutores, predominam os movimentos pendulares tanto de bolivianos em direção a Brasiléia e Eptaciolândia quanto de brasileiros em direção a Cobija para distintos setores, em especial para o comércio e os serviços (FREIRE, 2021; REIS MELENA, 2021; SOUZA, 2021). Além desse fluxo pendular, Reis Melena (2021) destaca a presença de empresários brasileiros que fixam residência em Cobija. Freire (2021) destaca ainda os fluxos para o lazer, destacando-se nesse aspecto a centralidade de Cobija na atração de brasileiros.

A respeito dos fluxos relacionados ao estudo, como apontam Reis Melena (2021), Freire (2021) e Souza (2021), os brasileiros constituem a maioria dos estudantes nas duas universidades de Cobija, a Universidad Amazónica de Pando (UAP), que é pública, e a Universidad Técnica Privada Cosmos

⁸⁸ FREIRE, Nevisson. **Entrevista com Nevisson Freire, economista da Secretaria de Planejamento do município de Brasiléia (Acre, Brasil)** [11 ago. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Virtual, 2021. 1 arquivo .mp3 (20min 02s) [Apêndice AH].

⁸⁹ SOUZA, Sérgio Lopes. **Entrevista com Sérgio Lopes de Souza, Prefeito do município de Eptaciolândia (Acre, Brasil)** [5 ago. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Virtual, 2021. 1 arquivo .mp3 (23min 10s) [A transcrição encontra-se no Apêndice AG].

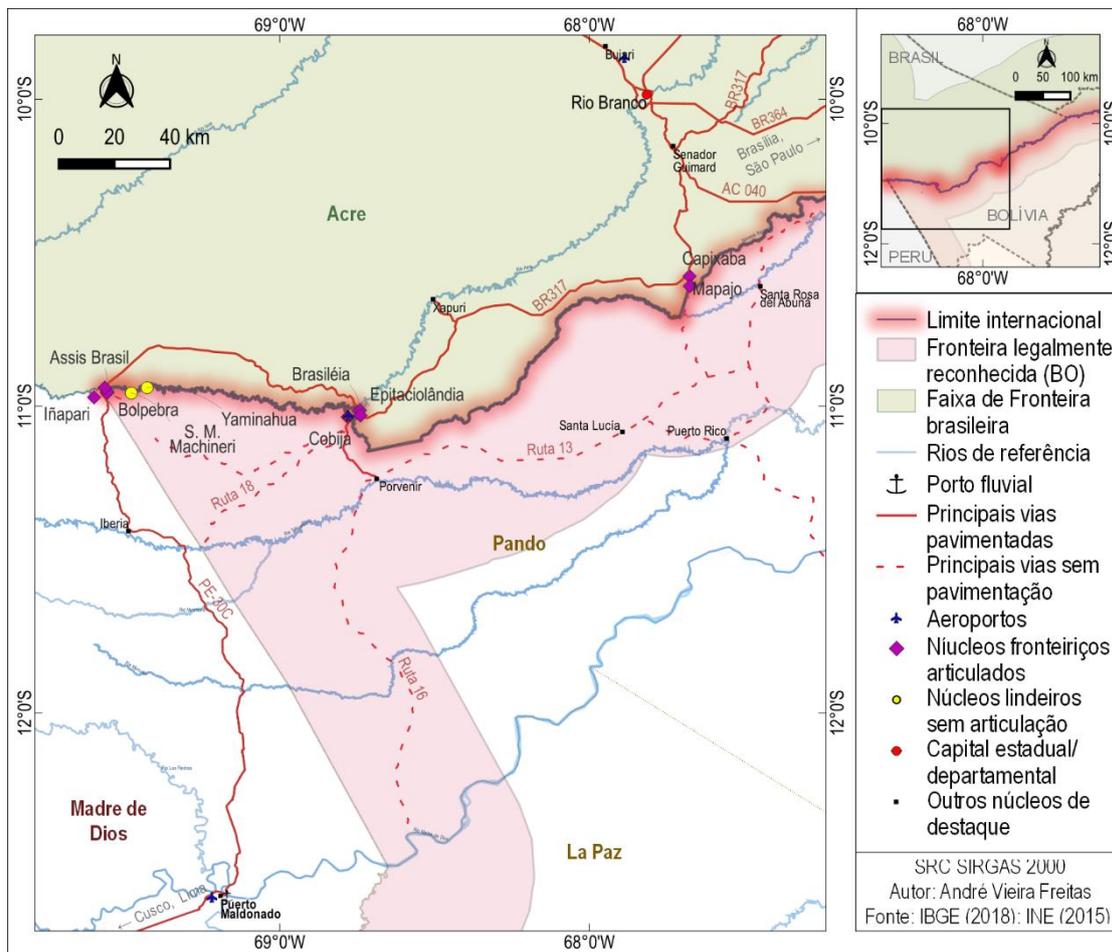
(UNITEPC). Segundo estimativas apontadas pelos interlocutores, os brasileiros somam entre 3.500 e 4.000 estudantes, dedicam-se em sua ampla maioria à graduação em Medicina, são oriundos de diferentes cidades acreanas e de diversos outros estados do Brasil e vivem majoritariamente no lado brasileiro. Ademais dessa expressiva presença de brasileiros no ensino superior do lado boliviano, os Freire (2021) e Souza (2021) apontam uma presença diminuta na educação básica de estudantes brasileiros do lado boliviano e de estudantes bolivianos do lado brasileiro, dos pais majoritariamente também se caracterizam como um fluxo pendular.

Como um tecido urbano interligado que apresenta uma dinâmica bastante integrada a partir de distintos fluxos transnacionais forjados na escala local, quando se consideram esses três núcleos em seu conjunto, tem-se uma expressiva centralidade regional transfronteiriça no segmento do MAP (Madre de Dios, Acre e Pando), marcada por intenso intercâmbio comercial, quanto a educação, saúde, trabalho e demais serviços.

No que se refere à inserção desses núcleos na rede urbana, Cobija exerce forte influência sobre Brasiléia e Eptaciolândia, mas também sobre diversas outras localidades, como Capixaba, Bolpebra, Mapajo (Bella Flor), Puerto Evo Morales (Bella Flor), Capixaba, Iñapari, Nueva Esperanza e Plácido de Casto, ao passo que sofre influência de Brasiléia, Rio Branco e outros centros mais expressivos bolivianos, como Cochabamba, La Paz, Santa Cruz de la Sierra e Oruro. Além da influência sobre Cobija, Brasiléia também se apresenta como uma centralidade regional para Eptaciolândia, Assis Brasil e Capixaba, ao passo que sofre acentuada influência de Cobija, Rio Branco e, em menor medida, de Eptaciolândia. Por seu lado, Eptaciolândia exerce alguma influência sobre Brasiléia, ao passo que também é influenciada por ela e, principalmente, por Cobija e Rio Branco, além de sofrer alguma influência isolada de Xapuri (Apêndice CH).

Esse arranjo transfronteiriço de cidades também constitui um importante nó logístico que conjuga as malhas rodoviárias e hidroviárias dos dois países e possibilita a ligação de Pando e Acre com o restante da Bolívia e do Brasil, viabilizando o escoamento da produção para o oceano Atlântico pela bacia Amazônica, assim como o acesso ao Peru e o escoamento da produção para o oceano Pacífico (Figura 90).

Figura 90 – Inserção da articulação fronteiriça entre Brasiléia, Epitaciolândia e Cobija na rede viária



Elaboração do autor.

No que se refere à logística de transportes, Cobija conta com um aeroporto internacional atendido por três companhias aéreas com voos diretos regulares para Cochabamba, La Paz, Santa Cruz e Trinidad. No modal rodoviário, comunica-se com o interior de Pando pela rota nacional 8, que dá acesso a cidades como Porvenir (43 km) e Puerto Rico (136 km), ambas às margens do rio Tahuamanu, que serve de via para o escoamento da produção. Com acesso também ao porto de Sena (254 km), no rio Madre de Dios. Pensando em outras centralidades urbanas do país, a cidade é conectada por rodovia também com Riberalta (Beni) (447 km), que conta com um porto na confluência dos rios Beni e Madre de Dios, ou ainda Rurrenabaque (Beni) (816 km), que conta com um porto no rio Beni. Também há a ligação com as maiores

centralidades urbanas do país, La Paz (1.238 km), Cochabamba (1.1622) e Santa Cruz (2.100 km).

No que se refere ao transporte intermunicipal e interestadual, a capital pandina dispõe de um terminal rodoviário atendido por distintas empresas bolivianas com rotas para Guayaramerín, Riberalta, Santa Cruz e La Paz (Figuras 91, 92 e 93).

Figura 91 – Entrada do terminal rodoviário intermunicipal de Cobija



[11°03'53.9"S 68°47'38.2"W](#)

Fonte: Acervo do autor,
12/01/2022

Figura 92 – Hall do terminal rodoviário intermunicipal de Cobija



[11°03'53.9"S 68°47'38.2"W](#)

Fonte: Acervo do autor,
12/01/2022

Figura 93 – Terminal rodoviário de Cobija: área de embarque



[11°03'53.9"S 68°47'38.2"W](#)

Fonte: Acervo do autor,
12/01/2022

No lado brasileiro desse trio de cidades conurbadas, tem-se a ligação terrestre com a capital Rio Branco (232 km), que constitui a maior centralidade do estado, além da ligação com o restante da malha viária do Brasil, sobretudo em direção ao Centro-Sul do país, e Assis Brasil (111 km), com a ligação à malha viária do Peru, em direção aos seus centros mais dinâmicos.

No que se refere ao modal rodoviário, Brasiléia e Eptaciolândia dispõem de terminais rodoviários intermunicipais que contam com linhas regulares de ônibus para a capital estadual e o município acreano de Assis Brasil (Figuras 94 e 95).

Figura 94 – Terminal rodoviário intermunicipal de Brasília



[11°00'31.8"S 68°44'34.5"W](#)

Fonte: acervo do autor, 12/01/2022

Figura 95 – Terminal rodoviário intermunicipal de Epitaciolândia



[11°01'43.8"S 68°44'21.3"W](#)

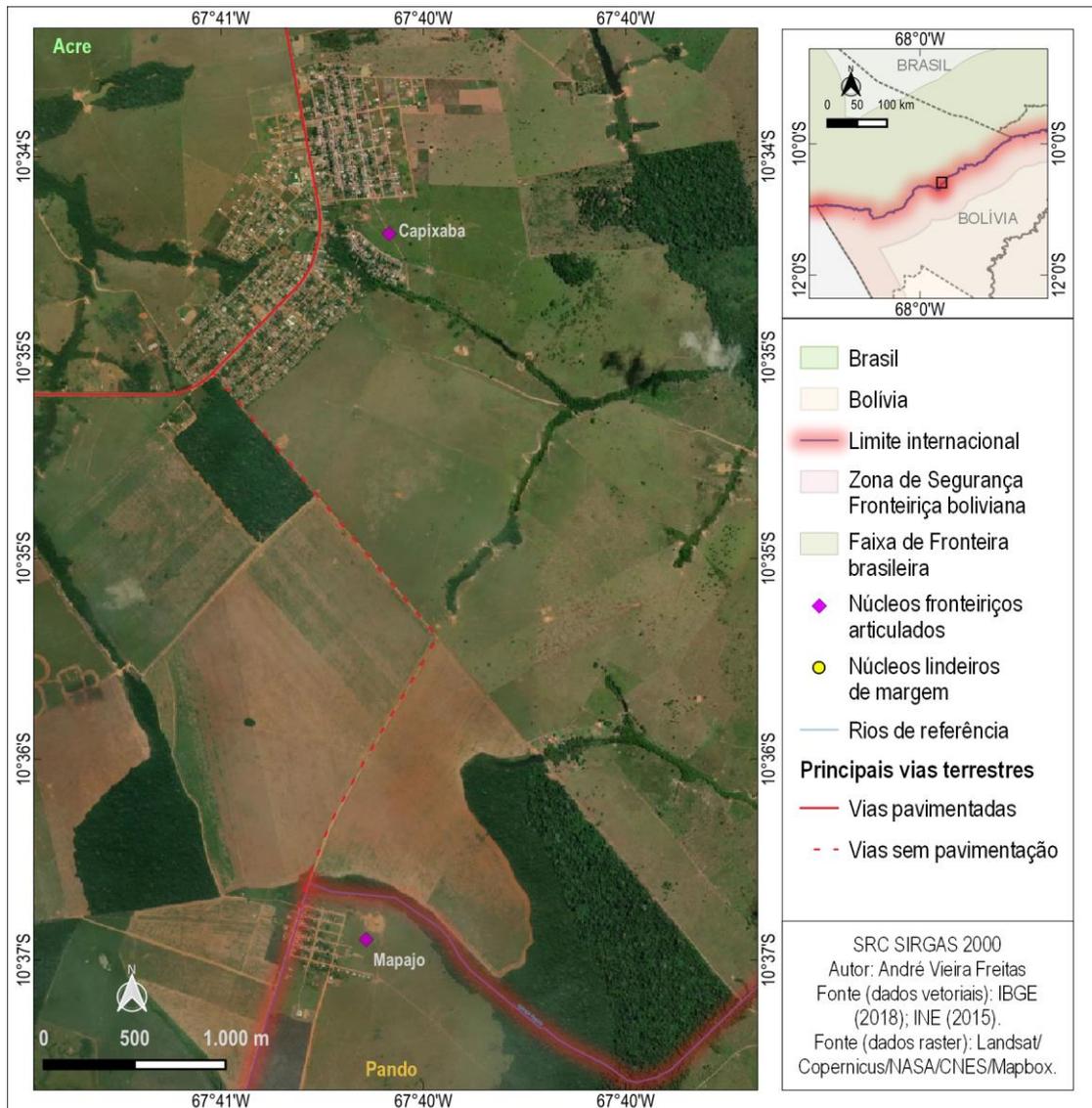
Fonte: acervo do autor, 12/01/2022

A conexão entre esse arranjo transfronteiriço de cidades também é viabilizada por via fluvial. No que se refere a esse modal de transportes, apesar das restrições quanto ao porte das embarcações, sobretudo no período de seca, pelo rio Acre é possível chegar a Rio Branco, situada à jusante, daí viabilizando-se o acesso a importantes rios da bacia Amazônica, como o Purus, Solimões e Amazonas. O sistema hidroviário tem particular importância para as comunidades tradicionais, para o comércio local e, como visto no capítulo 3, influenciou o processo de ocupação do território.

5.3.3. Articulação entre Capixaba e Mapajo

Neste segmento da fronteira Brasil-Bolívia há também uma articulação entre a cidade de Capixaba e a localidade de Mapajo (no município de Bella Flor), que distam entre si pouco mais de 3 km por via terrestre não pavimentada, em uma “fronteira seca” nas proximidades da nascente do igarapé Rapirrã (Figura 96 e 97).

Figura 96 – Articulação fronteiriça entre Capixaba e Mapajo



Elaboração do autor.

Figura 97 – Marco de fronteira no limite internacional entre Brasil (à esquerda) e Bolívia (à direita), no acesso à comunidade Mapajo, Bella Flor, Pando



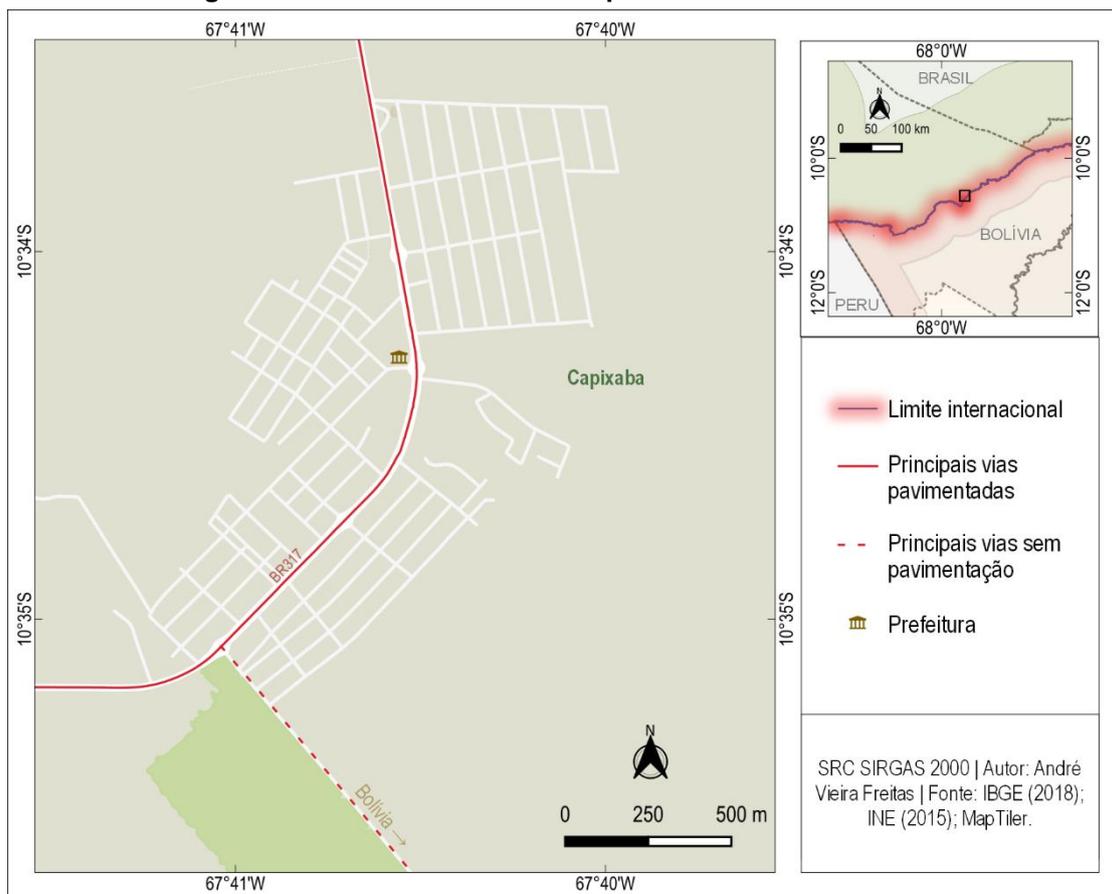
[10°36'19.6"S 67°40'32.7"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 13/01/2022

A cidade de Capixaba se constituiu a partir da Vila Gavião, formada na década de 1960 onde anteriormente existia o Seringal Gavião. O núcleo teve seu crescimento desencadeado com um fluxo migratório oriundo do Sul e Sudeste do Brasil, induzido pelos projetos de colonização oficial empreendidos pelo regime militar para o sudoeste da Amazônia. O município foi estabelecido na década de 1990, por meio da Lei Estadual nº 1.027, de 28 de abril de 1992 e seu nome faz referência a uma serraria de posse de uma família oriunda do estado do Espírito Santo (IBGE, 2020).

O município de Capixaba tem a mancha urbana de sua sede municipal consolidada ao longo da rodovia BR-317 (interoceânica), com a qual se conecta o ramal de acesso à Bolívia, na porção sul do tecido urbano (Figura 98).

Figura 98 – Mancha urbana de Capixaba e o acesso à Bolívia



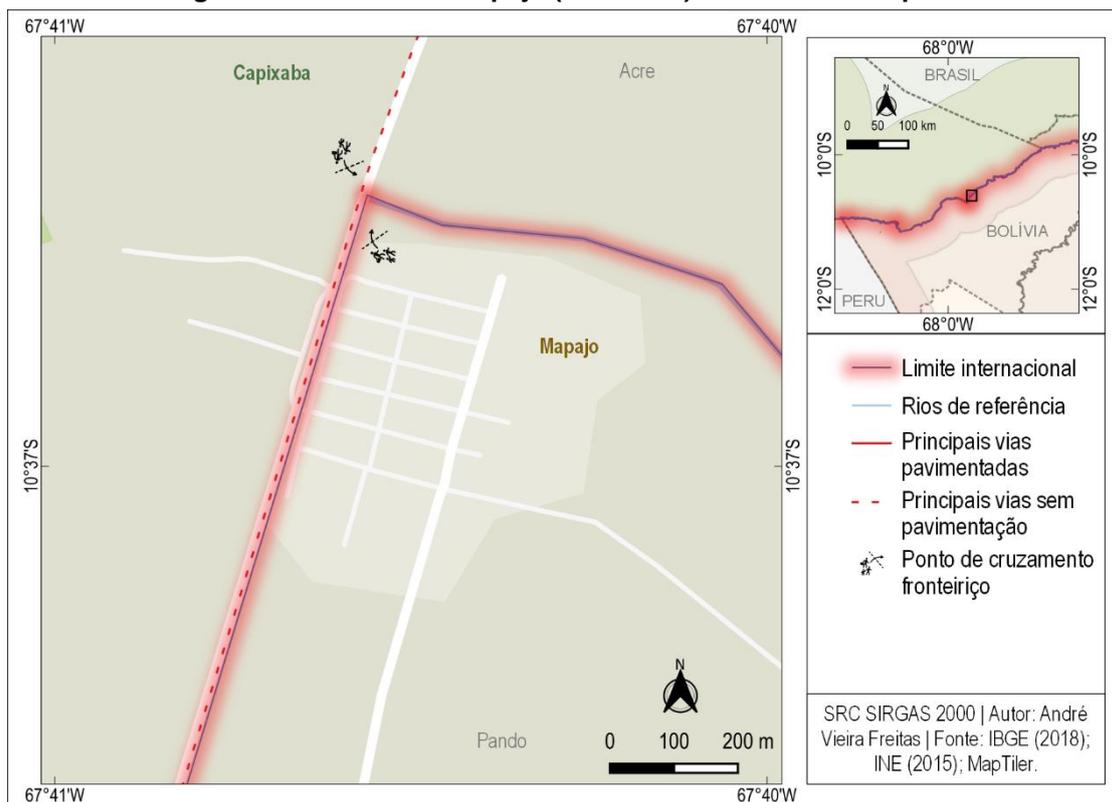
Elaboração do autor.

Segundo Demecio Condori (2022)⁹⁰, a comunidade de Mapajo se estabeleceu a partir de 1987 e, em seu auge, teria atingido 70 famílias, mas após um processo de êxodo decorrente da precariedade da infraestrutura e da falta de acesso a serviços básicos, reduziu-se, no início da década de 2020, a cerca de 45 famílias, incluindo-se o núcleo, que abriga cerca de 15 famílias, e as propriedades rurais próximas.

O núcleo de Mapajo é constituído por poucas ruas situadas entre o igarapé Rapirrã e o ramal Brasil-Bolívia, ambos marcando o limite entre o município pandino de Bella Flor e o município acreano de Capixaba (Figura 99).

⁹⁰ CONDORI, Demecio. **Entrevista com Demecio Condori, membro da comunidade Mapajo, Bella Flor** [13 jan. 2022]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Mapajo (Bella Flor), Pando, Bolívia, 2022. 1 arquivo .mp3 (10min 11s) [A transcrição encontra-se no Apêndice S].

Figura 99 – Núcleo de Mapajo (Bella Flor) e o acesso a Capixaba



Elaboração do autor.

A comunidade não tem ruas pavimentadas, tampouco saneamento básico e acesso a energia elétrica. Segundo Condori (2022), apesar da proximidade à rede elétrica brasileira, que se encontra do outro lado da rua, e de haver a estrutura para a ligação, a empresa concessionária do Brasil não ofertou o serviço até janeiro de 2022, tampouco a distribuidora de energia boliviana, cujas linhas de transmissão não chegam até a comunidade. A esse respeito, o interlocutor na comunidade afirma que a população se encontra em tratativas mais avançadas com a concessionária de energia brasileira, com apoio da municipalidade e dos consulados, havendo a expectativa de oferta do serviço (Figura 100).

Figura 100 – Via principal da comunidade Mapajo (à direita), não pavimentada, no limite internacional com o Brasil (à esquerda)



[10°36'31.4"S 67°40'35.6"W](https://www.google.com/maps/@10.6108333,-67.6736111,15z)

Fonte: Acervo do autor, 13/01/2022

No que se refere aos fluxos entre a comunidade e Capixaba, a população de Mapajo recorre ao núcleo brasileiro para os serviços públicos como saúde e segurança pública, assim como para o comércio.

Além disso, também é o comércio de Capixaba que abastece a população com os gêneros alimentícios, sendo a busca por esses produtos o principal motivo dos deslocamentos da população de Mapajo em direção a Capixaba, com uma periodicidade de diária a semanal (Apêndice S, AF e CG).

No que se refere aos fluxos oriundos de Capixaba em direção a Mapajo, destaca-se a motivação para o trabalho, principalmente no campo, embora também se apresentem para compras, como de eletrônicos e utensílios domésticos, adquiridos em outras cidades de Pando, como Cobija, tendo em vista a isenção fiscal, e revendidos aos brasileiros.

Sobre tais fluxos, Ecleziarte Rodrigues de Oliveira (2021)⁹¹ aponta que os brasileiros se deslocam para trabalhar no lado boliviano sobretudo no extrativismo da castanha e do açaí. Sobre o comércio na comunidade, o interlocutor aponta que já foi mais expressivo, mas se reduziu bastante ao longo dos últimos anos, o que, segundo Condori (2022) foi influenciado pela desvalorização da moeda brasileira, além da persistência das deficiências de infraestrutura do lado boliviano.

No que se refere à segurança pública, os interlocutores apontam uma cooperação entre a polícia brasileira e a comunidade, de forma não oficial, tendo havido, segundo Oliveira (2022), até mesmo operações de busca e apreensão conduzidas pelas forças de segurança brasileira na comunidade, destinada principalmente a veículos furtados no lado brasileiro.

Também como uma medida de cooperação entre os entes locais, os interlocutores apontam a parceria para as obras de melhorias no ramal que divide os dois países, com a prefeitura de Capixaba oferecendo as máquinas para o serviço e a comunidade o cascalho (OLIVEIRA, 2022; CONDORI, 2022).

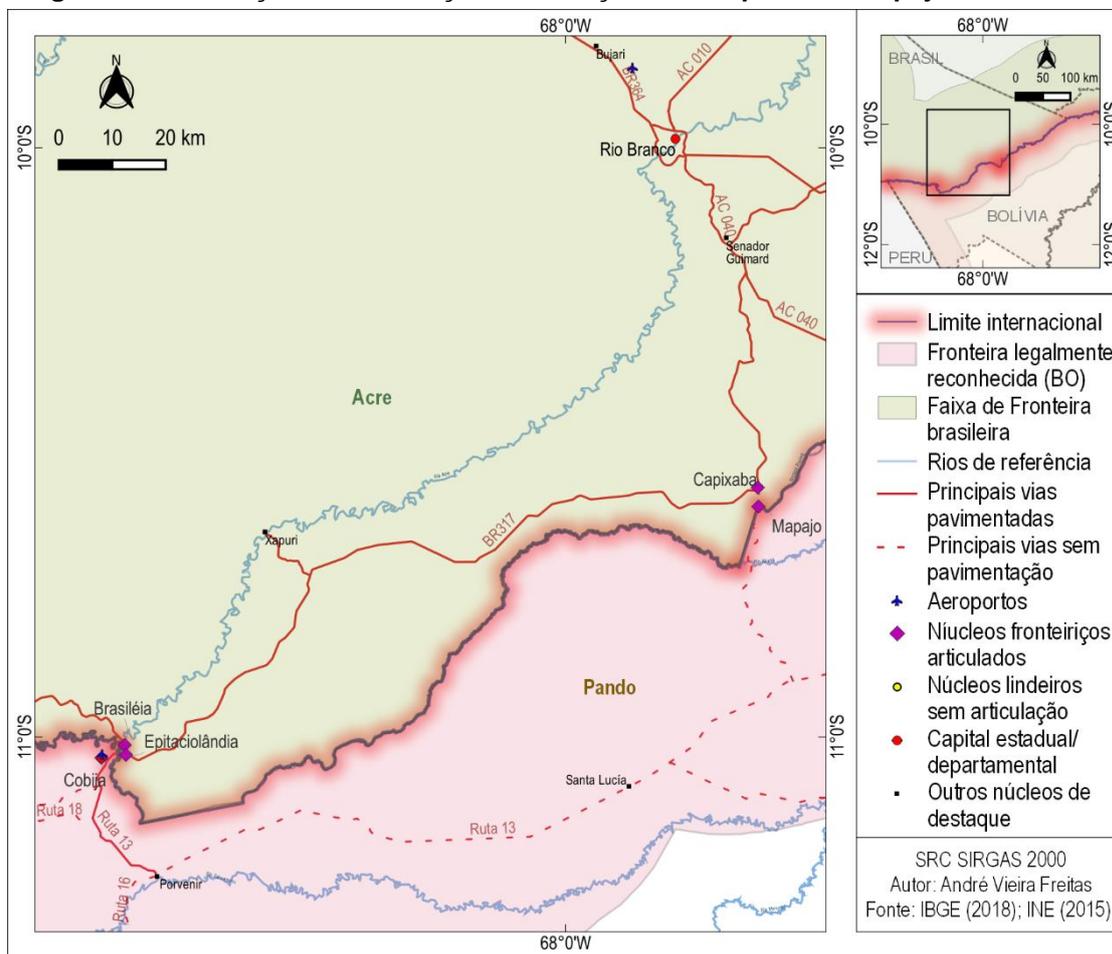
Quanto à inserção desses núcleos na rede urbana, destaca-se que, para Mapajo, Capixaba exerce grande centralidade, assim como Cobija e Rio Branco, além de, em menor medida, Senador Guimard e Cochabamba. Já no que se refere a Capixaba, a influência de Mapajo é mais pontual, sendo o município acreano influenciado maiormente por Rio Branco, expressivamente por Cobija e, em menor medida, por Senador Guimard e Brasília (Apêndice CH).

No que se refere à inserção dessa articulação fronteiriça na rede viária, apresenta-se uma condição bastante desigual no que se refere à infraestrutura entre o lado brasileiro e o boliviano. Do lado brasileiro, pela rodovia BR-317, que é pavimentada, Capixaba se liga à capital acreana em um trecho de 82 km, a Brasília em um trecho de 149 km e a Assis Brasil em um trecho de 259 km sendo esses trechos atendidos por uma linha de ônibus intermunicipal. Já do lado boliviano, 204 km separam Mapajo de Cobija, em um trecho que envolve

⁹¹ OLIVEIRA, Ecleziarte Rodrigues de. **Entrevista com Ecleziarte Rodrigues de Oliveira, Assessor de Comunicação da Prefeitura Municipal de Capixaba** [8 jun. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas, 2021. 1 arquivo .mp3 (20min 48s) [Apêndice AF].

travessia fluvial sem ponte e é em sua maioria por via não pavimentada (Figura 101)

Figura 101 – Inserção da articulação fronteiriça entre Capixaba e Mapajo na rede viária

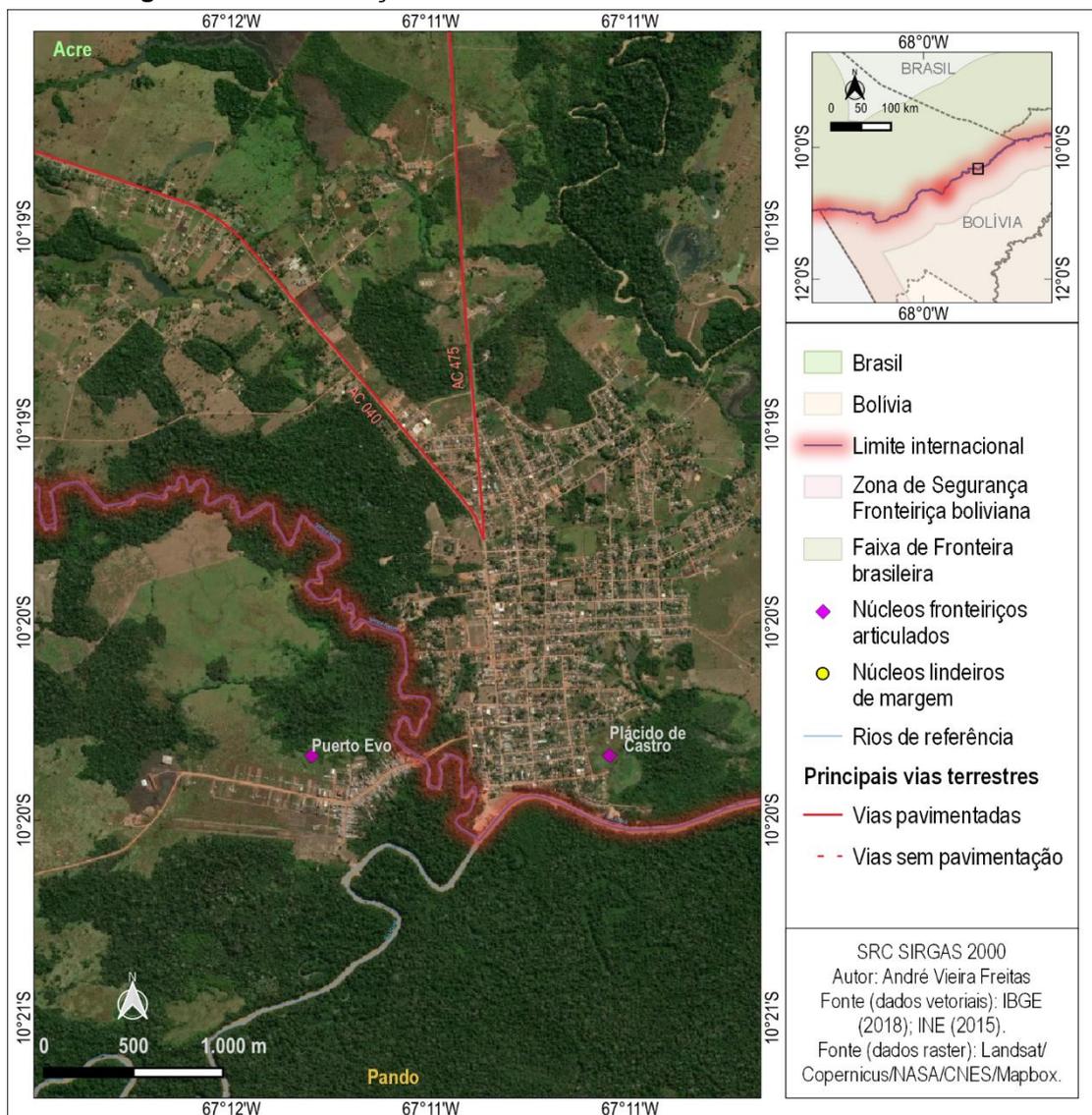


Elaboração do autor.

5.3.4. Articulação entre Plácido de Castro e Puerto Evo Morales

Entre o departamento de Pando e o estado do Acre verifica-se ainda uma articulação entre a localidade de Puerto Evo Morales (também no município de Bella Flor) e a sede municipal de Plácido de Castro, na confluência do igarapé Rapirrã com o rio Abunã, havendo ligação por ponte entre ambos os núcleos (Figura 102).

Figura 102 – Articulação entre Plácido de Castro e Puerto Evo Morales

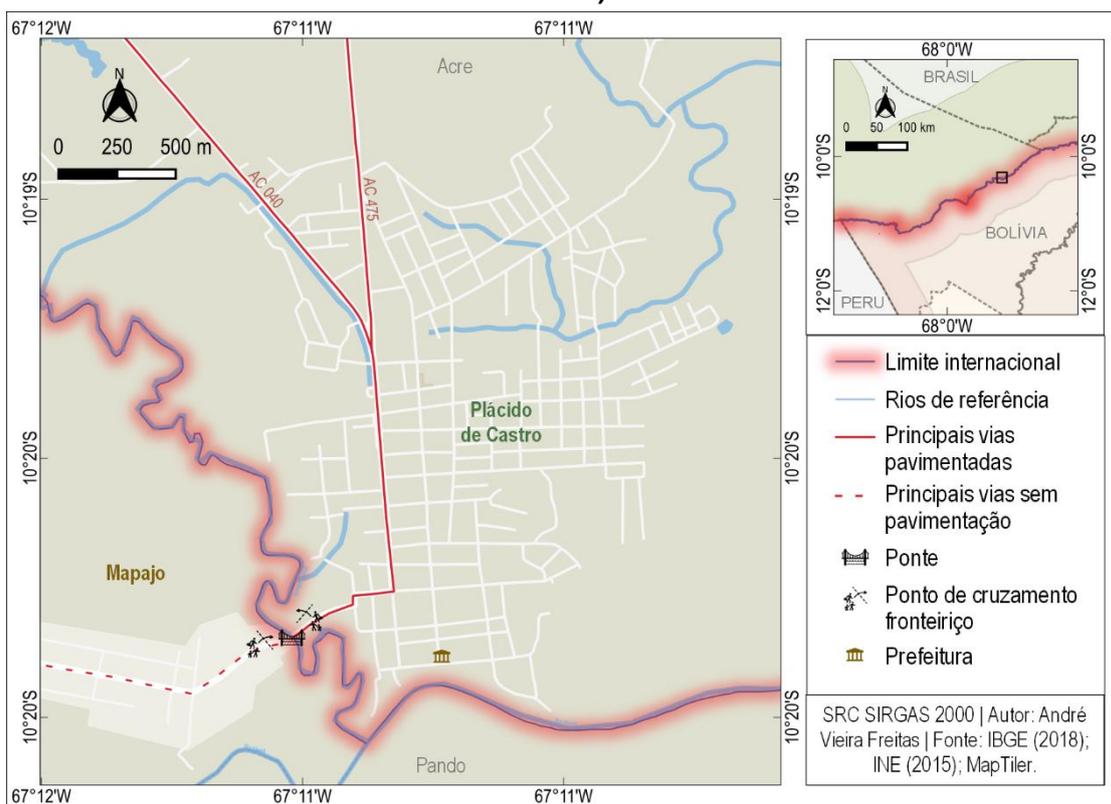


Elaboração do autor.

Surgido a partir da exploração da seringa, o povoamento que deu origem a Plácido de Castro foi estabelecido em 1922. Já o município homônimo foi emancipado em 1963 a partir do desmembramento da malha territorial de Rio Branco (Prefeitura Municipal de Plácido de Castro, 2017).

A mancha urbana de Plácido de Castro se encontra consolidada entre a margem esquerda do rio Abunã e a margem esquerda do igarapé Rapirrã, no ponto de confluência entre ambos os rios que compõem um “limite natural” entre Brasil e Bolívia.

Figura 103 – Mancha urbana de Plácido de Castro e o acesso a Puerto Evo Morales (Bella Flor)

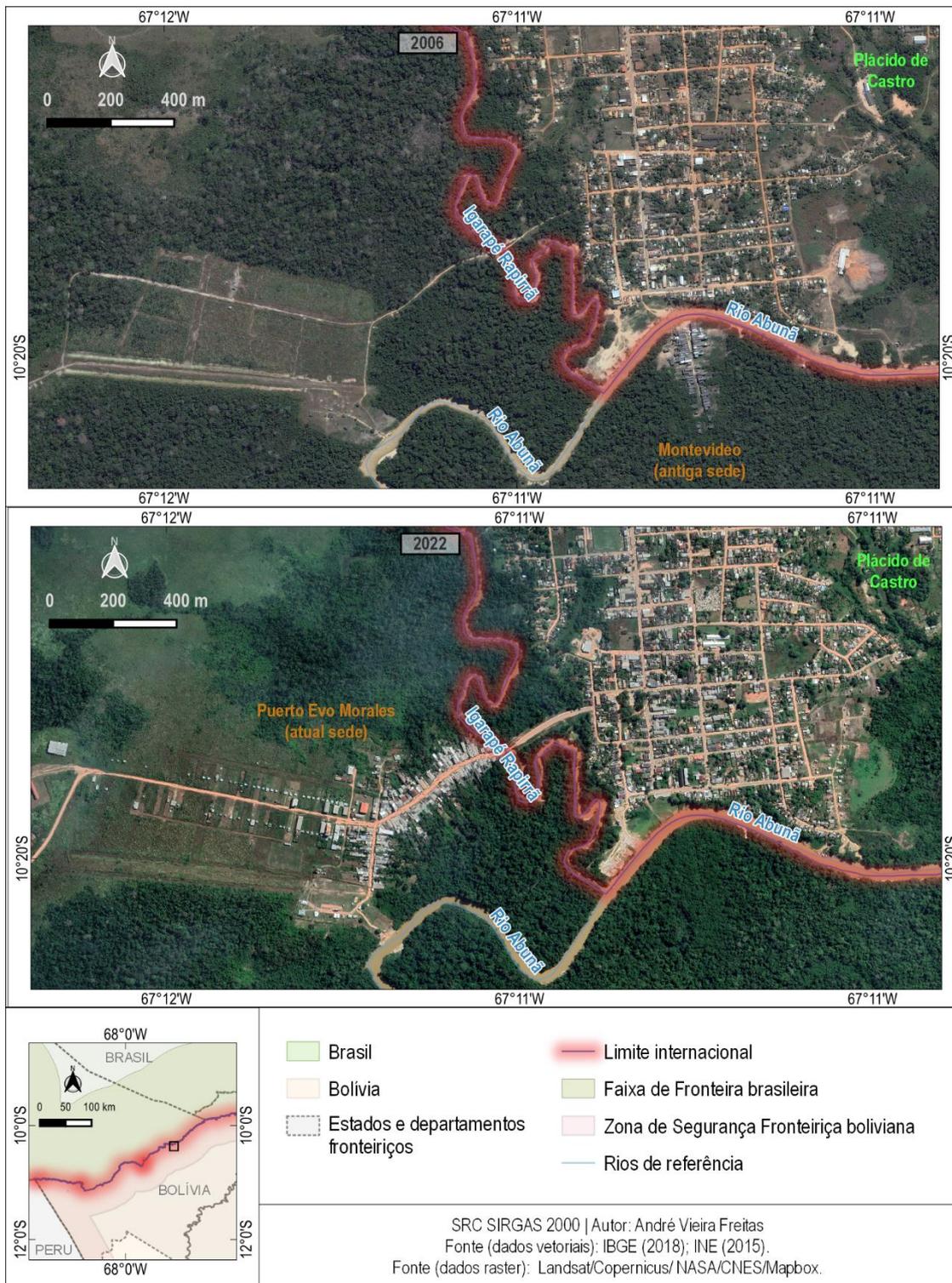


Elaboração do autor.

A comunidade Puerto Evo Morales foi fundada em 5 de maio de 2007 e se constituiu a partir do deslocamento da comunidade anteriormente denominada Montevideo que foi afetada por um incêndio naquele mesmo ano, que levou à destruição das construções em madeira sobre palafitas que compunham o núcleo (ABREU, 2010; BOLÍVIA, 2007; MACHADO; RIBEIRO; MONTEIRO, 2014; UN, 2007).

A comunidade refundada como Puerto Evo Morales se situa em uma área de terra firme à margem direita do igarapé Rapirrã, prolongando-se ainda até as proximidades da margem esquerda do rio Abunã, nas proximidades do ponto de confluência entre ambos os rios. Em relação à comunidade que a antecedeu, Montevideo, que estava situada a jusante do rio Abunã, na sua margem direita, a sede atual dista em termos geodésicos cerca de 1 km ou cerca 1,5 km a partir dos rios Abunã e Rapirrã (Figura 104).

Figura 104 – Localização da antiga comunidade Montevideo e da atual comunidade Puerto Evo Morales



Elaboração do autor.

Ademais da busca por uma área mais adequada para a ocupação do solo tendo em vista as condições do terreno, a escolha do sítio para a nova sede da comunidade rebatizada em homenagem ao então presidente da Bolívia

vislumbrou, estrategicamente, a conexão com o Brasil. Como aponta Abreu (2010, p. 148):

Com o acidente, a Vila que era erguida sobre palafitas em função de sua localização em área inundável foi reconstruída às margens do igarapé Rapirã com vista a facilitar sua comunicação com a cidade acreana e aproveitar melhor a vantagem locacional resultante da proximidade com o mercado consumidor da capital do Acre, Rio Branco.

Diferentemente do ocorrido em outro núcleo pandino deslocado, o de Bolpebra, em que a transferência do núcleo contribuiu para um cenário de retração populacional e maior isolamento nas relações com os núcleos fronteiriços vizinhos, no caso de Puerto Evo Morales, o deslocamento do núcleo contribuiu para um impulso no seu desenvolvimento. Como apontam Machado, Ribeiro e Monteiro (2014, p. 23): “Essa nova situação geográfica e a melhoria da infraestrutura levaram ao adensamento populacional da vila desde a transferência de sítio.”

Ao contrário da antiga comunidade que tinha suas construções em palafitas em decorrência da vazão do rio Abunã, a atual comunidade de Puerto Evo Morales tem distintas construções em madeira e alvenaria, inclusive com mais de um pavimento, distribuídas em sua maioria ao longo da via principal do núcleo, que é também a via de acesso ao Brasil e, apesar de não ser pavimentada, permite a circulação de veículos automotores, até mesmo de maior porte, como ônibus (Figura 105).

Figura 105 – Via Principal da comunidade de Puerto Evo Morales, que dá acesso a Plácido de Castro

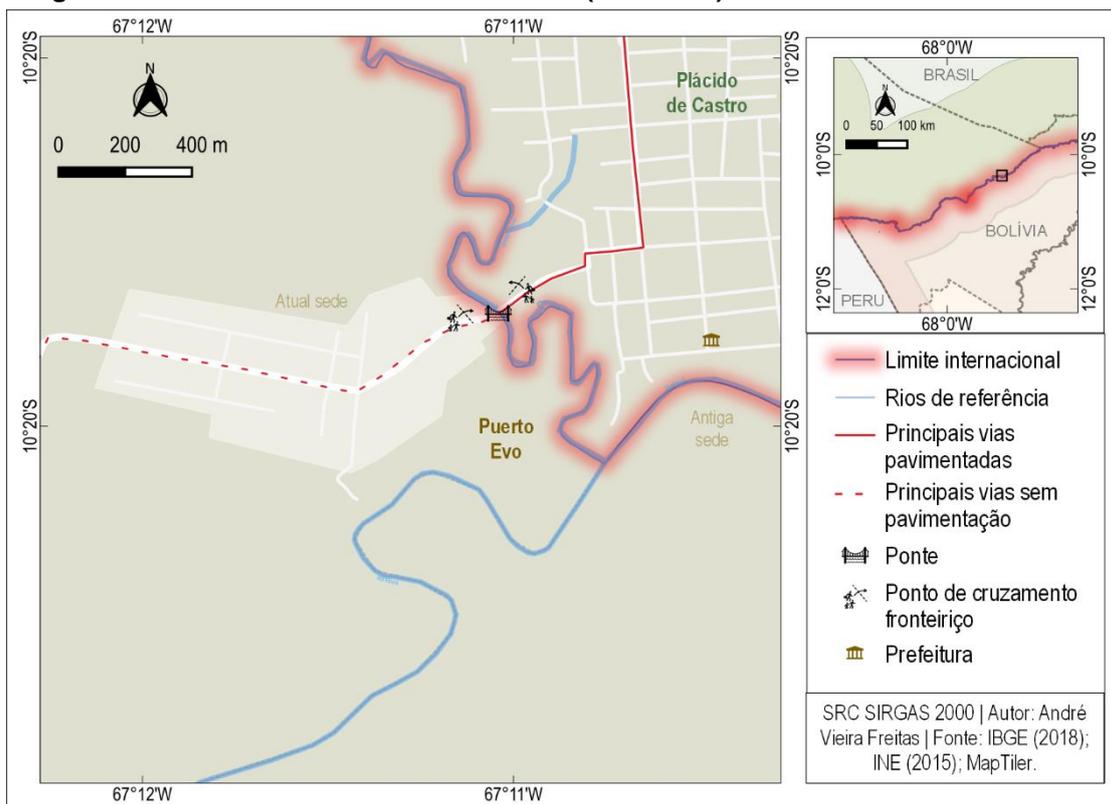


[10°20'14.9"S 67°11'35.1"W](#)

Acervo do autor, 14/02/2022

A comunidade Puerto Evo Morales apresenta uma mancha de ocupação expressivamente menor em comparação a Plácido de Castro, mas se encontra em franco processo de crescimento e é altamente integrada à cidade brasileira vizinha (Figura 106).

Figura 106 – Núcleo de Puerto Evo Morales (Bella Flor) e o acesso a Plácido de Castro



Elaboração do autor.

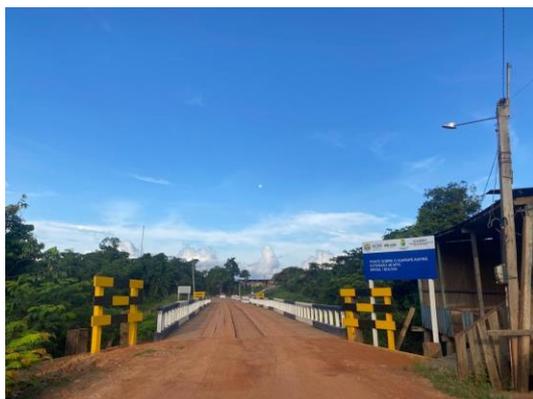
A integração entre Puerto Evo Morales e Plácido de Castro se dá tanto em termos de infraestrutura quanto no que tange às relações econômicas, que apresentam em bastante complementaridade. Como aponta Tiburcio Chipaua Callisaya (2022)⁹², ao passo que a comunidade pandina depende da cidade brasileira vizinha para abastecer todo o seu comércio, incluindo a aquisição dos gêneros alimentício e de combustível, a população brasileira adquire as mercadorias vendidas em Puerto Evo, além de muitos brasileiros dos funcionários que trabalham no comércio local, assim como muitos prestadores de serviços na comunidade, serem brasileiros.

A ligação entre o núcleo pandino e o acreano se dá por meio de uma ponte de madeira que suporta veículos automotores, inclusive caminhões, sobre o igarapé Rapirrá cuja construção, como aponta Elias Amorim de Oliveira Junior

⁹² CHIPAUA CALLISAYA, Tiburcio. **Entrevista com Tiburcio Chipaua Callisaya, membro da comunidade de Puerto Evo Morales, Bella Flor (Pando, Bolívia)** [14 jan. 2022]. Entrevistador: André Vieira Freitas, 2022. 1 arquivo .mp3 (8min 24s) [A transcrição encontra-se no Apêndice T].

(2021)⁹³, deu-se às margens dos governos nacionais de Brasil e Bolívia, por meio de uma iniciativa de cunho local que envolveu os governos municipais de Bella Flor e Plácido de Castro em parceria com o governo estadual do Acre e o governo departamental de Pando (Figuras 107 e 108).

Figura 107 – Ponte sobre o igarapé Rapirrã, entre Brasil e Bolívia, com o acesso a Plácido de Castro, a partir de Puerto Evo



[10°20'09.6"S 67°11'26.0"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 14/01/2022

Figura 108 – Ponte sobre o igarapé Rapirrã, entre Brasil e Bolívia, com o acesso a Puerto Evo, a partir de Plácido de Castro



[10°20'08.6"S 67°11'24.3"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 14/01/2022

As relações entre os Plácido de Castro e Puerto Evo Morales são sobretudo comerciais, destacando-se maiormente os fluxos com a motivação de compras, mas havendo também aquela relacionada ao trabalho, ambas com frequência majoritariamente diária ou semanal (Apêndice CG).

A população de Puerto Evo Morales recorre a Plácido de Castro principalmente para a aquisição de gêneros alimentícios, mas também de bens de consumo semiduráveis como artigos de vestuário e calçados, de bens duráveis como móveis, eletrodomésticos e aparelhos eletrônicos e de informática; recorre também para serviços de saúde de baixa e média complexidade, assim como para atividades culturais e eventos esportivos. A população de Plácido de Castro recorre ao núcleo pandino vizinho em busca

⁹³ OLIVEIRA JUNIOR, Elias Amorim. **Entrevista com Elias Amorim de Oliveira Junior, Secretário de Planejamento do município de Plácido de Castro (Acre, Brasil)** [25 set. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas, 2021. 1 arquivo .mp3 (45min 58s) [Apêndice AI].

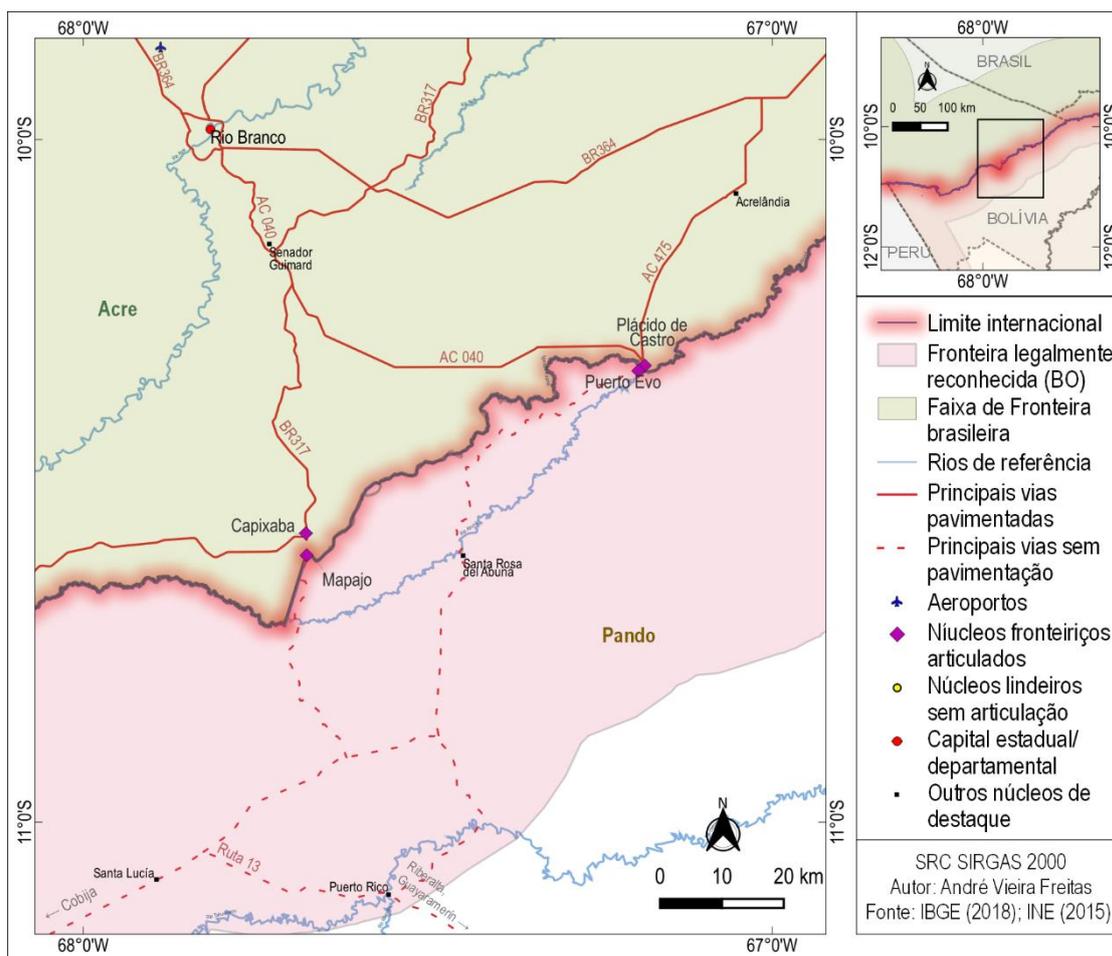
majoritariamente de bens de consumo semiduráveis como artigos de vestuário e calçados e de bens de consumo duráveis como móveis, eletrodomésticos e aparelhos eletrônicos e de informática, além de serviços de saúde de baixa e média complexidade (Apêndice CH).

No que se refere à inserção de ambos os núcleos na rede urbana regional, destaca-se fortes relações de mútua complementaridade e as relações de ambos os núcleos com outros núcleos de ambos os países, em especial os núcleos pandinos e acreanos nas proximidades. Quanto a Plácido de Castro, além das relações de complementaridade com Puerto Evo, o núcleo acreano sofre expressiva influência da centralidade da capital acreana, mas também sofre alguma influência de Acrelândia, da capital pandina e da capital rondoniense. No caso de Puerto Evo Morales, ademais da forte ligação com Plácido de Castro, a principal influência é de Cobija, mas Rio Branco também exerce relevante influência além, em menor medida, a capital beniana, Guayaramerín, e outros importantes centralidades bolivianas, como Cochabamba e La Paz (Apêndice CH).

No que se refere à integração logística entre ambos os núcleos e outros centros dos seus respectivos entes subnacionais, destacam-se dois modais, o rodoviário, que apresenta profundas diferenças entre os dois países, e a navegação fluvial, predominantemente usada pelas comunidades tradicionais e por cadeias locais e regionais em ambos os lados do limite internacional.

Quando ao modal rodoviário do lado brasileiro, Plácido de Castro se conecta à capital acreana pela rodovia AC-040 em um trajeto de cerca de 98 km, que é atendido por uma linha de ônibus, e a Acrelândia em um trajeto de cerca de 34 km pela rodovia AC-475; ambos os trajetos em rodovia pavimentada e que viabilizam o acesso a outros centros dinâmicos do estado e do país. Do lado boliviano, em vias terrestres sem pavimentação e de difícil trânsito nos períodos chuvosos, viabiliza-se um acesso precário entre Puerto Evo Morales e outros centros pandinos: até Santa Rosa del Abuná o trajeto é de cerca de 56 km, até a sede do município de Bella Flor, a localidade de Santa Lucía, a distância é de aproximadamente 140 km, até Puerto Rico é de cerca de 164 km e até a capital pandina o trajeto é de 265 km; quanto às centralidades benianas próximos, a partir de Puerto Evo Morales, pela malha boliviana, até Riberalta são 419 km e até Guayaramerín são 509 km (Figura 109).

Figura 109 – Inserção da articulação fronteiriça entre Plácido de Castro e Puerto Evo Morales na rede viária

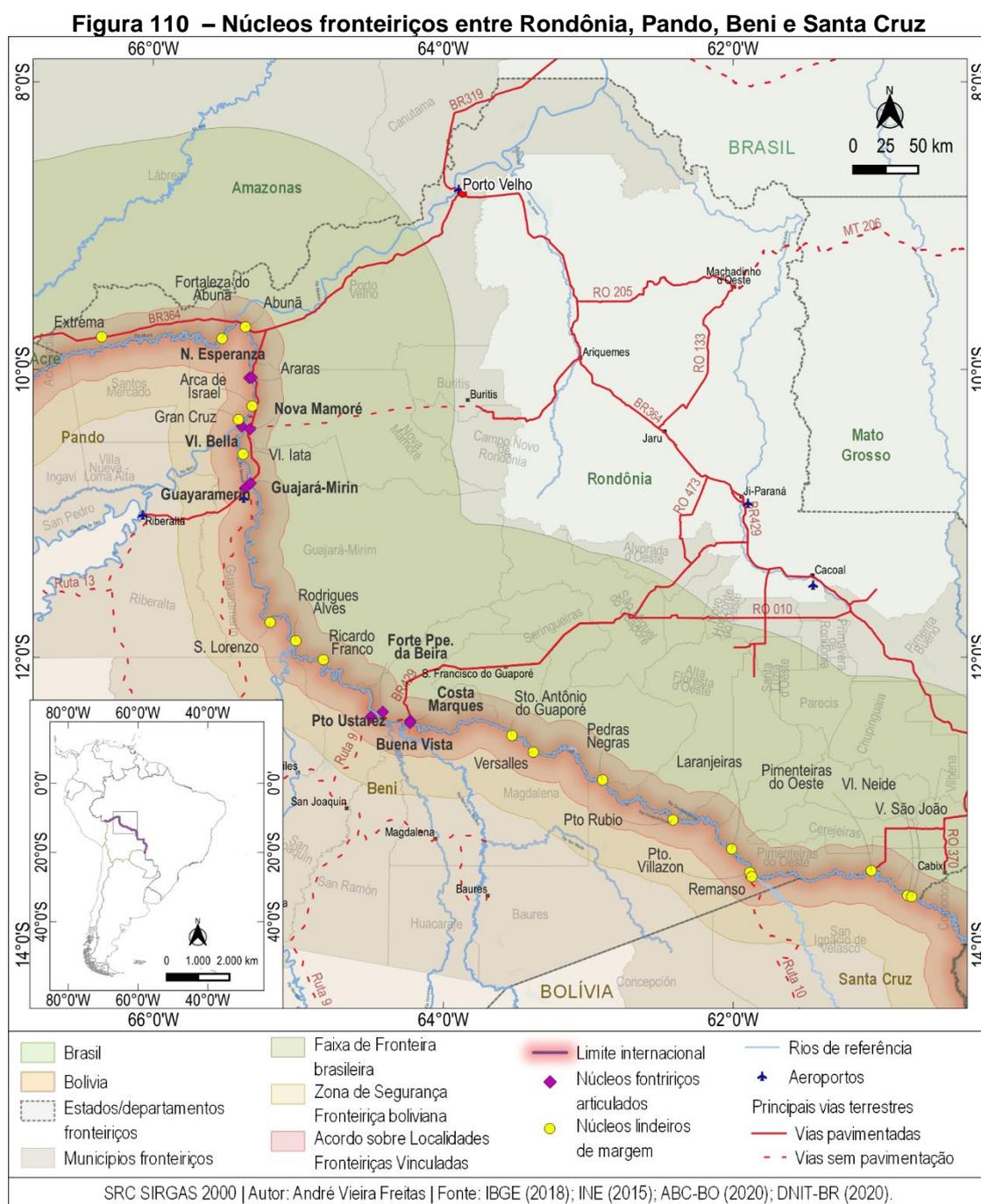


Elaboração do autor.

Quando se contempla o conjunto do segmento fronteiriço entre Madre de Dios, Acre e Pando (MAP), denota-se uma perspectiva de cooperação trilateral entre Brasil, Bolívia e Peru que envolve os seus respectivos entes subnacionais inseridos no MAP. Se no passado a região foi objeto de disputas, atualmente o sentido geoestratégico desse segmento da fronteira se baseia em uma perspectiva de integração. No discurso dos representantes dos governos locais, e regionais, denota-se um sentido de complementariedade entre os mercados e a integração, pela rodovia transoceânica, no sentido de incremento do comércio entre os países e sua inserção nas redes globais. Nesse âmbito, destaca-se o papel da rodovia transoceânica, viabilizando o acesso aos oceanos Atlântico e Pacífico aos recortes territoriais que compõem esse segmento.

5.4. Segmento entre Rondônia, Pando, Beni e Santa Cruz

No segmento da fronteira entre Brasil e Bolívia que envolve o trecho comum entre o estado de Rondônia e os departamentos de Pando, Beni e Santa Cruz, apresentam-se 11 núcleos (quatro do lado brasileiro e seis do lado boliviano) arranjados em quatro articulações, além de 19 núcleos de margem (12 do lado brasileiro e sete do lado boliviano) (Figura 110).



Elaboração do autor.

Ao seguir a linha de fronteira a partir da divisa entre Acre e Rondônia, continuando pela linde entre este estado e o departamento de Pando verificam-se três núcleos de margem no município de Porto Velho, Extrema, Fortaleza do Abunã e Abunã. Esses núcleos apresentam, além de uma distância significativa da sede municipal, pouca expressão demográfica. Como apresentado, esses núcleos se desenvolveram ao longo de vias terrestres e de rios em uma relação marginal quanto ao limite internacional, tendo em vista a não correspondência direta com outro núcleo do país vizinho nas proximidades. De todo modo, cabe considerar o papel que os caminhos fluviais exercem nas relações entre esses núcleos fronteiriços regionalmente, mesmo dentre aqueles considerados neste texto como de margem.

No que se refere aos núcleos articulados através do limite internacional nesse segmento da fronteira, além de aparecerem em número expressivo, todos situam-se às margens ou nas proximidades de rios da bacia hidrográfica do Madeira que marcam o limite internacional, o próprio rio Madeira, o Mamoré e o Guaporé/Iténez, que foram historicamente relevantes para a ocupação da região desde o período colonial e sagraram-se como os limites internacionais ao longo do processo de formação histórica dessa fronteira.

Como ponto de contato e de maior adensamento de relações na fronteira entre os dois países, esses núcleos aparecem no discurso dos representantes do estado e dos departamentos inseridos nesse segmento como reveladores da sua visão estratégica da fronteira, em especial quanto às articulações mais dinâmicas.

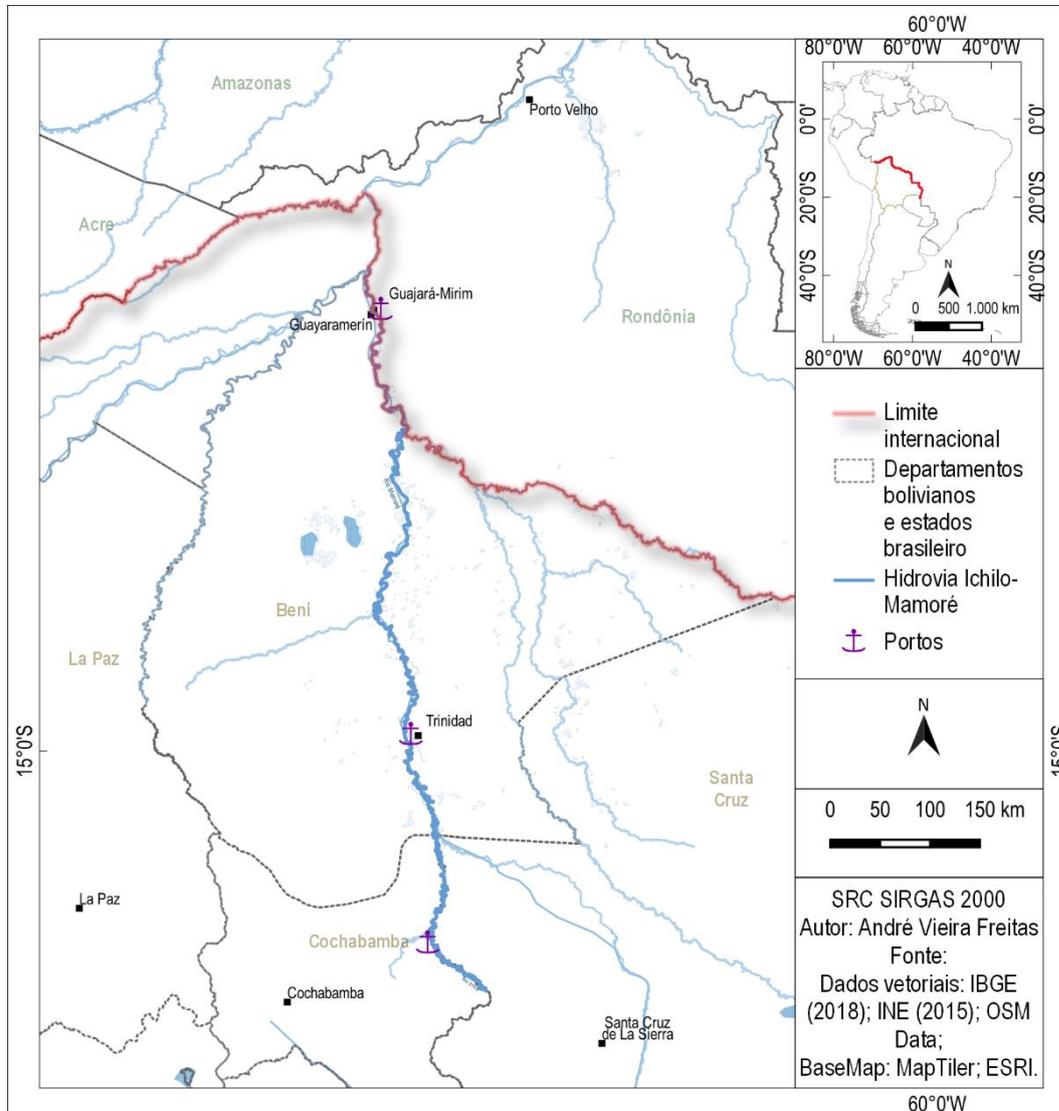
No que se refere ao departamento de Pando, reitera-se a visão de Aramayo Iriarte (2022) acerca da porção oriental do departamento como uma fronteira a ser integrada e suas potencialidades aproveitadas.

Quanto ao segmento comum entre o departamento do Beni e o estado de Rondônia, na mesma linha de Leite (2021), a parlamentar boliviana Giraldo Justiniano (2021) destaca, ademais da relevância do dinamismo econômico de Guajará-Mirim e Guayaramerín como a principal articulação fronteiriça, as possibilidades acerca da ampliação das relações comerciais entre os dois países via Beni e Rondônia, assim como a sua maior inserção nas redes globais.

Nesse sentido, Giraldo Justiniano (2021) destaca a implantação do projeto da hidrovía Ichilo-Mamoré, no sentido de viabilizar a ampliação da capacidade

de transporte de cargas pelos rios Mamoré e Ichilo e fomentar maiores intercâmbios com os departamentos de Cochabamba e Santa Cruz (Figura 111).

Figura 111 – Hidrovia Ichilo-Mamoré



Elaboração do autor.

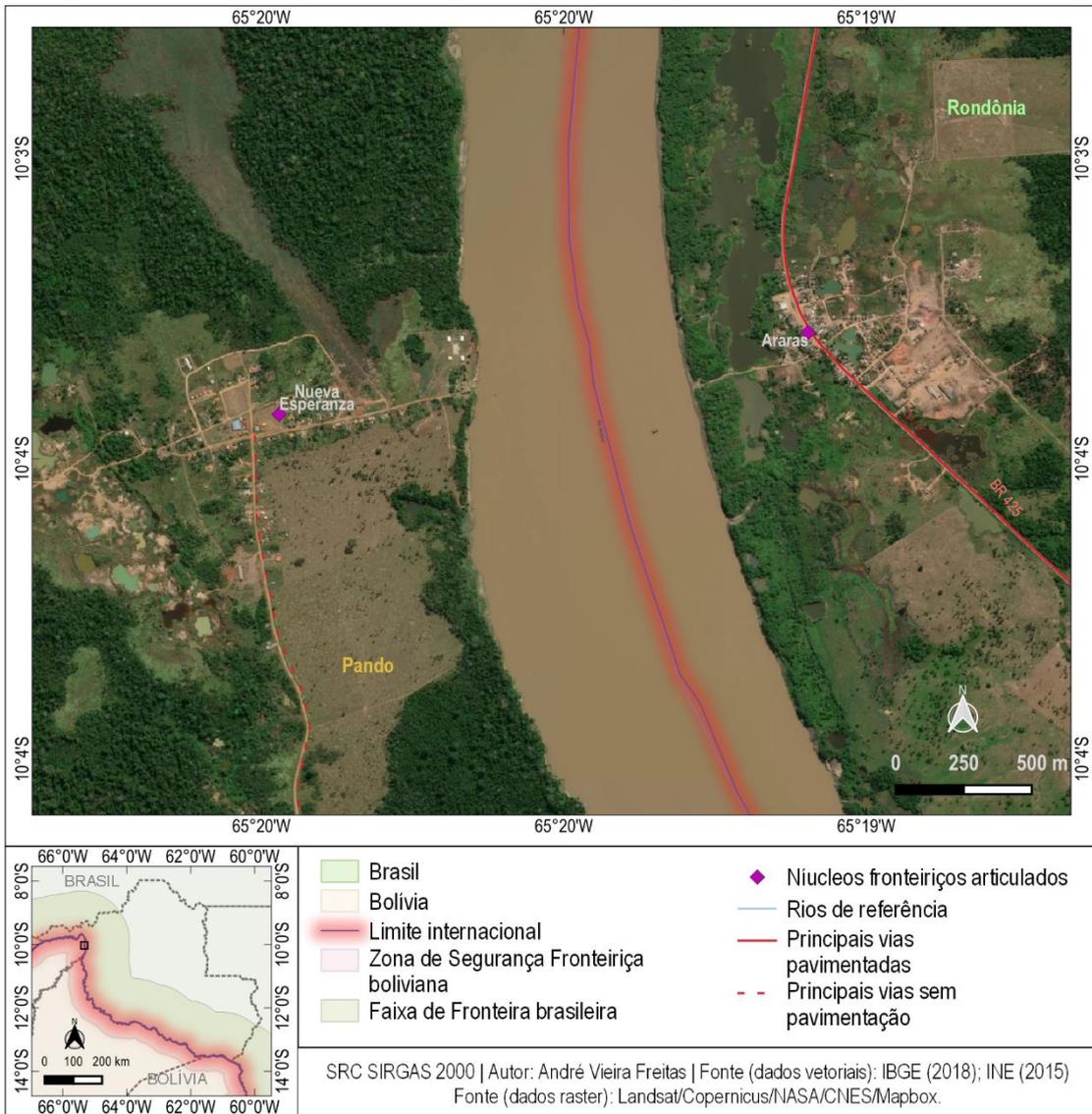
No que se refere à infraestrutura logística nesse segmento, Leite (2021) e Giraldo Justiniano destacam ainda os projetos, cujas perspectivas ainda se apresentam incertas, para a construção de pontes entre os dois entes subnacionais, como uma sobre o rio Mamoré integrando Guajará-Mirim e Guayaramerín, que é a ação prioritária – como também ressalta Gazinelli (2021) – e outra ponte sobre o rio Guaporé/Iténez, entre Costa Marques e San Juan de Puerto Ustárez, viabilizando um maior acercamento com Trinidad, cujas conversas ainda são mais preliminares. Nesse sentido, as interlocutoras

destacam o engajamento de diferentes esferas no sentido de fazer caminhar as tratativas.

5.4.1. Articulação entre Araras e Nueva Esperanza

Fora do eixo das articulações mais dinâmicas desse segmento da fronteira, entre o estado de Rondônia e o departamento de Pando, verifica-se uma articulação entre a sede municipal de Nueva Esperanza e o distrito de Araras (no município de Nova Mamoré), ambos os núcleos dispostos às margens do maior afluente do rio Amazonas, a montante em relação ao ponto de desague do rio Abunã. A comunidade brasileira está à margem direita e é cortada pela rodovia BR-425 e a comunidade boliviana está à margem esquerda, sendo dotada apenas de um precário caminho terrestre sem pavimentação que viabiliza a conexão com o departamento do Beni (Figura 112).

Figura 112 – Articulação fronteiriça entre Nueva Esperanza e Araras (Nova Mamoré)



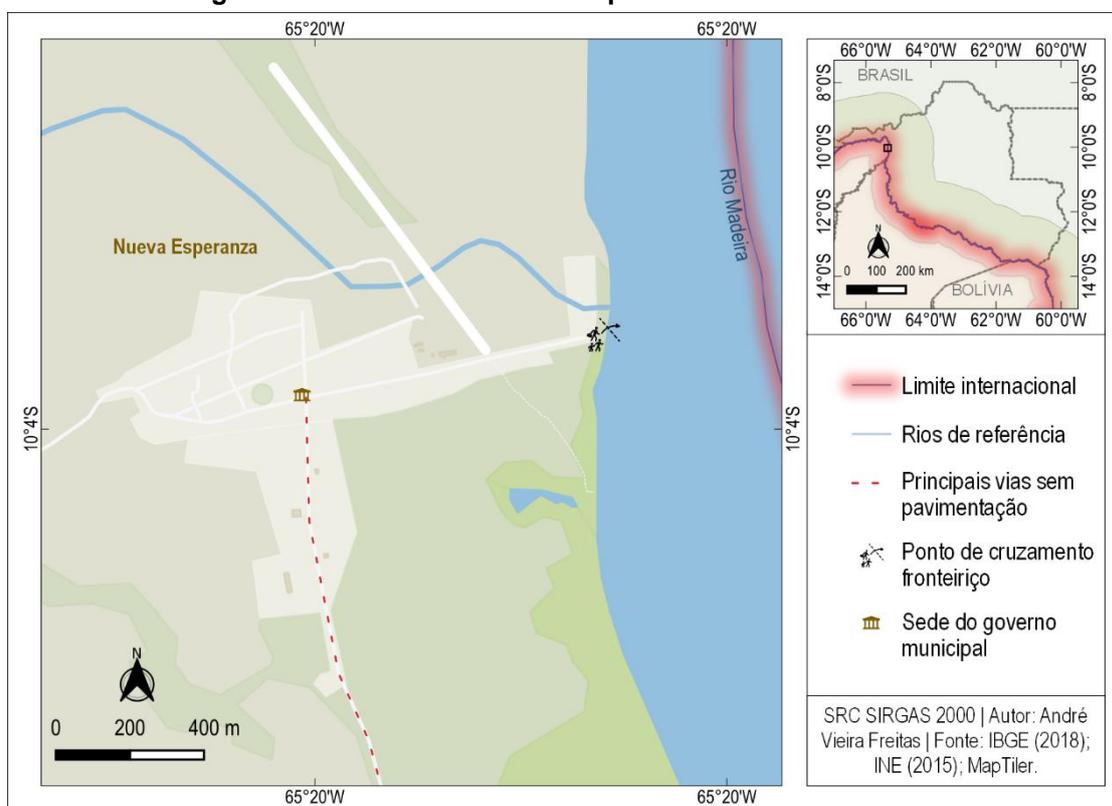
Elaboração do autor.

A comunidade que sedia o município pandino de Nueva Esperanza se constituiu na década de 1990 a partir do garimpo do ouro. Wali e Herbas (2002, p. 54) apontam que o núcleo foi criado em 1991, ao passo que a sede do governo municipal foi implantada em 7 de novembro de 1995 (NUEVA ESPERANZA, 1999, p. 14)

De acordo com Justiniano Zarate (2008, p. 107), seu nome deriva de uma cooperativa de mineradores oriundos em sua maioria do altiplano embora, segundo Walli e Herbas (2002), a maior parte da população tenha sido complementada por um fluxo migratório oriundo do departamento do Beni, também motivada pela exploração do ouro.

O núcleo é constituído por uma mancha de ocupação pouco expressiva, com alguns arruamentos, todos sem pavimentação, dispostos a partir da margem esquerda do rio Madeira, onde há um ponto de embarque e desembarque de passageiros, que é o principal ponto de conexão entre a comunidade e os núcleos próximos, tanto do Brasil, em especial Araras, quanto da Bolívia; embora também haja um precário caminho terrestre sem pavimentação que liga Nueva Esperanza a outras comunidades pandinas ao sul, em direção a outros núcleos benianos próximos (Figura 113).

Figura 113 – Núcleo de Nueva Esperanza e o acesso a Araras



Elaboração do autor.

O núcleo se caracteriza por uma baixa densidade de ocupação, havendo majoritariamente áreas residenciais, que estão dispostas sobre as poucas ruas não pavimentadas do núcleo (Figuras 114 e 115).

Figura 114 – Residências em via não pavimentada, no núcleo de Nueva Esperanza



[10°03'28.1"S 65°20'16.2"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 19/11/2021

Figura 115 – Sede do Governo Municipal de Nueva Esperanza (à direita) e escola (à esquerda)



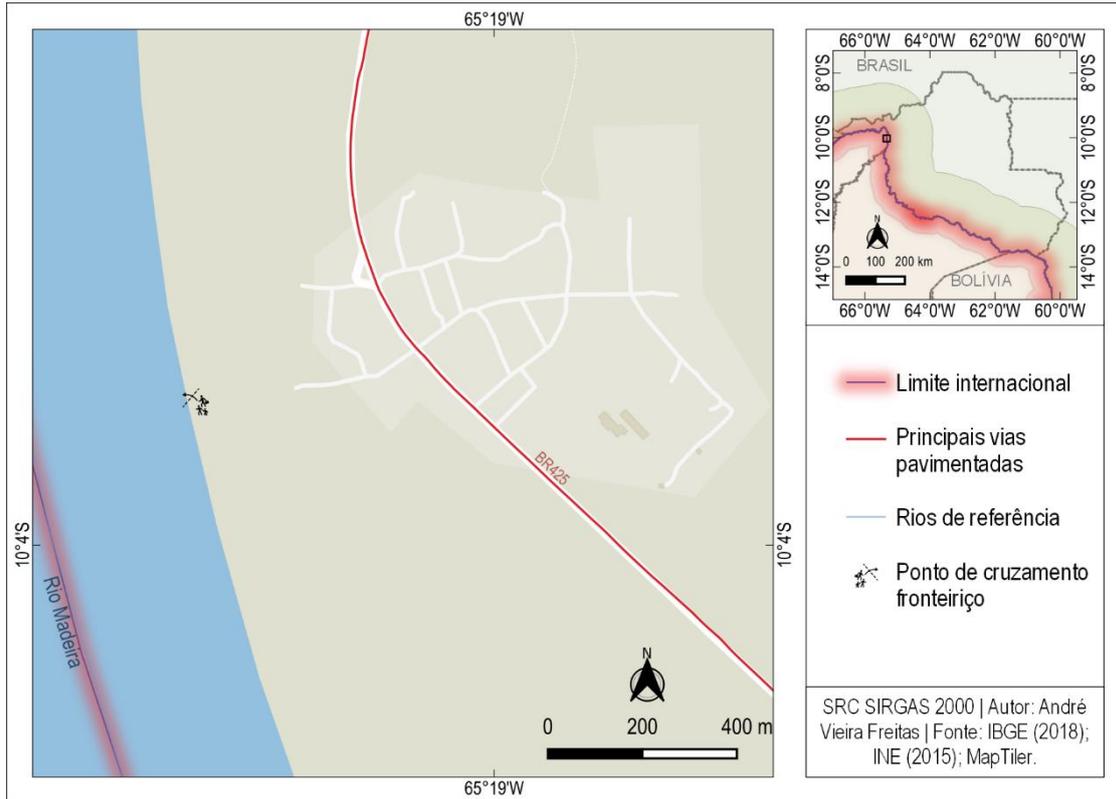
[10°03'29.8"S 65°20'24.9"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 19/11/2021

Situado à margem direita do rio Madeira, o núcleo de Araras dista cerca de 40 km da sede municipal de Nova Mamoré. Foi instituído como distrito do município pela Lei Municipal nº 089 – GP, de 04 de novembro de 1991 (NOVA MAMORÉ, 2019) e se constituiu a partir do garimpo do ouro, similarmente à sua contraparte boliviana (WALI; HERBAS, 2003, p. 59).

A mancha de ocupação do núcleo de Araras é pouco expressiva e está disposta ao longo da rodovia BR-425, principalmente a leste dessa via; a oeste, na margem direita do rio Madeira, está o ponto de embarque e desembarque de passageiros, que viabiliza o acesso à Bolívia pela travessia desse importante rio amazônico (Figura 116).

Figura 116 – Núcleo de Araras e o acesso a Nueva Esperanza



Elaboração do autor.

A rodovia BR-425, onde se concentram a maioria das residências e o pequeno comércio local, constitui a principal via do distrito de Araras e é a única pavimentada (Figura 117).

Figura 117 – Distrito de Araras, com a rodovia BR-425 ao centro



[10°03'14.2"S 65°19'20.3"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 19/11/2021.

Quanto à ligação entre os núcleos de Araras e Nueva Esperanza, dá-se a partir da travessia do rio Madeira em pequenas embarcações, as catraias (Figuras 118 e 119).

Figura 118 – Catraia efetuando a travessia do rio Madeira, com draga para o garimpo do ouro (ao fundo), vista a partir de Araras



[10°03'24.0"S 65°19'32.3"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 19/11/2021.

Figura 119 – Catraia efetuando a travessia do rio Madeira, nas proximidades do ponto de embarque em Nueva Esperanza



[10°03'21.9"S 65°19'54.6"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 19/11/2021.

No que se refere ao ponto de embarque do lado brasileiro, que dista cerca de 1.700 m da rodovia BR-425 e é acessado a partir de um caminho sem pavimentação, há apenas uma estrutura rudimentar na própria margem do rio, aproveitando-se da própria margem para o acesso às embarcações (Figuras 120 e 121).

Figura 120 – Caminho de acesso ao ponto de embarque para a travessia do rio Madeira, em Araras



[10°03'19.2"S 65°19'17.4"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 19/11/2021.

Figura 121 – Ponto de embarque para a travessia do rio Madeira, no distrito de Araras



[10°03'24.0"S 65°19'32.3"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 19/11/2021.

Do lado boliviano, o ponto de embarque conta com uma estrutura de concreto e está situado nas proximidades da Base Naval Nueva Esperanza, onde é efetuada pelos militares a fiscalização do documento de quem deseja acessar a comunidade. Da base Naval até a comunidade são cerca de 1.900 m por um caminho sem pavimentação (Figuras 122, 123 e 124).

Figura 122 – Ponto de embarque para travessia do rio Madeira, em Nueva Esperanza



[10°03'23.2"S 65°19'58.9"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 19/11/2021.

Figura 123 – Base Naval Nueva Esperanza, em área de terra firme às margens do rio Madeira



[10°03'23.2"S 65°19'58.9"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 19/11/2021.

Figura 124 – Base Naval Nueva Esperanza e caminho de acesso à comunidade



[10°03'25.0"S 65°20'01.8"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 19/11/2021.

Os fluxos entre os dois núcleos são bastante expressivos, majoritariamente a partir do lado boliviano em direção ao lado brasileiro e tendo como principal motivação o comércio, embora também se verifiquem aqueles relacionados ao trabalho (Apêndice CI).

Como aponta Alfredo Yva Ortega (2021)⁹⁴, a população de Nueva Esperanza recorre ao comércio de Araras para a aquisição de gêneros alimentícios e outros bens de consumo não duráveis. Já quanto ao fluxo oriundo de Araras, destacam-se vínculos familiares e religiosos, além de brasileiros que se deslocam para trabalhar por temporada na coleta da castanha.

No que se refere às atividades econômicas nessa articulação fronteiriça, além do extrativismo vegetal, da agricultura e do pequeno comércio local, destaca-se na paisagem o garimpo no rio Madeira, por meio da utilização de dragas, sobretudo nas proximidades da margem brasileira (Figuras 124 e 125).

Figura 125 – Draga utilizada no garimpo do ouro no rio Madeira, nas proximidades de Araras (imagem capturada a partir do rio, com vista da margem brasileira)



[10°03'22.3\"S 65°19'37.6\"W](https://www.google.com/maps/place/10°03'22.3\)

Fonte: Acervo do autor, 19/11/2021

Figura 126 – Dragas em atividade de garimpo de ouro no rio Madeira, entre Araras e Nueva Esperanza, vistas a partir da margem brasileira



[10°03'23.1\"S 65°19'32.9\"W](https://www.google.com/maps/place/10°03'23.1\)

Fonte: Acervo do autor, 19/11/2021

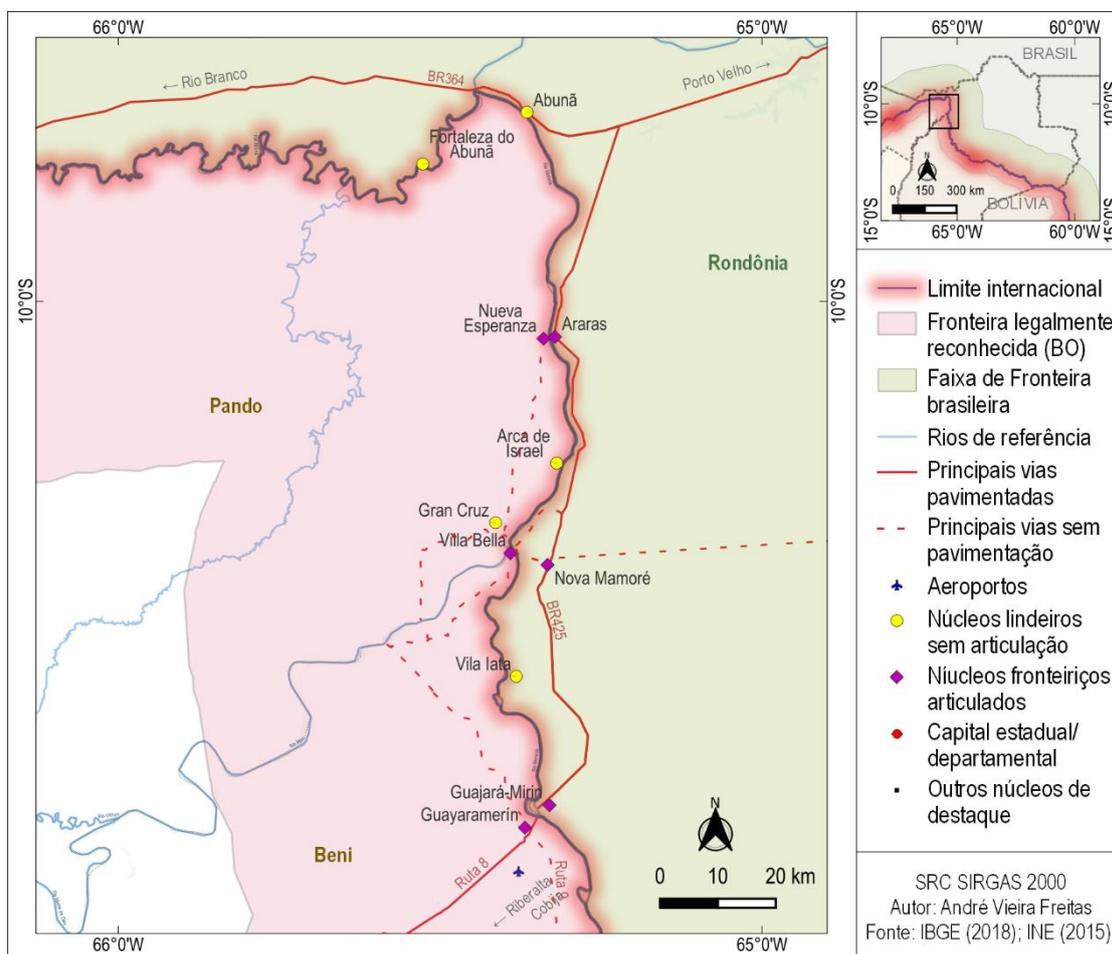
Sobre a inserção desses núcleos na rede urbana, Nueva Esperanza sofre expressiva influência de Guayaramerín, Guajará-Mirim e Riberalta, além de Araras e da sede municipal de Nova Mamoré; sofre também alguma influência

⁹⁴ YVA ORTEGA. **Entrevista com Alfredo Yva Ortega, servidor público do município de Nueva Esperanza (Pando, Bolívia)** [19 nov. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas, 2021. 1 arquivo .mp3 (12min) [Apêndice R].

de Cobija e Porto Velho. No caso de Araras, o núcleo é expressivamente influenciado por Porto Velho, Guajará-Mirim e Guayaramerín (Apêndice CJ).

Acerca das conexões viárias a partir dessa articulação fronteiriça, do lado brasileiro, destaca-se o papel da rodovia BR-425, pavimentada. Já do lado boliviano, a malha rodoviária é composta por precários caminhos terrestres que ligam essa porção de do departamento de Pando ao departamento do Beni (Figura 127).

Figura 127 – Inserção da articulação fronteiriça entre Araras e Nueva Esperanza na rede viária



Elaboração do autor.

No modal rodoviário, a partir de Araras, o trajeto até a capital rondoniense é de 237 km, até a articulação entre Guajará-Mirim e Guayaramerín é de 91 km. No que se refere a Nueva Esperanza, é comum que a população local recorra à malha rodoviária brasileira para os deslocamentos já que, do lado boliviano, os caminhos terrestres são precários, de difícil trânsito sobretudo no período

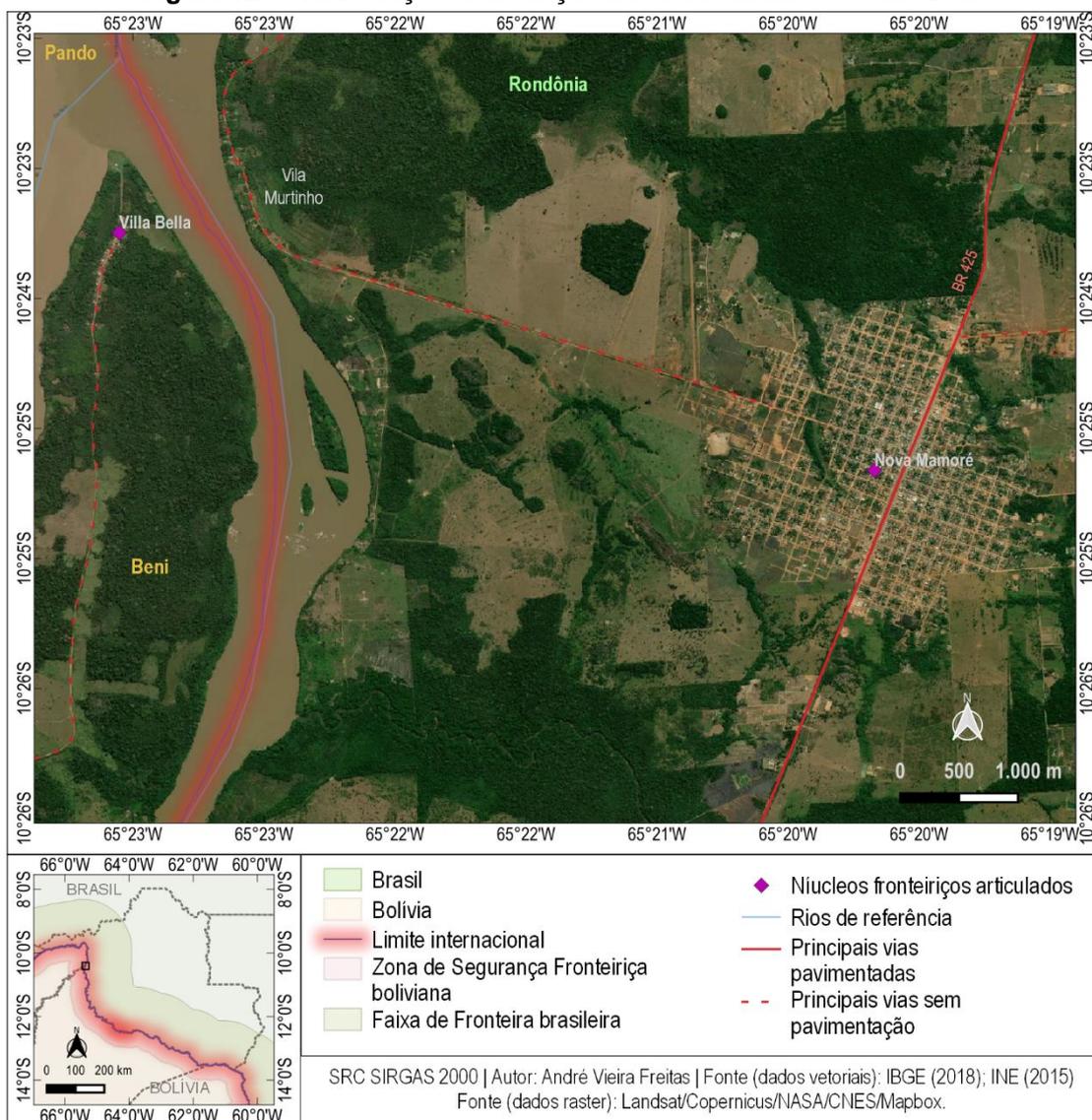
chuvoso e envolvem a travessia dos grandes rios da região, que desempenham ainda um importante papel para a conexão entre os núcleos ribeirinhos, sobretudo para as comunidades tradicionais. Pela malha viária boliviana, o trajeto a partir de Nueva Esperanza até Gran Cruz e Villa Bella é de 69 km, até Guayaramerín é de 141 km e até Riberalta é de 232 km.

Tal articulação é seguida, mais a montante no Madeira, pelo núcleo pandino Arca de Israel (no município de Nueva Esperanza), situado à margem do rio Madeira.

5.4.2. Articulação entre Nova Mamoré e Villa Bella

Entre o departamento do Beni e o estado de Rondônia há, no ponto de confluência entre os rios Beni e Mamoré, onde se forma o Madeira, uma articulação entre a localidade de Villa Bella (no município de Guayaramerín) e Nova Mamoré que, no entanto, não se apresentam conectadas por ponte (Figura 128).

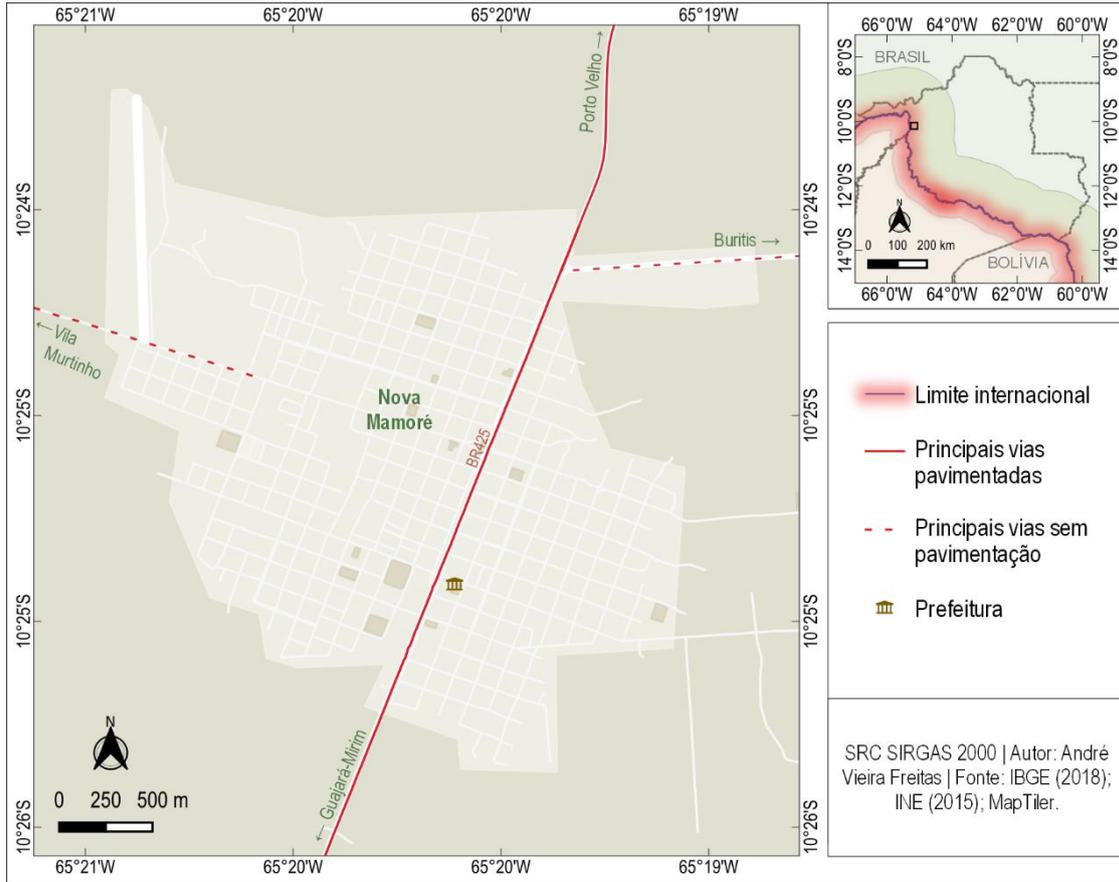
Figura 128 – Articulação fronteiriça entre Nova Mamoré e Villa Bella



Elaboração do autor.

A cidade de Nova Mamoré apresenta sua mancha urbana consolidada e distribuída às margens da rodovia BR-425, que constitui uma das principais vias da cidade e liga o município à capital rondoniense e à cidade de Guajará-Mirim, as mais expressivas centralidades regionais nessa porção do estado de Rondônia (Figura 129).

Figura 129 – Mancha urbana de Nova Mamoré e o acesso a Vila Murтинho



Elaboração do autor.

Na zona central de Nova Mamoré, onde se concentra a maior parte das áreas comerciais, há lojas de proprietários bolivianos que fixaram residência na cidade, assim como outros vendedores ambulantes bolivianos ao longo das demais ruas e bairros da sede municipal (Figuras 130 e 131).

Figura 130 – Mancha urbana da sede municipal de Nova Mamoré, com a rodovia BR-425 ao centro



[10°24'53.5"S 65°19'55.8"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 20/11/2021

Figura 131 – Área comercial no centro de Nova Mamoré, onde se concentram lojas de bolivianos



[10°24'37.2"S 65°19'48.8"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 20/11/2021

A cidade de Nova Mamoré dista cerca de 6,5 km por via não pavimentada até o limite internacional com a Bolívia, marcado nessa porção pelo rio Mamoré, nas proximidades do ponto onde se forma o Madeira (Figura 132).

Figura 132 – Ramal de acesso a Vila Murtinho, na saída da cidade de Nova Mamoré

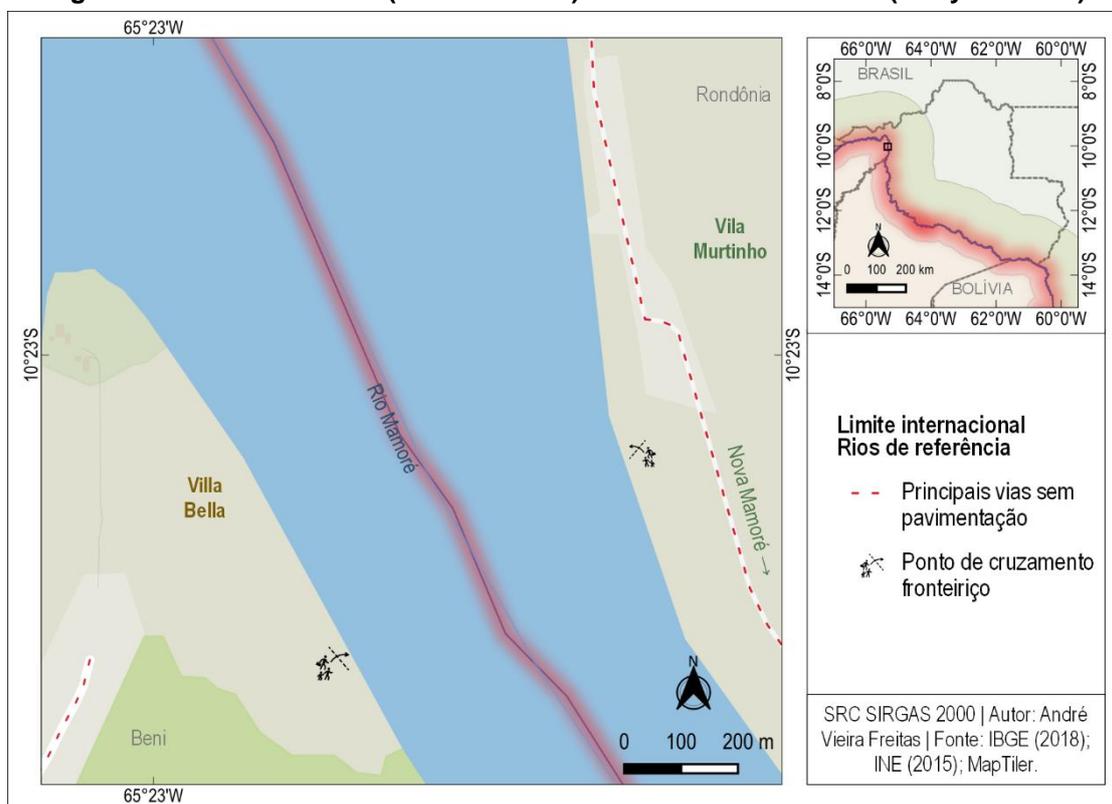


[10°24'19.6"S 65°20'50.2"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 20/11/2021

Nesse ponto da fronteira Brasil-Bolívia, situa-se o distrito de Vila Murinho, a partir do qual se dá o acesso a Villa Bella, no município beniano de Guayaramerín (Figura 133).

Figura 133 – Vila Murinho (Nova Mamoré) e o acesso a Villa Bella (Guayaramerín)



Elaboração do autor.

O atual distrito de Vila Murinho surgiu no século XIX e teve seu desenvolvimento impulsionado pela exploração da seringa para a produção gomífera no vale dos rios Madeira e Mamoré.

Com a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré no início do século XX, Vila Murinho passou a abrigar a estação homônima ao núcleo. Como uma rugosidade na paisagem em meio à comunidade rural e à vegetação amazônica, a estação em situação de abandono e os trilhos sem dormentes constituem atualmente testemunhas do antigo sistema de engenharia erguido para o escoamento da produção gomífera/*cauchera* de Brasil e Bolívia (Figuras 135 e 135).

Figura 134 – Antiga estação Vila Murтинho da Estrada de Ferro Madeira Mamoré



[10°23'17.7"S 65°22'55.5"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 20/11/2021

Figura 135 – Trilhos da antiga Estrada de Ferro Madeira Mamoré, em Vila Murтинho

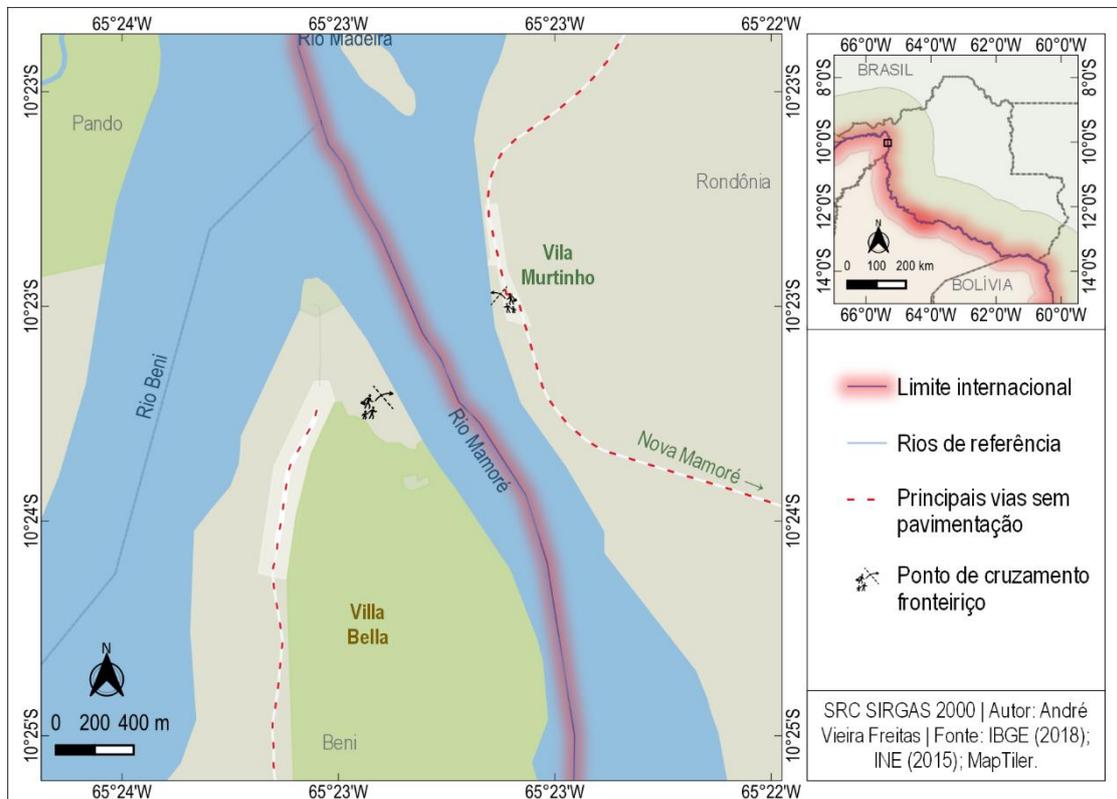


[10°23'21.5"S 65°22'53.7"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 20/11/2021

O núcleo de Villa Bella encontra-se em uma península entre os rios Mamoré e Beni, no ponto onde se forma o rio Madeira e sua mancha de ocupação se encontra ao longo da via terrestre não pavimentada que liga o núcleo a outras porções do departamento do Beni (Figura 136).

Figura 136 – Núcleo de Villa Bella e o acesso a Vila Murтинho (Nova Mamoré)



Elaboração do autor.

A origem da comunidade remonta ao século XIX e teve seu desenvolvimento impulsionado pela exploração gomífera boliviana na região. A data de criação do núcleo é apontada oficialmente como 6 de agosto de 1825. Alejandro Quary (2021)⁹⁵ afirma que o núcleo teria sido fundado pelo *cruceño* Agustín Palacios em uma de suas viagens entre Santa Cruz de la Sierra e Manaus e que o topônimo faz referência às belezas naturais da península.

Em 1882, estabeleceu-se uma aduana no núcleo que, em decorrência das divisas geradas pela exploração da seringa e do quinino, chegou a ser a mais importante e produtiva do país, atraindo intenso fluxo migratório para o núcleo e a região (JUSTINIANO ZARATE, (2008, p. 108; QUARY, 2021).

A comunidade teve grande relevância econômica entre o fim do século XIX e início do século XX. Após a decadência da produção gomífera na região, sofreu expressivo êxodo e perdeu protagonismo. Atualmente, há um posto militar na extremidade da península, uma agência municipal que sedia a subprefeitura, uma unidade de ensino, uma unidade de saúde, além de alguns estabelecimentos comerciais e poucas residências nas quais se nota a influência arquitetônica dos povos originários, a maioria dispostas em vias não pavimentada e com energia elétrica a partir de painéis solares, além de uma torre de transmissão (Figuras 137, 138, 139, 140, 141, 142 e 143).

⁹⁵ QUARY, Alejandro. **Entrevista com Alejandro Quary, agricultor e membro da comunidade Villa Bella, Guayaramerín (Beni, Bolívia)** [20 nov. 2022]. Entrevistador: André Vieira Freitas, 2022. 1 arquivo .mp3 (2min 53s) [A transcrição encontra-se no Apêndice W].

Figura 137 – Posto militar em Villa Bella, na extremidade da península a partir do encontro dos rios Beni e Mamoré



[10°23'22.6"S 65°23'27.0"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 20/11/2021

Figura 138 – Extremidade da península onde se localiza Villa Bella, no ponto de formação do rio Madeira, a partir do encontro dos rios Beni e Mamoré



[10°23'17.4"S 65°23'26.4"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 20/11/2021

Figura 139 – Agência da subprefeitura de Villa Bella (Guayaramerín)



[10°23'37.9"S 65°23'27.5"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 20/11/2021

Figura 140 – Unidade de ensino (à esquerda) e torre de transmissão (à direita), na comunidade Villa Bella



[10°23'36.5"S 65°23'27.4"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 20/11/2021

Figura 141 – Unidade básica de saúde em Villa Bella (Guayaramerín)



[10°23'52.3"S 65°23'33.5"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 20/11/2021

Figura 142 – Pequeno comércio na comunidade Villa Bella (Guayaramerín)



[10°23'36.9"S 65°23'27.6"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 20/11/2021

Figura 143 – Residências com cobertura de palha no telhado, em Villa Bella (Guayaramerín)



[10°23'46.4"S 65°23'31.5"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 20/11/2021

No que se refere à ligação entre Villa Bella e Vila Murinho, dá-se a partir da travessia do rio Mamoré, realizada em pequenas embarcações, as catraias, que navegam pelas caudalosas águas desse importante rio amazônico (Figuras 144 e 145).

Figura 144 – Travessia de catraia do rio Mamoré, com vista para Villa Bella (ao fundo)



[10°23'34.2"S 65°23'11.9"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 20/11/2021

Figura 145 – Travessia do rio Mamoré, entre Vila Murtinho e Villa Bella, com rio Madeira e ilha fluvial ao fundo



[10°23'24.6"S 65°23'12.8"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 20/11/2021

Quanto aos pontos de embarque e desembarque, não há qualquer estrutura portuária, utilizando-se as próprias margens do rio para o aporte das embarcações, desde catraias com passageiros das comunidades até dragas utilizadas para o garimpo do ouro (Figuras 146 e 147).

Figura 146 – Ponto de embarque desembarque para a travessia do rio Mamoré, em Vila Martinho



[10°23'19.2"S 65°22'58.8"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 20/11/2021

Figura 147 – Ponto de embarque desembarque para a travessia do rio Mamoré, em Villa Bella e draga draga aportada



[10°23'34.3"S 65°23'11.6"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 20/11/2021

No que se refere ao acesso ao rio para a travessia, do lado brasileiro, o ponto de embarque e desembarque de passageiros dista poucos metros das construções da Vila Murtinho, por via não pavimentada, mas que permite o

trânsito até de veículos pesados. Já do lado boliviano, a distância é de cerca de meio quilômetro entre o ponto de embarque e desembarque na margem do rio Mamoré e o centro da comunidade, por um caminho parcialmente em meio à vegetação (Figuras 148 e 149).

Figura 148 – Acesso ao ponto de embarque/desembarque para a travessia do rio Mamoré, em Vila Murtinho



[10°23'18.8"S 65°22'57.0"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 20/11/2021

Figura 149 – Caminho entre o ponto de embarque/desembarque no rio Mamoré e a comunidade Villa Bella



[10°23'35.1"S 65°23'14.6"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 20/11/2021

No que se refere aos fluxos entre os núcleos, destacam-se aqueles oriundos de Villa Bella em direção à sede municipal de Nova Mamoré, com frequência semanal ou diária motivado por trabalho, compras e visita a amigos ou familiares (Apêndice CI) além de, como aponta Alessandra Mamede Bastos (2021)⁹⁶, o uso dos serviços públicos no município de Nova Mamoré.

⁹⁶ BASTOS, Alessandra Mamede. **Entrevista com Alessandra Mamede Bastos, Coordenadora Municipal de Proteção e Defesa Civil de Nova Mamoré (Rondônia, Brasil)** [6 out. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas, 2021. 1 arquivo .mp3 (35min 46s) [Apêndice AL].

Como destaca Emiliana Orespe Rodriguez (2022)⁹⁷, *vicealcaldesa* da comunidade, a população de Villa Bella recorre ao Brasil para todas as necessidades de consumo. Apesar da ligação administrativa com Guayaramerín, como uma seção municipal⁹⁸ que conta uma sub-prefeitura, as ligações com a sede municipal se dão no sentido de levar esporadicamente as demandas da comunidade, assim como para recorrer a alguns serviços, mas o trajeto é mais difícil e, tendo em vista a proximidade, recorre-se preferencialmente ao lado brasileiro.

Ainda quanto aos fluxos entre Villa Bella e o lado brasileiro, destaca-se a venda da produção agrícola da comunidade para o Brasil, cujos produtos seguem até a capital rondoniense, com a logística a cargo de compradores brasileiros. É dessa produção agrícola, além da exploração florestal e do garimpo que a comunidade adquire as divisas para a aquisição de bens de consumo do lado brasileiro. Quanto ao fluxo de brasileiros em direção à comunidade, destaca-se a chegada de brasileiros para a atuação no garimpo do ouro. Ademais, destaca-se as relações de parentesco e amizade entre brasileiros e que se estabelecem localmente, além dos intercâmbios religiosos e esportivos (ORESPE RODRIGUES, 2021).

Acerca da inserção desses núcleos na rede urbana, as centralidades que se destacam são a capital rondoniense, Guajará-Mirim e Guayaramerín, que constituem importantes relevâncias tanto para Nova Mamoré quanto Villa Bella. (Apêndices V, AL e CJ).

Quanto às ligações viárias a partir dessa articulação, destaca-se uma malha rodoviária em boas condições do lado brasileiro, com a relevância da rodovia BR-425, pavimentada, que viabiliza a conexão de Nova Mamoré com Guajará-Mirim e Porto velho, a partir da conexão com a rodovia BR-364, tais cidades atendidas por linhas regulares de ônibus a partir do terminal rodoviário

⁹⁷ ORESPE RODRÍGUEZ, Emiliana. **Entrevista com Emiliana Orespe Rodriguez, vicealcaldesa de Villa Bella, Guayaramerín (Beni, Bolívia)** [20 nov. 2022]. Entrevistador: André Vieira Freitas, 2022. 1 arquivo .mp3 (2min 53s) [A transcrição encontra-se no Apêndice V].

⁹⁸ O equivalente aos distritos nos municípios brasileiros.

de Nova Mamoré, além de ligação por via não pavimentada a outros núcleos no interior do estado, como Buritis (Figura 150).

Figura 150 – Terminal rodoviário de Nova Mamoré

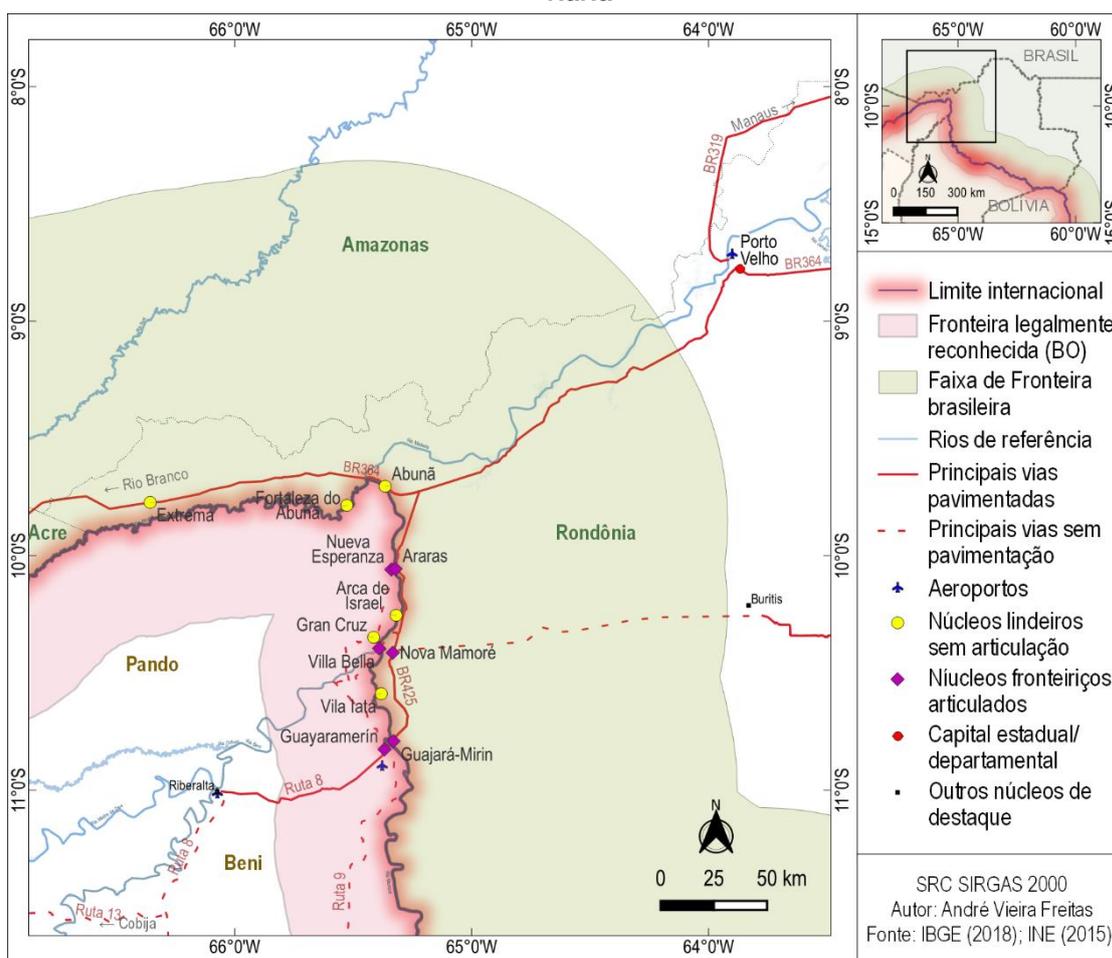


[10°25'10.8\"S 65°20'08.6\"W](https://www.google.com/maps/place/10%25'10.8\)

Fonte: Acervo do autor, 20/11/2021

Já do lado boliviano, a partir de Villa Bella, todos os caminhos terrestres não são pavimentados e apresentam-se em precárias condições, o que torna difícil o acesso pelo modal rodoviário às centralidades regionais benianas e leva a população do lado boliviano a recorrer à malha viária brasileira para chegar aos núcleos do próprio departamento. Também com influência desse fator, no modal hidroviário, a navegação fluvial tem particular importância para a conexão sobretudo entre para as pequenas comunidades de margem ao longo dos rios que cortam os departamentos de Pando e Beni (Figura 151).

Figura 151 – Inserção da articulação fronteiriça entre Nova Mamoré e Villa Bella na rede viária



Elaboração do autor.

Nas proximidades da articulação fronteiriça entre Nova Mamoré e Villa Bella há, a montante do rio Mamoré, o núcleo de margem Vila lata, já no município de Guajará-Mirim, que dista cerca de 34 km da sede municipal, a maior parte pela rodovia BR-425. Esse núcleo é seguido, ainda mais a montante pelo rio Mamoré, por outra articulação fronteiriça que se destaca nesse seguimento da fronteira: entre Guajará-Mirim e Guayaramerín.

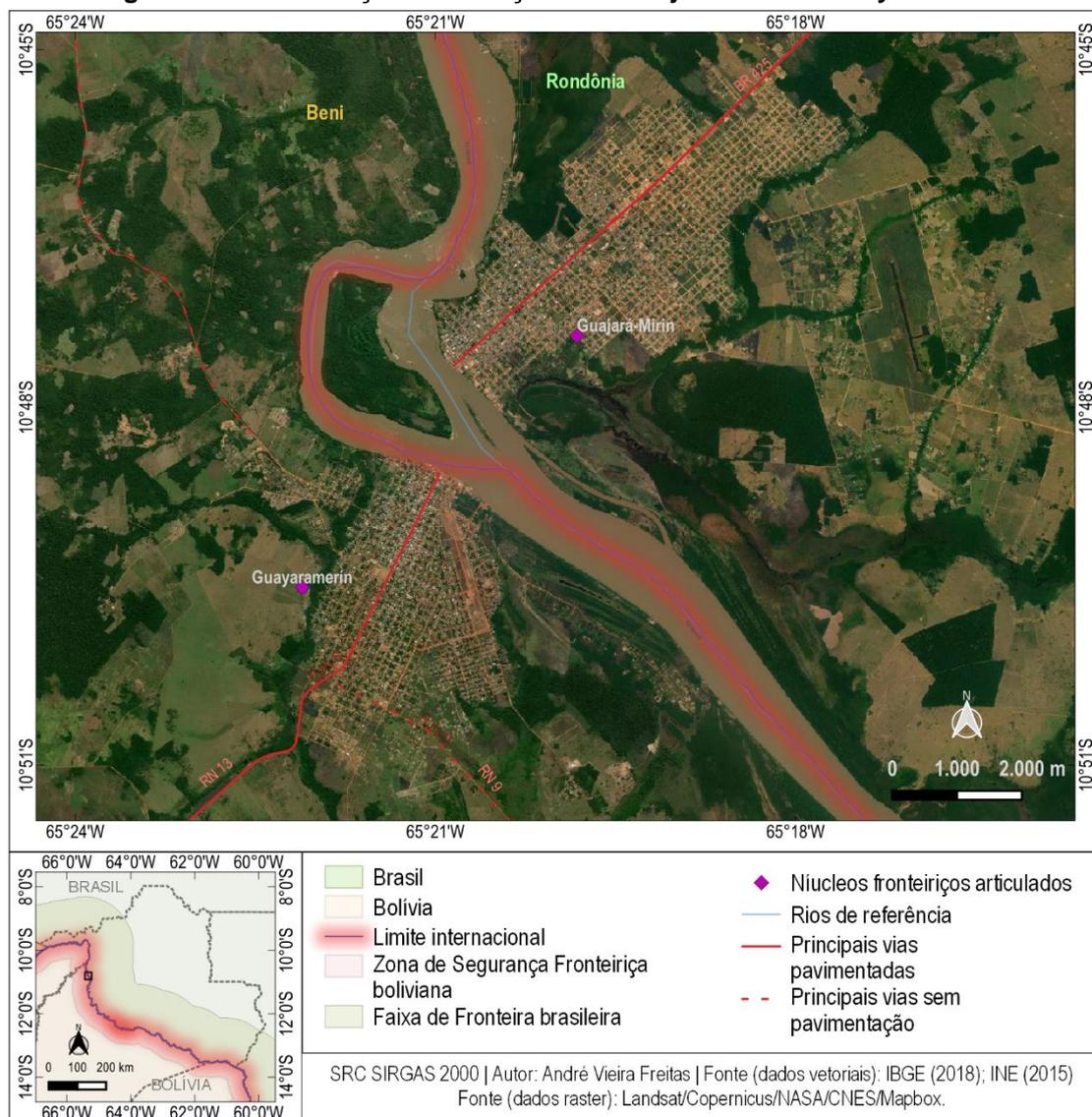
5.4.3. Articulação entre Guajará-Mirim e Guayaramerín

A articulação entre a cidade rondoniense de Guajará-Mirim e a cidade beniana de Guayaramerín, que são reconhecidas no acordo para permissão de residência estudo e trabalho (2005), envolve dois núcleos que constituem importantes polos regionais para o estado de Rondônia e o departamento do

Beni, além da porção oriental de Pando, afigurando ainda entre as articulações mais expressivas da fronteira Brasil-Bolívia.

Entretanto, apesar dos expressivos fluxos entre as duas cidades, não há ligação por ponte entre ambas, o que gera um expressivo movimento embarcações com passageiros que cruzam diariamente o rio Mamoré para chegar ao núcleo no país vizinho (Figura 152 e 153).

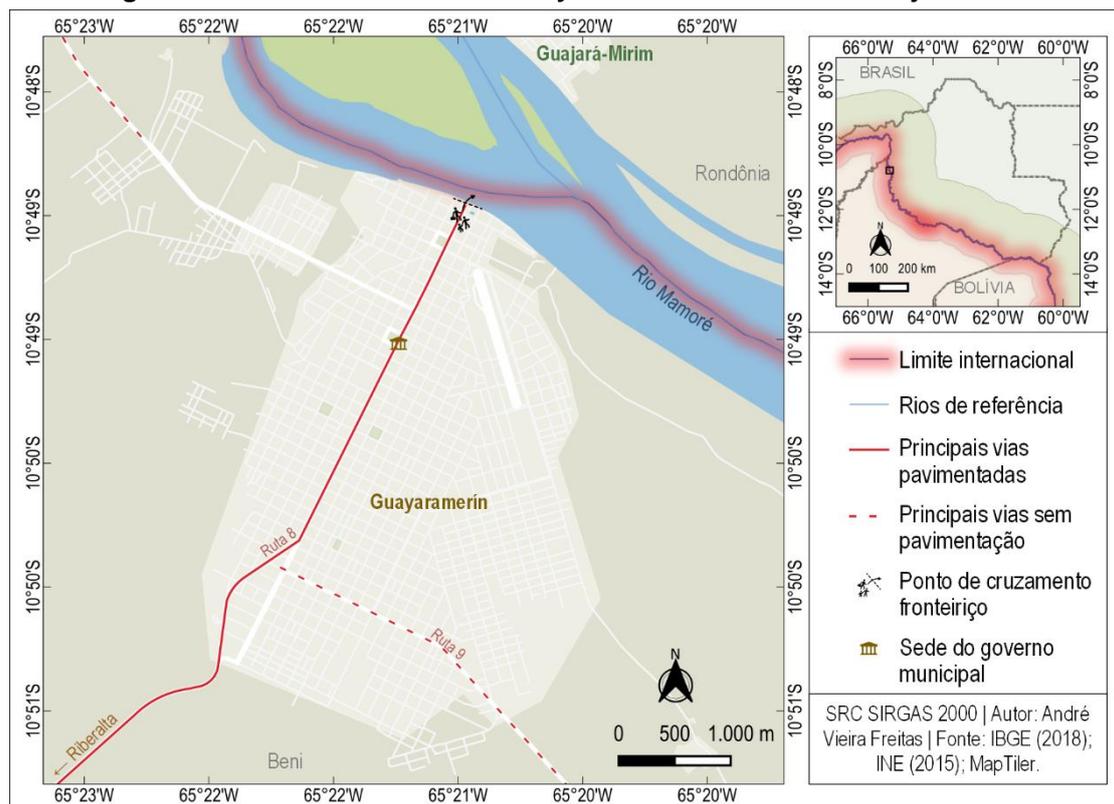
Figura 152 – Articulação fronteiriça entre Guajará-Mirim e Guayaramerín



Elaboração do autor.

À margem esquerda desse importante afluente do rio Madeira situa-se a cidade beniana de Guayaramerín, que se conecta a Riberalta pela Rota Nacional 8 e a Riberalta pela Rota Nacional 9 (Figura 153).

Figura 153 – Mancha urbana de Guayaramerín e o acesso a Guajará-Mirim



Elaboração do autor.

O núcleo beniano se constituiu no fim do século XIX e passou por expressivo crescimento no início do século XX, no contexto da exploração gomífera na Amazônia. Foi fundado por seringueiros em 1892 com o nome de Puerto Palmira, sendo rebatizada como Puerto Sucre em 1905 e como Guayaramerín em 1915 (GUAYARAMERÍN, 2015, LIRA, 2017).

O município que no início da terceira década do século XXI alcançou a terceira maior população do departamento do Beni, como aponta Justiniano Zarate (2008, p. 108), abriga o porto fluvial mais importante da Bolívia. Nesse sentido, afigura como um importante nó logístico, já que, tendo em vista os trechos encachoeirados à jusante do rio Mamoré e no Madeira, lá se efetua o transbordo entre o modal hidroviário e rodoviário de grande parte da produção que circula entre Beni e Rondônia, seja em direção ao mercado brasileiro ou boliviano ou escoada para outros países (Figura 154).

Figura 154 – Travessia de carreta em balsa pelo rio Mamoré, em Guayaramerín, com Isla Suárez ao fundo



[10°48'26.7"S 65°21'01.1"W](https://www.google.com/maps/@10.8102778,-65.3502778,15z)

Fonte: Acervo do autor, 19/11/2021

Além desse papel de importante nó logístico, a cidade beniana constituiu-se como zona franca e possui um pujante comércio, com lojas de distintos portes que atraem compradores nacionais e estrangeiros, em especial os brasileiros (Figuras 155, 156 e 157).

Figura 155 – Área comercial no centro de Guayaramerín



[10°48'47.0"S 65°21'06.1"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 19/11/2021

Figura 156 – Área comercial no centro de Guayaramerín



[10°48'50.8"S 65°21'08.0"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 19/11/2021

Figura 157 Área comercial no centro de Guayaramerín



[10°49'03.7"S 65°21'14.2"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 19/11/2021

No que se refere ao núcleo brasileiro na margem direita do rio Mamoré, constituiu-se nas primeiras décadas do século XX, a partir da construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, tendo em seu porto no rio Mamoré o limite da ferrovia que seguia até Porto Velho (Figuras 158, 159 e 160).

Figura 158 – Antiga estação da Guajará-Mirim, da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, em perspectiva a partir da Av. 15 de Novembro



[10°47'32.8"S 65°20'48.6"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 16/11/2021

Figura 159 – Antiga estação da Guajará-Mirim, da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, em perspectiva a partir da praça dos Pioneiros, próxima ao porto



[10°47'34.6"S 65°20'49.8"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 16/11/2021

Figura 160 – Antiga estação da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, em Porto Velho, à margem direita do rio Maderia



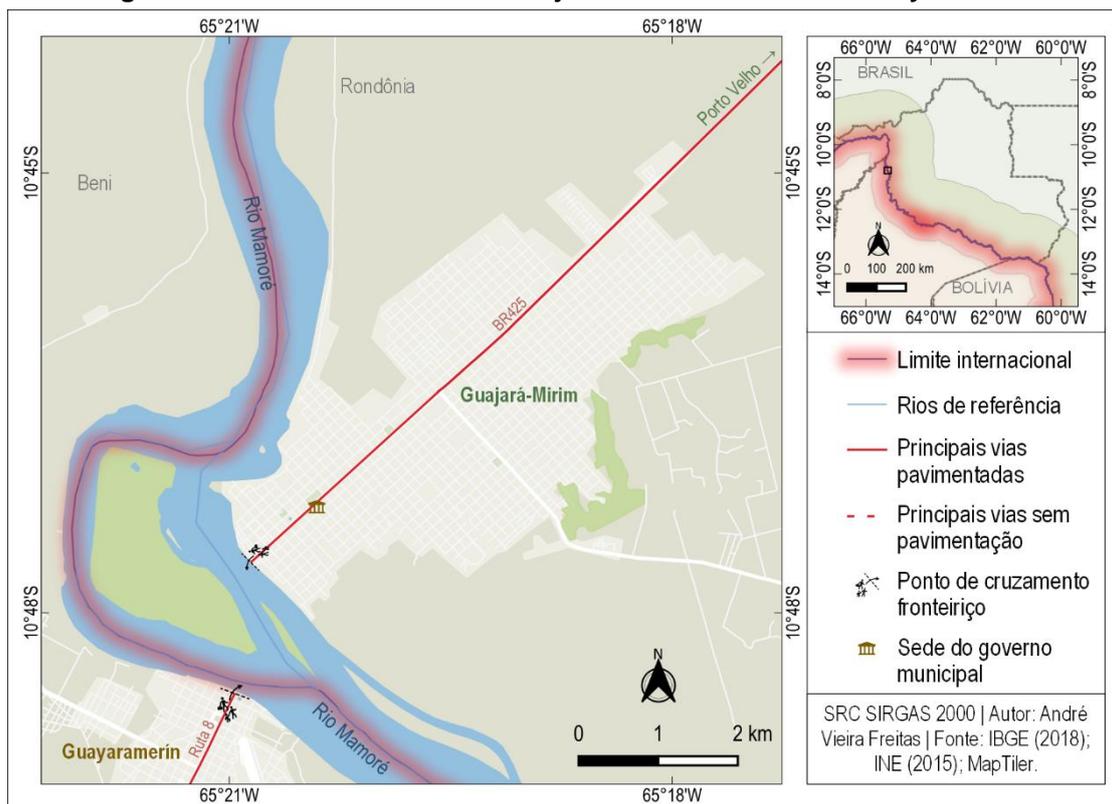
[8°46'04.5"S 63°54'29.9"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 13/11/2021.

O município de Guajará-Mirim foi emancipado em 12 de julho de 1928, pela Lei n.0 991, do Estado de Mato Grosso (IBGE, 1957, p. 95) e teve sua sede fundada em 1929 (LIRA, 2017).

No início da terceira década do século XXI, a cidade de Guajará-Mirim afigura como um importante polo regional. Em comparação com a sua correspondente boliviana, situada na margem oposta do Mamoré, a mancha urbana do núcleo rondoniense é mais expressiva, embora relativamente a centralidade de Guayaramerín seja mais destacada (Figura 161).

Figura 161 – Mancha urbana de Guajará-Mirim e o acesso a Guayaramer 



Elabora o do autor.

O papel de Guajará-Mirim como um polo regional se d  também em virtude de do comércio da cidade, que também constitui zona franca. Esse comércio envolve em grande medida produtos adquiridos do lado boliviano e se desenvolve em lojas de distintos portes e envolvem tanto comerciantes brasileiros quanto bolivianos (Figuras 162 e 163).

Figura 162 – Área comercial no centro de Guajará-Mirim



[10°47'29.2"S 65°20'44.9"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 16/11/2021.

Figura 163 – Conjunto de pequenas lojas no centro de Guajará-Mirim



[10°47'22.4"S 65°20'25.5"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 16/11/2021.

Diante da ausência de integração por ponte entre Guajará-Mirim e Guayaramerín, a conexão entre ambas as cidades se dá pelo intenso movimento de passageiros que cotidianamente percorrem um trajeto de cerca de 1,8 km para a travessia do rio Mamoré, envolvendo desde balsas que transportam cargas maiores como carretas, até, principalmente, pequenas embarcações regulamentadas pelos governos, incluindo a obrigatoriedade do uso de equipamentos de segurança pelos passageiros (Figura 164).

Figura 164 – Travessia do rio Mamoré entre Guayaramerín e Guajará-Mirim por pequena embarcação



[10°47'43.8"S 65°20'52.8"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 16/11/2023.

Quanto aos pontos de embarque e desembarque, as duas cidades contam com infraestrutura portuária e serviços de imigração e aduana nos respectivos terminais portuários (Figuras 165, 166, 167 e 168).

Figura 165 – Desembarque de passageiros no porto de Guajará-Mirim, após travessia do rio Mamoré



[10°47'36.3"S 65°20'50.2"W](#)

Fonte: acervo do autor, 16/11/2021.

Figura 166 – Embarque e desembarque de passageiros no porto fluvial de Guayaramerín



[10°48'28.5"S 65°20'57.3"W](#)

Fonte: acervo do autor, 17/11/2021.

Figura 167 – Terminal Portuário Sr. Walter Justiniano López, porto fluvial de Guayaramerín, vista da fachada



[10°48'29.7"S 65°20'58.0"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 17/11/2021.

Figura 168 – Porto fluvial de Guayaramerín, vista da área de embarque e desembarque



[10°48'28.5"S 65°20'57.3"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 17/11/2021.

Entretanto, há ainda, de ambos os lados do limite internacional, ao lado dos terminais portuários regulamentados, pontos de passagem alternativos de embarque e desembarque de passageiros, explorados por operadores individuais de pequenas embarcações (Figuras 169 e 170).

Figura 169 – Ponto alternativo de embarque e desembarque de passageiros para travessia do rio Mamoré, em Guayaramerín



[10°48'32.0"S 65°20'50.4"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 17/11/2021.

Figura 170 – Ponto alternativo de embarque e desembarque de passageiros para travessia do rio Mamoré, em Guajará-Mirim



[10°47'39.1"S 65°20'48.7"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 17/11/2021.

Apesar da ausência de conexão por ponte Guajará-Mirim e Guayaramerín, as duas cidades são bastante integradas quanto aos fluxos que se verificam entre ambas. Quanto às motivações identificadas para esses fluxos, destacam-se principalmente compras, trabalho, além de, em menor medida, laços de parentesco e amizade, estudo (destacando-se os brasileiros que cursam a graduação em medicina na Bolívia) e lazer; envolvendo principalmente os moradores de ambas as cidades, além de outras localidades como Riberalta, Cochabamba, Santa Cruz de la Sierra, Porto Velho, Cobija e Vilhena (Apêndice CI).

Para Elivando de Oliveira Brito (2021)⁹⁹ e Luiz Alberto Ruiz Montero (2022)¹⁰⁰, os intercâmbios entre ambas as cidades são sobretudo comerciais, seja de consumidores que se dirigem ao núcleo vizinho para comprar produtos até os trabalhadores que fixam residência ou realizam um fluxo pendular diário com tal finalidade.

⁹⁹ BRITO, Elivando de Oliveira. **Entrevista com Elivando de Oliveira Brito, Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de Guajará-Mirim (Rondônia, Brasil)** [2 ago. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas, 2021. 1 arquivo .mp3 (16min 38s) [Apêndice AK].

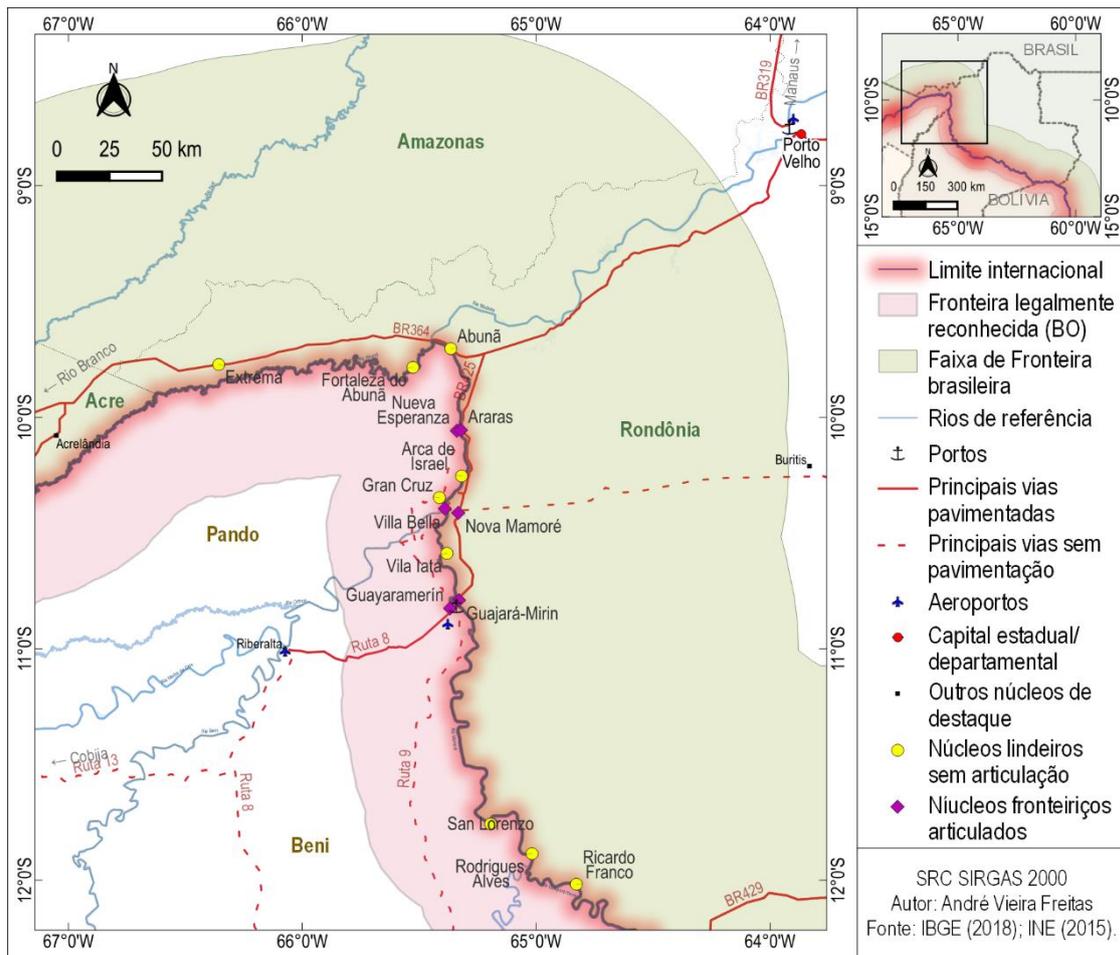
¹⁰⁰ RUIZ MONTERO, Luiz Alberto. **Entrevista com Luiz Alberto Ruiz Montero, servidor da Alcaldía de Guayaramerín (Beni, Bolívia)** [17 nov. 2022]. Entrevistador: André Vieira Freitas, 2022. 1 arquivo .mp3 (12min 59s) [A transcrição encontra-se no Apêndice U].

Brito (2021) e Ruiz Montero (2022) destacam ainda os fluxos relacionados à educação, principalmente de brasileiros que se dirigem a Guayaramerín para cursar medicina. Alguns procedem de Guajará-Mirim ou l fixam residência, atravessando diariamente o rio Mamoré, já outros fixam residência no núcleo beniano. Esse fluxo migratório se apresenta adicionalmente aos estudantes brasileiros que se dirigem a outras grandes cidades da Bolívia, como Santa Cruz de la Sierra e Cochabamba para a referida graduação.

No que se refere à inserção de Guajará-Mirim e Guayaramerín na rede urbana, verificou-se a acentuada influência mútua entre ambos os núcleos, no que se refere sobretudo a bens semiduráveis e serviços, mas ainda considerando ainda bens não duráveis. Ademais, apontou-se a centralidade de Porto Velho em relação a Guajará-Mirim no que se refere principalmente a serviços e bens semiduráveis e duráveis. Em relação a Guayaramerín, destacou-se a considerável centralidade de Riberalta e Santa Cruz de la Sierra, ou ainda, em menor medida, de Trinidad, La Paz e Cochabamba, sobretudo quanto a serviços (Apêndice CJ).

Quanto às ligações viárias, essa articulação fronteiraca destaca-se como um importante não logístico. No modal rodoviário, ambos os núcleos são acessíveis por vias terrestres destacando-se, do lado brasileiro, uma malha viária em melhores condições, com a conexão a partir de uma rodovia federal pavimentada e, do lado boliviano, trechos com algumas vias pavimentadas e diversos trechos sem pavimento e cruzamentos de rios por balsa. Quanto ao modal rodoviário, Guayaramerín conta com um aeroporto nacional, havendo ainda como referências regionais nesse modal os aeroportos de Riberalta e Porto Velho. Ademais, destaca-se, no modal hidroviário, a navegação pelo rio Mamoré e outros rios da bacia do Madeira (Figura 171).

Figura 171 – Inserção da articulação fronteiriça entre Guajará-Mirim e Guayaramerín na rede viária



Elabora o do autor.

Acerca do modal aéreo, do lado boliviano, o “Aeroporto Capit n de Aviacion Emilio Beltrán” de Guayaramerín (GYA), classificado como de abrangência nacional, conta regularmente com um voo direto regular para Trinidad, atendido por duas companhias aéreas bolivianas; idem quanto ao “Aeroporto Capit n de Aviacion Selin Zeitun Lopez” de Riberalta (RIB). Do lado brasileiro, há como referência regional o “Aeroporto Internacional Governador Jorge Teixeira”, em Porto Velho (PVH), que é atendido regularmente por três companhias aéreas brasileiras, com voos diretos para Rio Branco, Manaus, Cuiabá, Brasília e São Paulo.

Quanto ao modal rodoviário, Guajará-Mirim e Guayaramerín contam com terminais rodoviários com linhas regulares de ônibus para outros centros importantes regional e nacionalmente. O terminal rodoviário de Guajará-Mirim

conta com uma linha regular de ônibus para a capital rondoniense (cerca de 328 km) (Figura 172).

Figura 172 – Terminal rodoviário de Guajará-Mirim



[10°46'35.6"S 65°19'46.6"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 16/11/2021

A partir do terminal rodoviário de Guayaramerín, há rotas de ônibus para cidades como, no departamento do Beni, Riberalta (91 km), Puerto Siles (303 km), Trinidad (600 km), San Ignacio de Moxos (693 km), Reyes (571 km) e Rurrenabaque (604 km); no departamento de Pando, Cobija (513 km); no departamento de Santa Cruz, a capital *cruceña* (1.150 km); no departamento de La Paz, a cidade homônima que abriga a sede do Executivo e Legislativo nacionais da Bolívia (1.013 km) (Figuras 173, 174 e 175).

Figura 173 – Terminal rodoviário de Guayaramerín (área externa)



[10°50'21.9"S 65°22'02.1"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 17/11/2021

Figura 174 – Terminal rodoviário de Guayaramerín (área interna)



[10°50'21.9"S 65°22'02.1"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 17/11/2021

Figura 175 – Terminal rodoviário de Guayaramerín (área de embarque e desembarque)



[10°50'21.9"S 65°22'02.1"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 17/11/2021

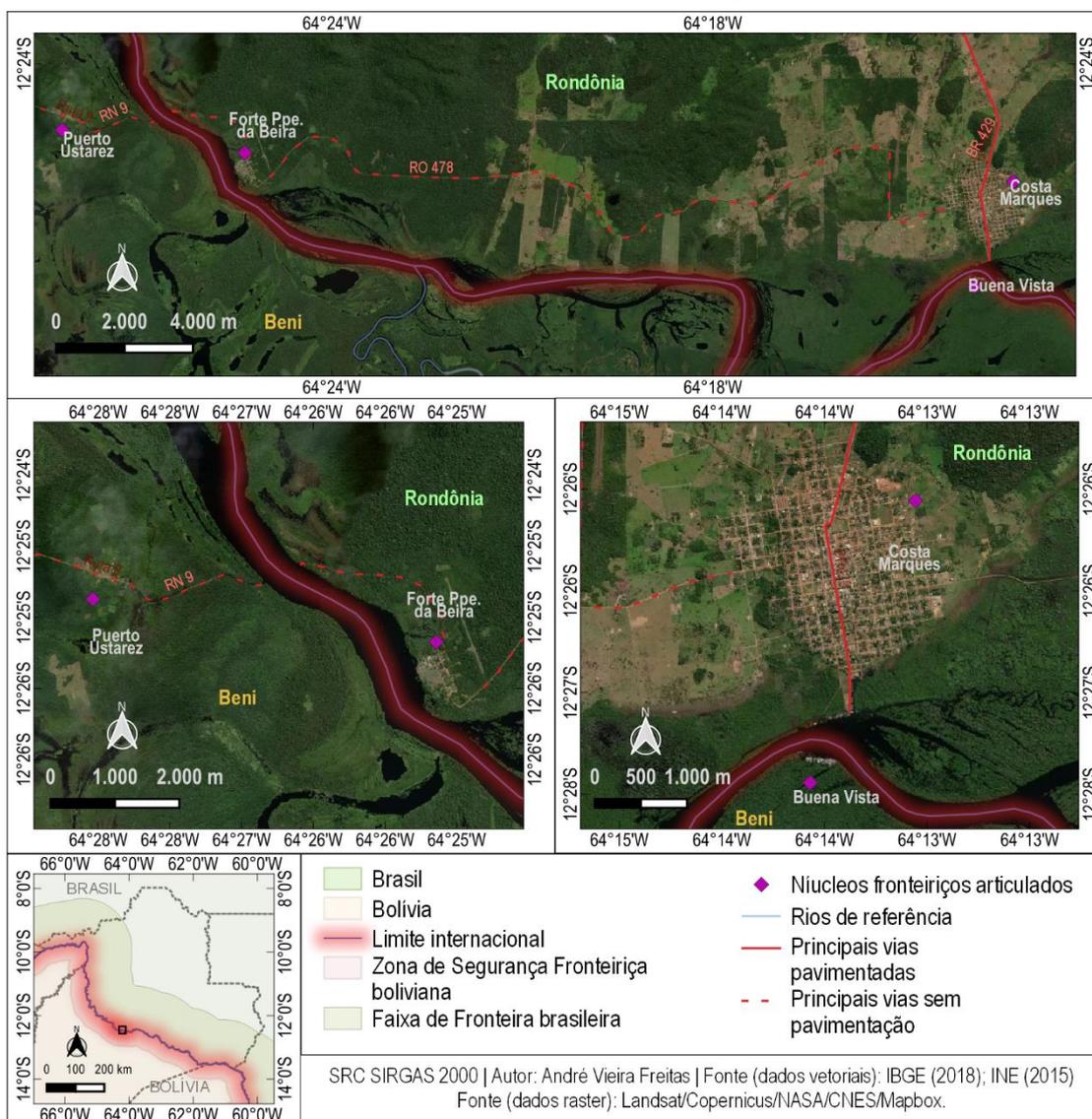
No que se refere ao modal hidroviário, além da sua importância para as comunidades tradicionais, destaca-se a sua relevância para o transporte de carga, viabilizando a possibilidade da integração entre a hidrovia do Madeira e a hidrovia Ichilo-Mamoré, a partir do transporte terrestre entre Guajará-Mirim e Porto Velho, com o transbordo de carga nos seus respectivos portos.

A articulao fronteiraa entre Guajará-Mirim e Guayaramerín é seguida, a montante do rio Mamoré, por quatro núcleos de margem: San Lorenzo (no município de Guayaramerín), a comunidade indígena de Ricardo Franco, na confluência do rio Guaporé/Iténez com o Mamoré, a localidade de Surpresa / Rodrigues Alves (esses três núcleos situados no município de Guajará-Mirim).

5.4.4. Articulao entre Costa Marques, Forte Príncipe da Beira, Buena Vista e San Juan de Puerto Ustarez

Seguindo o limite internacional no segmento entre Beni e Rondônia, a montante do rio Guaporé/Iténez, há uma articulao fronteiraa que envolve dois núcleos brasileiros e dois bolivianos, todos dispostos às margens do Guaporé/Iténez: entre Costa Marques (Rondônia), Bella Vista (no município de Magdalena, Beni), o distrito Forte Príncipe da Beira (Costa Marques, Rondônia) e San Juan de Puerto Ustarez (no município de San Joaquín, Beni) (Figura 176).

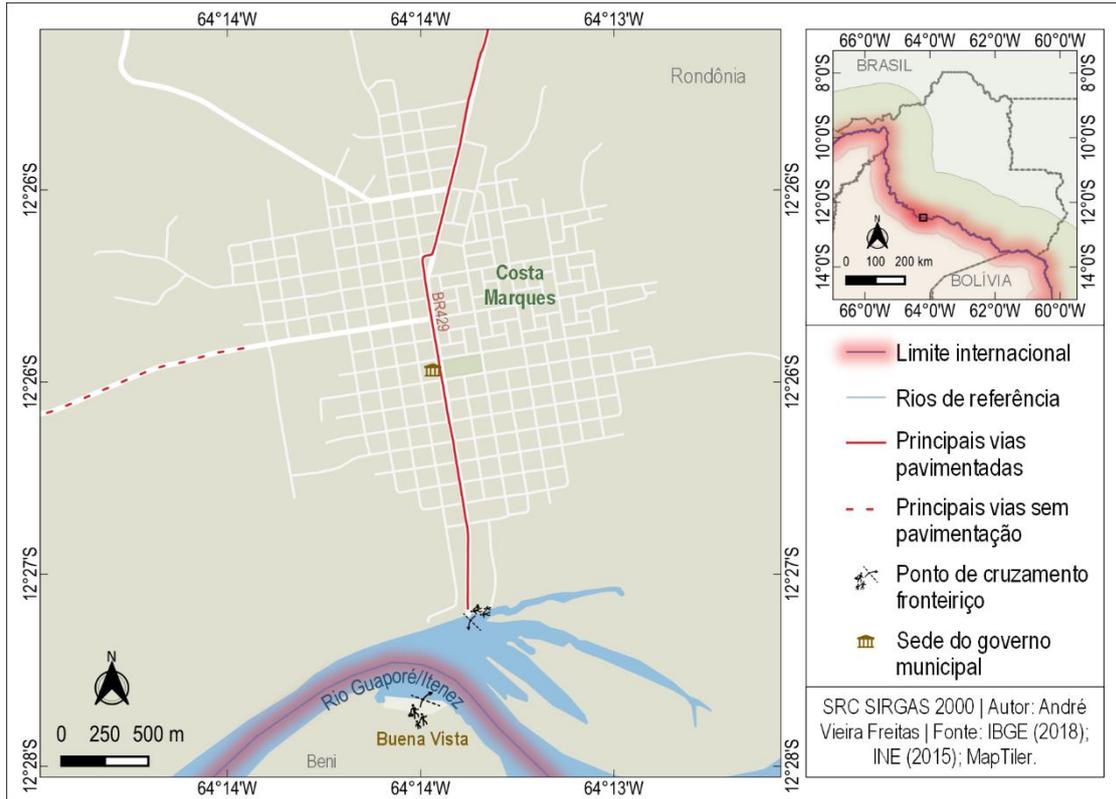
Figura 176 – Articulação fronteiriça entre Costa Marques, Buena Vista, Forte Príncipe e San Juan de Puerto Ustarez



Elaboração do autor.

O mais expressivo dos núcleos que compõem essa articulação fronteiriça é a cidade rondoniense de Costa Marques, cuja mancha urbana encontra-se consolidada na margem direita do rio Guaporé/Iténez, como um polo regional rondoniense na bacia deste rio, que se integra à malha viária no estado pela rodovia BR-429 (Figura 177).

Figura 177 – Mancha urbana de Costa Marques e o acesso a Buena Vista



Elaboração do autor.

Como aponta Oliveira (2001), a constituição do núcleo que deu origem à atual cidade de Costa Marques relaciona-se à atividade gomífera no início do século XX na bacia do Guaporé/Iténez, estabelecendo-se como povoado de Porto São Domingo em 1905 e povoado de Costa Marques em 1906, no então estado de Mato Grosso. No último quartel do século XX, o núcleo foi alçado à condição de distrito do município de Guajará-Mirim pela Lei Federal 6.448 de 11 de outubro de 1977 (IBGE, 1980), no então Território Federal de Rondônia e a sede do município de Costa Marques, criado pela Lei Federal n.º 6.921, de 16-06-1981, pouco antes de Rondônia ter adquirido autonomia política e administrativa, sendo convertido em estado em novembro do mesmo ano.

Ao longo das décadas seguintes à sua autonomia enquanto município, Costa Marques se desenvolveu e consolidou-se como um importante polo regional do estado de Rondônia, em específico na bacia do rio Guaporé/Iténez, paralelamente ao ganho de importância da agropecuária nesse estado amazônico, além de um nó logístico entre a navegação fluvial e a malha

rodoviária em Rondônia, por meio da rodovia BR-429, que se integra à mancha urbana da cidade (Figura 178).

Figura 178 – Av. Chianca, em Costa Marques, a principal da cidade, que se converte na rodovia BR-429

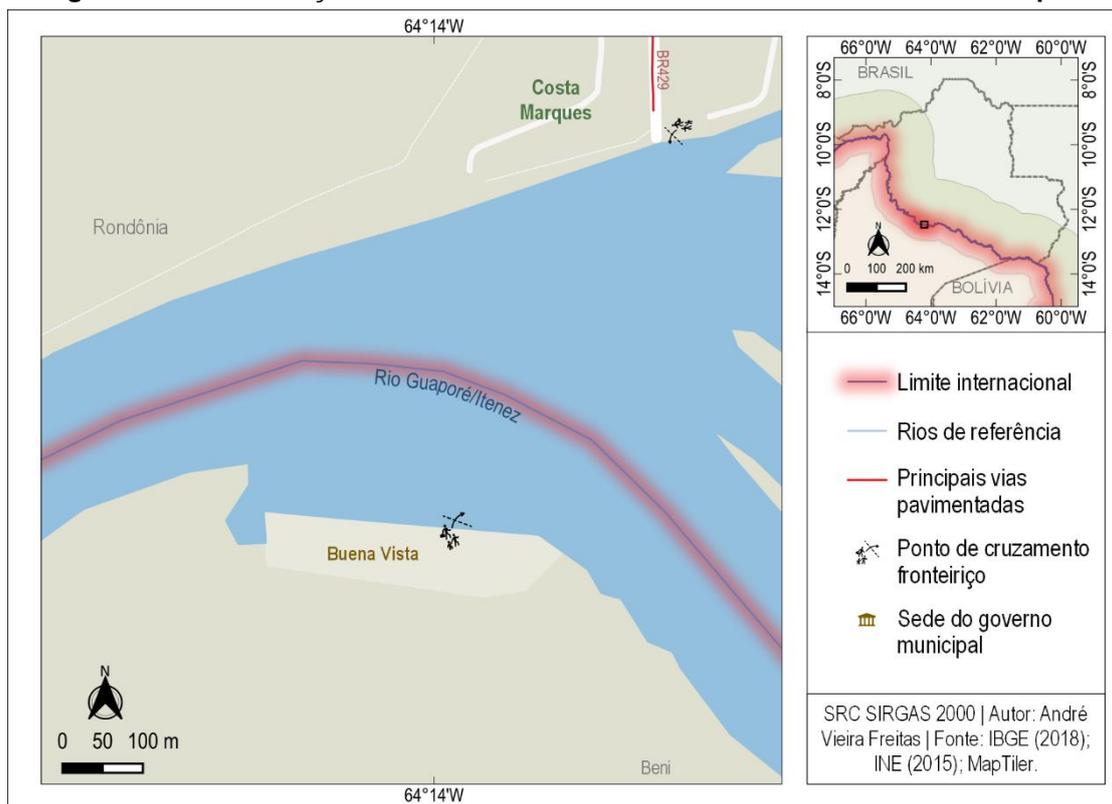


[12°26'01.1"S 64°13'47.3"W](#)

Foto: Acervo do autor, 19/01/2022.

Na margem esquerda do rio Guaporé/Iténez, na extremidade oposta a Costa Marques, está o núcleo com a menor mancha de ocupação dessa articulação fronteiriça, a comunidade boliviana de Buena Vista, no município beniano de Magdalena (Figura 179).

Figura 179 – Localização da comunidade Buena Vista e o acesso a Costa Marques



Elaboração do autor.

Segundo Guasaba Vald (2022)¹⁰¹ a comunidade Buena Vista constituiu-se como um núcleo comercial a partir de 1992, quando as primeiras lojas se estabeleceram, embora anteriormente já se verificassem estabelecimentos residenciais no local, formado por migrantes oriundos de distintos departamentos da Bolívia, como Santa Cruz, Cochabamba, La Paz e Oruro, além do próprio Beni.

A comunidade Buena Vista é composta por um conjunto de residências construídas sobre palafita e dispostas na margem boliviana do rio Guaporé/Iténez (Figuras 180 e 181).

¹⁰¹ GUASABA VALD, Ivaldo. **Entrevista com Ivaldo Guasaba Vald, membro da comunidade Buena Vista, Magdalena (Beni, Bolívia)** [19 jan. 2022]. Entrevistador: André Vieira Freitas, 2022. 1 arquivo .mp3 (12min 42s) [A transcrição encontra-se no Apêndice X].

Figura 180 – Vista da comunidade de Buena Vista (Magdalena, Beni) com rio Guaporé/Iténez à frente, obtida a partir da margem brasileira, com zoom aplicado



[12°27'05.1"S 64°13'42.2"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 19/01/2022

Figura 181 – Detalhe das construções em palafitas na comunidade Buena Vista



[12°27'19.8"S 64°13'46.7"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 19/01/2022

As construções em madeira apresentam uso misto, com as lojas na frente e o uso residencial ao fundo. Todas as construções são muito próximas e, na parte em frente às lojas, também nas estruturas suspensas em madeira, há uma espécie de corredor similar a uma pequena rua que conecta as construções e permite o trânsito de pedestres entre as lojas (Figuras 181, 182 e 183).

Figura 182– Corredor sobre palafitas entre as construções em madeira de Buena Vista



[12°27'19.6"S 64°13'51.9"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 19/01/2022

Figura 183 – Corredor sobre palafitas entre as construções em madeira de Buena Vista



[12°27'19.6"S 64°13'51.9"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 19/01/2022

Figura 184 – Loja sobre palafitas e corredor de circulação de pedestres em Buena Vista



[12°27'19.6"S 64°13'50.6"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 19/01/2022

Na comunidade, que tem energia a partir de um gerador a diesel, há uma escola e uma unidade básica de saúde, além da capitania dos portos e das lojas conjugadas às residências, todas as construções nas mesmas estruturas suspensas.

Se a localização da comunidade é um ponto que privilegia os intercâmbios comerciais com o Brasil e se as estruturas em palafita são importantes tendo em vista as oscilações na vazão do rio Guaporé/Iténez, a sua estrutura também revela uma condição de vulnerabilidade socioambiental.

Como relata Guasaba Vald (2022), em 24 de junho de 2019, Buena Vista foi afetada por um incêndio que, tendo em vista a proximidade e o material das construções, afetou boa parte da comunidade. A maioria foi posteriormente reconstruída com a mesma estrutura, restando em uma parte da comunidade os resquícios da destruição pelas chamas (Figura 185).

Figura 185 – Estrutura sobre palafitas destruída pelo incêndio em Buena Vista, ocorrido em 2019



[12°27'20.0"S 64°13'46.9"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 19/01/2022

No que se refere ao acesso entre Costa Marques e Buena Vista, se dá por meio da travessia dos cerca de 400 m que separam nesse ponto as duas margens do rio Guaporé/Iténez, cuja travessia é regulamentada pelos órgãos responsáveis dos dois países (Figuras 186 e 187).

Figura 186 – Pequenas embarcações atracadas no porto fluvial de Costa Marques (Rondônia)



[12°27'06.2"S 64°13'43.7"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 19/01/2022.

Figura 187 – Pequenas embarcações no ponto de embarque e desembarque em Buena Vista (Beni)

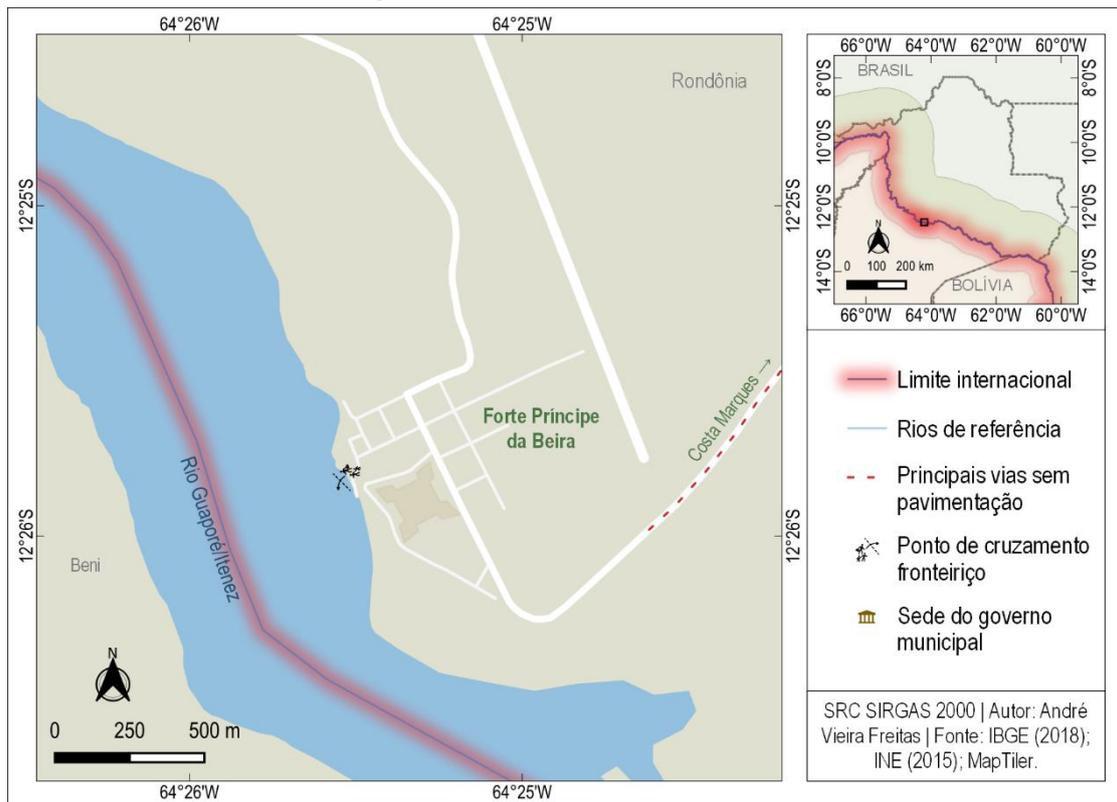


[12°27'18.1"S 64°13'48.4"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 20/01/2022.

Outro núcleo que compõe essa articulação fronteiriça é o distrito de Forte Príncipe da Beira, que está inserido na malha territorial do município de Costa Marques. Esse núcleo brasileiro situado também às margens do rio Guaporé/Iténez está a jusante em relação à comunidade Buena Vista e à sede municipal de Costa Marques, da qual dista por terra cerca de 27 km, percorridos em via não pavimentada (Figura 188).

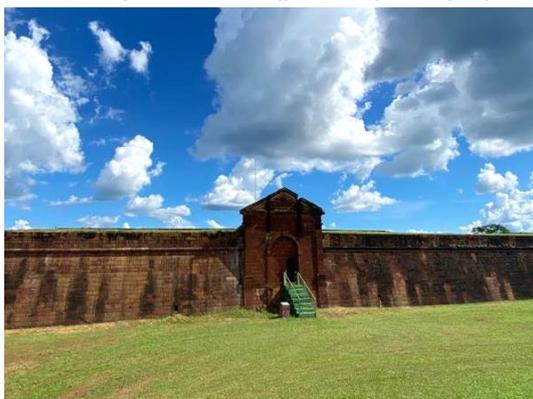
Figura 188 – Localização da comunidade Forte Príncipe da Beira e o acesso a Costa Marques e San Juan de Puerto Ustarez



Elaboração do autor.

O nome do núcleo Forte Príncipe da Beira faz referência à fortificação lusitana erguida no século XVIII às margens do rio Guaporé para controlar a mineração na região e marcar a presença da coroa portuguesa no sudoeste da Amazônia (Figuras 189, 190, 191 e 192).

Figura 189 – Ruínas do Real Forte Príncipe da Beira (portão principal)



[12°25'38.0"S 64°25'24.7"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 19/01/2022

Figura 190 – Ruínas do Real Forte Príncipe da Beira (parte interna)



[12°25'41.0"S 64°25'24.5"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 19/01/2022

Figura 191 – Ruínas do Real Forte Príncipe da Beira (canhão na parte interna, voltado para o rio Guaporé)



[12°25'40.0"S 64°25'27.0"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 19/01/2022

Figura 192 – Ruínas do Real Forte Príncipe da Beira (bastião/baluarte em uma das extremidades)



[12°25'38.6"S 64°25'25.8"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 19/01/2022

O núcleo é constituído atualmente por uma comunidade quilombola¹⁰² cujas origens remontam à construção do Forte Príncipe da Beira, erguido principalmente com mão-de-obra de pessoas negras escravizadas que migraram sobretudo de Vila Bela da Santíssima Trindade e de outros centros da colônia portuguesa no contexto da mineração na bacia do Guaporé e da formação e desmonte de diversos quilombos na região na segunda metade do século XVIII (FERREIRA, 2020; FARIAS JUNIOR, 2013).

A partir da decadência da mineração na bacia do Guaporé entre o fim do século XVIII e no decorrer do século XIX, a fortificação chegou a uma situação de abandono pelo poder central colonial, depois imperial e, posteriormente, republicano, só recebendo a sua atenção nas primeiras décadas do século XX. Em 1914 foi um dos pontos nas expedições de Marechal Rondon e, em 1932, os militares brasileiros se estabeleceram no local. Ao longo desse processo, as populações remanescentes de quilombos ocuparam o local e estabeleceram sua identidade e territorialidade (FERREIRA, 2020; CRUZ, 2012).

Segundo Elvis Pessoa (2022)¹⁰³, com essa referência ancestral das pessoas negras escravizados que fugiram do subjugo colonial e territorializaram a identidade quilombola, a comunidade resistiu e, cultivando seus vínculos culturais, passou por um processo de miscigenação ao longo dos séculos, com migrantes oriundos do nordeste do Brasil que se instalaram para a exploração da seringa, com os militares que se instalaram e constituíram famílias, com os povos indígenas que originariamente ocupam a região e com os bolivianos. A comunidade então, a partir do contato, construiu e reafirmou sua identidade quilombola ao longo de séculos.

A comunidade chegou às primeiras décadas do século XXI com o reconhecimento formal enquanto comunidade quilombola, com as casas e arruamentos concentrados nas imediações das ruínas da fortificação que lhes inspirou o nome (Figuras 193 e 194).

¹⁰² Com certidão emitida pela Fundação Cultural Palmares. Portaria Nº 32, de 12 de agosto de 2005.

¹⁰³ PESSOA, Elvis. **Entrevista com Elvis Pessoa, presidente da comunidade Forte Príncipe da Beira, Costa Marques (Rondônia, Brasil)** [19 jan. 2022]. Entrevistador: André Vieira Freitas, 2022. 1 arquivo .mp3 (17min 26s) [Apêndice AM].

Figura 193 – Comunidade Forte Príncipe da Beira (à direita) e ruínas da fortificação homônima construída no século XVIII



[12°25'42.1"S 64°25'18.4"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 19/01/2022.

Figura 194 – Residências na rua do Forte, na comunidade de Forte Príncipe da Beira

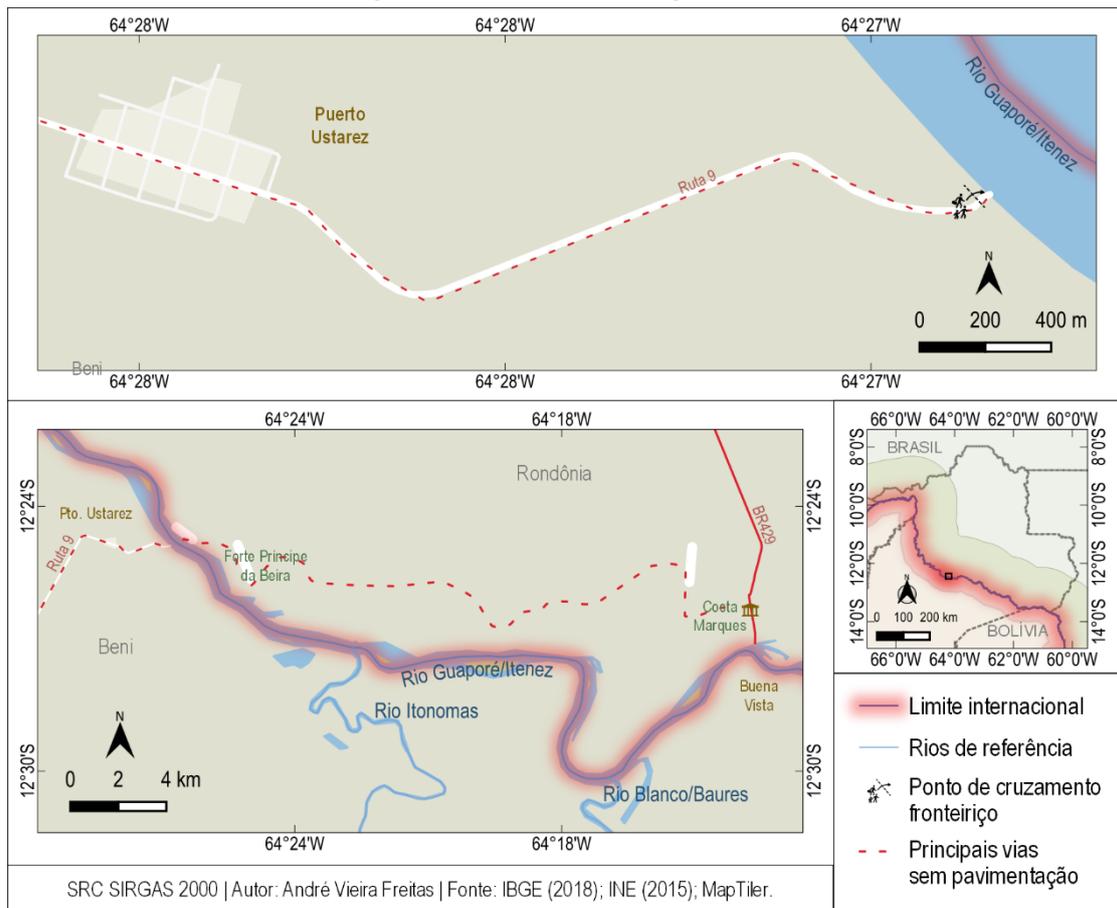


[12°25'35.7"S 64°25'21.2"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 19/01/2022.

O quarto núcleo dessa articulação fronteiriça, San Juan de Puerto Ustarez, também está situado às margens do rio Guaporé/Iténez e tem seu acesso nas proximidades de Forte Príncipe da Beira, um pouco mais a jusante em relação ao núcleo brasileiro, na margem boliviana do rio (Figura 195).

Figura 195 – Localização da comunidade de San Juan de Puerto Ustarez e o acesso a Forte Príncipe da Beira, Costa Marques e Buena Vista



Elaboração do autor.

O núcleo de Puerto Ustarez está inserido na malha territorial do município beniano de San Joaquín e tem sua mancha de ocupação situada em uma área de terra firme a cerca de 2,5 até a margem do rio, onde se situa o ponto de embarque e desembarque de passageiros que chegam saem da comunidade (Figuras 196 e 197).

Figura 196 – Pequenas embarcações atracadas no ponto de embarque e desembarque de passageiros no acesso a Puerto Ustarez



[12°24'50.1"S 64°26'48.0"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 20/02/2022.

Figura 197 – Ponto de embarque e desembarque de passageiros no acesso a Puerto Ustarez (visão a partir de embarcação)



[12°24'50.1"S 64°26'48.0"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 20/02/2022.

Desse ponto de embarque e desembarque na margem do rio Guaporé/Iténez em Puerto Usatarez até Forte Príncipe são cerca de 3 km pelo rio, a montante, ou os 500 m da travessia até a margem brasileira mais o percurso em um caminho terrestre de difícil tráfego por 3 km até a mancha de ocupação do núcleo brasileiro. Do ponto de embarque e desembarque até o porto fluvial de Costa Marques e a comunidade de Buena Vista são cerca de 33 km pelo rio Guaporé/Iténez a montante.

Segundo Raiza Dacosta Gualachabo e Aldo Dacosta Ruiz (2022)¹⁰⁴, Puerto Ustarez constitui-se no fim da década de 1990 é composta por poucas famílias dedicadas majoritariamente à agricultura e ao extrativismo e está passando por um processo de crescimento com a chegada de novos colonos para se dedicarem ao setor primário.

As poucas e espaçadas residências da comunidade, assim como a unidade básica de saúde e a escola estão dispostas pelas poucas ruas sem pavimentação do núcleo, dentre elas a Rota Nacional 9, que liga a comunidade à sede municipal de San Joaquín e ao rio Guaporé/Iténez (Figura 198).

¹⁰⁴ DACOSTA GUALACHABO, Raiza; DACOSTA RUIZ, Aldo. **Entrevista com Raiza Dacosta Gualachabo e Aldo Dacosta Ruiz, membros da comunidade San Juan de Puerto Ustarez, San Joaquín (Beni, Bolívia)** [20 jan. 2022]. Entrevistador: André Vieira Freitas, 2022. 1 arquivo .mp3 (10min 11s) [Apêndice Y].

Figura 198 – Construções na comunidade Puerto Ustárez, dispostas ao longo da Rota Nacional 9



[12°24'49.0"S 64°28'03.2"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 20/01/2022.

No que se refere aos fluxos entre esses quatro núcleos nessa articulação fronteiriça, destacam-se aqueles entre Buena Vista e Costa Marques, sobretudo os vínculos comerciais, mas verificando-se ainda a motivação para o trabalho e os vínculos de amizade e parentesco, com a predominância de frequência diária. Ademais, apesar de alguns impedimentos quanto à travessia, em menor medida aparecem os fluxos entre San Juan de Puerto Ustarez e os dois núcleos brasileiros, com a motivação comercial e em menor frequência (Apêndice CI).

Segundo José Cassiano da Rocha Neto, Adriana Silva Nascimento e Krefia Gonçalves Ferreira Miranda (2022)¹⁰⁵, é notável que a comunidade de

¹⁰⁵ ROCHA NETO, José Cassiano da; NASCIMENTO, Adriana Silva Nascimento; MIRANDA, Krefia Gonçalves Ferreira. **Entrevista com José Cassiano da Rocha Neto, Secretário Adjunto de Ação Social, Adriana Silva Nascimento, Chefe do Gabinete da Prefeitura e Krefia Gonçalves Ferreira Miranda, Secretária Municipal de Ação Social de Costa Marques (Rondônia, Brasil)** [19 jan. 2022]. Entrevistador: André Vieira Freitas, 2022. 1 arquivo .mp3 (15min 26s) [Apêndice AN].

Buena Vista recorre ao comércio de Costa Marques para praticamente todos os bens de consumo não duráveis, em especial os gêneros alimentícios, além da dos habitantes da comunidade recorrerem aos serviços públicos no lado brasileiro, em especial a saúde.

Quanto aos fluxos entre Puerto Ustarez e Forte Príncipe da Beira os interlocutores entrevistados apontam dificuldade diante da não permissão de aporte de embarcações bolivianas na área controlada pelo Pelotão do Exército Brasileiro instalado na localidade. Dacosta Gualachabo e Dacosta Ruiz (2022) apontam que, antes da referida proibição, o fluxo de bolivianos que chegavam a Forte Príncipe para adquirir produtos no comércio local ou mesmo vender seus produtos agrícolas era bastante expressivo e beneficiava ambas as comunidades. Entretanto, com a impossibilidade de atracar na comunidade, o trajeto para chegar até o porto de Costa Marques ou até Buena Vista é mais longo e dispendioso para os moradores de Puerto Ustarez, que acabam recorrendo mais, por via terrestre, à sede municipal de San Joaquín.

Pessoa (2022) reitera que, antes do fechamento do pequeno porto na comunidade aos bolivianos, os fluxos entre Forte Príncipe da Beira e Puerto Ustares eram bastante expressivos e contribuía para estreitar ainda mais os vínculos de cooperação e amizade entre os moradores de ambas as comunidades. A respeito da proibição da entrada de bolivianos pelo porto, o presidente da comunidade aponta que foi desencadeado pela pandemia de Covid-19, mas, mesmo após a liberação do tráfego em outros pontos da fronteira entre Brasil e Bolívia, perdurava até janeiro de 2022¹⁰⁶, ressalvada a circulação dos brasileiros que viviam em Puerto Ustarez. Sobre a liberação dessa travessia aos membros de ambas as comunidades, Pessoa (2022) destaca certa discricionariedade do comandante que esteja a frente do pelotão, que já foi liberada e proibida em distintos momentos.

Em outros contextos, além do intenso fluxo entre Forte Príncipe da Beira e Puerto Ustarez, os interlocutores do lado brasileiro relataram que o porto servia como ponto de passagem para acessar outros centros do Brasil e da Bolívia,

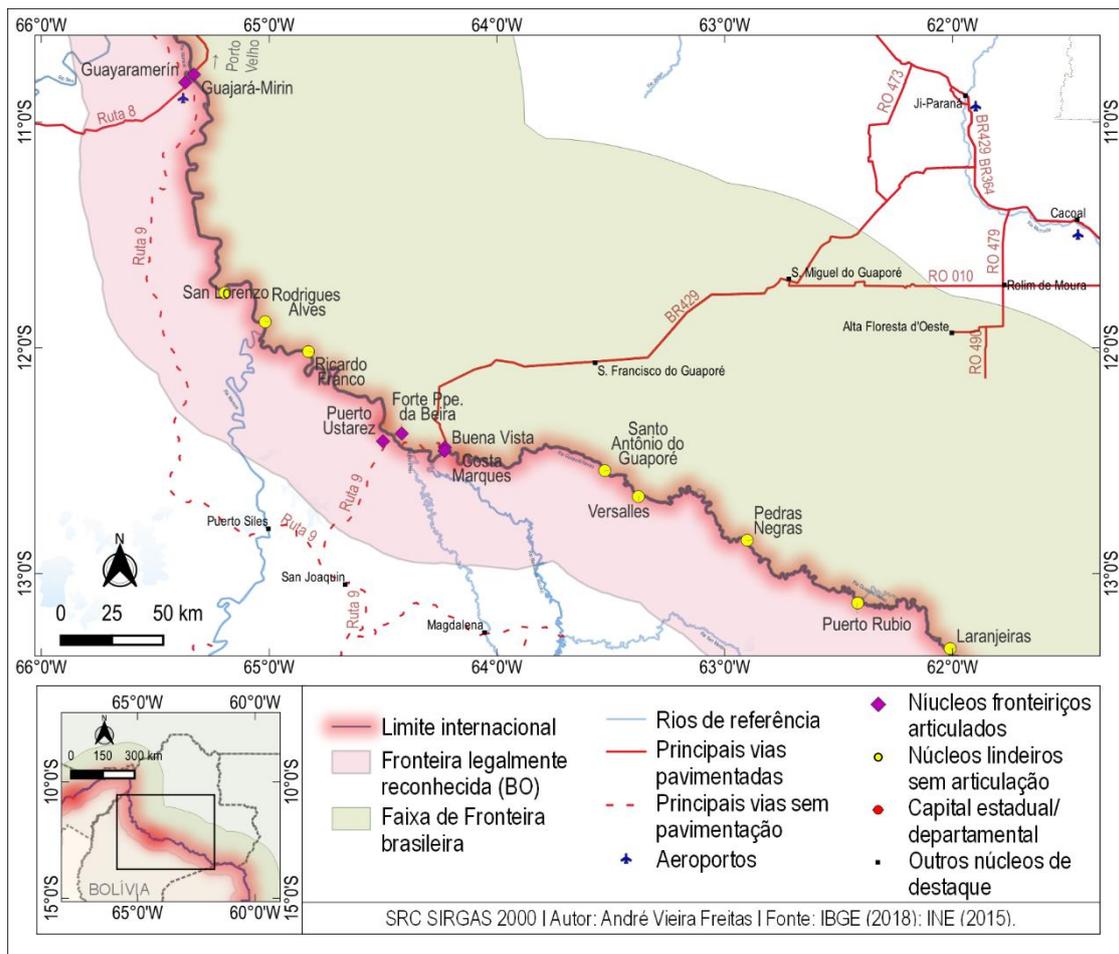
¹⁰⁶ A referida restrição estava vigente na data de 20/01/2022, não havendo mais informações sobre datas posteriores.

atendendo por exemplo o fluxo de estudantes brasileiros de Rondônia, Mato Grosso e outros estados que se deslocam para grandes cidades bolivianas para cursar o ensino superior, principalmente a graduação em medicina (PESSOA, 2022; ROCHA NETO, NASCIMENTO; MIRANDA, 2022).

Acerca das relações de centralidade entre os núcleos que compõem essa articulação fronteiriça verifica-se a influência destacada de Costa Marques sobre Buena Vista e Forte Príncipe da Beira, no que se refere a bens e serviços em geral; relativa influência de Buena Vista sobre Costa Marques, sobretudo quanto a bens de consumo semiduráveis; além de relativa influência de Forte Príncipe da Beira sobre Puerto Ustarez, que também sofre alguma influência de Costa Marques e, em menor medida, de Buena Vista. Além dessas relações, quanto à inserção desses núcleos nas redes urbanas dos dois países, destaca-se para Costa Marques a influência de Porto Velho e de outras cidades do estado, como Ji-Paraná, Cacoal. São Francisco do Guaporé e Vilhena. A capital rondoniense e Ji-Paraná também foram apontadas como referências regionais para Buena Vista, que também recorre à capital do Beni e outros centros importantes da Bolívia, como Santa Cruz de la Sierra e Cochabamba. Para Puerto Ustarez, a principal referência apontada foi a da sede municipal de San Joaquín, além de Trinidad e Guayaramerín, principalmente (Apêndice CJ).

No que se refere às vias de conexão a partir dos núcleos que compõem essa articulação nota-se, no que se refere ao modal rodoviário, uma malha viária mais adensada e em melhores condições do lado brasileiro, que integra Costa Marques a outros centros regionais rondonienses e do país por via federal pavimentada; já do lado boliviano a malha rodoviária é menos adensada e com o predomínio regionalmente de vias sem pavimentação, como no acesso entre Puerto Ustarez e a sede municipal de San Joaquín. Ademais, quanto ao modal hidroviário, os rios da bacia do rio Guaporé/Iténez constituem importantes vias de ligação sobretudo para os pequenos núcleos ribeirinhos, mas também para o transporte de cargas (Figura 199).

Figura 199 – Inserção da articulação fronteiriça entre Costa Marques, Forte Príncipe da Beira, Buena Vista e San Juan de Puerto Ustarez na rede viária



Elaboração do autor.

Do lado boliviano, a partir de Buena Vista, a conexão é possível apenas pela travessia do rio Guaporé/Itenez até Costa Marques ou a navegação por esse rio por 33 km até Puerto Ustarez ou outros núcleos situados às margens desse rio amazônico que marca o limite internacional. No modal rodoviário, Puerto Ustarez se conecta à rede viária fundamental da Bolívia pela Rota Nacional 9, percorrendo-se um trajeto de cerca de 94 km até a sede municipal de San Joaquín, a partir de onde é possível acessar outras cidades do Beni como San Ramón (35 km), Magdalena (117 km), Trinidad (238 km) e Guayaramerín (362 km); a maior parte desses trajetos em vias sem pavimentação.

Do lado brasileiro, a partir de Forte Príncipe da Beira, a conexão é pelos 27 km em rodovia estadual não pavimentada até Costa Marques. A partir de Costa Marques, que se conecta à malha viária em Rondônia pela rodovia BR

429, pavimentada, é possível chegar a alguns destinos rondonienses que são atendidos por linhas regulares de ônibus a partir do terminal rodoviário da cidade, como trechos até São Francisco do Guaporé (110 km), São Miguel do Guaporé (221 km), Ji-Paraná (378 km), Cacoal (406 km), Vilhena (581 km) e a capital rondoniense (714 km) (Figura 200).

Figura 200 – Terminal rodoviário de Costa Marques



[12°25'55.9\"S 64°13'46.0\"W](https://www.google.com/maps/place/12%25'55.9\)

Fonte: Acervo do autor, 20/01/2022.

Acerca da integração logística nessa articulação fronteiriça, em específico, e no segmento entre Rondônia e Beni e entre Brasil e Bolívia, em geral, destaca-se, no discurso das autoridades entrevistadas o projeto de integração entre a malha viária boliviana e brasileira por meio da conexão entre a rodovia BR-429 e a Rota Nacional 9 com a travessia do rio Guaporé/Itpenez entre Forte Príncipe da Beira e Puerto Ustarez. Rocha Neto, Nascimento e Miranda (2022) apontam que, inicialmente, o projeto é regulamentar a travessia por balsa, iniciativa com bastante engajamento do poder público municipal de Costa Marques. Entretanto, apresenta-se a ideia de um futuro projeto de

construção de uma ponte nesse ponto (BRITO, 2021; GIRALDO JUSTINIANO, 2021; LEITE, 2021).

A esse respeito, Kinn Franco (2019) aponta a preocupação do governo central boliviano no sentido de viabilizar órgãos de controle, como responsáveis pela migração e o controle aduaneiro, além dos planos de promover a integração entre os dois países através dessa articulação fronteiriça no segmento entre Rondônia e Beni. Segundo o Embaixador:

A Bolívia quer estabelecer um polo de desenvolvimento em Puerto Ustarez, no lado boliviano. Agora estamos também dinamizando a relação de Rondônia com Beni, porque temos o rio Mamoré, que chega até o centro da Bolívia, Cochabamba, que é navegável. Pelo rio Mamoré podemos levar do Brasil calcário, que vamos precisar no Beni, e, de Cochabamba, uréia, cloreto de potássio, que são fertilizantes muito usados em Rondônia. (KINN FRANCO, 2019).

A respeito desse grande projeto que reverbera entre os governos estaduais, departamentais e locais de Brasil e Bolívia, Pessoa (2022) demonstra preocupação com os impactos em Forte Príncipe da Beira e reitera a necessidade de que a comunidade quilombola seja ouvida e considerada nas discussões.

Ainda neste segmento da fronteira, seguindo a o limite internacional pelo rio Guaporé/Iténez, a montante, há outros núcleos de margem deste entre Rondônia e Beni: Santo Antônio do Guaporé (São Francisco do Guaporé), Versalles (Magdalena), Pedras Negras (São Francisco do Guaporé), Puerto Rubio (Baures), Laranjeiras (Pimenteiras do Oeste), Puerto Villazon e Remanso (Baures), os dois últimos conectados ao departamento de Santa Cruz pela Rota Nacional 10. Em que pese a classificação de alguns desses núcleos como de margem, os referidos rios representam importantes vias de comunicação, assim como as vias terrestres de cada lado do limite internacional, que influenciam nos intercâmbios fronteiriços.

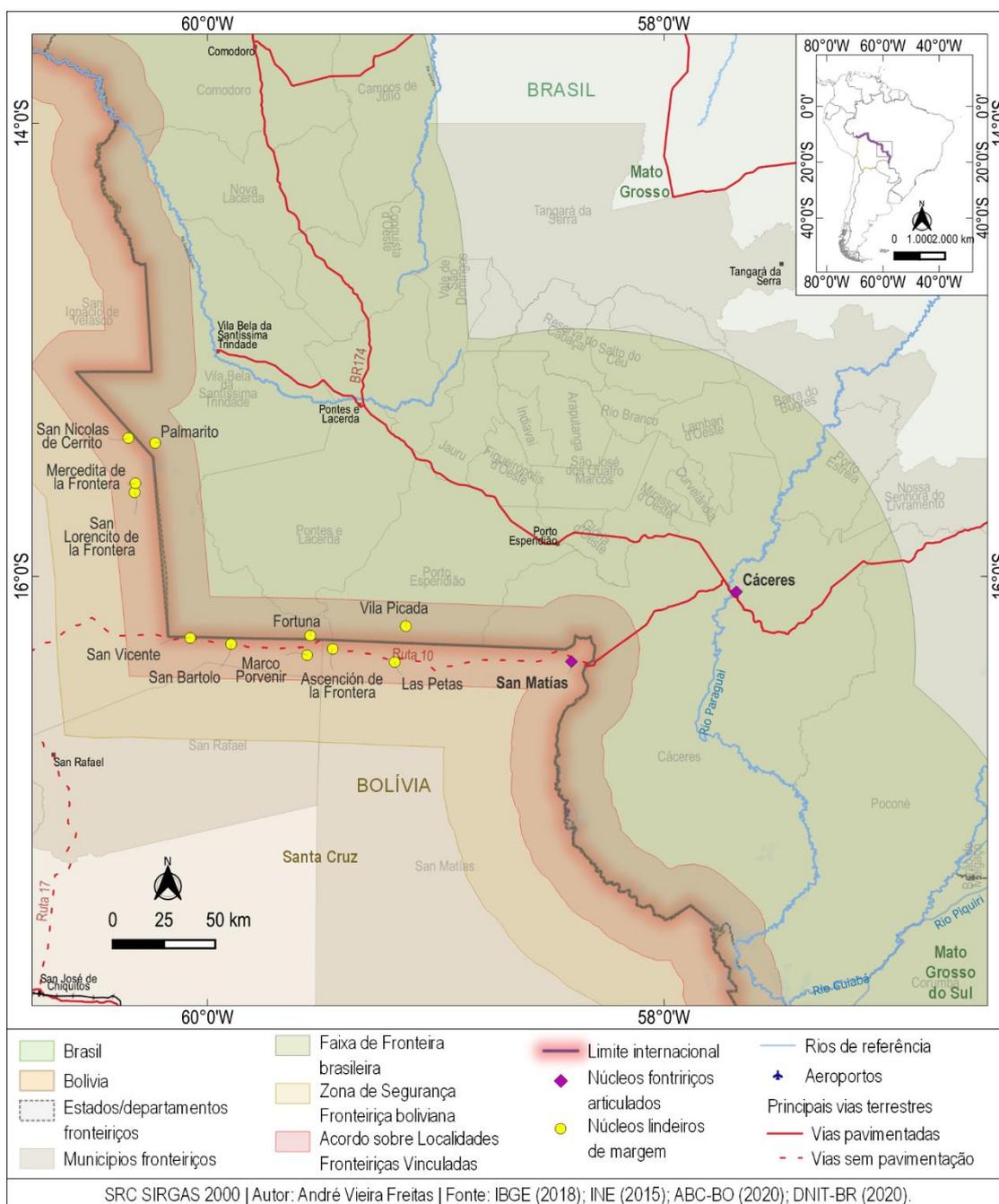
Entre o departamento de Santa Cruz e o estado de Rondônia há dois núcleos rondonienses sem articulação e correspondência direto com outro núcleo na Bolívia, trata-se da sede municipal de Pimenteiras do Oeste, que se liga aos núcleos do sul de Rondônia pela BR-435, além de Vila Neide e Vila São João, (Cabixi). Esses núcleos situam-se às margens do rio Guaporé/Iténez, o “limite natural” consagrado historicamente entre os dois territórios.

Quando se considera o conjunto dessa articulação fronteiriça destaca-se a importância das relações locais nas diferentes articulações fronteiriças identificadas assim como sua inserção regional a partir das redes de complementaridade que se estabelecem e envolvem os respectivos entes subnacionais. Pensando nas distintas esferas político-administrativas envolvidas, é possível notar uma concepção geoestratégica acerca desse segmento da fronteira quanto aos projetos de ampliação da integração logística que se apresentam com vistas às escalas nacional e regional sul-americana, considerando os dois países que partilham a fronteira, no sentido de ampliação das interações dos mercados entre si e no subcontinente, e global, no sentido de ampliação das relações econômicas com outros países.

5.5. Segmento entre Santa Cruz e Mato Grosso

Sobre o segmento fronteiriço entre o departamento de Santa Cruz e o estado de Mato Grosso, que situa-se no cerne da zona de contato entre as bacias amazônica e platina e cuja ocupação pelas potências ibéricas no período colonial remonta ao século XVII, verifica-se, atualmente, em extensas áreas de “fronteira seca” definidas a partir de traçados geodésicos, uma série de núcleos fronteiriços identificados como de margem ou sem articulação direta, totalizando 11, oito do lado boliviano e 3 do lado brasileiro, e uma destacada articulação fronteiriça (Figura 201).

Figura 201 – Núcleos fronteiriços Santa Cruz e Mato Grosso



Elaboração do autor.

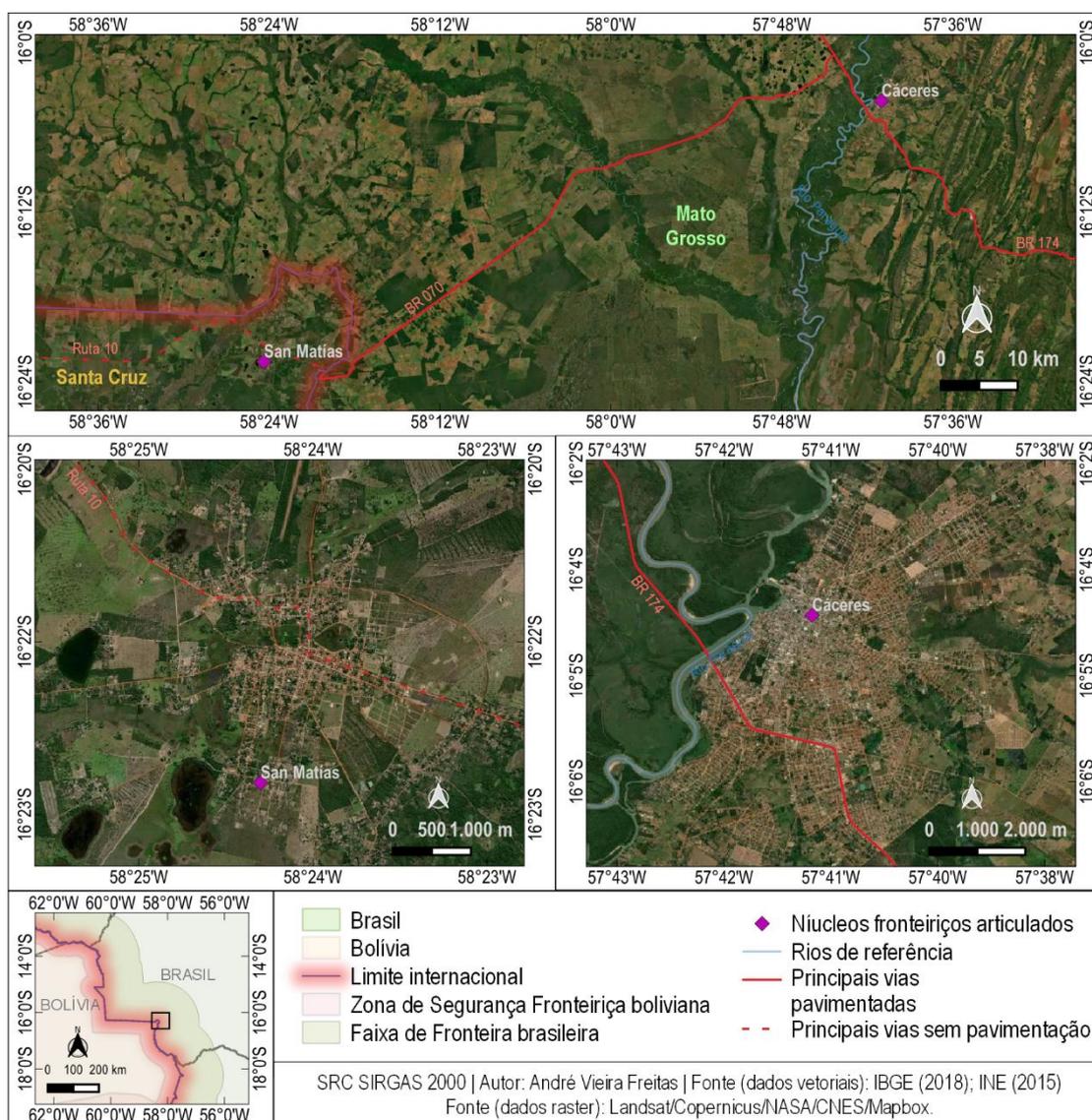
Como núcleos mato-grossenses identificados como de margem verificam-se Plamarito e Fortuna, no município de Vila Bela da Santíssima Trindade; além de Vila Picada, no município de Porto Esperidião. Do lado boliviano, no departamento de Santa Cruz, identificam-se como núcleos de margem San Nicolas de Cerrito, Mercedita de la Frontera, San Lorencito de la Frontera, San

Vicente, San Bartolo e Marco Porvenir, no município de San Ignacio de Velasco; além de Ascensión de la Frontera e Las Petas, no município de San Matías. No caso da articulação fronteiriça nesse segmento, envolve a cidade mato-grossense de Cáceres e cidade *cruceña* de San Matías.

5.5.1. Articulação entre Cáceres e San Matías

As cidade mato-grossense de Cáceres e *cruceña* San Matías apresentam uma condição *sui generis* na entre fronteira Brasil e Bolívia. Suas manchas urbanas apresentarem uma distância de 100 km entre si e são expressivamente distintas em termos de porte, oferta de serviços e infraestrutura (Figura 202).

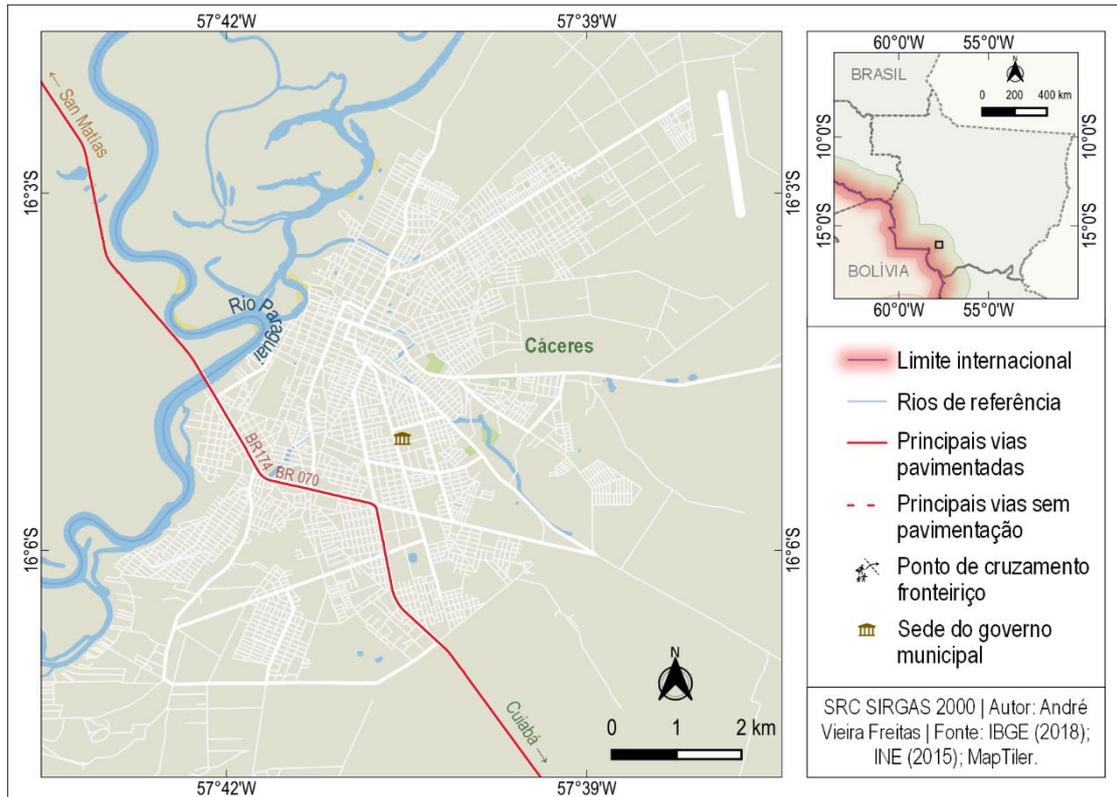
Figura 202 – Articulação fronteiriça entre Cáceres e San Matías



Elaboração do autor.

A mais antiga e mais expressiva dessas cidades é Cáceres. O núcleo a leste tem sua expressiva mancha urbana disposta à margem esquerda do rio Paraguai e é atravessada pela rodovia BR-174, que viabiliza sua conexão com a capital mato-grossense a com San Matías (Figuras 203 e 204).

Figura 203 – Mancha urbana de Cáceres e o acesso a San Matías



Elaboração do autor.

Figura 204 – Vista aérea da cidade de Cáceres, MT



Fonte: Lucas Diego (Assessoria SEAF), 20/06/2021.

Disponível em: <https://www.agriculturafamiliar.mt.gov.br/-/17333573-vista-aerea-do-municipio-de-caceres-mt->. Acesso em 4 abr. 2023.

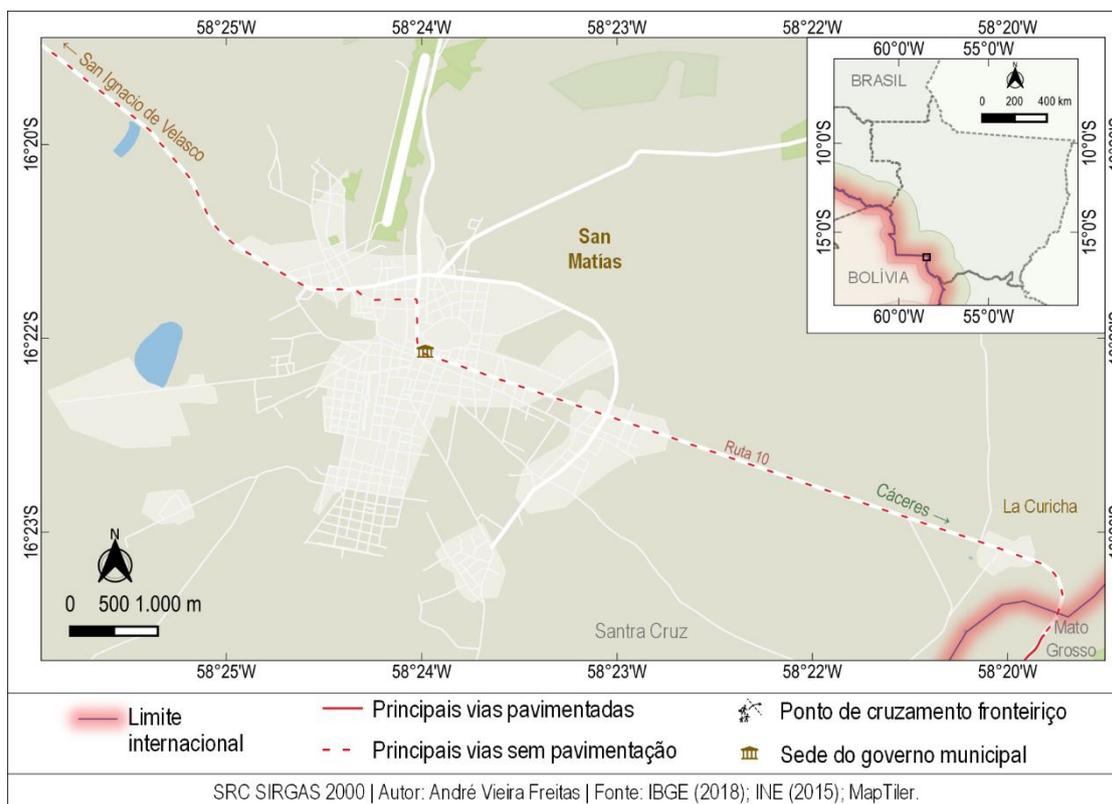
A cidade de Cáceres se constituiu no período colonial, com o assentamento da povoação denominada Villa Maria do Paraguay, em 1778, por iniciativa de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, Capitão Geral da capitania de Mato Grosso e Cuiabá com o intuito de controlar a navegação pelo rio Paraguai e a sobre a atividade de mineração na capitania. Dado o seu crescimento, foi elevado a município, com a denominação de Villa de São Luiz do Paraguay (Lei nº 8, de 28 de junho de 1830). Sua denominação foi alterada para São Luiz de Cáceres pela Lei nº 3, de 30 de maio de 1874 e o núcleo recebeu o status de cidade, depois o topônimo sendo alterado para Cáceres (FERREIRA, 2014, p. 116).

Já surgido como um importante e estratégico núcleo na fronteira, foi se consolidando como um expressivo polo regional na antiga província e no atual estado de Mato Grosso, polarizando inclusive para além do limite internacional. Como apontam Pêgo, Moura e Nunes (2019, p. 44), “Cáceres funciona como polo regional, desde a configuração da região da fronteira no período colonial, não só para municípios brasileiros como para San Matías”.

No que se refere a San Matías, a mancha urbana da cidade *cruceña* é significativamente inferior à de Cáceres, encontra-se consolidada nas

proximidades do limite internacional com o Brasil e é atravessada pela Rota Nacional 10, que viabiliza sua ligação com outros núcleos do departamento, como San Ignacio de Velasco, além Cáceres e outros núcleos mato-grossenses (Figura 205).

Figura 205 – Mancha urbana de San Matías e o acesso a Cáceres



Elaboração do autor.

San Matías se constituiu na primeira metade do século XIX, também com a função de marcar a presença do governo central na fronteira, mas já no contexto da Bolívia como país independente e antes do estabelecimento formal das relações entre a jovem república e o império e o reconhecimento da fronteira comum, que só ocorreu na segunda metade daquele século.

Como um ponto que mais tarde serviu de referência para a definição do limite internacional entre Brasil e Bolívia nos tratados de limite celebrados entre os dois países, San Matías se constituiu como um pequeno núcleo quando comparado a outros do departamento e apresenta algumas restrições quanto à infraestrutura urbana, predominando as ruas não pavimentadas, salvo algumas poucas vias no centro da cidade (Figura 206).

Figura 206 – Centro de San Matías



[16°21'38.2"S 58°24'04.6"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 23/10/2019.

A acesso entre Cáceres e San Matías se dá pelo trajeto de 100 km que separa ambas as cidades, dos quais, do lado brasileiro, 93 km pela rodovia BR 070 entre Cáceres e o limite internacional, em trecho pavimentado e, do lado boliviano, 7 km do posto de controle fronteiro em La Curicha até o centro de San Matías, pela Rota Nacional 10, em trecho sem pavimentação (Figuras 207, 208 e 209).

Figura 207 – Trecho da Rodovia BR 050 entre Cáceres e o limite



[16°01'02.2"S 57°44'37.1"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 23/10/2019.

Figura 208 – Limite internacional entre Brasil e Bolívia



[16°23'24.0"S 58°20'11.5"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 23/10/2019

Figura 209 – Trecho da Rota Nacional 10 entre La Curicha e San Matías



[16°22'49.3"S 58°20'30.6"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 23/10/2019

Nesse cenário de considerável distância e de bastante desigualdade entre si, como apresentam Pêgo, Moura e Nunes (2019), as duas cidades constituem uma teia de relações bastante viva, destacando-se entre elas uma gama de fluxos que atravessam o limite internacional.

Para o percurso desse trecho entre as duas cidades, além de veículos particulares e taxis que fazem o trajeto, há uma linha de ônibus que liga o centro de Cáceres e La Curicha, nas proximidades do limite internacional (Figuras 210 e 211).

Figura 210 – Ponto de ônibus nas proximidades do limite internacional



[16°23'26.0"S 58°20'12.4"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 27/01/2022.

Figura 211 – Ponto de táxi próximo ao limite internacional



[16°23'20.9"S 58°20'09.5"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 23/10/2019.

Acerca dos fluxos entre Cáceres e San Matías, na pesquisa destacaram-se aqueles relacionados a compras, ao lazer e aos vínculos familiares e de amizade, com frequência predominantemente semanal ou mensal de Cáceres

em direção a San Matías e vice-versa. Destacaram-se ainda os fluxos de estudantes brasileiros para cursar a graduação em medicina na cidade de Santa Cruz de la Sierra (Apêndice CK).

Acerca desses fluxos, Wilson Massaharo Kishi¹⁰⁷ e Omar Vargas¹⁰⁸ apontam que predominam entre Cáceres e San Matías as relações comerciais, destacando que a população de San Matías recorre a Cáceres para a aquisição de praticamente todos os gêneros alimentícios e outros bens de consumo não duráveis, incluindo-se consumidores individuais ou os próprios comerciantes da cidade *cruceña* que abastecem o comércio local com os produtos brasileiros. Vargas (2022) destaca ainda que, quanto aos fluxos comerciais, San Matías é um importante fornecedor de madeira para o mercado brasileiro, em especial de Cáceres, para quem fornece também bens de consumo semiduráveis, como colchas e roupas de frio oriundos do interior da Bolívia.

Sobre os fluxos relacionados aos serviços, Kishi (2021) destaca que a população de San Matías recorre amplamente à rede pública de saúde municipal de Cáceres e Vargas (2022) menciona bolivianos oriundos de San Matías que buscam o ensino superior em Cáceres. Já quanto ao fluxo de brasileiros relacionados ao estudo para a Bolívia, ambos os interlocutores destacam que extrapolam a fronteira, verificando-se um intenso fluxo de brasileiros, incluindo cacerenses e de distintas outras cidades e outros estados do Brasil que se dirigem sobretudo a Santa Cruz de la Sierra para cursar a graduação em medicina.

Acerca dos fluxos relacionados ao trabalho, Vargas (2022) salienta os comerciantes de San Matías que abrem lojas em Cáceres e os trabalhadores autônomos de ambos os lados do limite internacional que se dirigem ao país vizinho para atuar na agropecuária e Kishi destaca os produtores rurais brasileiros que adquirem terras do lado boliviano. Ademais, ambos os

¹⁰⁷ KISHI, Wilson Massaharo. **Entrevista com Wilson Massaharo Kishi, Secretário Municipal de Administração de Cáceres (Mato Grosso, Brasil)**. [28 jul. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas, 2021. 1 arquivo .mp3 (46min 06s) [Apêndice AJ].

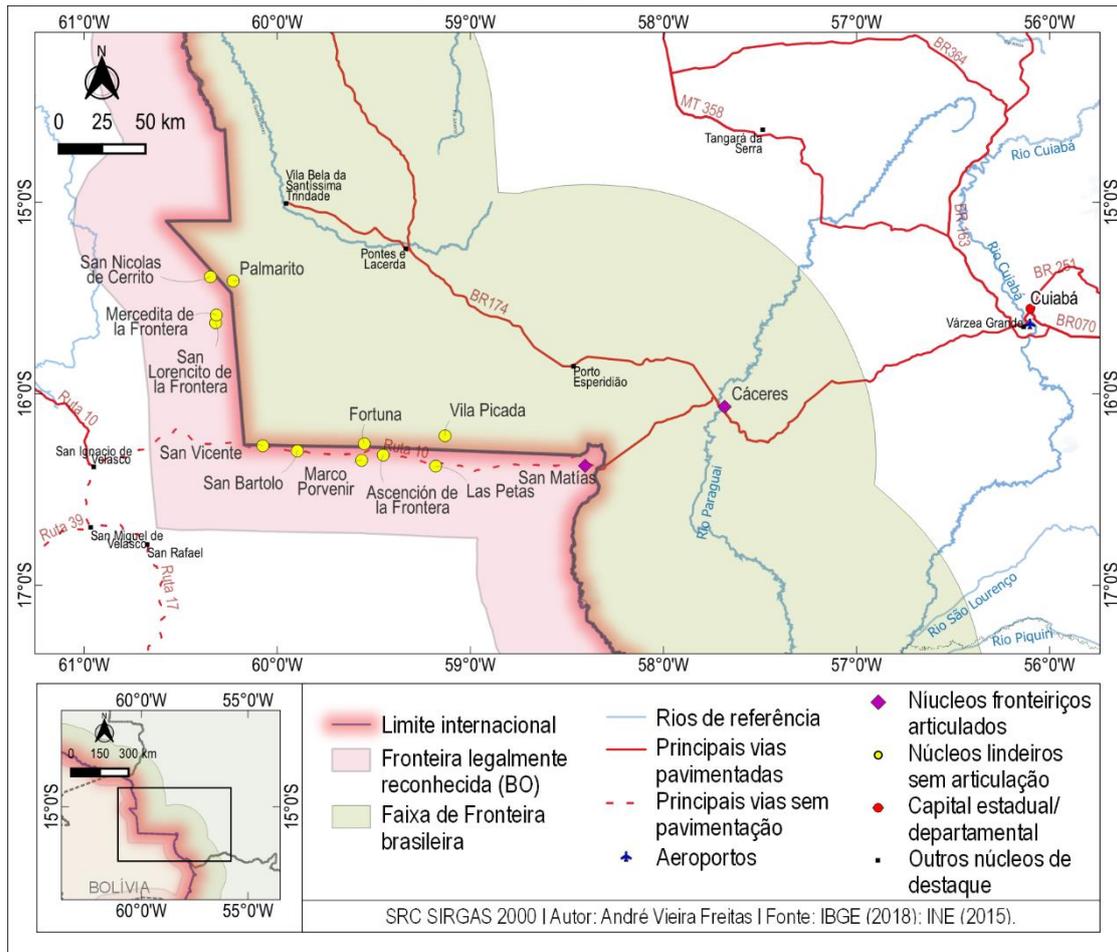
¹⁰⁸ VARGAS, Omar. **Entrevista com Omar Vargas, engenheiro ambiental da alcaldía municipal de San Matías (Santa Cruz, Bolívia)** [27 jan. 2022]. Entrevistador: André Vieira Freitas, 2022. 1 arquivo .mp3 (13min 52s) [Apêndice Z].

interlocutores destacam os fluxos motivados por relações de parentesco e amizade.

No que se refere às relações de centralidade nessa articulação fronteiriça e nesse segmento como um todo, é bastante acentuada a influência de Cáceres. Verificou-se que San Matías recorre a Cáceres para a maioria dos produtos e serviços e tem como referências ainda Santa Cruz de la Sierra e, em menor medida, San Ignacio de Velasco. Já para Cáceres, a principal referência é Cuiabá, embora se verifique ainda certa influência de San Matías e mesmo de Santa Cruz de la Sierra (Apêndice CL).

No que tange à inserção desses núcleos na rede viária, essa articulação afigura entre os principais pontos de integração entre a malha rodoviária brasileira e boliviana, apesar das diferenças de condições de trafegabilidade entre ambas. Cáceres e San Matías se ligam entre si por meio da rodovia BR-070 (do lado brasileiro) e a Rota Nacional 10 (do lado boliviano) (Figura 212).

Figura 212 – Inserção da articulação fronteiriça entre Cáceres e San Matías na rede viária



Elaboração do autor.

Os 93 km que separam Cáceres do limite internacional são percorridos em rodovia pavimentada e em boas condições. Em boas condições e em via pavimentada também se chega de Cáceres a Cuiabá (200 km), assim como a outras importantes de Mato Grosso e de outros estados, atendidas por linhas regulares de ônibus a partir do terminal rodoviário de Cáceres (Figura 213).

Figura 213 – Terminal rodoviário de Cáceres



[16°06'18.3"S 57°40'53.7"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 28/02/2022.

Do lado boliviano, o 7 km entre o limite internacional em La Curicha e San Matías não é pavimentado, assim como os 302 km que separam San Matías de San Ignacio de Velasco, a partir de onde é possível seguir, por via pavimentada, até a capital *cruceña* (cerca de 460 km) e outros importantes centros do departamento e do país atendidos por linhas regulares de ônibus a partir do terminal rodoviário de San Matías (Figuras 214 e 215).

Figura 214 – Terminal rodoviário de San Matías



[16°21'16.2"S 58°24'42.0"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 27/01/2022.

Figura 215 – Terminal rodoviário de San Matías



[16°21'16.2"S 58°24'42.0"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 27/01/2022.

A integração logística entre esses dois países e as possibilidades de ampliação dos mercados são aspectos centrais que podem ser observados na concepção geoestratégica e geoeconômica quanto a esse segmento da fronteira na fala dos interlocutores nos entes subnacionais.

Gary Rivero Alcántara (2021)¹⁰⁹ destaca a possibilidade de desenvolvimento da região e os ganhos que a melhoria da infraestrutura poderia trazer, citando inclusive que o governo já atuou no sentido de buscar financiamentos junto ao Brasil para a pavimentação do trajeto entre San Ignacio de Velasco e o limite internacional com o Brasil. O interlocutor destaca ainda as tratativas entre os governos departamental, estadual e companhias aéreas no sentido de instituir uma rota internacional entre a Cuiabá e Santa Cruz de la Sierra, que poderia incentivar os fluxos em um contexto transfronteiriço mais amplo entre Mato Grosso e Cuiabá.

Apesar das dificuldades de em decorrência da infraestrutura no lado boliviano, a fala do interlocutor sinaliza para a possibilidade de ampliação dos laços e fluxos também do lado brasileiro em direção a San Ignacio de Velasco e Santa Cruz de la Sierra, cidade capital que aliás já recebe muitos brasileiros para cursar o ensino superior. A esse respeito, Rita de Cássia Oliveira Chiletto

¹⁰⁹ RIVERO ALCÁNTARA, Rivero. **Entrevista com Gary Rivero Alcántara, Secretário de Coordenação Institucional do Governo Autônomo Departamental de Santa Cruz (Bolívia)** [15 abr. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Virtual, 2021. 1 arquivo .mp3 (19min 45s) [Anexo I].

(2021)¹¹⁰ destaca a relevância dessa integração para Mato Grosso, com vastas possibilidades de ampliação de intercâmbios comerciais, turísticos, culturais e educacionais.

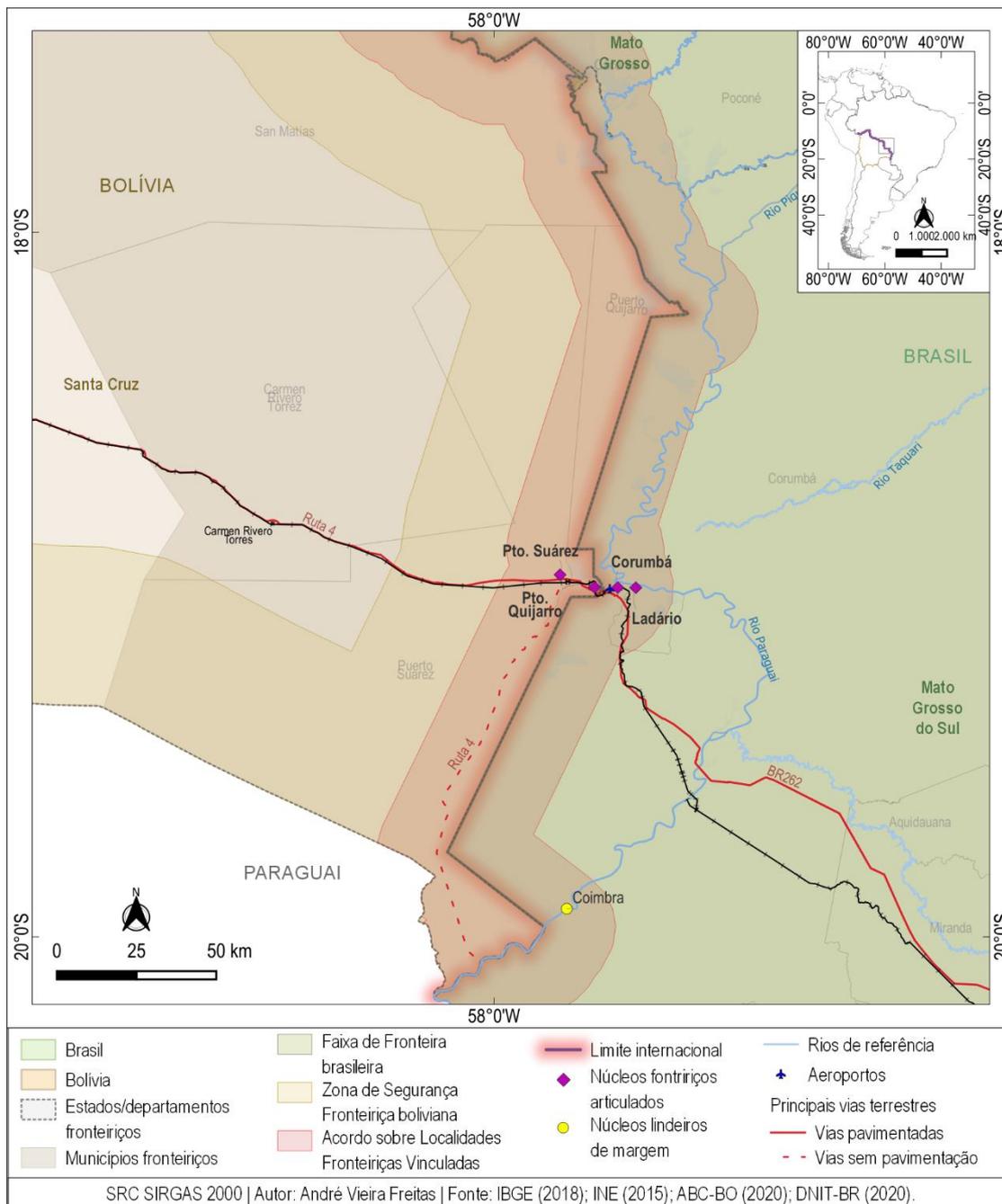
Concordando com os interlocutores, pensamos que a ampliação dessa integração nesse segmento de fronteira contribui para uma maior coordenação entre as distintas esferas de poder de ambos os países no que tange à fronteira comum, além de viabilizar maior coesão entre os territórios, em uma lógica de benefícios mútuos na esteira da cooperação bilateral.

5.6. Segmento entre Santa Cruz e Mato Grosso do Sul

Na porção meridional do limite internacional entre Bolívia e Brasil, que compõe o segmento entre Santa Cruz e Mato Grosso do Sul, há um núcleo de margem no extremo sul dessa fronteira Brasil-Bolívia, o distrito corumbaense de Coimbra, constituído como um povoado que se desenvolveu forte homônimo erguido no século XVIII, além de uma expressiva articulação marcada por uma ampla gama de relações que envolve as cidades bolivianas de Puerto Suarez e Puerto Quijarro e as cidades bolivianas de Corumbá e Ladário, que constituem um nó logístico multimodal que abriga uma adensada infraestrutura por onde circula uma expressiva parte do comércio entre os dois países (Figura 216).

¹¹⁰ CHILETTO, Rita de Cássia Oliveira. Entrevista com Rita de Cássia Oliveira Chiletto, Coordenadora do Núcleo de Assuntos Internacionais da Casa Civil do Estado de Mato Grosso (Brasil) [16 mar. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Virtual, 2021. 1 arquivo .mp3 (19min 45s) [Anexo L].

Figura 216 – Núcleos fronteiriços entre Santa Cruz (Bolívia) e Mato Grosso do Sul (Brasil)

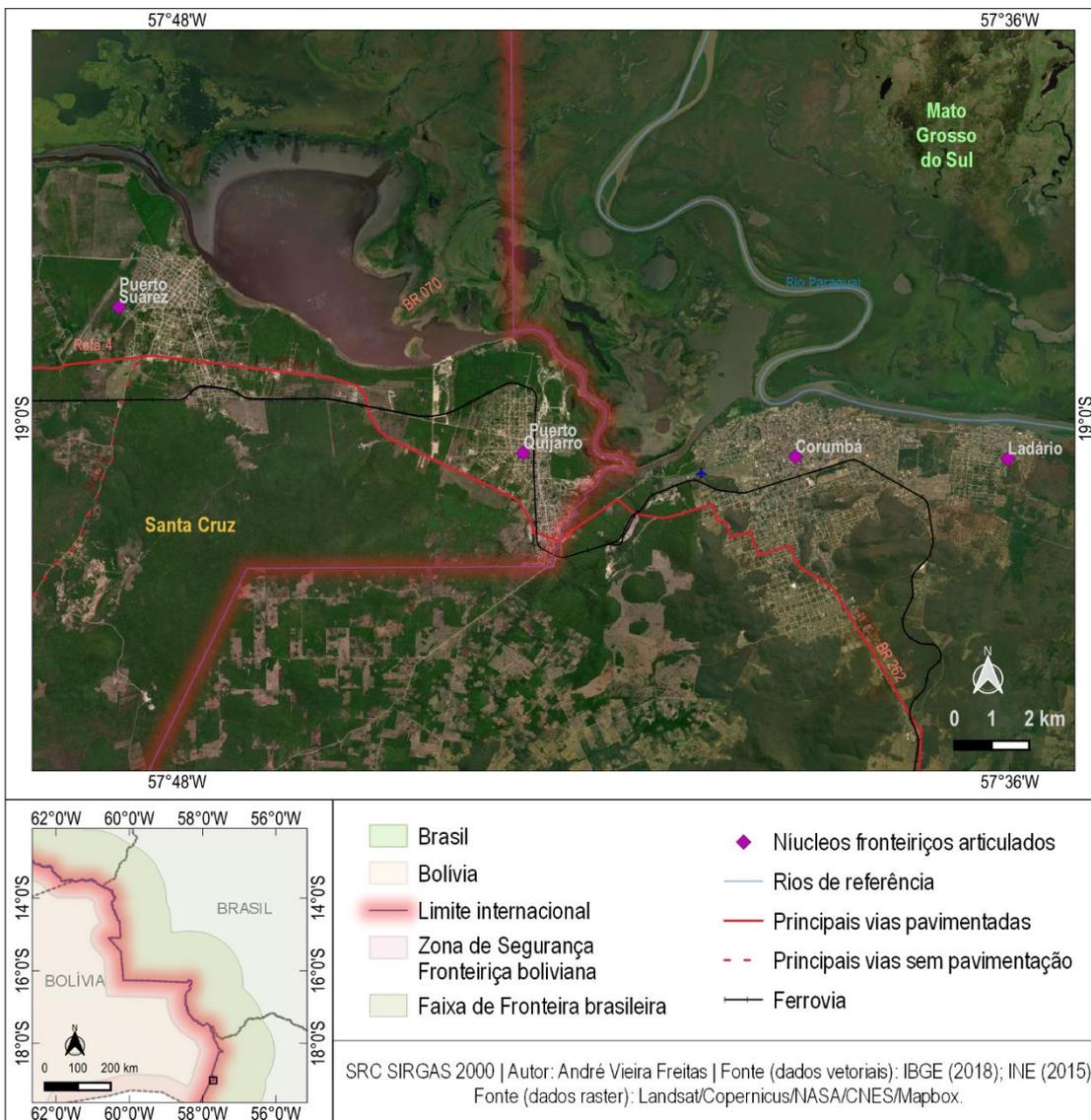


Elaboração do autor.

5.6.1. Articulação entre Corumbá, Ladário, Puerto Quijarro e Puerto Suárez

Constituídos a partir de iniciativas de afirmação do poder central na fronteira e do posterior adensamento de fluxos entre si, esses núcleos conurbados e semi-conurbados compõem essa articulação fronteiriça que se constituiu um quase *continuum* que apresenta essa articulação como o mais expressivo nó logístico entre os dois países (Figura 217).

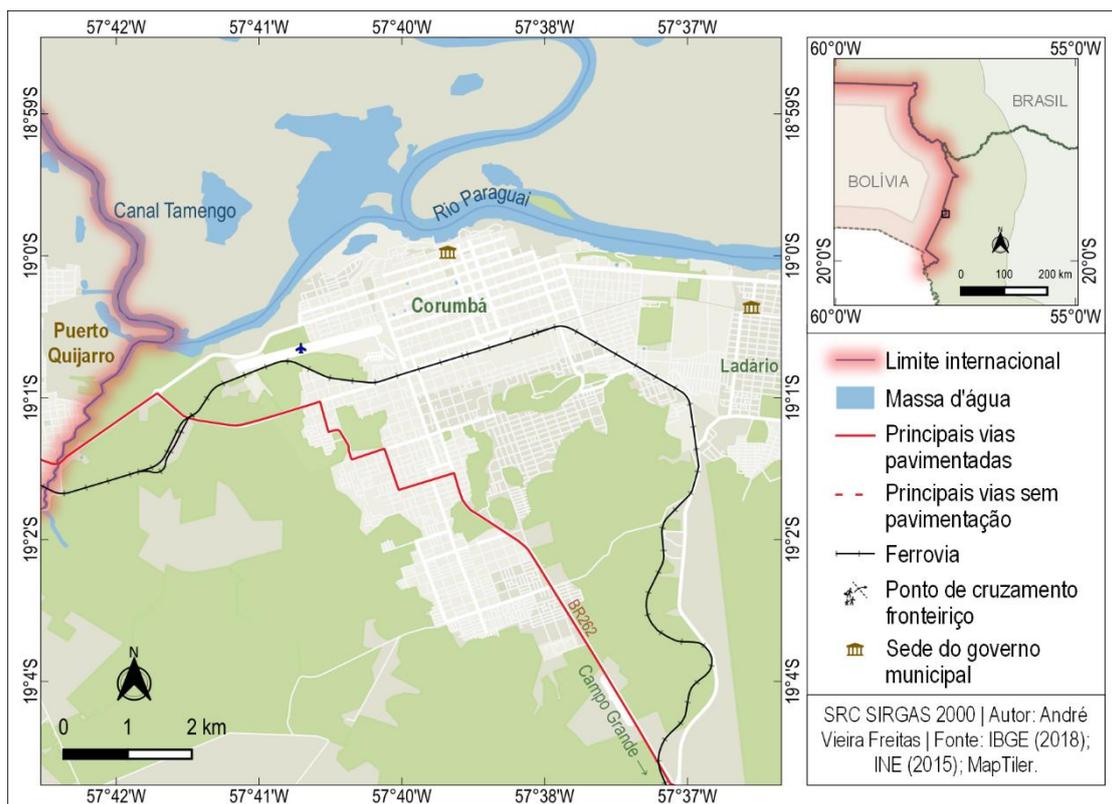
Figura 217 – Articulação fronteiriça entre Corumbá, Ladário, Puerto Quijarro e Puerto Suárez



Elaboração do autor.

As quatro cidades apresentam mancha urbana consolidada e são bem servidas quanto à infraestrutura urbana, predominando vias pavimentadas. Dos quatro núcleos que constituem essa articulação fronteiriça, o mais expressivo é a cidade de Corumbá, cuja mancha urbana encontra-se conjugada com a de Ladário, ambas situadas na margem direita do rio Paraguai (Figura 218).

Figura 218 – Mancha urbana de Corumbá e o acesso a Puerto Quijarro



Elaboração do autor.

A cidade de Corumbá é a mais expressiva dentre as quatro que compõem essa articulação e apresenta um pujante comércio entre as suas ruas com construções históricas e modernas, onde há a presença cotidiana e brasileiros e bolivianos para adquirir produtos (Figura 219).

Figura 219 – Centro de Corumbá



[18°59'56.3"S 57°39'11.8"W](https://www.google.com/maps/place/18%2559%2756.3%27S+57%2539%2711.8%27W/@-18.99275, -57.65118, 15z)

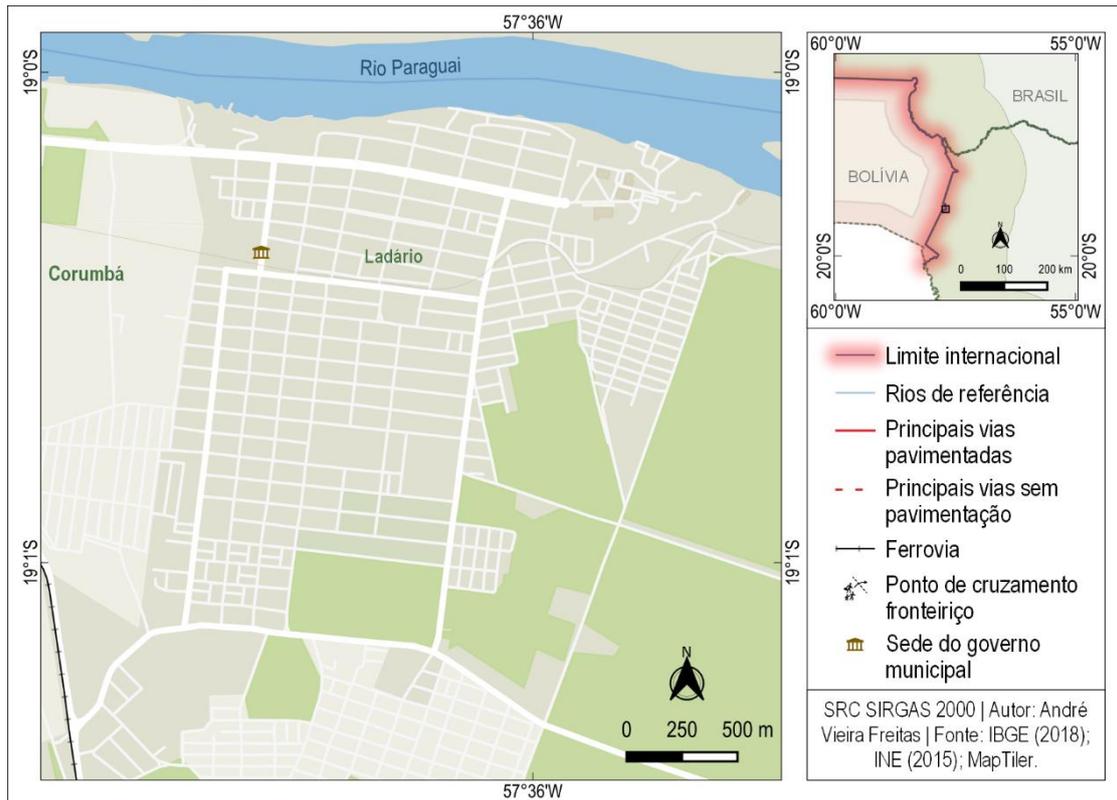
Fonte: Acervo do autor, 04/02/2022.

A mais expressiva dessas cidades é também a mais antiga dessa articulação fronteiriça e sua constituição remonta ao período colonial. Corumbá formou-se a partir da fundação do arraial de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque em 21 de setembro de 1778, que teve “como finalidade conter a ocupação da margem direita do Rio Paraguai pelos espanhóis da Região do Prata.” (MARQUES, 2012, p. 28).

Também encontrada em referências historiográficas com o topônimo simplificado “Albuquerque”, nas últimas décadas da primeira metade do século XIX, o núcleo gradativamente passou a chamar Corumbá, recuperando a referência utilizada pelos povos originários (SENA, 2013, p. 39).

O núcleo de Ladário tem sua mancha urbana distribuída entre Corumbá, núcleo com a qual se integra em um tecido único e o rio Paraguai. No que refere à expressividade da mancha urbana, a cidade a leste é significativamente menos expressiva que a oeste com a qual apresenta conurbação (Figura 220 e 221).

Figura 220 – Mancha urbana de Ladário e o acesso a Corumbá



Elaboração do autor.

Figura 221 – Área central de Ladário



[19°00'14.1"S 57°36'03.3"W](https://www.google.com/maps/@19.00141,-57.36033,15z)

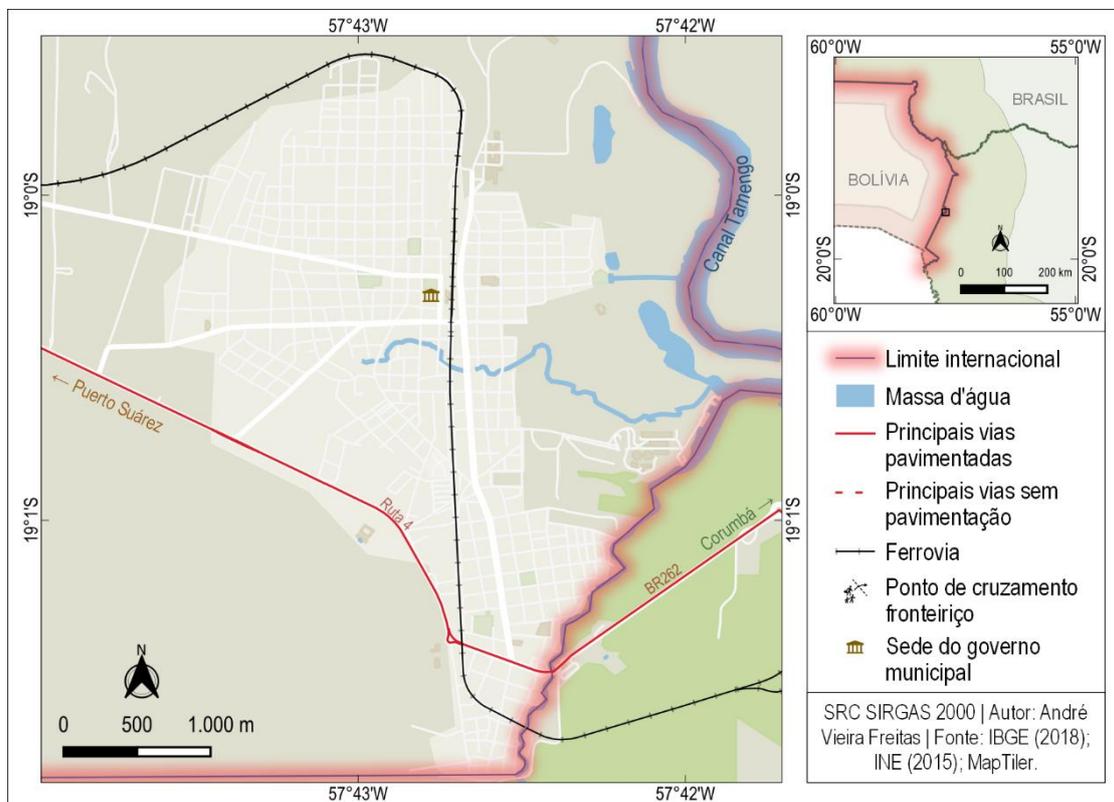
Fonte: Acervo do autor, 04/02/2023.

A constituição de Ladário relaciona-se profundamente à história de Corumbá, anteriormente Albuquerque, e outrossim apresenta-se como uma afirmação do poder central sobre a fronteira, também no contexto colonial. Já tendo servido no fim do século XVIII como ponto de apoio para a constituição de Albuquerque, o sítio onde se estabeleceu Ladário, na margem direita do rio Paraguai, então a 7 km do núcleo mais antigo, foi escolhido como ponto para a fundação do Arsenal de Marinha em 21 de novembro de 1871, o que impulsionou o desenvolvimento no núcleo vizinho. Em 1896 foi alçado a distrito de Corumbá e, em 1953 foi criado o município de Ladário, como um enclave na malha territorial de Corumbá (IBGE, 1958, p. 209-210).

Com o crescimento de Corumbá e Ladário, ambas as cidades passaram por um processo de integração, apresentando-se atualmente como parte de uma mesma dinâmica urbana.

Do lado boliviano, o primeiro núcleo dessa adensada articulação fronteiriça é Puerto Quijarro, cuja mancha de urbana encontra-se adjacente ao limite internacional e em processo de conurbação com Corumbá (Figura 222).

Figura 222 – Mancha urbana de Puerto Quijarro e o acesso a Corumbá e Puerto Suárez



Elaboração do autor.

A constituição de Puerto Quijarro se deu a partir da construção, na década de 1940, da ferrovia entre Santa Cruz de Sierra e a fronteira com o Brasil. Nas adjacências do limite internacional, no ponto onde existe o núcleo, instalou-se a estação Quijarro, como ponto extremo da ferrovia, em referência a Antonio Quijarro, militar, político e diplomata que atuou no processo de independência da Bolívia, instalando-se aí uma estação que, a partir da instalação do construção do Porto Tamengo, viabilizou o escoamento da produção pelo rio Paraguai (PUERTO QUIJARRO, 2001, p. 22) (Figuras 223, 224 e 225).

Figura 223 – Estação de Puerto Quijarro, ponto extremo da Ferrovia Oriental boliviana



[19°00'11.0"S 57°42'49.8"W](#)

Fonte: Acervo do autor.

Figura 224 – Trem nas proximidades da estação de Puerto Quijarro



[19°00'13.8"S 57°42'51.2"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 03/02/2022.

Figura 225 – Vagões de trem nas proximidades da estação Puerto Quijarro



[19°00'13.8"S 57°42'51.2"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 03/02/2022.

Constituído como um entreposto logístico, o núcleo se desenvolveu e apresenta sua mancha urbana consolidada no entorno da ferrovia, entre os portos e o limite internacional (Figura 226).

Figura 226 – Vista da cidade de Puerto Quijarro



[19°00'13.8"S 57°42'50.5"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 03/02/2022.

A partir do adensamento de relações comerciais com o Brasil, no ponto mais próximo ao limite internacional, a poucos metros após a travessia, desenvolveu-se uma área comercial denominada Arroyo Concepción que é parte do município de Puerto Quijarro e abriga uma subprefeitura (Figuras 227, 228, 229 e 230).

Figura 227 – Área comercial em Arroyo Concepción, Puerto Quijarro



[19°01'33.9"S 57°42'38.3"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 10/10/2019.

Figura 228 – Área comercial em Arroyo Concepción, Puerto Quijarro



[19°01'33.9"S 57°42'38.3"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 10/10/2019.

Figura 229 – Via principal de Arroyo Concepción, Puerto Quijarro



[19°01'41.0"S 57°42'34.9"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 03/02/2019.

Figura 230 – Subalcaldía de Arroyo Concepción, Puerto Quijarro

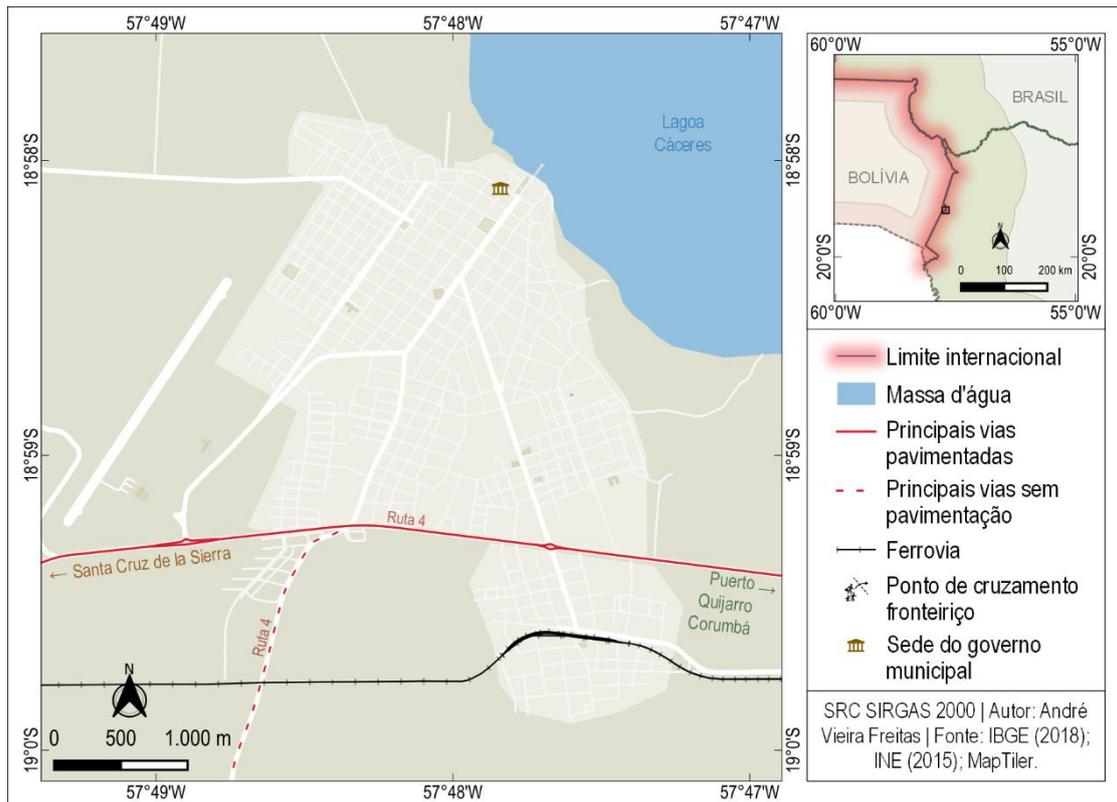


[19°01'41.9"S 57°42'33.7"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 03/02/2019.

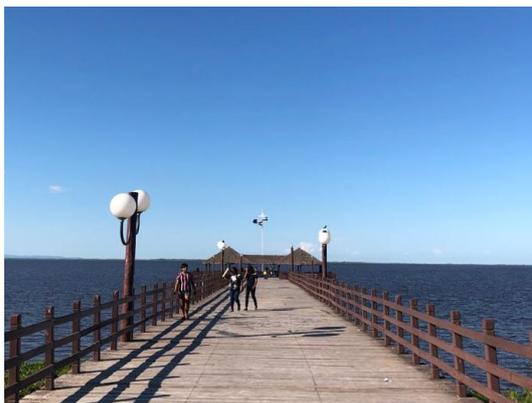
O núcleo mais a oeste que compõe essa articulação fronteiriça, situado a cerca de 11 km do limite internacional, é a cidade de Puerto Suárez, cuja mancha urbana encontra-se consolidada à margem da lagoa Cáceres e é atravessada pela Rota Nacional 4 e a Ferrovia Oriental (Figuras 231, 232, 233 e 234).

Figura 231 – Mancha urbana de Puerto Suárez e o acesso a Puerto Quijarro e Corumbá



Elaboração do autor.

Figura 232 – Lagoa Cáceres, em Puerto Suárez, no período chuvoso



[18°57'35.8"S 57°47'39.8"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 10/10/2019.

Figura 233 – Lagoa Cáceres, em Puerto Suárez, no período seco



[18°57'35.8"S 57°47'39.8"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 03/02/2022.

Figura 234 – Área central de Puerto Suárez



[18°57'47.2"S 57°47'48.2"W](#)

Fonte: Acervo do autor: 10/10/2019.

A constituição de Puerto Suárez se deu no fim do século XIX, como uma iniciativa do poder central para ocupar a fronteira, por iniciativa de Miguel Suárez Arana, que recebeu concessões de terras na região de Chiquitos. A comissão Suárez Arana estabeleceu então o núcleo, em 10 de novembro de 1875, na margem da Lagoa Cáceres.

Ao longo das décadas, essas quatro cidades se desenvolveram e aprofundaram muito os laços entre si, de modo que contemporaneamente estão em processo de conurbação, como já apontado. No seio de uma dinâmica urbana compartilhada, os fluxos se processam entre as quatro cidades. No entanto, dada a sua localização, o ponto de travessia do limite internacional é entre Corumbá e Puerto Quijarro, especificamente em Arroyo Conepción (Figura 235, 236).

Figura 235 – Limite internacional Brasil-Bolívia, visto a partir do lado brasileiro



[19°01'41.7"S 57°42'28.7"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 10/10/2019.

Figura 236 – Limite internacional Brasil-Bolívia, visto a partir do lado boliviano



[19°01'42.5"S 57°42'29.9"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 03/02/2022.

Para realizar o trajeto entre as duas localidades, além da grande quantidade de taxis que exploram a rota, há uma linha regular de ônibus que liga a Praça da Independência, no centro de Corumbá, ao limite internacional, totalizando um trajeto de pouco mais de 7 km (Figuras 237 e 238).

Figura 237 – Ponto de ônibus em Corumbá que é atendido pela linha que leva à Bolívia



[19°00'07.1"S 57°39'10.3"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 04/02/2022.

Figura 238 – Passageiros embarcando em ônibus em Corumbá, com destino ao limite internacional com a Bolívia



[19°00'07.1"S 57°39'10.3"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 04/02/2022.

No que se refere aos fluxos dos transeuntes e passageiros fronteiriços nessa articulação, a principal motivação verificada foi para compras, seguida por trabalho e, quanto à frequência, a predominância foi esporádica (de 1 a 5 vezes no último ano), seguida por diária, mensal e semanal (Apêndice CM).

Sobre os fluxos predominantes entre os núcleos que compõem essa articulação, todos os entrevistados apontam que são acentuadamente predominantes as relações comerciais entre o lado brasileiro e o boliviano.

Oscar Encimas (2022)¹¹¹ destaca que a população de Puerto Quijarro recorre ao lado brasileiro, principalmente ao comércio de Corumbá, para adquirir quase todos os bens de consumo não duráveis, sobretudo de gêneros alimentícios. Natália Gutierrez Perez (2022)¹¹² aponta a mesma situação em relação a Puerto Suárez. Cássio Augusto da Costa Marques (2021)¹¹³ chancela a afirmação dos interlocutores bolivianos e destaca a importância dessa demanda para a economia de Corumbá. Ademais, o interlocutor brasileiro destaca o fluxo de bolivianos que se dirigem a Corumbá para a venda de produtos nas feiras livres da cidade, para o acesso aos serviços de saúde e educação no município.

Também no que se refere aos fluxos entre Puerto Quijarro e Corumbá, Gutierrez Perez (2022) aponta que se verifica o movimento pendular de trabalhadores bolivianos que se dirigem para atuar no setor de serviços do lado brasileiro.

Acerca do fluxo de bolivianos para Ladário, Alexandre Ohara (2021)¹¹⁴ destaca a sua presença como proprietários de estabelecimentos comerciais na cidade e o movimento de ida e regresso à Bolívia para a aquisição de mercadorias para venda do lado brasileiro.

No que se refere aos fluxos oriundos do lado brasileiro, Gutierrez Perez (2022) destaca o movimento de brasileiros que se deslocam a Puerto Suárez e,

¹¹¹ ENCIMAS, Oscar. **Entrevista com Oscar Encimas, diretor de gestão da *alcaldía* municipal de Puerto Quijarro (Santa Cruz, Bolívia)**. [3 fev. 2022]. Entrevistador: André Vieira Freitas, 2022. 1 arquivo .mp3 (12min 02s) [Apêndice AB].

¹¹² GUTIERREZ PEREZ, Natalia. **Entrevista com Natalia Gutierrez Perez, arquiteta da *alcaldía* municipal de Puerto Suárez (Santa Cruz, Bolívia)**. [3 fev. 2022]. Entrevistador: André Vieira Freitas, 2022. 1 arquivo .mp3 (12min 02s) [Apêndice AA].

¹¹³ MARQUES, Cássio Augusto da Costa. **Entrevista com Cássio Augusto da Costa Marques, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável de Corumbá (Mato Grosso do Sul, Brasil)** [7 mai. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas, 2021. 1 arquivo .mp3 (40min 32s) [Apêndice AC].

¹¹⁴ OHARA, Alexandre. **Entrevista com Alexandre Ohara, Secretário Municipal de Assistência Social de Ladário (Mato Grosso do Sul, Brasil)** [18 ago. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas, 2021. 1 arquivo .mp3 (25min 49s) [Apêndice AD].

sobretudo, Puerto Quijarro para adquirir bens de consumo semiduráveis no mercado local. Também sobre o fluxo de brasileiros para o lado boliviano, Encimas (2022), Gutierrez Perez (2022), Marques (2021) e Ohara (2021) destacam ainda o expressivo número de estudantes brasileiros que se dirigem ao país vizinho para a graduação em medicina, de Corumbá, Ladário e distintas partes do Brasil, alguns em direção a Puerto Quijarro, mas a expressiva maioria em direção à capital *cruceña*.

No que se refere a esses fluxos que extrapolam os núcleos que compõem essa articulação fronteiriça, Gurierrez Perez (2022) e Marques (2021) destacam ainda o fluxo de turistas oriundos de Santa Cruz de la Sierra e de outras cidades *cruceñas* para Corumbá, Ladário e outras cidades brasileiras, com destaque para São Paulo, o que é facilitada pela qualidade da infraestrutura regionalmente do lado brasileiro e boliviano. No que se refere a esses fluxos mais espalhados territorialmente, essa articulação fronteiriça afigura como uma parte de uma importante rota de acesso, além de porta de entrada e saída entre os dois países, o que também tem implicações no comércio local.

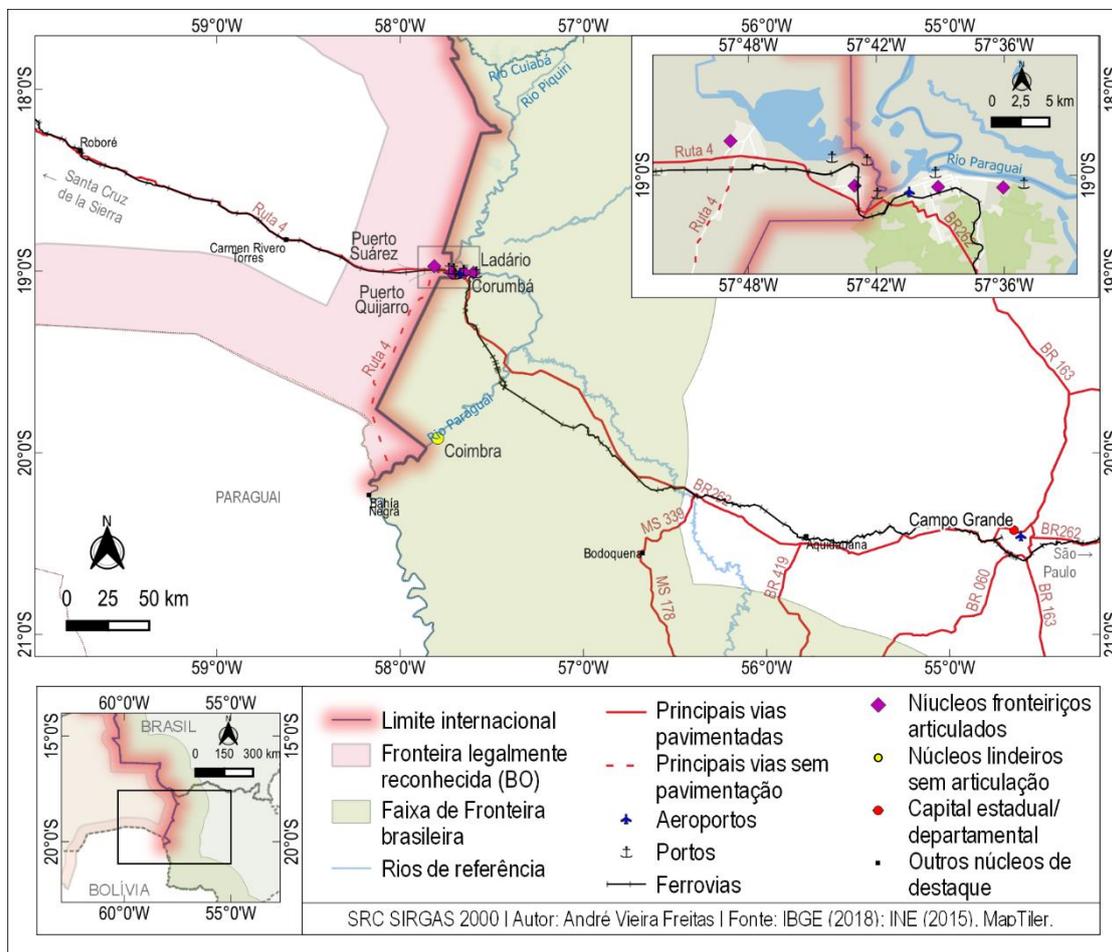
Quanto às relações de centralidade entre as cidades que compõem essa articulação fronteiriça, destaca-se o papel de Corumbá como polo regional tanto para Ladário quanto para Puerto Quijarro e Puerto Suárez no que se refere a todos os bens e serviços investigados, destaca-se ainda a influência de Puerto Quijarro principalmente sobre Corumbá no que se refere a bens de consumo semiduráveis e serviços. Já quanto à inserção dessa articulação fronteiriça nas redes urbanas dos dois países, destaca-se a influência de Santa Cruz de la Sierra sobre Puerto Suárez e Puerto Quijarro e a influência de da capital sul-mato-grossense principalmente sobre Corumbá e Ladário e, em menor medida, sobre Puerto Suárez (Apêndice CN).

Segundo Marques (2021), Corumbá é o polo regional dessa articulação, que conta ainda com a polarização de Santa Cruz de la Sierra e Campo Grande, leitura que é cancelada por Gutierrez Perez (2022) em relação a Puerto Suárez, por Encimas (2022) no que tange a Puerto Quijarro e por Ohara (2022) quanto a Ladário.

Quanto à rede viária, essa articulação apresenta-se como um relevante nó logístico e um eixo de integração entre os dois países, que viabiliza o acesso às capitais *cruceña* e sul-mato-grossense, além de outros importantes centros

de Brasil e Bolívia e de outros países sul-americanos a partir de malhas bem estruturadas (Figura 235).

Figura 239 – Inserção da articulação fronteiriça entre Puerto Suárez, Puerto Quijarro, Corumbá e Ladário na rede viária



Elaboração do autor.

No modal aéreo, Corumbá conta com um aeroporto com voos regulares para Campinas e Bonito, embora os aeroportos de Campo Grande e o de Santa Cruz também sejam referência para esses núcleos, apesar da distância.

No modal rodoviário, que é composto por vias pavimentadas em boas condições em ambos os lados da fronteira, viabiliza-se, do lado boliviano, o acesso a Roboré (242 km), San José de Chiquitos (378 km) e Santa Cruz de la Sierra (648 km); do lado brasileiro, o acesso a Corumbá (435 km). Os núcleos dessa articulação fronteiriça contam com terminais rodoviários com rotas regulares de ônibus para os referidos destinos, destacando-se ainda uma linha

de ônibus que liga Santa Cruz de la Sierra e São Paulo (Figuras 240, 241, 244, 243, 244 e 245).

Figura 240 – Rodoviária de Corumbá



[19°00'33.8"S 57°38'44.4"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 04/02/2022.

Figura 241 – Rodoviária de Corumbá



[19°00'33.8"S 57°38'44.4"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 04/02/2022.

Figura 242 – Terminal de ônibus de Puerto Quijarro



[19°00'26.8"S 57°43'47.0"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 03/02/3022.

Figura 243 – Terminal de ônibus de Puerto Quijarro



[19°00'26.8"S 57°43'47.0"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 03/02/3022.

Figura 244 – Terminal rodoviário de Puerto Suárez



[18°59'04.0"S 57°48'23.0"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 03/02/3022.

Figura 245 – Terminal rodoviário de Puerto Suárez



[18°59'04.0"S 57°48'23.0"W](#)

Fonte: Acervo do autor, 03/02/3022.

Quanto ao modal ferroviário, tem-se o acesso, do lado do lado boliviano, a Santa Cruz e a conexão nesse modal ao sul da Bolívia e o norte da Argentina; do lado brasileiro, ao estado de São Paulo e ao porto de Santos, viabilizando-se o escoamento da produção pelo oceano Atlântico.

No modal hidroviário, essa articulação fronteiriça apresenta-se como um importante nó logístico na hidrovia Paraguai-Paraná, seja pelo próprio rio Paraguai quem tem Ladário e Corumbá na sua margem direita, ou por objetos naturais que dão acesso a ele e têm influência de sua vazão, como a lagoa Cáceres, que margeia Puerto Suárez e Puerto Quijarro e o canal Tamengo, que tem Puerto Quijarro na sua margem direita. Do lado brasileiro há o porto de Corumbá, que se destaca por sua relevância para o turismo, e o Porto de Ladário, relevante terminal para o transporte de carga a partir do transbordo na cidade. Do lado boliviano, em Puerto Quijarro, estão três dos mais importantes terminais para o comércio exterior boliviano o Porto Jannerfer, na lagoa Cáceres e os portos Aguirre e Gravelal, no canal Tamengo.

A integração logística nesse segmento da fronteira ilustra a concepção geoestratégica que os interlocutores das distintas esferas de poder envolvidas têm acerca da fronteira: como uma possibilidade de integração e expansão de mercados e de ampliação de possibilidades para o escoamento da produção local, tendo em vista o país vizinho, a escala regional sul-americana e a os grandes mercados globais.

Para o lado boliviano, como sinaliza a fala de Encimas (2022), é uma via de ampliar seu comércio com o mercado brasileiro e ampliar o acesso aos mercados globais a partir do oceano Atlântico, além de, como sinaliza a fala de Rivero Alcántara (2021), promover o desenvolvimento transfronteiriço regionalmente, aproveitando-se do potencial da fronteira a ser explorado, como o mineral.

Para o lado brasileiro, como sinaliza a fala de Marques (2021), a infraestrutura é um recurso para ampliar o acesso ao mercado boliviano e ampliar as conexões com os mercados argentino e chileno a partir da infraestrutura boliviana, além de chegar aos portos do norte do Chile, tendo em vista o mercado asiático. Também acordando com essa perspectiva, Thaís Guimarães (2021)¹¹⁵ destaca a demanda sul-mato-grossense por fertilizantes que são produzidos na Bolívia e enquadra a os projetos de infraestrutura no contexto regional sul-americano e global, destacando as possibilidades para ambos os países.

5.7. Redes urbanas e regiões transfronteiriças

A fronteira Brasil-Bolívia no seu todo apresenta características específicas relacionadas aos dois territórios nacionais envolvidos e aos processos na escala nacional, além da sua inserção na escala regional sul-americana e nos processos na escala global.

De todo modo, essa extensa zona de fronteira é bastante diversa e plural. E uma forma analisá-la é a partir dos segmentos que envolvem os distintos entes subnacionais dos países que a partilham, que têm especificidades relativas aos processos territoriais que neles se processam, nos quais destacam-se os distintos núcleos fronteiriços, em especial as cidades.

Nesse sentido, é rico para a análise dessa extensa fronteira, ou das múltiplas fronteiras entre Brasil e Bolívia, o entendimento de regiões

¹¹⁵ GUIMARÃES, Thaís Fernanda S. **Entrevista com Thaís Fernanda S. Guimarães, Coordenadora de Comércio Exterior da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul (Brasil)** [13 mai. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Virtual, 2021. 1 arquivo .mp3 (17min 53s) [Apêndice M].

transfronteiriças, assim como da sua relação e conformação a partir das redes urbanas.

Para Dilla Alfonso e Winkler (2018, p. 15, tradução nossa), as regiões transfronteiriças (RTF) constituem “sistemas espaço-temporais multidimensionais e multiescalares que abarcam territórios contíguos sob jurisdições nacionais diferentes”¹¹⁶.

Destaca-se, então, como elemento central para a identificação dessas regiões transfronteiriças, a contiguidade entre os territórios nacionais, além das relações multiescalares que neles se estabelecem e atravessam os limites políticos, assim como a sua construção histórica. Ademais, cabe incluir que essas relações transcendem inclusive a zona de fronteira, tendo em vista a sua inserção nas redes dos diferentes países envolvidos.

A construção dessas regiões transfronteiriças implica uma complexa trama de agentes, atores e processos em múltiplas escalas, destacando-se, Para Rio e Coelho (2020, p. 46), a relevância da escala local, das relações do cotidiano fronteiriço. Nesse sentido, o entendimento de regiões transfronteiriças “pretende enfatizar o adensamento de relações entre agentes locais fronteiriços, pois é nesta situação que se pensam as relações internacionais”.

Nessas regiões transfronteiriças, destaca-se o papel dos diferentes núcleos que se articulam através do limite internacional, em especial as cidades de fronteira, que têm como uma de suas singularidades “a confluência ‘imediate’ de culturas bilaterais e a conseqüente configuração de espaços com experiências transfronteiriças” (VALERO MARTÍNEZ, 2004, p. 24, tradução nossa)¹¹⁷.

Essas cidades e os diferentes núcleos dos distintos lados do limite internacional estabelecem entre si relações que conformam e se inserem em diferentes redes urbanas na zona de fronteira e para além dela. Pensando acerca do papel da rede viária, Matos (2012, p. 15), aponta que: “Pode-se pensar

¹¹⁶ No original: “sistemas espacio/temporales multidimensionales y multiescalares que abarcan territorios contiguos bajo jurisdicciones nacionales diferentes”.

¹¹⁷ No original: “confluencia “inmediata” de culturas bilaterales y la conseqüente configuración de espacios con experiencias transfronterizas.”

simplificadamente a rede urbana como um conjunto de localidades (ou municípios em muitos casos) com características urbanas articuladas”.

Trata-se, portanto, de pensar as relações de complementaridade, as articulações funcionais que se estabelecem entre as cidades, e entre os núcleos em geral. Na perspectiva de Corrêa (2003), é a discussão mais ampla do sistema urbano”, como conjunto funcionalmente articulado de cidades, que pode ser analisado em diversas escalas, na perspectiva de que, como aponta Sposito (2006, p. 146), há uma combinação de múltiplos movimentos e interações que se estabelecem entre diferentes níveis escalares.

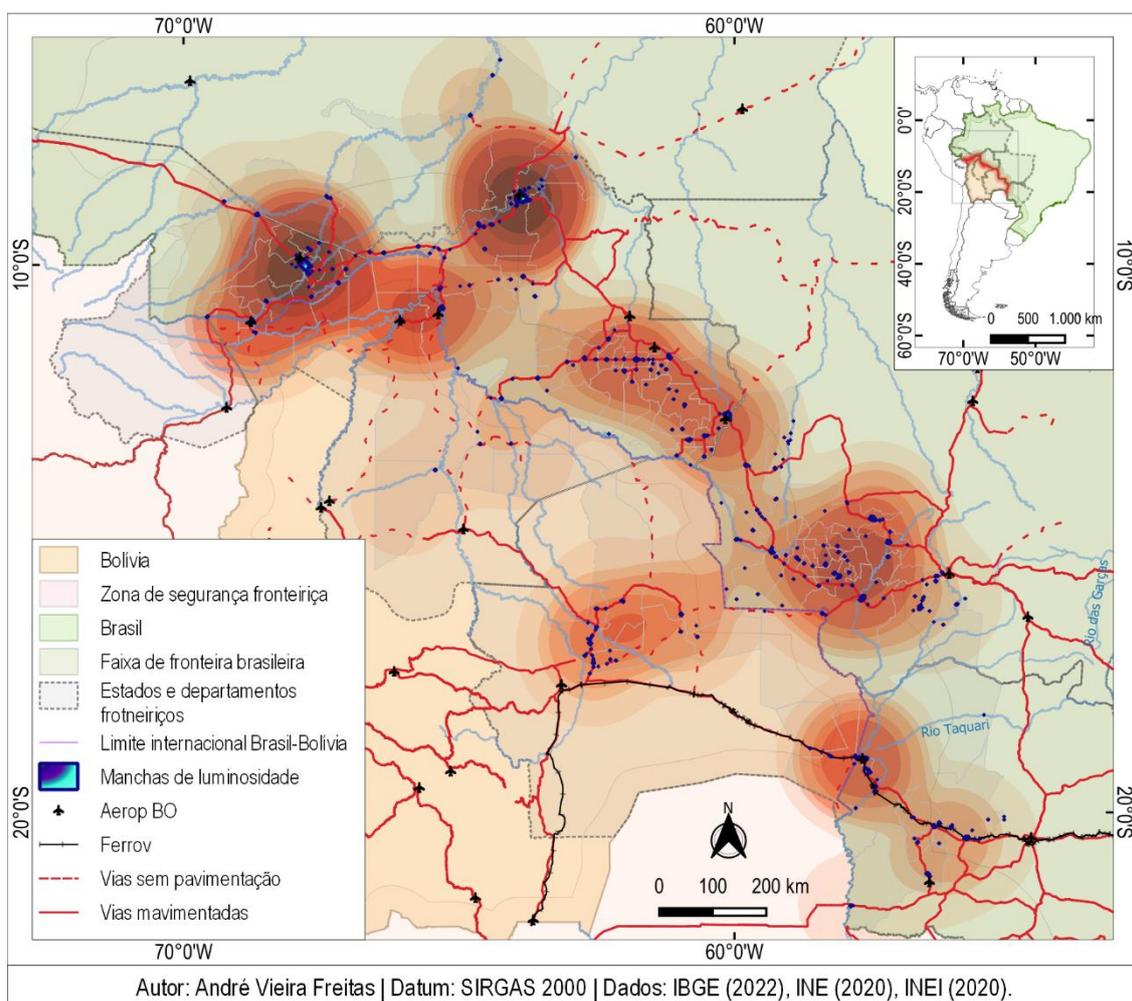
Na fronteira Brasil-Bolívia, os núcleos fronteiriços em geral e as cidades em particular têm um papel central, como pontos e nós privilegiados em que se dão fluxos que forjam articulações e relações em distintas escalas que transcendem os limites internacionais.

Ao se analisar essa fronteira como um todo e os distintos segmentos que a compõem, é possível identificar então diferentes regiões transfronteiriças a partir de um complexo sistema urbano que envolve as redes urbanas dos dois países e que envolve os distintos núcleos articulados através do limite internacional.

Essa identificação pode ser feita a partir de aspectos como a formação histórica dessa fronteira e os processos de diferenciação regional que atuaram na constituição dos diferentes recortes subnacionais implicados nessa zona de fronteira, considerando-se o papel dos distintos núcleos fronteiriços, a distribuição das infraestruturas no território, como o sistema viário, a distribuição da população e das diferentes manchas de luminosidade, assim como a distribuição desses núcleos articulados e as relações de centralidade estabelecidas, no que se refere tanto à atração de fluxos para os núcleos fronteiriços quanto os fluxos deles oriundos em relação a outros núcleos mais expressivos dentro e fora dos seus respectivos países.

No que se refere à concentração populacional e à rede viária na fronteira, é possível identificar algumas concentrações em determinadas porções que se relacionam a algumas centralidades urbanas regionais (Figura 246).

Figura 246 – Concentração populacional, de infraestruturas e de manchas de luminosidade na zona de fronteira Brasil-Bolívia



Elaboração do autor.

Acerca das relações de centralidade, considerando os fluxos a partir e para os núcleos fronteiriços articulados, nota-se um sistema de relações que, no que se refere a bens de consumo, serviços de saúde, educação, atividades culturais e infraestrutura aeroportuária indica relações que envolvem os núcleos fronteiriços entre si e outras centralidades de um lado e outro do limite internacional e centros mais dinâmicos dos respectivos países (Figura 247)¹¹⁸.

¹¹⁸ As figuras 247, 248, 249, 250 e 251 trazem a representação dos dados extraídos dos questionários aplicados nos núcleos fronteiriços que indicam relações de centralidade relativas a bens, produtos e serviços (Apêndices CH, CJ, CL e CN). Foram geradas a partir do visual Flow Map do software Power BI e não apresentam legenda. Cada ponto e linha corresponde a ao menos uma referência de origem e destino para cada uma das questões averiguadas. Quanto maior o ponto ou mais forte o traço da linha, indica-se que houve maior referência nas respostas dos interlocutores. Tal ferramenta e procedimento apresenta então algumas limitações quanto à

Figura 247 – Relações de centralidade quanto a produtos e serviços em relação aos núcleos fronteiriços entre Brasil e Bolívia



Elaboração: André Vieira Freitas e Galileu Nunes de Magalhães.

Considerando o arranjo desse sistema, é possível identificar na fronteira Brasil-Bolívia diferentes arranjos regionais transfronteiriços a partir das relações que envolvem os diversos núcleos fronteiriços articulados entre os dois países e onde se destacam a centralidade de determinadas cidades dos entes subnacionais contíguos: uma região entre Madre de Dios, Acre e Pando (MAP), na qual destaca-se a centralidades de Rio Branco e Cobija; uma região transfronteiriça entre Rondônia, Pando e Beni, que tem como principais centralidades Guajará-Mirim, Guayaramerín e Porto Velho; uma região transfronteiriça entre Mato Grosso e Santa Cruz, que tem como centralidades regionais Cáceres, Cuiabá e San Ignacio de Velasco; além de uma região transfronteiriça entre Santa Cruz e Mato Grosso do Sul, que tem como principal centralidade Corumbá, como centro do eixo Campo Grande – Santa Cruz de la Sierra.

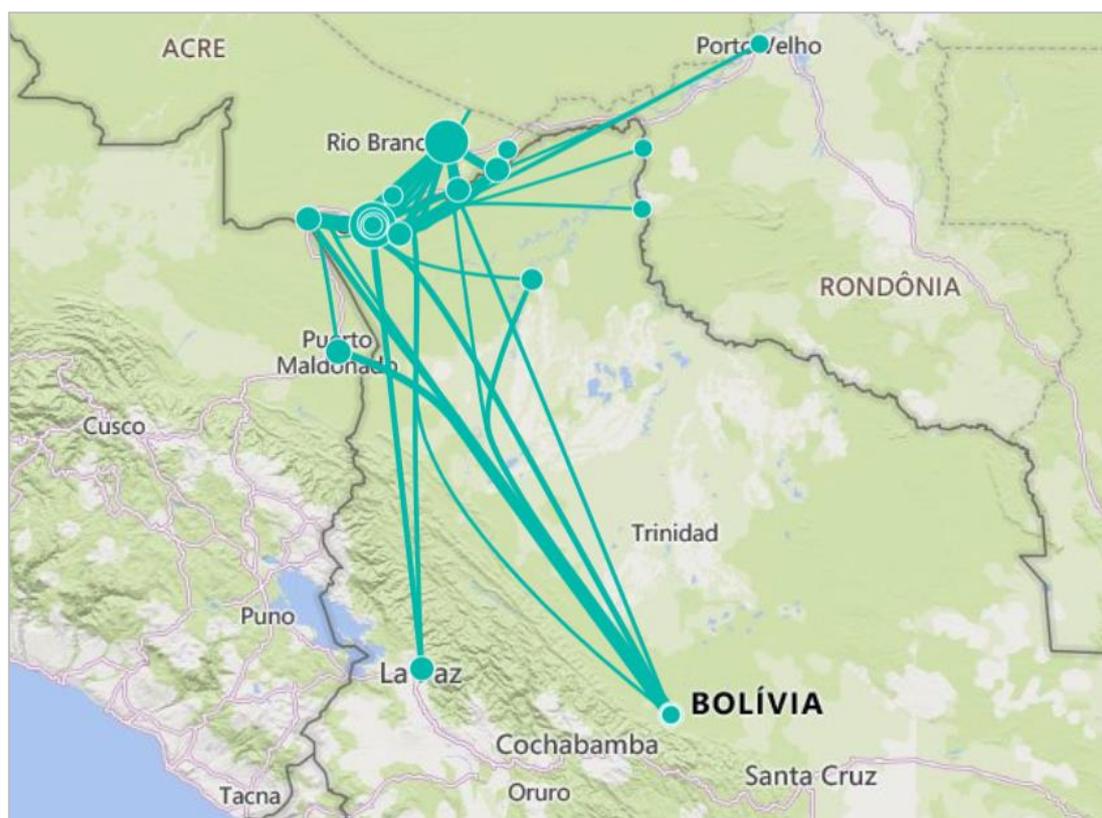
representação visual, no sentido de realçar visualmente em demasia as porções em que se verificam mais articulações fronteiriças. De todo modo, esses dados e a sua representação visual são relevantes quando cotejados com as demais informações observadas na pesquisa. Para mais informações sobre os questionários, conferir a seção 1.3.8.

A região transfronteiriça Madre de Dios/Acre/Pando (MAP)

A região transfronteiriça entre Madre de Dios, Acre e Pando (MAP) envolve os municípios na porção oriental do departamento boliviano de Pando, a porção ocidental do estado brasileiro do Acre e a porção nordeste do departamento peruano de Madre de Dios, contemplando um número expressivo de articulações fronteiriças: entre Assis Brasil, Bolpebra e Iñapari; entre Brasiléia, Epitaciolândia e Cobija; entre Capixaba e Mapajo; entre Plácido de Castro e Puerto Evo Morales.

Como as mais expressivas centralidades dessa região transfronteiriça do MAP destacam-se a capital acreana e a capital pandina, que constituem um eixo de integração que envolve regionalmente Puerto Maldonado. Destacam-se também os expressivos fluxos internamente às articulações, que apresentam economias complementares, além da influência de outros centros mais dinâmicos da Bolívia, da capital rondoniense e da capital madredeiosense (Figura 248, Quadro 17).

Figura 248 – Centralidade quanto a produtos e serviços em relação aos núcleos fronteiriços no segmento entre Acre, Pando e Madre de Dios



Elaboração: André Vieira Freitas e Galileu Nunes de Magalhães.

Quadro 17 – Quadro resumo com dados sobre centralidade quanto a produtos e serviços no segmento entre Acre, Pando e Madre de Dios

NÚCLEOS BUSCADOS FLUXOS (MOTIVAÇÃO)	Cobija	Rio Branco	Brasileia	Epitaciolândia	Puerto Maldonado	Plácido de Castro	Assis Brasil	Iñapari	La Paz	Capixaba	Iberia	Puerto Evo (Bella Flor)	Senador Guiomard	Puerto Evo(Bella Flor)	Cusco	Acrelândia	Mapajo (Bella Flor)	Xapuri	Porto Velho	Lima	Arequipa	Sucre	Guayaramerín	Nereuda (Cobija)	Arca de Israel (Nueva Esperanza)	Oruro	La Paz	
	Gêneros alimentícios, produtos de limpeza e higiene pessoal			2	2		3	4	5		4																	
Artigos de vestuário e calçados	21	12	6	5	2	1	4	5	1	2		7	1	2		2	1						1					
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	17	9	9	4	2	4	3	3	1	1	1			1													1	
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	18	10	5	1	2	4	2	1	2	2	2		2	1														
Serviços de saúde de alta complexidade	10	22			1				2				1		2				2	1								
Ensino superior	24	13	2		3				3											1	1	1						
Atividades culturais	15	13	7	5	3	3	2		3	2	2				1	1										1		
Eventos esportivos	4	8	6	4	2	1	1	1	3	3	4		2				2	2						1	1			
Aeroportos	8	16			4																							

Elaboração do autor a partir de dados coletados em campo.

Essa leitura guarda algumas similaridades quanto à leitura feita por Rio e Coelho quando da sua identificação de uma região transfronteiriça na tríplice fronteira (2020). A diferença é que as autoras, a partir complementaridade nas atividades do setor primário, incluem ao grupo por nós identificado Guajará-Mirim, Guayaramerín e Riberalta. A partir dos dados da pesquisa, entendemos a cidade rondoniense e as cidades benianas mencionadas pelas autoras como parte de outra região transfronteiriça, embora se destaquem as complementaridades entre essas duas regiões que diferenciamos.

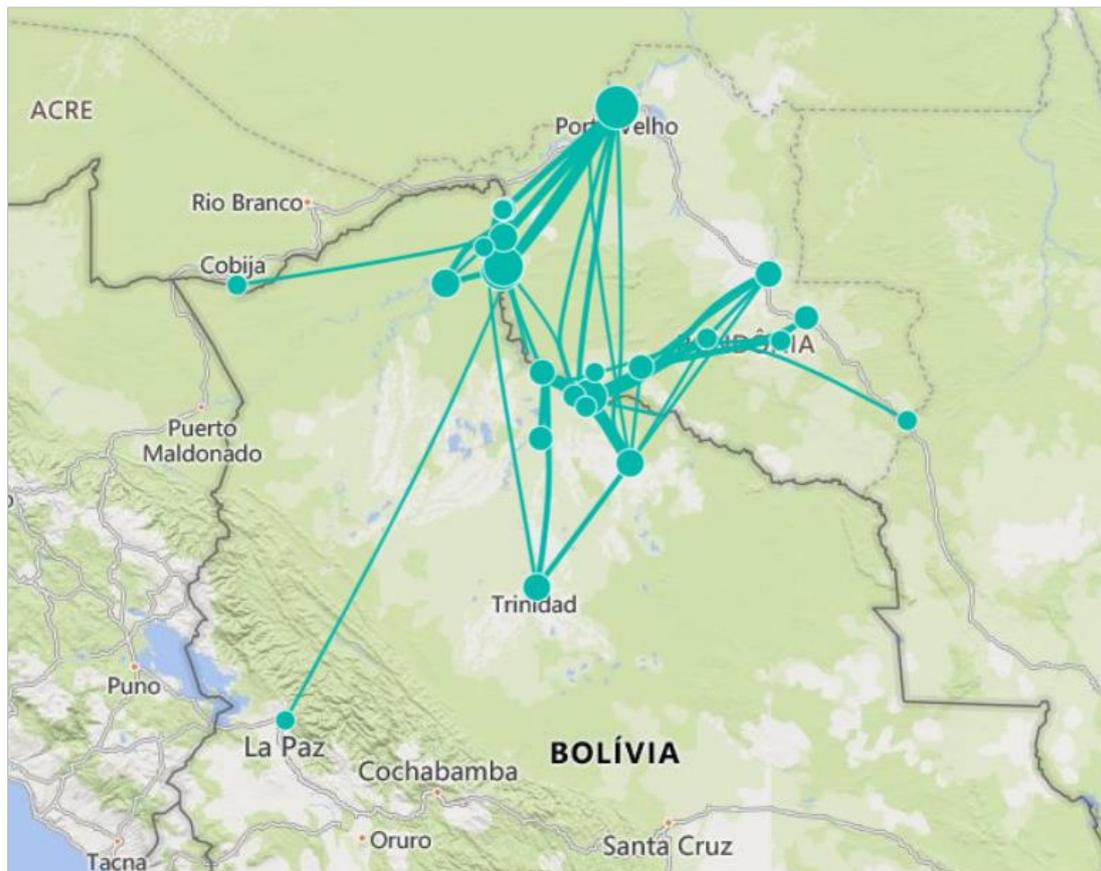
Cabe destacar a relevância estratégica dessa região para a integração entre Brasil, Peru e Bolívia, tendo em vista que por ela passa a rodovia interoceânica. Nesse sentido, apesar das deficiências de integração à rede viária da Bolívia nesse ponto, apresenta-se como um importante ponto de integração logística entre os três países, além de ser relevante para o escoamento da produção em direção a diferentes mercados pelo Atlântico e pelo Pacífico.

A região transfronteiriça Rondônia/Beni/Pando

Entre o estado de Rondônia e o departamento do Beni, estendendo-se ainda sobre a porção nordeste de Pando, destaca-se outra região fronteiriça, em grande medida como uma região projetiva, que apresenta perspectivas ampliação dos elos regionais. Essa região abrange dez núcleos fronteiriços articulados, distribuídos em quatro articulações. A centralidade mais expressiva é Porto Velho, mas destaca-se também Guajará-Mirim, Guayaramerín, Riberalta, Costa Marques, Cobija para os núcleos pandinos, outros centros mais dinâmicos da Bolívia e outras cidades no centro-leste e no sul rondonienses.

Nessa região transfronteiriça destacam-se então dois eixos de integração: o eixo que integra Porto Velho, Guajará-Mirim, Guayaramerín e Riberalta, e que exerce influência sobre a porção leste de Pando, além do eixo que integra Costa Marques e o centro-leste e sul rondonienses, com influência sobre os núcleos fronteiriços benianos nas imediações (Figura 249, Quadro 18).

Figura 249 – Centralidade quanto a produtos e serviços em relação aos núcleos fronteiriços no segmento entre Rondônia, Beni e Beni



Elaboração: André Vieira Freitas e Galileu Nunes de Magalhães.

Quadro 18 – Quadro resumo com dados sobre centralidade quanto a produtos e serviços em relação aos núcleos fronteiriços no segmento entre Rondônia, Pando e Beni

NÚCLEOS BUSCADOS	Porto Velho	Guayaramerín	Guajará-Mirim	Costa Marques	Riberalta	Nova Mamoré	Trinidad	B. Vista (Magdalena)	Ji-Paraná	Puerto Ustarez (San Joaquín)	São Francisco do Guaporé	San Joaquín	Cacoal	Araras (Nova Mamoré)	Forte Príncipe da Beira (C. Marquês)	Rolim de Moura	São Miguel do Guaporé	Nueva Brema (Magdalena)	Bella Vista (Magdalena)	Gran Cruz (Nueva Esperanza)	Cobija	Vilhena	Arca de Israel (Nueva Esperanza)	Cachuela Esperanza (Guayaramerín)	S. D. do Guaporé (C. Marquês)	La Paz
FLUXOS (MOTIVAÇÃO)																										
Gêneros alimentícios, produtos de limpeza e higiene pessoal		1	1	3		1				1				4												
Artigos de vestuário e calçados	5	12	13	10	2	3	1	9	1	3	1			3			1		1							
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	5	9	11	8	2	3	1		1		2	2	1				1					1				
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	5	9	12	8	4	5	2		2		2	2	2													
Serviços de saúde de alta complexidade	19	2	5	1	2	2	4		3		4		2						1	1		1				
Ensino superior	10	10	2		2	1	6		3				4			3	1				2				1	
Atividades culturais	8	8	5	6	3	1		3	3	5	1	3	1		3			2								
Eventos esportivos	7	5	6	4	1	3	2	3		4	1	3			3			1	1	2			2	1	1	
Aeroportos	12	6			4		1		2																	

Elaboração do autor a partir de dados coletados em campo.

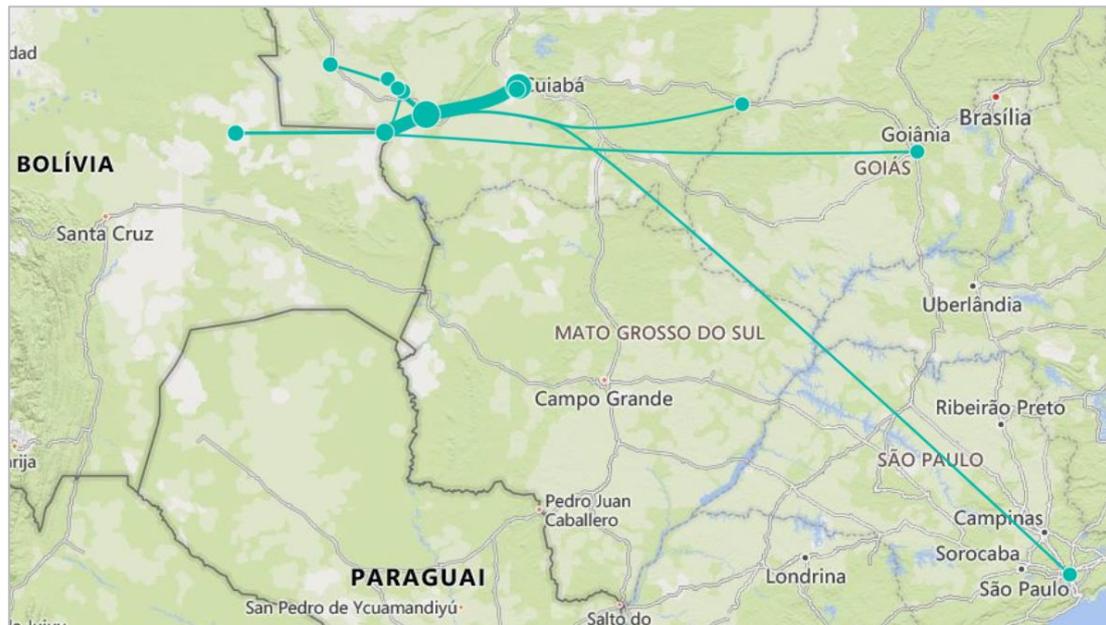
Cabe ressaltar a relevância dessa região transfronteiriça para o escoamento da produção de ambos os países. Nesse sentido, o porto de Guayaramerín se destaca como de grande importância para a Bolívia, com perspectiva de ampliação da capacidade de carga com o projeto da hidrovia Ichilo-Mamoré. Ademais, a malha rodoviária rondoniense também viabiliza o acesso ao porto fluvial no rio Madeira, em Porto Velho.

Essa região ainda apresenta perspectivas de dinamização da economia a partir de ampliação da conexão viária do lado boliviano e as discussões sobre conexões por pontes em Guayaramerín e Puerto Ustarez, o que reitera o seu valor geoestratégico nas escalas regional e nacional/internacional.

A região transfronteiriça Mato Grosso/Santa Cruz

Entre Mato Grosso e Santa Cruz, destaca-se uma região transfronteiriça que envolve a articulação entre Cáceres e San Matías e que tem a cidade fronteiriça mato-grossense como a expressiva centralidade, destacando-se ainda a relevância de Cuiabá, certa influência de San Ignacio de Velasco, que juntos conformam um eixo de integração nessa região transfronteiriça que se projeta, em que pese as dificuldades de integração para o interior *cruceño*. Acerca das influências regionais nessa região transfronteiriça apresenta-se ainda, em menor proporção, a influência de outros municípios de Mato Grosso, em especial no sudoeste do estado, e outros centros mais dinâmicos do Brasil (Figura 250, Quadro 19).

Figura 250 – Centralidade quanto a produtos e serviços em relação aos núcleos fronteiriços no segmento entre Santa Cruz e Mato Grosso



Elaboração: André Vieira Freitas e Galileu Nunes de Magalhães.

Quadro 19 – Quadro resumo com dados sobre centralidade quanto a produtos e serviços em relação aos núcleos fronteiriços no segmento entre Santa Cruz e Mato Grosso

FLUXOS (MOTIVAÇÃO)	NÚCLEOS BUSCADOS											
	Cáceres	Cuiabá	San Matias	Várzea Grande	San Ignacio de Velasco	Mirassol d'Oeste	Pontes e Lacerda	São Paulo	São José dos Quatro Marcos	Barra do Garças	Araputanga	Goiânia
Gêneros alimentícios, produtos de limpeza e higiene pessoal	1											
Artigos de vestuário e calçados	4	3		2								1
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	3	2										
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	6	2	1									
Serviços de saúde de alta complexidade	3	3						1				
Ensino superior	3	3		1		1	1			1	1	
Atividades culturais	4	3	2	1	1							
Eventos esportivos	3	3	3			2	1		1			
Aeroportos		3			2							

Elaboração do autor a partir de dados coletados em campo.

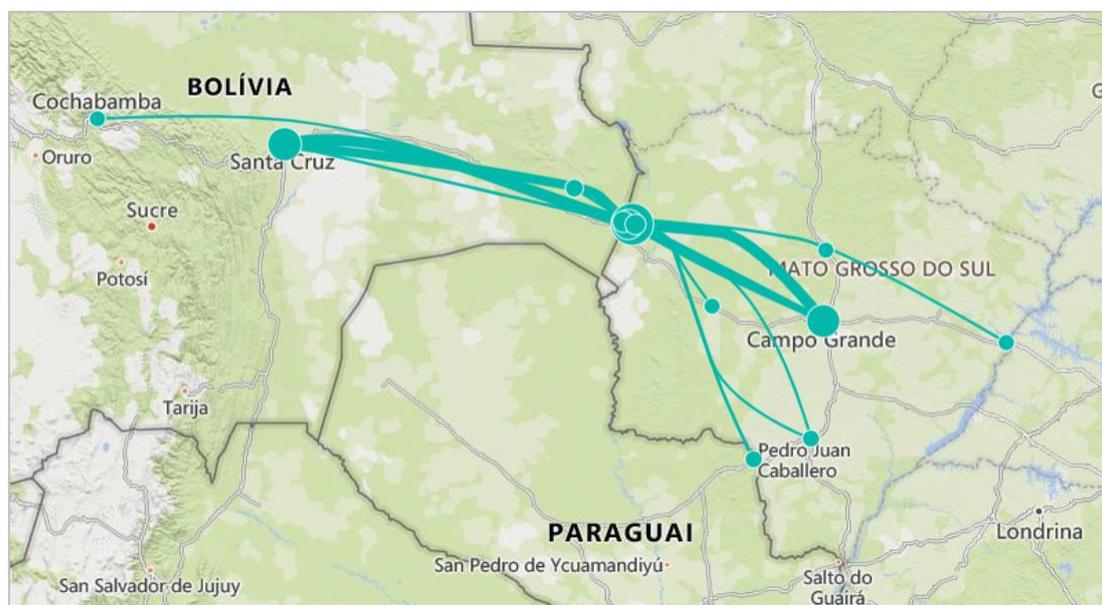
Apesar das deficiências na infraestrutura do lado boliviano, essa região apresenta grandes perspectivas para a maior integração entre os dois países e ampliação do comércio com San Igacio de Velasco e outras porções de Santa Cruz, já sendo inclusive uma rota relevante para estudantes brasileiros para o acesso à capital departamental. Essa perspectiva demonstra a relevância geoestratégica dessa região transfronteiriça que se projeta, ainda mais se esse potencial de integração for aproveitado.

A região transfronteiriça Santa Cruz/ Mato Grosso do Sul

Na porção meridional da zona de fronteira Brasil-Bolívia, destaca-se a região transfronteiriça que tem como seu cerne a expressiva articulação entre Puerto Suárez, Puerto Quijarro, Corumbá e Ladário.

Para essa região destaca-se o papel de centralidade exercido por Corumbá, mas também o poder de atração da capital sul-mato-grossense e da capital *cruceña*, com relações que se destacam ainda para outros centros de ambos os países (Figura 251).

Figura 251 – Centralidade quanto a produtos e serviços em relação aos núcleos fronteiriços no segmento entre Santa Cruz e Mato Grosso do Sul



Elaboração: André Vieira Freitas e Galileu Nunes de Magalhães.

Quadro 20 – Quadro resumo com dados sobre centralidade quanto a produtos e serviços em relação aos núcleos fronteiriços no segmento entre Santa Cruz e Mato Grosso do Sul

FLUXOS (MOTIVAÇÃO)	NÚCLEOS BUSCADOS												
	Corumbá	Santa Cruz de la Sierra	Campo Grande	Puerto Quijarro	Puerto Suárez	Ladário	Carmen Rivero Torrez	Dourados	Ponta Porã	Três Lagoas	São Gabriel do Oeste	Miranda	Cochabamba
Gêneros alimentícios, produtos de limpeza e higiene pessoal	8												
Artigos de vestuário e calçados	16	3	3	6	2		1						
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	5	3	3	5					2				
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	11	3	4	2		3							
Serviços de saúde de alta complexidade	3	6	7										
Ensino superior	3	6	3	7	2			2					1
Atividades culturais	12	5	3	3	2	4					1		
Eventos esportivos	6	4	4	4	2		2			1		1	
Aeroportos	2	6	8										

Elaboração do autor a partir de dados coletados em campo.

Para a identificação dessa região transfronteiriça, concordamos com a leitura de Dila Alfonso e Winkler (2018, p. 11), que identificam que em torno de Corumbá e Puerto Suárez se formou uma região articulada por eles classificada como “região/corredor” que constitui a principal via de escoamento da maior parte do comércio bilateral entre Brasil e Bolívia, destinado aos grandes centros de ambos os países.

Como um entreposto logístico multimodal e uma infraestrutura bem consolidada, essa região apresenta grande dinamismo e perspectivas para seguirem se ampliando as relações entre os dois países.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que dá sentido à fronteira é o contato. Não se trata apenas de um limite político fechado, mas de uma zona de interface entre territórios que, pelas suas dinâmicas, se interpenetram. Nesse sentido, constitui uma zona viva, com usos e processos que envolvem distintas escalas, distintas esferas de poder e distintos atores.

Com essa perspectiva e a partir de um diálogo entre a geografia política e a geografia histórica, a presente tese apresentou uma leitura do processo de constituição da fronteira entre Brasil e Bolívia a partir dos núcleos de ocupação, por nós compreendidos como as cidades de diferentes portes, além de povoações, vilas e pequenas comunidades que se desenvolvem na fronteira e que, pela sua condição fronteiriça, apresentam uma densidade normativa particular influenciada pelos territórios nacionais envolvidos. Quando esses núcleos de diferentes enquadramentos nacionais se desenvolvem paralelamente nos distintos lados do limite internacional e estabelecem relações entre si que atravessam os limites políticos, tem-se os núcleos fronteiriços articulados, que indicam a porosidade entre os territórios nacionais. Já quando esses núcleos se avizinham ao limite internacional e não encontram correspondência com outro núcleo no país vizinho, tem-se os núcleos fronteiriços de margem ou sem articulação direta, que afiguram como a materialização do alcance da escala nacional, permeados pelas dinâmicas locais e regionais.

A fronteira entre Brasil e Bolívia tem sua origem na formação colonial dos dois territórios e passou por distintas transformações até a consolidação de seus limites contemporâneos definidos e redefinidos a partir tratados influenciados pelos processos de ocupação de fato das terras, na esteira do princípio do *uti possidetis*, em que foram relevantes os núcleos constituídos.

A formação embrionária dessa fronteira se deu a partir do século XVIII, quando os fluxos para o interior do subcontinente e a constituição de núcleos pelas metrópoles ibéricas se avizinharam no centro-oeste sul-americano.

Nos domínios espanhóis, destacam-se um movimento anterior que remonta às incursões pela bacia Platina e Amazônica, com o estabelecimento das missões jesuítas de Mojos/Moxos e Chiquitos, a partir das quais constituíram-se e consolidaram-se alguns núcleos *mojeños* na bacia amazônica

como San Ignacio de Mojos (1689) e Magdalena (1720); outros núcleos chiquitanos, como San Rafael de Velasco (1696), San José de Chiquitos (1699) e San Ignacio de Velasco (1748), na bacia amazônica, além de Santiago de Chiquitos (1754), na bacia platina.

A partir dos domínios portugueses, destacam-se os movimentos de entradas e bandeiras e a constituição de núcleos no centro-oeste sul-americano. Na bacia platina destaca-se a constituição de núcleos como Arraial da Forquilha (1719), que daria origem à Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuyabá (1727), Vila Maria do Paraguai (1778) (no século seguinte rebatizada de São Luís de Cáceres), Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque (depois renomeada de Corumbá) e Ladário, em 1778. Na bacia amazônica destacam-se núcleos como Arraial Pouso Alegre (1738), núcleo a partir do qual se constituiu Vila Bela da Santíssima Trindade (1752), às margens do rio Guaporé.

No período colonial constituiu-se então uma vasta zona de fronteira entre os domínios ibéricos estrategicamente conectando as bacias amazônica e platina, cujos limites foram cancelados pelo Tratado de Madri (1750).

Com o processo de emancipação política de Brasil e Bolívia cancelado pela declaração de independência na década de 1820, ambos os países seguiram estratégias de consolidar e avançar seus domínios, constituindo novos núcleos na zona de fronteira que se definia. Nas décadas iniciais após a independência se constituiu, por iniciativa boliviana, Villa Bella (1825), na porção amazônica e San Matías (1844), na porção platina; por iniciativa brasileira constituiu-se, na porção amazônica, Vila Murtinho (1849). A partir desses núcleos e de outros precedentes e dos limites herdados do período colonial, os dois países definiram seus limites inicialmente com o Tratado de La Paz de Ayacucho (1867).

Na porção amazônica da fronteira que se definiu inicialmente entre Brasil e Bolívia em 1867, destaca-se a constituição, ao longo das margens dos rios amazônicos, de uma série de núcleos a partir da produção da borracha, como Puerto Palmira (1892) (que posteriormente seria rebatizada de Guayaramerín), Cachuela Esperanza (1882) e Riberalta (1884), do lado boliviano, ademais do avanço da ocupação brasileira sobre as bacias dos rios Purus e Juruá. Tendo em vista processos de ocupação de fato e avanço da ocupação brasileira na

porção norte do limite acordado, ocorreu o expressivo litígio acerca do território do Acre e novos limites foram acordados em 1903, com o Tratado de Petrópolis.

Após o Tratado de 1903, inaugurou-se um novo período para a história da fronteira Brasil-Bolívia. No início do século XX, após o Tratado de Petrópolis, diversos núcleos foram constituídos principalmente na porção setentrional da fronteira entre os dois países que então se redefiniu, como Puerto Bahia (1906) (que depois seria rebatizado de Cobija), Vila Brasília (1910) (depois denominada Brasília) e Esperidião Marques (1912) (núcleo a partir do qual se constituiu Guajará-Mirim), o que se relaciona sobretudo à incorporação formal do Acre ao território brasileiro, à produção da borracha e à implantação da conexão ferroviária entre os dois países.

Tendo em grande medida seus limites definidos, os dois países ampliaram crescentemente a integração entre seus territórios e promoveram medidas de cooperação, ademais de ajustes relativos a pendências em seus limites, a partir de iniciativas como o Tratado de Limites e Comunicações Ferroviárias (1928), os Tratados de Vinculação Ferroviária e de Saída e Aproveitamento do petróleo boliviano (1938) e o Acordo de Roboré (1958). Ao longo desse período, tendo em vista essas iniciativas bilaterais e, principalmente, as dinâmicas em ambos os territórios, uma série de núcleos se constituiu nessa zona de fronteira, indicando para o seu adensamento. Esse adensamento sinalizou-se ao longo das décadas de 1930, 1940 e 1950, acentuando-se nas décadas de 1960 e 1970, com a constituição de diversos novos núcleos principalmente do lado brasileiro e relacionados à expansão da agropecuária, processo que irá se estender com expressão ainda pela década 1980. Do lado boliviano, a intensificação do adensamento com a constituição de novos núcleos se deu a partir das décadas de 1990 e 2000, com a sinalização e um processo de comunidades emergentes que segue em curso.

A partir da análise desses diferentes períodos de formação da fronteira Brasil-Bolívia, é possível concluir que, de uma zona porosa e móvel onde deve ser assentada a soberania, contemporaneamente essa fronteira passa a ser vista também como um caminho para a integração no subcontinente. Ao longo desse processo, os núcleos fronteiriços foram e são peças fundamentais, o que se relaciona às dinâmicas territoriais de ambos os países. O trabalho cartográfico realizado nesse trabalho mostra, com a representação da constituição desses

diferentes núcleos ao longo dos períodos, a evolução dos fluxos e fixos nessa fronteira.

Além de terem balizado o limite internacional, esses núcleos tiveram um papel central na teia de relações que se estabeleceu entre os territórios que se formaram. A constituição desses núcleos revela as geoestratégias dos Estados implicados, no sentido de apropriação dos territórios pelos poderes centrais, o que se relaciona à dinâmica de uso do território, em especial a difusão de atividades econômicas inseridas na escala global, e às normas, no sentido de regulação e definição dos limites internacionais.

Nesse sentido, confirma-se a hipótese que os diferentes núcleos de ocupação foram os elementos constituintes da fronteira Brasil-Bolívia e assumiram um papel relevante na sua configuração geoestratégica contemporânea. Isso se revela nas estratégias e iniciativas bilaterais que envolvem ambos os países, verificando-se uma orientação no sentido de integrar mercados e utilizar o território vizinho como rota para o escoamento da produção; nesse sentido, os núcleos fronteiriços aparecem como importantes nós logísticos a serem constituídos e estruturados. Também aparece na geoestratégia dos entes subnacionais, que contemplam a fronteira e os núcleos fronteiriços como essa via para o acesso a novos mercados regionais e globais, além dos benefícios mútuos da complementariedade na escala local, tendo em vista as populações dos núcleos fronteiriços articulados através do limite internacional.

Essas articulações fronteiriças designam conjuntos de dois ou mais núcleos de diferentes países cujas manchas de ocupação tocam ou estão próximas ao limite internacional e que mantêm determinado nível de articulação entre si, com relações que se processam através dos limites políticos, ressaltando a porosidade territorial.

Esses núcleos fronteiriços constituem formas-conteúdo que denotam tanto as geoestratégias dos Estados centrais envolvidos e dos seus respectivos entes subnacionais, com as normas decorrentes de suas relações, quanto os usos do território dos diferentes atores implicados e o seu enquadramento nas sociedades que se formaram.

Quanto à distribuição contemporânea das articulações fronteiriças entre Brasil e Bolívia, considerando a diversidade dessa fronteira e dos recortes territoriais implicados, é possível identificar regiões transfronteiriças a partir da

relação entre as redes urbanas dos dois países, que têm nos núcleos fronteiriços seus nós de articulação: uma que envolve o estado brasileiro do Acre, a porção ocidental do departamento boliviano de Pando e a porção do departamento peruano de Madre de Dios situada na tríplice fronteira com Brasil e Bolívia; uma entre o estado de Rondônia, a porção oriental do departamento de Pando e o departamento do Beni; uma entre o estado de Mato Grosso e o departamento de Santa Cruz; além de, na porção meridional da fronteira, uma entre Mato Grosso do Sul e Santa Cruz.

Se a identificação dessas regiões transfronteiriças se apresenta como um importante resultado da pesquisa, as limitações para a aplicação dos questionários sobre centralidade revelam a necessidade de maior aprofundamento na sua análise, com a necessidade de uma pesquisa de campo com mais duração e a consideração dados a partir de outros fluxos, destacadamente os comerciais e de migração, o que se indica para um novo estudo que pode ser desdobrado a partir deste.

Ademais desse estudo voltado para as regiões transfronteiriças identificadas, em seu conjunto, tendo em vista as complementaridades entre as redes urbanas dos dois países, ou analisadas em suas particularidades, outro desdobramento da pesquisa poderia se dar a partir de um olhar com foco nas diferentes articulações transfronteiriças, tendo em vista os diversos arranjos que se estabelecem na escala local e regional.

Se a extensão do recorte espacial permite vislumbrar o desdobramento da pesquisa em diferentes estudos, outrossim é possível a partir do recorte temporal, tendo em vista um olhar específico para cada período ou ainda a identificação de subperíodos a partir do olhar sobre coesões e rupturas considerando distintos eventos e processos.

Como se nota dos caminhos de pesquisa apontados, a partir de um olhar sobre esse vasto recorte espacial e temporal selecionado, com esse estudo buscou-se sistematizar um campo de estudo sobre a fronteira Brasil-Bolívia. Nesse sentido, a riqueza e o detalhamento dos dados empíricos, disponibilizados integralmente, em uma perspectiva de dados abertos, assim como o rigor metodológico, buscando-se uma descrição detalhada dos procedimentos adotados, constituem os grandes aportes da pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ICONOGRÁFICAS

CARTA em q se mostra a corrente dos rios Guaporé e Mamoré a principiari em Va. Bella captal. do Mato Grosso. [1776?]. 1 mapa ms., col., desenho a nanquim, 262 x 52,5cm em f. 270 x 60,5. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart474046/cart474046.jpg. Acesso em: 24 ago. 2021.

IDEIA geographica dos territorios portuguezes que comprehende o Governo e Capitania General do Matto Grosso e Cuiabá. Confinantes as Provincias Castelhanas de Chiquitos e de Mojos. [178-?]. 1 mapa ms., desenho a nanquim, aquarelado, 136 x 178 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart520418/cart520418.jpg. Acesso em 20 ago 2021.

PLAN de Cuyaba, Mato Grosso y pueblos de los yndyos Chyquytos y S. Cruz: Sacado por orñ. de el Senõr Governador D. Tomas de Lezo. [ca.1778]. 1 mapa ms., desenho a tinta ferrogálica, 27 x 42,5. Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br:8080/jspui/handle/123456789/358>. Acesso em: 24 ago. 2021.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Parte do Brazil que comprehende a navegação que se faz pelos tres Rios Madeira, Mamoré e Guaporé, athe Villa Bella, Capital do Governo do Matto Grosso, com Estabelecimentos Portuguezes, e Espanhoes, aelles adjacentes. 1777. 1 mapa ms., desenho a tinta nanquim, 43,6 x 60,8cm em f. 47,7 x 64,7. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart543212/cart543212.jpg. Acesso em: 24 ago. 2021.

BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Renata Gomes de. Acre: Integração Transfronteiriças Com o Peru e a Bolívia. *In*: ACRE, Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Cultural político: memórias, identidades e territorialidade. ZEE/AC, fase II, escala 1:250.000 / Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre. - Rio Branco, Acre: SEMA, 2010, p. 136-164. Disponível em: <https://historiapt.info/pars_docs/refs/4/3809/3809.pdf>. Acesso em 4 set. 2021.

ALVES, Flávia Lima e. O Tratado de Petrópolis: interiorização do conflito de fronteiras, **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, ano 42, nº 166, abril/junho de 2005, p. 131-159. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496898/RIL166.pdf?sequence=1#page=130>. Acesso em 30 nov 2019.

ANCEL, Jacques. **Géopolitique**. Paris: Librairie Delagrave, 1936.

- ANCEL, Jacques. **Géographie des Frontières**. Paris: Gallimard, 1938.
- ANDRADE, Manuel Correia. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Ática, 1989.
- ANTAS JR, Ricardo Mendes. **Território e regulação**: espaço geográfico como fonte material e não-formal do direito. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2005.
- AQUINO, Rafael Norberto. **Efeitos da imposição de um projeto de recuperação de matas ciliares em Colorado do Oeste – RO**. Tese (Doutorado em Agronomia) – Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/194084>. Acesso em 18 out 2021.
- ARAÚJO, Renata Malcher de. A Urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII: Povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.20. n.1. p. 41-76. jan.-jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v20n1/v20n1a03.pdf>. Acesso em 30 nov 2019.
- ARREOLA, Daniel D. Border-city idee fixe. Geographical review, Vol. 86, No. 3, Latin American Geography, jul. 1996, p. 356-369. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/215499>. Acesso em 20 jan. 2022.
- ARROYO, M. Fluidez e porosidade do território brasileiro no contexto da integração continental. In: SILVEIRA, M. L. (Org.). **Continente em chamas**: globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 211-242, 2005.
- BARROSO, Lourismar da Silva. **Real Forte Príncipe da Beira**: ocupação oeste da Capitania de Mato Grosso e seu processo construtivo (1775-1783). Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/5964/2/467905%20-%20Texto%20Completo.pdf>. Acesso em 20 ago. 2021.
- BENEDETTI, Alejandro. Los espacios fronterizos binacionales del sur sudamericano en perspectiva comparada. Revista **GeoPantanal**, UFMS/AGB, Corumbá/MS, V. 8, N. 15, 37-62, jul./dez. 2013. Disponível em <http://seer.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/274/328>. Acesso em 10 mai 2019.
- BENEDETTI, Alejandro; SALIZZI, Esteban. Fronteras en la construcción del territorio argentino. **Cuadernos de Geografía**, 23(2), 2014, p. 121-138. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rcdg/v23n2/v23n2a09.pdf>. Acesso em 10 mai 2019.
- BLAU, Alexandre Resende Dias. **O “ouro vermelho” e a política de povoamento da Capitania de Mato Grosso**: 1752-1798. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso, 2007.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

BORCHE, Maria Isavel Alves Fonseca da Silva. O acesso à terra e a justiça social em Rondônia: o caso do Território da Zona da Mata. Dissertação – Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Universidade Federal de Rondônia. Rolim de Moura, 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/294854379.pdf>. Acesso em 20 out 2021

BRIGOLA, João Carlos. Viagem, Ciência e Administração no Brasil colonial – Os gabinetes setecentistas de história natural de Luís Pinto de Balsemão, de Luís de Vasconcelos e Sousa e de Luís de Albuquerque Cáceres. *In*: SILVA, F. Ribeiro da; CRUZ, M. Antonieta; RIBEIRO, J. Martins. **Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos**, v. 1. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 331-339. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4973.pdf>. Acesso em 20 ago. 2021.

CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar; NUNES, Dorisvalder Dias; WATANABE, Michel; NUNES, Adriana Cristina da Silva. Influência das redes de transporte e energia no processo de organização e (re) organização territorial em Rondônia/Brasil. *In*: PALHETA, João Marcio; NASCIMENTO, Flávio Rodrigues do; SILVA, Christian Nunes da. **Grandes empreendimentos e impactos territoriais no Brasil**. Belém: GAPTA/UFGA, 2017, p. 161-182.

CARBONESI, Joana. "**Vila Bela da Santíssima Trindade**". *In*: BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: http://lhs.unb.br/atlas/Vila_Bela_da_Sant%C3%ADssima_Trindade. Acesso em: 30 de jul. 2021.

CARBONESI, Joana. "**Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá**". *In*: BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: http://lhs.unb.br/atlas/Vila_Real_do_Senhor_Bom_Jesus_de_Cuiab%C3%A1. Acesso em: 30 de julho de 2021

CARBONESI, Joana. "**São Pedro del Rei**". *In*: BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: http://lhs.unb.br/atlas/S%C3%A3o_Pedro_del_Rei. Acesso em: 31 de julho de 2021.

CARDOZO, Ivaneide Bandeira; VALE JUNIOR, Israel Correa do; RIBEIRO, Thamyres Mesquita. Terra indígena Rio Guaporé. Organizadores. Brasília: ECAM, 2019. Disponível em: http://www.kaninde.org.br/wp-content/uploads/2020/09/EBOOK_RIOGUAPORÉ.pdf. Acesso em 4 out 2021.

CARRIÓN, Fernando. Ciudades intermedias: entre una pirámide trunca y una red urbana en construcción. *In*: CANZIANI, José; SCHEJTMAN, Alexander (Orgs.), **Ciudades intermedias y desarrollo territorial**, 2013. Lima: Fondo Editorial da Pontificia Universidade Católica do Perú, 2015, p. 21-31.

CARVALHO, Francismar Aex Lopes de. Cruzando fronteiras e negociando lealdades: índios missionários entre os domínios ibéricos de Mojos, Chiquitos e Mato Grosso (c. 1767-1800). **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [Online], Debates,

2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/62485>. Acesso em 4 dez. 2019.

CARVALHO, Jucineth Glória do Espírito Santo Vital de. Fronteiras e fronteiriços: "O eu e o outro" nas narrativas de brasileiros. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11835>. Acesso em 13 out 2021.

CATAIA, Márcio Antônio. Fronteiras: territórios em conflitos. **Geografia em questão**, v. 3. n. 1, 2010. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/4296/3309>. Acesso em 10 mar 2019.

CINTRA, Jorge Pimentel. O Mapa das Cortes e as fronteiras do Brasil. **Boletim de Ciências Geodésicas**, v. 18, n. 3, p. 421-445, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1982-21702012000300005&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em 6 abr. 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

COSTA, Wanderley Messias. **Geografia política e geopolítica**. São Paulo: Hucitec, 1992.

COSTA, Denildo da Silva; SOUZA, Célia Alves de; CASTRILON, Solange Kimie Ikeda. Caracterização da comunidade San Nicolás del Cerrito, San Ignacio de Velasco, Bolívia. *Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais*, v. 9, n. 1, p. 103-118, 2018. Disponível em: <http://www.sustenere.co/index.php/rica/article/view/CBPC2179-6858.2018.001.0008/1052>. Acesso em 29 abr. 2021.

COSTA MARQUES, Manuel Esperidião da. **Região Ocidental de Matto Grosso**. Viagem e estudos sobre o Valle do Baixo Guaporé da cidade de Matto Grosso ao Forte do Príncipe da Beira. 1908. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/14376/regiao_occidental_marques.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso: 28 ago. 2021.

COUTO, Felipe Rabelo. A questão do Acre e a solução de Rui Barbosa. **Veredas da História**, [online], v.8, n.1, 2015, p. 55-85. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rvh/article/download/48274/26234/189392>. Acesso em 20 out. 2021.

CRUZ, Tereza Almeida. **Um estudo comparado das relações ambientais de mulheres da floresta do vale do Guaporé (Brasil) e do Mayobe (Angola)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/96390>. Acesso em 2 set. 2021.

DILLA ALFONSO, Haroldo. Los complejos urbanos transfronterizos en América Latina. **Estudios fronterizos**, v. 16, n. 31, p. 15-38, 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.org.mx/pdf/estfro/v16n31/v16n31a2.pdf>. Acesso em 22 jan. 2022.

DILLA ALFONSO, Haroldo; JAQUET, Héctor; NOGUEIRAS, Ricardo; OLÁZABAL, Tito Alegría; PEÑA, Sergio; TRAUB-WERNER, Marion; MARTÍNEZ, Mario Valero; LÓPEZ TRIGAL, Lorenzo. **Ciudades en la Frontera: Aproximaciones críticas a los complejos urbanos transfronterizos**. Santo Domingo: Editora Manatí, 2008.

DILLA ALFONSO, Haroldo; WINKLER, Ingrid Breton. Las regiones transfronterizas en América Latina. **Polis** (on line), n. 51, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/16089>. Acesso em 16 dez. 2019.

D'ORBIGNY, Alcide. **Descripción Geografica, Histórica y Estadística de Bolivia**, Tomo 1. Paris: Libreria de los señores Gide y Compañia, 1843.

DORFMAN, Adriana; BENEDETTI, Alejandro. Fronteras y Movilidades: presentación dossier. **Transporte y Territorio**, n. 9, p. 1-10, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37335/24114>. Acesso em 20 fev. 2021.

DORFMAN, Adriana; FRANÇA, Arthur Borba Colen; ASSUMPÇÃO, Marla Barbosa. Fronteiras Sul-americanas: História, formas e processos contemporâneos. **Anuário Unbral das fronteiras brasileiras**. Porto Alegre: Letra 1/IGEO UFRGS, 2016, v. 2, p. 79-123. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/150150/001008410.pdf>. Acesso em 20 set 2019. DOI 10.21826/2525-913X-2015-2p97-123

ESPÍRITO SANTO, Anderson Luís do; COSTA, Edgar Aparecido da; BENEDETTI, Alejandro Gabriel. A feira livre de Corumbá/MS na fronteira Brasil-Bolívia. **Boletim de Geografia**, v. 35, n. 3, p. 93-108, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/325317117>. Acesso em 13 out. 2021.

EUZÉBIO, Emerson Flávio. A porosidade territorial na fronteira da Amazônia: as cidades gêmeas Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia). **Cuadernos de Geografía**, v. 23, n. 1, p. 109-124, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/download/35129/21118>. Acesso em 7 nov 2018.

FARIAS JUNIOR, Emmanuel de Almeida. Territórios quilombolas em linhas de fronteira: quilombolas do Forte Príncipe da Beira. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 65, n. 1, p. 36-39, jan. 2013. Disponível em <http://dx.doi.org/10.21800/S0009-67252013000100015>. Acesso em 25 ago. 2021.

FERNANDES, Roberto Mauro da Silva. Cotidiano fronteiriço versus deliberações de Estado: aniquilamento de classe e desentrosamento(s) de governança na zona de fronteira Brasil/Bolívia. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 16, n. 1, 2015. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/3423>. Acesso em 12 mar 2020.

FERREIRA, Rebeca Campos. Fortes quilombolas do Forte: judicialização e resolução de conflitos no Quilombo do Forte Príncipe da Beira, Rondônia. **Amazônica** - Revista de Antropologia, v. 12, n. 1, p. 21-47, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/8513>. Acesso em 2 set. 2021.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Enciclopédia ilustrada de Mato Grosso**. Cuiabá: Defanti, 2014.

FONSECA, Dante Ribeiro da. Região e história, um problema de conceito: o caso da colonização do madeira durante o século XIX. Rev. de Educação, Cultura e Meio Ambiente, n. 13, v. 2, 1998, p. 50-64. Disponível em: http://www.revistapresenca.unir.br/artigos_presenca/presenca13completa.pdf#page=50. Acesso em 26 ago. 2021.

FOUCHER, Michel. **L'invention des frontières**. Paris: Fondation pour les Études de Défense Nationale, 1986.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GARCIA, João Carlos. Nossa Senhora Mãe dos Homens de Araraitaguaba: O Lugar no Mapa. **IBERO RAFIAS**, Rev. Estudos Ibéricos, nº 12, Ano XII, 2016, p. 21-30. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Fatima-Velez-De-Castro/publication/310990726_Tarrafal_ensaio_visual_sobre_a_inexistente_memoria_do_confinamento_geografico/links/583c0f5108ae1ff4598295b1/Tarrafal-ensaio-visual-sobre-a-inexistente-memoria-do-confinamento-geografico.pdf#page=21. Acesso em 20 ago. 2021.

GARCIA, Thiago Almeida. **No chão da escola é diferente?** A educação escolar indígena de duas comunidades Chiquitano na fronteira Brasil/ Bolívia. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/8600>. Acesso em 20 ago 2021.

GILBERT ARCE, J. **Cronología de hechos históricos de la España medieval y de la conquista española de América y el Pacífico**. Secuencia de fundación de ciudades. 2017. Disponível em: <https://cronologiahistorica.com/wp-content/uploads/2020/12/secuenciainfundacion.pdf>. Acesso em 18 ago 2021.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas**: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. Brasília: FUNAG, 2015.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, 2012, p. 523-545. Disponível em: http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/download/86/2012v2n3_Gottmann/. Acesso em 4 abr. 2019.

GUIMARAES, Paulo Henrique; FIGUEIREDO, Adriano; BONJOUR, Sandra. O Sistema de Distribuição de Gás Natural em Mato Grosso: Uma Abordagem Institucionalista. **Panorama Socioeconômico**, v. 28, n. 41, p. 126-143, 2010.

Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/399/39920230006.pdf>. Acesso em 20 jan. 20223.

GUIERAS MOMBOLA, Anna. **Para una historia del Beni**. Un estudio socioeconómico, político e ideológico de la Amazonía boliviana, siglos XIX-XX. Tese (Doutorado em História). Universidade de Barcelona. 2011.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Etc..., espaço, tempo e crítica**. N.º 2(4), vol. 1, 2007, p. 39-52.

HOUSE, John W. The frontier zone: a conceptual problem for policy makers. **International Political Science Review**, v. 1, n. 4, p. 456-477, 1980. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/019251218000100403>. Acesso em 21 out 2018.

JUSTINIANO ZARATE, Osvaldo. **Análisis y evaluación de la problemática de la penetración pacífica de subsidios en el país y el rol que debe desempeñar las Fuerzas Armadas**. Tese (Graduação em Direito). Universidad Mayor de San Andrés. La Paz, Bolívia, 2008. Disponível em: <https://repositorio.umsa.bo/bitstream/handle/123456789/18896/T-2192.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 7 out 2021.

KRALICH, Susana; BENEDETTI, Alejandro; SALIZZI, Esteban. Aglomeraciones transfronterizas y movilidad. Una aproximación desde casos sudamericanos. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 38, n. 1-2, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37319/24101>. Acesso em 3 mai 2019.

KRISTOF, Ladis K. D. The nature of frontiers and boundaries. *Annals of the Association of American Geographers*, 49(3), 269–282, 1959. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-8306.1959.tb01613.x>. Acesso em: 10 mar 2019.

LEMOS, Walter Gustavo da Silva. **Os acordos de Roboré e o pensamento geopolítico brasileiro**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2015.

LIMPIAS ORTIZ, Víctor Hugo. Misión de Moxos. Apuntes, Bogotá, v. 20, n. 1, p. 70-91, jun 2007. Disponível em <http://www.scielo.org.co/pdf/apun/v20n1/v20n1a05.pdf>. Acesso em 29 jul 2021.

LIRA, Jonatha Rodrigo de Oliveira. Mobilidade espacial na fronteira e a formação de espaços de vida na Amazônia: o caso das cidades gêmeas de Guajará-Mirim (Brasil) e Guayaramerín (Bolívia). **Geografares**, p. 118-131, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/17051>. Acesso em 10 out. 2021.

LYNCH, John. As origens da independência da América Espanhola. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina: da independência a 1870**. São Paulo: Edusp; Brasília: FUNAG, 2009. v. III, p. 22.

LÓPEZ TRIGAL, Lorenzo; DEL POZO, Paz Benito. (1999). **Geografía política**. Madri: Ediciones Cátedra.

MACHADO, Lia Osorio, Estado, territorialidade, redes. Cidades-gêmeas na zona de fronteira sul-americana. *In*: SILVEIRA, Maria Laura. **Continentes em Chamas**. Globalização e Território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 245-281.

MACHADO, Lia Osório. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, nº 8, jan./jun., 2000, p. 7-23.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. *In*: STROHAECKER, Tânia Marques; DAMIANI, Amélia; SCHÄFFER, Nely Blauth; DUTRA, Viviane Saad (orgs.). **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Porto Alegre, 1998, p. 41-49.

MACHADO, Lia Osorio; RIBEIRO, Leticia Parente; MONTEIRO, Licio Caetano do Rego. Geopolítica fragmentada: interações transfronteiriças entre o Acre (BR), o Peru e a Bolívia. **Cuadernos de Geografía** - Revista Colombiana de Geografía, vol. 23, núm. 2, julio-diciembre, 2014, pp. 15-30. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=281830704002>. Acesso em 19 dez 2020.

MARATÓ, René Pereira. Las ciudades bolivianas, ¿cómo entenderlas? *In*: WANDERLEY, Fernanda (Org.). **Estudios urbanos en la encrucijada de la interdisciplinaridad**. La Paz: CIDES/UMSA, 2009, p. 95-116.

MARCHI MOYANO, Bianca de; ARRAYA PAREJA, Laura. Guayaramerín: una frontera marcada por el río Mamoré y las cachuelas. **ÍCONOS Revista de Ciencias Sociales**, n. 70, v. XXV, 2do cuatrimestre, mayo-agosto 2021, p. 15-36. Disponível em: <https://doi.org/10.17141/iconos.70.2021.4670>. Acesso em 1 out 2021.

MARQUES, Ângela Maria. **Mobilidade, acesso a saúde e espaço de fronteira: o caso de Corumbá-MS, Puerto Quijarro e Puerto Suarez - Bolívia**. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/869062>. Acesso em 20 ago. 2021.

MATOS, Ralfo. Migração e urbanização no Brasil. **Revista Geografias**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, jan-jun, 2012 p. 7-23. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13326>. Acesso em 15 mar 2021.

MEDAN, Diego. Un diccionario chiquitano en la Biblioteca Arata, Universidad de Buenos Aires. **IHS - Antiguos jesuitas en Iberoamérica**, v. 3, n. 2, 2015, p. 109-129. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/62631>. Acesso em 13 out 2021.

MEIRELES, Denise Mald. **Guardiães da fronteira**. Rio Guaporé, século XVIII. Petrópolis: Vozes, 1989.

MEIRELES, Willainy dos Santos; SOUZA, Célia Alves de Souza. Caracterização dos elementos ambientais da subbacia do córrego Água Clara - MT. I Jornada

de Iniciação Científica da Unemat, Cáceres, MT, 2008. Disponível em: http://www.unemat.br/eventos/jornada2008/resumos_conic/Expandido_00261.pdf. Acesso em 20 ago. 2021.

MELLO, Mauro Pereira de. A questão de limites entre os estados do Acre, do Amazonas e de Rondônia: aspectos históricos e formação do território. **Revista Brasileira de Geografia**, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ano 1, n. 1 (1990, jan./mar.), p. 5-71. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1990_v52_n4.pdf. Acesso em 30 nov. 2019.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. What is the urban in the contemporary world?. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 3, p. 942-948, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csp/2005.v21n3/942-948/en>. Acesso em 5 fev 2020.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Urbanização extensiva e novas fronteiras urbanas no Brasil. *In*: RASSI NETO, Elias; BÓGUS, Cláudia Maria (orgs.). **Saúde nos aglomerados urbanos**: uma visão integrada. Série Técnica Projeto de Desenvolvimento de Sistemas e Serviços de Saúde, 3. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2003, p. 79-95.

MONTEROS CUEVA, Karina. **El barroco mestizo en Chiquitos**, Bolivia. Conservación de la misión jesuita Santa Ana de Velasco. **Academia XXII**, v. 6, n.º 10, fev.-jul, 2015, pp. 41-51. Disponível em: <http://revistas.unam.mx/index.php/aca/article/view/48973>. Acesso em 15 ago. 2021.

MORAIS, Maria de Jesus. **O processo de urbanização no Estado do Acre – Brasil**. A Situação Proto Urbana. *In*: VIII EGAL, 2001, Santiago de Chile. VIII EGAL, 2001. Disponível em <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/56.pdf>. Acesso em 1 set 2021.

MOREIRA, Paula Gomes. Trajetórias conceituais e novas formas de interação nas fronteiras brasileiras. *In*: PÊGO, Bolívar *et al.* **Fronteiras do Brasil**: uma avaliação de política pública, v. 1. Rio de Janeiro: Ipea, MI, 2018.

MOURA, Rosa; OLIVEIRA, Samara. Referências sobre a faixa de fronteira e os arranjos transfronteiriços do Brasil. *In*: PÊGO, Bolívar *et al.* **Fronteiras do Brasil**: uma avaliação de política pública, v. 1. Rio de Janeiro: Ipea, MI, 2018.

NEVES, Thaís Cardoso das. **A fronteira oeste no Governo de João de Albuquerque**: a demarcação de limites e seus personagens (1789-1796). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2019.

NINA, Osvaldo; ARDUZ, Mario. Zonas Metropolitanas. *In*: ANDERSON, Lykke E; BRASINA, Boris; CANELAS, Stefano (Orgs.). **El ABC del desarrollo en Bolivia**. Fundación INESAD, La Paz, 2016, p. 282-292. Disponível em: https://www.academia.edu/34766399/El_ABC_del_desarrollo_en_Bolivia?bulkD

[ownload=thisPaper-topRelated-sameAuthor-citingThis-citedByThis-secondOrderCitations&from=cover_page](#). Acesso em 10 jul. 2022.

NOGUEIRA NETO, Antonio. As migrações e o crescimento econômico do Estado de Rondônia (1970 a 2010). Tese (Doutorado em Economia Regional), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Toledo, 2018. Disponível em: http://131.255.84.103/bitstream/tede/3580/2/Antonio_Noqueira_Neto_2018.pdf. Acesso em 2 set 2021.

OLIVEIRA, Ovídio Amélio de. **História, desenvolvimento e colonização do estado de Rondônia**. Porto Velho: Dinâmica Editora e Distribuidora, 2004.

PACINI, Aloir. **Identidade étnica e Território Chiquitano na fronteira** (Brasil-Bolívia). Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 20120. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/54128>. Acesso em 20 ago. 2021.

PAIPILLA FERNÁNDEZ, Stephany Giovanna. Do que você gosta?: epistemologias chiquitanas das comunidades de Nova Fortuna e Seringal, e sua relevância para uma educação intercultural. 2021. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Cuiabá, 2021. Disponível em: <https://ri.ufmt.br/handle/1/2706>. Acesso em 13 out 2021.

PÊGO, Bolívar; MOURA, Rosa; NUNES, Maria. interações entre Cáceres (Mato Grosso) e San Matias (Bolívia): a pertinência de uma nova cidade gêmea brasileira. Boletim regional, urbano e ambiental, Brasília: Ipea, p. 39-47, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9659>. Acesso em 30 mar 2021.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. O antagonismo das normas territoriais no sudoeste da Amazônia: território usado e conflito de interesses em Rondônia e Acre. **Geografia**. Rio Claro, vol. 36 (número especial), 2011, p.107-117.

PERRIER BRUSLÉ, Laetitia. The front and the line: the paradox of south american frontiers applied to the bolivian case. **Geopolitics**, v.12, 2007: 57-77. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/263460894>. Acesso em 11 fev 2021.

PIGNATTI, Marta Gislene; CASTRO, Sueli Pereira. A fragilidade/resistência da vida humana em comunidades rurais do Pantanal Mato-Grossense (MT, Brasil). *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 15, p. 3221-3232, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000800027>. Acesso em 13 out 2021.

PINHEIRO, Zairo Carlos da Silva; SAHR, Cicilian Luiza Löwen. Imaginário e espacialidade vivida em narrativas quilombolas, Pimenteiras do Oeste – Rondônia, Brasil. **Ateliê Geográfico** - Goiânia-GO, v. 10, n. 1, p. 160-176, abr., 2016. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/35129>. Acesso em 2 set 2021.

PIQUET, Rosélia; MIRANDA, Elis. A indústria de gás no Brasil: implicações territoriais, incertezas e perspectivas. *Revista Universitaria de Geografía*, vol. 18, 2009, pp. 163-177. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/3832/383239099007.pdf>. Acesso em 20 jan. 2023.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Frédéric. Le sol, la société et l'État. **L'Année sociologique** (1896/1897-1924/1925), v. 3, p. 1-14, 1898. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27880898>. Acesso em 26 ago 2021.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. *In*: RIBEIRO, Ana Clara Torres et al. **Formas em crise**: utopias necessárias. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

RIEDEL, Franziska. **Comunidad de Versailles**. La Paz: Plural editores, 2020.

RIO, Gisela Pires do; COELHO, Maria Celia Nunes. Formação de regiões transfronteiriças na América do Sul: um estudo comparado de cadeias produtivas em espaços trinacionais. **Rev. Bras. Geogr.**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 1, jan./jun. 2020, p. 43-70. Disponível em: <https://rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/2375>. Acesso em 7 mai. 2021.

RUBIO, Carlos Junquera. El impacto de la minería aurífera en el Departamento de Madre de Dios (Peru). **Observatorio Medioambiental**, vol. 13, 2020, p. 169-202. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/OBMD/article/download/OBMD1010110169A/21193>. Acesso em 16 set. 2021.

SALGADO, Cristiane Batista; LIMA, Dermeson de Sousa; CAVALCANTE, Cláudio Roberto da Silva. **Análise da paisagem na Amazônia Sul-ocidental**: As transformações socioambientais no município de Acrelândia-AC. Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Vitória, ES, 10 a 16 de agosto de 2014. Disponível em: http://www.cbq2014.agb.org.br/resources/anais/1/1407204224_ARQUIVO_EDP_CRISTIANE_SALGADO_FINAL.pdf. Acesso em 1 set 2021.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 4. ed.

SANTOS, Milton. O retorno do território. *In*: **OSAL**: Observatorio Social de América Latina. Ano 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em 2 mai 2019.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, Ano XIII, n. 2, 1999 p. 15-26.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2008. 12. ed.

SCHERMA, Márcio Augusto. As fronteiras nas relações internacionais. **Revista Monções**, Vol.1, N.1 – Janeiro/Junho de 2012, p. 102-132. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/2075/1136>. Acesso em: 7 mai 2019.

SENA, Divino **Marcos de. Livres e pobres no centro da América do Sul**: um estudo sobre os camaradas (1808-1850). Dourados-MS: Ed. UFGD, 2013. Disponível em: <https://omp.ufgd.edu.br/omp/index.php/livrosabertos/catalog/download/138/205/486-1?inline=1>. Acesso em 9 out 2021.

SENA, Ernesto Cerveira de. “El defensor de la frontera”: a trajetória de Sebastián Ramos e as disputas fronteiriças (Brasil-Bolívia, 1825-1862). **Tempo**, v. 26, p. 92-122, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/Ppqwc3jNMzRyKWkWxrbDTnF/?lang=pt>. Acesso em 22 jul. 2021.

SILVA, Francisco Bento da. Homens e mulheres em fronteiras: criminalidade e sociabilidades em zonas de contato amazônicas no princípio do século XX. *Revista Labirinto (UNIR)*, v. 29, p. 82-94, 2019. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/7cd8/d52fd5d797d0ab4b54c35115e2865f0ec9e3.pdf>. Acesso em 24 ago. 2021.

SILVA, Joana Aparecida Fernandes. Identidades e conflitos na fronteira: poderes locais e os Chiquitano. *Memoria Americana*, Buenos Aires, v. 16, n. 2, p. 119-148, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/memoam/n16-2/n16-2a01.pdf>. Acesso em 11 out 2021.

SILVA, Yuri Freitas Marcondes da et al. Impactos do gasoduto Bolívia-Brasil: uma análise bibliométrica e qualitativa. **Revista Brasileira de Energia**. V. 28, n. 1, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Yuri-Freitas-Marcondes-Silva-2/publication/359579342_Impactos_do_Gasoduto_Bolivia-Brasil_uma_analise_Bibliometrica_e_Qualitativa/links/624433778068956f3c59902d/Impactos-do-Gasoduto-Bolivia-Brasil-uma-analise-Bibliometrica-e-Qualitativa.pdf. Acesso em 20 jan. 2023.

SILVEIRA, Maria Laura. Concretude territorial, regulação e densidade normativa. **Experimental**. n. 2. São Paulo: Laboplan-USP, 1997. p.35-45.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O desafio metodológico da abordagem interescolar no estudo de cidades médias no mundo contemporâneo. **CIDADES**, v. 3, n. 5, 2006, p. 143-157. Disponível em: <https://doi.org/10.36661/2448-1092.2006v3n5.12786>. Acesso em 20 ago. 2021.

STEIMAN, Rebeca; MACHADO, Lia Osório. Limites e fronteiras internacionais: uma discussão histórico-geográfica. *In: Fronteiras Platinas – Territórios e sociedades*. TRINCHERO, Héctor Hugo; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado. Dourados: Ed. UFGD, 2012, p. 257-278.

SUÁREZ MEDINA, Saúl. **Almanaque oriental**: Notas históricas, geográficas, biográficas, festividades de pueblos y otros datos del Oriente boliviano. Santa Cruz de la Sierra: Comité Pro Santa Cruz, 1994.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle Taunay (Visconde de). A cidade de Matto-Grosso, (antiga Villa-Bella): o rio Guaporé e a sua mais illustre victima: estudo historico. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert & C., 1891. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221725>. Acesso em 21 ago. 2021.

TEIXEIRA, Lucineide da Silva. Dinâmica territorial do Iata. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 52-64, jul./dez., 2014, p. 53-64. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/got.2014.v1.20357>. Acesso em 4 out 2021.

TEIXEIRA, Lucineide da Silva. **Dinâmicas territoriais em Rondônia**: conflitos fundiários entorno do Projeto Integrado de Colonização Sidney Girão (1970-2004). Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/6264/2/473841%20-%20Texto%20Completo.pdf>. Acesso em 30 ago. 2021.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. O rio e os tempos reflexões sobre a colonização e as questões ambientais do Vale do Madeira entre os séculos XVII e XXI. **Saber Científico**, v. 1, n. 2, p. 223-295, 2008. Disponível em: <http://periodicos.saolucas.edu.br/index.php/resc/article/view/1122/977>. Acesso em 20 ago 2021.

TEIXEIRA SOARES, Álvaro. **História da Formação das Fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1973, 3. ed.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; XAVIER, Delson Fernando Barcelos. **Santo Antônio do Guaporé**: direitos humanos, conflitos e resistência socioambiental. Rev. Direito e Práx., Rio de Janeiro, Vol. 9, n.º 1, 2018, p. 351-371. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/PtBgtQymjJtmcsZTZJ8gt7m/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 2 set 2021.

TOMAZI, Thaisa Maria Gazziero; LEITE, Camila Viais. **Desordens no Mato Grosso colonial**: transcrição comentada de um manuscrito de 1798. Revista Outras Fronteiras, v. 6, n. 2, 2019, p. 99-106. Disponível em: <http://ppghis.com/outrasfronteiras/index.php/outrasfronteiras/article/view/371>. Acesso em 13 out 2021.

VALCUENDE DEL RIO, José Maria; CARDIA, Lais M. Etnografia das fronteiras políticas e sociais na Amazônia ocidental: Brasil, Peru e Bolívia. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, V. XIII, n. 292, jun. 2009. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-292.htm>. Acesso em 18 jul. 2019.

VALERO MARTINEZ, Mario. Ciudad y fronteras. **Aldea Mundo**, v. 9, n. 17, p. 120-144, 2004. Disponível em

<http://erevistas.saber.ula.ve/index.php/aldeamundo/article/view/8818/0>. Acesso em 10 dez 2020.

VARGAS, Fábio Aristimunho. **Formação das fronteiras latino-americanas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017.

WALI, Alaka; HERBAS, Mónica. Comunidades humanas. *In*: ALVERSON, W. S.; MOSKOVITS, Debra K.; HALM, Isabel C (Org). **Bolivia**: Pando, Frederico Román. Rapid Biological Inventories Report 6. Chicago: Field Museum, 2003. Disponível em : <http://fm2.fieldmuseum.org/rbi/pdfs/bolivia06/bol06TechEsp.pdf>. Acesso em 4 set 2021.

ZAMBRANA LARA, Carlos G.. Historia Fotográfica del Puerto Cobija (1908). **Rev. Fuentes Cong**. [online]. fev. 2011, vol.5, n.12, p. 5-13.

ZÁRATE, Carlos G. (Org). **Espacios urbanos y sociedades transfronterizas en la Amazonia**. Letícia, Colômbia: Universidad Nacional de Colombia Seme Amazonia; Instituto Amazónico de Investigaciones Imani, 2012.

DOCUMENTAIS E LEGAIS

BOLÍVIA. **Constituição Política do Estado Plurinacional da Bolívia** de 2009.

BOLÍVIA. Decreto Supremo de 08/03/1900. Queda instituido bajo la dependencia directa del Ministerio de Colonización el Territorio Nacional de Colonias del Noroeste.

BRASIL; BOLÍVIA. **Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia sobre facilitação para o ingresso e trânsito de seus Nacionais em seus Territórios**. Santa Cruz de La Sierra, 8 de julho de 2004.

BRASIL; BOLÍVIA. **Acordo para permissão de residência, estudo e trabalho aos nacionais fronteiriços brasileiros e bolivianos**. Santa Cruz de La Sierra, 8 de julho de 2004.

BRASIL; BOLÍVIA. **Acordo sobre demarcação de limites**. (Acordo de Roboré, NR. 1.C/R). La Paz, 29 de março de 1958.

BRASIL; BOLÍVIA. Tratado de limites e comunicações ferroviárias (Tratado de Natal). Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 1928. BOLÍVIA; BRASIL. **Tratado de permuta de territórios e outras compensações** (Tratado de Petrópolis). Petrópolis, 17 de novembro de 1903.

BRASIL; BOLÍVIA. **Tratado de amizade, limites, navegação, comércio e extradição** (Tratado de La Paz de Ayacucho). Paz de Ayacucho, 27 de março de 1867.

BRASIL. **Constituição Federal** de 1988.

BRASIL. **Decreto** nº 85.064, de 26 de agosto de 1980. Regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira.

BRASIL. **Lei** nº 6.634, de 2 de maio de 1979. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR. 2019. Portaria nº 1.080, de 24 de abril 2019.

GUAYARAMERÍN, Gobierno Autónomo Municipal. Plan territorial de desarrollo integral del municipio de Guayaramerín para vivir bien (PDTI: 2016 - 2020). Guayaramerín: Gobierno Autónomo Municipal, 2015. Disponível em: https://guayaramerin.gob.bo/uploads/documento/ptdi-gya_74dae10e752e040.pdf. Acesso em 12 ago. 2021.

IBGE. Regiões de influência das cidades: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf>. Acesso em 10 nov. 2021.

IBGE. Divisão territorial do Brasil. Relação de municípios e distritos em 1º-1-1970. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1980, 9. ed. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13607.pdf>. Acesso em 24 ago 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Enciclopédia dos municípios brasileiros - v.35. Municípios do Estado do Mato Grosso. Rio de Janeiro: 1958. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_35.pdf. Acesso em 27 ago 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Enciclopédia dos municípios brasileiros, v.14. Municípios dos Estados do Amazonas, Pará e Territórios. Rio de Janeiro: 1957. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_14.pdf. Acesso em 27 ago 2021.

INEI. Instituto Nacional de Estadística e Informática. **Almanaque de Madre de Dios**. Reseña Histórica. Lima: INEI, 2004.

MANCOMUNIDAD DE MUNICIPIOS CHIQUITANOS. Plan Estratégico de desarrollo sostenible y competitivo. Santa Cruz, Bolívia, 2002. Disponível em: https://www.bivica.org/files/chiquitania_plan-estrategico.pdf. Acesso em 20 ago. 2021.

NUEVA ESPERANZA, Alcaldía Municipal. Plan de Desarrollo Municipal. Cobija: Desarrollo Integral de Solidariedad y Progresso (DISOP), 1999. Disponível em: http://vpc.planificacion.gob.bo/uploads/PDM_S/09_PANDO/090501%20Nueva%20Esperanza.pdf. Acesso em 11 ago. 2021.

PUERTO QUIJARRO Gobierno Autónomo Municipal. Plan de Desarrollo Municipal. Tomo I: Diagnóstico. Puerto Quijarro: HUMUS SRL/Mancomunidad de Municipios de la Gran Chiquitania (MMGCH)/Fundación para la Conservación del Bosque Chiquitano (FCBC), 2001. Disponível em: http://fcbc.org.bo/wp-content/uploads/2016/10/1_DiagnosticoPQ.pdf. Acesso em 11 ago. 2021.

PUERTO SUÁREZ, Gobierno Autónomo Municipal. Plan de Desarrollo Municipal. Tomo I: Diagnóstico. PUERTO SUÁREZ: HUMUS SRL/Mancomunidad de Municipios de la Gran Chiquitania (MMGCH)/Fundación para la Conservación del Bosque Chiquitano (FCBC), 2001. Disponível em: http://vpc.planificacion.gob.bo/uploads/PDM_S/07_SANTA%20CRUZ/071401%20Puerto%20Suarez%20.pdf. Acesso em 11 ago. 2021.

RIBERALTA, Gobierno Municipal. **Plan Municipal de Desarrollo Sostenible**. Santa Cruz de la Sierra: editora Oriente, 1995. Disponível em: https://www.bivica.org/files/pdm_riberalta.pdf. Acesso em 12 ago. 2021.

SAN JAVIER, Gobierno Autónomo Municipal. Municipio de San Xavier: Plan Participativo de Desarrollo Municipal Sostenible. San Javier, Santa Cruz: Centro Integral de Desarrollo Social y Agropecuario (CIDESA), 2000. Disponível em: http://vpc.planificacion.gob.bo/uploads/PDM_S/07_SANTA%20CRUZ/071102%20San%20Xavier.pdf. Acesso em 11 ago 2021.

SAN MATÍAS, Gobierno Autónomo Municipal. Plan de Desarrollo Municipal. Tomo I: Diagnóstico. San Matías: HUMUS SRL/Mancomunidad de Municipios de la Gran Chiquitania (MMGCH)/Fundación para la Conservación del Bosque Chiquitano (FCBC), 2002. Disponível em: http://vpc.planificacion.gob.bo/uploads/PDM_S/07_SANTA%20CRUZ/071201%20San%20Matias%20.pdf. Acesso em 11 ago. 2021.

SAN MIGUEL DE VELASCO, Gobierno Autónomo Municipal. Plan de Desarrollo Municipal. Tomo I: Diagnóstico. San Miguel de Velasco: HUMUS SRL/Mancomunidad de Municipios de la Gran Chiquitania (MMGCH)/Fundación para la Conservación del Bosque Chiquitano (FCBC), 2001. Disponível em: http://vpc.planificacion.gob.bo/uploads/PDM_S/07_SANTA%20CRUZ/070302%20San%20Miguel%20de%20Velasco%20.pdf. Acesso em 11 ago 2021.

SAN RAFAEL DE VELASCO, Gobierno Autónomo Municipal. Plan de Desarrollo Municipal (2001-2005). Tomo I: Diagnóstico. San Miguel de Velasco: HUMUS SRL/Mancomunidad de Municipios de la Gran Chiquitania (MMGCH)/Fundación para la Conservación del Bosque Chiquitano (FCBC), 2001. Disponível em: https://www.bivica.org/files/pdm_san_rafael_velasco.pdf. Acesso em 11 ago 2021.

ENTREVISTAS

AILLÓN M., Francisco. **Entrevista com Francisco Aillón M., vice-presidente da comunidade de Bolpebra** [11 jan. 2022]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Bolpebra, Pando, 2022. 1 arquivo .mp3 (11min 42s) [Apêndice Q].

ARAMAYO IRIARTE, Carlos Fernando. **Entrevista com Carlos Fernando Aramayo Iriarte, Capitão e Diretor Departamental de Segurança e Cidadania de Pando (Bolívia)** [19 mai. 2022]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Virtual, 2022. 1 arquivo .mp3 (17min) [Apêndice K].

BASTOS, Alessandra Mamede. **Entrevista com Alessandra Mamede Bastos, Coordenadora Municipal de Proteção e Defesa Civil de Nova Mamoré (Rondônia, Brasil)** [6 out. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Virtual, 2021. 1 arquivo .mp3 (35min 46s) [Apêndice AL].

BRITO, Elivando de Oliveira. **Entrevista com Elivando de Oliveira Brito, Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de Guajará-Mirim (Rondônia, Brasil)** [2 ago. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Virtual, 2021. 1 arquivo .mp3 (16min 38s) [Apêndice AK].

CHILETTO, Rita de Cássia Oliveira. **Entrevista com Rita de Cássia Oliveira Chiletto, Coordenadora do Núcleo de Assuntos Internacionais da Casa Civil do Estado de Mato Grosso (Brasil)** [16 mar. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Virtual, 2021. 1 arquivo .mp3 (19min 45s) [Anexo L].

CHIPAUA CALLISAYA, Tiburcio. **Entrevista com Tiburcio Chipaua Callisaya, membro da comunidade de Puerto Evo Morales, Bella Flor (Pando, Bolívia)** [14 jan. 2022]. Entrevistador: André Vieira Freitas, 2022. 1 arquivo .mp3 (8min 24s) [Apêndice T].

CONDORI, Demecio. **Entrevista com Demecio Condori, membro da comunidade Mapajo, Bella Flor** [13 jan. 2022]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Mapajo (Bella Flor), Pando, Bolívia, 2022. 1 arquivo .mp3 (10min 11s) [Apêndice S].

CORREIA, Quedinei Barreto. **Entrevista com Quedinei Barreto Correia, Secretário Municipal de Assistência Social de Assis Brasil (Acre, Brasil)** [18 mai. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Virtual, 2021. 1 arquivo .mp3 (10min 28s) [Apêndice AE].

DACOSTA GUALACHABO, Raiza; DACOSTA RUIZ, Aldo. **Entrevista com Raiza Dacosta Gualachabo e Aldo Dacosta Ruiz, membros da comunidade San Juan de Puerto Ustarez, San Joaquín (Beni, Bolívia)** [20 jan. 2022]. Entrevistador: André Vieira Freitas. San Juan de Puerto Ustarez, San Joaquín, Beni, 2022. 1 arquivo .mp3 (10min 11s) [Apêndice Y].

ENCIMAS, Oscar. **Entrevista com Oscar Encimas, diretor de gestão da *alcaldía* municipal de Puerto Quijarro (Santa Cruz, Bolívia)**. [3 fev. 2022]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Puerto Quijarro, Santa Cruz, 2022. 1 arquivo .mp3 (12min 02s) [Apêndice AB].

FREIRE, Nevisson. **Entrevista com Nevisson Freire, economista da Secretaria de Planejamento do município de Brasiléia (Acre, Brasil)** [11 ago. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Virtual, 2021. 1 arquivo .mp3 (20min 02s) [Apêndice AH].

GRAZINELLI, Gabriela Guimarães. **Entrevista com Gabriela Guimarães Gazinelli, diplomata que atuou na missão diplomática brasileira em La Paz (Bolívia)** [24 mai. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Virtual, 2021. 1 arquivo .mp3 (38min 17s) [Apêndice N].

GIRALDO JUSTINIANO, Cecilia. **Entrevista com Cecila Giraldo Justiniano, Presidente da Assembleia Legislativa Departamental do Beni (Bolívia)** [31 jago. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Virtual, 2021. 1 arquivo .mp3 (13min 19s) [Apêndice J].

GUASABA VALD, Ivaldo. **Entrevista com Ivaldo Guasaba Vald, membro da comunidade Buena Vista, Magdalena (Beni, Bolívia)** [19 jan. 2022]. Entrevistador: André Vieira Freitas, Buena Vista, 2022. 1 arquivo .mp3 (12min 42s) [Apêndice X].

GUIMARÃES, Thaís Fernanda S. **Thaís Fernanda S. Guimarães, Coordenadora de Comércio Exterior da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul (Brasil)** [13 mai. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Virtual, 2021. 1 arquivo .mp3 (17min 53s) [Apêndice M].

GUTIERREZ PEREZ, Natalia. **Entrevista com Natalia Gutierrez Perez, arquiteta da alcaldía municipal de Puerto Suárez (Santa Cruz, Bolívia)**. [3 fev. 2022]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Puerto Suárez, Santa Cruz, 2022. 1 arquivo .mp3 (12min 02s) [Apêndice AA].

HENRY SOARES, Mercilia Raimunda. **Entrevista com Mercilia Raimunda Henry Soares funcionária da municipalidade provincial de Tahuamanu** [11 jan. 2022]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Iñapari, Madre de Dios, 2022. 1 arquivo .mp3 (10min 28s) [Apêndice AO].

KINN FRANCO, José. **Entrevista com o Embaixador do Estado Plurinacional da Bolívia** [30 set. 2019]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Brasília, 2019. 1 arquivo .mp3 (27min 26s). [Apêndice G]

KISHI, Wilson Massaharo. **Entrevista com Wilson Massaharo Kishi, Secretário Municipal de Administração de Cáceres (Mato Grosso, Brasil)**. [28 jul. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Virtual, 2021. 1 arquivo .mp3 (46min 06s) [Apêndice AJ].

LEITE, Isabella Almeida Silva. **Entrevista com Isabella Almeida Silva Leite, Assessora de Relações Institucionais e Internacionais do Governo do Estado de Rondônia (Brasil)** [30 jun. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Virtual, 2021. 1 arquivo .mp3 (42min 02s) [Apêndice N].

MARQUES, Cássio Augusto da Costa. **Entrevista com Cássio Augusto da Costa Marques, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável de Corumbá (Mato Grosso do Sul, Brasil)** [7 mai. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Virtual, 2021. 1 arquivo .mp3 (40min 32s) [Apêndice AC].

OHARA, Alexandre. Entrevista com **Alexandre Ohara, Secretário Municipal de Assistência Social de Ladário (Mato Grosso do Sul, Brasil)** [18 ago. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Virtual, 2021. 1 arquivo .mp3 (25min 49s) [Apêndice AD].

OLIVEIRA, Ecleziarte Rodrigues de. **Entrevista com Ecleziarte Rodrigues de Oliveira, Assessor de Comunicação da Prefeitura Municipal de Capixaba** [8 jun. 2021]. Entrevistador André Vieira Freitas [8 jun. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Virtual, 2021. 1 arquivo .mp3 (20min 48s) [Apêndice AF].

OLIVEIRA JUNIOR, Elias Amorim. **Entrevista com Elias Amorim de Oliveira Junior, Secretário de Planejamento do município de Plácido de Castro (Acre, Brasil)** [25 set. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Virtual, 2021. 1 arquivo .mp3 (45min 58s) [Apêndice AI].

ORESPE RODRÍGUEZ, Emiliana. **Entrevista com Emiliana Orespe Rodriguez, vicealcaldesa de Villa Bella, Guayaramerín (Beni, Bolívia)** [20 nov. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Villa Bella, Guayaramerín, Beni, 2022. 1 arquivo .mp3 (2min 53s) [Apêndice V].

PESSOA, Elvis. **Entrevista com Elvis Pessoa, presidente da comunidade Forte Príncipe da Beira, Costa Marques (Rondônia, Brasil)** [19 jan. 2022]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Costa Marques, Rondônia, 2022. 1 arquivo .mp3 (17min 26s) [Apêndice AM].

QUARY, Alejandro. **Entrevista com Alejandro Quary, agricultor e membro da comunidade Villa Bella, Guayaramerín (Beni, Bolívia)** [20 nov. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Villa Bella, Guayaramerín, Beni, 2021. 1 arquivo .mp3 (2min 53s) [Apêndice W].

REIS MELENA, Ana Lucia. **Entrevista com entrevista com Ana Lucia Reis Melena, Alcaldesa municipal de Cobija (Pando, Bolívia)** [20 out. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Virtual, 2022. 1 arquivo .mp3 (23min 11s) [Apêndice P].

RIVERO ALCÁNTARA, Rivero. **Entrevista com Gary Rivero Alcántara, Secretário de Coordenação Institucional do Governo Autônomo Departamental de Santa Cruz (Bolívia)** [15 abr. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Virtual, 2021. 1 arquivo .mp3 (19min 45s) [Anexo I].

ROCHA NETO, José Cassiano da; NASCIMENTO, Adriana Silva Nascimento; MIRANDA, Krefia Gonçalves Ferreira. **Entrevista com José Cassiano da Rocha Neto, Secretário Adjunto de Ação Social, Adriana Silva Nascimento, Chefe do Gabinete da Prefeitura e Krefia Gonçalves Ferreira Miranda, Secretária Municipal de Ação Social de Costa Marques (Rondônia, Brasil)** [19 jan. 2022]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Costa Marques, Rondônia, 2022. 1 arquivo .mp3 (15min 26s) [Apêndice AN]

RUIZ MONTERO, Luiz Alberto. **Entrevista com Luiz Alberto Ruiz Montero, servidor da Alcaldía de Guayaramerín (Beni, Bolívia)** [17 nov. 2021].

Entrevistador: André Vieira Freitas. Guayaramerín, 2021. 1 arquivo .mp3 (12min 59s) [Apêndice U].

SANTOS, Paulo César Rocha dos. **Entrevista com Paulo César Rocha dos Santos, Coronel PM e Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública do Acre (Brasil)** [12 mai. 2022]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Virtual, 2021. 1 arquivo .mp3 (13min 26s) [Apêndice O].

SOUZA, Sérgio Lopes. **Entrevista com Sérgio Lopes de Souza, Prefeito do município de Epiaciolândia (Acre, Brasil)** [5 ago. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Virtual, 2021. 1 arquivo .mp3 (23min 10s) [Apêndice AG].

VARGAS, Omar. **Entrevista com Omar Vargas, engenheiro ambiental da *alcaldía* municipal de San Matías (Santa Cruz, Bolívia)** [27 jan. 2022]. Entrevistador: André Vieira Freitas. San Matías, Santa Cruz, 2022. 1 arquivo .mp3 (13min 52s) [Apêndice Z].

YVA ORTEGA. **Entrevista com Alfredo Yva Ortega, servidor público do município de Nueva Esperanza (Pando, Bolívia)** [19 nov. 2021]. Entrevistador: André Vieira Freitas. Nueva Esperanza, 2021. 1 arquivo .mp3 (12min) [Apêndice R].

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário tipo I – Centralidade nos núcleos fronteiriços: fluxos direcionados a outros núcleos (versão em português)

Localidade: _____

Nome (informante): _____

Telefone ou e-mail: _____

Cargo/posição: _____

Grupo

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> 1. Prefeitura | <input type="checkbox"/> 6. Polícia /Exército |
| <input type="checkbox"/> 2. Correios | <input type="checkbox"/> 7. Igreja |
| <input type="checkbox"/> 3. Cartório | <input type="checkbox"/> 8. Assoc. de Lojistas |
| <input type="checkbox"/> 4. Fórum Municipal | <input type="checkbox"/> 9. Rádios locais |
| <input type="checkbox"/> 5. Ag. Bancária | <input type="checkbox"/> 10. Líderes comunitários |

1. Quais são os núcleos/municípios mais procurados pela população para compra de artigos de vestuário e calçados para consumo próprio?

Lugar	País	UF/Dpto	Núcleo / Munic.
1º			
2º			
3º			
4º			
5º			
Outros			

2. Quais são os núcleos/municípios mais procurados pela população para compra de móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática?

Lugar	País	UF/Dpto	Núcleo / Munic.
1º			
2º			
3º			
4º			
5º			
Outros			

3. Quais são os núcleos/municípios mais procurados pela população para utilização de serviços de saúde de baixa e média complexidade (consultas médicas e odontológicas, raio x, colocação de gesso, etc.)?

Lugar	País	UF/Dpto	Núcleo / Munic.
1º			
2º			
3º			
4º			
5º			
Outros			

4. Quais são os núcleos/municípios mais procurados pela população para utilização de serviços de saúde de alta complexidade (internações, cirurgias, ressonância magnética, tomografia, tratamento de câncer etc.)?

Lugar	País	UF/Dpto	Núcleo / Munic.
1º			
2º			
3º			
4º			
5º			
Outros			

5. Quais são os núcleos/municípios mais procurados pela população para cursar ensino superior?

Lugar	País	UF/Dpto	Núcleo / Munic.
1º			
2º			
3º			
4º			
5º			
Outros			

6. Quais são os núcleos/municípios mais procurados pela população para ir a shows, festas, festivais, cinemas, teatros, museus e outras atividades culturais?

Lugar	País	UF/Dpto	Núcleo / Munic.
1º			
2º			
3º			
4º			
5º			
Outros			

7. Quais são os núcleos/municípios mais procurados pela população para ir a eventos esportivos, incluindo práticas esportivas pela própria população?

Lugar	País	UF/Dpto	Núcleo / Munic.
1º			
2º			
3º			
4º			
5º			
Outros			

8. Quais são os núcleos/municípios mais procurados pela população para acessar aeroportos?

Lugar	País	UF/Dpto	Núcleo / Munic.
1º			
2º			
3º			

9. Quais jornais impressos editados em outros núcleos/municípios são vendidos ou distribuídos gratuitamente nesta localidade/município?

Lugar	País	UF/Dpto	Núcleo / Munic.
1º			
2º			
3º			
4º			
5º			
Outros			

Não circulam jornais nesse município

Apêndice B – Questionário tipo I – Centralidade nos núcleos fronteiriços: fluxos direcionados a outros núcleos (versão em espanhol)

Localidad: _____

Nombre (informante): _____

Teléfono o correo electrónico: _____

Título/posición: _____

Grupo

- () 1. Alcaldía () 6. Policía/Fuerzas Armadas
 () 2. Servicio postal () 7. Iglesia
 () 3. Notario público () 8. Assoc. de comerciantes
 () 4. Foro Municipal () 9. Radios locales
 () 5. Agencia Bancaria () 10. Lideres comunitarios.

1. ¿Cuáles son los núcleos / municipios más buscados por la población para la compra de ropa y calzado para consumo propio?

Lugar	País	UF/Dpto	Núcleo / Munic.
1º			
2º			
3º			
4º			
5º			
Otros			

2. ¿Cuáles son los núcleos / municipios más buscados por la población para la compra de muebles, electrodomésticos, electrónica y tecnologías de la información?

Lugar	País	UF/Dpto	Núcleo / Munic.
1º			
2º			
3º			
4º			
5º			
Ouros			

3. ¿Cuáles son los núcleos / municipios más buscados por la población para la utilización de servicios de salud de baja y media complejidad (consultas médicas y odontológicas, radiografías, colocación de escayolas, etc.)?

Lugar	País	UF/Dpto	Núcleo / Munic.
1º			
2º			
3º			
4º			
5º			
Otros			

4. ¿Cuáles son los núcleos / municipios más buscados por la población para el uso de servicios de salud de alta complejidad (ingresos, cirugías, resonancia magnética, tomografía, tratamiento oncológico, etc.)?

Lugar	País	UF/Dpto	núcleo / Munic.
1º			
2º			
3º			
4º			
5º			
Otros			

5. ¿Cuáles son los núcleos / municipios más buscados por la población para realizar estudios de educación superior?

Lugar	País	UF/Dpto	Núcleo / Munic.
1º			
2º			
3º			
4º			
5º			
Otros			

6. ¿Cuáles son los núcleos / municipios más buscados por la población para acudir a conciertos, fiestas, festivales, cines, teatros, museos y otras actividades culturales?

Lugar	País	UF/Dpto	Núcleo / Munic.
1º			
2º			
3º			
4º			
5º			
Otros			

7. ¿Cuáles son los núcleos / municipios más buscados por la población para acudir a eventos deportivos, incluidas las prácticas deportivas por parte de la propia población?

Lugar	País	UF/Dpto	Núcleo / Munic.
1º			
2º			
3º			
4º			
5º			
Otros			

8. ¿Cuáles son los núcleos / municipios más buscados por la población para acceder a los aeropuertos?

Lugar	País	UF/Dpto	Núcleo / Munic.
1º			
2º			
3º			

9. ¿Qué periódicos impresos publicados en otros núcleos / municipios se venden o distribuyen gratuitamente en esta localidad / municipio?

Lugar	País	UF/Dpto	Núcleo / Munic.
1º			
2º			
3º			
4º			
5º			
Otros			

() Não circulam jornais nesse município

Apêndice C – Questionário tipo II – Centralidade nos núcleos fronteiriços: fluxos de estrangeiros para o núcleo (versão em português)

Localidade: _____

Nome (informante): _____

Telefone ou e-mail: _____

Cargo/posição: _____

Grupo

- () 1. Prefeitura () 6. Polícia /Exército
 () 2. Correios () 7. Igreja
 () 3. Cartório () 8. Assoc. de Lojistas
 () 4. Fórum Municipal () 9. Rádios locais
 () 5. Ag. Bancária () 10. Líderes comunitários

1. Este núcleo/município recebe estrangeiros para comprar artigos de vestuário e calçados?

Lugar	País	UF/Dpto	Núcleo / Munic.
1º			
2º			
3º			
4º			
5º			
Outros			

() Não recebe estrangeiros para essa finalidade

2. Este núcleo/município recebe estrangeiros para comprar móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática?

Lugar	País	UF/Dpto	Núcleo / Munic.
1º			
2º			
3º			
4º			
5º			
Outros			

() Não recebe estrangeiros para essa finalidade

3. Este núcleo/município recebe estrangeiros para utilização de serviços de saúde de baixa e média complexidade (consultas médicas e odontológicas, raio x, colocação de gesso etc.)?

Lugar	País	UF/Dpto	Núcleo / Munic.
1º			
2º			
3º			
4º			
5º			
Outros			

() Não recebe estrangeiros para essa finalidade

4. Este núcleo/município recebe estrangeiros para utilização de serviços de saúde de alta complexidade (internações, cirurgias, ressonância magnética, tomografia, tratamento de câncer etc.)?

Lugar	País	UF/Dpto	Núcleo / Munic.
1º			
2º			
3º			
4º			
5º			
Outros			

() Não recebe estrangeiros para essa finalidade

5. Este núcleo/município recebe estrangeiros para cursar ensino superior?

Lugar	País	UF/Dpto	Núcleo / Munic.
1º			
2º			
3º			
4º			
5º			
Outros			

() Não recebe estrangeiros para essa finalidade

6. Este núcleo/município recebe estrangeiros para ir a shows, festas, festivais, cinemas, teatros, museus e outras atividades culturais?

Lugar	País	UF/Dpto	Núcleo / Munic.
1º			
2º			
3º			
4º			
5º			
Outros			

() Não recebe estrangeiros para essa finalidade

7. Este núcleo/município recebe estrangeiros para ir a eventos esportivos, como partidas de futebol, clubes e centros esportivos?

Lugar	País	UF/Dpto	Núcleo / Munic.
1º			
2º			
3º			
4º			
5º			
Outros			

() Não recebe estrangeiros para essa finalidade

Apêndice D – Questionário tipo II – Centralidade nos núcleos fronteiriços: fluxos de estrangeiros para o núcleo (versão em espanhol)

Localidad: _____

Nombre (informante): _____

Teléfono o correo electrónico: _____

Título/posición: _____

Grupo

1. Alcaldía 6. Policía/Fuerzas Armadas
 2. Servicio postal 7. Iglesia
 3. Notario público 8. Assoc. de comerciantes
 4. Foro Municipal 9. Radios locales
 5. Agencia Bancaria 10. Lideres comunitarios.

1. ¿Este núcleo / municipio recibe extranjeros para comprar ropa y calzado?

Lugar	País	UF/Dpto	Núcleo / Munic.
1º			
2º			
3º			
4º			
5º			
Otros			

No vienen extranjeros con ese fin

2. ¿Este núcleo / municipio recibe extranjeros para la compra de muebles, electrodomésticos, equipos electrónicos e informáticos?

Lugar	País	UF/Dpto	Núcleo / Munic.
1º			
2º			
3º			
4º			
5º			
Otros			

No vienen extranjeros con ese fin

3. ¿Este núcleo / municipio recibe extranjeros para el uso de servicios de salud de baja y media complejidad (consultas médicas y odontológicas, radiografías, colocación de escayolas, etc.)?

Lugar	País	UF/Dpto	Núcleo / Munic.
1º			
2º			
3º			
4º			
5º			
Otros			

No vienen extranjeros con ese fin

4. ¿Este núcleo / municipio recibe extranjeros para el uso de servicios de salud de alta complejidad (ingresos, cirugías, resonancia magnética, tomografía, tratamiento oncológico, etc.)?

Lugar	País	UF/Dpto	núcleo / Munic.
1º			
2º			
3º			
4º			
5º			
Otros			

No vienen extranjeros con ese fin

5. ¿Este núcleo / municipio recibe extranjeros para cursar estudios superiores?

Lugar	País	UF/Dpto	Núcleo / Munic.
1º			
2º			
3º			
4º			
5º			
Otros			

No vienen extranjeros con ese fin

6. ¿Este núcleo / municipio recibe extranjeros para ir a conciertos, fiestas, festivales, cines, teatros, museos y otras actividades culturales?

Lugar	País	UF/Dpto	Núcleo / Munic.
1º			
2º			
3º			
4º			
5º			
Otros			

No vienen extranjeros con ese fin

7. ¿Este núcleo / municipio recibe extranjeros para para acudir a eventos deportivos, incluidas las prácticas deportivas por parte de la propia población?

Lugar	País	UF/Dpto	Núcleo / Munic.
1º			
2º			
3º			
4º			
5º			
Otros			

No vienen extranjeros con ese fin

Apêndice E – Questionário tipo III – Fluxos dos passageiros/transeuntes nos núcleos fronteiriços (versão em português)

1. Qual é a sua nacionalidade?

- () Brasileiro(a)  () nato(a)
() naturalizado (a)
() Boliviano(a)  () nato(a)
() naturalizado (a)
() Outra (especificar): _____

2. Idade: _____

3. Profissão/ocupação: _____

4. Em que localidade/município você reside?

5. Qual é a sua cidade de destino?

6. Você é portador da carteira de fronteiro?

() Sim () Não

7. Tem conhecimento do que se trata?

() Sim () Não

8. No último ano, aproximadamente quantas vezes você foi ao país vizinho?

- () Quase todos os dias
() Quase toda semana
() Quase todos os meses
() De 6 a 10 vezes
() De 1 a 5 vezes

9. Por quais razões você se desloca até o país vizinho?

- () Estudo () Visita a amigos ou familiares
() Trabalho () Serviços de saúde
() Compras () Outros (especificar): _____
() Lazer _____

10. Como você se locomove até o país vizinho?

- () A pé
() Em veículo próprio
() De taxi ou similar
() De barco
() Outro (especificar) _____

11. Como você avalia o grau de facilidade para acessar o país vizinho?

- () Muito Fácil () Fácil () Moderado () Difícil () Muito difícil

CASO SEJA MORADOR DA FRONTEIRA

12. Quais são os principais benefícios de morar em uma cidade ou localidade de fronteira?

13. Quais são os principais problemas por morar em uma cidade ou localidade de fronteira?

14. Na sua visão, quais ações deveriam ser adotadas pelas autoridades nesse ponto da fronteira?

Apêndice F – Questionário tipo III – Fluxos dos passageiros/transeuntes nos núcleos fronteiriços (versão em espanhol)

1. ¿Cuál es su nacionalidad?

- () Brasileño(a)  () nacido(a)
 () Boliviano(a)  () naturalizado (a)
 () nacido(a)
 () naturalizado (a)
 () Otra (especificar): _____

2. Edad: _____

3. Profesión/ocupación: _____

4. ¿Em qué localidad / municipio vive?

5. ¿Cuál es su ciudad de destino?

6. ¿Tiene una tarjeta fronteriza?

- () Sí () No

7. ¿Es consciente de lo que es?

- () Sí () No

8. En el último año, ¿aproximadamente cuántas veces ha estado en el país vecino?

- () Casi todos los días
 () Casi todas las semanas
 () Casi todos os meses
 () De 6 a 10 veces
 () De 1 a 5 veces

9. ¿Por qué motivos va al país vecino?

- () Estudio () Servicios de salud
 () Trabajo () Visitar amigos o familiares
 () Compras () Otros (especificar): _____
 () Ocio _____

10. ¿Cómo usted se desplaza al país vecino?

- () A pie () En barco
 () En vehículo propio () En taxi o simil
 () Otro (especificar) _____

11. ¿Cómo valora lo fácil que es acceder al país vecino?

- () () () () ()
 Muy Fácil Fácil Moderado Difícil Muy difícil

SI ES UN RESIDENTE FRONTERIZO

12. ¿Cuáles son los principales beneficios de vivir en una ciudad o localidad fronteriza??

13. ¿Cuáles son los principales problemas de vivir en una ciudad o localidad fronteriza?

14. En su opinión, ¿qué medidas deberían tomar las autoridades en este punto fronterizo?

Apêndice G – Transcrição da entrevista com José Kinn Franco, Embaixador da Bolívia no Brasil

Entrevistador: André Vieira Freitas.

Entrevistado: José Kinn Franco.

Data: 30 de setembro de 2019.

Local: Embaixada da Bolívia em Brasília.

Arquivo de áudio no formato mp3. Duração: 27'29".

AVF: Qual é a sua avaliação sobre os antecedentes históricos das relações bilaterais entre Brasil e Bolívia? Quais são os principais marcos? Quais são os períodos que o Sr. identifica?

JKF: As relações Bolívia-Brasil formalmente se iniciam no ano de 1867, que é considerado o início das nossas relações diplomáticas. Foi assinado um documento sobre limites, fronteiras. Também sobre a convivência pacífica entre os dois países. Após isso, nós temos uma história que é pouco conhecida, mas é rica. Temos um intercâmbio que foi maior em alguns períodos, menor em outros períodos. Tem relação com a presença de alguns intercâmbios. Inclusive tivemos intercâmbio de territórios em troca de alguns outros benefícios outorgados pelo Brasil. Mas são sucessos históricos temporais. Temos outros períodos em que a relação foi mínima, foi pequena. Não foi muito...

Eu destacaria o período da borracha, porque nós, na Bolívia temos borracha e tivemos muita produção ao final do século XIX e no começo do século XX. Tivemos muita produção de borracha. Essa borracha era exportada através do Brasil, pelo rio Madeira até o rio Amazonas, então ia para Belém e, de Belém, para a Europa. Deu-se um intercâmbio comercial muito intenso nessa região do norte da Bolívia: Riberalta, Guayaramerín e Cobija com Rondônia [Brasil]. Tanto é assim que se constrói uma estrada de Ferro que vai de Porto Velho a Guajará-Mirim e que deveria ter continuado (no lado boliviano) até Riberalta, esse trecho está sob um tratado Bolívia-Brasil que ainda não foi cumprido pelo Brasil. Alguns anos atrás, em 2009, foi assinado um acordo que isso seria compensado com uma ponte entre Guajará-Mirim [Rondônia, Brasil] e Guayaramerín [Beni, Bolívia]. Essa ponte está pendente de construção também, do lado brasileiro, como uma dívida do Brasil com a Bolívia. Nesse período, como eu já falei, deu-se muita movimentação comercial entre brasileiros e bolivianos nessa região. Tanto é que Belém passou a ser uma cidade de importância para os bolivianos. Muitos bolivianos iam até Belém e daí para a Europa. E muitos ficaram morando em Belém. Essa fase é pouco conhecida, por exemplo, mas foi importante na época, especialmente para o norte da Bolívia.

Depois tivemos outros períodos, como o de quando se deu a construção da estrada de ferro entre Corumbá/Puerto Suárez até Santa Cruz, também feita pelo Brasil. Até hoje essa ferrovia, que vai até São Paulo, existe e é usada pelos bolivianos para fazer comércio com o Brasil. Esse período então foi muito interessante, muito intenso, e permitiu uma integração dos bolivianos com o

Brasil. Permitiu a chegada de muitos bolivianos até São Paulo, especialmente, além de Rio de Janeiro, Minas Gerais. Possibilitou também a migração de muitos bolivianos que fugiam da pobreza da Bolívia para o Brasil. E essa ferrovia teve importância em todo esse processo.

Temos que destacar que o melhor período das relações Bolívia-Brasil foi neste século (XXI), quando chaga ao poder (no Brasil) o presidente Lula e, na Bolívia, o presidente Evo Morales. Houve uma interação, um aprofundamento muito intenso. Foi o período mais rico das relações Bolívia-Brasil. Nos oito anos da presidência do ex-presidente Lula, ele esteve oito vezes na Bolívia, com uma média de uma vez por ano. O presidente Evo Morales também teve muitas viagens ao Brasil. Foi um período em que, ao mais alto nível de governo, o intercâmbio foi muito intenso. Subscrevemos muitos tratados comerciais, de amizade, de colaboração, nós compramos muitos produtos industriais do Brasil, naquele período. Em alguns casos compramos com financiamento do BNDES [Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social]. E aqui eu quero fazer uma esclarecimento, pois eu já vi na imprensa brasileira que esses créditos do BNDES são considerados por alguns setores como créditos que só beneficiavam os nossos países, nesse caso a Bolívia, mas, na verdade, não é bem assim. Esse era um crédito que tinha um componente que 30% deveria ser adquirido do Brasil, então era um dinheiro que nos emprestavam, mas retornava ao Brasil, porque nós comprávamos, com isso, 30% de produtos brasileiros. Era um condicionamento que favorecia os produtores brasileiros. Favorecia também a nós. Por exemplo, tivemos a compra de tratores com crédito do BNDES, mas o trator que nós comprávamos era trator brasileiro, não era um trator argentino, chinês, estadunidense. Então esse dinheiro retornava para o Brasil. O Brasil exportava para nós os tratores. Temos que considerar que era uma relação mutuamente benéfica, não era só para os bolivianos, para os venezuelanos ou peruanos, foi uma relação benéfica para os dois lados. Então o pico maior das relações Brasil-Bolívia aconteceu nesse período do presidente Lula e do presidente Evo Morales.

AVF: E mais recentemente, qual é o teor dessas relações Brasil-Bolívia?

JKF: Após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, as relações se estabeleceram em um patamar que eu chamaria normal, porque não tivemos conflitos, ainda que tenha mudado a situação ideológica e política dos governos, que passaram a ser diferentes. Mas essas diferenças não atingiram a relação. Continuamos com a mesma agenda. Envovemos novos pontos na agenda. Continuamos os trabalhos. Não tão intensamente como tinha sido na primeira década do século, mas normais e boas. Tivemos encontros ministeriais em todos os temas da nossa agenda: no tema do gás, no tema da energia elétrica, no tema de segurança fronteiriça. Eu acho que nesses últimos anos a cooperação entre nossas polícias, a Polícia Federal e a Polícia Nacional da Bolívia, é a mais rica, porque, com base nos acordos, há resultados muito positivos para o Brasil e a Bolívia. Temos a diminuição do crime e um melhor controle do crime transfronteiriço. Depois também continuamos. Com a chegada do presidente Bolsonaro a agenda continua a ser trabalhada normalmente, não temos dificuldades. Em algumas áreas tivemos uma relativização, mas continuamos trabalhando.

JKF: Temos também um trabalho muito interessante que está formalizado, institucionalizado, que são os Comitês de Integração Fronteiriça. Nos documentos que temos subscritos, que são Notas Reversais, institucionalizam-se, formalizam-se quatro comitês de integração: um deles é Corumbá/Puerto Suarez; outro é Cáceres/San Matías; Guajará-Mirim/Guayaramerín e; Cobija/Epitaciolândia. Essas são ferramentas já institucionalizada para a cooperação nas áreas fronteiriças.

AVF: Já adentramos um pouco nesse outro tema, mas, do lado boliviano, quais são as principais ações que o Estado adota para a fronteira com o Brasil?

JKF: Do lado boliviano, nós temos incorporado algumas iniciativas na área da saúde, temos também na área da segurança, área de luta contra o crime. Temos incorporado elementos de inteligência policial e militar para as fronteiras. Temos uma coordenação que já é permanente entre as áreas de inteligência de ambos os países. Estamos também trabalhando em temas de produção agrícola, pecuária nas áreas de fronteira. Tivemos encontros que produziram documentos que estão em processo de desenvolvimento. As reuniões dos Comitês de Integração Fronteiriça abrangem uma quantidade grande de temas: de migração, de alfândega, de comércio de produtos. Agora tivemos um elemento interessante. Eu vi nas perguntas algo assim... A incorporação de novos municípios nesses comitês de integração. Acabamos de formalizar uma incorporação de novos municípios.

AVF: O Sr. acabou já pontuando isso, mas teria mais alguma coisa a acrescentar sobre as iniciativas de cooperação entre Brasil e Bolívia em matéria de fronteira?

JKF: Eu falei de um acordo que temos para a saúde, que envolve o atendimento gratuito de ambos os lados da fronteira para cidadãos bolivianos e brasileiros. Mais ainda há umas quantas tarefas que estão definidas nesse documento. Também queria detalhar aí a incorporação desses novos municípios... Tanto do lado brasileiro quanto do lado boliviano, outros municípios solicitaram ser incorporados nesses comitês de integração. Porto Esperidião, Vila Bela [do lado brasileiro]. Do lado boliviano, San Ignacio de Moxos.

AVF: Sobre aquele Acordo para a permissão de residência, estudo e trabalho aos nacionais fronteiriços brasileiros e bolivianos que foi firmado em Santa Cruz de La Sierra, em 2004, que prevê as Localidades Fronteiriças Vinculadas, o Sr. poderia nos falar como se deram internamente as negociações?

JKF: Eu não tenho detalhes dessas negociações. Estamos falando de 15 anos atrás..., mas o resultado é muito bom, estamos falando de um acordo que facilita as viagens dos brasileiros à Bolívia e dos bolivianos ao Brasil. Não precisamos de visto por noventa dias, prorrogáveis por mais noventa dias. Então isso facilitou muito. Os cidadãos brasileiros só precisam viajar com o documento de identidade nacional, não um documento internacional. Não necessitam de passaporte, não necessitam de visto. Só com o documento nacional podem

ingressar os brasileiros na Bolívia, ficar noventa dias sem problema algum. Isso facilita muito as viagens. Tem dado um efeito importante. Quanto à fronteira, aí se estabeleceu um mecanismo mais identificatório, poderíamos dizer assim, que é um documento de cidadão da fronteira, que está funcionando em alguns lugares, em outros não. E está permitindo uma integração maior nas áreas de fronteira.

AVF: O Sr. poderia nos pontuar onde que ele está funcionando melhor? Onde não está funcionando tanto? Tem algum elemento para identificar? Por exemplo, ele [o Acordo de 2004] lista Guayaramerín e Guajará-Mirim, Cobija e Brasiléia, Cáceres e San Matías, Corumbá e Puerto Suárez, mas algumas cidades que são próximas, como Eptaciolândia, não estão no Acordo. Puerto Quijarro também não está mesmo sendo próxima. Tem Ladário, que é pertinho de Corumbá. Se o Sr. tiver alguma informação...

JKF: A incorporação deste documento, evidentemente, não foi completa. Vamos dizer que foi parcial. Tem alguns setores, incluso em algumas dessas cidades fronteiriças, que, pelas autoridades locais, fizeram o trabalho. Temos outros lugares em que não fizeram. Em Guajará-Mirim/Guayaramerín eu sei que fizeram um bom trabalho, mas Corumbá/Puerto Suárez, temos aí um descaso das autoridades locais para implementar. Mas é uma tarefa pendente... E temos um tratado também que ajuda muito nisso, só que esse tratado tem que ser modernizado, atualizado. É o Tratado de Roboré. O Tratado de Roboré estabelece muito a facilitação, especialmente nas fronteiras, entre bolivianos e brasileiros. Há uma facilitação nos temas migratórios, comerciais e em outras áreas. Só que estão definidos de maneira genérica. Precisamos agora atualizar esse Tratado e incorporar aí elementos mais específicos. Mas essa é uma ferramenta muito boa que precisa ser reanalisada e potenciada para os nossos tempos.

AVF: Sr. Embaixador, eu agradeço muito. Se o Sr. quiser acrescentar mais alguma coisa, a gente cumpriu o roteiro que eu havia previsto.

JKF: Eu acrescentaria que temos necessidade de incrementar o que é chamado de "pontos fronteiriços controlados", porque temos outras comunidades que vão se desenvolvendo na fronteira. O comércio começa a se dar, o intercâmbio entre povoadores vai se dando, de maneira natural. Mas não tem o controle dos Estados, por exemplo: Puerto Ustarez [Beni, Bolívia] e Costa Marques, em Rondônia [Brasil], agora tem aí um intercâmbio. Passam os brasileiros, passam os bolivianos, tem comércio aí, mas não temos o controle do Estado. Não temos [serviço de] migração, alfândega. O mesmo acontece entre Vila Bela e San Ignacio de Velasco. Vila Bela em Mato Grosso e San Ignacio de Velasco no departamento de Santa Cruz. Eles têm uma estrada, eles viajam, tem ônibus que estão levando passageiros de uma cidade para outra, mas não tem nenhum controle fronteiriço. Não temos [serviços de] migração, alfândega. Estamos trabalhando aí com as autoridades brasileiras. Especialmente, temos priorizado Puerto Ustarez e Costa Marques. O presidente Evo Morales já convidou o presidente Bolsonaro para se reunirem aí em Costa Marques. Também foi feito

o convite para os governadores dos quatro estados fronteiriços. Nesse sentido, gostaria de adicionar que a relação com os estados fronteiriços é muito boa. Nós temos um intercâmbio permanente com o governo de Mato Grosso do Sul, de Mato Grosso. Neste mês, o governador de Mato Grosso esteve em Santa Cruz. Assinaram com a nossa empresa estatal de geração de energia elétrica um acordo de fornecimento de energia elétrica, um memorando de entendimento, para fornecer energia elétrica a Cáceres a partir de San Matías. O governador do Mato Grosso do Sul também esteve já umas quantas vezes. O ministro da infraestrutura da Bolívia já visitou o governador de Mato Grosso do Sul. O governador de Rondônia tem um encontro pendente com o presidente Evo Morales, na Bolívia, também. Aí tem uma relação um pouco mais dinâmica.

AVF: Eu sou dessa região de Rondônia/Acre e eu sempre tenho contato com essa realidade.

JKF: Você é de Rondônia?

AVF: Eu nasci no Acre e cresci em Rondônia.

JKF: E mora onde?

AVF: Agora em Ji-Paraná, interior de Rondônia.

JKF: Que fica perto de Costa Marques, não?

AVF: Sim.

JKF: Aí queremos estabelecer... A Bolívia quer estabelecer um polo de desenvolvimento em Puerto Ustarez, no lado boliviano. Agora estamos também dinamizando a relação de Rondônia com Beni, porque temos o rio Mamoré, que chega até o centro da Bolívia, Cochabamba, que é navegável. Pelo rio Mamoré podemos levar do Brasil calcário, que vamos precisar no Beni, e, de Cochabamba, uréia, cloreto de potássio, que são fertilizantes muito usados em Rondônia. Então temos essa possibilidade de intensificar muito aí, pela hidrovía com Rondônia.

AVF: Pela fala do Sr. eu consigo perceber que esses fluxos comerciais sempre foram muito intensos nessa relação Brasil/Bolívia, agora também ligados a questões de infraestrutura. Realmente, são áreas que são relativamente periféricas nos dois países, mas que têm um potencial de crescimento muito grande e, com esses fluxos comerciais, a cooperação pode contribuir muito para os dois países.

JKF: Sim. Esse último que eu falei, tem um potencial enorme, porque nós temos produção de ureia e cloreto de potássio que o Brasil importa da Ásia, da Europa. Então, tem aí um vizinho que produz esses produtos que podem chegar de maneira barata pela hidrovía, com transporte barato. Então eu acho que aí temos que desenvolver esse potencial que é muito grande.

AVF: Torcemos para que essas relações se ampliem e essas regiões se desenvolvam cada vez mais, para melhorar as condições de vida das populações locais.

JKF: Torcemos.

Apêndice H – Transcrição da entrevista com Gabriela Guimarães Gazinelli, diplomata que atuou na missão diplomática brasileira em La Paz (Bolívia)

Entrevistador: André Vieira Freitas.

Entrevistada: Gabriela Guimarães Grazinelli

Data: 24 de maio de 2021.

Local ou Ocorrida de forma virtual, na plataforma *Google Meet*.

Arquivo de áudio no formato mp3. Duração: 54'44”.

AVF: Qual é a avaliação sobre os antecedentes históricos das relações bilaterais entre Brasil e Bolívia? Quais são os principais marcos? Se você consegue identificar períodos...

GGG: Bom, como são mais de um século de relações, eu acho que, será que a gente se concentra nas relações mais recentes, nas últimas década? Porque se a gente for voltar ao histórico.

AVF: Se você quiser pontuar alguma coisa, os momentos mais significativos, mas a gente pode se concentrar mais no período mais recente mesmo.

GGG: Vou só mencionar alguns momentos que acho que foram significativos nas relações, eu não me lembro a data exata do acordo de reconhecimento, não sei se você tem essa informação, de reestabelecimento de relações diplomáticas. Claro que a questão do Acre foi muito importante. A gente vê como uma cessão, eles têm a visão de que foi uma guerra. Eles chamam da Guerra do Acre. Agora, é interessante para pensar as relações também, os acordos de Petrópolis, que foram assinados depois, e em que já se veem refletidos algumas posições, por exemplo, sobre a mediterraneidade. Alguns compromissos para garantir a livre navegação fluvial, depois a construção da ferrovia, então é um momento importante. Eu não me aprofundi muito na questão, mas eu sei que na Guerra do Chaco o Brasil participou de conversações, teve uma tentativa de mediar, embora a Argentina tenha sido o principal mediador. Mas, enfim, é um momento em que o Brasil teve conversas importantes com a Bolívia. E depois a gente tem os acordos de Roboré, que são importantes, você tem um lançamento robusto de relações diplomáticas, ali são contempladas várias questões. E uma vez conversando com um diplomata mais antigo, aposentado, ele falava que a gente precisava fazer novos acordos de Roboré com a Bolívia, eu acho que ali realmente foi um momento importante. Embora muita coisa, claro, tenha ficado aquém das expectativas, mas é sempre assim, você vai construindo isso. E aí, claro, nos anos 80 começam as conversas sobre exportação de gás, da construção do gasoduto que se concretiza nos anos 90, tem o acordo de compra e venda de gás, tem o acordo sobre a construção do gasoduto, e esse passa a ser um eixo estruturante da relação bilateral. E eu acho que é um acordo que é interessante para pensar a relação com a Bolívia porque ele tem o aspecto econômico, de segurança energética, comercial, é claro, mas ele tem também uma dimensão política de estabelecer um eixo forte de relação bilateral e foi uma maneira de a Bolívia conseguir divisas, aumentou a renda boliviana. Enfim, eu acho que ele foi um aspecto muito importante das relações nesse período. E com

o desdobramento do acordo de gás, a gente tem a presença da Petrobras na Bolívia, que se dá de duas maneiras, a gente sempre pensa na Petrobrás como a importadora do gás, mas ela também atua em prospecção e exploração de gás, então são duas dimensões a presença da Petrobrás na Bolívia. Outro eixo que eu acho muito importante, que é histórico e a gente vê isso no acordo do tratado de Petrópolis, nos atos de Roboré, é questão fronteira, é a nossa maior fronteira, tem populações que vivem ali, que dependem do comércio fronteiro e, enfim, isso acho que, por exemplo, nos acordos de Roboré acho que existem vários que tratam da questão de fronteiras, isenções fiscais, o comércio vicinal, então esse é outro aspecto que eu acho que é fundamental para entender relação com a Bolívia historicamente. E um fenômeno mais recente, você talvez saberá dizer o recorte temporal mais preciso, é o fenômeno da migração boliviana para o Brasil. A polícia federal estima que seriam, tem registro que são 100 mil bolivianos no Brasil, a embaixada do Brasil estima que seriam 300 mil, o que faz sentido porque nem todos eles estão documentados, também tem muito movimento sazonal. Esse é um aspecto importante. E tem uma migração de brasileiros que vão estudar na Bolívia, a última estimativa que eu tinha visto era que eram 45 mil brasileiros na Bolívia, entre estudantes e outros, a gente sabe que a maior parte desses brasileiros são estudantes. Enfim, isso é um outro elemento de vínculo importante entre os dois países. Pode ser que agora, com a pandemia, tenha caído um pouco. Não tenho os dados atualizados. A gente recebeu um levantamento da Polícia Federal semana passada, que dava essa estimativa de 100 mil bolivianos no Brasil. Trezentos mil eu vi em alguma citação do documento da embaixada da Bolívia em Brasília.

AVF: Você já comentou um pouquinho, mas e sobre o teor dessas relações dos últimos anos, tendo em vista essas mudanças de orientação política, tanto na Bolívia quanto aqui, qual o teor dessas relações nos últimos anos?

GGG: Eu acho que teve sim um impacto, principalmente com a crise política na Bolívia em 2019. E acho que a pandemia teve um efeito, assim, diminuíram reuniões, encontros, mas o que eu comento é que a gente como Itamaraty, a gente considera que a relação com a Bolívia é estratégica, é um país vizinho, tem uma pauta energética importante, fluxos populacionais importantes. Então, assim, a gente área geográfica, que acompanha relações com a Bolívia, sempre foi favorável a uma relação pragmática. Porque as questões políticas internas são, enfim, cada país é soberano, a gente não interfere em assuntos internos em outros países. Agora, com a crise política, eu acho que teve um momento que ficou ali complicado. Mas se você procurar declarações recentes do Embaixador França, você verá que geralmente nas manifestações dele sobre Bolívia ele aponta para pragmatismo, para importância de manter um bom patamar as relações bilaterais.

AVF: Você havia comentado um pouco sobre o fluxo de brasileiros indo estudar na Bolívia. A nível de MRE, como o Itamaraty encara isso, chegam demandas para vocês? Como isso está chegando?

GGG: Esse tema o Itamaraty acompanha, porque quando você tem uma população brasileira grande em um país, isso exige todo um trabalho consular e, além disso, às vezes exige atuação de cooperação educacional porque, enfim, às vezes os estudantes têm algumas dificuldades de obter diploma. Então, embora não seja um tema que a minha área acompanha diretamente, a gente

vê nas comunicações que tem essa preocupação. Na pandemia foi uma questão que surgiu, porque as escolas ficaram fechadas ou as fronteiras ficaram fechadas, então houve toda uma operação de repatriação, acho que foram, não me lembro o número exato, mas acho que foram repatriados 15 mil brasileiros na Bolívia, principalmente estudantes. Foi uma operação grande ao longo de vários meses. E eu entendo que agora as coisas estão se normalizando, muitos voltaram. E aí, tem essa preocupação em apoiá-los, em termos consulares, mas também, de vez em quando, a embaixada, os consulados fazem gestões junto à universidade, ao ministério de educação da Bolívia, para levar questões que preocupam essa comunidade, existe um acompanhamento deles.

AVF: A nível de Itamaraty você poderia pontuar quais são as principais ações do estado brasileiro para a fronteira com a Bolívia?

GGG: Eu vou pontuar uma ação que eu acho que foi positiva. Em dezembro teve a reunião do comitê de saúde na fronteira, o comitê de saúde na fronteira foi instituído em 2017 entre os ministérios da saúde do Brasil e da Bolívia. E aí eles vieram a ter a primeira reunião em dezembro de 2020. É uma reunião em que se trata de temas de saúde na fronteira, vacinação, controle epidemiológico, mas também é um mecanismo importante para que as autoridades sanitárias mantenham um contato frequente, fácil, estreito. Então essa foi uma iniciativa recente que foi importante. Ano passado como as fronteiras ficaram fechadas, foi muito difícil para as cidades fronteiriças, para as cidades gêmeas, as questões eram um pouquinho diferentes em cada localidade da fronteira, mas em geral, seja por questões de abastecimento, principalmente do lado boliviano, cidades como Cobija. Seja por questões da vida econômica na fronteira, como Guajará-Mirim que se depende muito do comércio vicinal e do transporte, tem os peccs que ficaram parados por meses, então isso afetou muito a segurança econômica das famílias. Então o Itamaraty atuou junto às autoridades bolivianas para reabrir essa fronteira. A nossa portaria de fechamento de fronteiras previa a possibilidade que, nas cidades gêmeas, a fronteira fosse reaberta mediante reciprocidade, então do lado brasileiro já havia mecanismo. Mas aí a partir de junho a gente manteve frequentes reuniões para abrir, tinha preocupação epidemiológica, sanitária, é natural, mas no final nós conseguimos chegar a um acordo e aí em setembro foram reabertas as fronteiras entre as cidades gêmeas para o trânsito dos fronteiriços. E aí em dezembro a Bolívia reabriu as fronteiras de forma plena, aí já não tem mais restrição para entrada e saída de brasileiros, agora em abril teve um pequeno período que foram fechadas novamente, aí a gente procedeu, fez novas gestões. Inclusive porque acho que estava com um período restrito, estava gerando aglomerações em algumas localidades e no final eles acolheram nossos argumentos e a fronteira foi reaberta. Então essas são medidas recentes, mas eu posso mencionar outras, em julho, em Corumbá, não sei se você vai se lembrar que em julho teve um bloqueio que impedia o trânsito de caminhões de carga e até do trem, que também é um meio de abastecimento lá. Por conta da situação sanitária, os comitês cívicos de Puerto Suarez e Puerto Quijaro se mobilizaram e acho que foram dez dias de fronteiras fechadas, criaram-se filas de caminhões de quilômetros. Foi uma coisa meio complicada e até sanitariamente complicada, porque você tem esse grupo de caminhoneiros que não tem como circular, não tem acesso, enfim, isso também exigiu gestões do Embaixador e do Chanceler, ex-chanceler, que à época conversou.

E aí ao final as autoridades bolivianas fizeram algumas concessões aos comitês cívicos e foi possível reabrir a fronteira.

AVF: Esses comitês cívicos são aqueles comitês de integração fronteiriça? Ou...

GCG: Não, o comitê cívico é uma coisa muito típica da Bolívia, cada cidade tem o seu comitê cívico. Tem o comitê cívico de Santa Cruz, de La Paz, é como se fossem, uns naturais daquela cidade conformam o comitê e eles vão se manifestar politicamente, é um instrumento para chamar a população para protestos, manifestações. Então o comitê cívico do lado boliviano, das duas cidadezinhas que são pequenas, eles convocaram a população para bloquear as rodovias. E a ferrovia também parece que ficou bloqueada. Tem também os comitês de integração fronteiriças, agora esses, a gente conversou um pouquinho sobre eles da outra vez, eles estão bem parados, primeiro porque houve aquele primeiro, 2019 foi um ano eleitoral complicado, tenso, então acabou que em 2019 a gente não conseguiu fazer. 2020 e 2021 também não aconteceu por conta da pandemia. Agora, isso dito, o Itamaraty manteve com autoridades estaduais de fronteira, essas reuniões aconteceram, o estado de Rondônia, em julho, parece, a gente manteve as videoconferências, enfim, também tem muita troca de ofícios. O que acontece? Por um lado, seria possível tentar fazer esses comitês de forma virtual, como tem sido muitas reuniões, mas por outro lado a gente acha que é muito importante no comitê de fronteira você levar as pessoas da capital para a localidade fronteiriça, ter esse contato que é diferente em cada ponto de fronteira eu acho que ele é muito importante, não só para facilitar a coordenação entre as autoridades dos dois lados da fronteira, mas também para sensibilizar as capitais sobre a situação ali. Então a gente acha que esse exercício perderia muito em fazer de forma virtual, sabe? Então por isso a gente acabou, a gente acha que seria talvez melhor normalizar a situação e fazer o comitê de maneira plena.

AVF: Como funciona esse arranjo funcional do comitê de integração fronteiriça? Tem representação do MRE, da chancelaria boliviana... Quais são os representantes de cada esfera envolvidos?

GCG: A chancelaria, em cada país é um pouquinho diferente, no caso do Brasil com a Bolívia, a chancelarias coordenam e aí cada vez se dá de um lado da fronteira, então, quando é do lado da fronteira boliviana, os bolivianos vão organizar a parte logística, e quando é do lado brasileiro a gente organiza. E aí o Itamaraty convoca, ele faz uma convocação de todas as áreas, ministério da saúde, educação, infraestrutura, energia, NJSP, tem questões de segurança, às vezes meio ambiente, porque em alguns locais tem gestão conjunta de recursos hídricos, tem várias questões. Geralmente a gente tenta levar diferentes áreas do governo exatamente para enriquecer esse diálogo, essas trocas. E aí, claro, vai depender um pouco de cada um, porque às vezes uma área responde, outra não, mas geralmente o esforço é para ter esse exercício bem transversal para trabalhar as questões fronteiriças.

AVF: Certo. Mas aí seria a nível de governo central, os governos centrais se reúnem nessas áreas de fronteira?

GCG: É. Na verdade também governos estaduais e governos municipais, as três esferas participam.

AVF: Certo. Interessante. Você comentou um pouquinho do comitê, comentou também das tratativas com o governo de Rondônia, essa interlocução com os estados e municípios ela se dá mais de acordo com demandas que aparecem ou ela é rotineira? Como que funciona essa articulação com outras esferas? E com os municípios e departamentos bolivianos, como que se dão as tratativas?

GGG: Com os entes da nossa federação, o que tem ajudado muito a estabelecer esse vínculo é a CDIF, não sei se você conhece a CDIF. Comissão de Integração e Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, eu acho que é isso. Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira. Então a CDIF é um órgão colegiado, ela está sediada no MDR, no Ministério de Desenvolvimento Regional, mas da comissão participam várias pastas e a gente tem reuniões periódicas, periodicidade é de umas três ou quatro reuniões por ano. E em cada reunião dessa a gente conversa sobre questões da fronteira e diferentes áreas fazem apresentações. E a CDIF tem muito contato com os núcleos estaduais de fronteira e muitas vezes a coordenadora da comissão ela conversa com esses núcleos e muitas vezes ela nos indica “olha, acho que é interessante ter uma reunião” e aí a gente organiza, a gente, claro, é provocado. No caso de Rondônia, eles comentaram e aí nos mandaram ofício convite e a gente fez dessa videoconferência com várias áreas, o próprio governo rondoniense convidou a prefeitura de Guajará-mirim nessa reunião, então ela participou. E outras reuniões que a gente teve sobre abertura de fronteiras também houve participação de autoridades bolivianas das cidades gêmeas, mas aí a convite da chancelaria boliviana. Mas aí a gente acaba tendo algum contato e uma interlocução por intermédio dos nossos consulados. A gente tem consulados em Cobija, Guayará-mirim e Puerto Quijaro, então esses consulados muitas vezes trazem demandas, tem interlocução com as autoridades bolivianas locais e também nos ajudam muito quando surgem questões.

AVF: Sobre aquele acordo de 2004 para permissão de residência, estudo e trabalho, você poderia contar um pouquinho da sua experiência, do seu conhecimento de como se deram as negociações, de como que chegou nesse acordo e de como que é a sua avaliação da sua implementação, dos impactos?

GGG: Eu não tenho muito conhecimento dos antecedentes, eu sei que ele foi negociado, foi assinado em 2004 e entrou em vigor, se não me engano, em 2009 ou por aí, não tenho as datas exatas, depois você vê direitinho.

GGG: A gente tem uma base aqui no Itamaraty de acordos, não sei se você conhece, o Concordia. É uma plataforma do Itamaraty de acesso livre que você pode procurar, se você colocar Brasil e Bolívia aparecem todos os acordos e alguns detalhes, sei lá, data de assinatura, data de entrada em vigor. Isso pode ser uma ferramenta legal, tem as atas de Roboré todas, enfim, pode ser útil. Na verdade, assim, isso foi uma tendência, a gente negociou vários acordos de integração fronteiriças nos diferentes arcos de fronteira essa integração se dá em tempos um pouco diferentes. Acho que no Arco Sul essa integração foi muito mais, aconteceu mais cedo, porque acho que são regiões mais urbanizadas. Às vezes também é fronteira seca então é só você, atravessa uma rua e muda de país. Então dentro do Mercosul também existe uma série de negociações sobre isso, teve o subgrupo de trabalho 18, esse GT-18 que negociou também esse

recente acordo sobre áreas fronteiriças, mas aí entre os quatro países membros do Mercosul. Então eu acho que, enfim, estou falando sem muito conhecimento, porque nessa época eu não acompanhava Bolívia e nunca me aprofundi muito sobre esse acordo, mas eu acho que o aprofundamento dessa questão no Mercosul de alguma maneira se desdobrou em uma tentativa de buscar criar mecanismos parecidos com os outros países, e aí, claro, já tinham os comitês de integração fronteiriça que eram anteriores, mas acho que o acordo é muito importante porque estabelece muito mais direitos e, enfim, então... E na verdade esse último acordo que foi negociado no Mercosul traz ainda mais outras questões, dá moldura formal para outros tipos de demandas fronteiriças. Enfim, eu não tenho muito conhecimento, o que eu posso te dizer é isso. E na verdade depende um pouco do país, o Paraguai, por exemplo, embora seja uma fronteira que tem áreas muito integradas, não existe um acordo ainda, está no Congresso. Com a Bolívia esse acordo passou. Com o Peru tinham um acordo e agora vão modificar, vão redesenhar um pouco os mecanismos. Então, claro, isso tem uma tendência geral de negociar esse tipo de instrumento, mas também tem peculiaridades de cada fronteira.

AVF: A nível de Itamaraty, vocês conseguem trazer alguma avaliação para a gente da implementação do acordo?

GCG: Olha, eu também não li muito sobre isso, mas eu percebo que tem um impacto, por exemplo, quando a gente vai para a fronteira entre Cobija, Epitaciolândia e Brasiléia. Eu não me lembro exatamente, mas me parece que no acordo se previu Cobija e...

AVF: Brasiléia.

GCG: Epitaciolândia está fora. Uma vez eu estava conversando com o cônsul em Cobija e ele me falou “olha, acho que a gente tinha que fazer uma emenda a esse acordo para que pudesse contemplar também os moradores de Epitaciolândia”, que estão de fora, porque quem está em um dos municípios tem uma série de benefícios, quem está no município e quer quase a mesma coisa e não pode. Se não me engano os estudantes terem que morar em Brasiléia, coisa assim. Então aí, para mim, é um indício de que tem um efeito prático, porque se não seria indiferente para os estudantes. Não sei... E também eu vejo que, aí de uma perspectiva mais ampla, que essas negociações têm um efeito concreto na vida das pessoas uma vez que se vê que quando fecham as fronteiras isso impacta demais na vida das pessoas. E, por exemplo, o fato de existir uma portaria de cidades gêmeas nos permitiu a criar uma exceção para aquelas localidades, então é uma coisa mais difusa em geral. Mas a gente vê esse tipo de migração e que a formalização, em portarias, pela criação das cidades gêmeas, mas também nesses acordos, permite ao Estado dar um tratamento diferente a essas localidades, então eu diria isso.

AVF: **O acordo ele prevê inclusão de novas cidades por troca de notas, você poderia listar algumas cidades que manifestaram interesse de ser reconhecidas como localidades fronteiriças vinculadas?**

GCG: Olha só, a gente do Itamaraty não recebeu demanda diretamente dos municípios, mas parlamentares às vezes vêm nos pedir. E aí quando houve esse pedido, a gente acha que é bom, que é positivo ampliar, por exemplo, o acordo com o Paraguai que foi escrito recentemente acho que são 30 municípios que estão previstos para uma faixa de fronteira menor do que com a Bolívia. Eu acho

que faz todo o sentido ampliar, a única coisa que nos preocupou à época quando a gente recebeu esse convite, é que o Itamaraty que não lida tanto com a realidade interna brasileira, a gente se sentiu despreparado para decidir quais cidades entrariam, então à época o que a gente fez foi sugerir ao parlamentar foi que fosse criada uma comissão para estudar que municípios deveriam entrar nessa ampliação. Porque não faria muito sentido a gente ampliar por demanda e aí outras cidades que talvez poderiam ser beneficiadas ficariam de fora. Então eu ainda acho que seria positivo, com a pandemia esses pedidos arrefeceram um pouco, mas a nossa avaliação é essa, que deveria haver, criar uma comissão, o MDR é quem lida muito com brasileiro na faixa de fronteira, para avaliar que municípios a gente deveria contemplar, para não ficar uma coisa muito enviesada para quem teve, para quem se mobilizou. Essa foi a nossa posição àquela época.

AVF: Para analisar regionalmente, quais estados que partiram essa demanda, quais municípios?

GGG: Eu teria que pesquisar, o que eu me lembro, você faz uma listinha de perguntas e eu te dou mais detalhes, o que eu me lembro é que eram principalmente municípios de Rondônia naquela época.

GGG: Talvez porque era um parlamentar de Rondônia, claro, ele estava pensando no seu estado e é natural e é correto, a gente só sugeriu isso, para fazer essa revisão de forma criteriosa, para contemplar todas as unidades da federação que tenham o interesse. Pode ser que nenhuma tenha, mas tem que ser feita alguma consulta. E essa foi outra preocupação nossa, porque isso nos chegou por um parlamentar e a gente acha que seria importante, a gente é uma federação, o Brasil é uma federação, nós teríamos de escutar também as unidades que seriam contempladas. Porque tem unidades que tem interesse, mas surpreendentemente que são mais refratárias a isso, enfim, então a gente precisava ter também elementos das localidades.

AVF: Em relação a fronteira com a Bolívia, existe uma diferença de posicionamento entre os diferentes entes da federação?

GGG: Pois é, eu percebo. Ano passado quando teve essa conversa de reabertura da fronteira em outubro, já tinha sido reaberta a fronteira para vicinais, para trânsito vicinal, mas estava estudando reabrir a fronteira de forma geral e aí à época eu conversei com todos os municípios das cidades gêmeas do Peru, Bolívia e Paraguai. No caso da Bolívia foi curioso, às vezes tinham questões de orientação política. Por exemplo, em Brasiléia e Eptaciolândia, eu não vou lembrar qual era qual, mas eu acho que Brasiléia era muito mais favorável à reabertura do que Eptaciolândia, e eu acho que aí havia uma questão de orientação política das prefeituras, enfim, porque eram radicalmente diferentes de posições. Os outros municípios, Guajará-Mirim era muito favorável, Corumbá tinha uma preocupação sanitária, porque eu acho que era... Mas, enfim, eles tinham total consciência de que a nossa constituição prevê o acesso universal, então se tinha uma certa preocupação porque ali era o município que atende a vários municípios brasileiros e tinha esse cuidado de pesar critérios epidemiológicos. O município que me pareceu mais resistente foi San Matías, talvez pelo fato de estar longe da fronteira, eles tinham critérios epidemiológicos também, porque acho que ali eles têm essa estrutura de saúde um pouquinho mais alto que atende outros municípios, mas eu acho que tem também o fato de

que é o município que está mais distante. Não sei, talvez afete um pouco a dinâmica, foi uma impressão que eu tive naquelas conversas.

AVF: E do lado boliviano chegou alguma sinalização, alguma conversa de tentativa de reconhecimento de alguma localidade fronteiriça?

GGG: Sim, pelo lado boliviano tem uma localidade que eles querem reconhecer. Coloca na pergunta que eu tento. Eles tinham uma proposta de emenda para acrescentar uma localidade, acho que é Bela Vista.

AVF: Você já comentou um pouquinho, mas como que você avalia os fluxos de pessoas, mercadorias etc. entre Brasil e Bolívia? E como a pandemia afetou?

GGG: Olha, como serviço exterior brasileiro eu acho muito positivo esses fluxos populacionais, porque isso cria laços, vínculos que são humanos, são educacionais, são políticos. E também, claro, isso tem efeitos comerciais, o intercâmbio, então isso acho que revitaliza a relação, é um aspecto que eu sempre importante lembrar, quando a gente pensa nas relações com países vizinhos, em alguns casos você tem esse fluxo com outros países, acho importante. Na pandemia acho que no primeiro momento houve êxodo dos dois lados, porque a situação econômica ficou muito precária, então houve bolivianos que regressaram à Bolívia, estavam sem emprego, uma situação muito difícil. E também houve estudantes brasileiros que voltaram ao Brasil com a suspensão das atividades de ensino, muitos já tinham voltado na época da crise política, porque com os bloqueios tudo ficou suspenso. Em novembro de 2019. Mas em 2020 houve essa tendência de saída, o que eu vou dizer, que eu li recentemente, é que essa tendência foi revertida, eu acho que uma boa parte desses estudantes teriam regressado, provavelmente não 100%, mas uma parcela considerável deles. E, claro, a pandemia também afetou em termos comerciais, afetou... Na verdade eu não acompanho muito essa parte de dados comerciais, mas tem aquele site, não sei se você conhece, do ministério da economia, que tem uma base de dados, então dá para ver direitinho. E essa queda no intercâmbio comercial entre Brasil e Bolívia ela teve a ver com a pandemia, com redução de demandas, crise fiscal, os estados arrecadaram muito menos. Os déficits prejudicaram, investimento produtivo e tal, mas ela também tem a ver com a questão do gás, porque a gente está em um momento de diminuição da demanda brasileira de gás boliviano, essa é uma tendência que vem acho que desde 2015, me parece que foi o pico, mas é bom você verificar porque a minha memória disso não é exata. E essa queda tem a ver por um lado com a diminuição da oferta boliviana, a gente sabe que tem o esgotamento das jazidas, então a Bolívia tem menos disponibilidade de gás para exportação hoje, isso pode ser revertido com prospecção, mas é uma realidade, mas tem a ver também com a diversificação da pauta energética brasileira. Eu me lembro em conversas com a Petrobrás eles falarem isso, eles sabiam que o Brasil iria explorar o pré-sal, que isso aumentaria a nossa produção doméstica de gás, mas o fator que mudou muito a demanda de gás foi a entrada de energias novas, eólicas, solar. Então isso é uma coisa que é uma tendência, claro que a gente também está vivendo uma crise energética, a seca tem afetado muito a nossas hidrelétricas então pode ser que a gente volta a exportar mais por conta disso, mas também não sei, eu acho que é um momento para a gente refletir como vão

ser as relações, se esse era um eixo estruturante a gente tem que começar a repensar a relação para que não se crie um vazio, pensar em outras áreas de integração. Uma área que tem se falado muito é integração elétrica, é um tema que é discutido há muitos anos, a gente tem integração elétrica com a [ininteligível] no Uruguai e é muito interessante para os países, porque às vezes tem um desabastecimento aqui, aí você consegue compensar, você importa, essa importação temporária, não precisam ser contratos tão rígidos, mas enfim, pode ser uma... Mas isso é para o futuro, está em negociação e tem atenção nossa nisso.

AVF: E sobre, também no campo da infraestrutura, mas pensando na integração das malhas rodoviárias e ferroviárias, existe perspectiva de ampliação, de novos projetos? A nível de Itamaraty, existe alguma tratativa dos dois Estados nesse sentido?

GGG: Em termos de infraestrutura tem algumas coisas que de vez em quando surgem, a situação econômica e fiscal do Brasil às vezes dificulta avançar nessas obras, mas existe interesse em fazer a ponte em Guajará-Mirim e Guayaramerín, tem vários projetos de pontes com a Bolívia que não saíram do papel. Igarapé Rapiará, Guajará-Mirim, Guayaramerín, enfim, a ponte que é considerada prioridade na lista de pontes é Guajará-Guayará. Além da ponte existe o projeto de integração ferroviária, que tem esse projeto, um projeto muito ambicioso com corredor ferroviário bioceânico, ele tem algumas... Ele é um projeto muito caro, não é um projeto para curto prazo, agora os últimos avanços, com a pandemia parou um pouco, pode ser que agora seja retomado. O último avanço era a ideia de que houvesse uma melhor integração dos trechos brasileiros e bolivianos já construídos, porque existe a ferrovia, acho que é a Rumo, que chega ali em Corumbá e ali do lado boliviano tem uma ferrovia que vai até Santa Cruz de La Sierra. Eu lembro que em algum momento faltava construir poucos quilômetros que permitiam um trem que saísse do Brasil chegasse a Santa Cruz, mas além da construção de um quilômetro, dois quilômetros de ferrovia, que talvez já até tenha acontecido, era preciso um mecanismo que permitisse esse fluxo, que o trem fizesse essa travessia da fronteira sem que houvesse parada, transbordo, essas coisas assim, então eu acho que a nossa avaliação no último encontro era isso, que a gente tinha que trabalhar sobre os mecanismos aduaneiros e de transporte para permitir que esse fluxo fosse direto. E a gente acha que estabelecida essa continuidade ferroviária isso já é um avanço para o Brasil e que, claro, se houver uma construção interna na Bolívia que permita ir a La Paz e depois ao Peru, o trajeto seria esse, até o Porto de Ilo, seria bom, mas a gente achava que começar integrando o que já existe.

AVF: A nível de Itamaraty, como que vocês avaliam o processo de adesão da Bolívia ao Mercosul?

GGG: O processo de adesão ele está parado no Congresso, os países assinaram, os outros do Mercosul todos já aprovaram internamente, o único país que está devendo essa aprovação é o Brasil e ele está na Câmara, o documento, instrumento de adesão, foi aprovado na comissão de relações exteriores e defesa e eu acho que precisa ser aprovado pela plenária da Câmara e vai ao Senado. Eu vou falar do meu ponto de vista, eu acho que seria importante, na

verdade a integração da Bolívia com o Mercosul em muitos sentidos já acontece, tem a ACE, que é o acordo de adesão, ACE 37, eu acho que é, 37? Que é o acordo que permitiu... ACE 36, acordo de comércio de complementação econômica... Eu acho que é 36, o acordo do Mercosul da Bolívia, acordo de complementação econômica. Então, assim, em muitos sentidos essa integração ela já existe. Então, por exemplo, as isenções aduaneiras, elas já existem, o desagravo tarifário eu acho que é mais alto com a Bolívia do que internamente no Mercosul, então em algumas coisas está muito avançado esse acordo de complementação econômica, mas tem outras questões que eu acho que nos beneficiariam, por exemplo, a tarifa externa comum é uma coisa que para a Bolívia adotar uma tarifa externa comum ela teria que ser membro pleno e isso poderia beneficiar exportadores brasileiros. E, além disso, se a gente pensa na geografia do Mercosul a Bolívia é um país fronteiro com três dos países do Mercosul e tem fronteiras e fluxos comerciais muito importantes tanto com o Brasil como com a Argentina, então eu acho que é o parceiro natural para uma ampliação do Mercosul, não à toa que o acordo de complementação econômica avançou muito bem com o país. Agora os poderes têm suas dinâmicas, seus tempos, então essa bola agora está com o Congresso. Eu acho que seria interessante para a gente e para eles também. E uma última coisa que comentaria sobre isso, além do ACE, esse acordo de complementação econômica Brasil e Bolívia, a Bolívia é parte de vários outros acordos no Mercosul, então por exemplo, o acordo que permite residência dentro do Mercosul, a Bolívia e o Chile são parte, então esse fluxo da população já acontece, eles já têm esses direitos. Mas é claro, é um conjunto muito grande de acordos e aqui e ali eles usam parte. O que eu falei, o acordo sobre localidade fronteira do Mercosul a Bolívia não é parte, é outro acordo que a integração da Bolívia faria todo sentido.

Apêndice I – Transcrição da entrevista com Gary Rivero Alcántara, Secretário de Coordenação Institucional do Governo Autônomo Departamental de Santa Cruz (Bolívia)

Entrevistador: André Vieira Freitas.

Entrevistado: Gary Rivero Alcántara

Data: 15 de abril de 2021

Local ou Ocorrida de forma virtual, com o uso da aplicação *WhatsApp*.

Arquivo de áudio no formato mp3. Duração: 19'45".

AVF: ¿Cuáles son los principales beneficios y desafíos para Santa Cruz como departamento fronterizo?

GRA: Empecemos por los desafíos. Creo que tal vez a resumir en una palabra el tema es la seguridad. Ese es el desafío más importante que se tiene para nuestras fronteras. Son muy grandes. Creo que Bolivia y Brasil comparten como 3200 km de frontera. Y Santa Cruz es la única frontera internacional que tiene con Paraguay y Brasil. Con Brasil es una frontera extensa. Tenemos dos puntos de contacto que es en Mato Grosso, con Cáceres y San Matías, que no es lo mismo que Corumbá, que está en Mato Grosso do Sul con Puerto Quijarro. El principal desafío es la seguridad porque tenemos muchos problemas de narcotráfico. No es una mentira, es una realidad de la frontera. Tenemos muchos problemas de... y todo lo que conlleva el narcotráfico. Hay "trata de blancas", tráfico de armas. Y últimamente otro desafío muy importante que tiene ahora es el contrabando. La moneda boliviana está muy fuerte con relación al real. Los mercados en Santa Cruz estamos inundados de productos brasileiros a muy bajo costo. En la esquina de mi casa yo puedo comprar una Brahma a nada, seis bolivianos. Y una cerveza boliviana cuesta ocho. Hay una relación ahorita que existe con el contrabando que está afectando mucho la economía, por el poco control que existe en la frontera. Pero la palabra beneficio para mí es el comercio. El comercio es algo muy importante. Esa frontera vive y sobrevive gracias al comercio con Brasil. Eso también es una realidad. Voy a empezar en la zona sur. Con el comercio existen muchos proyectos que van a ser en futuro muy importantes como el desarrollo de una planta siderúrgica en Mutún que está en Puerto Suárez, en la provincia Germán Busch, que es la frontera con Mato Grosso do Sul, pero por el momento no es una realidad. Ahora lo que es la actividad económica más importante es el comercio. Y pero ahora con el tema de... lastimosamente tenemos un comercio... un comercio de frontera transfronterizo, normal, pero yo creo que el desafío es como diversificar ese comercio. Y en San Matías con Cáceres el comercio se da en menor escala porque la cantidad de población también es mucho menor. Pero creo que los municipios de frontera sobreviven bastante el comercio con Brasil.

AVF: En cuanto a sus competencias, ¿existen acciones del gobierno departamental, específicamente para la frontera con Brasil? ¿Cuáles serían?

GRA: La Constitución Política del Estado de Bolivia es muy clara en el tema de frontera. La frontera y el desarrollo de frontera es una competencia del gobierno del nivel central del Estado. O sea, desde La Paz. Paradójicamente, como ustedes sabrán, Bolivia es un Estado unitario con autonomía y no así un país federal, es Brasil. O sea, nuestras competencias en cuestiones sensibles, como migración, como tema fronterizo, narcotráfico, eso compete directamente a La Paz. Pero a nosotros igual el Gobierno Autónomo de Santa Cruz lo que hemos hecho es fomentar mucho lo que nosotros, por ejemplo, hemos invertido mucho en la frontera para universalizar los servicios básicos.. en estos 15 años prácticamente se ha eliminado la pobreza extrema de Bolivia, la pobreza extrema de Santa Cruz. Ya existe una universalización en servicios... en luz eléctrica. Nosotros tenemos muchos problemas con la luz eléctrica en municipios como San Matías. San Matías compraba luz eléctrica de Mato Grosso al precio muy caro. Imagínate, ahí se proveían de Brasil la luz eléctrica y ahora se lo hacen a partir de Santa Cruz. El tema de agua potable también. Son las cuestiones básicas, pero hace 15 años no existían. O no existía una cobertura universal. Nosotros lo hemos logrado universalizar y creo que la inversión que hemos hecho es para generar desarrollo, generar equidad, sobre todo en las ciudades fronterizas.

AVF: Usted hablado un poco, pero ¿cuáles son los núcleos urbanos cruceños considerados estratégicos en la frontera con Brasil? ¿El gobierno departamental está monitoreando el crecimiento de esos núcleos fronterizos?

GRA: Claro que sí. Mira, nos podemos dividir entre las ciudades estratégicas del norte, de frontera y las ciudades estratégicas fronterizas del Sur. Las del norte obviamente por la cercanía primero está San Matías. Después hay una que se llama Ascensión de la Frontera, que es una ciudad chica y la ciudad más importante es San Ignacio de Velasco. San Ignacio de Velasco en la segunda o la tercera ciudad más grande del departamento después de la capital obviamente. Y en este momento es la capital ganadera de Bolivia. Ya existe mayor de ganado vacuno per cápita. Así que el potencial de desarrollo productivo y de la elaboración de cadenas productivas es muy muy alto. Yo creo que es una ciudad estratégica y solo lo separan 311 km entre San Ignacio y San Matías. Uno de los proyectos que más adelante en tus preguntas que trabajamos alguna vez con el gobernador Taques de Mato Grosso, Pedro Taques, fue la búsqueda de financiamiento en Brasil para la construcción del tramo, carretera entre San Ignacio de Velasco y la frontera con Cáceres, la frontera con Mato Grosso, que son 311 km. Lastimosamente no se llegó a nada por cuestiones políticas, pero es un desafío que existe ambas regiones. Y ahora por el sur, las ciudades estratégicas son Puerto Quijarro, Puerto Suárez, Carmen Rivero Torrez y Roboré. Son las ciudades... existe un... Tratado de Roboré que se llama, de 1962, si no me equivoco. Pero son ciudades que están dentro del área de gravitación y lo que es la esfera brasilera ellos viven de alguna manera de los

negocios, del turismo. Allí existe intercambio y venta de ganado vacuno, por ejemplo. Veterinarios cruzan la frontera a trabajar, de Puerto Quijarro. La mayoría de la gente de Puerto Quijarro tiene doble nacionalidad. Hace la escuela primaria en Corumbá o en Ladário. Se atienden en los hospitales también en Ladário y en Corumbá porque los servicios son un poco mejores que los de Puerto Suárez y Puerto Quijarro. Así que esas serían las seis ciudades específicas del área de influencia de la frontera con Brasil.

AVF: Ya hablaste un poco, pero ¿puedes hablar un poco más de iniciativas conjuntas del gobierno departamental con los estados y municipios de Brasil? ¿En qué áreas ocurren? ¿Hay perspectivas de expansión de esas iniciativas conjuntas?

GRA: Existe, existe. A lo largo de mis años en la gobernación, hemos tenido varias. Una es la promoción comercial. En el año 2016, 2015, hicimos una caravana de integración comercial turística desde Cuiabá hasta Santa Cruz. Me acuerdo de que la gestión del gobernador Pedro Taques, del gobernador Rubem Costa fueron muy activas en promover la conexión aérea. Nosotros ayudamos mucho a hacer las conexiones aéreas entre la aerolínea Amazonas de Santa Cruz a Cuiabá. Y también se habló mucho antes de la pandemia que Azul, aerolínea brasilera, también a vuelos de Cuiabá a Santa Cruz. De hecho, yo acuerdo haberme reunido con el vicepresidente para Brasil de Azul, que vino a Santa Cruz. Después hemos promovido mucho la participación en la Feria Exposición de Santa Cruz de la Sierra, de empresarios de Mato Grosso, aquí a Santa Cruz de la Sierra. Eso fue algo muy exitoso en la participación de los empresarios. También hay algo muy importante que se hace con EMBRAPA, EMBRAPA MT nos regala 1 millón de dosis anuales para la lucha contra la aftosa. Eso es algo muy importante de mucha trascendencia prácticamente el éxito de qué Bolivia y la zona de la chiquitania sea libre de aftosa es gracias a la cooperación de Mato Grosso y Mato Grosso do Sul. Eso es un hecho. Bueno, nosotros entendemos que necesitan cuidarse también la frontera, pero no se pudieran haber hecho sin la cooperación. Y gracias a eso es que Bolivia está exportando carne a China. Y potencialmente a Rusia. Porque somos libres de aftosa. Después formamos... existe un bloque de gobiernos subnacionales, de estados como Mato Grosso y Santa Cruz que se llama Zicosur, la Zicosur es la Zona de Integración del Centro Oeste Sudamericano. Es un fórum de regiones donde hacemos intercambio de conocimientos, nos dedicamos a resolver problemas, hacemos que los gobernadores interactúen. O sea, es un espacio de apoyarnos estas regiones vecinas. De toda esta zona periférica del centro Oeste de Sudamérica. Ahorita en este momento la provincia de Tucumán, Argentina tiene la presidencia pro tempore, que se ha ampliado por la pandemia, obviamente, pero son muy activos en ayudarnos a hablar de temas del medio ambiente sobre todo. Nosotros tenemos una colección de medioambiente entre el bosque seco chiquitano de Santa Cruz y el Cerrado que se llama en Mato Grosso. Y bueno, este tipo de acciones existen. También algo muy importante es que existen muchos alumnos, muchos estudiantes de medicina, odontología, veterinaria y petróleo brasileros de la frontera, no solamente de Mato Grosso, también de Acre, de Rondônia que vienen a estudiar en las universidades

cruceñas, de Santa Cruz, para estudiar medicina, porque bueno, por toda la inconveniencia que son para estudiar medicina en Brasil. Nosotros tenemos contabilizados... el consulado brasilero en Santa Cruz tenía contabilizado alrededor de 12.000 estudiantes hace cinco años. Yo creo que antes de la pandemia pudimos haber llegado a 20.000. Hay varios ya brasileros, restaurantes y todo. Y la mayoría son fronterizos. Es muy raro que vengan de los Estados del interior de Brasil.

AVF: ¿El gobierno departamental conoce el acuerdo para el permiso de residencia estudio y trabajo a nacionales brasileños y bolivianos firmado en 2004 en Santa Cruz de la Sierra? ¿Cuál es la evaluación de la implementación de este acuerdo?

GRA: Yo tengo poco conocimiento de eso. Yo creo que eso ha sido muy beneficioso porque a partir de 2004 se ve una curva, por ejemplo, de los estudiantes brasileros que le mencioné, tuvieron el *boom* después de la firma de este acuerdo. Porque se facilitan unas cosas para que estudien. Y las homologaciones no es algo tan complicado. Es dificultoso, hay la burocracia, pero ya existe por lo menos un método, un camino para llegar a hacerlo. Yo creo que ha sido muy beneficioso y deberíamos integrarnos más. El camino siempre es la integración. Aun así, falta bastante en otras esferas. En muchas esferas. Creo que el tema estudiantil ha sido un... ha sido muy provechoso, por ejemplo, ya existe flujos de bienes de personas en el tema de agricultura en Santa Cruz. Las grandes empresas de soya vienen de Brasil. Los grandes productores, la parte de soya, de algodón, de trigo, la mayoría tienen el conocimiento y vienen de Brasil, porque en Brasil cada vez hay menos tierra, allá se ponen más caras y en cambio en Bolivia tenemos mucha tierra están más baratas en comparación con Brasil y bueno... Lo importante es este intercambio de conocimiento porque existe un antes y un después del proceso de innovación y tecnología en la agricultura de Santa Cruz y Bolivia gracias a este intercambio que se ha tenido con Brasil. En el tema de genética, por ejemplo, de ganado, gracias a este intercambio hemos mejorado muchísimo nuestra ganadería por la genética, por la innovación por la investigación por los estudios eso gracias también al conocimiento que trajeron mucha gente de Brasil, pero eso se lo hacen de manera privada. Los públicos no fomentamos eso. El Sebrae por ejemplo hemos tenido acciones acciones para intercambio de pequeñas empresas en la frontera entre Corumbá Ladário, puerto Suárez y Puerto chicharro, pero eso lo hizo Sebrae Mato Grosso do Sul. Pero ese tipo de acciones son muy tímidas, podría hacerse de una manera más potente.

AVF: Ya hablaste un poco, pero ¿cuál es la evaluación del gobierno departamental sobre los flujos de personas, bienes entre Brasil y Santa Cruz? En general. ¿Y cómo afectó la pandemia?

GRA: Se lo realizan de un modo natural. Por ejemplo, Bonito es un balneario turístico muy conocido en Brasil, en Mato Grosso do Sul, cerca de Campo Grande. Existe mucha gente de Santa Cruz aquí de la ciudad que iba vacacionar porque era barato, hay un acceso, es un lugar bonito, agradable, muy preparado

para el turismo. Mucha gente de Santa Cruz empezó a ir. Obviamente vino la pandemia. Como sabes, el turismo es la industria que ha sido más afectada en esta época, así que los flujos evidentemente han bajado. De los estudiantes también. Muchas de las clases se han hecho virtuales y por eso muchos alumnos han vuelto a vivir a ciudades y estudiar en la universidad a partir del virtual. Eso es algo que hay que analizar, porque eso llegó para quedarse. El estudio, el trabajo virtual y el intercambio viene, con la pandemia, se ha frenado, pero a mí lo que me preocupa es que el comercio negro, el contrabando se ha incrementado por este tema de precio que existe entre el boliviano y el real. Y, para nosotros, es muy barato ahora ir a consumir a Corumbá. O sea, la gente, como estuviera cerrada la frontera, no podía pasar más allá de Corumbá. Yo, por ejemplo, fui a vacacionar con mi esposa a Corumbá al hotel, a hacer shopping en Corumbá, nos parecía baratísimo y es muy lindo, simpático. Como tampoco tenemos muchas opciones no podemos ir más allá. Pero yo creo que existe muy poca promoción de ambos lados. Se lo realiza de una manera natural, no coordinada, pero existe muy poca promoción, muy poco al nivel de las prefecturas y tanto de las gobernaciones en ambos lados para fomentar el comercio, el turismo, el conocerse, un poco más entre nosotros. Eso podría ser mucho más.

AVF: Una cuestión más, ¿cómo funciona esta cuestión de que, como me dijiste, Bolivia es un Estado unitario, pero los gobiernos departamentales son autónomos? ¿Cómo sería eso?

GRA: La autonomía es un proceso intermedio entre ser un país unitario y federal. Es un término intermedio que se encontró en la Constitución de 2009 en el cual el Estado central te sigue dando los recursos te dice cuáles son tus competencias, te marca exactamente dónde puede gastarla. Pero el problema es que existe ese cordón que todavía no se ha soltado de La Paz, que son los recursos. Nosotros decidimos dónde gastarlo, pero viene de La Paz. En un estado federal, puedes generar tu dinero, te delegan impuesto. Nosotros en Bolivia, los impuestos todavía se pagan a La Paz y a partir de eso te llega. El precio del petróleo va la paz y viene solo el 11 % a la región. Todavía tenemos este cordón umbilical muy pegado a La Paz. A veces demasiado.

Apêndice J – Transcrição da entrevista com Cecila Giraldo Justiniano, Presidente da Assembleia Legislativa Departamental do Beni (Bolívia)

Entrevistador: André Vieira Freitas.

Entrevistado: Cecila Giraldo Justiniano.

Data: 31 de agosto de 2021.

Ocorrida de forma virtual, pela aplicação *WhatsApp*.

Arquivo de áudio no formato mp3. Duração: 13'19".

AVF: ¿Cuáles son los principales beneficios y desafíos para Beni como departamento fronterizo?

CGJ: Los desafíos que tenemos ahora en el Beni nosotros es la hidrobía Ichilo-Mamoré, queremos la vinculación por la hidrobía, por las carreteras de ambos países para generar políticas en el Estado que nos pueda favorecer en el comercio, en la agricultura y la ganadería y poder importar y exportar productos hacia ambos países, poder facilitar también que los pueblos indígenas, los pueblos campesinos del Beni también pueden fortalecerse por el conocimiento de todos ustedes. La red vial es la vía más antigua que tiene nuestros antepasados y es por ello que, en las comunidades indígenas, se ha venido ocupando muchísimos años todo lo que es por agua. Entonces de esa manera estamos viendo las políticas para poder también hacer que ellos pueden ser productores. Pueden sembrar, cosechar, porque cuando no tiene una vinculación caminera, su producción es limitada y es corta porque no hacen muchos productos en su cosecha, por qué los productos se les friegan, se les malogra y solamente utilizan para intercambiarlo entre comunidades indígenas para poder sobrevivir. Sin embargo, ahora dándole la facilidad a ellos de poder hacer, que ellos puedan mantener una mayor plantación, una mayor cosecha, van a tener una producción mayor y de esa manera sacarla por otra vez en los ríos, que llega de una manera más rápida a los pueblos, a las provincias y, de esa manera, también para poder exportar. Acá en el Beni se produce mucho lo que es el plátano, la papaya, frutas, la ganadería, eso sería. En el tema de nuestros hermanos campesinos indígenas, también queremos potenciar el turismo, poder ver las comunidades, su diversidad y la naturaleza, ya que nuestros países Brasil y Bolivia tienen un suelo muy parecido, la Amazonia. Entonces, de esa manera, también poder nosotros, ambos países, poder implementarlo de mejor manera. Luego tenemos pensado lo que es la exportación de urea y de sal, eso va a ser en el futuro. Se va primero estabilizar el abastecimiento interno de nuestro país y luego para comenzar a exportarla. Y ustedes como país vecino tienen tanta tecnología avanzada, tenemos tanto para aprender con ustedes. Estuvimos en Brasil en una comisión, pudimos ver sus ramblas (inaudible)... como me decía el secretario de la gobernación en Brasil, en Brasil tardo 30 años para hacer está rambla y ahora, con la ayuda de los hermanos de Brasil, nosotros en Bolivia podemos tardar tres a cinco años. Facilidad que nos da de siempre tener estos lazos de hermandad con nuestro hermano país Brasil, para también poder implementar la tecnología de punta.

Estamos al lado de uno de los países más desarrollados de Latinoamérica, que es Brasil. Y de esa manera queremos fortalecer los lazos de hermandad, de negocios y todo lo que podemos con ustedes con el hermano país Brasil y para Bolivia. Y en este caso, lo más beneficiado sería el departamento del Beni con Rondônia.

AVF: ¿Existen acciones del departamento específicamente para la frontera con Brasil? ¿Cuáles serían?

CGJ: Tenemos que nosotros que poner un centro fronterizo. Tenemos que poner un centro fronterizo y el sueño que tenemos nosotros bolivianos es poder concretar el famoso puente del Tratado de Petrópolis. Que eso sería una unificación extraordinaria para ambos países. Esperamos que eso se puede hacer con el nuevo presidente del Estado Federal y del Estado Plurinacional de Bolivia y las cancillerías ir el ministerio de obras públicas, para poder hacerlo. Por eso es que hemos hecho ese acercamiento, para que justamente nuestras autoridades puedan hacer esos lazos de hermandad para, poder fortalecernos en un futuro y poder tener este puente que tanto anhelamos los bolivianos y Brasil.

AVF: Y en relación con las ciudades a los núcleos en la frontera con Brasil, ¿cuáles serían los estratégicos entre Beni y Rondônia?

CGJ: Guayaramerín y Riberalta, que son los lugares más cerca a Brasil. Costa Marques también. Pero más futuro fronterizo tiene Guayaramerín. Estamos hablando de años que se benefician de todo lo que es la frontera y de todo lo que es la mercadería. Vemos el fluente tránsito que hay de comercio de Brasil a Guayaramerín de ambos lugares. Entonces sería potencialmente para Guayaramerín y Riberalta. También es una ciudad rica en castaña, almendra. Como Riberalta es la provincia que exporta almendra, castaña a todo el mundo, entonces también sería una fuente importante de ingresos. También tenemos madera entonces eso sería lo que más exportaría de Riberalta y Guayaramerín.

AVF: Y además de estas negociaciones sobre el puente, ¿hay otras iniciativas conjuntas entre Beni, Rondônia y los municipios fronterizos tanto de Brasil como de Bolivia? ¿Cuáles serían? ¿Hay perspectivas de expansión?

CGJ: Lo que se quiere es un programa para poder fortalecer en agricultura, en ganadería. Estuvimos en una reunión con empresarios en Brasil y ellos quedaron muy interesados para poder invertir en las tierras bolivianas en el sentido de que nosotros podamos incrementar la manera de que lo es la ganadería. Eso sería por ahora los avances que hemos tenido. Hemos tenido también con la universidad en Brasil, en Rondônia para poder llevar a estudiantes de Bolivia para poder capacitarlos y que también estudien en Brasil.

AVF: Hay un acuerdo entre Brasil y Bolivia que prevé el permiso para residencia estudio y trabajo a nacionales fronterizos brasileños y bolivianos en ciertas localidades, como entre Guajará-Mirim y Guayaramerín. Los ciudadanos de Guayaramerín e Guajará-Mirim pueden trabajar, vivir y estudiar a la otra ciudad teniendo una tarjeta de fronterizo. ** El gobierno conoce esa acuerdo?  Podr a hablar un poco de su implementación en Guayaramerín?  Es algo efectivo?**

CGJ: Por ahora, lo que tenemos nosotros conocimiento es el hospital del amor en el tema de salud, los enfermos. Cerca de la provincia del municipio de Riberalta, Guayaramerín tienen facilidad para poder acceder al hospital del amor, al hospital del c ncer en Rond nia, el cual es de mucha ayuda a nuestro departamento. Entonces, por ahora, eso es lo que est  vigente y de la universidad también con el rector de la Universidad Departamental del Beni se hace también con la Universidad de Rond nia. Se hacen convenios y ahora están incluyendo también los convenios que puede haber. Que tiene que tomar parte en la gobernación, la gobernación del Beni con la gobernación de Rond nia.

AVF: Y sobre los intercambios, los flujos entre Beni y Rond nia,  usted destacaría que serían predominantemente comerciales, turísticos de personas?  Cu les son los principales flujos entre Beni y Rond nia?

CGJ: Predomina el comercio. Son grupos de comerciales. El comercio es realmente lo que prioriza a los dos departamentos con Rond nia y el Beni.

AVF:  Y cómo la pandemia de COVID-19 afectado esas relaciones?

CGJ: Indudablemente la pandemia ha soltado a todo el mundo. Nosotros ahorita en Bolivia, como tanto ustedes, estamos en una reactivación econ mica, trabajando para ellos para poder reactivar la economía y en ello estamos, en papel fundamental todo lo que es poder exportar los productos del comercio. El comercio es un rol muy importante y por eso de que primero hemos manejado, Brasil manejo y los esfuerzos de nuestro gobierno nacional aquí en Bolivia todo lo que es la pandemia y COVID y ahora ya estamos trabajando con autoridades para poder salir de esta pandemia e tener la reactivación econ mica, por eso es que estamos implementando políticas que puedan fortalecer la economía de Rond nia y del Ben.

AVF: Y para poder acceder a los países,  ya está todo normalizado?  La gente de Brasil puede entrar a Bolivia y lo contrario también o est n con restricciones?

CGJ: No. Aquí en Bolivia está todo normal, está todo normal. Lo que sí es obligatorio es el uso del barbijo, distancia y más que todo usar el alcohol, el desinfectante. Y ya nosotros como tenemos acostumbrado poder tener esta vida así, para poder también cuidarnos y cuidar a los otros seres queridos a las personas que nos rodean.

AVF: Ya me hablaste un poco, pero ¿las perspectivas para la construcción del puente son prioritariamente para Guayaramerín? ¿Hay otros proyectos para puentes en otras partes de la frontera? ¿O prioritariamente la conversación es para ser por Guayaramerín?

CGJ: Todo sería para Guayaramerín. Y por ahora sería magnifico que puede darse en todos lugares no tenemos nosotros frontera, pero por ahora solo es a Guayaramerín, solo es a la ciudad de Guayaramerín, que es el puente del Tratado de Petrópolis. Hay otro grupo de personas que quieren por Puerto Ustarez, pero esos son instancias ya a nivel nacional, con los presidentes que ellos tomarán las decisiones, pero por ahora es Guayaramerín a Guajará-Mirim.

Apêndice K – Transcrição da entrevista com Carlos Fernando Aramayo Iriarte, Capitão e Diretor Departamental de Segurança e Cidadania de Pando (Bolívia)

Entrevistador: André Vieira Freitas.

Entrevistado: Carlos Fernando Aramayo Iriarte.

Data: 19 de maio de 2022.

Local ou Ocorrida de forma virtual, na plataforma *Google Meet*.

Arquivo de áudio no formato mp3. Duração: 17'.

AVF: ¿Cuáles son los principales beneficios y desafíos para Pando como departamento fronterizo?

CFAI: En cuanto desafíos, tenemos muchos desafíos, puesto que toda la frontera, qué creo que es lo que importa, desde Bolpebra hasta el extremo este que es el río madera, donde tenemos nuestra última confluencia en esta parte, tenemos un problema limítrofe grave en Bolivia. No tenemos a partir del municipio Bella Flor hacia el este, no tenemos una carretera que vincule a todas las poblaciones que limita con el Brasil. Hay en el lugar, explotación de castaña en la época de producción y de recolección. No contamos nosotros con suficiente vinculación por carretera con estos lugares. No son de fácil acceso. Muchas de ellas solamente se acceden por río. Eso en cuanto a lo que es transporte y vinculación camionera. Tenemos problemas con la situación del personal policial e instituciones públicas que no pueden llegar al lugar, que tampoco se puede dar el servicio a las poblaciones que se encuentran en esa área. Eso incide en que la falta de control de esos lugares haya una intromisión por parte del Brasil, que si cuenta con una carretera que casi va en forma paralela por el norte del territorio pandino y ellos sí aprovechan, hacen el aprovechamiento de todos los recursos que son bolivianos. En algún momento se ha tomado contacto con las autoridades brasileras para que nos apoyen en cosa de que siempre han estado predispuestas a este apoyo, pero no pueden ellos hacer el control que nosotros deberíamos realizar en el área. Entonces, nuestro desafío es vinculación camionera, llegar con seguridad esa área, tanto interna como externa, con personal militar, con personal policial, llegar a tener la posibilidad de poder realizar esos controles en la población. También masificar la cantidad de habitantes en esa área, eso es el desafío que nosotros tenemos. Y los próximos cinco años que pienso que no va a ser muy fácil, porque requerimos de grandes inversiones para llegar con todo. Eso sería el desafío.

Sobre los beneficios, hay grandes beneficios que se podrían explotar. No podemos decir cuáles son los beneficios porque no estamos ahí como corresponde, pero hay grandes beneficios que se pueden explotar porque hay áreas que todavía están muy inhabitadas, hay lugares que se pueden explotar. En cuanto a la castaña, que sería lo ideal, la recolección. Más que todo existe la posibilidad de hacer la explotación de madera con las normas que corresponden la reforestación pertinente. En el área tenemos la situación de lo que es la pesca, hay un gran potencial en esta área en la cual no existe la población pertinente

de los controles, pero se puede proyectar bastante. El problema que tenemos ahorita que, por la falta de control, la deforestación y la explotación de esa área no se está llevando de la manera muy adecuada y no se tiene el control sobre eso. Pero pienso de que hay muchas potencialidades en el área, tanto en la parte brasilera, como en la parte boliviana. Más en la parte boliviana, porque prácticamente no estamos en el lugar, no lo estamos explotando como corresponde y no estamos haciendo los controles correspondientes también.

AVF: Y en cuanto a sus competencias, ¿existen acciones del gobierno departamental específicamente para la frontera con Brasil? ¿Cuáles serían esas acciones?

CFAI: Nosotros no hemos realizado todavía un plan departamental de seguridad ciudadana en este ámbito, tomando en cuenta que todavía no se tiene un plan nacional para este quinquenio. Al no tener un plan nacional, no tenemos los lineamientos establecidos para poder desarrollar un plan departamental. De todas formas, existe el conocimiento porque mi persona ha entrado personalmente a muchas de esas áreas a conocer, a entrevistarme con los pobladores. Tenemos el conocimiento de dónde y cuáles son los problemas que se tienen. Y la proyección de la gobernación es la de ir coordinadamente con algunos municipios que ya se está comenzando a hacer la vinculación camionera hacia el norte, que nuestras carreteras vayan hacia el norte, que es donde se requiere, por ejemplo, ya hay ahí una proyección hacia Barrio Alto, que queda en el municipio de Ingavi y hay una proyección también de la carretera que tiene que vincular Santos Mercado con Nueva Esperanza, Nueva Esperanza con Fortaleza, que es la parte norte colindante con el Brasil, Fortaleza en el municipio de Nueva Esperanza. Entonces hay esas proyecciones que se están desarrollando y la gobernación está trabajando en ello porque, para poder llegar, lo primero es vinculación carretera. Como seguridad ciudadana, no tenemos todavía una proyección, porque ni siquiera estamos pudiendo cumplir con tener policías en las principales capitales de municipios. Por ejemplo, tendríamos que tener una masificación de personal policial tanto en Humaitá, Loma Alta y rReserva. Y esos lugares solamente cuentan con un policía. La gobernación ya ha dado, ya tiene Vehículos, vehículos patrulleros ya tienen. Entonces ellos tienen la posibilidad de recorrer ciertas áreas hasta ciertos lugares, pero la limitación es que van a tener ciertas restricciones porque no van a llegar a todos los sitios por el mismo problema: vinculación carretera.

AVF: Usted ya ha hablado un poco, pero ¿Cuáles serían, en su visión, los núcleos urbanos o pequeños centros poblados considerados estratégicos por el departamento en la frontera con Brasil? ¿El gobierno departamental monitorea el crecimiento de esos núcleos fronterizas?

CFAI: Sí. Se está fortaleciendo estas áreas, la gobernación está llegando con programas, como emprendimiento, inversión en municipios, en todos los municipios prácticamente. Y más aquellos que se puede notificar en las capitales de los municipios. Pienso que es muy importante la reactivación económica y muchas veces la reactivación económica parte de que nosotros podamos darle a las familias de esos lugares posibilidades para que pueden ellos mismos crear su circulante. Si bien el circulante no significa progreso. Se marca un sistema de desarrollo en el lugar, porque si hay movimiento económico, en cuanto circulante,

entonces se genera un movimiento para que las familias puedan sobrevivir entre ellas. La idea de la gobernación es comenzar a nutrir con este tipo de emprendimiento, con este tipo de inversiones, al mismo tiempo que ir nutriendo las necesidades que se van teniendo tanto en salud, educación, inseguridad. En mi aire, que es la seguridad, estamos pensando permanentemente en lo que es comunicación y transporte para que los policías pueden desenvolverse de mejor manera. Si nosotros tenemos una policía bien comunicada, puede tener una acción más oportuna. Y si tenemos una policía que va y, si las carreteras no están al cubierto, pero que tengan por lo menos los medios de transporte para cubrir el área de su jurisdicción, hasta los puntos que así se permita. Pensamos que vamos a poder proyectar de mejor manera en el área de seguridad.

AVF: ¿Y cuáles serían en su visión los núcleos más importantes en la frontera con Brasil?

CFAI: Tenemos nosotros que masificar. Hay bastantes puntos entre ellos lo que los que se me vienen a la mente está Puerto Evo Morales, Humaitá, Loma Alta, Reserva, Villa Victoria y Nueva Esperanza. Estos son los lugares más importantes porque son los lugares de los cuales tendríamos que llegar a la parte norte. En estas poblaciones más cercanas próximas al Brasil, no las tenemos. Entonces tendríamos que llegar desde estas poblaciones a poder controlar el límite fronterizo con Brasil.

AVF: **¿Existen iniciativas conjuntas del gobierno departamental con los estados o municipios fronterizos brasileños? ¿En que eres? ¿Hay perspectivas de expansión?**

CFAI: No. Lamentablemente no tenemos todavía espacios ya consolidados de trabajo. Si ha habido acercamientos, hemos tenido por ejemplo en Mapajo, que hay una situación muy cercana con el personal de, si no me equivoco, Xapuri. Se ha tomado contacto con el proyecto de esa área por la situación de energía eléctrica, por ejemplo, que no tienen en Mapajo. Y a través de la empresa privada que tiene Brasil se está haciendo un convenio para que Mapajo, la comunidad de Mapajo pueda tener energía eléctrica. Ese es un acercamiento que se ha tenido con las autoridades. Pero pienso que tenemos que comenzar a masificar la comunicación y también las formas de trabajar con las autoridades brasileñas que todavía no se ha consolidado, como corresponde.

AVF: **¿Conoce el gobierno departamental el acuerdo para el permiso de residencia, estudio y trabajo a los nacionales brasileños y bolivianos de 2004? El acuerdo que permite qué entre Cobija y Brasiléia, que la gente tenga una tarjeta fronteriza. ¿El gobierno departamental conoce ese acuerdo? ¿Cuál sería la evaluación de su implementación?**

CFAI: Yo desde mi punto de vista y de mi trabajo, desde mi oficina, no tengo conocimiento de ese convenio. Sería prudente tal vez que tome en cuenta, pueda leerlo para ver la implementación del mismo, porque me imagino que no solamente tendría que ser un convenio que tiene que ver con un tinte de seguridad, sino tal vez tendría que tener el tinte de migración, más que todo en el ámbito de migración, que no es una responsabilidad de mi dirección. De todas maneras, sería bueno poder ver los alcances que tiene ese convenio para poder implementarlo y poder ejecutarlo, qué es lo más importante.

AVF: ¿Cuál es la evaluación del gobierno departamental de los flujos de personas, bienes entre Brasil e Pando? ¿En cuáles áreas sería prioritario? ¿De gente, de mercancías? ¿Cuáles son esos intercambios entre Brasil y el departamento? ¿En qué áreas serían prioritarios?

CFAI: En el arte del comercio. Yo pienso que, como nosotros somos una zona franca, acá entonces, más que todos, los brasileros vienen a nuestro territorio para poder adquirir más que todo productos electrónicos, productos chinos que nos entran por la frontera de Chile. Entonces nosotros tenemos esa posibilidad de qué a los ciudadanos brasileros les resulta mucho más económico este tipo de productos. Para nosotros los bolivianos, el intercambio es más que todo en cuanto algunos alimentos. Géneros alimenticios porque nosotros usualmente vamos a Brasil a comprar todo lo que es alimentos todo lo que es ciertas situaciones que tienen que ver con perecederos. Hay un control en SANASAG [Servicio Nacional de Sanidad Agropecuaria e Inocuidad Alimentaria] que permite algún tipo de productos y otros tipos de productos no. Esa entidad estatal que rige y restringe ciertos productos por ejemplo el aceite de Brasil no puede entrar si es que no tiene ciertos requisitos, en ese caso ciertas vitaminas. Entonces, si tienes a vitaminas puede ingresar y si no está fortalecido con esas vitaminas, el aceite no puede ingresar. Hay algunos tipos de arroz que tiene que hacer SENASAG el permiso. Las bebidas alcohólicas tienen que tener el permiso y algo, tiene que pagar necesariamente un tributo, una tasa de ingreso. Por ejemplo, los electrodomésticos que ingresan de Brasil a Bolivia tienen que pagar una tasa. Los perecederos no necesitan pagar tasa, simplemente hay que tener la autorización de SENASAG para poder ingresar. Entonces existe ese intercambio. Nosotros vivimos de ciertas situaciones alimenticias y el Brasil compra saca de nosotros los productos que nosotros podemos importar de China, que ingresan por territorio chileno.

AVF: ¿Y como la pandemia de COVID-19 acepto esas relaciones estos intercambios?

CFAI: Ha sido catastrófico, porque prácticamente una gran parte de la población si bien no vive directamente del comercio, el comercio genera circulante dentro de nuestra ciudad Cobija. Entonces, al haberse restringido todo el comercio, prácticamente la economía ha quedado estancada. Al mismo tiempo, otra parte de la economía y del circulante que se genera es parte de la recolección de la castaña y precisamente en el periodo de recolección de castañas se ha dado la tercera ola de COVID, entonces prácticamente la gente, ciudadanos, que hay usualmente una migración al campo, de todos los ciudadanos Pandinos que viven en el área urbana van a hacer la recolección de castañas y directamente no habido eso. Entonces se ha generado un vacío económico y falta de circulante durante este periodo de tiempo. Nosotros, como seguridad ciudadana, solamente lo hacemos circunscrito a poder hacer las modificaciones presupuestales para poder invertir solamente en lo que es materiales de bioseguridad para que la policía y en alguna oportunidad, las fuerzas armadas hacían un trabajo de control y apoyo a salud y a la ciudadanía, en cuanto a lo que es este tipo de situaciones y muchos montos económicos que deberían haber ido a fortalecer las áreas de seguridad, han ido a fortalecer las áreas de bioseguridad contra el COVID.

Apêndice L – Transcrição da entrevista com Rita de Cássia Oliveira Chiletto, Coordenadora do Núcleo de Assuntos Internacionais da Casa Civil do Estado de Mato Grosso (Brasil)

Entrevistador: André Vieira Freitas.

Entrevistado: Rita de Cássia Oliveira Chiletto.

Data: 16 de março de 2021.

Local ou Ocorrida de forma virtual, na plataforma *Google Meet*.

Arquivo de áudio no formato mp3. Duração: 32'09".

AVF: Quais são os principais desafios para Mato Grosso como um estado fronteiriço?

RCOC: Benefícios, todos oriundos da aproximação, integração cultural, socioeconômica, ambiental. E eles se transformam em desafios. Na área ambiental, por exemplo, como que você vai ensinar para o gado boliviano que se tem buraco na cerca ele não pode vir para cá e a aftosa contamina o nosso rebanho. Então os desafios são estabelecer ações em determinadas áreas que são extremamente importantes e que demandam uma atuação conjunta, que só de um lado não resultarão, vamos lá, segurança, nessa área animal, controle de rebanho, zootecnia. Saúde, agora com COVID, você vai evitar que o boliviano pegue ônibus e venha para Cáceres? Não. Então como é que você vai fazer para tratar disso? Então são áreas vitais. A gente sempre deve buscar na perspectiva de benefícios resolver isso. Então a integração nossa com o centro-sul, centro-oeste americano é vital, porque nós temos vastíssimas oportunidades de comércio, de integração turística, integração cultural, integração na educação, as universidades, fazer parcerias, então isso para o Mato Grosso é um benefício enorme. A gente vê muito desafio, muita dificuldade porque nós estamos em uma área de fronteira e ali em San Matías, por exemplo, é muito pobre, então nós temos que lidar com contrabando, com tráfico. E temos uma área que é muito grande, fronteira seca, que é muito, 700 e poucos quilômetros, se não me falha a memória, é muito difícil, nós temos postos que fazem a segurança bem esparsos um do outro, então é impossível você controlar. Aí, por exemplo, os principais desafios é conter o tráfico de drogas, que a gente sabe que funciona, como essas populações dos municípios lindeiros, tanto daqui como da Bolívia tem município bem pobre, eles criam as *cabriteiras*, que são as estradas secundárias de terra por onde os traficantes passam. Esses são os maiores desafios que eu vejo, as maiores dificuldades. Porque na parte de zootecnia, já fizemos acordo e a gente vacina o rebanho da Bolívia, nós enviamos todo ano, acho que a FAMATO, envia todo ano, não sei se você sabia disso, vacina para vacinar os rebanhos na fronteira, dessa forma nós conseguimos garantir que estamos livres de aftosas e outras doenças. Agora no caso de tráfico de drogas, do contrabando e do tráfico de pessoas, eu acho que são os maiores desafios por conta dessa nossa extensa fronteira, das dificuldades de monitoramento, agora a gente tem mais facilidade porque a tecnologia por meio de drone

permite, e temos também algumas ações mais integradoras com o governo de Santa Cruz. Mas eu diria os principais desafios são nessa área de segurança.

AVF: Há ações do governo estadual especificamente para a fronteira com a Bolívia? Você já pontuou algumas coisas, mas se puder complementar.

RCOC: Há dentro de cada secretaria ações específicas. Dentro da secretaria de segurança, da secretaria de educação, secretaria de saúde, que nós passamos a conhecer pela interação com eles, mas não existem registros que nos tenham chegado. Uma ação que achamos muito bacana, foi na área de saúde, nós tivemos uma reunião, até foi em 2016, eu acho, já tem bastante tempo, eles disseram por dificuldade de executar diagnóstico, eles tinham colocado equipamento e faziam diagnóstico por vídeo, ou de lá para cá, da Bolívia para cá, ou daqui para a Bolívia. Então, na área de educação eu sei que Cáceres teve que estabelecer alguns mecanismos, porque vem criança da Bolívia estudar em Cáceres, não tem como evitar, mas eu não tenho conhecimento palpável do que seria isso. Na fronteira, na área de segurança, nós temos uma parceria muito bacana do GEFRON com o governo de Santa Cruz, eles até montaram um setor, não sei te dizer o nome agora, mas em San Matías, totalmente estruturado, com tecnologia e que eles fazem uma segurança conjunta, isso é muito interessante. Eu sei dessas três áreas especificamente ações. A UNEMAT desenvolveu um projeto muito bacana de cidades irmãs, para Cáceres e San Matías, que foi aprovado pelo governo federal e agora nós corremos atrás de recurso para implementar ações que viabilizem a [ininteligível]. Precisamos mudar algumas legislações locais para viabilizar isso e vimos tentando já a algum tempo sem sucesso. São as ações principais que eu tenho conhecimento.

AVF: Quais são as cidades ou núcleos de Mato Grosso considerados estratégicos na fronteira com a Bolívia?

RCOC: Depende muito qual que é o foco que você vai dar para essas cidades, porque eu colocar no mesmo nível, por exemplo, olhando o mapa, Vila Bela é importantíssima por conta da questão turística, no nosso entendimento. Aí você vai para Cáceres, já no complexo do Pantanal, que é uma cidade de pantanal, que tem uma estreita relação com San Matías, é muito importante. E em seguida Poconé, que fazem fronteiras. Então eu destacaria Vila Bela, Pontes e Lacerda, que não faz fronteira, mas está na faixa, você sabe que existe a questão da faixa de fronteira, nós temos 28 municípios. Não vou citar quais seriam importantes dentro dos 28, que tem vários, se você olhar Melgaço que é pantanal, Barra do Bugres, diz que é um centro universitário, então vou colocar, respondendo, só aquelas que são limítrofes mesmo. Vila Bela, Cáceres, Poconé e eu diria que Pontes e Lacerda que está bem próxima também e que desenvolve uma relação muito próxima. Outros menores eu desconheço para te responder.

AVF: Vocês têm alguma ferramenta de acompanhamento do crescimento desses núcleos urbanos próximos ao limite nacional?

RCOC: Não, essa é uma questão, eu entendo que é falha, nós deveríamos ter, porque nossa inserção na América do Sul é importantíssima. E nós vimos, observamos, que ela foi muito negligenciada nos governos anteriores, continua

porque nós não temos ação efetivas, mas temos várias ações de aproximação com Santa Cruz. Ontem mesmo eu recebi um *WhatsApp* da assessoria internacional do governador de Santa Cruz mencionando que houve uma reunião daquela empresa Âmbar, aquela que é da JBS, para comprar gás na Bolívia e então você vê a importância das relações. E nós também, o MTGAS, estamos com uma relação muito forte com o governo boliviano, com o governo central boliviano, para aquisição de gás, que é muito importante para o Mato Grosso. Mas faltam ações de acompanhamento e de prevenção, o que vai ser importante ou não. Agora, a constatação de que nós estamos nesse centro da América do Sul e que a gente precisa promover ações nos levou a uma caravana da integração em 2016. No Governo Pedro Taques, foi realizada, saímos de Cuiabá, 22 de abril de 2016, fomos até, passamos pela Bolívia, passamos pelas cidades históricas ali, depois de San Matías, que é San Ignacio, San Jose. Fomos a Cochabamba, fomos a Oruro, depois entramos ali pelo norte do Chile em Arica e Iquique e depois fomos ao sul do Peru, Arequipa, e terminamos em... Mais um pouquinho acima, um porto acima de Arica, fomos ver os portos. Porto de Ilo. Aí nós continuamos, voltamos até a capital da Bolívia, La Paz, e a comitiva, a caravana voltou. Foi muito interessante, nós fomos com um membro do Chile conosco, um governador de Iquique e do governo de Santa Cruz. Foi muito interessante, nós vimos a perspectiva de integração, vou te falar, nós não tivemos a competência para efetivar todas essas ações que vislumbramos. Aqueles portos do Peru, por exemplo, eles recebem todos os produtos do Peru, azeitona, como que chama esse tipo de produto... Em conservas. Nós fomos em outro porto, que eu não lembro agora o nome. E vimos a perspectiva de integração econômica. Inclusive, eles organizaram depois uma visita para conhecer os mercados daqui e promover, só que eles estavam interessados em uma ação macro, que na época ia ser desenvolvida pelo... Ali antes da SIDER tinha um órgão do governo do estado, que era coordenado pelo Baltazar Uriques. Já vou descobrir o nome dele, que até foi extinto nesse governo, eu acho. Eles queriam promover a integração com esse mercado, nós íamos criar aqui um centro distribuidor de produtos para toda a América do Sul, e quando eles viram que não estava se concretizando por falta de recursos, eles não vieram até aqui. Como que é... Ah, eu vou me lembrar o nome do órgão, mas era bem interessante essa ação que estava sendo prevista. CEASA, era o nosso CEASA. E ele tinha um projeto de construir um CEASA monumental para atender não só os estados do norte do país, como os países vizinhos. E vinha ministro do Peru para cá, mas aí nós não tivemos maior aporte de recurso para implementar essa ideia e eles acabaram não vindo. Eles queriam que ocorresse o edital de licitação para construção do CEASA e não houve, foi suspenso o edital, então eles deixaram de vir. O interesse deles era em um negócio bem.... Porto de Matarani, nós estivemos em Matarani, aí vimos essa possibilidade de integração enorme.

AVF: Você já acabou pontuando essas questões, mas poderia citar outras iniciativas conjuntas de Mato Grosso tanto com o governo central boliviano, o governo de Santa Cruz e com os municípios fronteiriços? Se dão em que áreas?

RCOC: Bom, com foco nessa pergunta, com o governo central nós estamos negociando aquisição de gás, GLP e gás natural, GLP, GLT, são duas

modalidades. E a compra, nós estamos facilitando, vamos apresentá-los, já os apresentamos à FAMATO para que eles possam vender ureia também, ureia produzida em glóbulo, mas como nosso governo não faz esse tipo de intermediação, o governo do Brasil não tem essa ação, nós só os apresentamos. Com o governo de Santa Cruz, nós fizemos uma parceria na área de segurança e eles construíram esse posto em San Matías que foi excepcional para melhorar as condições de fiscalização na fronteira ali. Na área de saúde, temos na área cultural, que é a constituição das cidades gêmeas, que foi a UNEMAT em parceria com o governo de Santa Cruz de La Sierra, fomos exitosos e só que eu me lembre. Foram três níveis, o municipal, Santa Cruz... E também um projeto que foi implementado, nós temos San Matías e San Ignacio, San Ignacio e Vila Bela da Santíssima Trindade integração tinha um projeto financiado, a UNEMAT que ia bancar, fazer um estudo de uma lagoa que eles têm lá que estava morrendo toda a vegetação e eles não sabiam por que, eles estavam muito preocupados. Então, assim, são ações muito esparsas e às vezes não chegam aqui exatamente por falta desse centro de inteligência para monitorar essas ações. Eu sei por que nós fomos convidados para participar de uma reunião em Cáceres para conhecer um projeto, Projeto Ecos, projeto que envolvia, acho que foi no âmbito do Projeto Ecos que eles iam financiar essa ação e nós fomos informados disso, mas é só. Fizemos uma abordagem uma vez, eles queriam um apoio nosso dos bombeiros para auxiliar em questão de combate a incêndio e a captura de onça lá em Santa Cruz, mas não pudemos atender porque a legislação não permite a atuação nesse sentido.

AVF: Quais seriam as principais vantagens dessas iniciativas de cooperação com a Bolívia?

RCOC: Todas. Todas as áreas das políticas. Se você falar em saúde, o que acontece hoje? O município de San Matías impacta todo o sistema de saúde de Cáceres, eles vêm, ficam na casa de amigos, dão endereço de Cáceres para serem atendido pelo sistema. E não tem como dizer não. Então na área de saúde seria um benefício imenso se nós tivéssemos uma parceria mais efetiva. Na área de educação, tem criança de Cáceres que vem aqui, na área de comércio, como San Matías é um município muito pobre, muitas pessoas vêm comprar, fazer até feira em supermercado em Cáceres, que oferece maiores opções. Você sabe que muitas vezes, antigamente, agora parece que melhorou com essa fiscalização conjunta, eles paravam as pessoas e impediam de entrar com um saquinho de cenoura, com produto de feira adquirido em Cáceres porque não era permitido. Então, é um absurdo. O que eu vejo? Nós temos que tratar essas regiões fronteiriças menos como problema de segurança e mais como possibilidade de integração. Muitos setores já têm essa visão e começam, de uma forma ou de outra, como te falei a saúde, a educação, que fecha os olhos, que passam de madrugada para trazer crianças que estudam em Cáceres pela qualidade de ensino. Então, eu entendo que o governo deve parar de fazer vista grossa e deve estabelecer ações, é muito positivo em todas as áreas, cultural, comércio. Gente do céu. Eu fico doente, a Bolívia tem produtos maravilhosos, tem vinhos excelentes, às vezes não tão famosos. Nos mercados aqui de Cuiabá, que é a capital que é mais, que tem maior visibilidade, você só vê vinhos chilenos e argentinos pelo nome. Eles têm vinhos maravilhosos e o preço

irrisório. Então eu só vejo vantagens nesse relacionamento, eu acho que a fronteira deve ser explorada, existe uma população que vive disso. Mesmo os *cabriteiros* que vivem do tráfico de drogas é porque muitas vezes eles não têm opções, porque é uma região muito pobre se você vai e conhece, mas com muitos recursos por outro lado. Vila Bela, por exemplo, recursos naturais para explorar o turismo, você pode empregar pessoas nas agências de turismo como guia, enfim, inúmeras atividades, eu só vejo vantagem. Para a própria segurança, inclusive, porque em uma ação integrada nos foi possível fiscalizar de forma mais eficiente a fronteira do que quando fazíamos sozinho.

AVF: Que bacana ver vocês trabalhando essa perspectiva de integração. Realmente temos muito a ganhar.

RCOC: Na verdade, André, nós que levamos o governo para Santa Cruz. Em 2015, logo que o governo começou nós começamos a estabelecer contato e perguntar qual que era a estrutura de relações internacionais de lá e fomos muito felizes, porque tinha sido recentemente eleito o governador Aguilera, que é um estadista, é um cara que se formou com o povo, tem tradição familiar ser político, mas político genuíno, daqueles que trata do povo, das questões, marcamos uma visita do governador à época, governador Pedro Taques, fomos muito bem recebidos, eles estabeleceram uma amizade que viabilizou em 2016 essa caravana da integração. É muito engraçado, tínhamos bastante porque, por estarmos nos relacionando com o governo de Santa Cruz, que era um governo de oposição ao governo central, quando fizemos a caravana tínhamos medo de ser mal-recebidos nos outros departamentos, e qual não foi a nossa surpresa como fomos muito bem tratados em Oruro, que o prefeito era do Evo Morales, ou seja, a receptividade foi plena. E nós percebemos que o acanhamento muito maior era nosso, que não tínhamos identificado essas possibilidades de uma forma aberta, porque governos anteriores, como Dante Oliveira, foram várias vezes à Bolívia para explorar possibilidades de comércio, mas nunca existiu uma estrutura apta a receber, a criar memória desse relacionamento e nós acabamos fazendo, então tem toda uma memória da caravana, os resultados da caravana, um relatório, o que seria. Quais as perspectivas para o Mato Grosso.

AVF: **Você já pontuou um pouco sobre isso, mas você identifica perspectivas de ampliar essa cooperação tanto com o governo central quanto os governos subnacionais?**

RCOC: Sem dúvida. A Bolívia, como o estado do Mato Grosso, é um estado muito rico ambientalmente falando. Eles têm quatro biomas, nós temos três, eles têm quatro. Então na área ambiental, na área econômica, a área cultural, saúde, educação, todas as áreas de políticas públicas nós temos perspectivas de integração. Por exemplo, na área de trabalho. Como assim, Rita? Ora, não tem muito boliviano que trabalha como escravo em São Paulo nas confecções de roupas? Na época eu ouvi o governador Taques falar nós poderíamos, já que nós produzimos o algodão, trazer indústrias de fabricação de roupas para cá e dar empregos decentes para essas pessoas. Então várias áreas de políticas públicas são possíveis de aproximação para ambos os lados em um jogo de ganha-ganha que seria muito bacana.

AVF: Essa pergunta é mais específica, vocês têm conhecimento sobre aquele acordo firmado em 2004 entre Brasil e Bolívia para permissão de residência, estudo e trabalho para os nacionais de ambos os países?

RCOC: Não.

AVF: Que eles dão uma carteirinha de fronteira, que você pode morar, estudar e trabalhar dentro dos municípios...

RCOC: Então, eu não tinha conhecimento do acordo, especificamente do que você mencionou, eu sabia que ali era uma liberação para isso, agora quando nós estivemos em Santa Cruz, o que nós ouvimos das autoridades é que muitos estudantes que lá estavam, que às vezes não tinham essa autorização formal, estudantes de medicina, por exemplo, a polícia já sabia, fazia vista grossa quando pedia documentação, quando o abordavam, se identificava e mostrava que estava fazendo uma faculdade de medicina, que identificava um interesse, um vínculo importante para eles, pela categoria que eles se encaixam, as autoridades faziam vista grossa. E na época uma das maiores reclamações que nós ouvimos dos estudantes era exatamente isso, não ter uma maior aproximação para viabilizar condições melhores para eles, porque dependia muito do setor onde eles eram identificados, alguns delegados tratavam muito bem, alguns tratavam muito mal. Isso foi um dos pontos que a gente registrou como muito importante e tinha um deputado que nos acompanhou na delegação e que ficou de conduzir essa iniciativa e isso não se concretizou, não sei dizer a dificuldade. Mas isso foi uma reclamação muito forte.

AVF: E sobre... você já pontuou também, mas como que o governo de Mato Grosso avalia os fluxos entre a Bolívia e o estado de Mato Grosso, de pessoas, de mercadorias?

RCOC: A avaliação é muito setorial, a secretaria de educação de Cáceres, por exemplo, tem uma noção. Secretaria de saúde também. Mas o governo central não tem essa informação e não monitora e nem lida com isso para formular políticas, o que eu acho uma pena. É super importante considerar isso nas nossas políticas, a gente não está estancado no território, nós estabelecemos relacionamento.

AVF: E, só aprofundando um pouquinho, sobre fluxos comerciais, importação e exportação, Mato Grosso-Bolívia, você pode me falar se isso é expressivo?

RCOC: André, eu posso olhar isso na SEDEC, eu não posso te responder agora, é como eu te falei, o Mato Grosso se volta muito para suas necessidades prementes, então se você me perguntar quem são os cinco países que mais importam no estado: China, Vietnã, Holanda, Espanha, Egito. Coréia..., mas, assim, para a América do Sul, especificamente para a Bolívia eu não sei, eu posso pesquisar e te responder. A SEDEC deveria deter esse relacionamento, que várias vezes nós solicitamos isso, mas acredito que eles também não tenham.

AVF: Obrigado, já me contemplou. E, assim, você poderia contar para a gente como a pandemia de Covid-19 poderia ter afetado esses fluxos, essa relação?

RCOC: A pandemia é um contexto complexo, o que ela gerou? Uma aversão a todo e qualquer fluxo, seja de uma cidade para outra aqui dentro do estado, imagina na fronteira, muito mais. Imagina que o fluxo gerado é para procurar tratamento em Cáceres, porque em San Matías a estrutura é muito inferior. Mas não há um controle efetivo aqui do governo do estado, a secretaria de saúde do município de Cáceres imagino que tenha, deva ter. Inclusive o número de pacientes atendidos bolivianos porque eles são muito organizados lá. Nós não detemos essa informação, nós sabemos que esse fluxo normalmente se acentua por conta da necessidade de buscar o tratamento no lugar que é mais estruturado.

AVF: O governo estadual tem algum acompanhamento dos bolivianos que vivem no Mato Grosso?

RCOC: A secretaria de segurança pública detém alguns dados porque eles instalaram, eles têm um setor, pera aí deixa eu dar uma olhadinha como é que é esse setor, que é exatamente um comando regional, são dois comandos regionais aí na área de fronteira, o CR-6 de Cáceres e o CR-12 de Pontes e Lacerda, então você vê como é que as relações são um pouco fragmentadas. Eles detêm essas ações e certamente tem acompanhamento desses fluxos, porque também são bastante organizados por ser uma área que demanda muita atenção do Mato Grosso, conforme eu te falei, os maiores desafios para nós são conter fluxos de drogas, tráfico de drogas, tráfico de pessoas e roubos de carros, roubos de veículos. Agora, vou chamar atenção a um ponto muito interessante que surgiu a um ou dois anos atrás e caiu aqui na assessoria, normalmente nós temos noção aqui no Brasil e no Mato Grosso dos ladrões que levam veículos aqui do estado para desmonte e para venda na Bolívia, nós tivemos informações contrárias, de bandidos brasileiros que entraram na Bolívia, mataram, atearam fogo na casa de um deputado. Então, daí a importância dessas ações articuladas. Mas o que acontece? Cada setor estabelece sua ação separada. A segurança tem, como te falei, tem aquela relação do GFRON com a unidade de San Matías, a educação tem, a saúde tem. Mas nós aqui no centro do governo não conhecemos essas informações. Obviamente se formos até lá, vamos obtê-las, mas não temos gás para isso, não temos sangue, a gente já está em outras atividades, daí a necessidade de ampliar, você me deu uma boa oportunidade de buscar ampliar o setor para trazer o registro dessas ações porque elas são extremamente importantes para o estado, nem que comece com essas três áreas, educação e saúde e segurança, para depois expandir. E sanidade animal, porque o estado... Quando você fala em boi e suíno todo mundo fica. Então, a importância de acompanhar e monitorar esses processos, mas infelizmente nós não temos essas informações que você pediu.

AVF: Não, imagino, realmente é uma área muito abrangente, teria que construir diversas parcerias e, claro que como pesquisador eu estou querendo garimpar um monte de coisa, mas agradeço.

RCOC: Como pesquisador eu recomendaria você a conhecer o Acordo de Rorboré, que é um acordo antigão que abre perspectivas para inúmeros tratados e que nós começamos a analisar e nós não demos conta, porque uma das atribuições de Priscila, por exemplo, é marcar agenda para discutir questão do gás, já fomos na Bolívia trocentas vezes e já voltamos. Já vimos, estivemos no governo de Evo Morales, estivemos no governo de transição da presidenta que está presa, foi presa esses dias, voltamos ao governo agora do parceiro de Evo Morales. Então nossas ações, eu falei pragmatismo entre aspas, porque isso não é pragmatismo, são coisas que precisam, que a demanda está colocada aí, que a gente infelizmente não tem tempo de fazer o registro do que precisaria ser para viabilizar uma análise de inteligência do que é possível, do que é interessante para Mato Grosso nesse contexto. A gente olha assim de pronto, é gás, é comércio, é turismo, mas os detalhes da educação, os detalhes da saúde, faltam muito, viu, André? A gente reconhece.

AVF: Sobre os brasileiros que estão morando nesses municípios bolivianos, vocês tem algum acompanhamento? Algum contato? Algum estudo?

RCOC: Nós tivemos contato especificamente com os estudantes de medicina lá em Santa Cruz, era um grupo muito grande, mais de 800 à época, era bem expressivo. O que eles precisam? De uma integração, tanto que Priscila está acompanhando agora, nós temos uma solicitação de uma universidade boliviana de fazer parceria com uma nossa instituição. Nós levamos para Norimar, porque é exatamente a área do ensino. O foco da Norimar? E a universidade federal já falou “calma, calma”, porque como tem muitos estudantes... Olha o que acontece, olha os desdobramentos dessa proximidade, das dificuldades de acesso em uma faculdade no Brasil e do acesso a uma faculdade no exterior, eles se formam lá, mas eles vão atuar onde? Aqui. Então eles querem se formar lá e fazer estágio e residência aqui, aí as universidades bolivianas vem ávidas por parcerias com nossas universidades para trazer os formandos brasileiros, principalmente porque elas vão garantir um número maior de alunos cada vez que elas disserem que os alunos dela tem possibilidade de fazer estágio e residência no Brasil. Então eles vem ávidos por parceria e nós não temos condição de atendê-los, porque quando você vai atender seis estudantes formando em uma turma de uma vez só, então teria uma, duas ou três vagas. Daí você vê seria um impacto nas relações, nós estamos trabalhando com isso agora e verificando a possibilidade.

AVF: E sobre, entre Cáceres e San Matías tem uma distância razoável, 90 km, mas vocês têm algum conhecimento sobre? Você falou sobre esses fluxos de San Matías que vão comprar alimentos em Cáceres. Vocês tem conhecimento de bolivianos que trabalham em Cáceres e vice-versa?

RCOC: Da mesma forma, temos sim, assim como temos alguns cacerenses que trabalham na Bolívia, mas não temos número e nem dado.

Apêndice N – Transcrição da entrevista com Isabella Almeida Silva Leite, Assessora de Relações Institucionais e Internacionais do Governo do Estado de Rondônia (Brasil)

Entrevistador: André Vieira Freitas.

Entrevistado: Isabella Almeida Silva Leite.

Data: 30 de junho de 2021.

Ocorrida de forma virtual, na plataforma *Google Meet*.

Arquivo de áudio no formato mp3. Duração: 42'02”.

AVF: AVF: Quais os principais benefícios e desafios para Rondônia como estado fronteiro?

IASL: Começando pelos benefícios, eu acredito que tenha essa saída para os países andinos em termos de economia, desenvolvimento econômico, exportação, comércio exterior, tudo isso é muito vantajoso para o estado de Rondônia. A gente tem na verdade esses dois pontos na fronteira. Sendo o de Guajará o mais explorado. Temos ali a alfandega, a Receita, tudo que precisa para funcionar esse comércio exterior, que atualmente o estado tem trabalhado para facilitar essas passagens comerciais, tanto para quem mora em Guajará-Mirim que seriam os municípios teriam essa maior facilidade, mas a gente queria, a gente enquanto governo, tem essa vontade facilitar para todo o estado, para quem morar em Rondônia ter essa isenção de tributos, essa facilidade de atravessar com determinadas mercadorias. A gente vê muito acordo [ininteligível] Tabatinga como algo a se [ininteligível]. Hoje em dia está em tramitação, na verdade a gente teve, como superintendência de desenvolvimento econômico, nós visitamos o Ministério de Relações Exteriores em Brasília e tivemos uma reunião super frutífera com várias outras demandas futuras junto ao ministério para encaminhar também junto aos parlamentares lá em Brasília esse novo acordo entre Rondônia e Bolívia, entre Brasil e Bolívia, entre Rondônia e Beni, no caso.

AVF: Esse acordo seria para Zona Franca?

IASL: Para o que a gente chama de facilitação de comércio, porque hoje em dia a gente precisa, os exportadores do Brasil para Bolívia, precisam de um documento chamado [ininteligível] e para, por exemplo, tem uma certificação para o frango, parece, que só existe, que ele só consegue atravessar para a Bolívia se ele tiver a assinatura física de um técnico que só fica no Mato Grosso, então imagina você ter a produção do frango, tem o transporte, mas o transportador precisa ir ao Mato Grosso pegar assinatura física de um técnico que vai certificar, vai verificar se está tudo certinho para depois ele poder atravessar, então isso acaba sendo não vantajoso, a gente acaba perdendo muitas oportunidades de venda de exportação para a Bolívia. Me perdi. Benefícios. Além dos comerciais, em termos de desenvolvimento econômico, que é o que estou pensando [ininteligível] porque a gente trabalha lá na Superintendência, eu acho que a oportunidade de quem mora em Guajará-Mirim

de ter crescido vendo outra cultura tão próxima. A nível Brasil, nós temos diversas culturas que se misturam, que não se misturam, parecem ser vários países em um mesmo lugar, mas quem tem essa vivência de ter nascido na fronteira, de ter essa oportunidade sempre de atravessar, aprendeu o espanhol, aprender sobre comida e outros [ininteligível] que às vezes nem chega a nível de Rondônia, só quem está na fronteira mesmo tem aquela vivência. Então, assim, aqui eu tenho por exemplo a minha mãe que tem família em Guajará-Mirim e a vida toda atravessava, tinha as festas típicas, de fronteira mesmo. E isso é uma vivência incrível. Por exemplo, eu morava no Rio, quem está lá no Rio tem fronteira com São Paulo, aquela coisa assim a nível nacional. E essa experiência internacional a meu ver é muito valorosa, essa possibilidade de ter essa primeira viagem internacional do rondoniense é sempre para a Bolívia. Mas, assim, eu Isabella acredito que você aprender o espanhol é importante. A nível de Rondônia não existe, parece que aqui todo mundo fala espanhol, não, não. Enfim, a nível de educação, padrão de educação nacional a gente vê [ininteligível], mas assim até todos os estados fronteiriços acho que seria muito interessante ter essa capacitação desde a escola [ininteligível], pelo menos aqui os municípios que não estão na fronteira não tem. Eu sei que Guajará-Mirim tem, eu sei que muita gente aprendeu espanhol na escola em Guajará-Mirim. E de negativo eu acredito que o grande gargalo, a grande mazela do estado fronteiriço acaba sendo o tráfico de drogas, a nossa fronteira aqui em Rondônia é enorme e suas guardas, seus pontos de guarda, serem [ininteligível] espaço aéreo e a própria Marinha a nível fluvial, acho que o controle ele tem os maiores esforços empregados e ainda assim não é suficiente, as coisas estão, as coisas ilegais estão atravessando [ininteligível], infelizmente acredito que esse seja um grande ponto negativo. Aqui em Rondônia existia muito roubo de carros e travessia para a Bolívia, chegou lá e já era, muita gente às vezes ia visitar, passar o final de semana, fazer compras em Guajará-Mirim e via o carro com as coisas assim, de Porto Velho, “olha o carro do fulano que roubaram” e não dá para fazer mais nada. Então essa questão da violência, de todos os tipos de violência, até sequestro [ininteligível] é bem pesado, mas sequestro para roubar o carro...

AVF: No que tange às competências do estado, há ações do governo estadual especificamente para a fronteira com a Bolívia? Quais?

IASL: Sim, existe a partir desse governo atual, esse governo Marco Rocha, eu acredito que anteriormente existia, mas não tão forte. Esse governo ele está bastante focado no internacional, ao potencial internacional do estado de Rondônia, não só comercial também como suas relações. Existe entre Rondônia e Beni a Mesa da Irmandade, ela é formada pelos deputados dos dois estados, não todos, só alguns que aderem e alguns secretários, por exemplo, o superintendente de desenvolvimento econômico. Ele acompanha junto, acho que a Deputada Mariana Carvalho, mandei um ofício que falava disso uma vez, e alguns outros nomes que eu não sei de cabeça agora, mas existe essa Mesa da Irmandade, ela trata de cooperações em termos de segurança, fronteira, educação, acredito que a questão do comércio exterior também. Mas atualmente a gente teve a visita, estava presente o vice-governador, todos os representantes até empresariais, e vai mais para esse lado. O esforço do estado hoje em dia

está indo para essa questão comercial. E existe também, hoje em dia o estado está procurando retomar as conversas, as tramitações sobre a ponte, a ponte sobre o Rio Mamoré, para atravessar para Guajará-Mirim, que isso também facilitaria em termos de exportação, quando você exporta pela ponte tem uma certa facilidade, só que isso nasceu no governo Lula, a gente teve... Eu visitei a embaixada da Bolívia e tive acesso a várias documentações que falavam sobre a ponte, desde o início, documentações de dentro da Bolívia, do Ministério das Relações Exteriores também, todos os diplomatas que estavam tratando sobre isso. E aí a retomada das conversas sobre a ponte está sendo, está acontecendo agora. Hoje a gente ligou para o DNIT, eles falaram que iam nos receber e tudo mais, porque é de suma importância para o nosso estado enquanto super parceiro da Bolívia, mas essas obras foram paradas, quer dizer, nem começaram. Elas foram autorizadas, em 2020 a gente tem relato desses registros que ela foi autorizada a acontecer e não aconteceu, até hoje, não foi esse o foco até então. A gente teve outras liberações de outras pontes, [ininteligível] em Rondônia, mas eu acredito que por uma questão política, podemos dizer assim, essa tratativa foi entre Lula e Evo Morales, foi uma coisa que o Brasil se dispôs a dar a maior parte e a Bolívia ficou [ininteligível] e a Bolívia ficou responsável por asfaltamento de 30km, isso que a gente teve conhecimento nessa visita à Embaixada da Bolívia. Então eu acredito que os governos posteriores não estavam empenhados, mas isso é uma visão minha, Isabella à parte de governo. Foi a impressão que eu fiquei quando a gente estava se inteirando do assunto. Mas enquanto governo está sendo sim procurada essa retomada da ponte, que é mais um esforço de retomar essa relação com a Bolívia. Outra coisa que nos foi colocado, que após o momento de tensão, esse atualmente politicamente, a nível Brasil, a nível Itamaraty, é um momento de retomada, de reconhecimento da legalidade da eleição do Luiz Arce, [ininteligível] da Bolívia, e aí todas as relações vão ser mais abrandadas, mais amigáveis, a nível nacional. Está existindo essa, vamos dizer, entrega, porque os outros governos estavam bem tensos com a Bolívia e aqui a gente estava legitimando. E agora o governo do Brasil está legitimando essa nova presidência, então é importante para nós enquanto Rondônia termos essa liberdade de fazer essas novas relações, até a gente indo visitar a embaixada eu procurei saber para não ter nenhum desalinhamento, nenhuma gafe. Então, para nós fica muito mais fácil retomar as conversas da Mesa da Irmandade, da ponte, ir lá, visitar, procurar saber. É uma urgência nossa de hoje à tarde fazer esse plano de ação da visita de Guajará-Mirim, eu ia viajar para Guajará-Mirim domingo, mas, enfim, tudo em cima da hora, não tem onde ficar, mas para visitar a Receita, visitar o MAPA... A secretaria de desenvolvimento, enfim, a regional da SEPOG, Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, porque foi feita uma visita a nós pelo diretor regional da SEPOG junto com empresário de Guajará-Mirim, pedindo essas, demandando a nossa superintendência, a SEDI, em termos de "olha como está a nossa fronteira". Tinha um empresário de uma famosa loja de decorações aqui, que é original de Guajará-Mirim, tem em Porto Velho também [ininteligível], deve ter em outras cidades, lá é bem forte, assim, em Guajará-Mirim e aqui em Porto Velho também é bem bom, e ele relatando que tinha cerca de 200 funcionários ao total, juntando distribuição, turno de loja, e hoje em dia ele está com cerca de, acredito, que 90, diminuiu a metade o quadro de funcionários e isso tudo porque aquele potencial de turismo de compra de

Guajará-Mirim não existe mais. Antes da pandemia já estava bem fraco. A gente recebeu esse, recebeu da Coimbra que é uma distribuidora bem tradicional de Rondônia também. Enfim, em sala foi debatido isso, o que a gente e pode fazer para melhorar essa travessia e até, não só travessia, como... Tudo  travessia, tanto comercial, como de pessoa, enfim. Tem a questão... Mas aí já vai além Rondônia, que é justamente grupo de estudantes fazendo medicina na Bolívia, por exemplo. Tem toda uma, eu sei que existe um acordo entre Brasil e Paraguai, que está tramitando, em termos de pessoa, não de comercial, mas para essa questão de morar, ir por l todo dia, l em Foz do Iguaçu. Recebemos [ininteligível] Coimbra demandando essas questões comerciais, por isso que a gente está bem falando sobre isso agora. E aí em Guajará-Mirim a gente ia fazer essas agendas... Falar sobre esse plano de ação, [ininteligível] falar direto, eu acho que [ininteligível] deu uma andada nisso, inclusive [ininteligível], está tudo bem. Mas, sim, o estado está trabalhando nisso literalmente, posso te garantir.

AVF: Você havia comentado sobre bastante sobre Guajará-Mirim na fronteira com Guayamern, mas existem outras cidades, distritos, outros núcleos que são considerados estratégicos pelo governo estadual na fronteira com a Bolívia? Há algum acompanhamento sobre o crescimento dessas cidades, algo do tipo?

IASL: Então, em visita a Costa Marques, foi feita em maio, nós estivemos reunidos com o prefeito, o Sr. Mirando, Vagner Miranda o nome dele, e atendemos, ouvimos os relatos dele e dos secretários sobre essa questão da fronteira com a Bolívia. Não existe uma cidade exatamente do outro lado de Costa Marques, mas existe uma fronteira, existe uma travessia. Ele relatou que existe um grupo de empresários bolivianos que gostaria de fazer investimentos em infraestrutura de Costa Marques, rua, escola, portal da cidade, para posteriormente ele vir com um empreendimento que seria, eu não lembro exatamente, mas teria produção, então algo a nível industrial, acredito que médio, mas seria um investimento de um empresário boliviano em Costa Marques. Aí pula para uma semana depois que a gente voltou, eu vi um anúncio do presidente da Assembleia Legislativa que foi feito esse investimento não por parte da Bolívia, mas por parte de [ininteligível], dinheiros que deputados rondonienses conseguiram para Costa Marques. Então essa questão do portal da cidade, de algumas questões de asfalto e infraestrutura estavam sendo levadas para lá. Então eu não sei como fica depois disso essa questão dos empresários bolivianos, mas existia sim esse interesse. O que nos foi relato pelo prefeito e pelos secretários  que existia muito essa questão do tráfico de drogas também. Então, todas essas facilidades comerciais e de travessia que é buscado para Guajará-Mirim, o município de Costa Marques tem um pouco de receio por conta de antecedentes, porque lá é muito afastado da BR, vamos dizer assim, é muito longe. Eu fui à Costa Marques, é muito longe, para nós aqui. Mas [ininteligível] nem tanto, mas ainda assim, você entra ali, São Miguel, Cerejeiras, São Francisco, Costa Marques.  uma oportunidade, se você tiver oportunidade de ir um dia a Costa Marques v, porque conhecer o Forte Príncipe da Beira é muito legal. Enfim, mas o que a gente teve de percepção a nível de Costa Marques  que eles têm essa vontade de ter, por exemplo, como a gente trabalha

com a atração de investimentos também. Foi muito forte essa questão de que tem empresários bolivianos sim querendo fazer investimento em Costa Marques, mas a cidade carece muito de estrutura, muito mesmo. Assim, eu digo, tem o Forte Príncipe da Beira, é um [ininteligível], mas não tem estrutura nenhuma, não tem uma lanchonete, um [ininteligível], o hotel, tem um hotel bom na cidade, se não conseguir aquele, vai dormir no [ininteligível]. Não é tão legal, então a gente fica pensando assim o que a gente pode fazer para explorar esse lado. Se não me falha a memória, existe um plano de ponte em Costa Marques, mas se a de Guajará-Mirim está bem esquecida, imagina a de Costa Marques. Porque não existe cidade do outro lado, seria uma ponte com uma estrada até a próxima cidade que eu não lembro qual o nome. Mas, enfim, Costa Marques também é muito forte para pesca e praia, festival de praia, então a gente precisaria, olhando como a gente [ininteligível], o que Costa Marques mais carece hoje em dia é infraestrutura, para poder receber pessoas para usufruir desse potencial. Em termos de estrutura com a Bolívia, eles têm muito esse receio, existir essa facilidade, mas dali sumirem, acabar fomentando outras atividades que não são legais, literalmente. É mais ou menos isso.

AVF: Você já comentou algo sobre isso, mas existem iniciativas conjuntas do governo estadual com o departamento de Beni? Existe uma pequena faixa de fronteira com Pando, mas não é tão adensada assim... Também com os municípios, se você puder comentar um pouco mais sobre isso, se tiver algo mais a destacar, se existe uma ampliação dessas relações em termos de paradiplomacia, digamos assim.

IASL: Então, aquela faixa de fronteira entre Guajará-Mirim e Costa Marques ela é reserva, pera aí... Aquela faixa de fronteira de Costa Marques a Guajará-Mirim ela é reserva indígena, então ali não vai ter outro município que possa procurar esse desenvolvimento. Próxima a Guajará-Mirim existe já Nova Mamoré, mas já é voltando para Porto Velho, Guajará-Mirim é a última. E Costa Marques é aquilo que te falei. Sobre iniciativas foi como te falei da Mesa de Irmandade, existem essas cooperações da Mesa de Irmandade que acontecem teoricamente em um ano, mas não sei se vai acontecer agora no segundo semestre, eu espero que sim, porque para nós é muito importante entregar. Não só realizar como entregar. E Rondônia precisa muito dessa cooperação com a Bolívia. E a nível de paradiplomacia foi aquilo que eu te falei, a gente teve essa tranquilidade do Itamaraty nos falar que estamos em retomada, estamos em distensão, então a gente fez essa visita a Embaixada, a gente planeja fazer visita ao Beni, agora como eles fizeram para cá também. A gente teve toda a liberdade dada pelo Faleg Valdez que foi quem nos recebeu lá, ele é o encarregado de negócios enquanto o novo Embaixador não chega, Bolívia tem novo presidente e tudo mais, para participarmos de uma feira que acontece em setembro, se chama Expocruz, fica em Santa Cruz. E nisso fazer um Rondônia Day, o Rondônia Day é um evento que a gente faz para empresário, a gente coloca todo mundo na sala e “isso é Rondônia”, basicamente é uma prospecção, a gente prospecta dessa forma. Eu sei que não é um convênio como você perguntou, mas é uma forma da gente estar lá, a gente vai pedir o apoio oficialmente, inclusive tem que fazer o ofício, para a embaixada nos ajudar a organizar o evento. Agora que

passou a pandemia, não sei como estava sendo na Bolívia, mas antes era um evento grande, reunia vários empresários, associação comercial e tudo mais. A gente fez na FIESP em 2019, eu não estava na equipe ainda, mas foi feito também no evento em São Paulo, mas existe esse plano de fazer na Bolívia e no Peru e aí é uma forma de paradiplomacia, a gente se colocar em contato com o governo nacional da Bolívia e realizar esse evento em parceria. Seria basicamente isso.

AVF: O governo estadual tem conhecimento do sobre o acordo para permissão de residência, estudo e trabalho para os nacionais fronteiriços brasileiros de 2004? E se sim, qual que é a avaliação da implementação? É aquele acordo que prevê a permissão para residência, estudo e trabalho para os habitantes de determinadas localidades, no caso do Brasil com a Bolívia que engloba Rondônia, é Guajará-Mirim e Guayaramerín, se você tiver de posse da carteira do fronteiro você pode morar, trabalhar e estudar no município vizinho. Isso chegou alguma coisa para vocês, vocês têm conhecimento?

IASL: Então, eu acho que li esse acordo do Paraguai, é exatamente esse nome, permissão de residência, enfim, só que eu quis de dizer travessia de pessoas, eu não lembrava o nome. Eu cheguei a ler esse acordo que está em vigor na fronteira do Paraguai. Esse, em relação a Rondônia e Bolívia...

AVF: O com a Bolívia é mais antigo, é de 2004, ele está em vigor, só que eu não consegui mais informações sobre a implementação dele, me parece que não vingou tanto, digamos assim. Mas existe esse acordo desde 2004, se você quiser eu posso te passar depois o que eu encontrei sobre ele, que não foi tanta coisa.

IASL: Mas ele entrou em vigor?

AVF: Entrou em vigor, ele é desde 2004, foi aprovado tanto na legislação brasileira quanto boliviana e está internalizado, digamos assim, mas não achei tanta coisa sobre ele. Ele envolve Guajará-Mirim e Guayaramerín, Brasiléia, Cobija e Epitaciolândia, envolve Cáceres e San Matias, em Mato Grosso, em Mato Grosso do Sul envolve Corumbá e Porto Suarez.

IASL: Corumbá e Porto Suarez. Sim, sim. A gente precisa ver. Porque as pessoas às vezes precisam dessa liberação de transitar e às vezes não sabem, às vezes nem que está trabalhando nessa coisa sabe, então, assim... Eu passei o olho nesse acordo em relação ao Paraguai, por isso até citei.

AVF: Uma outra pergunta, você já pontuou um pouco, mas qual é a avaliação por parte do governo estadual dos fluxos entre Brasil e Bolívia? De mercadorias, pessoas, qual a avaliação geral? Em que áreas é prioritário? em que áreas pode melhorar?

IASL: O que eu posso te responder, sinceramente a nossa visão hoje em dia enquanto governo é que poderia estar melhor, já foi muito melhor, esses são os termos que eu poderia te responder certinho. Mas essa fronteira de Guajará-Mirim, pelo menos, já foi muito mais explorada. Até o lado de lá. O

desenvolvimento do Beni também é importante para que haja esse interesse do rondoniense em atravessar, em termos de Guajará-Mirim para Guayaramerín, ir ali e fazer umas comprinhas e voltar. Até isso é visto pelo governo como uma coisa a se melhorar, não é segredo para ninguém que ali já foi melhor e hoje em dia não está tão desenvolvido. A questão da pandemia agravou bastante, mas como a gente sabe antes já estava bem assim, já estava diminuindo. Acredito que também a questão de oferta de turismo, não só questão de compras, estrutura de Guajará-Mirim também, sempre foi carente de estrutura para quem atravessa. Não sei se você já foi lá. E teve muito tempo fechado também. A fronteira esteve fechada, acho que só atravessava realmente residentes, brasileiro que era residente lá ou os bolivianos de Guayaramerín que tinham algum vínculo, não acredito que seja só morar, que tenha vínculo de trabalho, vínculo de estudo. Mas a avaliação de governo... não é segredo para ninguém que precisamos implementar novas políticas que os cidadãos pudessem retomar essa vontade de ir até lá, de fazer essa travessia não só para compras, não só para esse turismo de compras, que é o antigo potencial, mas para explorar outras coisas. Enfim, a Bolívia é tão grande. Ali é a nossa porta de entrada, não tem só aqui. Eu vejo muito assim, a gente tem muitas outras coisas a aproveitar em termos de Bolívia, tanto questão acadêmica, como comercial, essas travessias, exportações, Rondônia é um estado muito produtor, 100% agro e nossas exportações poderiam estar indo dali para outros lugares. Além do que já é exportado através dali, ali a gente tem a tal da saída do Pacífico. Então eu acho que a gente poderia estar indo por ali muito mais do que por outros lugares. Em termos de Bolívia, Rondônia, a gente tem o Salar de Uyuni, a gente não, eles, e a importação do [ininteligível] da Bolívia é infinitas vezes, não sei se dizer números exatos, é muito mais vantajosa economicamente para o rondoniense do que trazer de Natal, que é de onde vem a maior parte da compra do sal. Hoje em dia, a nível Brasil, o mais próximo é Natal, mas vindo da Bolívia seria muito mais vantajoso, mais barato, vamos dizer assim. Outra coisa que lembrei agora, outro ponto negativo, são os atravessadores. Os atravessadores aqui de pequenos produtores. Eu tenho um pequeno produtor que tem a sua plantaçozinha, seu café, e tal, e aí tem o atravessador que é como se fosse o exportador, só que ilegal. Ele vai vender a pequena produção para uma grande exportadora e nem sempre isso vai, isso não é legal, mas, assim, os preços, a origem, não vai ser registrado no lugar da origem. Por exemplo, a Bolívia ela é tida como uma, não sei se primeira ou segunda maior produtora de castanha, e é toda, não toda, mas em grande parte do que a Bolívia exporta de castanha registrada como boliviana vem de Rondônia. Entende? Então a gente acaba perdendo em termos de ranking de produção de castanha do Brasil porque atravessa ilegalmente para a Bolívia, essa produção. Assim como produção de outras coisas. Eu citei tráfico de drogas, porque é a primeira coisa que vem à mente, mas outras coisas também atravessam por portos ilegais, estrada, por todo lado sem esse registro. Às vezes as novas formas de fiscalização a nível de alfandega e receita elas são tão mal divulgadas, instruídas, para quem está nesse trajeto, para quem está nesse comércio que as pessoas que trabalham nisso, exportação, acabam fazendo de forma ilegal, acabam atravessando. Por exemplo, a gente pensou em conversar com a Polícia Rodoviária Federal porque passa o caminhão e tal. E aí a gente teve a posição que a Polícia Rodoviária Federal ela para sim o caminhão, ela para, fiscaliza, só que ela faz isso em

território, na estrada, em território brasileiro, na estrada brasileira. Se a Polícia Rodoviária Federal parar o caminhão e ele tiver nota, estiver com o documento certinho da mercadoria que está em cima do caminhão, pode ir, pode ir para onde quiser. Em termos de portos, de balsa, a Polícia Rodoviária Federal já fez a parte dela. Então a gente teve essa posição em termos de fiscalização do que é exportado, então é por aí. Mas claro que tem muitas conversas a seguir, vem aí, o famoso vem aí. E, enfim, essa questão, voltando à pergunta um, de pontos negativos, se eu puder colocar a questão da castanha do Brasil, a Bolívia é colocada como um dos grandes produtores, mas grande parte dessa produção vem de Rondônia.

AVF: Basicamente as questões que eu havia previsto eram essas mesmas. Se você quiser pontuar mais alguma coisa, está livre para comentar.

IASL: A gente está realmente fazendo esse esforço enquanto SEDI, enquanto governo do estado para aperfeiçoar essa questão da exportação, para deixar tudo legal, para diminuir os números de exportação ilegal e de todas as mazelas a nível de fronteira, claro que não tem como a gente abraçar o mundo. A gente enquanto SEDI, Superintendência de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura, e enquanto governo do estado, eu que estou trabalhando lá nessa área, eu vejo diariamente que as reclamações são recebidas e são levadas muito a sério, então eu confio muito que daqui para o final do ano a gente consiga chegar perto de uma solução de um dos problemas, seja do problema da exportação, seja da ponte. A gente está realmente mergulhado nisso, é como falei, eu ia para Guajará-Mirim na segunda-feira, a gente ia buscar esses contatos a nível Guayaramerín e a nível de Beni, mas eu acho que vai acontecer uma outra viagem, na verdade com um pouco mais tempo de preparação, mas precisa de um esforço integrado. Por isso que a gente vai bater na porta de quem quer que seja para tentar, para tentar reunir nem que seja feito um conselho, um grupo de trabalho, tudo, tudo, tudo precisa ser integrado, segurança, estrada, infraestrutura, para desenvolver essa relação em todos os níveis. Principalmente o desenvolvimento econômico.

Apêndice M – Transcrição da entrevista com Thaís Fernanda S. Guimarães, Coordenadora de Comércio Exterior da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul (Brasil)

Entrevistador: André Vieira Freitas.

Entrevistado: Thaís Fernanda S. Guimarães.

Data: 13 de maio de 2021

Ocorrida de forma virtual, na plataforma *Google Meet*.

Arquivo de áudio no formato mp3. Duração: 17'53".

AVF: Quais são os principais benefícios e desafios para Mato Grosso do Sul como estado fronteiriço?

TFSG: Ah, benefícios eu vejo fluxo de pessoas, o comércio de mercadorias, as transações financeiras de forma geral. Acaba que nessa época de pandemia nem tanto o intercâmbio cultural, mas ainda assim conseguimos ter bastante influência. Ainda mais Mato Grosso do Sul, uma área de fronteira, a gente tem muita influência cultural de Bolívia e Paraguai. Negativo, daí vem a fragilidade das políticas públicas com relação a segurança, ao desenvolvimento, a construção social de identidade do país, também pode ser um ponto negativo. E aí o crime organizado mesmo, a conter esse crime organizado, que seria várias coisas, tráfico, a lavagem de dinheiro do país vizinho, evasão de divisa. De forma geral.

AVF: E no que tange às suas competências, existe ações do governo estadual especificamente para a fronteira com a Bolívia e quais seriam?

TFSG: Com a Bolívia aí eu acho que entraria, eu imprimi aqui, a malha oeste acaba tendo influência porque ela finaliza em Corumbá. Então, assim, dentre as ações do governo que seria a rota bioceânica, que seria a ferrovia a malha oeste e a outra ferrovia, a malha oeste é a que se encaixaria melhor com relação à Bolívia. Mas o nosso forte mesmo entre o comércio exterior seria mais com o Paraguai, mas com a Bolívia além do desenvolvimento do Programa Nacional de Desenvolvimento de Faixas de Fronteiras, entraria a Rota Bioceânica acaba que vai afetar toda a América Latina. Porque vai encerrar no Chile, vai desaguar no Chile, então, assim, eu acho que vai trazer bastante benefício para o comércio bilateral Bolívia-Brasil, no caso Mato Grosso do Sul. Mas a malha oeste vai ter bastante, vai ter bastante ponto positivo nisso aí também, a Transamericana que desagua mais para Paranaguá, acho que Santos também, Porto de Santos, e a Ferroeste que é Paraná e... Eu estava com o mapa bem ali e eles tiveram que usar a sala de reunião... A Ferroeste é Paraná, acho que Cascavel e Maracaju, acaba que não tem tanta influência, mas tudo vem facilitar essa logística aqui na América do Sul. Aí tem o porto seco em Corumbá também, que eu acho que vai ser melhorado com essa rota Bioceânica. O programa Fomentar Fronteiras, eu

acho que não entra, eu tinha até colocado aqui, mas eu acho que entra só no Paraguai, eu não olhei a nova atualização do decreto, o decreto antigo ele cita mais o Paraguai, porque ele foi feito para Ponta Porã. Eu acho que é isso, não sei se respondi a sua pergunta bem assim.

AVF: Sim, sim, obrigado. Sempre é falado em Corumbá, como principal cidade, mas existem outros núcleos de Mato Grosso do Sul considerados estratégicos na fronteira com a Bolívia? Considerando que a faixa de fronteira não se limita a Corumbá. Vocês destacariam alguns ou o foco é mesmo Corumbá?

TFSG: Porque Corumbá tem as cidades gêmeas ali. Então acaba sendo Corumbá o ponto focal desse comércio internacional, Brasil-Bolívia, mas eu acredito que Porto Murtinho, apesar de não fazer fronteira também acaba entrando nesse hub logístico aí. Eu acho que, bem dizer, isso. Mas elencaria Corumbá como sendo o ponto focal de tudo que acontece.

AVF: E existem iniciativas conjuntas do governo estadual do Mato Grosso do Sul com o departamento de Santa Cruz ou com os municípios bolivianos fronteiriços? Se existe, em quais áreas? Há perspectivas de ampliação?

TFSG: A Câmara de Comércio de Santa Cruz é bem envolvida com o governo do estado. A gente tem um acesso bem legal que se estendeu um pouco mais durante o período de pandemia que a gente teve liberação de migrante no começo da pandemia e estudantes brasileiros em Santa Cruz, eles também auxiliaram muito, juntamente com a embaixada e tudo isso, eles tiveram um papel importante. Sempre tivemos uma relação de comércio e teve um papel a mais, que não era muito deles, mas de fazer essa interlocução de Bolívia com Mato Grosso do Sul.

AVF: O governo estadual tem conhecimento daquele acordo para permissão de residência, estudo e trabalho a nacionais fronteiriços brasileiros e bolivianos que foi firmado em 2004? E no caso positivo, qual seria a avaliação de vocês da implementação desse acordo?

TFSG: Qual acordo?

AVF: Aquele acordo que prevê que em algumas localidades fronteiriças vinculadas, que no caso o cidadão que tivessem uma carteira de fronteiro, por exemplo, um cidadão de Puerto Suárez poderia morar, trabalhar e estudar em Corumbá e vice-versa. Eu queria saber se, a nível estadual, tem algum *feedback* positivo, qual seria avaliação de vocês, se chega para vocês algo.

TFSG: Se eu não me engano ele é um acordo bilateral. Tanto para brasileiros e bolivianos eles tem essa permissão de trânsito, que ele pode morar e trabalhar ali, pode fazer esse trânsito livre. Não tem os benefícios de um residente permanente, é como se fosse um residente temporário, não sei se é esse o nome correto, mas seria mais ou menos isso. Eles têm quase todos os benefícios de um residente permanente, salvo engano, não entra seguro saúde. Há algo de

diferente que eles se encaixam numa categoria específica que a pessoa mora no país de origem e trabalham no... Eu não lembro porque a gente não lida com isso diariamente aqui.

AVF: Entendi. Na pesquisa eu acabei encontrando, mas não encontrei muita coisa sobre ele, aí eu queria saber se de fato chega alguma coisa para vocês ou se ele não está sendo tão efetivo assim.

TFSG: Se essa ideia que eu estou na minha cabeça faz sentido e é verdadeira, eu acredito que acaba trazendo muita mão de obra para os países de fronteira. E legalidade também, tanto para o boliviano como para o brasileiro.

AVF: Você já comentou um pouquinho de estudantes, mas qual que é a avaliação do governo estadual sobre os fluxos tanto de mercadorias, pessoas, entre a Bolívia e Mato Grosso do Sul, em que áreas é prioritário?

TFSG: De pessoas eu não vou saber te informar muito, o que eu sei foi a nossa atuação durante esse período de pandemia, realmente a gente teve muito envolvimento com as embaixadas, com as câmaras setoriais, de forma gerais, a que citei foi a câmara de comércio que foi a primeira que veio em mente, mas muitos outros órgãos governamentais tanto da Bolívia, quanto de fronteira, que nos auxiliaram nesse período inicial de pandemia em que tudo fechou. Houve esse desespero, e tinha que vir uma ação rápida e efetiva. Até para fazer esse controle de fronteira também. Então, assim, mas previamente a isso eu nem posso te falar muito, porque estou nesse cargo a pouco mais de um ano, e o que eu sei é desse período. E eu acho que é isso, não me vem nada extra à cabeça.

AVF: E sobre essa ligação comercial, você já comentou, mas destacaria que é algo expressivo? As trocas comerciais entre Mato Grosso do Sul e a Bolívia são expressivas?

TFSG: A gente fez algumas reuniões, principalmente agora na época de pandemia, que fazemos reuniões virtuais, tivemos muitas reuniões que chama *matchmaking* estadual e internacional, nesse caso foi o *matchmaking* MS-Bolívia, e aí é uma demanda específica que nos aparece. Eu tenho um compilado de dados de 2010 a 2019, é um resumo geral de 2010 a 2019, é um resumo geral do comércio bilateral Mato Grosso do Sul-Bolívia. De exportação são 17 milhões de dólares e de importação um bilhão de dólar, o saldo então negativo do Mato Grosso do Sul de mais de um bilhão daqui. Principais produtos exportados, pasta química, sementes forrageiras e móveis. Principais produtos importados, gás natural, ureia e o hidrocarbonetos em geral. Então, ranking de participação com relação aos outros países, é o primeiro na América do Sul e o segundo com relação a todos os países, isso devido ao gás natural e a ureia.

AVF: Você já falou um pouquinho que, devido à pandemia, quanto ao fluxo de pessoas vocês acabaram interferindo bastante, mas em relação as às trocas comerciais regulares, como a pandemia afetou o comércio?

TFSG: Afetou. Posso te dar um exemplo, tem um mês, mais ou menos, que a gente está tentando uma agenda comercial em Santa Cruz para discutir principalmente a questão da ureia, compra direta da ureia, para o Mato Grosso do Sul e levar uma comitiva de empresários e fazer essa interlocução. E discutir outros assuntos governamentais, mas esse seria o principal, que afetou muito, é que eu não tenho um relatório mensal, esse é o relatório dos últimos dez anos. Então já veio essa demanda para a gente, pedindo ajuda, que teve esse declínio significativo, e a gente não está conseguindo essa agenda, nem presencial, para ir governo como um todo e essa representação empresarial e não estamos conseguindo. Sabe-se que já teve uma queda de compra e venda de produtos, não cabe somente a Bolívia, se estende a muitos outros lugares, insumos em geral. Então a gente está com essa dificuldade, e indo pelo, cheguei a falar com o vice-ministro da Bolívia, diretamente, por *WhatsApp* e e-mail, eles respondem até um certo... Então há esse entrave entre governo, embaixada, para que consiga unir as pontas. E do empresário como um todo, que está sofrendo de um lado, que teve uma falta de insumos ou não está conseguindo vender da mesma forma, tem esse outro lado da moeda. E quando consegue tem essa interlocução, mas não consegue, há essa resistência. E eu acho que a pandemia tem afetado muito, tem sido o principal problema, tem os seus diretos, mas tem seus problemas indiretos.

AVF: Perfeito. O roteiro que eu havia previsto era esse, mas se você quiser complementar alguma coisa sobre a relação com a Bolívia, pode ficar à vontade.

TFSG: Eu tinha colocado aqui fomentar fronteiras, mas depois que eu me liguei que era mais Paraguai. Vou até procurar depois, vou te mandar esse relatório, mas antes de te enviar vou procurar para ver se tem algum, porque fala de fronteira de forma geral, mas eu achei só sobre o Paraguai no decreto inicial, não sei se tem alguma resolução posterior a ela. E aí se for o caso eu te mando, que é um programa estadual, e aí se eu achar alguma coisa eu te mando. Mas, assim, eu falei da Ferroeste, malha oeste, Transamericana de modo geral, rota bioceânica, há as hidrovias também, as hidrovias que vão ser estruturadas Paraguai-Paraná, mesmo não sendo diretamente vai ser o... Toda hora entra ligação... E acaba tendo esse impacto indireto com o comércio dos países vizinhos.

Apêndice O – Transcrição da entrevista com Paulo César Rocha dos Santos, Coronel PM e Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública do Acre (Brasil)

Entrevistador: André Vieira Freitas.

Entrevistado: Paulo César Rocha dos Santos.

Data: 12 de maio de 2022.

Local ou Ocorrida de forma virtual, na plataforma *Google Meet*.

Arquivo de áudio no formato mp3. Duração: 13'26".

AVF: Quais são os principais benefícios e desafios para o Acre como um estado fronteiriço?

PCRS: Benefícios na prática não há, principalmente face à localização geográfica do Acre. O Acre hoje tem fronteira seca com dois dos três maiores produtores mundiais de cocaína. E conseqüentemente os efeitos dessa proximidade são sentidos no dia a dia pela população. Apesar de não ter uma população que permita um mercado de consumo de entorpecente volumoso interessante para essas organizações criminosas, a baixa densidade econômica local oferta conseqüentemente material humano em abundância para essas organizações criminosas, razão pela qual, não sei se você teve acesso à números. O estado de junho de 2009 apresenta a maior população carcerária do país. A média populacional carcerária é três vezes a média nacional, então nós temos aqui na verdade, nas organizações criminosas uma suposta oportunidade de jovens ingressarem no crime. Mas isso efetivamente não muda a condição social e econômica dessa população.

AVF: E no que tange às competências do estado, há ações do governo estadual especificamente com a Bolívia? Quais seriam essas ações?

PCRS: Isso aí é um ponto fulcral. A política estadual ela passa efetivamente pelo combate aos crimes transfronteiriços independentemente de competência posicional. O estado elegeu e abraçou o combate aos crimes transfronteiriços por ter a noção exata de que é a fronteira que torna o ambiente propício à violência, os insumos da violência que persistem aqui no território acreano são frutos dessa proximidade dessa fronteira. Então efetivamente aqui nós temos, para você ter uma ideia, uma força local, ou seja, um grupamento de combate aos crimes transfronteiriços, que é uma aberração no aspecto jurídico, em se tratando de competência, mas é um artifício operacional que o estado não pode abrir mão em face a essa realidade. Fora isso, no que pese, nós temos também problemas em relação à fronteira com o Peru, a nossa proximidade gerencial em relação ao combate e a prevenção aos crimes transfronteiriços com a Bolívia, [ininteligível] depois vou falar por que isso ocorre. Então nós temos aqui uma cooperação técnica que iniciou no ano de 2019 que passa efetivamente pela troca de informações, a produção do conhecimento conjunto, o acesso à população carcerária de interesse acreana nas unidades prisionais, a realização

de operações coordenadas das forças locais, em especial o grupamento de enfrentamento aos crimes transfronteiriços com a polícia nacional boliviana e, talvez o mais importante, a devolução de ativos do crime, que são principalmente veículos que são utilizados como moedas de troca para entorpecentes para acesso às armas pelas organizações criminais brasileiros que são devolvidos quando localizados pelas autoridades bolivianas. Então, esse ajuste de intenções, ele iniciou em 2019, passou efetivamente por alguns aperfeiçoamentos, nós levamos essa expertise para os demais estados que integram a fronteira com a Bolívia, como Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. E em novembro do ano passado conseguimos realizar um seminário local e trouxemos representações desses estados, como também superintendente da Polícia Federal e da ABIN nesses estados, o próprio secretário de operações especiais do Ministério da Justiça esteve presente aqui no Acre, onde nós pudemos trocar as experiências com esses estados em relação ao sucesso alcançado em face dessa aproximação de interesses da Bolívia. Se você me permite alongar a resposta, em relação ao Peru, acredito que você acompanhou o destempero político que se deu no Peru nos últimos dois anos, nós tentamos estender tratativas similar ao Peru, mas houve óbice, há uma instabilidade muito grande no aspecto político, há uma sazonalidade nos comandos da Polícia Nacional, que não permite perenidade para que a gente avance nessas tratativas, mas eu tenho uma agenda em Lima no decorrer do próximo mês. Já encaminhamos, precedendo essa agenda, uma carta de intenções onde a ideia é trazer essas mesmas experiências que nós estamos vivenciando na Bolívia e que tem trazido resultado, não sei se você acompanhou, mas teve uma redução de homicídio, principalmente execuções, aqui no Acre, foi muito marcante nesses últimos dois anos e creditamos que essa redução, principalmente de crimes violentos contra a vida, devido a esse enfrentamento adequado dos crimes transfronteiriços. E estamos tentando levar também essa mesma experiência para uma relação com o Peru.

AVF: E na visão do governo estadual, quais seriam os núcleos urbanos, as cidades, ou mesmo os núcleos menores considerados estratégicos, mais importantes na fronteira com a Bolívia? Há o acompanhamento do crescimento desses núcleos?

PCRS: Nós temos duas situações fulcrais. Nós temos a região de Pando, que cuja capital é Cobija, cidade boliviana. Nós temos nessa região o estado tem dois municípios, praticamente são cidades gêmeas, são dois municípios brasileiros e a capital do departamento de Pando tem uma área urbana integrada, tem um comércio integrado, tem relações sociais integradas, relações de ensino. Pando, para você ter uma ideia, é um centro de ensino na área de medicina onde tem vários brasileiros estudando. Então essa região é a região mais traumática. Mas temos também uma região mais próxima à capital, é no município de Plácido de Castro, onde do outro lado nós temos uma vila vinculada ao departamento de Beni, é a Vila Evo Morales, onde nós temos uma modalidade diversa de crime e de roubo de veículos. Inclusive nós instalamos equipamentos eletrônicos recentemente, nós denominamos cerca no sentido de corromper, já se deparamos com diversos veículos roubados, inclusive de outras unidades federadas, São Paulo, Rondônia, Mato Grosso, passando por essa região.

Temos uma [ininteligível] perene instalada nessa região, temos um cerco eletrônico instalado na região. Então essas duas regiões guardadas, as especificidades são de maior interesse em relação à fronteira com a Bolívia.

AVF: O senhor comentou um pouco a respeito dessas iniciativas conjuntas, principalmente voltadas a segurança, ao combate ao crime, mas o senhor identifica outras áreas que essas conversas, essas tratativas entre os governos subnacionais brasileiros, do Acre, dos municípios e dos eixos subnacionais bolivianos acontecem?

PCRS: Não, não. Eu acredito que é só na segurança. Na segurança nós temos inclusive uma experiência local, um gabinete integrado de fronteira onde nós temos reuniões periódicas, com o vice-ministro da segurança cidadã boliviana. Eu tenho reuniões periódicas com eles, onde nós, em nível estratégico definimos ações e operações e avaliamos também os resultados dessas. Eu não tenho conhecimento em outra área de interesse da administração pública iniciativa similar.

AVF: Na área que o senhor atua, vocês têm conhecimento daquele acordo para permissão de residência, estudo e trabalho aos nacionais fronteiriços brasileiros e bolivianos que dá direito aquela carteira de fronteira para os habitantes de Brasiléia e Cobija? O governo tem conhecimento desse acordo. O senhor teria alguma avaliação da implementação desse acordo?

PCRS: Eu vou ser sincero, eu desconheço. Mas eu percebo uma relação muito amistosa. A relação entre os municípios... Até porque há uma dependência econômica muito grande, a Bolívia no aspecto logístico, o departamento de Pando geograficamente é isolado do restante do país, para se ter uma ideia, Cobija para receber insumos basilares, não só alimentação e combustível, mas efetivamente é necessário que o transporte desses produtos passe em território brasileiro, especificamente em Brasiléia e Epitaciolândia. Para se ter uma ideia, alimentação que é destinada à região de Pando boa parte é do Brasil ou [ininteligível] aquela que é produzida na própria Bolívia ela adentra o território peruano e ingressa na Bolívia pelo Peru. Então há uma dependência econômica muito grande de Cobija em relação ao Brasil e conseqüentemente não vejo nenhum problema de relacionamento. Por outro lado, em razão da condição cambial boliviana de ser bem satisfatória, há um ingresso muito pujante de brasileiros em território boliviano para aquisições diversas, eletrônicos e outros bens de consumo de interesse.

AVF: Perfeito. Seriam essas as questões que eu tinha previsto, agradeço muito. Se o senhor quiser complementar alguma coisa.

PCRS: Não, seria isso. Eu fico a disposição, eu tive uma reunião última em Santa Cruz La Sierra, na penúltima semana, dessa vez com ministro de governo. A Bolívia tem uma organização estatal diferente da nossa, eles só têm apenas um ministro. E na hierarquia as demais pastas são geridas por vice-ministros. Então eu tive uma reunião especificamente com o Ministro, onde estendemos as tratativas de cooperação, desta feita permitindo inclusive operações conjuntas em território boliviano. Vai passar a ser uma prática a partir de agora no combate as organizações criminosas que atuam naquela região e também aqui no país.

Apêndice P – Transcrição da entrevista com Ana Lucia Reis Melena, Alcaldesa municipal de Cobija (Pando, Bolívia)

Entrevistador: André Vieira Freitas.

Entrevistada: Ana Lucia Reis Melena

Data: 20 de outubro de 2021,

Virtual, por meio da plataforma *Zoom*

Arquivo de áudio no formato mp3. Duração: 23'11”.

AVF: Quais são os principais benefícios e desafios para cobrir a como o município fronteiriço?

ALRM: Bom, primeiro, como somos uma fronteira muito especial, Cobija, Brasileira, Eptaciolândia... quem chega aqui e não conhece, nem percebe que está passando de uma cidade para outra. Só percebe mesmo quando vê os letreiros, em português ou em espanhol, ou quando as pessoas estão falando. Como somos tão próximos... o que divide a gente é um rio, tão pequeno, mas tem uma ponte. Então, é como se estivesse dentro de uma cidade só. E o movimento que existe entre essas cidades, por exemplo, nós vamos daqui para Eptaciolândia fazer compras no supermercado. Brasília vem de lá para cá fazer compras também, eletrodomésticos, peças de carro. Também médico, tem essas diferenças. Quando nós precisamos de médico de terceiro nível, é daqui para lá. Quando de lá querem exames, ou atenção médica imediata particular o pessoal também vem de lá para cá. Então, tem esse intercâmbio diário. E quais são os desafios? Os desafios são poder trabalhar. Já estamos começando a fazer esse trabalho muito mais compartilhado entre as três cidades. Por exemplo, amanhã eu, como prefeita de Cobija, Alcaldesa, vou participar de uma reunião que tem com o Ministro do Meio Ambiente do Brasil. Então vamos tratar a respeito do nosso rio, da fronteira, do problema que tem com as enchentes. O problema é que tem talvez com o tráfico e coisas assim. Então, fazer projetos juntos entre os três municípios para benefício da população. Tanto que já até estamos em coordenação com alguns cooperantes que trabalham com o Brasil, com Bolívia para ver também projetos de turismo, de projetos de saúde e outros tipos de projetos em benefício de todos. Os desafios são esse trabalho muito mais seguro, mais *cerca*. Porque a gente tem tanto em comum, tanta cercania, que precisamos fazer projetos que vão nessa linha: Cobija, Eptaciolândia, Brasileira.

AVF: E como o governo municipal avalia o apoio do governo departamental e do nacional em relação à fronteira?

ALRM: O problema é que ninguém conhece. Quando tu não é do lugar, por exemplo, as outras cidades, os outros estados, eles não têm essa fronteira que nós temos. Essa é a única fronteira assim tão especial, onde não existe um controle, você vai e vem, não tem que tirar nenhum tipo de documentação, não

tem ninguém barrando você. É uma fronteira muito livre. É única. Então, para muitos, é difícil... Por exemplo, eu lembro que quando OMS estava vendo a respeito dos brasileiros que moram na fronteira... aí tem uma lei que até 50 km, não pode ter investimento estrangeiro. Então tiveram que reorganizar, realocar muitas pessoas. Tiraram, por exemplo, da Bolívia, deram casa no Brasil para não ter um choque nessas mudanças. então as pessoas de outros estados pensam “nossa, tanto estrangeiro morando lá”. Mas não é estrangeiro. São pessoas que, todos nós que estamos aqui, na realidade, a gente tem essa afinidade porque meu pai é brasileiro, a mãe é boliviana. Isso acontece com todas as pessoas, praticamente, que somos daqui. Então, tem, eu lembro de alguns anos atrás, prefeitos que não falavam espanhol. Prefeitos daqui, de Filadélfia, de Santa Rosa que não falavam espanhol. E são bolivianos, mas vem da avó, bisavó, que chegaram aqui. E então, algumas comunidades mantinham ainda o idioma, porque são famílias grandes e chegavam outras famílias grandes e mantinham sempre o português. Então foi normal, por exemplo, até eu, no caso, eu sou boliviana, também brasileira e eu ainda tenho essa mistura. Meus filhos falam português e espanhol em casa. A gente fala os dois idiomas. Para tentar manter também, porque é parte da nossa descendência. Então ninguém tem a ideia de como funciona essa fronteira, que é tão especial e tão diferente.

AVF: Existem iniciativas conjuntas do governo de Cobija com Brasília e Epiaciolândia? Ou mesmo o governo do Acre?

ALRM: Sempre. Por isso que estamos trabalhando agora juntos os três prefeitos. Mas a cooperação que a gente recebe do Brasil é bastante, por exemplo, agora vamos ter o SEBRAE, com a prefeitura de Epiaciolândia, eles têm capacitação, têm muitas atividades. E nós estamos também com um grupo de pessoas fazendo parte justamente já essa capacitação, desse apoio ofertado por todos eles. Tanto pelo SEBRAE, pelo SENAI, pela prefeitura. Então você vê como é especial. Por exemplo, eles não estão fechados, “ah, não vamos ver só para a nossa gente, vamos ver só para os brasileiros”. Não. Estão aplicando toda essa informação, todo esse apoio. E aqui estamos também com o mesmo. Apesar que o Brasil, eles são muito adiantados. Vocês são mais adiantados em muitas coisas, na maioria. Mas tudo que também por aqui... nossas iniciativas, nós estamos convidando. Por exemplo, tivemos iniciativa de recuperar as escadarias por onde a gente descia para o rio para pegar o barco, atravessar e ir para o Brasil. Estava fechado... Então tanto Cobija quanto Brasileia, ao mesmo tempo, estivemos fazendo o mesmo trabalho. “Vamos deixar muito linda essa área, vamos fazer uma praia” ... e trabalhando junto, Brasil e Bolívia, ao mesmo tempo, para alegrar as pessoas de lá, as pessoas de cá. *Para embellecer nuestra ciudad, nuestra* beirada do rio. E dar essa possibilidade para as pessoas de lá e de cá de ter uma área para diversão também. Nossa prainha pequenininha chegava a ter 3000 pessoas. Ainda bem que o rio seco não tinha nenhum perigo de nada. Mesmo assim, tanto o Brasil como a Bolívia, como guardas, assim de segurança, tipo salva-vidas. Apesar que a água não passava do joelho. Então, essas atividades que são importantes, que a gente tem que fazer isso muito mais frequente. Eu acho que os três prefeitos agora, eu e o de Brasília e Epiaciolândia tem a mesma mentalidade. Então, em saúde os benefícios de lá

para cá são muito importantes, muito bons, as capacitações e vice-versa. Tudo que realmente a gente seja para ajudar, é muito bom. Mas na parte, como eu lhe falei, turismo, saúde, tudo isso estamos já planejando projetos entre os três.

AVF: E em relação às cidades próximas tanto do Brasil quanto da Bolívia, qual seria o papel desempenhado por Cobija? Cobija é uma centralidade, uma referência em que área (como saúde, educação, comércio e lazer) para quais outros municípios em volta?

ALRM: Bom, o que acontece é que aqui, primeiro, Cobija é capital. Na realidade, nós atendemos o Estado todo. Nós temos, por exemplo, o único hospital de segundo nível dentro de Cobija. O estado inteiro, todos os outros municípios têm que vir aqui. E todos os municípios daqui, quando precisamos de um terceiro nível, todos precisamos do Brasil. Acabamos todos aproveitando, no bom sentido, do apoio que a gente recebe do Brasil. Primeiro que a maioria das pessoas são pessoas de muito pouco recurso e o Brasil te dá essa possibilidade, realmente, de uma atenção gratuita. Tudo que é emergência, emergência e terceiro nível, na hora. A gente envia ambulância daqui da Bolívia até Rio Branco, lá são atendidos de imediato, em caso de emergência, cirurgia e tudo o que é necessário. Então, no final, o estado todo acaba sendo parte de toda essa boa relação.

AVF: E qual é a avaliação do governo municipal sobre o fluxo de pessoas entre o Brasil e Cobija? Em que área seria mais expressivo? Essa entrada de brasileiros em Cobija seria especificamente para quê? Voltada para estudo, para trabalho, para comércio? Como que esse fluxo? Em que áreas é prioritário?

ALRM: Bom, na realidade, nesse momento o município de Cobija está sofrendo bastante com a diminuição da visita, do turismo comercial depois da pandemia e tudo isso. Então, caiu tudo, praticamente 95%. Então, Cobija é zona franca, isenta de impostos. Então, nós recebemos muito turismo brasileiro, mas é um turismo comercial. Então agora, realmente, está sendo muito difícil porque em todos esses anos o movimento econômico da cidade tinha a ver com a visita justamente dos brasileiros para cá. Então esse seria, realmente, o que é muito significativo dessa fronteira, a presença dos turistas comerciais.

AVF: E sobre a presença de brasileiros vivem em Cobija, vocês têm algum dado? Isso é significativo? O número de brasileiros que moram em Cobija mesmo.

ALRM: Brasileiros que moram em Cobija? Muitos, porque tem essa mistura. Por exemplo, os meus irmãos, três deles as esposas são brasileiras e bolivianas também. Como eu lhe falei, meu pai... então aqui tem muito brasileiro, mas, como eu lhe falei no início, que vive a vida inteira. São bolivianos, mas com a descendência do Brasil, de brasileiros. Então, a quantidade é bastante, os

empresários, temos muitos grandes empresários que são brasileiras, já com a residência aqui na Bolívia, na área de construção, na área de madeira, em muitas outras áreas. E que bom que aqui é a sua casa. Eu acho que a gente se sente em casa aqui. Tanto que você vai, por exemplo, no shopping lá em Rio Branco, que são três horas daqui, você encontra com todo mundo lá. Porque na hora que a gente quer sair para passear, quer fazer alguma coisa, o pessoal vem de lá para cá e nós vamos aqui para lá. Como tu vê, a relação é muito linda. Quer mudar de ambiente, corre para o Brasil. Quer mudar de ambiente, corre para a Bolívia o brasileiro. Tu vai em um restaurante boliviano aqui é cheio de brasileiro. Tu vai no restaurante brasileiro lá ia cheio de boliviano. Às vezes eu falo, “nossa, se não quero encontrar os bolivianos, é melhor comer aqui mesmo”. Tem realmente esse intercâmbio. É lindo. É uma fronteira muito importante. Você conhece aqui?

AVF: Eu conheci quando era criança, mas eu não me lembro, é muito tempo, eu queria ter voltado agora para fazer o trabalho de campo, mas por conta da pandemia eu acho que eu não vou conseguir ter tempo para viajar e terminar de escrever. Então, eu estou bem sentido, mas quero voltar futuramente para conhecer de verdade.

ALRM: Que bom. Você está estudando o quê?

AVF: Eu estou fazendo doutorado em Geografia. Aí a minha pesquisa é sobre as cidades na fronteira, em toda a fronteira do Brasil com a Bolívia.

ALRM: Geografia Humana?

AVF: Isso, Geografia Humana.

ALRM: Que bom, que bom. Eu tinha muita vontade de estudar antropologia. Antropologia no final é Geografia Humana também. Mas na universidade em que eu estava só tinha Física. Aí não dá. A minha capacidade, eu falei “não dá com Física”. Mas é lindo. Parabéns. Tomara que você realmente venha para cá conhecer. Interessante o que tu tá fazendo. Doutorado! Parabéns. Tantos anos de estudo!

AVF: Obrigado. Sim, eu vou realmente conhecer. Mais cedo ou mais tarde eu vou até Cobija para conhecer, porque eu estou bem encantado mesmo. É muito bonito ver essa relação tão próxima.

ALRM: Obrigado.

AVF: Então, pelo que a senhora falou, essa presença tem tanto de brasileiros morando em Cobija, quanto de bolivianos morando em Brasileia e Epitaciolândia. Ela é muito significativa. E a senhora saberia notar se existe um fluxo de bolivianos que vivem em Cobija e vão ao Brasil diariamente para trabalhar e estudar? É comum isso? No sentido contrário também, de brasileiros que vêm a Cobija trabalhar ou estudar e voltam para Brasília e Epitaciolândia?

ALRM: Bom, aqui a UAP [Universidad Amazónica de Pando] deve ter uns 1500 estudantes brasileiros, 90% de medicina. E a universidade privada deve ter uns 2000 estudantes. Então acho que a gente tem entre 3500 e 4000 brasileiros e

uns 10% moram aqui, 90% voltam para Brasília, Epitaciolândia. Mas é uma vinda diária. Claro, não nessa época da pandemia. Mas é praticamente uma cidade universitária, Cobija. Mais que tudo, a maioria dos estudantes, brasileiros, na área de medicina.

AVF: Como a pandemia afetou essa relação? A Fronteira chegou a ficar fechada durante um período? Como isso impactou essas relações?

ALRM: Bom, a pandemia não prejudicou a relação. O que a pandemia prejudicou foi que fecharam as fronteiras e, na realidade, prejudicou para o comércio. O comércio paralisado completamente, tudo fechado, prejudicou muito. Chegou momentos em que faltou, faltava alguns tipos de alimentos que não estavam sendo importados porque só podia passar as empresas importadoras, que normalmente passam só o básico. Então teve momentos assim em que começou a faltar algumas coisinhas. Ninguém passou fome graças a Deus, mas a gente percebe que ficamos assim de braços atados. Que essa é uma fronteira que não pode fechar. É como se fechasse a porta do teu quarto na tua casa e tu não pode entrar no quarto. Então, é a nossa casa. Nesse sentido, foi um prejuízo grande para todos nós, o contato. E as pessoas que tinham que vir de qualquer jeito, atravessar o rio, procurar um lugar para vir aqui trabalhar, as pessoas que moram lá e que trabalham aqui, o que trabalham lá e moram aqui. Então davam jeito, mas era sempre muito incômodo.

AVF: Atualmente está tudo regularizado? Está livre o acesso?

ALRM: Atualmente tudo normal. Graças a Deus não tem mais nenhum problema. Estamos também com... faz mais de três meses que estamos com zero casos de Covid, o que é bastante importante também para nós.

AVF: Uma última pergunta: o governo municipal tem conhecimento daquele Acordo que foi firmado em 2004 entre o Brasil e a Bolívia e que prevê que os cidadãos que morem em algumas cidades de fronteira entre Brasil e Bolívia possam ter uma carteirinha de fronteiro e possam trabalhar, estudar e morar, usar os serviços de saúde regularmente no outro lado da fronteira? Eu queria saber se o governo municipal tem conhecimento e se isso chega para a população. Se a população busca esse tipo de serviço ou se não chegou para vocês isso.

ALRM: Bom, eu assim conhecer esse acordo... sei dessa boa relação e sei das facilidades que tem, mas esse acordo exatamente... agora que tu está me perguntando, eu vou pedir a informação para saber... mas sei que o procedimento aqui não é tão complicado. Para estudo vai através do consulado do Brasil aqui, através do consulado da Bolívia no Brasil. Os processos... mas não conheço exatamente esse acordo.

AVF: Eu coloquei essa pergunta porque durante a pesquisa eu acabei encontrando esse acordo, achei ele muito interessante. Ele prevê que, por exemplo, um morador de Cobija, um boliviano que more em Cobija há mais de

cinco anos e que não tem antecedentes criminais pode recorrer ao órgão da Bolívia (cujo nome eu não me lembro) ou à Polícia Federal Brasileira para tirar uma carteira de fronteiro. Aí com essa carteira, sem precisar tirar residência no Brasil, ele pode morar, trabalhar e estudar do lado brasileiro. E a mesma coisa o morador de Brasília, um brasileiro que more em Brasília há mais de 5 anos pode solicitar à Polícia Federal ou ao órgão boliviano essa carteirinha de fronteiro. Eu achei bem interessante, mas parece que em várias cidades isso não é muito... não chegou muito à população, não teve muita adesão.

ALRM: Na realidade eu acho que ninguém está sabendo disso. Porque o que tem agora muito são as placas... como se chama essa região desses países que não precisa passaporte para se visitar?

AVF: O Mercosul?

ALRM: O Mercosul. Agora se está usando muito do *Mersosur*. E eu estou ouvindo muito da carteira, assim tipo uma identidade do Mercosul também. Que pode ser essa possibilidade que tu tá falando também. Então, quer dizer, quem mora em Brasília, quem mora na vila pode ter tipo uma residência, uma autorização de trabalho. E quem mora aqui também tem para lá. Não conheço também, mas eu vou ver agora, justamente vou conversar hoje, à tarde estou indo lá para Federal e vou fazer essa pergunta.

AVF: Eu posso mandar o acordo para Nora e para vocês. É que eu achei bem interessante porque facilita o trâmite, porque não precisa dar entrada para residência. Você apenas por morar em Cobija, você pode ter essa carteirinha e com essa carteirinha você pode morar, trabalhar e estudar do lado vizinho.

ALRM: Claro, porque o que nós fazemos é assim: você mora no Brasil, mas quer trabalhar na Bolívia. Se é um trabalho diário, por exemplo, pedreiro, a doméstica, então ela tem um *pago* diário, acho que Bs. 5, Bs. 10. Uma carteirinha por dia. Aí se tu tem um trabalho mais fixo, você tem que ter um contrato. Aí com esse contrato te dão uma autorização de trabalho, acho que dura um ano, coisa assim. E se você quiser fazer residência aqui, que é um processo rápido, você tem que ter um contrato onde a empresa dá todo o apoio para a sua residência. Então o processo é fácil. No Brasil também. O Brasil dá muita facilidade para residência também. Então, quem não tem tudo o que precisa aqui é por falta de conhecimento, às vezes por preguiça e tudo mais.

Apêndice Q – Transcrição da entrevista com Francisco Aillón M. vicepresidente da comunidade de Bolpebra (Pando, Bolívia)

Entrevistador: André Vieira Freitas.

Entrevistados: Francisco Aillón M.

Data: 11 de janeiro de 2022.

Local: Bolpebra, Pando, Bolívia.

Arquivo de áudio no formato mp3. Duração: 11'42”.

AVF: En su visión, ¿cuáles son los principales beneficios y desafíos para Bolpebra como municipio de frontera?

FAM: Inicialmente podemos decirlo, quizás, como municipios bien pequeños fronterizos... como fuente de misión, digamos así, no están mucho en relación a otros fronterizos, que nosotros bien pequeños en población, tanto... atención nacional, todo eso, entonces casi, que sea, vivimos como un pueblito pequeño a lo que podemos hacer de nuestro trabajo interno del lugar, nada más.

AVF: ¿Cómo usted evalúa el apoyo de los gobiernos departamental y nacional sobre las cuestiones de acá con relación a la frontera?

FAM: Quizás, podemos decir, bien básico. No tenemos casi atención, por lo que, en relación lo que mencionaba el rato, que somos poca, reducida cantidad de gente y a veces parece que no somos incluidos en nada y a veces somos menos tomados. No quieren invertir porque hay poquita gente, al mismo tiempo el país está muy concentrado en otras zonas. Nosotros acá, en la orilla, casi que el Estado, con relación a nosotros, totalmente que sea como una visita en alguna, en dos veces al año aparecen. Entonces, en el caso departamental, también es una ejecución temporánea, espontáneamente, en el momento que ellos quieren hacer algo, alguna actividad para, institucionalmente, para demostrar, lo demás es abandonado.

AVF: ¿Hay alguna conversación sea con los municipios de Brasil, de Perú, el estado de Acre o el departamento de Madre de dios, sobre cooperación entre esas zonas, incluyendo Bolpebra?

FAM: Sí, con relación a eso nosotros siempre hemos querido hacer, o sea como tener un intercambio en todas las actividades. Como población de acá nosotros siempre hemos querido, digamos, relacionarse en todas las actividades. Gracias a Dios que, hasta hoy día, tanto con la gente de Brasil, de Assis, todo tiempo hemos tenido relaciones buenas, no hemos tenido ninguna dificultad mayor. Nos apoyaron. Nosotros también, lo que de nuestro lado podemos darnos algún apoyo, de nuestra altura de capacidad, lo hacemos de este lado de todo. Y en cuanto a Perú lo mismo casi. Entonces la relación que pretendemos de ser es integrarnos con la carretera con el puente más primeramente ya hemos luchado

mucho y estamos luchando con lado Perú, como lo ves, es más corto para hacer puente. Y resulta qué, también como le mencionaba, a veces no somos tomados en cuenta, ni al nivel departamental ni al nivel nacional. Nuestros pedidos van hasta por ahí y no pasa nada. Y con relación a eso estamos luchando. Ojalá que este año vamos, pretendemos hacer un puente de madera con lado Perú, esta es nuestra primera lucha. Y al lado Brasil tratamos de integrarnos. Por lo menos en el tiempo verano con una *pinguela*. Digamos, como en anteriores años habíamos hecho. Y esta vez, como le decía, población pequeña, hemos quedado y ya también un poco nosotros reducimos las fuerzas de hacer más intento.

AVF: ¿Hay gente de Brasil o de Perú que vive acá en la comunidad?

FAM: No. En realidad, sí, estarían en las comunidades parte de los indígenas, que decimos, digamos del lado Brasil aquí en nuestra región si hay. Nosotros convivimos con ellos, así como como otras... y a ellos se han formado como unas comunidades indígenas de la región, entonces nosotros nos tomamos como parte de nosotros y aquí en otras comunidades.

AVF: ¿Hay gente de acá de Bolpebra, que se fue a vivir en Brasil o en Perú?

FAM: A Brasil se fue con el (inaudible) cuanto casi una Familia. Él tenía unos problemas internos acá de lado Bolivia, entonces él también se fue, se integró y se quedó al otro lado y, bueno, creo que ha sido bien. Personalmente, para él, ha sido bueno, bien apoyado. Entonces en esas relaciones, yo creo que siempre hemos con más, lo que más ha compartido popularmente es con Assis.

AVF: ¿Cómo se da el intercambio, el flujo de gente entre las tres ciudades? La gente de acá, ¿es común que vaya a Brasil a comprar alguna cosa, a estudiar, a buscar salud? ¿O a Perú?, ¿cómo son esos flujos?

FAM: Sí, esos dos aspectos son los que más nos integran. Uno es que mayormente vamos por nuestra alimentación al otro lado, verdura, arroz, todo. La mayor parte de nosotros vivimos con la compra del otro lado. Entonces, gracias a dios, no hemos tenido ninguna restricción. Pasamos a comprar la hora que queremos, retornamos cuando podamos. Igual al lado Perú, mayormente ahora por verdura y luego por el tema de salud también estamos recurriendo al Perú. Y, así como mencionaba, al tema salud nosotros estamos atendidos en este pueblito.

AVF: ¿La comunidad económicamente se dedica mayormente a qué áreas, a la agricultura, a qué sectores?

FAM: Agricultura, agricultura. La gente casi... aquí no hay profesionales ni tampoco para área profesional aquí hay oferta de trabajo. Así que todo lo que podamos vivir, somos mayormente agricultores, algunos se dedican a algún pequeño comercio, así... intercambio, relación de frontera.

AVF: ¿Los productos que se producen acá se venden dónde? ¿En qué ciudades?

FAM: Perú, a Brasil. A veces, algunos frijoles, plátano, sandía (inaudible)... puede comercializar más al Perú, en su cantidad mayorcita que hacen algo.

AVF: Y, por lo de la pandemia, ¿ustedes han tenido alguna despertad para cruzar sea a Brasil o Perú?

FAM: Sí, creo que... lógicamente, al igual los demás vecinos, digamos que han cerrado en algún momento su frontera, nosotros también nos hemos encontrado en la misma situación, restringiendo, obviamente, que nosotros estamos conviviendo, nuestra alimentación, todo para compra, carne, todo eso, casi a diario, dos días, a veces la gente costumbre ir. Entonces en ese momento hemos también sentido estas restricciones. Pero, gracias a Dios, no paso nada más. Ayuda de acá tampoco... antes hemos tenido dificultades sobre eso. Una enfermedad... pudimos sanar con los remedios de allá un poco, consideraron que es una salida. Hay formas, digamos, de buscar una salida con eso en vecindad.

AVF: Usted sabe más o menos ¿cuántas personas viven acá en la comunidad de Bolpedra?

FAM: Somos unas 25 familias. Unos cuantos se fueron a la ciudad de cobija y otros permanecen acá. Y en cantidad, por demasiado, no sé, unos 60, por ahí 60 personas entre mayores, menos contando más chicos.

AVF: ¿Cuándo empezó, más o menos, en qué década empezó a formarse la comunidad?

FAM: Este pueblito tuviera tres etapas de vida. Tres etapas de vida porque ya estamos desde 1995, que ha ingresado la gente, a concentrarse en esta región. Pero de ahí ya veníamos. A orilla del río ahí vivimos casi unos 10 años. De ahí subimos aquí a una parte. Otros, otro pueblito querían hacer ahí abajo también, pero en tiempo de agua se inundaba constante. Y, ahorita, donde aquí estamos, nos encontramos hace seis años o 10 años, unos siete años por ahí, por mucho. Entonces, por eso, en población, es reciente. Como cualquier pueblito nuevo, y no tuviera mucho que demostrar con cosas más formadas, antiguas.

AVF: y sobre equipamientos públicos, ¿acá hay escuela, centros de salud? ¿Qué hay?

FAM: Sí, lo básico ya tenemos por lo menos ya una escuelita, tenemos como otro recreativo para deporte. También hay la institución, como es, municipio, que representa el municipio Bolpebra. La oficina ya está abandonada. Esos son patrimonio, mayormente, ahorita está en la institución. Esto ahorita tendría como patrimonio.

Apêndice R – Transcrição da entrevista com Alfredo Yva Ortega, servidor público da alcaldía municipal de Nueva Esperanza (Pando, Bolívia)

Entrevistador: André Vieira Freitas.

Entrevistado: Alfredo Yva Ortega

Data: 19 de novembro de 2021

Local: Nueva Esperanza, Pando, Bolívia

Arquivo de áudio no formato mp3. Duração: 12’.

AVF: ¿Cuáles son los principales beneficios y desafíos para Nueva Esperanza como municipio fronterizo?

AYO: Sería el intercambio. Para todos los habitantes de este municipio, con la comunidad acá y la localidad de Araras, que es una localidad brasileña, donde todos vamos a hacer nuestras compras diarias, de víveres, todos los materiales. Es más cerca del municipio que tenemos acá. Y la gente acude por lo que es más cerca.

AVF: ¿Hay algún desafío o alguna dificultad por ser un municipio de frontera?

AYO: El tema es el transporte, qué es un poco complicadito. Al menos en esta época lluviosa, se pone riesgoso el cruce para todos los habitantes de acá. Tanto los de acá, cuanto los de allá que necesitan acá de nosotros. Eso sería el riesgo.

AVF: ¿Cómo evalúa el gobierno municipal el apoyo del gobierno departamental y del gobierno nacional con relación a la frontera con Brasil?

AYO: En realidad aquí hay poco apoyo departamental, puesto que somos un municipio lejos de la capital del departamento. Es un poco complicado y difícil que lleguen los apoyos acá a este municipio. Especialmente por la distancia es complicado. No tenemos carretera que vincule internamente hasta llegar por intermedio del departamento llegar directamente a la ciudad de Cobija, que es la capital pandina. Tendríamos que utilizar otro departamento, otras localidades del Beni, Riberalta, Guayaramerín, para poder llegar a la capital del departamento.

AVF: ¿Hay algún apoyo o programa nacional específicamente para la frontera que les ayude con algún recurso o algo?

AYO: De lo nacional... solo los programas nacionales que existen, como la Unidad de Proyectos Especiales (UPRE), que vienen a hacer proyectos de infraestructura, como el proyecto “Mi Agua”, de servicio de agua, que también es un proyecto nacional. También otro apoyo que viene acá al municipio es del ministerio de Desarrollo Rural y Tierras a través del Fondo de Desarrollo

Indígena, que son los que apoyan los pequeños productores que hay acá, siempre en apoyo a la producción. Eso apoyan a nivel nacional. Eso es el apoyo que llega acá a este municipio.

AVF: ¿Existen iniciativas conjuntas o conversaciones del gobierno de Nueva Esperanza con los gobiernos de Nova Mamoré, de Rondônia? Si hay, ¿en qué áreas? ¿Hay perspectivas para ampliar estas acciones o conversaciones?

AYO: En realidad hay pocas. Solamente por el hecho de que estratégicamente nosotros acudimos ahí por ser más rápido el acceso para llegar de aquí a la localidad de Guayaramerín, que es el municipio más cerca de Bolivia donde hacemos todos nuestros trámites en la parte administrativa del municipio y nos vamos por Nova Mamoré, solo que es una ciudad que atravesamos no más. Y de ahí probemos nuestras cosas también.

AVF: Pensando con relación a otras comunidades cercanas de acá, sea de Brasil o de Bolivia, ¿cuál sería el papel de Nueva Esperanza?

AYO: En realidad acá este municipio tiene por decir unas cuatro a cinco comunidades que están asentadas sobre la frontera con Brasil. Tenemos Nueva Esperanza, Arca de Israel, Gran Cruz, Puerto Consuelo (área dos y área uno), toditas son cerca. Pero específicamente con Brasil son estas tres: Nueva Esperanza, Gran Cruz y Arca de Israel. Y el comercio es lo que lo que les vincula con las comunidades de Brasil.

AVF: ¿Y la gente de estas comunidades acude acá para comprar alguna cosa o se van a otras comunidades?

AYO: Todos nosotros vamos al Brasil hoy a comprar las cosas, pero pocos de Brasil vienen acá. Pocos. Más nosotros acudimos a ellos.

AVF: Además de Araras, ¿a qué otras comunidades acuden cuando necesitan un servicio o un producto que no hay más cerca?

AYO: Aquí sería Araras, Nova Mamoré e Guajará-Mirim. Serían estas las tres localidades del Brasil más cerca de acá Nueva Esperanza.

AVF: ¿Y qué le parece el flujo entre la comunidad y Brasil? ¿Ocurre principalmente de qué modo? ¿Sería más de bolivianos de acá hasta Araras para comprar? ¿Pero la gente de allá también viene acá a veces? ¿Hay vínculos familiares, algo así?

AYO: Sí. Hay vínculos familiares. Tanto hay familias aquí de nueva esperanza que viven allá en Araras, como también hay familias de allá que viven acá. Otro aspecto es la religión. Muchas veces vienen acá hacer sus cultos, como también de aquí van allá. Este vínculo de religión existe.

AVF: ¿Y cómo la pandemia afectó los flujos entre Brasil y Bolivia por acá? ¿Se quedó cerrada la frontera por un tiempo? ¿Cómo fue para acceder a los productos?

AYO: La verdad es que fue bien crítico. La pandemia fue algo triste. Se cerraron la frontera, qué es lo más cerca que tenemos acá para proveernos de los alimentos. Esto fue muy complicado. Hemos habido sobrepasar. Y, bueno, eso fue lo más difícil que pudimos pasarnos en esta época y creo que a nivel nacional ha sido lo mismo. Pero acá, mayormente como frontera, sufrimos eso porque no podíamos ir allá, ni de allá podían venir acá. Entonces acudíamos a las otras comunidades aquí internamente, entre el municipio, para poder ayudarnos.

AVF: ¿Hay brasileños que viven acá en Nueva Esperanza?

AYO: Hay pocos. Por razones de trabajo. Han venido a trabajar acá. Viven acá pero temporalmente, .no fijamente. Temporal por la situación del trabajo.

AVF: ¿Y vienen recolectar la almendra amazónica?

AYO: Sí. Como ahora es tiempo de zafra, vienen. Y por cuestiones de... cómo hay acá empresas madereras, también vienen a trabajar en el tema de la madera. Por eso ellos se quedan a vivir acá, pero por razones de trabajo, no porque ellos tengan su vivienda y todo eso. No. Solo por razones de trabajo, temporalmente.

AVF: ¿Y más o menos cuántos habitantes hay acá en la comunidad?

AYO: Estamos hablando de unas 150 familias solo aquí en esta comunidad.

AVF: ¿Y es común que la gente de acá vaya a trabajar en Araras?

AYO: De acuerdo con la situación también van, como hay vínculos familiares entre ellos, se ayudan. Por decir, hay familias de allá que viven en Brasil, vienen y los llevan allá a trabajar. Como de aquí también traen del otro lado para que vengan a ayudarles a la zafra.

AVF: Y estudios, ¿acá hay una escuela? ¿De qué nivel?

AYO: Sí. Tenemos colegio. Se llama Manuel Extremadura. De allí salen bachilleres. Es nivel primario y secundario.

AVF: ¿Es común que la gente de acá va a estudiar en Brasil?

AYO: Poco. Ellos salen bachiller aquí. Salen de aquí y de aquí se van a buscar estudios superiores a Riberalta, Guayaramerín, de acuerdo a sus posibilidades, a otro lado.

AVF: Y por los servicios de salud, ¿la gente acude a Brasil o a otras comunidades acá de Bolivia?

AYO: De acuerdo con la emergencia del caso, de aquí se va a Nova Mamoré o a Guajará-Mirim, que es lo más rápido, porque es asfalto el camino. Se cruza el río y rápido estamos allá. Y después tenemos nosotros, pero demoramos tres veces más el tiempo, por lado boliviano, a la localidad de Guayaramerín, hola qué es el municipio más cerca donde se acude el tema de salud, donde hay hospital.

AVF: ¿Y hay algún centro de salud acá o cerca?

AYO: Acá tenemos centro de salud. Dentro del municipio tenemos unos cinco centros de salud. En cada comunidad tenemos, para los primeros auxilios.

AVF: Hay un acuerdo entre Brasil y Bolivia que prevé que, en algunas localidades como en Guayaramerín y Guajará-Mirim, Cobija y Brasiléia, la gente pueda sacar una tarjeta de fronterizo para trabajar, estudiar o vivir del otro lado de la frontera regularmente sin sacar la residencia permanente. Ese acuerdo también prevé que se puede ampliar el número de localidades fronterizas. ¿Para el gobierno municipal parece interesante incluir Nueva Esperanza como una de estas comunidades?

AYO: Sí. Sería bueno. Sería una gran ventaja para nosotros. Como somos fronterizos aquí, sería ventaja que nosotros manejáramos esta tarjeta, tanto nosotros ir allá, cómo ellos venir acá, por varios objetivos, por varias razones que nos vinculan. Sería bueno que tengamos esa tarjeta porque muchas veces tropezamos en cruzar por la frontera y, en realidad, hay mucho control en el lado brasileño, más que en el lado boliviano. Entonces con esta tarjeta, nosotros tendríamos más garantizado la circulación por el lado brasilero.

Apêndice S – Transcrição da entrevista com Demecio Condori, membro da comunidade Mapajo, Bella Flor (Pando, Bolívia)

Entrevistador: André Vieira Freitas.

Entrevistados: Demecio Condori

Data: 13 de janeiro de 2022.

Local: Comunidade Mapajo, Bella Flor, Pando, Bolívia.

Arquivo de áudio no formato mp3. Duração: 10'11".

AVF: En su visión, ¿cuáles son los principales beneficios y dificultades para la comunidad por vivir en la frontera?

DMC: Aquí en la frontera nosotros estamos desde los 87, que ya nos habíamos asentado... También convenio con la comunidad. También parte de los brasileros siempre nos ayudan... Esta "rua", este trayecto. Y desde este punto de vista estamos... Aquí casi no tenemos ninguna ayuda. Más o menos nos ayudan desde Brasil, porque cuando nos enfermamos vamos a Capixaba. Alguna cosa algún delincuencial. No tenemos policía, solo acudimos a policía brasiler. No hay más, aquí no tenemos policía boliviana. Vino también una temporadita, después a los delincuentes se los ha agarrado. Cuando los ha agarrado, ya se desapareció la policía boliviana. Hasta ahorita no tenemos policía boliviana. Solo acudimos al Brasil. Una llamada, ya vienen los policiales brasileros. Entonces en ese sentido tenemos ayuda aquí del Brasil. Y también por parte de aquí de Bolivia recién nos van a adoptar, digamos, unas policías. Ahora en las ayudas, por ejemplo, por esta enfermedad de COVID-19, también nos han ayudado. Aquí de Capixaba nos han traído todo víveres, arroz, azúcar, de todo, una bolsa. También en este momento nuestro alcalde de Bella Flor nos ha ayudado. Solo eso nos ha ayudado. De otras ayudas casi no tenemos. No tenemos energía, no tenemos agua, no tenemos servicios básicos, casi no tenemos. Porque piensas que pasa la luz por aquí por Brasil cerca de unos 20 m, mira, pero no hay... tenían que hacer un trámite cónsul y cónsul, Brasil y Bolivia, dijeron que no se podía. Por último quedamos sin luz y sin nada. Ni de Bolivia ni de Brasil, no hay. Pero ahora este último... a nuestra autoridad, se movemos, a la gobernación, a la alcaldía, a la gobernación de Capixaba... ya no es Eletroacre. Ya se mudó, no sé qué... ¿Como se llama ahora?, ya no es Eletroacre.

AVF: Energisa.

DMC: Energisa, ¿no es? Al gerente de Energisa de Rio Branco. Todo eso entonces, ayer tuvimos una reunión y yo pienso que ahora nos va a ceder y tendremos energía de Energisa. Entonces eso para nosotros, víveres... tanto tiempo, mira, tanto tiempo... 15 años de Evo Morales, de gobierno, no tenemos agua ni luz, nada, ni carretera tenemos. Estamos aquí atrapados. No hay por dónde salir. El puente llevo el agua. Y la carretera en mal estado, no tenemos salida. Solo salimos por aquí nomás, por el Brasil. Solo eso nos ha ayudado, porque es asfalto. Pero es un poco dificultoso por ahí para salirnos todos porque algunos no tienen permiso y en esta cuarentena no quieren dar permiso. Y a

veces salimos, aquí nos quedamos. A veces salen como sea por el río, es un poco dificultoso para salir por Bolivia. Eso sería lo que puedo decir.

AVF: ¿Este puente y la carretera lleva hasta Santa Lucía?

DMC: Hasta Santa Lucía... es puente de ese río Abuná. Es puente grande. Entonces lo llevó el agua y no hay más, no tenemos más. Solo por el barco es un poco difícil. La carretera está fea. Hay varias, creo que 35 puentes hay, pequeñas, no grandes. Eso, no hay como pasar, la movilidad no anda, solo moto, a pie, así. De aquí son 45 km hasta San Pedro. A la principal hay que salir. Después de ahí puedes ir a Cobija o a Riberalta.

AVF: Entonces, para comunicarse ahora ¿hay que ir por Brasil?, pero hay estas cuestiones de documentación, permiso y todo para poder...

DMC: Ahora solamente las documentaciones, eso, Mercosur que tenemos algunos, andamos. Pero los que no tienen no pueden porque no quieren dar también permiso por la cuarentena, o sea, por este COVID-19 no se puede, ahora está cerrado.

AVF: Usted me dijo qué que la comunidad empezó en los 87... y ¿más o menos cuántas personas o cuántas familias viven acá?

DMC: En el principio teníamos más que unas 70 familias aquí eran. Pues, estás viendo harta casa, ¿no ves? Entonces como no hay los primeros básicos como, por ejemplo, agua no había, luz no había y hasta ahora no tenemos luz. Entonces de esa manera... los niños también estudiaban aquí en la escuela, hartos niños, más de 65 alumnos había. Entonces tras que van pasando los años, así como no hay luz, no hay agua, bueno, no hay primeros básicos, ya se van saliendo, se van saliendo, ya quedamos como 15 personas nomás ya aquí.

AVF: ¿15 personas?

DMC: Más la comunidad. La comunidad se queda más, creo que son unas 25 familias.

AVF: ¿En toda la región acá?

DMC: Toda la comunidad vivimos como unas 45 familias.

AVF: Pero acá mismo en Mapajo en esa comunidad cerquita, ¿son como?

DMC: 45 familias.

AVF: ¿Y en esta villa acá son?

DMC: En esta línea de acá somos muy pocos. Muy pocos somos seríamos unas 15 familias. Ya están abandonados. ¿No ves?

AVF: ¿De que vive la comunidad?

DMC: La comunidad vive su chacra, su colonia. Ellos siembran, tienen ganadito, siembran una cosa, plátano. Así de eso viven. ¡Castaña!

AVF: Y estas tiendas que ustedes tienen por acá, ¿la gente de Brasil viene por compras?

DMC: Muy poco. Muy poco porque bajó, el real también cayó, ¿no ves? Entonces ya no conviene. Por eso mucha gente se ha salido, por qué el real se cayó. El Real estaba 3,50, 3,80, estaba bien, ahora está 1,25, 1,28. Ahí no da. Entonces por eso ya no hay. Poca gente que viene. No viene mucha gente. Pocos brasileros vienen.

AVF: Usted me dijo que, por ejemplo, se necesitan un médico, a veces pueden acudir a Brasil... y ¿para comprar los productos básicos. Ustedes acuden a Capixaba?

DMC: Todo Capixaba. Las verduras, frutas. Todo Capixaba. Arroz, azúcar, todo Capixaba. Aquí no tenemos un mercado con carne, algo, no hay. Todo Capixaba acudimos. Cada sábado vamos a comprar en Capixaba.

AVF: ¿Cómo se hace el transporte de acá hasta allá?

DMC: Vamos en bicicleta, a veces en moto. Algunos tienen movilidad. Ahí vamos.

AVF: Son como 5 km, ¿no?

DMC: Son 2 km nomás.

AVF: ¿Hay gente que vive acá en Mapajo y trabaja en Brasil?

DMC: Hay, se buscan, digamos, los comunarios a veces van con los a fazenderos a trabajar un mes, dos meses. Vuelven, otra vez van. Ellos trabajan, los comunarios van a Brasil a trabajar con los fazenderos.

AVF: ¿Hay gente de acá de Mapajo que se movió a vivir en Capixaba, que vive allá?

DMC (8'28"): primero vivíamos allí, porque aquí no había casa. Entonces Primero vivíamos allí. Algunos tenemos alquilado allá y venimos solo a trabajar aquí. Entonces vamos allá. Ahora aquí va haber luz, entonces nos vamos a quedar.

AVF: ¿Hay brasileños que viven acá en la comunidad?

DMC: Hay, pero algunos se han ido a Río Branco porque ya no da el negocio, entonces lo han cerrado. Algunos son casados con bolivianos. Ellos viven allá algunos comunarios.

AVF: Le agradezco mucho... Si tiene alguna información que quiere añadir...

DMC: Más que todo, digamos, yo diría que como no tenemos nada aquí, es como 45 km de la principal para que nos den la energía es un poco más gasto. Entonces lo diría yo que les den esa preferencia Brasil de darnos esa energía que está allí, que no estén. Solo eso sería. Después tenemos esta carretera, siempre hacen, siempre cooperan para limpiar y nosotros les damos ripio de aquí. Entonces con eso lo ripian. Ellos con su contraparte, la máquina y nosotros ripio le damos.

Apêndice T – Transcrição da entrevista com Tiburcio Chipaua Callisaya, membro da comunidade de Puerto Evo Morales, Bella Flor (Pando, Bolívia)

Entrevistador: André Vieira Freitas.

Entrevistado: Tiburcio Chipaua Callisaya

Data: 14 de janeiro de 2022

Local ou Ocorrida de forma virtual, na plataforma *Google Meet*.

Arquivo de áudio no formato mp3. Duração: 8'09".

AVF: En primero lugar me gustaría saber ¿usted sabe cuándo empezó esta comunidad?

TCC: Buenas tardes. Mi nombre es Tiburcio Chipaua Callisaya. Yo radico aquí más de 30 años. Antes vivíamos en provincia Abuná y ahora estamos en Nicolás Suárez por razón de se ha quemado las viviendas en Montevideo, que abajo era, Abuná. Y ahora estamos acá. Antes no recibíamos ninguna cooperación del Gobierno central de Bolivia porque estábamos en una zona negra inundada. Solo tres a cuatro meses que andamos en el suelo de tierra, después era agua. Pero hoy ahora gracias a Dios estamos en otra provincia por razón que se quemó el fuego y estamos acá en esta provincia. Pero en este lugar también no recibimos nada. Mucho habla nuestro Gobierno de cambio o transformación, pero hasta hoy día no recibidos. Solamente recibimos unas pequeñas partes como usted puede ver. Vivimos aquí a más de 15 años y no se asfalta o duplicar nuestra avenida. Fíjese que en otro lado, en Brasil, si tamaño grande, en nuestro caso es muy grande, hasta el momento en la pandemia, estos días que hemos pasado, hoy casi el 80% de la ayuda que hemos recibido fue del vecino país Brasil. Como para decir una prueba, una evidencia de que... hasta carne agua, gas hemos recibido. Pero, en cambio, de Bolivia nada. O será por la distancia, no sé. Es lo que puedo decir. Quisiera que haya más atención en la frontera. Porque sabemos que nosotros hacemos patria, sabemos que hacemos de centinela. Por qué en esta provincia muchos extranjeros vivían pero hoy día gracias que nosotros hemos llegado hola y ya no es eso. Pero con vecino país Brasil andamos en hermandad, nos entendemos todo. Cómo, por ejemplo, en la pandemia, una cooperación, mutuamente hemos trabajado. Hasta hoy día.

AVF: Usted me dijo sobre la ayuda que Brasil ha dado durante la pandemia y, ¿hay conversaciones regularmente sobre cuestiones comunes que ustedes tienen acá con la gobernación de Plácido de Castro, medidas que la comunidad y la municipalidad de allá buscan actuar conjuntamente? ¿Hay hoy conversaciones con la municipalidad de Bella Flor?

TCC: Acá es municipio Bella Flor. Sí. Hay eso. Siempre es buena hermandad. Hoy otro lado que lleva la alcaldía, la prefectura, acá en Bolivia la alcaldía, municipalidad. Hay buena coordinación. Eso sí. Nosotros buscamos apoyo por qué gracias a nosotros Plácido de Castro está en crecimiento. Y gracias a ellos

nosotros también mejoramos porque recibimos de Brasil el pan de cada día, las divisas y todo. Y si no fuera eso, ¿qué sería de nuestras vidas? Gracias a nuestro vecino país recibimos... solamente necesitamos una buena infraestructura, buena carretera que nos conecte con la capital pandina. Así podemos estar... ahorita en esta fecha 14 de enero no se puede transitar por Bolivia, por la lluvia. Yo quisiera pedir a las autoridades que haya un poquito... que toquen los corazones que somos nosotros bolivianos. Que haya mejor camino para poder en caso de una enfermedad... ¿Qué tal si llegara aquí una pandemia de estos que estamos pasando? No hay donde socorrer, no hay donde agarrarse. Gracias a Dios no llegó aquí la pandemia, gracias a Dios.

AVF: Y sobre las comunicaciones con Brasil, ¿hay gente de Brasil que vive y trabaja aquí en la comunidad?

TCC: Aquí en comunidad sí. Trabaja, como usted puede ver, hay albañiles, ayudantes, servicios domésticos. También que trabaja en otros... rozaderas, todo. Por eso que andamos así con... Ellos vienen trabajar también en las tiendas, no mucho, pocos trabajan. Trabajamos continuamente, otros por día, a veces 15 días, un mes...

AVF: Y ¿la gente de acá a veces va a Brasil a trabajar o a vivir en Plácido de Castro también?

TCC: No. Nosotros solamente consumimos las primeras necesidades, cómo decir, verdura, fruta, carne, gas, todo. Porque, imagínate, gas aquí no llega. Peor si hablamos de combustibles, gasolina o diésel aquí no llega. Llegaría si nuestro Gobierno central, que haga buenas gestiones, por lo menos llegaría de Bolivia gas, gasolina o diésel, lindo sería. Pero con eso no contamos, a Brasil acudimos por varias cosas.

AVF: Y ¿la gente de Brasil viene mayormente acá por compras? ¿La comunidad vive básicamente del comercio?

TCC: Del comercio. Viene, eso sí. Porque si no fuera eso, sería un pueblo fantasma. En eso es donde podemos ir a buscar el trabajo. Por eso que viene todos los días a su trabajo.

AVF: Y por eso del COVID-19, ¿en algún momento la frontera se quedó cerrada? ¿Ustedes han enfrentado algún problema por el cierre de la frontera o algo así?

TCC: Sí. Cuando llegó la primera ola... este pueblo, gracias a Dios no llegó hola por qué lo hemos cerrado y también el vecino país también nos ha entendido. En esos días el vecino país nos ha abastecido. Solo que hola ellos nos traían para vender hasta el puente. Y de Bolivia no llegó nada porque estaba cerrado. Y por esta causa no llegó la enfermedad acá hasta hoy día, con la misericordia de Dios. Ahora los que han salido de allá, a Cobija, La Paz agarraron. Muchos amigos de aquí también partieron.

Apêndice U – Transcrição da entrevista com Luiz Alberto Ruiz Montero, servidor da Alcaldía de Guayaramerín (Beni, Bolívia)

Entrevistador: André Vieira Freitas.

Entrevistado: Luiz Alberto Ruiz Montero

Data: 17 de novembro de 2021

Local: Guayaramerín, Beni, Bolívia.

Arquivo de áudio no formato mp3. Duração: 12'59".

AVF: ¿Cuáles son los principales beneficios y desafíos para Guayaramerín como municipio fronterizo?

LRM: El desafío que tenemos en Guayaramerín y Guajará-Mirim como municipios fronterizos, es tener más empresas, porque solo vivimos del comercio. Y si el comercio no da, las dos ciudades mueren económicamente como, por ejemplo, ha habido desastres naturales y no se podría cruzar allá a Guajará-Mirim y viceversa. Estaban bloqueados los dos puertos y no teníamos cómo haber recursos para acá a esta ciudad. Los beneficios son que cada ciudad tiene que tener más comunicación para que podamos ayudarnos unos a otros.

AVF: ¿Y cómo evalúa el gobierno municipal, el apoyo del gobierno departamental y nacional con respecto a la frontera con Brasil?

LRM: El gobierno municipal siempre está en contacto con el par de Brasil, que somos más cerca. Lo departamental, ahora con el proyecto que hay de la exportación que va por él Ichilo-Mamoré, recién el gobierno departamental está tomando más atención al lado Brasil y el gobierno nacional siempre ellos tienen buenas... tenemos buena relación con el país Brasil.

AVF: ¿Existen iniciativas conjuntas del gobierno de Guajará-Mirim con los gobiernos de Guajará-Mirim, Nova Mamoré y Rondônia? Si hay, ¿en qué áreas? ¿Habría perspectivas de expansión?

LRM: Lo que hay ahora, como le indicaba, es el proyecto que hay de exportación por el río Madera que se está haciendo un... uno es el puente internacional, otra es la exportación que va a existir de Bolivia a salir por el río Madera hacia el océano Atlántico, eso es lo que hay ahorita... y generalmente es solo hasta aquí, hasta Guajará-Mirim, las iniciativas que hay. En Rondônia también hay, por Costa Marques, en otro lado es San Joaquín, también hay conversación, pero es otra ciudad que también sale a Rondônia. Y aquí Guajará-Mirim también sale con Guayaramerín, con Rondônia también, pero más allá no hay conversa. Pero gustaría que tengamos hasta llegar, por ejemplo, en el tema de medicina, lo que tenemos ahí con Porto Velho. Cuando necesitamos alguna emergencia, más cerca es salirnos a Porto Velho que viajar acá a Trinidad, que es la capital del departamento de Beni. Me gustaría que podamos ingresar más allá.

AVF: Sobre el puente, ¿hay alguna conversación o quizás un proyecto que esté cerca?

LRM: De acuerdo con las noticias que hemos escuchado, incluso el presidente de Brasil dijo que, si va a ver este tema pronto, porque este puente le pertenece a Brasil. Ellos tienen que invertir no sé cuántos millones para construir el puente. Aquí también ha venido una empresa china, que estaba también dispuesta a construirlo, pero están en negociaciones. Yo creo que está para largo.

AVF: Y con relación a las ciudades cercanas, tanto de Brasil como de Bolivia, ¿cuál es el papel de Guayaramerín? ¿Para que otros municipios Guayaramerín es una referencia en materia de salud, de educación, de comercio, de turismo, etc.?

LRM: Guayaramerín está por el tema del comercio. Nosotros somos un puente para las ciudades más cercanas acá Bolivia, como Riberalta, ellos pasan por aquí atraviesan... es el turismo y el comercio... pasan por nosotros y van hacia Guajará-Mirim, igual personas de Porto Velho, de Nova Mamoré vienen para acá, igual cruzan, de las ciudades más cercanas. Somos puntos de encuentro de varias ciudades para el tema del comercio.

AVF: ¿Y qué municipios son referencia para Guayaramerín? Por ejemplo, cuando no hay un servicio por acá, como usted ha hablado un poco de la salud, a Puerto Velho... pero ¿qué otras ciudades tanto de Brasil cuánto de Bolivia, son referencia para Guayaramerín?

LRM: Para Guayaramerín la referencia en tema de salud es Santa Cruz de la Sierra, o Guajará-Mirim, o São Paulo, que son las más conocidas en temas de salud, donde las personas tratan de llegar por el tema de salud, tratando de llegar hasta allá. Y tenemos varios médicos bolivianos trabajando allá.

AVF: ¿Y con relación a las universidades, es común que la gente tanto de Brasil cuanto de Bolivia venga a estudiar en Guayaramerín? ¿Hay casos que la gente de acá va a Riberalta u otras ciudades?

LRM: Con la carrera de medicina que tenemos acá es normal que vengan los brasileros a estudiar aquí. Ya existe eso en Santa Cruz, en Cochabamba que estudian, pero aquí con la nueva carrera de medicina tenemos hartos alumnos de aquí de Guajará-Mirim, Porto Velho, ya moran aquí, viven aquí. Y cuando no hay carreras aquí, en Riberalta hay más opciones de carreras.

AVF: Usted me dijo más temprano que a veces la gente acude a Porto Velho y no a Trinidad...

LRM: Por tema de transporte. Es más cerca. Por tema de carretera. Aquí tiene que ser o avión hasta Trinidad o carretera que tarda alrededor de 16 horas, de 20 horas. En cambio, aquí en Porto Velho tenemos a tres horas a cuatro horas,

es más cerca la atención. Por tema de hospital también. Aquí en Guayaramerín no existe hospital de segundo nivel, solo hospital de primer nivel. Y allá en Riberalta hay uno de segundo nivel, pero no es completo.

AVF: ¿Y cuál es la evaluación del gobierno municipal del flujo de personas, bienes etc. entre Brasil y el municipio? ¿En qué áreas son más significativos?

LRM: El turismo aquí es lo más significativo y el comercio. Como le dije, las dos ciudades vivimos del comercio. Cuando sube el real los brasileros vienen a Bolivia, cuando baja el real, nosotros los bolivianos vamos a Brasil. Es de toda la vida eso. Aprovechamos y vamos a los restaurantes, a los hoteles, al cinema. Igual ellos acá. Entre nosotros nos ayudamos.

AVF: ¿Y cómo fue por la pandemia? ¿Afectó durante mucho tiempo? ¿Cómo fue para la economía de ustedes?

LRM: Afectó bastante por qué no hubo comercio, no hubo ingreso de personas. Guayaramerín si dio modo para pasar por contrabando toda la mercadería que Brasil, que los comerciales brasileros vendían, porque ellos tenían que subsistir. Y los bolivianos se daban modo para ir a comprar. Pero igual afectó bastante. Hartas empresas cerraron, harto comercio cerró aquí. Aquí en la avenida harto comercio cerró.

AVF: ¿Hay datos o estimaciones de cuántos brasileños viven en Guayaramerín?

LRM: No tengo esta información. Pero hay varios, hay muchas familias brasileras que vienen. Al menos con la nueva carrera de medicina, hay bastante brasileros que ya viven acá.

AVF: ¿Además de los estudios, los brasileros que están por acá se dedican más al comercio o qué?

LRM: son estudiantes.

AVF: ¿Y sobre bolivianos que viven en Guajará-Mirim, hay datos o estimaciones? ¿Ustedes saben cómo es la situación de ellos y a qué se dedican?

LRM: Por ejemplo, yo tengo familia que vive acá en Guajará-Mirim y ellos tienen comercio. La mayoría de las familias se dedican al tema del comercio.

AVF: ¿Y hay ese flujo de gente vive Guayaramerín y trabaja en Guajará-Mirim o viceversa?

LRM: Hay harto flujo. Hay personas de aquí que trabajan en temas de barco, de construcciones de barcos o venden sus productos allá y cruzan todos los días.

AVF: Y sobre los flujos relacionados a la educación, ¿hay muchos brasileños que vienen a estudiar acá, se nota algunos que estudian y regresan siempre?

LRM: Si.

AVF: ¿Y hay gente de Guayaramerín que busca estudiar en Guajará-Mirim?

LRM: Hay generalmente en la escuela. Generalmente que estudian all en Guajará-Mirim y vienen, pero no muchos. Más son los brasileros que vienen a estudiar acá por el tema del costo. Es más barato.

AVF: **¿El gobierno municipal tiene conocimiento del acuerdo entre Brasil y Bolivia de 2005, que prevé derecho a la tarjeta de fronterizo? Si el gobierno tiene conocimiento y si expresivo la gente que busca eso ese documento.**

LRM: Le cuento que aquí el tema de migración es un poco libre. Como somos una ciudad fronteriza, estamos acostumbrados a la visita de brasileros. No hay mucho control en tema de migración, de documentación. Solo de las personas que residen acá, les piden si tienen permiso para vivir. Pero generalmente para la entrada no hay mucho control. Con el carné de identidad puedes entrar.

AVF: **¿Y además de la ciudad de Guayaramerín, hay otras comunidades en el municipio que tienen intercambio significativo con Brasil?**

LRM: Villabella. Queda por cachuela esperanza. Está a 45 km de acá.

AVF: ¿Para acceder a ella se puede llegar por Brasil?

LRM: Se puede llegar por Brasil, pero es como un puerto pequeño, es una comunidad pequeña. Aquí es 10 veces más grande.

Apêndice V – Transcrição da entrevista com Emiliana Orespe Rodriguez, vicealcaldesa de Villa Bella, Guayaramerín (Beni, Bolívia)

Entrevistador: André Vieira Freitas.

Entrevistada: Emiliana Orespe Rodriguez

Data: 20 de novembro de 2021

Local: Villa Bella (Guayaramerín), Beni, Bolívia

Arquivo de áudio no formato mp3. Duração: 8'43".

AVF: ¿Cuáles son los principales beneficios y desafíos por estar en una Comunidad de frontera? ¿Qué le parece que sea bueno? y ¿qué sería lo más complicado?

EOR: Es bonito vivir aquí coordinando siempre con el vecino país. Y siempre, a cada momento, estamos siguiendo a hacer compras, a hacer consumo, todas las necesidades que hay porque es muy cerquita Brasil de aquí. Eso sería en este momento.

AVF: Y sobre el apoyo de los gobiernos de Bolivia, del Gobierno de Guayaramerín y del departamento de Beni. ¿Cómo ellos apoyan la comunidad?

EOR: Nosotros, como somos funcionarios de Guayaramerín, de la alcaldía, a cada necesidad que hay en la comunidad, nosotros vamos una comisión y entonces pedimos. Entonces ellos vienen a alcanzar las necesidades que hay en Villa Bella. Pero, cómo es lejos, por la distancia, por esta razón, todos los consumos son de Brasil. Por qué no se puede llegar de La Paz o de Santa Cruz. Nosotros para irlo a consumir a Guayaramerín vamos al mes una vez o en alguna urgencia que hay para irlo de aquí. A eso no más. Pero, para sustentar a toda la familia entonces vamos a Brasil. Alguna cosita que precisamos, vamos a Brasil, por la distancia pues.

AVF: ¿Alguna vez hubo alguna conversación entre los gobiernos de allá de Brasil, de Nova Mamoré o de Rondônia con la comunidad?

EOR: No. No hemos conversado ninguna cosa, la primera vez es usted que está llegando aquí. Nadie ha venido. Más bien nosotros que vamos allá seguido, pero nadie no ha venido. Y no hemos podido conversar con nadie. Pero siempre venga. Siempre venga. No nos olvide. Cualquier cosa, para trabajar o conseguirlo.

AVF: Muchas gracias. Y usted me dijo que la gente acude a Nova Mamoré para los productos básicos, para los servicios de salud... ¿Y la gente de la

banda de allá, de Vila Murtinho viene acá para comprar alguna cosa? ¿Qué tipo de Comercio hay?

EOR: De allá vienen porque mayormente van a trabajar allá y también vienen a trabajar en *garimpo* y algunos, sus maridos son de allá o la mujer es de allá. Está una mezcla.

AVF: ¿y por el tema de la educación, acá hay escuelas?

EOR: Sí, hay escuela, hay profesores, hay pequeña posta (de salud), pero no tenemos completo, hoy es una pequeña posta. Entonces hay todas las necesidades que hay pero no es generalmente.

AVF: ¿Y para acceder a la educación superior la gente busca a qué ciudades?

EOR: A Guayaramerín o a La Paz. De acuerdo a sus economías se van.

AVF: ¿Y cuánta gente más o menos vive acá en Villa Bella actualmente?

EOR: Aquí en el pueblito somos pocos, pero hay más allá que viven en fincas 565 familias.

AVF: Todo Villa Bella... ¿Y aquí en la comunidad son?

EOR: Muy pocos, los que no tienen fincas.

AVF: He visto que acá hay una capitanía de las fuerzas armadas. ¿Y ellos dan algún apoyo a ustedes? ¿O solo son responsables por fiscalizar la frontera?

EOR: Ellos cuidan toda la ciudadanía. Siempre que hay algún problema. Y cuidan toda la frontera también. Siempre que hay algún problema o algo, nosotros acudimos a ellos. Entonces ellos vienen y ellos mandan a Guayaramerín o piden de Guayaramerín.

AVF: He visto que acá hay algunas iglesias, ¿hay intercambios religiosos? ¿La gente de allá viene a las iglesias de allá y la gente de acá va a las iglesias de Brasil?

EOR: Sí, de Brasil hay iglesia acá. Ahí viene el pastor de Brasil a pasar ahí en la semana. Las hermanas vienen también a pasarlo. Aquí también hay iglesia de los gringos, no sé cómo se llama. Son de Holanda, creo, no sé de dónde. Hay iglesia católica también.

AVF: Y por el deporte, ¿hay algún intercambio? ¿La gente se une para un partido de fútbol o algo así? La gente de Brasil y de acá.

EOR: Sí. Se unen allá en la capitanía. Ahí siempre se invita. Ellos vienen y a veces nosotros también vamos.

AVF: Usted me dijo que la gente de acá va a comercializar a veces sus productos allá. ¿Serían más productos de qué tipo?

EOR: Banana, todo lo que producen en la orilla del río.

AVF: ¿Y ese comercio se hace con qué frecuencia?

EOR: A la semana una vez, de acuerdo que hay producción, piden al comerciante que venga y llevan.

AVF: ¿Y llevan a dónde, a Nova Mamoré?

EOR: Viene un camión pero llevan más allá, cerca Porto Velho. A ese lado llevan esa carga. En un camión grande vienen. Y ahora con este dinero nosotros vamos a comprarlo a Vila [Murtinho], a Nova Mamoré. Así se mantiene la gente, porque aquí hay tierras todavía para trabajar. Nadie mezquina.

AVF: Le agradezco mucho. Si tiene más alguna información que añadir sobre la comunidad...

EOR: La comunidad está bien, se está desarrollando. Estamos loteando más allá también. La gente ha pedido tener casitas y estamos dando. Y por lo menos unas 30 familias van a tener sus *lotezitos*, van a tener su casa. Se está desarrollando un poquito más.

AVF: ¿Y esos lotes son para la gente de acá mismo o gente de otro sitio viene a buscar?

EOR: La gente viene a buscar.

AVF: ¿Y la gente es de dónde? ¿De dónde viene esta gente?

EOR: De todos lados que lleguen. De todos lados que lleguen estamos agarrando, para engrandar el este.

AVF: ¿Y mayormente la gente de la comunidad es del Beni, de Pando o de otros lados?

EOR: De todos lados. De todos lados misturados. No hay originario casi. Aquí vas a ver de toda gente.

Apêndice W – Transcrição da entrevista com Alejandro Quarry, agricultor e membro da comunidade Villa Bella, Guayaramerín (Beni, Bolívia)

Entrevistador: André Vieira Freitas.

Entrevistado: Alejandro Quarry

Data: 20 de novembro de 2021

Local: Villa Bella (Guayaramerín), Beni, Bolívia

Arquivo de áudio no formato mp3. Duração: 2'53".

AVF: ¿En qué año más o menos empezó a formarse la comunidad de Villabella?

AQ: Acá, Villabella, con exactitud, no se sabe en qué año fue fundada, pero en décadas pasadas el gran explorador Agustín Palacios en su segundo viaje de Santa Cruz a Manaus, descubrió el Pico de Plancha donde estaba poblado por indígenas. Y la que comandaba ahí se llamaba la india Mariana. Tuvieron un enlace de amistad donde formaron el Pico de Plancha, una comunidad indígena. Y de ahí charlaron y se fundó ya. Le echaron, lo bautizaron el Pico de Plancha por Villa Bella. En el tercer viaje del explorador Agustín Palacios se alojó hacia al frente, donde está la Gran Cruz y miró este gran paisaje que se miraba tan hermosa y le llamó Villa Bella. De aquel tiempo ya se cuenta del 1825 la fundación, pero con exactitud no se sabe todavía y Villa Bella de aquel tiempo fue haciéndose, dónde gente de todo el planeta vino a Villa Bella. Y eso no es mentira, nuestro gran cementerio nos enseña, hay colombianos, hay portugueses, hay españoles, de toda clase, hasta chinos, japoneses tenemos acá nosotros en nuestro cementerio. Pasaron las décadas y ahí hicieron una aduanita. De una aduanita fue una aduana mayor que mantuvo al país por décadas para la conformidad de los empleados públicos de la ciudad de la Paz. Todavía no ha llegado la remesa de Villa Bella. Este Pico de Plancha mantuvo al país por décadas. De aquí se generaba el billete para mantener el país.

AVF: ¿Eso en la época de la goma?

AQ: Sí. El oro negro le llamaban en aquel tiempo, la goma, el caucho. En aquella época, gente de todo el planeta escuchaba que había fortuna aquí en Villa Bella. Se venían y en la puerta de la malaria, del paludismo, como llamábamos antes, aquí se quedaba la gente. Y tenemos el gran cementerio ahí, histórico, con gente de todo el planeta enterrada ahí. Eso sería un poco resumidamente la historia de Villa Bella.

Apêndice X – Transcrição da entrevista com Ivaldo Guasaba Vald, membro da comunidade Buena Vista, Magdalena (Beni, Bolívia)

Entrevistador: André Vieira Freitas.

Entrevistado: Ivaldo Guasaba Vald

Data: 19 de janeiro de 2022

Local: Buena Vista, Magdalena (Beni, Bolívia).

Arquivo de áudio no formato mp3. Duração: 12'42”.

AVF: ¿En qué año empezó a formarse la comunidad Buena Vista?

IGV: El año ha sido el 1992 más o menos. El año 92 en el mes de agosto fue el primero asentamiento comercial que hubo en esta comunidad. Más antes ya había habido un asentamiento de viviendas de personas aquí. Pero no era comercial. Era de viviendas nomás. Más antes, no sé la fecha, pero el año del asentamiento comercial fue el 92, en el mes de agosto más o menos ha sido.

AVF: ¿Y la gente que ha venido acá es mayormente de dónde? ¿De Beni o de otras partes de Bolivia?

IGV: Viene de otras partes de Bolivia. Es una comunidad multicultural. Hay del Beni, de Santa Cruz, Cochabamba, La Paz, hasta de Oruro.

AVF: En su visión, ¿cuáles son los beneficios y desafíos para la comunidad como una comunidad de frontera?

IGV: Beneficios ... que la comunidad es un poco autónoma, porque la comunidad misma que se mantiene. Los mismos comunarios que paguen sus casas, sus necesidades básicas. Hay ayuda también del gobierno, por ejemplo, con la luz. Los motores a diésel son donados por el gobierno de aquí del Beni, la escuela también, tenemos escuela, tenemos una posta y tenemos también la capitania de puertos que es la que cuida de la frontera.

AVF: Usted ha hablado un poco del apoyo del gobierno del Beni. ¿Y hay algún apoyo de la alcaldía del municipio para ustedes?

IGV: Sí. hay apoyo. Por ejemplo, con la escuela que tenemos.

AVF: ¿Hay alguna atención por parte del gobierno nacional por ser Buena Vista una comunidad de frontera?

IGV: Casi no. Directamente del gobierno no. Tenemos que ir al municipio, que es Magdalena, y de allá vienen las cosas. Pero hasta aquí directamente no.

AVF: ¿Y hay alguna iniciativa conjunta o conversación con el gobierno de Costa Marques o de Rondônia por alguna cuestión común que haya?

IGV: Sí. Siempre hemos mantenido una relación de ayudarnos mutuamente. De aquí de Costa Marques hemos tenido mucho apoyo. También hemos tenido apoyo del gobernador de Rondônia. Del gobernador, del prefecto de Costa Marques, hasta de San Francisco cuando se nos quemó. La mayor ayuda que hemos recibido fue de Brasil. Gracias a dios y gracias a su gran corazón de las personas de allá, políticos, nos ayudaron. No económicamente, pero con cosas materiales, con alimentación, agua, qué es lo más importante para todos.

AVF: ¿Y en qué año pasó este incendio?

IGV: El incendio fue el 24 de junio de 2019.

AVF: ¿Cuánto de la comunidad fue afectada por el incendio?

IGV: Fueron 16 casas. Estamos hablando de tienda y vivienda. Porque aquí adelante es la tienda y atrás hacen una vivienda. En total fueron 16 casas atingidas.

AVF: ¿Y cuantas casas hay en la comunidad más o menos hoy día?

IGV: Hay 24, si no me equivoco. 24 o 27 familias, casas.

AVF: ¿Y eso serían más o menos cuántas personas?

IGV: Son más o menos entre cuatro personas por familia.

AVF: Y en relación con otras comunidades, ¿cuál es el papel de esta comunidad? ¿Hay gente de otras partes de Brasil o Bolivia que viene acá por compras, por algún servicio? ¿Y a que otras comunidades la gente de acá acude cuando necesita un servicio o producto que no hay aquí?

IGV: Del lado de Brasil, de acá de Costa Marques, ha habido intercambio de estudiantes. Hubo intercambio entre estudiantes. Lo que nosotros nos probemos es de la alimentación directamente de Costa Marques. Todo lo que es la alimentación nosotros nos probemos de Costa Marques. Y de Costa Marques, hasta de Ji-Paraná viene gente que se proveen de mercadería, llevan cosas para su uso, que necesitan, porque es un poco más barato aquí que ella. Y ahora Buena Vista es como un centro de otras comunidades. Hay comunidades aquí en el Río blanco, si no he equivoco, son unas ocho comunidades y estas comunidades vienen aquí a Buena Vista. vienen por situaciones de salud, se lo has atienden en la posta de salud. Educación también, vienen algunos estudiantes a estudiar en la escuela. Vienen y también se proveen de alimentación de la banda. Tanto Buenavista como Costa Marques son como centros de estas otras comunidades, no solo de Bolivia, de Brasil también. Hay

comunidades también en Brasil, comunidades indígenas, que también se proveen de Costa Marques, de Buenavista también.

AVF: ¿Y la escuela es de qué nivel? ¿Primario, secundario?

IGV: Hay primario y secundario.

AVF: ¿La actividad económica principal de la comunidad sería el comercio? ¿Y sobre el turismo?

IGV: El comercio. Turismo es poco. Es más el comercio. Costa Marques es que está más al tanto al turismo. Hay más posibilidades, más personas que se dedican al turismo. Buena Vista es solo el comercio, 95 % es comercio.

AVF: ¿Y los flujos con Brasil serían mayormente de la gente de acá que va a Brasil por compras de víveres y la gente de allá que viene por el comercio? ¿Y cómo la pandemia afectó esos flujos?

IGV: En todo el mundo afectó y aquí también. Tuvimos cuarentena. Algo de siete, ocho meses. Estuvimos en cuarentena ambos lados.

AVF: ¿Y ahora se ha recuperado o está un poco más bajo el comercio?

IGV: En estos últimos tiempos, por motivos de la pandemia, primero fue el motivo de la devaluación del real, la subida del dólar y después vino la pandemia, que afectó a nivel mundial el comercio, todo lo que es intercambio comercial.

AVF: ¿Y ahora se está recuperando?

IGV: Estamos... Se está recuperando. Hay gente que está viniendo más. Otro, de nuevo, a veces a conocer a pasear. Aquí es una comunidad turística tanto por el río. La gente viene a conocer Costa Marques, todo el río Guaporé, todo el mundo habla de él. Como usted ve, es un río muy lindo, agua limpia, la comunidad también, por conocer Buena Vista. Porque sabemos que está sobre girado.

AVF: ¿Usted sabría decirme más o menos cuánta gente cuál era el flujo diario de gente entre Brasil y acá antes de la pandemia?

IGV: Del 2010 al 2014 hubo un movimiento masivo aquí de gente brasilera que venía, porque el real estaba en buen precio comparado al dólar y al boliviano también. Y las cosas eran casi unos 50 % más baratas que ahora y por eso la gente venía, había un gran flujo de personas. Más o menos unas 1000 personas al día. Había días en que había más movimiento, como en los fines de semana.

AVF: ¿Y hay gente de la comunidad que se fue a vivir en Costa Marques?

IGV: Sí, hay gente de la comunidad que está viviendo en Costa Marques. De aquí mismo de la comunidad se compraron casa en Costa Marques, sacaron casa en Costa Marques, ellos tienen su casa y están viviendo ella.

AVF: ¿Y hay gente que vive acá y va a estudiar o trabajar diariamente allá y regresa?

IGV: No. Ahorita no, pero hay personas comerciantes que tienen doble nacionalidad, parejas de los dos países que sus hijos ya estudian allá.

AVF: ¿Y hay brasileños que viven acá?

IGV: Sí, tienen su comercio. Tienen su comercio porque son casados con boliviana o boliviano.

Apêndice Y – Transcrição da entrevista com Aldo Dacosta Ruiz e Raiza Dacosta Gualachabo, membros da comunidade San Juan de Puerto Ustarez, San Joaquín (Beni, Bolívia)

Entrevistador: André Vieira Freitas.

Entrevistados: Raiza Dacosta Gualachabo e Aldo Dacosta Ruiz

Data: 20 de janeiro de 2022

Local: San Juan de Puerto Ustarez, San Joaquín (Beni, Bolívia)

Arquivo de áudio no formato mp3. Duração: 10'11".

AVF: ¿En qué año empezó a formarse la comunidad Puerto Ustarez?

RDG: Según los comuneros antiguos, a partir de los años 1999, 98 por ahí empezaron a llegar las primeras familias. Eran dos o tres más o menos, eso serían.

AVF: ¿A qué actividades económicas se orienta, mayormente la comunidad?

RDG: Las actividades económicas que más se practican acá son la agricultura, la siembra, algunas familias tienen su ganado, ganadería, otras de las familias igual están con la tala de árboles, de madera. Éstas son las mayores actividades que generan ingresos para las familias.

ADR: En cuestión de la tala de madera es para consumo aquí nomás, la comunidad tiene sus reglas, sus normas. Entonces de acuerdo con eso se hace el uso de la madera acá para los comunarios, por ejemplo, cortar un árbol para su supervivencia.

AVF: ¿Y como ustedes evalúan el apoyo de los gobiernos municipal, departamental y nacional a la comunidad?

RDG: El mayor apoyo que se tiene es del municipio. Muy poco llega de la gobernación, poco o nada, puedo decir. Del gobierno, el único apoyo que se ha tenido es que ha hecho viviendas, estas casas vienen por parte del gobierno, pero el que más recibimos apoyo es del municipio. Pero que tampoco no es harto. Siempre que se pide, dicen que de acuerdo con el crecimiento no se puede dar mucho entonces no sé si será tan cierto, pero siempre se pone. Si uno solicita algo y no nos pueden dar lo que se solicita porque no hay presupuesto o no tienen muchas entradas por parte de la comunidad. Pero es el municipio.

AVF: ¿Y cómo la comunidad está vinculada con el municipio de San Joaquín?

RDG: Hay un subalcalde. La comunidad se ha organizado para tener pequeños fondos para pagar los mismos ingresos como, por ejemplo, lo que es el alumbrado público se encarga pagarlo la misma comunidad, no es el municipio que los paga. Entonces hay una suma alcaldía, pero también se depende económicamente del gobierno municipal de San Joaquín.

AVF: Y acá en la comunidad hay una escuela... ¿es primaria o secundaria?

RDG: Ya desde unos seis, siete años atrás que la escuela es completa con los tres niveles que es inicial, primario y secundario. Ya hemos sacado bachilleres de acá entonces hay una escuela. Pero es una escuela que ahorita, por ejemplo, desde hace años estamos solicitando más espacio porque la escuela es muy reducida. Manejamos, lo que es clases multigrado, tenemos que manejar tres aulas en un solo curso, porque no hay espacio. Nos van a hacer una escuela, pero no sé cuándo. Pero si, hay.

ADR: La prioridad es tener una escuela urgente para el crecimiento de la comunidad.

AVF: Y en materia de salud, ¿ustedes tienen una posta?

RDG: Mire, esa que ve allá es una posta, que también con ayuda del gobierno municipal se ha podido hacerla. Entonces hay una posta de salud que cuenta con un médico, pero ahora están con [inaudible] para enfermería.

AVF: Y en relación con otras comunidades cercanas, ¿hay gente de otras comunidades que busca Puerto Ustarez por comercio, salud, educación?

RDG: Ahorita ya como un año que Puerto Ustarez se está haciendo ver como la comunidad que tiene más progreso, más crecimiento, incluso mi familia... que yo llegué empezamos a trabajar aquí y ya llevo seis años con este. No era así como está ahora ya ha se organizado mucho. Entonces hay personas que vienen de fuera y le quieren que les dé un lote para hacer su casa. Gente de otras comunidades también que han venido por qué no tienen ese crecimiento a vivir acá incluso hay personas que quieren venir a poner sus negocios acá.

AVF: ¿Mayormente, las personas que vienen son de qué comunidades? ¿Hay alguna que se destaca o son de diferentes partes?

RDG: Son de diferentes partes.

AVF: ¿Y cuando no hay algún producto o servicio acá en la comunidad, la gente acude a dónde?

RDG: Aquí, la mayoría de las personas se abastecen de San Joaquín. Antes teníamos la entrada al fuerte libre. Se dejaban entrar, pero ahora ya no hay. Desde que empezó la pandemia ya no dejan el ingreso, solo dejan ingresar las

personas que viven aquí y son de allá, brasileños. Hay algunas personas que van a Costa Marques, pero es más fácil ir a San Joaquín.

AVF: ¿Y antes de la pandemia, el intercambio entre la comunidad y Forte Príncipe era más comercial?

RDG: Sí. Exactamente. Incluso algunas personas iban a vender sus productos aquí de la agricultura. Pero, como le digo, desde que empezó la pandemia eso se ha cortado.

AVF: Y como usted mencionaba... ¿entonces hay brasileños que viven acá en la comunidad?

RDG: Sí. Hay una. La doctora y su familia de la doctora. Unas dos o tres familias brasileñas.

AVF: ¿Hay gente aquí de la comunidad, que se fue a vivir en Forte Príncipe?

ADR: Si. Hay.

RDG: Hay familias.

AVF: ¿Hay alguna conversación, alguna iniciativa conjunta entre la comunidad y los representantes comunitarios de Forte Príncipe o de la alcaldía de Costa Marques sobre alguna cuestión en común que ustedes tengan?

ADR: Sí. Hay conversaciones de convenios de acuerdos. Por ejemplo, cuando vienen a hacer algún tratado de intercambio, para hacer convenio para poder pasar o algún problema. Hay comunicación. Y gente del municipio de San Joaquín siempre van a Costa Marques hacer también convenios.

AVF: ¿Cuál es lo bueno de ser en una comunidad en la frontera? ¿E cuál sería algún eventual desafío?

RDG: Lo bueno de ser una comunidad de frontera es que las personas, las familias vienen a vivir acá. En algún momento esto va a ser una comunidad que tenga más progreso. Con esa visión vienen las familias a pedir algún terreno, entonces el desafío que creo que tenemos es hacer la carretera. Entonces eso sería un desafío que se logre eso para que esto crezca también para que se vengán más personas, más familias y vaya creciendo. Eso sería.

ADR: Y, en este caso, se prestaría el crecimiento económicamente de la provincia. Si se diera el caso de la abertura de los puertos, entonces ya viene progreso para la provincia, principalmente, y para el departamento del Beni y Bolivia, todo. Esta es la perspectiva que se tiene.

Apêndice Z – Transcrição da entrevista com Omar Vargas, engenheiro ambiental da *alcaldía* municipal de San Matías (Santa Cruz, Bolívia)

Entrevistador: André Vieira Freitas.

Entrevistado: Omar Vargas

Data: 27 de janeiro de 2022

Local ou Ocorrida de forma virtual, na plataforma *Google Meet*.

Arquivo de áudio no formato mp3. Duração: 13'52".

AVF: ¿Cuáles son los principales beneficios y desafíos para San Matías como municipio fronterizo?

OV: Los beneficios son por el comercio. Estamos aquí cerca de la ciudad más próxima de Brasil, que es Cáceres y muchos van a hacer compras o llevar productos. De aquí viene productos como cocha, chompa que traen del interior del país, de Bolivia y pasan para allá. Y como allá también traen víveres aquí al pueblo ya qué para ir a Santa Cruz a traer esos productos de la canasta familiar es algo complicado por la distancia. Y el desafío es el control que se tiene. No hay mucho control entonces eso sería un desafío tanto para salir de aquí como para entrar.

AVF: ¿Y cómo el gobierno municipal evalúa el apoyo de los gobiernos departamental y nacional de Bolivia con relación a la frontera con Brasil?

OV: Tiene apoyo. El gobierno municipal tiene apoyo por parte del gobierno departamental y del gobierno nacional, pero tal vez no sea lo suficiente en el tema del control fronterizo, migración o mismo policía.

AVF: ¿Y existen iniciativas, conjuntas o mismo conversaciones entre el gobierno de San Matías y el gobierno de Cáceres o Mato Grosso o de otras partes de Brasil?

OV: Siempre han... siempre están en acuerdo. Hay reuniones que se tiene del alcalde con el prefecto de Cáceres o el gobernador del Mato Grosso. De acuerdos de caminos, carreteras, control fronterizo, de migración. Pero si eso se llega a cumplir no he visto, soy nuevo en el pueblo, pero he escuchado que si se tiene... llegan a estar en acuerdo, llegan a convenios.

AVF: ¿En general, esos acuerdos serían mayormente en materia de qué? ¿De control fronterizo? ¿En qué eres serían?

OV: El comercio, carretera, control fronterizo y mismo el estudio. Últimamente están... si tuvo reuniones para ver la posibilidad que haiga, que tanto aquí en San Matías o de Brasil vengán a estudiar acá aquí van a estudiar allá.

AVF: Usted puede hablarme un poco de la economía de San Matías, mayormente, ¿sería basada en cuáles actividades?

OV: Aquí en San Matías, la economía, de dónde sale los recursos normalmente es de la ganadería y la explotación de madera, ya que muchos sacan la madera tanto para Brasil cómo para Santa Cruz. Igual lo mismo a la ganadería, que es una zona productiva de ganado. Y eso nomás.

AVF: Y en relación con otras ciudades o comunidades cercanas sea de Brasil o de Bolivia, ¿cuál es el papel de San Matías? ¿Para qué otras ciudades o comunidades San Matías constituye un referente en materia de salud, educación, comercio, ocio, turismo, etc.?

OV: Es un punto de comercio para los que vienen del interior del país, que quieren salir, salir para Brasil, el punto aquí es San Matías.

AVF: ¿Y cuáles otras ciudades serían referencias para San Matías? ¿Cuándo no hay algún servicio o producto acá la gente busca cuáles otras ciudades?

OV: El punto de referencia más cerca es Cáceres, otra ciudad acá de Bolivia es San Ignacio. Si no hay algún producto o quiere comprar algo, alguna otra necesidad que tengan los pobladores van a Cáceres o a San Ignacio, que son las ciudades más cerca.

AVF: Usted me dijo que San Matías es un punto de pasaje entre Brasil y Bolivia, pero, sobre otras comunidades cercanas, ¿gente de dónde viene para comprar sus víveres u otras cosas acá en San Matías? ¿Serían otras comunidades del municipio o hay de otros municipios que vienen acá por productos o servicios?

OV: Difícil que vengan de otras comunidades de Bolivia, de otros municipios de Bolivia, ya que San Matías es el último, el primero municipio que hay aquí en la frontera. San Ignacio está a 350 km y tiene sus productos, producen, está más cerca de Santa Cruz, ya es carretera, es asfalto. Para que ellos vengan acá el camino es deteriorado. Y Cáceres está a 100 km de acá. Difícil que vengan de otro municipio acá San Matías a buscar productos. Más bien de aquí salen a buscar en otros lugares.

AVF: Y cuál es la evaluación del gobierno municipal sobre los flujos de personas, bienes, ¿mercancías entre Brasil y el municipio? ¿En qué áreas serían más significativos?

OV: Aquí San Matías lleva el producto que es la madera para Brasil. Y de Brasil viene todo lo que es la canasta familiar. La mayoría, que es arroz, azúcar, aceite viene de Cáceres. Ahí van los comerciantes y abastecen los mercados por el pueblo.

AVF: Usted me dijo sobre la ganadería. ¿Se vende carne a Brasil?

OV: Normalmente se lleva la carne a Santa Cruz.

AVF: Y por la pandemia, ¿cómo ha afectado las relaciones comerciales entre Brasil y San Matías?

OV: Hubo tiempo que sí ha afectado. Han cerrado la frontera. No han dejado el paso aquí en la frontera con Brasil, pero fue por poco tiempo. Igual porque la pandemia azotó tanto acá cuanto allá. Y por emergencia tuvieron que ir a Brasil.

AVF: ¿Sobre la comunicación entre San Matías y Cáceres, hay buses o solo se hace en transporte privado?

OV: Tiene buses de La Curicha, de la Frontera. De la Frontera tiene buses que salen a Cáceres, a Brasil. Pero no hay directo aquí, tiene que hacer transbordo ahí en La Curicha. Y transporte privado, que son los taxis.

AVF: ¿Existen datos o estimaciones sobre el número de brasileños que viven acá en San Matías? ¿Hay gente de Brasil que vive acá?

OV: Como una ciudad fronteriza, tanto Cáceres como San Matías... Hay personas en San Matías que van a Cáceres a visitar, a vivir, tienen familia allá, incluso trabajo. Muchos son... cómo es ganadería, son peones, trabajan en hacienda o haciendas agrícolas. Viven allá tanto como brasileños viven acá igual. Es el mismo sistema de trabajo.

AVF: ¿En estas relaciones de trabajo, entonces hay muchos brasileños que viven acá para trabajar en la ganadería?

OV: Sí. Bolivianos igual, lo mismo viven allá por la ganadería. Y el comercio igual porque hay hartos bolivianos que tienen sus tiendas allá en Brasil. Ahora el control no. Solo más adelante piden el control de migración, que tengan su pase por migración. Aquí es algo, no es muy estricto en esa área. Pero sí, algunos están registrados. Otros, como es por poco tiempo, vienen y se van.

AVF: Son como 100 km, ¿es común la gente que vaya a trabajar en Brasil y regrese diario y viceversa?

OV: Sí.

AVF: ¿Y por estudio también? ¿Gente de acá que va a estudiar en Brasil? ¿Y gente de Brasil que viene estudiar acá?

OV: Sí. Conozco personas que van a estudiar a Brasil, de aquí de San Matías. En el área de enfermería tiene una universidad hay en Brasil, hay personas que van a estudiar allá. Y aquí no tenemos aún universalidad. Hay un instituto, pero no he visto brasileños estudiando ahí. Simplemente se van a estudiar, a procurar medicina, creo que es lo que más buscan, pero es en Santa Cruz.

AVF: ¿Usted sabría decirme si llega algo para el gobierno municipal sobre el acuerdo entre Brasil y Bolivia de 2004 para el permiso de residencia, estudio y trabajo a los brasileños y bolivianos en alguna ciudad de frontera? Ese acuerdo que da derecho a una tarjeta de fronterizo. ¿Para

ustedes llega algo, para el municipio? ¿Es común o frecuente esa tarjeta o no?

OV: No, no tengo conocimiento de esa tarjeta. Tal vez no se socializó mucho porque no hay mucho conocimiento. Entonces sería eso, yo no tendría conocimiento de este reglamento.

AVF: **Acá en el municipio de San Matías, ¿hay otros puntos de comunicación entre Brasil y Bolivia, algunas carreteras o comunidades que se formaron en la frontera entre Brasil y Bolivia?**

OV: El punto aquí es La Curicha. Hay otro que es San José de la Frontera, se llama Curichino, San José de la Frontera. Éstos dos puntos que tengo conocimiento.

Apêndice AA – Transcrição da entrevista com Natalia Gutierrez Perez, arquiteta da *alcaldía* municipal de Puerto Suárez (Santa Cruz, Bolívia)

Entrevistador: André Vieira Freitas.

Entrevistado: Natalia Gutierrez Perez.

Data: 3 de fevereiro de 2022.

Local: *Alcaldía* municipal de Puerto Suárez.

Arquivo de áudio no formato mp3. Duração: 12'02”.

AVF: ¿Cuáles son los principales beneficios y desafíos para Puerto Suárez como municipio fronterizo?

NGP: El beneficio para Puerto Suárez, es que podemos hacer el ingreso libremente bajo todas las normativas que tiene el país vecino. Igualmente podemos lo que es salud, nos asisten bastante por el tema de que Santa Cruz está como unas ocho horas de distancia. Y los desafíos serían en el tema de comercialización. Seguramente tenemos los tratados por la parte política de Bolivia, tendrían que ver el tema del comercio, del entrar y salir, porque nos observan mucho, pero más es el lado boliviano que el lado brasileiro.

AVF: ¿Y cómo evalúa el gobierno municipal, el apoyo del gobierno departamental y del gobierno nacional con respecto a la frontera con Brasil?

NGP: De parte del gobierno departamental y del gobierno nacional es una zona más que todo relativa al comercio, a la activación económica más que todo entre las dos ciudades. Puede ser que por eso se ve una gran notoriedad por el tema de qué los bolivianos somos consumidores, compramos productos en el país vecino y viceversa. Entonces eso puede ayudar a la reactivación de la economía, en ese aspecto, lo único que sería.

AVF: ¿Entonces los gobiernos nacional y departamental, sobre todo apoyen en ese aspecto del comercio?

NGP: O sea, por las normativas que sí nos hacen más fácil que nosotros podamos acceder a las compras. No hay restricción. Porque nosotros vamos a Corumbá a hacer compras, en el supermercado, en las tiendas de comercio. Igualmente los Corumbaenses acá en Puerto Suárez o Puerto Quijarro, que somos países vecinos.

AVF: ¿Y hay alguna conversación, algún programa del gobierno departamental o nacional acá específicamente para la Frontera? ¿Les dan algún incentivo?

NGP: Yo que sepa, no. No sé tener la ciencia cierta si tendremos algo por el tema de que somos una ciudad fronteriza. No sabría decirle en este aspecto.

AVF: **¿Hay iniciativas conjuntas o mismo conversaciones entre el gobierno de Puerto Suárez y los gobiernos de Corumbá a Ladário, o mato Grosso do Sul?**

NGP: Sí. Recientemente el alcalde municipal de Puerto Suárez estuvo en Corumbá con el prefecto. En esa reunión había estas charlas para mejor entrelazarse las ciudades fronterizas, colaboración. Entonces ahí esta conexión, esta charla entre el prefecto y el alcalde municipal de Puerto Suárez.

AVF: ¿Sería principalmente entre Puerto Suárez y Corumbá? ¿O a veces también hay alguna conversación con Ladário?

NGP: Estaba Ladário y Corumbá con Puerto Suárez. Aparte ya es Puerto Quijarro, es otro municipio, no sabría decirle.

AVF: ¿Y eventualmente hay alguna conversación con el gobernador de Mato Grosso do Sul?

NGP: Eso no sabría decirle. No sé si por ahí más adelante ellos en su agenda deben tener. Pero no sabría si sí, o si no.

AVF: **¿Usted sabrías decirme en qué áreas o en qué temas estas conversaciones o esta cooperación existe principalmente?**

NGP: Más que todo en la reactivación económica. Yo creo que ahorita es lo fundamental en todos los países de latinoamérica. Volver a activar la economía después de la pandemia, de la situación que se ha vivido. Y generar empleo.

AVF: **¿Y en relación con otras ciudades cercanas, sea de de Brasil o de Bolivia qué papel juega Puerto Suárez? ¿Para qué otras ciudades puertos Suárez constituye un referente en materia de salud, educación, comercio, ocio, turismo etc.?**

NGP: Ahorita puerto Suárez está como un referente en el tema de explotación de los minerales, que es El Mutun. En el tema de los puertos, que son el puerto Busch. En turismo estamos un poco ahorita recién levantándonos después de la pandemia, pero está como eso. Estamos Puerto Suárez bajo el ojo del gobierno nacional y departamental. Estamos en la minería que es el tema de El Mutun y el tema portuario que es Puerto Busch, que esa salida que tenemos al pacífico.

AVF: ¿Y hay gente de otras ciudades que buscan a Puerto Suárez cuando necesitan algún servicio o producto? ¿De qué municipios la gente viene acá por eso?

NGP: Normalmente ahorita, lo que veo en mi percepción... Puerto Suárez está como una ciudad de paso para la gente que viene de Santa Cruz. Pasa por acá y se va a Corumbá, aprovechando el comercio. Por eso los bolivianos somos, al menos los de parte de Santa Cruz, somos muy consumidores de productos de nuestra frontera que tenemos con Argentina y de la frontera que tenemos con Brasil. Pero es ahorita una ciudad de paso. Eso es lo que queremos cambiar,

que la gente ya venga quedarse. A reactivar el turismo, que todo el turismo, porque es lo que trae activos, que uno por eso tiene visitantes, incrementar en ese aspecto.

AVF: Usted comentó un poco sobre, en materia de salud, que la gente de acá busca a Corumbá a veces. ¿Hay otras ciudades de Brasil a que la gente de acá acude cuando necesita un servicio?

NGP: Claro. Se van hasta Campo grande, dependiendo del servicio o de la especialidad no le encuentran en Corumbá se van hasta Campo Grande. Pero esto ya yo creo que este año ya vamos nosotros tener nuestro hospital de segundo nivel en Puerto Suárez, entonces esto va a ayudar a descongestionar a veces la saturación de pacientes bolivianos que tienen en Corumbá. Por qué la distancia, así está más cerca irnos a Corumbá que a Santa Cruz, porque Santa Cruz está casi a 800 km de distancia, son ocho horas. Entonces este es el motivo.

AVF: ¿Y cuál es la evaluación del gobierno municipal de los flujos de personas, bienes etc. entre Brasil y el municipio? ¿En qué áreas ocurre de manera más significativa? ¿Meramente la gente viene por compras o por estudiar?

NGP: A Bolivia acá hay más estudiantes, más que todo en el área de medicina, odontología en Santa Cruz. Esto es nuestro flujo de extranjeros que tenemos brasileros es más por estudio. En cambio, del lado boliviano, Brasil es más por turismo. Entonces por el mismo hecho que el estudio puede ser del mismo nivel, dependiendo de cada estudiante que quiere estudiar, es un poco más accesible en Bolivia. Entonces por eso ellos optan por venirse acá. Tanto acá a la parte de la universidad privada que está en la frontera o en Santa Cruz.

AVF: ¿Esta universidad está aquí en puerto Suárez o Puerto Quijarro?

NGP: En Puerto Quijarro.

AVF: Y también por el comercio, me dijiste, ¿no?

NGP: Claro, por comercio igual ellos vienen, cruzan. Claro, dependiendo del cambio. Ahorita nos conviene a nosotros irnos a comprar allá porque está un poco bajo el real.

AVF: ¿Usted sabrías decirme si hay algún dato o estimación del número de brasileños que viven acá en Puerto Suárez? ¿Hay muchos? ¿Hay pocos?

NGP: Aquí no he visto muchos. En Santa Cruz si hay bastante. Pero es el área, más que todo, universitaria. Es bastante. Hay notoriedad cuando usted va a la universidad. A la UDABOL [Universidad de Aquino Bolivia], a la [Universidad] Católica [Boliviana] o la [Universidad] Evangélica [Boliviana San Pablo], se nota la gran cantidad de estudiantes que son brasileros.

AVF: ¿Y sobre los brasileños que buscan Puerto Quijarro por estudio, viven en la ciudad o estudian y regresan todos los días?

NGP: Depende, si vienen de Corumbá yo creo que vienen y van. Si vienen de más lejos, de Campo Grande o de las ciudades que están más adentro, yo creo que ellos buscan un lugar acá en Quijarro para alquilar.

AVF: ¿Y sobre el flujo de brasileños que vienen a trabajar acá, se nota muchos brasileños que trabajan acá en Puerto Suárez o Puerto Quijarro?

NGP: Aquí en Puerto Suárez no, yo creo que más en la frontera, en Puerto Quijarro. Aquí está un poquito más alejadito, entonces no se ve el impacto tanto de los extranjeros acá.

AVF: ¿Y sobre bolivianos que salen de acá para vivir en Corumbá o Ladário, es significativo el número?

NGP: Hay bastante. Hay bastantes que por los mismos beneficios que tiene ser residente brasileño. Entonces, a veces, los beneficios en el tema de salud, más que todo por eso se van.

AVF: ¿Y sobre eso de bolivianos que van a estudiar o trabajar allá y regresan diariamente, se nota mucho?

NGP: Hay. Normalmente esos son los que trabajan en restaurantes, salen de Puerto Quijarro, de Puerto Suárez. Pero a veces hay que ver si les suele hacer todo este viaje, si les compensa en el tema de la remuneración económica.

AVF: Una última pregunta, ¿el gobierno municipal, ustedes tienen conocimiento sobre el acuerdo para el permiso de residencia, estudio y trabajo a nacionales brasileños y bolivianos, de 2004, que la gente pueda sacar la tarjeta fronteriza? ¿Como ustedes evalúan este acuerdo? ¿La gente está utilizando mucho esa tarjeta o no se habla mucho de eso?

NGP: Más que todo son los estudiantes. Porque ahorita hay varios residentes del hospital que son brasileños, del hospital acá, San Juan de Dios. Entonces tenemos residentes tanto de Bolivia, o sea, de acá de la zona, como también tenemos residentes extranjeros.

AVF: ¿Este hospital está en Puerto Suárez?

NGP: Sí. Es en Puerto Suárez, es el San Juan de Dios. Entonces por ahí vas a encontrar hartos que son de nacionalidad brasileña. Residentes que están haciendo su año de provincia o su residencia, más que todo.

Apêndice AB – Transcrição da entrevista com Oscar Encimas, diretor de gestão da alcaldía municipal de Puerto Quijarro (Santa Cruz, Bolívia)

Entrevistador: André Vieira Freitas.

Entrevistado: Oscar Encimas.

Data: 3 de fevereiro de 2022.

Local: *Alcaldía* municipal de Puerto Quijarro.

Arquivo de áudio no formato mp3. Duração: 10'26".

AVF: ¿Cuáles son los principales beneficios y desafíos para Puerto Quijarro como municipio fronterizo?

OE: El municipio de Puerto Quijarro está caracterizado por ser un municipio pequeño, enteramente urbano. O sea, en el municipio de Puerto Quijarro todo lo que es la población es urbana. Tenemos dos pequeñas comunidades, un poquito alejadas, pero es básicamente urbano. Y en este momento la economía de nuestro municipio está alrededor de lo que es el comercio. Nosotros como gobierno municipal estamos impulsando otras áreas, tratando de diversificar nuestros ingresos y queremos entrar al área también del turismo, porque tenemos bastante potencial en el tema del turismo.

AVF: ¿Y por el municipio de estar en la frontera, hay algo que ustedes vean como un beneficio o un desafío para la administración municipal?

OE: Justamente por eso, por ser fronterizo por estar en la puerta de acceso a Bolivia, es que el comercio se ha desarrollado muy intensamente con los municipios de Corumbá y Ladário. Y con Brasil en general, porque es la puerta de acceso para todo lo que nosotros como bolivianos adquirimos en Brasil. Entonces en base a ese flujo comercial que tenemos, nosotros tratamos de implementar los mejores servicios que se puede, en coordinación con la aduana y la Receita brasileira ya porque el tráfico de vehículos es muy intenso, entonces como municipio tenemos que organizar muy bien para evitar que haya congestión el tráfico de los vehículos locales se ha interrumpido. Ese es el potencial que tenemos nosotros como municipio fronterizo. O sea, la actividad comercial y de servicios.

AVF: ¿Y cómo evalúa el gobierno municipal el apoyo de los gobiernos departamental y nacional al respecto a la frontera?

OE: Todos los municipios fronterizos siempre tienen un poco de apoyo de los gobiernos departamentales y de los gobiernos nacionales porque la economía del país se mueve a través de esas fronteras. Si bien no tenemos mucho apoyo básicamente por la limitación financiera de Bolivia. Como país, nosotros tenemos que tratar de administrar lo poco que tenemos acá para tener un servicio óptimo a nuestra población.

AVF: ¿Existen iniciativas, conjuntas o mismo conversaciones, con los gobiernos de Corumbá, de Ladário o de Mato Grosso do Sul con respecto a la frontera?

OE: Correcto. Ya nos hemos reunido en un par de oportunidades el año pasado con el Prefeito, en ese caso de Corumbá y Ladário, porque al ser municipios fronterizos y estar conectados por la vía carretera, tenemos como gobiernos locales tratar de facilitar el intercambio comercial que tenemos. Los productores brasileros queremos que vengan acá a vender sus productos sin restricciones. Y lo mismo los productores bolivianos que necesitan entrar en el mercado brasileros ya tengan esta misma facilidad. Hemos tenido problemas anteriormente por qué la mayor parte del intercambio comercial intermunicipal es de productos alimenticios. Y los productos alimenticios necesitan permisos especiales. Entonces esa es la parte que estaba limitando. Hoy estamos en conversaciones para qué las entidades sanitarias tenemos países lleguen a un acuerdo y se facilite el comercio entre los municipios fronterizos.

AVF: En relación con otras ciudades de cercanas de Brasil o de Bolivia, ¿cuál sería el papel de Puerto Quijarro? ¿Acá sería un referente en temas de comercio, ocio, turismo, educación para otras ciudades?

OE: Estamos intentando nosotros como municipio, ser, como mencionas, un referente para los otros municipios, para que los otros municipios repliquen un poco lo que nosotros estamos haciendo. O sea, mejorar un poquito todo lo que es la infraestructura, dar seguridad. Por qué es importante eso. Si no hay infraestructura y no hay seguridad, es muy difícil poder promover otros negocios, como turismo, comercio y esas cosas. Entonces sí, estamos trabajando en ello y creo que podemos hacer.

AVF: ¿Y cuando hay algún servicio o producto acá en el municipio a que otras ciudades la población acude? ¿Cuáles otros municipios serían referencia para Puerto Quijarro?

OE: Nosotros somos prácticamente un municipio que no tiene producción, sobre todo agropecuaria, propia. Traemos todo del interior y lo que produce aquí Mato Grosso do Sul. Por lo tanto, tenemos que sí o sí recurrir a ellos para poder abastecernos en todos lo que son productos alimenticios, sobre todo la canasta familiar, diario. O sea, estamos hablando de los más básicos, se puede decir, que son para alimentación diaria de nuestra población. O sea, no producimos nosotros. Entonces estamos yo creo encaminando bien nuestro esfuerzo para facilitar, como le decía, todo el intercambio comercial tanto de Brasil como de la parte boliviana.

AVF: ¿Y de Brasil, los productos son mayormente provenientes de dónde? ¿De Corumbá?

OE: De Corumbá y alrededores. Incluso llegamos hasta Campo Grande y tal vez un poco hasta Cuiabá, en algunos casos, dependiendo del tipo de productos que

necesitamos acá. Y de la parte de Bolivia viene de todo el camino hacia Santa Cruz donde viene la producción de verduras, frutas y algunas otras cosas.

AVF: ¿Y en relación con los flujos entre Brasil y el municipio, usted destacaría que serían más significativos en qué áreas? ¿Serían de estudiantes, de comercio? ¿En qué áreas son más significativos?

OE: lo más significativo es el comercio. Tenemos bastante tráfico comercial con Brasil. En este momento por el tipo de cambio nosotros estamos comprando bastante de Brasil. Pero todavía Bolivia es competitivo en algunos rumbos, que viene la población de Brasil a comprar aquí a Puerto Quijarro. Por lo demás, yo creo que estamos todavía en desarrollo del tema de servicios. Pero el comercio es fundamental.

AVF: Existen datos, estimaciones o mismo supervisión del número de brasileños que viven acá?

OE: Hay bastantes, pero no tengo un dato específico para para decirle tal cantidad. Pero hay bastante ya residentes brasileiros que están aquí en Quijarro y también en algunos municipios cercanos. Pero en Quijarro hay bastante. Hay bastante, pero no tengo un dato exacto.

AVF: ¿Y sobre brasileños que viven en Corumbá o Ladário y trabajan no estudian acá, hay un número significativo?

OE: También aquí en Quijarro tenemos un par de universidades que son bastante accesibles, si puedes decir por el tema de costos. Que están haciendo cursos, pero la gran mayoría de estudiantes brasileiros que estudian en Bolivia están en Santa Cruz.

AVF: ¿Y en el comercio local de acá, hay gente de Brasil que trabaja?

OE: Muy poco, muy poco. Pero hay más bolivianos que trabajan en Brasil en este caso.

AVF: ¿Existen datos de bolivianos provenientes de acá, que van a vivir en Brasil? ¿Hay muchos que viven en Corumbá y Ladário?

OE: Sí, en Ladário y Corumbá tenemos incluso una asociación de residentes bolivianos, que es bastante grande, y tenemos una feria también muy característica que prácticamente 80 % son bolivianos los que venden sus productos allá.

AVF: ¿El gobierno municipal conoce el acuerdo para el permiso de residencia, estudio y trabajo a nacionales brasileños y bolivianos, de 2004,

que incluye Puerto Suárez y Corumbá y que da derecho a una tarjeta de fronterizo?

OE: Sí. Conocemos, tratamos de difundir un poco cuando tenemos algunas consultas ya, porque este acuerdo facilita justamente que tanto bolivianos puedan estudiar en Brasil como brasileros en Bolivia y el flujo no sea restringido, se puede decir.

AVF: ¿El acuerdo no menciona Puerto Quijarro, pero las personas que residen pueden sacar la tarjeta de fronterizo?

OE: Sí. Tenemos bastante. Justamente hoy en la mañana estuvimos con el cónsul de Brasilia acá en Quijarro. Tiene oficina ahora en Quijarro. Y aquí justamente estuvimos hablando de esos temas para tratar de fortalecer y ampliar, se puede decir, este tipo de tratados, que es muy beneficioso para la población que tenemos.

AVF: ¿A usted le parece que sería interesante mencionar nominalmente Puerto Quijarro en el acuerdo? Porque no está todavía, ¿cierto?

OE: No. Cuando se hizo el tratado, Quijarro era muy pequeño, recién se estaba desarrollando. Hoy estamos creciendo mucho porque somos el único municipio en Bolivia que tiene tres puertos internacionales sobre la hidrovía Paraguay-Paraná. Entonces eso está dando mucho impulso a nuestra economía y a la actividad que se da aquí en Puerto Quijarro. Yo no creo que sea necesario mencionar un lugar específico. Los tratados, generalmente o hablan de áreas o hablan de provincias que tenemos en Bolivia que pueden acceder a este tipo de facilidades que se dan, en ese caso del tratado para libre estudio y tránsito a las personas en ambos lados de la frontera.

Apêndice AC – Transcrição da entrevista com Cássio Augusto da Costa Marques, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável de Corumbá (Mato Grosso do Sul, Brasil)

Entrevistador: André Vieira Freitas.

Entrevistado: Cássio Augusto da Costa Marques.

Data: 7 de maio de 2021.

Ocorrida de forma virtual, por meio da plataforma *Zoom*.

Arquivo de áudio no formato mp3. Duração: 40'32".

AVF: Quais são os principais desafios e benefícios para Corumbá como município fronteiriço na visão do senhor?

CACM: Na verdade o desafio normalmente está relacionado as diferenças que existem nos aspectos socioeconômicos da região, entre nossa realidade brasileira e a realidade da fronteira boliviana. Ao longo dos anos isso tem diminuído, essa diferença tem diminuído porque a gente pode notar um desenvolvimento da região, nas duas regiões. Mas até com uma velocidade um pouco maior do lado boliviano, da realidade que eles se encontravam um tempo atrás e agora como eles se encontram no local. Primeiro, você pode notar questão da infraestrutura está bem melhor para eles. Você nota as atividades econômicas também, as estruturas das atividades econômicas, também a ocupação, o aumento da população na região de fronteira, isso traz todo um movimento econômico maior para a região. E hoje podemos dizer que o comércio de Corumbá, por exemplo, não se vê sem a população boliviana fazendo suas aquisições aqui na nossa cidade. Então hoje em dia já se tornou uma relação, digamos assim, quase que se necessária. Se lá, um tempo atrás, você poderia ver o povo boliviano como assim poxa, nós já temos nossas dificuldades e ainda temos que, pelos acordos e até pela convivência, acolhê-los e dar suporte a eles também em várias situações, principalmente a questão de apoio na área de educação, saúde, que são muito utilizados os recursos nossos aqui para apoiá-los. Mas hoje essa visão é um pouco menos, digamos assim, não chega a ser, não era, uma xenofobia, vamos dizer assim. Mas era assim, o pessoal: poxa, se pelo menos tivesse uma situação econômica melhor, pudesse haver uma troca econômica maior. Mas a gente se via muito pouco... Mais interessante para eles nos ter como vizinhos do que nós tê-los como vizinhos. Do ponto de vista de suporte. Mas hoje essa diferença, como falei para você anteriormente, essa diferença está tendendo sempre a ser menor por conta do desenvolvimento que essa região vai experimentando. Hoje nós também vemos um futuro próximo, a nossa relação fronteiriça aqui, como uma grande oportunidade para a nossa região.

Nós estamos trabalhando temas aqui de relação comercial de grande porte. A própria receita do município ela incrementou muito com o advento aí, com o início

da operação do gasoduto. Quando o Brasil começa a partir de 99, 2000, a importar gás boliviano, nós conseguimos, de lá para cá, a gente tem uma participação na cota do ICMS do estado muito forte. O estado também e por consequência o município também, em função desse aumento de contribuição que o ICMS de importação do gás traz.

Não sei se você sabe como se dá a arrecadação de ICMS, mas toda a importação do gás é processada em Corumbá, então aumenta a nossa receita de ICMS local e a cota parte do município no bolo que cabe aos municípios aumenta também. Então nós tivemos o incremento muito grande de receita em função da passagem do gás, que é um produto de origem boliviana. Então isso nos ajudou bastante. Essa questão da relação comercial que hoje ocorre de compra de bens de consumo e gêneros alimentícios, principalmente. Todas as compras gêneros alimentícios são realizadas aqui no mercado corumbaense por bolivianos. Então hoje essa convivência, como eu disse para você, é vista como necessária.

E outros projetos grandes a gente tem aqui, estamos trabalhando agora a possibilidade de acesso ferroviário ao Pacífico. Pela malha de ferrovia já existente, tanto na Bolívia, quanto na Argentina, quanto no Chile. Então nós estamos trabalhando essa saída para o Pacífico, por ferrovia, por Corumbá, [ininteligível] aquela região do norte chileno, os portos do norte do Chile. Aí estamos trabalhando com acesso aos mercados asiáticos.

Aí nesse aspecto a gente tem o grande potencial nosso mineral, nós temos uma reserva mineral de ferro e manganês muito grande aqui na região e possibilidade de, através do rio Paraguai, trazer a produção agrícola do Mato Grosso, por exemplo, para o mercado asiático. Vem pelo Rio Paraguai, até Corumbá, faz [ininteligível] com modal ferroviário e chega ao Pacífico. Esse é, digamos assim, estrategicamente a grande oportunidade que a gente enxerga aqui por estar localizada aqui na região de fronteira.

AVF: Gostaria de saber como o governo municipal avalia o apoio dos governos estadual e federal no que se refere à fronteira com a Bolívia?

CACM: A gente não enxerga muito política pública estadual e federal por sermos região de fronteira. Ultimamente aconteceram algumas coisas, por exemplo, no âmbito do governo federal foi criada a possibilidade de cidade de fronteira ter a abertura de loja *free shop*, que é uma legislação que a gente também está trabalhando com isso, a possibilidade da implantação. Foi um projeto nacional, agora mesmo estamos pensando em fazer uma visita a Uruguaiana onde essa realidade já avançou bastante. Você tinha no passado uma coisa que não deu certo, que é a criação de Zona de Processamento de Exportação, as ZPEs, também não prosperou. E agora tramita no Congresso, não sei dizer em que pé está a questão da criação das Zonas Francas, no modelo que é a Zona Franca de Manaus, você ter algumas cidades, são 13 cidades se não me engano, na região de fronteira que poderiam criar as Zonas Francas, estamos nesse contexto aí também. Era uma proposta que estava tramitando, até agora não se tornou realidade. Então existe, você por exemplo, Ministério de Integração Regional, você tem aquela faixa de fronteira, aí você tem Arco Norte, Arco

Central e Arco Sul, nós estamos no Arco Central, que também tem muita coisa de política pública, nada que efetivamente você consiga trabalhar de uma maneira muito objetiva. Mas são oportunidades. São oportunidades.

AVF: Existem iniciativas conjuntas do governo de Corumbá com os governos tanto de Ladário, quanto de Puerto Quijarro, Puerto Suarez, ou até mesmo do governo do Departamento de Santa Cruz, sobre cooperação fronteiriça?

CACM: Também houve muitas tentativas, muitos encontros, muitas possibilidades, mas efetivamente mesmo, uma ação concreta de consórcio, digamos assim, não. Agora mesmo os novos prefeitos aqui das cidades de fronteiras foram eleitos, tomaram posse agora dia três. E tem uma agenda marcada [ininteligível], memorando de entendimentos, nós teremos uma reunião dia 14 aqui em Corumbá que vão tratar de ênfase especial na mitigação da Covid, um tema atual, também trânsito fronteiriço e desenvolvimento econômico. Porque, por exemplo, com a questão da Covid, a fronteira teve um período fechado, ainda hoje está fechado, mas as cidades fronteiriças, aquele acordo de cidade gêmeas. A gente tem trânsito, os moradores de cidade de fronteira e nós aqui, a gente trânsito livre, não tem problema nenhum. Mas não consigo ir à Santa Cruz e nem ninguém de Santa Cruz ir a Campo Grande, nem o pessoal aqui da fronteira ir a Campo Grande, então a gente ainda está nessa fase de limitação.

Mas em função da legislação de cidades de fronteiras a gente ainda consegue fazer esse trânsito, mas por um período ficou fechado. Porque eles fecharam, aí na questão da reciprocidade, o governo brasileiro também vetou a entrada dos bolivianos daqui da região de fronteira para cá. Mas nós estamos retomando aí, você tem os comitês fronteiriços que eram instrumentos que foram criados para trabalhar, mas de efetivo mesmo, de prática, muito pouca prática.

AVF: Esse livre trânsito agora no tempo de pandemia, ele está restrito aos moradores dessas cidades vizinhas ou qualquer brasileiro pode cruzar para a cidade vizinha?

CACM: Não, em tese só moradores da cidade de fronteira, fronteiriça.

AVF: Além da sede municipal de Corumbá, vocês conhecem alguns outros núcleos urbanos menores, distritos, vilarejos em volta que são considerados estratégicos na fronteira com a Bolívia? Se sim, existe algum?

CACM: Não. Daqui da região?

AVF: Isso, isso.

CACM: Não.

CACM: Aqui, por exemplo, fora a parte norte que tem Mato Grosso, mas aqui... Aqui todo fluxo comercial, fluxo de produtos, sempre é feita aqui pela fronteira de Corumbá.

AVF: Pensando em relação as cidades brasileiras e bolivianas próximas, qual é o papel de Corumbá, em termos de centralidade relativa à saúde, educação, comércio, lazer, turismo? Para quais cidades Corumbá se torna uma referência de centralidade? E qual cidade seria uma centralidade para Corumbá nas proximidades?

CACM: Nós temos uma situação geográfica, estamos no meio de duas cidades grandes, Campo Grande e Santa Cruz, então entre nós as cidades são menores, Miranda, Aquidauana, Ladário que é aqui. Aqui na fronteira você tem Porto Suarez, Quijarro, Roboré um pouco mais a frente. Yacuces. Cidades pequenas também do lado boliviano. Então, digamos assim, os grandes polos de desenvolvimento econômico são essas três cidades, Corumbá no centro, Campo Grande de um lado e Santa Cruz de outro lado. Essa é a... 600km de Santa Cruz, 400 e poucos quilômetros de Campo Grande, então mais ou menos no centro está Corumbá.

Agora o que trabalhamos aqui olhando para a Bolívia, nós temos aqui o Pantanal, nós temos aqui uma atividade turística forte, aos poucos nós estamos atraindo cidadãos bolivianos de Santa Cruz para usufruir dos nossos produtos turísticos aqui. Então, por exemplo, você vê as épocas de festividades, Carnaval, São João, Festival América do Sul, que se promove aqui sempre em Corumbá, nós começamos a ver que temos um fluxo bom de bolivianos vindo de Santa Cruz. Por quê? Hoje você tem uma estrada, tem uma estrada pavimentada, você tem linhas regulares de ônibus de boa qualidade, temos então um fluxo muito maior de pessoas vindo para o Brasil por aqui, ou para ficar na nossa região, ou mesmo ir para São Paulo, compras, ou ir para as praias. Em função do modal rodoviário bem pavimentado, a gente já começou a ter um fluxo muito bom de pessoas vindo de Santa Cruz. Também abriu Santa Cruz para a gente. Eu, pelo menos, em função até do trabalho já fui várias vezes a Santa Cruz utilizando linha rodoviária, os ônibus comerciais que já têm aqui na fronteira. Então, assim, eu acho que um dos pontos fortes de centralidade seriam esses municípios mesmo.

Agora, tem projetos em desenvolvimento principalmente na área da fronteira boliviana aqui, que pode tornar esses municípios de fronteira aqui com porte bem bom. Está em curso aqui um projeto siderúrgico em conjunto com a China, uma siderurgia aqui na área de fronteira, isso vai demandar um movimento econômico importante aqui na região. Eles têm uma jazida de minério de ferro importante também, querem desenvolver uma região portuária aqui em Porto Bush também para poder fazer exportação. Aqui na região de Porto Quijarro eles já têm portos que trabalham com importação e exportação de grãos. Importação de produtos industrializados, via rio Paraguai, é importante esse fluxo. É a entrada deles para receberem importação, vem dos portos do Uruguai, aí subindo o Rio Paraguai, chegando aqui através do Canal Tamengo, passando do Tamengo, você tem quatro portos aqui na região da fronteira. Portos fluviais. E boa parte da importação boliviana já está vindo por aí. Então, são atividades [ininteligível] do ponto de vista de... Para você ter uma ideia, está entrando pela Bolívia por aqui

geradores eólicos de energia. Aquelas grandes pás estão vindo por rio, entrando aqui na Bolívia, uma região lá de algum centro de geração de energia eólica aqui na Bolívia. Então, são movimentos que você começa a ver que podem crescer muito.

AVF: O senhor já pontuou algumas coisas, mas sobre perspectivas de alteração nos projetos de integração de infraestrutura energética e de transportes entre Brasil e Bolívia que envolvem Corumbá, o Sr. teria mais alguma informação?

CACM: Essa questão do fluxo de comércio sempre se deu muito do Brasil para a Bolívia, então, em tese, essas dificuldades o importador que tem, de demorar para receber o produto... Agora só que nós temos um processo [ininteligível], nós estamos, por exemplo, estão produzindo fertilizantes, ureia... Então nós temos a necessidade de importação. Eu tenho aqui na secretaria uma gerência de comércio exterior que está justamente fazendo levantamento de todas essas barreiras, essas dificuldades, para a gente trabalhar isso também. Nós temos aqui, por exemplo, nós temos agora um novo processo da Receita Federal para autorização de um porto seco. Nós já temos um porto seco, mas venceu o contrato deles, estão trabalhando aqui sob liminar. Então [ininteligível] processo novo agora de implantação de um novo, ou esse mesmo, mas uma renovação desse daí. Existe muita reclamação de quem importa e quem exporta com relação ao processo dentro desse porto seco, dificuldades, morosidade, tempo parado, gera custos elevados com a permanência de carretas, de vagões dentro desse porto seco. Falta de estrutura do Ministério da Agricultura na questão, por exemplo, na questão da liberação de produtos de origem animal e vegetal. São temas difíceis que a gente está trabalhando, como podemos minimizar essa situação. Mas já temos um diagnóstico aqui de quais são os principais entraves para essa situação. Como eu falei para você, como antigamente, há pouco tempo atrás esse movimento era mais de exportação, nós não tínhamos tanta... Não doía no nosso calo essa dificuldade, mas agora como a gente também importa, a gente começa a ver que precisamos criar mecanismo aí de melhoria nessa entrada e saída de produtos aqui com a Bolívia.

AVF: O governo municipal tem conhecimento sobre aquele acordo para permissão de residência, estudo e trabalho aos nacionais fronteiriços brasileiros e bolivianos, firmado em 2004, que dá direito à carteira de fronteiriço? Qual seria a avaliação da implementação desse acordo? O Sr. identifica alguns impactos no município?

CACM: Na verdade, essa autorização de moradia, vamos dizer assim, ela dava muito porque sempre foi muito questionado, isso que eu te falei, os bolivianos sempre moraram aqui em Corumbá, sempre estiveram por aqui, sempre utilizaram os serviços, mas à medida que o tempo foi passando e essa população foi crescendo isso causa impacto na nossa estrutura de atendimento. Então o que acontece hoje, isso para nós serve mais como instrumento de você quantificar, dimensionar o quão essa imigração, o que se impacta nas nossas necessidades. Isso, quando isso entra num censo, quando isso entra num dado

estatístico, quando isso entra num banco de dados para fazer uma política pública de atendimento, isso é importante para a gente, porque até então você atende e não tem a contrapartida do atendimento. Mas, assim, além dessa permissão dessa moradia, de trabalho, você tem o seguinte, você sabe que muitos alunos nossos moram na Bolívia, entram todo dia pela fronteira com uniformezinho da rede municipal, frequentam aqui a escolas, sem morarem aqui no município, morando na cidade boliviana. Isso, devemos ter em torno de 800, 900 meninos e meninas frequentando ensino básico brasileiro morando na Bolívia. Os que moram aqui em Corumbá a gente já trata como brasileiro, não tem nenhuma dificuldade, já são residentes aqui. Nunca teve problema. O nosso problema é só com relação da gente ter a possibilidade de dimensionamento correto desse serviço para a gente poder computar o atendimento realizado a eles nas transferências constitucionais que a gente tem, nas mais diversas áreas. Esse sempre foi o problema, principalmente na área de saúde. Porque quando é educação esses alunos entram no censo escolar, porque eles têm uma constância de frequência. Então você faz o censo, aluno Juan qualquer coisa lá, está lá, está no censo, frequenta. Agora o atendimento de Pronto Socorro, internação, autorização do SUS, aí você tem o cartão SUS. O cartão SUS você tem que estar com vínculo, você tem que ter um CPF brasileiro, você tem que ter um vínculo de residência, tudo bem. Mas no atendimento de emergência é complicado. Eu não sou especialista da área de saúde, não sou gestor da área de saúde, mas esse tema, em todos os debates no âmbito da administração municipal que se refere a essa questão, isso sempre vem aí com uma necessidade de repactuar para absorver essa demanda excedente.

AVF: O senhor já complementou um pouco, mas se tiver mais algo para complementar. Qual que seria avaliação do governo municipal sobre os fluxos de pessoas, mercadorias entre a Bolívia e o município? Quais seriam prioritários? E como a pandemia afetou esses fluxos?

CACM: Na verdade, no início da pandemia nós estávamos um pouco estruturados, e a gente teve vários bolivianos buscando nosso atendimento médico hospitalar aqui. E, claro, foram atendidos, como sempre são. E a gente estava dimensionando, buscando dimensionamento, para atender a macrorregião, a macrorregião aqui é Corumbá e Ladário. E a gente teve essa demanda, como eu falei para você, adicional e sem ter evidentemente retorno. Depois que houve uma pactuação por número de leitos implantados, por exemplo, na área de UTIs. Aí é implantação de leitos, aí recebia-se por números de leitos, independente de por quem fosse ocupado o leito. Então, no primeiro momento, foi difícil, depois deu uma estabilizada e depois houve um problema mais econômico, porque fechou a fronteira. E aí o mercado local mesmo funcionando de uma maneira controlada, sofreu um baque muito grande. O número que a gente tem aqui, dito aqui pela associação comercial, uma queda de quarenta a cinquenta por cento das vendas aqui em função do fechamento de fronteira. Então é uma coisa... Eu falei para você, a gente não enxerga mais hoje Corumbá, o comércio de Corumbá não enxerga mais viver sem esse fluxo comercial [ininteligível] população de Corumbá e Ladário, mas também bolivianos que vem para cá. Ainda mais agora com o dólar valorizado como está.

Esse também é outro fator... Então a questão do câmbio é muito importante aqui, por exemplo, agora está ótimo para eles. Eles usam a moeda americana como referência do comércio deles lá e para nós aqui... Então depois, mesmo com a fronteira fechada, nós trabalhamos um meio de abastecer as cidades aqui. Eles faziam compra, tinha representante que moravam aqui, faziam grandes compras, levava até a fronteira, fazia o transbordo dessas compras lá para eles. Para suprir a necessidade básica da população lá, porque eles não tinham como viver sem comprar, principalmente gêneros alimentícios, higiene pessoal, então a gente foi achando caminho para trabalhar. Aí depois com a abertura para cidades gêmeas, cidades fronteiriças, essa coisa se resolveu. E questão de hospital, eles também conseguiram avançar no atendimento à população. Hoje, por exemplo, estão com percentual maior da população vacinada do que aqui. Então eles têm praticamente quase toda a população do grupo de risco da fronteira já vacinado, nós ainda não. Acho que nós somos mais uma ameaça para eles do que eles para nós do ponto de vista de Covid.

Mas é isso, a gente sempre procurou, como falei para você, como a situação econômica lá era uma situação que dependia mais da gente do que a gente deles, digamos assim, era mais um sofrimento para eles do que para nós. Mas agora esse desnível socioeconômico diminuindo, já é clara a importância deles aqui dentro do comércio local para movimentar a economia da nossa cidade e da nossa região. E agora, de novo, com esse acesso a Santa Cruz a gente vislumbra novas e importantes oportunidades de troca comercial lá com a cidade de Santa Cruz, comercial e no eixo estratégico de conexão com o Pacífico, através da hidrovia, conexão de ferrovia, chegando aos portos do Pacífico no norte do Chile. E o mercado argentino, porque essa ferrovia vai até o norte da Argentina, aí tem conexão em Salta, e de Salta tem com toda a província de Buenos Aires, os portos argentinos e acessa o Chile. Então essa geopolítica, essa integração, para a nossa região aqui, Corumbá, fundamental. Hoje a gente pode dizer que nossas esperanças estão mais ligadas para Bolívia e Pacífico do que para o interior do Brasil.

AVF: Existe um acompanhamento dos bolivianos que vivem em Corumbá, estimativa e de brasileiros em Puerto Quijarro, Puerto Suárez?

CACM: Não, a gente não tem controle sobre isso. Eu acho que isso viria em um trabalho que o censo poderia ajudar muito a gente. As últimas informações que a gente tem são de 2010, já está muito defasado. Mas certamente tem muitos, a gente conhece o dia a dia de muitos bolivianos residentes aqui. Isso não é de agora, isso tem quarenta, cinquenta anos que a gente conhece famílias de origem boliviana que estão absolutamente integradas aqui na sociedade de Corumbá. Brasileiros residentes, por exemplo, em Santa Cruz estudando, só para você ter uma ideia, passaram milhares aqui por Corumbá, na época da pandemia. Milhares. Milhares!

AVF: Mesmo que não tenha esses números oficiais, o Sr. poderia dizer se é expressivo o número de brasileiros em Corumbá e o número de...

CACM: É. Lá em Santa Cruz, aqui na região da fronteira nem tanto. Você tem mais bolivianos morando aqui em Corumbá do que brasileiros morando aqui na

cidade de fronteira. Hoje as duas cidades aqui de fronteira, elas contam com mais ou menos uma população de 40 mil habitantes, entre Porto Suarez e Porto Quijarro. Corumbá está na ordem de 115 e Ladário na casa de 22, 23 mil pessoas. Esse é o nosso conglomerado urbano basicamente. Estamos falando de 100, 200 mil pessoas.

AVF: Esses bolivianos eles têm alguma identificação, são mais dedicados ao comércio...?

CACM: Comércio. Feira livre, comércio de gêneros alimentícios, pequenos produtos. A imensa maioria. A imensa maioria. Muitos trabalhando como ambulantes. Legalizados ou não. Aí tem vários que se envolvem com brasileiros em descaminhos, enfim, toda aquela situação de faixa de fronteira, todas aquelas situações. Eles vão muito a São Paulo fazer compras de vestuário da 25 de Março e tal, até para vender na Bolívia. Existem ônibus e ônibus que fazem esse comércio, compram em São Paulo e vendem aqui na Bolívia.

AVF: O senhor já comentou sobre essa migração pendular de estudantes do lado boliviano para o Brasil, pensando no ensino superior, por exemplo, existe um fluxo regular de brasileiros indo estudar em Puerto Suárez e Puerto Quijarro, além de Santa Cruz?

CACM: Sim. Eles têm faculdade de medicina aqui na fronteira. São vários brasileiros, não sei dimensionar o volume exato, mas tem muitos brasileiros estudando nas faculdades na área de fronteira na Bolívia. Agora em Santa Cruz umaimensidão, como falei para você, milhares.

AVF: E para o trabalho, é expressivo o número de trabalhadores que fazem esse fluxo pendular tanto da Bolívia para o Brasil, quanto do Brasil para Bolívia?

CACM: Não. É mais esse movimento do comércio, pequeno hortifruti, praticamente as feiras livres aqui de Corumbá são abastecidas por bolivianos, praticamente. Então é todo esse movimento, todo dia de manhã cedo, madrugada, vem para cá com produto, vende na feira livre, retorna no meio da manhã, início da tarde. Esse movimento pendular aí. E o pessoal vem fazer compra e volta. Uma época a gente tinha pedágio na rodovia Ramon Gomes que fazia a ligação... Eu estou falando coisa de dez anos atrás, dez anos atrás quando tinha um pedágio ali, era mais de 1500 veículos passando de Corumbá para Bolívia. Há dez anos! A gente cobrava um real a tarifa e todo dia era 1500 reais, 1400 reais. Só cobrava em um sentido. Era o sentido Corumbá – Bolívia. Então eles vinham de manhã cedo, fazer as compras, voltar e brasileiros que queriam ir lá.

AVF: O senhor já pontuou, falou que não é muito da sua alçada, mas poderia comentar mais alguma coisa sobre o acesso a serviço de saúde por parte dos bolivianos que residem aqui?

CACM: O serviço de saúde, é o que eu falei para você. O que acontece aqui é a reclamação de caráter técnico que aparecem aqui em situação de emergência, então, por exemplo, você vai pegar uma grávida que não teve acompanhamento da gravidez, não fizeram os exames recomendados, não tem todo o acompanhamento de serviço da saúde para chegar no fato, já chegam aqui em uma situação que você não conhece o histórico, não sabe como está. Então, a parte técnica de atendimento tem muita dificuldade. Então é isso. Fora que quando chega em uma situação de emergência não tem que saber se tem SUS, se tem cartão do SUS, se não tem cartão do SUS, você tem que atender. Então quem está documentalmente registrado, que passa pelos programas oferecidos de atendimento de saúde da família, aquela coisa toda, não há tanto problema. Aí eu não sei te dizer se tem cartão SUS, está no sistema, você tem um pactuação federativa para atender essas pessoas, que estão regularmente cadastradas. Agora esses atendimentos eventuais, você atende e não há como você ter uma contrapartida de suporte financeiro, aí sai por conta do município mesmo, da parte que cabe na contratualização do município.

AVF: Se o senhor tiver mais alguma coisa que queira acrescentar...

CACM: Enfim, é uma relação muito harmoniosa, historicamente é uma relação muito fraterna entre Brasil e Bolívia. Tem um aspecto de preconceito que existia muito forte, mas agora é mínimo. O comércio, esse pessoal que trabalha com comércio ambulante, o comércio local reclama, sabe que eles precisam trabalhar, reconhecem a necessidade humanitária, mas eles reclamam. Sempre estão pedindo uma política pública aqui do município que contemple o atendimento a essa população, mas que também não impacte no negócio deles. É uma coisa justa. Então a gente sempre tem que trabalhar esses dois lados. A questão humanitária e também a questão de a gente saber que a pessoa que está estabelecida também merece ter um olhar diferenciado. Fora isso... Não teve nenhuma dificuldade no relacionamento aqui entre os dois povos.

Apêndice AD – Transcrição da entrevista com Alexandre Ohara, Secretário Municipal de Assistência Social de Ladário (Mato Grosso do Sul, Brasil)

Entrevistador: André Vieira Freitas.

Entrevistado: Alexandre Ohara.

Data: 18 de agosto de 2021.

Ocorrida de forma virtual, por meio da plataforma *Google Meet*

Arquivo de áudio no formato mp3. Duração: 25'49".

AVF: Quais são os principais desafios e benefícios para Ladário como município fronteiriço?

AO: Na verdade desafios são muitos. Pelo fato até que nós não somos uma cidade fronteiriça, porque Corumbá é a cidade fronteiriça. Na verdade, você deve ter visto a situação de Ladário, ela é um município dentro de outro município. E acaba que a gente acaba sendo regionalizado por Corumbá, pelo fato de que, por exemplo, nós não temos hospital nosso, a gente ocupa o hospital de Corumbá. E a gente por muito tempo a gente até tem uma questão de Corumbá ter que abarcar a Bolívia e Ladário junto. Só que, diferente da Bolívia, se recebe o recurso, que dentro das políticas públicas, por exemplo, da assistência, a gente chama de conurbações, são municípios que são muito próximos e recebem recurso, um plus a mais, por estar atendendo uma questão fronteiriça, Ponta Porã, Corumbá, muitas cidades. Então a gente se sente contemplado nisso também. Então, Ladário repassa um recurso do município de Ladário e por conta desses recursos aí... Eu só preciso saber se da educação acontece isso, mas eu acho que não, acho que é só no SUS e no SUAS, até onde eu sei, que é o que perguntei para a Secretária de Educação. Então eu penso que a questão dos desafios é mais para políticas públicas, a questão da legalidade, dos imigrantes, a questão, por exemplo, que a gente na assistência social tem uma dificuldade muito grande em relação as crianças que nascem na Bolívia e vem para o Brasil, como que elas... Principalmente no abrigo, nós tivemos um problema bem complicado com isso, porque as políticas públicas municipais elas precisam de CPF, eles precisam ser cidadão brasileiro, apesar de que pelos direitos humanos, por regra, não se pode negar um atendimento, porém existe as questões processuais nisso aí. Então acho que os desafios seriam muito nessa questão das políticas públicas. Benefício, eu penso que, uma região fronteiriça pode trazer muito benefício sim. Em relação ao próprio Mercosul, a questão da rota, da saída, das entradas, eu penso que não seja uma limitação, eu acredito que se as políticas fossem de fato muito bem-organizadas e trabalhassem em consonância com aquilo preconiza as leis maiores, eu acredito que a gente não teria tanto não benefícios. E agora estou falando enquanto morador, enquanto... Eu também não vou levantar isso aqui melhor. Isso aqui ainda não é, eu vou te dar uma resposta mais pontual disso aqui. É isso aí por enquanto.

AVF: Apesar de não estar no limite internacional, é conurbado com Corumbá. E existe algum apoio do governo estadual e federal especificamente à Ladário quanto à fronteira? Como que vocês avaliam esse apoio se ele existe?

AO: Não, o município de Ladário não recebe, como eu disse, Corumbá recebe. Corumbá por um município territorial que está fazendo de fato fronteira com a Bolívia eles acabam recebendo alguns recursos, que, por exemplo, dentro da assistência social eu posso te confirmar isso aí, eu só preciso saber da saúde e da educação se isso também acontece. Mas pelos governos tanto estadual quanto federal eles dão sim um aporte, até porque isso já é preconizado. As cidades fronteiriças elas têm que ter, esse plus a mais, eles chamam de plus, esse plus a mais, para poder estar trabalhando com essa diversa, não sei se poderia ser essa palavra certa. Porque são vários impactos que isso causa. Principalmente quando são fronteiras secas, fronteiras abertas. Ponta Porã não tem como comparar com Corumbá, por exemplo. Ponta Porã é aberto, você pisou na outra rua você está... Aqui não, aqui você passa pela aduana, você passa pelo portal desenhado que ali é a Bolívia e aí, lógico, tem... eles chamam das cabriteiras que são os arredores, mas ainda assim eu acredito que já foi, já aconteceu várias situações aqui, mas hoje não mais.

AVF: E existem iniciativas conjuntas do governo municipal de Ladário com os governos, seja de Corumbá, Porto Quijarro, Porto Suarez ou até mesmo o departamento de Santa Cruz com a temática de fronteira?

AO: Não, existir existe. Existe essa... Eu não tenho... Corumbá eu acompanho muito pelo fato de que trabalhei em Corumbá. Eu sei que Corumbá tem muito bom acesso à questão da Bolívia porque, por exemplo, projeto social, Moinho Cultural é um exemplo clássico. Não sei se você conhece o Moinho Cultural América do Sul, é uma ONG que tem um projeto social no Brasil, ele é vinculado a uma outra fundação chamada Homem Pantaneiro, é um projeto que abarca todas as famílias que moram no Brasil e na Bolívia. E eles montaram, inclusive, eles foram até a Bolívia e eles montaram como se fosse uma ramificação dentro da Bolívia do Moinho Cultural. Então é o Brasil levando para a Bolívia projetos sociais. Isso aí eu acho que é um exemplo muito bom para ser falado em relação a qualquer dessa sintonia entre Brasil e Bolívia de um projeto social. De outras situações eu vejo, assim, eu nunca vi problemas muito graves em relação a questão de não ter esse, não de uma iniciativa velada conjunta, mas não vejo nenhum tipo de problema que possa acontecer de não ter essa conversa. Nós mesmo, Ladário, vou falar de Ladário. Nós já tivemos problemas com crianças da Bolívia que vieram para cá morar sem documentação em um certo assentamento daqui, nós tivemos um tramite muito legal com o consulado da Bolívia, com Puerto Quijarro, nós não tivemos nenhum tipo de problema. Os únicos problemas que a gente teve, como falei, é de legislação. Carro pode entrar lá, não pode entrar adesivado, as legislações deles são outras, a forma de trabalho dele do direito é muito mais, às vezes é um pouco mais tranquilo, às vezes mais rígida, e a gente teve algumas problemáticas, mas nada que pudesse dizer que atrapalhou o processo. Inclusive o processo foi com muito sucesso. Eu

também estou fazendo um levantamento mais a fundo para você, para poder ter um ponto bem, vamos dizer assim, pontual para te passar.

AVF: Mas, a princípio, você poderia adiantar um pouco? Essas conversas geralmente são para quando surgem demandas específicas? Por exemplo a questão da documentação...

AO: É. Aqui a gente trabalha muito dessa forma, assim, quando tem algum tipo de problemática, em Ladário não tem nenhum consórcio, nenhum conselho. Inclusive esses dias eu até fiz com Corumbá um questionamento, porque lá tem o Conselho do Imigrante. E eu acharia interessante a Bolívia também participar, Ladário também participar, mas acaba que não participamos. A gente está construindo isso aí, porque eu acho que o caminho que a gente tem para o futuro em relação à questão fronteiriça é justamente isso, a gente começar a entender um o lado do outro. Na verdade, talvez esteja até avançado via Corumbá, que eu não sei, eu desconheço isso. Mas Ladário a gente não tem nada legalizado, regulamentado, nós não temos.

AVF: **Você já tinha comentado um pouquinho sobre isso, sobre essa questão de centralidade, de regionalização. Basicamente a centralidade regional seria Corumbá, para Ladário? Mas é necessário recorrer à capital, por exemplo, pensando em serviços de saúde, educação, lazer, turismo? Como é essa relação de centralidade para Ladário?**

AO: Você fala da... Não entendi.

AVF: Qual seria o papel desempenhado por Ladário? Ladário é referência em algum aspecto de saúde, educação, comércio, lazer, turismo? Ou a grande referência seria Corumbá? Ou então, dependendo da complexidade, tem que recorrer a Campo Grande?

AO: Ladário não tem essa capacidade, por questões financeiras, na verdade a gente abarca para outros municípios, nós não temos condições. Por exemplo, aqui nós não temos hospital, nós não temos maternidade, nós não temos uma comarca. Então tudo isso é feito tudo em Corumbá, a gente não tem como ser, ter essa condição de ser uma referência nesses níveis. Aqui a gente trabalha muito turismo, na verdade, tenta. Trabalhar turismo. Tem uma orla agora que vai sair, o porto nosso aqui. Então a gente está caminhando para isso aí, para trabalhar em cima daquilo que o desenvolvimento local pode nos trazer de benefícios para o futuro. E logicamente que a Bolívia vai ser um atrativo também que a gente deve usar para poder buscar isso aí. Então, assim, eu penso que como falei da questão dos benefícios e também o desafio, eu acho que entra bem nisso aí também, a gente tem que conseguir ultrapassar essas barreiras.

AVF: **A economia do município é voltada para quais áreas? E qual seria a grande fonte de renda do município? Seriam repasses? Ou tem alguma atividade que se destaca?**

AO: Na verdade a prefeitura é FPM, Fundo de Participação dos Municípios, que mantém o município. Aí nós temos ajuda um pouco da reserva do CFEM, que é

vinculado ao minério. Por exemplo, em um momento desse agora que o rio está baixando, isso vai impactar diretamente aqui, porque a Vale deve mandar muita gente embora, esse período nosso agora é o pior que tem. A gente passa por isso também. Mas hoje o município é baseado dentro do FPM, IPTU a gente tem muito pouco. Na verdade, a gente tem uma cultura muito complicada em relação a impostos no município, aí tem as pessoas desacreditarem muito nas políticas, enfim, isso reflete diretamente naquilo que você paga. “Ah, não vou pagar”, enfim, aí faz os acordos e tudo. Nós temos a Marinha do Brasil aqui dentro do município, nós temos os salários dos servidores públicos, nós temos os benefícios municipais, tem o bolsa família, auxílio emergencial. Você vê, o Bolsa Família são 1245 famílias que recebem o benefício no município, isso em torno vai dar quase 200 mil por mês na economia local, então isso ajuda circular um recurso internamente.

AVF: Vocês do município têm conhecimento daquele acordo para permissão de residência, estudo e trabalho aos nacionais fronteiriços brasileiros e bolivianos? O acordo é de 2004, foi internalizado na legislação brasileira em 2009 e prevê que em algumas listadas, entre essas localidades tem Corumbá e Porto Suarez, prevê que o cidadão de posse de um documento de fronteira possa residir, estudar ou trabalhar na cidade vizinha. Ladário não está inserida nesse acordo. O governo municipal tem conhecimento e haveria interesse de incluir Ladário nessa lista de cidades reconhecidas pelo acordo?

AO: Eu não tenho acesso a isso aí, não sei realmente. Eu acho muito curioso o fato de Ladário não passar porque a gente faz parte do corredor. Talvez quem fez isso, como talvez às vezes até outras políticas que às vezes... Porque, assim, como Corumbá é a referência geralmente de fato as coisas acontecem dessa forma mesmo. Mas, assim, tudo aquilo que tenha que beneficiar Corumbá, naturalmente teria que beneficiar Ladário. Porque, imagina, você consegue trabalhar em Corumbá e chega em Ladário, você passa a ponte e você não consegue. Então é meio que contraditório a situação. Logicamente se a gente conhecesse o documento, a gente com certeza facilitaria até porque, não sei se vem as próximas perguntas, mas essa questão dos bolivianos no município aumentou muito pela questão econômica do dólar. Você vê hoje no comércio local aqui é muito boliviano comprando. Então a nossa economia conseguiu sobreviver também com a presença dos bolivianos comprando no Brasil por conta do dólar.

AVF: Isso já faz um pouco de link com a próxima questão, que é sobre os fluxos entre a Bolívia e o município de Ladário especificamente. Você poderia destacar para a gente, seja de pessoas, de mercadoria, onde se destacam esses fluxos?

AO: Essa pergunta número seis ela é muito complicada. Ela é muito complicada levando em consideração que nós somos uma fronteira aberta, onde logicamente existe as fiscalizações, tudo. Mas de dois a três anos para cá houve uma grande expansão da questão dos bolivianos no município. Em questão de

prédios, em questão de abrir comércio. E tudo isso eu ainda não tenho acesos em questão da regulamentação disso aí, na questão da vigilância sim. A vigilância ela parece alvará, o município tem que estar presente, mas não sei como está essa questão de documentação. Isso não posso te afirmar. Mas que houve um grande fluxo vindo de famílias para o Brasil para comércio, para abrir comércio aqui, teve.

AVF: E você teria algum registro ou estimativa do número de bolivianos que vivem em Ladário?

AO: Não, isso aí eu acredito que não deva ter, não deva ter. Talvez a gente não tenha isso mensurado. Mas na educação tem, na assistência tem. Então seria um momento de juntar essas informações. Eu estou vendo com a secretaria de educação e com a assistência, eu já passei para eles. Estou aguardando respostas.

AVF: No cotidiano você consegue destacar que é visível a presença de bolivianos no município?

AO: Total. Em cada esquina. Em cada esquina a gente vê, carros e aí causa uma situação meio complicada para nós brasileiros, porque... Eu vou dar um exemplo meu, do meu pai, nós fomos para a Bolívia, meu pai sem querer entrou em uma rua que não poderia e o policial levou a gente para um lugar, fez um pampeiro, queria pegar propina, enfim, foi uma coisa horrível, nunca tinha visto aquilo lá. E aqui na Bolívia eles passam no sinal vermelho, eles... Teve um dia um passou do lado do menino que, do lado direito, nem foi do lado esquerdo, do lado errado, ainda acha no direito de me questionar. E, assim, eu tenho essa cara de boliviano, mas não sou, sou bugre mesmo, meu pai é japonês e eu ainda consigo bater boca, bater boca entre aspas. Mas é que são situações que a gente acaba não entendendo, é a questão da legislação que eu falo, se é para um é para todos. E aí causa, tem gente que vai no Trocas e Trocas aqui e fala "é uma falta de respeito, não sei o que". Então são situações bem complicadas em relação a isso. Mas, eu não tenho uma estimativa, mas que a gente tem pelo menos em umas dez esquinas do município alguma coisa que eles abriram, tem.

AVF: Existe alguma regionalização, um bairro de bolivianos em Ladário ou não chega a esse nível?

AO: Não, eles se espalharam. Geograficamente eles se espalharam. Tem uns na COHAB, tem no CEAC, tem no Alto da Floresta, tem no Boa Esperança, tem no Centro. Eu entendi que eles espalharam.

AVF: A pandemia acabou afetando um pouco esse fluxo entre a Bolívia e Ladário? Como isso impactou o comércio?

AO: Não, eu não vejo que isso deu nenhum tipo de... Até porque aqui a secretaria de saúde foi muito rápida sua prevenção, na sua atuação. Então não fez muita diferença não, ter boliviano e não ter. Foi normal. A fronteira não afetou nada.

AVF: Você sabe se tem registro sobre a presença de cidadãos de Ladário que vão para Bolívia? Que se deslocam para trabalhar, para estudar ou para morar lá.

AO: Eu tenho de estudantes. Estudantes que estão lá, que fazem medicina, que a medicina é mais... Acredito que só. Trabalhador mesmo é muito pouco, mas tem. Tem trabalhadores lá sim, mas eu não teria como quantificar isso para você.

AVF: Vocês conseguem identificar se tem aquele fluxo pendular de bolivianos que vêm trabalhar em Ladário e depois retornam diariamente para a Bolívia?

AO: Eu vejo sempre, indo para lá, indo e voltando. Mas eu não tenho como mensurar esse fluxo, mas que tem, tem. Agora não sei se eles vão pegar mercadoria e voltam, para mim eu acho que eles vão lá e voltam, porque a casa deles é aqui, não sei, eu já não tenho como te afirmar.

AVF: O fluxo de estudantes do Brasil para a Bolívia seria mais no sentido de buscar educação superior, somente a área da saúde, como medicina?

AO: E para os menores é o contrário. Eles vêm estudar no Brasil.

AVF: É expressivo o número de bolivianos matriculados?

AO: Sim. Isso aí foi até um tempo, não agora, uns dez anos atrás, que eu vi essa discussão até a própria educação em Corumbá criar políticas voltadas para isso aí. Porque acaba que impacta na questão dos benefícios, de educação, saúde. Porque acaba sobrecarregando o sistema, não é que a gente não quer atender, mas é que muita coisa dificulta também. A falta de documentação, não tem logística, enfim... A saúde do Brasil ela já... A capacidade dela já é muito... para o próprio município, aí tem que abarcar outros municípios, então acredito que fica um pouco pesado no município.

AVF: Você já havia comentado sobre a questão do serviço de saúde, Ladário ter que se remeter a Corumbá, em serviços de mais complexidade, mas na rede de atenção básica, o que tem disponibilidade no município, vocês registram a presença de bolivianos que vem procurar acesso à saúde em Ladário? Como que se dá essa...

AO: Isso eu vou perguntar para a secretária de saúde, mas eu já vi sim. Já vi lá no posto. A dificuldade maior é a carteira do SUS, quando a pessoa não tem, mas geralmente eles têm, a maioria tem, isso é só caso específico mesmo. Mas isso eu vou confirmar com a secretária.

AVF: Se você tiver alguma coisa que você queira comentar, da sua experiência, está aberto, eu agradeço.

AO: Eu penso que a gente tenha muito que, em relação a questão fronteira, nós aqui já temos um problema no município, você que é da área de geografia, talvez se interessaria pelo trabalho, nós não temos delimitado nosso território. Existe uma carta, lá no Rio de Janeiro, que consta de quase 1.200 km², nós fomos reduzidos para 343 km². Hoje Ladário é isso aqui. E o que isso traz de não benefício? Vários morros que estavam dentro de Ladário foram engolidos por Corumbá, foram diminuídas, na verdade. Isso é uma coisa que já vem de tanto tempo, tanto tempo que hoje parou na Assembleia Legislativa, para você ter uma ideia, mas a questão não é briga de limites territoriais, mas é de a gente saber a nossa história. Por que de mil passou para 343 km²? Então hoje o município não tem como... E o que isso tem a ver com a questão da Bolívia. Enquanto não decidir isso aí, a gente não tem uma... Não tem como a gente percorrer muita coisa, a gente vai ficar sempre sendo referência de Corumbá e junto com a Bolívia. É muito engraçado que eu já tive várias discussões quanto ladarenses, não como poder público, mas enquanto ladarenses. Quando um gestor de Corumbá chegava em alguma conferência, alguma coisa, gritavam porque Ladário tem a Bolívia, nas nossas costas, entre aspas. Aquilo me irritava de uma tal forma porque, assim, Ladário repassa recurso para Corumbá também, por ela ser regionalizada ela recebe isso aí também. Lógico que a capacidade deles são... E Ladário teve muito avanço na parte de educação, saúde. Os números nossos são muito bons nesse sentido, porque a parte mais básica a gente já consegue parar por aqui, então diminuiu muito o fluxo nos prontos socorros de Corumbá. Então urgência e emergência a gente consegue aqui, quando é um pouco mais especializado aí sim que é Corumbá e Campo Grande. Então eu penso que hoje o maior desafio nosso em relação a questão fronteira é a gente organizar o nosso território e a partir disso aí a gente ter esse caminho aí, eu acho que a Bolívia tem muito a agregar na parte cultural, parte histórica, eles têm muito o que a agregar sim. Eu penso que não vejo isso só como uma... Eu vejo como benefício, eu vejo como um desafio que a gente precisa aí estar superando, vamos dizer assim.

Apêndice AE – Transcrição da entrevista com Quedinei Barreto Correia, Secretário Municipal de Assistência Social de Assis Brasil (Acre, Brasil)

Entrevistador: André Vieira Freitas.

Entrevistado: Quedinei Barreto Correia

Data: 18 de maio de 2021.

Ocorrida de forma virtual, na plataforma *Google Meet*.

Arquivo de áudio no formato mp3. Duração: 32'56".

AVF: Quais são os principais benefícios e desafios para Assis Brasil com uma nesse fronteiraço?

QBC: Os benefícios?

AVF: Os benefícios e desafios para Assis Brasil como município fronteiraço?

QBC: Nós temos o benefício de ter esse contato com a cultura, com outras pessoas de outros países, a diversidade cultural, gastronômica, de ser uma porta de entrada... Você ter esse acesso mais fácil, o acesso tanto de cultura quanto de conhecimento, quanto de outras situações. nós temos esse benefício, por exemplo, você pode ir jantar em um país vizinho, comer uma comida estrangeira em outro lugar. Aqui, no nosso caso, nós nos beneficiamos muito com a gastronomia, apenas. E, também, no caso da Bolívia, a gente se desloca para Pando, ali na Cobija e a gente compra utensílios, outras coisas. A gente encontra muitas coisas lá que a gente pode comprar então. Mudando para outra situação, os desafios são grandes, porque, até então, a gente não tinha essa problemática, essa situação da imigração, da parte migratória. A gente tinha a parte política, o turismo sempre existiu, você sempre via aquelas pessoas que estavam aí turistando, vindo conhecer os marcos históricos, conhecer a cultura, conhecer o país, a fronteira, os eventos da cidade, os eventos fronteiraços. No caso mais com Brasil e Peru. Porque aqui na Bolívia é uma comunidade ainda pequena, não temos assim uma cidade estruturada. Nós temos só uma comunidade pequena. A gente tem uma cidade grande lá na fronteira com Brasília e Epitaciolândia, que é Cobija. Sempre existiu aí essa parte de turismo, mas essa parte migratória iniciou-se ano passado, a partir do impasse que deu nos terremotos lá no Haiti. E o desafio se tornou grande, porque, de uma hora para outra, sem planejamento, sem aviso, você recebe uma quantidade de imigrantes que está chegando na fronteira e traz algo novo, que o município não esperava, nem está preparado para receber. É como se você está na sua casa e quando da fé 10 pessoas vieram te visitar. E você não está esperando. Então é um desafio grande.... (inaudível) em relação à estrutura do município, o município é pequeno e, como se nota, quando o município é pequeno, o financeiro é pequeno, já não dá nem... (inaudível)... O município pequeno então, o financeiro do município é bem pequeno, automaticamente. Então o município não disponibiliza de recursos, nem de estrutura física, nem de recursos financeiros para atender essa demanda de chega. Então, esse é o nosso grande desafio, de atender os imigrantes no que se refere a estrutura física, financeira, alimentação,

hospedagem. Nós somos obrigados a aloca-los em escolas, na maioria das vezes. A gente não tem outros espaços alternativos, a não ser as escolas, causando aí transtornos ao sistema de ensino do município também.

AVF: E como o município avalia o apoio dos governos estadual e federal no que se refere à fronteira e a essas questões que o senhor colocou para a gente?

QBC: Bem, a gente teve alguma dificuldade nesse apoio porque um dos apoios que a gente precisava, quando se fala em governo do estado, é o apoio logístico, financeiro, de formação, capacitação, estrutura mesmo também. A gente conseguiu com o governo federal recursos, o governo federal, a secretaria de... tem uma secretaria do governo federal... Secretaria de Planejamento lá... ela disponibiliza um recurso para atender essas demandas, o governo federal. Agora a gente teve dificuldade para que isso acontecesse, não foi assim de imediato, demorou um pouco, mas hoje a gente já está com planejamento melhor, já está sendo atendido, mas ainda falta muito que precisa ser feito. Hoje nós estamos com um abrigo, mas o abrigo é pequeno. Não é nenhum abrigo, é uma casa de passagem, que tem que transformar em abrigo, aí vai acumular pessoas, e a gente tem demanda. A gente atende uma demanda aqui para uma média de 50 pessoas na casa de passagem. Então, chega dias que tem 100 pessoas, 150 pessoas. Então isso pode causar problema porque às vezes eles ficam na rua e são obrigados às vezes a ficar em hotéis, quando tem condições, quando não, têm que ficar na rua, em calçada. Então, a estrutura precisava melhorar, aumentar a estrutura. No caso aqui de Assis Brasil que é uma fronteira, onde está a chegada e a saída, nós temos um fluxo maior. Agora, no início do ano, em fevereiro e março, a gente estava com uma média de 600 imigrantes aqui no município. Então, a estrutura de governo, eu acredito que precisa ser mais desconcentrada, tanto estadual quanto Federal. E, assim, falando já da parte de soluções, por exemplo, os governos não apresentaram nenhuma solução para um corredor que permita a migração. Geralmente eles saem de forma clandestina, entram clandestinos. E às vezes saem de forma clandestina. Mas não saem de forma legal, nem entram. Então esse é um grande problema que precisa ser visto pelo governo federal, que tenha a legalidade da chegada e que seja visto por governos internacionais a legalidade da saída. Porque, por exemplo, o Peru não permitiu a entrada no seu país dos imigrantes estavam aqui no Brasil pela sua fronteira. Saíram de forma ilegal, por coiotes, fugindo, varando mata. Isso leva os imigrantes a um risco. Eles podem aí com seus filhos entrar numa situação de vulnerabilidade, de ter que passar a noite, a madrugada em rios, levadas de forma... sem segurança, sem proteção humana nem social. As mulheres passando por situações difíceis, com criança, grávidas. Quando não há esse corredor, essa tratativa entre países de fronteira, aí os imigrantes ficam nessa situação de vulnerabilidade. Eles são obrigados a entrar de forma clandestina.

AVF: Você estava falando sobre esse grande fluxo que está passando por Assis Brasil, o senhor saberia pontuar para a gente qual é a direção desse fluxo? Quais são as principais nacionalidades oriundas?

QBC: De início, a direção era para o Brasil. Os haitianos no caso, iam ali para a Guiana francesa, muitos deles. Outros para São Paulo ali, Curitiba, alguns lugares do país, aqui do Brasil em busca de trabalho. Na maioria das vezes, a direção deles era essa mesmo: ou a Guiana francesa ou então a região Sul do Brasil em busca de trabalho, de emprego. Aí agora, eles estão... houve, com a mudança da presidência dos Estados Unidos, houve lá uma fala do presidente que disse que ia deixar você imigrante que estava no México a adentrar ao país. E aí, como a renda no Brasil é baixa, eles estão retornando para o México, estão tentando ir para os Estados Unidos e o Canadá.

AVF: Agora, voltando especificamente sobre uma questão relacionada a Brasil-Bolívia, como se dá acesso entre Assis Brasil e essa comunidade de Bolpebra? Tanto em termos de infraestrutura quanto no cotidiano, como os bolivianos fazem para chegar Assis Brasil e os brasileiros a Bolpebra?

QBC (13'07") Ainda é por via fluvial. Só por barco, ou então eles vêm pelo Peru e passam pela ponte Brasil-Peru. Ou fluvial, ou via Peru.

AVF: Existe alguma expectativa do governo local ou alguma negociação para, futuramente, a construção de uma ponte entre Bolpebra e Assis Brasil? Ou isso não está em vista?

QBC (13'35"): Não, eu acredito que não porque o fluxo financeiro aqui, como eu te falei, Bolpebra é uma comunidade ainda muito pequena e o fluxo financeiro e logístico com o Brasil é muito pequeno. Então, não justificaria execução de uma obra, de mostrar altura de grande porte para ligar os dois países. No caso o que é feito é essa logística via Peru. A gente já tem uma ponte que liga os dois países. Que aqui, no caso, fica os dois países um lado do outro e o Brasil aqui do outro lado do rio.

AVF: Sobre Assis Brasil, a economia do município é voltada prioritariamente para quais atividades?

QBC: Assis Brasil sobre a dividir repasses do governo, de emendas parlamentares. E, outra renda do município, tem o comércio, o turismo, um pouco de turismo e a produção agrícola mesmo, familiar agricultura familiar. Nós não temos indústria, grandes indústrias no município. Nós temos uma pequena renda aqui no município. Temos um comércio pequeno.

AVF: E, pensando em relação as demais cidades brasileiras e bolivianas nas proximidades, qual é o papel desempenhado por esses Brasil? Esse município constitui alguma referência em termos de centralidade (para saúde educação, Comércio, lazer e turismo) para quais municípios em volta? E quais municípios seria uma referência para Assis Brasil? Pensando nesse serviços.

QBC: A referência da gente é Brasília. Nós temos aqui uma regional, que se chama regional do Alto Acre e o centro, que tem a referência é o município de Brasília.

AVF: Você comentou que a comunidade de Bolpebra é pequenininha, vocês vêm o deslocamento de alguns bolivianos para cidade em busca de algum produto ou serviço?

QBC: Sim, eles buscam atendimento médico, na maioria vezes. Eles buscam auxílio da assistência social, principalmente nessa área, eles também comercializam no município. A produção lá deles eles trazem para cá para comercializar. E também eles compram os insumos do dia a dia, como lá não tem. Tanto o Peru quanto a Bolívia, a maioria dos insumos como arroz, óleo, açúcar, carne e outros mais, derivados do leite, tudo eles compram no Brasil. Eles comercializam e já compram sua feira, sua cesta básica mensal no Brasil.

AVF: Especificamente em Assis Brasil?

QBC: Isso, especificamente em Assis Brasil.

AVF: O senhor já comentou um pouquinho, mas como o senhor avalia esse fluxo de bolivianos para o município de Assis Brasil? Prioritariamente seria qual? É expressivo? É pequeno? Como se poderia explicar um pouquinho para gente sobre isso?

QBC: Ele é pequeno. Aqui no caso da região aqui de Assis Brasil é muito pequeno porque eles não têm acesso, eles tem que vir por via fluvial e eles, na sua maioria, são pequenas famílias, e poucas famílias que tem esse acesso devido a essas necessidades que eles têm comprar os insumos. E também eles procuram atendimento médico entre outros. Mas é um fluxo muito pequeno. Agora, quando chega essa época de estiagem, eles se direcionam à cidade vizinha deles lá, que é Cobija. Quando eles direcionam mais para lá do que aqui para o Brasil.

AVF: O senhor sentiu algum impacto da pandemia de COVID 19 nesse fluxo tanto comercial quanto de pessoas de bobo pedra para Assis Brasil? Mesmo que ele já seja pequeno, você identificar algum impacto? Chegou a fechar a fronteira ou algo do tipo?

QBC: Sim, as fronteiras estão fechadas. Aqui estão fechadas as fronteiras. Assim, fechadas para o fluxo via ponte, mas via fluvial está aberta. Então o comércio permanece. As pessoas passam a fronteira por via fluvial, fazendo suas compras de volta. E fica nesse fluxo constante, diário. Inclusive, teve impacto no comércio porque dificultou, por um lado, porque a pessoa não pode usar a BR nem a ponte, gerando uma mudança no formato. Que aí você tem que utilizar o rio ao invés da BR. Voltou como era antes. Então teve que ter toda uma adaptação. E, logo, o preço da mercadoria subiu. Porque aí você tem que pagar um frete mais caro, tem que pagar o barqueiro, correndo risco de alagamento, de perdas etc.

AVF: Como se desse transporte fluvial? Existem balsas? Catraias? É de pequeno porte?

QBC: São catraias, são pequenas embarcações que a gente chama aqui de catraia. O rio aqui não suporta, a estrutura dele é pequena, então é só pequenas embarcações, canoas.

AVF: E no período da cheia, o rio Acre é navegável, por exemplo, até Cobija?

QBC: Na época da cheia sim, ele é navegável.

AVF: Vocês têm registros de bolivianos que vivem em Assis Brasil? Tem alguma estimativa? Teria algum dado no governo municipal sobre o número desses bolivianos que vem aí?

QBC: Não, porque geralmente eles têm... tanto peruanos quanto bolivianos, alguns deles ficam meio assim nômades, ficam lá, ficam aqui, muitos deles têm dupla nacionalidade. Muitos deles se casaram aqui no Brasil, têm filhos, matriculam suas crianças, tiram documentos, aí fica em dupla nacionalidade. Aí, aqui, como a gente tem um comitê de fronteira, onde você tem permissão de permanecer até uma certa distância no país vizinho, então não existe uma estatística no cadastramento em relação a isso. Por isso que dificulta a gente ter esse quantitativo.

AVF: O senhor verificar também a presença de brasileiros morando em Bolpebra? Há esse registro? O senhor sabe se tem brasileiros morando lá?

QBC (23'15"): É muito improvável, porque a gente tinha a presença de brasileiros morando na Bolívia, mas, no último governo, no governo anterior aliás, a Bolívia passou por uma reforma política. Todos os estrangeiros, inclusive brasileiros que eram residentes de forma irregular na Bolívia foram retirados. No governo anterior que teve na Bolívia houve uma mudança na política, e todos estrangeiras, inclusive os brasileiros que viviam na Bolívia de forma irregular foram retirados do território boliviano, só ficaram lá as pessoas nacionalidade boliviana mesmo.

AVF: O senhor já comentou um pouquinho, mas vocês verificam a presença de bolivianos que se deslocam para estudar em Assis Brasil ou então para trabalhar? Esse deslocamento diário que vai trabalhar e depois volta para o seu município?

QBC: Sim, isso aí e a gente vem constantemente, diariamente.

AVF: E o inverso você poderia identificar? De brasileiros que vão trabalhar em Bolpebra? Ou estudar, no caso?

QBC: Em Bolpebra não, agora no Peru sim.

AVF: O senhor comentou um pouco para gente já, mas como se dá o acesso aos serviços de saúde em Assis Brasil por parte desses bolivianos que não residem no Brasil?

QBC: Isso se dá, geralmente, em situações emergenciais. Mas esse tipo de atendimento nem sempre é aprovado em lei. Existe uma lei que... Mas, como a gente vive em uma região fronteira, existem pequenos acordos... De atendimento. Como eu falei, a gente tem um comitê de fronteira, e nesse comitê a gente tem alguns acordos, para que haja esses atendimentos emergenciais, no caso.

AVF: O senhor comentou um pouquinho sobre os comitês, mas eu gostaria de saber: como são as iniciativas conjuntas do governo de Assis Brasil com o governo Bolpebra e Pando? E qual é a diferença dessa cooperação em relação ao Peru? Se vocês têm essa cooperação a nível dos governos locais de cada um dos países.

QBC: Aqui entre Brasil e Peru existe muita cooperação a partir do comitê de fronteira. Agora entre Brasil e Bolívia não porque não existe por exemplo aqui na Bolívia, pelo lado boliviano não existem políticas de cooperação.

AVF: Esse comitê de fronteira envolve quais governos? Quais cidades?

QBC: Só aqui entre Assis Brasil e a cidade vizinha peruana, no caso em Iñapari.

AVF: Com a Bolívia... Ela não está incluída nesse comitê de fronteira?

QBC: Não, porque a Bolívia tem, como eu falei, ela não tem muitas relações. Ela cortou relações principalmente com brasileiros em relação essas coisas.

AVF: O senhor já havia comentado sobre a presença em regular de bolivianos no município... O governo municipal tem conhecimento daquele acordo... Um acordo que o Brasil firmou com a Bolívia em 2004, que é para conceder a permissão para residência estudo e trabalho a esses nacionais de cidades vizinhas. O governo municipal tem conhecimento desse acordo? Haveria algum interesse de incluir o município de Assis Brasil junto com Bolpebra para ser reconhecida como localidade fronteira vinculada?

QBC: Você pode repetir o finalzinho, por favor?

AVF: Existe esse acordo, firmado em 2004, que é para garantir a permissão para residência, estudo e trabalho aos nacionais fronteiriços brasileiros e bolivianos. Aí, por exemplo, tem entre Brasília e Cobija, se um cidadão brasileiro quiser trabalhar, estudar ou morar na Bolívia, ele pode solicitar uma carteira de fronteiriço. E se um cidadão boliviano de Cobija também quiser trabalhar, estudar ou morar no Brasil, ele solicita essa carteira de fronteiriço. Essas duas cidades

estão incluídas no acordo, mas esse acordo também prevê que aquelas localidades que estão até 20 km do limite internacional possam ser incluídas também. Aí haveria uma solicitação de cada governo, por troca de notas, aí o outro país reconheceria para que fosse viabilizado essa carteira de fronteira. Sabendo desse acordo, o governo municipal acha que seria interessante incluir Assis Brasil e Bolpebra? Ou não?

QBC: Sim, nesse caso sim. Conforme o comitê também, que é criado. Lá em Brasiléia com Cobija e Epitaciolândia, nós temos brasileiros que estudam, que trabalham. Assim como aqui há em Assis Brasil nós temos uma grande quantidade de pessoas brasileiras que prestam serviços do outro lado, peruano. Eles têm essa liberdade. No Peru tem liberdade até mesmo para residir, devido ao comitê. Mas, na Bolívia, para residir não. Mas, para trabalhar e estudar sim.

AVF: O senhor tem conhecimento de brasileiros de Assis Brasil que se deslocam para estudar em Cobija?

QBC: oi?

AVF: Enfim, Cobija é uma cidade maior, que oferece mais serviços... É muito comum que brasileiros de Epitaciolândia e Brasiléia se desloquem para estudar, sobretudo para alguns cursos que são mais caras aqui no Brasil... O senhor tem registro de brasileiros de Assis Brasil que vão estudar em Cobija?

QBC: Sim, tem muitos brasileiros aqui de Assis Brasil que estão para lá estudando, de toda a região aqui no caso.

Apêndice AF – Transcrição da entrevista com Ecleziarte Rodrigues de Oliveira, Assessor de Comunicação da Prefeitura Municipal de Capixaba (Acre, Brasil)

Entrevistador: André Vieira Freitas.

Entrevistado: Ecleziarte Rodrigues de Oliveira

Data: 9 de junho de 2021.

Ocorrida de forma virtual, na plataforma *Google Meet*.

Arquivo de áudio no formato mp3. Duração: 20'48".

AVF: Quais são os principais benefícios e desafios para capixaba como município Fronteiriço?

ERO: André, o benefício em si, meio que, na questão da fronteira, a gente não tem o benefício em si. Por quê? Porque o investimento na Zona Franca do nosso município ainda não aconteceu, o investimento do Departamento de Pando também ainda não aconteceu. A gente está tendo muitos desafios. Porque, devido ser uma rota de tráfico de drogas, transporte de caminhonetes, que tem acontecido constantemente. Então esse é um grande problema. A gente está tendo, como eu posso falar? Mais problemas do que um benefício em si, porque o governo de Pando não investiu na vila que faz fronteira com a gente. O município não tem como investir nessa área. Então a gente está tendo mais desafios. Devido à falta de assistência do governo do estado, do governo federal na fiscalização, a gente fica meio que com as mãos amarradas. Então a gente está tendo mais desafio nessa questão, tanto no tráfico de drogas quanto na questão do roubo de caminhonetes, está sendo uma rota de fuga muito utilizada. Ainda deu uma acalmada nesse período devido a uma ponte que caiu e o governo de Pando ainda não consertou, então deu uma tranquilizada, mas há alguns meses a gente estava com a rota de fuga muito grande aqui no município, então a gente estava tendo mais desafios do que benefícios com fronteira com a vila.

AVF: você já entrou um pouco nessa pauta, mas como o governo municipal avalia o apoio dos governos estadual e federal no que se refere a fronteira com a Bolívia? Existe algum programa...?

ERO: André, a gente entrou agora vai fazer seis meses, a gente assumiu a gestão... A gestão passada não tinha uma preocupação nesse sentido. O prefeito Manoel Maia, junto com o vice e os vereadores... A gente entrou agora está com seis meses, a gente já fez a primeira conversa com o governo do Estado nesse quesito. Mas a gente ainda está meio que cru nesse sentido, ainda não teve apoio, não vinha tendo apoio. Eu, por ser morador do município, conheço. Não vinha tendo apoio. E até agora o governo estadual ainda não se manifestou, mas a gente já está buscando esse alinhamento com o governo do Estado para que a gente consiga fazer um trabalho, mas rígido na nossa fronteira. Mas, em si,

ainda ele não se manifestou nesse quesito. Mas a gente já fez algumas conversas. Inclusive o prefeito, Manoel Maia, tem uma outra conversa marcada nesse sentido. Devido ao verão vai aumentar o fluxo, então a gente já tem outra conversa marcada nessa questão de equalização da fronteira.

AVF: Você poderia me contar um pouquinho como é o acesso entre a comunidade boliviana de Mapajo e a cidade de Capixaba?

ERO: O acesso à comunidade se dá por um ramal, uma estrada de chão que fica a 3 km daqui. Do município até lá fica 3 km. É um acesso bom, apesar de ser um acesso de chão, uma estrada de barro. É um acesso bom, mas, como eu comentei, sem nenhuma fiscalização ainda. Tanto boliviano quanto brasileiro tem livre acesso, não existe fiscalização ainda nesse primeiro momento. Então, o acesso até lá é um acesso bom, de estrada de chão e uma questão que vem pesando é que não tem fiscalização nenhuma. É um acesso contínuo, constante. Não tem nenhum tipo de fiscalização.

AVF: você havia comentado que existe uma Igarapé próximo, ele chega a dividir as duas cidades? Existe alguma ponte improvisada?

ERO: Para falar a verdade não é bem um Igarapé, é o início de um Igarapé, é um córrego. O ramal é o mesmo, a gente tem um ramal que passa em cima do igarapé, com bueiros, então ele não chega a dividir. É o início de um igarapé grande. Ele inicia próxima à Bolívia, próximo à vila Mapajo e depois que ele vai ficar maior, então ele não chega a dividir. O ramal sim, ramal divide, um lado brasileiro e um lado boliviano, mas o Igarapé não.

AVF: pensando em relação a cidades tanto do Brasil quanto da Bolívia nas proximidades de Capixaba, Capixaba seria uma centralidade quanto a saúde, comércio, educação para quais municípios e quais cidades? E quais cidades seriam referência para Capixaba, em termos de saúde, educação, lazer turismo, comércio?

ERO: para falar a verdade, a gente não trata o município de Capixaba como centralidade ainda nesse quesito. A gente tem algumas referências como Brasília, Epitaciolândia, no sentido fronteiro, mas já no sentido de saúde, a gente toma como referência Rio Branco mesmo, que é a capital, onde está mais avançado. Na questão fronteira a gente busca uma centralidade maior, tem uma centralidade maior na cidade brasileira, que fica próximo daqui. Acho que 200 e poucos quilômetros. A gente tira mais ela como a centralidade. Nos outros quesitos a gente toma mais como referência o município de Rio Branco, que é a capital. A gente pegou uma gestão anterior muito desastrosa, então a gente está tentando arrumar a casa nesse exato momento. A gente está com pouco tempo de gestão, foram muitas coisas que aconteceram na gestão passada e a gente está tentando organizar a cidade ainda, que graças a Deus está começando a caminhar.

AVF: você percebe alguma influência de capixaba para o lado boliviano, para busca de serviços? Você percebe alguma centralidade de bolivianos vindo a capixaba buscar algum serviço ou algo similar? Você percebe a presença de bolivianos vindo buscar algum serviço?

ERO: Sim, sim. Existem muitas sim. Eles praticamente dependem do comércio do município, para alimentação, para combustível e várias outras coisas eles dependem muito do nosso município. Devido até, como eu comentei um pouco atrás, a ponte que dá acesso às outras cidades bolivianas, o período chuvoso levou, então nesse período eles dependem muito eles vêm muito do município e gera um pouco de economia para gente porque eles consomem aqui. Mas ele depende muito do município, tem muita frequência deles aqui no município.

AVF: Essa ponte que você comentou seria no rio Abunã?

ERO: Isso, no rio Abunã. É uma ponte, ela atravessa por cima do rio Abunã, Aí o período chuvoso levou ela. Aí eles ficaram meio que isolados.

AVF: Você já falou um pouquinho sobre isso, mas como o governo municipal avalia os fluxos de pessoas, de mercadorias entre a Bolívia e o município de Capixaba? Você acha que essa relação é prioritária em quais áreas? Por exemplo, o comércio entre os dois é prioritário em quais áreas? Gêneros alimentícios? Como que se dão esses fluxos?

ERO: Isso, gêneros alimentícios, O combustível. Eles procuram muito combustível. Para falar a verdade é um geral, tanto na questão do atendimento médico, das outras coisas em geral. Eles procuram muitas coisas nesse sentido, mas o forte gêneros alimentícios e combustível. Eles ficar um pouco isolados, então o forte é esse quesito. Eles procuram o município.

AVF: Vocês percebem algum fluxo no sentido contrário, de brasileiros que vão até sua localidade para comprar algum produto?

ERO: Sim, para comprar produto em si nem tanto. Como eu te falei lá no início, a vila meio que deu uma parada no tempo. Logo no início existia um fluxo para compra de eletrodomésticos, brinquedos. Mas, como a vila deu uma parada no tempo, aí diminuiu muito. A gente percebe muito fluxo de brasileiro ainda na questão extrativista, na retirada da castanha, na retirada açai. Tem muitos brasileiros que trabalham ainda lá dentro da Bolívia, mesmo que de forma meio que ilegal, mas a gente acompanha muitas pessoas que tiram sustento dessa questão do extrativismo dentro da Bolívia.

AVF: Teve algum impacto da pandemia sobre esses fluxos tanto de brasileiros para a Bolívia por capixaba e vice-versa?

ERO: Teve impacto sim. Eles meio que proibiram a entrada de brasileiros. Mesmo sendo uma vila muito pequena, passou um grande período sem acesso à vila boliviana, até mesmo ao rio. No meu ponto de vista até um pouco mais

organizado que o Brasil, essa questão da pandemia, restrição, foi bem mais organizado. Então teve impacto muito grande, mas eles tiveram que ceder um pouco devido a necessidade que eles têm do nosso município. Aos poucos eles foram liberando, abrindo mais espaço para o município de Capixaba. Eles dependem muito da gente, mas, no início da pandemia, a gente teve um impacto muito forte lá. Não tanto para a gente, mas mais para eles, porque o governo lança bastante rígido. A pandemia afetou mais eles lá nesse sentido de fronteira do que a gente.

AVF: Você saberia me dizer se existem bolivianos que vivem capixaba? Vocês têm algum contato, acompanhamento, estimativa do número?

ERO: Para de falar a verdade, mesmo antes de ser criada essa vila, já existia um grande número de brasileiros que viviam lá e de bolivianos que viviam aqui no Brasil. Mas só que a maioria desses brasileiros e bolivianos tem dupla nacionalidade, por isso fica mais fácil no atendimento deles, nos postos de saúde, na questão da escola, que eles utilizam aqui a escola. Mas a gente não tem, a gente está trabalhando agora esse levantamento, foi uma das prioridades do prefeito. Tanto na parte da educação a gente trabalha esse levantamento real de como está, das pessoas que estão ainda lá dentro, dos brasileiros que estão na Bolívia, a gente trabalha esse levantamento. Em um período maior de tempo, quando a gente estiver mais centralizado, a gente vai começar a fazer esse levantamento. Mas a Maria das pessoas tem dupla nacionalidade, mesmo os que não tem a gente vem atendendo. Existe uma parceria com a polícia boliviana, com a polícia brasileira aqui também. Mas, mesmo antes de ser implantada, de ser criado essa vila, já existia um fluxo de bolivianos, de pessoas também com dupla nacionalidade nessa fronteira aqui já. Porque aqui é uma fronteira mais rural. Ela é voltada mais para área rural, agrícola, extrativista. Já existia esse processo de pessoas, só que a gente não tem esse levantamento, a gente não tem dados para apresentar. O que a gente poderia fazer era na questão escolar, mas a maioria das pessoas que procuram aqui já conseguiram a dupla nacionalidade. Ele já entrou com CPF brasileiro. Pouquíssimos, pouquíssimos mesmo, alguns casos que não tenho dupla nacionalidade, para eles terem acesso as políticas públicas do município.

AVF: Você saberia me dizer em que período, em que década surgiu esse vilarejo de Mapajo?

ERO: André, nesse momento eu não sei a data mais ou menos que foi fundado esse vilarejo. Não sei te dar essa informação neste exato momento.

AVF: A cidade mais próxima depois de Mapajo seria Santa Rosa?

ERO: Tem dois vieses. Tem Santa Rosa, que dá acesso ao rio, e tem um vilarejo também que a gente conhece como 86, eu não sei te dizer o nome completo desse vilarejo, a gente conhece aqui com 86, que vai de ramal. E a Santa Rosa a gente vai pelo rio Abunã. Mas eu acho que fica mais ou menos na mesma distância esses dois vilarejos, tanto de rio quanto por terra.

AVF: Você já havia comentado um pouco, mas como é o acesso à saúde por parte dos bolivianos que não residem no município de Capixaba?

ERO: Como eu te falei, a maioria que eles procuram aqui, eles já conseguiram a dupla nacionalidade, então eles têm acesso ao SUS normal como todo brasileiro, mas os bolivianos que ainda não conseguiram, a gente faz o atendimento, que é uma questão humanitária, normalmente. Na questão da saúde a gente faz um atendimento normalmente, mas a maioria já tem uma dupla nacionalidade, já são casados com brasileiros, já tem uma questão mais avançada na questão da dupla nacionalidade. São pouquíssimos casos que a gente atende que que não tem essa dupla nacionalidade. Mas quando acontece a gente atende sim normalmente. A gente está procurando, como eu te falei, a gente entrou agora, está com seis meses, a gente não teve tempo de organizar tudo, tem algumas coisas que viraram prioridade para a gestão. Então a gente está tentando organizar, fazer esse levantamento, a gente está buscando um acordo de 2004 que a gente não tinha conhecimento ainda. Nessa questão, a gente ainda não tem o conhecimento dele, a gente vai se aprofundar nesse quesito. Mas é uma política mais um pouquinho a longo prazo, devido a forma com que a gente encontrou o município. A gente está tentando organizar a casa para tentar organizar todo o restante.

AVF: Existe alguma iniciativa ou então alguma conversa com os governos de Pando ou com o município de Bella Flor sobre essas questões que envolvem a comunidade de Mapajo e Capixaba? Vocês já chegaram a conversar? Ter alguma interlocução com essas autoridades?

ERO: Não, inclusive quando surgiu essa oportunidade dessa entrevista, de falar com você sobre esse assunto, despertou o interesse no perfeito em fazer essa conversa, em procurar o representante... na verdade, a gente já meio que tem uma parceria, na questão do ramal, eles entram com algumas coisas para fazer o ramal, para ter um acesso bom, a prefeitura entra com o maquinário. A gente já tem meio que uma conversa. Já tem esse acordo com a polícia, a polícia brasileira pode entrar lá para fazer algumas apreensões como já aconteceu devido a questão do tráfico de drogas constante, devido ao roubo de caminhonete que estava muito constante aqui no município. A gente já tem meio... mas nada oficial ainda. A gente não parou para fazer uma questão oficial, com representantes de lá ou procurar o governo de Pando, mas é uma das prioridades que o prefeito já se atentou para esse esquisito. A gente tem que começar a organizar essa questão para tentar frear essas questões que estão prejudicando a fronteira, então a gente tem que começar a organizar dos dois lados. A gente ainda não fez, mas, em um futuro bem próximo, o prefeito vai ser deslocar até o governador, vai conversar com representante da vila boliviana, a gente já está atento a isso, mas ele não tem nada oficial. Mas os primeiros passos que a gente vai fazer será isso.

AVF: Você comentou sobre essas operações da Polícia, isso seria mais a nível local ou existe alguma coisa do governo nacional da Bolívia?

ERO: Capixaba, como eu te falei, devido a facilidade de passagem tem uma rota muito disputada por algumas organizações criminosas, devido a facilidade de passar. Então, geralmente, todas as caminhonetes, os roubos estavam vindo para capixaba para passar para o lado boliviano. Então é meio que uma ação conjunta entre o Estado, com a polícia local, com a polícia boliviana, eles se mostraram agora, a um tempo atrás, bastante disposta. A gente sabe a questão histórica da polícia boliviana, não é uma polícia 100% confiável, mas representantes que estavam aqui se mostraram bastante interessado, fizeram, ajudaram em alguns resgates de caminhonete, do tráfico de drogas. Graças a Deus, por enquanto, deu uma acalmada Devido a ponte caído, mas é uma ação meio conjunta entre estado, município e polícia boliviana.

AVF: Sobre aquele acordo para a permissão de residência estudo e trabalho aos nacionais fronteiriços brasileiros e bolivianos de 2004, haveria interesse em iniciar conversas para de repente inserir capixaba e Mapajo como Localidade Fronteiriças Vinculadas?

ERO: Para falar a verdade a gente ficou sabendo desse acordo no momento em que teve o primeiro contato seu com o Geran, que ele me passou algumas coisas, a gente foi buscar as informações, a gente não teve tempo ainda de se aprofundar, mas a gente tem interesse em buscar essas informações, buscar todas parceria sim. A gente tem interesse. O município tem interesse sim.

Apêndice AG – Transcrição da entrevista com Sérgio Lopes de Souza, Prefeito do município de Epiaciolândia (Acre, Brasil)

Entrevistador: André Vieira Freitas.

Entrevistado: Sérgio Lopes de Souza

Data: 5 de agosto de 2021

Ocorrida de forma virtual, na plataforma *Google Meet*.

Arquivo de áudio no formato mp3. Duração: 23'10".

AVF: Quais são os benefícios e desafios para Epiaciolândia como município fronteiro?

SLS: Benefício nós temos o fato de ser uma região que recebe alguns incentivos fiscais. Por exemplo, existe redução de impostos das empresas que se instalam aqui em Epiaciolândia e na região de fronteira. Isso atrai algumas empresas que elas montam na verdade unidades aqui, elas adquirem essas mercadorias, aí passa pela SUFRAMA, é o nome que se usa aqui, e depois ela acaba sendo distribuída para outras cidades do estado. Esse é um benefício. Tem, claro, o benefício cultural, intercâmbio entre os países, principalmente a Bolívia. Nós fazemos, tem fronteira com o Peru logo daqui a pouco quilômetros, mais notadamente com Bolívia. Esse intercâmbio cultural, comercial, com a Bolívia, só para você ter uma ideia nós temos inúmeros estudantes brasileiros que estudam medicina aqui na cidade vizinha, que é Cobija. Acho que cerca de dois mil a três mil estudantes brasileiros estudam em Cobija. Esses são os benefícios. Os desafios ele se dá por conta de ser uma cidade limítrofe com outro país, principalmente a Bolívia, que é uma grande produtora de drogas e essa droga entra para o Brasil, a fronteira aqui é muito aberta, é fronteira seca. Eu antes de ser prefeito, eu trabalhava na segurança pública, eu sou delegado de polícia de carreira atuando aqui na região de fronteira, e a segurança pública na região de fronteira é um desafio. Então a gente sempre, nas nossas reuniões, a gente diz que o crime não tem fronteira. Nós temos aqui a fronteira aqui com a Bolívia, mas o crime não tem fronteira. Criminosos de lá vem ao Brasil, praticam crimes aqui, vão, fogem para Bolívia. Criminosos daqui vão até a Bolívia, praticam crimes lá e fogem para o Brasil. Então, o tema segurança pública é um desafio enorme na nossa região.

AVF: E como que o governo municipal avalia o apoio dos governos estadual e federal no que se refere a fronteira com a Bolívia?

SLS: Hoje tem melhorado esse apoio, existe uma unidade do estado denominado de GEFRON, que é o Grupamento de Fronteiras. Ele tem uma atuação bastante relevante aqui na nossa região. E, para manutenção do GEFRON, há um apoio do governo federal ao governo do estado. Agora, na minha opinião, nós precisávamos melhorar isso, aumentar o efetivo, talvez envolver o próprio Exército Brasileiro. Nós temos uma companhia em

Epitaciolândia e eu acho que uma companhia também em Assis Brasil, mas eles efetivamente não realizam esse serviço mais incisivo de guarnição das fronteiras. Mas tem melhorado, tanto o apoio do governo do estado quanto do governo federal. Mas nós precisamos ainda avançar um pouco mais e melhorar esse apoio, consequentemente melhorar a fiscalização aqui na região de fronteira.

AVF: Existem iniciativas conjuntas do governo de Epitaciolândia com os governos seja de Brasiléia, seja de Cobija ou até mesmo do departamento de Pando sobre a fronteira?

SLS: Existe sim. Nós estamos no mandato há sete meses, nós já fizemos fórum, não foi esse o nome, mas nós fizemos um fórum de segurança pública, ele ocorreu na cidade de Cobija, foi idealizado no mês de abril, foi no finalzinho do mês de abril, com a participação do governo de Pando. Foi idealizado inclusive pela governadora de Pando, que na época estava deixando o mandato. E com representantes das secretarias de segurança pública, de justiça e segurança pública, representantes do governo do estado. Onde ali foram alinhados alguns... tomou-se algumas diretrizes, foi feito um termo de cooperação entre o estados, com a finalidade de melhorar a segurança na fronteira. Nós temos uma boa relação com o município vizinho, com Cobija, com Brasiléia. E ontem mesmo eu recebi aqui no gabinete a prefeita de Cobija, porque nós estávamos debatendo e alinhando o tema sobre integração cultural, integração turística, fazer eventos turísticos que beneficiem a região como um todo e não só município. E, visando isso, nós teremos agora no dia 21 de agosto aqui em Epitaciolândia, Cobija, na verdade os quatro municípios aqui fronteiriços irão participar desse fórum, é o primeiro fórum da suinocultura em Epitaciolândia, porque nós temos um potencial muito grande aqui do agronegócio, na produção de suínos. Nós temos uma fábrica em Brasiléia que diz respeito, que é fábrica de derivados de suínos, mas a fábrica é em Brasiléia, mas os produtos de suínos são de Epitaciolândia.

AVF: E pensando em relação às cidades tanto do lado brasileiro quanto boliviano nas proximidades, qual seria o papel desempenhado por Epitaciolândia? A cidade representa alguma referência de centralidade para saúde, educação, comércio, lazer, turismo para quais cidades? E quais seriam uma referência para Epitaciolândia?

SLS: Então, Epitaciolândia tem um comércio bastante relevante por conta disso. Primeiro eu falei pra você sobre algumas isenções de impostos e essa relação comercial com a Bolívia, ela é muito forte. Principalmente hoje que a moeda boliviana se valorizou em relação ao real, porque ela acompanha a questão do dólar, então quando o dólar tá alto, a moeda boliviana tem mais valor em relação ao real. Hoje R\$ 1 custa cerca Bs. 1,2, você compra Bs. 1,20, mas isso aumentou o poder aquisitivo deles e eles vem comprar mercadoria no Brasil, principalmente em Epitaciolândia, que das duas cidades eles tem uma preferência por Epitaciolândia, uma preferência natural. Então a relação comercial de Epitaciolândia com a Bolívia ela é muito mais forte do que os outros municípios. E alguns bolivianos migram para o município de Epitaciolândia, também tem isso. Nós temos dois bairros aqui no município, bairro Satel e o José Hassem, que são bairros que a presença de bolivianos residindo no Brasil é muito grande.

Nós temos inúmeros pessoas de nacionalidade boliviana residindo nesses bairros. Em relação ao turismo, nós estamos criando uma identidade para Eptaciolândia e esse fórum da suinocultura tem essa finalidade, de lançar uma festa que se tornará tradicional aqui no município, a festa gastronômica da carne suína. Na verdade, o nome já está meio que definido, será um festival gastronômico da carne suína. Isso com a finalidade de trazer os bolivianos e não só bolivianos, mas pessoas de outros estados também. Nesse primeiro fórum nós teremos participação de empresas, de palestrantes até de Mato Grosso que virão para cá para participar desse fórum, de Rondônia, entre outros estados. Então nós estamos construindo essa identidade, essa referência turística e comercial em Eptaciolândia.

AVF: E o senhor percebe, por exemplo, em relação à saúde, sobre serviços de maior complexidade, a cidade atrai, atende municípios em volta ou as pessoas acabam procurando, por exemplo, Rio Branco ou outros centros maiores quando precisam?

SLS: Nós temos aqui dificuldade ainda de especialistas. O município que tem sua competência só para a atenção básica e não procedimentos de média e grande complexidade, então nós temos mais ali os clínicos gerais, nós temos poucos especialistas. Então a rede pública não consegue fazer esse atendimento. Nós temos um hospital regional em Brasiléia, que tem uma estrutura para atender todo o Alto Acre, mas está sediado em Brasiléia e é mantido pelo governo do estado. Então esse hospital regional tem uma estrutura um pouco maior para atender as pessoas, atende habitantes de Assis Brasil, Brasiléia, Eptaciolândia, Xapuri e às vezes de Cobija, na Bolívia, às vezes procuram. Mas também não tem uma gama de especialistas muito grande. Quando necessita de especialistas mais específicos mesmo, nós temos que recorrer a Rio Branco. Cobija também tem alguns especialistas, tem algumas clínicas, só que são particulares. E aí as pessoas acabam buscando também a Bolívia para fazer alguns procedimentos cirúrgicos, por exemplo, porque na rede de atenção básica de Eptaciolândia e Brasiléia não é feito nenhum procedimento cirúrgico, no hospital regional é só procedimento cirúrgico de pequena complexidade, procedimento cirúrgico de alta e média complexidade às vezes fazem na Bolívia, às vezes eles não tem recurso também, não tem especialistas e recorrem à Rio Branco.

AVF: O senhor já havia comentado sobre brasileiros que vão buscar educação superior na Bolívia, principalmente para o curso de Medicina, existe o caso de bolivianos que vem procurar educação no município? Seja, por exemplo, educação básica?

SLS: Existe sim. Tem alguns bolivianos que matriculam os filhos na escola infantil em Eptaciolândia, em Brasiléia, no ensino fundamental ou ensino médio, existem. Não uma quantidade muito expressiva, mas você encontra em cada escola algumas crianças de nacionalidade boliviana que os pais optam por matriculá-los no Brasil. Assim como nós temos, em menor proporção, são raríssimos casos, mas algumas pessoas que querem matricular o filho lá numa

creche ou numa escola lá na Bolívia para que o filho já tenha contato com a língua espanhola, aprenda já os dois idiomas desde a infância, existe também. Em uma proporção muito, muito pequena, mas a gente já deparou com casos assim.

AVF: E nesse caso, desse estudante, seja que vem boliviano que vem para o Brasil ou brasileiro que vai para a Bolívia, geralmente eles moram onde?

SLS: Eles residem no seu país de origem. Os bolivianos que vem aqui estudar nas nossas escolas residem em Cobija e estudam aqui. E a maioria, 99% dos brasileiros que estudam na Bolívia, eles também residem ou em Eptaciolândia ou em Brasiléia, raríssimas exceções o brasileiro que opta por residir na Bolívia.

AVF: Sobre esses fluxos entre os municípios, através da fronteira, o senhor já pontuou sobre a questão do comércio, sobre os estudantes. E a pandemia de Covid-19 chegou a afetar esse fluxo de mercadorias ou de pessoas?

SLS: Não muito. Teve no início do ano, quando nós assumimos nós colocamos barreiras sanitárias, fiscalização, orientação com higienização na fronteira com a Bolívia e chegou um determinado momento que a Bolívia, o número de casos no Brasil estava muito alto e a Bolívia, por uma decisão do governo nacional, não foi do governo local, eles fecharam a fronteira. Eles não permitiam que os brasileiros adentrassem a Bolívia. A exemplo do que aconteceu no Peru, o Peru fechou mesmo, definitivamente, lá em Assis Brasil e nós ficamos aí... Eu acho que não reabriu a fronteira, está aí a cerca de 90 dias aproximadamente que não pode ingressar brasileiro e nem sair ninguém, nenhum peruano, de lá. Aqui na Bolívia eles fizeram isso, mas houve manifestação dos brasileiros, fecharam as pontes, nós fizemos tratativas com o governo pandino e em cerca de vinte e quatro horas ou um pouco mais foi liberado a circulação de pessoas entre os dois países.

AVF: E sobre o trabalho, o senhor tem registro ou conhecimento sobre brasileiros que vão trabalhar em Cobija ou bolivianos que vem trabalhar em Eptaciolândia diariamente?

SLS: Tem. Uma das dificuldades e que houve o fechamento das fronteiras nessa época, nesse período, foi por conta disso, nós temos muito brasileiros que atravessam as pontes todos os dias e trabalham na Bolívia. E nós temos também alguns bolivianos que vem todos os dias para cá e trabalham aqui no Brasil. Tem esse fluxo de pessoas que trabalham no outro país.

AVF: O governo tem algum dado ou estimativa sobre o número de bolivianos que vivem em Eptaciolândia ou número de brasileiros que vivem em Cobija?

SLS: Eu acredito que não. Eu acredito que nós não temos esse levantamento, em Eptaciolândia eu posso afirmar para você que nós não temos e eu acredito que o governo do estado também não tenha esses dados.

AVF: O Sr. já havia comentado sobre o acesso ao serviço de saúde por parte dos bolivianos que não residem no Brasil, como que se dá dentro do município? Atende casos de emergência? Como que se dá esse acesso?

SLS: Então, aqui nós não temos nenhuma restrição. Sempre que os bolivianos procuram as nossas unidades de saúde, nós atendemos. No hospital regional localizado em Brasiléia também, principalmente em situações de urgência e emergência. O que ocorre também às vezes é que eles conseguem com amigos, com essas pessoas que já residem no Brasil, um comprovante de endereço de que residem aqui, então não há nenhuma restrição ao atendimento deles. Eu acredito que nem é buscado a questão de endereço por conta do atendimento, às vezes a gente pede o endereço nas nossas unidades para eventualmente preenchimento de fichas do SUS que a gente pede o endereço e não para saber se ele reside ou não no Brasil para que seja feito o atendimento.

AVF: O governo municipal tem conhecimento daquele acordo para permissão de residentes, estudo, trabalho aos nacionais fronteiriços brasileiros e bolivianos que foi firmado em 2004 e foi internalizado pelo Brasil em 2009 na legislação? Incluíram Brasiléia e Cobija, mas não foi incluído Eptaciolândia. Aquele acordo que dá direito a uma carteira de fronteiriço, se o governo tem conhecimento desse acordo e se havia interesse de incluir Eptaciolândia nesse acordo.

SLS: Não tenho conhecimento a respeito disso, eu sei que alguns nacionais bolivianos procuram a Polícia Federal, não sei se é por meio da Polícia Federal que é emitida essa carteira, mas eu sei que eles procuram a Polícia Federal para questão de regularização deles aqui e de se ter uma identidade provisória. Mas eu não tenho conhecimento a respeito do acordo e gostaria sim que Eptaciolândia fosse incluída nesse acordo.

AVF: Se o senhor quiser eu posso mandar para o senhor. É porque na pesquisa eu acabei encontrando esse acordo e eu achei bem interesse e curioso o fato de Brasiléia ter sido incluída e Eptaciolândia, que é conurbada, que é uma lógica única, não ter sido incluída. Mas eu posso passar para o senhor depois.

SLS: Inclusive as relações, igual mencionei para você, as relações de Cobija com Eptaciolândia são muito mais intensas do que com própria Brasiléia. Tanto é que tem poucos bolivianos que residem em Brasiléia. Já aqui em Eptaciolândia tem muitos que residem naqueles dois bairros que eu mencionei para você, bairro José Hassem e bairro Satel, que são os dois bairros que fazem fronteira com a Bolívia, então eles têm preferência de morar nesses bairros mais pertos da cidade deles.

Apêndice AH – Transcrição da entrevista com Nevisson Freire, economista da Secretaria de Planejamento do município de Brasiléia (Acre, Brasil)

Entrevistador: André Vieira Freitas.

Entrevistado: Nevisson Freire

Data: 11 de agosto de 2021

Ocorrida de forma virtual, por meio da aplicação *WhatsApp*.

Arquivo de áudio no formato mp3. Duração: 30'02”.

AVF: Quais são os principais benefícios e desafios para Brasiléia como município fronteiriço?

NF: Em primeiro lugar vou tratar dos benefícios. Os benefícios é porque nós moramos em uma região de Zona Franca. Há um tempo atrás, as grandes empresas da capital, porque nós moramos no interior, Brasiléia fica em média a 220km da capital Rio Branco, e antes da atuação da Suframa várias empresas de Rio Branco estavam meio que camufladas no município de Brasiléia pela questão de isenção de impostos. Por ser Zona Franca e tal. Depois que a Suframa entrou em atividade aí obrigou que essas empresas tivessem no mínimo dois funcionários, tivessem empresas com nome fantasia e tal, então isso acabou trazendo... Aliás, as empresas já existiam de forma camuflada, então elas acabaram se revelando, . Então muitas empresas [ininteligível] também para o município, porque a gente faz divisa com Epitaciolândia, só uma ponte divide, que é aqui também. E a outra ponte divide Bolívia. Já é outra legislação. Então, [ininteligível] ou não, o lado benéfico é que na Bolívia é a questão da medicina, é um pouco mais evoluída. Nós temos uma grande capacidade médica no município, até de outros estados pessoas vem fazer consultas em Cobija, que é um município de Pando, é a capital. E basicamente os benefícios seriam esses. Tipo, a questão de acessórios, perfumaria, roupas, para quem é daqui de Brasiléia fica um pouco mais baixo porque tem uma questão mercadológica diretamente com os Estados Unidos que a Bolívia tem que aqui pra nós é mais dificultoso. Então se você quer um perfume bom, você encontra na Bolívia, se você quer um tênis bom, quer acessórios de roupa, cama, mesa e banho, tudo na Bolívia tem. Então esse é o lado benéfico pra gente. E a questão de um pouco de turismo também, por Cobija dar acesso a outros municípios vizinhos também, mas da Bolívia, não pelo lado brasileiro. Esses são o lado benéfico. O lado, digamos assim, maléfico, a questão da criminalidade. O Acre é a porta de saída para os entorpecentes via mundo, a droga que chega na Europa, que chega nos Estados Unidos, ela sai do Acre, infelizmente esse é o lado negativo. E a questão das organizações criminosas também tem pesado muito e basicamente é isso. Esse é o lado maléfico, assim, que eu consigo enxergar praticamente. Eu sou economista e eu acabo vendo o impacto, porque como lá às vezes é... Tem períodos que o município é muito violento, então acaba impactando também tanto a economia deles quanto a nossa economia também. Às vezes a própria polícia boliviana fecha a ponte, então tem várias

peças que moram no Brasil que trabalham na Bolívia e vice-versa também. Então, a gente tem um intercâmbio comercial muito grande que às vezes acaba sendo interrompido por essas questões.

AVF: E como o governo municipal avalia o apoio dos governos estadual e federal no que se refere à fronteira com a Bolívia?

NF: Aqui a gente é considerado Alto Acre. O Alto Acre faz parte de quatro municípios, que é Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia e Xapuri, que é minha antiga cidade. Eu estou morando aqui vai fazer quatro anos. E no tocante às políticas públicas nós somos bem monitorados, o governo desempenha um grande papel aqui no município, principalmente questão de infraestrutura, saúde, educação. Nós ficamos um pouco insuficiente na questão de segurança pública. Isso ainda por parte do governo estadual. Mas eles já estão nessas tratativas, estão convocando novos policiais para o município, já tem previsto concurso público também para a área. Isso levando em consideração a ala estadual. Na ala federal que nós ficamos um pouco desassistidos, tem um entroncamento, o entroncamento é ponto de acesso, que dá acesso à Xapuri e aí cruza as cidades de Brasiléia, Epitaciolândia até Rio Branco. E lá é uma rota da Polícia Federal e até então a gente percebe, assim, que está meio abandonado, agora estão até em reforma no posto de fiscalização lá, mas eu creio que possivelmente vai melhorar. O nosso maior apoio ainda é pelo governo estadual, o governo federal a gente está um pouco desassistido.

AVF: E existem iniciativas conjuntas do governo de Brasiléia com o governo de Cobija, do departamento de Pando, sobre a fronteira?

NF: Sim. Acho que há uns dois meses atrás nós participamos de um evento de segurança pública lá em Cobija. E aí foi toda a segurança pública do estado, incluindo os municípios do Alto Acre: Xapuri, Brasiléia, Epitaciolândia e Assis Brasil. Por parte do estado em si, do governo estadual, há uma boa parceria com o governo de Cobija, principalmente no combate ao narcotráfico. Então, eles trabalham um pouco em parcerias, assim, já teve eventos, veio tanto da Secretaria de Segurança Pública da Bolívia quanto da Segurança Pública do Brasil, então nesse tocante eles trabalham nesse monitoramento de combate de forma até eficiente.

AVF: Pensando em relação às cidades próximas, tanto do Brasil quanto da Bolívia, qual que é o papel desempenhado por Brasiléia? A cidade constitui referência em termos de centralidade sobre saúde, educação, comércio, lazer, turismo para quais outras?

NF: Pode repetir por favor? Deu corte.

AVF: Tudo bem. E pensando no papel de Brasiléia para outras cidades próximas. Brasiléia constitui uma centralidade sobre saúde, educação, comércio, lazer, turismo para quais outros municípios?

NF: Nessa relação quando a gente cita o Alto Acre, Brasiléia se tornou meio que a capital do Alto Acre, ela virou um polo de referência. Então grandes eventos estaduais e até eventos federais, é escolhido Brasiléia por estar no centro dessas cidades. E Brasiléia também é a rota turística para o Peru, para Cusco e Lima. Então depois de Assis Brasil, segue a BR-317 que na divisa já entra na rodovia que dá acesso ao Peru, Bolívia, Argentina, os países da América Latina. E Brasiléia meio que está no centro disso. Então, querendo ou não, as políticas públicas acabam se voltando para o município de Brasiléia, seja no tocante à educação, Brasiléia hoje teve segundo IDEB a nível nacional na região Norte, o município de Brasiléia, só perdeu para algum, acho que, se eu não me engano, Manaus. Mas por ser um município pequeno, cerca de 27 mil habitantes, arredondando, nós ficamos classificado no segundo IDEB, o município. Então, tipo, no tocante a essas políticas públicas voltadas para educação... E com relação à saúde nós temos um hospital regional, que ele atende os municípios de Xapuri, de Assis Brasil. Então tudo está meio que se concentrando voltado mais pra Brasiléia. Pelo fato dela ser um polo e ser o polo econômico também da região. Grandes indústrias já estão instaladas aqui, nós temos aqui a Dom Porquito que é uma indústria de carne suína. Tem a questão também do avanço da pecuária também, é enorme. Eu discordo muito, não sou muito dessa linha voltada para a pecuária, mas aqui a expansão é muito grande. Então nós temos uma grande exportação. E Acre Aves também que é produção de frango. Então tudo acaba meio, as indústrias... Estamos tendo também um grande êxito urbano de empresas no ramo farmacêutico, grandes empresas da capital já estão se voltando para o... Não é só pela questão econômica em si, mas pelo fato de ser Zona Franca, então as empresas estão se instalando aqui, trazendo seu CNPJ para endereços do município de Brasiléia para depois distribuir para a capital. Para tu ver como até isso está ocorrendo.

AVF: E quais cidades seriam referência para Brasiléia, tanto pensando na Bolívia e no Brasil?

NF: No caso do estado, nós temos 22 municípios. Fora do Alto Acre, nós temos a capital, que é Rio Branco, é a maior. E outra referência que já é no Vale do Juruá é Cruzeiro do Sul.

NF: E na Bolívia nós temos La Paz e a própria Cobija. Cobija e La Paz por ser a linha divisória.

AVF: E qual que é a avaliação do governo municipal sobre os fluxos, seja tanto de pessoas, de mercadorias, entre a Bolívia e o município. Em que área você poderia destacar, onde seriam prioritários esses fluxos?

NF: Na questão comercial, turismo e lazer, digamos assim, e mais o fator principal é comercial mesmo. Por sermos vizinhos, então os outros municípios que fazem parte do Alto Acre acabam vindo pra Bolívia, o que impacta também porque a Bolívia trabalha no padrão dólar. E agora o dólar está muito alto e isso acaba afetando um pouco tanto a economia deles como a nossa, porque há um total intercâmbio comercial entre as partes. Mas o fator crucial é o comércio.

AVF: E esse comércio você destacaria mais no sentido dos brasileiros que vão até Cobija ou também é significativo bolivianos que vem até Brasiléia para fazer comércio, para comprar?

NF: Vice-versa. Tipo, os brasileiros... Tem a questão educacional também. A Bolívia tem duas faculdades de medicina que a nível nacional pessoas de todos os estados acabam vindo a Brasiléia para estudar na Bolívia. Porque o custo-benefício é bem melhor. Então tem um grande fluxo de pessoas de vários estados, Manaus, São Paulo, Brasília, acabam vindo morar em Brasiléia para fazer medicina na Bolívia.

AVF: E sobre os impactos da pandemia de Covid-19, qual é a sua avaliação? Impactou de alguma forma?

NF: Muito. Impactou. Primeiro porque eles foram bem mais atuantes por essa questão de a política do governo federal ser mais aberta e o governo estadual no estado do Acre, no caso, o governo estadual procurou mitigar, eles procuraram mitigar os impactos, meio que aceitaram o que a Organização Mundial da Saúde fazia, diferente do que o governo federal fazia. E no caso, na Bolívia não. Eles já foram bem mais radicais, eles foram os primeiros a fechar as pontes de acesso, tanto via pedestres quanto via fluvial, porque tem as catraias, catraias são barcos que trafegam de um lado para o outro do rio. Então eles foram mais veementes, digamos assim, com relação à pandemia. Fecharam a ponte, gerou um conflito, porque tem muito brasileiros que trabalham na Bolívia também. Então causou um impacto, principalmente o econômico, porque pessoas tiveram acesso, para voltar aos seus trabalhos. Tem muitos brasileiros que trabalham em lojas lá na Bolívia, então esse foi um forte impacto. Eles foram bem mais atuantes, bem primeiro do que o lado brasileiro.

AVF: Como o governo municipal avalia os bolivianos que vivem em Brasiléia? Tem uma estimativa do número, seja legal ou ilegalmente, de bolivianos que vivem em Brasiléia?

NF: Não tem aquela questão de caracterizar como ilegal ou legal, porque eles têm acordos bilaterais entre as partes. Então eles podem trabalhar, não tem um órgão regulador, de quem entra e de quem sai, porque são municípios parceiros. Mas tem tantos brasileiros que trabalham... O que é interessante é o seguinte, para nós brasileiros trabalharem lá, há bastantes restrições, mas para eles virem para o Brasil tem alguma fiscalização uma vez ou outra, mas é muito mais fácil você encontrar bolivianos vendendo no Brasil do que você encontrar brasileiros vendendo na Bolívia.

AVF: E você destacaria sobre a presença de bolivianos em Brasiléia, é significativo? Existem bairros de bolivianos? O número de bolivianos que vivem em Brasiléia é grande?

NF: Não. De moradores são pouquíssimos, até porque não é tão favorável para eles. Da questão imobiliária é mais em conta eles morarem na Bolívia e vir

comercializar no Brasil. Aí só tem uma ponte dividindo... É mais conveniente para eles apenas, ou trabalhar... na construção civil, digamos assim, tem muitos bolivianos que vem trabalhar na construção civil no Brasil. E aí não é conveniente para eles morar no Brasil porque é só uma ponte mesmo que separa. Então eles vêm trabalhar e no final da tarde eles retornam às suas residências.

AVF: E sobre brasileiros que vivem em Cobija, você saberia me dizer se é expressivo ou não?

NF: Também é aquela coisa, eles só se deslocam para trabalhar. Tem alguns brasileiros que trabalham no ramo de exportação, acabam abrindo empresa lá, que eu não sei como é que funciona, mas é bem rígido essa questão de um brasileiro tentar se legalizar lá. E aí tem aqueles que às vezes procuram uma forma, digamos assim, meio que ilegal, como acontece em outros países da Europa, casar-se com uma boliviana, digamos assim. Então acaba facilitando de se regularizar lá. Mas são pouquíssimas restrições no tocante a isso.

AVF: E sobre os brasileiros que vão estudar na Bolívia, esse número é expressivo? Também se verifica esse movimento pendular ou...

NF: Bastante. Nós temos duas faculdades, tem a UAP [Universidad Amazónica de Pando] que, digamos assim, é a federal da Bolívia. E temos a UNITEPC [Universidad Técnica Privada Cosmos], que essa é particular. Os alunos da UNITEPC cerca de 70% são brasileiros. A maioria é brasileiro, são de vários estados, tem gente de Goiânia, tem gente de Rondônia, tem gente de Manaus, então o maior público na instituição particular é de brasileiros estudando.

AVF: E esses brasileiros de outros estados, quando vêm se fixam em Brasília mesmo?

NF: Ou em Eptaciolândia, que faz divisa. Esse impacto de um “ah, vou morar em Brasília” o outro “vou morar em Eptaciolândia” é porque tanto em 2012 quanto em 2015, Brasília sofreu fortes enchentes. Em 2012 cerca de 70% de Brasília, tu pode acompanhar pelo mapa e tem alguns matérias em jornais, o próprio Fantástico também fez destaque a essa alagação. E quando o município estava se reequilibrando em 2015 veio uma pior, aí praticamente dizimou o município, cerca de 80% do município ficou debaixo d’água. A última enchente acho que tinha ocorrido na década de 70, mas que não foi tão impactante que nem a de 2012 e a de 2015.

AVF: Existem bolivianos que vêm buscar estudo em Brasília, pensando, por exemplo, na educação básica? Ou não se verifica isso?

NF: Pouquíssimo. Eu desconheço. Geralmente tem aqueles bolivianos que... porque a Bolívia passou por um período conturbado, economicamente falando. Até um tempo desses era taxada como um Estado Comunista. E aí tinha muitos conflitos políticos... Então teve um atentado na época em uma cidade lá que queriam dar um golpe de Estado, e aí criou-se alguns presos políticos que não podiam mais voltar a Cobija, pelo fato de ser contra o presidente da época, que

era o Evo Morales. Então lá é um negócio... a gente é vizinho de lados opostos, são legislações diferentes, mas a gente vê a história na prática. Então por essa questão meio que comunista na Bolívia eles têm vários inimigos políticos lá. Aí o que ocorreu. Eu particularmente tive um amigo em comum que passou 12 anos sem poder entrar em Cobija, ele é arquiteto, é boliviano e conseguiu legalizar, fez todo traslado dele para trabalhar no Brasil, mas ele ficou 12 anos sem ver a mãe dele.

NF: Porque ele não podia entrar na Bolívia, ele era considerado, o rosto dele estampado na cidade. E nesses doze anos ele conseguiu ver uma vez porque ele conseguiu com um taxista amigo dele de fazer uma visita nesse período. Passou 12 anos sem visitar ela, aí agora, com a troca de governo eles meio que anistiarão esses crimes de políticos que ocorreram e agora eles já estão morando lá novamente. Aí nesse período que teve, que esses políticos ficaram como criminosos políticos, aí acabaram vindo morar ou em Eptaciolândia ou em Brasiléia e os filhos deles acabaram estudando no lado brasileiro mesmo. Mas é um número ínfimo, pouquíssimo.

AVF: O governo municipal tem conhecimento daquele acordo para permissão de residência, estudo e trabalho aos nacionais fronteiriços brasileiros e bolivianos? O acordo é de 2004, ele foi internalizado pelo Brasil em 2009, saiu o decreto que regulamentou. Aquele acordo que dá direito à carteira de fronteira.

NF: Isso.

AVF: E qual que seria a avaliação do governo municipal da implementação desse acordo, foi positivo, o número de pessoas que buscou é expressivo? Ou não fez tanta diferença assim?

NF: Não. Expressivo foi no sentido de que, por ser município vizinho, às vezes o mercado de trabalho local, do lado brasileiro, às vezes não está tão efervescente, não está tão bom, e eles acabam indo justamente lá na Bolívia. E eles conseguem ter essa carteirinha que facilita deles trabalharem e eles estudarem lá. Então teve um lado positivo muito bom nisso aí.

AVF: Se você tiver alguma coisa que quiser complementar...

NF: Se você também tiver mais algum fator de curiosidade, pode ficar à vontade, eu estou com todo tempo do mundo.

AVF: Basicamente as principais questões eram essas. Eu achei bem interessante, dá para notar que Brasiléia, Eptaciolândia e Cobija são cidades com porte razoável. Dá para ver que as relações são muito fortes aí, comparando com outras cidades... E é interessante esse movimento que, por Cobija ser uma cidade maior, exerce mais atração...

NF: Principalmente o lado do lazer noturno na Bolívia é muito frequentado. Tem vários pubs em Cobija, tem muitas boates. Então essas pessoas acabam utilizando a Bolívia tanto na questão do turismo como para o lazer mesmo, principalmente noturno.

AVF: Como está atualmente o acesso, está totalmente liberado, tem algumas restrições para entrada de brasileiros lá do lado boliviano? Só o pessoal de Brasília está entrando? Como é que está essa situação? Está todo mundo liberado?

NF: É porque tanto o lado boliviano, a legislação boliviana e o lado do estado do Acre existe o pacto pelo Acre, se eu não me engano. Esse pacto é firmado entre os 22 municípios, em que há um monitoramento geral dos aspectos da pandemia. Há um monitoramento por parte do Estado nos 22 municípios, aí existem umas bandeiras que são taxativas. Essas bandeiras ela vai de zero a dez com relação a alerta. Aí, digamos assim, está bandeira verde há um monitoramento que é feito pela Secretaria Estadual de Saúde, se está em bandeira verde aí tem algumas restrições, mas são mínimas. O comercio volta a funcionar normalmente até meia noite. Quando está bandeira laranja, aí já vai restringindo mais ainda, já vai funcionando até oito horas. Quando está bandeira vermelha aí já fica todo mundo em alerta. Agora, nesse momento, tanto pelo lado boliviano quanto do lado brasileiro, principalmente no Alto Acre, nós estamos em bandeira verde, então está tudo funcionando normalmente, não há restrição nenhuma. Agora com relação, por exemplo, os brasileiros podem ir pra Bolívia, normalmente, correto? Mas tem um horário estabelecido, até as sete horas da noite quem atravessou na ponte, quem não atravessar fica no lado que está. Então, há uma “liberação”, porque tem um horário específico para funcionamento dos dois lados.

Apêndice AI – Transcrição da entrevista com Elias Amorim de Oliveira Junior, Secretário de Planejamento do município de Plácido de Castro (Acre, Brasil)

Entrevistador: André Vieira Freitas.

Entrevistado: Elias Amorim de Oliveira Junior

Data: 25 de setembro 2021

Local ou Ocorrida de forma virtual, na plataforma *Google Meet*.

Arquivo de áudio no formato mp3. Duração: 45'58".

AVF: Quais são os principais benefícios e desafios para Plácido de Castro como município fronteiriço?

EAOJ: Bem, os principais desafios do município do Plácido de Castro... se diz mais com a nossa distância geográfica com o restante do Brasil. A gente tem uma... Ou melhor, a gente não tem uma dependência tão grande da Bolívia, da Vila Evo Morales, tivemos mais no passado hoje não tanto. Hoje não tanto. Devido à alta do dólar o comércio na Bolívia ele tem decaído muito nos últimos anos e após esse período da pandemia veio a piorar ainda mais essa questão. Então os desafios que a gente tem por ser um município fronteiriço ele vem justamente dessa distância que a gente tem do restante do Brasil. A distância relativamente grande também com relação à capital do estado e com relação ao restante do Brasil. Então os nossos desafios são grandes com relação a, principalmente, aos insumos. A gente trabalha lá na secretaria de planejamento diretamente com convênios do governo federal e basicamente esses convênios com relação à compra de material, insumos, pavimentação asfáltica, os desafios nossos são em relação à distância e valor que sempre é um valor elevado em relação ao restante do Brasil.

AVF: Vocês vislumbram algum benefício pelo fato de ser um município fronteiriço?

EAOJ: Com relação ao comércio com a Bolívia? Sim, porque a gente percebe isso em relação ao ano passado, por exemplo. Ano passado quando aconteceu toda a questão da pandemia do COVID-19, houve um fechamento das fronteiras, a fronteira entre Plácido de Castro e a Vila Evo Morales ficou fechada por aproximadamente sete meses e isso diminuiu muito comércio na nossa cidade como um todo, diminuiu muito o comércio, diminuiu muito a vinda de pessoas de outros municípios, diminuiu muito o comércio nos restaurantes, hotéis, então houve uma decaída muito grande com relação à COVID-19. Com relação ao comércio local. Então a gente percebe porque de certa forma se torna meio que comum pra nós, o povo da cidade. O povo placidiano acha que é muito comum, então a gente só vê realmente o quanto é importante a Vila, o quanto é importante quando a gente vê um momento de falta, quando a gente vê a Vila fechada, sem poder ter acesso, tanto daqui pra lá quanto de lá pra cá e a gente

vê o comércio nosso também caindo em virtude desse fechamento. Então nesse momento a gente percebeu quanto era importante esse comércio, mesmo, como eu já tinha falado anteriormente, com a queda que houve, uma queda bem acentuada que houve nos últimos anos do comércio na Bolívia.

AVF: E como o governo municipal avalia o apoio dos governos estadual e federal referente à fronteira com a Bolívia?

EAOJ: A gente tem uma deficiência muito grande nessa questão do governo estadual e do governo federal com relação à fronteira. E foi pensado no início dessa gestão de fazer uma barreira que impedisse ali, não o trânsito das pessoas e automóveis, mas sim do roubo. Aqui na nossa região há uma questão muito forte no roubo de caminhonetes, então Plácido de Castro, Senador Guiomard, Acrelândia que o município próximo de Rio Branco, há uma questão muito grande de roubo, roubo de caminhonetes, principalmente Hilux, que é muito comum na Bolívia. Então, algumas pessoas, ou melhor, alguns indivíduos mal-intencionados roubam essas caminhonetes em outras cidades ou até mesmo aqui na Zona Rural e levam para a Bolívia aonde trocam provavelmente por drogas ou por armas e retornam para o Brasil. Uma vez que a nossa fronteira terrestre. Boa parte do ano dá de passar, o igarapé, o rio que margeia ali, que faz a fronteira, que delimita a fronteira dá de passar com ele a pé, andando, sem muita dificuldade. Então a nossa fronteira basicamente fica nessa deficiência, então pensou em fazer uma barreira, mas não foi levado para frente, porque é uma questão federal, porque o município em si não tem autonomia para fazer nada na fronteira, ele não tem autonomia sobre a fronteira, não tem autonomia sobre fechamento da fronteira. Então a gente fica dependendo muito do governo federal. Em Plácido de Castro tem um batalhão do Exército que serve também para defender as nossas fronteiras, portanto é um efetivo muito pequeno, mesmo o efetivo da Polícia Federal que tem quanto do Exército é um efetivo muito pequeno para o tamanho da fronteira que há no nosso município. Para você ter uma ideia em toda a faixa lateral do nosso município é fronteira com a Bolívia, então a gente tem no maior lado uma fronteira com a Bolívia e no outro divisa com alguns outros municípios e estados. Então é uma dificuldade grande para o ente municipal com relação à fronteira, principalmente na questão do roubo, como falei, de caminhonetes, principalmente. Com relação ao tráfico de drogas, que é uma porta de entrada e com relação às armas também, que é uma porta de entrada de arma e droga e uma porta de saída para bens da população, principalmente da população rural que são furtados muitas vezes, é praticamente a gente não gostaria de falar a palavra, mas se torna comum o roubo de caminhonetes na área rural principalmente para levar para a Bolívia.

AVF: Existem iniciativas conjuntas entre do governo de Plácido de Castro com os governos subnacionais bolivianos, seja com o governo de Pando ou do municípios vizinhos do lado boliviano da fronteira?

EAOJ: Tem. Iniciativas conjuntas, é... Vamos lá. Não temos iniciativas formalizadas, nós temos, por exemplo, um pacto agora, um acordo de cooperação com a prefeitura, o departamento de Bella Flor onde fica a Vila Evo

Morales. Um acordo para quê? Para que se construa uma ponte. A ponte que nós temos lá, que faz essa ligação, é uma ponte de madeira, ela já está tem já uns 10, 12 anos, e ela está já bem deficiente. Então há um acordo ali para se fazer uma nova, reformar essa ponte, melhorar essa travessia. Se pensou no passado também em fazer um acordo com relação a faculdade, universidade, a Bolívia ela... Boa parte dos alunos que fazem medicina, eles fazem medicina na Bolívia e Plácido de Castro por estar apenas a 90, 100 quilômetros de Rio Branco, seria um local mais próximo para que essas pessoas que fazem faculdade de medicina fizessem, mas esses acordos não vingaram com relação à faculdade. Com relação à ponte, esses acordos estão bem encaminhados e eu acredito que esse ano ainda eu acredito que essa ponte saia, saia do papel, saia do acordo e se materialize. Com relação à proteção da fronteira não há um acordo, o Brasil cuida da fronteira do seu lado e a Bolívia cuida da fronteira do lado de lá. Com relação a questão da saúde, não vou dizer que há um acordo, mas por uma questão de humanidade, sempre que há algum problema, problema mais grave na Bolívia, na Vila Evo Morales, com relação à saúde, nunca foi negado atendimento a nenhum morador de lá, nunca foi negado nenhum atendimento. Com relação a educação também, agora há pouco tempo eles estão com uma escola lá, eles estão oferecendo ensino, não sei dizer como é que é a divisão, mas creio eu que tem ensino fundamental lá, fundamental um e dois, eu acredito que até o primeiro colegial eles tenham lá. Uma parte desses alunos eles vem para o Brasil, para fazer o ensino médio no Brasil, tem alunos que inclusive dependendo da família, se é descendente de brasileiros, porque tem alguns casos de crianças e adolescentes que são filhos tantos de brasileiros quanto de bolivianos, eles estudam no Brasil, fazem ensino fundamental e ensino médio e posteriormente faculdade. Mas isso não são acordos formalizados, são coisas que acontecem naturalmente. Plácido de Castro cresceu e aprendeu a viver com a Bolívia do outro lado, na margem do rio, isso vai ficando comum, alguns anos atrás era até mais, a presença de alunos nas escolas, tanto na escola infantil, no ensino fundamental um, fundamental dois, tanto no ensino médio, era bem mais comum essa presença de alunos. Hoje em dia, como eu falei, eles têm uma escola então já diminuiu bastante, porém no ensino médio ainda tem. Então isso é... Eu não vejo isso como um lado negativo, é bom para nós brasileiro que a gente tem é o contato com uma outra cultura, nossos alunos têm contato com uma outra cultura e é bom para eles também que tem contato com a cultura brasileira. Mas isso não são acordos formalizados.

AVF: O senhor já destacou, mas essa presença de estudantes em Plácido de Castro é significativa? E sobre bolivianos que trabalham em Plácido de Castro, há registro disso? É notável essa presença de bolivianos para trabalhar ou estudar em Plácido de Castro?

EAOJ: Estudando sim. Estudando, como eu falei, principalmente no ensino médio. Eu mesmo sou professor da rede estadual, já tive vários alunos que são descendentes da Bolívia. Na época que eu estudava também, tinha alguns colegas que estudavam e moravam na Bolívia. A questão da língua, não temos essa dificuldade. Não temos essa dificuldade por parte deles, porque é difícil um boliviano que não fale português. Então com relação à língua não temos

dificuldade, porque a maioria fala português. Então a gente convivia muito bem na escola, com os alunos também que dei aula convivi muito bem. E para trabalhar não. Para trabalhar eu acho que eu não lembro, não vislumbro nenhum que trabalhe no Brasil. A Bolívia, como falei, é uma área comercial, então o que acontece mais é brasileiros trabalhando na Bolívia e não bolivianos trabalhando no Brasil. O estudo sim. Hoje mesmo lá na secretaria de planejamento, a gente tem uma estagiária nossa, uma estagiária de arquitetura, ela está fazendo o décimo período de arquitetura, finalizando o curso. Ela é descendente, a mãe dela é boliviana, o pai dela também é boliviano. E ela estagia, ela faz estágio lá. Creio eu que quando ela tiver formada, creio eu que ela vai estar trabalhando no Brasil, não sei se em Plácido ou na capital em Rio Branco, ou até mesmo na Bolívia, onde ela possa trabalhar. Mas creio eu que ela vá trabalhar no Brasil. Porque como ela está fazendo faculdade no Brasil, tem algumas questões das leis. E para ela, mesmo ela sendo descendente de lá, se torna mais fácil, mas pra validação dela no Brasil é mais prática uma vez que a faculdade dela é no Brasil. Mas é muito difícil um boliviano que trabalhe no Brasil.

AVF: No caso esses brasileiros que trabalhem na Vila Evo Morales, eles se dedicariam mais ao comércio?

EAQJ: Sim. Exatamente. Eles trabalham no comércio em si. Lá é basicamente comércio. Como eu falei, no passado era bem mais intenso o comércio na Bolívia. No passado era muito produtos eletrônicos, perfumes, tinha muita variedade, hoje em dia está basicamente indo no único viés que é do vestuário e por incrível que pareça, não são produtos bolivianos ou produtos chineses que são comercializados lá. Basicamente são produtos brasileiros feitos no Nordeste que vão para a Bolívia com o imposto reduzido, porque são exportados, e lá eles comercializam. Então vem pessoas de Rio Branco, vem pessoas de vários outros municípios que são próximos para adquirir esses [ininteligível], lá o custo é bem menor que no Brasil. Então é dessa forma que acontece. E os brasileiros são bem-vindos lá para trabalhar por quê? Porque eles sabem lidar com o povo brasileiro. Sabe se comunicar, sabe os gostos da população. Então são eles que indicam, “não é melhor comprar esse tipo de roupa, é melhor comprar aquele outro tipo.” eles sabem o que está na moda no Brasil, por isso que a mão de obra lá é bem utilizada nesse sentido.

AVF: E os bolivianos recorrem ao Brasil para adquirir algum produto no comércio local, como alimentação? Vocês notam essa relevância?

EAQJ: Sim, com certeza. Voltando aqui para o ano passado que foi um ano muito atípico. Muito difícil para nós e principalmente para os bolivianos, foi um ano muito difícil mesmo, muito complicado. Porque como eu falei a fronteira ficou fechada por sete meses, durante sete meses não entrava ninguém, não saía ninguém de lá da Bolívia e por sinal nesses sete meses que ficou fechada não teve um caso de Covid na Bolívia, em Plácido de Castro tem vários casos. Inclusive algumas pessoas vieram a falecer. Mas lá não teve nenhum caso. E eles passaram muita dificuldade com relação a aquisição de alimentos, porque basicamente a alimentação deles é produzida no Brasil. O arroz, o feijão, macarrão, tudo, tudo praticamente, açúcar, óleo, que eles compram para se alimentar, é produzido no Brasil. É claro que tem alguns produtos que eles têm

lá, mas a quantidade é mínima, muito pequena. Alho, eles vendem alho lá. Alguns legumes, cebola, essas coisas assim, eles vendem. Mas é pequena, não é a produção, eles compram de fora, principalmente do Peru. Mas é pequena. Então basicamente a alimentação deles era fornecida por Plácido de Castro. Então durante sete meses, imagine, a fronteira fechada, é claro que mesmo com a fronteira fechada havia esse abastecimento, fornecia-se, fazia-se esse abastecimento para lá, mas em um volume muito menor. Em um volume muito menor. Por quê? Porque com o comércio fechado, eles não tinham como receber, não tinham fonte de renda, eles não tinham uma fonte de renda. Com o comércio eles não tinham como ter renda e conseqüentemente eles não tinham como adquirir os produtos aqui da nossa região.

AVF: Seria possível afirmar que a Vila Evo Morales tem Plácido de Castro como sua referência regional, quando precisa de serviços ou comércio?

EAOJ: Sim, sim. Eles têm essa referência. Como eu falei, eles têm uma unidade de saúde básica lá, pequena, com serviços mínimos. Tem uma escola também infantil, basicamente é esse o serviço que eles têm lá. Com relação ao tratamento de água, não há. Não há tratamento de água lá. Então, também não há rede elétrica, a energia é fornecida pelo Brasil, então é um serviço que a gente fornece para eles. Antes era uma estatal hoje em dia já é uma empresa privada, mas é fornecida ainda. Com relação a medicina de média e alta complexidade, é no Brasil que eles têm como referência, é no Brasil, principalmente a média complexidade. A alta complexidade, por eles serem nacionais da Bolívia, então eles procuram as cidades que oferecem esses serviços para eles em melhor condições, porém, como falei, a Vila Evo Morales ali na região de Plácido de Castro, eles não têm uma ligação constante com Cobija, que é a capital, se não me engano, pode-se dizer como se fosse a capital do estado. Eles usam em boa parte do tempo, como principalmente no inverno, eles usam Plácido de Castro e as estradas aqui do Brasil para ir até lá. Então é um caso de mais complexidade, uma cirurgia, uma coisa nesse sentido, eles vão até Cobija para fazer esse tratamento, mas quando é um caso mais simples, uma internação, uma coisa do tipo, eles usam Plácido de Castro ou Rio Branco para esse tipo de serviço. Com relação à educação, já tinha falado, então a educação também ensino médio e faculdade também é feita no Brasil, salvo aqueles alunos que fazem medicina. Então tem algumas pessoas da Bolívia que cursam medicina, cursam diversos outros cursos que são oferecidos na Bolívia. Porém, como muitos deles fazem ensino médio no Brasil, então eles já vão se interessando por aquelas áreas que tem aqui no Brasil, até pela amizade, pelo conhecimento, pelo pertencer a nação brasileira, eles procuram fazer aqui no Brasil. Algumas faculdades, alguns cursos. De nível superior.

AVF: E existem universidades em Plácido de Castro? Seja pública ou privada?

EAOJ: Sim, nós temos um polo da Unip. A Unip é uma universidade virtual, acredito que esse o único polo que tem. Tivemos no passado alguns cursos da federal do Acre, um polo avançado da Universidade Federal do Acre. E temos

curso técnico pelo IFAC. Os institutos federais. Aqui é no Acre no caso é IFAC, Instituto Federal do Acre. Nos outros é Instituto Federal de cada região do Brasil. Então tem esses cursos, mas o volume é muito pequeno. Os cursos oferecidos são basicamente na área da educação, é pedagogia, letras, cursos nessa área. Mas sim, temos sim cursos de nível superior em Plácido de Castro.

AVF: E vocês tem hospital? Realizam procedimentos de maior complexidade? Como que é a rede de saúde na cidade?

EAOJ: Nós temos as unidades básicas de saúde, que são unidades municipais, que são o primeiro passo, de pequena complexidade, o tratamento inicial. Nós temos em Plácido de Castro um hospital regional, ele não faz cirurgia, embora tenha um centro cirúrgico, não faz cirurgia, faz alguns outros serviços, como exames, raio-x, ultrassons, então esse tipo de serviço. Mas cirurgia não é feita em Plácido de Castro. É um hospital até grande para atender a população.

AVF: Além da Vila Evo Morales, você poderia afirmar que Plácido de Castro é uma referência em termos de serviços, comércio, para quais outros núcleos ou municípios ao redor? Seria referência para alguns deles?

EAOJ: Sim. Plácido de Castro, a gente tem mais uma cidade próxima aqui de Plácido de Castro, que se chama Acrelândia, a gente pode dizer que é uma referência para eles também com alguns serviços. Principalmente serviços médicos, serviços bancários e vários outros tipos de serviço. Nós temos também alguma parte da população de um outro município que se chama Senador Guimard, população rural, porque é mais próximo de Plácido de Castro do que da própria sede do município deles. Então é uma referência sim. Então é uma referência sim. Então, Plácido de Castro mesmo estando ali na borda do Acre ele tem alguns outros municípios que estão ali na circunvizinhança que a população rural utiliza muito e mesmo assim a população urbana principalmente de Acrelândia utiliza alguns serviços sim de Plácido de Castro.

AVF: E quais municípios seriam a referência para Plácido de Castro? Quais cidades que seriam referências para outros serviços de mais complexidade, comércio etc.?

EAOJ: Sim, aí seria a capital Rio Branco a cidade de referência. Seria a cidade polo aqui no Acre para nós Plácido de Castro principalmente.

AVF: A economia do município é voltada prioritariamente para quais atividades? Para quais setores?

EAOJ: A nossa economia basicamente é voltada para agricultura. Principalmente agricultura familiar e a pecuária. Então, nós temos aí a agricultura familiar e a pecuária. Nós temos também uma parte do extrativismo com relação à borracha, castanha, a castanha do Pará. Ou melhor a castanha do Brasil. Nós temos também, voltada para o extrativismo, em Plácido de Castro mesmo nós

temos uma fábrica de açaí. A gente fala fábrica de açaí, mas ela beneficia o açaí. Então ela produz. Despolpa, congela e revende para o restante do Brasil. O que mais temos em Plácido de Castro, como falei, a agricultura familiar e a pecuária. A pecuária é bem forte mesmo no município de Plácido de Castro, a comercialização de gado, venda, abate, então é bem forte mesmo em Plácido de Castro. A nossa carne praticamente é produzida aqui e exportada para o restante do Brasil, pela Friboi é revendida por todo o Brasil.

AVF: Agora voltando um pouquinho sobre essa relação com a Bolívia. É notável a quantidade de bolivianos que vivem em Plácido de Castro?

EAOJ: Como eu falei, no passado era bem mais. No passado tinha bastante famílias de bolivianos que moravam em Plácido de Castro, hoje em dia não tanto. No passado a gente tinha até pessoas mesmo brasileiras morando na Bolívia. Hoje em dia já é bem menos, é bem menos isso aí. Porque é como eu falei, o comércio caiu muito, o fluxo de pessoas caiu bastante, então diminuiu. Até pela questão da violência, eu falo de violência aqui no Brasil. Com relação ao tráfico de drogas, questões de facções, então eles preferem morar lá, porque com certeza lá praticamente a criminalidade é zero, praticamente zero, muito raro acontecer algum crime, alguma coisa nesse sentido. Antigamente havia crimes, mas eram cometidos por brasileiros. Hoje em dia já diminuiu, caiu praticamente a zero essa questão. Como eu falei, o comércio era mais intenso, então tinha mais pessoas lá na Bolívia, tinha mais pessoas transitando lá, então sempre acontecia algum roubo, alguma coisa nesse sentido. Hoje em dia não há essa criminalidade lá, então dificilmente a gente vê um boliviano que more em Plácido de Castro, eu acredito que deva ter umas poucas famílias que moram em Plácido de Castro.

AVF: O governo municipal já teve conhecimento sobre o acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, firmado entre o Brasil e a Bolívia 2004, que foi incorporado à legislação brasileira em 2009? Esse acordo prevê que em algumas localidades, que estejam lá listadas, os brasileiros e bolivianos que residam numa cidade possam morar, trabalhar e estudar na cidade vizinha. O governo municipal já teve conhecimento desse acordo, já chegou alguma coisa para vocês? Haveria interesse em incluir Plácido de Castro como uma dessas localidades para permitir essa residência, estudo e trabalho a esses nacionais fronteiriços?

EAOJ: Bem, a gente tem conhecimento desse acordo, porém a gente não utiliza ele. Como eu falei, ali em Plácido de Castro não tem pessoas que são bolivianos morando em Plácido de Castro e pessoas de Plácido de Castro, brasileiros, morando na Bolívia. Porque é basicamente comércio. Durante o dia o comércio funciona, à noite está fechado, não tem outra atividade lá na Bolívia. Por que a gente tem conhecimento desse acordo? Então, vejamos bem, Plácido de Castro tem várias pessoas, várias famílias, que tem seus filhos, fazem o ensino fundamental, o ensino médio, querem cursar medicina. Então, pelo conhecimento que a gente tem ali com a Bolívia, facilidade que tem com a língua, então já é um passo a mais para que esses alunos, essas famílias, incentivem

seus filhos a [ininteligível]. Então, não é difícil a gente ver, tenho até alguns amigos, professores inclusive, que mudaram para Brasiléia, que é outra cidade que faz fronteira também, com Cobija, ali no caso, para que seus filhos estudassem na Bolívia fazendo medicina. Então a gente tem conhecimento por causa disso, porque como Plácido de Castro, como na Bolívia ali em Vila Evo Morales, mas em Brasiléia oferece, então a gente acaba tendo conhecimento que há um acordo para quem mora na fronteira poder estudar, residir e estudar no país vizinho. Então a gente sabendo disso, o que acontece? Muitas das pessoas, como eu falei, vão para Brasiléia para que os seus filhos possam estudar, para que algumas pessoas até de certa idade façam isso. Então não é difícil a gente encontrar pessoas que se mudaram de Plácido de Castro e foram para Brasiléia, principalmente Brasiléia e Epitaciolândia, para estudar na Bolívia ou então até mesmo residir na Bolívia.

AVF: Eu queria uma última questão, o senhor até já comentou um pouquinho, sobre essa ponte que existe entre Plácido de Castro e Vila Evo, o senhor saberia quando ela foi construída e de quem partiu a iniciativa?

EAQJ: A iniciativa partiu dos próprios bolivianos. Ela foi construída duas vezes, se não me engano. Essa já seria a terceira vez que ela teria que ser feita. Alguns anos atrás, eu não vou dizer alguns anos, porque faz bastante tempo, há uns 10, 12 anos atrás, houve um grande incêndio na Bolívia. Você estudante de geografia, você conhece bem o mapa aqui da região. Nós temos dois rios que fazem a fronteira com a Bolívia aqui, nós temos o rio Abunã e o rio Rapirrã, igarapé Rapirrã. A vila se chamava, isso na década de 90 até inícios dos anos 2000, ela se chamava Vila Montevideu, ela ficava nas margens do rio Abunã. A nossa geografia na região amazônica, como a gente até costuma brincar, o rio tem duas margens, uma margem é barranco, na outra é a várzea. Onde a água do rio ela vai longe. 100, 200 m, às vezes até um quilômetro ou dois a água do rio ela se estende. Então do lado brasileiro, pelo rio Abunã, o barranco fica do lado do Brasil, então do lado do Brasil é o barranco. Então do lado da Bolívia alagava muito longe e a água ia longe. Então as casas na antiga Montevideu, que ficava às margens do rio Abunã eram, como eu falo, elas eram palafitas, a palavra correta é essa. Elas eram elevadas, feitas de madeira, não dava de se fazer construções de alvenaria, não havia uma construção de alvenaria para que na época da chuva, quando a água elevasse, elas ficassem mais alto do que o nível das águas. E como eles tinham comércio então essas casas não podiam ficar uma longe da outra. Elas tinham que ficar na sequência. Então era praticamente casas germinadas, eras comércios germinados de madeira. Então tinha uma varanda na frente, uma grande varanda na frente e nos fundos ficava o comércio e naquela varanda ali era onde era a passarela, como se fosse uma espécie de calçada onde as pessoas passavam e os comércios ficavam na lateral. Então era como se fosse uma avenida principal com casas do lado, casas do outro, nesse mesmo sentido. Então houve um incêndio, como falei, houve um incêndio. Então você imagina, casas de madeira, colada uma ao lado da outra, quando aconteceu o incêndio queimou praticamente tudo, foi praticamente noventa a cem por cento. O incêndio foi tão grande que ele mesmo as casas de um lado e do outro da avenida, da rua lá, elas queimaram de um lado e do outro. Teve casas de um lado que queimou, teve casa de outro lado que queimou. Então houve um prejuízo muito grande. Não tinha sido a primeira vez que tinha

havido um incêndio nessas proporções, então eles já vinham sofrendo com incêndios, com questão de alagação mesmo, a questão da moradia precária, questão infraestrutura e de esgotamento sanitário. Tudo isso você imagina, doenças que vinham nos períodos das cheias, a dificuldade de ter animais de estimação, algum outro tipo de animal, até mesmo criar seus filhos naquela situação ali. Então a partir desse momento que teve esse incêndio, eles optaram por migrar, mudaram a vila. Na época, por que o nome é Evo Morales? Na época o presidente da Bolívia era o Evo Morales, ele estava no início da presidência da Bolívia e ele deu todo o apoio para que a comunidade se mudasse para aquela outra região que não alagava, ela ficava do outro lado do Igarapé Rapirran e lá não alagava, então ficou melhor para eles essa mudança.

AVF: Sabe precisar, mais ou menos, quando ocorreu essa mudança? Em que ano?

EAOJ: Eu acredito que isso aconteceu mais ou menos no início dos anos 2000, 2002, 2003, por aí assim, eu não sei ao certo qual foi o ano, mas foi mais ou menos nessa época que aconteceu. Então eles mudaram para a outra margem do rio e com isso teve a necessidade de uma ponte. Porque era um igarapé mais curto, mais estreito, apenas, eu acredito, que uns 22, 25 metros de extensão. O outro lá no Abunã era mais ou menos uns 100, 200 metros de largura, o rio era bem mais comprido. E outra coisa, do outro lado não tinha terra firme, era o leito marginal do rio. Então não tinha a possibilidade de se fazer essa ponte na outra localidade. Então quando eles se mudaram para lá houve essa necessidade, houve uma facilidade de se fazer uma ponte. Já tinha uma pontezinha improvisada de madeira que durante o período de seca funcionava, mas no inverno não funcionava. E como já tinha essa ponte e aconteceu o incêndio e esse incêndio aconteceu no verão, então já tinha esse trânsito de pessoas de um lado pro outro nessa outra localidade onde estavam fazendo. Ali já começaram a construir de alvenaria as casas, casas de dois, três pavimentos. Então começou a melhorar a situação de vida deles. E tinha uma ponte para cruzar o rio ali naquela localidade, embora fosse uma ponte improvisada, não dava de passar carro na época. Então quando chegou o inverno a ponte já não dava mais uso, então já ficaram na dependência de uma ponte. Então logo em seguida foi feita uma outra ponte, maior, que já permitia que tivesse o trânsito tanto no inverno quanto no verão, essa ponte ela, eu acredito que no ano de 2010, 2011, como eu falei aí, volta para os roubos que acontece aqui na nossa região. Roubaram uma carreta. Alguns marginais roubaram uma carreta e carregada. Uma carreta, cavalo e a caçamba atrás, roubada, e foram cruzar a ponte a noite e a ponte desabou, há imagem até na internet, se você puder pesquisar depois você pode encontrar. Então a ponte desabou e teve que ser reconstruída. E agora ela está de novo em uma situação bem complicada, que está precisando ser reformada novamente. Então essa é a história da Vila ali, da necessidade dessa ponte.

AVF: E atualmente essa ponte possibilita a passagem de quais tipos de veículos? Em termos de porte, carros de passeio, ônibus, que tipos de veículos conseguem passar pela ponte?

EAOJ: Na situação que ela está hoje, eu fui lá quinta, sexta-feira passada e não vi nenhum carro grande, nenhum carro pesado. Então, basicamente é:

caminhonetes e carros de passeio. Mas no pleno funcionamento da ponte ela consegue transportar, por exemplo, várias vezes eu já encontrei caminhão caçamba trucado com argila, com tijolo, material de construção cruzando sem nenhum problema. Caminhões-pipa cruzando sem nenhum problema também, para fazer abastecimento de água. A própria mercadoria deles que algumas vezes vem por Plácido de Castro, vem por via terrestre, cruzando a ponte sem nenhum problema. Agora na situação que ela se encontra hoje ela não oferece segurança para caminhões e carros maiores fazerem a travessia.

AVF: E o senhor comentou que existe uma conversa entre o município Plácido de Castro com o Bella Flor. Existe alguma tratativa com o governo estadual ou até mesmo governo federal, com o Itamaraty, algum apoio que eles ofereceram nesse sentido sobre essa ponte?

EAOJ: Não. Essa situação é mais informal, é uma situação mais informal mesmo. Como eu falei, o acordo é um acordo verbal praticamente já para a construção, para a reforma dessa ponte. Vamos dizer assim, a Bolívia o governo da Vila Evo Morales iria fornecer a madeira, estaria fornecendo a madeira e a prefeitura de Plácido de Castro estaria fornecendo ali a mão-de-obra para fazer a construção da ponte. A mão-de-obra e maquinário também. Porque uma escavadeira hidráulica que precisa, um trator de esteira, uma retroescavadeira, um caminhão-caçamba para... Então um maquinário que a gente tem estaríamos ali utilizando na construção da ponte e a governante da Vila Evo Morales estaria fornecendo ali a madeira para a construção.

AVF: Basicamente eu acho que eu consegui cumprir o que eu tinha no nosso roteiro. Mas se o senhor quiser complementar alguma coisa eu abro o espaço.

EAOJ: Sim, sim. Um fato que eu havia esquecido. Eu falei que era basicamente comércio, mas vem crescendo e principalmente nos últimos anos, a oferta de serviços na Bolívia, principalmente ali em Plácido de Castro e na Vila Evo Morales, porque com relação a serviço de saúde. Então tem alguns consultórios odontológicos lá funcionando, que atendem basicamente brasileiros, pessoas, aí como eu falei, que vem de Acrelândia, que é outro município aqui vizinho. De Senador Guimard já vi várias pessoas por lá, Rio Branco mesmo, pessoa sendo atendida que vem ali fazer no consultório odontológico, tem também serviços médicos, vem crescendo, como falei, serviços médicos então. Na área da saúde vem crescendo bastante ali a oferta desse tipo de serviço. Também a questão de medicamentos, farmácias com a comercialização de medicamentos, porque uma vez que nós temos o serviço médico, nós temos serviço odontológico, ele já tem a farmácia também para estar vendendo e comercializando esses medicamentos. Então há esse tipo de serviço sim agora também em crescimento agora lá na Vila Evo Morales.

Apêndice AJ – Transcrição da entrevista com Wilson Massaharo Kishi, Secretário Municipal de Administração de Cáceres (Mato Grosso, Brasil)

Entrevistador: André Vieira Freitas.

Entrevistado: Wilson Massaharo Kishi

Data: 28 de julho de 2021.

Local ou Ocorrida de forma virtual, na plataforma *Google Meet*.

Arquivo de áudio no formato mp3. Duração: 46'06".

AVF: Quais são os principais benefícios e desafios para Cáceres como um município fronteiro?

WMK: Olha, eu vou até começar agora com um benefício que se tornou recente, que Cáceres ganhou com isso. Nessas últimas semanas houve uma liberação muito grande de uma das ações da questão da campanha da vacinação contra Covid. Foi destinada uma certa quantidade de doses de vacina para municípios fronteiros e com isso ampliou bastante a nossa ação de vacinação, de imunização, e tem uma semana que está fazendo isso e em uma semana foram aplicadas em torno de, acho que quatorze, quinze mil pessoas foram vacinadas só diante dessas doses extras destinadas a municípios de fronteiras e como Cáceres é um dos municípios, foi beneficiado com isso. Antes vinha mil e poucas doses e de pancada veio dezoito mil, quase vinte mil doses de vacina. Então é um dos últimos benefícios com certeza agora em relação de ser de faixa de fronteira. Mas de modo geral, apesar do município de San Matias vizinho aqui, fica a distância 85, 90 km, talvez um dos benefícios talvez seja a parte cultural. Então você tem, para quem gosta e ama história, a cultura dos povos, esse ponto é muito positivo. Apesar do município de San Matias é um município pobre, por mais que tenha cento, tem quase 180 anos, mas ela é bem humilde, uma cidade pacata com seis mil habitantes, em torno. Antigamente era tribos talvez de descendentes de índios. Mas é um município que 180 anos teve uma parte da história, inclusive a Coluna Prestes passou por lá. Passou por Cáceres e ficou também alguns meses no município de San Matias, então também tem a sua história. Devido a questão da presença daquela tropa da Coluna Prestes lá é um município sempre teve a mistura de raça, entre brasileiros e bolivianos, diante daquelas centenas de homens brasileiros que teve relações com as bolivianas. Então teve... Então nesse sentido aí, nessa parte de riqueza, apesar de ser pouco falado, faz parte da história. Não deixa de ser registrado isso. E do lado boliviano para Cáceres, acho que tem uma importância muito grande também, porque eles recorrem a Cáceres para buscar atendimento à saúde, então tem os benefícios de saúde e de uma infraestrutura muito melhor do que a deles.

AVF: E em termos de desafios enquanto gestão vocês identificam algo?

WMK: Cáceres e San Matias tiveram vários problemas sérios ao longo dos anos, principalmente por ser faixa de fronteira. A questão do narcotráfico, a questão de

roubo de carretas, roubo de veículos. Então entre Cáceres, a fronteira, Cáceres, Cuiabá, Cuiabá e a fronteira, teve muitos assaltos. Em uns 30 anos atrás, mais ou menos, era talvez a notícia mais falada de Cáceres, quando falava de Cáceres, era que era passagem das drogas, passagem de carro roubado no sentido da Bolívia, então teve muito esse ponto negativo e foi um grande desafio para o município de Cáceres, para as autoridades de segurança pública do estado do Mato Grosso, segurança pública a nível nacional. De poder oferecer e implementar ações que venham a oferecer tranquilidade nessa faixa. Então, no final da década de noventa, teve várias reuniões, inclusive dia 2 de outubro de 1999, eu me recordo disso porque foi na véspera do meu aniversário. Meu aniversário é dia 3 de outubro, dia 2 de outubro aconteceu a primeira reunião conjunta entre as câmaras municipais de San Matias e Câmara Municipal de Cáceres. Então nessa reunião tratou-se, já se falava de se criar um Comitê de Faixa de Fronteira e esse comitê tinha vários objetivos a serem tratados e discutidos entre as autoridades dos dois países, principalmente dos dois municípios, Cáceres e San Matias, que eram mais próximos e estariam mais diretamente ligadas e envolvidas. Nesse sentido... E de pouco em pouco foi ampliando a integração dentro desse comitê com as autoridades estaduais, a nível do governo do estado do Mato Grosso. Depois, só que não me recordo a data, acho que foi em 1999 mesmo ou começo de 2000, teve até a presença de um representante das relações exteriores, o Ministério das Relações Exteriores esteve em Cuiabá e depois teve em Cáceres com presença de autoridades bolivianas. Teve também, através desse Comitê de Faixa de Fronteira, também surgiu a possibilidade do Mato Grosso fornecer energia elétrica para o município de San Matias, porque da fronteira para a área urbana de San Matias é oito quilômetros e nesses oito quilômetros foi ampliada uma extensão de rede de energia elétrica, que na época era Rede CEMAT, a concessionária Rede CEMAT, que acabou fazendo um serviço lá dessa expansão através de um tratado ou acordo que teve entre Governo de Mato Grosso com o governo boliviano através da província, se fala província lá no governo boliviano, província de Santa Cruz que está interligado a questão da cidade de San Matias. E isso foi feito, essa integração através do fornecimento de energia que deu um alívio um pouco na relação e nas tratativas. Com isso, André, resultou que, quando um carro, por exemplo, tinha sido roubado, a gente comunicava a autoridade boliviana e eles faziam até a gestão, como esforço, para fazer a busca dentro da Bolívia e devolvia carro. Então chegou ao ponto de várias oportunidades eles devolverem os veículos roubados que eram levados para lá. Então teve esse trabalho conjunto entre a polícia boliviana com a polícia brasileira nessa tratativa, nesse acordo de ter essa interligação para que as ações pudessem ser evitadas e não deixar crescer mais aquela criminalidade no sentido de assalto a carretas e assalto de veículos. Então nesse ponto foi muito bom e diminuiu muito. E se comparar naquela época, há 30 anos atrás, hoje quase não se fala disso.

AVF: E como o governo municipal avalia o apoio dos governos estadual e federal no que se refere à fronteira com a Bolívia?

WMK: Na verdade, não tem assim, pelo que eu percebo, não tem efetivamente ou constantemente ações que dão uma visibilidade ou notoriedade em termos de mídia, de divulgação das ações, são raras as situações que acontecem nesse sentido. Mas [ininteligível] Mato Grosso [ininteligível] o gasoduto, por exemplo, que vem da Bolívia. Passa pela fronteira, cruza aqui a fronteira dentro da área de Cáceres e segue até Cuiabá, que é a capital do estado. Então esse gás vindo da Bolívia tem o City Gate, que é o ponto de distribuição e lá em Cuiabá também esse ponto de captação de [ininteligível] que a gente fornece, inclusive Cuiabá tem três ou quatro postos de combustíveis através do gás [ininteligível].

AVF: Sua conexão está falhando um pouco e eu não consegui ouvir...

WMK: [ininteligível] veicular, utilizando o gás boliviano. Então na relação comercial também sempre tem essas tratativas, se tiver bom você tenta colocar o positivo, certo, André?

AVF: Certo.

WMK: Para tentar resumir, o governo boliviano com o brasileiro através do governo do estado do Mato Grosso sempre teve uma boa relação comercial diante do gás boliviano que chega até Cuiabá, passando por Cáceres. Só para você ter uma ideia, Cáceres tem uma extensa área territorial, são mais de 24.500 km², então tem, faz fronteira com a Bolívia e faz fronteira, acho que com sete municípios também de Mato Grosso e com um município de Mato Grosso do Sul. E aí esse gás boliviano passa por toda essa área extensiva de Cáceres, chegando até Cuiabá, com isso Cuiabá tem esse ponto comercial muito forte com a Bolívia. Então essa tratativa com eles nesse sentido é muito boa. Então, no mais, é questão corriqueira. Questão de saúde, por exemplo, o povo boliviano sempre recorre a Cáceres. Aqui é uma cidade polo e tem uma estrutura de saúde é muito boa, apesar das dificuldades, porque no Brasil a saúde é complicada, mas em termos de estrutura, comparando com outros municípios, Cáceres tem uma boa estrutura de hospitais, de postos de saúde, o que dá para socorrer o lado boliviano também, assim como tem [ininteligível]. A área educacional também [ininteligível].

AVF: Seu áudio está falhando um pouquinho. Acho que eu vou sugerir para o senhor desligar o vídeo para ver se melhora um pouquinho.

WMK: Municipio de San Matías.

AVF: Sr. Wilson, desculpa, eu não consegui ouvir o final. Eu vou sugerir para desligar o vídeo que talvez melhore a conexão.

WMK: Certo. Vamos ver se...

AVF: O Sr. estava falando sobre o uso do serviço de saúde em Cáceres pela população e San Matias. E depois o senhor começou a falar sobre educação.

WMK: É. A saúde eu falei já, a saúde eles sempre dependem muito de Cáceres. Nós temos uma estrutura muito boa, nós temos aqui dois hospitais grandes e vários postos de saúde que dão suporte muito grande, não só para população nossa de Cáceres, para San Matías, mas para as cidades vizinhas que subindo a região oeste todinha. Como nós somos os mais próximos de Cuiabá, toda a demanda às vezes para por aqui, então não chega a socorrer a capital do estado.

Cáceres às vezes suporta toda essa demanda de saúde da região toda e San Matías não é diferente. Maternidade, por exemplo, também tem muitas bolivianas que têm dado à luz aqui em Cáceres.

E na área educacional como eu estava falando também, San Matías é uma cidade pequena, não tem uma estrutura boa de escola. Mas, por outro lado, a Bolívia oferece curso de medicina muito grande, Santa Cruz e La Paz, e isso tem também muitos cacerenses que vão para lá e tem também no Brasil todo. Tem estudante do Brasil todo que vai para Bolívia, para Santa Cruz, para La Paz e assim como também no Paraguai. No ano passado, retrasado, conversando com o Cônsul boliviano aqui em Cáceres, ele estimou em torno de 60 mil brasileiros, não é de Cáceres não, do Brasil todo, estuda, faz curso de medicina em Santa Cruz e Bolívia. Então é uma população até considerável em se tratando de Bolívia ter um curso de medicina também, pelo menos, não sei o tipo de nível de qualificação dos profissionais, mas é bastante concorrido e interessado, desperta interesse dos estudantes brasileiros. Cáceres tem muitos, conheço muitos cacerenses que está estudando lá também, que se formaram lá também.

AVF: O senhor falou um pouquinho já sobre essa centralidade que Cáceres tem quanto à saúde, quanto à educação, o senhor destacaria essa centralidade em alguns outros aspectos? Comércio, lazer, turismo... E Cáceres, na ausência de algum desses serviços, a população de Cáceres recorreria a qual cidades? Como o senhor vê essa centralidade, além da saúde e da educação, tanto olhando para o lado da Bolívia, em relação a Cáceres, os municípios brasileiros em volta e também de Cáceres em relação à outras cidades do estado.

WMK: Cáceres é uma cidade antiga. Bolívia como tem... San Matías tem 170, 180 anos. 179 anos, Cáceres está com 243 anos, completa agora no mês de outubro. Então, Cáceres é uma cidade turística, tem casarões antigos, você vê essa imagem que está aqui de plano de fundo comigo aqui que tem uma catedral aqui que iniciou sua construção mais de 100 anos, e tem amis de 65 anos que foi concluída. Tem esse marco, esse marco branco aí, é um marco de pedra de lioz, parecido com mármore, oriundo do Tratado de Madrid, você já ouviu falar do Tratado de Madrid. Esse é um dos monumentos que delimitou as áreas naquela briga entre Portugal e Espanha, foi fixado esse marco às margens do Rio Jauru que de um lado representava área em poder dos espanhóis e do outro lado desse marco em poder dos portugueses. Com o fim do desse tratado, esse marco ficou, 20, 30 anos depois, ele foi trasladado para a cidade de Cáceres e está aqui até hoje, tem duzentos e sessenta e poucos anos que existe, mais velho que a cidade de Cáceres. Então é um outro atrativo, foi tombado pelo IPHAN esse marco do Jauru, eu considero o maior monumento histórico do Estado de Mato Grosso, no Mato Grosso, em Cuiabá não tem nenhum monumento de tanto valor como esse. Então é um atrativo muito grande, isso daí, os casarões, é uma cidade que tem... no seu território tem 68% de área voltada no Pantanal mato-grossense, então recebemos muitos turistas para pescar, tem o rio Paraguai aqui que é um belíssimo também. Então, Cáceres atrai muita gente e o pessoal da Bolívia também vem muito para cá. Então, assim como nessa área turística a gente recebe muita gente de fora. De Cuiabá

também, de outros estados, mas quando se trata de um atendimento, por exemplo, na própria área de saúde, de maior especialidade, aí sim nós temos que recorrer à capital, às vezes vai até São Paulo também, São Paulo, Curitiba, outros grandes centros. Mas nesse ponto aí, André, eu acredito que Cáceres tem contribuído muito para o desenvolvimento de Mato Grosso por estar localizada de uma forma estratégica, que beneficia muito essa questão dos atrativos turísticos e ecológicos também.

AVF: Qual que é a avaliação do governo municipal sobre os fluxos de pessoas, de mercadorias entre a Bolívia e o município, em que áreas que seria prioritário?

WMK: Na área comercial que você fala?

AVF: Tanto de pessoas, vocês percebem muito o fluxo, além de bolivianos para Cáceres, no dia a dia, de brasileiros para San Matías, ou de mercadorias também, como que se dá esse comércio? É mais de um lado para o outro? Como que vocês avaliam isso?

WMK: Eu avalio que Cáceres mais ganha com a presença do povo boliviano fazendo compra aqui, do que o povo brasileiro cacerense lá na Bolívia. Até porque, como disse, San Matías é uma cidade pequena ainda. Mas ela está começando a ser estruturada, começando a ter mais vias calçadas. O asfalto lá eles fazem de concreto, não é o asfalto mesmo, o piche, tem uma rua asfaltada de concreto mesmo, fazem a massa de concreto e espalham na rua lá, fica até bem-feito lá, mas ainda é nesse sentido aí. Então é uma cidade que está começando a se diferenciar na questão de seu visual, na questão da sua estrutura das lojas também, então não é aquele atrativo como Foz do Iguaçu, por exemplo, como lá no Sul que tem aqueles *free shopping*. Mas o atrativo também existe. Quem chegar a ir em San Matías tem condição de comprar whisky bom, roupa, calça jeans, perfumes importados, o preço às vezes não é tão competitivo, tão atrativo, mas é um diferencial também que chega aí. Mas só que, se colocar na balança, é mais o povo boliviano que chega a Cáceres para comprar mantimentos, principalmente mantimentos nos supermercados, para levar para lá do que outras mercadorias importadas. Tem a questão das cidades gêmeas que foi implementada, já foi oficializada pela portaria do ministério. Só que eu não lembro aqui o número, você deve ter aí. Talvez você já pegou sobre isso, né, André?

AVF: Sim, sim. Eu tenho registrado.

WMK: No mês retrasado eu e mais dois secretários aqui da prefeitura tivemos com o Secretário de Fazenda do Estado, até conversamos um dos pontos, entre outros assuntos, falamos sobre as cidades gêmeas e de que forma poderíamos fazer as gestões com empresários e com o próprio governo do estado para contribuir na efetiva implementação e se tornar atrativa a questão do *free shopping* a questão dessa ação que teve lá de transformar Cáceres e San Matías em cidades gêmeas, que benefício poderia ter, qual atrativo que despertaria no empresariado nesse sentido. O secretário de estado pediu para a gente ajudar e contribuir no levantamento de quais tipos de mercadoria e produtos que poderia ser focado nessa divulgação para ser atrativo, através de uma empresa, de um comércio grande, nesse ramo de comércio, que poderia ser divulgado, ser

implementado. Porque você tem que oferecer incentivos, então a preocupação deles é abrir o leque desses incentivos e prejudicar paralelamente o próprio comércio que não estaria sendo beneficiado com esses incentivos, entendeu? Então ele está tendo a cautela nesse sentido para poder fazer as ações de forma concreta, com pé no chão, sem levar prejuízo, sem vislumbrar prejuízo futuro na arrecadação do estado. Então é uma situação que ainda está engatinhando, considero que está engatinhando, que seja possível em pouco tempo, sei lá, em dois, três anos implementar efetivamente essa questão do comércio através desse *free shopping*.

AVF: E como o senhor avalia os efeitos da pandemia de Covid-19 sobre esse fluxo de pessoas e mercadorias entre Cáceres e a Bolívia?

WMK: Eu acho que não afetou. De forma geral, olhando por cima, acredito que não afetou. A não ser esporadicamente, naquele momento mais crítico, onde a restrição era mais rigorosa, onde o nível de contágio estava alto ou muito alto. Então, às vezes, em determinado momento houve a decretação de medida mais rigorosa que prejudicou às vezes, momentaneamente por duas, três semanas, a entrada de bolivianos. Assim como também teve a proibição da ida de brasileiros para lá. Então, nesse sentido, de modo geral, eu não vejo que teve um... Que tenha afetado diretamente a economia, até porque isso não é só localizado aqui, é no mundo todo, então, quer dizer, uma coisa vai puxando outra. Mas de qualquer forma foi muito mais pontuado. E quando reabriu também, a pessoa parece que quer recuperar todo o tempo perdido. Então se ficou duas semanas sem comprar, quando reabriu lá ele já compra lá ou aqui, às vezes até ultrapassa aquele compra normal que faria naquele momento. Por exemplo, localmente, outro ponto que até a gente dá risada às vezes conversando com o pessoal do, não sei se aí em Brasília tem também, aquele bar promoção. Você compra uma caixinha de latinha de cerveja, por exemplo, você compra por uma média de 35 reais, aí no bar da promoção a mesma caixinha custaria no supermercado 35 reais, você vai no bar promoção custa 30, entendeu? Mesmo gelada, só que tem que levar para casa, não pode beber no local. Então tem essas campanhas desses bares que fazem esse tipo de investimento. Aí, eu conversava com um desses proprietários, ele falou que depois que implementou esse auxílio emergencial, o que aumentou de venda dele de cerveja, de bebida alcoólica não está escrito, porque o pessoal recebia o dinheiro, corria lá e comprava a cerveja e levava para casa.

AVF: Existe uma estimativa do número de bolivianos que vivem em Cáceres? Como é a situação desses bolivianos na cidade?

WMK: Olha, confesso para você que até tentei buscar essa informação, mas eu não consegui nada concreto. Aqui o Consulado boliviano, por exemplo, o Cônsul saiu e foi embora daqui, até tentou ser candidato à prefeitura de San Matías, ficou em segundo lugar, e quem ficou aqui é uma agente, não sei se fala agente consular, então é uma mulher que está representando. Então, como ela é nova, ela não soube precisar nada de alguma informação para mim. Mas eu calculo aqui em Cáceres, a presença de bolivianos, eu acredito que ter em torno de umas 150 a 200 pessoas. Pessoas, não é de família, pessoas.

AVF: E vocês tem registros se existem brasileiros que vivem em San Matías, ou notícias?

WMK: Tem, tem sim. Inclusive eu conheço um aqui que era comerciante, que tinha uma churrascaria aqui em Cáceres e montou um restaurante lá em San Matías, tem um outro que era garçom aqui e foi trabalhar, abriu um pequeno restaurante lá em San Matías. Conheço também um ex-vereador que vendeu sua terra aqui em Cáceres e comprou um pedaço de terra em San Matías. Então, tem vários cacerenses que tem algum comércio lá, algum pedaço de terra lá. Hoje ainda encontrei com um vereador, até ele estava comentando, brinquei com ele. “Ah, você é pré-candidato a deputado?”, ele falou “não, não quero mais saber de campanha, desisti desse pensamento de ser candidato, principalmente a deputado, vou ficar mesmo com vereador que agora vou sossegar”, aí conversa vai e conversa vem, ele está namorando uma boliviana. Ela é advogada e advoga para vários brasileiros que têm terra lá, então é um dado que consegui coletar hoje antes de do almoço. A namorada dele boliviana advogada e falou que representa vários brasileiros lá nessa questão de legislação de terras. Então ela está por dentro disso, ela sempre dá essa assistência para brasileiros. Só que o número exato, falar a quantidade de brasileiros que estão lá ou de cacerenses, não tenho essa informação não.

AVF: Em algumas cidades se vê muito o movimento pendular, a pessoa mora de um lado e trabalha do outro. Em Cáceres, pela distância, haveria isso? O senhor tem notícias de bolivianos que vêm estudar em Cáceres, ou trabalhar? E vice-versa, de brasileiros que vão trabalhar ou estudar em San Matías?

WMK: De brasileiro que vai estudar em San Matías não tem, por que a estrutura de lá é totalmente diferente, muito aquém em se comparada com Cáceres, então daqui para lá não tem. Agora, como falei, na gestão anterior da Câmara Municipal, um ex-vereador, esse que eu acabei de falar, esse que vendeu a terra aqui e comprou uma lá. Isso foi na metade do mandato dele. Então nos dois últimos anos, ele como vereador, ficava lá, durante a semana, ficava lá na Bolívia, vinha para cá no final de semana, as sessões da Câmara aconteciam nas segundas-feiras, então ele vinha para cá no sábado e domingo, para Cáceres, ficava segunda e terça-feira aqui e terça-feira à tarde, à noite, retornava para a Bolívia e ficava lá até o final de semana. Então ele é um exemplo mais recente que eu tenho conhecimento de brasileiro com negócios na Bolívia.

AVF: Sobre os estudantes, geralmente os estudantes bolivianos estudam nas escolas da cidade mesmo ou seria mais em colégios do campo próximos a San Matías? O senhor tem conhecimento a respeito disso?

WMK: Não, seria mais aqui na área urbana mesmo. Seria pessoas bolivianas que mudaram para Cáceres, então têm seus filhos aqui e colocam eles nas escolas. Mas isso não seria um número considerável.

AVF: Então seria mais de pessoas que se mudaram mesmo?

WMK: Sim. Mudaram mesmo. Não daquelas que vem todo dia através de transporte escolar, por exemplo, não tem isso. Pelo menos eu desconheço.

AVF: O senhor já havia comentado sobre o serviço de saúde, que é expressivo o número de bolivianos que vem procurar. E como se dá isso? Quais são os critérios para um boliviano chegar a Cáceres e ser atendido?

WMK: A fronteira é seca, então é mais fácil de atravessar, de um país para o outro. Mas para entrar dentro do hospital, por exemplo, se for gestante daí é mais rápido, eles atendem sem dificuldade nenhuma. Mas quando é algumas situações que é muito mais complicada, por exemplo, ela tem uma dificuldade maior, ela tem que ter o cartão SUS, aí o boliviano tem que fazer o cartão SUS. Então teve um período de muita dificuldade de entendimento nesse sentido. Às vezes o boliviano entrava em outra cidade, mais para cima, mais para oeste, ele fazia o cartão lá em Pontes e Lacerda, por exemplo, que fica a 250km de Cáceres e vinha até aqui para ser atendido. “Ah, cadê o cartão SUS?” “tá aqui o cartão SUS”. E Cáceres teve um momento também que colocou muita dificuldade para que o Boliviano pudesse ter o seu cartão SUS, porque não tinha comprovante de residência. Aí teve certo período que o próprio Cônsul orientava que todo boliviano para [ininteligível] o cartão SUS teria que colocar o endereço do consulado. Então passou a ter essa jogada deles aí também. Mas, de modo geral, caso grave de acidente, fratura, por exemplo, um motoqueiro lá na cidade boliviana fraturou, caiu de moto na estrada, ou teve acidente de veículo, quebrou braço, perna, tudo, chegou aqui e é socorrido na hora, sem nenhuma dificuldade. Agora, “preciso fazer uma cirurgia de hérnia, cirurgia de varizes” aí coloca uma dificuldade porque o próprio povo cacerense tem a sua dificuldade de agendamento, de ser atendido rápido, principalmente com exames e com cirurgias, então nessa parte aí eles vão ter dificuldade do mesmo jeito. Agora essas coisas mais urgentes, urgentíssimas, aí são atendidos da mesma forma porque a gente considera como irmãos de outra nacionalidade, mas considera como irmãos, através daquele tratado que eu falei para você lá de 1999, 2000, quando começou implementar mesmo aquele Comitê de Faixa de Fronteiras, passou até a chamar irmãos bolivianos, *Hermanos* brasileiros. Então um chamava o outro de irmãos, *hermanos*.

AVF: O senhor já havia pontuado um pouco para mas, se puder comentar sobre as iniciativas conjuntas entre o governo de Cáceres, San Matías e Santa Cruz. Ou mesmo com o governo boliviano. O Sr. tem conhecimento de mais alguma?

WMK: Acho que um ponto muito interessante, eu sempre bato na tecla, independente, até porque eu participei e eu vivenciei desse momento, quando falei para você, sessão conjunta da Câmara de Cáceres e Câmara de San Matías, eu fazia parte, eu era vereador, eu participei daquele momento. Assim também quando eles vieram, porque a retribuição deles, da sessão conjunta, foi feita uma sessão lá na Câmara de San Matías e depois teve a sessão na Câmara de Cáceres. No total hoje já foi feito acho que cinco ou seis sessões conjuntas. Então sempre teve essa tratativa, essas reuniões, esse Comitê de Faixa de

Fronteira houve um crescimento muito grande, o governo do estado, dentro da sua estrutura, na Casa Civil tem um setor voltado às questões de relações internacionais, que envolve esse Comitê de Faixa de Fronteira para atender o relacionamento Bolívia Brasil, Cáceres e San Matías, então é um trabalho que deu fruto, foi plantado lá em 99, deu fruto e vem crescendo de pouco em pouco, apesar da dificuldade todinha. É possível ampliar bastante isso, dessa questão principalmente comercial, diante da possibilidade ser implantada em Cáceres a ZPE, chamada Zona de Processamento de Exportação. Então, Cáceres é uma das cidades que tem autorização do governo brasileiro para implantar ZPE. E o governo do estado está dando total apoio nesse sentido de continuar as obras em infraestrutura, está tendo também uma campanha muito grande para buscar e despertar interesse a sua indústria aqui dentro da área da ZPE. E com certeza vai ampliar o leque comercial entre Mato Grosso e Bolívia, porque a Bolívia pode trazer, por exemplo, a ureia de lá, que é utilizado muito pelos agricultores de Mato Grosso, apesar de Cáceres não ter muitos agricultores, áreas plantadas, mas no médio norte e sul de Mato Grosso tem muitos agricultores que plantam soja, milho, algodão e que utilizam muito a ureia. Então é um produto farto na Bolívia que poderá vir também trazendo a ureia para cá e transportando outros produtos. Então, uma situação que tem, é promissor, e está faltando talvez só logística para ser implementada e ser consolidar isso aí. Uma das logísticas é a consolidação da hidrovia, que é do Rio Paraguai-Rio Paraná, então através da hidrovia que poderá ser o diferencial na questão do custo do transporte, do frete. Nesse contexto está avançando bastante, a gente acredita que a ZPE de Cáceres vai sair. E a Bolívia também, por outro lado, nesses últimos tempos eles têm discutido muito, apesar dessa pouca infraestrutura que eles têm, montar um parque industrial na cidade de San Matías. Acho que é mais complicado um pouquinho, mas esse parque industrial eles acreditam [ininteligível] para trazer essa ureia. Porque eles defendem, como a gente defende a questão da hidrovia para levar para o Pacífico, eles acreditam que para o Pacífico poderá ir por lado terrestre, indo por rodovia, passando pela Bolívia e indo até o Chile, no porto de Iquique, daria em torno de mais ou menos 1600km de rodovia e depois pegava o porto e estava diretamente no Pacífico para atravessar lá, já estava na China, Japão, naquele lado lá. Então eles acreditam muito que é possível ter ambiente para dar interesse nesse sentido de implementar o Parque Industrial de San Matías.

AVF: A última pergunta que eu tinha seleciona é a respeito de se o governo municipal tem conhecimento daquele acordo de 2004 para permissão de residência, estudo e trabalho aos nacionais fronteiriços brasileiros e bolivianos, que dá direito àquela carteira de fronteira. Qual seria a avaliação do governo da implementação desse acordo, já que Cáceres e San Matías são localidades fronteiriças vinculadas. Qual seria a avaliação do governo municipal? O governo municipal tem conhecimento? O número de pessoas que têm essa carteira é expressivo?

WMK: André, eu vou ficar te devendo essa, porque essa é uma coisa que eu até fiquei curioso para saber o desenrolar disso aí. Infelizmente não consegui buscar essa informação para você. Hoje pela manhã que eu busquei um trabalho

duríssimo de pesquisa, de ir atrás de documentos para apresentar em uma defesa em um processo judicial. Então, me tomou muito tempo nesse sentido. Mas eu posso tentar buscar essa informação sobre esse acordo de 2004 e depois entro em contato com você novamente.

AVF: Eu agradeço. É porque eu achei bem interessante esse acordo, mas realmente eu não encontrei mais informações. Acho que talvez a implementação não tenha sido tão exitosa, digamos assim.

WMK: Eu também acho que nem teve. Eu tentei chacoalhar minha memória aqui e não lembro não. E em 2004 eu era vereador também, então por isso que estou falando, não estou lembrado efetivamente dessa ação nesse sentido. Eu fui vereador aqui por cinco mandatos e depois fui vice-prefeito de Cáceres também. E tive a oportunidade e felicidade de ser convidado pelos prefeitos que passaram, já fui secretário de obras, fui secretário de saúde, secretário governo, fui secretário, agora estou sendo de administração, mas também já fui também secretário de indústria e comércio, esporte e também de agricultura.

AVF: Se o senhor tiver alguma coisa para complementar, deixo aberto.

WMK: É até bom, mais para agradecer mesmo o convite de vocês, mas acho que eu ainda penso que Cáceres e San Matías têm tudo para crescer, têm tudo para implementar uma ação muito mais de irmandade, como estamos empregando desde 2000, 1999, 2000. Eu tenho, a cada dois anos, tem ano que eu vou duas, três vezes para San Matías, quando demoro muito é a cada dois anos. Então, constantemente estou lá marcando presença, a gente é um pouco conhecido lá também, lá tem amigos, e a gente vê que, de pouco em pouco, está crescendo, desenvolvendo. É possível sim ter uma relação muito mais exitosa em todos os sentidos, na questão cultural, econômica também. Então a gente acredita que com a ZPE possa desenvolver bastante. A ZPE a gente vislumbra que no ano que vem vai ter um avanço muito grande, o despertar de algumas industriais, algumas empresas vão ser efetivadas de fato. Nas obras dessas indústrias e isso vai despertar totalmente o interesse comercial entre os dois países, a Bolívia através de San Matías e o Mato Grosso através de Cáceres vão ser beneficiado com isso. Então, a gente tem tudo para vislumbrar bons futuros para os nossos filhos, para nossa gente aqui.

Apêndice AK – Transcrição da entrevista com Elivando de Oliveira Brito, Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de Guajará-Mirim (Rondônia, Brasil)

Entrevistador: André Vieira Freitas.

Entrevistado: Elivando de Oliveira Brito

Data: 2 de agosto de 2021

Ocorrida de forma virtual, na plataforma *Google Meet*.

Arquivo de áudio no formato mp3. Duração: 16'38".

AVF: Quais são os principais benefícios e desafios para Guajará-Mirim como município fronteiro?

EOB: Bom dia. Primeira questão a ser respondida quanto aos benefícios que Guajará-Mirim tem junto à cidade gêmea que é a Guayaramerín, Bolívia. Particularmente na área comercial, nós não temos nenhum benefício para o município de Guajará, de importação. Agora de exportação o município ele tem vários benefícios, mas em questão só da venda de produtos, de alimentos e limpeza e higienização. Agora desafios são vários que o município tem. Na área de fronteira, temos problema de tráfico de drogas, temos problema de travessia de veículos roubados, temos problema de migração clandestina, temos problemas na área da saúde, que eles fazem migração ilegal para vir se consultar aqui no país vizinho, então são esses os principais motivos. Esses desafios que o Brasil tem com a cidade gêmea.

AVF: E como o governo municipal avalia o apoio dos governos estadual e federal no que se refere à fronteira com a Bolívia?

EOB: Essa política, a política estadual ela é mais distante da gente. Inclusive, a gente está começando agora a administração, estamos com sete meses, e a gente vê uma ausência, falta de contato do governo do estado com o governo municipal, que é o interessado. Então eles fazem as tratativas por cima, diretamente com a Bolívia, com o país vizinho e não comunica o governo municipal, então é muito difícil uma relação, onde as autoridades que deveriam ser constituídas pelo município, pelo estado e até mesmo pela União para fazer as tratativas junto com o governo boliviano, facilitaria muito os desafios para a gente tentar resolver.

AVF: E existem iniciativas conjuntas do governo de Guajará-Mirim com os governos de Guayaramerín e departamento de Beni?

EOB: Temos. A gente temos vários projetos aí, inclusive já entramos em diálogo com uma política de Guayaramerín e do Beni, que é uma deputada que é representante do Beni. Sobre parcerias na saúde, barco hospital do estado, que tem um barco hospital aqui para fazer uma parceria, mas isso está demorando

porque eles estavam em transição de governo, então agora que eles estão estruturando. Hoje, por exemplo, foi a posse da consulesa aqui no Brasil, consulesa da Bolívia. Então as tratativas estão fluindo, vão fluir ao longo do tempo da administração e espero que as relações bilaterais entre Brasil e Bolívia, como, eles têm o projeto lá que é a hidrovía Ichilo-Mamoré, que vai contemplar aqui Guayaramerín e talvez contemple Guajará-Mirim, porque vai depender da União. Porque é a União que faz as tratativas da área portuária, aí já vai ser com a União isso aí, mas talvez Guajará-Mirim seja um beneficiado com essas tratativas governamentais, internacionais quer dizer.

AVF: E além da sede municipal, existem outros núcleos urbanos, distritos, vilas, na fronteira com a Bolívia que são estratégicas pelo governo municipal? Quais seriam?

EOB: Não. Nós somos fronteiras gêmeas, então aí alguns afluentes de rio são, mas não temos representa o igualmente a essa. Somente essa via. Aqui do município de Guajará-Mirim, porque outro município já pertence, que tem outra divisa com Bolívia   Nova Mamoré.

AVF: Pensando em rela o as cidades tanto brasileiras quanto bolivianas nas proximidades, qual seria o papel de Guajará-Mirim? O município é uma referência em centralidade para saúde, educa o, comércio, lazer? E para quais outros municípios? E quais municípios são referência para Guajará?

EOB: Referência na área da saúde?

AVF: Pensando no papel regional, qual que é a importância do município de Guajará-Mirim, ele tem, ele atrai, serve de referência para outros municípios em volta, tanto do Brasil quando da Bolívia?

EOB: Guajará-Mirim tem uma estrutura própria dele de criar esses segmentos, o que falta   governança para expandir tanto o turismo, como a economia, como esporte, lazer, entretenimento, então [ininteligível] nessa área, mas faltam políticas públicas. É isso? Em relacionamento com a fronteira, é isso?

AVF: É. Tanto com a fronteira, tanto do lado boliviano como do lado brasileiro. Vocês percebem, por exemplo, pessoas de outros municípios que vêm atrás de serviços de saúde, de educa o, fazer compras em Guajará-Mirim? Em rela o aos municípios em volta.

EOB: Temos várias, isso depende do câmbio do dólar, se o dólar tiver em uma situa o acessível aos brasileiros, tem fluxo de Brasil-Bolívia na área de travessia, o fluxo é bastante alto. Mas quando o dólar, esses últimos tempos aí, até antes da pandemia que o dólar aumentou, então a gente, a margem de visitantes do município caiu muito, porque eles vinham fazer o turismo, lógico que eles abasteciam aqui. Fomentavam o comércio local, hospedagem, transporte. E quando o dólar aumentou ficou muito difícil e aí paralisou o fluxo [ininteligível]. A pandemia e agora que está retomando aos poucos, mesmo assim o dólar está alto então não compensa [ininteligível] outras pessoas de outro município virem aqui fazer compra no país vizinho. T  ao contrário agora,

porque quando o dólar fica alto aí os bolivianos de, por exemplo, de Trinidad, Ribeiralta, esses adjacentes aqui de Guayaramerín, vêm fazer compra aqui. Eles vêm comprar, por exemplo, eles compram muito calçado, compram muito vestuário, alimentação, produto de limpeza. Então quando o dólar está alto eles vêm se beneficiar do dólar aqui no Brasil, quando o dólar permanece num valor que o Brasil pode ganhar um lucro em cima dessa mercadoria, então ele tem muita demanda de brasileiro lá do outro lado, então essa é a balança comercial.

AVF: E o fluxo de estudantes para a Bolívia é muito alto? Vocês conseguem identificar?

EOB: O fluxo é alto. Eles têm... Temos estudantes lá, temos cinco turmas, cinco turmas acho que de trinta a quarenta alunos. A universidade é composta lá mais de brasileiro. Então a gente tem um fluxo, esse fluxo com... Porque tem alguns residentes na Bolívia porque o custo lá é mais barato, mas aqueles que moram aqui em Guajará-Mirim, todo dia precisam fazer a travessia e, como o horário é integral, às vezes tem prova a noite, então com esse horário de travessia, de migração, que a Polícia Federal está controlando o fluxo, fica muito corrido para eles. Mas o fluxo é grande de estudante. São cinco turmas de quarenta, mais ou menos uns 180 alunos a 200.

AVF: E pensando em outros níveis de ensino, por exemplo, na educação básica, tem bolivianos que vem estudar em Guajará? Vocês têm registro de matrícula de bolivianos que moram lá e estudam do lado de cá?

EOB: Temos conhecimento que tem, mas a gente não tem os dados. Mas o estado tem por que alguns, por exemplo, aqueles nascidos no Brasil que tem documento, nacionalidade brasileira, eles estudam aqui no Brasil. Eu não sei de falar quantitativo, porque a maioria estuda em colégio estadual, que já é quinto, sexto. Já é o ensino fundamental.

AVF: E sobre o trabalho, vocês têm registro de brasileiros que trabalham em Guayaramerín e moram em Guajará-Mirim e vice-versa?

EOB: Olha, os brasileiros que trabalham lá, trabalham na clandestinidade porque a regularização é mais difícil do que aqui no Brasil. Temos conhecimento que o comércio, por exemplo, no local lá, tem brasileiros que vendem, que fazem sua venda lá, da mercadoria. Porém eles têm que ter, eles têm que voltar ao Brasil, emitir o pedido para mercadoria retornar para o país vizinho. Agora aqui no Brasil não, aquele que já conseguiu a nacionalidade, alguns trabalham de forma legal, outros trabalha de forma clandestina. Mas não tem nenhum controle sobre isso. Inclusive eles têm aqui no Brasil, eles têm vamos supor assim uma feira. Inclusive a feira do Brasil aqui tem mais boliviano que brasileiro e lá não tem isso, porque lá a fiscalização eles perseguem muito brasileiro. Então a diferença é essa. Lá o brasileiro não tem muito poder de se instalar, mas aqui o brasileiro ele se instala facilmente, o estrangeiro.

AVF: Sobre esses fluxos comerciais, como a pandemia os afetou? Vocês perceberam uma redução muito grande?

EOB: Foi uma redução trágica, tanto para o Brasil quanto pra Bolívia. Foi um prejuízo enorme. Mas alguns comércios se sobressaem sobre isso, aquele comércio lá que te falei, do calçado, aquele comércio que ele tem aquele produto, como é que se diz, produto de ouro para os estrangeiros.

AVF: Atualmente, a situação já está normal? A entrada de brasileiros já está...

EOB: Não. O horário permanece ainda o horário da União que foi colocado para imigração, para o tráfego de pessoas. De imigrantes, como brasileiro, o fluxo é controlado pela Polícia Federal e o horário é das sete horas às onze e meia, aí encerra-se o porto, aí volta da uma hora até as quatro e meia, cinco horas. Esse é o horário. Agora tem um horário especial para os alunos da faculdade, quando os alunos têm prova pela parte da noite, aí é informado à Polícia Federal, que autoriza a embarcação a levá-lo e trazê-lo de volta.

AVF: Esse como é acesso? Não tem ponte entre Guayaramerín e Guajará-Mirim. As embarcações transportam apenas pessoas, ou você tem, por exemplo, transporte de veículos para atravessar?

EOB: Tem a balsa. Tem uma balsa aqui que transporta também as carretas de mercadoria, faz exportação. Mas a travessia é feita via barco, mas também tem o transporte clandestino. Que esse é um desafio aqui também para o município. Ele está muito fluente aqui no município devido a esse horário instalado pela migração, então ele está incentivando muito a travessia clandestina, é complicado.

AVF: E existe perspectiva para construir uma ponte?

EOB: Olha, isso é um tratado de [ininteligível] que já há muito tempo se arrasta aí ao longo do tempo. No ano passado, antes da pandemia, houve uma cogitação de que eles iriam construir essa ponte já lá no município de Costa Marques e por enquanto não temos nada oficial do nosso presidente. Porque eu faço parte da formulação da Secretaria de Assuntos Federativos aqui em Guarajá-Mirim, então eu tenho que repassar toda a situação que está acontecendo no país vizinho e entre o Brasil e repassar para essa Secretaria que é diretamente ligada à chefia de gabinete do presidente.

AVF: E como uma última questão, o governo municipal tem conhecimento de um acordo firmado entre Brasil e Bolívia em 2004 para permissão de residência, estudo e trabalho aos nacionais fronteiriços? E se sim, qual seria a avaliação da implementação desse acordo? O senhor identifica impactos no município?

EOB: Não, esse acordo é cumprido. Esse acordo é cumprido. Agora a migração que faz o controle.

Apêndice AL – Transcrição da entrevista com Alessandra Mamede Bastos, Coordenadora Municipal de Proteção e Defesa Civil de Nova Mamoré (Rondônia, Brasil)

Entrevistador: André Vieira Freitas.

Entrevistado: Alessandra Mamede Bastos.

Data: 6 de outubro de 2021.

Ocorrida de forma virtual, na plataforma *Google Meet*.

Arquivo de áudio no formato mp3. Duração: 35'46”.

AVF: Quais são os principais benefícios e desafios para Nova Mamoré como município fronteiriço?

AMB: Os benefícios na verdade ainda são, eu diria até que poucos. Talvez a gente pudesse tirar mais proveito disso. Mas há uma facilidade de acesso à comunidade estudantil, pessoal que vai fazer medicina, primeiro lugar que pensa. Isso acaba se tornando um benefício sim. Antes da pandemia. Tem a questão do dólar também. Mas quando isso tudo facilita o pessoal daqui visita muito o outro lado ali, a Bolívia, por conta do comércio varejista. De princípio, de princípio, a gente não tem tantos benefícios tão significativos ainda, nesse momento atual. A gente tem até um potencial para explorar isso, mas a gente não tem. Os desafios têm girado muito em torno da segurança pública, esse é um dos principais desafios, acho que para toda a região fronteiriça esse é o pior deles.

AVF: E como o governo municipal avalia o apoio dos governos estadual e federal no que se refere à fronteira com a Bolívia?

AMB: Então, aí a gente volta na questão da segurança pública, que é a questão, que é a situação mais latente, mais visível, assim, para a gente. E aí falar como governo municipal já é pesado para mim, já é pesado para mim. Mas eu tenho notado algum apoio nesse sentido. Tem acontecido algumas reuniões entre os dois países e tanto o município, tanto o governo estadual, unidos para tratar de situações relativas à segurança pública, que é o mais visível ainda. Eu participei há algum tempo de algumas ações da universidade, eu participo do grupo de pesquisa da UNIR, da pós-graduação de administração e eu sei que eles têm algumas relações que trabalham essa questão fronteiriça, mas já é uma outra esfera. Aqui com relação ao governo municipal realmente o que eu tenho notado é esse trabalho para tentar dar uma resposta mais efetiva com relação à segurança pública para a gente aqui.

AVF: Você já citou brevemente, mas saberia de algumas outras iniciativas conjuntas do governo de Nova Mamoré especificamente com os entes subnacionais bolivianos, com os municípios limítrofes, com o

departamento de Beni ou mesmo de Pando sobre a fronteira? Há alguma conversa, alguma iniciativa conjunta para além desse aspecto da segurança pública?

AMB: Já houve, mas em situações, que eu tenha conhecimento, em situações muito específicas, por exemplo, quando aconteceu as inundações aqui, a gente acabou tendo esses contatos, na época isso, em 2014 eu ainda não participava da Defesa Civil, mas por exemplo agora que houve uma suspeita que a gente ia ter uma segunda inundação forte de novo. Mas, no meu caso enquanto Defesa Civil, eu acesso o estado, a coordenação estadual e a coordenação estadual acessa o outro lado. A gente recebe esses contatos via e essas informações via estado, coordenação estadual. Alguma informação que eles tenham, um trabalho conjunto nesse sentido. De segurança mesmo, de apoio aos desastres e prevenção, a questão dos desastres. Exceto isso, para o governo municipal, para o município eu tenho poucas lembranças de algumas relações significativas, assim, de repente algumas relações para tratar de turismo. Para tentar fomentar turismo na região, no polo aqui que é muito, assim, insignificante eu diria. Por exemplo, a gente tem aqui, pelo menos tinha... Teoricamente a gente tem um corredor ecológico que vai muito além dos municípios, um corredor ecológico que vai muito além dos municípios de Nova Mamoré, Guajará-Mirim, ele segue para a Bolívia. Então esse seria talvez um foco para um trabalho nesse sentido, mas ainda são situações que a gente ainda está engatinhando, tentando, não há nada muito significativo ainda.

AVF: Então seria mais relações pontuais para algumas situações?

AMB: Isso.

AVF: E além da sede municipal, você destacaria se existem outros núcleos, distritos, vilas que são considerados estratégicos na fronteira com a Bolívia? Se sim, quais?

AMB: Esse estratégico aí seria em que sentido? Estratégico como?

AVF: Que você destacaria...

AMB: Algum tipo de relação que tenha com a fronteira, que possa... Enfim, para a gente o mais evidente é o distrito de Araras, que é bem próximo ali do rio e a localidade, na realidade não é um distrito, mas é uma localidade de Vila Murinho, que é a região de fronteira ali também, que são duas regiões, uma era região de garimpo, bastante problemática, e facilita esse trânsito Brasil-Bolívia naquela região ali mesmo e a Vila Murinho que aí a gente volta na questão da segurança pública, que fica a seis quilômetros daqui da sede do município, é muito próximo. É uma região que tem uma contribuição histórica aqui para o município da época de colonização, da estrada de ferro, tem alguns bens de valor histórico lá e é o mais próximo ali da Bolívia, onde tem umas ilhaszinhas, o pessoal trafega de um lado para o outro. E tem essa questão que essas regiões, dois locais são bem significativos nesse contexto. Os outros distritos eu já não sinto eles tão significativos nesse contexto de fronteira, a menos que se vá desenvolver uma questão, por exemplo, com relação ao turismo, ao comércio, ao próprio comércio de produtos que a gente tem aqui, que a gente produz, a gente tem um foco

muito na agropecuária, agricultura familiar, está produzindo bastante, a menos que se desenvolva esse tipo de relação, que há um potencial para isso. Mas os significativos mesmo eu vejo esses dois locais.

AVF: E do lado boliviano, você consegue destacar alguma comunidade que sejam próximas a esses núcleos aí de Nova Mamoré?

AMB: Eu não lembro os nomes dos locais, eu sei que tem ali, uma comunidade religiosa, mas ela fica do lado de cá, que é o pessoal da Arca de Noé, que eles têm essa relação com a Bolívia também, mas eu não sei citar nomes para você, depois eu vou te passando algumas informações e outras, [ininteligível] que eu vou passando, eu não sou muito boa de memória. Depois eu vou lembrar, quando passar eu vou lembrar. Ali, por exemplo, aí já não é exatamente a região em Guayaramerin que é fronteira com Guajará, mas tem uma significância para a gente também. Tem realmente uma comunidade ali próxima da Vila Murinho, que é do outro lado, a gente já vê lá a bandeira boliviana, que é exatamente onde surge o Rio Madeira bem naquela, mas eu não lembro agora o nome. É [ininteligível] bastante movimentada ali.

AVF: Se não me engano chama Via Bella, pelo menos eu encontrei.

AMB: É, deve ser. Eu sou ruim de nome.

AVF: Sem problemas. Justamente eu quero ver quais são os significativos, se chega a ser significativa a relação.

AMB: Eu lembro que essa região já foi, eu já fui lá, tinha as feiras, mas aí acabou não dando certo, enfim, morreu a localidade.

AVF: E a respeito da economia de Nova Mamoré, é basicamente voltada para que áreas?

AMB: Agropecuária. Até algum tempo nós ainda tínhamos em torno de 50% de áreas preservada, eu acredito que a gente não tenha mais isso, mas há uns três, quatro anos do último... Porque eu saí da Secretaria de Meio Ambiente, estou retornando agora, então esses dados estão meio desatualizados para mim. Mas até uns três anos a gente tinha uns 50% de área preservada, acredito que não temos mais isso, nosso foco é agropecuária, nós temos uma agricultura familiar bem forte por conta até da ainda referência dos projetos de colonização, dos projetos de assentamento, porque querendo ou não de 1970, 80, pra cá ainda é pouco tempo. Então a gente tem bastante ainda agricultura familiar, a pecuária também é muito forte. Nós somos o primeiro produtor de leite do estado, o segundo maior rebanho bovino e agora eu não sei o rebanho suíno, acho que é o terceiro ou primeiro, alguma coisa assim, está entre os três da região também. A gente tem um rebanho muito bom, a piscicultura também tem crescido bastante. E agora entra a monocultura, a gente está começando, alguns produtores já entram com a monocultura, já tem a instalação de um silo, já tem um em andamento, já tem um em funcionamento, já finalizamos, já tem um em funcionamento e outro em andamento, para acolher essa monocultura que a gente está produzindo também, embora me preocupe um pouco assim a

monocultura em um município como o nosso, porque ela tem o potencial para avançar muito rápido. E se o poder público não tiver um planejamento para isso, a gente pode ter um problema sério no futuro bem próximo, com o êxodo rural, com toda aquela história. Mas a nossa vocação é realmente agropecuária e aí agora a gente está começando a tentar trazer essa questão do turismo ecológico, do turismo rural, como uma fonte de renda extra e talvez assim como uma forma de despertar para que as pessoas preservem os ambientes, para que as pessoas preservem os locais, mas ainda é um futuro distante também. Mas a agropecuária que é o carro chefe aqui. Mais um número, nós somos a terceira malha aviária do estado.

AVF: E pensando um pouco sobre Nova Mamoré com seu entorno regional, pensando tanto do lado brasileiro quanto do lado boliviano, qual o papel desempenhado por Nova Mamoré? Nova Mamoré é uma centralidade em termos de educação, saúde, comércio e turismo para quais municípios em volta? Quais municípios menores, se for o caso, tomam Nova Mamoré como referência?

AMB: A gente ainda não se tornou uma referência exatamente, mas a gente já sente, por exemplo, a comunidade Guajará-Mirim. A gente já sente que, se fosse o caso, eles procurariam alguns serviços públicos aqui, igual a questão da saúde, principalmente, a gente teve uma atuação muito boa desde o começo da pandemia. Então a gente vê que havia uma diferença muito grande com os municípios vizinhos. Enfim, a gente é meio isolado aqui, a gente fica meio distante de outros municípios, a gente está saindo agora com a rodovia, que agora eu acho que é BR já, que é a 421 ou 420 que ainda não é BR, é RO, mas enfim, eu acho que já é BR, que vai sair em outra direção. Vai interligar a gente com outros municípios, como Campo Novo, Buritis, saindo mais para o centro do estado. Mas, assim, agora recentemente o prefeito atual foi eleito entre os municípios, da região, desse polo Nova Mamoré, Guarajá-Mirim, Porto Velho, eu acredito que acho que Buritis, Campo Novo, dessa região aqui ele foi eleito destaque. Reflete no município, no potencial do município também Se a gente continuar nesse pique aí o município tem possibilidade de realmente se destacar entre os outros da região.

AVF: E em termos de infraestrutura de serviços de saúde e educação, a rede de saúde existe hospital regional, hospital municipal? Em termos de educação também, tem universidade? Tem algum campus universitário? Alguma...

AMB: Nós temos uma unidade mista, não é hospital regional, o hospital regional é em Guarajá-Mirim, é uma unidade mista e os postos de saúde que são nos distritos e o posto aqui no perímetro urbano mesmo, mas basicamente é isso. O hospital unidade mista a gente oferece alguns serviços bem básicos, não sei se está fazendo cirurgias de pequeno porte, cirurgias eletivas. Não é uma super estrutura, mas aí nós já temos em construção uma unidade de saúde da mulher, tem o CAPS em pleno e ótimo funcionamento. E a gente vai gerando essas outras unidades em torno da saúde. Na época de Covid agora, foi criado um centro de referência também para Covid, específico. Com relação a educação, a gente não tem universidade, a gente tem um polo EAD, às vezes semipresencial até, quando pode. Quando a Covid deixa. Que é um polo

vinculado à universidade, UAB, que é vinculado a UNIR. E aí tem outros escritórios de faculdades particulares EAD.

AVF: E pensando nesses serviços que eventualmente não tenha na cidade, quais cidades seriam referência para Nova Mamoré? Para onde a população recorre quando precisa de um serviço médico de maior complexidade, ou então para educação, para fazer uma universidade ou então lazer, turismo, quais seriam os polos de referência para Nova Mamoré?

AMB: Guajará-Mirim em termos de saúde ele já foi referência, hoje eu não sei dizer com precisão se ainda é uma referência. Já foi por conta do hospital regional que funcionava relativamente bem até certo tempo, mas de fato a referência melhor é Porto Velho. É Porto Velho. O pessoal que vai também para estudar, para a comunidade estudantil a referência é Porto Velho, até por ser o centro político e administrativo acabou concentrando tudo mais lá. Porque a gente também não tinha outro, ou era Guarajá-Mirim ou então agora possa ser, e acredito que não seja, mas já tenham essa referência com outros municípios já saindo mais para o centro do estado, que seria Buritis, Campo Novo, saindo para Ji-Paraná que é um grande centro também, mas não é tão viável ainda, por conta da logística, é longe, a estrada não é pavimentada. Então a referência realmente é Porto Velho.

AVF: Como é o acesso entre as comunidades do município da Nova Mamoré e as comunidades bolivianas? Como é se dá a travessia?

AMB: É. Sem muita estrutura, enfim, o acesso é esse. Exceto em Guarajá-Mirim que já tem um porto mais oficializado e tal, oficial. Então a estrutura lá é outra. Mas saindo por Nova Mamoré mesmo é por embarcações, pequenas embarcações mesmo, sem muita estrutura.

AVF: E sobre os fluxos entre brasileiros e bolivianos aí perto do município, você poderia comentar um pouco? As pessoas vão de Nova Mamoré vão até a Bolívia comprar alguma coisa ou vice-versa? Há turismo? Você destacaria esses fluxos entre Brasil e a Bolívia aí no município?

AMB: Esse tipo de turismo, turismo de compra, ele acontecia bastante, mas isso depende agora, por exemplo, primeiro depende do dólar, agora depende de uma nova reestruturação disso por conta da pandemia que acabou com o comércio, isso dos moradores de Nova Mamoré indo à Bolívia. Agora ao contrário acontece também, mas eles ficam mais em Guarajá-Mirim, eles compram muito em Guarajá-Mirim. Lá. Isso flutua muito com relação ao dólar, aí hora nós vamos pra lá e hora eles vêm, mas eles ficam principalmente em Guarajá-Mirim, raramente eles chegam até Nova Mamoré para adquirir algum produto, alguma coisa, é mais Guarajá-Mirim mesmo.

AVF: Você saberia identificar se existem bolivianos que vivem em Nova Mamoré? Isso chega até o poder público municipal? sobre números, assistência, vocês têm alguma estimativa?

AMB: Existem. Existir existem com certeza. Existem inclusive sem documentação brasileira, o que dificulta o acesso deles à saúde pública, educação, a esses serviços básicos, porque a própria assistência social dificulta, porque tudo hoje é feito em torno de registro de documentação, generalizando. E o recurso que o município recebe, por exemplo, por um atendimento em saúde é feito através desses registros. Então se não tem registro, é um recurso, é um usuário que foi atendido e um recurso que o município deixou de receber, grosseiramente falando. Então isso dificulta tanto para o poder público. Para que a gente tenha maiores e melhores condições de atender essa população, a população do município de forma geral. E dificulta para eles, para que eles tenham acesso a esses serviços. Mas tem, tem sim, a gente não sabe dizer em números, mas tem. Tem um número até razoável.

AVF: Você destacaria a presença de bolivianos que vêm estudar na rede pública de Nova Mamoré?

AMB: Eu não sei dizer com precisão para você se há registros. Eu me lembro que já houve, mas, assim, porque veio morar e acessou esse serviço, mas que ele tenha vindo especificamente para isso, eu acredito que não haja algum registro significativo. Até porque a gente não tem faculdade, não tem esse polo ainda, talvez Guarajá-Mirim, mas aqui não.

AVF: E sobre brasileiros que vão para lá? Vocês têm algum conhecimento? Saberá me dizer se é significativo esse número de brasileiros? Seja para o garimpo, seja para o comércio?

AMB: Tem. Sempre tem esse fluxo. O garimpo também é uma atividade que está dentro desse contexto, o pessoal que vai estudar também, sempre tem bastante assim. Hoje já não é um fluxo tão grande, porque geralmente é uma fase. Teve uma fase aqui que todo mundo ia para fora fazer enfermagem, aí agora teve uma fase que todo mundo foi pra Bolívia para fazer medicina e agora os que foram agora já estão finalizando, já estão retornando. Mas é, assim, vão mais para essa situação. E aí vai de repente o parente visitar. Vai conhecer, enfim, dessa outra forma. Mas o ponto inicial mesmo geralmente é o pessoal que vai para estudar mesmo.

AVF: Pelo que você comentou a relação não é tão grande assim entre Nova Mamoré e as comunidades bolivianas, mas existe um acordo entre o Brasil e a Bolívia de 2004 que prevê que dentro de algumas localidades que sejam reconhecidas pelo acordo, os moradores das cidades listadas, que podem ser ampliadas, possam morar, trabalhar e estudar no município vizinho, na cidade vizinha sem precisar adquirir residência, com a necessidade apenas de uma carteira de fronteiro. No caso, Guarajá-Mirim e Guayaramerin estão listados nesse acordo. Eu queria saber se vocês já tiveram conhecimento sobre esse acordo e mesmo que o fluxo não seja tão grande, se haveria interesse de futuramente de repente tentar incluir Nova Mamoré nessa lista de cidades.

AMB: Olha, assim, interesse... Porque é uma coisa que não vai trazer nenhum malefício. Mas eu não tenho muito conhecimento, até porque eu acho que isso tem relação, não sei se tem relação com, não tenho conhecimento dessa informação, não sei se tem relação com a zona de livre comércio ali. Eu não sei se tem relação com isso. Mas eu não tenho conhecimento dessa informação. Talvez porque o fluxo seja tão pouco que não ficou muito comum para a gente aqui. Mas Guajará-Mirim, em Guajará o pessoal vai. Eu tenho parentes que moram em Guajará-Mirim e estudam medicina na Bolívia e eles têm casa alugada l  para facilitar a vida. Em Guajará-Mirim esse trânsito é bem visível. Aqui o pessoal mesmo, ou vai fazer compra l  do outro lado ou pessoal que vai estudar.  s vezes um ou outro que tem amigo, vai, mas são coisas esporádicas, fazer turismo e tudo, mas não chega a ser representativo.

AVF: Ah, não, perfeito. A inten o mesmo era conversar um pouquinho para entender, que eu não conheço o município, infelizmente eu acho que pela pandemia não vai fazer o trabalho de campo.

AMB: Ah, mas a pandemia aqui já está acabando, seja bem-vindo, nós estamos já com uma quantidade considerável de pessoas vacinadas e eu acho que se eu olhar no boletim de hoje deve ter só, sei lá, quatro pessoas só no município com Covid.  . Estamos voltando à vida normal. Seja bem-vindo.

AVF: Se você quiser comentar mais alguma coisa, eu abro esse momento.

AMB: Eu ainda estou focada no contexto dessa rela o de Nova Mamoré com a região fronteira. De uma forma geral você focou na questão da economia ou só para entender mesmo como que funciona? Para a gente aqui, a situa o que tem sido mais latente mesmo, mais visível, é a questão da segurança pública. Os furtos aqui, de moto de veículos também. Aqui no município, a Polícia Militar constantemente apreende veículos que vêm de outras regiões para atravessar para a Bolívia,   constante. Eles descem tudo para cá e aí passam ou por Guajará-Mirim ou pela região. Em Guajará-Mirim já entra o distrito de lata l  que   fronteira também que   com eles, ou a localidade de Vila Murtinho que eu comentei. E aí agora, o que está sendo feito, pelo menos, a prefeitura está melhorando a acessibilidade para l . A gente está tentando criar algumas situa es, alguns eventos para aquela região, para movimentar um pouco mais para que isso possa reduzir um pouco, ou pelo menos tornar o poder público mais presente naquela região. Mas o que   visível, o que é muito claro dessa rela o fronteira é a questão dos estudantes que iam, eu já não vejo hoje, esse ano, ano passado, eu já não vejo mais um fluxo muito grande de novos alunos, de novos estudantes indo. Talvez surja um outro curso que fique no auge, mas eu já não vejo mais. Mais o pessoal que já está mesmo e aí os familiares. E enfim, essa questão da segurança mesmo, eu acho que são os dois pontos que são bastantes significativos. E aí, sim, o comércio. Porque quando a gente compra l  a gente deixa de colocar dinheiro aqui no município. Então essa outra situa o que são três situa es bastantes visíveis no momento. Outras situa es podem até surgir e tudo, mas essas três elas são bem visíveis para gente.

AVF: Você comentou sobre esses furtos de veículos, sejam motos ou carros, no caso como se dá a travessia?

AMB: Quando não consegue atravessar, ele joga, cai no rio, joga no rio ou cai. Outro dia teve um sequestro de um empresário. Ele é daqui do município. Pegaram ele em Porto Velho e deixaram em uma região, no meio do mato, e levaram a caminhonete. Enfim, de vez em quando acontece isso. De vez em quando acontece boatos que a gente ouve por aí, do tipo, encomendaram, sei lá, tantas Biz, tantas motos Biz, é assim. A Bolívia encomendou, é desse perfil. Aí passa geralmente por esses pontos, que é ali na região do lata, que já é Guajará-Mirim, e aqui, no Araras também, talvez não seja tanto, mas aqui na região de Vila Murtinho, aí então a gente está tentando fazer com que o poder público seja mais presente. Que não era tanto, mas para que tente pelo menos amedrontar um pouquinho essa situação. Eu sou da secretaria aqui do município de meio ambiente e turismo, eu sou engenheira florestal e eu sou a coordenadora de defesa civil do município. Então, assim, aí nós temos sete pessoas dentro de uma secretaria. Seis e meia, porque eu ainda sou da defesa civil, para lidar com toda uma situação ambiental e de turismo do município. Então estar presente e fazer as coisas acontecerem numa condição dessa, por mais que a gente tenha vontade, por mais que o poder público queira, a gente não consegue. É desafiador até. Outro dia a gente ficou muito feliz porque a gente conseguiu fazer uma pintura na igreja da Vila Murtinho, lá da região, que lá tem uma romaria, aconteceu agora, acontece todo ano, é tradicional do município, da Igreja Católica. Então para a gente foi um desafio, para você ver o tanto que é dificultoso.

Apêndice AM – Transcrição da entrevista com Elvis Pessoa, presidente da comunidade Forte Príncipe da Beira, Costa Marques (Rondônia, Brasil)

Entrevistador: André Vieira Freitas.

Entrevistado: Elvis Pessoa.

Data: 19 de janeiro de 2022.

Local: Forte Príncipe da Beira, Costa Marques, Rondônia, Brasil.

Arquivo de áudio no formato mp3. Duração: 17'26".

AVF: O senhor poderia me falar um pouquinho sobre a história da comunidade, como ela surgiu?

EP: A gente tem um histórico paralelo ao do forte. Hoje nós temos uma comunidade que está se legalizando uma comunidade quilombola, o processo de estudo e tudo mais já está concluído, agora falta só a publicação no Diário Oficial. Mas a comunidade em si é como se fosse remanescente de uma senhora que morava, em 1775, chamada Ana Moreira, então era uma matriarca de um quilombo que já existia nessa época aqui. Então, sim, mas a grande maioria em parte da comunidade que existe hoje dos que vieram para cá, são descendentes de alguns que aqui permanecerem e continuaram esse vínculo local. E muitos são descendentes de militares, que vieram para cá, constituíram família, se aposentaram, foram para reserva e continuaram aqui. Então nós temos uma mescla muito boa de pessoas, tivemos aqui nordestinos por conta da borracha. A miscigenação que se deu em torno dos dois países, Brasil e Bolívia, e a própria população indígena, quilombola, as chamadas Caborés da época. E a comunidade se formou e nós chegamos a um núcleo, até 1886 de sermos aqui 7.865 pessoas. Então, depois de Guajará-Mirim e Vila Bela, que é a referência até hoje, aqui foi o maior polo habitado. Então, o próprio exército aqui da faixa de fronteira fazia um papel muito importante, porque eles tinham em torno de oito, doze voos diários, não tinha estrada, então todo dia tinha gente indo para Porto Velho, Guajará, Manaus, Rio de Janeiro, então o pessoal ia de manhã e voltava a tarde nos voos do próprio exército. E ali nós temos aquela enfermaria, eu nasci ali, em 1977, ali tinha cinco enfermeiras civis trabalhando com os militares, então cirurgias de grande complexidade eram feitas aqui. O comércio, em grande parte, todo ele foi feito aqui. Então temos uma população hoje de 402 pessoas aqui dentro, são 80 famílias. Então essas pessoas é que hoje, mais os filhos, os netos, dos que já partiram que continuam na formação dessa comunidade. Hoje a gente é uma comunidade quilombola, mas é uma comunidade histórica. Por conta do patrimônio. E a gente, como tu percebeu, a gente continua desenvolvendo, junto com o pelotão aqui, cuidando dessa parte histórica também e ajudando no processo de conservação, divulgação do patrimônio também.

AVF: E, na sua visão, quais são os benefícios e quais são as dificuldades de ser uma comunidade de fronteira?

EP: A grande dificuldade, não para nós aqui, mas que eu sinto pelo pessoal de lá é que eles não podem vir aqui. Nós temos algumas orientações onde o comandante orienta de que o porto não é legalizado, então ele não pode servir para embarque e desembarque, a não ser de usufruto da própria comunidade. Então, antigamente alguns comandantes permitiam que o pessoal viesse por aqui, fizessem as compras no mercadinho, fossem daqui para Costa Marques. E a grande reclamação que a gente tem hoje, recebe hoje, é de grandes grupos de pessoas da Bolívia que não podem vir pra cá visitar. Então, os nossos registros apontam bastantes visitantes da Bolívia, mas que ultimamente não estão podendo acessar por conta desse fechamento, dessa... A própria Covid levou a isso, então o pelotão zela pela segurança e eles optaram por segurar ainda o porto, manter ele fechado. Mas a gente sempre teve uma relação muito boa com o pessoal, então eles vinham pra cá, às vezes para passar o dia, para jogar futebol. Os nossos adolescentes que têm times aqui iam participar do campeonato ali em Ustarez, com eles lá e vice-versa. A relação é muito boa, mas a grande dificuldade que a gente percebe e recebe deles é justamente isso. Hoje eles vão sair dali e vão fazer compra em Costa Marques, então o cara tira, sai dali de Ustarez para ir para Costa Marques, o cara cobra R\$ 700 para levar. Então é um custo muito alto para essas pessoas, acho que a grande dificuldade é essa.

AVF: E esse fechamento do porto foi logo que se deu a pandemia? Quem administra é o pelotão?

EP: É o pelotão aqui porque está na faixa de fronteira, a fronteira é responsabilidade deles, então muitas vezes a gente acaba entendendo até pela segurança da comunidade, mas a gente também pensava que é uma necessidade, de divulgação, pro próprio turismo. Para a gente que depende disso e a própria comunidade também ser mais acessível, para ser mais acessível para o pessoal, porque tem coisas que... Nem sempre tu tem R\$ 700 pra pagar pra ir a Costa Marques.

AVF: E esses fluxos eram principalmente do pessoal que vinha fazer compras aqui? E se notava um fluxo da comunidade em direção a Puerto de Ustarez?

EP: Na verdade, aqui era uma rota dos estudantes de medicina, dos brasileiros, para a Bolívia. Então de Mato Grosso pra cá esses caras vinham e passavam todos por aqui. Alguns comandantes permitiam porque sabiam que era um compromisso com a formação deles. Mas muitos queriam aproveitar a oportunidade e passar mercadoria de grandes valores, coisa que o exército entende que não é possível porque não tem um posto da Receita Federal para a questão da cobrança dos impostos. Mas o movimento sempre foi dos estudantes de medicina e é um movimento muito grande.

AVF: E existem bolivianos que vivem aqui na comunidade?

EP: Aqui na comunidade tem alguns que já se naturalizaram, há mais de sessenta anos que moram aqui. Mas é muito pouco. No passado já foi maior o número.

AVF: E há registro de pessoas da comunidade que se mudaram pra comunidade boliviana?

EP: Hoje a gente tem uma senhora daqui que mora lá. Ela casou lá, então ela vai e vem. Ela tem acesso livre, porque ela está lá, mas ela tem residência aqui também. As filhas, as netas moram aqui, então ela vai e vem, mas ela está lá.

AVF: E a economia da comunidade é voltada principalmente para quais atividades?

EP: O que a comunidade tem é um grupo de funcionários públicos que são o pessoal da escola, tem um grupo de pescadores, tem um grupo de aposentados e pensionistas, tem um grupo de extrativistas. E aí o lucro, o dinheiro da comunidade é isso, gira em torno disso. Então, graças a Deus, ela tem uma renda própria que se mantém, daí a única coisa que às vezes precisa ir para fora é problema de saúde mais grave ou então quando é para fazer uma compra um pouquinho melhor, aí o pessoal vai até Costa Marques.

AVF: E existem algumas pessoas de outras comunidades próximas que se dirigem aqui em busca de... Você comentou que os moradores de Puerto Ustarez vinham aqui fazer muita compra, mas tem alguma outra comunidade próxima para a qual Forte Príncipe é uma referência?

EP: A gente tem, na verdade, pessoal de Santa Fé, que é outra comunidade, a sete quilômetros de Costa Marques para lá. Tem uma família de lá que vem vender farinha aqui. Então, eles vem vender farinha e aí, por ser duas comunidades mais próximas, tem essa ligação mais próxima, mais forte entre as duas. Mas é tranquila a relação com eles, e deles com a gente.

AVF: E como o senhor avalia o apoio dos diferentes governos aqui pra comunidade? Governo municipal, governo estadual ou mesmo governo federal. Tem algum olhar especial para a comunidade, seja por estar na fronteira, por algum outro aspecto?

EP: Olha, eu vou ser bem sincero, o que nós temos hoje aqui é, aqui sempre foi comunidade e exército. No passado existiram algumas dificuldades, alguns conflitos que foram sanados através de um TAC [Termo de Ajustamento de Conduta], então o TAC é da comunidade e do pelotão, é um tipo executivo que rege os dois. Esse TAC veio para melhorar o nosso dia a dia, é esse fluxo aqui, você acabou de ver que o comandante estava aqui, o subcomandante estava aqui, mas em si, por ser uma comunidade histórica, por ser um espaço do exército, histórico, isso aqui era pra ser a menina dos olhos do estado. Mas o que a gente percebe? Muitas vezes a gente recebe visita de tudo quanto é secretário, mas ninguém aplica nada aqui. A gente não tem olhar do governo federal para isso aqui, a gente não tem muito o olhar do estado pra isso. O município faz alguma coisinha, mas é algo que às vezes não se destaca dentro da necessidade do que é essa comunidade, do potencial que ela tem. Então, assim, tu entrou dentro do Forte, você viu o que está acontecendo lá. Isso aqui era pra ser bem melhor. Não dá pra botar asfalto aqui, vamos botar bloquete. Fazer disso aqui uma menina dos olhos do estado, mas a gente não sente isso.

Claro que vem muitas pessoas, tem vontade de fazer isso, mas a gente sabe que não depende de uma só pessoa. A vontade de um não é a realidade de um grupo todo. Então a gente sente falta, a gente precisa do investimento dos órgãos públicos para melhorar isso aqui. O nosso dia a dia enquanto comunidade, enquanto pessoas aqui poderia ser melhor. A grande dificuldade da falta de apoio está nisso. A gente está debaixo de uma mangueira, a gente poderia estar debaixo de um barracão. Tu viu esse fluxo de turistas aqui. Isso aqui é todo dia, é isso.

AVF: Uma estrutura..

EP: E a gente tem que atender. Então o poder público, os órgãos estão muito distantes da nossa realidade aqui. A gente sente falta disso. Tipo, eu, o Angel e o Santiago, a gente trabalha como guia, mas voluntário. Nós dependemos daquilo que o visitante vem e contribui voluntariamente. Então o nosso dia a dia é isso. Mas a gente faz o nosso trabalho que poderia ser melhor, poderia ser muito melhor. Mas a gente se esforça, a gente até agradece porque a gente tem essa parceria com o exército aqui. E a gente não parou, apesar dessa falta dos olhares, a gente não parou, mas a gente precisa realmente sentir, a gente continua sem sentir apoiado pelos órgãos, pelo Estado, sendo que hoje a gente tem o maior forte das Américas, é nosso. Então a gente precisa sentir que o poder público está olhando para a gente e dizer “eu vou ajudar vocês nisso e nisso”, mas é a nossa realidade. De coração eu te falo, a gente não reclama, porque a gente não parou.

AVF: E uma última pergunta, existe alguma conversa, alguma tratativa com os governos bolivianos para alguma questão em comum entre a comunidade lá e vocês?

EP: Com a gente não. O que tem é com os grandes empresários do Brasil. Eles querem a construção da estrada Transpacífica por aqui, mas, igual eu reclamei muitas vezes até para o vice-prefeito, estão fazendo um projeto, um trabalho, claro que ele se torna muito importante, mas até hoje a comunidade não participou disso. Ou seja, eles querem fazer e chegar na gente “ó, está tudo resolvido, isso aqui é assim e assim”. Sendo que a maior parte envolvida é a comunidade, porque todo esse progresso vai trazer também um retrocesso, um malefício muito grande. Tipo aqui, tu que veio da cidade grande, onde que tu vai ver umas senhoras com criança sentada na beira da rua nessa tranquilidade? Aqui o pessoal sai e deixa sua casa aberta, se ele precisar ficar dois dias fora, a casa fica aberta, ninguém mexe. E aí o que muitos tem a preocupação é isso: “Elvis, quando isso acontecer, nós vamos ter sossego?” Mas, assim, esse projeto da Transpacífico existe, está em andamento e, assim, eu de fato não sei o que vai acontecer, mas ele está em andamento. Mas entre os governos brasileiro e boliviano existe sim essa tratativa para melhorar, facilitar a vida, baratear os custos dos transportes de grãos. Mas aí vamos ver o que Deus reserva pra isso no futuro, se for pra trazer melhoria que traga, que a gente esteja pronto, que o governo olhe pra gente quando isso acontecer, porque querendo ou não é algo que vai realmente impactar o nosso dia a dia. Então a gente precisa desse olhar que está faltando agora nesse momento aí que as coisas acontecerem.

Apêndice AN – Transcrição da entrevista com José Cassiano da Rocha Neto, Secretário Adjunto de Ação Social, Adriana Silva Nascimento, Chefe do Gabinete da Prefeitura e Krefia Gonçalves Ferreira Miranda, Secretária Municipal de Ação Social de Costa Marques (Rondônia, Brasil)

Entrevistador: André Vieira Freitas.

Entrevistados: Adriana Silva Nascimento, Krefia Gonçalves Ferreira Miranda e José Cassiano da Rocha Neto.

Data: 19 de janeiro de 2022.

Local: Costa Marques (Rondônia, Brasil).

Arquivo de áudio no formato mp3. Duração: 15'26".

AVF: Quais os benefícios e desafios para Costa Marques como município fronteiriço na visão de vocês?

JCRN: Como poder municipal que sofre diretamente as influências da comunidade ao lado, a gente tem dificuldade para o atendimento na área da saúde. Um dos principais gargalos para a gente é a execução da saúde, porque eles não têm documentação, não têm como regulamentar, fazer procedimento cirúrgicos. Não é que não queiramos, pelo contrário, queremos, porém a legalidade que deve ser cumprida não há por parte das pessoas que nos buscam. Então, por saber que a gente está numa comunidade, ser uma cidade mais afastada e aí o que acontece? Por natureza a gente deveria ter um acompanhamento mínimo do Ministério das Relações, que é o mínimo pra gente ter legalidade e amparo.

AVF: E vocês verificam algum benefício pelo fato de ser um município fronteiriço, alguma vantagem, alguma característica especial do município por isso?

JCRN: Os benefícios existem em qualquer convívio humano. Eu lhe digo por ser uma ação mútua, ambos os países se beneficiam porque as pessoas precisam trabalhar, fomentar as atividades econômicas que acontecem em ambos os lados, tanto no Brasil, quanto na Bolívia. As culturas regionalizadas, também essa troca cultural enriquece muito o local. Então são coisas que trazem benefício e não deixam a cidade se apagar ou deixam virar uma cidade abandonada no sentido.

AVF: Como o governo municipal avalia o apoio dos governos federal e estadual relativos à fronteira?

ASN: Nós não temos tanto, no governo do estado. Nem estadual, nem da esfera federal. O maior apoio hoje se chama municipal, o poder municipal.

JCRN: Quem exerce maior trabalho nessa questão de relações públicas, de gerenciamento de pessoas dos grupos humanos que tem dentro dessas comunidades é o poder público de Costa Marques. Porque como o senhor sabe, não existe, eles chamam até de aduana, que é aquela entidade que existe onde existe todas as esferas que regulamentam o cruzamento entre os países, porém não existe por parte do Brasil, porque na parte boliviana existe uma, mas a nossa não está ativada.

AVF: Existe alguma conversa, alguma iniciativa conjunta entre o governo de Costa Marques e os governos locais e regionais bolivianos, seja dos municípios aqui próximos ou do departamento do Beni? Já houve alguma conversa?

ASN: Sim. Essa tem. Que nem eu te falei antes dos tratados, que o prefeito vai, principalmente para travessia. A balsa, que é um dos focos, isso vai beneficiar tanto o Brasil quanto a Bolívia. O prefeito sempre teve muito carinho por essa parte, pela população boliviana. Então sempre tem reuniões, sempre tem conversas, sempre tem ajustes junto ao governo municipal, que seria a prefeitura, junto aos governos bolivianos.

AVF: Então ultimamente a tratativa está voltada principalmente para tentar viabilizar essa balsa para facilitar a travessia. E o acesso hoje entre a comunidade de Buena Vista e a sede municipal de Costa Marques seria como? Como é essa travessia?

ASN: Hoje estamos esperando para essa travessia por balsa. Mas no caso é por barcos.

JCRN: Ela não é, digamos assim, regularizada, não existe um posto fiscal do lado brasileiro e nem existe um posto fiscal do lado boliviano. Porém, como existe essa simetria entre os municípios, tanto Buena Vista quanto Costa Marques, há essa relação boa que o município, o próprio prefeito procura estimular, manter a cordialidade entre os municípios, então ela é realizada através de barcos.

ASN: Tanto é que nesse tratado já os órgãos federais estão todos acionados, para que isso possa acontecer. Isso é um sonho. Se Deus quiser vai ser realizado.

AVF: Essa travessia então ela acontece em pequenas embarcações de particulares que cobram pelo trajeto? E o fluxo é intenso entre Costa Marques e Buena Vista?

ASN: Depende dos momentos. São momentos, mas tem. Ali do lado acaba sendo um polo turístico porque todas as pessoas, que nem eu te falo, que vem, que vem visitar Costa Marques. Todos vão ali e atravessam. E acho que, se você for lá, vai ter esse conhecimento.

AVF: Eu vi também que há duas comunidades muito próximas: o distrito Príncipe da Beira e, do lado boliviano, atravessando o rio, tem uma comunidade chamada Porto Ustarez. Esse fluxo é intenso também ou é menor? Também tem essa travessia cotidiana entre os...

JCRN: Ele é menor porque lá é uma comunidade, como o senhor sabe que lá é uma comunidade de travessia, lá é onde o prefeito quer colocar a balsa, porém lá está sendo regulamentado, devido a esses trâmites legais que estão ocorrendo, o fluxo lá só existe para que tenha acessibilidade às capitais bolivianas e acessibilidade às capitais brasileiras. Com isso, não tem comércio, não tem nada, tem uma comunidade de poucas pessoas que moram lá, é mais a armada boliviana, então não tem muita interatividade entre Brasil e Bolívia lá. Mas aqui entre Costa Marques e Buena Vista, por causa da questão do comércio, vira um atrativo que estimula esse caminho.

AVF: A ideia é que a balsa passe lá perto de Porto Sales para acessar a rede viária boliviana por aquele ponto?

JCRN: Sim.

AVF: A economia de Costa Marques atualmente está voltada para quais atividades principais?

JCRN: Agrícola.

AVF: Regionalmente, qual seria o papel de Costa Marques? Quais outras comunidades ou cidades são influenciadas por Costa Marques. Por exemplo, pessoal da Bolívia vem atrás de serviços e comércio aqui? Outras cidades menores em volta são atraídas por Costa Marques?

JCRN: Sim.

AVF: Quais cidades você destacaria?

JCRN: Por incrível que pareça todas as comunidades estabelecidas ribeirinhas aí, o ponto de acesso e suporte técnico que existe é Costa Marques. Então, por todo mundo vir a Costa Marques vira um gargalo para a gente, porque são muitas pessoas buscando saúde, buscando agricultura, buscando suporte agropecuário, então isso acaba virando um gargalo de todas essas comunidades, tanto acima quanto abaixo do rio, elas buscam Costa Marques. As pessoas falam que é certamente longe da capital, mas é um longe que é mais perto da capital. Aqui acontece tudo. E acaba sobrecarregando a gestão pública, aí é onde o prefeito tem que correr atrás para tentar desenvolver as coisas.

AVF: E Costa Marques é atraída por quais outros centros maiores? Quando não tem um serviço aqui geralmente a população recorre a quais outras cidades?

JCRN: Guajará, que é a próxima cidade. É Guajará, que é a próxima cidade.

AVF: Sobre esse fluxo entre Brasil e Bolívia por Costa Marques, você destacaria que ele seria prioritário em qual área? Seria comércio, turismo, serviços de saúde? Como é esse fluxo?

JCRN: Esse fluxo ele é baseado praticamente na questão comercial, os outros dados, saúde, agricultura, obras, essas coisas que acontecem esse fluxo, que eles vêm, solicitam da gestão, porém eles não têm. Só existe comércio que são os dois principais eixos dessa relação. Que eles vêm atrás da gestão pública, atrás da saúde e o comércio, que o nosso comércio é o maior fluxo que tem lá que é o comércio do nosso país, da nossa cidade.

AVF: E a pandemia de Covid-19 acabou afetando em algum momento essa relação entre a comunidade e Costa Marques?

JCRN: Eu vou falar uma coisa, o nosso gestor, o nosso prefeito foi muito pontual nessa ação e ele foi muito incisivo. Então devido a postura dele ser coerente, concisa, com todas as tratativas, parâmetros, não afetou.

AVF: Existem bolivianos que vivem em Costa Marques? Na comunidade. É notável a presença deles?

JCRN: Muitos! Muitos!

KGFM: Inclusive a saúde sofre muito com isso, porque a Bolívia toda vem para o atendimento, eles não são legalizados, não tem cartão do SUS.

JCRN: Documentação.

KGFM: Na pandemia mesmo a gente sofreu muito. O maior número de casos, eles já chegavam aqui praticamente no limite, por isso que nossa demanda de oxigênio, de medicamento, teve um momento que ficou bem escasso, porque eles já vinham praticamente desgovernados naquelas canoinhas, como já estava no limite, entrando aqui já direto para os balões de oxigênio. Então isso fez um sobrepeso para a saúde, devido a isso, eles não tinham uma medicação, não tinham um acompanhamento, já chegavam aqui bem debilitados mesmo.

AVF: Há bolivianos que moram aqui... E vocês percebem aquele fluxo de alguns que vem trabalhar aqui e depois voltam?

KGFM: Tem até médico. Tem uns médicos que estão aqui com a gente e são de lá.

JCRN: É. Normal. Super comum.

KGFM: Eles nascidos daqui, foram embora, formaram, “bora pro lado de lá” e agora estão atuando aqui no hospital.

JCRN: É, essa relação comercial...

KGFM: Professores, que vão de lá para cá, daqui para lá.

JCRN: Isso.

KGFM: E boa parte dos bolivianos que tem aquelas lojinhas moram aqui também. Vão lá, trabalham e voltam para cá.

JCRN: Isso foi uma questão do nosso prefeito que visando, vendo essa ação comercial entre os países, ele quis legalizar e agora está instaurando a balsa, que é uma forma de legalizar e trazer poder aquisitivo para a comunidade, para nossa cidade.

KGFM: No período da pandemia, os barcos não iam, as pessoas não iam lá. Tinha o grupo do *Whatsapp*, você ligava e a mercadoria que você queria, eles traziam e entregava na beira do rio. Porque tem um grupo que comercializa ali, então mesmo assim teve uma comercialização.

AVF: Vocês já comentaram um pouco, mas há brasileiros que vão trabalhar lá? Que moram lá?

JCRN: Sim. Moram lá.

KGFM: Tem que mora lá.

JCRN: Tem muitos que moram lá e tem muitos que moram aqui. Aquela área da palafita que você vê, das casas suspensas, ainda tem uma comunidade atrás dela.

KGFM: Estudantes também.

KGFM: As famílias bolivianas que moram aqui e vão estudar lá na Bolívia pra estudar o idioma deles. Tem alguns que moram lá e que estudam nas nossas escolas aqui.

AVF: Tem um acordo entre o Brasil e a Bolívia, de 2004, que prevê a permissão de residência, estudo e trabalho aos nacionais brasileiros e bolivianos. Esse acordo envolve algumas cidades, como Guajará-Mirim e Guayaramerín, Cobija e Brasiléia, Cárceres e San Matías. Já chegou alguma coisa enquanto prefeitura sobre esse acordo? Vocês achariam interessante incluir Costa Marques para permitir esse fluxo regularizado?

JCRN: O que eu posso dizer como gestão pública é que o nosso prefeito está correndo de todas as formas para legalizar tudo, todos os parâmetros, comercial, saúde, educação. Nesse convívio entre Brasil e Bolívia, o prefeito Miranda está trabalhando para que, como eu lhe disse no começo, o problema que eles vêm pedir saúde e eles não tem documento, não tem nada, então fica difícil...

KGFM: Cesta básica. Atendimento de benefício por ser idoso.

JCRN: Viajar.

KGFM: Kit Mamãe Cheguei, que é programa social que a gente tem na ação social. Querendo ou não, a gente acaba que tem que atender.

JCRN: Seria interessante. Tudo que vem para agregar na gestão do prefeito, ele aceita de muito bom grado e de cabeça aberta. Então se você vem com uma

ação dessa que vai trazer, agregar valor, ainda mais para uma questão dessa agora no momento, que é a transação da balsa, vai ser maravilhoso para a gente. Quanto mais regularização, melhor. Que ele anda correto e ele quer que as coisas andes corretas.

KGFM: Tem interesse de ajudar. Porque geralmente eles são famílias carentes e grandes. A população de lá, do lado de lá, e eles alegam que a parceria boliviana é muito pouca. Interesse de apoiar, de ajudar. Como é o nome daquela do quilombo lá, Cassiano, todos que vem para cá, quilombo dos indígenas?

JCRN: Do Bahia das Onças?

KGFM: A relação comercial, por exemplo, eles fazem a compra do mês tudo aqui, que vai para lá.

JCRN: Ele estava perguntando...

KGFM: A saúde indígena...

JCRN: Então, ele fez a pergunta no começo sobre a questão comercial. Porque Costa Marques é esse marco. Todas as comunidades que estão aí, esse é o grande gargalo, vem buscar de Costa Marques, o prefeito sofre muito com isso, porque querem que ele faça as coisas sem regularização. Então você está vendo aí, por isso que ele está buscando a regularização, ele está indo pelo caminho correto porque ele quer ajudar, mas as pessoas têm que estar regularizadas. Se você vai buscar ajuda, você tem que estar regularizado para eu poder te ajudar, porque não tem como acontecer as coisas da noite para o dia.

Apêndice AO – Transcrição da entrevista com Mercilia Raimunda Henry Soares, funcionária da municipalidad provincial de Tahuamanu, em Iñapari (Madre de Dios, Peru)

Entrevistador: André Vieira Freitas.

Entrevistada: Mercilia Raimunda Henry Soares

Data: 11 de janeiro de 2022

Local: Iñapari, Madre de Dios, Peru.

Arquivo de áudio no formato mp3. Duração: 10'28".

AVF: En su visión, ¿cuáles son los principales beneficios desafíos para Iñapari como distrito fronterizo?

MRHS: ¿Beneficios en qué sentido? ¿Cómo nosotros nos beneficiamos ella de Brasil?

AVF: De la condición de frontera. De estar cerca de Brasil y Bolivia. ¿Cuáles son los puntos positivos, buenos?

MRHS: Bueno, aquí más que nada es en Brasil el tema económico. Nosotros siempre hemos necesitado de ellos, de sus productos, de su comercio de ellos. Al igual que ellos de nosotros. O sea, el tema de cebolla, tomate, ajo, ellos más consumen de nosotros que los de ellos. Eso y, bueno, siempre la relación armoniosa que habido en el tema, por decir, acá los personales que nosotros tenemos, cevichería, pizzería, pollería que ellos consumen mucho de nosotros. Eso, más que nada. Todo el tiempo en las relaciones han sido más de comercio, han sido muy amistosas. Ahorita, con el problema del puente, se ha quedado un poco parado. Todo eso.

AVF: Y ¿cuáles serían algunos problemas o dificultades que ustedes enfrentan por estar en la frontera? ¿hay alguna?

MRHS: En una época ha sido el tema de la delincuencia, generalmente, robos. A veces había robos de motocicletas de aquí que llevaban allá. Eso si se ha visto mucho. Robo de comercio también ha habido en algún momento. Más que nada de allá.

AVF: Y ¿cómo usted evalúa el apoyo de los gobiernos departamental y nacional para acá, ustedes en la frontera?

MRHS: Acá nosotros tenemos un fondo común, que es el dinero que el gobierno da para los municipios provinciales, distritales, lo que hay. Pero estamos abandonados en cierto aspecto. Y ahorita también con el tema del cierre de la frontera que no se ha podido hacer nada. Y, lógico, una frontera está cerrada cuando por el río van y vienen a sus anchas. Se ve contrabando, todo eso. Algunos se han beneficiado con este tema, traer calabresa, traer cerveza a vender en Puerto, a vender en Iberia. Así, estamos en cierto tema abandonados. Por un tema del censo también, nosotros en el último censo creo que teníamos

un poco más de 1000 habitantes. El último censo que se hizo no válido no fui válido... Entonces la población ha aumentado. Aumenta la población aumentan las necesidades, aumentan los servicios que nosotros tenemos que resolver y el presupuesto hace más de... yo tengo 13 años aquí, y no habido una variación significativa. Se supone que el fondo común va en relación al tema de la población, que no se ha podido dar porque como simplemente para ellos el censo dice que tenemos 1000, y con esos 1000 tenemos que trabajar. Ahorita no, si tú te das cuenta, no somos 1000, somos mucho más. Hay mucha gente que ha emigrado acá. El otro tema es que siempre con Brasil ha habido una población flotante quieras o no. Entonces tendría que mejorar también el tema de seguridad que tampoco se ha mejorado, porque el gobierno, el ministerio exterior nos dice que, para tener una comisaría con todos los aspectos, tendríamos que tener unos 10.000 habitantes. Entonces, con los que tenemos, solo es un puesto de vigilancia fronteriza. Ahí ya fueron muchos temas de que quedamos en el aire, si hay un robo, una violación, muchas cosas ya se tienen que llevar a Iberia, cosas que no se pueden hacer aquí. A veces aquí no te aceptan una denuncia por ese tema que ellos solamente son un puesto de vigilancia fronterizo. Tenemos pocos policías que a veces no ayudan cuando se tiene que hacer intervención, si se tiene que buscar la manera de prevenir. En el tema del río, por decir que ha habido antes de fiestas, buscábamos este tema de prevención porque los botes ban y vienen, no hay un control. Y de allá generalmente venían los (inaudible), los cabocos que les llaman, generalmente venían hacer problema acá con los locales, pelea con machete. Nos ponen en riesgo nosotros por todo este tema. Si hubiese más temas de seguridad, del ejército, marina, policía hubiese más números podría haber un control. Innegable es que se vaya y se venga porque ambos nos necesitamos, ambos nos países nos necesitamos. Pero tiene que haber un control, quieras o no tiene que haber un control porque por ahí por el río pasa de todo.

AVF: ¿Hay conversaciones de la municipalidad de Iñapari con los municipios de Brasil y Bolivia, con los departamentos y estados? ¿Hay conversaciones o acciones conjuntas de ustedes para cuestiones generales que ustedes enfrentan conjuntamente?

MRHS: Antes de que hubiera el tema del puente siempre Perú y Brasil han tenido buenas relaciones incluso con Bolivia. Hacían fóruns, que iba gente de aquí a Bolivia, a Cobija, ellos también venían acá. Se les invitaba para el tema de la, por decir, cuando hubo el tema de la inmigración, que ha sido hace ocho años el último, seis años, el último. Se unen, se unen los tres, porque igual nos afectamos. Entonces ven el tema de prevención, de las necesidades básicas que se van a necesitar. Entonces vienen los bomberos de Assis, hacen aquí todo el sistema, todo el plan de seguridad. Sí, hay muy buena relación, en eso sí. Ahorita por este tema del cierre de la frontera, si un poco que nos hemos alejado, pero siempre ha habido muy buena comunicación.

AVF: Usted me hablaba un poco de eso de la pandemia, como afectó, que ahora sigue cerrada la frontera, pero ¿hay conversaciones con el gobierno nacional para liberar el cruce?

MRHS: Se ha hecho, se ha hecho. El mismo alcalde con el gobernador regional, incluso el congresista de Madre de Dios que está en Lima ha presentado su moción, ha hecho todo, pero no se ha obtenido respuesta todavía, porque creo yo ellos lo ven de un tema que, abren una, tienen que abrir todas las fronteras. Y tienen que ver. Lamentablemente los problemas no son los mismos para todos, hay situaciones, por ejemplo, en Ecuador, que han estado pasando bastante tráfico de personas, de gente ilegalmente, de los haitianos, de toda la gente que viene de allá que quiere pasar. Aquí también hay, no el número muy grande como allá, pero sí, hay. Entonces, como te digo, no hay un control, los efectivos policiales son muy pocos, no tenemos ejército, no tenemos marina, ahorita están de apoyo, pero son uno, dos, no es como se necesitaría para llevar este control.

AVF: Y aparte de ahora por la pandemia, antes, en general, ¿cuáles son los principales intercambios, los flujos?, ¿la gente viene a calle Brasil por turismo, para estudiar, para trabajar? Y la gente de Bolivia igual. Y ¿la gente de acá se dirige a Brasil o Bolivia para qué?

MRHS: nosotros tenemos mucho intercambio más con Brasil que con Bolivia, por la cercanía que nosotros tenemos. Hay gente de allá que trabaja acá, había gente de aquí que trabajaba allá. Incluso ahorita hay mucha gente que vive en Assis y viene a trabajar. Entonces se ha tratado de buscar una manera de que se les de la facilidad de pasar en el puente. Lo que a veces sales tarde de trabajando y no puedes pasar por el por el río. Hay más ese cambio. En cuanto a estudiantes, antes de que se dé el tema de pandemia, había niños que estudiaban en Brasil y también habían niños brasileños que estudiaban acá en el Perú.

AVF: Y ¿hay brasileños que viven acá Iñapari y peruanos que viven allá en Assis? ¿Se nota?

MRHS: En mi caso, por decir, yo con la pandemia me vi afectada en el tema de que mi mamá es brasilera y la casita está allá. Y con esto de la pandemia, para poder trabajar, he tenido que dejar mi casa, venir acá y pagar un alquiler, otro gasto que no debería hacer. Hay mucho eso. Hay muchos. Hay peruanas que se casan con brasileños, brasileños que se casan con peruanas. Hay mucho ese vínculo acá. Siempre ha sido una frontera muy (inaudible) ah, mira que estoy hablando de, ¿cuántos años?, yo tengo 45, 44 años, en esa época, mi papá peruano se casó con mi mamá brasilera. Mi mamá se fue a Lima vivir con toda su documentación. Después de años se han vuelto acá. Yo también vine para acá y tengo familia allá. O sea, hay mucha cercanía. Por eso te digo, es más con Brasil que con Bolivia. Bolivia está un poquito más alejada. Antes había más afluencia aquí cuando había el Cobijita. Aquí se cruzaba el río y estabas en Bolivia. Y siempre habían reuniones, fiestas. Siempre la gente iba, por sus aniversarios. Pero con las dos inundaciones que hubieron seguidas el pueblito se tuvo que alejar. Y ya como que ahí se acabó mucho este contacto que se tenía con ellos.

Apêndice AP – Termo de consentimento referente aos questionários sobre centralidade aplicados nos núcleos fronteiriços (versão em português)¹¹⁹

PESQUISA – NÚCLEOS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

Termo de consentimento

Você está sendo convidado(a) a participar da minha **pesquisa** de doutorado sobre a **fronteira** entre **Brasil** e **Bolívia**, com o preenchimento do **questionário** abaixo, composto por um bloco com nove perguntas e outro com sete. Sua participação será de grande ajuda no sentido de compreender sua percepção e experiência na fronteira entre os dois países.

Eu me chamo André Vieira Freitas e sou estudante de doutorado na Universidade de Brasília. Enquanto pesquisador, comprometo-me a utilizar os **dados** fornecidos estritamente para **fins acadêmicos** e garanto que sua **privacidade** será **respeitada**, ou seja, seu nome e qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, identificá-lo, será mantido em sigilo. Informo ainda que não há qualquer custo material ou prejuízo a você como participante da pesquisa.

Em caso de dúvidas, sugestões ou reclamações ou qualquer outro esclarecimento me disponho a responder por meio do e-mail: andrevfr@gmail.com ou WhatsApp: +55 xx x xxxx xxxx.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza do referido estudo:

() Aceito participar da pesquisa () Não aceito participar da pesquisa

Assinatura (participante)

¹¹⁹ O referido arquivo constitui o modelo utilizado para o termo de consentimento. Os termos originais com os dados dos informantes encontram-se arquivados sob sigilo, de acordo com o termo por eles assinados. Também visando a preservar a privacidade do pesquisador, o telefone pessoal foi omitido, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice AQ – Termo de consentimento referente aos questionários sobre centralidade aplicados nos núcleos fronteiriços (versão em espanhol)¹²⁰

INVESTIGACIÓN – NÚCLEOS EN LA FRONTERA BOLIVIA-BRASIL

Formulario de consentimiento

Se le invita a participar en mi **investigación** doctoral sobre la frontera entre Bolivia y Brasil, completando el siguiente cuestionario, que consta de 14 preguntas. Su participación será de gran ayuda para comprender su percepción y experiencia como habitante de la frontera.

Mi nombre es André Vieira Freitas y soy estudiante de doctorado en Geografía en la Universidad de Brasilia. Como investigador, me comprometo a utilizar los **datos** proporcionados estrictamente con **finés académicos** y garantizo que **se respetará su privacidad**, es decir, se mantendrá la confidencialidad de su nombre y cualquier otro dato o elemento que pueda identificarlo. Además, le informo que no hay ningún costo material o daño para usted como participante en la encuesta.

En caso de dudas, sugerencias, quejas o cualquier otra aclaración, estoy dispuesto a responder por correo electrónico: andrevfr@gmail.com o WhatsApp: +55 xx x xxxx xxxx.

Finalmente, habiendo sido guiado en cuanto al contenido de todo lo aquí mencionado y comprendido la naturaleza del estudio:

Acepto participar en la investigación en la encuesta **No acepto participar en la encuesta**

Firma (participante)

¹²⁰ O referido arquivo constitui o modelo utilizado para o termo de consentimento. Os termos originais com os dados dos informantes encontram-se arquivados sob sigilo, de acordo com o termo por eles assinados. Também visando a preservar a privacidade do pesquisador, o telefone pessoal foi omitido, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice AR – Termo de consentimento referente ao questionário sobre fluxos aplicado nos núcleos fronteiriços (versão em português)¹²¹

PESQUISA – FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

Termo de consentimento

Você está sendo convidado a participar da minha **pesquisa** de doutorado sobre a **fronteira** entre **Brasil** e **Bolívia**, com o preenchimento do **questionário** abaixo, composto por 14 questões. Sua participação será de grande ajuda no sentido de compreender a sua percepção e experiência na fronteira entre os dois países.

Eu me chamo André Vieira Freitas e sou estudante de doutorado em Geografia na Universidade de Brasília. Enquanto pesquisador, comprometo-me a utilizar os **dados** fornecidos estritamente para **fins acadêmicos** e garanto que sua **privacidade** será **respeitada**, ou seja, seu nome e qualquer outro dado ou elemento que possa identificá-lo será mantido em sigilo. Informo ainda que não há qualquer custo material ou prejuízo a você como participante da pesquisa.

Em caso de dúvidas, sugestões, reclamações ou qualquer outro esclarecimento, disponho-me a responder por meio do e-mail: andrevfr@gmail.com ou WhatsApp: +55 xx xxxx x xxxx.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza do referido estudo:

Aceito participar da pesquisa da pesquisa

Não aceito participar

Assinatura (participante)

¹²¹ O referido arquivo constitui o modelo utilizado para o termo de consentimento. Os termos originais com os dados dos informantes encontram-se arquivados sob sigilo, de acordo com o termo por eles assinados. Também visando a preservar a privacidade do pesquisador, o telefone pessoal foi omitido, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice AS – Termo de consentimento referente ao questionário sobre fluxos aplicado nos núcleos fronteiriços (versão em espanhol)¹²²

INVESTIGACIÓN – NÚCLEOS EN FRONTERA BOLIVIA-BRASIL

Formulario de consentimiento

Se le invita a participar en mi **investigación** doctoral sobre la frontera entre Bolivia y Brasil, completando el siguiente cuestionario, que consta de 14 preguntas. Su participación será de gran ayuda para comprender su percepción y experiencia de la frontera entre los dos países.

Mi nombre es André Vieira Freitas y soy estudiante de doctorado en Geografía en la Universidad de Brasilia. Como investigador, me comprometo a utilizar los **datos** proporcionados estrictamente con **finés académicos** y garantizo que **se respetará su privacidad**, es decir, se mantendrá la confidencialidad de su nombre y cualquier otro dato o elemento que pueda identificarlo. Además, le informo que no hay ningún costo material o daño para usted como participante en la encuesta.

En caso de dudas, sugerencias, quejas o cualquier otra aclaración, estoy dispuesto a responder por correo electrónico: andrevfr@gmail.com o WhatsApp: +55 xx x xxxx xxxx.

Finalmente, habiendo sido guiado en cuanto al contenido de todo lo aquí mencionado y comprendido la naturaleza del estudio:

Acepto participar en la investigación en la encuesta **No acepto participar en la encuesta**

Firma (participante)

¹²² O referido arquivo constitui o modelo utilizado para o termo de consentimento. Os termos originais com os dados dos informantes encontram-se arquivados sob sigilo, de acordo com o termo por eles assinados. Também visando a preservar a privacidade do pesquisador, o telefone pessoal foi omitido, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice AT – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com José Kinn Franco, Embaixador da Bolívia no Brasil¹²³

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Aceito participar da pesquisa sobre as relações bilaterais entre o Estado Plurinacional da Bolívia e a República Federativa do Brasil, com ênfase na cooperação fronteiriça, de André Vieira Freitas, discente do curso de Doutorado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, orientado pela Prof.^a Dr.^a Marília Steinberger.

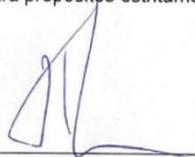
Como participante da pesquisa declaro que concordo em ser entrevistado uma ou mais vezes pelo pesquisador em local e duração previamente ajustados. Foi-me esclarecido, igualmente, que eu posso optar por métodos alternativos, que são: recusar a gravação da entrevista e recusar o uso dos textos completos na pesquisa.

Fui informado(a) pelo pesquisador que tenho a liberdade de deixar de responder a qualquer questão ou pergunta, assim como recusar, a qualquer tempo, participar da pesquisa, interrompendo minha participação, temporária ou definitivamente. Poderei manter contato com o pesquisador pelo telefone [REDACTED] ou através do e-mail andrevfr@gmail.com.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

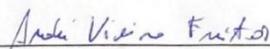
Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, comprometendo-se, o pesquisador, a utilizar as informações que prestarei somente para propósitos estritamente acadêmicos.

Brasília, 30 de setembro de 2019.



Assinatura do Entrevistado

Nome do entrevistado: JOSÉ KINN FRANCO
Nacionalidade: BOLIVIANO
Documento de identidade: [REDACTED]
Atividade/Cargo/função: EMBaixADOR
Contato do entrevistado: [REDACTED]



Assinatura do pesquisador

¹²³ O telefone do pesquisador e do entrevistado, assim como o número do documento do entrevistado foram omitidos, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice AU – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Gabriela Guimarães Grazinelli, diplomata que atuou na missão diplomática brasileira em La Paz (Bolívia)¹²⁴

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Aceito participar da pesquisa sobre as relações bilaterais entre a República Federativa do Brasil e o Estado Plurinacional da Bolívia, com ênfase na cooperação fronteiriça, de André Vieira Freitas, discente do curso de Doutorado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, orientado pela Prof.^a Dr.^a Marília Steinberger.

Como participante da pesquisa, declaro que concordo em ser entrevistada uma ou mais vezes pelo pesquisador em local e duração previamente ajustados, com a anuência da gravação dos diálogos. Foi-me esclarecido, igualmente, que eu posso optar por métodos alternativos, que são: recusar a gravação da entrevista e recusar o uso dos textos completos na pesquisa.

Fui informada pelo pesquisador que tenho a liberdade de deixar de responder a qualquer questão ou pergunta, assim como recusar, a qualquer tempo, participar da pesquisa, interrompendo minha participação, temporária ou definitivamente. Poderei manter contato com o pesquisador pelo telefone +55 61 [REDACTED] ou através do e-mail andrevfr@gmail.com.

É garantido a mim o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientada quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, comprometendo-se, o pesquisador, a utilizar as informações que prestarei somente para propósitos estritamente acadêmicos.

Brasília, 28 de maio de 2021.

Gabriela G. Grazinelli
Assinatura da Entrevistada
Nome da entrevistada: Gabriela Guimarães Grazinelli
Nacionalidade: brasileira
Documento de identidade: [REDACTED]
Atividade/Cargo/função: Subchefe da BAM II - MRE
Contato do entrevistado: [REDACTED]

André Vieira Freitas
Assinatura do pesquisador

¹²⁴ O telefone do pesquisador, assim como o número do documento da e o e-mail da entrevistada foram omitidos, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice AV – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Gary Rivero Alcántara, Secretário de Coordenação Institucional do Governo Autônomo Departamental de Santa Cruz (Bolívia)¹²⁵

CONSENTIMIENTO LIBRE Y CLARIFICADO

Acepto participar en la investigación sobre ciudades fronterizas entre Bolivia y Brasil, en lo que se refiere a las acciones del gobierno del departamento de Santa Cruz, realizada por André Vieira Freitas, estudiante del curso de Doctorado Académico del Programa de Posgrado en Geografía de la Universidad de Brasilia, supervisado por la Prof. Dra. Marília Steinberger.

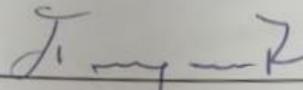
Como participante de la investigación, declaro que acepto ser entrevistado una o más veces por el investigador en un lugar y duración previamente definidos, con el consentimiento de la grabación de los diálogos. También se me aclaró que puedo elegir métodos alternativos, que son: rechazar la grabación de la entrevista y rechazar el uso de los textos completos en la investigación.

El investigador me informó que tengo la libertad de dejar de responder cualquier pregunta, así como de negarme, en cualquier momento, a participar en la investigación, interrumpiendo mi participación, temporal o definitivamente. Podré contactar con el investigador por teléfono +55 61 [REDACTED] o por correo electrónico andrevfr@gmail.com.

Tengo garantizado el libre acceso a toda la información adicional y aclaraciones sobre el estudio y sus consecuencias, es decir, todo lo que quiero saber antes, durante y después de mi participación.

Finalmente, habiendo sido orientado en cuanto al contenido de todo lo aquí mencionado y comprendido la naturaleza y propósito del estudio mencionado, expreso mi libre consentimiento para participar en esta investigación. Y el investigador se compromete a utilizar la información que proporcionaré solo para fines estrictamente académicos.

Santa Cruz de la Sierra, 15 de Abril de 2021.


Firma del entrevistado

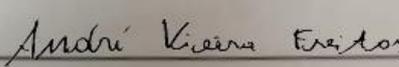
Firma del entrevistado: Gary Rivero Alcántara

Nacionalidad: Boliviana

Documento de identidad: [REDACTED]

Actividad / Puesto / Función: Secretario de Coord. Instit.

Contacto del entrevistado: [REDACTED]


Firma del investigador

¹²⁵ O telefone do pesquisador e o e-mail do entrevistado, assim como o número do documento do entrevistado foram omitidos, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice AW – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Cecília Giraldo Justiniano, Presidente da Assembleia Legislativa Departamental do Beni (Bolívia)¹²⁶

CONSENTIMIENTO LIBRE Y CLARIFICADO

Acepto participar en la investigación sobre ciudades fronterizas entre Bolivia y Brasil, en lo que se refiere al departamento de Beni, realizada por André Vieira Freitas, estudiante del curso de Doctorado Académico del Programa de Posgrado en Geografía de la Universidad de Brasilia, supervisado por la Prof. Dra. Marília Steinberger.

Como participante de la investigación, declaro que acepto ser entrevistada una o más veces por el investigador en un lugar y duración previamente definidos, con el consentimiento de la grabación de los diálogos. También se me aclaró que puedo elegir métodos alternativos, que son: rechazar la grabación de la entrevista y rechazar el uso de los textos completos en la investigación.

El investigador me informó que tengo la libertad de dejar de responder cualquier pregunta, así como de negarme, en cualquier momento, a participar en la investigación, interrumpiendo mi participación, temporal o definitivamente. Podré contactar con el investigador por teléfono +55 61 9 [REDACTED] o por correo electrónico andrevfr@gmail.com.

Tengo garantizado el libre acceso a toda la información adicional y aclaraciones sobre el estudio y sus consecuencias, es decir, todo lo que quiero saber antes, durante y después de mi participación.

Finalmente, habiendo sido orientado en cuanto al contenido de todo lo aquí mencionado y comprendido la naturaleza y propósito del estudio mencionado, expreso mi libre consentimiento para participar en esta investigación. Y el investigador se compromete a utilizar la información que proporcionaré solo para fines estrictamente académicos.

Trinidad, 12 de agosto de 2021.
Ciudad

Firma de la entrevistada

Firma de la entrevistada: [Firma] Cecília Giraldo Justiniano

Nacionalidad: Boliviana

Documento de identidad: [REDACTED]

Actividad / Puesto / Función: Presidenta Asamblea Legislativa Dptal. del Beni

Contacto de la entrevistada: _____

André Vieira Freitas
Firma del investigador

¹²⁶ O telefone do pesquisador e o número do documento da entrevistada foram omitidos, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice AX – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Carlos Fernando Aramayo Iriarte, Capitão e Diretor Departamental de Segurança e Cidadania de Pando (Bolívia)¹²⁷

CONSENTIMIENTO LIBRE Y CLARIFICADO

Acepto participar en la investigación sobre la frontera entre Bolivia y Brasil, en lo que se refiere al departamento de Pando, realizada por André Vieira Freitas, estudiante del curso de Doctorado Académico del Programa de Posgrado en Geografía de la Universidad de Brasilia, supervisado por la Prof. Dra. Marilia Steinberger.

Como participante de la investigación, declaro que acepto ser entrevistado una o más veces por el investigador en un lugar y duración previamente definidos, con el consentimiento de la grabación de los diálogos. También se me aclaró que puedo elegir métodos alternativos, que son: rechazar la grabación de la entrevista y rechazar el uso de los textos completos en la investigación.

El investigador me informó que tengo la libertad de dejar de responder cualquier pregunta, así como de negarme, en cualquier momento, a participar en la investigación, interrumpiendo mi participación, temporal o definitivamente. Podré contactar con el investigador por teléfono +55 61 [REDACTED] o por correo electrónico andrevfr@gmail.com.

Tengo garantizado el libre acceso a toda la información adicional y aclaraciones sobre el estudio y sus consecuencias, es decir, todo lo que quiero saber antes, durante y después de mi participación, incluyendo la conferencia de mis discursos y la información declarada en las entrevistas antes de la publicación por parte del investigador.

Finalmente, habiendo sido orientado en cuanto al contenido de todo lo aquí mencionado y comprendido la naturaleza y propósito del estudio mencionado, expreso mi libre consentimiento para participar en esta investigación. Y el investigador se compromete a utilizar la información que proporcionaré solo para fines estrictamente académicos.

Cobija, 19 de mayo de 2022.

Firma del entrevistado

Firma del entrevistado: Carlos Fernando Aramayo Iriarte

Nacionalidad: BOLIVIANO

Documento de identidad: [REDACTED]

Actividad / Puesto / Función: DIRECTOR DEPARTAMENTAL DE SEGURIDAD CIUDADANA

Contacto del entrevistado: _____

Firma del investigador

¹²⁷ O telefone do pesquisador e o número do documento do entrevistado foram omitidos, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice AY – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Rita de Cássia Oliveira Chiletto, Coordenadora do Núcleo de Assuntos Internacionais da Casa Civil do Estado de Mato Grosso (Brasil)¹²⁸

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Aceito participar da pesquisa sobre as cidades na fronteira entre Brasil e Bolívia, no que se refere às ações do governo de Mato Grosso, de André Vieira Freitas, discente do curso de Doutorado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, orientado pela Prof.^a Dr.^a Marília Steinberger.

Como participante da pesquisa declaro que concordo em ser entrevistado(a) uma ou mais vezes pelo pesquisador em local e duração previamente ajustados. Foi-me esclarecido, igualmente, que eu posso optar por métodos alternativos, que são: recusar a gravação da entrevista e recusar o uso dos textos completos na pesquisa.

Fui informado(a) pelo pesquisador que tenho a liberdade de deixar de responder a qualquer questão ou pergunta, assim como recusar, a qualquer tempo, participar da pesquisa, interrompendo minha participação, temporária ou definitivamente. Poderei manter contato com o pesquisador pelo telefone +55 61 [REDACTED] ou através do e-mail andrevfr@gmail.com.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado(a) quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, comprometendo-se, o pesquisador, a utilizar as informações que prestarei somente para propósitos estritamente acadêmicos.

Cuiabá, 11 de março de 2021.



Assinatura do(a) Entrevistado(a)

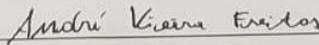
Nome do(a) entrevistado(a): Rita de Cássia O. Chiletto

Nacionalidade: Brasileira

Documento de identidade: [REDACTED]

Atividade/Cargo/função: Coordenadora do Núcleo de

Contato do(a) entrevistado(a): [REDACTED]



Assinatura do pesquisador

¹²⁸ O telefone do pesquisador e da entrevistada, assim como o número do documento da entrevistada foram omitidos, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice AZ – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Thaís Fernanda S. Guimarães, Coordenadora de Comércio Exterior da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul (Brasil)¹²⁹

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Aceito participar da pesquisa sobre as cidades na fronteira entre Brasil e Bolívia, no que se refere às ações do governo do departamento de Mato Grosso do Sul, de André Vieira Freitas, discente do curso de Doutorado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, orientado pela Prof.^a Dr.^a Marília Steinberger.

Como participante da pesquisa, declaro que concordo em ser entrevistado(a) uma ou mais vezes pelo pesquisador em local e duração previamente ajustados, com a anuência da gravação dos diálogos. Foi-me esclarecido, igualmente, que eu posso optar por métodos alternativos, que são: recusar a gravação da entrevista e recusar o uso dos textos completos na pesquisa.

Fui informado(a) pelo pesquisador que tenho a liberdade de deixar de responder a qualquer questão ou pergunta, assim como recusar, a qualquer tempo, participar da pesquisa, interrompendo minha participação, temporária ou definitivamente. Poderei manter contato com o pesquisador pelo telefone +55 61 [REDACTED] ou através do e-mail andrevfr@gmail.com.

É garantido a mim o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado(a) quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, comprometendo-se, o pesquisador, a utilizar as informações que prestarei somente para propósitos estritamente acadêmicos.

Campo Grande, 13 de MAIO de 2018



Assinatura do(a) Entrevistado(a)

Nome do(a) entrevistado(a): Thaís Fernanda S. GUIMARÃES

Nacionalidade: BRASILEIRA

Documento de identidade: [REDACTED]

Atividade/Cargo/função: Coord.: COMEX - SICOMS - SEMAGRO

Contato do(a) entrevistado(a): [REDACTED]



Assinatura do pesquisador

¹²⁹ O telefone do pesquisador e da entrevistada, assim como o número do documento da entrevistada foram omitidos, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice BA – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Isabella Almeida Silva Leite, Assessora de Relações Institucionais e Internacionais do Governo do Estado de Rondônia (Brasil)¹³⁰

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Aceito participar da pesquisa sobre as cidades na fronteira entre Brasil e Bolívia, no que se refere às ações do governo de Rondônia, de André Vieira Freitas, discente do curso de Doutorado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, orientado pela Prof.ª Dr.ª Marília Steinberger.

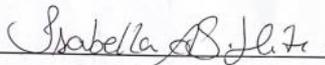
Como participante da pesquisa, declaro que concordo em ser entrevistada uma ou mais vezes pelo pesquisador em local e duração previamente ajustados, com a anuência da gravação dos diálogos. Foi-me esclarecido, igualmente, que eu posso optar por métodos alternativos, que são: recusar a gravação da entrevista e recusar o uso dos textos completos na pesquisa.

Fui informada pelo pesquisador que tenho a liberdade de deixar de responder a qualquer questão ou pergunta, assim como recusar, a qualquer tempo, participar da pesquisa, interrompendo minha participação, temporária ou definitivamente. Poderei manter contato com o pesquisador pelo telefone +55 61 [REDACTED] ou através do e-mail andrevfr@gmail.com.

É garantido a mim o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado(a) quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, comprometendo-se, o pesquisador, a utilizar as informações que prestarei somente para propósitos estritamente acadêmicos.

Porto Velho, 30 de junho de 2021.



Assinatura da Entrevistada

Nome da entrevistada: Isabella Almeida Silva Leite

Nacionalidade: Brasileira

Documento de identidade: [REDACTED]

Atividade/Cargo/função: Assessora de Relações Institucionais e Int'l

Contato da entrevistada: [REDACTED]



Assinatura do pesquisador

¹³⁰ O telefone do pesquisador e da entrevistada, assim como o número do documento da entrevistada foram omitidos, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice BC – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Paulo César Rocha dos Santos, Coronel PM e Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública do Acre (Brasil)¹³¹

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Aceito participar da pesquisa sobre as cidades na fronteira entre Brasil e Bolívia, no que se refere às ações do governo do Acre, de André Vieira Freitas, discente do curso de Doutorado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, orientado pela Prof.^a Dr.^a Marília Steinberger.

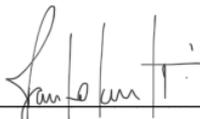
Como participante da pesquisa, declaro que concordo em ser entrevistado uma ou mais vezes pelo pesquisador em local e duração previamente ajustados, com a anuência da gravação dos diálogos. Foi-me esclarecido, igualmente, que eu posso optar por métodos alternativos, que são: recusar a gravação da entrevista e recusar o uso dos textos completos na pesquisa.

Fui informado pelo pesquisador que tenho a liberdade de deixar de responder a qualquer questão ou pergunta, assim como recusar, a qualquer tempo, participar da pesquisa, interrompendo minha participação, temporária ou definitivamente. Poderei manter contato com o pesquisador pelo telefone +55 61 9 [REDACTED] ou através do e-mail andrevfr@gmail.com.

É garantido a mim o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, comprometendo-se, o pesquisador, a utilizar as informações que prestarei somente para propósitos estritamente acadêmicos.

Rio Branco, 12 de maio de 2022.



Assinatura do Entrevistado

Nome do entrevistado: PAULO CÉZAR ROCHA DOS SANTOS

Documento de identidade: [REDACTED]

Atividade/Cargo/função: CEL PM Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

Contato do entrevistado: [REDACTED]



Assinatura do pesquisador

¹³¹ O telefone do pesquisador e do entrevistado, assim como o número do documento do entrevistado foram omitidos, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice BD – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Ana Lucia Reis Melena, Alcaldesa municipal de Cobija (Pando, Bolívia)¹³²

CONSENTIMIENTO LIBRE Y CLARIFICADO

Acepto participar en la investigación sobre ciudades fronterizas entre Bolivia y Brasil, en lo que se refiere a las acciones del gobierno del municipio de Cobija, realizada por André Vieira Freitas, estudiante del curso de Doctorado Académico del Programa de Posgrado en Geografía de la Universidad de Brasilia, supervisado por la Prof. Dra. Marília Steinberger.

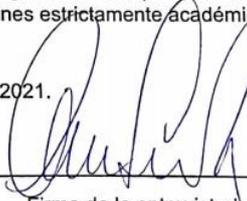
Como participante de la investigación, declaro que acepto ser entrevistada una o más veces por el investigador en un lugar y duración previamente definidos, con el consentimiento de la grabación de los diálogos. También se me aclaró que puedo elegir métodos alternativos, que son: rechazar la grabación de la entrevista y rechazar el uso de los textos completos en la investigación.

El investigador me informó que tengo la libertad de dejar de responder cualquier pregunta, así como de negarme, en cualquier momento, a participar en la investigación, interrumpiendo mi participación, temporal o definitivamente. Podré contactar con el investigador por teléfono +55 [REDACTED] o por correo electrónico andrevfr@gmail.com.

Tengo garantizado el libre acceso a toda la información adicional y aclaraciones sobre el estudio y sus consecuencias, es decir, todo lo que quiero saber antes, durante y después de mi participación.

Finalmente, habiendo sido orientado en cuanto al contenido de todo lo aquí mencionado y comprendido la naturaleza y propósito del estudio mencionado, expreso mi libre consentimiento para participar en esta investigación. Y el investigador se compromete a utilizar la información que proporcionaré solo para fines estrictamente académicos.

Cobija, 20 de octubre de 2021.



Firma de la entrevistada

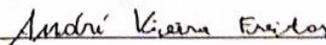
Nombre de la entrevistada: Ana Lucia Reis Melena

Nacionalidad: Boliviana

Documento de identidad: [REDACTED]

Actividad / Puesto / Función: Alcaldesa de Cobija

Contacto de la entrevistada: [REDACTED]



Firma del investigador

¹³² O telefone do pesquisador e da entrevistada, assim como o número do documento da entrevistada foram omitidos, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice BE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Francisco Aillón M. vice-presidente da comunidade de Bolpebra (Pando, Bolívia)¹³³

CONSENTIMIENTO LIBRE Y CLARIFICADO

Acepto participar en la investigación sobre la frontera entre Bolivia y Brasil, realizada por André Vieira Freitas, estudiante del curso de Doctorado Académico del Programa de Posgrado en Geografía de la Universidad de Brasilia, supervisado por la Prof. Dra. Marilia Steinberger.

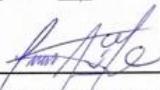
Como participante de la investigación, declaro que acepto conceder entrevista al investigador con el consentimiento de la grabación de los diálogos. También se me aclaró que puedo elegir métodos alternativos, que son: rechazar la grabación de la entrevista y rechazar el uso de los textos completos en la investigación.

El investigador me informó que tengo la libertad de dejar de responder cualquier pregunta, así como de negarme, en cualquier momento, a participar en la investigación, interrumpiendo mi participación, temporal o definitivamente. Podré contactar con el investigador por teléfono [REDACTED] o por correo electrónico andrevfr@gmail.com.

Tengo garantizado el libre acceso a toda la información adicional y aclaraciones sobre el estudio y sus consecuencias, es decir, todo lo que quiero saber antes, durante y después de mi participación.

Finalmente, habiendo sido orientado en cuanto al contenido de todo lo aquí mencionado y comprendido la naturaleza y propósito del estudio, expreso mi libre consentimiento para participar en esta investigación. Y el investigador se compromete a utilizar la información que proporcionaré solo para fines estrictamente académicos.

BOLPEBRA, 11 de ENERO de 2022.



Firma (entrevistado o entrevistada)

Nombre: Francisco Aillón M.

Nacionalidad: Bolivia

Documento de identidad: [REDACTED]

Actividad / Puesto / Función / Profesión: Vicepresidente

Contacto: [REDACTED]



Firma del investigador

¹³³ O telefone do pesquisador e do entrevistado, assim como o número do documento do entrevistado foram omitidos, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice BF – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Alfredo Yva Ortega, servidor público da *Alcaldía* Municipal de Nueva Esperanza (Pando, Bolívia) ¹³⁴

CONSENTIMIENTO LIBRE Y CLARIFICADO

Acepto participar en la investigación sobre la frontera entre Bolivia y Brasil, realizada por André Vieira Freitas, estudiante del curso de Doctorado Académico del Programa de Posgrado en Geografía de la Universidad de Brasilia, supervisado por la Prof. Dra. Marilia Steinberger.

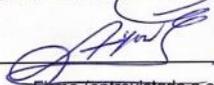
Como participante de la investigación, declaro que acepto conceder entrevista al investigador con el consentimiento de la grabación de los diálogos. También se me aclaró que puedo elegir métodos alternativos, que son: rechazar la grabación de la entrevista y rechazar el uso de los textos completos en la investigación.

El investigador me informó que tengo la libertad de dejar de responder cualquier pregunta, así como de negarme, en cualquier momento, a participar en la investigación, interrumpiendo mi participación, temporal o definitivamente. Podré contactar con el investigador por teléfono +55 61 [REDACTED] o por correo electrónico andrevfr@gmail.com.

Tengo garantizado el libre acceso a toda la información adicional y aclaraciones sobre el estudio y sus consecuencias, es decir, todo lo que quiero saber antes, durante y después de mi participación.

Finalmente, habiendo sido orientado en cuanto al contenido de todo lo aquí mencionado y comprendido la naturaleza y propósito del estudio, expreso mi libre consentimiento para participar en esta investigación. Y el investigador se compromete a utilizar la información que proporcionaré solo para fines estrictamente académicos.

N. ESPERANZA 12 de LA PAZ, de 20 21.



Firma (entrevistado o entrevistada)

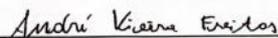
Nombre: *Alfredo Yva Ortega*

Nacionalidad: *Boliviana*

Documento de identidad: [REDACTED]

Actividad / Puesto / Función / Profesión: *Servidor Público*

Contacto: [REDACTED]



Firma del investigador

¹³⁴ O telefone do pesquisador e do entrevistado, assim como o número do documento do entrevistado foram omitidos, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice BG – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Demecio Condori, membro da comunidade Mapajo, Bella Flor (Pando, Bolívia)¹³⁵

CONSENTIMIENTO LIBRE Y CLARIFICADO

Acepto participar en la investigación sobre la frontera entre Bolivia y Brasil, realizada por André Vieira Freitas, estudiante del curso de Doctorado Académico del Programa de Posgrado en Geografía de la Universidad de Brasilia, supervisado por la Prof. Dra. Marilia Steinberger.

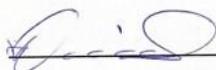
Como participante de la investigación, declaro que acepto conceder entrevista al investigador con el consentimiento de la grabación de los diálogos. También se me aclaró que puedo elegir métodos alternativos, que son: rechazar la grabación de la entrevista y rechazar el uso de los textos completos en la investigación.

El investigador me informó que tengo la libertad de dejar de responder cualquier pregunta, así como de negarme, en cualquier momento, a participar en la investigación, interrumpiendo mi participación, temporal o definitivamente. Podré contactar con el investigador por teléfono +55 61 9 [REDACTED] o por correo electrónico andrevfr@gmail.com.

Tengo garantizado el libre acceso a toda la información adicional y aclaraciones sobre el estudio y sus consecuencias, es decir, todo lo que quiero saber antes, durante y después de mi participación.

Finalmente, habiendo sido orientado en cuanto al contenido de todo lo aquí mencionado y comprendido la naturaleza y propósito del estudio, expreso mi libre consentimiento para participar en esta investigación. Y el investigador se compromete a utilizar la información que proporcionaré solo para fines estrictamente académicos.

MAPAJO, 13 de ENERO de 2022.



Firma (entrevistado o entrevistada)

Nombre: Demecio Condori

Nacionalidad: Boliviana

Documento de identidad: [REDACTED]

Actividad / Puesto / Función / Profesión: REP. COMUNITARIO

Contacto: [REDACTED]



Firma del investigador

¹³⁵ O telefone do pesquisador e do entrevistado, assim como o número do documento do entrevistado foram omitidos, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice BH – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Tiburcio Chipaua Callisaya, membro da comunidade de Puerto Evo Morales, Bella Flor (Pando, Bolívia) ¹³⁶

CONSENTIMIENTO LIBRE Y CLARIFICADO

Acepto participar en la investigación sobre la frontera entre Bolivia y Brasil, realizada por André Vieira Freitas, estudiante del curso de Doctorado Académico del Programa de Posgrado en Geografía de la Universidad de Brasilia, supervisado por la Prof. Dra. Marilia Steinberger.

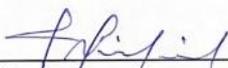
Como participante de la investigación, declaro que acepto conceder entrevista al investigador con el consentimiento de la grabación de los diálogos. También se me aclaró que puedo elegir métodos alternativos, que son: rechazar la grabación de la entrevista y rechazar el uso de los textos completos en la investigación.

El investigador me informó que tengo la libertad de dejar de responder cualquier pregunta, así como de negarme, en cualquier momento, a participar en la investigación, interrumpiendo mi participación, temporal o definitivamente. Podré contactar con el investigador por teléfono +55 61 [REDACTED] o por correo electrónico andrevfr@gmail.com.

Tengo garantizado el libre acceso a toda la información adicional y aclaraciones sobre el estudio y sus consecuencias, es decir, todo lo que quiero saber antes, durante y después de mi participación.

Finalmente, habiendo sido orientado en cuanto al contenido de todo lo aquí mencionado y comprendido la naturaleza y propósito del estudio, expreso mi libre consentimiento para participar en esta investigación. Y el investigador se compromete a utilizar la información que proporcionaré solo para fines estrictamente académicos.

P. EVO MORALES, 14 de FEBRERO de 2022.



Firma (entrevistado o entrevistada)

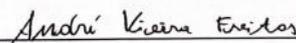
Nombre: Tiburcio Chipaua Callisaya

Nacionalidad: Boliviana

Documento de identidad: [REDACTED]

Actividad / Puesto / Función / Profesión: REP. COMUNITARIO

Contacto: [REDACTED]



Firma del investigador

¹³⁶ O telefone do pesquisador e do entrevistado, assim como o número do documento do entrevistado foram omitidos, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice BI – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Luiz Alberto Ruiz Montero, servidor da *Alcaldía* Municipal de Guayaramerín (Beni, Bolívia)¹³⁷

CONSENTIMIENTO LIBRE Y CLARIFICADO

Acepto participar en la investigación sobre la frontera entre Bolivia y Brasil, realizada por André Vieira Freitas, estudiante del curso de Doctorado Académico del Programa de Posgrado en Geografía de la Universidad de Brasilia, supervisado por la Prof. Dra. Marilia Steinberger.

Como participante de la investigación, declaro que acepto conceder entrevista al investigador con el consentimiento de la grabación de los diálogos. También se me aclaró que puedo elegir métodos alternativos, que son: rechazar la grabación de la entrevista y rechazar el uso de los textos completos en la investigación.

El investigador me informó que tengo la libertad de dejar de responder cualquier pregunta, así como de negarme, en cualquier momento, a participar en la investigación, interrumpiendo mi participación, temporal o definitivamente. Podré contactar con el investigador por teléfono +55 61 [REDACTED] o por correo electrónico andrevfr@gmail.com.

Tengo garantizado el libre acceso a toda la información adicional y aclaraciones sobre el estudio y sus consecuencias, es decir, todo lo que quiero saber antes, durante y después de mi participación.

Finalmente, habiendo sido orientado en cuanto al contenido de todo lo aquí mencionado y comprendido la naturaleza y propósito del estudio, expreso mi libre consentimiento para participar en esta investigación. Y el investigador se compromete a utilizar la información que proporcionaré solo para fines estrictamente académicos.

GUAYARAMERÍN, 17 de NOVIEMBRE de 2021.

Firma (entrevistado o entrevistada)

Nombre: Luiz Alberto Ruiz Montero
Nacionalidad: Boliviano
Documento de identidad: [REDACTED]
Actividad / Puesto / Función / Profesión: Responsable de Contratación
Contacto: [REDACTED]

André Vieira Freitas
Firma del investigador

¹³⁷ O telefone do pesquisador e do entrevistado, assim como o número do documento do entrevistado foram omitidos, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice BJ – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Emiliana Orespe Rodriguez vicealcaldesa de Villa Bella, Guayaramerín (Beni, Bolívia)¹³⁸

CONSENTIMIENTO LIBRE Y CLARIFICADO

Acepto participar en la investigación sobre la frontera entre Bolivia y Brasil, realizada por André Vieira Freitas, estudiante del curso de Doctorado Académico del Programa de Posgrado en Geografía de la Universidad de Brasilia, supervisado por la Prof. Dra. Marília Steinberger.

Como participante de la investigación, declaro que acepto conceder entrevista al investigador con el consentimiento de la grabación de los diálogos. También se me aclaró que puedo elegir métodos alternativos, que son: rechazar la grabación de la entrevista y rechazar el uso de los textos completos en la investigación.

El investigador me informó que tengo la libertad de dejar de responder cualquier pregunta, así como de negarme, en cualquier momento, a participar en la investigación, interrumpiendo mi participación, temporal o definitivamente. Podré contactar con el investigador por teléfono +55 [REDACTED] o por correo electrónico andrevfr@gmail.com.

Tengo garantizado el libre acceso a toda la información adicional y aclaraciones sobre el estudio y sus consecuencias, es decir, todo lo que quiero saber antes, durante y después de mi participación.

Finalmente, habiendo sido orientado en cuanto al contenido de todo lo aquí mencionado y comprendido la naturaleza y propósito del estudio, expreso mi libre consentimiento para participar en esta investigación. Y el investigador se compromete a utilizar la información que proporcionaré solo para fines estrictamente académicos.

VILLA BELLA, 20 de Noviembre de 20 21.

Firma (entrevistado o entrevistada)

Nombre: Emiliana Orespe Rodriguez

Nacionalidad: BOLIVIANA

Documento de identidad: ... [REDACTED]

Actividad / Puesto / Función / Profesión: VICEALCALDESA

Contacto: ... [REDACTED]

Firma del investigador

¹³⁸ O telefone do pesquisador e da entrevistada, assim como o número do documento da entrevistada foram omitidos, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice BK – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Alejandro Quary, agricultor e membro da comunidade Villa Bella, Guayaramerín (Beni, Bolívia)¹³⁹

CONSENTIMIENTO LIBRE Y CLARIFICADO

Acepto participar en la investigación sobre la frontera entre Bolivia y Brasil, realizada por André Vieira Freitas, estudiante del curso de Doctorado Académico del Programa de Posgrado en Geografía de la Universidad de Brasilia, supervisado por la Prof. Dra. Marília Steinberger.

Como participante de la investigación, declaro que acepto conceder entrevista al investigador con el consentimiento de la grabación de los diálogos. También se me aclaró que puedo elegir métodos alternativos, que son: rechazar la grabación de la entrevista y rechazar el uso de los textos completos en la investigación.

El investigador me informó que tengo la libertad de dejar de responder cualquier pregunta, así como de negarme, en cualquier momento, a participar en la investigación, interrumpiendo mi participación, temporal o definitivamente. Podré contactar con el investigador por teléfono +55 [redacted] o por correo electrónico andrevfr@gmail.com.

Tengo garantizado el libre acceso a toda la información adicional y aclaraciones sobre el estudio y sus consecuencias, es decir, todo lo que quiero saber antes, durante y después de mi participación.

Finalmente, habiendo sido orientado en cuanto al contenido de todo lo aquí mencionado y comprendido la naturaleza y propósito del estudio, expreso mi libre consentimiento para participar en esta investigación. Y el investigador se compromete a utilizar la información que proporcionaré solo para fines estrictamente académicos.

Villa Bella, 20 de Septiembre de 2021.



Firma (entrevistado o entrevistada)

Nombre: Alejandro Quary

Nacionalidad: Boliviana

Documento de identidad: [redacted]

Actividad / Puesto / Función / Profesión: agricultor

Contacto: [redacted]



Firma del investigador

¹³⁹ O telefone do pesquisador e do entrevistado, assim como o número do documento do entrevistado foram omitidos, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice BL – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Ivaldo Guasaba Vald, membro da comunidade Buena Vista, Magdalena (Beni, Bolívia)¹⁴⁰

CONSENTIMIENTO LIBRE Y CLARIFICADO

Acepto participar en la investigación sobre la frontera entre Bolivia y Brasil, realizada por André Vieira Freitas, estudiante del curso de Doctorado Académico del Programa de Posgrado en Geografía de la Universidad de Brasilia, supervisado por la Prof. Dra. Marília Steinberger.

Como participante de la investigación, declaro que acepto conceder entrevista al investigador con el consentimiento de la grabación de los diálogos. También se me aclaró que puedo elegir métodos alternativos, que son: rechazar la grabación de la entrevista y rechazar el uso de los textos completos en la investigación.

El investigador me informó que tengo la libertad de dejar de responder cualquier pregunta, así como de negarme, en cualquier momento, a participar en la investigación, interrumpiendo mi participación, temporal o definitivamente. Podré contactar con el investigador por teléfono +55 61 [REDACTED] o por correo electrónico andrevfr@gmail.com.

Tengo garantizado el libre acceso a toda la información adicional y aclaraciones sobre el estudio y sus consecuencias, es decir, todo lo que quiero saber antes, durante y después de mi participación.

Finalmente, habiendo sido orientado en cuanto al contenido de todo lo aquí mencionado y comprendido la naturaleza y propósito del estudio, expreso mi libre consentimiento para participar en esta investigación. Y el investigador se compromete a utilizar la información que proporcionaré solo para fines estrictamente académicos.

Buena Vista, 19 de enero de 2021.

Firma (entrevistado o entrevistada)

Nombre: Ivaldo Guasaba Vald

Nacionalidad: Boliviana

Documento de identidad: .. [REDACTED]

Actividad / Puesto / Función / Profesión: Comunidad La RED con

Contacto: .. [REDACTED]

Firma del investigador

¹⁴⁰ O telefone do pesquisador e do entrevistado, assim como o número do documento do entrevistado foram omitidos, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice BM – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Raiza Dacosta Gualachabo, membro da comunidade San Juan de Puerto Ustarez, San Joaquín (Beni, Bolívia)¹⁴¹

CONSENTIMIENTO LIBRE Y CLARIFICADO

Acepto participar en la investigación sobre fronteras realizada por André Vieira Freitas, estudiante del curso de Doctorado Académico del Programa de Posgrado en Geografía de la Universidad de Brasilia, supervisado por la Prof. Dra. Marília Steinberger.

Como participante de la investigación, declaro que acepto conceder entrevista al investigador con el consentimiento de la grabación de los diálogos. También se me aclaró que puedo elegir métodos alternativos, que son: rechazar la grabación de la entrevista y rechazar el uso de los textos completos en la investigación.

El investigador me informó que tengo la libertad de dejar de responder cualquier pregunta, así como de negarme, en cualquier momento, a participar en la investigación, interrumpiendo mi participación, temporal o definitivamente. Podré contactar con el investigador por teléfono +55 61 [REDACTED] o por correo electrónico andrevfr@gmail.com.

Tengo garantizado el libre acceso a toda la información adicional y aclaraciones sobre el estudio y sus consecuencias, es decir, todo lo que quiero saber antes, durante y después de mi participación.

Finalmente, habiendo sido orientado en cuanto al contenido de todo lo aquí mencionado y comprendido la naturaleza y propósito del estudio, expreso mi libre consentimiento para participar en esta investigación. Y el investigador se compromete a utilizar la información que proporcionaré solo para fines estrictamente académicos.

DTO USTAREZ 20 de ENERO de 2022.



Firma (entrevistado o entrevistada)

Nombre: Raiza Dacosta Gualachabo.....

Nacionalidad: Boliviana.....

Documento de identidad: [REDACTED].....

Actividad / Puesto / Función / Profesión: Maestra.....

Contacto: [REDACTED].....



Firma del investigador

¹⁴¹ O telefone do pesquisador e da entrevistada, assim como o número do documento da entrevistada foram omitidos, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice BN – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Aldo Dacosta Ruiz membro da comunidade San Juan de Puerto Ustarez, San Joaquín (Beni, Bolívia)¹⁴²

CONSENTIMIENTO LIBRE Y CLARIFICADO

Acepto participar en la investigación sobre la frontera entre Bolivia y Brasil, realizada por André Vieira Freitas, estudiante del curso de Doctorado Académico del Programa de Posgrado en Geografía de la Universidad de Brasilia, supervisado por la Prof. Dra. Marília Steinberger.

Como participante de la investigación, declaro que acepto conceder entrevista al investigador con el consentimiento de la grabación de los diálogos. También se me aclaró que puedo elegir métodos alternativos, que son: rechazar la grabación de la entrevista y rechazar el uso de los textos completos en la investigación.

El investigador me informó que tengo la libertad de dejar de responder cualquier pregunta, así como de negarme, en cualquier momento, a participar en la investigación, interrumpiendo mi participación, temporal o definitivamente. Podré contactar con el investigador por teléfono +55 61 [REDACTED] o por correo electrónico andrevfr@gmail.com.

Tengo garantizado el libre acceso a toda la información adicional y aclaraciones sobre el estudio y sus consecuencias, es decir, todo lo que quiero saber antes, durante y después de mi participación.

Finalmente, habiendo sido orientado en cuanto al contenido de todo lo aquí mencionado y comprendido la naturaleza y propósito del estudio, expreso mi libre consentimiento para participar en esta investigación. Y el investigador se compromete a utilizar la información que proporcionaré solo para fines estrictamente académicos.

PTO USTAREZ, 20 de ENERO de 2021.



Firma (entrevistado o entrevistada)

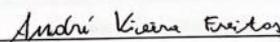
Nombre: ALDO DACOSTA RUIZ

Nacionalidad: BOLIVIANA

Documento de identidad: [REDACTED]

Actividad / Puesto / Función / Profesión:

Contacto: [REDACTED]



Firma del investigador

¹⁴² O telefone do pesquisador e do entrevistado, assim como o número do documento do entrevistados foram omitidos, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice BO – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Omar Vargas, engenheiro ambiental da *Alcaldía* municipal de San Matías (Santa Cruz, Bolívia)¹⁴³

CONSENTIMIENTO LIBRE Y CLARIFICADO

Acepto participar en la investigación sobre la frontera entre Bolivia y Brasil, realizada por André Vieira Freitas, estudiante del curso de Doctorado Académico del Programa de Posgrado en Geografía de la Universidad de Brasilia, supervisado por la Prof. Dra. Marilia Steinberger.

Como participante de la investigación, declaro que acepto conceder entrevista al investigador con el consentimiento de la grabación de los diálogos. También se me aclaró que puedo elegir métodos alternativos, que son: rechazar la grabación de la entrevista y rechazar el uso de los textos completos en la investigación.

El investigador me informó que tengo la libertad de dejar de responder cualquier pregunta, así como de negarme, en cualquier momento, a participar en la investigación, interrumpiendo mi participación, temporal o definitivamente. Podré contactar con el investigador por teléfono +55 61 [REDACTED] o por correo electrónico andrevfr@gmail.com.

Tengo garantizado el libre acceso a toda la información adicional y aclaraciones sobre el estudio y sus consecuencias, es decir, todo lo que quiero saber antes, durante y después de mi participación.

Finalmente, habiendo sido orientado en cuanto al contenido de todo lo aquí mencionado y comprendido la naturaleza y propósito del estudio, expreso mi libre consentimiento para participar en esta investigación. Y el investigador se compromete a utilizar la información que proporcionaré solo para fines estrictamente académicos.

SAN MATÍAS, 27 de FEVERO de 2022.



Firma (entrevistado o entrevistada)

Nombre: Omar Vargas
Nacionalidad: Boliviana
Documento de identidad: [REDACTED]
Actividad / Puesto / Función / Profesión: Ing. Ambiental
Contacto: [REDACTED]



Firma del investigador

¹⁴³ O telefone do pesquisador e do entrevistado, assim como o número do documento do entrevistado foram omitidos, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice BP – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Natalia Gutierrez Perez, arquiteta da *Alcaldía* Municipal de Puerto Suárez (Santa Cruz, Bolívia)¹⁴⁴

CONSENTIMIENTO LIBRE Y CLARIFICADO

Acepto participar en la investigación sobre la frontera entre Bolivia y Brasil, realizada por André Vieira Freitas, estudiante del curso de Doctorado Académico del Programa de Posgrado en Geografía de la Universidad de Brasilia, supervisado por la Prof. Dra. Marília Steinberger.

Como participante de la investigación, declaro que acepto conceder entrevista al investigador con el consentimiento de la grabación de los diálogos. También se me aclaró que puedo elegir métodos alternativos, que son: rechazar la grabación de la entrevista y rechazar el uso de los textos completos en la investigación.

El investigador me informó que tengo la libertad de dejar de responder cualquier pregunta, así como de negarme, en cualquier momento, a participar en la investigación, interrumpiendo mi participación, temporal o definitivamente. Podré contactar con el investigador por teléfono +55 61 [REDACTED] o por correo electrónico andrevfr@gmail.com.

Tengo garantizado el libre acceso a toda la información adicional y aclaraciones sobre el estudio y sus consecuencias, es decir, todo lo que quiero saber antes, durante y después de mi participación.

Finalmente, habiendo sido orientado en cuanto al contenido de todo lo aquí mencionado y comprendido la naturaleza y propósito del estudio, expreso mi libre consentimiento para participar en esta investigación. Y el investigador se compromete a utilizar la información que proporcionaré solo para fines estrictamente académicos.

Puerto Suárez, 3 de Febrero de 2022.

Natalia Gutierrez P.

Firma (entrevistado o entrevistada)

Nombre: NATALIA GUTIERREZ PEREZ

Nacionalidad: BOLIVIANA

Documento de identidad: [REDACTED]

Actividad / Puesto / Función / Profesión: ARQUITECTA

Contacto: [REDACTED]

André Vieira Freitas

Firma del investigador

¹⁴⁴ O telefone do pesquisador e da entrevistada, assim como o número do documento da entrevistada foram omitidos, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice BQ – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Oscar Encimas, diretor de gestão da *Alcaldía* Municipal de Puerto Quijarro (Santa Cruz, Bolívia)¹⁴⁵

CONSENTIMIENTO LIBRE Y CLARIFICADO

Acepto participar en la investigación sobre la frontera entre Bolivia y Brasil, realizada por André Vieira Freitas, estudiante del curso de Doctorado Académico del Programa de Posgrado en Geografía de la Universidad de Brasilia, supervisado por la Prof. Dra. Marília Steinberger.

Como participante de la investigación, declaro que acepto conceder entrevista al investigador con el consentimiento de la grabación de los diálogos. También se me aclaró que puedo elegir métodos alternativos, que son: rechazar la grabación de la entrevista y rechazar el uso de los textos completos en la investigación.

El investigador me informó que tengo la libertad de dejar de responder cualquier pregunta, así como de negarme, en cualquier momento, a participar en la investigación, interrumpiendo mi participación, temporal o definitivamente. Podré contactar con el investigador por teléfono +55 [REDACTED] o por correo electrónico andrevfr@gmail.com.

Tengo garantizado el libre acceso a toda la información adicional y aclaraciones sobre el estudio y sus consecuencias, es decir, todo lo que quiero saber antes, durante y después de mi participación.

Finalmente, habiendo sido orientado en cuanto al contenido de todo lo aquí mencionado y comprendido la naturaleza y propósito del estudio, expreso mi libre consentimiento para participar en esta investigación. Y el investigador se compromete a utilizar la información que proporcionaré solo para fines estrictamente académicos.

PUERTO QUIJARRO, 3 de FEBRERO de 2022.



Firma (entrevistado o entrevistada)

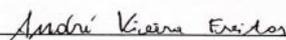
Nombre: OSCAR ENCIMAS

Nacionalidad: BOLIVIANO

Documento de identidad: [REDACTED]

Actividad / Puesto / Función / Profesión: DIRECTOR DE GESTION

Contacto: [REDACTED]



Firma del investigador

¹⁴⁵ O telefone do pesquisador e do entrevistado, assim como o número do documento do entrevistado foram omitidos, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice BR – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Cássio Augusto da Costa Marques, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável de Corumbá (Mato Grosso do Sul, Brasil)¹⁴⁶

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Aceito participar da pesquisa sobre as cidades na fronteira entre Brasil e Bolívia de André Vieira Freitas, discente do curso de Doutorado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, orientado pela Prof.^a Dr.^a Marília Steinberger.

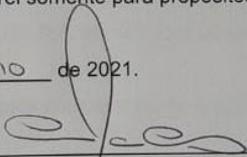
Como participante da pesquisa, declaro que concordo em ser entrevistado uma ou mais vezes pelo pesquisador em local e duração previamente ajustados, com a anuência da gravação dos diálogos. Foi-me esclarecido, igualmente, que posso optar por métodos alternativos, que são: recusar a gravação da entrevista e recusar o uso dos textos completos na pesquisa.

Fui informado pelo pesquisador que tenho a liberdade de deixar de responder a qualquer questão ou pergunta, assim como recusar, a qualquer tempo, participar da pesquisa, interrompendo minha participação, temporária ou definitivamente. Poderei manter contato com o pesquisador pelo telefone +55 61 [REDACTED] ou pelo e-mail andrevfr@gmail.com.

É garantido a mim o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, comprometendo-se, o pesquisador, a utilizar as informações que prestarei somente para propósitos estritamente acadêmicos.

Corumbá, 04 de maio de 2021.


Assinatura do(a) Entrevistado(a)

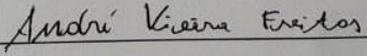
Nome do entrevistado(a): CASSIO A. C. MARQUES

Nacionalidade: BRAS.

Documento de identidade: [REDACTED]

Atividade/Cargo/função: SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO

Contato do entrevistado: [REDACTED]


Assinatura do pesquisador

¹⁴⁶ O telefone do pesquisador e do entrevistado, assim como o número do documento do entrevistado foram omitidos, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice BS – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Alexandre Ohara, Secretário Municipal de Assistência Social de Ladário (Mato Grosso do Sul, Brasil)¹⁴⁷

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Aceito participar da pesquisa sobre as cidades na fronteira entre Brasil e Bolívia, no que se refere às ações do governo de Ladário, de André Vieira Freitas, discente do curso de Doutorado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, orientado pela Prof.^a Dr.^a Marília Steinberger.

Como participante da pesquisa, declaro que concordo em ser entrevistado uma ou mais vezes pelo pesquisador em local e duração previamente ajustados, com a anuência da gravação dos diálogos. Foi-me esclarecido, igualmente, que posso optar por métodos alternativos, que são: recusar a gravação da entrevista e recusar o uso dos textos completos na pesquisa.

Fui informado pelo pesquisador que tenho a liberdade de deixar de responder a qualquer questão ou pergunta, assim como recusar, a qualquer tempo, participar da pesquisa, interrompendo minha participação, temporária ou definitivamente. Poderei manter contato com o pesquisador pelo telefone +55 61 [REDACTED] ou pelo e-mail andrevfr@gmail.com.

É garantido a mim o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, comprometendo-se, o pesquisador, a utilizar as informações que prestarei somente para propósitos estritamente acadêmicos.

Ladário, 18 de agosto de 2021.

Assinatura do Entrevistado

Nome do entrevistado: Alexandre R. de Ohara
Nacionalidade: Brasileira
Documento de identidade: [REDACTED]
Atividade/Cargo/função: Secretário de Assistência Social
Contato do entrevistado: [REDACTED]

André Vieira Freitas

Assinatura do pesquisador

¹⁴⁷ O telefone do pesquisador e do entrevistado, assim como o número do documento do entrevistado foram omitidos, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice BT – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Quedinei Barreto Correia, Secretário Municipal de Assistência Social de Assis Brasil (Acre, Brasil)¹⁴⁸

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Aceito participar da pesquisa sobre as cidades na fronteira entre Brasil e Bolívia, no que se refere às ações do governo de Assis Brasil, de André Vieira Freitas, discente do curso de Doutorado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, orientado pela Prof.^a Marília Steinberger.

Como participante da pesquisa, declaro que concordo em ser entrevistado uma ou mais vezes pelo pesquisador em local e duração previamente ajustados, com a anuência da gravação dos diálogos. Foi-me esclarecido, igualmente, que posso optar por métodos alternativos, que são: recusar a gravação da entrevista e recusar o uso dos textos completos na pesquisa.

Fui informado(a) pelo pesquisador que tenho a liberdade de deixar de responder a qualquer questão ou pergunta, assim como recusar, a qualquer tempo, participar da pesquisa, interrompendo minha participação, temporária ou definitivamente. Poderei manter contato com o pesquisador pelo telefone [REDACTED] ou pelo e-mail andrevfr@gmail.com.

É garantido a mim o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado(a) quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, comprometendo-se, o pesquisador, a utilizar as informações que prestarei somente para propósitos estritamente acadêmicos.

Assis Brasil, 15 de Maio de 2021.

Quedinei Barreto Correia

Assinatura do(a) Entrevistado(a)

Nome do entrevistado: Quedinei Barreto Correia

Nacionalidade: Brasileiro

Documento de identidade: [REDACTED]

Atividade/Cargo/função: Secretário Municipal de Assistência Social

Contato do entrevistado: [REDACTED]

André Vieira Freitas

Assinatura do pesquisador

¹⁴⁸ O telefone do pesquisador e do entrevistado, assim como o número do documento do entrevistado foram omitidos, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice BU – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Ecleziarte Rodrigues de Oliveira, Assessor de Comunicação da Prefeitura Municipal de Capixaba (Acre, Brasil)¹⁴⁹

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Aceito participar da pesquisa sobre as cidades na fronteira entre Brasil e Bolívia, no que se refere às ações do governo de Capixaba, de André Vieira Freitas, discente do curso de Doutorado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, orientado pela Prof.^a Dr.^a Marília Steinberger.

Como participante da pesquisa, declaro que concordo em ser entrevistado uma ou mais vezes pelo pesquisador em local e duração previamente ajustados, com a anuência da gravação dos diálogos. Foi-me esclarecido, igualmente, que posso optar por métodos alternativos, que são: recusar a gravação da entrevista e recusar o uso dos textos completos na pesquisa.

Fui informado pelo pesquisador que tenho a liberdade de deixar de responder a qualquer questão ou pergunta, assim como recusar, a qualquer tempo, participar da pesquisa, interrompendo minha participação, temporária ou definitivamente. Poderei manter contato com o pesquisador pelo telefone +55 61 9 9252 1801 ou pelo e-mail [REDACTED]

É garantido a mim o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, comprometendo-se, o pesquisador, a utilizar as informações que prestarei somente para propósitos estritamente acadêmicos.

Capixaba, Acre, 8 de junho de 2021.

Ecleziarte Rodrigues de Oliveira
Assinatura do Entrevistado

Nome do entrevistado: Ecleziarte R. de Oliveira
Nacionalidade: Brasileiro
Documento de identidade: [REDACTED]
Atividade/Cargo/função: Assessor de Comunicação
Contato do entrevistado: [REDACTED]

André Vieira Freitas
Assinatura do pesquisador

¹⁴⁹ O telefone do pesquisador e do entrevistado, assim como o número do documento do entrevistado foram omitidos, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice BV – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Sérgio Lopes de Souza, Prefeito do município de Epitaciolândia (Acre, Brasil)¹⁵⁰

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Aceito participar da pesquisa sobre as cidades na fronteira entre Brasil e Bolívia, no que se refere às ações do governo de Epitaciolândia, de André Vieira Freitas, discente do curso de Doutorado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, orientado pela Prof.^a Dr.^a Marília Steinberger.

Como participante da pesquisa, declaro que concordo em ser entrevistado uma ou mais vezes pelo pesquisador em local e duração previamente ajustados, com a anuência da gravação dos diálogos. Foi-me esclarecido, igualmente, que posso optar por métodos alternativos, que são: recusar a gravação da entrevista e recusar o uso dos textos completos na pesquisa.

Fui informado pelo pesquisador que tenho a liberdade de deixar de responder a qualquer questão ou pergunta, assim como recusar, a qualquer tempo, participar da pesquisa, interrompendo minha participação, temporária ou definitivamente. Poderei manter contato com o pesquisador pelo telefone +55 61 [REDACTED] ou pelo e-mail andrevfr@gmail.com.

É garantido a mim o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, comprometendo-se, o pesquisador, a utilizar as informações que prestarei somente para propósitos estritamente acadêmicos.

Epitaciolândia, 05 de agosto de 2021.

Sérgio Lopes de Souza
Prefeito de Epitaciolândia

Assinatura do Entrevistado

Nome do entrevistado: Sérgio Lopes de Souza
Nacionalidade: Brasileira
Documento de identidade: [REDACTED]
Atividade/Cargo/função: Prefeito de Epitaciolândia/Ac
Contato do entrevistado: [REDACTED]

André Vieira Freitas

Assinatura do pesquisador

¹⁵⁰ O telefone do pesquisador e do entrevistado, assim como o número do documento do entrevistado foram omitidos, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice BW – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Nevisson Freire, economista da Secretaria de Planejamento do município de Brasiléia (Acre, Brasil)¹⁵¹

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Aceito participar da pesquisa sobre as cidades na fronteira entre Brasil e Bolívia, no que se refere às ações do governo de Brasiléia, de André Vieira Freitas, discente do curso de Doutorado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, orientado pela Prof.^a Marília Steinberger.

Como participante da pesquisa, declaro que concordo em ser entrevistado uma ou mais vezes pelo pesquisador em local e duração previamente ajustados, com a anuência da gravação dos diálogos. Foi-me esclarecido, igualmente, que posso optar por métodos alternativos, que são: recusar a gravação da entrevista e recusar o uso dos textos completos na pesquisa.

Fui informado pelo pesquisador que tenho a liberdade de deixar de responder a qualquer questão ou pergunta, assim como recusar, a qualquer tempo, participar da pesquisa, interrompendo minha participação, temporária ou definitivamente. Poderei manter contato com o pesquisador pelo telefone +55 61 [REDACTED] ou pelo e-mail andrevfr@gmail.com.

É garantido a mim o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, comprometendo-se, o pesquisador, a utilizar as informações que prestarei somente para propósitos estritamente acadêmicos.

Brasiléia, 11 de agosto de 2021.



Assinatura do Entrevistado

Nome do entrevistado: Nevisson Tabaco Freire

Nacionalidade: Brasiléia

Documento de identidade: [REDACTED]

Atividade/Cargo/função: Economista

Contato do entrevistado: [REDACTED]



Assinatura do pesquisador

¹⁵¹ O telefone do pesquisador e do entrevistado, assim como o número do documento do entrevistado foram omitidos, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice BX – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Elias Amorim de Oliveira Junior, Secretário de Planejamento do município de Plácido de Castro (Acre, Brasil)¹⁵²

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Aceito participar da pesquisa sobre as cidades na fronteira entre Brasil e Bolívia, no que se refere às ações do governo de Plácido de Castro, de André Vieira Freitas, discente do curso de Doutorado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, orientado pela Prof.^a Dr.^a Marília Steinberger.

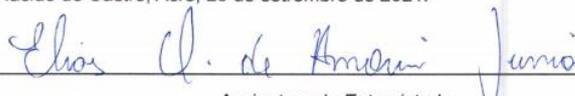
Como participante da pesquisa, declaro que concordo em ser entrevistado uma ou mais vezes pelo pesquisador em local e duração previamente ajustados, com a anuência da gravação dos diálogos. Foi-me esclarecido, igualmente, que posso optar por métodos alternativos, que são: recusar a gravação da entrevista e recusar o uso dos textos completos na pesquisa.

Fui informado pelo pesquisador que tenho a liberdade de deixar de responder a qualquer questão ou pergunta, assim como recusar, a qualquer tempo, participar da pesquisa, interrompendo minha participação, temporária ou definitivamente. Poderei manter contato com o pesquisador pelo telefone +55 61 [REDACTED] ou pelo e-mail andrevfr@gmail.com.

É garantido a mim o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, comprometendo-se, o pesquisador, a utilizar as informações que prestarei somente para propósitos estritamente acadêmicos.

Plácido de Castro, Acre, 25 de setembro de 2021.


Assinatura do Entrevistado

Nome do entrevistado: ELIAS OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR

Nacionalidade: BRASILEIRO

Documento de identidade: [REDACTED]

Atividade/Cargo/função: SEC. DE PLANEJAMENTO

Contato do entrevistado: [REDACTED]


Assinatura do pesquisador

¹⁵² O telefone do pesquisador e do entrevistado, assim como o número do documento do entrevistado foram omitidos, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice BY – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Wilson Massaharo Kishi, Secretário Municipal de Administração de Cáceres (Mato Grosso, Brasil)¹⁵³

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Aceito participar da pesquisa sobre as cidades na fronteira entre Brasil e Bolívia, no que se refere às ações do governo de Cáceres, de André Vieira Freitas, discente do curso de Doutorado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, orientado pela Prof.^a Dr.^a Marília Steinberger.

Como participante da pesquisa, declaro que concordo em ser entrevistado uma ou mais vezes pelo pesquisador em local e duração previamente ajustados, com a anuência da gravação dos diálogos. Foi-me esclarecido, igualmente, que posso optar por métodos alternativos, que são: recusar a gravação da entrevista e recusar o uso dos textos completos na pesquisa.

Fui informado pelo pesquisador que tenho a liberdade de deixar de responder a qualquer questão ou pergunta, assim como recusar, a qualquer tempo, participar da pesquisa, interrompendo minha participação, temporária ou definitivamente. Poderei manter contato com o pesquisador pelo telefone +55 61 [REDACTED] ou pelo e-mail andrevfr@gmail.com.

É garantido a mim o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, comprometendo-se, o pesquisador, a utilizar as informações que prestarei somente para propósitos estritamente acadêmicos.

Cáceres, 28 de julho de 2021.


Wilson Massaharo Kishi
Secretário Municipal de Administração
Cáceres - MT

Assinatura do Entrevistado

Nome do entrevistado: WILSON MASSAHIRO KISHI
Nacionalidade: BRASILEIRA
Documento de identidade: [REDACTED]
Atividade/Cargo/função: SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
Contato do entrevistado: [REDACTED] CÁCERES-MT



Assinatura do pesquisador

¹⁵³ O telefone do pesquisador e do entrevistado, assim como o número do documento do entrevistado foram omitidos, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice BZ – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Elivando de Oliveira Brito, Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de Guajará-Mirim (Rondônia, Brasil)¹⁵⁴

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Aceito participar da pesquisa sobre as cidades na fronteira entre Brasil e Bolívia, no que se refere às ações do governo de Guajará-Mirim, de André Vieira Freitas, discente do curso de Doutorado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, orientado pela Prof.^a Dr.^a Marília Steinberger.

Como participante da pesquisa, declaro que concordo em ser entrevistado uma ou mais vezes pelo pesquisador em local e duração previamente ajustados, com a anuência da gravação dos diálogos. Foi-me esclarecido, igualmente, que posso optar por métodos alternativos, que são: recusar a gravação da entrevista e recusar o uso dos textos completos na pesquisa.

Fui informado pelo pesquisador que tenho a liberdade de deixar de responder a qualquer questão ou pergunta, assim como recusar, a qualquer tempo, participar da pesquisa, interrompendo minha participação, temporária ou definitivamente. Poderei manter contato com o pesquisador pelo telefone +55 61 [REDACTED] ou pelo e-mail andrevfr@gmail.com.

É garantido a mim o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, comprometendo-se, o pesquisador, a utilizar as informações que prestarei somente para propósitos estritamente acadêmicos.

Guajará-Mirim, 2 de agosto de 2021.



Elivando de Oliveira Brito
Assistente de Gabinete
Decreto n.º 13.103/21
Nome do entrevistado: ELIVANDO DE OLIVEIRA BRITO
Nacionalidade: BRASILEIRA
Documento de identidade: [REDACTED]
Atividade/Cargo/função: CHEFE DE GABINETE
Contato do entrevistado: [REDACTED]



Assinatura do pesquisador

¹⁵⁴ O telefone do pesquisador e do entrevistado, assim como o número do documento do entrevistado foram omitidos, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice CA – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Alessandra Mamede Bastos, Coordenadora Municipal de Proteção e Defesa Civil de Nova Mamoré (Rondônia, Brasil)¹⁵⁵

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Aceito participar da pesquisa sobre as cidades na fronteira entre Brasil e Bolívia, no que se refere às ações do governo de Nova Mamoré, de André Vieira Freitas, discente do curso de Doutorado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, orientado pela Prof.ª Dr.ª Marília Steinberger.

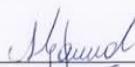
Como participante da pesquisa, declaro que concordo em ser entrevistada uma ou mais vezes pelo pesquisador em local e duração previamente ajustados, com a anuência da gravação dos diálogos. Foi-me esclarecido, igualmente, que posso optar por métodos alternativos, que são: recusar a gravação da entrevista e recusar o uso dos textos completos na pesquisa.

Fui informada pelo pesquisador que tenho a liberdade de deixar de responder a qualquer questão ou pergunta, assim como recusar, a qualquer tempo, participar da pesquisa, interrompendo minha participação, temporária ou definitivamente. Poderei manter contato com o pesquisador pelo telefone +55 61 [REDACTED] ou pelo e-mail andrevfr@gmail.com.

É garantido a mim o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientada quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, comprometendo-se, o pesquisador, a utilizar as informações que prestarei somente para propósitos estritamente acadêmicos.

Nova Mamoré, 6 de outubro de 2021.



Assinatura da Entrevistada

Nome da entrevistada: Alessandra Mamede Bastos

Nacionalidade: Brasileira

Documento de Identidade: [REDACTED]

Atividade/Cargo/função: Coord. Mun. de Prot. e Def. Civil

Contato da entrevistada: [REDACTED]



Assinatura do pesquisador

¹⁵⁵ O telefone do pesquisador e da entrevistada, assim como o número do documento da entrevistada foram omitidos, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice CB – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Elvis Pessoa, presidente da comunidade Forte Príncipe da Beira, Costa Marques (Rondônia, Brasil)¹⁵⁶

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Aceito participar da pesquisa sobre a fronteira entre Bolívia e Brasil, de André Vieira Freitas, discente do curso de Doutorado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, orientado pela Prof.^a Dr.^a Marília Steinberger.

Como participante da pesquisa, declaro que concordo em conceder entrevista ao pesquisador, com a anuência da gravação dos diálogos. Foi-me esclarecido, igualmente, que eu posso optar por métodos alternativos, que são: recusar a gravação da entrevista e recusar o uso dos textos completos na pesquisa.

O pesquisador me informou que tenho a liberdade de deixar de responder a qualquer questão ou pergunta, assim como recusar, a qualquer tempo, participar da pesquisa, interrompendo minha participação, temporária ou definitivamente. Poderei manter contato com o pesquisador pelo telefone +55 61 [REDACTED] ou pelo e-mail andrevfr@gmail.com.

É garantido a mim o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientada quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, comprometendo-se, o pesquisador, a utilizar as informações que prestarei somente para propósitos estritamente acadêmicos.

FORTE PRINCE DA BEIRA 19 de Janeiro de 20 22

Elvis Pessoa

Assinatura (entrevistado ou entrevistada)

Nome: ELVIS PESSOA

Nacionalidade: BRASILEIRA

Documento de identidade: [REDACTED]

Atividade/cargo/função/profissão: PRES. COMUNIDADE

Contato: [REDACTED]

André Vieira Freitas

Assinatura do pesquisador

¹⁵⁶ O telefone do pesquisador e do entrevistado, assim como o número do documento do entrevistado foram omitidos, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice CC – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com José Cassiano da Rocha Neto, Secretário Adjunto de Ação Social do município de Costa Marques (Rondônia, Brasil)¹⁵⁷

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Aceito participar da pesquisa sobre a fronteira entre Bolívia e Brasil, de André Vieira Freitas, discente do curso de Doutorado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, orientado pela Prof.ª Dr.ª Marília Steinberger.

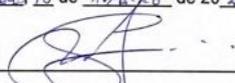
Como participante da pesquisa, declaro que concordo em conceder entrevista ao pesquisador, com a anuência da gravação dos diálogos. Foi-me esclarecido, igualmente, que eu posso optar por métodos alternativos, que são: recusar a gravação da entrevista e recusar o uso dos textos completos na pesquisa.

O pesquisador me informou que tenho a liberdade de deixar de responder a qualquer questão ou pergunta, assim como recusar, a qualquer tempo, participar da pesquisa, interrompendo minha participação, temporária ou definitivamente. Poderei manter contato com o pesquisador pelo telefone +55 61 [REDACTED] ou pelo e-mail andrevfr@gmail.com.

É garantido a mim o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientada quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, comprometendo-se, o pesquisador, a utilizar as informações que prestarei somente para propósitos estritamente acadêmicos.

Costa Marques 19 de Junho de 20 22



Assinatura (entrevistado ou entrevistada)

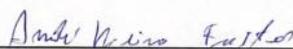
Nome: José Cassiano da Rocha Neto

Nacionalidade: Brasileiro

Documento de identidade: ... [REDACTED]

Atividade/cargo/função/profissão: Sec. Adjunto de Ação Social

Contato: [REDACTED]



Assinatura do pesquisador

¹⁵⁷ O telefone do pesquisador e do entrevistado, assim como o número do documento do entrevistado foram omitidos, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice CD – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Adriana Silva Nascimento, Chefe do Gabinete da Prefeitura Municipal de Costa Marques (Rondônia, Brasil)¹⁵⁸

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Aceito participar da pesquisa sobre a fronteira entre Bolívia e Brasil, de André Vieira Freitas, discente do curso de Doutorado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, orientado pela Prof.ª Dr.ª Marília Steinberger.

Como participante da pesquisa, declaro que concordo em conceder entrevista ao pesquisador, com a anuência da gravação dos diálogos. Foi-me esclarecido, igualmente, que eu posso optar por métodos alternativos, que são: recusar a gravação da entrevista e recusar o uso dos textos completos na pesquisa.

O pesquisador me informou que tenho a liberdade de deixar de responder a qualquer questão ou pergunta, assim como recusar, a qualquer tempo, participar da pesquisa, interrompendo minha participação, temporária ou definitivamente. Poderei manter contato com o pesquisador pelo telefone +55 61 [REDACTED] ou pelo e-mail andrevfr@gmail.com.

É garantido a mim o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientada quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, comprometendo-se, o pesquisador, a utilizar as informações que prestarei somente para propósitos estritamente acadêmicos.

Costa Marques, 13 de Setembro de 2022.


Assinatura (entrevistado ou entrevistada)
Nome: Adriana A. Silva Nascimento
Nacionalidade: Brasileira
Documento de identidade: [REDACTED]
Atividade/cargo/função/profissão: Chefe de Gabinete
Contato: [REDACTED]


Assinatura do pesquisador

¹⁵⁸ O telefone do pesquisador e da entrevistada, assim como o número do documento da entrevistada foram omitidos, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice CE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Krefia Gonçalves Ferreira Miranda, Secretária Municipal de Ação Social de Costa Marques (Rondônia, Brasil)¹⁵⁹

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Aceito participar da pesquisa sobre a fronteira entre Bolívia e Brasil, de André Vieira Freitas, discente do curso de Doutorado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, orientado pela Prof.ª Dr.ª Marília Steinberger.

Como participante da pesquisa, declaro que concordo em conceder entrevista ao pesquisador, com a anuência da gravação dos diálogos. Foi-me esclarecido, igualmente, que eu posso optar por métodos alternativos, que são: recusar a gravação da entrevista e recusar o uso dos textos completos na pesquisa.

O pesquisador me informou que tenho a liberdade de deixar de responder a qualquer questão ou pergunta, assim como recusar, a qualquer tempo, participar da pesquisa, interrompendo minha participação, temporária ou definitivamente. Poderei manter contato com o pesquisador pelo telefone +55 61 [REDACTED] ou pelo e-mail andrevfr@gmail.com.

É garantido a mim o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientada quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, comprometendo-se, o pesquisador, a utilizar as informações que prestarei somente para propósitos estritamente acadêmicos.

Costa Marques, 19 de Janeiro de 2022.

[Handwritten signature]

Assinatura (entrevistado ou entrevistada)

Nome: *Krefia Gonçalves Ferreira Miranda*

Nacionalidade: *Brasileira*

Documento de identidade: [REDACTED]

Atividade/cargo/função/profissão: *Professora Municipal pública de Ação Social*

Contato: [REDACTED]

[Handwritten signature]

Assinatura do pesquisador

¹⁵⁹ O telefone do pesquisador e da entrevistada, assim como o número do documento da entrevistada foram omitidos, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice CF – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à entrevista com Mercilia Raimunda Henry Soares, funcionária da municipalidad provincial de Tahuamanu, em Iñapari (Madre de Dios, Peru)¹⁶⁰

CONSENTIMIENTO LIBRE Y CLARIFICADO

Acepto participar en la investigación sobre fronteras realizada por André Vieira Freitas, estudiante del curso de Doctorado Académico del Programa de Posgrado en Geografía de la Universidad de Brasilia, supervisado por la Prof. Dra. Marilia Steinberger.

Como participante de la investigación, declaro que acepto conceder entrevista al investigador con el consentimiento de la grabación de los diálogos. También se me aclaró que puedo elegir métodos alternativos, que son: rechazar la grabación de la entrevista y rechazar el uso de los textos completos en la investigación.

El investigador me informó que tengo la libertad de dejar de responder cualquier pregunta, así como de negarme, en cualquier momento, a participar en la investigación, interrumpiendo mi participación, temporal o definitivamente. Podré contactar con el investigador por teléfono [REDACTED] o por correo electrónico andrevfr@gmail.com.

Tengo garantizado el libre acceso a toda la información adicional y aclaraciones sobre el estudio y sus consecuencias, es decir, todo lo que quiero saber antes, durante y después de mi participación.

Finalmente, habiendo sido orientado en cuanto al contenido de todo lo aquí mencionado y comprendido la naturaleza y propósito del estudio, expreso mi libre consentimiento para participar en esta investigación. Y el investigador se compromete a utilizar la información que proporcionaré solo para fines estrictamente académicos.

IÑAPARI, 11 de ENERO de 2022.

Firma (entrevistado o entrevistada)

Nombre: Mercilia Raimunda Henry Soares
Nacionalidad: Peruana
Documento de identidad: [REDACTED]
Actividad / Puesto / Función / Profesión: Funcionaria Municipal
Contacto: [REDACTED]

André Vieira Freitas

Firma del investigador

¹⁶⁰ O telefone do pesquisador e da entrevistada, assim como o número do documento da entrevistada foram omitidos, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Apêndice CG – Dados sobre os fluxos dos passageiros/transeuntes fronteiriços no segmento entre Acre, Pando, Madre de Dios

Articulação	Motivação para o fluxo	Compras	Lazer	Estudo	Serv. Saúde	Trabalho	Visita a amigos e familiares	Total
	Destino buscados							
Assis Brasil, Bolpebra, Iñapari	Assis Brasil						1	1
	Bolpebra	1				1		2
	Iñapari		1					1
Brasiléia, Epitaciolândia, Cobija	Brasiléia	12	2	1		2	4	20
	Cobija	11	3		3	7	5	26
	Epitaciolândia	3	1			1	1	6
Capixaba e Mapajo	Capixaba	4						4
	Mapajo (Bella Flor)	2	1			3		6
Plácido de Castro e Puerto Evo	Plácido de Castro	6						6
	Puerto Evo (Bella Flor)	9				1		10

Apêndice CH – Dados sobre centralidade quanto a produtos e serviços em relação aos núcleos fronteiriços no segmento entre Acre, Pando, Madre de Dios

Motivação para o fluxo	Origem	Destino	Citações
Gêneros alimentícios, produtos de limpeza e higiene pessoal	Mapajo (Bella Flor)	Capixaba	4
Gêneros alimentícios, produtos de limpeza e higiene pessoal	Assis Brasil	Iñapari	3
Gêneros alimentícios, produtos de limpeza e higiene pessoal	Puerto Evo (Bella Flor)	Plácido de Castro	3
Gêneros alimentícios, produtos de limpeza e higiene pessoal	Bolpebra	Assis Brasil	2
Gêneros alimentícios, produtos de limpeza e higiene pessoal	Bolpebra	Iñapari	2
Gêneros alimentícios, produtos de limpeza e higiene pessoal	Iñapari	Assis Brasil	2
Gêneros alimentícios, produtos de limpeza e higiene pessoal	Cobija	Brasiléia	2
Gêneros alimentícios, produtos de limpeza e higiene pessoal	Cobija	Epitaciolândia	2
Artigos de vestuário e calçados	Brasiléia	Cobija	5
Artigos de vestuário e calçados	Cobija	Brasiléia	5
Artigos de vestuário e calçados	Epitaciolândia	Cobija	5
Artigos de vestuário e calçados	Assis Brasil	Iñapari	4
Artigos de vestuário e calçados	Capixaba	Rio Branco	4
Artigos de vestuário e calçados	Bolpebra	Cobija	3
Artigos de vestuário e calçados	Cobija	Epitaciolândia	3
Artigos de vestuário e calçados	Plácido de Castro	Puerto Evo (Bella Flor)	3
Artigos de vestuário e calçados	Bolpebra	Assis Brasil	2
Artigos de vestuário e calçados	Brasiléia	Epitaciolândia	2
Artigos de vestuário e calçados	Capixaba	Cobija	2
Artigos de vestuário e calçados	Iñapari	Assis Brasil	2
Artigos de vestuário e calçados	Iñapari	Cobija	2
Artigos de vestuário e calçados	Iñapari	Puerto Maldonado	2
Artigos de vestuário e calçados	Mapajo (Bella Flor)	Capixaba	2
Artigos de vestuário e calçados	Mapajo (Bella Flor)	Rio Branco	2
Artigos de vestuário e calçados	Plácido de Castro	Acrelândia	2
Artigos de vestuário e calçados	Plácido de Castro	Puerto Evo(Bella Flor)	2
Artigos de vestuário e calçados	Plácido de Castro	Rio Branco	2
Artigos de vestuário e calçados	Puerto Evo (Bella Flor)	Cobija	2
Artigos de vestuário e calçados	Rio Branco	Puerto Evo (Bella Flor)	2

Dados sobre centralidade quanto a produtos e serviços em relação aos núcleos fronteiriços no segmento entre Acre, Pando, Madre de Dios (continuação)

Motivação para o fluxo	Origem	Destino	Citações
Artigos de vestuário e calçados	Assis Brasil	Brasiléia	1
Artigos de vestuário e calçados	Assis Brasil	Cobija	1
Artigos de vestuário e calçados	Assis Brasil	Rio Branco	1
Artigos de vestuário e calçados	Bolpebra	Iñapari	1
Artigos de vestuário e calçados	Brasiléia	Rio Branco	1
Artigos de vestuário e calçados	Capixaba	Mapajo (Bella Flor)	1
Artigos de vestuário e calçados	Capixaba	Senador Guiomard	1
Artigos de vestuário e calçados	Epitaciolândia	Rio Branco	1
Artigos de vestuário e calçados	Mapajo (Bella Flor)	Cobija	1
Artigos de vestuário e calçados	Porto Acre	Puerto Evo (Bella Flor)	1
Artigos de vestuário e calçados	Porto Velho	Puerto Evo (Bella Flor)	1
Artigos de vestuário e calçados	Puerto Evo (Bella Flor)	Guayaramerín	1
Artigos de vestuário e calçados	Puerto Evo (Bella Flor)	La Paz	1
Artigos de vestuário e calçados	Puerto Evo (Bella Flor)	Plácido de Castro	1
Artigos de vestuário e calçados	Puerto Evo (Bella Flor)	Rio Branco	1
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Brasiléia	Cobija	5
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Cobija	Brasiléia	5
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Epitaciolândia	Cobija	4
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Puerto Evo (Bella Flor)	Plácido de Castro	4
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Assis Brasil	Iñapari	3
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Bolpebra	Cobija	3
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Capixaba	Rio Branco	3
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Cobija	Epitaciolândia	3
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Plácido de Castro	Rio Branco	3
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Assis Brasil	Brasiléia	2
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Epitaciolândia	Brasiléia	2
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Iñapari	Assis Brasil	2
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Iñapari	Puerto Maldonado	2
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Mapajo (Bella Flor)	Rio Branco	2

Dados sobre centralidade quanto a produtos e serviços em relação aos núcleos fronteiriços no segmento entre Acre, Pando, Madre de Dios (continuação)

Motivação para o fluxo	Origem	Destino	Citações
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Assis Brasil	Cobija	1
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Assis Brasil	Rio Branco	1
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Bolpebra	Assis Brasil	1
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Brasiléia	Epitaciolândia	1
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Capixaba	Cobija	1
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Iñapari	Iberia	1
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Mapajo (Bella Flor)	Capixaba	1
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Mapajo (Bella Flor)	Cobija	1
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Plácido de Castro	Puerto Evo(Bella Flor)	1
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Puerto Evo (Bella Flor)	Cobija	1
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Puerto Evo (Bella Flor)	La Paz	1
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Rio Branco	Cobija	1
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Brasiléia	Cobija	5
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Epitaciolândia	Cobija	4
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Puerto Evo (Bella Flor)	Plácido de Castro	4
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Bolpebra	Cobija	3
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Capixaba	Rio Branco	3
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Assis Brasil	Brasiléia	2
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Capixaba	Cobija	2
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Cobija	Brasiléia	2
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Cobija	La Paz	2
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Cobija	Rio Branco	2
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Iñapari	Iberia	2
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Iñapari	Puerto Maldonado	2
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Mapajo (Bella Flor)	Capixaba	2

Dados sobre centralidade quanto a produtos e serviços em relação aos núcleos fronteiriços no segmento entre Acre, Pando, Madre de Dios (continuação)

Motivação para o fluxo	Origem	Destino	Citações
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Plácido de Castro	Rio Branco	2
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Puerto Evo (Bella Flor)	Cobija	2
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Assis Brasil	Cobija	1
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Assis Brasil	Rio Branco	1
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Bolpebra	Assis Brasil	1
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Bolpebra	Iñapari	1
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Brasiléia	Epitaciolândia	1
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Brasiléia	Rio Branco	1
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Capixaba	Senador Guimard	1
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Epitaciolândia	Brasiléia	1
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Epitaciolândia	Rio Branco	1
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Iñapari	Assis Brasil	1
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Mapajo (Bella Flor)	Cobija	1
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Mapajo (Bella Flor)	Senador Guimard	1
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Plácido de Castro	Puerto Evo(Bella Flor)	1
Serviços de saúde de alta complexidade	Assis Brasil	Rio Branco	3
Serviços de saúde de alta complexidade	Bolpebra	Cobija	3
Serviços de saúde de alta complexidade	Brasiléia	Rio Branco	3
Serviços de saúde de alta complexidade	Epitaciolândia	Rio Branco	3
Serviços de saúde de alta complexidade	Mapajo (Bella Flor)	Cobija	3
Serviços de saúde de alta complexidade	Mapajo (Bella Flor)	Rio Branco	3
Serviços de saúde de alta complexidade	Plácido de Castro	Rio Branco	3
Serviços de saúde de alta complexidade	Capixaba	Rio Branco	2
Serviços de saúde de alta complexidade	Cobija	Rio Branco	2

Dados sobre centralidade quanto a produtos e serviços em relação aos núcleos fronteiriços no segmento entre Acre, Pando, Madre de Dios (continuação)

Motivação para o fluxo	Origem	Destino	Citações
Serviços de saúde de alta complexidade	Iñapari	Cusco	2
Serviços de saúde de alta complexidade	Iñapari	Rio Branco	2
Serviços de saúde de alta complexidade	Puerto Evo (Bella Flor)	Cobija	2
Serviços de saúde de alta complexidade	Brasiléia	Cobija	1
Serviços de saúde de alta complexidade	Capixaba	Porto Velho	1
Serviços de saúde de alta complexidade	Cobija	La Paz	1
Serviços de saúde de alta complexidade	Epitaciolândia	Cobija	1
Serviços de saúde de alta complexidade	Iñapari	Lima	1
Serviços de saúde de alta complexidade	Iñapari	Puerto Maldonado	1
Serviços de saúde de alta complexidade	Mapajo (Bella Flor)	Senador Guiomard	1
Serviços de saúde de alta complexidade	Plácido de Castro	Porto Velho	1
Serviços de saúde de alta complexidade	Puerto Evo (Bella Flor)	La Paz	1
Serviços de saúde de alta complexidade	Puerto Evo (Bella Flor)	Rio Branco	1
Ensino superior	Brasiléia	Cobija	6
Ensino superior	Epitaciolândia	Cobija	4
Ensino superior	Assis Brasil	Cobija	3
Ensino superior	Assis Brasil	Rio Branco	3
Ensino superior	Bolpebra	Cobija	3
Ensino superior	Capixaba	Cobija	3
Ensino superior	Capixaba	Rio Branco	3
Ensino superior	Iñapari	Puerto Maldonado	3
Ensino superior	Plácido de Castro	Rio Branco	3
Ensino superior	Brasiléia	Rio Branco	2
Ensino superior	Cobija	La Paz	2
Ensino superior	Epitaciolândia	Rio Branco	2
Ensino superior	Mapajo (Bella Flor)	Cobija	2
Ensino superior	Puerto Evo (Bella Flor)	Cobija	2
Ensino superior	Cobija	Brasiléia	1
Ensino superior	Cobija	Sucre	1
Ensino superior	Epitaciolândia	Brasiléia	1

Dados sobre centralidade quanto a produtos e serviços em relação aos núcleos fronteiriços no segmento entre Acre, Pando, Madre de Dios (continuação)

Motivação para o fluxo	Origem	Destino	Citações
Ensino superior	Iñapari	Arequipa	1
Ensino superior	Iñapari	Lima	1
Ensino superior	Plácido de Castro	Cobija	1
Ensino superior	Puerto Evo (Bella Flor)	La Paz	1
Atividades culturais	Brasiléia	Cobija	6
Atividades culturais	Cobija	Brasiléia	5
Atividades culturais	Assis Brasil	Rio Branco	3
Atividades culturais	Capixaba	Rio Branco	3
Atividades culturais	Cobija	Epitaciolândia	3
Atividades culturais	Epitaciolândia	Cobija	3
Atividades culturais	Plácido de Castro	Rio Branco	3
Atividades culturais	Puerto Evo (Bella Flor)	Plácido de Castro	3
Atividades culturais	Brasiléia	Epitaciolândia	2
Atividades culturais	Epitaciolândia	Rio Branco	2
Atividades culturais	Iñapari	Assis Brasil	2
Atividades culturais	Iñapari	Iberia	2
Atividades culturais	Iñapari	Puerto Maldonado	2
Atividades culturais	Mapajo (Bella Flor)	Capixaba	2
Atividades culturais	Mapajo (Bella Flor)	Cobija	2
Atividades culturais	Puerto Evo (Bella Flor)	Cobija	2
Atividades culturais	Puerto Evo (Bella Flor)	La Paz	2
Atividades culturais	Assis Brasil	Brasiléia	1
Atividades culturais	Assis Brasil	Puerto Maldonado	1
Atividades culturais	Bolpebra	Cobija	1
Atividades culturais	Brasiléia	Rio Branco	1
Atividades culturais	Capixaba	Cobija	1
Atividades culturais	Cobija	La Paz	1
Atividades culturais	Cobija	Oruro	1
Atividades culturais	Epitaciolândia	Brasiléia	1
Atividades culturais	Iñapari	Cusco	1
Atividades culturais	Plácido de Castro	Acrelândia	1
Atividades culturais	Puerto Evo (Bella Flor)	Rio Branco	1
Eventos esportivos	Capixaba	Rio Branco	3
Eventos esportivos	Cobija	La Paz	3
Eventos esportivos	Iñapari	Iberia	3
Eventos esportivos	Mapajo (Bella Flor)	Capixaba	3
Eventos esportivos	Plácido de Castro	Rio Branco	3

Dados sobre centralidade quanto a produtos e serviços em relação aos núcleos fronteiriços no segmento entre Acre, Pando, Madre de Dios (continuação)

Motivação para o fluxo	Origem	Destino	Citações
Eventos esportivos	Assis Brasil	Brasiléia	2
Eventos esportivos	Brasiléia	Cobija	2
Eventos esportivos	Brasiléia	Epitaciolândia	2
Eventos esportivos	Capixaba	Mapajo (Bella Flor)	2
Eventos esportivos	Capixaba	Senador Guiomard	2
Eventos esportivos	Cobija	Epitaciolândia	2
Eventos esportivos	Epitaciolândia	Brasiléia	2
Eventos esportivos	Iñapari	Puerto Maldonado	2
Eventos esportivos	Assis Brasil	Iberia	1
Eventos esportivos	Assis Brasil	Iñapari	1
Eventos esportivos	Assis Brasil	Rio Branco	1
Eventos esportivos	Assis Brasil	Xapuri	1
Eventos esportivos	Bolpebra	Arca de Israel (Nueva Esperanza)	1
Eventos esportivos	Bolpebra	Nereuda (Cobija)	1
Eventos esportivos	Brasiléia	Rio Branco	1
Eventos esportivos	Capixaba	Brasiléia	1
Eventos esportivos	Cobija	Brasiléia	1
Eventos esportivos	Epitaciolândia	Xapuri	1
Eventos esportivos	Iñapari	Assis Brasil	1
Eventos esportivos	Iñapari	Cobija	1
Eventos esportivos	Puerto Evo (Bella Flor)	Cobija	1
Eventos esportivos	Puerto Evo (Bella Flor)	Plácido de Castro	1
Aeroportos	Assis Brasil	Rio Branco	3
Aeroportos	Bolpebra	Cobija	3
Aeroportos	Brasiléia	Rio Branco	3
Aeroportos	Capixaba	Rio Branco	3
Aeroportos	Epitaciolândia	Rio Branco	3
Aeroportos	Iñapari	Puerto Maldonado	3
Aeroportos	Mapajo (Bella Flor)	Cobija	3
Aeroportos	Plácido de Castro	Rio Branco	3
Aeroportos	Brasiléia	Cobija	2
Aeroportos	Assis Brasil	Puerto Maldonado	1
Aeroportos	Mapajo (Bella Flor)	Rio Branco	1

Apêndice CI – Dados sobre os fluxos dos passageiros/transeuntes fronteiriços no segmento entre Rondônia, Pando, Beni e Santa Cruz

Articulação	Destinos buscados	Motivação para o fluxo							Total
		Compras	Lazer	Estudo	Serv. saúde	Trabalho	Visita a amigos e familiares	Razões Religiosas	
Araras e Nueva Esperanza	Araras	5				3			8
Nova Mamoré e Villa Bella	Nova Mamoré	6				2	2		10
Guajará-Mirim e Guayaramerín	Ariquemes			1		1	1		2
	Boa Vista			1			1		1
	Guajará-Mirim	18	3			10	3	1	35
	Guayaramerín	5	3	2		6	1		15
	Jaru			1			1		1
	La Paz	1							1
	Macapá			1			1		1
	Porto Velho	2					1		3
	Rio de Janeiro			1			1		1
Costa Marques, Forte Príncipe da Beira, Buena Vista e Puerto Ustarez	Buena Vista (Magdalena)	3				1	1		5
	Costa Marques	7				3	2		12
	Forte Príncipe da Beira (Costa Marques)	4							4
	San Juan de Puerto Ustarez (San Joaquín)		1				3		4

Apêndice CJ – Dados sobre centralidade quanto a produtos e serviços em relação aos núcleos fronteiriços no segmento entre Rondônia, Pando e Beni

Fluxo	Origem	Destino	Citações
Gêneros alimentícios, produtos de limpeza e higiene pessoal	Nueva Esperanza	Araras (Nova Mamoré)	4
Gêneros alimentícios, produtos de limpeza e higiene pessoal	Buena Vista (Magdalena)	Costa Marques	2
Gêneros alimentícios, produtos de limpeza e higiene pessoal	Guajará-Mirim	Guajará-Mirim	1
Gêneros alimentícios, produtos de limpeza e higiene pessoal	Guajará-Mirim	Guayaramerín	1
Gêneros alimentícios, produtos de limpeza e higiene pessoal	Forte Príncipe da Beira (Costa Marques)	Costa Marques	1
Gêneros alimentícios, produtos de limpeza e higiene pessoal	Villa Bella (Guayaramerín)	Nova Mamoré	1
Gêneros alimentícios, produtos de limpeza e higiene pessoal	Puerto Ustarez (San Joaquín)	Puerto Ustarez (San Joaquín)	1
Artigos de vestuário e calçados	Costa Marques	Buena Vista (Magdalena)	6
Artigos de vestuário e calçados	Guayaramerín	Guajará-Mirim	6
Artigos de vestuário e calçados	Buena Vista (Magdalena)	Costa Marques	6
Artigos de vestuário e calçados	Guajará-Mirim	Guayaramerín	5
Artigos de vestuário e calçados	Nueva Esperanza	Araras (Nova Mamoré)	3
Artigos de vestuário e calçados	Nueva Esperanza	Guayaramerín	3
Artigos de vestuário e calçados	Nova Mamoré	Guajará-Mirim	3
Artigos de vestuário e calçados	Puerto Ustarez (San Joaquín)	Puerto Ustarez (San Joaquín)	3
Artigos de vestuário e calçados	Forte Príncipe da Beira (Costa Marques)	Costa Marques	3
Artigos de vestuário e calçados	Guajará-Mirim	Porto Velho	2
Artigos de vestuário e calçados	Araras (Nova Mamoré)	Guajará-Mirim	2
Artigos de vestuário e calçados	Araras (Nova Mamoré)	Nova Mamoré	2
Artigos de vestuário e calçados	Costa Marques	Ji-Paraná	1
Artigos de vestuário e calçados	Costa Marques	São Francisco do Guaporé	1
Artigos de vestuário e calçados	Costa Marques	São Miguel do Guaporé	1
Artigos de vestuário e calçados	Nueva Esperanza	Guajará-Mirim	1
Artigos de vestuário e calçados	Nueva Esperanza	Riberalta	1
Artigos de vestuário e calçados	Guayaramerín	Porto Velho	1
Artigos de vestuário e calçados	Guayaramerín	Riberalta	1
Artigos de vestuário e calçados	Araras (Nova Mamoré)	Guayaramerín	1
Artigos de vestuário e calçados	Nova Mamoré	Guayaramerín	1
Artigos de vestuário e calçados	Nova Mamoré	Porto Velho	1

Dados sobre centralidade quanto a produtos e serviços em relação aos núcleos fronteiriços no segmento entre Rondônia, Pando e Beni (continuação)

Fluxo	Origem	Destino	Citações
Artigos de vestuário e calçados	Puerto Ustarez (San Joaquín)	Trinidad	1
Artigos de vestuário e calçados	Porto Velho	Buena Vista (Magdalena)	1
Artigos de vestuário e calçados	Porto Velho	Guayaramerín	1
Artigos de vestuário e calçados	Nueva Brema (Magdalena)	Costa Marques	1
Artigos de vestuário e calçados	São Miguel do Guaporé	Buena Vista (Magdalena)	1
Artigos de vestuário e calçados	Ji-Paraná	Buena Vista (Magdalena)	1
Artigos de vestuário e calçados	São Francisco do Guaporé	Buena Vista (Magdalena)	1
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Guayaramerín	Guajará-Mirim	6
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Buena Vista (Magdalena)	Costa Marques	4
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Nueva Esperanza	Guayaramerín	3
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Guajará-Mirim	Guayaramerín	3
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Forte Príncipe da Beira (Costa Marques)	Costa Marques	3
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Nueva Esperanza	Guajará-Mirim	2
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Nueva Esperanza	Riberalta	2
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Puerto Ustarez (San Joaquín)	San Joaquín	2
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Costa Marques	São Francisco do Guaporé	2
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Guajará-Mirim	Porto Velho	2
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Araras (Nova Mamoré)	Nova Mamoré	2
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Puerto Ustarez (San Joaquín)	Costa Marques	1
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Puerto Ustarez (San Joaquín)	Guayaramerín	1
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Puerto Ustarez (San Joaquín)	São Miguel do Guaporé	1
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Puerto Ustarez (San Joaquín)	Trinidad	1
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Costa Marques	Cacoal	1
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Costa Marques	Ji-Paraná	1
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Costa Marques	Porto Velho	1
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Costa Marques	Vilhena	1

Dados sobre centralidade quanto a produtos e serviços em relação aos núcleos fronteiriços no segmento entre Rondônia, Pando e Beni (continuação)

Fluxo	Origem	Destino	Citações
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Villa Bella (Guayaramerín)	Guajará-Mirim	1
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Villa Bella (Guayaramerín)	Guayaramerín	1
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Villa Bella (Guayaramerín)	Nova Mamoré	1
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Villa Bella (Guayaramerín)	Porto Velho	1
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Araras (Nova Mamoré)	Guajará-Mirim	1
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Araras (Nova Mamoré)	Guayaramerín	1
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Nova Mamoré	Guajará-Mirim	1
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Nova Mamoré	Porto Velho	1
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Guayaramerín	Guajará-Mirim	5
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Buena Vista (Magdalena)	Costa Marques	4
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Guajará-Mirim	Guayaramerín	3
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Guajará-Mirim	Porto Velho	3
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Forte Príncipe da Beira (Costa Marques)	Costa Marques	3
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Nueva Esperanza	Guayaramerín	2
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Nueva Esperanza	Nova Mamoré	2
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Nueva Esperanza	Riberalta	2
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Guayaramerín	Riberalta	2
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Buena Vista (Magdalena)	Trinidad	2
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Costa Marques	Cacoal	2
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Costa Marques	Ji-Paraná	2
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Costa Marques	São Francisco do Guaporé	2
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Nova Mamoré	Guajará-Mirim	2
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Nova Mamoré	Porto Velho	2
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Araras (Nova Mamoré)	Nova Mamoré	2
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Puerto Ustarez (San Joaquín)	San Joaquín	2

Dados sobre centralidade quanto a produtos e serviços em relação aos núcleos fronteiriços no segmento entre Rondônia, Pando e Beni (continuação)

Fluxo	Origem	Destino	Citações
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Nueva Esperanza	Guajará-Mirim	1
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Nova Mamoré	Guayaramerín	1
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Araras (Nova Mamoré)	Guajará-Mirim	1
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Araras (Nova Mamoré)	Guayaramerín	1
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Villa Bella (Guayaramerín)	Guajará-Mirim	1
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Villa Bella (Guayaramerín)	Guayaramerín	1
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Villa Bella (Guayaramerín)	Nova Mamoré	1
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Puerto Ustarez (San Joaquín)	Costa Marques	1
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Surpresa (Guajará-Mirim)	Guajará-Mirim	1
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Porto Velho	Guayaramerín	1
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Iata (Guajará-Mirim)	Guajará-Mirim	1
Serviços de saúde de alta complexidade	Forte Príncipe da Beira (Costa Marques)	São Francisco do Guaporé	3
Serviços de saúde de alta complexidade	Costa Marques	Porto Velho	3
Serviços de saúde de alta complexidade	Nova Mamoré	Porto Velho	3
Serviços de saúde de alta complexidade	Araras (Nova Mamoré)	Porto Velho	3
Serviços de saúde de alta complexidade	Guajará-Mirim	Porto Velho	3
Serviços de saúde de alta complexidade	Forte Príncipe da Beira (Costa Marques)	Porto Velho	2
Serviços de saúde de alta complexidade	Nueva Esperanza	Guajará-Mirim	2
Serviços de saúde de alta complexidade	Nueva Esperanza	Nova Mamoré	2
Serviços de saúde de alta complexidade	Nueva Esperanza	Porto Velho	2
Serviços de saúde de alta complexidade	Buena Vista (Magdalena)	Porto Velho	2
Serviços de saúde de alta complexidade	Buena Vista (Magdalena)	Trinidad	2
Serviços de saúde de alta complexidade	Guayaramerín	Guajará-Mirim	2
Serviços de saúde de alta complexidade	Puerto Ustarez (San Joaquín)	Trinidad	2

Dados sobre centralidade quanto a produtos e serviços em relação aos núcleos fronteiriços no segmento entre Rondônia, Pando e Beni (continuação)

Fluxo	Origem	Destino	Citações
Serviços de saúde de alta complexidade	Forte Príncipe da Beira (Costa Marques)	Bella Vista (Magdalena)	1
Serviços de saúde de alta complexidade	Forte Príncipe da Beira (Costa Marques)	Cacoal	1
Serviços de saúde de alta complexidade	Forte Príncipe da Beira (Costa Marques)	Guajará-Mirim	1
Serviços de saúde de alta complexidade	Forte Príncipe da Beira (Costa Marques)	Ji-Paraná	1
Serviços de saúde de alta complexidade	Nueva Esperanza	Guayaramerín	1
Serviços de saúde de alta complexidade	Nueva Esperanza	Riberalta	1
Serviços de saúde de alta complexidade	Costa Marques	Cacoal	1
Serviços de saúde de alta complexidade	Costa Marques	Ji-Paraná	1
Serviços de saúde de alta complexidade	Costa Marques	São Francisco do Guaporé	1
Serviços de saúde de alta complexidade	Costa Marques	Vilhena	1
Serviços de saúde de alta complexidade	Buena Vista (Magdalena)	Costa Marques	1
Serviços de saúde de alta complexidade	Buena Vista (Magdalena)	Ji-Paraná	1
Serviços de saúde de alta complexidade	Guayaramerín	Riberalta	1
Serviços de saúde de alta complexidade	Puerto Ustarez (San Joaquín)	Gran Cruz (Nueva Esperanza)	1
Serviços de saúde de alta complexidade	Villa Bella (Guayaramerín)	Guayaramerín	1
Serviços de saúde de alta complexidade	Villa Bella (Guayaramerín)	Porto Velho	1
Ensino superior	Guajará-Mirim	Guayaramerín	7
Ensino superior	Guajará-Mirim	Porto Velho	3
Ensino superior	Costa Marques	Cacoal	3
Ensino superior	Nova Mamoré	Porto Velho	3
Ensino superior	Puerto Ustarez (San Joaquín)	Trinidad	3
Ensino superior	Costa Marques	Ji-Paraná	2
Ensino superior	Costa Marques	Rolim de Moura	2
Ensino superior	Nueva Esperanza	Cobija	2
Ensino superior	Nueva Esperanza	Riberalta	2
Ensino superior	Araras (Nova Mamoré)	Porto Velho	2
Ensino superior	Buena Vista (Magdalena)	Trinidad	2

Dados sobre centralidade quanto a produtos e serviços em relação aos núcleos fronteiriços no segmento entre Rondônia, Pando e Beni (continuação)

Fluxo	Origem	Destino	Citações
Atividades culturais	Guajará-Mirim	Guayaramerín	4
Atividades culturais	Costa Marques	Buena Vista (Magdalena)	3
Atividades culturais	Guajará-Mirim	Porto Velho	3
Atividades culturais	Forte Príncipe da Beira (Costa Marques)	Costa Marques	3
Atividades culturais	Forte Príncipe da Beira (Costa Marques)	Puerto Ustarez (San Joaquín)	3
Atividades culturais	Puerto Ustarez (San Joaquín)	San Joaquín	3
Atividades culturais	Nova Mamoré	Porto Velho	3
Atividades culturais	Buena Vista (Magdalena)	Costa Marques	3
Atividades culturais	Nueva Esperanza	Guayaramerín	3
Atividades culturais	Guayaramerín	Guajará-Mirim	3
Atividades culturais	Costa Marques	Ji-Paraná	2
Atividades culturais	Costa Marques	Puerto Ustarez (San Joaquín)	2
Atividades culturais	Puerto Ustarez (San Joaquín)	Forte Príncipe da Beira (Costa Marques)	2
Atividades culturais	Nova Mamoré	Guajará-Mirim	2
Atividades culturais	Buena Vista (Magdalena)	Nueva Brea (Magdalena)	2
Atividades culturais	Araras (Nova Mamoré)	Porto Velho	2
Atividades culturais	Costa Marques	Cacoal	1
Atividades culturais	Costa Marques	São Francisco do Guaporé	1
Atividades culturais	Forte Príncipe da Beira (Costa Marques)	Ji-Paraná	1
Atividades culturais	Nueva Esperanza	Riberalta	1
Atividades culturais	Guayaramerín	Riberalta	1
Atividades culturais	Araras (Nova Mamoré)	Nova Mamoré	1
Atividades culturais	Villa Bella (Guayaramerín)	Guayaramerín	1
Atividades culturais	Villa Bella (Guayaramerín)	Riberalta	1
Atividades culturais	Versalles (Magdalena)	Forte Príncipe da Beira (Costa Marques)	1

Dados sobre centralidade quanto a produtos e serviços em relação aos núcleos fronteiriços no segmento entre Rondônia, Pando e Beni (continuação)

Fluxo	Origem	Destino	Citações
Eventos esportivos	Costa Marques	Buena Vista (Magdalena)	3
Eventos esportivos	Puerto Ustarez (San Joaquín)	Forte Príncipe da Beira (Costa Marques)	3
Eventos esportivos	Puerto Ustarez (San Joaquín)	San Joaquín	3
Eventos esportivos	Guajará-Mirim	Guayaramerín	3
Eventos esportivos	Guajará-Mirim	Porto Velho	3
Eventos esportivos	Forte Príncipe da Beira (Costa Marques)	Costa Marques	3
Eventos esportivos	Forte Príncipe da Beira (Costa Marques)	Puerto Ustarez (San Joaquín)	3
Eventos esportivos	Guayaramerín	Guajará-Mirim	2
Eventos esportivos	Araras (Nova Mamoré)	Guajará-Mirim	2
Eventos esportivos	Nova Mamoré	Guajará-Mirim	2
Eventos esportivos	Nova Mamoré	Porto Velho	2
Eventos esportivos	Costa Marques	Bella Vista (Magdalena)	1
Eventos esportivos	Costa Marques	Porto Velho	1
Eventos esportivos	Costa Marques	Puerto Ustarez (San Joaquín)	1
Eventos esportivos	Costa Marques	São Domingos do Guaporé (Costa Marques)	1
Eventos esportivos	Costa Marques	São Francisco do Guaporé	1
Eventos esportivos	Puerto Ustarez (San Joaquín)	Guayaramerín	1
Eventos esportivos	Puerto Ustarez (San Joaquín)	Trinidad	1
Eventos esportivos	Guajará-Mirim	Nova Mamoré	1
Eventos esportivos	Guayaramerín	Riberalta	1
Eventos esportivos	Guayaramerín	Trinidad	1
Eventos esportivos	Villa Bella (Guayaramerín)	Arca de Israel (Nueva Esperanza)	1
Eventos esportivos	Villa Bella (Guayaramerín)	Gran Cruz (Nueva Esperanza)	1
Eventos esportivos	Villa Bella (Guayaramerín)	Guayaramerín	1
Eventos esportivos	Villa Bella (Guayaramerín)	Nova Mamoré	1
Eventos esportivos	Araras (Nova Mamoré)	Nova Mamoré	1
Eventos esportivos	Araras (Nova Mamoré)	Porto Velho	1

Dados sobre centralidade quanto a produtos e serviços em relação aos núcleos fronteiriços no segmento entre Rondônia, Pando e Beni (continuação)

Fluxo	Origem	Destino	Citações
Eventos esportivos	Nueva Esperanza	Arca de Israel (Nueva Esperanza)	1
Eventos esportivos	Nueva Esperanza	Cachuela Esperanza (Guayaramerín)	1
Eventos esportivos	Nueva Esperanza	Gran Cruz (Nueva Esperanza)	1
Eventos esportivos	Buena Vista (Magdalena)	Costa Marques	1
Eventos esportivos	Buena Vista (Magdalena)	Nueva Brema (Magdalena)	1
Aeroportos	Guajará-Mirim	Porto Velho	3
Aeroportos	Nueva Esperanza	Guayaramerín	3
Aeroportos	Guayaramerín	Riberalta	3
Aeroportos	Nova Mamoré	Porto Velho	3
Aeroportos	Araras (Nova Mamoré)	Porto Velho	3
Aeroportos	Guajará-Mirim	Guayaramerín	2
Aeroportos	Costa Marques	Porto Velho	2
Aeroportos	Nueva Esperanza	Riberalta	1
Aeroportos	Costa Marques	Ji-Paraná	1
Aeroportos	Forte Príncipe da Beira (Costa Marques)	Ji-Paraná	1
Aeroportos	Forte Príncipe da Beira (Costa Marques)	Porto Velho	1
Aeroportos	Villa Bella (Guayaramerín)	Guayaramerín	1
Aeroportos	Buena Vista (Magdalena)	Trinidad	1

Apêndice CK – Dados sobre os fluxos dos passageiros/transeuntes fronteiriços no segmento entre Santa Cruz e Mato Grosso

Articulação	Destino buscado	Motivação para o fluxo						
		Compras	Lazer	Estudo	Serv. saúde	Trabalho	Visita a amigos e familiares	Total
Cáceres, San Matías	Cáceres	1			1		1	2
	San Matías	1	1				2	4
	Santa Cruz de la Sierra			3				

Apêndice CL – Dados sobre centralidade quanto a produtos e serviços em relação aos núcleos fronteiriços no segmento entre Santa Cruz e Mato Grosso

Fluxo	Origem	Destino	Citações
Gêneros alimentícios, produtos de limpeza e higiene pessoal	San Matías	Cáceres	1
Artigos de vestuário e calçados	San Matías	Cáceres	4
Artigos de vestuário e calçados	Cáceres	Cuiabá	3
Artigos de vestuário e calçados	Cáceres	Várzea Grande	2
Artigos de vestuário e calçados	San Matías	Goiânia	1
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	San Matías	Cáceres	3
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Cáceres	Cuiabá	2
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	San Matías	Cáceres	6
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Cáceres	Cuiabá	2
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Cáceres	San Matías	1
Serviços de saúde de alta complexidade	Cáceres	Cuiabá	3
Serviços de saúde de alta complexidade	San Matías	Cáceres	3
Serviços de saúde de alta complexidade	Cáceres	São Paulo	1
Ensino superior	Cáceres	Cuiabá	3
Ensino superior	San Matías	Cáceres	3
Ensino superior	Cáceres	Araputanga	1
Ensino superior	Cáceres	Barra do Garças	1
Ensino superior	Cáceres	Mirassol d'Oeste	1
Ensino superior	Cáceres	Pontes e Lacerda	1
Ensino superior	Cáceres	Várzea Grande	1
Atividades culturais	San Matías	Cáceres	4
Atividades culturais	Cáceres	Cuiabá	3
Atividades culturais	Cáceres	San Matías	2
Atividades culturais	Cáceres	Várzea Grande	1
Atividades culturais	San Matías	San Ignacio de Velasco	1
Eventos esportivos	Cáceres	Cuiabá	3
Eventos esportivos	Cáceres	San Matías	3
Eventos esportivos	San Matías	Cáceres	3
Eventos esportivos	Cáceres	Mirassol d'Oeste	1
Eventos esportivos	Cáceres	Pontes e Lacerda	1
Eventos esportivos	Cáceres	São José dos Quatro Marcos	1
Eventos esportivos	San Matías	Mirassol d'Oeste	1
Aeroportos	Cáceres	Cuiabá	3
Aeroportos	San Matías	San Ignacio de Velasco	2

Apêndice CM – Dados sobre os fluxos dos passageiros/transeuntes fronteiriços no segmento entre Santa Cruz e Mato Grosso do Sul

Articulação	Motivação para o fluxo	Compras	Lazer	Estudo	Serv. saúde	Trabalho	Visita a amigos e familiares	Total
	Destino							
Corumbá, Ladário. Puerto Suárez, Puerto Quijarro	Belo Horizonte						1	1
	Corumbá	13				8	2	23
	La Paz						1	1
	Puerto Quijarro	6	3			7		16
	Puerto Suárez	2	1			1		4
	Santa Cruz de la Sierra	1				1		2
	São Paulo	1		1		2		3

Apêndice CN – Dados sobre centralidade quanto a produtos e serviços em relação aos núcleos fronteiriços no segmento entre Santa Cruz e Mato Grosso do Sul

Fluxo	Origem	Destino	Citações
Gêneros alimentícios, produtos de limpeza e higiene pessoal	Puerto Suárez	Corumbá	4
Gêneros alimentícios, produtos de limpeza e higiene pessoal	Puerto Quijarro	Corumbá	4
Artigos de vestuário e calçados	Puerto Suárez	Corumbá	6
Artigos de vestuário e calçados	Puerto Quijarro	Corumbá	6
Artigos de vestuário e calçados	Corumbá	Puerto Quijarro	4
Artigos de vestuário e calçados	Corumbá	Campo Grande	3
Artigos de vestuário e calçados	Ladário	Corumbá	3
Artigos de vestuário e calçados	Corumbá	Puerto Suárez	2
Artigos de vestuário e calçados	Puerto Suárez	Santa Cruz de la Sierra	2
Artigos de vestuário e calçados	Ladário	Puerto Quijarro	2
Artigos de vestuário e calçados	Puerto Suárez	Carmen Riero Torrez	1
Artigos de vestuário e calçados	Puerto Quijarro	Santa Cruz de la Sierra	1
Artigos de vestuário e calçados	Santa Cruz de la Sierra	Corumbá	1
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Corumbá	Puerto Quijarro	5
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Puerto Quijarro	Corumbá	3
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Corumbá	Ponta Porã	2
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Puerto Suárez	Corumbá	2
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Puerto Suárez	Santa Cruz de la Sierra	2
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Ladário	Campo Grande	2
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Corumbá	Campo Grande	1
Móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática	Puerto Quijarro	Santa Cruz de la Sierra	1
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Puerto Suárez	Corumbá	4
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Puerto Quijarro	Corumbá	4
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Corumbá	Campo Grande	3
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Ladário	Corumbá	3
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Puerto Suárez	Santa Cruz de la Sierra	2
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Puerto Quijarro	Ladário	2
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Corumbá	Puerto Quijarro	2

Centralidade nas articulações fronteiriças no segmento entre Santa Cruz e Mato Grosso do Sul: referências por motivação, origem e destino (continuação)

Fluxo	Origem	Destino	Citações
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Puerto Suárez	Ladário	1
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Puerto Quijarro	Santa Cruz de la Sierra	1
Serviços de saúde de baixa e média complexidade	Ladário	Campo Grande	1
Serviços de saúde de alta complexidade	Puerto Suárez	Santa Cruz de la Sierra	3
Serviços de saúde de alta complexidade	Ladário	Corumbá	3
Serviços de saúde de alta complexidade	Corumbá	Campo Grande	3
Serviços de saúde de alta complexidade	Puerto Quijarro	Santa Cruz de la Sierra	3
Serviços de saúde de alta complexidade	Puerto Suárez	Campo Grande	2
Serviços de saúde de alta complexidade	Ladário	Campo Grande	2
Ensino superior	Corumbá	Puerto Quijarro	5
Ensino superior	Ladário	Corumbá	3
Ensino superior	Puerto Suárez	Santa Cruz de la Sierra	3
Ensino superior	Puerto Quijarro	Santa Cruz de la Sierra	3
Ensino superior	Corumbá	Campo Grande	2
Ensino superior	Corumbá	Puerto Suárez	2
Ensino superior	Corumbá	Dourados	1
Ensino superior	Ladário	Campo Grande	1
Ensino superior	Ladário	Dourados	1
Ensino superior	Ladário	Puerto Quijarro	1
Ensino superior	Puerto Suárez	Cochabamba	1
Ensino superior	Puerto Suárez	Puerto Quijarro	1
Atividades culturais	Puerto Quijarro	Corumbá	5
Atividades culturais	Puerto Suárez	Corumbá	4
Atividades culturais	Puerto Suárez	Santa Cruz de la Sierra	3
Atividades culturais	Ladário	Corumbá	3
Atividades culturais	Puerto Quijarro	Ladário	2
Atividades culturais	Puerto Quijarro	Santa Cruz de la Sierra	2
Atividades culturais	Corumbá	Campo Grande	2
Atividades culturais	Corumbá	Puerto Quijarro	2
Atividades culturais	Corumbá	Puerto Suárez	2
Atividades culturais	Puerto Suárez	Campo Grande	1
Atividades culturais	Puerto Suárez	Ladário	1
Atividades culturais	Puerto Suárez	Puerto Quijarro	1
Atividades culturais	Corumbá	São Gabriel do Oeste	1
Atividades culturais	Santa Cruz de la Sierra	Ladário	1

Centralidade nas articulações fronteiriças no segmento entre Santa Cruz e Mato Grosso do Sul: referências por motivação, origem e destino (continuação)

Fluxo	Origem	Destino	Citações
Eventos esportivos	Corumbá	Campo Grande	3
Eventos esportivos	Corumbá	Puerto Quijarro	3
Eventos esportivos	Corumbá	Puerto Suárez	2
Eventos esportivos	Puerto Suárez	Corumbá	2
Eventos esportivos	Puerto Suárez	Santa Cruz de la Sierra	2
Eventos esportivos	Puerto Quijarro	Corumbá	2
Eventos esportivos	Puerto Quijarro	Santa Cruz de la Sierra	2
Eventos esportivos	Ladário	Corumbá	2
Eventos esportivos	Corumbá	Miranda	1
Eventos esportivos	Corumbá	Três Lagoas	1
Eventos esportivos	Puerto Suárez	Carmen Rivero Torrez	1
Eventos esportivos	Puerto Suárez	Puerto Quijarro	1
Eventos esportivos	Puerto Quijarro	Carmen Rivero Torrez	1
Eventos esportivos	Ladário	Campo Grande	1
Aeroportos	Ladário	Campo Grande	4
Aeroportos	Puerto Suárez	Santa Cruz de la Sierra	3
Aeroportos	Corumbá	Campo Grande	3
Aeroportos	Puerto Quijarro	Santa Cruz de la Sierra	3
Aeroportos	Ladário	Corumbá	2
Aeroportos	Puerto Suárez	Campo Grande	1